MATERIAL DE DIVULGAÇÃO.
VERSÃO SUBMETIDA À AVALIAÇÃO.
PNLD 2026 - ENSINO MÉDIO
Código da coleção:
0018 P26 01 01 204 816

AFRÂNIO SILVA • BRUNO LOUREIRO • CASSIA MIRANDA • FÁTIMA FERREIRA • LIER PIRES FERREIRA
MARCELA M. SERRANO • MARCELO [illegible] • MARTHA NOGUEIRA
OTAIR FERNANDES DE OLIVEIRA • PA[illegible]EZES • RA[illegible]E M. C. CORRÊA • RODRIGO PAIN
ROGÉRIO LIMA • T[illegible]NA BU[illegible] • THIAGO ES[illegible]ES • VINICIUS MAYO PIRES

MODERNA PLUS

SOCIOLOGIA EM MOVIMENTO

MANUAL DO PROFESSOR

VOLUME ÚNICO

ENSINO MÉDIO

Área de conhecimento:
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Componente curricular:
Sociologia

MODERNA

AFRÂNIO SILVA
Doutor em Ciências, em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professor universitário e do Colégio Pedro II (RJ).

BRUNO LOUREIRO
Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor.

CASSIA MIRANDA
Mestra em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professora.

FÁTIMA FERREIRA
Doutora em Educação pela Universidade Estácio de Sá (RJ). Mestra em Ciências Sociais na área de Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Colégio Pedro II (RJ).

LIER PIRES FERREIRA
Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Professor do Colégio Pedro II (RJ).

MARCELA M. SERRANO
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora.

MARCELO ARAÚJO
Doutor em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. Professor universitário.

MARCELO COSTA
Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Colégio Pedro II (RJ).

MARTHA NOGUEIRA
Doutora e mestra em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora do Colégio Pedro II (RJ).

OTAIR FERNANDES DE OLIVEIRA
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor universitário.

PAULA MENEZES
Doutora em Ciências Humanas (Sociologia) e mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora.

RAPHAEL M. C. CORRÊA
Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Colégio Pedro II (RJ).

RODRIGO PAIN
Doutor em Ciências pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor universitário.

ROGÉRIO LIMA
Doutor em Ciências Humanas (Sociologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Colégio Pedro II (RJ).

TATIANA BUKOWITZ
Mestra em Sociologia pela Universidade Candido Mendes (RJ). Professora do Colégio Pedro II (RJ).

THIAGO ESTEVES
Doutor em Educação e mestre em Ciências pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professor universitário.

VINICIUS MAYO PIRES
Mestre em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Colégio Pedro II (RJ).

MODERNA PLUS

SOCIOLOGIA EM MOVIMENTO

VOLUME ÚNICO

ENSINO MÉDIO

Área de conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Componente curricular: Sociologia

MANUAL DO PROFESSOR

1ª edição
São Paulo, 2024

MODERNA

Edição executiva: Cesar Brumini Dellore, Maria Clara Antonelli
Edição de texto: Andrea de Marco Leite de Barros, Júlia Daher, Lina Youssef Jomaa, Patrícia Moreira Nogueira, Roberta Vaiano, Tuanny F. A. Lanzellotti, Yuri Bileski
Assessoria pedagógica: Anna Barreto, Helena Morita, Maira Fernandes, Pedro Paulo da Silva
Preparação de texto: Denise Ceron
Gerência de planejamento editorial e revisão: Maria de Lourdes Rodrigues
Coordenação de revisão: Elaine C. del Nero, Mônica Rodrigues de Lima
Revisão: Ana Cortazzo, Sirlene Prignolato, Tatiana Malheiro, Debora Torres
Gerência de *design*, produção gráfica e digital: Patricia Costa
Coordenação de *design* e projetos visuais: Marta Cerqueira Leite
Projeto gráfico: Mariza de Souza Porto, Bruno Tonel, Ana Carolina Orsolin
Capa: Everson de Paula, Paula Miranda Santos
Colagem digital: Everson de Paula
Foto: Walter Auad Sotomayor/Moment/Getty Images, ZU_09/DigitalVision Vectors/Getty Images, Ryan McVay/The Image Bank/Getty Images, BrAt82/Shutterstock, Proxima Studio/Shutterstock, Luis Molinero/Shutterstock, Daniel Haug/Moment/Getty Images
Coordenação de produção gráfica: Aderson Oliveira
Coordenação de arte: Alexandre Lugó, Wilson Gazzoni Agostinho
Edição de arte: Fabio Delfino
Editoração eletrônica: Fórmula Produções Editoriais
Coordenação de pesquisa iconográfica: Sônia Oddi
Pesquisa iconográfica: Odete Ernestina Pereira
Coordenação de *bureau*: Rubens M. Rodrigues
Tratamento de imagens: Ademir Baptista, Ana Isabela Pithan Maraschin, Denise Feitosa, Vânia Maia
Pré-impressão: Alexandre Petreca, Marcio H. Kamoto
Coordenação de produção industrial: Wendell Monteiro
Impressão e acabamento:

Organização dos objetos digitais: Maria Clara Antonelli
Elaboração dos objetos digitais: André dos Santos Araújo, Cesar Brumini Dellore

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Moderna plus sociologia em movimento. -- 1. ed. --
São Paulo : Moderna, 2024.

Vários autores.
Obra em volume único do 1º, 2º e 3º anos do ensino médio.
Componente curricular: Sociologia.
Área de conhecimento: Ciências humanas e sociais aplicadas.
ISBN 978-85-16-14015-1 (aluno)
ISBN 978-85-16-14016-8 (professor)

1. Sociologia (Ensino médio).

24-226356 CDD-301

Índices para catálogo sistemático:

1. Sociologia : Ensino médio 301

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
Todos os direitos reservados.

EDITORA MODERNA LTDA.
Rua Padre Adelino, 758 - Belenzinho
São Paulo - SP - Brasil - CEP 03303-904
Canal de atendimento: 0303 663 3762
www.moderna.com.br
2024
Impresso no Brasil

1 3 5 7 9 10 8 6 4 2

APRESENTAÇÃO

Olá, estudante!

Desde o Ensino Fundamental, você teve contato com assuntos ligados, por exemplo, à organização das sociedades, às suas transformações ao longo do tempo e às dinâmicas que envolvem o espaço produzido por elas. Agora, no Ensino Médio, esses saberes ganham novas dimensões e desafios.

As contradições do mundo contemporâneo têm provocado debates que envolvem temáticas fundamentais às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, como a ética, a política, o desenvolvimento sustentável e a conservação do meio ambiente, entre outras, para os quais o convidamos a participar.

Esta coleção vai ajudá-lo a explorar, por meio da análise crítica, o mundo ao seu redor. E, além de transmitir conhecimentos, ela tem como objetivo formar estudantes capazes de atuar como cidadãos conscientes. Dessa forma, mais do que oferecer respostas prontas, a coleção se apresenta como instrumento para que juntos possamos formular questões importantes para nossa sociedade e estabelecer os critérios para criar soluções possíveis, sempre amparados pelo campo científico das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Composta de quatro livros — de história, geografia, sociologia e filosofia —, a coleção dá suporte para o desenvolvimento de competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Cada livro traz as mesmas seis unidades temáticas, que permitem um estudo integrado, levando a uma ampla compreensão dos assuntos abordados. Desse modo, alguns conceitos estruturantes da área serão revisitados com base em perspectivas históricas, geográficas, sociológicas e filosóficas.

Bons estudos!

Os autores

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Você já ouviu falar da **Agenda 2030**? Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, com metas desafiadoras para acabar com a pobreza até 2030 e buscar um futuro sustentável para todos. Esses objetivos formam a base da chamada Agenda 2030.

Os 193 países que assinaram o documento, incluindo o Brasil, comprometeram-se a implementar esse plano de ação global, que envolve governos, empresas, instituições e sociedade civil. O monitoramento e a avaliação da agenda são fundamentais nos níveis global, nacional e regional, exigindo cooperação e engajamento de todos os setores da sociedade.

A seguir, apresentamos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

ODS 1

ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as formas e em todos os lugares.

ODS 2

FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

ODS 3

SAÚDE E BEM-ESTAR

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

ODS 4

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Garantir educação inclusiva, de qualidade e equitativa, promovendo aprendizado contínuo para todos.

ODS 5

IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

ODS 6

ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos.

ODS 7

ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir o acesso a fontes de energia confiáveis, sustentáveis e modernas para todos.

ODS 8

TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Promover crescimento econômico inclusivo e sustentável, com emprego pleno e trabalho digno para todos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

RELEITURA DOS ÍCONES DA ONU POR VINICIUS ROSSIGNOL FELIPE

ODS 9

INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

ODS 10

REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.

ODS 11

CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

ODS 12

CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis.

ODS 13

AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.

ODS 14

VIDA NA ÁGUA

Conservar e usar de forma responsável os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

ODS 15

VIDA TERRESTRE

Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerindo florestas, combatendo a desertificação, revertendo a degradação dos solos e preservando a biodiversidade.

ODS 16

PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, garantindo o acesso à justiça e construindo instituições eficazes e responsáveis em todos os níveis.

ODS 17

PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 22 set. 2024.

Neste livro, você encontrará indicações dos ODS quando houver propostas, temas ou conceitos com os quais eles podem estar relacionados.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

RELEITURA DOS ÍCONES DA ONU POR VINICIUS ROSSIGNOL FELIPE

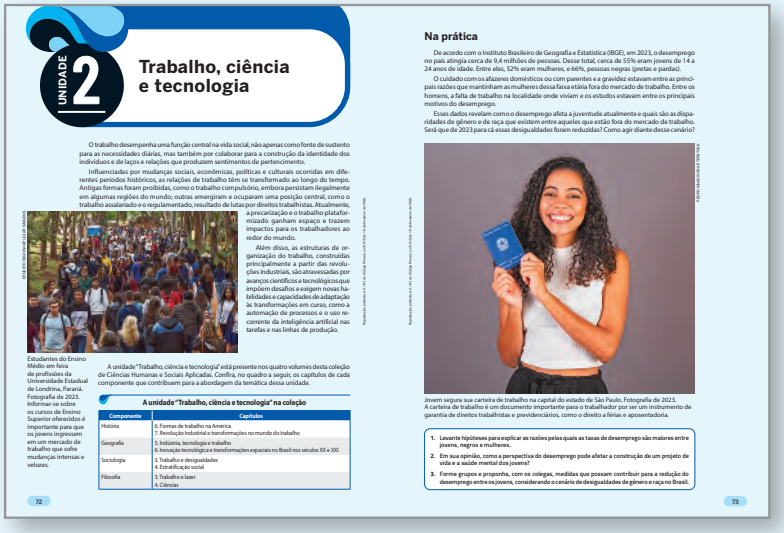
CONHEÇA SEU LIVRO

Este livro faz parte de uma coleção de quatro volumes, um para cada componente da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Ele está organizado em seis unidades compostas de capítulos que trazem textos, imagens diversificadas, atividades e seções que contribuem para seu aprendizado.

Conheça as características de cada um de seus recursos.

Abertura de unidade

Com base em uma situação-problema, apresenta textos, imagens e questionamentos para uma reflexão inicial que articula o tema da unidade com questões da atualidade.


UNIDADE 2

Trabalho, ciência e tecnologia

O trabalho desempenha uma função central na vida social, não apenas como fonte de sustento para as necessidades diárias, mas também por colaborar para a construção da identidade dos indivíduos e de laços e relações que produzem sentimentos de pertencimento.

Influenciadas por mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais ocorridas em diferentes períodos históricos, as relações de trabalho têm se transformado ao longo do tempo. Antigas formas foram proibidas, como o trabalho compulsório, embora persistam ilegalmente em algumas regiões do mundo; outras emergiram e ocuparam uma posição central, como o trabalho assalariado e o regulamentado, resultado de lutas por direitos trabalhistas. Atualmente, a precarização e o trabalho plataformizado ganham espaço e trazem impactos para os trabalhadores ao redor do mundo.

Além disso, as estruturas de organização do trabalho, construídas principalmente a partir das revoluções industriais, são atravessadas por avanços científicos e tecnológicos que impõem desafios e exigem novas habilidades e capacidades de adaptação às transformações em curso, como a automação de processos e o uso recorrente da inteligência artificial nas tarefas e nas linhas de produção.

Estudantes do Ensino Médio em feira de profissões da Universidade Estadual de Londrina, Paraná. Fotografia de 2023. Informar-se sobre os cursos de Ensino Superior oferecidos é importante para que os jovens ingressem em um mercado de trabalho que sofre mudanças internas e velozes.

A unidade "Trabalho, ciência e tecnologia" está presente nos quatro volumes desta coleção de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Confira, no quadro a seguir, os capítulos de cada componente que contribuem para a abordagem da temática dessa unidade.

A unidade "Trabalho, ciência e tecnologia" na coleção

Componente	Capítulos
História	6. Formas de trabalho na América 7. Revolução Industrial e transformações no mundo do trabalho
Geografia	5. Indústria, tecnologia e trabalho 6. Inovação tecnológica e transformações espaciais no Brasil nos séculos XX e XXI
Sociologia	3. Trabalho e desigualdades 4. Estratificação social
Filosofia	3. Trabalho e lazer 4. Ciências

72

Na prática

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2023, o desemprego no país atingia cerca de 9,4 milhões de pessoas. Desse total, cerca de 55% eram jovens de 14 a 24 anos de idade. Entre eles, 52% eram mulheres, e 66%, pessoas negras (pretas e pardas).

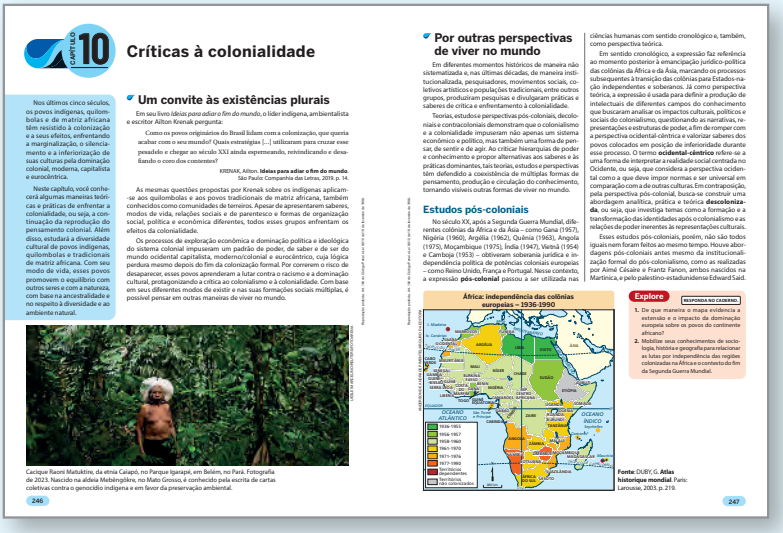
O cuidado com os afazeres domésticos ou com parentes e a gravidez estavam entre as principais razões que mantinham as mulheres dessa faixa etária fora do mercado de trabalho. Entre os homens, a falta de trabalho na localidade onde viviam e os estudos estavam entre os principais motivos do desemprego.

Esses dados revelam como o desemprego afeta a juventude atualmente e quais são as disparidades de gênero e de raça que existem entre aqueles que estão fora do mercado de trabalho. Será que de 2023 para cá essas desigualdades foram reduzidas? Como agir diante desse cenário?

Jovem segura sua carteira de trabalho na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2023. A carteira de trabalho é um documento importante para o trabalhador por ser um instrumento de garantia de direitos trabalhistas e previdenciários, como o direito a férias e aposentadoria.

1. **Levante hipóteses para explicar as razões pelas quais as taxas de desemprego são maiores entre jovens, negros e mulheres.**
2. **Em sua opinião, como a perspectiva do desemprego pode afetar a construção de um projeto de vida e a saúde mental dos jovens?**
3. **Forme grupos e proponha, com os colegas, medidas que possam contribuir para a redução do desemprego entre os jovens, considerando o cenário de desigualdades de gênero e raça no Brasil.**

73


CAPÍTULO 10

Críticas à colonialidade

Um convite às existências plurais

Em seu livro *Ideias para adiar o fim do mundo*, o líder indígena, ambientalista e escritor Ailton Krenak pergunta:

> Como os povos originários do Brasil foram com a colonização, que quase acabou com o seu mundo? Quais estratégias [...] utilizaram para cruzar esse pesadelo e chegar ao século XXI ainda esperneando, reivindicando e desafiando o coro dos contentes?

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 14.

As mesmas questões propostas por Krenak sobre os indígenas aplicam-se aos quilombolas e aos povos tradicionais de matriz africana, também conhecidos como comunidades de terreiros. Apesar de apresentarem saberes, modos de vida, relações sociais e de parentesco e formas de organização social, política e econômica diferentes, todos esses grupos enfrentam os efeitos da colonialidade.

Os processos de exploração econômica e dominação política e ideológica do sistema colonial impuseram um padrão de poder, de saber e de ser do mundo ocidental capitalista, moderno/colonial e eurocêntrico, cuja lógica perdura mesmo depois do fim da colonização formal. Por conterem o risco de desaparecer, esses povos aprenderam a lutar contra o racismo e a dominação cultural, protagonizando a crítica ao colonialismo e à colonialidade. Com base em seus diferentes modos de existir e nas suas formações sociais múltiplas, é possível pensar em outras maneiras de viver no mundo.

Nos últimos cinco séculos, os povos indígenas, quilombolas e de matriz africana têm resistido à colonização e a seus efeitos, enfrentando a marginalização, o silenciamento e a inferiorização de suas culturas pela dominação colonial, moderna, capitalista e eurocêntrica.

Neste capítulo, você conhecerá algumas maneiras teóricas e práticas de enfrentar a colonialidade, ou seja, a continuação da reprodução do pensamento colonial. Além disso, estudará a diversidade cultural de povos indígenas, quilombolas e tradicionais de matriz africana. Com seu modo de vida, esses povos promovem o equilíbrio com outros seres e com a natureza, com base na ancestralidade e no respeito à diversidade e ao ambiente natural.

Cacique Raoni Matuktire, da etnia Caiapó, no Parque Igarapé, em Belém, no Pará. Fotografia de 2023. Nascido na aldeia Mebengôkre, no Mato Grosso, é conhecido pela escrita de cartas coletivas contra o genocídio indígena e em favor da preservação ambiental.

246

Por outras perspectivas de viver no mundo

Em diferentes momentos históricos de maneira não sistematizada e, nas últimas décadas, de maneira institucionalizada, pesquisadores, movimentos sociais, coletivos artísticos e populações tradicionais, entre outros grupos, produziram pesquisas e divulgaram práticas e saberes de crítica e enfrentamento à colonialidade.

Teorias, estudos e perspectivas pós-coloniais, decoloniais e contracoloniais demonstram que o colonialismo e a colonialidade impuseram não apenas um sistema econômico e político, mas também uma forma de pensar, de sentir e de agir. Ao criticar hierarquias de poder e conhecimento e propor alternativas aos saberes e às práticas dominantes, tais teorias, estudos e perspectivas têm defendido a coexistência de múltiplas formas de pensamento, produção e circulação do conhecimento, tornando visíveis outras formas de viver no mundo.

Estudos pós-coloniais

No século XX, após a Segunda Guerra Mundial, diferentes colônias da África e da Ásia – como Gana (1957), Nigéria (1960), Argélia (1962), Quênia (1963), Angola (1975), Moçambique (1975), Índia (1947), Vietnã (1954) e Camboja (1953) – obtiveram soberania jurídica e independência política de potências coloniais europeias – como Reino Unido, França e Portugal. Nesse contexto, a expressão **pós-colonial** passou a ser utilizada nas ciências humanas com sentido cronológico e, também, como perspectiva teórica.

Em sentido cronológico, a expressão faz referência ao momento posterior à emancipação jurídico-política das colônias da África e da Ásia, marcando os processos subsequentes à transição das colônias para Estados-nação independentes e soberanos. Já como perspectiva teórica, a expressão é usada para definir a produção de intelectuais de diferentes campos do conhecimento que buscaram analisar os impactos culturais, políticos e sociais do colonialismo, questionando as narrativas, representações e estruturas de poder, a fim de romper com a perspectiva ocidental-cêntrica e valorizar saberes dos povos colocados em posição de inferioridade durante esse processo. O termo **ocidental-cêntrico** refere-se a uma forma de interpretar a realidade social centrada no Ocidente, ou seja, que considera a perspectiva ocidental como a que deve impor normas e ser universal em comparação com a de outras culturas. Em contraposição, pela perspectiva pós-colonial, busca-se construir uma abordagem analítica, prática e teórica **descolonizada**, ou seja, que investiga temas como a formação e a transformação das identidades após o colonialismo e as relações de poder inerentes às representações culturais.

Esses estudos pós-coloniais, porém, não são todos iguais nem foram feitos ao mesmo tempo. Houve abordagens pós-coloniais antes mesmo da institucionalização formal do pós-colonialismo, como as realizadas por Aimé Césaire e Frantz Fanon, ambos nascidos na Martinica, e pelo palestino-estadunidense Edward Said.

África: independência das colônias europeias – 1936-1990

Fonte: DUBY, G. **Atlas historique mondial**. Paris: Larousse, 2003. p. 219.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. De que maneira o mapa evidencia a extensão e o impacto da dominação europeia sobre os povos do continente africano?
2. Mobilize seus conhecimentos de sociologia, história e geografia para relacionar as lutas por independência das regiões colonizadas na África e o contexto do fim da Segunda Guerra Mundial.

247

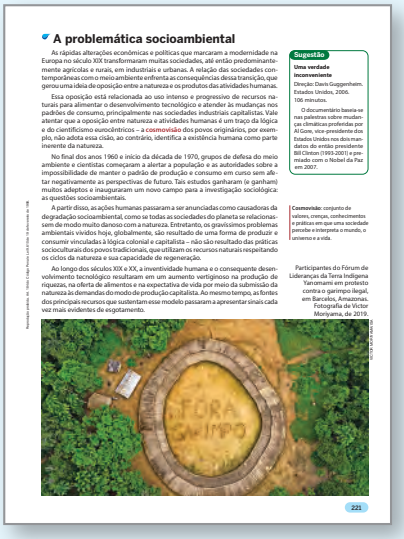
Abertura de capítulo

Na lateral da primeira página do capítulo, um texto apresenta e justifica a pertinência dos conteúdos propostos. Ao longo do capítulo, os conteúdos são desenvolvidos por meio de diversas linguagens que contribuem para o seu aprendizado: textos organizados, mapas, fotografias, tabelas, gráficos, ilustrações, esquemas e quadros.

Explore

Este boxe apresenta atividades de análise de texto ou imagem, conectando-os com assuntos abordados e/ou com os seus conhecimentos e vivências.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



A problemática socioambiental

As rápidas alterações econômicas e políticas que marcaram a modernidade na Europa no século XIX transformaram muitas sociedades, até então predominantemente agrícolas e rurais, em industriais e urbanas. A relação das sociedades contemporâneas com o meio ambiente enfrenta as consequências dessa transição, que gerou uma ideia de oposição entre a natureza e os produtos das atividades humanas.

Essa oposição está relacionada ao uso intenso e progressivo de recursos naturais para alimentar o desenvolvimento tecnológico e atender às mudanças nos padrões de consumo, principalmente nas sociedades industriais capitalistas. Vale atentar que a oposição entre natureza e atividades humanas é um traço da lógica e do cientificismo eurocêntricos – a **cosmovisão** dos povos originários, por exemplo, não adota essa cisão, ao contrário, identifica a existência humana como parte inerente da natureza.

No final dos anos 1960 e início da década de 1970, grupos de defesa do meio ambiente e cientistas começaram a alertar a população e as autoridades sobre a impossibilidade de manter o padrão de produção e consumo em curso sem alterar negativamente as perspectivas de futuro. Tais estudos ganharam (e ganham) muitos adeptos e inauguraram um novo campo para a investigação sociológica: as questões socioambientais.

A partir disso, as ações humanas passaram a ser anunciadas como causadoras da degradação socioambiental, como se todas as sociedades do planeta se relacionassem de modo muito danoso com a natureza. Entretanto, os gravíssimos problemas ambientais vividos hoje, globalmente, são resultado de uma forma de produzir e consumir vinculadas à lógica colonial e capitalista – não são resultado das práticas socioculturais dos povos tradicionais, que utilizam os recursos naturais respeitando os ciclos da natureza e sua capacidade de regeneração.

Ao longo dos séculos XIX e XX, a inventividade humana e o consequente desenvolvimento tecnológico resultaram em um aumento vertiginoso na produção de riquezas, na oferta de alimentos e na expectativa de vida por meio da submissão da natureza às demandas do modo de produção capitalista. Ao mesmo tempo, as fontes dos principais recursos que sustentam esse modelo passaram a apresentar sinais cada vez mais evidentes de esgotamento.

Sugestão

Uma verdade inconveniente

Direção: Davis Guggenheim. Estados Unidos, 2006. 100 minutos.

O documentário baseia-se nas palestras sobre mudanças climáticas proferidas por Al Gore, vice-presidente dos Estados Unidos nos dois mandatos de então presidente Bill Clinton (1993-2001) e premiado com o Nobel da Paz em 2007.

Cosmovisão: conjunto de valores, crenças, conhecimentos e práticas em que uma sociedade percebe e interpreta o mundo, o universo e a vida.

Participantes do Fórum de Lideranças da Terra Indígena Yanomami em protesto contra o garimpo ilegal, em Barcelos, Amazonas. Fotografia de Victor Moriyama, de 2019.

221

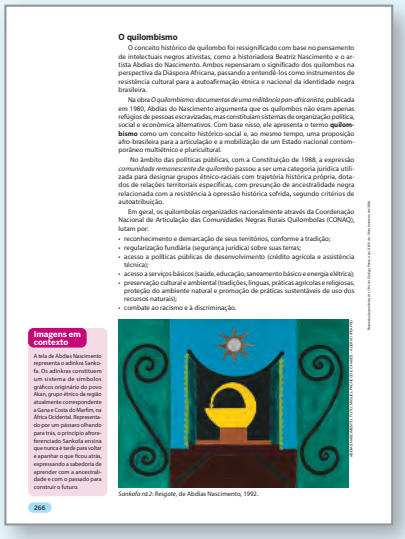
Sugestão

Traz indicações de livros, *sites*, *podcasts*, filmes e vídeos que complementam ou aprofundam assuntos estudados.

Cuide bem deste livro para que outros colegas possam estudar com ele. Lembre-se de fazer anotações e escrever as respostas no caderno.

Glossário

Traz o significado de palavras e conceitos que talvez você desconheça.



O quilombismo

O conceito histórico de quilombo foi ressignificado com base no pensamento de intelectuais negros ativistas, como a historiadora Beatriz Nascimento e o artista Abdias do Nascimento. Ambos repensaram o significado dos quilombos na perspectiva da Diáspora Africana, passando a entendê-los como instrumentos de resistência cultural para a autoafirmação étnica e nacional da identidade negra brasileira.

Na obra *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*, publicada em 1980, Abdias do Nascimento argumenta que os quilombos não eram apenas refúgios de pessoas escravizadas, mas constituíam sistemas de organização política, social e econômica alternativos. Com base nisso, ele apresenta o termo **quilombismo** como um conceito histórico-social e, ao mesmo tempo, uma proposição afro-brasileira para a articulação e a mobilização de um Estado nacional contemporâneo multiétnico e pluricultural.

No âmbito das políticas públicas, com a Constituição de 1988, a expressão *comunidade remanescente de quilombo* passou a ser uma categoria jurídica utilizada para designar grupos étnico-raciais com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida, segundo critérios de autoatribuição.

Em geral, os quilombolas organizados nacionalmente através da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), lutam por:

- reconhecimento e demarcação de seus territórios, conforme a tradição;
- regularização fundiária (segurança jurídica) sobre suas terras;
- acesso a políticas públicas de desenvolvimento (crédito agrícola e assistência técnica);
- acesso a serviços básicos (saúde, educação, saneamento básico e energia elétrica);
- preservação cultural e ambiental (tradições, línguas, práticas agrícolas e religiosas, proteção do ambiente natural e promoção de práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais);
- combate ao racismo e à discriminação.

Imagens em contexto

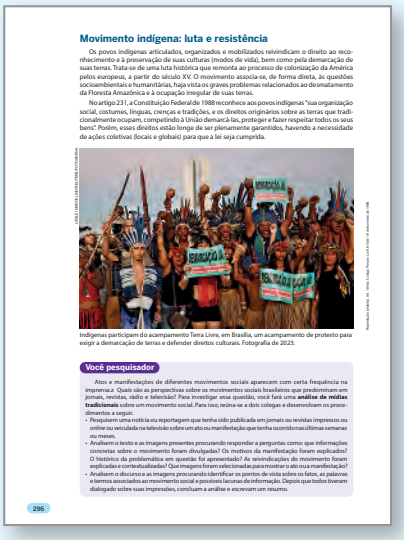
A tela de Abdias Nascimento representa o adinkra Sankofa. Os adinkras constituem um sistema de símbolos gráficos originário do povo Akan, grupo étnico da região atualmente correspondente a Gana e Costa do Marfim, na África Ocidental. Representado por um pássaro olhando para trás, o princípio afroferenciado Sankofa ensina que nunca é tarde para voltar e aprender o que ficou atrás, expressando a sabedoria de aprender com a ancestralidade e com o passado para construir o futuro.

Sankofa nº2: Resgate, de Abdias Nascimento, 1992.

266

Imagens em contexto

O boxe traz informações que contribuem para melhorar a compreensão do contexto e uma análise das imagens apresentadas.



Movimento indígena: luta e resistência

Os povos indígenas articulados, organizados e mobilizados reivindicam o direito ao reconhecimento e à preservação de suas culturas (modos de vida), bem como pela demarcação de suas terras. Trata-se de uma luta histórica que remonta ao processo de colonização da América pelos europeus, a partir do século XV. O movimento associa-se, de forma direta, às questões socioambientais e humanitárias, haja vista os graves problemas relacionados ao desmatamento da Floresta Amazônica e à ocupação irregular de suas terras.

No artigo 231, a Constituição Federal de 1988 reconhece aos povos indígenas "sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens". Porém, esses direitos estão longe de ser plenamente garantidos, havendo a necessidade de ações coletivas (locais e globais) para que a lei seja cumprida.

Indígenas participam do acampamento Terra Livre, em Brasília, um acampamento de protesto para exigir a demarcação de terras e defender direitos culturais. Fotografia de 2023.

Você pesquisador

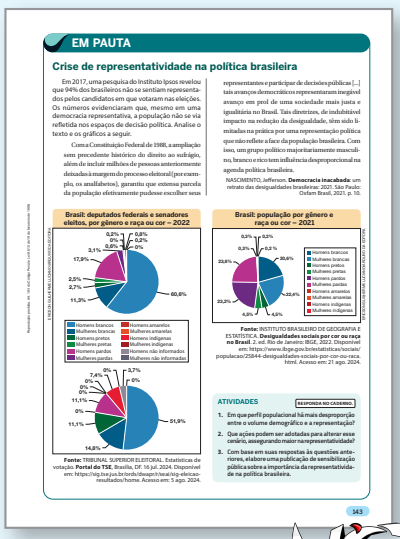
Atos e manifestações de diferentes movimentos sociais aparecem com certa frequência na imprensa.a Quais são as perspectivas sobre os movimentos sociais brasileiros que predominam em jornais, revistas, rádio e televisão? Para investigar essa questão, você fará uma **análise de mídias tradicionais** sobre um movimento social. Para isso, reúna-se a dois colegas e desenvolvam os procedimentos a seguir.

- Pesquisem uma notícia ou reportagem que tenha sido publicada em jornais ou revistas impressos ou online ou veiculada na televisão sobre um ato ou manifestação que tenha ocorrido nas últimas semanas ou meses.
- Analisem o texto e as imagens presentes procurando responder a perguntas como: que informações concretas sobre o movimento foram divulgadas? Os motivos da manifestação foram explicados? O histórico da problemática em questão foi apresentado? As reivindicações do movimento foram explicadas e contextualizadas? Que imagens foram selecionadas para mostrar o ato ou a manifestação?
- Analisem o discurso e as imagens procurando identificar os pontos de vista sobre os fatos, as palavras e termos associados ao movimento social e possíveis lacunas de informação. Depois que todos tiverem dialogado sobre suas impressões, concluam a análise e escrevam um resumo.

296

Você pesquisador

Propõe pesquisas orientadas, que se articulam a um assunto abordado no capítulo, para você participar ativamente da construção do conhecimento.



EM PAUTA

Crise de representatividade na política brasileira

Em 2017, uma pesquisa do Instituto Ipsos revelou que 94% dos brasileiros não se sentiam representados pelos candidatos em que votaram nas eleições. Os números evidenciaram que, mesmo em uma democracia representativa, a população não se via refletida nos espaços de decisão política. Analise o texto e os gráficos a seguir.

Com a Constituição Federal de 1988, a ampliação sem precedente histórico do direito ao sufrágio, além de incluir milhões de pessoas anteriormente deixadas à margem do processo eleitoral (por exemplo, os analfabetos), garantiu que extensa parcela da população efetivamente pudesse escolher seus representantes e participar de decisões públicas [...] tais avanços democráticos representariam inegável avanço em prol de uma sociedade mais justa e igualitária no Brasil. Tais diretrizes, de indubitável impacto na redução da desigualdade, têm sido limitadas na prática por uma representação política que não reflete a face da população brasileira. Com isso, um grupo político majoritariamente masculino, branco e rico tem influência desproporcional na agenda política brasileira.

NASCIMENTO, Jefferson. **Democracia inacabada**: um retrato das desigualdades brasileiras. 2021. São Paulo: Oxfam Brasil, 2021. p. 10.

Brasil: deputados federais e senadores eleitos, por gênero e raça ou cor – 2022

Fonte: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Estatísticas de votação. **Portal de TSE**, Brasília, DF, 16 jul. 2024. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/home. Acesso em: 5 ago. 2024.

Brasil: população por gênero e raça ou cor – 2021

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html. Acesso em: 21 ago. 2024.

ATIVIDADES RESPONDA NO CADERNO.

1. Em que perfil populacional há mais desproporção entre o volume demográfico e a representação?
2. Que ações podem ser adotadas para alterar esse cenário, assegurando maior representatividade?
3. Com base em suas respostas às questões anteriores, elabore uma publicação de sensibilização pública sobre a importância da representatividade na política brasileira.

143

Em pauta

Apresenta leituras relacionadas a temas contemporâneos por meio de notícias, reportagens, artigos jornalísticos e outros tipos textuais, relacionando-os ao cotidiano e a algum assunto estudado no capítulo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

TRABALHO COM FONTES

A redenção de Cam e a brancura como ideal de civilização

ODS 16

Em 1895, *A redenção de Cam*, quadro do pintor espanhol Modesto Brocos, ganhou a medalha de ouro no Salão Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. A obra não apenas suscitou admiração por sua qualidade artística, como também gerou críticas pelo que foi representado na tela.

Na época, iniciava-se o governo republicano no Brasil, após a recente abolição da escravidão, ocorrida em 1888, que aquecia os debates sobre a integração dos recém-libertos na sociedade. Discutiam-se, então, soluções para conter a excessiva população de ascendência negra. A ideologia difundida entre 1889 e 1914 com esse propósito foi a do branqueamento racial ou embranquecimento da população brasileira. Os defensores desse pensamento entendiam que a "raça" negra, por meio da miscigenação com os brancos, progrediria cultural e geneticamente, e tanto negros quanto mestiços desapareceriam ao longo de cem anos. O tema do branqueamento retratado no quadro de Brocos serviu para ilustrar essa tese.

O título da obra faz referência ao mito de Cam, narrado na Bíblia (Gênesis, capítulo 9, versículos 18 a 27). Noé teria se embriagado e ficado nu em sua tenda, e seu filho Cam teria exposto a nudez do pai a seus irmãos. Pelo fato de o filho tê-lo ridicularizado, Noé o amaldiçoou, condenando-o e toda a sua descendência à escravidão. Durante muito tempo, essa narrativa foi utilizada para justificar a escravidão com o argumento de que os negros africanos, supostos descendentes de Cam, teriam sido marcados pela cor de sua pele.

A redenção de Cam, pintura de Modesto Brocos, 1895. No final do século XIX, as controversas teses do racismo científico foram utilizadas para defender o branqueamento da população brasileira.

ATIVIDADES

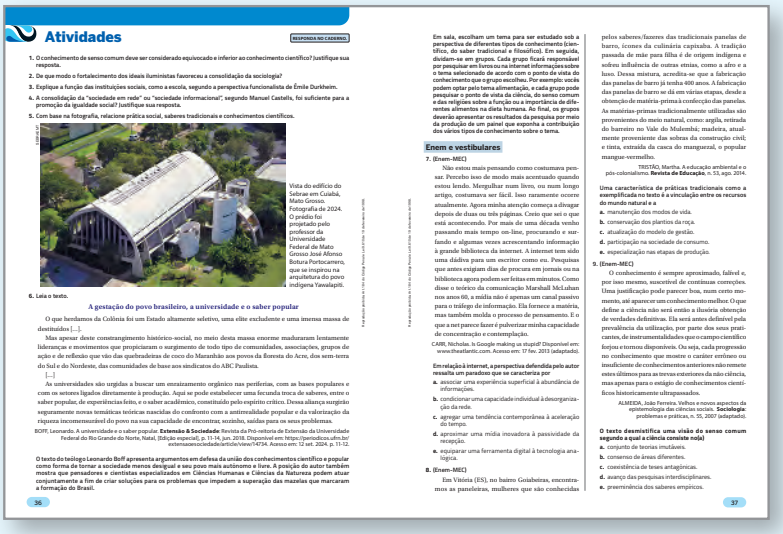
RESPONDA NO CADERNO

1. Identifique o tipo de documento, seu autor, o lugar e a época em que foi produzido.
2. Descreva o cenário, os personagens e as ações representados na imagem.
3. Qual é a ideia a respeito do branqueamento da população negra que o autor procurou transmitir na obra e que estava em voga no final do século XIX? Justifique sua resposta.
4. Em sua opinião, a arte contribui para a construção de representações sobre a realidade social de uma época? Justifique sua resposta.
5. Por que o racismo ainda persiste e como podemos combatê-lo?

187

Trabalho com fontes

Esta seção apresenta diversos tipos de documento para análise crítica, sendo uma oportunidade para a investigação.



Atividades

RESPONDA NO CADERNO

1. O conhecimento de senso comum deve ser considerado equivocado e inferior ao conhecimento científico? Justifique sua resposta.
2. De que modo o fortalecimento dos ideais iluministas favoreceu a consolidação da sociologia?
3. Explique a função das instituições sociais, como a escola, segundo a perspectiva funcionalista de Émile Durkheim.
4. A consolidação da "sociedade em rede" ou "sociedade informacional", segundo Manuel Castells, foi suficiente para a promoção da igualdade social? Justifique sua resposta.
5. Com base na fotografia, relacione prática social, saberes tradicionais e conhecimentos científicos.

Vista do edifício do Sebrae em Cuiabá, Mato Grosso. Fotografia de 2024. O prédio foi projetado pelo professor da Universidade Federal de Mato Grosso José Afonso Botura Portocarrero, que se inspirou na arquitetura do povo indígena Yawalapiti.

6. Leia o texto.

A gestação do povo brasileiro, a universidade e o saber popular

O que herdamos da Colônia foi um Estado altamente seletivo, uma elite excludente e uma imensa massa de destituídos [...].

Mas apesar deste constrangimento histórico-social, no meio desta massa enorme maduraram lentamente lideranças e movimentos que propiciaram o surgimento de todo tipo de comunidades, associações, grupos de ação e de reflexão que vão das quebradeiras de coco do Maranhão aos povos da floresta do Acre, dos sem-terra do Sul e do Nordeste, das comunidades de base aos sindicatos do ABC Paulista.

[...]

As universidades são urgidas a buscar um enraizamento orgânico nas periferias, com as bases populares e com os setores ligados diretamente à produção. Aqui se pode estabelecer uma fecunda troca de saberes, entre o saber popular, de experiências feito, e o saber acadêmico, constituído pelo espírito crítico. Dessa aliança surgirão seguramente novas temáticas teóricas nascidas do confronto com a antirrealidade popular e da valorização da riqueza incomensurável do povo na sua capacidade de encontrar, sozinho, saídas para os seus problemas.

BOFF, Leonardo. A universidade e o saber popular. **Extensão & Sociedade**. Revista da Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, [Edição especial], p. 11-14, jun. 2018. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/article/view/14734. Acesso em: 12 set. 2024. p. 11-12.

O texto do teólogo Leonardo Boff apresenta argumentos em defesa da união dos conhecimentos científico e popular como forma de tornar a sociedade menos desigual e seu povo mais autônomo e livre. A posição do autor também mostra que pensadores e cientistas especializados em Ciências Humanas e Ciências da Natureza podem atuar conjuntamente a fim de criar soluções para os problemas que impedem a superação das mazelas que marcaram a formação do Brasil.

36

Em sala, escolham um tema para ser estudado sob a perspectiva de diferentes tipos de conhecimento (científico, do saber tradicional e filosófico). Em seguida, dividam-se em grupos. Cada grupo ficará responsável por pesquisar em livros ou na internet informações sobre o tema selecionado de acordo com o ponto de vista do conhecimento que o grupo escolheu. Por exemplo: vocês podem optar pelo tema alimentação, e cada grupo pode pesquisar o ponto de vista da ciência, do senso comum e das religiões sobre a função ou a importância de diferentes alimentos na dieta humana. Ao final, os grupos deverão apresentar os resultados da pesquisa por meio da produção de um painel que exponha a contribuição dos vários tipos de conhecimento sobre o tema.

Enem e vestibulares

7. (Enem–MEC)

Não estou mais pensando como costumava pensar. Percebo isso de modo mais acentuado quando estou lendo. Mergulhar num livro, ou num longo artigo, costumava ser fácil. Isso raramente ocorre atualmente. Agora minha atenção começa a divagar depois de duas ou três páginas. Creio que sei o que está acontecendo. Por mais de uma década venho passando mais tempo on-line, procurando e surfando e algumas vezes acrescentando informação à grande biblioteca da internet. A internet tem sido uma dádiva para um escritor como eu. Pesquisas que antes exigiam dias de procura em jornais ou na biblioteca agora podem ser feitas em minutos. Como disse o teórico da comunicação Marshall McLuhan nos anos 60, a mídia não é apenas um canal passivo para o tráfego de informação. Ela fornece a matéria, mas também molda o processo de pensamento. E o que a net parece fazer é diminuir minha capacidade de concentração e contemplação.

CARR, Nicholas. Is Google making us stupid? Disponível em: www.theatlantic.com. Acesso em: 17 fev. 2013 (adaptado).

Em relação à internet, a perspectiva defendida pelo autor ressalta um paradoxo que se caracteriza por

a. associar uma experiência superficial à abundância de informações.
b. condicionar uma capacidade individual à desorganização da rede.
c. agregar uma tendência contemporânea à aceleração do tempo.
d. aproximar uma mídia inovadora à passividade da recepção.
e. equiparar uma ferramenta digital à tecnologia analógica.

8. (Enem–MEC)

Em Vitória (ES), no bairro Goiabeiras, encontramos as paneleiras, mulheres que são conhecidas pelos saberes/fazeres das tradicionais panelas de barro, ícones da culinária capixaba. A tradição passada de mãe para filha é de origem indígena e sofreu influência de outras etnias, como a afro e a luso. Dessa mistura, acredita-se que a fabricação das panelas de barro já tenha+ 400 anos. A fabricação das panelas de barro se dá em várias etapas, desde a obtenção de matéria-prima à confecção das panelas.

As matérias-primas tradicionalmente utilizadas são provenientes do meio natural, como: argila, retirada do barreiro no Vale do Mulembá; madeira, atualmente proveniente das sobras da construção civil; e tinta, extraída da casca do mangueiral, o popular mangue-vermelho.

TRISTÃO, Martha. A educação ambiental e o pós-colonialismo. **Revista da Educação**, n. 53, ago. 2014.

Uma característica de práticas tradicionais como a exemplificada no texto é a vinculação entre os recursos do mundo natural e a

a. manutenção dos modos de vida.
b. conservação dos plantios da roça.
c. atualização do modelo de gestão.
d. participação na sociedade de consumo.
e. especialização nas etapas de produção.

9. (Enem–MEC)

O conhecimento é sempre aproximado, falível e, por isso mesmo, suscetível de contínuas correções. Uma justificação pode parecer boa, num certo momento, até aparecer um conhecimento melhor. O que define a ciência não será então a ilusória obtenção de verdades definitivas. Ela será antes definível pela prevalência da utilização, por parte dos seus praticantes, de instrumentalidades que o campo científico foijou e tornou disponíveis. Ou seja, cada progressão no conhecimento que mostre o caráter errôneo ou insuficiente de conhecimentos anteriores não somente estes últimos para as novas exteriores da não ciência, mas apenas para o estágio de conhecimentos científicos historicamente ultrapassados.

ALMEIDA, João Ferreira. Velhos e novos aspectos da epistemologia das ciências sociais. **Sociologia**: problemas e práticas, n. 55, 2007 (adaptado).

O texto desmistifica uma visão do senso comum segundo a qual a ciência consiste no(a)

a. conjunto de teorias imutáveis.
b. consenso de áreas diferentes.
c. consistência de teses antagônicas.
d. avanço das pesquisas interdisciplinares.
e. preeminência dos saberes empíricos.

37

Atividades

Nesta seção, você vai desenvolver de maneira autônoma habilidades como sistematização de dados e de informações, análise, interpretação, associação, pesquisa e argumentação enquanto aplica os conhecimentos adquiridos ao longo do estudo do capítulo. Também vai se familiarizar e treinar com questões do Enem e de vestibulares.

EDUCAÇÃO MIDIÁTICA

Liberdade de opinião e crimes na internet

Neste volume, comentamos o fato de a internet e, principalmente, as redes sociais desempenharem um papel significativo no processo de socialização, uma vez que grande parte dos valores que adotamos como nossos são obtidos, hoje, por meios digitais.

As novas formas de interação social facilitaram conexões entre povos e culturas. Nas diferentes plataformas digitais, as pessoas participam de debates, emitem opiniões e fazem parte de comunidades virtuais em que compartilham interesses similares. No entanto, nesse mesmo espaço de diversidade circulam manifestações de intolerância, cuja divulgação, muitas vezes, se tenta justificar com base na ideia de liberdade de expressão.

Como seria possível promover um ambiente on-line seguro e inclusivo, com opiniões apresentadas de forma construtiva e responsável, sem incitar a discriminação e a violência?

O que é

Nem tudo o que se publica na internet está ancorado na ideia de **liberdade de expressão**, um direito garantido aos brasileiros pela Constituição Federal que permite às pessoas manifestarem seu pensamento livremente. Esse não é um direito absoluto, podendo sofrer restrições que visem à garantia de outros direitos reconhecidos, como o direito à privacidade, à honra e à imagem. Exercer a liberdade de expressão não pode causar prejuízos a outras pessoas. Desse modo, dependendo do conteúdo que veiculam, as mensagens diretas, as postagens em blogs ou os comentários em redes sociais, por exemplo, podem ser categorizados como **crimes cibernéticos**.

Cabe lembrar que tudo o que é considerado crime fora da internet também é crime na internet. Assim, *bullying*, calúnia, difamação e **discurso de ódio** – comunicação que incita discriminação, hostilidade ou violência contra indivíduos ou grupos com base em atributos como raça, religião, gênero ou orientação sexual – são exemplos de ações também consideradas crimes quando praticadas nos meios digitais.

Postagens publicadas nas redes sociais do Tribunal Superior Eleitoral em junho de 2023, em comemoração ao Dia Internacional de Combate ao Discurso de Ódio (18 de junho). As postagens diferenciam o que é liberdade de expressão e o que é discurso de ódio.

Contextualizando

A ocorrência de crimes cibernéticos tem aumentado bastante, o que pode ser atribuído a vários fatores, como o aumento do acesso e do uso da internet, a crença de anonimato no meio digital, a evolução tecnológica de ferramentas sofisticadas para ataques cibernéticos e a ausência de boas práticas em relação à segurança digital.

No Brasil, em 2022, a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos da SaferNet – organização que defende os direitos humanos no ambiente digital – recebeu mais de 74 mil denúncias de crimes de discurso de ódio na internet, o que representou um aumento de 67,7% em relação a 2021.

Entre os crimes mais relatados, estão os discursos de ódio com base em racismo, xenofobia, misoginia, LGBTQIA+fobia, intolerância religiosa e outros tipos de preconceito e de incitação à violência. Esses discursos podem ocorrer na forma de mensagens escritas, imagens ou vídeos e, na maioria dos casos, são disseminados por meio de plataformas digitais, como os fóruns *on-line*, os blogs e, principalmente, as redes sociais, que têm grande potencial de viralização.

A desinformação e o discurso de ódio estão interligados, pois informações falsas alimentam preconceitos e intensificam a polarização social. Grupos que promovem ódio utilizam a desinformação para desumanizar minorias e justificar ataques. O ambiente digital acelera essa propagação, tornando urgente a educação midiática e a verificação de informações para conter esses discursos.

A ideia de que é possível se manifestar anonimamente em redes sociais encoraja comportamentos agressivos e comentários discriminatórios. Porém, as autoridades e as plataformas possuem mecanismos para rastrear os endereços de IP, sigla da língua inglesa para "*Internet Protocol*", que, em português, significa protocolo de rede. O IP é uma sequência de números e/ou letras que identifica um dispositivo conectado à internet ou a uma rede local. Por meio do IP, é possível identificar os usuários. As consequências legais variam de acordo com a gravidade e o tipo de crime e podem resultar em multas ou prisão.

Ações *on-line* podem ter repercussões reais. Discurso de ódio e cyberbullying, por exemplo, desencadeiam um ciclo de violência que muitas vezes resultam em violência física e psicológica.

Essa realidade exige uma reflexão contínua sobre as consequências de nossas ações. Por exemplo, quando uma opinião se transforma em um discurso de ódio direcionado a uma pessoa ou a um grupo específico, tal ação ultrapassa os limites da liberdade de expressão e se torna um crime. Por isso, é preciso que existam políticas e mecanismos eficazes para identificar e combater o discurso de ódio, incluindo ações como denúncia de conteúdos ofensivos e a promoção de uma cultura de respeito *on-line*. Os usuários, por sua vez, podem seguir algumas indicações para um comportamento mais adequado na internet:

- exercitar a empatia e pensar bem antes de postar, considerando as possíveis consequências de suas palavras;
- compartilhar opiniões de forma respeitosa e estar aberto a diferentes pontos de vista.

Mão na massa

A circulação de conteúdos preconceituosos e inadequados na internet tem suscitado reflexões sobre como promover uma melhor socialização no ambiente *on-line*. Pensando nisso, divulgue um vídeo sobre responsabilidade na internet, sugerindo cuidados que se deve ter ao postar e indicando o que deve ser evitado, é uma forma de promover uma interação mais adequada e respeitosa nas plataformas *on-line*.

Para isso, reúna-se em grupo e sigam os passos indicados.

1. Façam uma pesquisa sobre o tema, coletando informações estatísticas e casos reais e conhecendo as leis e os direitos relacionados à internet no Brasil.
2. Elaborem um roteiro para o vídeo abordando os conceitos-chave: o respeito aos direitos humanos, a conformidade com a lei e a interação responsável.
3. Produzam o vídeo com os recursos disponíveis, como câmeras de celular, computadores com câmera integrada e ferramentas de edição de vídeo gratuitas. Concentrem-se em transmitir a mensagem de forma clara e objetiva, utilizando exemplos práticos para ilustrar boas práticas e comportamentos a serem evitados.
4. Editem e revisem o vídeo, verificando se a mensagem é compreensível e se os pontos mais importantes foram abordados. Adicionem elementos como legendas, trilha sonora ou imagens para tornar o vídeo mais atrativo e informativo.
5. Organizem sessões na escola para exibir os vídeos produzidos e, ao final de cada sessão, convidem a plateia a trocar opiniões e ideias sobre o assunto.

Sendo possível, compartilhem os vídeos com a comunidade escolar por meio de redes sociais, sites ou mesmo eventos promovidos na escola. Isso ajudará a disseminar a conscientização sobre a importância da responsabilidade na internet para um público mais amplo.

Caso não seja possível a produção efetiva do vídeo, criem cartazes com base na pesquisa realizada e organizem painéis sobre o assunto, apresentando-os à comunidade escolar.

326

327

Educação midiática

A seção traz conhecimentos para que você utilize tecnologias digitais de forma reflexiva, crítica e ética.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

TRABALHO E JUVENTUDES

Técnico em multimeios didáticos, processos escolares e pedagogia

A educação desempenha papel importante na vida das pessoas. Além do trabalho nas escolas públicas e privadas, profissionais da educação também atuam em projetos sociais, organizações da sociedade civil, editoras e empresas de consultoria educacional e de avaliação psicopedagógica. Conheça a seguir algumas carreiras dessa área.

- **Curso técnico em multimeios didáticos**. O profissional formado nesse curso está habilitado a difundir e incentivar práticas de utilização de diferentes recursos tecnológicos para a ação educativa; orientar trabalhadores da educação para o uso de equipamentos que envolvam tecnologias de aprendizagem; analisar requisitos de softwares visando propor soluções criativas e adequadas para a educação; indicar e preparar equipamentos tecnológicos para o planejamento e a realização de aulas, teleconferências, atividades laboratoriais com práticas de realidade virtual e eventos educacionais; fazer a manutenção básica de equipamentos tecnológicos utilizados para mediar e/ou integrar as metodologias de ensino e aprendizagem ao ambiente virtual.
- **Curso superior de tecnologia em processos escolares**. Esse curso habilita o profissional a planejar, coordenar e operacionalizar atividades organizacionais, tecnológicas e gerenciais nos espaços educativos; planejar e organizar a oferta de serviços e tecnologias de multimeios para o ensino; programar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos escolares, laboratórios e sistemas elétricos e hidrossanitários; administrar almoxarifados e ambientes de segurança alimentar; organizar, supervisionar e executar processos de aquisição, preparo e distribuição da alimentação escolar; coordenar e integrar equipes técnicas de apoio pedagógico e administrativo da escola e da rede de ensino; coordenar e organizar os processos acadêmicos e de conformidade legal da escola.
- **Curso superior de pedagogia**. O profissional com graduação em pedagogia pode desenvolver pesquisas e reflexões críticas no campo da educação; atuar na formação integral de crianças, adolescentes, jovens e adultos, encontrando meios e estratégias para favorecer seu desenvolvimento físico, intelectual e emocional; planejar, executar e avaliar programas de aprendizagem e projetos pedagógicos em escolas, associações educacionais, organizações da sociedade civil e projetos sociais ligados à educação, entre outros.

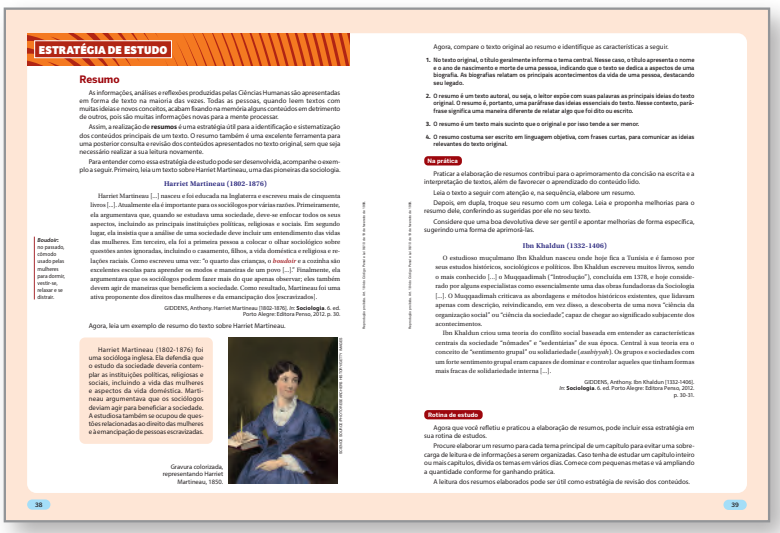
De acordo com levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, naquele ano 91,6% das crianças brasileiras entre 4 e 5 anos estavam matriculadas na escola. Contudo, no mesmo ano, apenas 29,9% dos adultos com mais de 25 anos tinham o Ensino Médio completo. A universalização da Educação Básica no país dependerá do aumento dos investimentos governamentais e da formação de mais profissionais na área.

Professora ensinando estudantes em sala de aula do Colégio Estadual Senhor do Bonfim, em Salvador, Bahia. Fotografia de 2018. O curso superior de pedagogia forma profissionais de crianças, adolescentes, jovens e adultos.

69

Trabalho e juventudes

Apresenta campos de atuação profissional relacionados aos assuntos estudados nos capítulos, ampliando seu conhecimento sobre o mundo do trabalho.



ESTRATÉGIA DE ESTUDO

Resumo

As informações, análises e reflexões produzidas pelas Ciências Humanas são apresentadas em forma de texto na maioria das vezes. Todas as pessoas, quando leem textos com muitas ideias e novos conceitos, acabam lhando na memória alguns conteúdos em detrimento de outros, pois são muitas informações novas para a mente processar.

Assim, a realização de **resumos** é uma estratégia útil para a identificação e sistematização dos conteúdos principais de um texto. O resumo também é uma excelente ferramenta para uma posterior consulta e revisão dos conteúdos apresentados no texto original, sem que seja necessário realizar a sua leitura novamente.

Para entender como essa estratégia de estudo pode ser desenvolvida, acompanhe o exemplo a seguir. Primeiro, leia um texto sobre Harriet Martineau, uma das pioneiras da sociologia.

Harriet Martineau (1802–1876)

Harriet Martineau [...] nasceu e foi educada na Inglaterra e escreveu mais de cinquenta livros [...]. Atualmente ela é importante para os sociólogos por várias razões. Primeiramente, ela argumentava que, quando se estudava uma sociedade, deve-se enfocar todos os seus aspectos, incluindo as principais instituições políticas, religiosas e sociais. Em segundo lugar, ela insistia que a análise de uma sociedade deve incluir um entendimento das vidas das mulheres. Em terceiro, ela foi a primeira pessoa a colocar o olhar sociológico sobre questões antes ignoradas, incluindo o casamento, filhos, a vida doméstica e religiosa e relações raciais. Como escreveu uma vez: "o quarto das crianças, o *boudoir* e a cozinha são excelentes escolas para aprender os modos e maneiras de um povo [...]". Finalmente, ela argumentava que os sociólogos podem fazer mais do que apenas observar; eles também devem agir de maneiras que beneficiem a sociedade. Como resultado, Martineau foi uma ativa proponente dos direitos das mulheres e da emancipação dos [escravizados].

GIDDENS, Anthony. Harriet Martineau (1802-1876). In: **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Editora Penso, 2012. p. 30.

Boudoir: no passado, cômodo usado pelas mulheres para dormir, vestir-se, relaxar e se distrair.

Agora, leia um exemplo de resumo do texto sobre Harriet Martineau.

Harriet Martineau (1802-1876) foi uma socióloga inglesa. Ela defendia que o estudo da sociedade deveria contemplar as instituições políticas, religiosas e sociais, incluindo a vida das mulheres e aspectos da vida doméstica. Martineau argumentava que os sociólogos deviam agir para beneficiar a sociedade. A estudiosa também se ocupou de questões relacionadas ao direito das mulheres e à emancipação de pessoas escravizadas.

Gravura colorizada, representando Harriet Martineau, 1850.

Agora, compare o texto original ao resumo e identifique as características a seguir.

1. No texto original, o título geralmente informa o tema central. Nesse caso, o título apresenta o nome e o ano de nascimento e morte de uma pessoa, indicando que o texto se dedica a aspectos de uma biografia. As biografias relatam os principais acontecimentos da vida de uma pessoa, destacando seu legado.
2. O resumo é um texto autoral, ou seja, o leitor expõe com suas palavras as principais ideias do texto original. O resumo é, portanto, uma paráfrase das ideias essenciais do texto. Nesse contexto, paráfrase significa uma maneira diferente de relatar algo que foi dito ou escrito.
3. O resumo é um texto mais sucinto que o original e por isso tende a ser menor.
4. O resumo costuma ser escrito em linguagem objetiva, com frases curtas, para comunicar as ideias relevantes do texto original.

Na prática

Praticar a elaboração de resumos contribui para o aprimoramento da concisão na escrita e a interpretação de textos, além de favorecer o aprendizado do conteúdo lido.

Leia o texto a seguir com atenção e, na sequência, elabore um resumo.

Depois, em dupla, troque seu resumo com um colega. Leia e proponha melhorias para o resumo dele, conferindo as sugestões por ele no seu texto.

Considere que uma boa devolutiva deve ser gentil e apontar melhorias de forma específica, sugerindo uma forma de aprimorá-las.

Ibn Khaldun (1332–1406)

O estudioso muçulmano Ibn Khaldun nasceu onde hoje fica a Tunísia e é famoso por seus estudos históricos, sociológicos e políticos. Ibn Khaldun escreveu muitos livros, sendo o mais conhecido [...] o Muqqadimah ("Introdução"), concluída em 1378, e hoje considerado por alguns especialistas como essencialmente uma das obras fundadoras da Sociologia [...]. O Muqqadimah criticava as abordagens e métodos históricos existentes, que lidavam apenas com descrição, reivindicando, em vez disso, a descoberta de uma nova "ciência da organização social" ou "ciência da sociedade", capaz de chegar ao significado subjacente dos acontecimentos.

Ibn Khaldun criou uma teoria do conflito social baseada em entender as características centrais da sociedade "nômades" e "sedentárias" de sua época. Central à sua teoria era o conceito de "sentimento grupal" ou solidariedade (*asabiyyah*). Os grupos e sociedades com um forte sentimento grupal eram capazes de dominar e controlar aquelas que tinham formas mais fracas de solidariedade interna [...].

GIDDENS, Anthony. Ibn Khaldun (1332-1406). In: **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Editora Penso, 2012. p. 30-31.

Rotina de estudo

Agora que você refletiu e praticou a elaboração de resumos, pode incluir essa estratégia em sua rotina de estudos.

Procure elaborar um resumo para cada tema principal de um capítulo para evitar uma sobrecarga de leitura e de informações a serem organizadas. Caso tenha de estudar um capítulo inteiro ou mais capítulos, divida os temas em vários dias. Comece com pequenas metas e vá ampliando a quantidade conforme for ganhando prática.

A leitura dos resumos elaborados pode ser útil como estratégia de revisão dos conteúdos.

38 39

Estratégia de estudo

Nesta seção, você vai conhecer uma estratégia para sistematizar e organizar o conhecimento adquirido, desenvolvendo mais autonomia para aprender.

MOVIMENTAÇÃO

O acesso à arte e à cultura

Cultura é um termo bastante amplo e que não tem uma definição única. Levando em consideração diferentes características, pode-se considerar cultura todas as interações do ser humano com a natureza, com outros indivíduos e com as instituições que compõem a sociedade. Assim, por exemplo, a linguagem que usamos para nos comunicar faz parte da cultura. Tudo aquilo produzido pelo ser humano, desde objetos até crenças, é cultura, bem como toda habilidade humana empregada socialmente. Dessa forma, as produções artísticas e de entretenimento também são classificadas como parte da cultura de uma sociedade.

Os cinemas e museus, a sala de espetáculo, a festividade folclórica, a leitura e a cinema são uma das maneiras pelas quais ampliamos nosso repertório de experiências, o que, por sua vez, nos ajuda a refletir sobre nossa vida e sobre os mais variados temas. Essa é uma das razões pelas quais o acesso a todas as expressões culturais, incluindo as produções artísticas, é garantido pela Constituição Federal brasileira, a qual estabelece, em seu artigo 215, a democratização da cultura como um dever do Estado e um direito do cidadão.

Apesar disso, em 2021, de acordo com o *Sistema de informações e indicadores culturais: 2017-2022*, cerca de 32% dos brasileiros residiam em municípios em que não havia museus; quase 31% moravam em municípios onde não havia nenhuma sala de teatro ou espetáculo; e cerca de 43% viviam em municípios em que não existiam salas de cinema. Vale ressaltar que esse tipo de aparato cultural está presente, sobretudo, nas capitais e nas grandes cidades brasileiras, e mesmo nelas, há enorme diferença, por exemplo, quanto à disponibilidade de salas de espetáculo nos bairros de uma mesma cidade.

Essa desigualdade no acesso a locais de exibição artístico-cultural, no entanto, pode ser superada com iniciativas para além das estatais, ou seja, pela mobilização da sociedade civil organizada, que pode buscar identificar, valorizar e engajar a comunidade em suas práticas artísticas e culturais. É o caso de iniciativas como o Mapa Cultural da Rocinha, nome de uma favela localizada na cidade do Rio de Janeiro. Criado por um grupo de jovens participantes do Fala Roça, uma associação de comunicação na favela, o Mapa Cultural da Rocinha oferece a identificação e a localização de iniciativas relacionadas à cultura desenvolvidas na comunidade. O objetivo, além de facilitar o acesso das pessoas às atividades, é dar visibilidade às manifestações culturais periféricas.

Nesta atividade, vamos explorar e dar visibilidade às expressões artístico-culturais existentes no entorno da sua escola, colocando-as no mapa, literalmente. Para isso, vamos desenvolver um questionário por meio do qual serão pesquisadas as práticas artístico-culturais da região. Em seguida, elas serão inseridas em um mapa digital colaborativo, que pode servir de guia para que toda a comunidade tenha a oportunidade de ampliar seu acesso à arte e à cultura e exercer sua cidadania.

Bom trabalho!

Página do site Mapa Cultural da Rocinha, em 2024. Com a participação dos moradores, foram identificadas e localizadas mais de 150 iniciativas culturais na favela, como cinemas, teatros, museus, entre outras, além de quadras esportivas e organizações sociais. O site é aberto aos moradores, para que possam cadastrar e inserir outras iniciativas no mapa, sendo um exemplo de como a sociedade civil pode se organizar para ampliar o acesso à cultura.

Objetivos

- Identificar práticas e atividades artísticas e culturais desenvolvidas no entorno da escola, por meio da elaboração e da aplicação de questionários abertos.
- Reconhecer o valor das manifestações artístico-culturais realizadas no entorno da escola, analisando-as com base na mobilização dos conhecimentos desenvolvidos ao longo das aulas.
- Produzir e compartilhar conhecimento sobre as práticas artístico-culturais locais, dando visibilidade à diversidade de manifestações e aos seus atores por meio da criação de um mapa digital.

Procedimentos

1. Antes de iniciar a criação do mapa, você e seus colegas vão precisar definir dois aspectos importantes: a abrangência da área de mapeamento e os tipos de atividades, eventos e espaços artístico-culturais que serão mapeados. Para isso:
   - definam, em conjunto, que atividades artísticas e culturais serão mapeadas. São muitas as possibilidades: cinemas, teatros, bibliotecas, espaços de eventos etc. Em relação à abrangência, a proposta é mapear os pontos da região do entorno da escola, mas o recorte espacial pode ser ainda mais bem definido por vocês;
   - observem que a maioria dos pontos de interesse artístico-cultural que estiverem dentro da área delimitada deve ser estudada e visitada; por isso, a definição de uma área muito grande pode dificultar a realização do trabalho;
   - definam um critério de seleção para filtrar, entre os pontos que existem no entorno da escola, aqueles que têm relevância para o mapeamento. Pode-se optar, por exemplo, por incluir apenas atividades ligadas a expressões da cultura popular regional, à cultura jovem ou, ainda, eventos e atividades gratuitos. É importante que o critério esteja claro para que as inclusões e exclusões de pontos no mapa sejam justificadas de forma coerente.
2. Com o critério e a abrangência territorial definidos, formem equipes de trabalho para:
   - **levantamento de dados**: os estudantes dessa equipe serão responsáveis por pesquisar os pontos e as atividades de interesse artístico-cultural que se enquadram nos critérios estabelecidos. Para isso, devem elaborar um questionário aberto, que será aplicado à população local;
   - **pesquisa de campo**: esse grupo deve visitar os locais, conferir sua localização exata, descobrir as possibilidades de acesso e confirmar as informações pesquisadas pela equipe de levantamento de dados;
   - **cartografia digital**: essa equipe será responsável por inserir as informações produzidas pelos grupos de levantamento de dados e de pesquisa de campo em um mapa digital;
   - **registro e divulgação**: esse grupo realizará a cobertura de todas as etapas do trabalho, fotografando e filmando todo o processo. O material produzido pode ser divulgado em conjunto com o mapa na internet.

Mapa turístico do município de Águas da Prata, São Paulo. Esse tipo de mapa é utilizado por agências de turismo governamentais ou particulares como forma de atrair visitantes a determinada região e orientar os turistas.

328 329

MovimentAção

A seção propõe um trabalho colaborativo voltado à intervenção cidadã e à participação ativa, na qual você e seus colegas terão a oportunidade de desenvolver atividades e um produto, geralmente com uso de tecnologia digital de informação e de comunicação.

OBJETO DIGITAL *Podcast*: Protagonismo indígena

Ícone Objeto Digital

Indica um objeto educacional digital para ampliar possibilidades de aprendizagem.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

SUMÁRIO

UNIDADE 1 Sociedade, política e cultura 12

CAPÍTULO 1 Produção de conhecimento 14

Conhecimento científico e práticas sociais 14

As diferentes formas de conhecimento 16

A contribuição da sociologia para a interpretação da sociedade contemporânea 22

Os métodos de análise sociológica da realidade social 24

A sociologia e a interpretação da sociedade do século XXI 29

Metodologias de pesquisa em Ciências Humanas 32

▪ **EM PAUTA** Refletindo sobre a violência urbana 34

▪ **Atividades** 36

ESTRATÉGIA DE ESTUDO Resumo 38

CAPÍTULO 2 Indivíduo, sociedade e cultura 40

Ação individual e estrutura social 40

A relação entre indivíduo e sociedade: perspectivas sociológicas 42

O processo de socialização 49

Diferentes significados de *cultura* 55

▪ **TRABALHO COM FONTES** Patrimônio cultural imaterial 58

A constituição da antropologia 60

Ideologia e comportamento social 63

▪ **TRABALHO E JUVENTUDES** Técnico em multimeios didáticos, processos escolares e pedagogia 69

▪ **Atividades** 70

UNIDADE 2 Trabalho, ciência e tecnologia 72

CAPÍTULO 3 Trabalho e desigualdades 74

Trabalho e capitalismo 74

O trabalho em Marx, Weber e Durkheim 76

As experiências de racionalização do trabalho 79

Toyotismo 80

Trabalho: cenário atual, avanços e retrocessos 81

▪ **TRABALHO COM FONTES** A divisão sexual do trabalho 84

▪ **EM PAUTA** Luta contra práticas ilegais e abusivas 88

▪ **Atividades** 90

CAPÍTULO 4 Estratificação social 92

As desigualdades sociais 92

Formas de estratificação 94

Brasil: a interpretação da pobreza e o cenário socioeconômico 98

▪ **TRABALHO COM FONTES** A centralidade do trabalho na sociedade 106

▪ **EM PAUTA** Desigualdade social e racismo ambiental 108

▪ **Atividades** 110

UNIDADE 3 Poder e política 112

CAPÍTULO 5 Poder, política e Estado 114

Uma definição dos conceitos 114

Poder 115

Política 120

O Estado 123

Algumas formas históricas de Estado moderno 132

▪ **TRABALHO COM FONTES** Max Weber e o conceito de dominação 133

▪ **Atividades** 134

CAPÍTULO 6 Governo e participação política 136

As formas de organização do Estado moderno 136

Democracia 140

▪ **EM PAUTA** Crise de representatividade na política brasileira 143

Teoria democrática moderna 144

Teoria democrática contemporânea 147

A democracia no Brasil 150

▪ **TRABALHO COM FONTES** Democracia e desigualdades 156

▪ **TRABALHO E JUVENTUDES** Técnico em serviços públicos, gestão pública e administração pública 157

▪ **Atividades** 158

UNIDADE 4 Conflitos e desigualdades 160

CAPÍTULO 7 Racismo na cidade contemporânea 162

Raça e racismo: aspectos socioantropológicos 162

O racismo no cotidiano: preconceito, discriminação e segregação 168

Etnia: o reconhecimento das diferenças 172

Multiculturalismo 173

Interculturalidade 174

Ações afirmativas 175

As questões raciais e a organização do espaço urbano 176

Conflitos urbanos: violência e segregação racial na cidade 179

A luta contra a desigualdade racial e a reorganização das cidades 184

▪ **TRABALHO COM FONTES** *A redenção de Cam* e a brancura como ideal de civilização 187

▪ **TRABALHO E JUVENTUDES** Técnico em edificações, construção de edifícios e arquitetura e urbanismo 188

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

▪ **Atividades** 189

CAPÍTULO 8 Gênero, sexualidades e identidades 192

A importância do debate sobre gênero 192

Sexo e gênero: entre a construção e a desconstrução 194

O patriarcado 198

A divisão sexual do trabalho: a mulher entre o público e o privado 201

Interseccionalidades: raça, classe e gênero 203

Identidade de gênero: sua instabilidade 205

▪ **TRABALHO COM FONTES** Desfazendo gênero 206

Sexualidade(s) em transformação 207

Movimentos sociais: feminismo(s) e LGTBQIA+ 210

▪ **EM PAUTA** Feminismos populares do Sul global 214

▪ **Atividades** 215

UNIDADE 5 Natureza em transformação 218

CAPÍTULO 9 Sociedade e meio ambiente 220

O que significa *meio ambiente*? 220

A problemática socioambiental 221

▪ **EM PAUTA** É possível diminuir os danos das mudanças climáticas nas lavouras e aumentar a produtividade? 232

Mudanças climáticas e crise energética 234

Modernização ecológica e ecologismo de resultados 235

Modernização e transformação social 236

Justiça ambiental e racismo ambiental 237

Modelo de desenvolvimento *versus* ambientalismo 239

▪ **TRABALHO COM FONTES** Legislação ambiental 242

▪ **TRABALHO E JUVENTUDES** Agroecologia e engenharia agronômica 243

▪ **Atividades** 244

CAPÍTULO 10 Críticas à colonialidade 246

Um convite às existências plurais 246

Por outras perspectivas de viver no mundo 247

Nêgo Bispo e a proposta contracolonial 255

▪ **TRABALHO COM FONTES** Adestrar e colonizar 256

Povos originários e povos indígenas 259

Povos indígenas no Brasil: diversidade linguística e étnica 261

▪ **EM PAUTA** Censo registra aumento vertiginoso de indígenas no Brasil 262

Quilombos e povos tradicionais de matriz africana 264

▪ **Atividades** 268

UNIDADE 6 Globalização, emancipação e cidadania 270

CAPÍTULO 11 Globalização, cidadania e direitos humanos 272

Globalização: uma abordagem interdisciplinar 272

A formação de blocos econômicos e a integração regional 278

Cidadania e direitos humanos 281

Movimentos sociais e democracia 287

Movimentos sociais como objeto de estudo 288

Movimentos sociais tradicionais e novos movimentos sociais 291

Movimentos sociais contemporâneos 292

▪ **EM PAUTA** Demarcação de Terras Indígenas 297

▪ **Atividades** 298

CAPÍTULO 12 Sociologia do desenvolvimento 300

Transformações políticas e econômicas e o desenvolvimento 300

Capitalismo: um sistema entre crises e desenvolvimento 301

Abordagens e perspectivas do desenvolvimento 304

O capitalismo e as novas perspectivas sobre o desenvolvimento na globalização 321

▪ **TRABALHO COM FONTES** O Brics e o desenvolvimento dos países periféricos 322

▪ **Atividades** 324

EDUCAÇÃO MIDIÁTICA Liberdade de opinião e crimes na internet 326

MOVIMENTAÇÃO O acesso à arte e à cultura 328

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMENTADAS 332

SUMÁRIO DOS OBJETOS DIGITAIS

Infográfico clicável: Inteligência artificial 29

Carrossel de imagens: A arte geométrica dos povos originários e dos quilombolas 57

Vídeo: Armadilhas das *fake news* 68

Infográfico clicável: 5 pontos sobre a CLT 75

Vídeo: Racismo ambiental 109

Carrossel de imagens: O direito ao voto 139

Vídeo: Análise documental 159

Infográfico clicável: O direito à moradia segundo a ONU 182

Vídeo: Análise de mídias tradicionais 189

Podcast: Consumo e moda 222

Podcast: Juventudes e manifestações pelo clima 234

Podcast: Protagonismo indígena 257

Mapa clicável: Povos indígenas e famílias linguísticas 261

Mapa clicável: Quilombos 265

Podcast: Reflexos de uma pandemia em um mundo globalizado 276

Carrossel de imagens: Manifestações por direitos no Brasil 284

Infográfico clicável: Agroindústria 301

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE 1

Sociedade, política e cultura

O Brasil é reconhecido por ser um país multicultural. Isso significa que crenças, conhecimentos e costumes de diferentes grupos étnicos, religiosos e regionais coexistem em constante tensão e interação, contribuindo para a formação da cultura brasileira e da identidade de cada um de nós. Além de expressões artísticas, como música, dança, cinema, moda e literatura, a cultura se expressa por meio das línguas, das produções materiais e imateriais e dos modos de vida estabelecidos em cada sociedade. A cultura também influencia a forma como a política é praticada. Ao mesmo tempo que a cultura pode promover mudanças sociais e políticas, a política depende da cultura para exercer seu poder e contribuir para a formação das identidades dos grupos sociais.

ERICA CATARINA PONTES/SHUTTERSTOCK

Bumba meu boi em São Luís, Maranhão. Fotografia de 2022. Registrado como patrimônio cultural imaterial do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o bumba meu boi funde devoção aos santos juninos, crenças em divindades de cultos de matriz africana e cosmogonia indígena da região.

A unidade "Sociedade, política e cultura" está presente nos quatro volumes desta coleção de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Confira, no quadro a seguir, os capítulos de cada componente que contribuem para a abordagem da temática dessa unidade.

A unidade "Sociedade, política e cultura" na coleção

Componente	Capítulos
História	3. Fluxos e conexões: comércio e cultura na Ásia, na África e na Europa antigas e medievais 4. Formação do Estado Moderno, Renascimento e Reforma Protestante 5. A expansão marítima europeia e a colonização da América
Geografia	9. Migrações, sociedades multiculturais e dinâmicas populacionais 10. Brasil: diversidade cultural
Sociologia	1. Produção de conhecimento 2. Indivíduo, sociedade e cultura
Filosofia	5. Cultura, linguagem e arte 6. Teorias sobre a crença, a morte e o amor

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Na prática

Você sabe explicar o que é sociedade? Esse conceito é amplamente discutido nas ciências humanas e é entendido de forma complexa. De maneira geral, é possível definir sociedade como o conjunto de pessoas que habitam determinado território e compartilham uma estrutura de relações sociais e culturais. Essa estrutura inclui normas, leis, valores, tradições, práticas, hábitos, costumes, modos de vida e instituições que facilitam a organização e a convivência. Você consegue identificar características da sociedade brasileira?

ANDRÉ DIB/PULSAR IMAGEM

Vista aérea da Aldeia Indígena Aiha, da etnia Kalapalo, no município de Querência, Mato Grosso. Fotografia de 2022. Alguns aspectos da estrutura social e cultural da comunidade indígena Kalapalo podem ser estudados pela forma de organização espacial da aldeia.

1. **Em sua opinião, quais são as motivações que nos levam a viver em sociedade?**
2. **Com base na definição de sociedade apresentada, seria pertinente questionar a possibilidade de os seres humanos viverem fora de uma estrutura social e cultural organizada? Como seria a vida se vivêssemos isoladamente, sem convivência com os demais?**
3. **Se os indivíduos de uma mesma sociedade compartilham uma mesma estrutura de relações sociais e culturais, por que pode haver conflitos entre eles? O que é preciso para viver coletivamente de forma harmoniosa? Debata com seus colegas essas questões.**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 1

Produção de conhecimento

Como o conhecimento pode melhorar a vida das pessoas? A sociologia surgiu e foi desenvolvida ao longo dos anos a partir de respostas possíveis a essa pergunta. Ao compreender que a produção do conhecimento é uma característica de todas as sociedades humanas, podemos utilizar as ciências sociais para conhecer a realidade social e identificar nela os diferentes tipos de conhecimentos e saberes produzidos pela humanidade. Ao final deste capítulo, você também será capaz de fazer isso ao analisar os contextos sociais, políticos e econômicos que estabeleceram uma hierarquia de saberes e conhecimentos que perdura até hoje, mas que passou a ser contestada por um movimento de descolonização do conhecimento que reflete os movimentos políticos e sociais de emancipação que marcaram o período mais recente da nossa história.

Conhecimento científico e práticas sociais

A pandemia ligada ao vírus da covid-19, que começou em 2020, trouxe transformações profundas nas mais variadas esferas da vida, como na produção de conhecimento. Por um lado, as equipes científicas trabalharam em uma cooperação global para entender o vírus e buscar tratamento e vacinas. Por outro lado, as chamadas patentes, que permitem o registro de descobertas científicas e o uso exclusivo do conhecimento a um grupo específico de pessoas, limitaram um avanço mais rápido e eficaz no combate ao vírus. Por isso, inúmeros países, como o Brasil, autorizaram a quebra temporária de patentes de vacinas e medicamentos ligados à covid-19 para ampliar a pesquisa e a produção desses itens de forma a beneficiar a população.

Para cada problema vivenciado por seres humanos em cada localidade do planeta, como a falta de comida ou a distância entre duas cidades, as sociedades têm buscado e encontrado diferentes soluções. Podemos então dizer que não há conhecimento sem prática e que cada relação e prática social podem dar início a uma série de conhecimentos e saberes. Eles são, assim, produzidos dentro de um contexto histórico e social. As ciências sociais podem nos ajudar a entender esses contextos, permitindo-nos igualmente analisar os limites e as potencialidades das diferentes formas de conhecimento.

KRISTIN PALITZA/PICTURE ALLIANCE/GETTY IMAGES

Cientista trabalhando no desenvolvimento da primeira vacina patenteada da África contra o coronavírus, na Cidade do Cabo, na África do Sul. Fotografia de 2021.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A Revolução Científica e as ciências sociais

O contexto histórico e social da produção de conhecimento das sociedades ocidentais foi marcado por muito tempo pelo domínio religioso. No século XVII, o físico Galileu Galilei teve seu pensamento sobre o universo questionado pela Igreja Católica e a Inquisição. Esse fato mostra que houve um longo processo nas sociedades ocidentais para que o chamado conhecimento científico pudesse ser aceito, consolidado e considerado como a base de nossa vida.

Somente a partir do século XVIII, devido a grandes revoluções que ocorreram no período, as sociedades e suas diferentes realidades começaram a ser discutidas e vistas como construções passíveis de transformação pela ação humana. Mais do que isso, essas transformações poderiam ser realizadas considerando os objetivos traçados pela própria sociedade, com base em princípios éticos modernos que propunham a liberdade, a igualdade e a fraternidade contra as formas tradicionais de dominação.

O contexto social que transformou o modo como as sociedades ocidentais olhavam para si mesmas e as converteu em objeto da ciência foi um processo sócio-histórico que envolveu três grandes revoluções: uma cultural (iluminismo), uma política (Revolução Francesa) e outra econômica (Revolução Industrial). Nesse contexto, o conhecimento religioso e filosófico construído ao longo dos séculos foi questionado por outra forma de compreender a realidade social: o conhecimento científico.

Essa Revolução Científica se deu, no entanto, num contexto de grandes desigualdades sociais e de colonização e escravização de povos da Ásia, África e América Latina. Como dissemos no início, o contexto do conhecimento é importante para entendermos seus limites e potenciais. Nesse sentido, o conhecimento científico não é neutro: ele pode ajudar a melhorar a vida das pessoas, com medicamentos e entendimentos sobre o universo e o planeta, mas pode também ser utilizado em guerras e na legitimação de formas de dominação. A **legitimação** diz respeito aos processos pelos quais aceitamos uma forma de poder, seja ela religiosa, política ou pessoal. Assim, podemos entender o conceito de **dominação** como a capacidade de se fazer obedecer.

O avanço do conhecimento científico permitiu compreender a realidade social no sentido de propor possíveis soluções para os inúmeros conflitos sociais contemporâneos. O surgimento da **sociologia**, ciência que objetiva compreender os conflitos, as permanências e as transformações das sociedades, em conjunto com a **antropologia** e a **ciência política**, deu origem ao campo do conhecimento denominado **ciências sociais**. Ainda que, na prática, a divisão entre as três ciências não seja rigorosa, por convenção, a antropologia prioriza os fenômenos culturais; a ciência política, as relações de poder e instituições políticas; e a sociologia, a análise das relações e estruturas sociais. Para que os fenômenos sociais, isto é, para que as experiências humanas que podem ser observadas sejam colocadas como objeto das ciências sociais, elas precisam ser problematizadas, ou seja, passar por um processo de estranhamento.

Neste capítulo, iniciaremos juntos a caminhada para entender como as ciências sociais nos permitem desnaturalizar nossas certezas por meio do método científico e compreender os contextos de produção de saberes e conhecimentos humanos. Nas ciências sociais, a ideia de **desnaturalização** é central e ela consiste em perceber os fenômenos sociais como construções humanas resultantes de outros fenômenos sociais – e não como aspectos imutáveis da natureza.

FERNANDO FAVORETTO/CRIAR IMAGEM

Estudantes fazem trabalho em grupo em uma sala de aula na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2018. O aprendizado coletivo e a cooperação são processos fundamentais para desenvolver não só maior capacidade física, intelectual e emocional como também o conhecimento científico.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As diferentes formas de conhecimento

A espécie humana não se limita a sobreviver no mundo. Ela também procura entendê-lo e modificá-lo de acordo com as diferentes formas como percebe a realidade. Essa busca, que articula a **realidade objetiva** (como se apresenta aos sentidos) e a **realidade subjetiva** (tal qual é percebida pelos indivíduos), é a matriz sobre a qual se constrói o que convencionamos chamar **conhecimento**.

Podemos definir o conhecimento como toda compreensão e prática adquiridas, cuja memória e transmissão permitem lidar com as tarefas do dia a dia. Quando uma pessoa age de acordo com sua experiência de vida, expressa uma forma de conhecimento do mundo. Correr a favor do vento e segurar um martelo pelo cabo são habilidades adquiridas com a experiência, um tipo de conhecimento construído cotidianamente. Do mesmo modo, quando um cientista anuncia uma descoberta, também apresenta um tipo de conhecimento sobre a realidade. Portanto, podemos afirmar que somos todos capazes de produzir conhecimento, mas existem diferenças de acordo com a forma como esse conhecimento é produzido.

Orientado pela observação e experiência e transmitido por gerações, o conhecimento produzido pelos grupos humanos adquire formas tão diversas quanto as próprias sociedades. Pode-se, por exemplo, resolver um problema imediato (como atravessar um rio sem se afogar), responder a uma questão transcendental, isto é, que vai além da nossa existência material (como o sentido da vida e da morte), resolver uma pendência legal (como determinar o justo proprietário de uma terra) ou desvendar as estruturas do universo (de que forma definir a menor partícula que compõe a matéria).

É possível tentar explicar as mais diversas questões com base na experiência ou mediante o que se aprende com os pais, na crença em Deus ou em um livro sagrado, em sistemas lógicos de pensamento ou, ainda, em regras e critérios sistemáticos de **investigação**, **classificação** e **verificação**.

As explicações obtidas com regras e critérios sistemáticos de investigação e de verificação constituem a forma de conhecimento que chamamos **ciência**.

A ciência é hoje o modo mais aceito de produção de conhecimento, pois possui características que permitem a possibilidade de ser criticada e corrigida; também por sua flexibilidade para absorver inovações e expandir sua área de atuação, pela eficiência na forma como orienta a intervenção no mundo e pelo caráter plural que permite sua prática em diferentes culturas. No entanto, ainda que ela seja importante para a produção material da sociedade, outros conhecimentos, baseados na prática e na experiência, estão presentes no cotidiano.

São exemplos disso a eficácia dos saberes tradicionais dos povos, assim como diferentes produtos da inteligência coletiva (desenvolvida por meio do trabalho colaborativo e disponibilizada para a sociedade especialmente por meio das novas tecnologias informacionais, como a internet).

LUCIOLA ZVARICK/PULSAR IMAGENS

Construção de oca pelo povo Waujá, na Aldeia Piyulaga, no Parque Indígena do Xingu, em Gaúcha do Norte, no Mato Grosso. Fotografia de 2019.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. O que se pode aprender sobre técnicas de construção a partir da observação da imagem e da leitura do boxe?
2. Identifique três conhecimentos que você adquiriu realizando tarefas cotidianas.

Imagens em contexto

Na construção de suas ocas, o povo Waujá utiliza troncos de árvore. A arquitetura indígena faz parte do conhecimento tradicional dos povos originários e incorpora técnica, tradição, valorização do coletivo e sustentabilidade. Hoje é estudada e serve de inspiração para o conhecimento arquitetônico produzido nas universidades.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Conhecimento religioso

O fato de a ciência ser a forma de produção de conhecimento mais amplamente aceita nas sociedades industrializadas não significa que outras formas tenham desaparecido. Quando o conhecimento sobre o sentido da vida ou sobre como proceder diante da inevitabilidade da morte é fundamentado na crença em mitos, deuses, lendas e histórias sagradas, ele é chamado **conhecimento teológico** ou **religioso**.

Diferentemente da ciência, a religião é um conhecimento sustentado pela crença na existência de uma realidade exterior ao mundo que influencia a percepção e a explicação da realidade social. Seus ensinamentos orientam uma compreensão e uma prática da vida fundamentadas em princípios mitológicos e sagrados.

Religião

A religião pode ser entendida como o conjunto de crenças e práticas comuns de uma coletividade, organizado com base em uma ou mais divindades, que determinam os princípios morais desse grupo e suas interpretações do mundo. Cada expressão ou manifestação religiosa é caracterizada por símbolos e rituais específicos. As tradições religiosas mais difundidas na atualidade são o cristianismo, o islamismo, o hinduísmo, o judaísmo e o budismo. Além dessas, existem milhares de outras manifestações religiosas em todo o mundo. No Brasil, por exemplo, predominam cinco grandes grupos: católicos, evangélicos, espíritas, afro-brasileiros e de outras manifestações religiosas, como o islamismo, o judaísmo, o budismo e o hinduísmo. Estas últimas representam apenas uma pequena parcela das crenças religiosas dos brasileiros.

Brasil: distribuição da população por religião – 2010

Religião	População (%)
católica	64,63
evangélica	22,16
sem religião	8,04
espírita	2,02
outras religiosidades cristãs	0,77
testemunha de Jeová	0,73
não determinada e múltiplo pertencimento	0,34
umbanda e candomblé	0,31
outras	1,00

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/137#resultado. Acesso em: 2 ago. 2024.

FERNANDO VIVAS/GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Lavagem da escadaria da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim. Salvador, Bahia. Fotografia de 2024.

Imagens em contexto

A Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim articula duas matrizes religiosas, a católica e a afro-brasileira. A celebração é realizada anualmente em Salvador, capital do estado da Bahia, desde o século XVIII, e foi reconhecida como patrimônio cultural imaterial do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 2013. A celebração dura onze dias do mês de janeiro e percorre diversos espaços da cidade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Conhecimento filosófico

Diferentemente do conhecimento produzido pela fé e pelas práticas religiosas, a filosofia empreende um esforço para dar sentido racional aos mistérios do mundo com base no questionamento e na reflexão. Esse sentido racional é traduzido na produção de uma **teoria**, que precisa ter uma coerência interna e uma proposição lógica.

Ainda que seus resultados não precisem ser comprovados em testes de verificação, eles não podem deixar de obedecer aos princípios da razão. Ao procurar responder a questões como "o que é?", "como é?" e "por que é?", ou, em outras palavras, ao buscar a essência, a significação e a origem das coisas, a filosofia se vale do **pensamento racional** e da **lógica** para justificar e sistematizar o conhecimento.

Conhecimento do senso comum

Desde que nascemos, apreendemos continuamente informações sobre o mundo. A convivência em sociedade nos transmite o que é essencial para sobrevivermos. Esse conhecimento fundamentado na experiência, ou na experiência que nos é transmitida, é chamado **senso comum**: é como se a **experiência** fosse um conjunto de fenômenos sobre os quais não coubesse questionamento e que, por esse motivo, se impõe como a base das opiniões, ideias e concepções que acabam por prevalecer em determinado contexto social.

O senso comum compreende o conjunto de saberes e práticas produzidos com base nas experiências cotidianas das sociedades humanas. É construído pela observação e pelo aprendizado diante dos fenômenos vivenciados no dia a dia e é transmitido de geração para geração. Nesse sentido, se diferenciam do conhecimento científico sistematizado em uma teoria. Uma teoria científica é um conjunto de princípios e/ou hipóteses que ajudam a construir uma explicação lógica do mundo. As teorias são em geral aplicadas a uma área de conhecimento específica e são associadas a um método que vai guiar a observação da realidade.

O senso comum é o conhecimento prático que orienta e dá sentido às ações no cotidiano. Na maior parte do tempo, ao tomarmos decisões, não realizamos experimentos em laboratório. Agimos de acordo com o que consideramos adequado, com base em nossa experiência no mundo. Quando o céu fica repleto de nuvens carregadas, não é preciso ser cientista para saber que logo virá uma tempestade. Sabemos disso porque, na maior parte das vezes em que ocorreu esse fenômeno meteorológico, o céu tinha sido tomado por nuvens escuras.

Explore — RESPONDA NO CADERNO.

1. Caracterize o conhecimento adquirido por Florentina.
2. Diferencie o conhecimento de Florentina do conhecimento de médicos formados em uma instituição de ensino.

Imagens em contexto

Florentina Pereira dos Santos, conhecida como Dona Flor, é descendente de quilombolas, ciganos e indígenas e é moradora do Povoado do Moinho, em Alto Paraíso, Goiás. Desde os 11 anos de idade, Florentina se dedicou a aprender sobre as plantas medicinais do Cerrado, tornando-se raizeira e parteira na comunidade.

ANDRE DIB/PULSAR IMAGENS

Dona Flor, em Alto Paraíso, Goiás. Fotografia de 2022.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Conhecimento científico

O escurecer do céu e a tempestade que o sucede podem ser analisados mediante a aplicação de um método rigoroso de investigação que explica as causas e as consequências desse fenômeno, as condições em que ele ocorre ou sua periodicidade. Ao seguir esse método, o investigador não apenas produzirá um conhecimento válido, como também poderá promover sua aplicação útil. A **ciência** é o conhecimento formal fundamentado na observação, classificação e experimentação, aliado à sua possibilidade de aplicação.

O conhecimento científico também é resultado da busca constante por explicações sobre os diferentes eventos que acontecem em nosso mundo. No entanto, essas explicações precisam ser construídas mediante rigorosa execução de um **método organizado**, com base em teorias coerentes e aceitas pelo conjunto dos cientistas. Compreendemos, dessa forma, a ciência como um estudo sistemático e metódico dos diferentes fenômenos naturais ou sociais. É realizado com base na seleção de um **objeto de pesquisa**, que é então analisado por meio de um conjunto de técnicas de investigação e de procedimentos de verificação aprovados coletivamente por um grupo de profissionais da área do conhecimento em questão.

EVE AIR MOBILITY/ZUMA PRESS WIRE/ALAMY/FOTOARENA

Ilustração artística do modelo de táxi voador elétrico proposto na capital do estado de São Paulo em 2023. O conhecimento científico pode fundamentar inovações tecnológicas que alteram os padrões sociais ao longo da história.

Ciência e senso comum: opostos ou complementares?

Desde que a ciência se estabeleceu como o principal meio de conhecimento dos fenômenos naturais e sociais, sua relação com o senso comum tornou-se objeto de debates. De um lado, estão aqueles que a consideram um conhecimento hierarquicamente superior ao senso comum; de outro, os que os consideram complementares.

O sociólogo brasileiro Pedro Demo defende que a pesquisa é o modo pelo qual se conhece a realidade. Ao comparar o senso comum com a ciência, ele afirma que o primeiro aceita a realidade sem questionamentos nem pesquisas. Isso equivale a afirmar que o Sol se movimenta em torno da Terra porque o vemos nascer no leste e se pôr no oeste. A ciência, ao contrário, é construída com base em pesquisas metodologicamente fundamentadas.

Os defensores da oposição entre ciência e senso comum destacam a ciência como conhecimento imparcial e racional, enquanto o senso comum é visto como um olhar parcial e irracional sobre a realidade. Essa concepção tem origem no iluminismo, movimento intelectual e político que defendeu a ciência como o caminho para a superação do Antigo Regime.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O iluminismo

O iluminismo foi um movimento intelectual surgido na Europa no século XVIII que teve grande influência nas transformações políticas e econômicas ocorridas naquele período. Suas propostas mais relevantes foram a defesa da liberdade econômica e política e a valorização da ciência como principal meio de compreensão do mundo. Seus ideais serviram aos interesses da burguesia nascente contra a estrutura social do Estado absolutista. John Locke, Voltaire, Charles de Montesquieu, Jean-Jacques Rousseau e Adam Smith são alguns dos principais teóricos do iluminismo e tiveram papel central na construção do pensamento social contemporâneo.

A defesa da ciência como único conhecimento válido e aceito e a crítica aos outros meios de explicação do mundo, principalmente o religioso, serviram de fundamento para que, no século XIX, uma corrente de pensamento conhecida como positivismo se desenvolvesse.

O positivismo

Corrente de pensamento criada pelo filósofo francês Auguste Comte (1798-1857). Para o positivismo, a ciência seria o único conhecimento útil a ser perseguido pela humanidade, a única maneira de investigar e conhecer a realidade e a única forma legítima de resolver os problemas que a impediriam de atingir sua plenitude.

O positivismo esteve relacionado ao surgimento da sociologia como ciência. Seu método exige que o investigador assuma uma atitude laica, isto é, não religiosa, e pragmática na busca dos princípios que governam a vida social, como um físico que procura identificar as leis do mundo natural. O positivismo defende o princípio de que a ciência é o caminho para o progresso da humanidade a partir do lema "o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim". A escola filosófica ganhou força na Europa na segunda metade do século XIX e começo do XX, período em que chegou ao Brasil, tendo exercido significativa influência no país, que expressa em sua bandeira republicana o lema positivista "Ordem e progresso".

Imagens em contexto

Depois de proclamada a República Brasileira em 1889, diversos edifícios públicos foram construídos e pinturas foram encomendadas para decorar seus interiores. Pedro Bruno foi um dos artistas chamados para essa tarefa. Nessa tela, que você também estuda no volume de história, a confecção da bandeira nacional, a mãe que alimenta o bebê e as mulheres e crianças remetem à construção de uma nova nação. A escolha do lema "Ordem e progresso" como parte do símbolo nacional, por sua vez, esteve associada às ideias positivistas: os republicanos pretendiam construir uma nação fundamentada no desenvolvimento por meio da razão e do conhecimento científico.

PEDRO BRUNO - MUSEU DA REPÚBLICA, RIO DE JANEIRO

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A pátria, pintura de Pedro Bruno, 1919.

Conhecimentos complementares

Em uma segunda vertente, estão aqueles que consideram a ciência e o senso comum conhecimentos complementares. A oposição entre ciência e senso comum se justificou nos séculos XVIII e XIX, principalmente nas ciências naturais, para promover a ciência como o principal meio de conhecimento do mundo. Na atualidade, tal oposição não se justifica e deve ser substituída por uma aproximação que transforme tanto o senso comum quanto a ciência. A antropóloga brasileira Manuela Carneiro da Cunha também chama a atenção para o potencial da colaboração entre ciência e conhecimentos tradicionais no Brasil, que é ainda limitada pelo que chama de colonialismo interno e a arrogância da ciência ocidental.

A contribuição de Paulo Freire

Essa percepção de ciência e senso comum como formas complementares de conhecimento também pode ser encontrada na obra de Paulo Freire (1921-1997). Segundo esse educador e filósofo pernambucano, não há produção de conhecimento sem que haja conexão entre o sujeito que o produz e sua realidade social. Isso significa que o senso comum determina o alcance e o tipo de conhecimento produzido. Contrapondo-se ao positivismo, Freire defende que o conhecimento da realidade se dá com base no modo como os indivíduos explicam o mundo em seu cotidiano e na valorização do saber popular – uma das modalidades do senso comum.

ODS 4

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

Segundo essa visão, todo conhecimento científico teria por objetivo converter-se em senso comum. Assim, em um tempo no qual a ciência se tornasse popular, o senso comum também passaria a adquirir novo caráter, mais crítico e menos receptivo a verdades prontas que não apresentassem fundamentos racionais e objetivos para serem validados. Nesse sentido, ciência e senso comum seriam percebidos como complementares.

Essa visão pode ser exemplificada em processos históricos ocorridos no passado: por exemplo, a classe burguesa que liderou a Revolução Francesa para depor o rei absolutista e proclamar uma república não aceitou a premissa religiosa que orientava o senso comum, segundo a qual os reis governavam por direito divino. Como resultado desse processo, se antes o senso comum aceitava que os reis fossem coroados por ordem divina, hoje ele rejeita essa hipótese, que, durante séculos, teve valor de verdade.

Os movimentos de independência das colônias africanas após a Segunda Guerra Mundial também são outro exemplo histórico dessa relação entre senso comum e ciência: a ideia de liberdade e democracia fez surgir um pensamento anticolonial que levou à organização de movimentos de independência nos países africanos, confrontando um poder que até então não podia ser contestado.

A pandemia de covid-19 também trouxe um novo cenário para a relação entre ciência e senso comum. A polarização entre aqueles que acreditavam nas medidas sanitárias e na vacina e os que negavam a eficácia da ciência, denunciando os interesses econômicos de grandes corporações, tomou proporções políticas. Pensadores, como a antropóloga brasileira Leticia Cesarino, apontam a quebra de confiança nos sistemas técnicos como consequência de como os meios digitais têm sido confeccionados nas sociedades neoliberais: o que se entende por ciência e a confiança que temos ou não nela são influenciados pelas redes sociais e pelas chamadas "**bolhas informacionais**".

Bolhas informacionais: fenômeno gerado por algoritmos que repetem informações e opiniões nas redes sociais para seus usuários, criando um ciclo de opiniões semelhantes, que limitam o acesso à pluralidade de opiniões existentes.

INSTITUTO PAULO FREIRE

Aula utilizando a metodologia Paulo Freire, em Angicos, no Rio Grande do Norte. Fotografia de 1963.

Imagens em contexto

Paulo Freire idealizou e teorizou uma pedagogia emancipadora, na qual o educando se liberta das visões naturalizadas pelas classes dominantes e constrói seu aprendizado utilizando a realidade de seu próprio contexto.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A contribuição da sociologia para a interpretação da sociedade contemporânea

Diferentemente dos modos de organização da vida social que a precederam, a sociedade contemporânea tem sido capaz de produzir explicações distintas sobre si mesma, graças ao papel exercido pelo conhecimento científico. Se pensar sobre a vida social é uma característica das sociedades humanas, com a sociologia esse pensar adquire rigor e perspectiva singulares, que se expressam na construção de diferentes métodos de análise sobre o mundo. A sociologia exerce duplo papel como ciência: estranhar e desnaturalizar a realidade social.

A Revolução Industrial e a Revolução Francesa

As transformações sociais, políticas e econômicas que culminaram com as revoluções Industrial e Francesa trouxeram para seus contemporâneos novos dilemas a serem enfrentados. Esse contexto é importante para compreendermos o estabelecimento da ciência como principal meio de explicar o mundo e o modo como a realidade social passou a ser interpretada.

No que se refere à Revolução Industrial, é importante entender que ela alterou profundamente as relações sociais e econômicas. Em lugar da tradicional economia agrária, consolidou-se uma realidade cada vez mais urbanizada, com o rápido desenvolvimento do comércio e da industrialização. Surgiu também uma mão de obra barata e abundante, formada principalmente pelos camponeses que haviam sido expulsos das antigas propriedades comunais, convertidas em propriedades privadas. Essa mão de obra foi submetida a condições laborais insalubres e a jornadas exaustivas, configurando um novo quadro social de exploração e desigualdade, cada vez mais afastado dos ideais iluministas.

No que diz respeito à Revolução Francesa, ela transformou radicalmente tanto o saber sobre a política quanto a sua prática. A **classe burguesa** ascendente, impedida pela aristocracia de governar durante o Antigo Regime, impôs uma nova maneira de ver o mundo, fundamentada na razão e na observação da realidade. Com base nessa nova compreensão, foram construídos princípios éticos de ação, que se transformaram na bandeira revolucionária: **liberdade**, **igualdade** e **fraternidade**.

GUSTAVE DORÉ – MUSEU BRITÂNICO, LONDRES

Dudley Street, Seven Dials, gravura de Gustave Doré, 1872. A pobreza gerada pela Revolução Industrial e suas consequências foi retratada em muitas obras de arte ao longo do século XIX.

Entretanto, a histórica desigualdade entre nobres e plebeus assumiu nova forma: a desigualdade entre proprietários (donos de terras e fábricas) e não proprietários (trabalhadores rurais e operários). O fim da servidão estabeleceu uma liberdade apenas formal, que desapareceu diante da necessidade de sobrevivência dos trabalhadores, aos quais era pago um pequeno salário em troca de jornadas laborais de até 16 horas diárias. A exploração dos senhores sobre os servos, que deveria ser eliminada pela fraternidade, ressurgiu então na forma do lucro, que enriquecia poucos à custa do trabalho de muitos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os ideais da Revolução Francesa e a independência do Haiti

Sobre a Revolução Francesa, o historiador brasileiro Osvaldo Coggiola escreveu:

> Seu caráter universal foi mais marcado que o de qualquer outra revolução democrática contemporânea. [...] foi definida como "o tempo da ideologia e da utopia", inspirado numa radicalização do "Espírito das Luzes", ou iluminismo, puxado violentamente para a esquerda, uma radicalização plenamente confiante na razão e oposta às crenças, tradições e experiências do passado, todas elas rejeitadas em bloco.

COGGIOLA, Osvaldo. Novamente, a Revolução Francesa. **Projeto História**, São Paulo, n. 47, p. 281-322, ago. 2013. p. 283.

ODS 10

Os ideais então proclamados (liberdade, igualdade e fraternidade) levaram tempo para se consolidar. Ao mesmo tempo, a nova condição de igualdade jurídica, mas de desigualdade econômica e social, foi questionada por intelectuais, movimentos sociais e trabalhadores organizados de diferentes setores da sociedade.

Assim, dois anos após a Revolução Francesa, outra se preparava: o Haiti, colônia francesa na América Central, utilizou-se da contradição existente entre os valores defendidos pelos revolucionários e a realidade de dominação e escravidão que existia na colônia e, em 1791, iniciou-se a revolução pela independência do país, com a construção de um regime republicano e o fim da escravidão.

BIBLIOTECA PÚBLICA DE NOVA YORK, NOVA YORK

Toussaint Louverture, gravura de autoria desconhecida, 1789.

Imagens em contexto

Toussaint Louverture é uma das lideranças mais conhecidas da Revolução Haitiana. Nascido escravizado em Santo Domingo, atual Haiti, liderou forças insurgentes defendendo a abolição da escravatura e a independência da ilha.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Mobilizando seus conhecimentos de história, analise por que é possível afirmar que a Revolução Francesa teve caráter universal.
2. No texto, a Revolução Francesa é definida como "uma radicalização plenamente confiante na razão". Explique o sentido dessa afirmação.

A busca por uma interpretação científica da realidade social

No contexto posterior à Revolução Francesa e à Revolução Industrial, a luta por melhores condições de vida e de trabalho e por participação política nas decisões sobre o destino da sociedade fez crescer o clamor por soluções que impedissem o esfacelamento da sociedade europeia. Esse espírito de insatisfação e a possibilidade de conhecer as causas das desigualdades e de criar soluções racionais mobilizaram o desenvolvimento das ciências sociais, ainda que de forma conservadora, sustentado pelo ***status quo*** diante de possibilidades radicais de transformação da sociedade.

Status quo: expressão utilizada no campo de Ciências Humanas para fazer referência a uma ideologia que defende a manutenção das instituições sociais tradicionais.

No momento em que os problemas da sociedade passaram a ser percebidos como passíveis de solução, ela se tornou objeto de estudo científico. Em seu *Curso de filosofia positiva*, Auguste Comte foi o primeiro a definir a sociologia como a ciência que busca a compreensão dos fundamentos das relações sociais. Naquele contexto, ela foi pensada como técnica para encontrar soluções para os problemas da sociedade industrial europeia, principalmente o da desigualdade, que tantos riscos causavam à ordem social capitalista e burguesa.

Ao longo dos últimos dois séculos, as análises da sociologia possibilitaram a compreensão não somente das questões relativas à industrialização, mas também das estruturas da sociedade contemporânea, contribuindo para que os indivíduos e as coletividades possam entender-se como parte dos processos e das instituições nos quais são plenamente capazes de interferir.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os métodos de análise sociológica da realidade social

A análise sociológica consolida progressivamente um conjunto de procedimentos (ou métodos) científicos que auxiliam na compreensão da realidade social. Nas ciências sociais, esses métodos são os caminhos que levam à explicação dos fenômenos sociais e à construção do conhecimento. Há três grandes vertentes metodológicas na sociologia, cada qual relacionada a um dos três grandes autores clássicos: o funcionalismo, a sociologia compreensiva e o materialismo histórico e dialético.

O funcionalismo ou método comparativo

Nas ciências sociais, o funcionalismo constitui uma teoria e um método para o estudo das consequências dos fenômenos sociais, inspirado inicialmente pelos modelos das ciências naturais. O funcionalismo procura explicar o funcionamento de uma parte da sociedade em sua relação com as demais, utilizando para isso a ideia de "função".

Essa metodologia foi desenvolvida pelo francês Émile Durkheim (1858-1917), um dos precursores da sociologia. Em suas obras, ele procurou discutir o objeto de estudo da sociologia e seus métodos para explicar os fenômenos sociais, buscando também distingui-la de outras disciplinas, como a biologia e a psicologia. Suas obras mais importantes foram *Da divisão do trabalho social* (1893), *As regras do método sociológico* (1895) e *O suicídio* (1897).

O método de Durkheim inspirou o desenvolvimento do funcionalismo, pois orientava seu estudo para a interpretação da relação entre os processos sociais e as necessidades por eles satisfeitas. Ou seja, para ele cada fenômeno social tem uma **função** no todo social, independentemente das percepções dos indivíduos.

Para Durkheim, a sociologia deveria explicar que os fenômenos sociais são regidos por forças que independem da vontade dos indivíduos, o que o levou a concluir que a transformação social não é fruto do desejo das pessoas, mas resultado das necessidades que surgem com a complexificação das relações sociais.

Para explicar a sociedade, o funcionalismo estabeleceu uma relação entre a função que cada órgão de um corpo desempenha no organismo e a forma como cada parte da sociedade contribui para o funcionamento do todo. Ao estudar a escola, por exemplo, o sociólogo identifica que ela é uma instituição que tem como função transmitir às novas gerações os saberes sobre a vida social, permitindo a sobrevivência dos valores e conhecimentos da sociedade.

Na análise funcionalista, há interdependência de todos os elementos de um **sistema social**, entendido como o conjunto formado pela interação orientada entre diferentes elementos na sociedade, de tal modo que qualquer alteração em um elemento interfere no desempenho do todo. Por isso, a análise sociológica deve considerar os fenômenos particulares do ponto de vista de sua integração ao conjunto da vida social. Com base nessa lógica, desenvolveu-se o método comparativo, que confronta e classifica diferentes sistemas sociais. Assim, ao comparar diferentes sociedades, Durkheim pôde classificá-las de acordo com seu grau de complexidade, mostrando que sociedades industriais apresentam maior grau de especialização e interdependência entre suas instituições do que sociedades tribais.

SEBASTIAN KAULITZ/SHUTTERSTOCK

Representação esquemática do corpo humano para fins didáticos.

Imagens em contexto

Émile Durkheim utilizou-se da analogia do corpo humano para explicar como a sociedade funciona. Para ele, assim como os diferentes órgãos do corpo humano dependem uns dos outros para funcionar corretamente, as diferentes partes da sociedade (instituições, grupos, indivíduos) são interdependentes, e cada parte desempenha uma função. Assim, da mesma forma que o médico se dedica a identificar os desequilíbrios que afetam o corpo de um paciente, o trabalho do sociólogo seria detectar os desequilíbrios em uma sociedade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O método compreensivo

Uma segunda vertente sociológica surgiu na Alemanha, com Max Weber (1864-1920). O sociólogo, historiador e economista alemão desenvolveu um método de análise conhecido como sociologia compreensiva. Sua metodologia utiliza-se do **tipo ideal**, um modelo conceitual criado para orientar a análise da realidade social. Ele afirma que, ao recortar o objeto de pesquisa, o cientista estabelece critérios para definir o que é mais relevante no universo temático ao qual se dedica. Tal escolha se dá com base em valores. Admitir que o cientista social estabelece um recorte é afirmar que o objeto de estudo é construído pelo cientista que o observa. Assim, o objeto de estudo não é uma "coisa" independente do olhar do cientista, como proposto por Durkheim.

De acordo com Weber, os fenômenos sociais exigem um método próprio de estudo, diferente daqueles utilizados pelas ciências da natureza. Estas procuram explicar os fenômenos naturais, que se caracterizam pela regularidade, enquanto as ciências sociais buscam interpretar os fenômenos da sociedade. Isso só é possível com a análise dos significados, ou seja, dos sentidos que as pessoas dão à vida e a suas ações em diferentes culturas.

O método compreensivo de Max Weber fundamenta-se na concepção de que a ação humana tem intenção e sentido próprios, cabendo à sociologia interpretar essa maneira de agir, tornando-a inteligível. Logo, para explicar os fenômenos sociais, o pesquisador deve descobrir a motivação dos atores neles envolvidos. Para o método compreensivo, o indivíduo e suas motivações são o ponto de partida para que o sociólogo possa conhecer a realidade social que se propõe a investigar – ou seja, a sociologia deve investigar e analisar a ação social. Para Max Weber, a compreensão dos fenômenos sociais está nos significados que os indivíduos conferem a suas ações.

Nesse sentido, os cientistas sociais também precisam se prevenir para não se deixarem influenciar somente por seus próprios valores. Por isso, o método weberiano pode ser entendido como uma **sociologia da ação social**.

Vale observar, entretanto, que, embora a sociologia weberiana atente aos aspectos subjetivos das ações humanas, não se trata de uma análise psicologizante, isto é, a busca weberiana pelos significados subjetivos das ações sociais não tem como foco analítico os processos mentais e emocionais internos dos indivíduos, mas sim os contextos histórico-culturais que delineiam essas ações.

Por exemplo, na obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, interessado em explicar por que o capitalismo industrial se desenvolveu primeiro em sociedades de predominância religiosa protestante, Weber investigou como as crenças calvinistas moldavam as atitudes humanas em relação ao trabalho e à acumulação de riqueza. Em sua análise, o pesquisador demonstrou como os calvinistas atribuíam ao sucesso econômico um significado religioso, concebendo-o como um indicativo de salvação. Essa relação os motivava a trabalhar arduamente. Para essa análise, Weber utilizou o método compreensivo interpretando o significado subjetivo das ações em um contexto histórico-cultural específico.

JOAQUIN GOMEZ SASTRE/NURPHOTO/SHUTTERSTOCK

Visitante na 12ª Feira de Reciclagem e Consumo Responsável em Torrelavega, na Espanha. Fotografia de 2024.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Explique o que é consumo consciente.
2. Em que contexto histórico-cultural o consumo consciente está inserido?

Imagens em contexto

Seguindo a sociologia compreensiva de Weber, na atualidade, um pesquisador poderia, por exemplo, analisar as motivações, os valores e os significados atribuídos ao consumo consciente pelas pessoas que o praticam.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O materialismo histórico e dialético

Uma terceira vertente do método sociológico surgiu no século XIX; porém, apenas no século XX o seu estudo foi incorporado formalmente às ciências sociais. Trata-se do **materialismo histórico e dialético**, cujas bases foram desenvolvidas pelo pensador alemão Karl Marx (1818-1883).

As teorias de Karl Marx a respeito da sociedade capitalista permitem a construção de uma reflexão crítica sobre as relações de produção e suas consequências para a organização social. Segundo Marx, o motor da história é a **luta de classes**, que teria início com a propriedade privada dos meios de produção. Para ele, são as condições materiais que definem problemas e soluções de uma sociedade.

Nesse método, combinam-se a interpretação materialista da história e a análise dialética da realidade social. De acordo com Marx, o materialismo seria a compreensão de que, na produção da vida material – isto é, na produção dos bens necessários à sobrevivência da sociedade –, são estabelecidas relações de produção em que determinados grupos exercem dominação sobre outros. Do conflito existente entre os diferentes interesses surgem as transformações históricas que geram novos modos de produção.

O caráter dialético da realidade social está na ideia de que a sociedade não é um todo "orgânico", mas, sim, uma realidade movida pela superação de seus antagonismos e suas contradições.

Segundo Marx, a dinâmica social explica-se no conjunto das **relações de produção**. São essas relações que determinam a chamada superestrutura da sociedade, formada pelos níveis jurídico-político (leis, normas e funcionamento político) e ideológico (representações que guiam nossas ações). O nível **jurídico-político** estrutura as relações de poder e o conjunto de leis que regulam a dinâmica social; a legislação estabelecida justifica legalmente a estrutura da produção, tanto na sociedade escravista como na feudal ou capitalista.

O outro nível da superestrutura da sociedade, o **ideológico**, é formado por um sistema de convicções que dá coesão aos membros do grupo social. Esse nível também seria reflexo da lógica de dominação do capital, pois as ideias da classe dominante tornam-se a maneira de pensar predominante. Entretanto, em determinados contextos, quando a classe dominada toma consciência dessa dominação, pode-se chegar à transformação de toda a base econômica da sociedade, levando a um novo sistema de relações econômicas e sociais.

Sugestão

O manifesto do partido comunista

Karl Marx e Friedrich Engels. Rio de Janeiro: Vozes de Bolso, 2011.

Publicado em 1848, produzido no contexto das revoltas daquele ano na Europa, esse manifesto é considerado um dos mais importantes e contundentes documentos políticos da sociedade contemporânea, tendo servido de base para a maioria das interpretações políticas e econômicas que se fazem dela.

Imagens em contexto

Na perspectiva marxista, as greves expressam a luta de classes, ao evidenciar o conflito entre o proletariado e a burguesia.

FABIO VIEIRA/FOTORUA/NURPHOTO/AFP

Motoristas e cobradores de ônibus em greve na capital de São Paulo. Fotografia de 2019.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O estruturalismo

O estruturalismo foi um movimento intelectual conduzido pelo linguista e filósofo suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913) no começo do século XX e desenvolvido na antropologia por Claude Lévi-Strauss nos anos 1940. Esse movimento entendia que a realidade social seria estruturada por signos e regras, os quais seriam responsáveis por moldar e determinar percepções e comportamentos.

Da mesma forma que falamos e compreendemos a fala dos outros por intermédio de uma linguagem dotada de vocabulário (signos) e gramática (regras) sem ter consciência dessa estrutura, o nosso pensamento e a compreensão de todos os aspectos sociais de uma sociedade poderiam ser estudados a partir desse mesmo princípio.

Um fundamento importante desse pensamento é o caráter relacional dos signos, ou seja, só podemos compreender o significado de um signo (de uma palavra ou conceito, por exemplo) em relação aos demais. Assim, a palavra "pai" só faz sentido quando a relacionamos às ideias de "mãe" e "filho". "Pai" não é "mãe" ou "filho" e só ganha sentido em relação a um conjunto de signos que estruturam a ideia que uma cultura faz de "família". É por isso que, além do caráter relacional, os signos têm outra característica, o da negatividade, pois os compreendemos pelo que não são.

No campo da antropologia, o estruturalismo tem como objetivo descobrir formas invariantes no interior de conteúdos diferentes, como formulou Lévi-Strauss, que aplicou essa forma de compreender o mundo quando estudou as "formas elementares de parentesco" e descobriu que os princípios que estruturam as relações familiares (consanguinidade, aliança e filiação) têm como fundamento a proibição do incesto, regra universal, presente em todas as sociedades humanas.

O pós-estruturalismo

Em maio de 1968, estudantes e movimentos sociais protagonizaram uma série de manifestações de revolta questionando os modelos tradicionais de dominação na Europa e nos Estados Unidos. No interior das universidades, a filosofia e as ciências sociais também produziram reflexões e teorias que passaram a questionar uma autoridade capaz de revelar a essência do funcionamento das sociedades humanas, sua cultura e a subjetividade dos seus membros. Assim, o termo "pós-estruturalismo" foi cunhado no final da década de 1960 nas universidades estadunidenses para identificar um conjunto de pensadores que orientavam seus estudos a partir de uma recusa do essencialismo presente no pensamento estruturalista francês.

Na produção filosófica, Michel Foucault, Jaques Derrida e Judith Butler são exemplos consagrados do pós-estruturalismo. Foucault mudou a análise clássica do poder, deslocando-a da centralidade de pessoas ou instituições para as relações sociais, nas quais o poder é exercido por meio de práticas discursivas que determinam o que é verdadeiro e correto numa sociedade. Derrida, por sua vez, desenvolveu a teoria da desconstrução, questionando a noção de uma linguagem e de um pensamento que podem capturar com precisão a realidade. Butler, por fim, levou a crítica a uma essência binária na estrutura das relações sociais para questões de gênero e identidade, questionando as noções tradicionais de sexo e sexualidade.

KEYSTONE-FRANCE/GAMMA-RAPHO/GETTY IMAGES

Imagens em contexto

O ano de 1968 foi marcado pela contestação das estruturas de poder tradicionais, alterando a vida política e cultural do Ocidente. A crítica aos fundamentos filosóficos da estrutura social levou ao desenvolvimento do pós-estruturalismo.

Trabalhadores e estudantes protestam em cima de um monumento na praça Denfert-Rochereau em Paris, França. Fotografia de 1968.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O pensamento decolonial

O pensamento decolonial começa a ser desenvolvido na passagem da década de 1980 para a de 1990, num contexto de críticas ao neoliberalismo produzidas por intelectuais latino-americanos. Tal pensamento promove questionamentos em relação às narrativas hegemônicas que sustentam o domínio político, econômico e cultural forjado numa visão eurocêntrica. Na lógica decolonial, outras formas de produção de saberes, oriundas de povos historicamente subalternizados e marginalizados, passam a ser reconhecidas como fontes legítimas de interpretações da realidade.

Para o pensamento decolonial, é fundamental compreender que o **colonialismo** não é um fenômeno circunscrito a determinado contexto histórico, mas um complexo sistema de opressões que são continuamente ressignificadas, adaptando-se aos períodos posteriores e fundamentando os pilares da modernidade. Desse modo, estruturas de desigualdades e hierarquizações seguem excluindo e marginalizando minorias sociais, com base nos mesmos argumentos de "progresso" e "avanço civilizacional" utilizados no contexto colonial dos séculos XV e XVI. Na visão decolonial, a modernidade não foi demarcada pela profusão de ideias de racionalização e liberdades individuais oriundas do iluminismo ou da Revolução Francesa, mas justamente nos processos de expansão colonial das potências europeias dos séculos XV e XVI.

Do ponto de vista metodológico, o pensamento decolonial rejeita a análise dominante de que os europeus produziram conhecimentos pretensamente universais que foram espalhados pelo mundo, reconhecendo a diversidade de perspectivas e saberes produzidos por grupos historicamente silenciados. Tal visão não busca apenas incluir saberes de sociedades não eurocentradas, mas promover uma crítica às estruturas de poder que justamente condicionaram tais saberes a uma situação de inferioridade.

Nesse contexto, destacam-se as contribuições do sociólogo peruano Aníbal Quijano (1928-2018), que buscou compreender os processos de dominação exercidos na América Latina, não apenas do ponto de vista histórico, mas especialmente na contemporaneidade. Quijano desenvolve a categoria **colonialidade do poder**, buscando destacar que tal dominação estaria exercida em dois eixos centrais: de um lado, um sistema de dominação cultural, que passa a controlar a produção de saberes a partir de uma lógica hierárquica, em que a perspectiva racional eurocêntrica assume posição protagonista; de outro, a consagração de um sistema de exploração globalmente articulado pela lógica capitalista, em que as relações de trabalho servem à hegemonia do capital.

JOSÉ BRITTO/FOLHA DE PERNAMBUCO/FOLHAPRESS

Grupo Os Magnatas do Passinho S.A. dançando o passinho dos maloka, estilo de dança originário da periferia de Recife, Pernambuco. Fotografia de 2019.

Por fim, Quijano defende que a decolonialidade não pode ser pensada meramente como uma perspectiva científica ou acadêmica, mas deveria tornar-se um princípio norteador para práticas cotidianas que visem à reconstrução cultural e social da modernidade. Ao romper com estruturas do colonialismo, o pensamento decolonial abre caminho para a construção de novas formas de relações e organizações da sociedade civil que possam realmente considerar e valorizar a diversidade do mundo em que vivemos, sendo inspiração para uma leitura crítica e também esperançosa de futuro.

ODS 10

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Relacione a marginalização do *funk* e de outras expressões culturais juvenis periféricas à categoria de colonialidade do poder desenvolvida pelo sociólogo Aníbal Quijano.
2. Dê exemplos de grupos sociais historicamente silenciados no Brasil.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

OBJETO DIGITAL Infográfico clicável: Inteligência artificial

A sociologia e a interpretação da sociedade do século XXI

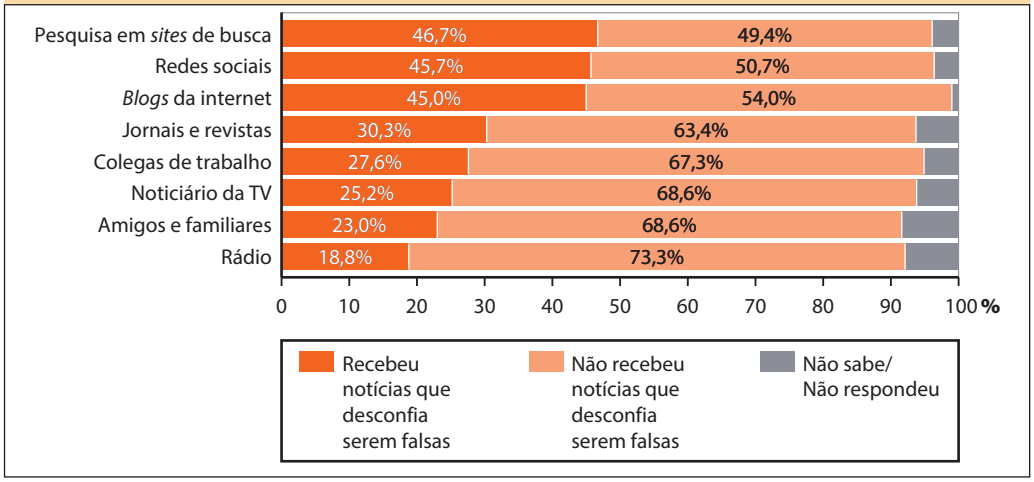
Testemunhas de eventos como a consolidação da China como potência global e do progressivo avanço das tecnologias de comunicação e da inteligência artificial, as últimas décadas podem ser caracterizadas por um conjunto de transformações que alteraram significativamente a estrutura social em todo o planeta. As mudanças pelas quais passam a economia, a cultura, a política e todas as esferas da vida social têm sido cada vez mais objeto de pesquisas, e a ciência, em seus diferentes campos, tem sido convocada a dar conta de novas realidades, constituídas de elementos como novas relações de trabalho e novos arranjos políticos e de diferentes aspectos da sociabilidade, como a criminalidade violenta e o consumismo.

Uma dessas interpretações reconhece que, tendo como base uma revolução causada pelo avanço das tecnologias da informação, produziu-se uma remodelação cada vez mais rápida das estruturas sociais. Partindo dessa constatação, o sociólogo espanhol Manuel Castells (1942) mostra que as economias do mundo estabeleceram um novo processo de **interdependência global**, que transformou radicalmente as antigas formas de relação entre a economia, o Estado e a sociedade.

Segundo Castells, todas as alterações de caráter econômico, cultural e político devem ser analisadas em relação às transformações tecnológicas de informação, pois o fluxo de informações – isto é, o modo pelo qual elas se propagam e estabelecem diferentes redes sociais – altera os padrões de reprodução social, resultando em constantes mudanças no tecido social. A internet, o trabalho flexível (grandes variações nas condições contratuais, flexibilidade de horário e local de trabalho, novas formas de gestão do trabalho e da produção etc.) e as Organizações Não Governamentais (ONGs) transnacionais são exemplos dessas mudanças, bem como as formas de relacionamento virtual, entretenimento eletrônico e cooperação internacional. Com essas transformações, Castells vê surgir um novo processo social, que ele chamou de **sociedade em rede**, ou **sociedade informacional**.

Jennifer Gabrys, pesquisadora e professora em Mídia, Cultura e Meio Ambiente no Reino Unido, procura pensar sobre as consequências da crise climática e da escala planetária dos fenômenos humanos contemporâneos. Ela observa que a ideia de "planeta Terra" tem sido mobilizada nos discursos tecnológicos, ambientais e políticos, e de como a natureza vem sendo cada vez mais monitorada. Para explicar esse processo, a pesquisadora cunhou o termo *smart forests* para descrever as tecnologias usadas no monitoramento de ambientes naturais. As catástrofes ambientais como incêndios, enchentes e deslizamentos levam a uma ideia de que a tecnologia seria necessária para prever e controlar tais fenômenos. No entanto, para ela, deve existir um debate de como e por quem esses dados serão utilizados, tendo em vista que o crescimento do uso da internet pode ampliar o acesso à informação, mas também à desinformação.

Brasil: percepção sobre veracidade de notícias recebidas, por fonte – 2019



Fonte: BÜLOW, Marisa von; STABILE, Max. "*Fake news*": os brasileiros acreditam? Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação. Belo Horizonte, 23 maio 2018. Disponível em: https://www.institutodademocracia.org/single-post/fake-news-os-brasileiros-acreditam. Acesso em: 4 jun. 2024.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Você recebe notícias que desconfia que sejam falsas? Que elementos presentes ou ausentes nessas notícias colaboram para essa percepção?
2. Analise os dados do gráfico e informe de que maneira o acesso a notícias falsas pode interferir no tecido social. Em seguida, opine com base em seus conhecimentos prévios e em sua experiência.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

O Brasil na sociologia do século XXI

Octavio Ianni, sociólogo paulista falecido em 2004, interpretou o Brasil com base no método dialético ao analisar as relações entre os fenômenos sociais, compreendendo que são principalmente relações de conflito e de contradição.

Ao final da vida, Ianni dedicou-se a revelar os processos do capitalismo globalizado. Segundo ele, apesar de o capitalismo ser visto como um símbolo de progresso e modernização, não se pode deixar de levar em conta que esse sistema socioeconômico também reproduz, continuamente, desigualdades sociais. Para Ianni, o capitalismo, como uma grande fábrica, é gerido por poucos, em benefício de alguns e em prejuízo de muitos.

Se, para compreender as novas questões sociais, é indispensável entender a estrutura do sistema capitalista em seu estágio atual no Brasil e no mundo, também é necessário um olhar mais próximo da sociabilidade cotidiana. O sociólogo Luiz Antônio Machado da Silva é uma referência nesse campo, com estudos sobre os diferentes aspectos da sociabilidade urbana brasileira desde 1970, a respeito dos quais interpreta manifestações tão diversas quanto os movimentos sociais, os botequins e o comércio informal, por exemplo.

Os objetivos, as causas e a compreensão pelas pessoas de suas ações e as influências sociais a que estão submetidas podem ser investigados nessas situações, que, apesar de parecerem banais, revelam aspectos importantes do modo como se faz política em nossa sociedade, dos códigos de comportamento que determinam o que se julga certo ou errado e dos rituais em que se depositam as esperanças ou pelos quais extravasamos nossas frustrações. Para Luiz Antônio Machado da Silva, uma nova maneira de interação estabeleceu-se nas grandes cidades, traduzida pelo conceito de **sociabilidade violenta**, articulada não só com a representação social da criminalidade, mas também com a **segregação socioespacial**.

Os objetos contemporâneos estudados pelas ciências sociais não se esgotam nesses temas. Podemos partir de uma questão como o desemprego e descobrir temas como a divisão internacional do trabalho, as condições de saúde do trabalhador, as políticas de previdência social e habitação popular, a cultura da periferia e suas manifestações artísticas, assim como a distribuição das ações criminosas entre os bairros das cidades.

Uma vontade de saber inesgotável e uma insatisfação com conclusões prontas ou apressadas conduzem o cientista social, por meio de diferentes métodos, a construir interpretações que revelam fenômenos inacessíveis ao espectador casual. O valor dessas interpretações pode ser apropriado pelo senso comum, que se torna mais esclarecido, ou ser utilizado por técnicos e políticos para apresentar soluções objetivas a problemas específicos. Elas servem ainda de referência para futuras pesquisas de outros cientistas, para que aprofundem ou mesmo refutem, quando for o caso, seu trabalho. E essa é a razão de ser da prática científica enquanto durar a curiosidade humana. Assim avançam as ciências sociais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Imagens em contexto

A violência urbana é um fenômeno que existe desde os primeiros processos de urbanização. A atual violência nas cidades deu origem a uma forma de interação que o sociólogo Luiz Antônio Machado da Silva denomina "sociabilidade violenta", relacionada também com a segregação socioespacial.

JOSÉ LUCENA/THENEWS2/FOLHAPRESS

Protesto de moradores do Morro da Providência contra a violência, na capital do Rio de Janeiro. Fotografia de 2021.

A produção do conhecimento sociológico

O conhecimento sociológico é sempre resultado de uma combinação entre o modo como os fenômenos sociais se apresentam e a perspectiva pela qual o cientista os observa. Cabe ao pesquisador descobrir as contradições presentes nos discursos e nas práticas dos diversos grupos, deslocando-se dos fenômenos sociais para os sociológicos. Ao realizar esse deslocamento, o sociólogo problematiza o que observa, fazendo um recorte da realidade social.

Segundo Octavio Ianni, na sociologia, assim como nas outras ciências sociais, as condições de existência dos cientistas são componentes fundamentais de suas atividades. Dessa maneira, ao escolher estudar determinado aspecto da realidade social, o pesquisador sempre procederá com base na perspectiva de seu tempo e de seu lugar na sociedade.

Hoje, as questões relativas à vida cotidiana – como crime, gênero, sociabilidade, juventude, envelhecimento, violência doméstica, religiosidade, saúde e afetividade – são tratadas pelas ciências sociais, e os avanços desses estudos tendem a orientar políticas públicas ou mesmo o debate na sociedade, mediante veículos de divulgação científica que influenciam e enriquecem o senso comum, tornando-o mais crítico.

Para exemplificar o que foi dito, podemos citar o relatório de 2023 da pesquisa *Atlas da violência*, realizada anualmente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

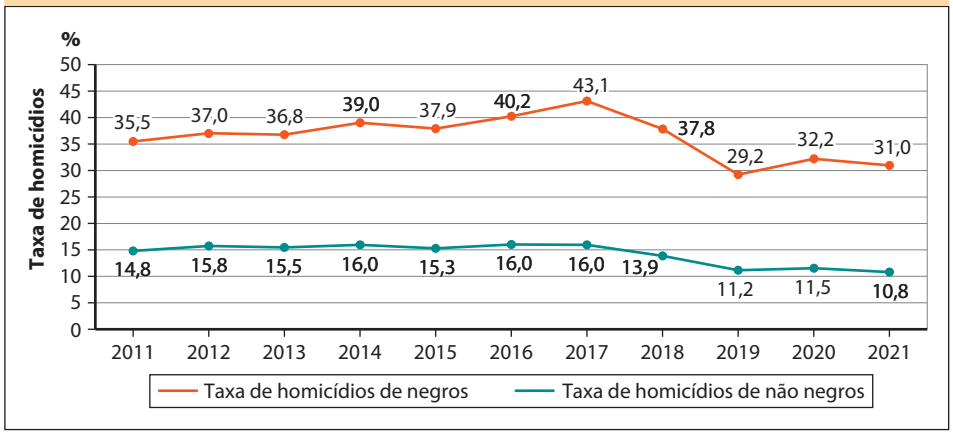
Nessa pesquisa, constatou-se que no Brasil a violência é a principal causa de morte dos jovens com idade entre 15 e 29 anos. Em 2021, de cada cem jovens nessa faixa de idade que morreram, 49 foram vítimas de violência. Dos 47.847 homicídios ocorridos no Brasil nesse ano, 50% vitimaram jovens entre 15 e 29 anos, sendo a maioria homens. O estudo revelou também que o registro de homicídios de pessoas negras correspondeu a 77% dos mortos.

Os dados sobre violência no Brasil foram obtidos em: CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2023**. Brasília, DF: Ipea; FBSP, 2023, p. 22, 42 e 45.

Outro ponto de destaque na análise desse fenômeno é a violência contra a mulher, em especial a que ocorre dentro do domicílio, pois o número de homicídios femininos ocorrido no interior das residências não tem sofrido redução. Outro aspecto a ser destacado é que a violência é mais presente entre as mulheres negras do que entre as não negras.

Com base nesses dados, os órgãos governamentais podem elaborar políticas públicas de redução da violência contra a juventude, ao mesmo tempo que os **movimentos sociais** podem se organizar para criar estratégias de enfrentamento dessa situação, de modo que seja possível reduzir as taxas de violência homicida contra a juventude pobre e negra das grandes metrópoles.

Brasil: taxas de homicídios de negros e não negros a cada 100 mil habitantes – 2011-2021



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2023**. Brasília, DF: Ipea; FBSP, 2023. p. 53.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Em 2021, qual era a diferença entre as taxas de homicídios de negros e não negros no Brasil?
2. O que a comparação da evolução das taxas entre 2011 e 2021 revela?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Metodologias de pesquisa em Ciências Humanas

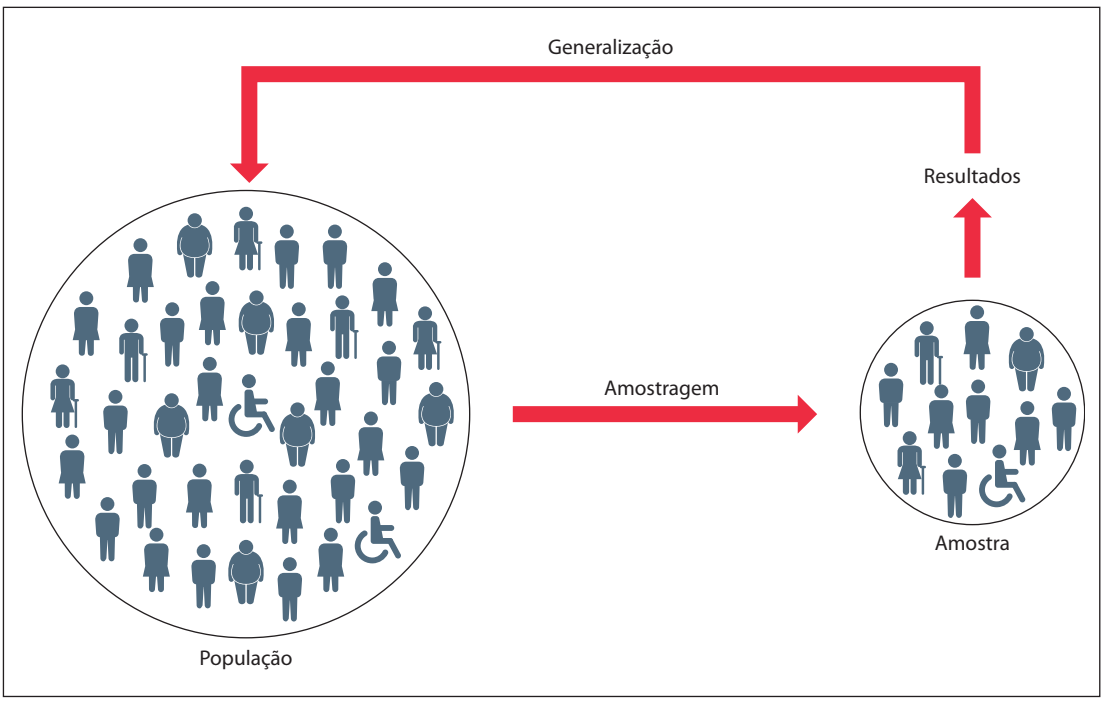
Metodologias de pesquisa são técnicas que os cientistas utilizam para realizar seu trabalho de obtenção de evidências que embasem uma teoria ou interpretação de mundo. A sociologia utiliza principalmente dois procedimentos para obter informações sobre a realidade social:

- **Pesquisa quantitativa**: utilizada quando se pretende analisar a sociedade com base em dados por meio de ferramentas estatísticas. Geralmente são aplicados questionários a certo número de pessoas representativas do grupo social pesquisado. São exemplos de método quantitativo as pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- **Pesquisa qualitativa**: utilizada para obter informações aprofundadas com base em um universo reduzido de análise. É realizada principalmente com informações obtidas pela observação direta dos grupos estudados, pela entrevista aberta ou pela observação participante, situação em que o pesquisador vive por determinado tempo com o grupo estudado. As etnografias produzidas pelos antropólogos sobre populações indígenas são exemplos de pesquisas qualitativas.

Técnicas e procedimentos de pesquisa

Dentre as diferentes técnicas e os diversos procedimentos desenvolvidos na pesquisa social em Ciências Humanas, podemos destacar os seguintes:

- **Revisão bibliográfica**: consiste na análise crítica das fontes relevantes sobre um tema de pesquisa para a sistematização do estado atual do conhecimento em determinada área e identificação de lacunas que possam ser exploradas em novos estudos.
- **Análise documental**: procedimento de análise de documentos escritos, como relatórios, jornais, cartas, leis, entre outros, para a obtenção de informações sobre um fenômeno social. Essa metodologia é útil para investigar processos históricos, políticas públicas, movimentos sociais e outros aspectos da sociedade.
- **Construção e uso de amostragens**: método para coleta de dados e produção de inferências sobre um universo populacional grande a partir da análise de uma parte desse grupo (amostra). Essa metodologia é amplamente utilizada em pesquisas quantitativas, permitindo generalizações sobre uma população maior com base nos resultados da amostra.



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: REGO, Thaís Cristina F. Utilização de grupos focais em teses e dissertações do programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal de Uberlândia. **Revista Multitexto**, Montes Claros, v. 2, n. 1, p. 61-68, 2013.

Representação esquemática para fins didáticos da diferença entre população e amostra.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

- **Construção e uso de questionários**: os questionários são instrumentos de coleta de dados mais usados nas análises qualitativas, em geral compostos por uma série de perguntas padronizadas. Essa metodologia é utilizada para a coleta de informações de uma amostra de respondentes sobre práticas, opiniões, comportamentos e outras variáveis de interesse.
- **Estudo de caso**: metodologia que envolve uma análise aprofundada e detalhada de um único caso ou um conjunto limitado de casos exemplares de um fenômeno social (comunidades, grupos sociais, famílias, grupos de trabalho, empregadores etc.). O estudo de caso é frequentemente utilizado para investigar fenômenos complexos, permitindo análises comparativas e longitudinais.
- **Estudo de recepção**: recurso metodológico focado na forma como as pessoas recebem e interpretam diferentes formas de mídia e cultura e como respondem a elas. Essa metodologia investiga a relação entre meios e audiência, revelando como o público percebe e atribui significado às mensagens transmitidas pela mídia e como essas percepções influenciam o comportamento social sobre temas como violência, religiosidade, movimentos sociais, entre outros.
- **Observação**: consiste na inserção do pesquisador na comunidade ou no grupo a ser investigado para coletar de forma direta e sistemática eventos, comportamentos e interações sociais em contextos espontâneos. Permite ao pesquisador identificar evidências de práticas ou opiniões sobre as quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento.
- **Tomada de nota e construção de relatórios**: consiste em registrar sistematicamente observações, impressões e reflexões durante o processo de pesquisa. Essa metodologia é fundamental para documentar e analisar os dados coletados durante o estudo e servem de base para o desenvolvimento de hipóteses e teorias.
- **Entrevistas**: envolve a coleta de dados por meio de conversas estruturadas ou semiestruturadas com participantes da pesquisa. As entrevistas são uma metodologia qualitativa que permite aos pesquisadores explorar experiências, perspectivas e significados subjacentes aos fenômenos sociais estudados.
- **Grupo focal**: estratégia de pesquisa que envolve entrevista e debate intenso com um pequeno grupo de participantes sobre um determinado tema ou questão. Os grupos focais são utilizados para explorar percepções, opiniões e atitudes coletivas em um ambiente de interação com objetivos tão diferentes como avaliação de programas, *marketing*, regulamentação pública, propaganda e comunicação etc.
- **Análise de mídias tradicionais**: envolve a análise crítica de conteúdos veiculados em mídias tradicionais, como jornais, revistas, televisão e rádio. Essa metodologia é utilizada para investigar como a mídia influencia a opinião pública, molda a cultura e reflete as relações de poder na sociedade.
- **Análise de mídias sociais**: consiste na análise de conteúdos gerados por usuários em plataformas de mídia social, que são canais disponíveis na internet para a interação em tempo real ou de forma assíncrona entre as pessoas e que produzem valor na interação e no conteúdo gerado. Essa metodologia é utilizada para examinar padrões de comunicação, interação e comportamento social *on-line* por meio de análise de sentimentos, modelagem de tópicos, classificação e categorização de postagens, identificação de tendências, entre outros.
- **Pesquisa-ação**: envolve a colaboração entre pesquisadores e participantes da pesquisa para identificar e resolver problemas sociais em contextos específicos. Essa metodologia tem como objetivo não apenas produzir conhecimento sobre um problema específico, mas também promover mudanças positivas na prática e na comunidade a partir desse conhecimento.

FERNANDO FAVORETTO/CRIAR IMAGEM

Estudantes na capital de São Paulo. Fotografia de 2019.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Refletindo sobre a violência urbana

A violência, dentre outras questões da vida cotidiana, é um dos fatores da realidade social estudados pela sociologia.

Leia o texto a seguir, do sociólogo Michel Misse, um dos mais importantes pesquisadores brasileiros da área de crime e violência no Brasil, no qual ele discorre sobre o tema da violência no âmbito urbano explicitando um dos objetivos da produção de conhecimento sociológico: encontrar soluções para prevenir a reprodução dos problemas contemporâneos causados por fenômenos sociais.

A palavra portuguesa "violência" (como também em outras línguas latinas e mesmo no inglês) vem do latim *violentia*, que significava a "força que se usa contra o direito e a lei". Violento (*violentus*) é quem agia com força impetuosa, excessiva, exagerada. O emprego retórico da palavra passou a lhe conferir significados cada vez mais largos: a violência dos ventos, a violência das paixões, a violência da expressão. E não é senão por violência da expressão primitiva que o termo passou a significar qualquer ruptura da ordem ou qualquer emprego de meios para impor uma ordem. Em alemão, a palavra *gewalt* significa ao mesmo tempo "poder" (no sentido da origem do direito) e *violência* (no sentido de força imposta). Nas línguas latinas, a mesma ambiguidade permeia o emprego de palavras como "poder" e "dominação", que só alcançam superar plenamente seu duplo sentido quando transformadas em "autoridade".

O que faz a diferença, aqui como em qualquer outra língua, é o quanto de legitimidade (isto é, de anuência ou concordância da parte de quem se encontra sob o poder e a dominação, neste caso sob a autoridade) que se confere ao uso do poder e da violência. Supor a necessidade de legitimidade para a estabilidade da dominação implica, por sua vez, a possibilidade da deslegitimação. Trata-se aqui de um conflito de significações sobre quem pode e quem não pode usar da força e sob que condições o conflito pode se desenvolver. A violência, assim, passa a significar o emprego da força ou da dominação sem qualquer legitimidade. É violento aquele de quem se diz que não pode usar da força e a usa, ou aquele de quem se diz que abusa do poder que lhe fora conferido para usá-la em certas circunstâncias. É violento, enfim, aquele que usa a força para impedir o conflito e abafar toda resistência. O problema, portanto, reside em saber quem define o sujeito da violência.

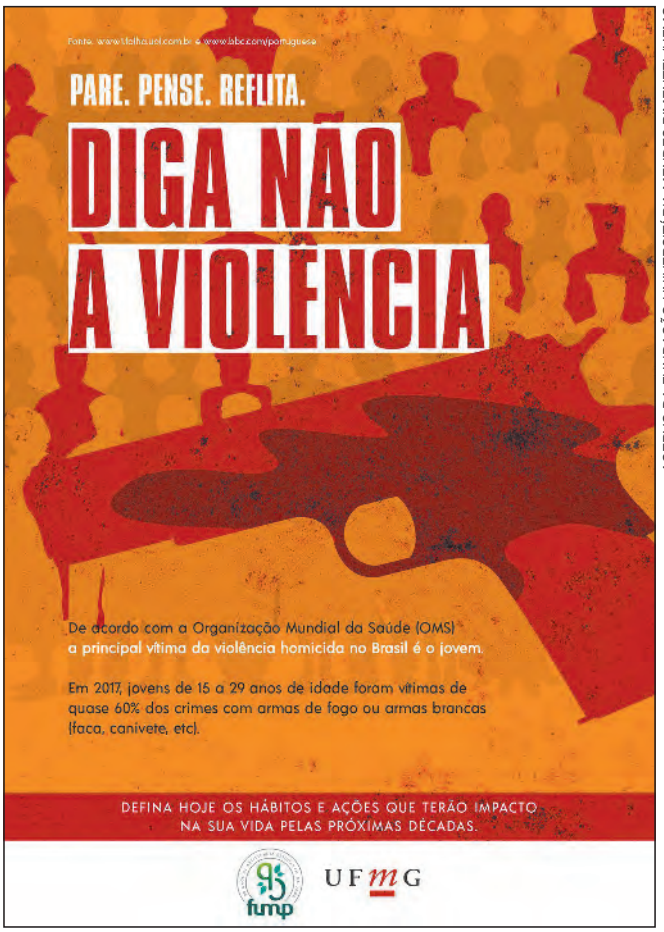
[...]

Cartaz de campanha da Prefeitura de Juiz de Fora, em Minas Gerais, 2019.

ACERVO DA PREFEITURA DA CIDADE DE JUIZ DE FORA (MG)

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A violência urbana diz respeito a uma multiplicidade de eventos (que nem sempre apontam para o significado mais forte da expressão violência) que parecem vinculados ao modo de vida das grandes metrópoles na modernidade tardia. Esses eventos podem reunir, na mesma denominação geral, motivações e características muito distintas, desde vandalismos, desordens públicas, motins e saques até ações criminosas individuais de diferentes tipos, inclusive as não intencionais como as provocadas por negligência ou consumo excessivo de álcool ou outras drogas. Além disso, a expressão violência urbana tenta dar um significado mais sociológico a esses eventos, interligando-os a causas mais complexas e a motivações muito variadas, numa abordagem que preconiza a necessidade de não desvincular esses eventos da complexidade de estilos de vida e situações existentes numa grande metrópole. A ampliação dos eventos que cabem no uso da expressão decorre exatamente da ampliação da experiência e da demanda de relações sociais pacificadas e civilizadas. Violência urbana e incivilidade tornam-se assim, na segunda metade do século vinte, duas faces de uma mesma moeda.



ACERVO DA FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA MENDES PIMENTEL/UFMG

Cartaz contra a violência produzido pela Fundação Universitária Mendes Pimentel, da Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

Duas abordagens diferentes da violência urbana se completam, mas não devem ser misturadas: numa toma-se posição e acusa-se a violência indesejada. Nela, o uso de expressões denunciadoras é normal e esperada: é o caso de editoriais da imprensa, de cartas de leitores, de manifestações políticas, de discursos ideológicos; na outra abordagem, procura-se colocar entre parênteses a denúncia e a emoção e examinar-se o assunto com o máximo de isenção e compreensão possível, visando não racionalizá-lo ou defendê-lo, mas explicá-lo com recurso às disciplinas acadêmicas que o estudam. Para que serve compreender o que nos causa horror? Para, ao estudarmos suas causas, tornarmo-nos capazes de preveni-lo através de políticas públicas inteligentes, legítimas e eficazes, que evitem reproduzir nelas mesmas o círculo vicioso da própria violência.

MISSE, Michel. Introdução. *In*: LIMA, Roberto Kant de; MISSE, Michel (coord.). **Crime e violência no Brasil contemporâneo**: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2006. p. IX, XI e XII.

ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO.

1. **O texto menciona que a palavra *violência* tem origem latina e que seu significado se ampliou ao longo do tempo. Com base no texto, explique como essa ampliação de significado ocorreu e discuta a importância dessa mudança para a compreensão contemporânea da violência urbana.**
2. **Faça uma pesquisa sobre dados oficiais a respeito da violência no Brasil focando na comparação entre as regiões do país. Liste os diferentes indicadores de violência mensurados nesses estudos (homicídios, latrocínios, furtos, feminicídios etc.) e compare os dados de seu município ou da sua unidade da federação com a taxa média do país.**
3. **Pesquise também sobre o teor e a eficácia de leis aprovadas e de políticas públicas de diferentes esferas (federal, estadual e municipal) que buscam solucionar ou reduzir as variadas formas de violência urbana.**
4. **Em grupos, discuta com seus colegas e elaborem propostas para sanar problemas relacionados à violência que ocorrem em seu contexto social.**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividades

RESPONDA NO CADERNO.

1. O conhecimento de senso comum deve ser considerado equivocado e inferior ao conhecimento científico? Justifique sua resposta.
2. De que modo o fortalecimento dos ideais iluministas favoreceu a consolidação da sociologia?
3. Explique a função das instituições sociais, como a escola, segundo a perspectiva funcionalista de Émile Durkheim.
4. A consolidação da "sociedade em rede" ou "sociedade informacional", segundo Manuel Castells, foi suficiente para a promoção da igualdade social? Justifique sua resposta.
5. Com base na fotografia, relacione prática social, saberes tradicionais e conhecimentos científicos.

SEBRAE MT

Vista do edifício do Sebrae em Cuiabá, Mato Grosso. Fotografia de 2024. O prédio foi projetado pelo professor da Universidade Federal de Mato Grosso José Afonso Botura Portocarrero, que se inspirou na arquitetura do povo indígena Yawalapiti.

6. Leia o texto.

A gestação do povo brasileiro, a universidade e o saber popular

O que herdamos da Colônia foi um Estado altamente seletivo, uma elite excludente e uma imensa massa de destituídos [...].

Mas apesar deste constrangimento histórico-social, no meio desta massa enorme maduraram lentamente lideranças e movimentos que propiciaram o surgimento de todo tipo de comunidades, associações, grupos de ação e de reflexão que vão das quebradeiras de coco do Maranhão aos povos da floresta do Acre, dos sem-terra do Sul e do Nordeste, das comunidades de base aos sindicatos do ABC Paulista.

[...]

As universidades são urgidas a buscar um enraizamento orgânico nas periferias, com as bases populares e com os setores ligados diretamente à produção. Aqui se pode estabelecer uma fecunda troca de saberes, entre o saber popular, de experiências feito, e o saber acadêmico, constituído pelo espírito crítico. Dessa aliança surgirão seguramente novas temáticas teóricas nascidas do confronto com a antirrealidade popular e da valorização da riqueza incomensurável do povo na sua capacidade de encontrar, sozinho, saídas para os seus problemas.

BOFF, Leonardo. A universidade e o saber popular. **Extensão & Sociedade**: Revista da Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, [Edição especial], p. 11-14, jun. 2018. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/article/view/14734. Acesso em: 12 set. 2024. p. 11-12.

O texto do teólogo Leonardo Boff apresenta argumentos em defesa da união dos conhecimentos científico e popular como forma de tornar a sociedade menos desigual e seu povo mais autônomo e livre. A posição do autor também mostra que pensadores e cientistas especializados em Ciências Humanas e Ciências da Natureza podem atuar conjuntamente a fim de criar soluções para os problemas que impedem a superação das mazelas que marcaram a formação do Brasil.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Em sala, escolham um tema para ser estudado sob a perspectiva de diferentes tipos de conhecimento (científico, do saber tradicional e filosófico). Em seguida, dividam-se em grupos. Cada grupo ficará responsável por pesquisar em livros ou na internet informações sobre o tema selecionado de acordo com o ponto de vista do conhecimento que o grupo escolheu. Por exemplo: vocês podem optar pelo tema alimentação, e cada grupo pode pesquisar o ponto de vista da ciência, do senso comum e das religiões sobre a função ou a importância de diferentes alimentos na dieta humana. Ao final, os grupos deverão apresentar os resultados da pesquisa por meio da produção de um painel que exponha a contribuição dos vários tipos de conhecimento sobre o tema.

Enem e vestibulares

7. (Enem-MEC)

Não estou mais pensando como costumava pensar. Percebo isso de modo mais acentuado quando estou lendo. Mergulhar num livro, ou num longo artigo, costumava ser fácil. Isso raramente ocorre atualmente. Agora minha atenção começa a divagar depois de duas ou três páginas. Creio que sei o que está acontecendo. Por mais de uma década venho passando mais tempo on-line, procurando e surfando e algumas vezes acrescentando informação à grande biblioteca da internet. A internet tem sido uma dádiva para um escritor como eu. Pesquisas que antes exigiam dias de procura em jornais ou na biblioteca agora podem ser feitas em minutos. Como disse o teórico da comunicação Marshall McLuhan nos anos 60, a mídia não é apenas um canal passivo para o tráfego de informação. Ela fornece a matéria, mas também molda o processo de pensamento. E o que a net parece fazer é pulverizar minha capacidade de concentração e contemplação.

CARR, Nicholas. Is Google making us stupid? Disponível em: www.theatlantic.com. Acesso em: 17 fev. 2013 (adaptado).

Em relação à internet, a perspectiva defendida pelo autor ressalta um paradoxo que se caracteriza por

a. associar uma experiência superficial à abundância de informações.

b. condicionar uma capacidade individual à desorganização da rede.

c. agregar uma tendência contemporânea à aceleração do tempo.

d. aproximar uma mídia inovadora à passividade da recepção.

e. equiparar uma ferramenta digital à tecnologia analógica.

8. (Enem-MEC)

Em Vitória (ES), no bairro Goiabeiras, encontramos as paneleiras, mulheres que são conhecidas pelos saberes/fazeres das tradicionais panelas de barro, ícones da culinária capixaba. A tradição passada de mãe para filha é de origem indígena e sofreu influência de outras etnias, como a afro e a luso. Dessa mistura, acredita-se que a fabricação das panelas de barro já tenha 400 anos. A fabricação das panelas de barro se dá em várias etapas, desde a obtenção de matéria-prima à confecção das panelas. As matérias-primas tradicionalmente utilizadas são provenientes do meio natural, como: argila, retirada do barreiro no Vale do Mulembá; madeira, atualmente proveniente das sobras da construção civil; e tinta, extraída da casca do manguezal, o popular mangue-vermelho.

TRISTÃO, Martha. A educação ambiental e o pós-colonialismo. **Revista de Educação**, n. 53, ago. 2014.

Uma característica de práticas tradicionais como a exemplificada no texto é a vinculação entre os recursos do mundo natural e a

a. manutenção dos modos de vida.

b. conservação dos plantios da roça.

c. atualização do modelo de gestão.

d. participação na sociedade de consumo.

e. especialização nas etapas de produção.

9. (Enem-MEC)

O conhecimento é sempre aproximado, falível e, por isso mesmo, suscetível de contínuas correções. Uma justificação pode parecer boa, num certo momento, até aparecer um conhecimento melhor. O que define a ciência não será então a ilusória obtenção de verdades definitivas. Ela será antes definível pela prevalência da utilização, por parte dos seus praticantes, de instrumentalidades que o campo científico forjou e tornou disponíveis. Ou seja, cada progressão no conhecimento que mostre o caráter errôneo ou insuficiente de conhecimentos anteriores não remete estes últimos para as trevas exteriores da não ciência, mas apenas para o estágio de conhecimentos científicos historicamente ultrapassados.

ALMEIDA, João Ferreira. Velhos e novos aspectos da epistemologia das ciências sociais. **Sociologia**: problemas e práticas, n. 55, 2007 (adaptado).

O texto desmistifica uma visão do senso comum segundo a qual a ciência consiste no(a)

a. conjunto de teorias imutáveis.

b. consenso de áreas diferentes.

c. coexistência de teses antagônicas.

d. avanço das pesquisas interdisciplinares.

e. preeminência dos saberes empíricos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Resumo

As informações, análises e reflexões produzidas pelas Ciências Humanas são apresentadas em forma de texto na maioria das vezes. Todas as pessoas, quando leem textos com muitas ideias e novos conceitos, acabam fixando na memória alguns conteúdos em detrimento de outros, pois são muitas informações novas para a mente processar.

Assim, a realização de **resumos** é uma estratégia útil para a identificação e sistematização dos conteúdos principais de um texto. O resumo também é uma excelente ferramenta para uma posterior consulta e revisão dos conteúdos apresentados no texto original, sem que seja necessário realizar a sua leitura novamente.

Para entender como essa estratégia de estudo pode ser desenvolvida, acompanhe o exemplo a seguir. Primeiro, leia um texto sobre Harriet Martineau, uma das pioneiras da sociologia.

Harriet Martineau (1802-1876)

Harriet Martineau [...] nasceu e foi educada na Inglaterra e escreveu mais de cinquenta livros [...]. Atualmente ela é importante para os sociólogos por várias razões. Primeiramente, ela argumentava que, quando se estudava uma sociedade, deve-se enfocar todos os seus aspectos, incluindo as principais instituições políticas, religiosas e sociais. Em segundo lugar, ela insistia que a análise de uma sociedade deve incluir um entendimento das vidas das mulheres. Em terceiro, ela foi a primeira pessoa a colocar o olhar sociológico sobre questões antes ignoradas, incluindo o casamento, filhos, a vida doméstica e religiosa e relações raciais. Como escreveu uma vez: "o quarto das crianças, o ***boudoir*** e a cozinha são excelentes escolas para aprender os modos e maneiras de um povo [...]." Finalmente, ela argumentava que os sociólogos podem fazer mais do que apenas observar; eles também devem agir de maneiras que beneficiem a sociedade. Como resultado, Martineau foi uma ativa proponente dos direitos das mulheres e da emancipação dos [escravizados].

***Boudoir*:** no passado, cômodo usado pelas mulheres para dormir, vestir-se, relaxar e se distrair.

GIDDENS, Anthony. Harriet Martineau [1802-1876]. *In*: **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Editora Penso, 2012. p. 30.

Agora, leia um exemplo de resumo do texto sobre Harriet Martineau.

Harriet Martineau (1802-1876) foi uma socióloga inglesa. Ela defendia que o estudo da sociedade deveria contemplar as instituições políticas, religiosas e sociais, incluindo a vida das mulheres e aspectos da vida doméstica. Martineau argumentava que os sociólogos deviam agir para beneficiar a sociedade. A estudiosa também se ocupou de questões relacionadas ao direito das mulheres e à emancipação de pessoas escravizadas.

EVERT A. DUYKINCK. FOTO: SCIENCE SOURCE/PHOTO RESEARCHERS HISTORY/GETTY IMAGES - COLEÇÃO JAMES SMITH NOEL, LOS ANGELES

Gravura colorizada, representando Harriet Martineau, 1850.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Agora, compare o texto original ao resumo e identifique as características a seguir.

1. **No texto original, o título geralmente informa o tema central. Nesse caso, o título apresenta o nome e o ano de nascimento e morte de uma pessoa, indicando que o texto se dedica a aspectos de uma biografia. As biografias relatam os principais acontecimentos da vida de uma pessoa, destacando seu legado.**

2. **O resumo é um texto autoral, ou seja, o leitor expõe com suas palavras as principais ideias do texto original. O resumo é, portanto, uma paráfrase das ideias essenciais do texto. Nesse contexto, paráfrase significa uma maneira diferente de relatar algo que foi dito ou escrito.**

3. **O resumo é um texto mais sucinto que o original e por isso tende a ser menor.**

4. **O resumo costuma ser escrito em linguagem objetiva, com frases curtas, para comunicar as ideias relevantes do texto original.**

Na prática

Praticar a elaboração de resumos contribui para o aprimoramento da concisão na escrita e a interpretação de textos, além de favorecer o aprendizado do conteúdo lido.

Leia o texto a seguir com atenção e, na sequência, elabore um resumo.

Depois, em dupla, troque seu resumo com um colega. Leia e proponha melhorias para o resumo dele, conferindo as sugeridas por ele no seu texto.

Considere que uma boa devolutiva deve ser gentil e apontar melhorias de forma específica, sugerindo uma forma de aprimorá-las.

Ibn Khaldun (1332-1406)

O estudioso muçulmano Ibn Khaldun nasceu onde hoje fica a Tunísia e é famoso por seus estudos históricos, sociológicos e políticos. Ibn Khaldun escreveu muitos livros, sendo o mais conhecido [...] o Muqqaadimah ("Introdução"), concluída em 1378, e hoje considerado por alguns especialistas como essencialmente uma das obras fundadoras da Sociologia [...]. O Muqqaadimah criticava as abordagens e métodos históricos existentes, que lidavam apenas com descrição, reivindicando, em vez disso, a descoberta de uma nova "ciência da organização social" ou "ciência da sociedade", capaz de chegar ao significado subjacente dos acontecimentos.

Ibn Khaldun criou uma teoria do conflito social baseada em entender as características centrais da sociedade "nômades" e "sedentárias" de sua época. Central à sua teoria era o conceito de "sentimento grupal" ou solidariedade (*asabiyyah*). Os grupos e sociedades com um forte sentimento grupal eram capazes de dominar e controlar aqueles que tinham formas mais fracas de solidariedade interna [...].

GIDDENS, Anthony. Ibn Khaldun [1332-1406].
In: **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Editora Penso, 2012.
p. 30-31.

Rotina de estudo

Agora que você refletiu e praticou a elaboração de resumos, pode incluir essa estratégia em sua rotina de estudos.

Procure elaborar um resumo para cada tema principal de um capítulo para evitar uma sobrecarga de leitura e de informações a serem organizadas. Caso tenha de estudar um capítulo inteiro ou mais capítulos, divida os temas em vários dias. Comece com pequenas metas e vá ampliando a quantidade conforme for ganhando prática.

A leitura dos resumos elaborados pode ser útil como estratégia de revisão dos conteúdos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 2

Indivíduo, sociedade e cultura

Os seres humanos são capazes de desenvolver culturas em um processo no qual valores sociais e padrões de comportamento são criados e compartilhados continuamente. Em razão dessa característica, suas formas de organização social são diferentes das dos demais seres vivos. Além disso, as relações entre grupos humanos são marcadas por conflitos e contradições.

Neste capítulo, você estudará a contribuição da sociedade e da cultura para a formação dos indivíduos por meio do processo de socialização. Além disso, obterá informações sobre a dinâmica contínua das culturas e das sociedades, resultado das múltiplas interferências de ações individuais e coletivas, bem como de ideologias criadas e propagadas por diferentes atores sociais.

Ação individual e estrutura social

Como explicar os padrões de comportamento adotados por integrantes de uma sociedade? Na vida coletiva, os indivíduos se ajustam aos comportamentos e aos valores instituídos em cada cultura, de acordo com o momento histórico.

Uma evidência da força que os padrões sociais impõem aos indivíduos se manifesta quando alguém se comporta de forma diferente da estabelecida com base em certos padrões. Quando uma norma é desobedecida, a sociedade aciona diferentes meios de **coerção**, que podem ir de uma simples repreensão até a privação total da liberdade. Nas ciências sociais, chamamos de coerção a força exercida pelas normas sociais sobre os indivíduos. Isso ocorre, por exemplo, na imposição de valores dominantes em uma sociedade ou na afirmação de uma norma jurídica. Nos dois casos, existe uma medida punitiva associada à transgressão de uma norma.

A escola, por exemplo, é uma instituição na qual é possível notar a presença de determinados padrões sociais. Para frequentar as instituições escolares, em geral, os estudantes precisam usar um tipo específico de vestimenta, o uniforme. Se um deles não segue esse padrão, é comum que sofra algum tipo de coerção: pode ser repreendido verbalmente por docentes ou gestores, receber uma advertência ou sofrer outra sanção disciplinar.

A relação entre o indivíduo e a sociedade é um tema fundamental nas ciências sociais e está presente na maioria de seus estudos. Compreender essa relação é essencial para entender as ações de pessoas e grupos e refletir sobre os elementos – individuais e coletivos – que influenciam a organização da vida e a definição dos padrões sociais.

PER-ANDERS PETTERSSON/GETTY IMAGES

Crianças em escola em Cwebeni, África do Sul. Fotografia de 2024. As escolas são espaços em que crianças, adolescentes, jovens e adultos incorporam padrões sociais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Padrões sociais e instituições

Chamamos de **padrões sociais** os modelos de ação e conduta que a sociedade espera que seus membros sigam. A sequência esperada de um relacionamento conjugal – em que um casal namora, noiva, casa e tem filhos – é um exemplo de padrão das sociedades ocidentais.

Ao conjunto relativamente estável de padrões coletivos que servem de modelo para a construção de comportamentos e ações dos indivíduos damos o nome de **instituição social**. O casamento – como forma socialmente reconhecida de relacionamento entre indivíduos que supre necessidades sociais (de reprodução e construção de um ambiente de socialização primária) e apresenta caráter normativo (impondo regras como sustento, guarda e educação dos filhos, mútua assistência e fidelidade recíproca) – é um exemplo de instituição social.

Um exemplo de padrão social são os padrões de beleza. Na sociedade ocidental contemporânea, há um enaltecimento da magreza como ideal de beleza. Pessoas cujo corpo não se enquadra nesse padrão enfrentam diversos tipos de coerção para perder peso e apresentar conformidade com essa norma de aparência física. Essa pressão social pode vir de amigos, familiares e até de profissionais da área da saúde. A mídia também pode exercer coerção sobre os indivíduos: ao veicular representações de corpos, o cinema, a televisão, as revistas e as redes sociais promovem e reforçam padrões. As imagens veiculadas podem gerar sentimentos de inadequação naqueles que não se veem representados, influenciando as escolhas e os comportamentos dos indivíduos em relação à sua aparência física.

Podemos considerar que os padrões sociais atuam no comportamento humano do mesmo modo que os padrões gramaticais são empregados para organizar a fala e a escrita. Quando conversamos, por exemplo, não refletimos sobre as regras gramaticais que utilizamos para podermos ser compreendidos. O mesmo acontece com as regras sociais, vivenciadas no dia a dia. Ao conjunto de regras que regulam a vida das pessoas, independentemente da consciência que os indivíduos têm delas, damos o nome de **estrutura social**.

A seguir, você estudará o modo como diferentes perspectivas de análise da sociedade foram construídas e os principais conceitos produzidos por elas.

Sugestão

Fome: uma autobiografia do (meu) corpo

Roxane Gay. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2017.

Nesse livro autobiográfico, a escritora, professora e apresentadora Roxane Gay narra algumas de suas experiências de vida, relatando situações de discriminação que enfrenta como uma mulher negra e gorda. Ao longo das narrativas, a autora reflete sobre como suas relações familiares e amorosas são atravessadas pela sua relação com o corpo, tecendo, com isso, análises sobre cultura, gênero, raça e padrões de beleza.

FILIPE ROCHA/ARQUIVO DA EDITORA

Ilustração de Filipe Rocha, 2016. Os padrões estéticos se transformam ao longo dos séculos. Características consideradas belas em determinadas sociedades podem estar fora do padrão imposto em outro contexto histórico ou social.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Elabore hipóteses sobre os pensamentos e sentimentos da espectadora representada diante de cada imagem.
2. Compare a imagem da campanha de refrigerante dietético com a de outros anúncios publicitários que apresentam corpos femininos. Em seguida, reflita sobre a influência dos padrões de beleza na definição do que entendemos por masculino e feminino.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A relação entre indivíduo e sociedade: perspectivas sociológicas

Como os indivíduos podem conviver em sociedade de modo organizado? Eles são capazes de se rebelar contra as regras sociais e de transformá-las? Por meio da discussão sobre a relação entre o indivíduo e a sociedade, foram produzidas três matrizes clássicas de resposta a essas questões, que podem ser simplificadas e compreendidas conforme as proposições a seguir.

- A sociedade molda os indivíduos em razão da coercitividade dos **fatos sociais**.
- A sociedade é compreendida como resultado da **ação social** dos indivíduos.
- A sociedade e os indivíduos são expressões das contradições de **classe**.

Cada uma dessas respostas vincula-se a diferentes correntes teóricas que, no século XIX, definiram princípios gerais da sociologia. Esses princípios deram origem a outras abordagens e teorias, que se desenvolveram no século XX. A existência de diferentes abordagens nos mostra que várias teorias podem ser utilizadas para explicar, de modo distinto, as complexas e múltiplas relações existentes entre os indivíduos e a sociedade em que estão inseridos.

É importante destacar que essa simplificação não representa um esquema evolutivo do pensamento dos autores apresentados. Antes, expõe uma maneira de compreender como é possível construir teorias que expliquem de que forma a sociedade age nos indivíduos e como os indivíduos compreendem sua ação em relação aos demais membros de uma sociedade.

A procura pelo agente principal dos fenômenos sociais – a sociedade ou o indivíduo – faz parte do movimento da sociologia em busca de seu objeto de estudo. Toda ciência se ocupa de realidades específicas e, portanto, necessita de um objeto para ser descrito e analisado. Nas ciências naturais, por exemplo, a física tem por objeto a matéria e os fenômenos relativos a ela no tempo e no espaço, enquanto a biologia é a ciência com base na qual se estudam os organismos vivos.

O **objeto de estudo da sociologia** foi inicialmente estabelecido e sistematizado pelo sociólogo francês Émile Durkheim, no século XIX. Ele reconheceu na sociedade um conjunto de fenômenos que poderiam ser compreendidos separadamente da consciência dos indivíduos nos quais se manifestavam e por meio dos quais eram representados. Durkheim chamou esses fenômenos de **fatos sociais**.

Imagens em contexto

Os megaeventos – como os *shows* realizados por artistas como Taylor Swift, BTS e Beyoncé – são fenômenos culturais complexos, cuja análise sociológica possibilita compreender importantes aspectos da sociedade ocidental contemporânea. Realizados em grandes estádios, atraindo milhares de fãs por espetáculo e movimentando um mercado de consumo de produtos (como roupas e acessórios), os megaeventos são produzidos para criar uma atmosfera imersiva que permita aos participantes desenvolver um senso de pertencimento. A participação de jovens em eventos desse caráter pode ser interpretada como uma forma de construção e expressão de identidade, evidenciando a influência social no comportamento individual. Além disso, a organização de eventos desse porte depende da compreensão de padrões sociais de comportamento que garantam eficiência em venda de ingressos, gestão de recursos, segurança e controle de multidões.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

BUDA MENDES/TAS23/GETTY IMAGES

Show de Taylor Swift em um estádio na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2023. Eventos de grande porte são exemplos de atividades que dependem da previsibilidade dos comportamentos sociais e, por isso, nos permitem refletir sobre a relação entre indivíduo e sociedade.

Émile Durkheim e o fato social

Os fatos sociais são formas de pensar, sentir e agir cuja manifestação coletiva constitui aquilo que entendemos como sociedade. Eles apresentam três características principais:

- são **externos aos indivíduos** – antecedem os indivíduos e existem independentemente de sua vontade ou reflexão;
- são **coercitivos** – impõem penalidades àqueles que não cumprem suas normas;
- são **gerais** – devem ser reproduzidos por todos os integrantes da sociedade.

Para melhor entender esse conceito, podemos analisar as regras de convivência em uma biblioteca: todas as pessoas presentes no local são obrigadas a fazer silêncio e incitadas a não perturbar a concentração dos demais, mesmo que tenham necessidade de falar com outros (por isso, trata-se de um fato social exterior). Caso não obedeçam às regras explícitas ou implícitas, podem ser chamadas à atenção pelos próprios colegas ou mesmo convidadas a se retirar (daí ser considerado, coercitivo). Essas regras se aplicam a todos que frequentam o lugar (por isso, seu caráter geral).

É possível reconhecer muitos fatos sociais em nosso cotidiano. A maneira como agimos nos diferentes ambientes (em casa, na escola ou na rua), o modo como falamos (o idioma, o sotaque e as gírias que usamos) e a forma como nos vestimos (as roupas, a combinação de cores e os acessórios que escolhemos) podem ser investigados à luz do método sociológico proposto por Durkheim. Esses fatores, ainda que pareçam ou sejam sentidos como escolhas individuais, são estabelecidos socialmente.

De acordo com Durkheim, a força exterior que se impõe a todos os indivíduos e possibilita descrevê-los mediante generalizações observadas em suas características externas (os jovens, as mulheres, os professores, os militares etc.) é o objeto da sociologia. Nesse sentido, ele entende que a sociedade é anterior aos indivíduos, uma vez que os comportamentos gerais e as dinâmicas sociais existem antes deles e os moldam, criando padrões coletivos de comportamento.

Para Durkheim, as **relações sociais** podem ser compreendidas com base na ideia de que o todo (a sociedade) é mais complexo que a simples soma de suas partes (os indivíduos). É possível entender essa proposição tomando como exemplo um carro: desconectadas, todas as peças do automóvel não são um carro. Contudo, montadas e encaixadas corretamente, constituem o veículo, com seu funcionamento e uso específicos. Do mesmo modo, os indivíduos precisam estar integrados para que se estruture o todo, a sociedade.

Para o autor, a integração da sociedade como um todo pode ser compreendida por meio da ideia de **consciência coletiva**, isto é, as formas de pensar e agir que constituem o corpo de sentimentos e crenças comuns à maioria de seus membros.

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

ODS 16

MICHAEL KNIEF/AP PHOTO/IMAGEPLUS

Estudantes durante a aula em uma escola no campo de refugiados de Djabel, no Chade. Fotografia de 2023. A maneira como agimos em diferentes ambientes pode ser analisada como um fato social. O ato de erguer uma das mãos para pedir a palavra em sala de aula não ocorre em outros ambientes de sociabilidade, como uma roda de amigos ou um jantar familiar.

Imagens em contexto

A foto mostra, ao centro, a estudante Sumaya Abdel Rahman Mahmoud Mohamad, de 14 anos, na aula de um programa de tecnologia educacional, desenvolvido pela instituição beneficente War Child (em português, Criança da Guerra), chamado *Can't Wait to Learn* (em português, *Mal posso esperar para aprender*). A família de Sumaya saiu do Sudão fugindo dos conflitos armados que ocorrem no país desde 2003. Em estado de incerteza quanto ao futuro, outras tantas famílias sudanesas permanecem no campo de refugiados de Djabel, no leste do Chade, país africano que faz fronteira com o Sudão.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Max Weber e a ação social

Outra posição teórica e metodológica, proposta por Max Weber, entende que a ação dos indivíduos e suas intenções em relação a outras pessoas são o ponto de partida da análise sociológica. Na concepção de Weber, a sociedade só pode ser compreendida a partir das relações entre as pessoas, que, como indivíduos racionais, tomam suas decisões conforme sua história e sua cultura. Para o autor, como é possível observar esses indivíduos ou a ação consciente deles, o **sentido da ação social** é o objeto de estudo da sociologia.

Na origem das ações de um cidadão que obedece à ordem de um policial, de um pai que age em defesa de um filho ou de um fiel que jejua por orientação religiosa, há princípios racionais, afetivos e tradicionais.

As normas sociais, de acordo com Weber, existem por causa do sentido atribuído a elas pelos indivíduos. A sociedade é moldada pelo conjunto de decisões de muitos indivíduos, que reconhecem essas regras, atribuem-lhes sentido e manifestam as razões para obedecer a elas de forma consciente.

No entanto, nem todas as ações dos indivíduos são ações sociais. A **ação social** é diferente de um simples comportamento coletivo porque carrega um sentido a ela atribuído pelo indivíduo (sujeito da ação). Assim, pode ser definida como toda ação realizada pelos indivíduos levando em consideração a expectativa de outra ação praticada pelos demais.

O que isso quer dizer? Considere uma rua repleta de pedestres, em que todos abrem seus guarda-chuvas ao começar a chover. Essa decisão não é uma ação social; ao abrir seu guarda-chuva, o indivíduo não leva em consideração a decisão dos outros (por mais que a ação pareça coletiva e coordenada para quem a observa, por exemplo, do alto de um prédio). Da mesma maneira, a colisão entre dois ciclistas não é um acontecimento diferente de um fenômeno natural e não pode ser considerada uma ação social. No entanto, são tidas como ações sociais as tentativas dos ciclistas de desviar um do outro a fim de evitar uma colisão, assim como as de estabelecer uma conversa amigável ou seu esforço para prestar socorro a um ferido após a colisão, uma vez que a ação de um indivíduo só tem sentido se estiver relacionada à conduta de outros.

SHUTTERSTOCK

A atriz Anne Hathaway escondendo-se atrás de um guarda-chuva para não ser fotografada durante um passeio com o marido em Nova York, Estados Unidos. Fotografia de 2015.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Analise a fotografia e a legenda. Na situação apresentada, abrir o guarda-chuva constitui uma ação social? Por quê?
2. Liste três ações que você realizou hoje. Descreva cada uma delas e, em seguida, argumente quais delas podem ser interpretadas como ações sociais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Tipologia da ação social

Por meio da observação da realidade para a construção de uma teoria da ação social, Weber identificou quatro tipos fundamentais de ação: tradicional, afetiva, racional orientada a valores e racional orientada a fins.

- A **ação tradicional** é motivada por hábitos enraizados ou costumes. Ao perguntar a uma pessoa por que ela realiza determinada ação (como cumprimentar alguém com um aperto de mãos), ela responde que faz isso porque sempre o fez e porque seus pais e antepassados também sempre o fizeram.
- A **ação afetiva** é determinada por sentimentos ou estados emocionais. Como exemplo, podemos imaginar um indivíduo que dá uma gargalhada ao ouvir algo que considera engraçado. Tal ato consiste em uma reação momentânea a uma situação inesperada.
- A **ação racional orientada a valores** é determinada pela crença consciente em um valor importante para o indivíduo, sem considerar as consequências das ações em favor desse valor. Isso pode ocorrer, por exemplo, com um ativista que participa de uma manifestação em defesa de suas convicções, mesmo correndo o risco de sofrer represálias, como a repressão policial. Apesar de poder produzir efeitos contrários aos objetivos, a ação é elaborada de maneira racional: o ator social considera suas consequências positivas e negativas, mas a orienta conforme seus valores, independentemente dos resultados negativos que possa vir a provocar.
- A **ação racional orientada a fins** é aquela determinada pelo cálculo racional com base no qual se estabelecem fins objetivos e se organizam os meios necessários para alcançá-los. Pode-se citar como exemplo a estratégia de um jovem para ser aprovado nos exames de ingresso no Ensino Superior. O estudante define as ações necessárias, organiza-as racionalmente, pesando os prós e contras para sua realização, e opta pela estratégia de ação mais eficiente para atingir a meta planejada.

Nessa concepção, o entendimento da relação entre indivíduo e sociedade tem como foco a intenção do indivíduo ao realizar uma ação (ação social) em relação a outros integrantes da sociedade com os quais interage. A sociedade, portanto, não existe como um fim em si mesmo ou como uma estrutura que se organiza independentemente da consciência subjetiva de seus agentes, mas como expressão histórica dos valores e da racionalidade dos indivíduos que a constituem.

ACERVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ (SP)

Cartaz de combate à violência contra a mulher veiculado pela prefeitura de Jacareí. Nas etiquetas dos uniformes dos alunos está destacado o serviço de utilidade pública para o enfrentamento à violência contra a mulher. Cartaz de 2024.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Identifique as principais informações da campanha divulgada no cartaz.
2. Utilizando a tipologia da ação social de Weber, analise o *slogan* do cartaz. O apelo da campanha pretende despertar que tipo de ação social no público-alvo?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A citação de Karl Marx foi retirada de: MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 25.

Karl Marx e as classes sociais

Karl Marx e Friedrich Engels definiram as bases para a compreensão do objeto da sociologia tendo em mente os aspectos materiais e históricos que ligam os indivíduos à sociedade. Segundo essa perspectiva, os seres humanos devem ser analisados com base no que produzem materialmente, e a sociedade, compreendida como resultado da ação recíproca dos indivíduos. Dessa perspectiva, "os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita".

Por isso, não é possível afirmar que os indivíduos têm primazia sobre a sociedade ou o contrário, pois sua ação na vida social, assim como a estrutura na qual estão inseridos, é resultado de determinada situação histórico-social. Do mesmo modo que o nômade não poderia optar por uma residência fixa, o trabalhador moderno não é livre para escolher suas condições de trabalho (a quantidade de horas que deve trabalhar ou o valor do seu salário), uma vez que ambas as situações dependem das condições materiais de determinado momento histórico.

Para Marx, a base material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e cultural. Portanto, a posição social dos indivíduos é definida por sua relação com os meios de produção (terras, fábricas, máquinas etc.). O fato de serem proprietários desses meios ou meros trabalhadores é o elemento que determina a divisão da sociedade em grupos com interesses antagônicos: as classes sociais. Desse modo, ele afirma que as leis de uma sociedade quase sempre representam as ideias e os interesses da classe dominante, que assim mantém sua condição de poder.

Segundo Marx, pode-se definir **classe social** (unidade de análise sociológica) como a posição que um grupo de indivíduos ocupa no processo produtivo. Na sociedade capitalista que Marx analisou, burguesia e proletariado eram as classes que protagonizavam o conflito em meio a uma profunda desigualdade: de um lado, os proprietários dos meios de produção e, de outro, os produtores. Dessa perspectiva, a **propriedade privada dos meios de produção** seria a causa maior da dominação de uma classe sobre a outra ao longo da história. Se o operário não dispõe de nada além da própria força de trabalho, está submetido ao poder do patrão, que define a quantidade de horas e a forma como ele vai executar o serviço, assim como o valor de seu salário, de acordo com as leis existentes e a capacidade de negociação dos trabalhadores organizados.

De acordo com o autor, não é possível analisar o indivíduo sem considerar seu pertencimento a uma classe social e as diferenças de poder e dominação definidas com base em sua posição nas relações de produção. Do mesmo modo, só se pode conceber a sociedade como resultado de um processo histórico marcado por contradições.

Marx foi um crítico contundente do capitalismo, sobretudo no que tange à exploração dos trabalhadores nesse modo de produção. O pensador alemão ansiava por uma sociedade sem classes, em que a propriedade dos meios de produção fosse coletiva, e não privilégio de um pequeno grupo. Para que isso se tornasse realidade, seria necessário que os trabalhadores tomassem consciência de sua situação e se organizassem para superar o conflito que os mantinha em situação de opressão.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ARQUIVOS METROPOLITANOS DE LONDRES, INGLATERRA

Trabalhadores em greve nas docas de Londres, Reino Unido. Fotografia de 1889. Na teoria marxista, a greve desponta como uma expressão da contradição entre os interesses do proletariado e os da burguesia.

Anthony Giddens e a noção de reflexividade

Em uma releitura das teorias sociológicas clássicas, o sociólogo britânico Anthony Giddens defende a ideia de que os agentes são influenciados pelas estruturas em seu cotidiano ao mesmo tempo que as recriam mediante um processo de reflexão sobre a própria prática. Os indivíduos, por exemplo, ao cumprir as leis, refletem sobre sua aplicabilidade na realidade social, adaptando-as continuamente às necessidades individuais e coletivas da sociedade em que vivem, o que pode alterar as leis que deram origem a essa reflexão. A esse processo de interpretar as estruturas sociais e ao mesmo tempo ser influenciado por elas, Giddens dá o nome de **reflexividade**.

Para o autor, estamos experimentando um momento de radicalização da reflexividade, isto é, as ações, os valores e as instituições são submetidos a interpretações e mudanças mais rápidas do que em períodos anteriores. Como as práticas sociais estão em constante transformação, torna-se mais complexo antecipar as consequências dessas mudanças, o que faz da modernidade tardia uma época de incertezas. Tais incertezas se materializam em situações de risco às quais estão submetidos os sujeitos nas sociedades contemporâneas, como uma pandemia ou um grande atentado terrorista. A radicalização também resulta em mais reflexividade, uma vez que os indivíduos, diante de situações e informações cada vez mais diversas do cotidiano, reexaminam constantemente suas práticas sociais, o que lhes pode conferir alguma autonomia.

Pierre Bourdieu e o *habitus*

O sociólogo francês Pierre Bourdieu elaborou uma teoria que rompe com a dicotomia entre indivíduo e sociedade. Destacando a capacidade de a estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de disposições que orientam o pensar, o sentir e o agir, Bourdieu propôs um conceito central em sua obra: o de *habitus*.

Habitus é um sistema de disposições incorporadas que organizam as formas como os indivíduos percebem o mundo social ao redor e reagem a ele. Pode-se traduzir tal conceito como um conjunto de gostos ou um estilo de vida que condiciona a ação do indivíduo, o qual tende a agir de acordo com o que se espera de sua posição social. Trata-se, portanto, de uma forma de distinguir indivíduos pertencentes a diferentes grupos sociais. Por exemplo, o tipo de comida e o modo como se come, os gostos musicais e o lazer comuns entre indivíduos da classe trabalhadora costumam diferir daqueles compartilhados por ricos empresários.

Na compreensão de Bourdieu, é por meio do *habitus* que se evidencia a relação dialética – isto é, a interação dinâmica, conflitiva e contraditória que pode levar a mudanças – entre indivíduo e sociedade.

Pierre Bourdieu também foi um crítico das desigualdades, denunciando os mecanismos de dominação nelas existentes. Uma das questões norteadoras de seus estudos é o modo de reprodução das relações de dominação. Ele concluiu que a posição ocupada pelo indivíduo na hierarquia social depende do acesso a uma composição de capitais:

- **capital econômico** – renda ou salário, por exemplo;
- **capital simbólico** – prestígio ou reconhecimento;
- **capital cultural** – acesso ao conhecimento e à educação formal;
- **capital social** – relações que podem se converter em oportunidades.

MARCELO MORYAN/SHUTTERSTOCK

Prato feito composto de bife de fígado acebolado, arroz, feijão, purê de batata e farofa.

DANIEL_P/SHUTTERSTOCK

Prato de *foie gras*, fígado hipertrofiado de ganso, com maçã caramelizada.

Imagens em contexto

Os hábitos alimentares, os gostos culinários e os conhecimentos gastronômicos são formas de capital cultural que operam socialmente como mecanismos de distinção social.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Heleieth Saffioti e a mulher na sociedade de classes

ODS 5

A socióloga brasileira Heleieth Saffioti, ao analisar os problemas relacionados às desigualdades e à violência de gênero, evidenciou a importância de considerar, em conjunto, as diferentes contradições da sociedade brasileira no que diz respeito às identidades básicas de gênero, raça/etnia e classe social. De acordo com ela e outras importantes estudiosas desse assunto, como Lélia Gonzalez, a vida social das pessoas está inserida em uma trama complexa de relações de poder. Em razão disso, Saffioti ressalta a importância de considerar o lugar ocupado pelas mulheres negras trabalhadoras na estrutura social brasileira. Ainda que seu corpo seja marcado e sua voz seja silenciada pela violência de gênero nas relações cotidianas, essas mulheres, de acordo com Saffioti, são capazes de mover estruturas por meio da contestação das diferentes formas de hierarquização que as têm colocado na base da pirâmide social.

Charles Wright Mills e a imaginação sociológica

ODS 10

A sociologia nos ensina que nossas experiências pessoais não estão isoladas; elas fazem parte de experiências coletivas. O sociólogo Charles Wright Mills criou um conceito importante chamado **imaginação sociológica**. Esse conceito nos ajuda a entender como questões que parecem individuais na verdade fazem parte de problemas coletivos.

Um exemplo claro disso é o assassinato de George Floyd, um homem negro que foi morto por um policial branco em maio de 2020, nos Estados Unidos. Esse caso gerou uma série de manifestações antirracistas em todo o mundo, mesmo em meio à pandemia de covid-19. Isso se relaciona com o conceito de imaginação sociológica pelo fato de as pessoas perceberem que a história de George Floyd estava conectada a um problema maior: o racismo estrutural. Esse tipo de racismo afeta as relações sociais, criando desigualdades e hierarquias entre as pessoas.

Imagens em contexto

"Vidas negras importam" é a tradução em português de "*Black lives matter*", frase que deu nome ao movimento ativista internacional dedicado a combater o racismo e a violência policial. O movimento tornou-se popular em 2014, após a morte de Eric Garner, que, assim como George Floyd, foi asfixiado por um policial estadunidense. Em ambas as situações, o aviso "*I can't breathe*", que significa em português "Não consigo respirar", foi dado pelas vítimas. O movimento Black Lives Matter teve repercussões significativas no Brasil, dando visibilidade à discriminação racial e ao genocídio da juventude negra.

KOCA VEHBI/SHUTTERSTOCK

Protesto na cidade de Londres, no Reino Unido. Fotografia de 2020. Reivindicando paz e justiça, em reação à morte de George Floyd, os manifestantes se dirigiram à embaixada dos Estados Unidos empunhando cartazes com inscrições como "Vidas negras importam".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O processo de socialização

Socialização é um processo de assimilação de códigos e padrões culturais de um grupo social pelos diferentes indivíduos que o constituem, ou seja, é por meio dela que nos transformamos em seres sociais. Sem cultura, os indivíduos não seriam humanizados e não desenvolveriam a linguagem, instituição básica para o desenvolvimento da comunicação e da autoexpressão. Esse processo se inicia no nascimento e continua por toda a vida, por meio do contato permanente entre as pessoas.

Desde os primeiros contatos com o núcleo familiar, passando pela formação de relações afetivas, profissionais ou de amizade, os indivíduos são condicionados a estabelecer laços uns com os outros. Eles constroem sua identidade e sua personalidade com base nesse processo ininterrupto, sempre influenciados pelos diferentes elementos presentes na vida social.

Para os sociólogos Peter Berger e Thomas Luckmann, a socialização é importante por permitir a interiorização de padrões e instituições externas ao indivíduo. A criança, por exemplo, vai sendo ensinada a interiorizar papéis sociais e, nesse processo, vai formando sua identidade. Em outras palavras, o modo como uma pessoa age, pensa e sonha está relacionado à maneira como são construídas as relações que ela estabelece com os demais indivíduos e grupos sociais.

Mecanismos e agentes de socialização

Nossa relação com a sociedade é mediada pelos **mecanismos de socialização**, que são as formas pelas quais adquirimos os códigos e maneiras de ser de nossa cultura. Isso ocorre por processos como aprendizagem, imitação e identificação, conforme as referências que nos são apresentadas.

Além desses mecanismos, que dizem respeito ao modo como ocorre a assimilação de tendências e padrões de comportamento e pensamento, é importante destacar os **agentes de socialização**: grupos de pessoas ou instituições que atuam diretamente na definição desses padrões, como a família, a escola, os grupos religiosos, os colegas de trabalho, os amigos e os meios de comunicação de massa. Por meio desses agentes, somos expostos a ideias, valores e representações que nos formam. Assim, o tempo, a intensidade e a qualidade das interações que mantemos com esses agentes influenciam a formação de nossa personalidade, de nossos gostos e de nossas crenças.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Partida de *rõkrã* realizada nos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, em Palmas, Tocantins. Fotografia de 2015. O *rõkrã* é um jogo coletivo semelhante ao hóquei tradicionalmente praticado por indígenas da etnia Kayapó.

Grafia dos nomes dos povos indígenas brasileiros

Nos livros desta coleção, os nomes dos povos indígenas que vivem no Brasil foram grafados de acordo com a Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais, aprovada em 1953 na Primeira Reunião Brasileira de Antropologia:

- com inicial maiúscula, quando usados como substantivo, e opcional, quando usados como adjetivo.
- sem flexão de número ou de gênero.

Não estendemos esse padrão aos demais povos indígenas americanos e povos africanos.

Imagens em contexto

Jogos coletivos são um exemplo da influência dos padrões de comportamento e interação na organização dos diferentes grupos sociais por meio da incorporação de regras, práticas e ideias pelos indivíduos, além de serem uma forma de interação social e de socialização.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Socialização primária e socialização secundária

O processo contínuo de aprendizado social subdivide-se em duas etapas: a da **socialização primária** e a da **socialização secundária**.

- A socialização primária tem início com o nascimento de uma criança e relaciona-se a seu convívio social rotineiro mais próximo com o núcleo familiar. Ocorre por meio de contatos caracterizados por alto grau de afetividade, que constituem relações diretas e de forte proximidade.
- A socialização secundária é iniciada ao final da infância e continuada ao longo da vida. Por meio dela, os indivíduos estabelecem contato com diferentes realidades sociais em espaços como instituições educacionais e esportivas, locais de trabalho, grupos de amigos e associações profissionais.

No século XXI, o avanço das tecnologias da informação e o crescimento das redes sociais aumentaram a diversidade de influências na nossa vida. As redes sociais, em especial, se tornaram ferramentas importantes para moldar comportamentos e formar opiniões. Além dos meios de comunicação, essas tecnologias têm um grande impacto na forma como crianças e jovens desenvolvem seus valores, interagem com outras pessoas e se comportam no dia a dia.

As diversas possibilidades de socialização

Em uma sociedade marcada pela diversidade, há diferentes caminhos para a socialização dos indivíduos, pois a formação de cada pessoa está diretamente relacionada às experiências da vida cotidiana. Nesse sentido, os processos de socialização têm tanto aspectos em comum, que refletem as regras e os costumes mais amplos da sociedade, quanto aspectos que estão ligados à realidade de cada grupo social, com seus próprios valores e normas.

A formação da sociedade brasileira, por exemplo, começou com a dominação portuguesa, entre os séculos XVI e XIX, e a língua oficial do país é herança dessa relação. A língua portuguesa, portanto, é um elemento comum da socialização primária e secundária da maioria da população brasileira. Entretanto, ela insere ou exclui palavras e modos de falar que são específicos das experiências dos diversos grupos sociais que compõem a sociedade e das relações que eles estabelecem uns com os outros nas diferentes regiões do país. Assim, quando chegamos a um lugar do país diferente daquele onde nos socializamos, encontramos dificuldade em entender o significado de algumas palavras utilizadas no dia a dia.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Tirinha do personagem Armandinho, de Alexandre Beck, 2019.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Qual é o tema abordado na tirinha?
2. Identifique na tirinha qual é o elemento de socialização comum às três personagens e qual é o elemento específico do grupo social de cada uma.

Regras e valores

Cada grupo social estabelece com outros grupos relações fundamentais para a sobrevivência coletiva. As regras e os valores relacionados às demandas dessa interação são transmitidos de geração a geração por meio de diversos processos que remetem às tradições culturais, religiosas e econômicas desses grupos. Assim, os processos de formação de integrantes de povos indígenas, quilombolas e moradores das periferias, das áreas rurais e das áreas urbanas de um município, por exemplo, apresentam semelhanças e diferenças.

Entre os moradores da comunidade quilombola de Inhanhum, em Pernambuco, por exemplo, os mais jovens aprendem a tocar instrumentos e a participar do reisado de Inhanhum. Dessa forma, são integrados aos valores de seus antepassados.

Outro exemplo pode ser observado nas periferias dos grandes centros urbanos do Sudeste. Em alguns desses locais, as escolas de samba são espaços de socialização onde se misturam tradições das culturas afro-brasileiras com elementos da cultura europeia.

É importante entender que, nos processos de socialização, deve-se ter como objetivo preparar os indivíduos para conviver com as diferenças e combater as hierarquizações em que determinadas práticas e alguns saberes são considerados menos importantes que outros. Essas hierarquizações contribuem para ampliar as desigualdades sociais, que se manifestam no modo como são considerados os processos de transmissão das tradições e dos valores. Assim, quem tem uma concepção equivocada de sociedade tende a considerar que as normas e os valores da elite econômica e política devem se sobrepor aos dos demais grupos. Isso influencia diretamente o modo como atuam muitas instituições sociais.

Sugestão

Bordados

Marjane Satrapi. São Paulo: Quadrinhos na Cia., 2010.

Bordados é uma história em quadrinhos cujo enredo se desdobra em Teerã, capital do Irã. Nela, grupo de mulheres toma chá após o almoço enquanto conversa sobre diferentes aspectos da vida. Durante a conversa, amigas e familiares de diferentes gerações relatam situações pessoais que atravessam regras e valores da cultura iraniana – como a virgindade, o casamento e a honra familiar. Por meio de conversas e narrativas pessoais descontraídas, a obra exemplifica como normas e valores culturais são transmitidos, internalizados e desafiados.

ADRIANO KIRIHARA/PULSAR IMAGENS

Apresentação do grupo Reisado Mirim, da Comunidade Quilombola de Inhanhum, em Santa Maria da Boa Vista, Pernambuco. Fotografia de 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Escola: formação, reprodução e transformação

A escola adquiriu lugar central na formação dos indivíduos nas sociedades contemporâneas. Uma das finalidades da escola é transmitir informações, padrões de comportamento e valores relacionados à sociedade na qual os jovens, que são seu principal público, estão sendo inseridos. Considerando essa finalidade da escola, podemos refletir sobre algumas questões: de onde vêm os valores que você e os demais estudantes recebem na escola? As práticas, saberes e tradições de todos os grupos sociais são igualmente valorizados pelas instituições escolares?

Pierre Bourdieu afirmou que as instituições escolares podem reproduzir e reforçar as desigualdades sociais caso adotem um modelo de ensino que não contemple as distinções e as trajetórias dos grupos sociais dos quais os estudantes fazem parte. Em outras palavras, ao tratar todos os estudantes como indivíduos iguais, a escola reforça as diferenças econômicas, culturais e políticas, entre outras, que foram produzidas fora dela.

Para compreender melhor esse argumento, pensemos em um estudante que mora na periferia de um grande centro urbano, que tem o hábito de frequentar os museus da cidade e participou, entre outros eventos, de uma mostra sobre arte indígena. Agora, consideremos um estudante que mora em um município do interior do estado, onde a principal atividade econômica é a agricultura, e que, apesar de interessado, nunca teve a oportunidade de ver presencialmente uma obra de arte ou uma exposição sobre culturas indígenas. Na escola, ao estudarem o tema, eles terão conhecimentos prévios diferentes sobre o assunto. Dessa maneira, o primeiro estudante pode compreender melhor o conteúdo que o segundo. Do mesmo modo, se o assunto discutido na escola for o trabalho prático com a agricultura, o segundo estudante poderá ter mais saberes prévios que o primeiro e compreender melhor o conteúdo. Bourdieu chama o conjunto de conhecimentos, habilidades, comportamentos e referências culturais que uma pessoa adquire ao longo da vida de **capital cultural**.

Segundo o sociólogo, portanto, o capital cultural é o conjunto de recursos culturais – como conhecimentos, experiências, habilidades e disposições – obtidos por meio do acesso a determinados hábitos e saberes que são valorizados pela sociedade e pela escola. Estudantes que, em razão de sua origem social e trajetória, tiveram contato prévio com esses recursos terão vantagens em relação aos demais, o que demonstra que o acesso desigual ao capital cultural durante a socialização faz diferença no êxito escolar. Quando não se leva essa situação em consideração, promovem-se a manutenção e a reprodução das desigualdades sociais entre os estudantes.

LUCIANA WHITAKER/PULSAR IMAGENS

Família visita a exposição *Novos ares: Pontal reinventado* no Museu do Pontal, na Barra da Tijuca, bairro da capital do estado do Rio de Janeiro. Fotografia de 2023. A visita a museus é uma das formas de construir capital cultural.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Pedagogia decolonial

O conhecimento escolar tem como orientação os padrões dominantes, ou seja, as práticas, os valores e os hábitos considerados mais importantes por aqueles que controlam política, econômica e culturalmente a sociedade, gerando a reprodução desses valores e a manutenção da hegemonia de determinados grupos em relação a outros.

Ao observar as escolas brasileiras e os conhecimentos produzidos e discutidos por meio dos conteúdos dos componentes curriculares, pode-se verificar que, frequentemente, são priorizados os valores e as práticas oriundos da Europa e é dada menor atenção às tradições indígenas, africanas, quilombolas e das camadas populares urbanas e rurais.

Uma tentativa de mudar esse padrão foi feita com a promulgação da Lei nº 10.639, de 2003, que tornou obrigatória a presença de conhecimentos relacionados à história e à cultura afro-brasileiras nas grades curriculares da Educação Básica. A Lei nº 11.645, de 2008, ampliou esse alcance ao incluir a história e a cultura indígenas nos currículos.

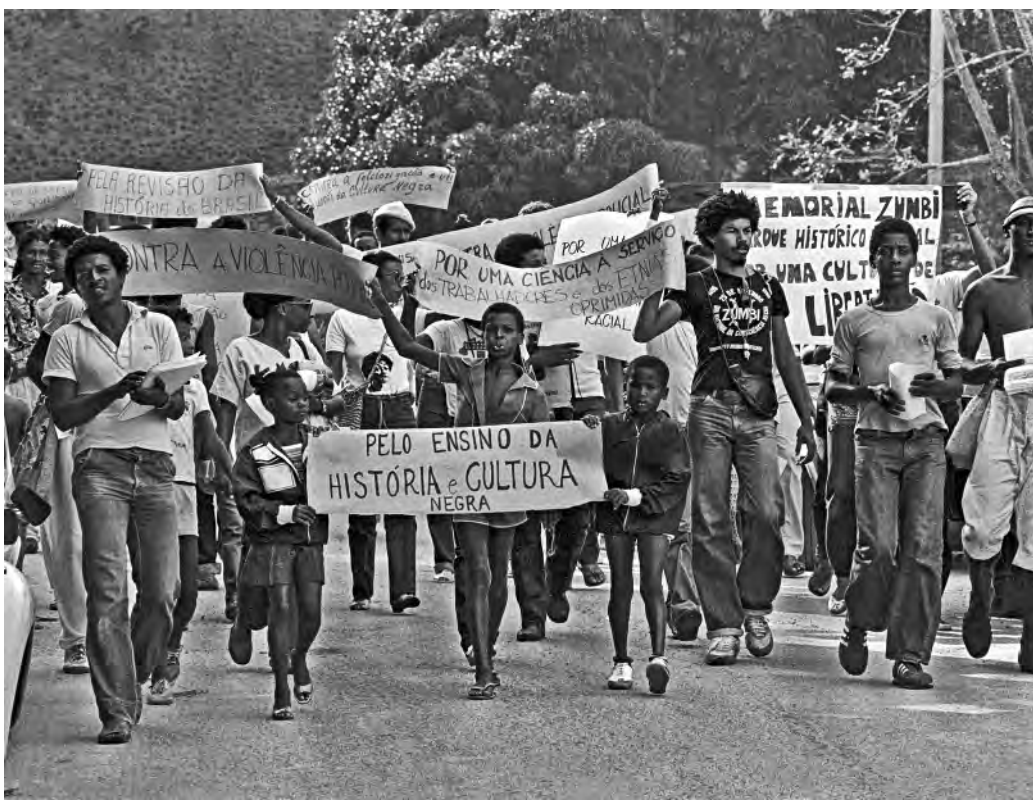
Com o aumento dos estudos sobre os conhecimentos, os saberes e as práticas das populações negra e indígena, desenvolve-se também a **pedagogia decolonial**, isto é, o conjunto de ações pedagógicas implementado para romper com as formas hegemônicas de pensamento, desafiando e derrubando as estruturas sociais, culturais e políticas baseadas no conhecimento eurocêntrico e na inferiorização de alguns grupos humanos.

Essa pedagogia é aplicada para contestar padrões de dominação e exploração, valorizando a autonomia e a diversidade, operando além dos sistemas educacionais, em diálogo com experiências críticas e políticas da vida cotidiana e em conjunto com movimentos sociais e culturais. Portanto, com a pedagogia decolonial, busca-se, segundo a pedagoga da decolonialidade Catherine Walsh, valorizar maneiras de compreender o mundo e viver nele que não estejam vinculadas ao padrão eurocêntrico, contribuindo para questionar as diferentes formas de desigualdade presentes nas sociedades contemporâneas.

Imagens em contexto

As reuniões da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência são encontros, realizados anualmente em universidades brasileiras desde 1949, que reúnem gestores públicos e pesquisadores representantes de sociedades científicas com o objetivo de difundir os avanços da ciência em diversas áreas do conhecimento.

Na reunião de 1981, ao notar que a questão racial não estava sendo debatida em nenhuma mesa e em nenhum grupo de trabalho, integrantes do Movimento Negro Unificado decidiram pautar a temática nas mesas e nos grupos de que participavam e organizar uma manifestação. Entre as faixas do ato, duas destacavam a importância da descolonização do currículo escolar: "Pela revisão da história do Brasil" e "Pelo ensino da história e cultura negra". A mobilização do movimento negro foi fundamental para a formulação e a implementação da Lei nº 10.639/2003.



JUCA MARTINS/OLHAR IMAGEM

Manifestação do Movimento Negro Unificado em reunião anual da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência, em Salvador, na Bahia. Fotografia de 1981.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Interação social e diversidade

São elementos centrais para a construção social dos sujeitos a interação e as relações que eles estabelecem com outros indivíduos e grupos sociais. Por **interação social**, entende-se o conjunto das influências recíprocas desenvolvidas entre os indivíduos e entre estes e os grupos sociais. Todo processo de socialização ocorre em um contexto de interação social.

As formas de interação repetem-se, embora seu conteúdo possa variar. Os diferentes modos de interação social, como a **cooperação**, a **competição** e o **conflito**, são padrões estáveis, podendo manifestar-se no trabalho doméstico e nas atividades escolares (cooperação), nos esportes e nos concursos (competição) ou até mesmo nas relações, quando tensas, entre patrões e empregados ou fazendeiros e trabalhadores rurais sem-terra (conflito).

Uma das tarefas da socialização é a percepção, por parte dos indivíduos e grupos, da necessidade de adotar condutas reconhecidas socialmente durante o processo de interação social. Quando comparecemos a uma festa de aniversário, independentemente do relacionamento que tenhamos com o aniversariante, estamos conscientes de que determinadas condutas devem ser empregadas naquele momento. Do mesmo modo, em cada ambiente ou situação social, adotamos comportamentos que supomos ser os esperados, os quais variam quando estamos em casa, em uma cerimônia de formatura ou em um velório.

ODS 5

Status e papéis sociais em uma sociedade em transformação

Na sociedade e nos diversos processos de interação, indivíduos e grupos ocupam posições sociais vinculadas a diferentes graus de prestígio, poder, direitos e deveres. Na sociologia, essa condição é denominada ***status***. Todos os membros de uma sociedade ou de um grupo social têm uma ou mais posições de *status*. Na hierarquia de uma escola, por exemplo, direção, coordenação e corpo docente ocupam lugares distintos; portanto, apresentam *status* diferentes.

A cada *status* é atribuída uma maneira específica de agir e de se relacionar na vida social. O mesmo *status* pode envolver diferentes **papéis sociais**, que são os comportamentos socialmente esperados de indivíduos e de grupos em determinada posição. Um estudante, por exemplo, desempenha diferentes papéis sociais como integrante de uma turma, colega, representante no grêmio escolar e usuário da biblioteca. Seu *status* de estudante é mantido, mas com diferentes obrigações e atribuições, conforme os atores sociais com os quais interage e o contexto em que está inserido. As posições de *status* e os papéis sociais não são imutáveis. Ao longo da história, o lugar ocupado pelos indivíduos e os papéis que exercem se modificam.

Sugestão

Maria vai com as outras – Episódio 6: Lugar de homem

Produção: Rádio Novelo. Brasil, 2018. 43 minutos.

Nesse episódio, a apresentadora conversa com duas mulheres que atuam em profissões historicamente masculinas: Adinaildes Gomes, dona de uma empresa de construção civil e motorista de aplicativo, e Karla de Souza, vigilante patrimonial.

MARKUS SCHOLZ/PICTURE-ALLIANCE/DPA/AP PHOTO/IMAGEPLUS

Mulher trabalhando com soldagem, em Norderstedt, próximo a Hamburgo, na Alemanha. Fotografia de 2020. A percepção sobre atividades consideradas exclusivas de homens ou de mulheres tem mudado muito. Profissões vinculadas à indústria eram tidas como mais adequadas aos homens, mas esses papéis sociais têm se transformado.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Diferentes significados de *cultura*

O termo *cultura* tem diversos significados e usos. É por meio da cultura que buscamos soluções para nossos problemas cotidianos, interpretamos a realidade e interagimos uns com os outros. A maneira pela qual estruturamos a economia, as formas de organização política, as normas e os valores que orientam nossas ações são elementos presentes na cultura. Ao mesmo tempo que orienta nossos saberes e práticas, a cultura é também resultado de nossas ações sociais; por isso, está em constante transformação.

A construção da cultura não ocorre de maneira harmônica e igualitária, pois é marcada por conflitos e relações desiguais entre os diversos grupos humanos. Ao exaltar a diversidade cultural brasileira, por exemplo, não podemos nos esquecer de que boa parte da cultura popular é objeto de preconceito. Os processos históricos que geraram essas expressões culturais foram marcados por conflitos em que indígenas, negros, mulheres, nordestinos, quilombolas, integrantes de comunidades ribeirinhas e outras minorias sociais foram considerados cidadãos "menos evoluídos", e suas contribuições para a formação da cultura foram interpretadas como inferiores. A história mostra, no entanto, que, diante de interesses políticos e comerciais, os grupos dominantes incorporam saberes, costumes e práticas das minorias sociais ao padrão cultural estabelecido.

WALMOR CARVALHO/FOTOARENA

Evento para celebrar os cinquenta anos da cultura *hip-hop* e os quarenta anos de sua presença no Brasil na Praça da Colmeia, no pátio da estação de metrô São Bento, no centro da capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2023.

Cultura como juízo de valor e como produção social

Para entender os diferentes significados do termo *cultura*, devemos atentar para algumas formas de sua utilização. Uma delas é empregada para associar cultura a educação. Ao afirmar que "uma pessoa tem muita cultura", usa-se o termo no sentido de educação formal ou acadêmica. Nesse aspecto, a cultura produz uma hierarquização dos indivíduos e grupos. Essa, porém, é uma visão típica do senso comum e deve ser problematizada.

Classificação indicativa de *Que mal eu fiz a Deus?*: 12 anos.

Sugestão

Que mal eu fiz a Deus?

Direção: Philippe de Chauveron. França, 2014. 97 minutos.

Um casal católico não fica satisfeito quando três de suas filhas se casam com homens de diferentes nacionalidades e religiões. Porém, assim que a filha mais jovem anuncia seu casamento com um católico, os pais se sentem redimidos, mas descobrem que nem tudo é do jeito que gostariam. Em ritmo de comédia, envolvendo crenças religiosas, pertencimentos étnicos e variações culturais, o filme propicia o debate sobre tolerância e diversidade.

Imagens em contexto

A Praça da Colmeia é considerada o berço do *hip-hop* na capital paulista, sendo referência entre *rappers*, dançarinos e grafiteiros desde os anos 1980. O *hip-hop* é um gênero musical popular criado por afro-americanos em um bairro de Nova York, nos Estados Unidos, na década de 1970, tornando-se popular no Brasil na década de 1990. Uma de suas características principais são as letras em forma de narrativa sobre vivências na periferia das cidades. Esse movimento dá voz, assim, às juventudes pobre e negra das periferias urbanas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Cultura e poder

Cada grupo ou coletividade constrói sua visão de mundo com base em contextos históricos e práticas sociais específicos. Nesse processo, interpretações e ações são difundidas socialmente para que se tornem o padrão a ser seguido. Quando isso ocorre, estamos diante do que chamamos **ideologia**.

Para perceber como ocorre esse processo de construção de um padrão dominante a ser seguido, pense em sua realidade de estudante. Os conhecimentos, as normas, os valores e as ações pedagógicas com que você interage no espaço escolar são produzidos em contextos históricos específicos e por grupos que têm interesse em sua formação.

A escola tradicional é, portanto, um veículo para a difusão da ideologia dominante; por isso, há uma desvalorização da cultura popular, baseada em outras formas de pensar e de agir. Assim, vários saberes e práticas que não pertencem ou não interessam à classe dominante são historicamente desconsiderados por essa instituição.

Cultura e ideologia são conceitos utilizados para explicar a relação entre pensamento e ação. Diferentes contextos modelam nossas escolhas pessoais. Na atualidade, por exemplo, a expansão das novas tecnologias da informação e da comunicação é um elemento que interfere em nossas opções de vida. Produzidas com base em uma dinâmica que envolve diversos interesses econômicos, sociais e políticos, essas tecnologias provocam transformações no modo como os diferentes atores sociais agem e se percebem no mundo. Em contrapartida, a maneira como indivíduos e coletividades se apropriam dessas tecnologias pode alterar o sentido e a utilização originais planejados por aqueles que incentivaram sua difusão.

Perceber os múltiplos significados e usos do termo *cultura* é um dos modos de constatar sua importância. Palavra de origem latina, *cultura* deriva de *colere*, que significa "cuidar, cultivar", e pode também adquirir sentidos ligados à saúde fisiológica (cuidar do corpo), à religião (cultuar uma divindade) ou, ainda, à produção de alimentos (agricultura). O uso do termo é, portanto, dinâmico e adquire sentidos diversos de acordo com o contexto social e histórico.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Descreva os seguintes elementos da imagem: personagens, objetos, formas, cores e temática.
2. Ao analisar a forma como Almeida Júnior retrata a paisagem e as personagens, você considera que o artista tipifica a cultura sertaneja como inferior, a valoriza ou desvaloriza? Por quê?

ALMEIDA JÚNIOR - PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO, SÃO PAULO

O violeiro, pintura de José Ferraz de Almeida Júnior, 1899. A obra representa um aspecto da cultura rural, principalmente do interior do estado de São Paulo. A hierarquização entre as culturas urbana e rural é um exemplo do uso discriminatório do termo *cultura*.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Diferentes formas de cultura

Nas ciências sociais, a cultura é considerada o conjunto de práticas e valores de um grupo social, em suas dimensões material e imaterial, constituindo um patrimônio a ser preservado e transmitido. Isso não significa a impossibilidade de relacionar a produção cultural com os grupos que a geraram. Pode-se afirmar que a cultura assume diversas faces, que, em grande medida, representam os grupos, os sujeitos e os contextos nos quais se formaram, não havendo atribuição de superioridade de uma expressão cultural sobre outra.

OBJETO DIGITAL
Carrossel de imagens: A arte geométrica dos povos originários e dos quilombolas

A **cultura material**, por exemplo, abrange os bens tangíveis produzidos pelas sociedades, como construções, alimentos, móveis e aparelhos eletrônicos. Já a **cultura imaterial** é composta de práticas, expressões, valores, conhecimentos e saberes produzidos pelos membros de uma comunidade ao longo do tempo.

EMMANUELE CONTINI/NURPHOTO/GETTY IMAGES

Interior da Basílica do Nosso Senhor do Bonfim, em Salvador, Bahia. Fotografia de 2023. Uma igreja é um exemplo de cultura material.

RITA BARRETO/FOTOARENA

Apresentação de grupo de maracatu de baque solto, também conhecido como maracatu rural, em Nazaré da Mata, Pernambuco. Fotografia de 2024. O maracatu constitui uma manifestação de cultura imaterial.

Cultura erudita e cultura popular

Constituem a **cultura erudita** as práticas, os costumes e os saberes produzidos para a elite ou por ela, que procura se distinguir das outras classes. A cultura erudita está presente em espaços institucionalizados que elegem a produção da elite como referência para o que seria a "alta cultura". É o caso das "belas-artes", da literatura e da música clássica, por exemplo.

Por **cultura popular**, entende-se o conjunto das práticas, dos costumes e dos saberes que têm origem nas experiências cotidianas das classes dominadas ou populares. As manifestações da cultura popular, por fugirem às regras e aos padrões dominantes, tendem a ocupar espaços alternativos. É o caso da produção dos artistas de rua.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Patrimônio cultural imaterial

As políticas públicas de apoio e promoção da cultura no Brasil têm como marco institucional relevante a criação, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan).

Nas primeiras décadas de existência dessa instituição, as políticas de patrimônio estiveram voltadas, sobretudo, à preservação de sítios e objetos históricos do passado colonial, o que levou à exaltação de uma memória branca e católica como constitutiva do patrimônio do país. O cenário começou a se modificar nos anos 2000, quando a instituição passou a registrar bens de natureza imaterial, integrando atores sociais ligados a minorias étnicas, como indígenas e quilombolas, e valorizando saberes e práticas da cultura popular, como o ofício das paneleiras de Goiabeiras, próprio de Vitória, no Espírito Santo, o modo de fazer viola de cocho, característico do Centro-Oeste brasileiro, a Feira de Caruaru, em Pernambuco, o modo artesanal de fazer queijo de Minas Gerais, entre outros.

No processo de patrimonialização de bens culturais imateriais, dois documentos são importantes: o *Livro de Registro das Formas de Expressão* (uma espécie de certidão por meio da qual se reconhece oficialmente o bem como patrimônio nacional) e o *Plano de Salvaguarda* (um projeto que reúne ações para proteger, promover e transmitir o bem patrimonializado, garantindo sua continuidade).

Analise, a seguir, um trecho de cada um desses documentos referente ao samba de roda do Recôncavo Baiano, reconhecido pelo Iphan como bem cultural imaterial em outubro de 2004.

Texto 1

Livro de Registro das Formas de Expressão

O Samba de Roda baiano é uma expressão musical, coreográfica, poética e festiva das mais importantes e significativas da cultura brasileira. Presente em todo o estado da Bahia, ele é especialmente forte e mais conhecido na região do Recôncavo, a faixa de terra em torno da Baía de Todos-os-Santos. Seus primeiros registros, já com esse nome e com muitas das características que ainda hoje o identificam, datam dos anos 1860. O Samba de Roda traz como suporte determinante tradições culturais transmitidas por africanos escravizados e seus descendentes. Tais tradições incluem, entre outros, o culto aos orixás e caboclos, o jogo da capoeira e a chamada *comida de azeite*. A herança negro-africana no Samba de Roda se mesclou de maneira singular a traços culturais trazidos pelos portugueses – como certos instrumentos musicais, viola e pandeiro principalmente – e à própria língua portuguesa nos elementos de

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

THALES ANTÔNIO/ALAMY/FOTOARENA

Mulheres dançando samba de roda do Recôncavo Baiano, em Santo Amaro, na Bahia. Fotografia de 2016.

suas formas poéticas. O Samba de Roda pode ser realizado em associação com o calendário festivo – caso das festas da Boa Morte, em Cachoeira, em agosto, de São Cosme e Damião, em setembro, e de sambas ao final de rituais para caboclos em terreiros de candomblé. Mas ele pode também ser realizado em qualquer momento, como uma diversão coletiva, pelo prazer de sambar. Essa expressão musical possui inúmeras variantes, que podem ser divididas em dois tipos principais: o samba chula, [...], e o samba corrido. [...] A viola típica da região de Santo Amaro é chamada de machete e tem dimensões reduzidas, sendo pouco mais que um cavaquinho. Na coreografia, o gesto mais típico é o chamado miudinho, feito sobretudo da cintura para baixo. Consiste num quase imperceptível deslizar para frente e para trás dos pés colados ao chão, com a movimentação correspondente dos quadris, num ritmo assimilável, ao compasso dito 6/8.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Ministério da Cultura. Certidão de 5 de outubro de 2004. Confere o título de *patrimônio cultural do Brasil ao samba de roda do Recôncavo Baiano*. **Lex**: Livro de Registro das Formas de Expressão. Brasília, DF: Iphan, 2004. v. 1, p. 3.

Texto 2

Plano de Salvaguarda

Objetivos a curto prazo

- Salvaguardar o saber tradicional dos praticantes mais idosos do samba de roda, e contribuir para sua transmissão às gerações mais novas.
- Revitalizar no Recôncavo a feitura artesanal de violas de samba e em especial de machetes.

[...]

- Contribuir para o processo de auto-organização dos sambadores do Recôncavo.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Objetivos do Plano Integrado de Salvaguarda e Valorização do Samba de Roda. *In*: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Dossiê Samba de Roda do Recôncavo Baiano**. Brasília, DF: Iphan, 2006. p. 85.

Bahia: Recôncavo Baiano

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Imagens em contexto

O Recôncavo Baiano é uma região formada por 19 municípios próximos à Baía de Todos-os-Santos, no estado da Bahia. Os municípios que a compõem são: Muritiba, Cruz das Almas, Cabeceiras do Paraguaçu, Castro Alves, Sapeaçu, São Felipe, Conceição de Almeida, Varzedo, Santo Antônio de Jesus, Dom Macedo Costa, Muniz Ferreira, Governador Mangabeira, São Félix, Cachoeira, Maragogipe, Santo Amaro, Saubara, Salinas da Margarida e Nazaré.

Fonte: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Perfil dos territórios de identidade**. Salvador: SEI, 2016. p. 114.

ATIVIDADES

Responda no caderno.

1. Quais informações sobre o patrimônio cultural imaterial é possível extrair da análise do trecho do *Livro de Registro das Formas de Expressão*?
2. Explique como a manifestação cultural em questão apresenta influências de diferentes tradições culturais.
3. Como os objetivos a curto prazo listados no trecho do *Plano de Salvaguarda* podem contribuir para a preservação e a transmissão desse bem imaterial?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sugestão

Ideias para adiar o fim do mundo

Ailton Krenak. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Nesse livro, Ailton Krenak afirma que somente o reconhecimento da diversidade e a recusa da ideia do ser humano como superior aos demais seres podem ressignificar nossa existência e frear a destruição socioambiental de nossa era.

A constituição da antropologia

A discussão antropológica ocidental sobre cultura, de uma perspectiva científica, iniciou-se no século XVI. Nesse período, as grandes viagens marítimas possibilitaram aos europeus conhecer outras partes do mundo e, assim, entrar em contato com diferentes grupos humanos, o que suscitou debates sobre os hábitos, os costumes e a produção desses grupos.

Com a formação dos impérios coloniais europeus, estabeleceu-se um processo de intercâmbio cultural e de dominação em diferentes regiões do planeta cujos efeitos estão presentes até os dias atuais. A reflexão sobre os padrões culturais diante da inesgotável diversidade humana tornou-se mais complexa e ganhou uma abordagem científica. Tal abordagem foi aplicada na tentativa de desvendar os mistérios da organização social humana.

A **antropologia**, criada no século XIX, é a ciência social voltada ao estudo das culturas em todo o mundo. Inicialmente, o objeto de interesse dos antropólogos eram as sociedades não industriais, mas depois incorporou-se a análise das sociedades industriais.

Natureza e cultura na antropologia

Nos primeiros estudos sobre as diferenças culturais, buscaram-se respostas em elementos geográficos e biológicos, de modo que os argumentos explicativos tinham por base características relacionadas à natureza de um povo ou região. Daí se origina a expressão **determinismo biológico**, de acordo com o qual as práticas culturais de diferentes sociedades seriam explicadas com base nas características biológicas da população. Essa visão de mundo foi usada para explicar e justificar a dominação das populações negras e indígenas pelos europeus, que se consideravam superiores. O **determinismo geográfico**, por sua vez, era utilizado para explicar as diferenças culturais com base nas características naturais das regiões, como o clima e o relevo, a fim de valorizar as nações do norte do globo em detrimento dos povos do sul. Ambas as perspectivas foram superadas pela antropologia, mas ainda estão presentes no senso comum, reforçando preconceitos e estereótipos; por isso, devem ser questionadas e desconstruídas.

Inspirado nas teorias do naturalista Charles Darwin, também teve muita repercussão o chamado **darwinismo social**, que estendia explicações do mundo animal à análise da organização das sociedades humanas. Com base nessa ideia, foram elaborados modelos classificatórios hierarquizantes, que categorizavam as sociedades em "atrasadas" ou "avançadas", o que não é mais admitido na antropologia.

Imagens em contexto

Na manifestação ocorrida em Itatiaia, em 12 de abril de 2023, os ativistas e líderes indígenas, posicionados próximo a um balão inflável com a forma de uma máquina escavadeira, denunciavam os prejuízos causados pelas máquinas escavadeiras usadas nas terras indígenas Kayapó, Munduruku e Yanomami. As práticas derivadas do etnocentrismo colocam em risco diferentes grupos sociais em todo o mundo.

TUANE FERNANDES/GREENPEACE

Ativistas e líderes indígenas em manifestação contra a mineração ilegal em Itatiaia, no Rio de Janeiro. Fotografia de 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Etnocentrismo

A rejeição a práticas culturais estranhas à cultura do observador constitui uma tendência universal que vem sendo problematizada pela antropologia. Essa forma de pensar e agir é denominada **etnocêntrica** e, no limite, pode ter desdobramentos bastante graves, como a imposição de valores e a dominação cultural, com diferentes graus de violência.

O etnocentrismo caracteriza a visão de mundo de quem considera sua cultura e seu grupo étnico mais importantes que os demais. Dessa perspectiva, com base em critérios de sua cultura, o observador julga que as práticas e os valores culturais de outros povos ou grupos sociais são atrasados ou sem sentido.

Ao longo da história, os contatos entre povos com diferentes práticas culturais despertaram estranheza, desconfiança e até mesmo rejeição. Situações como essas podem ser observadas até hoje. Atitudes racistas e discriminatórias – fundadas na **xenofobia** (aversão ao estrangeiro) e derivadas de uma visão etnocêntrica – continuam a ocorrer, apesar de serem combatidas por grupos organizados da sociedade civil e pelo sistema judiciário, quando tipificadas no Código Penal.

O olhar etnocêntrico sobre o mundo produz duas atitudes que desqualificam a diversidade: o preconceito e a discriminação. O **preconceito** está presente, por exemplo, na avaliação por grupos ou indivíduos das práticas culturais de outros com base em valores e opiniões preestabelecidos. Esse tipo de pensamento pode se efetivar por meio de **atitudes discriminatórias**, ou seja, da depreciação de práticas, valores e costumes de outras culturas. A citação de Tylor mencionada nesta página foi retirada de: TYLOR, Edward Burnett. **Cultura primitiva**: los orígenes de la cultura. Madrid: Ayuso, 1977.

Antropologia evolucionista

A primeira teoria social sobre o tema da cultura foi desenvolvida no Reino Unido, no século XIX, com base, sobretudo, nos estudos do antropólogo evolucionista Edward Burnett Tylor. Em seu livro *Cultura primitiva*, publicado em 1871, Tylor define cultura como "o todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade".

Apesar de sua importância na história da antropologia, a **escola evolucionista** é responsável pela construção da concepção equivocada de que as sociedades têm início em um estado primitivo e tornam-se civilizadas com o passar do tempo. Essa tese contribuiu para justificar o processo de colonização da África e da Ásia no século XIX, pois fundamentou a ideia de que os europeus levariam a civilização aos povos de outros continentes.

Com base em uma visão eurocêntrica de que a cultura europeia seria o modelo por meio do qual as demais culturas deveriam ser julgadas, essa forma de pensar ainda exerce influência em nossa sociedade. Isso pode ser percebido, por exemplo, quando são adotados padrões de comportamento típicos do Ocidente – principalmente da Europa Ocidental e dos Estados Unidos – para analisar formas de organização social e práticas culturais de outras regiões do globo.

MAURO AKIN ASSOR/FOTOARENA

Praticantes do candomblé durante cerimônia religiosa no terreiro Ilê Axé Alá Obatalandê, em Lauro de Freitas, Bahia. Fotografia de 2019. O olhar etnocêntrico se manifesta na discriminação a grupos e culturas, como os adeptos e praticantes de religiões afro-brasileiras.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Diversidade e relativismo cultural

De maneira oposta ao evolucionismo, o **relativismo cultural** é uma forma de pensar cada manifestação cultural como legítima. Com base nessa perspectiva, compreende-se que toda cultura deve ser entendida de acordo com seus termos, saberes e critérios. Dessa forma, para contrapor-se ao evolucionismo, que dominava o pensamento social e político, foram desenvolvidos, a partir de fins do século XIX, outros métodos de pesquisa e de análise da cultura. O resultado desse esforço intelectual está presente em diferentes teorias sociais, que têm em comum o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural.

A ideia partilhada entre as escolas contrárias aos postulados da antropologia evolucionista é a de que as sociedades não são o resultado de um desenvolvimento unilinear e ascendente das culturas. Para essas escolas, a diversidade cultural é a regra da vida humana e se manifesta por meio de empréstimos e de imitação cultural (**difusionismo**) e das trajetórias independentes e não hierárquicas dos grupos humanos (**culturalismo**). Há também as correntes antropológicas que afirmam que as expressões culturais e as formas de organização social devem ser compreendidas com base nas funções de cada elemento cultural na integração e na estabilidade da sociedade (**funcionalismo**). Para outras vertentes, a cultura deve ser entendida como a estrutura do conjunto de sistemas simbólicos (arte, religião e educação) que atuam de modo integrado (**estruturalismo**) ou como uma "complexa teia de significados" compartilhados elaborada pelos seres humanos e variável de acordo com o grupo social (**interpretativismo**). A diversidade cultural é considerada positiva pelos defensores do relativismo cultural, que a compreendem como portadora dos direitos de expressão e de existência.

Imagens em contexto

Na Índia, as vacas são consideradas animais sagrados e associadas à espiritualidade e à abundância. Por isso, esses animais podem circular livremente pelas ruas e costumam ser bem tratados e reverenciados.

HIMANSHU SHARMA/NURPHOTO/GETTY IMAGES

Sacerdote hindu indiano oferece orações a uma vaca no Lago Sagrado de Pushkar, no Rajastão, na Índia. Fotografia de 2020. Um dos modos de reconhecer a diversidade cultural é observar a relação das culturas humanas com os animais. Cada forma de relação só pode ser compreendida em sua lógica.

Sugestão

Nós: uma antologia de literatura indígena

Organização de Mauricio Negro. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2019.

Os mitos, narrativas ancestrais, movem as sociedades indígenas e explicam muito de sua cultura e de sua interpretação sobre as origens do mundo e dos seres. Essa obra reúne dez desses mitos, narrados por escritores indígenas de diferentes etnias que lutam para que elas sejam aceitas e respeitadas por suas raízes ancestrais e por compor a diversidade cultural do Brasil.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Ideologia e comportamento social

Na vida social, quando nos deparamos com um problema, tentamos encontrar soluções para ele. Essas soluções não são neutras: todos os indivíduos e grupos sociais têm interesses atrelados às ideias que constroem ou que lhes são apresentadas no processo de interação social. O conjunto de ideias e valores que orientam o comportamento humano compõe a ideologia. A ideologia, assim como a cultura, pode ser entendida também como um mecanismo de controle social.

O **controle social** compreende os mecanismos que delimitam as ações e as interações sociais seguindo parâmetros previsíveis, incorporados pelos indivíduos por meio da socialização. Ele pode ser analisado por duas perspectivas básicas:

- a funcionalista, por meio da qual se consideram as regras e normas importantes para manter a coesão e a harmonia social;
- a da sociologia do conflito, com base na qual se entende que as relações sociais são marcadas pela contradição de interesses, da qual derivam conflitos que movimentam as sociedades ao longo da história.

Da perspectiva da sociologia do conflito, o controle social está relacionado à ideologia e ocorre pela ação de diferentes instituições sociais em defesa dos interesses de grupos específicos que detêm o poder econômico, cultural e político.

Mediante processos de socialização, os valores e os padrões de um grupo ou classe social que detém o poder são impostos à sociedade como se fossem valores coletivos a serem aceitos como normas. Assim, pessoas ou grupos que se sentem prejudicados podem se organizar de diversas formas para exigir mudanças: greves, campanhas nas redes sociais, manifestações de rua, ocupações de prédios públicos, acampamentos diante de órgãos de governo, entre outras. Essas ações configuram formas de **resistência** ou **contra-hegemonia**.

O conceito de ideologia como falsa consciência

Com base em um debate estabelecido com outros pensadores sobre o desenvolvimento da consciência, Karl Marx e Friedrich Engels desenvolveram o conceito de ideologia como **falsa consciência**. Ao propor essa definição, os teóricos buscaram se contrapor à visão dominante em seu tempo de que o desenvolvimento da razão humana por si só modificaria o mundo, ou seja, as ideias seriam o fundamento da realidade. De acordo com Marx e Engels, a sociedade é compreendida em duas esferas, que se relacionam mutuamente como um todo estruturado:

- **infraestrutura** – esfera de produção dos bens que satisfazem às necessidades humanas, relacionando-se às condições materiais de existência;
- **superestrutura** – esfera das ideias, leis, religiões, moral e organizações políticas existentes em uma sociedade e sintetizadas na figura do Estado.

De acordo com esses pensadores, afirmar que as ideias (contidas na superestrutura) são autônomas (desvinculadas da infraestrutura) consiste em estabelecer uma representação falsa das relações sociais. Isso porque nessa interpretação não se considera o fato de que as relações materiais de produção fundamentam o modo pelo qual cada pessoa interpreta o mundo. Por isso, a ideologia é vista por Marx como uma falsa consciência da realidade.

Esferas sociais: infraestrutura e superestrutura

ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Na visão de Karl Marx e Friedrich Engels, infraestrutura e superestrutura são duas esferas da sociedade que se relacionam e se complementam.

Fonte: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 47.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As bases ideológicas dos discursos

Com base na perspectiva proposta por Karl Marx e Friedrich Engels, podemos entender a proliferação de determinados discursos em forma de manifestação ideológica. O discurso meritocrático, por exemplo, apresenta forte viés ideológico, pois é fundamentado em argumentos que encobrem as desigualdades e dificultam a superação de problemas como a pobreza e o desemprego.

Quando um trabalhador em condição de desvantagem de oportunidades de educação, saúde e moradia defende o mérito como resultado do esforço individual, dissemina um discurso que atende aos interesses da classe dominante. Isso ocorre porque tal discurso oculta as causas materiais que contribuem para o sucesso profissional de um indivíduo em razão da distribuição desigual de oportunidades e do acúmulo de vantagens por determinado grupo ou classe social.

De acordo com a teoria marxista, em todos os momentos históricos, a classe que controla o sistema econômico desenvolve um conjunto de ideias que legitima seu controle. Produz, assim, representações da realidade que atendem a seus interesses e lhe permitem continuar a exercer domínio sobre as demais classes sociais. Dessa forma, as ideologias da classe dominante tendem a tornar-se a representação da realidade de todas as classes.

Ideologia como visão de mundo

Outra abordagem teórica sobre a ideologia é a do filósofo e político italiano Antonio Gramsci, que procurou valorizar em seus estudos o papel da cultura no desenvolvimento da luta de classes.

Para Gramsci, a ideologia pode ser compreendida como **visão de mundo**, isto é, um conjunto de perspectivas produzidas por diferentes classes sociais. Tais perspectivas se materializam nas práticas sociais ao mesmo tempo que são influenciadas por elas, formando um sistema de valores culturais. A ideologia representa, portanto, o modo pelo qual cada grupo ou classe social atribui sentido a suas experiências.

© TONI D'AGOSTINHO

Charge de Toni D'Agostinho, 2020.

Duas consequências importantes derivam dessa visão: a primeira é a valorização da cultura na análise das relações sociais; a segunda é o papel que as classes dominadas podem ter no processo de transformação da sociedade.

Na visão de Gramsci, as ideologias são expressões das experiências sociais e estão profundamente vinculadas às práticas culturais de sujeitos coletivos. Sendo assim, a classe dominante procura difundir sua forma de explicar o mundo, de modo que possa condicionar o comportamento cultural das classes dominadas. Quando isso ocorre, configura-se uma **hegemonia**, que pode ser entendida como o domínio moral ou político de um Estado ou segmento da sociedade sobre outros.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Explique a crítica feita pelo chargista à meritocracia.
2. Você considera que a meritocracia perpetua as desigualdades sociais e raciais em nossa sociedade? Explique.

ODS 10

Gramsci, hegemonia e controle ideológico

Em qualquer sociedade, o exercício do poder envolve alternância entre a coerção e o consenso. No exercício da hegemonia de uma classe sobre as demais, o domínio é baseado no consenso, e não na força, o que pode ocorrer pela difusão da ideologia da classe dirigente para todas as esferas da vida, de maneira que se torne a concepção de mundo de toda a sociedade.

A classe dominante, ao difundir a ideia de meritocracia em uma situação de desemprego, por exemplo, influencia o comportamento dos trabalhadores. Portanto, a dominação ocorre também no âmbito das relações culturais.

Para Antonio Gramsci, no entanto, as classes dominadas não precisam ser passivas nesse processo, construindo sua visão de mundo, que pode contrapor-se à ideologia dominante, em um processo de **contra-hegemonia** (denominação atribuída por estudiosos de inspiração gramsciana).

Paulo Freire e o lugar da ideologia no processo educacional

O educador e filósofo Paulo Freire elaborou uma reflexão sobre o papel da ideologia que se vale dos dois aspectos apontados anteriormente. Para ele, a ideologia dominante é incutida na mente e na prática dos indivíduos por meio do processo educacional. A pedagogia tradicional associa-se ao modo de ver e agir da classe dominante e falseia a realidade, apresentando o ponto de vista dessa classe como o único possível.

De acordo com Freire, a escola reproduz a ideologia dominante e a ensina aos estudantes, principalmente quando adota o modelo que ele denomina **educação bancária**, que considera o estudante um recipiente vazio no qual serão depositados conhecimentos e informações interessantes às classes dirigentes. Ele afirma que esse modelo de educação, adotado em grande parte das instituições educacionais, produz exclusão, desigualdade e miséria, além de manter as classes populares submissas à elite.

A educação pode, no entanto, cumprir outro propósito social, de caráter emancipatório. Como Antonio Gramsci, Paulo Freire considera que a educação pode ser utilizada como ação contra-hegemônica. De acordo com o educador e filósofo brasileiro, uma ação pedagógica que parta da realidade do estudante, valorize seus saberes prévios e rejeite os valores pelos quais a ideologia dominante reproduz injustiças permitirá aos indivíduos das classes populares produzir seu próprio discurso sobre o mundo, libertando-se do controle ideológico e tornando-se sujeitos ativos na transformação da sociedade.

EDUARDO KNAPP/FOLHAPRESS

Manifestação contra a reforma da previdência e a reforma trabalhista na Avenida Paulista, na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2017. A organização e os movimentos dos trabalhadores são formas de lutar contra a hegemonia da classe dominante.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Classificação indicativa de *O show de Truman:* o show da vida: 10 anos.

Sugestão

O *show* de Truman: o *show* da vida

Direção: Peter Weir. Estados Unidos, 1998. 107 minutos.

Truman é um vendedor de seguros que leva uma vida simples com a esposa em uma pacata cidade. Aos poucos, algumas situações o levam a estranhar o meio em que vive, os amigos e a esposa, até descobrir que toda a sua vida não passa de uma mentira transmitida em rede nacional para o entretenimento de todo o país.

Indústria cultural e meios de comunicação de massa

Uma temática relevante para as ciências sociais é a discussão sobre cultura de massa, indústria cultural e meios de comunicação de massa.

Diferentemente das culturas erudita e popular, produzidas, respectivamente, pela elite e pelas classes populares, a cultura de massa não é produzida *pelas* massas, mas *para* as massas. Ela é gerada no interior da **indústria cultural**: o conjunto de empresas vinculadas à classe dominante que tem como função produzir cultura com base na padronização verificada em qualquer outra produção industrial, transformando bens culturais em mercadorias. Tal conceito foi elaborado, em meados dos anos 1940, pelos teóricos Theodor Adorno e Max Horkheimer.

Mas como produzir industrialmente algo que se forma por meio das práticas cotidianas dos diferentes grupos e classes sociais? Isso ocorre pela massificação de saberes e padrões de comportamento promovida por parte da indústria ligada à produção de bens culturais (produtoras, editoras e gravadoras, por exemplo) por meio da disseminação de seus produtos (vídeos, filmes, novelas, livros etc.).

Quando uma notícia é apresentada, por exemplo, em um programa jornalístico, o modo como são narrados os fatos ou apresentadas as entrevistas não é neutro: procura-se construir uma versão da realidade que represente a visão dos donos desses veículos de comunicação.

Cultura de massa

Com o advento e a consolidação do capitalismo, constituiu-se uma forma de expressão cultural – a **cultura de massa** – que se caracteriza por transformar as práticas, os saberes e os costumes das diferentes classes em mercadorias.

Como você estudará adiante, uma das consequências da difusão desses produtos é a indeterminação das diferenças entre as culturas popular e erudita, que, ao serem incorporadas à cultura de massa, perdem sua especificidade e sua originalidade no cenário social contemporâneo.

É importante ressaltar que a cultura de massa também apresenta caráter ideológico. Seu atrelamento aos interesses financeiros a transforma em expressão da visão de mundo da classe dominante, estabelecendo a padronização da produção e do consumo de bens culturais e homogeneizando comportamentos de uma coletividade.

A cultura de massa, como produto da indústria cultural, sustenta-se oferecendo divertimento e produzindo conformismo ao instigar a aceitação acrítica da realidade social tal como apresentada pelos meios de comunicação. Segundo essa perspectiva, a diversão propiciada pelos produtos da indústria cultural promove a padronização dos gostos e muitas vezes mascara os conflitos existentes na sociedade.

Atualmente, o desenvolvimento de mídias alternativas, acelerado pela facilidade de acesso à rede mundial de computadores, tem trazido elementos novos para o entendimento da relação entre técnica e crítica.

A câmera de vídeo de um celular pode registrar de forma mais crítica ou mais profunda o mesmo evento retratado pela grande mídia, e as imagens captadas por esse aparelho podem ser compartilhadas rapidamente pelas redes sociais. Diferentes *blogs* e canais mantidos por pessoas das mais diversas regiões, culturas e classes sociais têm sido fonte de informação e de conhecimento para diferentes públicos que buscam escapar do controle dos grandes grupos de comunicação.

Nesse contexto, a lógica da relação entre poucos emissores e muitos receptores de mensagens, ainda que não deixe de existir, passa a conviver com um novo universo de trocas. Assim, é possível que uma jovem da periferia de uma grande cidade publique e divulgue seus poemas, de forma escrita ou falada, sem precisar do apoio

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

de uma editora. Da mesma forma, um vídeo produzido por indígenas de alguma etnia do interior do Brasil relatando situações vividas em seu cotidiano pode ser amplamente divulgado. Essas possibilidades certamente não anulam o poder dos grandes polos difusores da cultura de massa; no entanto, revelam a emergência de novas questões a serem discutidas por especialistas das diferentes áreas do conhecimento que abordam a comunicação humana e as relações de poder.

Você pesquisador

Para refletir sobre a relação entre cultura e gosto estético, você e os colegas realizarão um **estudo de recepção de obras de arte e de produtos da indústria cultural**. Para isso, organizarão um pequeno evento de exibição de duas obras: um exemplar da cultura popular e outro da cultura de massa. Em seguida, verificarão a opinião dos convidados sobre as obras.

- Escolham dois produtos culturais: um regional, que manifeste a produção da cultura popular local, e outro proveniente da cultura de massa. É importante que as obras sejam do mesmo gênero; por exemplo, duas músicas, dois filmes ou duas obras de artes visuais.
- Elaborem um questionário para avaliar a opinião das pessoas sobre as obras escolhidas. Ele pode ser composto de perguntas abertas (sem respostas predefinidas em alternativas); por exemplo: "Você gostou dessa música? Por quê?"; "Você acha que essa música faria sucesso? Por quê?"; "Que diferenças e semelhanças você percebe entre as duas obras?".
- Criem um evento para a exibição das obras escolhidas, convidem pessoas da comunidade para prestigiá-lo e apliquem os questionários.
- Com base nos resultados, comparem a recepção da obra da indústria cultural com a da obra da cultura popular.
- Com a ajuda do professor e com base nas discussões propostas no capítulo, elaborem hipóteses para explicar o sucesso ou o insucesso das obras apresentadas. Nesse momento, pensem nas consequências do processo analisado para a produção cultural local.

LUCIOLA ZVARICK/PULSAR IMAGENS

Indígenas da etnia Mehinako da aldeia Uyapiyuku registram a luta do *huka-huka* durante o Kuarup, ritual fúnebre celebrado no Parque Indígena do Xingu, em Gaúcha do Norte, em Mato Grosso. Fotografia de 2022. Na última década, indígenas têm utilizado as redes sociais para compartilhar, em primeira pessoa, práticas, crenças, rituais e momentos cotidianos, dando visibilidade a aspectos muitas vezes desconsiderados na mídia tradicional.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

OBJETO DIGITAL
Vídeo:
Armadilhas das *fake news*

Cultura, ideologia e identidade cultural no século XXI

A partir dos anos 1970, a fusão das telecomunicações analógicas com a informática provocou uma transformação no modo como circulam as informações, desenvolvendo uma comunicação multidirecional, voltada ao que o sociólogo espanhol Manuel Castells denomina **sociedade da informação**.

Por meio da análise sociológica, busca-se compreender as transformações sofridas pela sociedade da informação em decorrência do impacto da **revolução digital**. A indústria geradora de serviços e de conteúdos digitais é fundamental para a formação de comportamentos e hábitos de consumo. No entanto, a maneira como essas mudanças ocorrem precisa ser compreendida por meio do estudo da relação da tecnologia com a produção social e a cultura.

As tecnologias, bem como as linguagens e as instituições sociais, são parte das construções humanas. São, portanto, produto da sociedade e da cultura, e tanto sua criação quanto seu uso constituem nossa noção de humanidade. Assim, elas não são neutras, e o desenvolvimento tecnológico se orienta por interesses que podem envolver ou não a consideração das desigualdades sociais e dos abismos digitais.

Sendo assim, é importante considerar os contextos culturais e ideológicos em que essas tecnologias são utilizadas. Por exemplo, os diversos usos das redes sociais *on-line* são influenciados pelo conjunto de visões de mundo em disputa na sociedade, assim como pelos interesses comerciais e políticos de empresas e governantes. Cada acesso a *sites* dá origem a dados que são comercializados por empresas, com fins de *marketing* comercial ou até mesmo eleitoral.

Uma visão otimista da expansão das tecnologias da informação é desenvolvida pelo filósofo e sociólogo Pierre Lévy. Para ele, a propagação das redes sociais *on-line* pode gerar diferentes modos de exercício da cidadania e da democracia, os quais formam a **cibercultura**. Dessa maneira, o espaço digital poderá concretizar seu potencial político ao ser habitado por culturas cada vez mais diversas e participativas.

Um exemplo de uso político do ambiente virtual são as manifestações ocorridas no Brasil em junho de 2013, conhecidas como Jornadas de Junho, em que as redes sociais tiveram papel central na organização dos protestos e na mobilização popular. Outro exemplo são os disparos, nas redes sociais, de notícias falsas, as chamadas *fake news*, estratégia muito utilizada por segmentos políticos conservadores que teve papel fundamental na eleição de governantes em diferentes países nos últimos anos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

WIN MCNAMEE/UPI/SHUTTERSTOCK

Mark Zuckerberg (no centro), cofundador de uma empresa de mídia social, depondo em audiência, após escândalo de violação de privacidade, na Comissão de Justiça e Comércio do Senado, em Washington, nos Estados Unidos. Fotografia de 2018. O caso envolveu a coleta ilegal de dados de milhões de usuários, utilizados por uma empresa de consultoria política para direcionar propaganda personalizada durante a eleição presidencial dos Estados Unidos em 2016.

Técnico em multimeios didáticos, processos escolares e pedagogia

Dados sobre escolarização da população brasileira em 2022 retirados de: TENENTE, Luiza. Índice de crianças de 4 e 5 anos na escola cai após a pandemia, diz IBGE; meta de universalização fica distante. **G1**, 7 jun. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/06/07/indice-de-criancas-de-4-e-5-anos-na-escola-cai-apos-a-pandemia-diz-ibge-meta-de-universalizacao-fica-distante.ghtml. Acesso em: 30 jan. 2024.

A educação desempenha papel importante na vida das pessoas. Além do trabalho nas escolas públicas e privadas, profissionais da educação também atuam em projetos sociais, organizações da sociedade civil, editoras e empresas de consultoria educacional e de avaliação psicopedagógica. Conheça a seguir algumas carreiras dessa área.

- **Curso técnico em multimeios didáticos**. O profissional formado nesse curso está habilitado a difundir e incentivar práticas de utilização de diferentes recursos tecnológicos para a ação educativa; orientar trabalhadores da educação para o uso de equipamentos que envolvam tecnologias de aprendizagem; analisar requisitos de *softwares* visando propor soluções criativas e adequadas para a educação; indicar e preparar equipamentos tecnológicos para o planejamento e a realização de aulas, teleconferências, atividades laboratoriais com práticas de realidade virtual e eventos educacionais; fazer a manutenção básica de equipamentos tecnológicos utilizados para mediar e/ou integrar as metodologias de ensino e aprendizagem ao ambiente virtual.
- **Curso superior de tecnologia em processos escolares**. Esse curso habilita o profissional a planejar, coordenar e operacionalizar atividades organizacionais, tecnológicas e gerenciais nos espaços educativos; planejar e organizar a oferta de serviços e tecnologias de multimeios para o ensino; programar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos escolares, laboratórios e sistemas elétricos e hidrossanitários; administrar almoxarifados e ambientes de segurança alimentar; organizar, supervisionar e executar processos de aquisição, preparo e distribuição da alimentação escolar; coordenar e integrar equipes técnicas de apoio pedagógico e administrativo da escola e da rede de ensino; coordenar e organizar os processos acadêmicos e de conformidade legal da escola.
- **Curso superior de pedagogia**. O profissional com graduação em pedagogia pode desenvolver pesquisas e reflexões críticas no campo da educação; atuar na formação integral de crianças, adolescentes, jovens e adultos, encontrando meios e estratégias para favorecer seu desenvolvimento físico, intelectual e emocional; planejar, executar e avaliar programas de aprendizagem e projetos pedagógicos em escolas, associações educacionais, organizações da sociedade civil e projetos sociais ligados à educação; entre outros.

De acordo com levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, naquele ano 91,6% das crianças brasileiras entre 4 e 5 anos estavam matriculadas na escola. Contudo, no mesmo ano, apenas 29,9% dos adultos com mais de 25 anos tinham o Ensino Médio completo. A universalização da Educação Básica no país dependerá do aumento dos investimentos governamentais e da formação de mais profissionais na área.

SERGIO PEDREIRA/PULSAR IMAGENS

Professora ensinando estudantes em sala de aula do Colégio Estadual Senhor do Bonfim, em Salvador, Bahia. Fotografia de 2018. O curso superior de pedagogia forma professores de crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividades

RESPONDA NO CADERNO.

1. Os conceitos de fato social, de Émile Durkheim, e de ação social, de Max Weber, representam visões opostas a respeito da relação entre indivíduo e sociedade. Justifique essa afirmação.

2. O conceito de socialização é fundamental para compreender as ações das pessoas e os padrões estabelecidos em uma sociedade. Explique quais são e como atuam alguns de seus principais agentes.

3. O conceito de cultura foi elaborado por antropólogos no contexto da expansão de projetos colonialistas.

a. Explique a relação entre os primeiros estudos antropológicos e as justificativas apresentadas pelas potências imperialistas para seu projeto de dominação.

b. Comente os avanços que marcaram os estudos antropológicos na superação da perspectiva evolucionista.

4. Carolina Maria de Jesus foi uma mulher negra, com pouca instrução formal, moradora da Favela do Canindé, na capital de São Paulo, que teve seus diários publicados no livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. No dia 6 de julho de 1958, ela escreveu:

> [...] É 5 e meia. O frei Luiz está chegando para passar o cinema aqui na favela. Já puzeram a tela e os favelados estão presentes.
>
> As pessoas de alvenaria que residem perto da favela diz que não sabe como é que as pessoas de cultura dá atenção ao povo da favela.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo:** diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014. p. 81.

a. Com base no trecho lido e no que você aprendeu sobre cultura neste capítulo, explique o que Carolina Maria de Jesus quis dizer com "pessoas de cultura".

b. A edição dos diários de Carolina Maria de Jesus preservou os erros ortográficos e gramaticais da autora não só para manter a originalidade dos relatos, como também por se tratar de uma literatura de testemunho. Como esse fato dialoga com os conceitos de cultura popular, cultura erudita e cultura e poder?

5. Em sua primeira palestra, com mais de 37 milhões de visualizações, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie discorreu sobre como encontrou sua voz cultural autêntica ao questionar a necessidade de considerar a sobreposição de histórias e fontes na constituição de sua própria história. Ela relata:

> Passei a infância num *campus* universitário no leste da Nigéria. [...] Eu me tornei leitora cedo, e o que lia eram livros infantis britânicos e americanos.
>
> Também me tornei escritora cedo. Quando comecei a escrever, lá pelos sete anos de idade – textos escritos a lápis com ilustrações feitas com giz de cera que minha pobre mãe era obrigada a ler –, escrevi exatamente o tipo de história que lia: todos os meus personagens eram brancos de olhos azuis, brincavam na neve, comiam maçãs e falavam muito sobre o tempo e sobre como era bom o sol ter saído.
>
> Escrevia sobre isso apesar de eu morar na Nigéria. Eu nunca tinha saído do meu país. Lá, não tinha neve, comíamos mangas e nunca falávamos do tempo, porque não havia necessidade. [...]
>
> [...]
>
> Como eu só tinha lido livros nos quais os personagens eram estrangeiros, tinha ficado convencida de que os livros, por sua própria natureza, precisavam ter estrangeiros e ser sobre coisas com as quais eu não podia me identificar. Mas tudo mudou quando descobri os livros africanos. [...]
>
> Eu amava aqueles livros americanos e britânicos que lia. [...] mas a consequência não prevista foi que eu não sabia que pessoas iguais a mim podiam existir na literatura.

ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 6-8.

De acordo com a antropologia e com base no título da palestra, que forma de pensar e agir o trecho descreve? Quais são as consequências dela decorrentes?

6. Pierre Bourdieu afirma que o capital cultural ao qual o estudante tem acesso pode interferir em sua trajetória escolar.

> Com efeito, para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar a sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Pierre Bourdieu**: escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 53.

Reflita sobre casos em que o capital cultural pode afetar a trajetória de um indivíduo e converse com os colegas sobre as diferentes dimensões das desigualdades sociais.

7. O texto a seguir foi extraído do prólogo do livro *Retratos sociológicos*, do sociólogo francês Bernard Lahire. Analise o argumento do autor utilizando o conceito de socialização.

> O mundo social está tanto dentro de nós como fora de nós. Na origem de nossas desgraças e de nossa

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

felicidade, tanto individuais como coletivas, ele se diferenciou e se tornou tão complexo que produziu o sentimento de que o íntimo, o singular, o pessoal se distinguiram por natureza da sociedade (como dois objetos claramente distintos) e até mesmo se contraporiam a ela. Em um estado de diferenciação particularmente avançado, por paradoxo ou por artimanha do mundo social, temos a sensação de uma vida subjetiva não social ou extrassocial. Nada é mais comum do que essa inverdade. O indivíduo, o foro íntimo ou a subjetividade como local de nossa liberdade primordial é um de nossos grandes mitos contemporâneos. [...]

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos**: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. XII.

8. O *slam*, ou *poetry slam*, evento poético que teve início em Chicago, nos Estados Unidos, em 1984, é uma competição de poesia falada com influências do *rap* e do *hip-hop*, sendo caracterizado pela linguagem informal, marcada por traços de oralidade e coloquialidade. Os participantes dos *slams* devem seguir algumas regras: é vetado o uso de figurinos, cenários e instrumentos musicais; os poemas devem ser de autoria dos participantes e lidos ou recitados em até três minutos; o júri é escolhido na hora e composto de cinco pessoas do público, que dão notas de zero a dez; o competidor com maior nota vence a batalha poética. O evento, que dialoga com o público jovem, é um movimento social, cultural e artístico presente no mundo todo, contribuindo para a representação de integrantes de minorias, como mulheres, negros, pessoas LGBTQIA+ e moradores das periferias. Agora que você conhece algumas características desse gênero literário, faça as atividades a seguir.

a. Considerando as relações entre cultura e poder, analise o fenômeno do *slam* utilizando o conceito de contra-hegemonia.

b. Organize um *slam*.

- Junte-se a quatro colegas e elejam um destes temas: racismo, repressão policial, violência do Estado, exclusão de direitos, temática LGBTQIA+, feminismo ou violência contra as mulheres.
- Criem um poema sobre o tema escolhido para declamar no dia agendado para a competição.
- Durante o evento, com os demais colegas, escolham os jurados entre os integrantes do público.

Enem e vestibulares

9. (Enem-MEC – adaptada)

Texto 1

Documentos do século XVI algumas vezes se referem aos habitantes indígenas como "os brasis" ou "gente brasília" e, ocasionalmente no século XVII, o termo "brasileiro" era a eles aplicado, mas as referências ao *status* econômico e jurídico desses eram muito mais populares. Assim, os termos "negro da terra" e "índios" eram utilizados com mais frequência do que qualquer outro.

SCHWARTZ, S. B. Gente da terra braziliense da nação. Pensando o Brasil: a construção de um povo. *In*: MOTA, C. G. (org.). **Viagem incompleta**: a experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: Senac, 2000 (adaptado).

Texto 2

Índio é um conceito construído no processo de conquista da América pelos europeus. Desinteressados pela diversidade cultural, imbuídos de forte preconceito para com o outro, o indivíduo de outras culturas, espanhóis, portugueses, franceses e anglo-saxões terminaram por denominar da mesma forma povos tão díspares quanto os tupinambás e os astecas.

SILVA, K. W.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

Ao comparar os textos, as formas de designação dos grupos nativos pelos europeus, durante o período analisado, são reveladoras da

a. concepção idealizada do território, entendido como geograficamente indiferenciado.

b. percepção corrente de uma ancestralidade comum às populações ameríndias.

c. compreensão etnocêntrica acerca das populações dos territórios conquistados.

d. transposição direta das categorias originadas no imaginário medieval.

e. visão utópica configurada a partir de fantasias de riqueza.

10. (Uerj-RJ)

O alemão Franz Boas foi o primeiro a ressaltar a importância do estudo das diversas culturas em seu próprio contexto, a partir das suas peculiaridades. Boas ressaltava não haver cultura superior ou inferior. Para ele, deveriam ser considerados os fatores históricos, naturais e linguísticos que influenciavam o desenvolvimento de cada cultura em particular.

LUCCI, E. A. e outros. **Território e sociedade no mundo globalizado**: geografia geral e do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2010. (Adaptada).

A abordagem apresentada no texto foi desenvolvida a partir do início do século XX e originou uma nova perspectiva das ciências sociais em relação ao estudo das culturas.

Essa perspectiva é denominada:

a. relativismo.

b. materialismo.

c. evolucionismo.

d. etnocentrismo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE 2

Trabalho, ciência e tecnologia

O trabalho desempenha uma função central na vida social, não apenas como fonte de sustento para as necessidades diárias, mas também por colaborar para a construção da identidade dos indivíduos e de laços e relações que produzem sentimentos de pertencimento.

Influenciadas por mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais ocorridas em diferentes períodos históricos, as relações de trabalho têm se transformado ao longo do tempo. Antigas formas foram proibidas, como o trabalho compulsório, embora persistam ilegalmente em algumas regiões do mundo; outras emergiram e ocuparam uma posição central, como o trabalho assalariado e o regulamentado, resultado de lutas por direitos trabalhistas. Atualmente, a precarização e o trabalho plataformizado ganham espaço e trazem impactos para os trabalhadores ao redor do mundo.

Além disso, as estruturas de organização do trabalho, construídas principalmente a partir das revoluções industriais, são atravessadas por avanços científicos e tecnológicos que impõem desafios e exigem novas habilidades e capacidades de adaptação às transformações em curso, como a automação de processos e o uso recorrente da inteligência artificial nas tarefas e nas linhas de produção.

ERNESTO REGHRAN/PULSAR IMAGENS

Estudantes do Ensino Médio em feira de profissões da Universidade Estadual de Londrina, Paraná. Fotografia de 2023. Informar-se sobre os cursos de Ensino Superior oferecidos é importante para que os jovens ingressem em um mercado de trabalho que sofre mudanças intensas e velozes.

A unidade "Trabalho, ciência e tecnologia" está presente nos quatro volumes desta coleção de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Confira, no quadro a seguir, os capítulos de cada componente que contribuem para a abordagem da temática dessa unidade.

A unidade "Trabalho, ciência e tecnologia" na coleção

Componente	Capítulos
História	6. Formas de trabalho na América 7. Revolução Industrial e transformações no mundo do trabalho
Geografia	5. Indústria, tecnologia e trabalho 6. Inovação tecnológica e transformações espaciais no Brasil nos séculos XX e XXI
Sociologia	3. Trabalho e desigualdades 4. Estratificação social
Filosofia	3. Trabalho e lazer 4. Ciências

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Na prática

Os dados de empregabilidade de jovens no Brasil foram obtidos em: ALBUQUERQUE, Flávia. Pesquisa mostra 5,2 milhões de jovens entre 14 e 24 anos sem emprego. **Agência Brasil**, 26 maio 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-05/pesquisa-mostra-52-milhoes-de-jovens-entre-14-e-24-anos-sem-emprego. Acesso em: 18 set. 2024.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2023, o desemprego no país atingia cerca de 9,4 milhões de pessoas. Desse total, cerca de 55% eram jovens de 14 a 24 anos de idade. Entre eles, 52% eram mulheres, e 66%, pessoas negras (pretas e pardas).

O cuidado com os afazeres domésticos ou com parentes e a gravidez estavam entre as principais razões que mantinham as mulheres dessa faixa etária fora do mercado de trabalho. Entre os homens, a falta de trabalho na localidade onde viviam e os estudos estavam entre os principais motivos do desemprego.

Esses dados revelam como o desemprego afeta a juventude atualmente e quais são as disparidades de gênero e de raça que existem entre aqueles que estão fora do mercado de trabalho. Será que de 2023 para cá essas desigualdades foram reduzidas? Como agir diante desse cenário?

PEDRO IGNACIO/SHUTTERSTOCK

Jovem segura sua carteira de trabalho na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2023.
A carteira de trabalho é um documento importante para o trabalhador por ser um instrumento de garantia de direitos trabalhistas e previdenciários, como o direito a férias e aposentadoria.

1. **Levante hipóteses para explicar as razões pelas quais as taxas de desemprego são maiores entre jovens, negros e mulheres.**
2. **Em sua opinião, como a perspectiva do desemprego pode afetar a construção de um projeto de vida e a saúde mental dos jovens?**
3. **Forme grupos e proponha, com os colegas, medidas que possam contribuir para a redução do desemprego entre os jovens, considerando o cenário de desigualdades de gênero e raça no Brasil.**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 3

Trabalho e desigualdades

O trabalho é fundamental para atender às necessidades humanas. É por meio dele que, ao longo do tempo, as sociedades foram encontrando meios para sua sobrevivência. Este capítulo aborda as transformações no mundo do trabalho, desde o seu significado de acordo com sociólogos como Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim, até os diferentes modos de produção, como o taylorismo, o fordismo e o toyotismo. Trata também da desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho, do desemprego estrutural e da precarização.

Trabalho e capitalismo

Nas sociedades ocidentalizadas, atribui-se maior valor e importância às atividades intelectuais do que às ocupações que envolvem trabalho braçal, estabelecendo-se uma hierarquia entre os indivíduos. Na Grécia antiga, o trabalho braçal era associado à escravidão. Os romanos consideravam os escravizados instrumentos de trabalho, dividindo-os conforme a seguinte classificação: *instrumentum vocale* (escravizado), *instrumentum semivocale* (animal) e *instrumentum mutum* (ferramenta). Se verificarmos a origem latina da palavra *trabalho* (*tripalium*, antigo instrumento de tortura), identificamos um valor negativo atribuído às atividades laborais.

Na Idade Moderna, o surgimento do capitalismo promoveu transformações nessa perspectiva desfavorável do trabalho. Nas principais economias ocidentais, o trabalho deixou de ser visto como uma atividade negativa e se transformou em algo capaz de dignificar o ser humano. O progressivo desenvolvimento do capitalismo promoveu a reorganização social, cultural e econômica da sociedade europeia. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a ideologia capitalista instituiu a orientação para o trabalho como modo de realização individual e social. Contudo, a degradação, a exploração e as péssimas condições de trabalho contradiziam esse modelo. Neste capítulo, analisaremos como o sistema capitalista criou contradições como parte de sua dinâmica de produção e de exploração.

ANTONIO BERNI - MUSEU DE ARTE LATINO-AMERICANA DE BUENOS AIRES

Manifestação, pintura de Antonio Berni, 1934. Nessa obra, o artista denuncia a pobreza e o desemprego generalizado decorrentes da crise dos anos 1930 na Argentina.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Transformações no mundo do trabalho

No século XX, a sociedade capitalista ocidental intensificou o ritmo da produção industrial, e observaram-se ciclos de crise e de prosperidade. Em alguns momentos, as pessoas tinham emprego, e a economia apresentava crescimento; logo em seguida, vinham crises, que acabavam por agravar as desigualdades.

Na sociedade contemporânea, os processos de reestruturação produtiva em curso desde os anos 1980 têm gerado incertezas e inconstâncias no mundo do trabalho, como a precarização das relações trabalhistas, a redução de direitos, o desemprego e a ampliação da informalização.

No Brasil, a terceirização das atividades de empresas públicas e privadas cresceu nas últimas décadas. Dá-se o nome de **terceirização** ao processo no qual uma empresa contrata outra para realizar determinados serviços. Dessa forma, a empresa contratante se beneficia da mão de obra necessária por meio de um contrato de prestação de serviços, mas não estabelece vínculo duradouro com os trabalhadores envolvidos.

Essa fragilização dos vínculos trabalhistas gera incerteza e insegurança na classe trabalhadora, reduzindo a resistência a projetos de retirada de direitos e de precarização do trabalho. Um desses projetos deu origem à Reforma Trabalhista, Lei nº 13.467, de 2017, que impôs mudanças significativas na Consolidação das Leis do Trabalho.

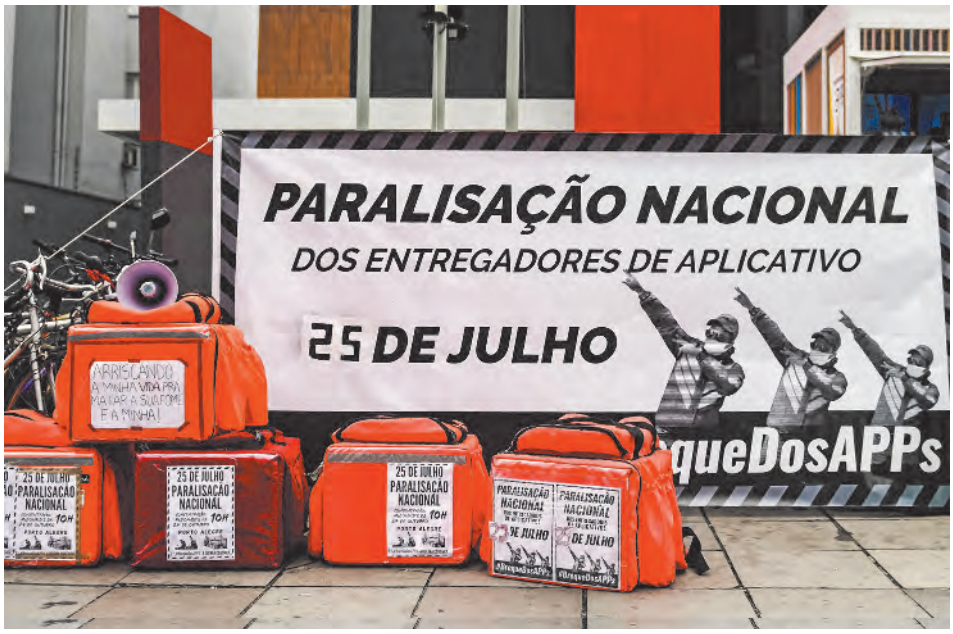
OBJETO DIGITAL
Infográfico clicável: 5 pontos sobre a CLT

Outra condição para tornar os vínculos empregatícios mais frágeis é a existência de um amplo **exército industrial de reserva**: uma grande quantidade de pessoas desempregadas e, por isso, mais propensas a aceitar postos precários de trabalho, substituindo quem se mostrar descontente com a perda de direitos.

O trabalho sempre foi indispensável, pois proporciona às pessoas condições de sobrevivência e uma identidade social. No entanto, a distribuição de riquezas por meio do trabalho assumiu diferentes formas ao longo da história.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

DUDU CONTURSI/PULSAR IMAGENS



Materiais de divulgação de paralisação organizada por entregadores de aplicativos em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Fotografia de 2020.

Imagens em contexto

Em 2020, no contexto da pandemia da covid-19, diversas manifestações foram organizadas no Brasil contra a precarização das relações trabalhistas. Em 25 de julho daquele ano, ocorreu a segunda paralisação nacional organizada pelos trabalhadores de aplicativo; a primeira havia ocorrido em 1º de julho do mesmo ano. Na mobilização, os trabalhadores reivindicavam aumento das tarifas pagas pelas entregas, fornecimento de equipamentos de proteção individual, seguro contra acidentes, entre outras demandas.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Interprete um dos lemas da paralisação mostrados na fotografia: "Arriscando a minha vida para matar a sua fome e a minha!".
2. Que aspecto do trabalho precarizado esse lema denuncia?

ODS 8

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

O trabalho em Marx, Weber e Durkheim

De acordo com os teóricos das ciências sociais, a vida cotidiana é marcada profundamente pelo modo como as relações de trabalho se apresentam em determinado momento histórico. As relações de trabalho e a ocupação que exercemos nos colocam em posições diferentes em cada sociedade.

Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim dedicaram parte central de suas teorias à reflexão sobre o mundo do trabalho no capitalismo. De modos diferentes, esses sociólogos construíram explicações que nos ajudam a compreender as relações de trabalho e sua importância para o mundo em que vivemos.

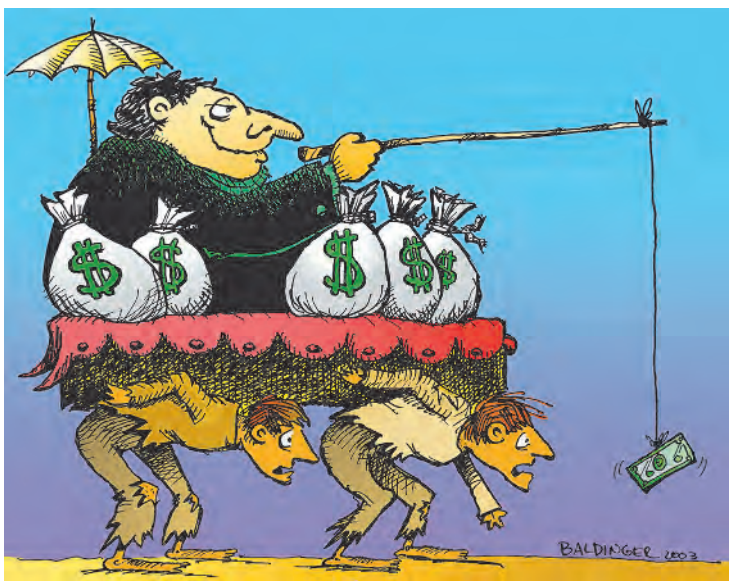
Karl Marx e a exploração do ser humano

Entre 1844 e 1883, período de produção de suas obras, Karl Marx examinou o universo do trabalho na compreensão da vida social. Para ele, as sociedades estão organizadas em **modos de produção**, que consistem no conjunto das forças produtivas (pessoas que trabalham) e das relações de produção (as maneiras como as pessoas se organizam em sociedade para produzir). Esses modos de produção mudam de acordo com o tempo e segundo a forma pela qual cada sociedade divide as tarefas, ou seja, de acordo com a **divisão social do trabalho**.

Marx identificou três elementos no processo de trabalho: a **força de trabalho** (o potencial humano), o **objeto de trabalho** (aquilo que é modificado pela atividade humana) e o **meio de trabalho** (os instrumentos utilizados para produzir os itens ou o espaço em que são produzidos). Nas sociedades capitalistas, o trabalho serve para produzir uma mercadoria com valor de troca (destinada à venda). Como essa mercadoria é propriedade do burguês, o excedente econômico – lucro – obtido com a troca ou com a venda dessa mercadoria também fica com ele.

Um dos principais mecanismos utilizados pela burguesia para obter lucro foi denominado por Marx de **mais-valia** – excedente de valor obtido pela exploração do trabalho. Mas como a mais-valia é obtida? O trabalho, no processo produtivo, gera valor. A força de trabalho – pensada como uma mercadoria que pode ser vendida e comprada quando empregada na transformação de um objeto – acrescenta valor a ele. Esse valor, no entanto, não é integralmente pago ao trabalhador, sendo parte dele apropriado pela burguesia. Em outras palavras, mais-valia é a diferença entre a quantidade de trabalho necessária para produzir uma mercadoria e o que o trabalhador efetivamente recebe como salário para produzi-la.

© DAVID BALDINGER



Charge de David Baldinger, 2003. Segundo Marx, a exploração dos trabalhadores é uma característica do capitalismo. Para combatê-la, é necessário modificar a organização do trabalho e da produção.

Há dois modos de gerar mais-valia. O primeiro está relacionado ao aumento de horas trabalhadas, o que permite ao burguês se apropriar do aumento de riqueza gerada pelo proletário, já que este passa mais tempo trabalhando e, portanto, aumenta a produção – **mais-valia absoluta**. O segundo modo é aquele que deriva da incorporação de tecnologia ou de organização do trabalho que aumente a produtividade do trabalhador. Nessa situação, não há necessariamente aumento no número de horas trabalhadas, mas se produz mais riqueza em um período igual – **mais-valia relativa**. Portanto, uma coisa é o valor pago pelo burguês pela força de trabalho, isto é, o salário, e outra é o quanto esse trabalho rende ao capitalista.

De acordo com Marx, o caráter contraditório das relações de trabalho está no fato de que o aumento de produtividade não melhora a vida dos trabalhadores; ao contrário, o que ocorre é um processo de pauperização da sociedade, do qual uma das consequências é a **desigualdade social**.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Max Weber e a ética do trabalho

Na abordagem do tema *trabalho*, Max Weber partiu de uma perspectiva diferente da apresentada por Karl Marx, propondo uma compreensão do capitalismo pelo âmbito cultural em vez do econômico. Segundo ele, o capitalismo industrial teve origem na ideologia puritana e calvinista.

No século XVI, com o advento da Reforma Protestante, a Igreja Católica perdeu o monopólio religioso na Europa, e formaram-se diferentes vertentes do protestantismo. Weber analisou puritanos e calvinistas, seguidores da reformulação da doutrina cristã que ocorreu na Inglaterra no século XVI. Havia uma quantidade muito significativa de protestantes entre os empresários e os trabalhadores qualificados nos países capitalistas mais industrializados. Weber imaginou que deveria existir uma relação entre certos valores calvinistas e puritanos e a gênese do capitalismo moderno.

Ao pesquisar as conexões entre as mudanças na esfera religiosa e as transformações na economia – o que ele denominou **espírito do capitalismo** –, Weber observou um fato importante: a mudança de valores e atitudes em decorrência da adesão ao protestantismo criou a predisposição ao trabalho como um dever, e o modo de vida **ascético** tornou-se uma evidência de salvação da alma.

Ascético: no contexto da teoria weberiana, aquele que impõe sobre a própria vida uma conduta metódica e rigorosa com o objetivo de alcançar um ideal espiritual ou moral.

Para seguir essa doutrina, era necessário desenvolver, além da vocação para o trabalho, um comportamento social comedido, ou seja, uma prática metódica e racional de busca pelo desenvolvimento espiritual. Essa ascese, isto é, a negação do prazer, passou a ser uma característica protestante e um sinal da predestinação do fiel à salvação. Assim, a ociosidade seria o principal de todos os pecados. Além do ócio, os puritanos condenavam o luxo e a preguiça.

Weber buscou na história da racionalização do trabalho a explicação para o estabelecimento das relações capitalistas de produção, em que o trabalho se tornou um valor em si, uma vocação. Ele afirmou que, para os protestantes, o sucesso profissional seria o sinal divino de que a pessoa alcançaria a salvação. Como isso "explicaria" a existência de ricos e de pobres? Os ricos seriam disciplinados e imbuídos de espírito empreendedor, ao passo que os pobres se deixariam levar pela imprevidência e pela preguiça, motivo pelo qual não prosperariam.

De acordo com a interpretação de Weber, a ética protestante contribuiria para que os frutos do trabalho fossem direcionados à acumulação, e não ao consumo nem a gastos supérfluos. Essa **ética protestante** seria um fator cultural determinante para o desenvolvimento do capitalismo.

Mafalda, charge de Quino, século XX.

© SUCESORES DE JOAQUÍN S. LAVADO TEJÓN (QUINO), TODA MAFALDA/FOTOARENA

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Miguelito é o nome da personagem que conversa com Mafalda. Qual é a contradição expressa no questionamento que ele propõe?
2. Podemos considerar que o questionamento de Miguelito é coerente com a ética protestante, de acordo com a análise de Weber?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Émile Durkheim e o trabalho como gerador de solidariedade

Assim como para Karl Marx e Max Weber, o contexto de formulação teórica de Émile Durkheim foi a Europa em processo de industrialização. Porém, diferentemente da análise crítica das relações de trabalho capitalistas estabelecida por Marx, Durkheim argumenta que a divisão social do trabalho é um fator positivo, pois promove a **coesão social**.

O trabalho representa uma esfera primordial para a existência da solidariedade em uma comunidade. Diferentemente do senso comum, que costuma definir solidariedade como sinônimo de ações altruístas, Durkheim compreende a **solidariedade social** como o grau de integração das pessoas em um corpo social. Partindo dessa compreensão, o sociólogo desenvolveu a ideia de que o trabalho constitui um dos principais vínculos entre os indivíduos de uma sociedade. Segundo ele, a maior ou menor intensidade da especialização da divisão do trabalho pode gerar dois modelos de solidariedade: a mecânica e a orgânica.

Solidariedade mecânica e solidariedade orgânica

A **solidariedade mecânica**, de acordo com Émile Durkheim, é típica de sociedades pré-capitalistas, nas quais a coesão social se constrói por meio da forte identificação dos indivíduos com as tradições e os costumes culturais da comunidade, pois a divisão do trabalho pouco influencia as relações. Nesses casos, a consciência coletiva exerce intenso poder de coerção nas ações individuais.

A **divisão social do trabalho** é um processo de especialização de funções que torna os indivíduos interdependentes. Para Durkheim, a modernidade é caracterizada por relações de trabalho capitalistas, com alto grau de divisão do trabalho e heterogeneidade cultural. Em razão da grande diversidade de funções e de trabalhos produzidos nessas sociedades, fortalece-se a interdependência entre os indivíduos. Esse vínculo entre os membros de uma sociedade Durkheim denominou **solidariedade orgânica**. Nesse caso, a coesão social não é garantida pela rigidez de uma consciência coletiva (coercitiva), mas pela busca da satisfação do suprimento das necessidades individuais, tendo em mente o que é produzido pelos membros de outros grupos sociais.

As tensões sociais criadas pela exploração capitalista são interpretadas por Durkheim como um problema moral: se a divisão do trabalho não produz coesão social, as relações entre os diversos setores da sociedade não estão adequadamente regulamentadas pelas instituições sociais existentes. Na análise desse sociólogo, essa situação gera **anomia**, que é a ausência ou redução da capacidade do tecido social de estabelecer regras ou de regular a conduta dos indivíduos. Configura-se, então, como um problema a ser solucionado, sob pena de causar risco à coesão social e levar a sociedade ao fim.

EDUARDO KNAPP/FOLHAPRESS

Linha de produção de caminhões, em São Bernardo do Campo, em São Paulo. Fotografia de 2021. Para Durkheim, a intensa divisão do trabalho aumenta a interdependência entre os trabalhadores, o que dá origem à solidariedade orgânica.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As experiências de racionalização do trabalho

Com a expansão da industrialização, o método de controle da produção de bens materiais passou a ser um componente cada vez mais expressivo do antagonismo entre os interesses da burguesia e do proletariado. A partir da segunda metade do século XIX, com o objetivo de otimizar a produção das fábricas e indústrias, desenvolveu-se uma área do conhecimento científico fundamentada em normas e funções para organizar o espaço produtivo e aumentar a produtividade do trabalho.

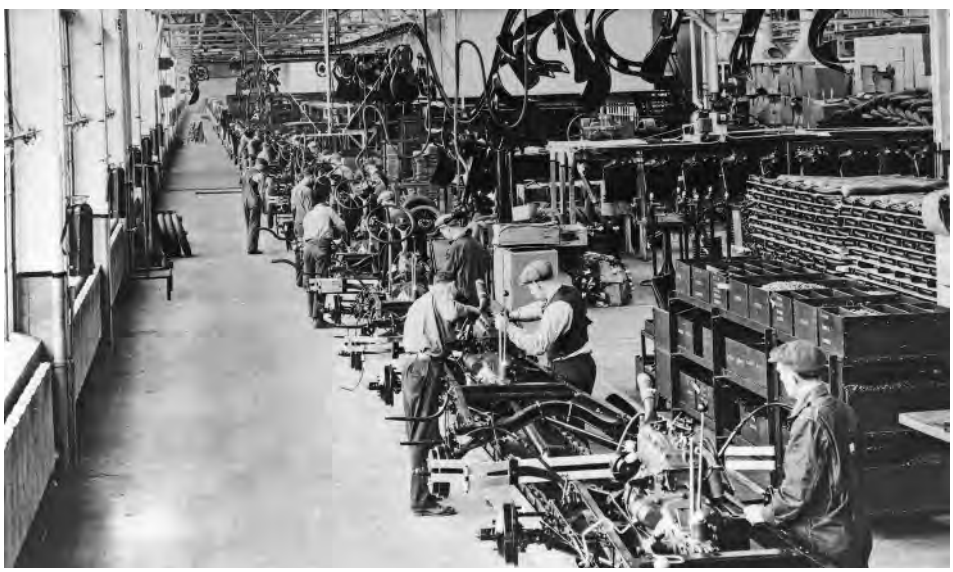
Taylorismo e fordismo

Entre as diversas teorias formuladas, ganhou destaque a do engenheiro estadunidense Frederick Winslow Taylor (1856-1915), que propôs estratégias gerenciais fundamentadas em um rigoroso controle de tempo e de movimentos, na especialização das atividades e na remuneração por desempenho.

A principal característica desse método de produção era a separação entre o planejamento e a execução das atividades laborais. Esse sistema organizacional, denominado **taylorismo** em referência ao seu inventor, baseava-se na padronização de todas as atividades de produção, definidas pela administração e posteriormente repassadas aos trabalhadores

Um modelo prático de organização da produção que se baseou no taylorismo foi o **fordismo**. Seu criador, o estadunidense Henry Ford (1863-1947), desempenhou papel fundamental na difusão do sistema de organização do trabalho que aliou o esquema taylorista a suas ideias. Ford inovou o cenário industrial a partir de 1914, ao produzir veículos padronizados e em grande quantidade – o que barateava os custos de produção –, visando alcançar o consumo em massa. Para isso, foi criada uma linha de montagem em série, na qual os trabalhadores se fixavam em seus postos e os objetos de trabalho se deslocavam em trilhos ou esteiras.

O modelo **taylorista-fordista** ocasionou alto índice de rotatividade, especialmente nas áreas mais próximas às linhas de produção, com baixo nível de qualificação profissional dos operários, o que os tornava facilmente substituíveis. Esse sistema de organização do trabalho expandiu-se para o mundo e passou a ser amplamente utilizado no século XX, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, com o grande crescimento econômico produzido pelo consumo de massa.



BIBLIOTECA PÚBLICA DE DETROIT, DETROIT

Linha de produção do automóvel Ford modelo T, primeiro carro produzido em uma linha de montagem móvel, nos Estados Unidos, entre 1910 e 1920.

Sugestão

Tempos modernos

Direção: Charles Chaplin. Estados Unidos, 1936. 87 minutos.

O filme retrata o cotidiano dos trabalhadores estadunidenses em uma linha de produção fordista no período da Grande Depressão dos anos 1930. Combinando a comédia, o drama e o romance, propicia uma reflexão sobre as condições de trabalho no sistema capitalista industrial, o controle social exercido pelo Estado e a emergência das ideologias totalitárias, como o nazifascismo.

Classificação indicativa de *Tempos modernos*: livre.

Imagens em contexto

No modelo taylorista-fordista de produção, o controle do tempo e dos movimentos do trabalhador garantia tanto a aceleração da produção quanto o disciplinamento das pessoas, em um contexto de crescente desumanização e alienação dos trabalhadores.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Toyotismo

O cenário de crise econômica global nos anos 1970 e 1980 desferiu um duro golpe nos investimentos produtivos industriais, concomitantemente à expansão das atividades ligadas ao setor de serviços. Isso fez com que a indústria tivesse de se reorientar em relação a um mercado consumidor mais segmentado, que passou a exigir maior oferta, maior qualidade e menor preço.

Nesse contexto, emergiu um sistema de organização do trabalho denominado **toyotismo** (ou **ohnismo**), desenvolvido pelo engenheiro Taiichi Ohno (1912-1990), da Toyota Motor Company. Apesar de a montadora ter adotado o modelo na década de 1950, só vinte anos mais tarde ele se tornou paradigma do sistema industrial mundial.

As características básicas do sistema toyotista são: flexibilidade na produção, com a capacidade de rápida alteração dos modelos a serem produzidos; organização da produção e da entrega no momento e na quantidade exatos, de modo a torná-las mais rápidas; importância da qualidade dos produtos; baixos preços com base na lógica de empresa "enxuta"; estoques baixos; e número reduzido de trabalhadores.

O toyotismo promoveu a passagem dos sistemas de produção "estáticos" para os "flexíveis". A flexibilidade na produção está ligada à ideia de fábrica "enxuta", pois rompe com o modelo de produção em série que necessitava de muitos trabalhadores. O toyotismo pôde dar conta de pedidos pequenos de mercadorias, feitas especialmente para um único cliente, bem como da **customização em massa**. Hoje em dia, pode-se identificar esse sistema de produção nas empresas que não têm lojas físicas e vendem o produto ao cliente antes mesmo de fabricá-lo, o que só ocorre depois de as especificações serem definidas pelo consumidor na loja virtual.

Customização em massa: produção em grande escala para atender a demandas específicas dos clientes com custos semelhantes aos da fabricação em massa.

O sistema *just in time* adotado pelo toyotismo baseia-se na coordenação de entrega de produtos ou matérias-primas para a produção, ou seja, um sistema de terceirização pelo qual não é preciso estocar produtos. Essa **produção sob demanda** permite que a empresa venda o produto antes de comprar as matérias-primas necessárias para fabricá-lo. Caso ocorra qualquer problema na entrega da matéria-prima, toda a produção estará comprometida.

Esse modelo gerou ganhos para os consumidores e para a economia em geral. Proporcionou também melhora significativa na organização capitalista do trabalho, principalmente na descentralização, na aproximação dos níveis hierárquicos e na ampliação da autonomia do trabalhador, mas manteve as relações de controle e poder. Enquanto no sistema taylorista-fordista o trabalhador se tornava especialista em uma única e rotineira função, o toyotismo desenvolveu a figura do trabalhador "polivalente" ou "multifuncional", que deveria aprender várias funções. Apesar de favorecer os aspectos ligados à criatividade, à produção em equipe, à qualificação, entre outros, esse modelo ainda esbarra nos limites do **trabalho alienado**, ou seja, o trabalhador continua a ser explorado e a não dominar todo o processo produtivo.

Além disso, conservou o mesmo nível de controle sobre o trabalhador – e, em algumas situações, o controle até aumentou. Um exemplo disso ocorre quando os empregados estão em situação de concorrência por aumento de produtividade.

RICHARD A. BROOKS/AFP/GETTY IMAGES

Trabalhadores em linha de produção de automóveis em Kaminokawa, Japão. Fotografia de 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Trabalho: cenário atual, avanços e retrocessos

A partir dos anos 1990, uma série de mudanças reconfiguraram o mercado de trabalho. Elas foram ocasionadas pelo processo de liberalização da economia (que ampliou o domínio do setor privado em segmentos antes controlados pelo Estado, como nos serviços de telefonia e de transportes), pelo incremento da tecnologia (como a internet e a robótica) e pela renovação das relações de trabalho (como por meio da terceirização e do trabalho temporário).

Não é simples analisar os impactos do desenvolvimento da tecnologia nos processos e nas relações de trabalho. Se por um lado a automação (em bancos, escritórios, telecomunicações etc.) eliminou empregos para trabalhadores qualificados, por outro propiciou aumento de postos de trabalho em setores da economia antes pouco expressivos, como o de tecnologia da informação.

Desemprego e precarização

A liberalização econômica e o incremento tecnológico ocasionaram o fenômeno conhecido como **desemprego estrutural**. Essa modalidade de desemprego é resultado de profundas transformações na estrutura do mercado laboral, que o impedem de absorver a mão de obra disponível por longos períodos. Esse fato o diferencia do **desemprego conjuntural**, provocado por fases pontuais de recessão do ciclo econômico. Assim, tanto os trabalhadores qualificados (que perderam funções na indústria, por exemplo) quanto os mais jovens (que têm pouca qualificação) são atingidos por esse fenômeno. Em 2022, apesar de o desemprego apresentar uma queda em relação aos anos anteriores, cerca de 27% do total de desempregados no Brasil estava procurando emprego havia mais de dois anos.

Outro fenômeno tem sido observado no mercado de trabalho: o crescimento do emprego em tempo parcial, intermitente, subcontratado, terceirizado e vinculado à economia informal – mesmo nos países mais industrializados e ricos. Em 2023, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 38,9% da população ocupada no país estava na informalidade, ou seja, não trabalhava com registro em carteira de trabalho. Por isso, de acordo com boa parte dos estudiosos, pode-se observar o crescimento da **precarização do trabalho**, ou seja, das condições degradantes das atividades laborais.

JOÃO PRUDENTE/PULSAR IMAGENS

Pessoas na fila para receber o auxílio financeiro emergencial durante a pandemia de covid-19, em Extrema, Minas Gerais. Fotografia de 2021.

Os dados referentes ao número de desempregados no Brasil em 2022 e em 2023 foram retirados, respectivamente, de: CAVALLINI, Marta. Quase 3 em cada 10 desempregados ainda seguem em busca de trabalho há mais de 2 anos, mostra IBGE. **G1**, 17 nov. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/11/17/quase3-em-cada-10-desempregados--ainda-seguem-em-busca-de-trabalho-hamais-de-2-anos-mostra-ibge.ghtml; PNAD Contínua Trimestral: desocupação cresce em oito das 27 UFs no primeiro trimestre de 2024. **Agência IBGE notícias**, 17 maio. 2024. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de--imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/40106-pnad-continua-trimestral-desocupacao-cresce-em-oito-das-27-ufs-no-primeiro-trimestre-de-2024. Acessos em: 27 maio 2024.

Imagens em contexto

A pandemia de covid-19 foi reconhecida como calamidade pública no Brasil em março de 2020, causando a falência de empresas e a demissão de trabalhadores como consequência do declínio da produção e do consumo. Naquele contexto, o governo federal aprovou o pagamento de um valor mensal temporário para desempregados e trabalhadores autônomos e informais. O pagamento dessa quantia permitiu a milhões de famílias garantir a subsistência em uma situação de desemprego conjuntural e de precarização das relações de trabalho.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O crescimento do setor terciário

As mudanças no mercado de trabalho também estão associadas a uma concentração do emprego no setor de serviços (com relações tanto formais quanto informais de trabalho). Assim, observamos um aumento do chamado **setor terciário**, que consiste, em linhas gerais, na concentração dos trabalhadores nas atividades econômicas que envolvem a comercialização de produtos em geral e a oferta de serviços comerciais, pessoais etc.

No caso brasileiro, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no primeiro trimestre de 2023 apontavam que 71,8% da população ocupada atuava no setor terciário (comércio/serviços), 20,2% no setor secundário (indústria em geral e construção) e 8% no setor primário (agropecuária).

Sindicatos e defesa dos trabalhadores

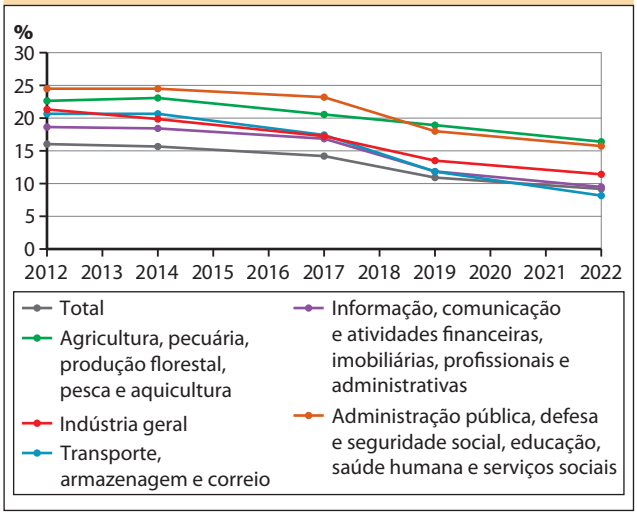
Os sindicatos são organizações que têm como objetivos a organização da classe operária e a intermediação da relação entre patrão e empregado. No sistema taylorista-fordista, a exploração do operário na linha de produção intensificou a atuação sindical na busca por melhores condições de trabalho e aumento de salários.

A flexibilização produtiva do sistema toyotista e a mudança nas formas de trabalho, por sua vez, afetaram a atuação e a importância dos sindicatos: com a terceirização, os contratos temporários e as formas de trabalho informal, horista, intermitente, doméstico e por aplicativo, muitos trabalhadores perderam o vínculo com seus locais de trabalho, uma vez que se tornaram prestadores de serviços. Tome-se como exemplo uma escola na qual os faxineiros, merendeiros, inspetores e secretários sejam terceirizados, bem como parte dos professores e outros profissionais da educação que trabalham sob contrato temporário. Nesse cenário, de um dia para o outro, esses funcionários podem ser transferidos de acordo com determinação local ou terem o seu contrato de trabalho finalizado.

No Brasil, tem ocorrido uma diminuição do número de greves e do poder de representação dos sindicatos – de acordo com dados divulgados em 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a taxa de sindicalização vem caindo ano a ano no país. Segundo analistas dessa instituição, entre os principais fatores que explicam essa mudança, estão a queda na taxa de ocupação dos trabalhadores com carteira assinada e a ampliação das ocupações em áreas com baixa taxa de sindicalização, como a construção civil.

Mesmo representando os trabalhadores do mercado formal, os sindicatos passam a enfrentar desafios na representação de trabalhadores em funções mais flexíveis, informais e precárias, pois novas formas de organização surgem da "base", ou seja, dos trabalhadores que não participam da estrutura sindical. Nesse contexto, sociólogos têm estudado os desafios enfrentados pelos sindicatos, que necessitam se adaptar às novas condições de trabalho e produção, para amenizar a crise socioinstitucional que enfrentam.

Brasil: taxa de sindicalização de trabalhadores ocupados por grupos de atividade (em %) – 2012 a 2022



Fonte: GOMES, Irene. Taxa de sindicalização cai a 9,2% em 2022, menor nível da série. **Agência IBGE Notícias**, 15 set. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37913-taxa-de-sindicalizacao-cai-a-9-2-em-2022-menor-nivel-da-serie. Acesso em: 24 maio 2024.

ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Analise a evolução das taxas de sindicalização entre 2012 e 2022 por ramo de atividade no Brasil.
2. Em que medida a sindicalização contribui para a garantia de direitos e de melhores condições de vida para os trabalhadores?

Sugestão

Organização Internacional do Trabalho – Brasil

Disponível em: https://www.ilo.org/pt-pt/regions-and-countries/americas/brasil. Acesso em: 12 jun. 2024.

Site do escritório no Brasil da agência da Organização das Nações Unidas que tem por missão promover o acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade e dignidade.

Economia solidária

A precarização das relações de trabalho caracteriza-se pela fragilidade contratual e pela redução do controle público sobre as conquistas trabalhistas. Essa precarização, associada à crescente automação, penalizou o trabalho e elevou as taxas de desemprego, empurrando uma parcela significativa da população para a informalidade.

Nesse contexto, desenvolveu-se a **economia solidária**, que se baseia em um modo de produção caracterizado pelo equilíbrio de poder entre todos os trabalhadores. Segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária, trata-se de um conjunto de atividades econômicas organizadas na forma de autogestão, ou seja, todos os integrantes do empreendimento são trabalhadores e donos ao mesmo tempo. Outro elemento dos empreendimentos solidários é o comprometimento com melhorias na comunidade e com relações de comércio e de troca justas, contemplando a defesa de um novo modo de consumo que valorize a produção local, que se preocupe com o meio ambiente e que não beneficie as empresas que exploram a mão de obra e o ambiente de modo irresponsável. Trata-se, portanto, de um movimento social pautado em um projeto político de sociedade.

Alguns pesquisadores, no entanto, apontam limites no alcance da economia solidária ao revelarem que, embora ela procure estabelecer relações sociais de produção diferentes e até contrárias às capitalistas, acaba se mantendo presa ao contexto do mercado, que abre e fecha – de acordo com sua dinâmica própria – os espaços em que ela pode se desenvolver.

RUBENS CHAVES/PULSAR IMAGENS

Trabalhadoras retirando cascas de castanhas-do-pará com auxílio de descascador na sede da cooperativa Comaru, na comunidade ribeirinha de São Francisco do Iratapuru, em Laranjal do Jari, Amapá, Brasil. Fotografia de 2022. A cooperativa é uma forma de economia solidária que promove a inclusão e a geração de empregos.

Você pesquisador

Para verificar a incidência do fenômeno do aumento da terceirização, da precarização e da informalidade no mercado de trabalho, são realizadas pesquisas sobre o número de pessoas que trabalham sem carteira assinada ou que passaram a trabalhar por conta própria, por exemplo. Nesses casos, como seria difícil entrevistar a totalidade de pessoas, define-se uma **amostra**, isto é, um grupo representativo da população total pesquisada. Agora você vai construir e utilizar uma amostragem. Para isso, com a orientação do professor, forme um grupo com seus colegas e sigam as orientações.

- Partam da hipótese de que existe uma tendência de precarização das condições de trabalho em sua comunidade e estabeleçam uma questão para a pesquisa. Por exemplo: "Pessoas com Ensino Superior estão mais protegidas do processo de precarização das condições de trabalho do que as demais?".
- Definam um recorte territorial para a pesquisa, que pode, por exemplo, ser o bairro onde a escola se localiza.
- Identifiquem os elementos que deverão compor o universo da pesquisa (ou população). Por exemplo: pessoas que morem no bairro da escola, tenham Ensino Superior e exerçam um trabalho remunerado.
- Para definir a amostra, quantifiquem o tamanho do universo da pesquisa, isto é, a quantidade de pessoas a serem entrevistadas. Com a ajuda do professor, apliquem a fórmula específica para esse cálculo – existe uma para o universo infinito (mais de 100 mil indivíduos) e outra para o universo finito (menos de 100 mil indivíduos).
- Ao calcular a amostra, considerem a margem de erro e o nível de confiança da pesquisa. Esses dois parâmetros estatísticos indicam a qualidade do resultado: quanto menor a margem de erro e maior o grau de confiança, mais preciso será o resultado da pesquisa.
- Elaborem um instrumento de pesquisa, que pode ser um questionário para aplicar aos indivíduos determinados pela amostra.
- A fim de evitar que a amostra seja tendenciosa, escolham de maneira aleatória as pessoas a serem entrevistadas. Para isso, vocês podem aplicar o método de seleção por conveniência: o pesquisador vai a um local público e entrevista pessoas ao acaso até alcançar o número estabelecido para a amostragem.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A divisão sexual do trabalho

No artigo *Divisão sexual do trabalho, separação e hierarquização: contribuições para a análise do gênero das democracias*, as cientistas políticas Flávia Biroli e Débora Françolin Quintela analisam dados estatísticos da Organização Internacional do Trabalho e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio sobre a realização de afazeres domésticos, segundo variáveis de gênero, raça e classe. A análise das cientistas políticas parte de conceitos explorados pelas sociólogas Danièle Kergoat e Helena Hirata.

Leia, a seguir, um trecho do artigo:

> Para [as sociólogas Danièle Kergoat e Helena Hirata], a divisão sexual do trabalho é [...] um modo de organização social do trabalho que estabelece uma cisão entre as esferas pública e privada, entre produção e reprodução social. E isso ocorre de modo que amplia ou restringe a autonomia das pessoas em função de seu sexo.
>
> As posições de mulheres e homens e as relações de trabalho em que estão envolvidos têm variado sem que os princípios que regem a divisão do trabalho se alterem – e essa é, aliás, uma das principais contribuições das autoras para se pensar o que elas próprias definem como o paradoxo de que "tudo muda, mas nada muda" [...].
>
> Esses princípios, que permanecem ativos, são os da separação – "existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres" – e da hierarquia – "um trabalho de homem 'vale' mais que um trabalho de mulher" [...].
>
> [...]
>
> [Segundo o relatório *Perspectivas sociais do emprego mundial: tendências para as mulheres*, publicado pela Organização Internacional do Trabalho em 2018], as mulheres permanecem sendo as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado, o que conecta o princípio da separação ao da hierarquização, uma vez que o trabalho não remunerado se define em continuidade com o trabalho remunerado "de mulheres".
>
> Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2015 (IBGE, 2016), entre a população brasileira com 16 anos ou mais, 52,6% dos homens afirmam se ocupar de afazeres domésticos, contra 89,9% das mulheres. Essa média apresenta pequena variação entre a população negra e branca. Entre os homens, 53% dos brancos e 52,2% dos negros desempenham essas tarefas. Entre as mulheres, 88,1% das brancas e 91,5% das negras. [...]
>
> [...]. Ainda segundo a PNAD, a média de dedicação semanal dos homens a essas tarefas é de 10,8 horas, menos que o dobro das 24,4 horas dedicadas pelas mulheres (IBGE, 2016). De novo, a variação é pequena em termos raciais e os homens são liberados das tarefas domésticas, enquanto as mulheres, brancas e negras, se ocupam prioritariamente delas. Contudo, quando se considera a renda, esse quadro se modifica. [...]
>
> Quanto maior a renda, menor o tempo que as mulheres dedicam ao trabalho doméstico. Assim, embora seja como parte de um grupo de sexo que se é liberado ou não desse trabalho, quanto dele uma mulher assume varia segundo sua possibilidade de atribuir o mesmo trabalho a outras mulheres [...].
>
> Na faixa de renda mais alta, em que a renda do trabalho principal é maior que 8 salários mínimos, 79,6% das mulheres brancas e 79,2% das negras cuidam dos afazeres domésticos, representando uma queda de 10% em relação à média das mulheres na população total, que é de 89,9%. [...]
>
> Apontando diretamente para um fator que corresponde a contextos de profundas desigualdades, os dados mostram também que contar com uma empregada doméstica morando no domicílio reduz a proporção de homens que desempenham tarefas domésticas em 15% (de 52,6% para 37,4%) e a das mulheres em 40% (de 89,9% para 49,8%) (IBGE, 2016). Vale observar que em 2015, de um total de 6.275.592 pessoas que se ocupavam do trabalho doméstico remunerado no Brasil, 91,7% eram mulheres. Dessas, 34,8% eram brancas e 65% eram negras (IBGE, 2016). Fica claro, assim, que o fator fundamental é a atribuição do trabalho doméstico a outras mulheres [...].
>
> [...]

ODS 5

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sem categorias analíticas que permitam essa compreensão, os dados apresentados poderiam nos levar a concluir que famílias em cujo domicílio mora uma empregada doméstica representam uma divisão sexual do trabalho doméstico mais igualitária, já que a diferença entre homens (37,4%) e mulheres (49,8%) que o desempenham é bem menos expressiva que nos dados da população total. Nessas relações, no entanto, o trabalho desvalorizado de mulheres pobres e negras, em muitos casos vulneráveis devido a migrações internas ou globais, não é um universo à parte da liberação daquelas com maior renda. O que se observa não é uma transformação estrutural na divisão sexual do trabalho, mas a bipolarização dos empregos femininos [...]. As ocupações mais valorizadas e o "passe livre" das tarefas de cuidado [...] se tornam possíveis para mulheres devido ao privilégio de classe. Isso não as iguala aos homens, como demonstram dados referentes à ocupação, à renda e ao uso do tempo, mas as situa numa relação de dominação e exploração com outras mulheres, em que classe e raça são significativas nas redes de conflito e nas renegociações dos papeis.

ODS 10

BIROLI, Flávia; QUINTELA, Débora Françolin. Divisão sexual do trabalho, separação e hierarquização: contribuições para a análise do gênero das democracias. **Política & Trabalho: revista de ciências sociais**, [S./], v. 1, n. 53, p. 72-89, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho/article/view/51417. Acesso em: 10 set. 2024. p. 73-79.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

POLLYANA VENTURA/E+/GETTY IMAGES

Homem realizando tarefas domésticas em Pernambuco, no Brasil. Fotografia de 2022.

ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO.

1. Com base no artigo, explique com suas palavras: em que consiste a divisão sexual do trabalho?
2. Segundo as autoras, a divisão sexual do trabalho é regida por dois princípios: hierarquia e separação. Caracterize-os.
3. Na análise das autoras, a contratação de trabalho doméstico remunerado implica a superação da divisão sexual do trabalho? Por quê?
4. Na sua casa, quem exerce as tarefas domésticas? Faça uma listagem segundo tipo de tarefa e tempo dedicado. Em seguida, analise os dados obtidos, considerando os princípios de hierarquia e separação.

Sugestão

Geledés: Instituto da Mulher Negra

Disponível em: www.geledes.org.br. Acesso em: 12 jun. 2024.

O *site* apresenta textos, debates e informações que remetem aos temas gênero e raça em questões sobre saúde, mercado de trabalho, violência, preconceito e discriminação.

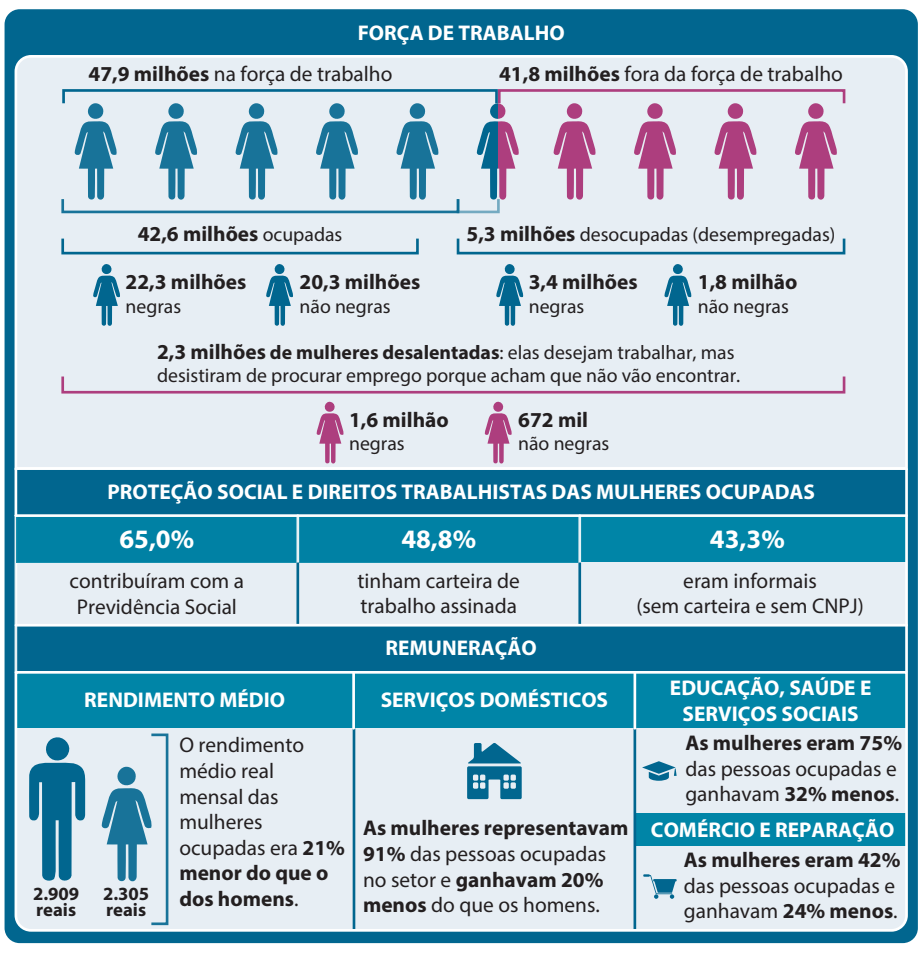
A desigualdade salarial entre homens e mulheres

O conjunto de ideias e noções baseadas em crenças e tradições compartilhadas é denominado **imaginário coletivo**. Boa parte dessas ideias e noções é fixa e pouco questionada. Uma delas é de que a mulher é "naturalmente inferior" ao homem. Essa concepção, base da discriminação presente nas relações de gênero, coloca as mulheres em desvantagem nos diversos âmbitos das relações sociais. No mundo do trabalho, é frequente elas receberem um salário inferior ao dos homens para desempenhar as mesmas funções.

No Brasil, embora a legislação determine a obrigatoriedade da igualdade salarial, prevendo até indenização em caso de discriminação salarial por gênero, raça/cor, etnia, origem ou idade, a diferença no pagamento de homens e mulheres é comum em muitos espaços de trabalho. Um levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, referentes ao terceiro trimestre de 2022, revelou que o rendimento médio mensal das mulheres no mercado de trabalho era, em média, 21% menor que o dos homens: o deles era de 2.909 reais, ao passo que o delas era de 2.305 reais, nesse período. Isso significa que as mulheres recebiam aproximadamente 79% do salário pago aos homens. Se interseccionada a variável de gênero com a de raça/cor, constata-se, ainda, que as mulheres negras eram as mais afetadas.

ODS 5

Brasil: inserção de mulheres no mercado de trabalho – 2023



Fonte: DEPARTAMENTO Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Mulheres**: inserção no mercado de trabalho. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2023. Disponível em: https://www.dieese.org.br/infografico/2023/infograficosMulheres2023.pdf. Acesso em: 27 maio 2024.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Pessoas na força de trabalho são as pessoas em condições de trabalhar. No Brasil, em 2023, quantas mulheres estavam em condições de trabalhar e quantas não estavam?
2. Analise a situação das mulheres em relação ao acesso à proteção social e aos direitos trabalhistas.
3. Analise os dados de porcentagem da participação das mulheres nos diferentes setores da economia e de remuneração em relação aos homens.

ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA
Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Desigualdades no mercado de trabalho para a população negra

Na sociedade brasileira, a população negra enfrenta condições de desvantagens históricas vividas e confirmadas por meio de pesquisas acadêmicas e levantamentos estatísticos no mercado de trabalho.

De acordo com o boletim *As dificuldades da população negra no mercado de trabalho*: *Especial 20 de novembro de 2023 – Dia da Consciência Negra*, divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos em novembro de 2023, o mercado de trabalho ainda reproduz desigualdades em relação à população preta e parda, sendo que as mulheres negras acumulam desigualdades de raça e de gênero. O boletim mostra que, embora representassem 56,1% da população em idade de trabalhar, os negros ocupavam apenas 33,7% dos cargos de direção e gerência. Além disso, os negros ganhavam, em média, 39,2% a menos do que os não negros. Soma-se a isso o fato de pretos ou pardos receberem rendimentos médios inferiores aos trabalhadores brancos, conforme revela o gráfico.

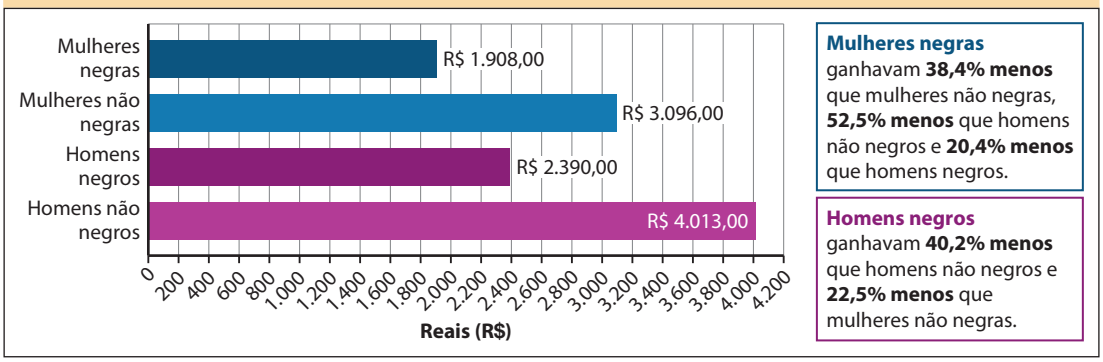
Os dados de desigualdade da população negra e branca no mercado de trabalho foram obtidos em: DEPARTAMENTO Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos. **As dificuldades da população negra no mercado de trabalho**: Especial 20 de novembro de 2023 – Dia da Consciência Negra. São Paulo: Dieese, 2023, 17 nov. 2023. p. 1 e 2. Disponível em: https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/consciencianegra2023.html. Acesso em: 18 jun. 2024.

Ainda que nem sempre fique evidente, essa desigualdade no mercado de trabalho tem impacto em todas as dimensões da vida da população. Por receber menores salários, a população negra tem mais dificuldades de acesso à moradia em regiões com melhor estrutura e equipamentos públicos (transporte, saúde, educação, cultura, lazer). Assim, moram em bairros mais distantes ou com maiores carências de transporte, saneamento básico, escolas e hospitais públicos. Sofrem ainda com maiores índices de violência, o que faz com que a população negra seja a mais atingida pela violência urbana, principalmente os jovens.

Por exemplo, mesmo em um estado no qual, pelo censo demográfico de 2022, a minoria da população (21%) se declarava negra, as áreas mais suscetíveis a inundações e tragédias eram ocupadas por essa parcela da população, fato que tem relação com as desigualdades raciais e o racismo no mercado de trabalho. Dados do *Observatório das Metrópoles* sobre as enchentes que atingiram o estado do Rio Grande do Sul em 2024 comprovam que as áreas alagadas no município de Porto Alegre e em sua região metropolitana apresentavam uma expressiva concentração da população preta e parda do estado.

Embora a população negra represente 56,1% (9,1% de pretos + 47,0% de pardos) da população brasileira (estimada em 203,1 milhões de habitantes pelo Censo 2022) e desempenhe importante papel na vida cultural e na produção de riqueza no país, os indicadores refletem a situação de vulnerabilidade socioeconômica em que vivem pretos e pardos, com restrição de acesso a bens e serviços, como moradia, educação, cultura, patrimônio, participação política, direitos esses assegurados pela Constituição Federal de 1988. As dificuldades em acessá-los revelam os impactos da discriminação sofrida pela população negra, principalmente as mulheres negras, submetidas a várias formas de violência. Isso explica por que a população negra foi a que mais sofreu os efeitos da pandemia de covid-19, causada pelo novo coronavírus, a partir de 2020.

Brasil: rendimento médio mensal do trabalho principal, por raça/cor e sexo (em reais) – segundo trimestre de 2023



Mulheres negras ganhavam **38,4% menos** que mulheres não negras, **52,5% menos** que homens não negros e **20,4% menos** que homens negros.

Homens negros ganhavam **40,2% menos** que homens não negros e **22,5% menos** que mulheres não negras.

ERICSON GUILHERME LUCIANO/ ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: DEPARTAMENTO Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos. **Brasil**: a inserção da população negra no mercado de trabalho, segundo semestre de 2023. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, p. 1. Disponível em: https://www.dieese.org.br/infografico/2023/populacaoNegra.pdf. Acesso em: 6 ago. 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Luta contra práticas ilegais e abusivas

No capitalismo, a livre concorrência é uma diretriz de organização. Mas livre concorrência não significa ausência de regulamentação. No Brasil, o trabalho é regulamentado pela Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Esse conjunto de leis é uma das principais ações de promoção de cidadania e de garantia de direitos aos trabalhadores brasileiros, sendo fundamental para que práticas abusivas possam ser combatidas.

Além da existência de leis contra práticas abusivas de trabalho, ações governamentais e da sociedade civil são desenvolvidas para combater ilegalidades. *Escravo, nem pensar!,* por exemplo, é o nome de um programa educacional dedicado à prevenção do trabalho análogo à escravidão no Brasil. Fundado em 2004 pela Organização Não Governamental Repórter Brasil, o programa visa diminuir o número de trabalhadores aliciados para o trabalho em condições análogas à escravidão nas zonas rural e urbana do país por meio da educação.

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO OFICIAL

SECÇÃO I

ATOS DO GOVÊRNO

Consolidação das Leis do Trabalho

TÍTULO I

Introdução

ARQUIVO NACIONAL, RIO DE JANEIRO

Reprodução da página 11.937 do *Diário Oficial da União*, de 9 de agosto de 1943, com a publicação do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio do mesmo ano, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho no Brasil.

Imagens em contexto

A publicação em 1943 da Consolidação das Leis do Trabalho foi um marco fundamental na história dos direitos trabalhistas no Brasil. Essa legislação limitou as jornadas de trabalho, estabeleceu o direito à aposentadoria, ao descanso e às férias remuneradas, à licença-maternidade e a condições básicas de higiene e segurança no ambiente de trabalho.

Com base nessas informações, vamos conhecer alguns itens da Consolidação das Leis do Trabalho e obter informações sobre o programa *Escravo, nem pensar!*.

TEXTO 1

Art. 1º Esta Consolidação estatui as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho, nela previstas.

Art. 2º Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

§ 1º Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos que admitirem trabalhadores como empregados.

§ 2º Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

[...]

Art. 3º Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário. [...]

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 17 jun. 2024.

TEXTO 2

Maranhão leva projeto de combate ao trabalho escravo a todos os municípios do estado

O governo do Maranhão e a ONG Repórter Brasil lançaram na terça-feira (17) a terceira fase do projeto "Escravo, Nem Pensar!", cujo objetivo é combater e prevenir o trabalho escravo por meio de ações educativas em escolas da rede estadual de ensino.

[...]

Em 2015, o Maranhão foi o primeiro estado a aderir ao projeto "Escravo, Nem Pensar!". Agora, com a implementação dessa última etapa, será o primeiro a alcançar todos os municípios com ações educativas em escolas estaduais voltadas à prevenção e ao combate ao trabalho escravo.

[...]

A ONG Repórter Brasil desenvolveu a metodologia do projeto "Escravo, nem pensar!", que, em um primeiro momento, capacita e treina gestores e educadores nos níveis estadual e municipal para o combate ao trabalho escravo.

Uma vez treinados, esses profissionais tornam-se replicadores e compartilham o conhecimento com os coordenadores das escolas. Ao final do processo, as alunas e os alunos são mobilizados por professores e diretores de suas escolas, muitas delas localizadas em comunidades vulneráveis ao aliciamento de trabalhadores para o trabalho escravo.

Nos quatro primeiros anos, as ações de prevenção ao trabalho escravo alcançaram 240.873 pessoas e foram desenvolvidas em 474 escolas de 138 municípios.

[...]

"'O Escravo, nem pensar!' é muito importante para o Ministério Público e para o Maranhão, pois leva a temática do trabalho análogo à escravidão a todos os municípios maranhenses, passa as informações aos educadores e esses transmitem para os alunos, que compartilham com a comunidade. Então, é uma forma de trazer a comunidade para o combate ao trabalho análogo à escravidão."

"O combate não fica restrito ao Ministério Público, ao governo do estado ou a qualquer outra entidade, mas a própria comunidade é que participa desse combate", disse o procurador do MPT Maurel Selares.

MARANHÃO leva projeto de combate ao trabalho escravo a todos os municípios do estado. **Nações Unidas Brasil**, 19 set. 2019. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/84199-maranhao-leva-projeto-de-combate-ao-trabalho-escravo-todos-os-municipios-do-estado. Acesso em: 28 maio 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO.

1. **Indique a estratégia utilizada pelo projeto *Escravo, nem pensar!* para ampliar o combate ao trabalho em condições análogas às de escravidão.**
2. **Relacione o trabalho em condições análogas às de escravidão ao conceito de mais-valia de Karl Marx.**
3. **Após refletir sobre os textos, reúna-se com três colegas e façam o que se pede.**
   - **a.** Pesquisem casos de trabalho em condições análogas às de escravidão que ocorreram no Brasil (ou na região onde vocês moram) nos últimos anos. Escolham um dos casos e selecionem notícias e imagens sobre ele para levar para a sala de aula. Cada grupo pesquisará um aspecto, reunindo imagens e detalhes sobre o ocorrido.
   - **b.** Com esse material em mãos, apresentem para a turma o caso e as características do trabalho em condições análogas às de escravidão.
   - **c.** Troquem de notícia com colegas de outro grupo e produzam um texto com o resumo da matéria recebida. Fundamentem o texto nas discussões ocorridas na sala de aula sobre o capítulo e no trecho da Consolidação das Leis do Trabalho.

Atividades

RESPONDA NO CADERNO.

1. **Os sociólogos Durkheim, Marx e Weber apresentam diferentes perspectivas analíticas sobre o trabalho na sociedade moderna. Identifique e caracterize dois conceitos de cada autor.**

2. **Faça um quadro de duas colunas, uma intitulada fordismo e outra, toyotismo. Em seguida, leia as características abaixo e utilize-as para preencher o quadro, atribuindo cada uma ao respectivo sistema de produção.**
   - **a.** Intensa mecanização, com o uso de máquinas-ferramentas especializadas e crescente divisão do trabalho.
   - **b.** Aplicação do sistema *just in time*, ou seja, produzir somente o necessário, no tempo necessário e na quantidade necessária.
   - **c.** Intensificação do trabalho por meio de sua racionalização científica (estudo dos tempos e movimentos na execução de uma tarefa).
   - **d.** Desenvolvimento da "desespecialização", exigência da polivalência (multifuncionalidade) e desenvolvimento de novas formas de controle por meio da valorização do trabalho em equipe.
   - **e.** Fundamentação na produção seriada, fornecendo grande estímulo para o consumo de massa.

3. **Explique de que forma o advento da sociedade capitalista contribuiu para a legitimação da dominação masculina.**

4. **Escrita em 1932, a obra *Admirável mundo novo* é um clássico da literatura. O enredo se passa em Londres no ano 2540 e descreve uma sociedade do futuro. Nessa sociedade, o planeta Terra está dividido em regiões administrativas e as pessoas são produzidas em série por meio de manipulação genética e são socialmente condicionadas ao consumo. A sociedade é estratificada e os estratos mais baixos são altamente sugestionados à obediência e à produtividade. Henry Ford é mencionado como uma das inspirações ideológicas do mundo novo e a contagem de anos tem como marco inicial o lançamento do Ford Modelo T: 1908 é considerado o ano zero, e o enredo se passa em 632 *After Ford* (traduzido do inglês: "depois de Ford"). Leia, abaixo, um trecho da obra:**

   Homens e mulheres padronizados, em grupos uniformes. Todo o pessoal de uma pequena usina constituído pelos produtos de um único ovo [...].

   – Noventa e seis gêmeos idênticos fazendo funcionar noventa e seis máquinas idênticas! – Sua voz estava quase trêmula de entusiasmo. – Sabe-se seguramente para onde se vai. Pela primeira vez na história. – Citou o lema planetário: – "Comunidade, Identidade, Estabilidade". Grandes palavras. [...] Milhões de gêmeos idênticos. O princípio da produção em série aplicado enfim à biologia.

   HUXLEY, Aldous. **Admirável mundo novo**. São Paulo: Globo, 2014. p. 24.

   Com base nos valores da sociedade retratada na obra, analise por que Huxley escolheu Henry Ford como personagem.

5. **A precarização das condições de trabalho vem tomando diferentes formas no Brasil. Uma delas, bastante discutida atualmente, relaciona-se às empresas que atuam por aplicativos de transporte privado. Leia o texto a seguir.**

ODS 8

   O trabalho mediado por aplicativos e plataformas digitais cresce no mundo todo. Mas o avanço da "gig economy", chamada no Brasil de "uberização", vem despertando debates sobre a precarização e a intensificação do trabalho. [...]

   [...] Os aplicativos organizam a prestação de serviços oferecendo uma série de premiações e recompensas para os trabalhadores cadastrados. No caso de *motoboys* e motoristas particulares, por exemplo, esse sistema de remuneração por tarefa e por produtividade não representa uma espécie de incentivo à transgressão de regras de trânsito e à realização de jornadas longas que colocam em risco a integridade física não só dos trabalhadores, mas de passageiros e das pessoas de forma geral?

   REPÓRTER Brasil. **GIG**: a uberização do trabalho. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/documentarios/gig/. Acesso em: 17 jun. 2024.

   Considerando as informações apresentadas acima, produza um pequeno texto analisando e comparando os aspectos listados a seguir.

   - Alternativa para o desemprego.
   - Flexibilidade de horário.
   - Falta de remuneração por hora extra.
   - Possibilidade de aumentar a renda.
   - Controle do trabalho realizado pelo próprio trabalhador.
   - Falta de legislação.
   - Falta de estabilidade.
   - Foco em resultados.
   - Ausência de salário fixo.
   - Mais tempo para a vida pessoal.
   - Perda de garantias trabalhistas.
   - Possível precarização do trabalho.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

6. Leia o texto.

O esquema de curto prazo das instituições modernas limita o amadurecimento da confiança informal. Uma violação particularmente flagrante do compromisso mútuo muitas vezes ocorre quando novas empresas são vendidas pela primeira vez. Nas empresas que estão começando, exigem-se longas horas e intenso esforço de todos; quando a empresa abre o capital — quer dizer, oferece ações publicamente negociadas —, os fundadores podem vender e pegar o dinheiro, deixando atrás os empregados de níveis inferiores. Se uma organização, nova ou velha, opera como uma estrutura de rede flexível, frouxa, e não com um rígido comando de cima para baixo, a rede também pode afrouxar os laços sociais.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 24.

O texto identifica uma consequência das novas relações de trabalho no capitalismo: a inconsistência dos laços sociais oriundos da experiência no mundo do trabalho. Considerando essas discussões e o conteúdo deste capítulo, debata com seus colegas as questões a seguir e registre os argumentos levantados pela turma.

a. Por que as novas relações de trabalho não permitem a construção de laços consistentes entre trabalhadores ou entre eles e as empresas nas quais trabalham?

b. É possível afirmar que essa ausência de laços afetivos na esfera do trabalho também se reproduz nas relações estabelecidas no âmbito dos jovens nas instituições educacionais? Justifique sua resposta com argumentos concretos e, se possível, dê exemplos práticos retirados do seu cotidiano.

Enem e vestibulares

7. (Enem-MEC)

Estamos testemunhando o reverso da tendência histórica da assalariação do trabalho e socialização da produção, que foi característica predominante na era industrial. A nova organização social e econômica baseada nas tecnologias da informação visa à administração descentralizadora, ao trabalho individualizante e aos mercados personalizados. As novas tecnologias da informação possibilitam, ao mesmo tempo, a descentralização das tarefas e sua coordenação em uma rede interativa de comunicação em tempo real, seja entre continentes, seja entre os andares de um mesmo edifício.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2006 (adaptado).

No contexto descrito, as sociedades vivenciam mudanças constantes nas ferramentas de comunicação que afetam os processos produtivos nas empresas. Na esfera do trabalho, tais mudanças têm provocado

a. o aprofundamento dos vínculos dos operários com as linhas de montagem sob influência dos modelos orientais de gestão.

b. o aumento das formas de teletrabalho como solução de larga escala para o problema do desemprego crônico.

c. o avanço do trabalho flexível e da terceirização como respostas às demandas por inovação e com vistas à mobilidade dos investimentos.

d. a autonomização crescente das máquinas e computadores em substituição ao trabalho dos especialistas técnicos e gestores.

e. o fortalecimento do diálogo entre operários, gerentes, executivos e clientes com a garantia de harmonização das relações de trabalho.

8. (UEL – PR)

O texto a seguir faz referência a uma forma específica de organização do trabalho, que impulsionou o desenvolvimento do capitalismo industrial no século XX.

O trabalho era [...] prender tampas de vidro em garrafas pequenas. Trazia na cintura a meada de barbante. Segurava as garrafas entre os joelhos, para poder trabalhar com as duas mãos. Nesta posição, sentado e curvado sobre os joelhos, os seus ombros estreitos foram se encurvando; o peito ficava contraído durante dez horas por dia [...] O superintendente tinha grande orgulho dele e trazia visitantes para observarem-no [...]. Isso significava que ele atingira a perfeição da máquina. Todos os movimentos inúteis eram eliminados. Todos os movimentos dos seus magros braços, cada movimento de um músculo dos dedos magros, eram rápidos e precisos. Trabalhava sob grande tensão, e o resultado foi tornar-se nervoso.

LONDON, Jack. **Contos**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 98.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o tema, é correto afirmar que essa forma de organização do trabalho

a. implicou um enriquecimento das tarefas a serem desenvolvidas, de tal modo que os trabalhadores poderiam operar, por exemplo, com a habilidade das duas mãos.

b. produziu um trabalhador mais intelectualizado, visto que a complexidade do seu trabalho coincidia com a complexidade da máquina utilizada.

c. apoiava-se no princípio do *just in time*, isto é, trabalho a tempo justo, na maior autonomia do trabalhador frente a seus meios de trabalho.

d. generalizou a tarefa parcelar, monótona e desinteressante, pela subordinação do homem à máquina, distanciando-o, assim, do trabalho criativo.

e) revelou-se inviável em outros setores de atividade, como o caso dos escritórios e restaurantes *fast-food*, embora tenha [sido] amplamente utilizada no espaço fabril ao longo do século XX.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 4

Estratificação social

João e José nasceram no mesmo dia e na mesma cidade. A mãe de João trabalha como diarista e o pai executa serviços de reparo. A família mora em um bairro da periferia. José é filho de uma médica e de um empresário e a família reside em um bairro de classe média alta. João mora distante do centro e nunca saiu da cidade. José, por sua vez, viajou bastante. Será que João e José têm expectativas iguais para o futuro? Caso elas sejam iguais, as possibilidades de elas se concretizarem são semelhantes?

Embora essas situações narradas sejam fictícias, dialogam diretamente com a realidade do Brasil e do mundo. Como explicar diferenças tão gritantes entre as trajetórias de jovens nascidos na mesma cidade e no mesmo dia? Para compreender esse fenômeno, vamos estudar, neste capítulo, as diferentes formas de estratificação e as desigualdades sociais presentes nas sociedades modernas e contemporâneas.

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

ODS 10

Imagens em contexto

Na paisagem das cidades brasileiras, os contrastes entre as moradias evidenciam as enormes desigualdades sociais que caracterizam o país.

As desigualdades sociais

Nos discursos em defesa dos direitos humanos feitos por governantes democráticos e instituições internacionais, frequentemente a desigualdade social é citada como uma grande barreira a ser superada. Esse conceito refere-se, em linhas gerais, à privação de direitos ou de acesso a recursos para uma pessoa ou um grupo, o que cria distinções entre os indivíduos.

Há várias formas de desigualdade: econômica, de gênero, racial, digital etc. Por isso, nas ciências sociais, utilizamos a expressão **desigualdades sociais** (no plural). Essas diferentes situações de privação de direitos geralmente não se apresentam isoladas. Ao contrário, em muitos casos estão relacionadas entre si e se reforçam mutuamente.

Consideremos, por exemplo, o acesso aos recursos digitais. Hoje em dia, celulares, computadores, internet e redes sociais são ferramentas de estudo e de trabalho essenciais para a comunicação. O acesso ao mundo digital, no entanto, não é igualitário: as diferenças econômicas fazem com que algumas pessoas se tornem consumidores de toda tecnologia disponível, enquanto muitas outras continuam dependendo das iniciativas de governos ou de organizações não governamentais, ou, ainda, de locais que disponibilizem o acesso à internet mediante pagamento por hora para usar essas tecnologias.

A diferença de escolaridade também contribui para a desigualdade digital, pois pessoas com dificuldades de leitura e escrita frequentemente enfrentam maiores desafios para se apropriar de novos recursos tecnológicos. A desigualdade digital, por sua vez, reforça outras formas de desigualdade na medida em que o domínio da tecnologia facilita o acesso ao emprego. Portanto, para combater um tipo de desigualdade, é preciso combater as demais formas.

ADRIANO KIRIHARA/PULSAR IMAGENS

Vista de bairros em Recife, Pernambuco. Fotografia de 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Estrutura, estratificação e mobilidade social

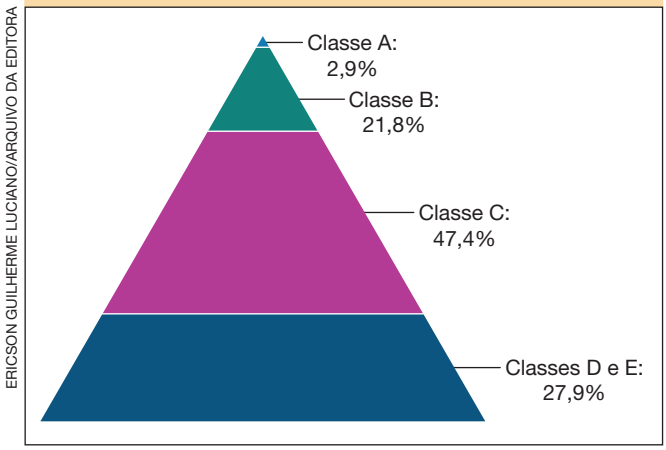
Para estudar as desigualdades sociais, é importante considerar três elementos centrais: estrutura, estratificação e mobilidade social.

A **estrutura social** é determinada pelo modo como se organizam os aspectos econômico, cultural, social, político e histórico de uma sociedade. A sociedade brasileira, por exemplo, fundou-se no trabalho escravo, no patrimonialismo e no patriarcalismo. Esses três elementos estruturais influenciam o cenário contemporâneo e comprometem as possibilidades de negros, indígenas e mulheres terem acesso a bens e a direitos, dificultando a ascensão social dessas e de outras parcelas da população.

O termo ***estratificação*** refere-se ao modo como cada sociedade está dividida: são as camadas sociais que se sobrepõem umas às outras. Essa divisão costuma ocorrer de acordo com diferentes critérios sociais e históricos, com base nos quais se estabelece uma espécie de hierarquia. Conforme a posição que ocupa nessa hierarquia, um indivíduo terá mais ou menos acesso a direitos e recursos. Além disso, a posição dos indivíduos nessa hierarquia determinará seu poder ou sua influência. Assim, a desigualdade social também é fruto das relações de poder, o que implica dominação e exploração de alguns grupos por outros.

O terceiro conceito fundamental que contribui para a compreensão da desigualdade é o de **mobilidade social** – possibilidade de um indivíduo mudar de posição na hierarquia social. No passado, houve, em algumas sociedades, uma estrutura de estratificação excessivamente rígida, que não permitia aos indivíduos mudar de estrato social. Nos tempos atuais, em quase todas as sociedades, existe a possibilidade formal ou jurídica de ocorrer mobilidade, mas a ascensão social não costuma ser fácil, pois as camadas de baixa renda, em boa parte das vezes, enfrentam restrições de acesso aos diversos tipos de recurso (financeiros, informacionais, políticos, jurídicos etc.), o que as distingue das demais classes.

Brasil: pirâmide social da população conforme a renda – 2022



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA (Abep). **Critério de classificação econômica Brasil**. São Paulo: Abep, 2022. Disponível em: https://www.abep.org/criterio-brasil. Acesso em: 27 maio 2024.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Interprete a pirâmide social da população brasileira conforme a renda.
2. Relacione a forma geométrica de pirâmide à representação da estratificação social.

Sugestão

Quem quer ser um milionário?

Direção: Danny Boyle. Estados Unidos/Reino Unido, 2009. 120 minutos.

Jamal Malik é um jovem que viveu em meio à miséria e à violência. À procura de uma alternativa de vida, inscreve-se em um programa de televisão chamado *Quem quer ser um milionário?*. Sem formação escolar sólida, o protagonista busca, nos dramas de sua vida, respostas para as questões que lhe são apresentadas a cada etapa do programa.

Classificação indicativa de *Quem quer ser um milionário?*: 12 anos.

Imagens em contexto

As pirâmides são uma forma de representar a estratificação social. O topo da pirâmide representa o grupo que tem mais acesso a bens, riquezas e poder. No exemplo, as classes sociais A e B são as que possuem maior poder econômico; a classe C representa a camada intermediária, e as classes D e E, as camadas de menor renda da população brasileira.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Formas de estratificação

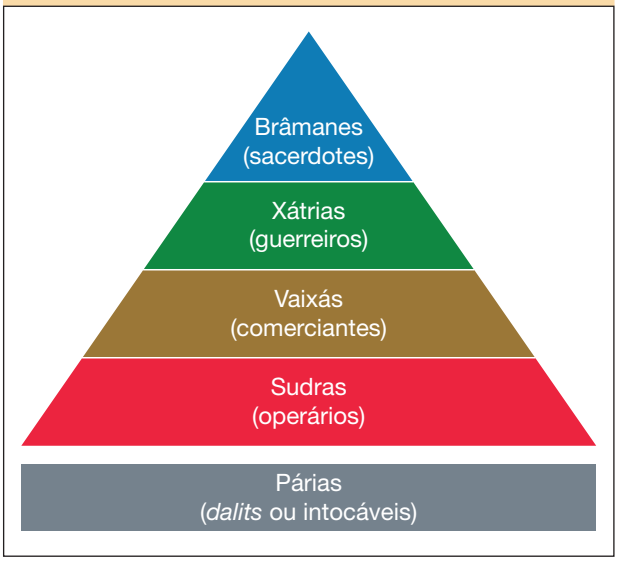
A estratificação social e as desigualdades que ela produz não são naturais. Ao contrário, são geradas histórica e socialmente de uma diversidade de situações e influenciam diretamente ações e relações estabelecidas na vida em sociedade. Há inúmeros modelos de estratificação no mundo, mas analisaremos três: as castas, os estamentos e as classes. Essa tríade apresenta subdivisões e, por vezes, "camadas" constitutivas que representam elementos políticos, econômicos e culturais determinantes para o curso da vida cotidiana da coletividade.

Castas: um sistema de estratificação muito antigo

Em geral, as castas constituem comunidades fechadas e compartilham características sociais hereditárias, como a ocupação profissional ou o poder político e econômico. A hereditariedade é a base para a divisão da sociedade, e não há mobilidade social: aqueles que pertencem a castas inferiores não podem manter contato social com os grupos das castas superiores. Normalmente, a posição da pessoa nesse sistema de estratificação é reconhecida pelo sobrenome, mas, em algumas regiões, pode-se perceber a casta de um indivíduo por meio do dialeto falado, pelos alimentos que consome ou pelas vestimentas e pelos acessórios que usa.

Todo modelo de estratificação social apresenta características próprias de controle social. O sistema de castas indiano foi profundamente influenciado pelo hinduísmo, tradição religiosa originada na Índia e caracterizada por uma diversidade de cultos, deuses e seitas. É frequentemente citada como a religião mais antiga do mundo. O controle social sobre o indivíduo, no caso da sociedade indiana, remete ao seu comportamento na vida anterior: se sua conduta foi considerada boa, será recompensado nascendo em uma casta mais elevada na próxima vida; do contrário, será punido nascendo em uma casta mais baixa.

Sociedade de castas da Índia



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

As proporções da pirâmide não representam a quantidade de pessoas em cada estrato.
Fonte: HOFBAUER, Andreas. Castas, raças e a política colonial na Índia. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 62, p. 181-222, 2020.

O sistema de castas na Índia

O sistema de castas (e de subcastas) indiano existiu oficialmente durante milhares de anos e baseia-se em uma hierarquização estabelecida de acordo com religião, etnia, cor, hereditariedade e ocupação. A princípio, existiam somente quatro tipos de casta: *brâmanes* (sacerdotes), *xátrias* (militares), *vaixás* (fazendeiros e comerciantes) e, a mais baixa, *sudras* (pessoas que deveriam servir as castas superiores). As pessoas que não faziam parte de nenhuma dessas castas eram denominadas *dalits* ou *párias* (intocáveis) e formavam um grupo de excluídos, cuja incumbência era realizar trabalhos considerados deploráveis. Ao longo do tempo, o sistema tornou-se mais complexo, resultando em um aumento do número de castas.

O sistema de castas existente na Índia não permite mobilidade social: os indivíduos que nascem em determinada casta, ou sem casta, como é o caso dos *párias*, permanecerão o restante de suas vidas nesse grupo.

Sugestão

Na pele de um *dalit*

Marc Boulet. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

A obra conta a experiência do autor, um jornalista que passou algumas semanas infiltrado no sistema de castas indiano, vivendo como um *dalit*.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Estamentos: estratificação social de um mundo em transição

Durante cerca de dez séculos – do século V ao século XV –, a Europa Ocidental viveu o período conhecido como Idade Média. Organizada em torno da vida rural, a sociedade dessa época caracterizou-se pela intensa influência da cultura cristã, representada pela Igreja Católica romana, que ditava as normas de conduta e de convivência para as populações europeias.

A divisão da sociedade apoiava-se em dois parâmetros: a posse de terras e a "ordem de importância" perante Deus. Sendo assim, até por volta do século XII, quando as atividades comerciais começaram a ganhar destaque em algumas regiões da Europa, a sociedade se compunha basicamente de três grupos: clero, nobreza e campesinato. Cada um desses grupos correspondia a um **estamento**, e era caracterizado por um conjunto de direitos e deveres considerados naturais, determinados por Deus e sustentados legalmente. Para entender as "determinações divinas", é essencial compreender de que forma valores e concepções como tradição, linhagem, vassalagem e honra predominavam no pensamento e na ação das pessoas e na sua relação direta com a propriedade de terras. Por isso, entende-se que a determinação divina e a posse das terras estavam interconectadas.

Os membros do clero detinham mais benefícios, pois se consideravam responsáveis pela proteção espiritual de toda a sociedade. Eles eram isentos de impostos e arrecadavam o **dízimo**. A nobreza era dona das terras e arrecadava impostos do campesinato, dividindo-os com o clero. Os servos (camponeses) e pequenos artesãos, integrantes do campesinato, deviam taxas e tributos aos senhores e não gozavam de nenhum privilégio.

Dízimo: décima parte da colheita ou da produção obtida de outras atividades que devia ser entregue à Igreja.

Em uma comparação com o sistema de castas, o sistema estamental é "mais aberto": impõe rígidos obstáculos, mas não impossibilita a mobilidade social. Como analisa Max Weber, os estamentos representaram um momento de transição na Europa: o sistema social mudava de uma sociedade fechada, estável e organizada por castas para uma sociedade de classes.

Para o jurista e sociólogo gaúcho Raymundo Faoro, a sociedade brasileira foi moldada de acordo com critérios estamentais, o que é exemplificado pela prática do patrimonialismo, tipo tradicional de dominação no qual os governantes agem em benefício privado. A persistência de uma estrutura patrimonialista, em que as classes dominantes se apropriam do Estado em proveito próprio, é uma das explicações para a desigualdade social no Brasil.

Imagens em contexto

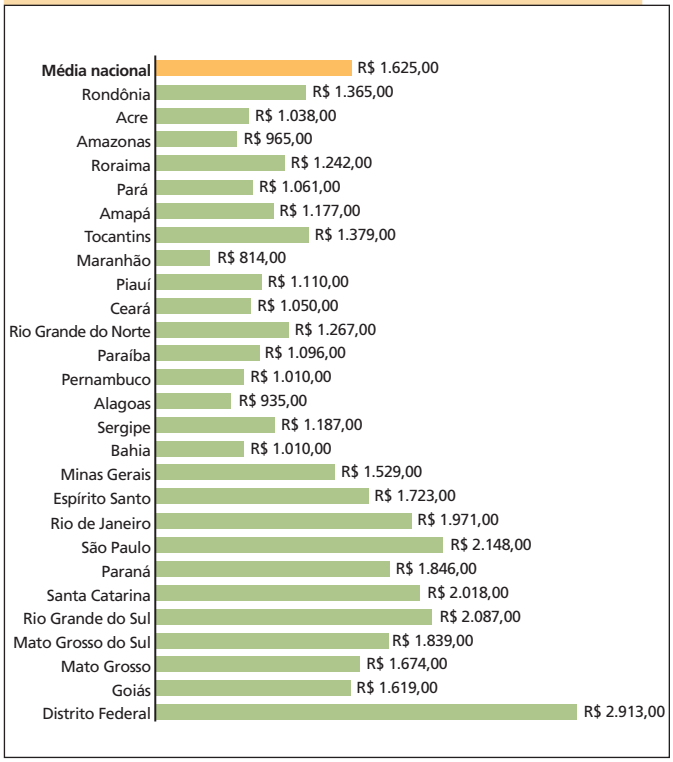
Entre 1300 e 1500, os cristãos na Europa se dedicavam à leitura do "livro das horas", uma obra que incluía preces para diferentes momentos do dia, cenas bíblicas e um calendário de festividades cristãs. Um exemplo desse tipo de livro é o *Breviário Grimani*, cujas ilustrações oferecem um panorama detalhado do cotidiano feudal e das práticas religiosas da época. Na cena agrícola representada, identificam-se os servos trabalhando nas terras do senhor feudal durante o mês de março. Esse grupo social não tinha privilégios, e a possibilidade de mobilidade era muito baixa.

BIBLIOTECA NACIONAL MARCIANA, VENEZA

Iluminura pertencente ao *Breviário Grimani*, cerca de 1515-1520.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Brasil: rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo as unidades da federação – 2022



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: IBGE divulga rendimento domiciliar *per capita* 2022 para Brasil e Unidades da Federação. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 24 fev. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/36320-ibge-divulga-rendimento-domiciliar-per-capita-2022-para-brasil-e-unidades-da-federacao. Acesso em: 27 maio 2024.

Imagens em contexto

No Brasil, um dos fatores que dificultam a mobilidade social ascendente é a concentração da renda, que pode ser constatada por meio da análise da distribuição de rendimento domiciliar *per capita*. Para calcular esse número, somam-se todos os rendimentos de um domicílio e divide-se o resultado pelo número de moradores. Em 2022, o rendimento médio domiciliar nacional *per capita* foi de 1.625 reais.

ODS 10

Classes e desigualdades sociais

A estratificação nas sociedades capitalistas está organizada em torno do trabalho assalariado e estruturada em classes sociais. As **classes sociais** podem ser entendidas como agrupamentos de pessoas que decorrem das desigualdades sociais. Uma característica do sistema de classes é a existência da mobilidade social, que pode ser de dois tipos: **vertical** e **horizontal**. No primeiro caso, altera-se a classe social, o que pode ocorrer de modo ascendente (de uma classe baixa para outra superior) ou de modo descendente (de uma classe alta para outra inferior). No segundo caso, a mobilidade opera-se na mesma camada social. Ela pode ser provocada, por exemplo, por fatores geracionais ou profissionais.

Em sociologia, costumam-se privilegiar as abordagens concebidas por Karl Marx e Max Weber sobre as classes sociais.

Conceito de classe para Marx

Os trabalhos de Karl Marx representam a primeira grande teoria sociológica da estratificação social. Valendo-se do conceito de classe social, o pensador criticou, de modo contundente, a ideia de igualdade política e jurídica proclamada pelos liberais, entendidos como aqueles que, orientados por interesses burgueses, defendem a democracia representativa e o livre mercado.

Para Marx, os direitos inalienáveis de liberdade e justiça – propostos pelos liberais – não resistem às evidências das desigualdades sociais promovidas pelas relações de produção capitalistas, que dividem os indivíduos em proprietários e não proprietários dos meios de produção. Dessa divisão, originam-se duas classes sociais centrais: o **proletariado** – aqueles que vendem sua força de trabalho em troca de salário – e a **burguesia** – dona dos meios de produção sob a forma legal da propriedade privada, que se apropria do produto do trabalho dos operários e lhes paga um valor inferior ao que foi gerado pelo uso da mão de obra. Essas duas classes têm interesses em constante conflito.

Por exemplo, durante uma greve, os trabalhadores lutam por melhores condições de trabalho e de remuneração, enquanto os patrões têm interesse em atingir o maior lucro possível. A expectativa dos patrões só pode ser atingida com a extensão da jornada de trabalho ou com a substituição de trabalhadores por máquinas que produzem mais em menos tempo. Atender às reivindicações dos trabalhadores, por sua vez, pode levar à diminuição do lucro dos patrões. Essa situação demonstra a oposição entre os interesses de classe.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Indique as unidades da federação com o maior e com o menor rendimento mensal domiciliar *per capita*.
2. Considerando a noção de concentração de renda, compare e analise os dados representados no gráfico.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Conceito de classe para Weber

Max Weber afirmou que a estratificação social decorre das diferentes maneiras de distribuição de poder em uma sociedade. Para ele, a estratificação ocorre em pelo menos três dimensões: econômica, política e social. Portanto, a estratificação da ordem social organiza-se por meio da distribuição de poder político e de prestígio. Por isso, além da classe, a divisão da sociedade pode ser observada em outros fenômenos de distribuição de poder, como o partido político e o *status*.

Weber definiu **classe social** como um conjunto de posições dos indivíduos na sociedade definidas por três fatores: propriedade de bens, *status* e destino pessoal. De acordo com ele, uma classe não pode ser determinada por apenas um critério (por exemplo, a propriedade de bens), mas pela "situação de mercado" da pessoa, que inclui não somente a posse de bens, mas também outros fatores, como o nível de escolaridade e o grau de habilidade técnica.

Expandindo sua teoria da estratificação, Weber afirmou que a classe social é apenas uma forma de distribuição dos indivíduos na sociedade. As outras formas são *status* e partido. O ***status*** é um indicador de prestígio ou honra social e de estilo de vida. Por exemplo, os "novos-ricos", mesmo possuindo riqueza igual ou até superior à de outros grupos privilegiados, são de certa maneira desprezados pelos "ricos tradicionais".

Já os **partidos**, na terminologia de Weber, não são os grupos que disputam eleições, mas as organizações cujos controladores procuram impor sua vontade aos outros. O controle de partidos, sobretudo das grandes organizações burocráticas, não depende apenas de riqueza ou de outro critério de classe: alguém pode dirigir uma burocracia militar, científica ou de outro tipo e não ser rico, da mesma maneira que é possível ser rico e ter pouco prestígio.

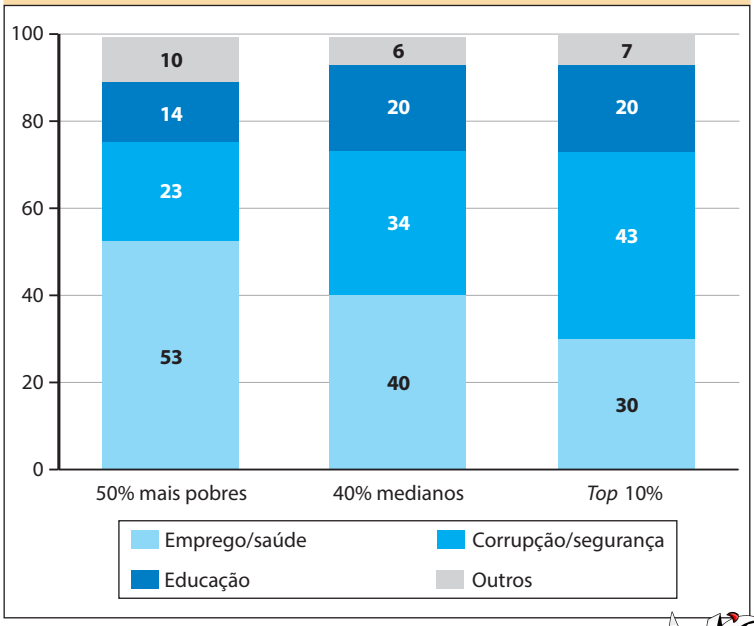
Para Weber, a **burocracia** é resultado da racionalização por meio da qual se determina que a organização puramente técnica é superior a qualquer outra. É caracterizada pela existência de cargos hierárquicos e canais de comunicação entre seus níveis, por esferas de autoridade nitidamente definidas, determinadas por regras comuns, e pela separação das atividades oficiais dos assuntos privados. A burocracia é característica do Estado moderno e das empresas capitalistas, pois estas demandam um modo estável, duradouro, objetivo e racional de administração pública e privada.

A teoria weberiana de estratificação é importante para mostrar que outras dimensões além da classe (econômica) influenciam a vida das pessoas. O autor destacou a interação complexa entre grupos de *status* e partidos e também para o fato de que eles operam separadamente, ampliando os fatores envolvidos nas análises de estratificação social.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Interprete os dados do gráfico.
2. Relacione os dados do gráfico com base no entendimento de classe social proposto por Weber.

Brasil: razões que determinaram a escolha de candidato por grupo de renda (em %) – 2018



ADILSON SECCO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: CARRANÇA, Thais. Classe média espremida pesou na eleição. **Valor Econômico**, São Paulo, 6 nov. 2018, ano 19, n. 4.624. Especial, p. A12.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Brasil: a interpretação da pobreza e o cenário socioeconômico

No Brasil, as primeiras tentativas de explicação da pobreza surgem no final do século XIX. As justificativas, geralmente naturalistas, relacionavam a pobreza à suposta influência do clima (o calor deixaria as pessoas "preguiçosas") ou à "incapacidade" inata dos brasileiros para a construção do saber (a miscigenação diminuiria a inteligência natural própria do branco europeu).

Como afirma o sociólogo Renato Ortiz, a história do país foi apreendida de maneira determinista, sendo as noções de clima e de raça utilizadas para explicar suposições racistas, como a de que a natureza do brasileiro seria inferior à do europeu. Por essa perspectiva, o povo brasileiro era interpretado como acomodado e pouco afeito ao trabalho. A expressão que remete à carta escrita por Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal dom Manuel I, "em se plantando tudo dá" (entendendo-se a generosidade da natureza em prover frutos, plantas, solo fértil etc.), explicaria por que a industrialização não era necessária.

Complementando essas explicações, havia o fator da raça e da mestiçagem. O povo brasileiro, resultado do encontro de indígenas, brancos e negros, estaria, assim, fadado à "degeneração e falência da nação", como afirmava criticamente o médico Raimundo Nina Rodrigues, nascido na segunda metade do século XIX e morto no início do século XX.

Essas explicações foram superadas pelas teorias da desigualdade. De modo resumido, conforme tais teorias, as desigualdades são decorrentes de fatores sociais, econômicos e históricos, como as diferenças de **classe**, **cor/raça**, **etnia** e **gênero**.

Essas desigualdades são identificadas, em intensidades diversas, também no sistema de castas e no de estamentos. Contudo, na sociedade de classes, em que é difundida a concepção de que todos os cidadãos são iguais perante a lei, esse fenômeno se torna uma preocupação e coincide com as lutas e conquistas de múltiplos direitos de cidadania.

Em seu artigo 3º, a Constituição de 1988 estabelece:

> Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
> I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
> II - garantir o desenvolvimento nacional;
> III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
> IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 maio 2024.

FOTO: NILS JACOBI/SHUTTERSTOCK

Meme criado pelos autores especialmente para esta obra.

No entanto, a má distribuição de renda e a discriminação ainda excluem grande parte da população das oportunidades e riquezas criadas no país.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Que fato é denunciado nesse *meme*?
2. Nos *memes*, em geral, há imagens acompanhadas de texto. Explique a função da imagem no *meme* analisado.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A desigualdade de gênero no Brasil

O Fórum Econômico Mundial publica anualmente um relatório intitulado *Global Gender Gap Report* (em português, *Relatório Global da Desigualdade de Gênero*), que divulga índices obtidos nas áreas de educação, saúde e economia e na possibilidade de acesso a cargos políticos para aferir as desigualdades de gênero no mundo. De acordo com a edição de 2024, dos 146 países e economias cobertos em 2023 pelo relatório, o Brasil, ocupou a 70ª posição no *ranking* mundial de redução das desigualdades de gênero. Um dos problemas mais graves no país, de acordo com o relatório, é a disparidade salarial entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo: por causa da desigualdade de gênero, as mulheres ganham menos que os homens no mercado de trabalho, mesmo possuindo qualificação semelhante e exercendo as mesmas funções.

Para reverter esse quadro, algumas ações vêm sendo tomadas por governos, grupos da sociedade civil e movimentos sociais, que realizam campanhas e denúncias em diferentes espaços. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica contra as mulheres, e o Projeto de Lei nº 1.085/2023, que pretende promover a equidade salarial entre homens e mulheres que exercem a mesma função em uma empresa, estão entre as ações políticas importantes nesse sentido.

Posição dos países de acordo com o Índice de Igualdade de Gênero – 2024

País	Posição
Islândia	1
Finlândia	2
Espanha	10
Panamá	50
Brasil	**70**
Sudão	146

Fonte: WORLD ECONOMIC FORUM. **Global Gender Gap 2024**: Insight Report. Geneva; Switzerland: World Economic Forum, 2024. p. 12. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2024.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

Dependência financeira e ciclo da violência

As mulheres, por ganharem menos do que os homens e estarem menos representadas em cargos de poder, estão mais suscetíveis a diferentes formas de violência. A urbanista e professora Raquel Rolnik, que foi relatora da Organização das Nações Unidas nas discussões sobre o direito à moradia adequada, faz um alerta para um desdobramento dramático dessa questão: a sujeição à violência doméstica.

De acordo com a pesquisadora, muitas mulheres não conseguem romper o ciclo da violência porque não têm alternativas economicamente viáveis de moradia. Como recebem salários insuficientes para se manter, tornam-se dependentes financeiramente dos companheiros ou familiares, o que limita sua autonomia. A situação de dependência econômica enfrentada por essas mulheres, portanto, as mantém vulneráveis à violência doméstica.

Cartaz da campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça e pela Associação dos Magistrados Brasileiros em 2022.

Imagens em contexto

Em 2020, o Conselho Nacional de Justiça e a Associação dos Magistrados Brasileiros criaram um sinal para que as mulheres vítimas de violência pudessem pedir ajuda de maneira discreta, sem que o agressor percebesse: um X em cor vermelha na palma da mão ou em uma folha de papel. Ao ver esse sinal, as pessoas devem fornecer algum tipo de ajuda à mulher.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS MAGISTRADOS/CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

A desigualdade racial no Brasil

Uma manifestação da desigualdade social no Brasil é a sofrida por negros, indígenas e seus descendentes desde o período colonial. O fim da escravização não significou para os negros a inserção em condições de igualdade na sociedade brasileira. Para o sociólogo Octavio Ianni, o negro passou da condição de escravizado para a de mão de obra livre e subalterna. O processo de privação material e de dominação ideológica empreendido desde então resultou no tratamento desigual dispensado aos negros na sociedade.

Um dos efeitos do racismo na estrutura social está no acesso à educação formal. No Brasil, por exemplo, a taxa de analfabetismo entre negros é mais que o dobro da de brancos.

Brasil: taxa de analfabetismo por cor ou raça e por grupos de idade (%) – 2018, 2019 e 2022

Idade	Cor ou raça	2018	2019	2022
15 anos ou mais	Branca	3,6	3,3	3,4
15 anos ou mais	Preta ou parda	8,4	8,2	7,4
60 anos ou mais	Branca	10,4	9,5	9,3
60 anos ou mais	Preta ou parda	27,6	27,2	23,3

Fonte: GOMES, Irene; FERREIRA, Igor. Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 7 jun. 2024.

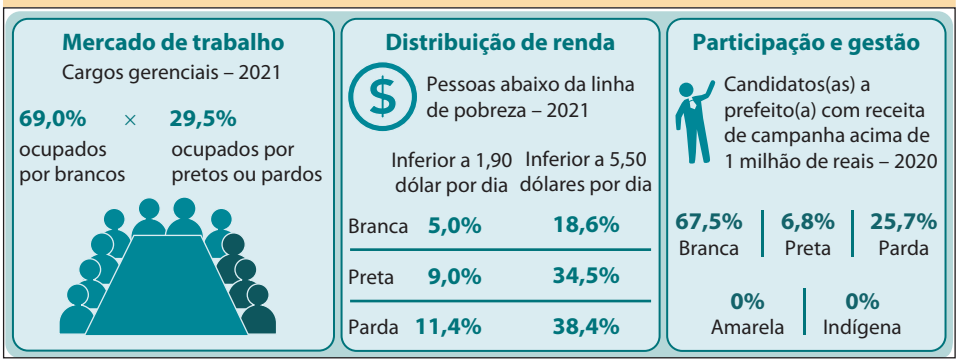
As pesquisas oficiais demonstram que as desigualdades na educação geram efeitos no mercado de trabalho. Nas estatísticas sobre desemprego, mulheres negras e, em seguida, homens negros, obtêm as maiores taxas de desocupação. Do ponto de vista material, as pesquisas também mostram tratamento diferenciado entre brancos e negros e que as desigualdades raciais se multiplicam em diferentes esferas, como no rendimento médio real, na ocupação de cargos gerenciais e na representatividade política.

Os povos indígenas, tanto aqueles que se integram à sociedade não indígena como aqueles que desejam preservar seu modo de vida, também enfrentam dificuldades na sociedade brasileira. Quando, por diversos motivos, tentam se integrar às sociedades não indígenas, sofrem discriminação e têm inúmeras dificuldades em serem aceitos e terem seus direitos respeitados. Em seus próprios territórios, também sofrem ameaças constantes que afetam seu modo de vida tradicional.

Segundo Stephen James Anaya, relator da Organização das Nações Unidas sobre direitos humanos dos povos indígenas, essa população sofre com a negação efetiva de seus direitos de autodeterminação e das condições materiais para desenvolverem-se economicamente. Além disso, são vítimas constantes da violência praticada por grupos que se interessam por suas terras.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Brasil: desigualdades sociais por cor ou raça – 2020-2021



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. p. 1 (Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n. 48).

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. No infográfico, que aspectos da sociedade foram selecionados para a análise das desigualdades?
2. De que maneira esses aspectos são importantes na análise de desigualdades sociais?
3. Com base nos dados apresentados, analisea permanência do racismo na sociedade brasileira.

A desigualdade na distribuição da riqueza

A distribuição de renda e riqueza no Brasil apresenta grandes disparidades e traz à discussão a questão da pobreza. Entende-se **renda** como o valor recebido em determinado período, como quinze ou trinta dias, e **riqueza** como o total de bens e renda que se possui, ou seja, o patrimônio propriamente dito.

O conceito de **pobreza** pode ter diversas elaborações. Neste capítulo, entenderemos a pobreza como a combinação de carência de bens e serviços essenciais (como alimentação e moradia) com a falta de recursos econômicos (renda e riqueza) e a carência social, caracterizada pela exclusão em razão de problemas que levam à discriminação e dificultam ou impossibilitam a inserção dos indivíduos pertencentes aos grupos minoritários em alguns espaços, como os educacionais e os parlamentares. Apesar de não haver consenso sobre o critério que deve ser adotado para definir a linha de pobreza, costuma-se, para efeito de pesquisa, distinguir pobreza absoluta (ou extrema) de pobreza relativa.

Pobreza extrema, de acordo com a Organização das Nações Unidas, é uma condição de grave privação de necessidades humanas básicas, como alimentos, água potável, instalações sanitárias, saúde, moradia, educação e informação. Isso depende não só do rendimento, mas também do acesso aos serviços. A condição de pobreza extrema pode ter como indicador, por exemplo, a ingestão diária de calorias inferior ao mínimo necessário (2 mil a 2.500 quilocalorias) e o acesso a menos de 2,15 dólares por dia.

A **pobreza relativa** é uma situação em que o indivíduo, em comparação com a média, não tem renda nem condições favoráveis de emprego. Os especialistas consideram critério para a pobreza relativa o recebimento do valor correspondente a um quinto da renda média de um país *per capita* por mês.

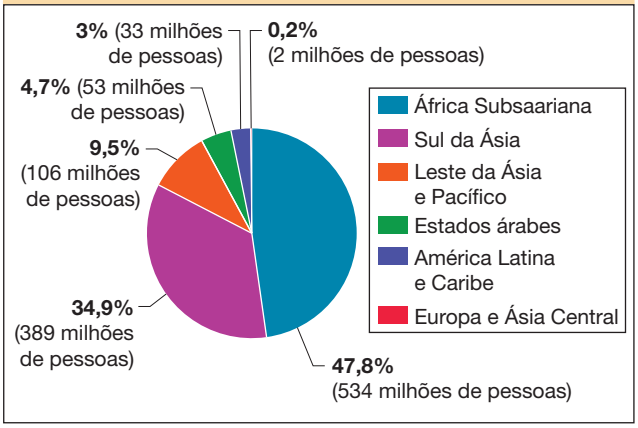
Sugestão

Quarto de despejo: diário de uma favelada

Carolina Maria de Jesus. São Paulo: Ática, 2014.

Carolina Maria de Jesus foi uma catadora de materiais recicláveis que morou na favela do Canindé, na cidade de São Paulo, na década de 1950. Em pedaços de papel e em cadernos velhos encontrados no lixo, ela registrou seu cotidiano de dificuldades com os três filhos, os sonhos e as tensões sociais que vivia. A obra, que permanece atual em todos os aspectos, foi traduzida em treze idiomas, tornando-se *best-seller*.

Mundo: pessoas em condição de pobreza – 2023



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, OXFORD POVERTY AND HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVE. **Global Muldimensional Poverty Index 2023**. New York: UNPD; Oxford: OPHI, 2023. p. 6.

GERSON GERLOFF/PULSAR IMAGENS

Pessoas em situação de rua dormindo sob o Viaduto da Conceição, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Fotografia de 2023.

Imagens em contexto

Sob o viaduto, observam-se blocos de concreto fixados no piso para impedir que pessoas durmam no local.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Distribuição de renda

Distribuição de renda é a maneira como a renda é distribuída pelos habitantes de um país ou de uma região. No Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) classifica essa distribuição em duas categorias: a distribuição funcional da renda, que analisa a repartição do Produto Interno Bruto – a riqueza produzida no país durante um ano – entre proprietários de capital e trabalhadores assalariados, e a distribuição pessoal de renda, ou seja, os rendimentos que as pessoas e famílias recebem.

Na produção científica sobre o tema, pesquisas de instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ipea e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) indicam que o Brasil tem conseguido há alguns anos reduzir a desigualdade na distribuição de renda no país. Ainda assim, conforme o relatório *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2022*, publicado pelo IBGE, porém, o Brasil apresenta índice de Gini de 0,544 e está entre os dez países mais desiguais do mundo. O Índice de Gini (ou **Coeficiente de Gini**) é um indicador social e a ferramenta estatística mais utilizada para o estudo da desigualdade de renda no mundo. Trata-se de uma medida que varia de 0 a 1. O valor 0 (zero) indica que cada unidade familiar de um país ganha exatamente a mesma quantidade de dinheiro – é a completa igualdade de renda. No polo oposto, o índice com valor igual a 1 indica que uma só família ganha a renda nacional inteira – completa desigualdade de renda. Esses são extremos teóricos: na realidade, a maioria dos países tem índice de Gini entre 0,2 e 0,5.

Entre 2003 e 2013, o Brasil testemunhou uma diminuição consistente da desigualdade na distribuição de renda. Diante da redução da população que vivia em situação de pobreza extrema e do aumento real da renda, cientistas sociais consideraram a formação de uma nova classe média. No entanto, o triênio 2015, 2016 e 2017 não confirmou essa projeção: apesar da recuperação dos índices econômicos e da redução da inflação medida em 2016, a população vivendo em pobreza extrema aumentou 11,2%, segundo dados do IBGE. Em 2021, estavam nessa situação 29,4% da população, cerca de 62,5 milhões de brasileiros.

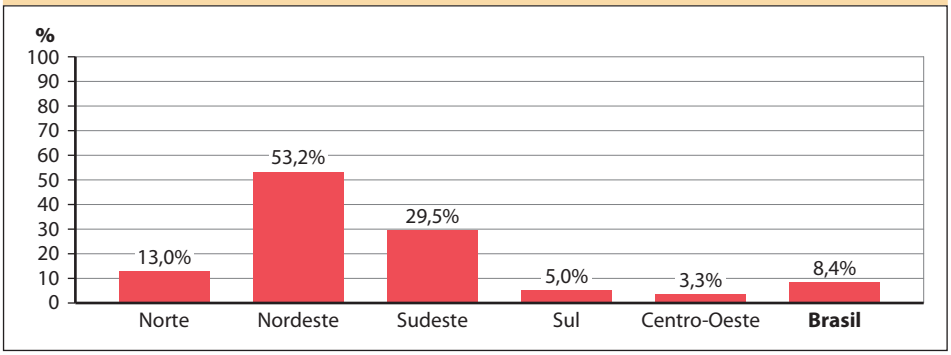
Uma explicação para esse fenômeno é que a recuperação econômica foi promovida com a criação de empregos informais, de baixa remuneração e ganho instável. Além disso, a partir de 2020, a pandemia de covid-19, que ocasionou forte desaceleração da economia mundial, contribuiu para o agravamento desse quadro.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. A unidade da federação onde você mora pertence a qual região brasileira? Identifique a porcentagem de população vivendo abaixo da linha de pobreza nessa região.
2. Analise a distribuição da população vivendo abaixo da linha de pobreza no Brasil em 2021.

Brasil: população vivendo abaixo da linha de pobreza extrema – 2021



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: BELANDI, Caio. Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 2 dez. 2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012. Acesso em: 16 ago. 2024.

ODS 1

Novos segmentos na classe trabalhadora ou nova classe média?

Para o sociólogo Jessé Souza, a mudança no perfil da classe trabalhadora, que conquistou maior poder de compra em determinado período, não significa o aumento da classe média no país. Conforme o estudioso, ao chamar os trabalhadores brasileiros de "nova classe média", busca-se ocultar as contradições presentes na vida desses indivíduos. De acordo com o pesquisador, além da renda, a classe média tem outras vantagens em relação aos demais trabalhadores, principalmente no que se refere ao acesso à cultura e à educação – o que Pierre Bourdieu denominou **capital cultural**. Além de não ter acesso ao capital cultural, a denominada nova classe média, ou o novo perfil de classe trabalhadora, é desprovida dos direitos básicos de cidadania.

Outra crítica que pode ser feita aos que associam ascensão social exclusivamente à melhora na renda e à ampliação da capacidade de consumo é a desconsideração do fato de que o advento de uma crise econômica pode realocar as pessoas nas condições socioeconômicas anteriores. Nesse aspecto, devem-se considerar as condições adequadas de acesso à saúde, à educação e ao lazer, que, no caso brasileiro, estão longe de serem ideais.

O economista Marcio Pochmann sustenta uma posição intermediária sobre o tema. Ele salienta que não se trata de uma nova classe, muito menos de uma classe média, mas de novos segmentos no interior da classe trabalhadora. Com os empregos gerados na primeira década de 2000 – ofertados não pela indústria, mas pelo setor de serviços e com remuneração mensal de até 1,5 salário mínimo –, formou-se uma classe trabalhadora consumista, individualista e despolitizada. Pochmann destaca ainda o fato de que a maior parte dos ocupados na base da pirâmide social permanece excluída da proteção social e trabalhista e apresenta baixa taxa de sindicalização (menos de 13%).

O autor conclui que os trabalhadores da base da pirâmide ampliaram sua dimensão e tornaram-se protagonistas de um importante movimento durante o período recente. Essa alteração na estrutura ocupacional foi acompanhada por uma elevação real das remunerações, o que possibilitou a potencialização da mobilidade social e a inclusão no mercado de bens de consumo, sem, no entanto, permitir afirmar que se constitua uma nova classe média.

NELSON ALMEIDA/AFP/GETTY IMAGES

Consumidores se aglomeram em um supermercado para adquirir aparelhos de TV em promoção na capital de São Paulo. Fotografia de 2023.

Imagens em contexto

O aumento do consumo da chamada "nova classe média", resultante da elevação real das remunerações nos anos 2000, não foi acompanhado pela melhoria proporcional nas áreas de saúde, educação e lazer.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sugestão

A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo

Richard Sennett. Rio de Janeiro: Record, 2000.

O autor aborda a formação das personalidades e das identidades sob as novas relações de trabalho do capitalismo do final do século XX, procurando demonstrar como essas relações, caracterizadas pela flexibilidade, impactam o modo como os indivíduos conformam seu caráter em nossos dias.

Precariado: nova classe ou velho proletariado?

Na atualidade, a contínua degradação das condições de trabalho em todas as regiões do globo é uma realidade. Mesmo nos setores mais modernos de produção, nota-se que a cadeia produtiva global pode conter, ao mesmo tempo, trabalhos altamente remunerados, trabalhos precariamente protegidos por leis e trabalhos em situação análoga à escravidão.

Com esse cenário, alguns estudiosos têm observado que a precarização não é apenas uma condição que atinge sem distinção todos os trabalhadores, mas tem como consequência também uma reestruturação das classes sociais em âmbito global e formação do chamado **precariado**. Em sua obra *Precariado: a nova classe perigosa*, Guy Standing, sociólogo inglês, analisa um grupo de pessoas em trabalhos altamente instáveis e com salários muito baixos, que emergem como uma nova classe social, diferente da camada em que está o assalariado protegido pelas leis trabalhistas.

No Brasil, a ideia de precariado tem ganhado força principalmente em decorrência dos escritos dos sociólogos brasileiros Ruy Braga e Giovanni Alves, que criticam a visão europeia de acordo com a qual o precariado é um grupo de trabalhadores excluído das condições tradicionais de assalariamento. Para os sociólogos brasileiros, esses trabalhadores formam uma parcela do proletariado, não estando fora das relações sociais capitalistas assalariadas. Para Ruy Braga, o precariado pode ser descrito como o conjunto de trabalhadores inseridos no mundo do trabalho capitalista, porém sem acesso a empregos estáveis e bem remunerados, dos quais muitos puderam usufruir durante o Estado de bem-estar social.

Embora concorde com as críticas de Ruy Braga à sociologia europeia, Giovanni Alves admite que esse fenômeno é historicamente novo e define uma "nova camada da classe social do proletariado" como a que engloba os trabalhadores urbanos precarizados, jovens adultos escolarizados, porém com inserções precárias no trabalho e na vida social.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Qual é a crítica que o autor da charge faz à precarização das relações de trabalho no Brasil?
2. Por que a situação do trabalhador por aplicativo exemplifica a precarização do trabalho no país?

Charge *Trabalho precarizado*, de Toni D'Agostinho, produzida em 2019.

© TONI D'AGOSTINHO
Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Igualdade de oportunidades × desigualdade de condições

Além do Índice de Gini, outro indicador importante na questão social é o **Índice de Desenvolvimento Humano**. Criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, ele é usado como referência da qualidade de vida e desenvolvimento. Sem se prender apenas a índices econômicos, baseia-se em dados como expectativa de vida, escolaridade e renda média.

Hoje, apesar do contexto de consolidação da democracia, é possível constatar que a desigualdade socioeconômica brasileira está muito associada à desigualdade de oportunidades e de condições. Em outras palavras, existem diferenças nas circunstâncias que afetam o sucesso das pessoas e que não dependem de seus esforços nem de suas decisões pessoais. Essas circunstâncias incluem o grau de escolaridade e a ocupação dos pais, a qualidade da escola que o indivíduo frequenta, seus ambientes de socialização, além de outros elementos, como gênero e cor da pele.

Ao tomar como exemplo a juventude brasileira pobre, observa-se que a desigualdade social ajuda a explicar diferentes realidades vividas por esse segmento da população. Seja no plano econômico, seja nos aspectos de gênero, etnia, raça/cor ou orientação sexual, as discriminações particulares e a desigualdade de condições ainda são uma realidade. Essa situação de desigualdade tem sido, muitas vezes, considerada natural, por causa da sua longa existência. No entanto, um fator que deve ser destacado é o binômio igualdade de oportunidades e desigualdade de condições, que é em si uma contradição.

Atualmente, em boa parte dos países, vigora o pressuposto de **igualdade de oportunidades**, ou seja, todos os cidadãos têm o direito de tratamento idêntico pela lei, vetando-se diferenciações arbitrárias e discriminações — como consta do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, que afirma que "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]". Esse pressuposto consagra o princípio da igualdade de oportunidades.

Entretanto, essa proposição de igualdade esbarra na imensa **desigualdade de condições**, por exemplo, na hora de iniciar e continuar os estudos ou de garantir uma alimentação adequada. Esses são dois elementos, entre outros, que demonstram o impacto representado pelas desigualdades sociais sobre a geração de possibilidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

Há, portanto, um grande desafio quando se fala em reduzir a distância entre a igualdade formal de oportunidades e a desigualdade real de condições. Em linhas gerais, esse desafio seria o aprimoramento das políticas e dos programas sociais destinados a redistribuir renda, fundados em regras de funcionamento claras e abrangentes. Essas políticas devem ser de Estado, e não de governo, ou seja, precisam de continuidade, independentemente de quem ocupe o Poder Executivo.

No entanto, há urgência na ampliação das oportunidades para que os jovens possam encontrar maneiras reais de mobilidade social, o que significa melhores condições de acesso à educação, à saúde, ao mercado de trabalho e uma redução da violência da qual são vítimas, principalmente aqueles que representam as minorias sociais discriminadas, como mulheres, negros e indígenas.

O trecho do artigo 5º da Constituição Federal pode ser consultado em: BRASIL. [Constituição de 1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 jun. 2024.

EVANDRO LEAL/AGÊNCIA ENQUADRAR/FOLHAPRESS

Protesto antirracista, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Fotografia de 2021.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A centralidade do trabalho na sociedade

Na atualidade, estudiosos de diversas áreas do conhecimento têm refletido sobre a categoria *trabalho*, já que a sociedade necessita cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais de formas de trabalho em tempo parcial, terceirizado e informal, partes constitutivas do processo de produção capitalista. No mundo contemporâneo, identifica-se também a ampliação da noção de trabalho, pois os serviços, os produtos culturais, o conhecimento e a comunicação tornam-se formas de trabalho imaterial associadas ao sistema produtivo.

Em seu livro *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*, de 1980, o sociólogo francês André Gorz assim define trabalho:

> Atividade obrigatória, heterodeterminada, heterônoma, o trabalho é percebido pela maioria dos que o procuram e dos que o "têm" como uma venda de tempo cujo objeto pouco importa [...]. "Tem-se" um bom ou mau trabalho antes de mais nada conforme o que se ganhe; só depois é que se pensa na natureza das tarefas e nas condições de sua realização. [...].
>
> O trabalho não é a liberdade porque, para o assalariado, como para o patrão, o trabalho é apenas um meio de ganhar dinheiro e não uma atividade com fim em si mesma. [...]
>
> [...]. Trabalhar por um salário é, portanto, trabalhar para poder comprar à sociedade em seu conjunto o tempo que se lhe forneceu.
>
> A atividade autodeterminada, em contrapartida, não tem como finalidade principal a troca do meu tempo contra o tempo dos outros: ela é, em si mesma, seu próprio fim [...].
>
> [...]
>
> [...] A exigência de "trabalhar menos" não tem por sentido e por finalidade "descansar mais", mas "viver mais", o que quer dizer: poder realizar por si mesmo muitas coisas que o dinheiro não pode comprar e mesmo uma parte das coisas que ele atualmente compra.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado:** para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 9-11

Nessa obra, Gorz profetizou, com base na experiência dos países desenvolvidos, o fim do proletariado, defendendo que o marxismo estava em crise por causa de uma crise do movimento operário. Além disso, entendia que o sistema capitalista não era capaz de resolver os problemas que engendrava, argumentando que essa incapacidade, porém, não acarretava sua destruição, pois o capitalismo sobrevive ao seu mau funcionamento.

Gorz afirma que a automatização eliminará empregos a menos que haja uma profunda revisão da duração do trabalho, das finalidades das atividades e da natureza delas. Para ele, a autonomia e o tempo livre serão preponderantes em uma "sociedade do desemprego" na qual a camada que vive o trabalho como uma obrigação será substituída por uma "não classe" ou, em outras palavras, "não trabalhadores". Para ele, no futuro, o capitalismo engendrará uma sociedade do tempo liberado, uma sociedade em que o trabalho não deverá ser o essencial da vida.

Em oposição a Gorz, o sociólogo brasileiro Ricardo Antunes, em sua obra *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, publicada pela primeira vez em 1995, apresenta uma análise marxista da sociedade contemporânea que problematiza e contesta as teses do fim da centralidade do trabalho no mundo capitalista:

> Portanto, [...] enquanto perdurar o modo de produção capitalista, não pode se concretizar a eliminação do trabalho como fonte criadora de valor, mas, isto sim, uma mudança no interior do processo de trabalho, que decorre do avanço científico e tecnológico e que se configura pelo peso crescente da dimensão mais qualificada do trabalho, pela intelectualização do trabalho social. [...]

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006. p. 58; 62.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Para Antunes, a contradição entre *capital e trabalho* continua viva e atuante, sendo a base material da sociedade. O sociólogo defende que o capitalismo precisará aumentar a utilização e a produtividade do trabalho por meio da intensificação das formas de extração da mais-valia em tempo cada vez mais reduzido.

O trabalho é tema da obra *Indústria de Detroit*, um conjunto de 27 murais produzidos pelo artista mexicano Diego Rivera (1886-1957) no Instituto de Artes de Detroit, nos Estados Unidos. Rivera foi um dos principais integrantes do movimento muralista mexicano, que tinha como um de seus objetivos centrais a socialização da arte (com a rejeição da prática de pintura tradicional em quadros de parede).

Em Indústria de Detroit, Diego Rivera representou a produção industrial de automóveis em Detroit, nos Estados Unidos, no início do século XX, destacando a força de trabalho e a tecnologia da época.

A reprodução a seguir corresponde ao painel norte da obra. Ele tem como tema principal a relação entre ser humano e maquinário industrial, retratando diversas etapas da produção automobilística. Na obra, é possível ver a representação de linhas de montagem e de operários divididos em tarefas especializadas. Ferramentas, componentes, fundições, fornos de jateamento, moldes, esteiras de transporte de peças, entre outros elementos, são detalhadamente representados.

ODS 8

DIEGO RIVERA © 2024 BANCO DE MÉXICO, FIDUCIARIO EN EL FIDEICOMISO. FOTO: BRIDGEMAN IMAGES/EASY MEDIABANK - INSTITUTO DE ARTES DE DETROIT, DETROIT

Indústria de Detroit, mural de Diego Rivera, 1932-1933.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO.

Com base nos estudos desenvolvidos no capítulo, nas reflexões apresentadas no texto e na interpretação da obra *Indústria de Detroit*, de Diego Rivera, reflita sobre as questões a seguir.

1. **Observando o mural, identifique que elementos visuais representam:**
   - **a.** força de trabalho
   - **b.** tecnologia da indústria automobilística da época
2. **Como a representação do trabalho no mural de Rivera se relaciona com as ideias de Gorz e Antunes sobre a centralidade do trabalho na sociedade?**
3. **As transformações ocorridas no mundo do trabalho, como a automação e a precarização, alteraram a relação entre capital e trabalho representada no mural? Justifique sua resposta.**
4. **Considerando as mudanças no mundo do trabalho desde a época retratada no mural, a visão de Gorz sobre uma "sociedade do desemprego" e do tempo liberado se concretizou? Argumente sua posição.**

Desigualdade social e racismo ambiental

As desigualdades revelam as relações de poder e dominação vigentes na nossa sociedade; seja quando pensamos nas vantagens de que as classes dominantes dispõem ou nas desvantagens que negros e mulheres sofrem no âmbito de estruturas sociais racistas e patriarcais que presumem, respectivamente, a inferioridade desses grupos.

Em diferentes cenários e contextos, podemos identificar as consequências da relação entre as desigualdades sociais. A reportagem a seguir apresenta uma análise sobre tal fato.

Racismo ambiental: população negra é mais afetada por calor extremo

Os efeitos das ondas de calor extremo são mais intensos para as populações de áreas periféricas dos centros urbanos e particularmente para os negros, que representam a maioria dos moradores dessas localidades. É o que aponta o geógrafo Diosmar Filho [...], pesquisador da Universidade Federal Fluminense (UFF), referência no debate sobre racismo ambiental e também coordenador científico da Associação de Pesquisa Iyaleta.

"Nessas áreas, há menos infraestrutura e menos assistência à saúde, ao transporte, ao saneamento e à moradia. E tudo isso tem relação com a forma como vamos enfrentar os efeitos causados pelas mudanças climáticas, por exemplo, no momento das chuvas ou no aumento da temperatura com as ondas de calor", diz.

Diosmar observa que bairros periféricos, que geralmente são mais adensados e sem áreas verdes, estão também mais sujeitos a problemas de abastecimento de água e de energia elétrica. Todos esses elementos são apontados como fatores que agravam os efeitos de um dia muito quente. O geógrafo lembra que, nesses dias, é preciso beber mais água. "Há áreas onde a água não chega em quantidade e qualidade. Em Salvador, por exemplo, há regiões periféricas que chegam a ficar um mês inteiro sem abastecimento", enfatiza.

Mudanças climáticas

Sediada na capital baiana, a Associação de Pesquisa Iyaleta investiga as mudanças climáticas e as desigualdades raciais, de gênero, sociais e territoriais. Há mais de dois anos, o corpo de pesquisadores vem aprofundando os estudos em áreas urbanas situadas dentro do perímetro da Amazônia Legal. Os envolvidos possuem formação em diferentes áreas, que vão das ciências humanas às ciências da saúde. No ano passado, Diosmar e outros sete pesquisadores participaram da produção de cadernos trazendo análises sobre os eventos climáticos em Porto Velho e em Cuiabá.

Eles chamam atenção para as características dos chamados aglomerados subnormais, classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para formas de ocupação irregular do solo com fins de habitação em áreas urbanas. Em geral, são definidos pelo padrão urbanístico irregular e pela carência de serviços públicos essenciais. Também são marcados pelo adensamento, isto é, possuem uma grande concentração de moradores. Em Porto Velho, 12,2% da população residem nessas áreas.

Diosmar frisa que o tipo de edificação visto nesses espaços é um complicador. O geógrafo aponta para a existência de moradias insalubres, com pouco espaço e teto baixo. "Se você tem uma onda de calor e você tem uma área onde você não tem grande circulação de ar, certamente vai haver um impacto direto nas condições de saúde das pessoas", avalia o geógrafo.

Os pesquisadores observaram que, nos casos de Cuiabá e Porto Velho, cidades analisadas, as questões territoriais e a desigualdade urbana influenciam a forma como as mudanças climáticas impactam as populações negras e indígenas. Eles observam que, na capital de Mato Grosso, a segregação racial urbana reflete a implementação do plano diretor municipal, que não levaria em conta a garantia dos direitos fundamentais da população negra e a preocupação com os efeitos das mudanças do clima.

"Em relação ao saneamento básico, as mulheres negras (79,38%) e homens negros (78,24%) residentes na área urbana de Cuiabá apresentam a menor proporção de acesso ao esgotamento sanitário adequado (rede de esgoto geral e uso de fossa séptica) se comparada às das pessoas brancas (mulheres – 86,3% e homens –85,91%)", registra o estudo.

[...]

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Nos estudos em Cuiabá e Porto Velho, os pesquisadores também buscaram avaliar indicadores de saúde associados a arboviroses, como são chamadas as doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*: dengue, zika e *chikungunya*. Todas elas são mais prevalentes no verão. A proliferação do mosquito ganha ritmo acelerado em temperaturas elevadas, pois no calor seu período reprodutivo fica mais curto. Além disso, o verão de boa parte do Brasil é a estação mais chuvosa, o que faz aumentar os locais com água parada, onde os ovos são depositados pelo *Aedes aegypti*.

Indicadores colhidos pelos pesquisadores em Cuiabá apontam que as arboviroses atingem a população negra com maior intensidade. Considerando as mulheres diagnosticadas com dengue entre 2014 e 2020, 54,79% eram negras, 14,85% brancas e 0,39% indígenas. Para o restante dos casos, não há informação sobre raça ou etnia.

Entre os homens, os números são similares: 54,85% negros, 13,06% brancos, 0,72% indígenas e 31,10% ignorados. Os especialistas observam que as desigualdades raciais e de gênero, as condições de moradia e a exposição a contextos de maior vulnerabilidade urbana e de ausência de direitos, como saneamento básico e acesso a serviços de saúde, são fatores intimamente relacionados com a incidência de taxas dessas doenças.

[...]

Em setembro, foi instituído pelo governo federal um grupo técnico para elaborar proposta de atualização do PNA [Plano Nacional de Adaptação], ouvindo a sociedade civil. Para Diosmar, é preciso pensar diversas medidas. Entre elas, ele menciona a urgência de uma política de arborização. "Cada vez mais a gente vai precisar de áreas verdes", preconiza.

Ele cita também a necessidade de políticas públicas setoriais, territoriais e locais. "Precisamos de estados e municípios com políticas de moradia, de saneamento, de saúde e de educação integradas. Precisamos olhar o saneamento como parte de um processo de educação em tempo de mudanças climáticas, precisamos de moradia que se afaste desse modelo que aprisiona, onde as pessoas das periferias das grandes cidades vivem dentro de pequenas casas de seis metros quadrados", finaliza.

CARVALHO, Leonardo R. Mudanças climáticas: população negra é mais afetada por calor extremo. **Agência Brasil**, 25 nov. 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-11/mudancas-climaticas-populacao-negra-e-mais-afetada-por-calor-extremo . Acesso em: 19 jun. 2024.

DORI/FOTOARENA

Esgoto lançado sem tratamento em córrego em Várzea Grande, no Mato Grosso. Fotografia de 2023.

ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO.

1. Explique por que as desigualdades sociais fazem os impactos das alterações climáticas variarem de acordo com a classe social e a raça. Copie trechos do texto que comprovam essa relação.
2. De que maneira as ações governamentais podem interferir para atenuar ou agravar a situação relatada no texto?
3. Crie um cartaz ou infográfico que ilustre os impactos do racismo ambiental em sua comunidade. Utilize dados e informações da matéria e de outras fontes confiáveis.

OBJETO DIGITAL
Vídeo: Racismo ambiental

ODS 13

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividades

RESPONDA NO CADERNO.

1. Explique o conceito de classe para Marx.
2. Explique o conceito de classe para Max Weber.
3. Cite os tipos de mobilidade social e diferencie-os.
4. De que maneira o trabalho dos escravizados, o patrimonialismo e o patriarcalismo influenciaram o cenário da sociedade brasileira contemporânea?
5. Interprete a charge.

Charge de Santiago, produzida em 2023, sobre a dupla jornada de trabalho.

ODS 10

A charge retrata um fenômeno comum na sociedade brasileira: a desigualdade de gênero. Sobre esse tema, indique a alternativa correta.

a. Esse tema é tão pequeno que nos últimos anos deixou de fornecer dados relevantes para os estudos sobre a desigualdade social brasileira.

b. A desigualdade de gênero existente no Brasil permanece restrita aos estratos pobres da população, tendo em vista que nas elites ela não constitui o que se poderia chamar de um fenômeno recorrente.

c. A desigualdade social no Brasil é apenas econômica, de modo que a charge não expressa uma realidade brasileira.

d. A desigualdade de gênero no Brasil é algo que remonta ao período colonial e, apesar dos muitos avanços, ainda constitui um fenômeno bastante recorrente na sociedade.

e. A desigualdade social no Brasil é apenas de gênero, pois as mulheres costumam ser discriminadas em praticamente todas as esferas sociais, seja na família, seja na escola, seja no trabalho, seja na vida social e cultural.

6. **No sistema de classes sociais, há possibilidades de mobilidade social horizontal e vertical, sobretudo em momentos de crescimento da economia. Nos períodos de crise econômica, ocorre geralmente uma queda de parte da sociedade, muitas vezes em decorrência da perda do emprego. Como você analisa a atual mobilidade na sociedade brasileira? Apresente exemplos concretos.**
7. **Em 1985 foi criada, na cidade de São Paulo, a primeira Delegacia de Defesa da Mulher (órgão da Polícia Civil), iniciativa pioneira no mundo. Passados mais de trinta anos, o Brasil ainda apresenta altos índices de violência contra as mulheres. Pesquise em jornais e em *sites* de notícias casos de violência praticada contra as mulheres em espaços públicos, residências e redes sociais e apresente os resultados aos colegas de classe e ao professor. Discutam como esses atos poderiam ser evitados e, ao final, lancem um manifesto de alerta na escola e na comunidade sobre os vários tipos de violência praticados contra a mulher.**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

8. Leia o texto.

O percentual de pessoas em extrema pobreza, ou seja, que viviam com menos de R$ 200,00 por mês, no Brasil, caiu para 5,9% em 2022, após alcançar 9,0% em 2021. Já a proporção de pessoas em situação de pobreza, que viviam com até R$ 637,00 por mês, caiu de 36,7% em 2021 para 31,6% em 2022. Em termos de contingente, em 2022, havia 12,7 milhões de pessoas na extrema pobreza e 67,8 milhões na pobreza, com queda de cerca de 6,5 e 10,2 milhões de pessoas, respectivamente, nessas situações de um ano para o outro.

[...]

As pessoas pretas ou pardas representavam mais de 70,0% dos pobres e dos extremamente pobres. Essas desigualdades também se mantiveram nas taxas de pobreza e extrema pobreza: em 2022, 40,0% das pessoas de cor ou raça preta ou parda eram pobres, num patamar duas vezes superior à taxa da população branca (21%) e 7,7% delas eram extremamente pobres, mais que o dobro da taxa entre brancos (3,5%).

Entre as mulheres pretas ou pardas, os percentuais foram ainda maiores, chegando a 41,3% de pobres e a 8,1% de extremamente pobres. O arranjo domiciliar formado por mulheres pretas ou pardas, sem cônjuge e com filhos menores de 14 anos também concentrou a maior incidência de pobreza: 72,2% dos moradores eram pobres e 22,6% eram extremamente pobres.

A pobreza é maior nos domicílios onde vivem crianças. Entre as pessoas com até 14 anos de idade, 49,1% eram pobres e 10,0% eram extremamente pobres, um percentual muito superior ao da população com 60 anos ou mais: 14,8% de pobres e 2,3% extremamente pobres.

[...]

Além da maior participação na composição da renda da população extremamente pobre, os benefícios de programas sociais governamentais também impactam na redução, principalmente, da extrema pobreza. O estudo analisou a hipótese de não existirem os referidos programas, e os dados mostraram que a extrema pobreza teria sido cerca de 80% maior, elevando o percentual atual de 5,9% para 10,6%.

Com relação à pobreza, os impactos da ausência dos benefícios de programas sociais governamentais teriam sido menores, com uma proporção de pobres 12,0% maior do que o efetivamente registrado em 2022, passando de 31,6% para 35,4%.

GOMES, Irene. Pobreza cai para 31,6% da população em 2022, após alcançar 36,7% em 2021. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 6 dez. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021. Acesso em: 14 jun. 2024.

Com base nas informações da reportagem, reflita com seus colegas sobre as seguintes questões.

a. De que maneira os indicadores referentes a educação e trabalho contribuem para explicar a manutenção da pobreza e da desigualdade no Brasil?

b. Considerando os dados apresentados no texto, explique as desigualdades sociais tendo como eixo as questões raciais e de gênero.

c. Analise e apresente soluções para os desequilíbrios e disparidades regionais no que diz respeito ao rendimento médio mensal domiciliar.

9. Aporofobia é um conceito criado pela filósofa espanhola Adela Cortina nos anos 1990, que denomina o sentimento de aversão e desprezo por quem é pobre. Em uma entrevista, aludindo ao preconceito com refugiados, ela exemplificou: "Não rejeitamos estrangeiros se forem turistas, cantores ou atletas famosos, rejeitamos se forem pobres". Faça uma pesquisa sobre esse conceito, explique como ele deriva da estratificação social e cite exemplos de atitudes aporofóbicas.

Enem e vestibulares

10. (Enem-MEC)

TEXTO I

Como é horrível ver um filho comer e perguntar: "Tem mais?" Esta palavra "tem mais" fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha as panela e não tem mais.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.

TEXTO II

A experiência de ver os filhos com fome na década de 1950, descrita por Carolina, é vivida no Brasil de 2021 por uma moradora de Petrolândia, em Pernambuco. "Eu trabalhava de ajudante de cabeleireira, mas a moça que tinha o salão fechou. Eu vinha me sustentando com o auxílio que tinha, mas agora eu não fui contemplada. Às vezes as pessoas me ajudam com alimentos para os meus filhos. De vez em quando, eu acho algum bico para fazer, mas é muito raro. Tem dias que não tenho nem o leite da minha bebê."

CARRANÇA, Thais. "**Até o feijão nos esqueceu**": o livro de 1960 que poderia ter sido escrito nas favelas de 2021. Disponível em: www.bbc.com. Acesso em: 6 out. 2021 (adaptado).

Considerando a realidade brasileira, os textos se aproximam ao apresentarem uma reflexão sobre o(a)

a. recorrência da miséria.

b. planejamento da saúde.

c. superação da escassez.

d. constância da economia.

e. romantização da carência.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE 3

Poder e política

O poder e a política são intrinsecamente interligados e ambos fazem parte das relações entre pessoas e grupos, atravessando diversas esferas do campo social. De forma geral, **poder** designa a capacidade de agir e de decidir, de ter controle e exercer domínio e de determinar condutas, regras ou comportamentos. A noção de **política**, por sua vez, derivada do termo grego *politikê*, associado à ideia de *pólis*, refere-se a tudo que é de natureza pública e está ligado à vida em sociedade.

Analisar as relações entre poder e política é fundamental para compreender como as sociedades se estruturam e se organizam, além de ser essencial para identificar os caminhos que podem ser percorridos em direção a uma realidade com mais justiça social, liberdade, inclusão e democracia.

Manifestação estudantil realizada em Brasília, Distrito Federal. Fotografia de 2022. As manifestações estudantis são uma das formas de os estudantes se envolverem diretamente com as questões políticas que englobam a esfera da educação.

PEDRO LADEIRA/FOLHAPRESS

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A unidade "Poder e política" está presente nos quatro volumes desta coleção de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Confira, no quadro a seguir, os capítulos de cada componente que contribuem para a abordagem da temática dessa unidade.

A unidade "Poder e política" na coleção

Componente	Capítulos
História	8. Revoluções, nacionalismo e teorias sociais 9. Poder e reorganização política na América: as lutas por independência 10. A consolidação do Estado brasileiro
Geografia	7. Territórios e fronteiras dos Estados nacionais 8. Fronteiras estratégicas e disputas territoriais
Sociologia	5. Poder, política e Estado 6. Governo e participação política
Filosofia	7. Teorias políticas: Antiguidade 8. Teorias políticas: Idade Moderna e contemporaneidade

Na prática

Os dados sobre o número de eleitores no ciclo eleitoral de 2020 a 2024 foram obtidos em: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Brasil tem mais de 155 milhões de eleitoras e eleitores aptos a votar em 2024. TSE, 22 jul. 2024. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Julho/brasil-tem-mais-de-155-milhoes-de-eleitoras-e-eleitores-aptos-a-votar-em-2024. Acesso em: 20 set. 2024.

Segundo a Constituição Federal brasileira, o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os cidadãos maiores de 18 anos; e facultativos aos jovens de 16 e 17 anos, aos adultos maiores de 70 e às pessoas analfabetas.

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, o número de eleitores com menos de 18 anos cresceu 78% no último ciclo eleitoral brasileiro (entre 2020 e 2024). Alguns especialistas acreditam que esse aumento está relacionado à campanha de conscientização sobre a importância do voto realizada pela Justiça Eleitoral por meio das redes sociais. Acredita-se também que, de modo geral, o interesse dos jovens pela política aumentou no país.

A participação dos jovens no processo eleitoral é uma forma de ouvir as vozes dessa parcela da população para identificar, por exemplo, suas necessidades e seus anseios em relação às decisões públicas e as expectativas e projeções relacionadas ao próprio futuro. Além disso, é um meio de defender a democracia, à medida que amplia a representatividade e a participação da população nos rumos políticos do país.

ACERVO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL/GOVERNO FEDERAL

Cartaz da campanha *Jovem Eleitor*, realizada pelo Tribunal Superior Eleitoral em 2024.

O período de 2020 a 2024 registrou também um aumento de 25% de votantes que informaram ter algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida. A declaração da condição possibilita que os eleitores tenham a possibilidade de votar em seções com acessibilidade, que oferecem infraestrutura como rampas de acesso, portas de largura ajustada a cadeirantes, banheiros adaptados e coordenadores de acessibilidade e de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). No Brasil, as urnas eletrônicas apresentam no teclado os números em sistema braile. Além disso, há um ponto de referência no número 5, que serve de orientação espacial para as pessoas com deficiência visual que não leem a língua. Desde 2014, é também autorizado a essas pessoas o uso de fones de ouvido que emitem sinais sonoros com indicação do número escolhido.

1. **Levante hipóteses que possam revelar as razões pelas quais os jovens brasileiros têm demonstrado maior interesse pela política atualmente. Em seguida, sugira temas e áreas que poderão ser objeto de preocupação entre jovens nas eleições das próximas décadas.**
2. **Reflita individualmente sobre seu próprio comportamento em relação ao sistema político e eleitoral. Você se considera uma pessoa politicamente engajada? Por quê? Quais são suas preocupações e seus anseios em relação aos rumos políticos do país?**
3. **Debata com os colegas: além de participarem no processo eleitoral, de que outras formas os jovens podem atuar ativamente na política?**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 5

Poder, política e Estado

A política foi a forma que grupos humanos encontraram para fixar regras de convivência e equacionar conflitos de modo mais ou menos pacífico. Assim, não há relação humana que não seja mediada pela política, vista pelos romanos como "a arte do possível".

Embora a sociologia, a antropologia, o direito e outras ciências humanas também estudem a política, a ciência que tem a política como objeto prioritário é a ciência política. Neste capítulo, vamos investigar alguns conceitos nucleares da ciência política, como política, poder e Estado, analisando algumas das principais formas históricas do Estado moderno. Ao final, vamos problematizar a centralidade do Estado por meio do estudo de sociedades que não organizam suas relações políticas à luz do poder estatal.

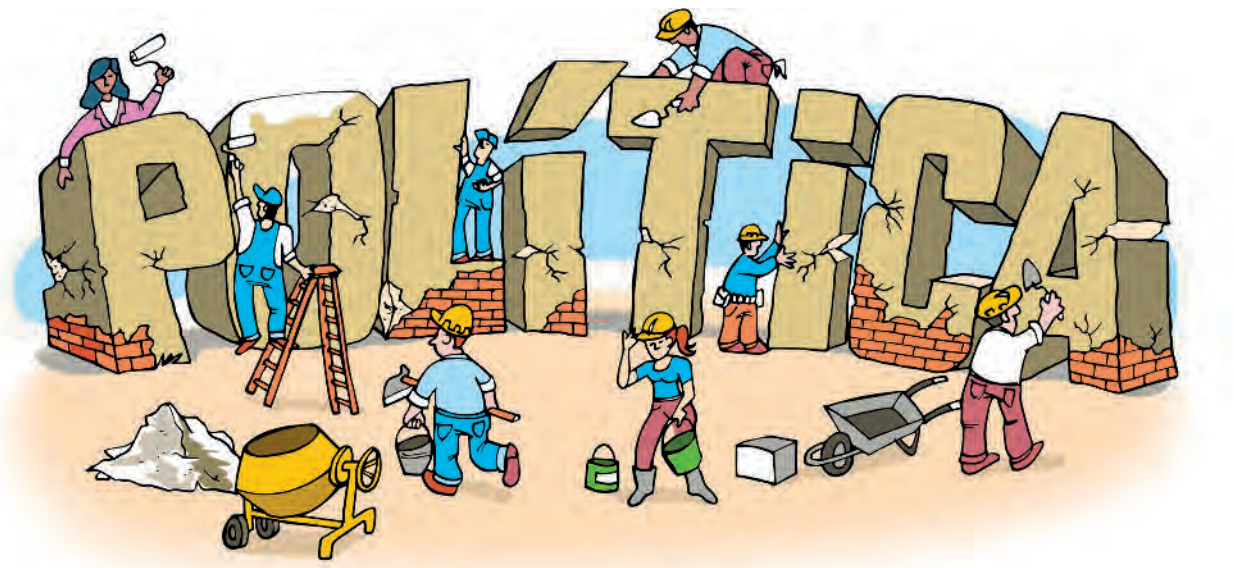
Uma definição dos conceitos

Muitas vezes, os termos *política*, *poder* e *Estado* são utilizados como sinônimos. No entanto, ainda que exista profunda ligação entre eles, em ciência política são conceitos distintos. A **política** se refere aos meios pelos quais uma pessoa ou grupo se organiza, conquista ou exerce o poder. O **poder** é a possibilidade de exercer influência sobre a conduta de outros indivíduos em determinada relação social. Já o **Estado** é uma instituição com um modo específico de exercício do poder. Ele pressupõe uma organização político-administrativa soberana, que não reconhece sob seu território qualquer outro poder acima dele. O poder do Estado subordina determinado povo dentro de um território, sendo exercido por um governo que age de modo coercitivo, orientado por finalidades próprias, que podem ser estipuladas pelo próprio governante, por partes da sociedade ou pelo conjunto da sociedade.

O Estado é a forma mais comum de organização política no mundo atual. Entretanto, existem sociedades que não se organizam como Estado, isto é, como um poder coercitivo e subordinativo. É o caso de algumas sociedades ameríndias, como demonstrado por Pierre Clastres, que estudaremos melhor adiante. Há também correntes políticas como o **anarquismo**, para as quais uma sociedade justa e igualitária pressupõe a abolição do Estado e uma gestão política descentralizada. Já o **anarcocapitalismo** pressupõe a abolição do Estado e sua substituição por agentes privados que, pela via do mercado e da iniciativa privada, deverão prover as demandas básicas da sociedade.

Compreender o modo como política, Estado e poder se combinam em diferentes situações e contextos é uma das ferramentas que a sociologia utiliza para explicar a realidade e o comportamento social. Assim, todos esses conceitos serão mais bem explorados ao longo deste capítulo, no qual estudaremos diferentes tipos de poder, o poder como forma de dominação, as várias formas de política e os diversos tipos de Estado.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



© VALDO VIRGO

Política, ilustração de Valdo Virgo, século XXI. A política é uma construção coletiva, da qual todos participam.

Poder

Para o sociólogo alemão Max Weber, poder é a probabilidade de impor sua vontade em uma relação social, mesmo quando há resistência.

Poder familiar

As relações familiares envolvem poder. Os membros de uma família exercem poder uns sobre os outros em diferentes níveis. Em várias situações, crianças e adolescentes agem com base nas orientações e vontades dos pais ou responsáveis legais. Quando um adolescente vai a uma festa com amigos, o horário em que deve voltar para casa, em geral, é determinado por esses adultos.

Esse poder familiar será **direto** quando o horário de retorno é determinado pelos responsáveis – "Você pode ir, mas deve retornar até a meia-noite". Será **indireto** quando, mesmo que não tenha sido dito de maneira explícita, o horário é orientado por uma possível reação dos responsáveis – "À meia-noite tenho de estar em casa, senão os responsáveis por mim vão ficar preocupados". Nos dois exemplos, a conduta do adolescente foi condicionada pelos familiares, que impuseram sua vontade: o jovem deveria estar em casa em um horário específico.

O inverso também ocorre. Em muitos casos, a conduta dos responsáveis é influenciada pelos jovens ou crianças. Quando uma criança pede um presente e os familiares atendem ao pedido, há um exercício de poder explícito. O mesmo processo ocorre quando os responsáveis compram um presente para a criança considerando um possível desejo dela – "Vou comprar este brinquedo porque ela vai adorar". Nesse caso, o poder da criança sobre os responsáveis é exercido de modo indireto.

© GILMAR

Consumo, charge de Gilmar, 2020.

Imagens em contexto

A influência das crianças sobre os responsáveis por elas é uma forma de exercício de poder que se reflete na exploração da publicidade voltada para o público infantil.

Reconhecimento legal e social

Nas relações familiares, o poder é reconhecido legalmente. Em algumas situações, porém, ele é reconhecido apenas socialmente, mas isso não diminui sua efetividade. Por exemplo, não há norma legal que indique a necessidade de agir conforme a vontade de amigos. No entanto, a conduta de um indivíduo pode ser orientada pelo desejo de atender às expectativas de outras pessoas. Muitas vezes assistimos a um filme não por gostarmos, mas por influência de uma amizade ou de um afeto. Ainda que não sejamos obrigados a fazer isso, a atitude que tomamos constitui uma forma de obter reconhecimento de um grupo.

É possível observar o poder no modo como os indivíduos se relacionam cotidianamente na escola, no trabalho, nos espaços de lazer e em outras ocasiões. Se um estudante apresenta excelente desempenho em uma matéria, ao realizar uma atividade em grupo é provável que sua opinião tenha mais influência que a dos demais. Se um médico possui vasta experiência profissional em sua área, sua opinião sobre uma doença tende a influir na maneira como outras pessoas vão reconhecer e enfrentar o problema.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O poder na esfera pública

Perceptível nas relações privadas, o poder apresenta contornos ainda mais nítidos na esfera pública. Relações de classe, controle social, exercício da autoridade, leis e normas sociais, poder dos governantes sobre os cidadãos e indústria cultural são exemplos do exercício de poder na sociedade. Essas formas de poder se caracterizam pela capacidade de influenciar a conduta coletiva de grande número de pessoas.

Quando estabelece as normas de conduta para funcionários, um empresário exerce poder sobre eles na medida em que define o modo de agir desses indivíduos no espaço de trabalho e no exercício de suas atividades profissionais. A legitimidade para o exercício desse poder fundamenta-se nas relações de produção vigentes, que permitem ao patrão determinar a conduta dos empregados, desde que isso não infrinja as normas previstas na legislação.

Também se configura uma relação de poder quando um governante, no exercício de sua função, estabelece normas que devem ser cumpridas pela população. Por exemplo, a decisão de um prefeito sobre os locais onde é permitido o estacionamento de automóveis interfere na conduta dos motoristas. Da mesma forma, a demarcação de vagas destinadas a idosos e a pessoas com deficiência indica a regulamentação do espaço público, visando atender a demandas de um grupo social definido. O respeito a essas vagas depende da aceitação social de que aquele direito deve ser reconhecido.

Em 2020, em razão da pandemia de covid-19, autoridades de diferentes países adotaram medidas restritivas, como o isolamento social, que deviam ser cumpridas pelos cidadãos, configurando um exemplo de relação de poder entre o Estado e a sociedade.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Que normas são informadas no adesivo e no cartaz mostrados a seguir?
2. Que relação de poder está configurada nas duas situações?

Adesivo de sinalização em janela de ônibus em São Paulo, estado de São Paulo. Fotografia de 2020.

ALEXANDRE TOKITAKA/PULSAR IMAGENS

Cartaz informativo elaborado pela Prefeitura de Euclides da Cunha, estado da Bahia, em 2020.

ACERVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUCLIDES DA CUNHA (BA)

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Formas de exercício do poder

Como você estudou, o exercício de poder, isto é, a possibilidade de influenciar a conduta alheia, ocorre tanto nas relações interpessoais quanto em âmbito institucional – em uma empresa, por exemplo. Segundo o filósofo italiano Norberto Bobbio, as formas de exercício do poder são numerosas, sendo três delas predominantes: a econômica, a ideológica e a política.

O **poder econômico** envolve o uso de bens materiais para exercer influência sobre a conduta de indivíduos, grupos ou instituições que não possuem esses bens. Assim, o poder econômico do dono de uma indústria automobilística deriva da possibilidade que a posse dos meios de produção (isto é, o espaço, o maquinário e as peças) lhe oferece de utilizar a força de trabalho de indivíduos que não possuem tais bens em troca de um salário.

Desde o final do século XX, o capital financeiro aumentou sua participação nas atividades econômicas, com bancos e organismos financeiros internacionais sendo acionistas majoritários de muitas empresas. Desse modo, segmentos como o dos banqueiros exercem muita influência nas decisões econômicas das sociedades, direcionando as ações de indivíduos, grupos e governantes em diferentes níveis. A limitação do poder econômico do Estado pode, muitas vezes, causar a perda de soberania da maioria da população, que fica submetida aos interesses privados das grandes corporações.

O **poder ideológico** consiste na capacidade de influenciar a formação de ideias e práticas sociais para construir padrões de comportamento que reproduzam determinado modo de perceber o mundo. Nas sociedades contemporâneas, esse poder é mais facilmente notado nos meios de comunicação de massa e nas diferentes formas de educação, assim como nos discursos científico e religioso. Como elementos centrais no processo de construção das identidades sociais, eles influenciam o modo como indivíduos e grupos interpretam os fatos e agem em seu cotidiano.

O **poder político** envolve a possibilidade de uso da força como último recurso para a imposição da vontade. De acordo com Bobbio, o monopólio legítimo desses instrumentos constitui o poder político, ou seja, o consenso de que aquele que detém o poder político pode impor sua vontade sobre a coletividade em determinadas condições sociais e históricas preestabelecidas.

Em uma sociedade desigual, os diferentes tipos de poder tendem a se reforçar. Assim, um indivíduo, grupo ou instituição que exerce poder econômico tem mais possibilidade de exercer poder político e ideológico que outros. Da mesma forma, o indivíduo que ocupa um cargo político ou exerce forte influência ideológica tem maior probabilidade de exercer poder econômico do que outros.

Sugestão

Arquitetos do poder

Direção: Alessandra Aldé e Vicente Ferraz. Brasil, 2010. 90 minutos.

Nesse documentário, as relações entre mídia e política no Brasil são mostradas por meio de depoimentos e imagens de arquivo.

Classificação indicativa de *Arquitetos do poder*: 12 anos.

ERNESTO REGHRAN/PULSAR IMAGENS

Imagens em contexto

A polícia militar é uma entidade do Estado autorizada a exercer o uso legítimo da força.

Polícia militar em operação acompanhando protesto em Londrina, estado do Paraná. Fotografia de 2020.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O poder legítimo e as formas de dominação

Existem vários tipos de poder, e eles estão interligados. O exercício do poder quase sempre pressupõe a existência de uma relação entre alguém que pretende exercê-lo e um indivíduo ou grupo que o aceita ou resiste a ele.

As formas de exercício do poder podem ser legítimas ou não. Segundo Max Weber, há **poder legítimo** quando a influência exercida é aceita por aqueles que se submetem à vontade do outro. Isso ocorre, por exemplo, quando os moradores de uma cidade aceitam as decisões da prefeitura. Em contrapartida, há **poder não legítimo** quando apenas o uso da força garante a imposição da vontade, o que ocorre nas ditaduras.

O exercício do poder é chamado por Weber de **dominação**. Quando o poder é exercido exclusivamente com o uso da força, a dominação não é legítima. Quando o dominado aceita as condições em que o exercício do poder acontece, a dominação é legítima.

De acordo com Max Weber, existem três tipos puros de dominação legítima: tradicional, carismática e racional-legal. O sociólogo alemão percebeu, ao longo de seus estudos, que alguns grupos ou indivíduos exerciam a dominação com base em princípios diferentes: uns por meio de crenças ou hábitos; outros por meio de qualidades pessoais; outros, ainda, por meio de instituições burocráticas.

Dominação tradicional

A **dominação tradicional** é legitimada pela crença dos dominados em instituições e regras transmitidas de geração em geração, conduzidas por um indivíduo ou grupo de pessoas que se baseiam nos costumes para exercê-la. São exemplos desse tipo de dominação as relações feudais, o patriarcalismo e o coronelismo.

Nas **relações feudais**, a dominação se estabelecia por meio da vassalagem, um acordo de dependência e fidelidade firmado entre o suserano (grande proprietário de terras) e o vassalo, que se colocava sob a proteção do suserano e passava a ter obrigações para com ele.

No **patriarcalismo,** a relação de poder expressa a preponderância do homem na organização social da família, de um grupo religioso ou da política. As pessoas devem obediência à autoridade masculina (o patriarca), à qual compete, de modo inquestionável, o poder de decisão. Na história brasileira, o senhor de terras ou engenhos assume o papel de patriarca, que domina os meios de produção e em torno do qual se agrupa a população dependente, além de exercer o poder político na esfera pública.

O **coronelismo** foi uma forma de manifestação do poder privado na vida política brasileira, em que a influência social dos senhores de terras convivia com estruturas precárias do regime representativo, em um jogo de coerção e cooptação que envolvia a troca de proveitos entre coronéis, governadores e presidente da república.

JEAN-BAPTISTE DEBRET - MUSEUS CASTRO MAYA, RIO DE JANEIRO

Funcionário público a passeio com a sua família, gravura de Jean-Baptiste Debret, 1835.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. O que caracteriza a dominação tradicional?
2. Que tipo de relação de dominação tradicional pode ser identificado na representação de Debret? Interprete e explique de que maneira essa relação está expressa na cena.

Imagens em contexto

Debret foi um artista francês que registrou a vida cotidiana da sociedade brasileira do século XIX. Na obra, vê-se, em fila, um funcionário público, sua família e pessoas escravizadas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Dominação carismática

A **dominação carismática** é estabelecida quando os dominados têm a crença de que há qualidades excepcionais em determinado indivíduo, algo que o torna superior aos demais e lhe possibilita exercer liderança ou controle sobre eles. Essa forma de dominação pode ser ilustrada por lideranças religiosas ou políticas com muito poder de influência social. Para Weber, a dominação carismática se diferencia da dominação tradicional porque não necessita se legitimar por tradições ou autoridades preestabelecidas. A dominação carismática está, inclusive, ligada a mudanças e revoluções sociais.

LOUISE GUBB/CORBIS/GETTY IMAGES

Nelson Mandela em visita à Escola Hlengiwe, em Johanesburgo, na África do Sul. Fotografia de 1993.

Imagens em contexto

Nelson Mandela, liderança política que mobilizou multidões em resistência ao *apartheid* na África do Sul, é um exemplo de dominação carismática.

Dominação racional-legal

A **dominação racional-legal**, fundamentada em normas e regras aprovadas e aceitas por todos, pode ser exemplificada pela burocracia. Na concepção weberiana, esse tipo de dominação caracteriza o Estado moderno, no qual as relações entre cidadãos e Estado são marcadas pela impessoalidade, ou seja, fundamentadas em regras e normas convencionadas e seguidas por todos os membros de uma coletividade, sem distinção. Indivíduos em posições de poder dentro de sistemas burocráticos podem utilizar regras e procedimentos de maneira a reforçar interesses próprios ou de grupos específicos. Em vez de garantir a imparcialidade, a burocracia pode ser manipulada para favorecer certas decisões, criando uma forma de dominação que, embora seja formalmente legal, serve a objetivos privados.

ANDRESSA ANHOLETE/GETTY IMAGES

Indígena segura um exemplar da Constituição Federal, em Brasília, no Distrito Federal. Fotografia de 2023.

Imagens em contexto

O respeito à legislação é uma forma de dominação racional-legal.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Política

Cidade-Estado: cidade independente e com governo próprio, bastante comum na Antiguidade, principalmente na Grécia antiga, onde recebia o nome de pólis. Você estuda sobre o tema no livro de história desta coleção.

Na Grécia antiga, a palavra *política* (do grego *politikós*) referia-se às questões relativas à vida da cidade. A política não era uma atividade qualquer: dela dependiam a organização cotidiana e o futuro da pólis (**cidade-Estado** grega). Por isso, a participação na política era uma atividade constitutiva do cidadão, ou seja, o indivíduo não seria um cidadão caso não se interessasse pela política e não a praticasse.

Tal concepção foi divulgada por Aristóteles em sua obra *Política*. Escrito por volta do século IV a.C., o livro é o primeiro tratado sobre a natureza do governo, suas configurações e funções. Por séculos, o termo *política* foi empregado para indicar as atividades ligadas à cidade-Estado.

A partir das revoluções liberais, o termo passou a ser usado para designar as atividades relativas ao controle do Estado. As revoluções Inglesa (século XVII), Americana e Francesa (século XVIII) modificaram as formas de organização das relações de poder, constituídas no final das estruturas do Antigo Regime, com a ascensão da burguesia, o estabelecimento das monarquias constitucionais e a construção de uma ordem internacional fundada na progressiva independência das colônias no continente americano.

Os cientistas políticos começaram a considerar tal fenômeno específico do comportamento humano diferente dos demais acontecimentos sociais. Max Weber elaborou uma definição de política que é amplamente aceita até hoje. Para ele, a prática política significa o exercício do papel de liderança no Estado ou na luta pelo poder, seja entre Estados, seja entre grupos do mesmo Estado. Portanto, política e poder estão diretamente relacionados, uma vez que este é o recurso próprio para o exercício da política.

Existem diferentes formas de exercício da política e, portanto, diversas linhas de investigação. Para uma análise da relação entre Estado e sociedade na atualidade, há dois conceitos importantes: o de biopolítica e o de necropolítica.

Sugestão

Politiquês: Episódio 50 – A ação política do dia a dia, para além dos partidos

Produção: Nexo Jornal. Brasil, 2018. 26 minutos.

Em entrevista com o cientista político Fernando Schüler e a cientista social Beatriz Pedreira, esse episódio aborda os sentidos da política e reflete sobre as formas de fazer política para além da dinâmica eleitoral.

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

Imagens em contexto

Embora a Grécia antiga seja considerada o berço da democracia, onde os cidadãos exerciam diretamente o poder, muitos segmentos da sociedade, como mulheres, metecos (estrangeiros) e escravizados, estavam à margem e não podiam participar da política. Assim, os cidadãos eram uma minoria da população, e a cidadania, então, era considerada um privilégio.

VINI CAPIOTTI/ARQUIVO DA EDITORA

Ilustração artística para fins didáticos representando os membros da sociedade da Grécia antiga considerados cidadãos e os sem cidadania.
Fonte: MACDONALD, Fiona. **Como seria sua vida na Grécia antiga?** São Paulo: Scipione, 1996.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Biopolítica

Michel Foucault (1926-1984) foi um importante filósofo e crítico literário francês, considerado um dos pensadores mais influentes do século XX. Embora frequentemente ligado aos movimentos pós-estruturalistas e pós-modernistas, ele preferia se definir como um crítico da modernidade. Em suas obras, especialmente nas coletâneas publicadas após sua morte, como *Ditos e escritos* e *Resumo dos cursos do Collège de France*, Foucault usa os termos *biopolítica* e *biopoder* de forma semelhante. Esses conceitos estão relacionados ao modo como o poder controla e influencia a vida das pessoas em sociedade.

Em linhas gerais, Foucault considera que, a partir do século XVIII, a vida passou a ser um objeto do poder político. Isso significa que ela começou a ser gradualmente gerida, administrada e limitada pelos mecanismos de poder, inclusive pelo direito. Em sua análise, nos últimos séculos houve uma transformação na lógica do poder, que transitou da ênfase no controle dos corpos individuais para o controle (ou pelo menos a tentativa de controle) dos processos biológicos e populacionais. Dessa forma, mais do que o poder de causar a morte ou de deixar uma pessoa viver, a biopolítica pretende controlar a vida da população.

Esse controle não se limitaria aos corpos individuais – como fizeram historicamente o Estado e as instituições disciplinares (como igrejas, hospitais, prisões e quartéis) que, a partir da Idade Moderna, buscaram a docilidade dos corpos e sua conversão em corpos úteis ao sistema de produção vigente, o capitalismo. Todavia, para além da lógica disciplinar, a **biopolítica** alcançaria novos elementos, como a gestão da natalidade, da saúde pública, dos padrões de comportamento e das formas de viver e de morrer. Em outras palavras, o poder deixaria de se manifestar somente como um poder de adestrar ou ceifar a vida, passando a ser um poder de gerir a vida, do nascimento do indivíduo até sua morte.

Nesse sentido, a biopolítica não se limita aos mecanismos macro, estatais, de controle dos indivíduos e da sociedade, mas também opera em nível microscópico, em espaços plurais como a família, a escola e a mídia, instituições que projetam valores, ideologias e visões de mundo. Mais do que moldar o comportamento das pessoas, a biopolítica procura moldar suas identidades e subjetividades. Em síntese, a biopolítica se desenvolve paralelamente ao processo de consolidação e expansão do Estado moderno e de suas instituições disciplinares. Mas ela transcende os mecanismos tradicionais de controle social, manifestando-se de forma mais ampla por meio do controle dos processos biológicos, relacionados à vida e à sociedade.

MICHELE BANCILHON/AFP

Michel Foucault, em Paris, na França. Fotografia de 1984.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Necropolítica

O historiador e cientista político camaronês Achille Mbembe é um destacado intelectual contemporâneo. É professor da Universidade de Witwatersrand, em Johanesburgo, África do Sul, tendo realizado pós-graduação na França e lecionado em universidades estadunidenses.

Mbembe desenvolveu o conceito de necropolítica com base na categoria de biopoder (ou biopolítica), de Michel Foucault, explorando a sua relação com as noções de soberania e estado de exceção. Contudo, Mbembe pretendeu ir além da biopolítica, que, segundo ele, é insuficiente para explicar as formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte. A necropolítica realiza-se por ações diretas, indiretas ou por omissão do Estado e da sociedade. Ou seja, trata-se de uma política de deixar morrer uma parcela da população considerada indesejável por alguns:

> [...] propus a noção de necropolítica e de necropoder para dar conta das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar "mundos de morte", formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de "mortos-vivos".

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

Podemos aplicar o conceito de necropolítica para a compreensão das políticas neoliberais que defendem a redução de gastos em políticas públicas de educação, saúde, previdência e moradia que ocasionam maior vulnerabilidade social de parcela da população. As políticas de segurança pública aplicadas nas últimas três décadas nas cidades brasileiras, que atingem violentamente sobretudo a população negra nas periferias, também podem ser pensadas à luz da necropolítica.

ODS 16

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Explique a relação entre o acontecimento retratado na fotografia e o conceito de necropolítica.
2. De que forma as políticas neoliberais de redução de gastos com educação, moradia e saneamento básico podem ser interpretadas à luz do conceito de necropolítica?

BRUNO SANTOS/FOLHAPRESS

Mulheres seguram faixa em manifestação dos movimentos negros contra a violência, na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

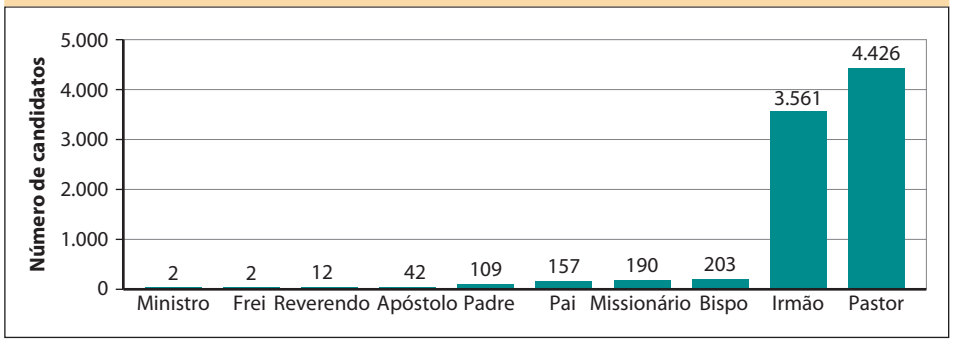
O Estado

O termo **Estado moderno**, ou **Estado-nação**, refere-se a uma forma de organização do poder que surgiu na Europa entre os séculos XVIII e XIX. Embora não exista uma definição única e universal para o Estado moderno, diferentes teorias oferecem interpretações variadas sobre essa estrutura de organização, que chamaremos aqui de Estado. É importante destacar a diferença: o **Estado** é uma instituição permanente, responsável por organizar e manter a ordem na sociedade, enquanto o **governo** é temporário, sendo o grupo que exerce o poder político e administra o Estado por um período específico, como durante um mandato eleitoral.

Segundo afirma Norberto Bobbio em *Estado, governo e sociedade*, trata-se de uma organização social complexa, caracterizada pela centralização do poder e fundamentada em uma base territorial sobre a qual se assentam cidadãos com direitos e deveres e cujo comando político (governo) é idealmente dotado de certa impessoalidade. Essa centralização é definida por Max Weber como o "monopólio da violência legítima" em um território delimitado. Ela se opõe ao policentrismo do sistema feudal, em que havia vários centros autônomos de decisão. Para Weber, o Estado detém o controle de todas as fontes legítimas de violência por meio de instituições como a polícia (para manter a ordem dentro do território e controlar os cidadãos) e as forças armadas (direcionadas a outros Estados).

Uma característica do modelo de organização do Estado moderno é a racionalização da gestão do poder. Esse processo se consolidou com a separação das esferas política e religiosa, que se tornou um princípio das revoluções liberais do século XVIII, destacadamente a Revolução Francesa. Assim, o poder deveria ser apoiado por uma estrutura administrativa e burocrática composta de um corpo qualificado de técnicos que operam conforme procedimentos preestabelecidos e impessoais. Atualmente, no Brasil e no mundo, temos observado a crescente participação de representantes de entidades religiosas também como líderes políticos, que, dessa forma, passam a ter acesso ao voto e à elaboração de leis em diferentes instâncias jurídicas do Estado. Isso indica que, no Brasil, apesar de o Estado ser laico, o sistema eleitoral permite que líderes ou representantes religiosos ocupem cargos na política.

Brasil: candidatos religiosos nas eleições – 2020



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: VASCONCELLOS, Fábio. Mais de 8,7 mil candidatos adotam títulos religiosos no nome de urna. **G1**, 1º out. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/10/01/mais-de-87-mil-candidatos-adotam-titulos-religiosos-no-nome-de-urna.ghtml. Acesso em: 9 ago. 2024.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Com base nos dados apresentados no gráfico, o que é possível depreender sobre a separação entre religião e Estado no Brasil contemporâneo?
2. Debata com os colegas a seguinte questão: em um Estado laico, a presença religiosa é danosa para a democracia?

Sugestão

Politiquês: Episódio 59 – Por que a burocracia pega mal. E por que ela é importante

Produção: Nexo Jornal. Brasil, 2018. 31 minutos.

Em entrevista com a cientista política Gabriela Lotta, o episódio explica o que é o conceito de burocracia, reconstitui como o termo adquiriu conotação pejorativa no debate público e analisa a importância da burocracia para o Estado.

ODS 16

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Estado plurinacional: Estado que reconhece tanto a nacionalidade política, conferida a todos os cidadãos, como a nacionalidade étnica, derivada dos distintos grupos sociais e culturais dos quais provêm os indivíduos.

Características do Estado moderno

Pode-se afirmar que o Estado moderno apresenta cinco grandes características genericamente presentes nos componentes históricos de sua formação: povo, território, governo, finalidade e soberania.

O termo ***povo*** designa tanto o conjunto de habitantes do Estado (considerando os nacionais e os estrangeiros) quanto o daqueles que compartilham a língua, os costumes e a história. No primeiro caso, a palavra tem significado de "população". No segundo, adquire o significado de "nação". Mesmo em um **Estado plurinacional**, como é o caso da Bolívia e do Equador, há elementos comuns que criam a noção de pertencimento nos indivíduos, os quais adquirem um sentimento nacional genuíno e passam a se identificar como integrantes do mesmo povo, apesar de sua composição heterogênea.

AIZAR RALDES/AFP/GETTY IMAGES

Cidadã boliviana votando na consulta popular de 2009 em El Chapare, na Bolívia. Fotografia de 2009. A Bolívia se tornou um Estado plurinacional em 2009.

O **território** identifica os limites físicos do Estado. Para definir o território de um Estado nacional, é importante considerar não somente a porção terrestre, mas também o espaço aéreo e, quando for o caso, o mar territorial. Isso porque existem Estados que não possuem mar territorial, como a Bolívia e o Paraguai.

O **governo** representa a esfera máxima da função executiva de um Estado nacional, podendo ter diferentes níveis. No Brasil, por exemplo, há a união federal, as unidades federativas (como Acre, Goiás e Rio de Janeiro) e os municípios (como Rio Branco, Goiânia e Niterói). Os governos também podem ser definidos pelo modo de exercício da autoridade. Assim, pode haver governos democráticos ou autoritários, de acordo com o grau de liberdade e de participação dos cidadãos na esfera política.

A **finalidade** está relacionada aos propósitos que justificam a existência do Estado. No Brasil, esses propósitos estão listados no artigo 3º da Constituição Federal:

> [...]
> I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;
> II – garantir o desenvolvimento nacional;
> III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
> IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

BRASIL [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 jan. 2024.

Por fim, a **soberania** refere-se à prerrogativa do Estado de estabelecer normas e condutas para pautar a vida coletiva, em nível interno, bem como o comportamento externo do Estado. Essa função não pode estar submetida aos interesses particulares de grupos sociais intermediários internos, como a família e a Igreja, nem às necessidades de outros Estados nacionais. Assim, por exemplo, uma colônia (como o Brasil antes da independência) tem povo, território, governo e finalidade, mas não é um Estado nacional, pois não possui soberania.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Estado absolutista

A primeira manifestação histórica do Estado moderno foi o absolutismo, caracterizado pela unidade territorial e pela concentração do poder na figura do rei. O Estado absolutista, que predominou na Europa entre os séculos XVI e XVIII, fundamenta-se na centralização das atividades econômicas, da prática da justiça e do comando sobre o exército nacional. Um exemplo do poder absoluto conferido aos soberanos ocorreu na França, no reinado de Luís XIV, o "Rei Sol", cuja concentração dos poderes ficou imortalizada na frase "*L'État c'est moi*!" (O Estado sou eu!).

Um dos principais teóricos do Estado absolutista foi o inglês Thomas Hobbes. Ele afirmou que o ser humano é egoísta, pois coloca o bem do outro em segundo plano. Essa índole é elaborada com base no que Hobbes denominou "estado de natureza" (estágio anterior à vida em sociedade), em que o mais forte se impõe ao mais fraco, e foi exemplificada na citação: "O homem é o lobo do homem".

Segundo Hobbes, o **estado de natureza** retrata uma situação de guerra permanente, de todos contra todos. Para superar esse estado pré-social, no qual a plena liberdade não garante qualquer direito, Hobbes propõe a elaboração de um pacto (contrato) social e político, no qual todas as pessoas abririam mão de sua liberdade natural, repassando seus direitos para o Estado, personificado pelo governante, que pode ser um rei ou uma assembleia. Por trabalhar com a ideia de contrato, Hobbes é considerado um **contratualista**.

Para o teórico inglês, a função do Estado seria assegurar a ordem, preservando a paz e a vida dos súditos, a fim de evitar a violência predominante no estado de natureza. O soberano governa com poderes absolutos, não devendo satisfação àqueles que formam o corpo político e social, que somente permanecem com o direito de lutar pela preservação da própria vida. Por submeter todos à vontade soberana do Estado, dizemos que o pacto que põe fim ao estado de natureza, na perspectiva hobbesiana, é um **pacto de submissão**.

Explore **RESPONDA NO CADERNO.**

1. Destaque dois elementos na imagem que permitem afirmar coerentemente que Hobbes é um teórico monarquista.
2. A imagem corrobora a perspectiva de que o pacto hobbesiano é um pacto de submissão? Justifique.

Frontispício da obra *Leviatã*, de Thomas Hobbes, de 1651.

BIBLIOTECA BRITÂNICA, LONDRES

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Estado liberal

O Estado liberal ou burguês foi inspirado pelos ideais da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. Esses princípios moveram as lutas políticas da burguesia contra o absolutismo na Europa entre os séculos XVII e XVIII. Os fundamentos do Estado liberal são a **soberania popular** e a **representação política**, ou seja, o poder é do povo, que o exerce por meio da eleição de representantes (partidos políticos e pessoas).

O também inglês John Locke (1632-1704), ao posicionar-se em relação à natureza humana e ao absolutismo, atribui o controle das liberdades individuais e a defesa da propriedade privada ao Estado. Para Locke, o estado de natureza não era um estado de guerra permanente, mas de paz relativa. Por isso, na passagem do estado de natureza para o estado civil e político, ou seja, para o estado social, os indivíduos preservam todos os seus direitos, inclusive a vida, a liberdade e a propriedade. Logo, o contrato lockiano não é um pacto de submissão, mas um **pacto de associação**. Ao conciliar autoridade e liberdade, Locke é tido como um dos principais teóricos do liberalismo político.

O político e filósofo francês Charles-Louis de Secondat (1689-1755), conhecido como Montesquieu, por sua vez, elaborou a "teoria da tripartição dos poderes", dividindo os poderes ou funções do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário). O objetivo era contestar as ideias absolutistas, que justificavam a concentração dos poderes nas mãos do soberano, pois a vontade do soberano se confundia com as necessidades do Estado. A separação desses poderes definiu as diferentes limitações e dimensões do poder político do Estado na perspectiva do liberalismo político.

Na esfera econômica, a principal crítica da burguesia ao absolutismo estava na interferência do Estado na vida privada, em particular no domínio econômico. A burguesia defendia que o Estado deveria agir apenas como "guardião da ordem", zelando pela segurança e pela manutenção da propriedade privada para que as pessoas desenvolvessem livremente suas atividades. Assim, o liberalismo estabelecia uma nítida separação entre as esferas pública (aquilo que era de interesse comum e suscetível à interferência do Estado) e privada (o que dizia respeito exclusivamente aos indivíduos, não passível da intervenção estatal).

O economista e filósofo escocês Adam Smith, ideólogo do liberalismo econômico, postulava haver uma "mão invisível" que regularia a quantidade e o preço das mercadorias sem a intervenção do Estado. O lema *laissez-faire, laissez-passer* (em português, deixai fazer, deixai passar) expressa a concepção de que as atividades econômicas se autorregulariam somente por meio da oferta e da demanda, isto é, pela livre concorrência e pelo livre mercado.

Moldado para atender aos interesses da burguesia, o Estado liberal permitiu a superação do regime absolutista. Entretanto, por propiciar inúmeras crises econômicas e manter ou aprofundar as desigualdades sociais, tal modelo de Estado começou a ser questionado, repensado e reestruturado.

EUGÈNE DELACROIX - MUSEU DO LOUVRE, PARIS

A Liberdade guiando o povo, pintura de Eugène Delacroix, 1830.

Imagens em contexto

A pintura de Delacroix foi produzida no contexto da Revolução de 1830 na França, movimento que lutava contra o autoritarismo monárquico instituído no país após o fim dos governos revolucionários e a queda de Napoleão, quando houve uma restauração monárquica. O movimento, portanto, era pautado por preceitos do liberalismo e republicanismo em uso desde a Revolução Francesa. Você estuda mais sobre essa revolução e sobre a pintura no livro de história.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Estados socialistas

O socialismo foi a primeira reação sistemática ao Estado liberal. Trata-se de um tipo de sistema político que questiona a propriedade privada dos meios de produção e denuncia a divisão da sociedade em duas classes sociais fundamentais: a burguesia e o proletariado.

Os defensores do socialismo propunham a transformação das condições de produção e a apropriação da riqueza por toda a sociedade. O primeiro Estado socialista surgiu com a Revolução Russa em 1917. Inspirados nas teorias de Karl Marx e Friedrich Engels, os revolucionários **bolcheviques** conseguiram derrubar o regime czarista, enquanto parte do continente europeu estava envolvida na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O lema bolchevique era "Pão, terra e liberdade".

Bolcheviques: membros do Partido Operário Social-Democrata Russo que haviam conquistado o controle do partido (porque formavam a maioria) em 1903. Os bolcheviques adotavam uma vertente mais ortodoxa do marxismo e criticavam as teses defendidas pelos mencheviques (minoria dentro do partido).

A Revolução Russa visava superar o capitalismo, abolir a propriedade privada e socializar os meios de produção. O Estado teria papel histórico transitório, que consistiria em estruturar a sociedade e permitir a livre organização do povo. Marx e Engels enfatizaram que o processo de superação do capitalismo e a construção da sociedade comunista necessitariam da expansão da revolução socialista em outros países. Contudo, isso não ocorreu. Com a morte de Lenin e a ascensão de Stálin, em 1924, foram estabelecidos o Estado centralizado e a economia planificada, cujas diretrizes eram impostas pelo Partido Comunista.

O modelo ditatorial implantado por Stálin foi "exportado" pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (nome adotado pela Rússia e nações anexadas após a consolidação do socialismo, em 1922), particularmente após a Segunda Guerra Mundial. O socialismo foi instaurado em países do Leste Europeu, como Polônia, Hungria, Bulgária, Romênia, Tchecoslováquia, Iugoslávia e Alemanha Oriental, com a ocupação pelas tropas do Exército Vermelho logo após 1945. Em países da África (Moçambique e Angola), da Ásia (China, Coreia do Norte e Vietnã) e da América Latina (Cuba), a instauração do socialismo ocorreu graças às lutas populares contra ditaduras ou pela independência das potências coloniais.

No final do século XX, acentuou-se o processo de decadência política e econômica da União Soviética. Limitada pela aliança entre a burocracia e a elite militar, criticada pela falta de liberdade democrática e sufocada pela força econômica dos países capitalistas, a União Soviética implodiu. No entanto, os referenciais do socialismo ainda são usados como oposição ao Estado liberal, presentes nos programas de vários partidos políticos do Ocidente.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

FPG/GETTY IMAGES

Jovens carregam retrato de Josef Stálin em Berlim, na Alemanha Oriental. Fotografia de 1950.

Imagens em contexto

Iosif V. Dzhugashvili (1879-1953), conhecido como Stálin, defendeu a tese de que o socialismo poderia ser construído em um só país. Sob a liderança de Stálin, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foi decisiva para derrotar as forças nazi-fascistas durante a Segunda Guerra Mundial.

Estados nazista e fascista

O nazismo e o fascismo foram movimentos antiliberais e anticomunistas. Por suas semelhanças, eles se tornaram conhecidos pela expressão *nazifascismo*. Nesses contextos, o Estado se consolidava acima das demais organizações, públicas ou privadas, e suas expressões morais desdobravam-se sobre todas as esferas da vida social, como na educação. No plano econômico, buscaram nacionalizar a economia e afastar-se de grupos financeiros e industriais estrangeiros.

O **fascismo** foi um movimento político que surgiu na Itália entre 1919 e 1920, liderado por Benito Mussolini. Marcado pelo *nacionalismo*, fundamentava a sua origem no glorioso período romano e tinha como objetivo a expansão imperialista da Itália. O fascismo teorizou um sistema peculiar de poder no qual o Estado, personificado em um partido único, de massa e hierarquicamente organizado, era o único criador do direito e da moral, não havendo limites à sua autoridade. Toda oposição era proibida, estando sujeita à ação da Justiça (controlada pelo Executivo). Para o fascismo, a nação era uma unidade moral, política e econômica que se realizava integralmente no Estado. O regime fascista desprezava os valores do individualismo liberal e se colocava em oposição ao socialismo.

O **nazismo** foi um movimento político que surgiu na Alemanha também nos anos 1920, fundamentado na ideologia formulada por Adolf Hitler em seu livro. O Estado nazista esvaziou o parlamento, dissolveu a oposição utilizando-se da violência e submeteu toda a sociedade ao Partido Nazista.

O termo *nazismo* vem do alemão *Nationalsozialismus*. Traduzido para o português como nacional-socialismo, é usado para se referir à doutrina do Partido Nacional-Socialista Alemão e à experiência do movimento nazista na Alemanha. O nazismo é uma ideologia política caracterizada pelo nacionalismo, ou seja, a reconstituição das nações e de seus povos originais, considerados "raças superiores". O nazismo diferenciou-se do fascismo por seu caráter racista, que pregava a supremacia da raça ariana, pela xenofobia (aversão ao estrangeiro) e pela perseguição a judeus, ciganos, comunistas, homossexuais e deficientes físicos e mentais.

Embora esse modelo de Estado tenha perdido força depois da Segunda Guerra Mundial, ainda é possível encontrar grupos e partidos que defendem os ideais nazistas. Mesmo no século XXI, é possível perceber o fortalecimento de movimentos sociais e partidos políticos com discursos análogos às propostas do nazismo e do fascismo, incluindo candidatos disputando eleições democráticas. Em contrapartida, são estabelecidas lutas contra a disseminação de ideias nazistas e fascistas no mundo contemporâneo, tanto no campo dos discursos políticos, quanto no âmbito legal, em que tais ideias são interpretadas como afronta aos direitos humanos e às minorias sociais.

ULLSTEIN BILD/GETTY IMAGES

O líder nazista Adolf Hitler saúda a multidão em Nuremberg, na Alemanha. Fotografia de 1934.

Imagens em contexto

Adolf Hitler (1889-1945) foi militar e líder do Partido Nazista. Foi preso em 1923 após uma tentativa frustrada de golpe de Estado. Posteriormente, em 1933, ascendeu ao comando da Alemanha e foi pivô da Segunda Guerra Mundial.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Estado de bem-estar social

O **Estado de bem-estar social**, também denominado *Welfare State*, foi o modelo adotado pelas principais economias liberais na primeira metade do século XX. A crise de 1929, ocasionada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York, o desemprego, a inflação, o crescimento do movimento operário, a emergência de regimes antiliberais e a competição entre as grandes corporações monopolistas foram alguns dos fatores que contribuíram para a implantação desse modelo.

A base intelectual do Estado de bem-estar social é a obra *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, publicada pelo economista britânico John Maynard Keynes, em 1936. Contrariando a ortodoxia liberal – de acordo com a qual o Estado não deveria interferir na economia, deixando que ela se autorregulasse. Keynes afirmava que o Estado deveria intervir no domínio econômico para garantir o pleno emprego, estimular a produção e o consumo, mediar as relações de trabalho e ampliar a política de assistência.

A política desenvolvida no Estado de bem-estar social era voltada ao atendimento dos direitos sociais básicos, como os de acesso a saúde, educação, trabalho, salário, transporte e previdência social. O pilar estava na política do pleno emprego: o Estado devia enfatizar políticas de geração de emprego, com o objetivo de criar o vínculo social necessário para a estabilidade, a coesão social e a democracia.

No âmbito político, esse modelo representou uma resposta das economias capitalistas para criar uma sociedade menos vulnerável às crises do sistema e aos apelos do socialismo, que cresceram em todo o mundo depois da Segunda Guerra Mundial. Os defensores desse modelo afirmavam que um Estado que atendesse às reivindicações por direitos de cidadania da classe trabalhadora produziria funcionários mais dispostos e empenhados. O Estado de bem-estar social seria, portanto, fruto de um pacto social entre as diferentes classes sociais e os partidos políticos para priorizar a manutenção da democracia.

No final da década de 1960, esse modelo começou a sofrer críticas diante da inadequação dos gastos públicos com a previdência, causados pelo aumento do desemprego e pela recessão econômica mundial, que culminou na crise do petróleo de 1973. Apesar das reprovações, ainda permanece como modelo de Estado em alguns países da Europa, sobretudo na Dinamarca, na Noruega e na Suécia.

Sugestão

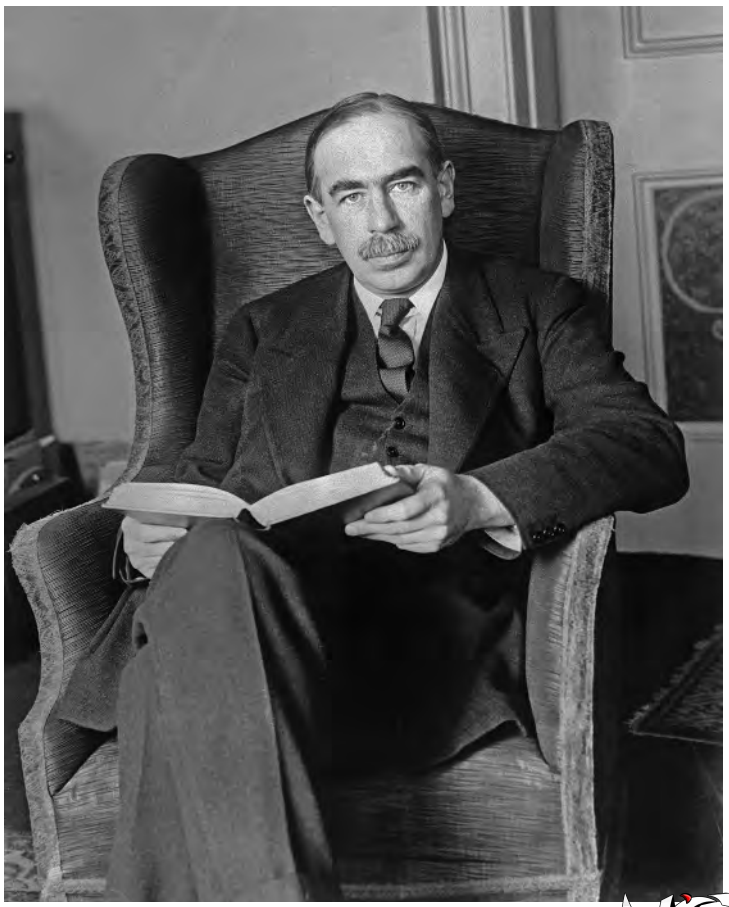
Felicidade

Bent Greve. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

Segundo o autor, professor de ciências sociais na Dinamarca, a felicidade é elemento constitutivo de uma boa sociedade. Por isso, nessa obra, por meio da investigação de questões referentes à análise do Estado de bem-estar social e ao cotidiano dos indivíduos, ele discorre sobre como o conceito de felicidade pode contribuir para compreender aspectos fundamentais da sociedade contemporânea e colaborar na elaboração de políticas públicas.

Imagens em contexto

Após a Segunda Guerra Mundial, diversos países da Europa adotaram a teoria como prática de governo, com o objetivo de reestruturar as economias internas e atender às diferentes demandas sociais. Keynes acreditava que o Estado interventor seria o grande agente dos avanços econômicos e sociais.



BETTMANN ARCHIVE/GETTY IMAGES

O economista John Maynard Keynes, em Londres, no Reino Unido. Fotografia de 1929.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sugestão

A dama de ferro

Direção: Phyllida Lloyd. Reino Unido e França, 2011. 105 minutos.

Esse filme trata da biografia de Margaret Thatcher, considerada a primeira-dama do neoliberalismo. Embora centrado na vida pessoal da personagem, o filme apresenta momentos políticos cruciais do Reino Unido durante o período em que Thatcher esteve no cargo de primeira-ministra, além da insatisfação popular com suas medidas.

Classificação indicativa de *A dama de ferro*: 12 anos.

Estado neoliberal

Na década de 1980, os Estados Unidos e o Reino Unido implementaram grandes mudanças em sua estrutura econômica com o argumento de que o Estado de bem-estar social não foi eficaz na redução da pobreza e na distribuição de renda. Segundo essa visão, as melhorias ocorridas resultaram das riquezas produzidas pelos países, e não da política de bem-estar social. Os governos de Margaret Thatcher, no Reino Unido, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, foram os precursores dessa crítica e da reestruturação desse modelo de Estado.

Margaret Thatcher foi primeira-ministra do Reino Unido, pelo Partido Conservador, entre 1979 e 1990. Em seu governo, ela implantou uma política orientada pela desregulamentação da economia, pela diminuição dos gastos públicos com educação, habitação e previdência social, pela privatização das empresas estatais e pela flexibilização das leis trabalhistas. Nos Estados Unidos, Ronald Reagan, que permaneceu no governo entre 1981 e 1989, assumiu postura semelhante à de Thatcher: reduziu a intervenção do Estado na economia e cortou gastos públicos e impostos.

Os teóricos dessa corrente, como o economista austríaco Friedrich Hayek e o economista estadunidense Milton Friedman, respectivamente autores de *O caminho da servidão*, publicado em 1944, e *Capitalismo e liberdade*, lançado em 1962, foram denominados neoclássicos ou neoliberais. Eles afirmavam que a separação entre economia e política seria o caminho para a prosperidade econômica, conduzida pela diminuição progressiva da participação estatal na economia.

MIKE SARGENT/AFP/GETTY IMAGES

A primeira-ministra do Reino Unido, Margaret Thatcher, e o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, em Washington, Estados Unidos. Fotografia de 1987.

Ocupação simbólica de Wall Street

Em setembro de 2008, um importante banco de investimentos nos Estados Unidos decretou falência, impactando fortemente o sistema financeiro mundial. Em decorrência das perdas financeiras, as falências se multiplicaram e, consequentemente, o desemprego aumentou. Diante da crise instalada, contrariando os princípios do Estado liberal, o governo estadunidense resolveu despender bilhões de dólares para auxiliar os bancos. Na tentativa de conter a crise, o mesmo foi feito por países europeus.

Alguns anos depois, os efeitos da crise ainda eram sentidos, e alguns governos começaram a adotar medidas de **austeridade** (política econômica implementada para reduzir déficits orçamentários públicos por meio de cortes de gastos), provocando manifestações populares em vários países europeus (Espanha, Portugal, Grécia, França e Itália) e nos Estados Unidos. Os manifestantes ocuparam praças e ruas para denunciar as falhas do sistema financeiro internacional e as desigualdades econômicas e sociais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A vez da direita

A partir de 2010, os especialistas passaram a identificar uma mudança política na América do Sul. Sucedendo governantes alinhados à esquerda, candidatos de partidos de direita elegeram-se à presidência em países como Argentina (Mauricio Macri, em 2015), Chile (Sebastián Piñera, em 2018) e Brasil (Jair Bolsonaro, em 2018). A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, em 2017, deu amplitude a esse fenômeno. Em grande medida, renasceu um discurso conservador em relação aos costumes, a temas como imigração e direitos de minorias e aos princípios econômicos do neoliberalismo.

Sociedades contra o Estado

O Estado se organiza de diferentes maneiras. Entre aqueles que estudam e analisam as variadas formas de poder, de política e de Estado, não há unanimidade teórica nem conceitual. O debate sobre o tipo de Estado que deve ser adotado ou rejeitado pelas diversas sociedades é antigo, mas persiste. Também se questiona se o Estado é necessário e se todas as sociedades precisam dessa instituição política.

Por meio de trabalhos etnográficos, antropólogos verificaram que o Estado não é a única forma que as pessoas utilizam para se organizar. Nos outros modos de organização política, é comum indivíduos assumirem papéis sociais de líderes ou representantes ou funções de mais responsabilidade que os demais nas comunidades.

Um relevante estudo etnográfico sobre as composições sociais de grupos indígenas sul-americanos é apresentado na obra *A sociedade contra o Estado*, de 1974, do antropólogo francês Pierre Clastres. Ao questionar o pensamento evolucionista da Europa dos séculos XIX e XX, o pensador contesta o conceito de Estado como ponto definitivo de evolução e avanço. Segundo sua abordagem, o Estado não é necessário para uma formação social consistente. De acordo com suas reflexões, as sociedades não hierárquicas apresentam mecanismos culturais que impedem ativamente o aparecimento de pessoas de comando. Assim, esses grupos sociais não estão evoluindo em direção à estatização, pois se caracterizam como sociedades "contra o Estado". Na análise de Clastres, a dinâmica cultural dessas sociedades dificulta a centralização do poder em um órgão ou pessoa. O antropólogo concluiu, portanto, ser possível a existência de sociedades sem as características coercitivas do Estado.

Imagens em contexto

Os Aché, uma das populações estudadas por Clastres, são uma etnia indígena falante de idioma da família Guarani que vive na região oriental do Paraguai.

A reflexão proposta por esse antropólogo nos faz repensar as formas de organização das sociedades contemporâneas. Trata-se de um contraponto significativo para aprofundar a compreensão sobre a temática de poder, política e Estado, e conhecer alternativas válidas para projetos de transformação política e social.

JORGE SAENZ/AP PHOTO/IMAGEPLUS

Membros da população Aché em marcha exigindo a titulação de terras ancestrais, em Assunção, no Paraguai. Fotografia de 2021.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Algumas formas históricas de Estado moderno

O quadro a seguir apresenta uma síntese de aspectos econômicos, políticos e sociais característicos dos tipos históricos de Estado estudados anteriormente.

Formas históricas do Estado moderno

Estado absolutista	Estado liberal	Estado nazifascista	Estado socialista	Estado de bem-estar social	Estado neoliberal
Economia: mercantilismo; controle total da economia.	**Economia:** capitalismo concorrencial; *laissez-faire, laissez-passer* (economia autorregulada pelo mercado); crescente monopolização do mercado.	**Economia:** de mercado e regulada pelo Estado de forma autoritária.	**Economia:** planificada e regulada pelo Partido Comunista.	**Economia:** de mercado regulada pelo Estado de forma democrática.	**Economia**: de mercado com progressiva exclusão do Estado (Estado mínimo).
Política: centralização da estrutura de governo (Forças Armadas, Judiciário, tributação); indistinção entre o público e o privado.	**Política:** separação entre o público e o privado; soberania popular; Estado mínimo garante direitos individuais (segurança, propriedade, liberdade).	**Política:** projeto totalitário expansionista; ideologia de direita (exaltação da tradição).	**Política:** projeto de participação política da classe trabalhadora; ideologia de esquerda; desvio burocrático; conflito entre classe dirigente e dissidentes.	**Política:** projeto social-democrata: investimentos, distribuição de renda e serviços para garantir os direitos e o bem-estar da população; ideologia de centro (controle dos conflitos do capitalismo mediante garantia dos direitos sociais e ampliação do acesso ao mercado de consumo).	**Política:** retorno das teorias liberais; desregulamentação dos direitos trabalhistas; economia conduz a política por meio do poder das grandes corporações; proclamação do fim das ideologias.
Sociedade: conflito entre estamentos: burguesia nascente × clero e nobreza. Eventos que marcam seu fim: Revolução Francesa e Revolução Industrial.	**Sociedade:** conflitos entre as classes trabalhadora e capitalista. Evento que marca seu enfraquecimento: Primeira Guerra Mundial (conflito entre nações imperialistas).	**Sociedade:** redução dos direitos civis e políticos. Evento que marca seu fim: Segunda Guerra Mundial.	**Sociedade:** atraso tecnológico em comparação às sociedades capitalistas a partir da década de 1970. Evento que marca seu enfraquecimento: queda do Muro de Berlim.	**Sociedade:** ampliação dos direitos sociais e do consumo de bens. Eventos que marcam seu enfraquecimento: choque do petróleo em 1973 e crise fiscal.	**Sociedade:** redução dos direitos trabalhistas; baixo investimento na área social; consumidores × cidadãos. Evento que marca seu enfraquecimento: crises econômicas sistêmicas (1995, 1998, 2000, 2008, 2011).

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Explique as principais diferenças entre o Estado absolutista e o Estado liberal no que diz respeito à economia e à política.
2. Identifique as principais características do Estado nazifascista e do Estado socialista no que se refere a política, economia e sociedade.
3. Considerando o processo de transformação do mundo do trabalho na contemporaneidade, analise e compare a posição do Estado de bem-estar social e a do Estado neoliberal diante das mudanças em curso.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

TRABALHO COM FONTES

Max Weber e o conceito de dominação

Os conceitos weberianos são fundamentais para a ciência política e as ciências humanas de maneira geral. Leia o texto em que ele caracteriza os três tipos de dominação estudados nesse capítulo.

1. A vigência da legitimidade

§ 1. Segundo a definição já dada (capítulo 1, § 16), chamamos "dominação" a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas.

[...]

§ 2. Há três tipos *puros* de dominação legítima. A vigência de sua legitimidade pode ser, primordialmente:

1. de caráter *racional*: baseada na crença na legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação (dominação legal), ou

2. de caráter *tradicional*: baseada na crença cotidiana na santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam a autoridade (dominação tradicional) ou, por fim,

3. de caráter *carismático*: baseada na veneração extracotidiana da santidade, do poder heroico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por esta reveladas ou criadas (dominação carismática).

No caso da dominação baseada em estatutos, obedece-se à *ordem impessoal*, objetiva e legalmente estatuída e aos *superiores* por ela determinados, em virtude da legalidade formal de suas disposições e dentro do âmbito de vigência destas. No caso da dominação tradicional, obedece-se à *pessoa* do *senhor* nomeada pela tradição e vinculada a esta (dentro do âmbito de vigência dela), em virtude de devoção aos hábitos costumeiros. No caso da dominação carismática, obedece-se ao *líder* carismaticamente qualificado como tal, em virtude de confiança pessoal em revelação, heroísmo ou exemplaridade dentro do âmbito da crença nesse seu carisma.

[...]

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. v. I. p. 139 e 141.

VINI CAPIOTTI/ARQUIVO DA EDITORA

Ilustração artística para fins didáticos representando uma interação entre patrão e funcionário. Baseada em normas públicas e regimentos privados, a relação entre patrão e empregado é um exemplo de dominação legal, racional ou burocrática.

ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO.

1. **Com base nos trechos do livro de Max Weber, explique as diferenças entre os três tipos de dominação.**
2. **Cite e explique um exemplo de dois tipos de dominação.**
3. **Identifique e caracterize duas figuras contemporâneas que exercem dominação carismática. Justifique suas escolhas.**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividades

RESPONDA NO CADERNO.

1. O debate sobre poder, política e Estado é fundamental para o entendimento das ciências sociais. São comuns a análise e o estabelecimento de relação direta dos três eixos temáticos apenas com o campo institucional – do Legislativo, do Executivo e de partidos políticos. No entanto, sua abrangência é mais extensa e compreende uma complexidade maior de relações.

Sobre as relações de poder, pode-se afirmar que:

a. resumem-se à esfera pública, na qual as decisões são direcionadas aos partidos políticos.

b. o poder é concebido com base no consenso, ou seja, na convergência de posicionamento político.

c. o poder econômico apresenta-se de maneira isolada, não havendo nele interferência do poder estatal.

d. as relações entre amigos, parentes, professores e estudantes, pais e filhos, patrões e empregados são permeadas por questões políticas e de poder.

e. a eleição é o momento em que a disputa pelo poder político se intensifica, sendo negligenciada a questão ideológica.

2. Analise a imagem.

BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL, BRASÍLIA

Capa da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Considerando as discussões sobre os tipos puros de dominação propostas por Max Weber, indique o tipo de dominação representado no documento retratado.

3. Ao longo do capítulo, foram apresentadas as diferentes formas históricas do Estado moderno. Indique quais são as principais características do Estado de bem-estar social e do Estado neoliberal no que se refere a economia, política e sociedade.

4. Leia o texto do economista francês Thomas Piketty e faça o que se pede.

> Não é preciso dizer que a fronteira entre aquilo que pode pertencer às entidades privadas e aquilo que não pode muda substancialmente no tempo e no espaço, como ilustra de modo extremo o caso da escravidão. A mesma afirmativa pode ser feita para o ar, o mar, as montanhas, os monumentos históricos, o conhecimento. Certos interesses privados gostariam de poder possuí-los, às vezes alegando um intuito de promover a eficácia, e não somente de satisfazer seus próprios interesses. Contudo, não há como assegurar que isso coincida com o interesse geral.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 84.

Baseando-se na formulação do economista, demonstre como um sistema político pode equilibrar a distribuição de poder econômico em uma sociedade.

5. John Locke foi um filósofo inglês que refletiu sobre a relação entre Estado e sociedade civil, influenciando, com seus estudos, a organização do Estado moderno. Sobre as vantagens de um governo, ele afirmou:

> [...] carece o estado de natureza de um juiz conhecido e imparcial, com autoridade para solucionar todas as diferenças de acordo com a lei estabelecida. Pois sendo cada um, nesse estado, juiz e executor da lei da natureza ao mesmo tempo, e por serem os homens parciais em favor de si próprios, a paixão e a vingança tendem a levá-los muito longe, e com ardor demasiado, em seus próprios pleitos, da mesma forma que a negligência e a indiferença os tornam demasiado descuidados quando se trata de terceiros.

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 496-497.

Considere o trecho citado e relacione as vantagens apresentadas por Locke com a dominação racional-legal, característica do Estado moderno.

6. Do final da década de 1970 até 2015, a China implementou a Política do Filho Único, uma medida que visou frear a alta taxa de natalidade da época, que ocasionava o avanço populacional no país, hoje o segundo mais populoso do mundo. Por razões culturais, a preferência era por filho do sexo masculino:

> A política chinesa causou um grande impacto na conjura social, econômica e nas dinâmicas familiares do país. [...] Além do desiquilíbrio sexual e problemas econômicos, a estrutura familiar sofreu modificações [...]. Na tentativa de se esquivar da política [...], muitas famílias escondiam e não declaravam suas filhas, o que fez com que [elas] não conseguissem o acesso à educação, saúde e a um bem estar social.

MENIN, Lígia Valentina C.; BILLIG, Osvaldo Alencar. A Política do Filho Único na China e seus impactos socioculturais. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 8, n. 8, p. 603-623, 2022. p. 620.

Faça uma pesquisa sobre essa política e redija uma reportagem, demonstrando suas consequências e associando-a ao conceito de biopolítica estudado no capítulo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

7. Sob a orientação do professor, a turma irá realizar um debate com *flashcards*, cartões criados para comunicar informações. O objetivo do debate é propor respostas para a seguinte questão-problema:

Como incentivar a participação política e democratizar o exercício do poder no contexto do Estado moderno?

Sigam estes passos.

a. Primeiro, a turma será organizada em dois grupos. O primeiro grande grupo será dividido em três subgrupos, cada qual com um estudante-líder. O segundo grande grupo irá formar uma plenária.

b. Cada subgrupo irá responder por escrito à questão-problema. Terminado o prazo estabelecido pelo professor, cada estudante-líder apresentará à turma a resposta elaborada pelo seu subgrupo.

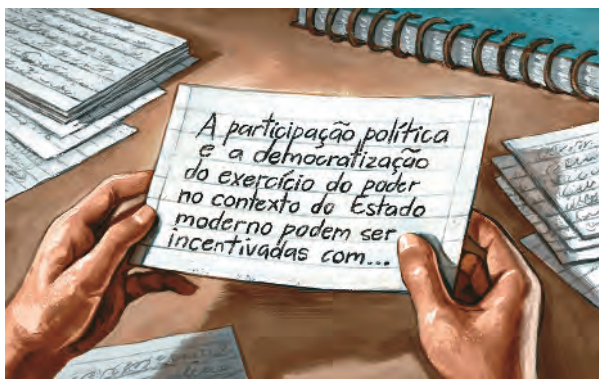
c. Após a primeira rodada de apresentações, cada estudante-líder terá 1 minuto para contestar ou demonstrar acordo com as respostas dos outros subgrupos.

d. Terminado esse debate, cada membro da plenária deverá elaborar seu *flashcard*, apresentando a resposta que lhe pareceu mais adequada.

e. Após essa etapa, os membros da plenária deverão se dividir em três subgrupos, e cada subgrupo deverá redigir, coletivamente, um pequeno parágrafo justificando seu voto. O parágrafo deverá compor um novo *flashcard*.

f. Ao final dessa etapa, todos os estudantes deverão entregar seus *flashcards* com seus nomes neles.

g. Após a entrega, façam uma rodada de avaliação dialogada entre estudantes e professor com impressões sobre a atividade.



VINI CAPIOTTI/ARQUIVO DA EDITORA

Representação artística de um *flashcard* para fins didáticos.

Enem e vestibulares

8. (Unioeste-PR)

Max Weber (1864-1920) afirma que:

Devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território [...], reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2006. p. 56.

Identifique a alternativa correta, a respeito do significado da afirmação de Weber.

a. Para Weber, no caso do Estado contemporâneo, apenas seus agentes podem utilizar a violência de modo legítimo dentro dos limites do seu território.

b. O Estado foi sempre o único agente que pode utilizar legalmente a violência com o consentimento dos cidadãos – a violência dos pais contra os filhos, por exemplo, sempre foi ilegal.

c. Atualmente, o Estado é o único agente que utiliza a violência (ameaças, armas de fogo, coação física) como meio de atingir seus fins – assim a segurança de todos os cidadãos está garantida.

d. Outros grupos também podem utilizar a violência como recurso – por exemplo, as empresas privadas de vigilância – independentemente da autorização legal do Estado.

e. Todos os cidadãos reconhecem como legítima qualquer violência praticada pelos agentes do Estado contemporâneo – por exemplo, quando a polícia usa balas de borracha contra grevistas.

9. (UFPR-PR)

O poder, exercido de forma celular, está presente nas microrrelações sociais.

ARAÚJO, Silvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. **Sociologia**: um olhar crítico. São Paulo: Contexto, 2009. p. 143.

Essa afirmação das autoras está presente na discussão sobre o poder na sociedade moderna. Em que medida a forma de poder celular a que elas se referem se diferencia das formas tradicionais de poder?

10. (UEL-PR)

Apenas 3,5% dos jovens têm acesso ao ensino superior. Diante da demanda social para ampliar os índices de acesso ao ensino superior o Estado poderia:

I. expandir as vagas no setor público melhorando a infraestrutura, o número de bolsas para estudantes sem recursos suficientes e/ou que tenham mérito acadêmico.

II. expandir as vagas no setor privado dando auxílio público para pessoas comprovadamente pobres, fortalecendo o mercado da educação.

III. garantir as vagas em instituições estatais para a permanência de todos os estudantes, coibindo e, às vezes proibindo, o desenvolvimento de mercados livres na área da educação.

Identifique a alternativa que contém os tipos de Estado que proporiam as soluções I, II e III, respectivamente:

a. Estado socialista; Estado absolutista; Estado liberal.

b. Estado absolutista; Estado do bem-estar social; Estado liberal.

c. Estado liberal; Estado socialista; Estado do bem-estar social.

d. Estado socialista; Estado do bem-estar social; Estado liberal.

e. Estado do bem-estar social; Estado liberal; Estado socialista.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 6

Governo e participação política

Diariamente, é possível obter na mídia informações sobre a política no Brasil, sendo que parte dessas informações envolve casos de corrupção. As pessoas ficam indignadas, mas quase sempre desconhecem as relações de poder por trás desse fenômeno e seus impactos para a sociedade.

Para compreender as consequências dos acontecimentos políticos no cotidiano, este capítulo vai abordar as formas e os sistemas de governo. Vai analisar, ainda, o sistema eleitoral brasileiro e as formas de participação política. As expressões históricas da democracia no Ocidente e a qualidade da democracia brasileira também serão motivos de reflexão.

As formas de organização do Estado moderno

Aristóteles, na obra *Política*, de IV a.C., definia três formas de bom governo: monarquia (governo de um só), aristocracia (governo de um pequeno grupo) e *politeia* (governo constitucional da maioria). A **forma de governo** é o meio pelo qual é instituída a relação entre governantes e governados (estruturas e relações de poder), e a monarquia e a república são duas formas de governo.

Originalmente, a **monarquia** era o governo de um só, podendo ser definida como o Estado dirigido segundo a vontade de um indivíduo: o rei. Com diversas particularidades, esse sistema foi predominante na Europa até meados do século XVIII. Nesse tipo de governo, o cargo de chefe de Estado é hereditário e **vitalício**. Seguindo as transformações promovidas pela Revolução Francesa e o pensamento liberal, hoje as monarquias são, em sua maioria, limitadas e constitucionais: o poder do soberano é restrito, e o monarca deve aceitar o papel e a ação de outros órgãos, como o Parlamento.

A forma republicana de governo é oposta à monárquica. A ideia de república como forma de governo remonta à Antiguidade, mas a forma moderna de **república** é uma conquista concretizada com a Revolução Francesa e se destaca pela rejeição a governos aristocráticos ou oligárquicos. Nessa forma de governo, o chefe de Estado geralmente é eleito por períodos determinados. Assim, em um Estado republicano deveria ocorrer alternância de poder e igualdade formal entre os cidadãos. É importante ressaltar, contudo, que há muitas repúblicas não democráticas, marcadas por regimes ditatoriais.

Vitalício: que dura a vida toda.

ARTHUR EDWARDS/WPA POOL/GETTY IMAGES

O rei Charles III e a rainha Camilla em cerimônia no Parlamento em Londres. O Reino Unido é uma monarquia parlamentarista. Fotografia de 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sistemas de governo

Todo país independente é soberano para escolher seu sistema de governo, ou seja, como organiza suas instituições e como elas devem se relacionar. As repúblicas democráticas adotam um destes sistemas: o presidencialismo ou o parlamentarismo. Neles, é determinada uma relação de hierarquia entre os poderes Executivo e Legislativo, estabelecendo-se na constituição a função de cada poder e o modo como vão interagir. Assim, a forma e o sistema de governo resultam da história de cada nação e das relações de poder entre grupos.

No Brasil, o sistema e a forma de governo foram decididos em 1993 por meio de um plebiscito, cuja realização foi determinada pela Constituição de 1988. Por meio da consulta feita diretamente ao povo, para decidir se o país manteria a república, retornaria à monarquia, ou iria aderir ao parlamentarismo, foi confirmado o sistema de república presidencialista.

O presidencialismo

No **sistema presidencialista**, elege-se um presidente, direta ou indiretamente, para um mandato de período determinado, durante o qual ele exerce a função executiva, acumulando a chefia do Estado e do governo. O Poder Executivo se concentra no presidente, que tem como função escolher os ministros, gestores das diferentes políticas públicas. Existe independência entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, uma vez que a constituição deles é separada já na origem, isto é, a eleição dos representantes de cada um é independente, fato que confere ao chefe do Executivo uma posição de autonomia política perante os demais poderes.

O parlamentarismo

Diferentemente do que ocorre no presidencialismo, no **sistema parlamentarista**, há forte interação entre o Executivo e o Legislativo. Tal relação é fundada na distinção entre o chefe de Estado (monarca ou presidente) e o chefe de governo (chanceler ou primeiro-ministro). Nesse regime, quem governa é o Parlamento, por meio do gabinete formado pelo primeiro-ministro e pelos demais ministros. O primeiro-ministro é eleito para exercer a função de chefe de governo e depende da maioria parlamentar para tomar as decisões. A relação entre Executivo e Legislativo é marcada pelo princípio da responsabilidade ministerial e pelo direito de dissolução.

O **princípio da responsabilidade ministerial** refere-se à demissão do governo em caso de retirada de confiança (voto de desconfiança) por parte do Parlamento. O **direito de dissolução** – por meio do qual se pode dissolver o Parlamento e convocar eleições – representa a contrapartida da responsabilidade ministerial, ou seja, possibilita a ação do governo sobre o Parlamento, evitando que este seja manipulado por partidos políticos majoritários.

As formas (monarquia e república) e os sistemas (presidencialismo e parlamentarismo) de governo podem ser combinados: monarquia parlamentar (adotada pelo Reino Unido, pela Suécia e pelos Países Baixos), república presidencialista (vigente no Brasil, na Argentina e nos Estados Unidos, por exemplo) e república parlamentar (aplicada na Alemanha e na Itália).

Organização do gabinete ministerial no sistema parlamentarista

ADILSON SECCO/ARQUIVO DA EDITORA

Fontes: Bobbio, Norberto; Metteucci, Nicola Pasquino, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1998; BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**. Fragmentos de um dicionário político. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sugestão

Representantes de quem?

Jairo Nicolau. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

Por que alguns candidatos a deputado são eleitos com menos votos do que outros, que não se elegem? Por que o voto de um eleitor de Roraima vale nove vezes o voto de um eleitor paulista? Essas e outras perguntas são respondidas pelo cientista político Jairo Nicolau nessa obra de linguagem acessível que explica o funcionamento do sistema representativo brasileiro.

Unicameralismo e bicameralismo

O Parlamento ou o Congresso formado apenas por um órgão legislativo, sem divisões, é chamado **unicameral**. É o caso dos parlamentos da Grécia e de Portugal. No **bicameralismo**, ocorre a divisão do Legislativo, como no Brasil (Câmara dos Deputados e Senado Federal) e nos Estados Unidos (Câmara dos Representantes e Senado).

No caso brasileiro, a divisão do Legislativo tem origem na Constituição de 1824, outorgada por dom Pedro I. O Senado, cujos parlamentares são eleitos pelo voto majoritário, tem a função de representar os estados-membros no Congresso Nacional; a Câmara dos Deputados, cujos integrantes são eleitos pelo voto proporcional, representa a população. Em 2024, havia 513 deputados federais e 81 senadores.

Formas de participação política: os partidos

Como os indivíduos participam do poder político nas democracias ocidentais? Os partidos políticos são a forma mais comum de agregar pessoas com os mesmos interesses para defendê-los publicamente. Instrumentos importantes para que haja pluralidade e debate mínimos, os partidos possibilitam a defesa de diferentes pontos de vista, princípio básico da democracia. Tais entidades estão em permanente tensão na luta pelo poder institucionalizado. Por isso, muitas vezes, são referidos como partidos de "oposição" (que contestam) ou de "situação" (que apoiam).

O sistema dos partidos influi na configuração do poder, uma vez que interfere na formação do governo e no regime da separação dos poderes. Conheça a tipologia básica desse sistema.

- **Monopartidário**. Nesse tipo de sistema, o poder está concentrado no comitê dirigente do partido ou em seu secretário-geral. Um exemplo é o Partido Comunista Chinês.
- **Bipartidário**. No sistema bipartidário, atuam apenas dois partidos. O bipartidarismo pode ser real, quando existem apenas dois partidos que hegemonizam as disputas eleitorais, como nos Estados Unidos e no Reino Unido, ou formal, quando há interdição legal de existência de outras agremiações, como aconteceu no Brasil entre 1965 e 1979, com a formação da Aliança Renovadora Nacional e do Movimento Democrático Brasileiro.
- **Multipartidário**. Nesse sistema, vários partidos disputam as esferas governamentais, como vem ocorrendo no Brasil após a redemocratização.

Imagens em contexto

Na arquitetura criada por Oscar Niemeyer, a cúpula côncava, à esquerda, representa o caráter reservado que caracteriza o Senado, em oposição à cúpula convexa, à direita, que representa o caráter aberto e ampliado do debate que a Câmara dos Deputados deve assumir.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ALEJANDRO ZAMBRANA/SHUTTERSTOCK

Congresso Nacional, casa do Poder Legislativo brasileiro, em Brasília, Distrito Federal. Fotografia de 2022.

Os sistemas eleitorais

A existência de partidos políticos requer o estabelecimento de regras pelas quais os representantes são escolhidos. Ao conjunto de regras, damos o nome de **sistema eleitoral**. A legislação eleitoral disciplina as eleições e estabelece normas, datas e horários para sua realização. Em geral, as regras são diferentes para a disputa de cargos do Executivo (presidente, governador e prefeito) e do Legislativo (senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores). A disputa por cargos pode ser feita mediante sistemas majoritários ou proporcionais.

Nos **sistemas majoritários**, elege-se o candidato nominalmente mais votado. Com isso, esse formato possibilita uma base sólida para a formação do governo, pois há tendência de menos divisão dos votos entre os diferentes partidos concorrentes.

Já nos **sistemas proporcionais**, as vagas são ocupadas proporcionalmente aos votos válidos destinados ao candidato ou partido, e a quantidade de eleitos é definida por meio de um cálculo: o quociente eleitoral. Esse formato possibilita a expressão eleitoral dos mais diferentes segmentos sociais, incluindo os grupos minoritários.

No Brasil, atualmente, os cargos do Executivo e do Senado Federal são preenchidos mediante votação majoritária. Já os cargos do Legislativo, com exceção do Senado, são preenchidos por votação proporcional. O quadro a seguir explica como é feita a distribuição das vagas para o Senado Federal. Considere o exemplo de três partidos (A, B, C) disputando 9 cadeiras na Câmara.

ODS 16

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

Nas eleições legislativas proporcionais, é possível votar em um candidato, nominalmente, ou em uma legenda. Com base nas informações do quadro sobre o funcionamento do voto proporcional, responda às questões.

1. Qual é o impacto de cada uma dessas formas de voto no resultado eleitoral?
2. A divisão das vagas nas eleições proporcionais aumenta ou diminui a importância dos partidos políticos? Por quê?

Brasil: distribuição de vagas no sistema eleitoral proporcional

Passo 1	Passo 2	Passo 3	Passo 4	Resultado final
Conheça o **total de votos válidos**. Hipoteticamente, vamos adotar o número 2.700, assim dividido: **Partido A: 400** **Partido B: 1.100** **Partido C: 1.200**	Calcule o **quociente eleitoral**, dividindo a soma de votos válidos pelo número de vagas em disputa. **2.700 ÷ 9 = 300** *Para obter ao menos 1 vaga, o partido tem de alcançar o quociente eleitoral.*	Calcule o **quociente partidário**, dividindo o número de votos de cada partido pelo quociente eleitoral. O resultado é o número de cadeiras que cabe a cada legenda. **Partido A: 400 ÷ 300 = 1** *(resultado arredondado)* **Partido B: 1.100 ÷ 300 = 3** *(resultado arredondado)* **Partido C: 1.200 ÷ 300 = 4**	Calcule quem fica com a **vaga que sobrou**, dividindo o número de votos de cada legenda pelo número de vagas já obtidas mais 1. Ganha a vaga quem obtiver o maior resultado. No caso, o partido B. **A: 400 ÷ (1 + 1) = 200** **B: 1.100 ÷ (3 + 1) = 275** **C: 1.200 ÷ (4 + 1) = 240**	**A: 1 vaga** **B: 4 vagas** **C: 4 vagas**

Fontes: BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral**. Glossário eleitoral. [202-]. Disponível em: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/glossario; BURLE, Sílvio. Como funciona o Congresso Nacional. **Agência Senado**, 9 set. 2014. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/09/09/como_funciona_o_Congresso_Naciona. Acessos em: 3 out. 2024.

O sistema eleitoral regula os métodos pelos quais os candidatos que concorrem à eleição são escolhidos. Esses métodos podem ser o voto em lista fechada, o voto em lista aberta ou o voto distrital. Pelo **sistema de lista fechada**, o partido apresenta uma lista preordenada de candidatos à eleição, e cabe ao eleitor votar na lista, e não em um candidato individual. Pelo **sistema de lista aberta**, o partido seleciona seus candidatos, que disputam livremente o voto do eleitor. Pelo **sistema distrital**, cada membro do Legislativo é eleito individualmente de acordo com os limites geográficos de um distrito eleitoral pela maioria dos votos (simples ou absoluta). O sistema eleitoral brasileiro é o de lista aberta.

Além disso, o sistema eleitoral é caracterizado por alta fragmentação partidária, o que dificulta a formação de maiorias estáveis no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais. Além disso, incentiva negociações e alianças que possibilitem ao Executivo governar. Por causa dessa característica, o regime político do país é chamado de "presidencialismo de coalizão", expressão formulada pelo cientista político Sérgio Abranches e que será detalhada no final do capítulo.

OBJETO DIGITAL Carrossel de imagens: O direito ao voto

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Democracia

O conceito de **democracia** como "poder do povo" começou a ser usado na Grécia antiga, aproximadamente no século VI a.C. O termo tem origem na palavra grega *demokratia*, composta dos vocábulos *demos* ("povo") e *kratos* ("poder"). A democracia é, portanto, um regime político que envolve a participação direta ou indireta da população por meio da criação de fóruns de debate público na forma de assembleias e, modernamente, da realização de eleições regulares para os cargos administrativos dos países, estados e municípios.

No entanto, o exato significado de "poder do povo" depende do período histórico e da sociedade que se tem como referência, bem como de diferenças conceituais e ideológicas. Ao longo da história, o atributo de cidadão, por exemplo, já foi exclusivo de proprietários de terras, de homens brancos, de homens letrados e de homens e mulheres adultos.

Nos dias atuais, existem diferentes concepções de democracia. Há os que defendem a ideia de democracia como algo que diz respeito apenas à esfera política institucional (envolvendo o direito de votar e de ser votado, por exemplo). Outros a associam também a áreas da vida econômica (incluindo o direito de participar da definição do orçamento público de certa localidade), social (abrangendo a proposição de leis e mecanismos que possam garantir o acesso da população a direitos como moradia, saúde e educação) e cultural (abarcando a possibilidade de opinar sobre a instalação de aparatos de cultura, como teatros e cinemas, e de lazer, como parques e praças). Essas diferenças demonstram que as concepções de democracia sofrem influência de diversos matizes ideológicos.

Quais seriam, então, as características necessárias para um governo democrático? É bastante difundida, na sociedade brasileira, a ideia de que todos os indivíduos devem ter direitos e deveres iguais, quaisquer que sejam sua classe social, seu gênero e sua etnia. Mas o que parece tão óbvio é também um dilema das sociedades contemporâneas, em que diversos segmentos precisam lutar por reconhecimento e aceitação, bem como pelo atendimento de suas necessidades básicas.

O conceito de povo como coletividade, que compartilha direitos e deveres considerados essenciais, começou a ser empregado no período histórico denominado Idade Contemporânea (que começou com a Revolução Francesa, no fim do século XVIII). A democracia como governo de todos – "do povo, pelo povo e para o povo" – foi concebida quando os seres humanos passaram a ser considerados juridicamente iguais.

Deve-se ressaltar que a democracia não é o sistema político predominante na história. Desde sua formulação, em Atenas, até o século XIX, poucos governos a adotaram. No século XXI, a ampliação da participação popular tem ocorrido como resposta às lutas de diferentes grupos excluídos do processo de tomada de decisão política. Constitui, portanto, uma conquista de diversos segmentos da população, e não uma concessão da classe dominante.

Charge de Quinho, publicada no *Correio Braziliense*, em 28 de janeiro de 2023.

Sugestão

A democracia

Renato Janine Ribeiro.
São Paulo: Publifolha, 2008.

Com linguagem clara, os capítulos do livro apresentam, de modo sucinto, organizado e reflexivo, as bases da democracia, bem como a construção da democracia moderna e dos direitos humanos, apontando os desafios e os obstáculos enfrentados pelos regimes democráticos contemporâneos.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Explique a mensagem comunicada pela charge.
2. Em que medida a Constituição Federal brasileira está relacionada à proteção da democracia?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Expressões históricas da democracia no Ocidente

Ao longo de sua trajetória, o pensamento democrático modificou-se, incorporando e abolindo diferentes elementos, e pode-se dizer que três expressões da democracia – a direta, a representativa e a participativa – tiveram lugar na história ocidental.

Democracia direta

Na democracia clássica, em Atenas, todos aqueles que fossem considerados cidadãos podiam e deviam participar da criação e da manutenção de uma vida em comum. *O demos* ("povo") era a autoridade soberana para exercer funções legislativas e judiciárias, ou seja, a cidadania ateniense requeria a participação direta dos cidadãos nos assuntos da pólis ("cidade").

A virtude cívica, princípio de compromisso de todos os atenienses, implicava dedicação à cidade republicana e subordinação da vida privada aos assuntos públicos e ao bem comum. De acordo com esse modelo, o conceito de cidadão está associado à participação, pois cada um interfere diretamente nos interesses do Estado. Na prática, o exercício da **democracia direta** consiste na discussão, sem intermediários, das principais questões de interesse comum.

Na Grécia antiga, os cidadãos se reuniam em assembleia na ágora, praça pública onde deliberavam leis, impunham sanções etc. Esse modelo, entretanto, dificilmente seria possível em comunidades mais numerosas do que as das cidades-Estado gregas, nas quais o conceito de cidadão era aplicado a um número restrito de pessoas.

Democracia representativa

O conceito moderno de democracia representativa foi elaborado e ganhou força com as revoluções burguesas da Europa entre os séculos XVII e XIX – fundado sobretudo nos ideais iluministas de liberdade e reconhecimento da razão – e com a independência dos Estados Unidos, no século XVIII. O pilar desse modelo é a noção de soberania popular, efetivada pelo exercício do voto.

Outras instituições políticas foram criadas e tornaram-se indispensáveis para caracterizar um regime como democrático: a separação dos poderes, a igualdade de todos perante as leis, a livre manifestação do pensamento e a cidadania.

Na **democracia representativa**, as deliberações coletivas não são realizadas diretamente pelos cidadãos, mas por representantes – pessoas eleitas para tal finalidade. A participação dos cidadãos é indireta, periódica, formal e se expressa por meio das instituições eleitorais e dos partidos políticos.

Desde o final do século XX, em diversos países, incluindo o Brasil, o modelo representativo passou a ser questionado, uma vez que, em muitos casos, os representantes eleitos pelo voto popular agiam em defesa de interesses próprios e/ou de grupos dominantes.

Países que passaram por processos revolucionários de caráter socialista no século XX, tal como a China, construíram as chamadas "democracias populares", que se constituem em experiências distintas dos modelos das democracias liberais ocidentais. Esses países organizam-se por meio de assembleias populares que elegem representantes nos diversos níveis de poder, desde as localidades mais distantes até o poder central.

ANDRE DIB/PULSAR IMAGENS

Manifestação de povos indígenas na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, Distrito Federal. Fotografia de 2021. O direito à manifestação é um aspecto da democracia.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Democracia participativa

Em muitos países ocidentais, como os da América Latina, a democracia representativa não foi suficiente para que os governos agissem de acordo com os interesses da maioria dos cidadãos. Como alternativa para superar as deficiências desse sistema, um novo modelo foi proposto, o da **democracia participativa**, em que se procuram ampliar a participação cidadã nos assuntos públicos e reduzir a distância entre representantes e representados.

A democracia participativa é exercida com uso de mecanismos por meio dos quais se busca evitar que a representatividade seja somente um método de composição do governo, promovendo práticas que possibilitem a participação dos atores sociais não integrantes da política institucional.

Apesar de não ser amplamente adotado, esse sistema pode propiciar uma ação política mais igualitária, baseada em grande número de grupos sociais, que, articulados em rede, contribuem para orientar as ações governamentais, a fim de atender às necessidades da maioria dos cidadãos.

Um dos mecanismos desse modelo de democracia é o orçamento participativo, adotado para sujeitar o uso dos recursos municipais à opinião pública. Por meio de reuniões comunitárias, coletam-se propostas, votam-se prioridades, e, com base nessas emendas, elabora-se a Lei Orçamentária Anual, que depois é encaminhada ao Poder Legislativo para votação. Nesse caso, a sociedade civil preenche espaços antes ocupados por uma elite burocrática, muitas vezes distante da realidade da população local e que atendia a outros interesses.

PAULO PEPE/ASCOM/CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sexta Conferência Nacional de Saúde Indígena, em Brasília, Distrito Federal. Fotografia de 2022. As conferências temáticas são um espaço de caráter participativo para a construção de políticas públicas de âmbito nacional.

Imagens em contexto

A Sexta Conferência Nacional de Saúde Indígena reuniu cerca de dois mil indígenas para debater o tema "Atenção diferenciada, vida e saúde nas comunidades indígenas". O objetivo do evento era atualizar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, redefinindo diretrizes e determinando as particularidades étnicas e culturais no modelo de atenção à saúde dos povos indígenas, sobretudo no contexto de vulnerabilidade desses povos originários, decorrente de invasão de seus territórios pela mineração, pelo avanço do garimpo ilegal e pela contaminação do solo por mercúrio.

Os dados da pesquisa realizada pelo Instituto Ipsos foram retirados de: BRAMATTI, Daniel. 94% dos eleitores não se veem representados por políticos. **UOL**, 13 ago. 2017. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2017/08/13/94-dos-eleitores-nao-se-veem-representados.htm. Acesso em: 2 jan. 2024.

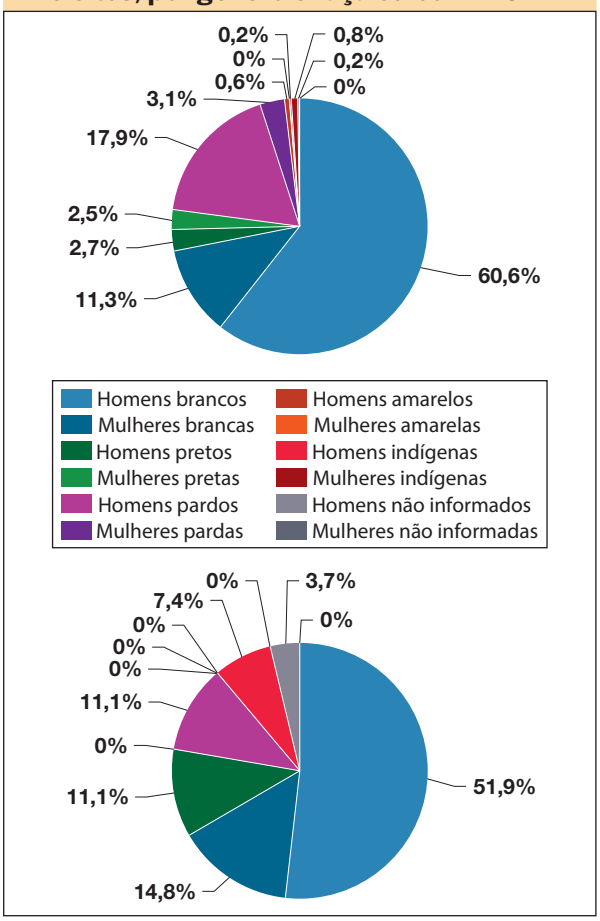
EM PAUTA

Crise de representatividade na política brasileira

Em 2017, uma pesquisa do Instituto Ipsos revelou que 94% dos brasileiros não se sentiam representados pelos candidatos em que votaram nas eleições. Os números evidenciaram que, mesmo em uma democracia representativa, a população não se via refletida nos espaços de decisão política. Analise o texto e os gráficos a seguir.

> Com a Constituição Federal de 1988, a ampliação sem precedente histórico do direito ao sufrágio, além de incluir milhões de pessoas anteriormente deixadas à margem do processo eleitoral (por exemplo, os analfabetos), garantiu que extensa parcela da população efetivamente pudesse escolher seus representantes e participar de decisões públicas [...] tais avanços democráticos representaram inegável avanço em prol de uma sociedade mais justa e igualitária no Brasil. Tais diretrizes, de indubitável impacto na redução da desigualdade, têm sido limitadas na prática por uma representação política que não reflete a face da população brasileira. Com isso, um grupo político majoritariamente masculino, branco e rico tem influência desproporcional na agenda política brasileira.
>
> NASCIMENTO, Jefferson. **Democracia inacabada**: um retrato das desigualdades brasileiras: 2021. São Paulo: Oxfam Brasil, 2021. p. 10.

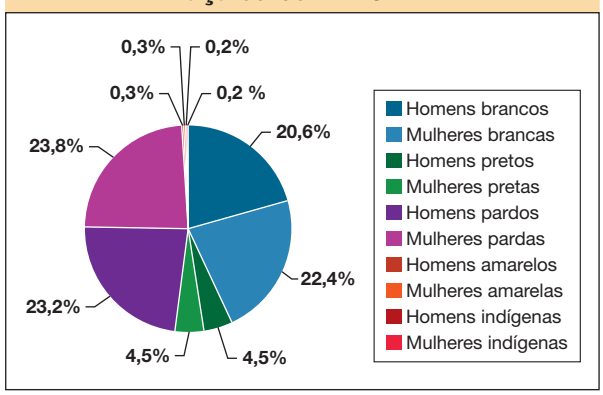
Brasil: deputados federais e senadores eleitos, por gênero e raça ou cor – 2022



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Estatísticas de votação. **Portal do TSE**, Brasília, DF, 16 jul. 2024. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/home. Acesso em: 5 ago. 2024.

Brasil: população por gênero e raça ou cor – 2021



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html. Acesso em: 21 ago. 2024.

ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO.

1. Em que perfil populacional há mais desproporção entre o volume demográfico e a representação?
2. Que ações podem ser adotadas para alterar esse cenário, assegurando maior na representatividade?
3. Com base em suas respostas às questões anteriores, elabore uma publicação de sensibilização pública sobre a importância da representatividade na política brasileira.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Teoria democrática moderna

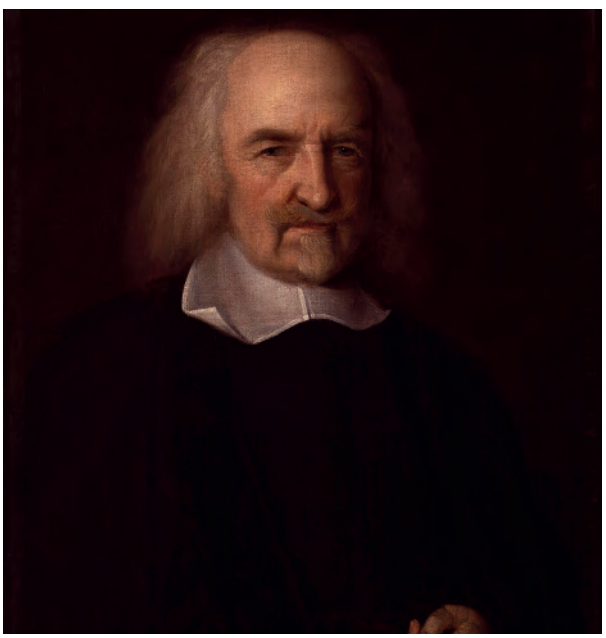
Em meados do século XVI, surgiu na Europa a ideia de autonomia do indivíduo, que deu origem ao individualismo e ao liberalismo político. A concepção de democracia que se desenvolveu com base nesses princípios assumiu características bastante diferentes daquelas elaboradas na Grécia antiga.

Se antes a democracia estava diretamente ligada à ideia de igualdade, em sua versão do século XVI passou a vincular-se primordialmente à liberdade. De acordo com as ideias então divulgadas, o principal dilema político fundamentava-se na limitação do poder do soberano (que, às vezes, confundia-se com o Estado) e na ampliação das liberdades individuais (como o direito de dispor de propriedade material e de defender-se judicialmente). Até hoje, grande parte do debate político tem como tema a defesa dos ideais liberais ou a crítica a eles.

Segundo Thomas Hobbes, para a constituição e o funcionamento de uma sociedade, seria necessário que os indivíduos cedessem seus direitos naturais – direitos inerentes à condição humana, que cada indivíduo possui antes da constituição de qualquer sociedade civil ou governo. Na concepção do autor, esses direitos derivam do instinto de autopreservação, isto é, do impulso de preservar sua própria vida. Hobbes entendia que os seres humanos, **em estado de natureza**, isto é, compartilhando do direito a tudo o que existia, em razão de não haver limitação legal, tendiam a agir pela força e pela violência para conseguir o que desejavam, e isso acabaria provocando uma guerra contínua entre todos.

De acordo com Hobbes, para disciplinarem a si mesmos e garantirem o bem-estar físico e material da coletividade, seria necessário que os indivíduos firmassem um **contrato social** regulado por uma autoridade soberana. A noção de contrato social fazia referência ao acordo entre os membros de um grupo, pelo qual reconheciam igual autoridade de um conjunto de regras, de um regime político ou de um governante sobre todos. O governo deveria ser exercido em nome desse contrato social, e não para a realização da vontade pessoal do soberano. O poder absoluto, defendido por Hobbes, justificava-se, portanto, pela transferência dos direitos do indivíduo ao soberano.

Ainda segundo Hobbes, a humanidade preferiria manter a paz a viver em guerra, pois, apesar de buscar individualmente o poder, a glória, a riqueza e a proteção da própria vida em detrimento da dos demais, predominaria no indivíduo o medo da morte. Movido, simultaneamente, pelo impulso das paixões e da razão, o ser humano (e não Deus, como se acreditava até então) teria criado o Estado para a própria defesa e proteção.



JOHN MICHAEL WRIGHT - GALERIA NACIONAL DE RETRATOS, LONDRES

Thomas Hobbes retratado em pintura de John Michael Wright, 1669-1670.

Imagens em contexto

A obra mais famosa de Hobbes é *Leviatã*, de 1651, que trata da estrutura da sociedade organizada. Recebeu esse título em referência a um monstro marinho de mesmo nome mencionado na Bíblia. Na obra de Hobbes, esse monstro de grandes proporções é uma metáfora do Estado, pois concentra em suas mãos todo o poder. A intenção não era retratá-lo como um ser despótico, mas, antes, como a *persona* que concentra o poder absoluto, ou seja, o soberano. Para Hobbes, é necessário haver um soberano (na figura de um indivíduo ou de um grupo) para que se cumpra o contrato social, a fim de garantir o bem-estar físico e material e de evitar a guerra de todos contra todos. Hobbes estabelece, portanto, um intercâmbio entre representado e representante, no qual a vontade do soberano é a vontade de todos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Liberdade e igualdade no liberalismo político

No século XVII, outro filósofo inglês, John Locke, apresentou uma reflexão bem diferente da proposta por Hobbes. Para ele, o poder soberano deveria permanecer nas mãos dos indivíduos, que seriam os melhores juízes dos próprios interesses. Caberia ao governante retribuir a delegação de poderes ao assegurar os direitos naturais à vida, à liberdade e à propriedade privada. Assim, o contrato social teria como função garantir os direitos naturais a todos os cidadãos. Esse pensamento constitui um dos fundamentos do liberalismo político.

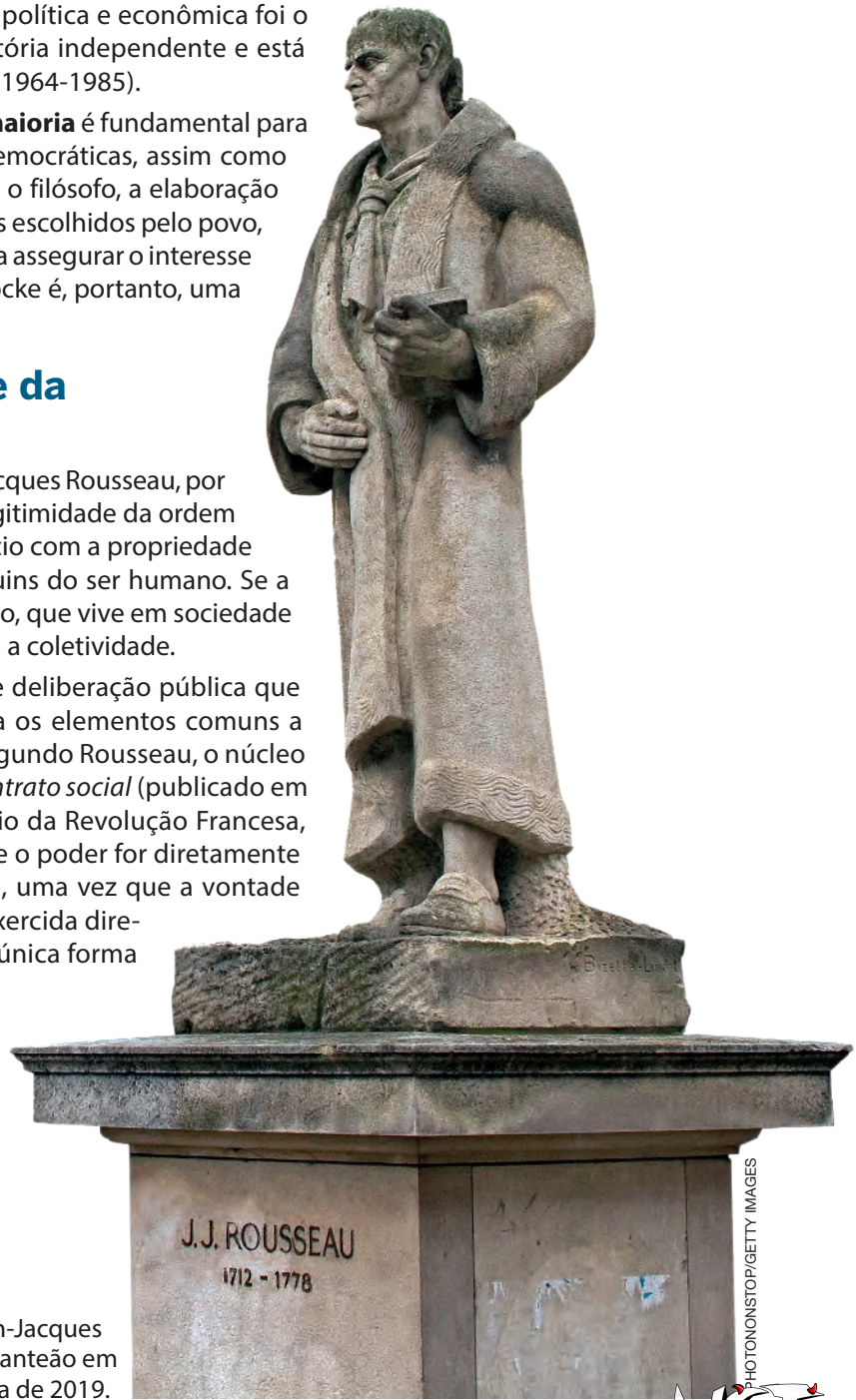
As ideias defendidas por Locke tinham relação direta com o processo de ascensão da burguesia inglesa ao poder político. Por isso, em suas propostas eram valorizados elementos que representavam a visão de mundo desse grupo social, o que aproximava a política da economia. O **liberalismo político** foi a base sobre a qual se assentaram as concepções mais difundidas de Estado democrático que se tornaram dominantes a partir dos séculos XVIII e XIX com a queda do Antigo Regime e com a independência das colônias europeias. Além disso, o modelo liberal de organização política e econômica foi o adotado no Brasil na maior parte de sua história independente e está vigente desde o fim da ditadura civil-militar (1964-1985).

Na análise de John Locke, o **princípio da maioria** é fundamental para o funcionamento das instituições políticas democráticas, assim como as leis, que devem valer para todos. Segundo o filósofo, a elaboração das leis precisa estar a cargo de representantes escolhidos pelo povo, que devem exercer o papel de legisladores para assegurar o interesse da maioria. O regime político proposto por Locke é, portanto, uma democracia representativa.

O problema da legitimidade da ordem política

Já o escritor e filósofo político suíço Jean-Jacques Rousseau, por sua vez, preocupou-se com o problema da legitimidade da ordem política. Para ele, a desigualdade que teve início com a propriedade privada é a causa de todos os sentimentos ruins do ser humano. Se a vontade do indivíduo é particular, a do cidadão, que vive em sociedade e tem consciência disso, deve ser voltada para a coletividade.

A participação política é, portanto, ato de deliberação pública que organiza a vontade geral, ou seja, interpreta os elementos comuns a todas as vontades individuais. Esse é, pois, segundo Rousseau, o núcleo do conceito de soberania. Em seu livro *Do contrato social* (publicado em 1762), uma das obras que marcaram o ideário da Revolução Francesa, Rousseau afirma que o povo só é soberano se o poder for diretamente exercido por ele, sem representação política, uma vez que a vontade geral não pode ser representada, mas, sim, exercida diretamente. Para Rousseau, a vontade geral é a única forma legítima de autoridade e de ato político.



Estátua de Jean-Jacques Rousseau, no Panteão em Paris. Fotografia de 2019.

PHOTONONSTOP/GETTY IMAGES

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Contratualismo

Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, os três pensadores citados como os pioneiros da teoria democrática moderna, são considerados filósofos contratualistas. O **contratualismo** foi uma escola de pensamento por meio da qual foram concebidas diferentes teorias sobre a natureza humana e a formação da sociedade civil. Para os contratualistas, os seres humanos viviam em um estado em que apenas seus instintos e suas qualidades intrínsecas serviam de mediadores para as ações. Entendendo o Estado civil como uma entidade fabricada, esses pensadores buscavam compreender como e em que circunstâncias foram criadas as leis e as regras institucionais que regulam a vida das pessoas em comunidade.

Tripartição dos poderes

Na obra *O espírito das leis*, publicada em 1748, o filósofo e político francês Charles-Louis de Secondat, o barão de Montesquieu, afirmou que a igualdade na democracia dificilmente seria garantida de maneira plena. Partindo do princípio de que seria necessário controle externo para que os sistemas políticos funcionassem bem, esse pensador defendeu a criação de regras estabelecendo limites aos detentores do poder a fim de manter a liberdade dos indivíduos. Para que isso fosse alcançado, propôs a divisão do Estado em três poderes, com funções independentes: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

De maneira resumida, cabem ao **Poder Legislativo** as funções de fiscalizar o Poder Executivo; votar leis de interesse público nas instâncias municipal, estadual e federal; e, em situações específicas, julgar autoridades como o presidente da república e os membros do Parlamento. Nos moldes da constituição de um país, o **Poder Executivo** tem por atribuições governar a nação e administrar os interesses públicos, colocando em prática políticas e leis que garantam o acesso da população a seus direitos. Por fim, o **Poder Judiciário** é exercido por juízes, que têm a capacidade e a prerrogativa de julgar atos e condutas com base nas regras constitucionais e nas leis elaboradas pelo Poder Legislativo.

A democracia, na perspectiva de Montesquieu, seria garantida pelo equilíbrio entre os três poderes, o que asseguraria liberdade aos indivíduos. A liberdade, porém, só existiria com moderação, o que equivaleria a fazer tudo o que as leis permitissem (pois, se um cidadão pudesse fazer tudo o que as leis proibissem, não teria liberdade, uma vez que todos poderiam fazer o mesmo).

Imagens em contexto

Na fotografia, ao fundo, localiza-se a Praça dos Três Poderes, composta, à esquerda, pelo Palácio do Planalto, ao centro, pelo Congresso Nacional e, à direita, pelo prédio do Supremo Tribunal Federal. A estrutura arquitetônica reforça a ideia de Montesquieu de que, na democracia moderna, o poder de Estado deve estar dividido em três poderes (Executivo, Judiciário e Legislativo).

ROSALBA MATTA-MACHADO/SHUTTERSTOCK

Vista da Esplanada dos Ministérios em Brasília, Distrito Federal. Fotografia de 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Teoria democrática contemporânea

A partir do século XIX, a teoria democrática começou a ser desenvolvida com base no confronto entre duas doutrinas políticas: a liberal e a socialista. A seguir, vamos examinar as diferentes concepções de democracia relacionadas a essas correntes.

Liberalismo e democracia

O **liberalismo** defende as limitações dos poderes governamentais, protegendo os direitos econômicos, políticos, religiosos e intelectuais dos membros da sociedade. Para os pensadores liberais, o poder do Estado deve ser limitado. De acordo com eles, a democracia somente é alcançada com a mínima interferência possível do Estado e das leis nesses direitos.

Segundo alguns pensadores, como o francês Alexis de Tocqueville e o inglês John Stuart Mill, a única estrutura democrática compatível com o Estado liberal seria a democracia representativa. De acordo com Tocqueville, diante do reconhecimento da igualdade dos seres humanos, a homogeneização das classes tenderia a promover o isolamento dos cidadãos e seu desinteresse pela participação política. Assim, à medida que as virtudes públicas perdessem relevância e que os cidadãos deixassem de se interessar pela política, poderia ascender um Estado autoritário, que colocaria em risco as liberdades fundamentais. Tocqueville não se opôs à centralização política, o que considerava inevitável, mas à centralização administrativa, que, de acordo com ele, comprometeria a liberdade. Contra isso, somente a interposição de "corpos intermediários", formados pela associação de cidadãos em organizações, poderia evitar o despotismo.

É relevante para o debate sobre a democracia o **princípio do dano**, de Stuart Mill. De acordo com esse princípio, cada indivíduo tem o direito de agir como quiser, desde que suas ações não prejudiquem outras pessoas. Se a ação afeta diretamente apenas a pessoa que a realiza, a sociedade em tese não tem o direito de intervir, mesmo que o indivíduo esteja se prejudicando. Contudo, se os indivíduos promovem algo ruim para si mesmos ou para sua propriedade, podem indiretamente prejudicar a coletividade, já que ninguém vive isolado, devendo, por isso, ser impedidos de fazê-lo. Stuart Mill isenta desse princípio aqueles que são incapazes de se governar.

Em síntese, todo o processo de democratização ocorrido nos Estados liberais democráticos consistiu em uma transformação mais quantitativa do que qualitativa do regime representativo. O avanço da democracia nesses regimes, portanto, orientou-se em duas direções: no alargamento gradual do direito do voto e na multiplicação dos órgãos representativos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ACERVO/AGÊNCIA O GLOBO

Imagens em contexto

No Brasil, as mulheres conquistaram o direito ao voto com o Código Eleitoral de 1932. Nas teorias liberais, em um regime representativo, o alargamento gradual dos direitos políticos é um indicativo do processo de ampliação da democracia.

Uma mulher vota no primeiro pleito após o voto feminino ser instituído, em uma seção na Rua das Laranjeiras, no Rio de Janeiro. Fotografia de 1933.

Socialismo e democracia

As concepções de democracia diferem muito, e não há unanimidade em relação aos métodos que asseguram a construção de um sistema democrático sólido. Para a doutrina socialista, o sufrágio universal – ou seja, o direito de todo cidadão participar ativamente das eleições, podendo eleger seus representantes e ser eleito – é apenas o ponto inicial do processo de democratização do Estado, enquanto para o liberalismo é o ponto de chegada. Nos últimos séculos, essas duas concepções balizaram as discussões e as disputas pelo poder nos Estados ocidentais.

Diante da consolidação do Estado liberal no século XIX e do agravamento dos problemas sociais, sobretudo da desigualdade econômica, foram elaboradas propostas alternativas ao sistema capitalista, e a que mais ganhou destaque foi a socialista. De acordo com os socialistas, o capitalismo é o gerador das desigualdades sociais contemporâneas, e somente com sua superação é possível encontrar novas formas de organizar a vida social.

Karl Marx e Friedrich Engels, no século XIX, acreditavam que um governo democrático seria inviável em uma sociedade capitalista, uma vez que a regulação democrática da vida não poderia se realizar com as limitações impostas pelas relações capitalistas de produção. Seria necessário, portanto, mudar as bases da sociedade para que houvesse uma política democrática. Para esses dois pensadores alemães, os defensores dos princípios que protegem a liberdade dos indivíduos e o direito à propriedade tratam as pessoas como iguais apenas formalmente. Marx reconhece o movimento em favor do sufrágio universal e de igualdade política como um passo importante, mas, segundo esse autor, seu potencial emancipador está limitado pelas desigualdades de classe. Desse modo, as democracias liberais estão cerceadas pelo capital privado, que restringe sistematicamente as opções políticas.

Na passagem do século XIX para o XX, outros importantes teóricos do socialismo, como Antonio Gramsci (1891-1937) e Rosa Luxemburgo (1871-1919), afirmaram que o aprofundamento do processo de democratização ocorreria de dois modos: por meio da crítica à democracia representativa (e da retomada de alguns temas da democracia direta) e pela ampliação da participação popular e do controle do poder por meio dos chamados "conselhos operários".

De acordo com esses teóricos, a diferença crucial entre a democracia dos conselhos e a democracia representativa está no fato de que os defensores da primeira reconhecem ter havido um deslocamento dos centros de poder, que passaram, na sociedade capitalista, dos órgãos tradicionais do Estado para as grandes empresas. Dessa forma, o controle que o cidadão pode exercer por meio dos canais tradicionais da política institucional não é suficiente para impedir os abusos de poder. O controle deve acontecer, portanto, nos locais em que ocorre a produção, e seu protagonista é o trabalhador real, não o cidadão abstrato da democracia formal representativa.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

FINE ART IMAGES/HERITAGE IMAGES/GETTY IMAGES

A teórica Rosa Luxemburgo, na Alemanha. Fotografia de cerca de 1908.

Imagens em contexto

Rosa Luxemburgo foi uma filósofa e economista polonesa-alemã que também desenvolveu militância e atuação política como membro do Partido Social-Democrata da Alemanha. Importante personalidade socialista de sua época, estudou a luta de classes no sistema capitalista, as revoluções, o protagonismo da classe trabalhadora e foi uma grande defensora da democracia socialista. Também se destacou por rejeitar ideias colonialistas, nacionalistas, racistas e de desvalorização das mulheres.

Pluralismo e outras correntes atuais

Na metade do século XX, formou-se a corrente pluralista, cujos representantes, sobretudo o cientista político estadunidense Robert Dahl, não procuraram estabelecer uma definição abstrata e teórica da democracia, mas, por meio da observação de experiências de sistemas políticos, estipularam alguns requisitos primordiais: eleição de funcionários, votações justas e frequentes, liberdade de expressão, fontes diversificadas de informação, autonomia para associações e cidadania inclusiva.

Com base nesses critérios, Dahl propõe uma tipologia de categorização de regimes políticos, tendo como objetivo analisar o grau de democratização de cada um deles. Essa classificação leva em conta dois eixos: participação política e contestação. O eixo de **participação política** considera o grau que os cidadãos podem participar do processo político (votando, filiando-se a partidos, candidatando-se, expressando opiniões, participando de manifestações etc.). Já o eixo de **contestação** considera a capacidade de diferentes grupos de competir pelo poder (avaliando a presença de competição ou disputa entre diferentes grupos, partidos ou indivíduos). A partir da combinação entre esses dois eixos, Dahl propõe uma matriz de classificação para avaliar como os regimes se organizam em torno da interação entre quem pode participar e como o poder pode ser disputado, que prevê quatro tipos de regimes:

- **hegemonias fechadas** – regimes em que não há disputa de poder, e a participação política é limitada;
- **hegemonias inclusivas** – regimes em que não há disputa de poder, mas ocorre participação política;
- **oligarquias competitivas** – regimes em que há disputas de poder, mas com limitada participação política;
- **poliarquias** – regimes em que há disputas de poder e participação política ampliada.

O economista austríaco Joseph Schumpeter criticou as teorias clássicas de democracia, sobretudo por causa da relação estabelecida entre democracia e **soberania popular**. Para ele, a definição clássica de democracia baseia-se em duas ideias incapazes de resistir a uma análise realista: a existência do bem comum e a universalidade da racionalidade dos indivíduos. De acordo com Schumpeter, a unidade da vontade geral, que constituiria o bem comum, e a racionalidade dos indivíduos são mitos, uma vez que as pessoas não conseguem definir coerentemente suas preferências diante da influência da propaganda e de outros métodos de persuasão.

Soberania popular: doutrina pela qual o Estado está sujeito à vontade das pessoas, que são a fonte de todo o poder político. Esse princípio está consagrado na Constituição de 1988.

Dessa forma, Schumpeter rompeu com a ideia de democracia como exercício da soberania popular e propôs esse regime como um tipo de arranjo institucional (de governos) para a tomada de decisões políticas. Segundo o autor, o impedimento provocado pela irracionalidade das massas deveria ser superado: a participação popular na política deveria ser reduzida, e as atribuições político-administrativas, ficar a cargo das elites eleitas. Como se pode perceber, essa postura é polêmica, já que Schumpeter propôs a redução da participação popular.

Contrário a essa visão, Crawford Brough Macpherson, um cientista político canadense, sustentou a ideia de que a liberdade e o desenvolvimento individual só poderiam ser alcançados plenamente com a participação direta e contínua dos cidadãos na regulação da sociedade e do Estado. Macpherson defendia uma transformação estruturada em um sistema que combinasse partidos competitivos e organizações de democracia direta, criando uma base real para a existência da democracia participativa. Para que esse modelo pudesse se desenvolver, no entanto, seria necessário que os partidos políticos adotassem princípios e procedimentos de democracia direta, complementados e controlados por organizações geridas por pessoas comuns, em seus locais de trabalho e nas comunidades.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A democracia no Brasil

A história da democracia brasileira inicia-se com o fim da monarquia e o início da república em 1889 e com a promulgação da segunda constituição brasileira em 1891. Essa constituição instituiu a separação dos poderes, o federalismo e o sufrágio direto sem exigência de renda mínima. Até então, existia no Brasil o chamado voto censitário, ou seja, o voto era direito de apenas um grupo de pessoas com determinadas condições econômicas. A democracia recém-inaugurada no país, no entanto, ainda manteve grandes restrições à participação política, em especial para mulheres e analfabetos. Para entender como a democracia em vigor nos dias de hoje se consolidou, é importante destacar algumas características desse processo.

O período colonial brasileiro (1500-1822) foi marcado pela exploração por Portugal, que não tinha nenhum interesse em construir no Brasil uma sociedade organizada. Segundo o sociólogo brasileiro Oliveira Viana, o Brasil era formado por vários núcleos privados e independentes, e cada um tinha sua própria vida econômica, jurídica e moral. Desenvolveu-se nesses núcleos privados um individualismo de natureza caótica, sem identificação com a ordem pública, o que impossibilitava a constituição de uma sociedade moderna. Essa leitura que compreendia o Brasil como um território fragmentado e com elites locais comandando de forma privativa a "coisa pública" levou o autor a defender a criação de um Estado forte e centralizado capaz de forjar um sentimento de pertencimento público e encerrar os vínculos privados.

Seguindo a preocupação de entender a formação da sociedade e do Estado brasileiro, o historiador Sérgio Buarque de Holanda, no capítulo "O homem cordial", do livro *Raízes do Brasil*, publicado em 1936, explica que um dos traços do brasileiro é a propensão a sobrepor as relações familiares e pessoais às relações profissionais ou públicas. Sendo assim, tenderia a rejeitar a impessoalidade dos sistemas administrativos em que o público é mais importante que o indivíduo (ou o privado). O autor enfatiza uma característica marcante do modo de ser do brasileiro: as dificuldades de cumprir ritos sociais que são rigidamente formais e de separar, com base em uma racionalização desses espaços, o público e o privado. Para o autor, a predominância da **cordialidade** teria um impacto negativo sobre a democracia do país, na medida em que o Estado, como defendido por ele, deveria ser imparcial e neutro; com uma repulsa ao ritualismo legal por parte do brasileiro com seu "jeitinho", a democracia teria dificuldades em enraizar-se.

F. CÍCERO/FOLHAPRESS

O escritor e historiador Sérgio Buarque de Holanda em seu escritório, na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 1982.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O coronelismo

Durante o período da história conhecido como Primeira República, o desafio da democracia esbarrava na divisão do país em domínios comandados por "coronéis", que colocavam em xeque a validade e a legitimidade das leis. Entre as abordagens clássicas sobre o coronelismo, destaca-se o estudo de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto*, de 1949. Para ele, o coronelismo ocorre quando o poder público mantém e privilegia os antigos chefes locais (poder privado). As bases políticas desse sistema eram garantidas pelas relações estabelecidas entre os chefes locais (denominados "coronéis"), os antigos presidentes das províncias (que, na República, passaram a ser denominados governadores dos estados) e representantes do poder central (União), em geral deputados federais e senadores.

As relações entre o coronel e o eleitorado rural baseavam-se no "voto de cabresto". Victor Nunes Leal afirma que a população era submetida aos mandos e desmandos dos coronéis. As pessoas do campo viviam em estado de pobreza, sem possibilidade de alfabetização nem acesso à informação. A dependência e as relações de favor colocavam a população rural em estado de subserviência.

Qualquer tipo de manifestação contrária era fortemente reprimida pela figura do **jagunço** ou da própria polícia, sempre a mando do coronel. O processo eleitoral era viciado pelas fraudes em larga escala, entre outros motivos pela inexistência do voto secreto, e o resultado das eleições era sempre previsível. Mais do que expressar as preferências dos eleitores, as eleições serviam para legitimar o controle do governo pelas elites políticas.

Jagunço: nome dado, na região Nordeste do Brasil, ao pistoleiro contratado por um mandatário (coronel) para ameaçar, punir ou matar desafetos ou inimigos políticos.

Ao longo do tempo, a democracia foi se fortalecendo no Brasil, com o estabelecimento da justiça eleitoral e a alargamento do direito ao voto. Porém, mesmo com avanços, ainda enfrentamos desafios para construir uma democracia mais representativa. Problemas como a corrupção e a falta de representatividade de certos segmentos na política diminuem sua efetividade. Além disso, hoje, principalmente nas grandes cidades, grupos criminosos, como milicianos, buscam determinar o voto dos cidadãos, reproduzindo e perpetuando, de alguma forma, a lógica do coronelismo.

Mais uma precaução, charge publicada no jornal *O Careta*, em 22 de janeiro de 1927.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Que aspecto do coronelismo está sendo problematizado na charge?
2. Caracterize o coronelismo.

Imagens em contexto

Dentre as fraudes eleitorais comuns no coronelismo usadas para manipular resultados em benefício das elites locais estava o computo de votos de pessoas já falecidas como se fossem eleitores vivos. Victor Nunes Leal chama de "bico de pena" os tipos de fraude em que as mesas eleitorais, ao fazer as atas de eleição, inventavam nomes de eleitores, ressuscitavam eleitores mortos e assinalavam o comparecimento de sujeitos ausentes.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO

Patrimonialismo, nepotismo e clientelismo

Em sua obra *Os donos do poder*, Raymundo Faoro analisa as raízes do **patrimonialismo** na formação do Estado brasileiro, destacando a influência das práticas patrimonialistas na estruturação das instituições políticas e administrativas do país. O autor enfatiza a relação de subordinação da sociedade ao Estado como marca da herança lusitana no Brasil. Como colônia, essa característica seria consequência primeiramente do processo de dominação à qual o Brasil foi submetido, sendo que a vinda da família real no começo do século XIX e a transposição das estruturas do Estado português para o Brasil reforçaram a relação subordinativa entre o Estado e a sociedade civil. O poder local e personalista teve grande influência na formação do país e resistiu por muito tempo (e ainda resiste) à centralização política do Estado e à impessoalidade exigida por ele.

O patrimonialismo tem uma relação direta com os conceitos de público e privado. O público se refere a tudo que pertence à sociedade como um todo, ou seja, não tem um único dono. O espaço público (como a rua ou a praça) pertence a todos; o mesmo ocorre com os recursos financeiros que o governo arrecada por meio de impostos. Por isso, os governantes devem tratar as coisas públicas como pertencentes a todos, sem utilizá-las segundo seus interesses individuais. No patrimonialismo, em contrapartida, grupos políticos e segmentos privados apropriam-se de recursos estatais, rompendo com a legalidade e a moralidade.

Muitas ações desempenhadas por governantes hoje em dia, que estão diretamente ligadas a essa forma de relação com a coisa pública, já são tipificadas como crime no Código Penal, como o peculato (art. 312), que ocorre quando um funcionário público utiliza o cargo para se apropriar de qualquer bem ou recurso público em proveito próprio ou de um terceiro.

No que diz respeito aos recursos públicos, os exemplos mais comuns noticiados na mídia envolvem suborno, fraude, desvio de recursos e nepotismo. O **nepotismo** se dá quando agentes públicos empregam parentes na administração municipal, estadual ou federal. O uso dos recursos públicos, desde o papel utilizado para a impressão de documentos até a realização de um atendimento médico no sistema de saúde pública, deve ter como finalidade o bem coletivo. Todo e qualquer uso de recurso público praticado sem a finalidade de promover o bem comum, ou seja, o atendimento de uma demanda da população, é um crime contra a sociedade.

Outro fenômeno de grande importância é o **clientelismo**. De maneira geral, pode-se afirmar que o clientelismo diz respeito a uma relação que envolve a obtenção de benefícios públicos (como emprego, isenções e vantagens fiscais) em troca de apoio político e voto. Com isso, retira-se a autonomia dos cidadãos de fazerem uma escolha isenta, e amplia-se a interferência do poder econômico na esfera política. Além disso, o clientelismo prioriza os interesses pessoais sobre o bem comum; perpetua situações de pobreza, miserabilidade e desigualdade social; e favorece a corrupção na administração pública. Por fim, essa prática também prejudica o desenvolvimento socioeconômico, comprometendo a implementação de políticas públicas impessoais e eficazes para beneficiar a sociedade como um todo.

Embora a prática do clientelismo possa parecer vantajosa para aquele que consegue algum favor da autoridade pública, esse benefício será, na melhor das hipóteses, pessoal e imediato. Em médio e longo prazos, a sociedade é diretamente prejudicada.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

© BENETT

Amnésia seletiva, charge de Bennet, de 2009. O patrimonialismo tem como característica a apropriação de recursos públicos em benefício privado.

Partidos políticos no Brasil

Os partidos políticos atuam como canais de expressão ao representar o povo e suas reivindicações. Com o processo de democratização da política, os partidos se tornaram meios essenciais de articulação, permitindo que os governos ficassem mais responsivos às demandas da sociedade. Assim, os partidos políticos são fundamentais para o funcionamento da democracia, pois apresentam candidatos para as eleições e articulam as demandas populares.

Diferentemente de outros países, como a França, os partidos políticos no Brasil surgiram atrelados à estrutura do Estado, ligados diretamente ao poder e dependentes dele; não emergiram da expansão do sufrágio ou da organização de classes para alcançar o poder.

Durante o império, liberais e conservadores dividiram o poder, inclusive em governos de conciliação. Na Primeira República, surgiram os primeiros partidos, ainda de caráter local, como o Partido Republicano Mineiro e o Partido Republicano Paulista, marcando o início da organização política. Em seguida, apareceram movimentos políticos nacionais inspirados em associações internacionais, como o Partido Comunista Brasileiro e a Ação Integralista Brasileira, dando início à consolidação de partidos de caráter nacional.

A partir do golpe civil-militar de 1964, a democracia é substituída por um governo autoritário que implementa um sistema bipartidário, constituído de um partido de apoio ao governo, chamado Aliança Renovadora Nacional, e outro partido de oposição ao governo, o Movimento Democrático Brasileiro.

Atualmente, o Brasil apresenta um sistema multipartidário (ou pluripartidário) com 29 partidos políticos reconhecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2024. Nesse sistema, vários partidos competem por poder e representação nas eleições. A principal defesa do multipartidarismo é que a diversidade de partidos reflete diferentes interesses sociais, econômicos, regionais e culturais, proporcionando uma representação mais abrangente da sociedade. Por outro lado, a principal crítica é que esse sistema leva à fragmentação do poder legislativo, dificultando a formação de maiorias estáveis e exigindo coalizões governamentais para assegurar a governabilidade.

Mundo: os dez países com maior número de partidos políticos – 2021

	País	Última eleição	Número efetivo de partidos na Câmara
1º	Bélgica	2019	9,7
2º	Brasil	2022	9,2
3º	Bósnia-Herzegovina	2022	9,0
4º	Colômbia	2022	8,7
5º	Holanda	2021	8,5
6º	Malásia	2022	7,7
7º	Indonésia	2019	7,5
8º	Dinamarca	2022	7,2
9º	Guatemala	2019	6,7
10º	Israel	2022	6,5

Fonte: MALI, Tiago. Brasil deixa de ter o legislativo mais fragmentado do mundo. **Poder 360**, 8 jul. 2023. Disponível em: https://www.poder360.com.br/congresso/brasil-deixa-de-ter-o-legislativo-mais-fragmentado-do-mundo/. Acesso em: 26 set. 2024.

Sugestão

Tribunal Superior Eleitoral

Disponível em: https://www.tse.jus.br. Acesso em: 2 jul. 2024.

No *site* do Tribunal Superior Eleitoral, é possível obter diversas informações sobre eleições, plebiscitos e referendos; ter acesso a estatísticas eleitorais; e conhecer mais sobre os partidos políticos existentes no Brasil.

Imagens em contexto

Até setembro de 2021, no Brasil havia 31 partidos políticos regularmente inscritos no Tribunal Superior Eleitoral. Todavia, novas regras eleitorais vigentes a partir das eleições de 2022, como o fim das coligações proporcionais e a majoração da cláusula de desempenho, têm auxiliado na redução no número de partidos, buscando tornar as legendas mais orgânicas e diminuindo os custos da governabilidade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Presidencialismo de coalizão

A expressão **presidencialismo de coalizão** foi criada pelo cientista político brasileiro Sérgio Abranches para explicar certos arranjos políticos entre Executivo e Legislativo. Essa expressão do presidencialismo é particularmente relevante em repúblicas democráticas em que há uma clara separação entre os poderes Executivo e Legislativo.

As **coalizões de governo** ocorrem quando dois ou mais partidos políticos concordam em compartilhar o exercício do poder para alcançar objetivos comuns. Elas exigem uma sintonia entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo com o objetivo de evitar crises ou desequilíbrios políticos: presidentes que falham em manter boas relações com suas bases aliadas tendem a enfrentar dificuldades em seus mandatos, às vezes resultando em processos de *impeachment*, termo inglês que significa a impugnação de um mandato. O *impeachment* é uma destituição legal, por meio de um processo no Poder Legislativo, do ocupante de cargo de presidente da república. O *impeachment* propriamente dito é de responsabilidade do Senado Federal, mas a Câmara dos Deputados precisa autorizar a instauração do processo. Se o *impeachment* for aprovado, o presidente perde o cargo e fica inabilitado por oito anos para o exercício de função pública. Nos dias de hoje, a aprovação do *impeachment* precisa do apoio de 54 senadores.

No presidencialismo de coalizão, os arranjos entre Executivo e Legislativo são fundamentais para garantir a **governabilidade**, isto é, a capacidade que um governo tem de exercer autoridade e controle, implementar políticas públicas e manter a estabilidade política.

Segundo Abranches, o presidencialismo de coalizão seria uma realidade essencialmente brasileira, na medida em que o sistema político do país consiste em uma combinação peculiar de representação proporcional, multipartidarismo e "presidencialismo imperial", ou seja, um sistema "hiperpresidencialista", caracterizado por forte concentração de poder nas mãos do presidente da república. Para o autor, as coalizões tornaram-se uma prática no país e acabam sendo uma forma de desconcentração do poder político em uma sociedade socialmente desigual e politicamente fragmentada.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Na charge, o que a imagem do cartaz associada ao título "Coalizão" comunica?
2. Qual é a relação entre a fala "10% na minha mão" e o presidencialismo de coalizão? Explique.
3. Com base no texto e na charge, infira: quais os benefícios e os riscos do presidencialismo de coalizão no Brasil?

Coalizão, charge de Benett, 2022.

© BENETT

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Da crítica ao presidencialismo de coalizão

Embora a expressão *presidencialismo de coalizão* tenha tido grande receptividade na comunidade científica e na mídia, ela não está isenta de críticas. Quais seriam seus principais problemas?

Em primeiro lugar, de modo geral o presidencialismo de coalizão é interpretado como uma espécie de "toma lá, dá cá", ou como corruptela do ideal franciscano segundo o qual "é dando que se recebe". Logo, seria um sistema instável, de alto risco, que refletiria uma situação espúria, no qual elementos como corrupção, patrimonialismo e clientelismo estariam em destaque.

Em segundo lugar, nas democracias modernas, as coalizões tendem a ocorrer sempre que o partido ao qual pertence o chefe do Poder Executivo (presidente, governador ou prefeito) não consegue maioria no parlamento (federal, estadual ou municipal). Portanto, diferentemente do que foi sugerido por Abranches, o presidencialismo de coalizão não seria uma realidade tipicamente brasileira, estando presente em diferentes governos democráticos, presidencialistas ou parlamentaristas.

Por fim, para críticos, como os cientistas políticos brasileiros Argelina Cheibub Figueiredo e Fernando Limongi, o presidencialismo de coalizão tenderia a negligenciar o papel dos regimentos internos dos parlamentos, que, em grande medida, fortalecem os líderes partidários, principalmente nas questões orçamentárias. Logo, um dos principais problemas do presidencialismo de coalizão seria a priorização das estratégias partidárias, bem como dos interesses setoriais e regionais em detrimento do bem comum, pondo ênfase na fragmentação do poder, na polarização política e na disputa entre Executivo e Legislativo pelo controle do orçamento público.

Como exemplo dessa realidade, temos as disputas entre Executivo e Legislativo em torno do orçamento público que deram origem às "emendas do relator" ou ao chamado "orçamento secreto". Implementadas em 2020, essas emendas permitiam que verbas públicas fossem destinadas para projetos de interesse de deputados ou senadores sem a devida identificação do parlamentar e sem a articulação necessária com programas partidários ou políticas governamentais. Em dezembro de 2022, o "orçamento secreto" foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

TON MOLINA/FOTOARENA

Primeiro dia do julgamento das ações sobre a legitimidade do "orçamento secreto" pelo Supremo Tribunal Federal em Brasília, Distrito Federal. Fotografia de 2022.

Imagens em contexto

De 7 a 19 de dezembro de 2022, os ministros do Supremo Tribunal Federal estiveram reunidos para julgar a legitimidade do "orçamento secreto". Por seis votos contra cinco, o orçamento foi decretado inconstitucional. No processo estavam presentes os ministros Rosa Weber, Edson Fachin, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Luís Roberto Barroso, Ricardo Lewandowski, André Mendonça, Nunes Marques, Alexandre de Moraes e Dias Toffoli.

TRABALHO COM FONTES

Democracia e desigualdades

Em 2023, o professor de ciência política da Universidade de Brasília Luis Felipe Miguel concedeu uma entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo* na qual expôs a ideia de que a democracia política estava em crise em diversos países do mundo devido ao acirramento das desigualdades sociais. Leia um trecho dessa entrevista.

[...]

No livro *Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil*, o senhor faz uma análise sobre a democracia. Qual a relação entre a crise democrática e o momento atual do Brasil?

O modelo de organização política que chamamos de democracia foi construído nos países da Europa. Em um processo longo de compromisso entre as elites e a maioria da população.

Foi um sistema que permitiu que a maioria fosse ouvida de alguma maneira no processo de tomada de decisões, ou seja, amenizava a dominação social.

Mas isso foi entrando em crise nos últimos tempos pelo mundo afora, porque os regimes democráticos passaram a cada vez menos responder às demandas da população.

[...]

A desigualdade social prejudica ou diminui o interesse pela democracia?

Sem dúvida nenhuma, porque o que está no coração da democracia é a ideia de igualdade. Quando percebemos que as desigualdades não são enfrentadas, parece que ela não está funcionando.

Depois da Constituição de 1988, iniciativas para melhorar as desigualdades foram implantadas, mas grupos começaram a obstaculizar os avanços no Brasil. O maior exemplo disso é o teto dos gastos, uma emenda constitucional que proíbe o Estado brasileiro de adotar medidas de combate às desigualdades.

Nós votamos, mas tem certas coisas que mexem com a estrutura de desigualdade que já estão proibidas de antemão. Isso desencanta as pessoas. Daí chegou alguém com discurso de "sou contra tudo e contra todos" e isso criou uma sedução.

[...]

É por isso o maior poderio da religião no sistema político? A religião está suprindo as demandas sociais?

Sim. Na verdade, temos um recuo também desse ponto de vista.

A combinação entre religião e política leva ao acirramento dos conflitos políticos. Porque os valores religiosos estão a serviço das pessoas como intocáveis, ao passo que a política exige sempre o espaço de negociação.

Nas comunidades mais pobres do Brasil, mas não só, as igrejas aparecem como aqueles espaços que dão esperança para as pessoas que não estão encontrando isso nos serviços públicos.

[...]

As pessoas se sentem ameaçadas porque os seus valores maiores estão sendo atacados. É um pânico moral, que não leva à reflexão. Ele é alimentado pelos preconceitos mais arraigados das pessoas. A homofobia, por exemplo, é um elemento central para mobilizar paixões políticas.

Isso mostra a meu ver que nesses anos de democracia só arranhamos a casca dos preconceitos e ressentimentos presentes na sociedade brasileira. [...]

MIGUEL, Luis Felipe. Homofobia é um elemento central para mobilizar paixões políticas, diz cientista político. Entrevistadores: Tayguara Ribeiro; Priscila Camazano. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 102, n. 34.265, 25 jan. 2023. Política, p. A10.

ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO.

1. Por que o entrevistado afirma que a democracia foi entrando em crise nos últimos tempos no mundo?
2. Qual é a relação que o entrevistado estabelece entre a democracia e a desigualdade?
3. A partir do excerto, depreenda: qual é o sentido da expressão **pânico moral**?

ODS 10

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Técnico em serviços públicos, gestão pública e administração pública

Desde a consolidação do Estado democrático de direito no século XVIII, o governo passou a ser exercido segundo princípios racionais. A gestão da coisa pública coube a uma estrutura burocrático-administrativa conduzida por funcionários com um saber técnico específico. Diante das especificidades do funcionamento dessa estrutura, foi necessária a formação de profissionais preparados para lidar com as regras e rituais da administração estatal.

Contemporaneamente, esses profissionais atuam em empresas de planejamento, desenvolvimento de projetos, consultoria e auditoria, organizações de sociedade civil, órgãos públicos e institutos de pesquisa.

Conheça a seguir alguns dos cursos que oferecem formação técnica e teórica associada à atuação no setor público.

- **Curso técnico em serviços públicos**. Esse curso prepara o estudante para atender o cidadão de maneira ética e eficiente; prestar apoio administrativo e de gestão de pessoas; controlar procedimentos organizacionais; executar operações decorrentes de programas e projetos de políticas públicas; interpretar legislações pertinentes à gestão pública e informações sobre cenários socioeconômico, político e jurídico da gestão pública.
- **Curso superior de tecnologia em gestão pública**. O profissional com esse curso é qualificado para fazer diagnóstico do cenário político, econômico e social da região de atuação; desenvolver e aplicar inovações científico-tecnológicas nos processos de gestão pública; planejar, implantar, supervisionar e avaliar projetos e programas de políticas públicas; planejar e implantar ações vinculadas à prestação de serviços públicos, entre outras funções.
- **Curso superior de administração pública**. Esse curso prepara o estudante para analisar a realidade brasileira de diversas óticas, utilizando métodos qualitativos e quantitativos para identificar entraves à gestão pública e planejar e executar soluções inovadoras para eles. O curso também oferece formação ética a fim de preservar a impessoalidade e a racionalidade necessárias à administração da coisa pública. A graduação em administração pública e em áreas correlatas qualifica o profissional para ocupar posições de execução e decisão na gestão pública em âmbito regional e nacional e em organismos multilaterais em âmbito internacional, melhorando a qualidade técnica e reflexiva dos serviços prestados à população.

ADRIANO KIRIHARA/PULSAR IMAGENS

Edifício da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Pernambuco, em Recife, Pernambuco. Fotografia de 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividades

RESPONDA NO CADERNO.

1. Indique as principais características das expressões históricas da democracia apresentadas no capítulo.

2. De que modo Thomas Hobbes e John Locke diferem sobre a perspectiva de soberania? Explique.

3. Jean-Jacques Rousseau influenciou a organização do Estado moderno ao refletir sobre a relação entre Estado e sociedade civil. Sobre a legitimidade do governo, ele afirmou:

> O homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros. O que se crê senhor dos demais não deixa de ser mais escravo do que eles [...].
>
> [...] A ordem social, porém, é um direito sagrado que serve de base a todos os outros. [...]
>
> [...]. Haverá sempre grande diferença entre subjugar uma multidão e reger uma sociedade. Sejam homens isolados, quantos possam ser submetidos sucessivamente a um só, e não verei nisso senão um senhor e escravos, de modo algum considerando-os um povo e seu chefe. Trata-se, caso se queira, de uma agregação, mas não de uma associação; nela não existe nem bem público, nem corpo político. [...]
>
> ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Abril, 1973. p. 28,36.

Como a ideia de que "o homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros" se relaciona com a preocupação de Rousseau sobre a legitimidade da ordem política?

4. Leia o excerto para responder à questão.

> Em seu sentido mais abrangente o termo nacionalismo designa a ideologia nacional, a ideologia de determinado grupo político, o Estado nacional [...], que se sobrepõe às ideologias dos partidos, absorvendo-as em perspectiva. O Estado nacional gera o nacionalismo, na medida em que suas estruturas de poder, burocráticas e centralizadoras, possibilitam a evolução do projeto político que visa a fusão de Estado e nação, isto é, a unificação, em seu território, de língua, cultura e tradições.
>
> BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política 2**. Brasília, DF: UnB, 1986. p. 799.

De acordo com o texto, um dos fatores que definem o discurso nacionalista é a unificação de diferentes aspectos culturais da população de um território em uma só ideologia. De que forma a exacerbação desse discurso poderia criar dificuldade para o reconhecimento da diversidade de ideias característica da democracia?

5. A representatividade é importante para a democracia? Por quê?

6. Explique como funciona o presidencialismo no Brasil atual, destacando suas características principais. Discuta as vantagens e desvantagens desse sistema, fornecendo exemplos concretos da política brasileira para ilustrar sua resposta.

7. O trecho a seguir trata do coronelismo:

> Victor Nunes insistiu que era preciso encarar o "coronelismo" enquanto um sistema de poder que perpassava todas as instâncias da república. Portanto, não era algo circunscrito ao município. Por conta disso, "coronelismo" não pode ser confundido com "mandonismo" local. Antes, o autor enxergava na decadência deste uma explicação para aquele. Era por conta da bancarrota econômica que os "coronéis" buscavam, para se manterem enquanto classe dominante, apoio em instâncias superiores ao município, iniciando a rede de compromissos. Por outro lado, o emergente estado republicano não podia prescindir do apoio desses chefes locais, sob pena de desestabilização do regime. Eis, portanto, a marca relacional profunda desse sistema chamado de "coronelismo", que atingia todos os níveis de poder. Seu signo mais emblemático talvez seja a mescla entre as esferas pública e privada, cabendo ao "coronel" o controle patrimonial dos cargos públicos locais e oferecendo como contrapartida os votos da região.
>
> BARBOZA, Pedro. Vitor Nunes Leal. **Sociedade brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, [2013]. Disponível em: https://sbsociologia.com.br/project/vitor-nunes-leal/. Acesso em: 27 jun. 2024.

Explique sucintamente o que foi o coronelismo e como ele se manifestava. Em seguida, discuta duas consequências significativas dessa prática para a sociedade brasileira.

8. Leia o excerto a seguir e argumente sobre como a disseminação de *fake news* contribui para fomentar a polarização e, consequentemente, enfraquecer a democracia.

> A polarização pode destruir as normas democráticas. Quando diferenças socioeconômicas, raciais e religiosas dão lugar a sectarismo extremo, situação em que as sociedades se dividem em campos políticos cujas visões de mundo são não apenas diferentes, mas mutuamente excludentes, torna-se difícil sustentar a tolerância.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Alguma polarização é saudável – até necessária – para a democracia. [...] No entanto, quando as sociedades se dividem tão profundamente que seus partidos se vinculam a visões de mundo incompatíveis [...], as rivalidades partidárias estáveis dão lugar a percepções de ameaça mútua. À medida que desaparece a tolerância, os políticos se veem cada vez mais tentados a [...] tentar vencer a qualquer custo. Isso pode estimular a ascensão de grupos antissistema com rejeição total às regras democráticas. Quando isso acontece, a democracia está em apuros.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. *E-book*.

9. É possível aperfeiçoar o sistema político brasileiro? Reúna-se com alguns colegas e realizem os passos a seguir.

a. Realizem uma análise documental sobre a reforma política no Brasil atual, identificando pontos que geram mais controvérsia, os atores que se posicionam contra determinadas propostas ou a favor delas e seus argumentos.

b. Pesquisem informações sobre a identidade dos autores dos textos lidos, sua formação acadêmica e área em que atuam. Priorizem textos produzidos por pesquisadores da área da ciência política que mantenham vínculo com instituições de ensino e pesquisa. Desse modo, vocês poderão traçar um panorama das principais questões relacionadas ao tema e apresentá-lo ao professor na forma de texto ou fichamento, com a indicação das fontes consultadas. Isso ajudará no desenvolvimento da argumentação durante o debate.

c. Com os resultados da pesquisa, reúnam-se com os outros grupos para discutir os limites e as possibilidades representados pelos projetos em pauta. Organizem um debate que contemple o roteiro de questões a seguir.

- A reforma do sistema político brasileiro pode ser uma solução para os problemas do país?
- Quem deveria participar da discussão sobre a reforma política: os membros do Congresso Nacional, uma constituinte composta somente para esse fim ou os próprios cidadãos, por meio de plebiscitos?
- Quais são os principais entraves para implementar uma reforma que traga mudanças efetivas para o sistema político brasileiro? **OBJETO DIGITAL** **Vídeo: Análise documental**

Enem e vestibulares

10. (Enem-Mec)

O princípio básico do Estado de direito é o da eliminação do arbítrio no exercício dos poderes públicos, com a consequente garantia de direitos dos indivíduos perante esses poderes. Estado de direito significa que nenhum indivíduo, presidente ou cidadão comum está acima da lei. Os governos democráticos exercem a autoridade por meio da lei e estão eles próprios sujeitos aos constrangimentos impostos pela lei.

CANOTILHO, José Joaquim Góes. **Estado de direito**. Lisboa: Gradiva, 1999 (adaptado).

Nas sociedades contemporâneas, consiste em violação do princípio básico enunciado no texto:

a. supressão de eleições de representantes políticos.

b. intervenção em áreas de vulnerabilidade pela Igreja.

c. disseminação de projetos sociais em universidades.

d. ampliação dos processos de concentração de renda.

e. regulamentação das relações de trabalho pelo Legislativo.

11. (Enem-Mec)

Numa democracia representativa, como é o Brasil, o direito de votar para escolha dos governantes, que irão ocupar os cargos do Executivo e do Legislativo, é um dos direitos fundamentais da cidadania. Na impossibilidade de participação direta do povo nas decisões que deverão ser tomadas a respeito de questões da máxima relevância para o interesse público, a escolha de representantes para o desempenho dessas tarefas foi o caminho encontrado para que as opções reflitam a vontade do povo.

DALLARI, Dalmo. **Em busca da democracia representativa**. Disponível em: www.jb.com.br. Acesso em: 2 fev. 2015.

Na perspectiva apontada no texto, a consolidação da democracia no Brasil baseia-se na representação popular por meio dos(as)

a. fóruns sociais.

b. partidos políticos.

c. conselhos federais.

d. entidades de classe.

e. organizações não governamentais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE 4

Conflitos e desigualdades

A avaliação do Banco Mundial sobre o ano de 2023 foi publicada em: WORLD BANK GROUP. **2023 in nine charts**: a growing inequality. Washington DC, 2023. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/feature/2023/12/18/2023-in-nine-charts-a-growing-inequality?intcid=ecr_hp_headerA_2023-12-18-EndofYearCharts. Acesso em: 3 set. 2024.

A avaliação dos conflitos armados no mundo em 2023 foi publicada em: RUSTAD, Siri Aas. **Conflict Trends: a global overview**, 1946-2023 Oslo: Prior, 2024.

O Banco Mundial denominou 2023 de "o ano da desigualdade". Diversos países que já enfrentavam o desafio de reduzir as desigualdades sociais e econômicas internas se depararam com o processo de recuperação dos danos resultantes da pandemia de covid-19, além de terem que lidar com os impactos severos das mudanças climáticas e a insegurança alimentar, o que tornou a situação ainda mais complexa.

Segundo estudo do Instituto de Pesquisa para a Paz de Oslo, 2023 também registrou o maior número de conflitos armados desde 1946. A pesquisa indicou que o nível de violência global atingiu os patamares mais elevados desde o período da Guerra Fria.

STEPHANE BIDOUZE/SHUTTERSTOCK

Funcionárias do governo protestam contra a redução do valor da aposentadoria na cidade de Bubanesvar, Índia. Fotografia de 2019. Garantir a aposentadoria das pessoas adultas que não têm mais condições de trabalhar é um dos desafios das políticas públicas na atualidade.

Esse contexto de intensificação de conflitos e acirramento das desigualdades econômicas e sociais revela a importância da implementação de políticas públicas abrangentes, que possam promover a inclusão social e elevar a renda dos grupos mais vulneráveis, contribuindo para a erradicação de problemas que perduram há séculos, como a pobreza e a violência.

A unidade "Conflitos e desigualdades" está presente nos quatro volumes desta coleção de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Confira, no quadro a seguir, os capítulos de cada componente que contribuem para a abordagem da temática dessa unidade.

A unidade "Conflitos e desigualdades" na coleção

Componente	Capítulos
História	11. Do imperialismo ao fim da Primeira Guerra Mundial 12. Da Primeira República ao fim da Era Vargas 13. Da Segunda Guerra Mundial à Guerra Fria
Geografia	11. A Organização das Nações Unidas e os indicadores sociais 12. Conflitos regionais na ordem global
Sociologia	7. Racismo na cidade contemporânea 8. Gênero, sexualidades e identidades
Filosofia	11. Teorias sobre a violência 12. Direitos humanos

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Na prática

Os dados sobre a história do futebol feminino no Brasil foram obtidos em: WESTIN, Ricardo. Futebol feminino já foi proibido no Brasil, e CPI pediu legalização. **Agência Senado**, 4 ago. 2023. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/futebol-feminino-ja-foi-proibido-no-brasil-e-cpi-pediu-legalizacao. Acesso em: 3 set. 2024.

As desigualdades de gênero permeiam diversas esferas da sociedade brasileira, incluindo os esportes. O futebol, por exemplo, foi proibido para mulheres no Brasil a partir de 1941, quando o então presidente Getúlio Vargas assinou um decreto-lei vetando essa prática, considerada incompatível com supostas "condições da natureza feminina". A partir de então, foram frequentes os jogos femininos cancelados por ordem do então Conselho Nacional de Desportos e partidas chegaram a ser encerradas à força pela polícia. Um dos argumentos dados pelas autoridades para justificar a proibição era o de que a violência dentro dos gramados prejudicaria a maior missão das mulheres na sociedade: serem mães.

Em 1965, durante a ditadura civil-militar, o Conselho Nacional de Desportos tornou o decreto-lei mais claro, detalhando os esportes proibidos às mulheres: além do futebol, foram vetadas as modalidades futsal, rúgbi, polo aquático, beisebol e qualquer tipo de luta.

A prática do futebol feminino deixou de ser proibida no Brasil apenas em 1983. Atualmente, a modalidade é bastante praticada por meninas e mulheres no país, com a organização de campeonatos oficiais pela Confederação Brasileira de Futebol.

FRANCK FIFE/AFP/GETTY IMAGES

Seleção brasileira feminina de futebol pouco antes de jogar a partida final dos Jogos Olímpicos de Paris. Fotografia de 2024.

1. **Reflita com os colegas sobre como a proibição da prática de determinados esportes pelas mulheres causa prejuízos a elas e à sociedade como um todo.**
2. **Discutam sobre o papel do poder público na garantia e na promoção do direito da prática de esportes pelas mulheres.**
3. **Debatam sobre a importância da luta das mulheres no combate à opressão e às desigualdades de gênero.**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 7

Racismo na cidade contemporânea

A desigualdade racial e o racismo são dois temas fundamentais para compreender a sociedade brasileira e seus conflitos. O espaço urbano, onde esses conflitos se tornam mais evidentes, explicita a segregação em razão da origem étnico-racial.

Neste capítulo, você estudará diferentes aspectos da temática racial, tendo como foco a sociedade brasileira e a necessidade de buscar, como cidadão, soluções para os problemas gerados pela desigualdade racial e pelo racismo no cotidiano.

Raça e racismo: aspectos socioantropológicos

Ainda hoje há pessoas que negam a existência de racismo no Brasil. De acordo com elas, os atos de preconceito, discriminação, segregação e violência ocorridos diariamente são atitudes individuais que não correspondem ao comportamento geral da população brasileira. Você acha que os casos de racismo fazem parte da realidade dos brasileiros e precisam ser enfrentados?

Para responder a essa questão, é preciso definir **racismo**. Trata-se de uma ideologia ou um comportamento que envolve toda ação preconceituosa, discriminatória ou segregacionista contra quaisquer indivíduos ou grupos por causa de sua origem étnica ou racial.

No Brasil, são muitos os casos de racismo cometidos contra as populações negras e indígenas: xingamentos, ofensas, assassinatos e exclusões decorrentes de pertencimento racial são comuns, apesar de considerados crimes.

O racismo é muito mais que uma ação individual. Ele está presente na estrutura da sociedade, que, material ou subjetivamente, trata as populações negras e indígenas como inferiores. Por isso, a representatividade desses grupos nas principais posições da sociedade brasileira é bastante reduzida. Nos meios de comunicação, nos cargos políticos, na gerência de grandes empresas e nas áreas mais valorizadas das cidades, por exemplo, há poucas pessoas negras e indígenas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

TÂNIA RÊGO/AGÊNCIA BRASIL

Nona Marcha das Mulheres Negras, na capital do Rio de Janeiro. Fotografia de 2023.

Imagens em contexto

Com o lema "Mulheres negras unidas contra o racismo, toda forma de opressão, violência e pelo bem viver", as participantes da manifestação denunciaram as desigualdades racial, de gênero e econômica e reforçaram a importância de se viver bem.

Situações de racismo no cotidiano

O racismo está presente no dia a dia da população brasileira. Em situações nas quais pessoas negras são abordadas durante uma ação policial ou sofrem violência do Estado por causa da cor de sua pele, ocorre racismo. Além disso, as notícias diárias sobre mortes de jovens negros atingidos por "balas perdidas" revelam situações trágicas de manifestação de racismo.

O preconceito contra os modos de organização social dos indígenas também é constante. Ele está associado a interesses econômicos de uma parcela da população que menospreza a cultura desses povos e invade suas terras, causando o extermínio direto e indireto de diversas etnias.

A desigualdade racial e o racismo presentes nas sociedades contemporâneas são resultado de relações sociais de dominação estabelecidas durante os processos de colonização. Na maioria das sociedades colonizadas, as estruturas hierarquizaram a sociedade com base na cor da pele dos indivíduos.

Colonização e racismo

Ao longo da história, foram frequentes os encontros entre grupos sociais cujas diferenças eram percebidas principalmente devido aos traços físicos. Essas características passaram a servir de critério para classificar os grupos humanos.

Apesar de alguns estudiosos identificarem o racismo nas antigas sociedades, apenas a partir dos séculos XV e XVI, com a expansão europeia, ele foi utilizado efetivamente para justificar a dominação sobre povos e a ocupação de novas terras.

Inicialmente, discursos com fundamentos religiosos eram empregados para tentar justificar a suposta superioridade dos europeus, que teriam a missão de tutelar e "civilizar" povos considerados menos desenvolvidos. Entretanto, essas ideias camuflavam a existência de uma relação de poder e dominação de determinados grupos sobre outros.

Além disso, uma pseudociência foi utilizada, durante muito tempo, para dar sustentação à dominação colonial sobre os povos não europeus: o chamado **racismo científico**. Segundo essa teoria, as diferenças entre os grupos humanos eram consideradas com base no **fenótipo** – conceito da biologia que define o conjunto de características físicas de um ser vivo. Essa ideia, associada aos interesses econômicos e políticos da elite dos países europeus, serviu de critério para justificar a exploração das populações nativas das regiões que colonizavam. Nesse contexto, as diferenças físicas, que permanecem na raiz das posturas racistas contemporâneas, eram pretexto para hierarquizar os seres humanos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ROGÉRIO REIS/PULSAR IMAGENS

Lavagem do Cais do Valongo realizada pelo grupo Afoxé Filhos de Gandhi para celebrar o aniversário de um ano da titulação do local como Patrimônio Cultural da Humanidade. Rio de Janeiro, capital. Fotografia de 2018.

Imagens em contexto

Em 2011, durante as obras de revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro, foram encontrados vestígios do Cais do Valongo, em torno do qual, no século XIX, desenvolveu-se um complexo escravagista, com pontos de venda de pessoas escravizadas, mercados e armazéns. Desde 2012, então, ocorre no local uma cerimônia de lavagem para reverenciar a ancestralidade africana. Como espaço de memória das experiências de sofrimento e resistência da diáspora africana, o local foi declarado Patrimônio Mundial pela Unesco, em 2017.

O racismo nos séculos XIX, XX e XXI

No século XIX, foram desenvolvidas teorias pseudocientíficas raciais e eugenistas para justificar a ideia da existência de povos "inferiores" e "superiores". O termo *eugenia* foi criado pelo inglês Francis Galton (1822-1911) e significa "bem-nascido". De acordo com as **teorias eugenistas**, seria possível promover o melhoramento da espécie humana por meio da reprodução de indivíduos com características desejáveis. Elas serviram de base para o desenvolvimento de diferentes argumentos racistas, muitos deles ainda presentes no cotidiano da sociedade brasileira.

ACERVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FIRMINÓPOLIS (GO)

Cartaz produzido pela Câmara Municipal de Firminópolis, em Goiás, em 2022.

No entanto, estudos científicos contemporâneos provaram que essas teorias eram falsas. O projeto *Diversidade do genoma humano*, liderado pelo geneticista italiano Luigi Luca Cavalli-Sforza (1922-2018), demonstrou que os seres humanos são muito semelhantes geneticamente e que as diferenças físicas aparentes não se confirmam no campo da genética; ou seja, não existem "raças humanas", e a cor da pele e outras características físicas não podem ser usadas como forma de hierarquizar povos e indivíduos.

Ao responder a uma pergunta em uma entrevista sobre as especificidades das populações humanas, ele afirmou:

> Podemos falar de população basca, mas nunca de indivíduos de raça basca. As diferenças genéticas não justificam, nem nesse, nem em nenhum outro caso, o conceito de raça, e muito menos o racismo.

BARONE, Luca Tancredi. O geneticista italiano que desmontou o conceito de raça. **El País**, 4 set. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/03/ciencia/1535974124_908508.html. Acesso em: 11 jul. 2024.

Não há, portanto, justificativa genética para a existência do racismo. É preciso procurar nas relações sociais que foram estabelecidas ao longo dos últimos séculos as razões para a discriminação baseada na cor da pele.

Você pesquisador

Para compreender melhor as descobertas científicas que refutam a ideia equivocada de que existem diferentes raças humanas, reúna-se com dois colegas e realizem uma **revisão bibliográfica** sobre o tema. Para isso, considerem as etapas a seguir.

- Individualmente, pesquisem em livros impressos e/ou na internet artigos científicos nas áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Ciências da Natureza e suas Tecnologias sobre racismo científico, como o trabalho do cientista Luigi Luca Cavalli-Sforza e pesquisas genéticas relacionadas a diferenças entre raças.
- Selecionem um artigo para cada integrante do grupo fazer a leitura.
- Individualmente, mobilizem seus conhecimentos em sociologia e em biologia para interpretar o(s) texto(s) lido(s). Durante a leitura, façam anotações para registrar as principais descobertas científicas relatadas.
- Apresentem as anotações aos colegas do grupo e elaborem coletivamente uma apresentação do resultado das pesquisas para a turma.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Ideologia racial e racismo no Brasil

No final do século XIX, foram elaboradas teses pseudocientíficas que adaptaram a teoria de Charles Darwin sobre a evolução das espécies para justificar a ideia de superioridade biológica entre os seres humanos. De acordo com essa adaptação, conhecida como **darwinismo social**, as características físicas permitiriam identificar aspectos intelectuais, tendências de padrões comportamentais e outros atributos que seriam transmitidos hereditariamente. Os defensores dessa ideia acreditavam que os brancos formavam a raça mais evoluída, enquanto negros e indígenas constituíam raças menos desenvolvidas.

A ideologia racial teve muita repercussão no Brasil. A ideia da superioridade dos brancos europeus foi bem-aceita por parte dos intelectuais brasileiros, sobretudo médicos, advogados e políticos, que desejavam construir um país semelhante às nações europeias. Acreditava-se que quanto maior o grau de miscigenação de uma nação, como o Brasil, maior seria a degeneração de sua população.

Esses argumentos pretensamente científicos justificaram ações políticas e ideológicas de controle social exercidas pela elite dominante brasileira sobre as populações negra, indígena e mestiça. O critério racial passou a ser um elemento de explicação para as diferenças de aptidão e de modos de vida e para a ocorrência de tendências criminosas no indivíduo. Para aqueles que compartilhavam desse pensamento, os negros e os mestiços representavam o atraso da sociedade brasileira rumo ao progresso e à modernidade, bem como um empecilho para a construção da identidade nacional.

O resultado disso foi a efetivação de uma estratégia de "branqueamento", que se caracterizou pela elaboração de políticas que visavam ao apagamento da história e da cultura das populações afro-brasileiras e indígenas por meio da valorização dos padrões estéticos europeus (representados, por exemplo, pela cultura e pela organização urbana) e pela rejeição dos padrões africanos e ameríndios (por meio do silenciamento das manifestações culturais africanas e ameríndias, do desprezo pelos traços físicos desses grupos e da destruição de lugares representativos para negros e indígenas). Assim, negros, indígenas e mestiços foram, em sua maioria, relegados a posições subalternas na sociedade brasileira, sendo suas práticas culturais muitas vezes criminalizadas. O movimento abolicionista e a abolição da escravidão, em 1888, não foram suficientes para subverter essa ideia.

TÂNIA RÊGO/AGÊNCIA BRASIL

Representantes de diferentes religiões lideram a 2ª Procissão do Zé Pelintra, na capital do Rio de Janeiro, um ato contra a intolerância religiosa. Fotografia de 2023.

Sugestão

Índios no poder

Direção: Rodrigo Arajeju. Brasil, 2015. 21 minutos.

O documentário perpassa a história de diferentes lideranças políticas indígenas que buscaram participar das estruturas formais de poder do Estado brasileiro.

Classificação indicativa de *Índios no poder*: 12 anos.

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

ODS 10

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Relacione a situação retratada na fotografia com a concepção racista de que as práticas culturais africanas e ameríndias devem ser silenciadas e superadas.
2. O racismo religioso está relacionado à intolerância religiosa. Relate para os colegas as situações de intolerância religiosa que você tenha presenciado ou das quais ficou sabendo.
3. Que ações podem ser tomadas para combater a intolerância religiosa?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A teoria da democracia racial

A partir da década de 1930, no contexto de construção de uma identidade nacional que valorizasse a interação social dos diferentes grupos formadores da população brasileira, desenvolveu-se outra perspectiva acerca da questão racial. Tendo como representante Gilberto Freyre, firmou-se a noção de que, na sociedade brasileira, em vez da discriminação e da segregação raciais absolutas, haveria miscigenação, o que possibilitaria o convívio harmonioso entre as diferentes "raças". Para os defensores da chamada **democracia racial**, o fenômeno da **mestiçagem** era consequência da convivência saudável e democrática entre pessoas de "raças" diferentes.

Diante dos estudos de Freyre sobre a mestiçagem e de seu discurso a respeito da convivência racial harmoniosa no Brasil, foi feita uma revisão das teorias raciais, que condenavam sociedades com grande contingente de mestiços, oferecendo uma interpretação mais otimista. Esse pensamento despertou o interesse da elite política e intelectual do Brasil e de outros países, em um cenário marcado pela ascensão e pela queda do nazismo.

Freyre não ignorava a dimensão conflituosa das relações entre as matrizes europeias, ameríndias e africanas; no entanto, procurou enfatizar a contribuição das três para a constituição da identidade nacional brasileira.

A perspectiva positiva de um comportamento racial tolerante no Brasil fortaleceu a crença de que no país não havia preconceito nem discriminação racial, e a de que as oportunidades econômicas e sociais para as pessoas de diferentes grupos raciais ou étnicos eram equilibradas. O Brasil foi tomado como modelo a ser seguido, pois seu racismo velado era diferente do que se manifestava em outros países, nos quais a segregação era visível tanto social quanto legalmente.

Um dos exemplos que ilustram essa tese foi a promulgação, em 1951, da Lei Federal nº 1.390, conhecida como **Lei Afonso Arinos**, que tornou o racismo contravenção penal no Brasil. O baixo alcance punitivo dessa lei era reflexo de um pensamento segundo o qual o ato racista não era disseminado na sociedade, mas apenas uma manifestação individual. Se no Brasil não se percebia o racismo como um problema, não havia por que puni-lo de modo mais severo.

Após 1950, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) passou a financiar estudos sobre o caráter diverso das relações raciais no Brasil, possibilitando outras análises das questões relacionadas à situação dos negros e aos preconceitos raciais.

JESUS CARLOS/FOTOARENA

Manifestação do Movimento Negro Unificado contra a Lei Afonso Arinos nas ruas do centro da capital de São Paulo. Fotografia de 1980.

Imagens em contexto

Na década de 1980, o Movimento Negro Unificado realizou manifestações com o objetivo de denunciar que a existência da Lei Afonso Arinos mascarava o racismo no país: a lei tinha baixa aplicabilidade concreta, pois previa que a punição ao agressor só podia ocorrer em caso de flagrante ou com a confirmação do ato por testemunhas ou pelo próprio acusado, o que era muito difícil de acontecer.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O mito da democracia racial

A ideia de convívio harmonioso entre as raças foi desconstruída pelos estudos de Florestan Fernandes – que participou das pesquisas financiadas pela Unesco com Roger Bastide –, os quais resultaram no livro *A integração do negro na sociedade de classes*. Nessa obra de 1965, o sociólogo analisa as particularidades do caso brasileiro e afirma que a democracia racial é um mito usado para garantir a manutenção da posição inferior dos negros. Como principal argumento, destaca o fato de que os negros libertos no período logo após a abolição da escravidão não ameaçavam política e socialmente a posição de poder (e os privilégios) dos brancos, sendo desnecessárias medidas formais para promover o distanciamento entre negros e brancos.

Na sociedade contemporânea, as populações indígena, afrodescendente e mestiça continuam a ser tratadas de maneira preconceituosa e desigual, confirmando as críticas de Florestan Fernandes ao tratamento dado à questão racial no país, bem como às limitações da tese da democracia racial.

Ao longo dos anos 1960 e 1970, inspirado pelos estudos de Florestan Fernandes e pelas ações da Frente Negra Brasileira, o Movimento Negro assumiu como bandeira a luta contra a teoria da democracia racial e passou a fundamentar sua ação nas conclusões a que o pesquisador chegou sobre as desigualdades sociais entre negros e brancos no Brasil. Esse movimento foi influenciado pela luta dos negros pelos direitos civis nos Estados Unidos, nos anos 1950 e 1960.

Racismo no Brasil de hoje

Com base nos dados apresentados até aqui, não é surpresa constatar que o racismo persiste no Brasil, desfazendo a ilusão de que se vive uma democracia racial. Segundo esse mito, as populações indígena e afrodescendente foram incorporadas, sem conflito, à estrutura da sociedade, ou seja, usufruem pacificamente das mesmas oportunidades que as pessoas brancas. Apesar de sua importância para o combate às teses de superioridade racial, a teoria de miscigenação pacífica pode ser criticada por dificultar no imaginário das pessoas e nas práticas sociais o reconhecimento do racismo e seu enfrentamento.

Para tentar combater o problema, setores do movimento negro brasileiro pressionaram o governo e, em 1989, conseguiram a promulgação da Lei nº 7.716, que tornou o racismo crime inafiançável, ou seja, quem promove uma atitude racista não tem o direito a liberdade provisória por meio do pagamento de fiança.

No entanto, a criação de leis para tornar o crime de racismo inafiançável não tem sido suficiente para evitá-lo. Dificilmente as pessoas denunciadas por esse crime são punidas. Desde cedo, os indivíduos aprendem a discriminar outras pessoas de forma discreta e silenciosa, sem deixar provas. E, sem provas, não há punição.

TÂNIA RÊGO/AGÊNCIA BRASIL

Décima Marcha das Mulheres Negras, na capital do Rio de Janeiro. Fotografia de 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sugestão

Expressões racistas: como evitá-las

CARVALHO, Volgane Oliveira (org.). Brasília, DF: Tribunal Superior Eleitoral, 2022.

O livro reúne termos e expressões da língua portuguesa de caráter racista, explicando o motivo para serem assim entendidos e apresentando possibilidades de substituição.

O racismo no cotidiano: preconceito, discriminação e segregação

Como você estudou, há muito tempo as ciências da natureza demonstraram que não existem raças humanas em sentido biológico. Apesar disso, as práticas racistas persistem na sociedade brasileira. O racismo está enraizado nas práticas sociais, o que impede a população de perceber seus efeitos destrutivos para a sociedade.

Preconceito, **discriminação** e **segregação** podem ser entendidos como a cristalização da dominação racial exercida sobre determinadas populações. Refletir sociologicamente a respeito desses conceitos significa discutir de modo crítico a formação histórica, social, econômica e política do Brasil, bem como a identidade nacional. Assim, é preciso questionar continuamente os próprios valores e condutas diante das diferenças culturais e das desigualdades presentes no país e no restante do mundo.

A prática do preconceito, da discriminação e da segregação ainda serve de base, critério e referência para a manutenção das desigualdades sociais entre negros e não negros. Ela expressa estruturas hierárquicas socialmente construídas, em que certos grupos são mais valorizados que outros. Desse modo, os métodos de discriminação e segregação materializam preconceitos que refletem o domínio de um grupo social sobre os demais.

O racismo, como ocorre no Brasil, coloca a população negra em situação de extrema vulnerabilidade social, com desvantagens em relação aos não negros, sobretudo aos brancos descendentes dos colonizadores europeus. Apesar de constituírem a maioria da população brasileira, pretos e pardos são os mais afetados pela desigualdade e pela violência, e não têm acesso aos direitos humanos fundamentais. Portanto, o enfrentamento ao racismo (estrutural e institucional) é uma questão de justiça social e promoção dos valores humanos, além de luta por direitos.

Para a construção de sociedades fundamentadas nos direitos humanos e na valorização da diversidade étnico-racial, é preciso questionar e investigar as bases dos pensamentos preconceituosos e dos comportamentos racistas, discriminatórios e segregacionistas. É necessário também compreender melhor o contexto em que esses valores e essas condutas são produzidos para não emitir opiniões nem tomar atitudes que reproduzam preconceitos passados, mas agir de maneira consciente e comprometida com os fundamentos do Estado democrático.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Analise o caráter preconceituoso de cada termo citado no cartaz.
2. Qual é o sentido de cada uma das expressões? Que outras expressões podem ser usadas no lugar?
3. Debata com os colegas situações em que a linguagem pode contribuir para reforçar ou para modificar preconceitos em sociedade.

Imagens em contexto

Na campanha *Elimine o racismo do seu vocabulário* – criada pelo Núcleo de Enfrentamento à Discriminação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para combater o racismo e termos discriminatórios – são abordadas palavras e expressões que perpetuam o racismo, promovendo a compreensão e o abandono de pequenos gestos e contribuindo para tornar a sociedade mais igualitária.

ACERVO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Cartaz de campanha do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios contra o racismo, 2020.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Preconceito

Preconceitos são ideias, sentimentos ou julgamentos prévios, sem base no conhecimento ou na experiência, desfavoráveis a pessoas, grupos, povos ou culturas. Eles se fundamentam em estereótipos negativos – generalizações superficiais e depreciadoras do outro –, servindo de base para atitudes de menosprezo, hostilidade e discriminação.

A legislação brasileira considera crime toda forma de preconceito. Contudo, persistem no país diferentes tipos de preconceito, quase imperceptíveis por serem socialmente naturalizados – isto é, aceitos como naturais, comuns e permanentes – e por estarem profundamente enraizados no cotidiano das práticas culturais.

Para Kabengele Munanga, antropólogo congolês radicado no Brasil, a classificação dos grupos étnicos pode cumprir a função social de valorizar elementos como língua, religião, concepção de mundo e outros aspectos da cultura de cada grupo, comunidade, etnia ou nação. A valorização desses fatores, por sua vez, promove a unidade, a solidariedade e a identidade que garantem a sobrevivência do grupo. No entanto, quando se valorizam apenas traços culturais correspondentes a uma identidade sociocultural específica em detrimento de outras, passa-se a depreciar integrantes e práticas de grupos diferentes, desqualificando-os. Portanto, sociologicamente, as classificações e as diferenciações entre as etnias resultam das interações de indivíduos e de grupos sociais, funcionando como mediadoras das relações sociais.

De acordo com a professora e pesquisadora em educação Vera Maria Candau, do Rio de Janeiro, os preconceitos, do ponto de vista afetivo, são difundidos, arraigados e renovados na sociedade por meio dos mecanismos educativos. Nesse sentido, é importante refletir sobre o fato de que a escola pode ser um espaço tanto para o combate ao preconceito – quando problematiza as práticas preconceituosas e valoriza em seu currículo as diferenças – quanto para a difusão e a manutenção do racismo – quando valoriza a cultura dominante ou silencia a voz das vítimas de preconceito.

A professora Vera Candau acrescenta que os mecanismos educativos também são difundidos em ambientes mais amplos do que o sistema educacional formal, como os meios de comunicação, a família, a religião e o esporte. O processo de socialização nessas diferentes instituições influencia escolhas, crenças, gostos e gestos, ocasionando atitudes que são, assim, socialmente construídas e emocionalmente internalizadas pelas pessoas e pelos grupos.

Há casos em que o preconceito é imperceptível até para a própria vítima. Isso ocorre, por exemplo, quando um garoto negro que caminha na rua com outros, não negros, considera normal o fato de ser o único revistado em uma abordagem policial. Isso mostra que o preconceito está difundido nas interações sociais a ponto de se tornar aceitável tanto por aquele que o comete quanto por quem sofre seus efeitos. Essa naturalização do preconceito deve ser sempre questionada.

Outro exemplo de discriminação naturalizada é a criação de personagens humorísticos que reproduzem preconceitos contra mulheres, negros, pessoas LGBTQIA+ ou indivíduos nascidos em determinada região ou cidade. Nesse contexto, o caráter humorístico dos personagens pode disfarçar o preconceito e dificultar sua percepção.

RENNER BOLDRINO/ARQUIVO DO FOTÓGRAFO

O professor e antropólogo Kabengele Munanga durante entrevista na Décima Bienal Internacional do Livro de Alagoas. Fotografia de 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Classificação indicativa de *Ficção americana*: 16 anos.

Sugestão

Ficção americana

Direção: Cord Jefferson. Estados Unidos, 2023. 117 minutos.

Nesse filme, um romancista negro questiona o papel ocupado pelos negros na indústria cultural e de entretenimento e o preconceito explícito e velado presente em muitas produções culturais. Em razão dessa sua insatisfação, ele escreve, sob um pseudônimo, um romance marcado por estereótipos associados aos negros e precisará lidar com as consequências dessa publicação enquanto lida com antigos problemas familiares.

Preconceito racial de origem e de marca

Nos anos 1950, o sociólogo brasileiro Oracy Nogueira analisou como o preconceito racial se manifestava nos Estados Unidos com a forma pela qual esse preconceito era expresso no Brasil: na sociedade estadunidense predominava o **preconceito racial de origem**, motivado na origem étnica da vítima; no Brasil, o **preconceito racial de marca**, baseado nos atributos físicos e culturais das vítimas.

Embora essas classificações devam ser consideradas modelos e não expressões fiéis da realidade, elas ajudam a compreender diversos casos de preconceito que ocorrem no Brasil em razão das características físicas de uma pessoa, como a cor da pele (caso dos negros), ou de sua origem étnica (caso dos indígenas).

Discriminação

As diferentes formas de preconceito podem levar a várias práticas de discriminação (socioeconômicas, religiosas, culturais, étnicas, etárias, relacionadas à orientação sexual, ao gênero, à nacionalidade etc.). **Discriminação** é a negação da igualdade de tratamento transformada em ação concreta. Ocorre pela ação de agentes diversos – indivíduos, grupos e instituições – e pode ser, na maioria das vezes, observável e mensurável. Embora se caracterizem como fenômenos sociais distintos, a discriminação e o preconceito estão inter-relacionados no convívio social. Discriminar é estabelecer, no convívio social, algum tipo de distinção contra determinado grupo ou indivíduo, que pode levá-lo à marginalização ou à exclusão, isto é, à estigmatização e ao isolamento social.

Fenômeno comum no Brasil, a discriminação racial pode ser direta, visível e passível de reprovação imediata – caso de um insulto racista –, mas também pode ocorrer de maneira indireta e sutil, de difícil percepção – caso dos anúncios para recrutamento de funcionários em empresas que solicitam o currículo do candidato acompanhado de fotografia. Assim, a empresa pode selecionar candidatos em virtude da aparência, abrindo espaço para discriminação étnico-racial, por exemplo.

Irina Bokova, diretora geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura entre 2009 e 2017, declarou, em um discurso:

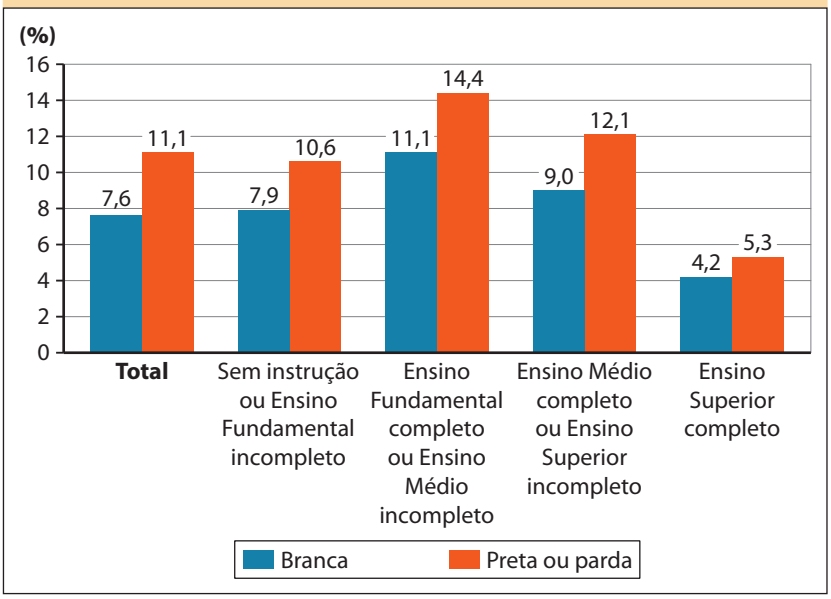
> A discriminação racial pode ser brutal, abrangente e, às vezes, pode estar incorporada em leis injustas. Pode também, de forma insidiosa e silenciosa, privar os indivíduos de seus direitos básicos ao emprego, à habitação e a uma vida social. Todos temos um papel a desempenhar, cada um em nossos respectivos âmbitos, no combate ao racismo. Neste dia, convido Estados-membros, as organizações da sociedade civil e os cidadãos a levantarem as vozes e agirem para eliminar a discriminação racial, que é uma condição necessária para a construção de sociedades mais inclusivas e tolerantes e, portanto, mais fortes e sustentáveis.

BOKOVA, Irina. Mensaje de la directora general de la Unesco, Irina Bokova, con motivo del Día Internacional de la Eliminación de la Discriminación Racial. **Unesdoc Digital Library**, 21 mar. 2016. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000244080_spa. Acesso em: 12 jul. 2024. [Tradução dos autores].

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. De acordo com os dados expressos no gráfico, o que se pode afirmar sobre a taxa de desocupação no Brasil?
2. É possível explicar a desocupação da população utilizando apenas a escolaridade como variável? Justifique.

Brasil: taxa de desocupação, por cor ou raça, segundo os níveis de instrução (%) – 2022



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: IBGE. *Síntese de indicadores sociais 2023*: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. p. 35.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Segregação racial

Segregação é o estabelecimento de uma fronteira social ou espacial que aumenta as desvantagens de grupos discriminados. Independentemente de sua característica, é sempre uma violência contra as pessoas afetadas por ela. Quando essa ação tem como base a questão racial, denomina-se **segregação racial**. No Brasil, ela atinge principalmente as pessoas negras e indígenas. Quando imposta por leis, caracteriza-se como ação política adotada de maneira consciente e institucional, com base em falsas ideias, como a superioridade de uma etnia, de uma classe social, de uma nacionalidade ou de um gênero sobre outros.

Apartheid

O exemplo contemporâneo mais significativo de segregação legalizada foi o regime do ***apartheid***, que vigorou na África do Sul entre 1948 e 1994. Desde o começo do século XX, já havia no país uma legislação segregacionista que criava áreas restritas para negros e brancos e proibia relações afetivas inter-raciais. A partir de 1948, porém, com a vitória do Partido Nacional, houve a institucionalização do *apartheid* como projeto nacional.

Para sua implantação, foi decretado um conjunto de atos jurídicos a fim de legalizar o racismo e promover a segregação racial na África do Sul. Em 1953, por exemplo, o governo decretou o *Reservation of Separate Amenities Act* (em português, *Lei da Conservação de Diversões Separadas*) e instituiu a separação espacial das categorias raciais em locais destinados ao lazer. Espaços públicos, como praias, piscinas, banheiros, teatros, cinemas e ginásios de esportes, além de meios de transporte e bibliotecas, passaram a ser restritos de acordo com as categorias raciais estabelecidas pela Lei de Registro da População, que dividia a população em grupos "raciais": *white* (brancos), *coloured* (mestiços e indianos) e *native* (negros).

O regime segregacionista sul-africano terminou em 1994, com a eleição de Nelson Mandela como presidente, o principal líder da resistência ao *apartheid* no país. Mandela comandou a transição do regime do *apartheid* para uma África do Sul democrática e multirracial.

De acordo com um relatório do Banco Mundial publicado em 2022, apesar das reformas implementadas após o fim do regime segregacionista, a África do Sul é o país mais desigual do mundo, onde 10% da população concentra mais de 80% da riqueza, e a questão racial é um dos elementos que explica essa condição.

Os dados sobre desigualdade na África do Sul foram retirados de: ÁFRICA do Sul é o país mais desigual do mundo, diz Banco Mundial. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 9 mar. 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2022/03/09/interna_internacional,1351431/africa-do-sul-e-o-pais-mais-desigual-do-mundo-diz-banco-mundial.shtml. Acesso em: 16 jun. 2024.

BERNARD BISSON/SYGMA/GETTY IMAGES

Mulher negra varre a calçada em frente a um banheiro público feminino com a placa segregacionista com o dizer "brancas", grafado em africâner e em inglês, respectivamente, na África do Sul. Fotografia de 1985.

Sugestão

Cartas da prisão de Nelson Mandela

Nelson Mandela e Sahm Venter (ed.). São Paulo: Todavia, 2018.

A obra reúne correspondências escritas por Nelson Mandela enquanto esteve preso durante 27 anos. Elas mostram os valores que guiavam esse ativista político – também em seus outros papéis: pai, marido, avô, amigo – e revelam muitas das consequências sofridas sobretudo pela esposa de Mandela, que se envolvia em atividades antiapartheid, em uma África do Sul segregada pela cor da pele. Há também trechos editoriais biográficos que contextualizam as cartas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Etnia: o reconhecimento das diferenças

O termo *etnia* está diretamente associado a diversidade cultural, elemento mais apropriado para identificar os diferentes grupos humanos. Ele é empregado principalmente para designar os processos históricos e culturais construídos por meio da interação social, enfatizando que as características biologicamente herdadas são pouco significativas para categorizar os grupos sociais humanos. A **etnicidade**, nesse caso, é a consciência de pertencer a determinada comunidade étnica, construindo uma identificação com grupos sociais específicos. Diferentemente do termo *raça*, que evoca uma suposta distinção biológica, *etnia* e *etnicidade* referem-se às práticas socioculturais e históricas de vários grupos humanos que interagem uns com os outros. Essas práticas pressupõem a aceitação e a percepção da diversidade cultural como elementos positivos e em processo constante de renovação.

O fato de pertencer a uma etnia não significa que um indivíduo seja mais ou menos predisposto a comportar-se de determinada forma. Entretanto, a cultura e as interações socioespaciais vivenciadas por ele moldam sua maneira de ser e sua concepção de mundo, distinguindo e singularizando sua identidade e a de seu grupo social. É bastante comum um país abrigar pessoas de diversas etnias. No Brasil, por exemplo, de acordo com o Instituto Socioambiental, existem mais de 270 etnias indígenas.

A informação sobre a quantidade de etnias indígenas do Brasil foi retirada de: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Quadro geral dos povos**. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos. Acesso em: 23 ago. 2024.

A importância da elaboração do conceito

A percepção derivada da noção de etnia possibilitou aos movimentos sociais e às organizações internacionais promover ações contra as diferentes formas de racismo e desigualdade étnico-racial. Em 2001, a Organização das Nações Unidas realizou em Durban, na África do Sul, a Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, a fim de reconhecer a persistência da discriminação racial no mundo e organizar ações para combatê-la. Os resultados dessa conferência foram instrumentos importantes para que os movimentos negros e indígenas conquistassem a aprovação das leis nº 10.639, de 2003, e nº 11.645, de 2008, tornando obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileiras e indígenas nas escolas brasileiras.

A ênfase dada à etnia e à ideia de diversidade ou pluralidade cultural colocou em xeque as fundamentações biológicas do comportamento humano. Apesar disso, o termo *raça* ainda está presente no cotidiano de sociedades complexas como a brasileira, nas quais ele foi construído social e historicamente como uma categoria político-ideológica.

Os estudos sobre a diversidade cultural, porém, passaram a indicar que quanto mais etnias há, mais plural e rico culturalmente é o país. A difusão desse argumento nas sociedades contemporâneas por vários movimentos sociais tem contribuído para a implantação de políticas públicas que não só valorizam e respeitam as diferenças culturais, como também combatem os preconceitos, o racismo e as desigualdades. No Brasil, esse debate também tem contribuído para o uso da expressão **étnico-racial**, que une termos intimamente relacionados e considerados em conjunto. Ao empregá-la, busca-se compreender o que representa a construção de identidades étnicas em sociedades complexas como a brasileira.

RENATO SOARES/PULSAR IMAGENS

Indígenas da etnia Yanomami da aldeia Maturacá, em São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. Fotografia de 2022.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Multiculturalismo

O uso do conceito de **multiculturalismo** nas sociedades contemporâneas é um meio de combater, por um lado, a ideia de homogeneidade cultural fundamentada na visão de superioridade dos povos colonizadores europeus e, por outro, as desigualdades sociais e as diversas formas de racismo, preconceito e discriminação social.

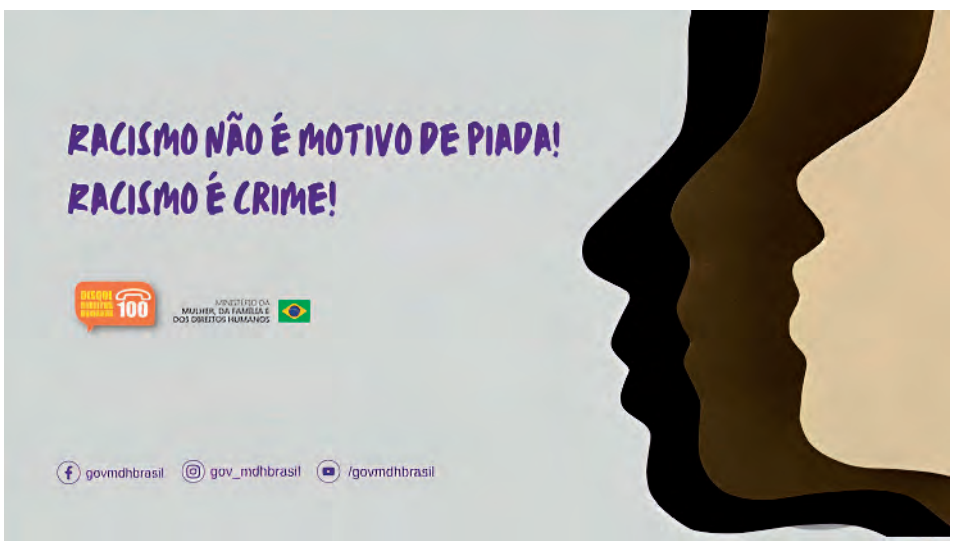
A ideia de homogeneidade cultural baseia-se no entendimento de que a cultura, o modo de vida e a visão de mundo dos europeus são universais e únicos, sobrepondo-se aos dos demais povos. Disseminada mundialmente, essa concepção tem papel central no desenvolvimento da xenofobia (*xeno* = "estrangeiro", "estranho"; *fobia* = "medo"), que significa desconfiança, aversão, medo ou profunda antipatia a pessoas estranhas a seu meio ou estrangeiras. Tal antipatia pode se manifestar de várias maneiras e é comumente associada ao repúdio a outras culturas e etnias. O fenômeno da xenofobia afeta principalmente a Europa, mas também é comum no Brasil, sobretudo contra imigrantes da África, de outros países da América Latina e do Caribe.

Por ser um termo para o qual se aceitam muitas definições, o conceito de multiculturalismo varia conforme o contexto sócio-histórico e compreende diferentes pontos de vista. Segundo alguns teóricos, designa o fato de determinadas sociedades serem formadas por culturas distintas. Para outros, esse conceito define uma política que visa à coexistência pacífica entre grupos étnico e culturalmente diferentes. Há ainda quem considere o multiculturalismo um movimento teórico e político em defesa da pluralidade e da diversidade cultural, cujos defensores reivindicam a valorização da cultura das chamadas minorias, as quais são definidas, sobretudo, por sua posição econômica e politicamente desvantajosa, apesar de o termo ter múltiplos significados (numérico, político, indicativo de grupos étnicos e raciais, religioso, de gênero etc.).

O multiculturalismo evidencia a questão da diversidade cultural, que, durante muito tempo, restringiu-se ao campo da antropologia. Hoje, porém, está associada aos âmbitos de afirmação da diversidade, da produção de identidades e da construção política das minorias sociais. O multiculturalismo, portanto, está presente nas artes, nos movimentos sociais, e em políticas que implicam o reconhecimento da diferença e o direito a ela, colocando em xeque o tipo de tratamento dado às identidades minoritárias. Em razão disso, é um importante instrumento de luta.

Como movimento político e social, o multiculturalismo diz respeito às reivindicações, por parte de grupos culturais dominados em países de capitalismo avançado (Reino Unido, Estados Unidos e França, entre outros), de reconhecimento e representação de suas culturas no contexto nacional. Em países latino-americanos como o Brasil, os afrodescendentes e os povos indígenas lutam pelo reconhecimento e pela valorização de suas culturas como direito e forma de combater preconceitos e discriminações.

Entre as críticas ao multiculturalismo destacam-se as que denunciam seu caráter eurocêntrico e a subordinação das várias culturas coexistentes na sociedade sem questionar a ordem hegemônica atribuída à cultura ocidental. Um exemplo disso é o fato de que a contribuição das populações negra e indígena para a construção do conhecimento, muitas vezes, não é incorporada ao currículo escolar.



Cartaz divulgado em 2022 pelo então Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos reforçando a informação de que racismo é crime. A denúncia de crimes de racismo é fundamental no combate a preconceitos e discriminações.

Sugestão

Vidas negras: pelo fim da violência contra a juventude negra no Brasil

Disponível em: http://vidasnegras.nacoesunidas.org/materiais/. Acesso em: 12 jul. 2024.

Com essa campanha, a Organização das Nações Unidas no Brasil busca chamar a atenção da população para as consequências do racismo na restrição da cidadania de pessoas negras, influenciando atores estratégicos (sociedade, gestores públicos, justiça, setor privado e movimentos sociais) na produção e no apoio de ações de enfrentamento da discriminação e da violência.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
ACERVO DO MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS/GOVERNO FEDERAL

Interculturalidade

Para promover mudanças no entendimento da realidade relacionado ao multiculturalismo, desenvolveu-se outra forma de pensar a diversidade: a **interculturalidade**. Com esse termo, propõe-se a comunicação e a interação das culturas como meio de produzir conhecimentos e outras interpretações simbólicas do cotidiano. A síntese dos aspectos positivos da valorização da diferença e da resistência ao colonialismo cultural constitui uma nova maneira de ver o mundo.

A interculturalidade não pode ser considerada apenas uma teoria, mas também um movimento e um projeto político. Seu significado está relacionado a um plano de transformação para superar a discriminação das culturas minoritárias. Contra a discriminação e a situação de inferioridade às quais foram submetidos, esses grupos minoritários devem ter seu valor criativo publicamente reconhecido. Por isso, precisam ser amparados e protegidos pela lei para consolidarem suas singularidades e terem sua produção de conhecimento legitimada. Assim, a lei é uma ferramenta fundamental na criação de condições para uma sociedade multicultural.

Segundo o sociólogo brasileiro Ahyas Siss, no campo da educação, desde o fim do século passado, o multiculturalismo vem sendo usado para analisar as diferentes relações presentes nos processos de discriminação racial como forma de exclusão, a construção da cidadania, a formação de subjetividade e o papel que a educação desempenha nesses processos. Não basta, portanto, criar dias específicos para celebrar as culturas negra e indígena. É preciso incorporar, em condições de igualdade, essas culturas aos conhecimentos compartilhados pela escola e pela sociedade. Somente assim será possível combater de modo eficaz o racismo.

Desde as últimas décadas do século passado, diversos grupos, organizações e movimentos sociais reivindicam melhores condições econômicas e sociais. Grupos como os de mulheres, negros, indígenas e LGBTQIA+, entre outros, lutam pelo reconhecimento, pelo respeito e pela valorização de sua cultura e de suas diferenças. Os negros brasileiros buscam também reparação das injustiças causadas pela escravização e seus diversos meios de exploração e discriminação, fazendo emergir o que passou a ser denominado **ação afirmativa**.

RENATO SOARES/PULSAR IMAGENS

Artesã indígena de etnia Kayapó mostra sua arte com grafismo. Aldeia Aukre, Tucumã, Pará. Fotografia de 2023. O reconhecimento das produções artísticas indígenas e sua inclusão como produção de conhecimento sobre a sociedade em que vivem são parte da proposta da interculturalidade.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. O combate ao racismo passa pelo reconhecimento da produção artística afro-brasileira e indígena. Em sua opinião, isso já é realidade no Brasil? Converse com os colegas sobre esse assunto.
2. Que ações podem ser tomadas para incentivar o uso de produções artísticas afro-brasileiras e indígenas em sala de aula?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Ações afirmativas

Ações afirmativas são medidas tomadas ou determinadas pelo poder público ou pela iniciativa privada, de forma espontânea ou compulsória, para eliminar ou reduzir desigualdades historicamente acumuladas, garantindo oportunidades e tratamento iguais a todas as pessoas. Essas medidas devem também compensar perdas causadas pela discriminação por motivos étnico-raciais, religiosos, capacitistas, de gênero e outros. Elas começaram a ser adotadas nos Estados Unidos, nos anos 1930, e multiplicaram-se de diferentes maneiras em vários países. Por meio delas, pretende-se implementar mecanismos de compensação, a fim de combater as diversas desigualdades no mercado de trabalho, na política, na economia e na cultura, entre outras áreas.

Existem formas variadas de ações afirmativas nas políticas públicas, como sistema de cotas ou reserva de vagas, estabelecimento de preferências e sistema de bônus. O **sistema de cotas** é a ação afirmativa mais comum nos países que adotaram essas políticas. É também a mais polêmica, por estabelecer determinado número ou percentual a ser ocupado (reserva de vagas) por grupo(s) definido(s) com base em critérios variados (etnia, cor ou raça, sexo, rendimento familiar etc.). No Brasil, por exemplo, foram criadas, desde a década de 1990, diversas políticas de combate à desigualdade, como as cotas para pessoas com deficiência nos concursos públicos. Essas políticas públicas, porém, muitas vezes são questionadas.

A fim de contribuir para a redução das desigualdades e garantir oportunidades aos grupos que foram marginalizados, as ações afirmativas podem ser formadas por um conjunto de instrumentos políticos, institucionais e jurídicos aplicados nos diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal) para instituir as bases de uma política de promoção da igualdade. No que se refere ao sistema legal, duas decisões tomadas na década de 2010 indicam uma mudança na abordagem do tema no país. Em 2010, a Lei Federal nº 12.288 criou o Estatuto da Igualdade Racial. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal confirmou a constitucionalidade do sistema de cotas, abrindo espaço para que, no mesmo ano, o Congresso Nacional aprovasse uma lei estabelecendo a reserva de vagas nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico para estudantes de escolas públicas, oriundos de famílias com renda *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo, autodeclarados pretos, pardos, indígenas em todo o país (Lei Federal nº 12.711). Nos últimos anos, a legislação foi complementada, passando a contemplar também quilombolas e pessoas com deficiência.

As críticas mais comuns às políticas de ações afirmativas baseiam-se no argumento de que elas ferem o princípio do mérito individual. Quem as defende, porém, ressalta o fato de que elas contribuem para a redução dos elevados índices de desigualdade racial e de violação dos direitos da população negra.

KARIME XAVIER/FOLHAPRESS

Lívia Sant'Anna Vaz na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2022.

Sugestão

Cotas raciais

Lívia Sant'Anna Vaz. São Paulo: Jandaíra, 2022. (Coleção Feminismos plurais).

Nesse livro, Lívia Sant'Anna Vaz analisa a política de cotas raciais no Brasil após uma década de aprovação da Lei Federal nº 12.711, de 2012, e duas décadas da implementação da política em algumas universidades pioneiras em território nacional.

ODS 10

Imagens em contexto

Lívia Sant'Anna Vaz é promotora de justiça e coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação do Ministério Público do Estado da Bahia. Autora do livro *Cotas raciais*, está em constante diálogo com movimentos sociais e acadêmicos para promover a igualdade racial no Brasil.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As questões raciais e a organização do espaço urbano

De modo geral, as cidades formaram-se como resultado de transformações sociais abrangentes que modificaram as estruturas econômicas, políticas e culturais das sociedades em diferentes momentos históricos, em várias partes do mundo. Essas transformações são observadas desde os primeiros assentamentos das antigas populações nômades, os quais se tornaram muito mais complexos, sobretudo pela formação de camadas sociais – de governantes, burocratas, sacerdotes e guerreiros, por exemplo – que não se dedicavam diretamente à produção de alimentos e insumos para atender às necessidades do grupo. Constituíram-se também grupos de artesãos especializados (carpinteiros, ferreiros e tecelões), marcando, assim, o caráter comercial das cidades nascentes. Os centros urbanos, portanto, sempre desenvolveram economia, política e cultura próprias.

Posteriormente, durante as revoluções Industrial e Francesa, desenvolveram-se a industrialização capitalista e a democracia liberal representativa. Com essas transformações econômicas e políticas, modificaram-se também os modos de vida e ocorreram confrontos urbanos inéditos na história da humanidade. As novas relações sociais geraram conflitos de interesses. De um lado, encontravam-se os proprietários dos meios de produção, beneficiados pelo modo de vida capitalista; de outro, estavam os sindicatos, que representavam os trabalhadores dos mais diversos setores. Ainda hoje, a oposição entre os interesses da classe dominante e os do restante da população é a causa de grande parte dos conflitos observados no espaço urbano.

THOMAS MANN BAYNES - MUSEU DE LONDRES, INGLATERRA

Detalhe de gravura de Thomas Mann Baynes representando a Rua Cheapside, em Londres, Reino Unido, 1823. As cidades industriais do século XIX reuniam multidões, que estabeleciam relações sociais próprias.

Apesar de o termo *cidade* ser utilizado para designar assentamentos urbanos da Antiguidade, as grandes cidades contemporâneas – também chamadas metrópoles ou megalópoles – são muito diferentes das antigas. Essas cidades e as relações sociais que ocorrem nelas são objetos de estudo da sociologia urbana. O estudo das cidades pelas ciências sociais é feito, portanto, com base na análise das relações sociais ocorridas no espaço urbano.

Duas abordagens destacam-se tendo em vista esse princípio. Uma delas enfatiza os aspectos de uma ordem que se esconde no aparente caos urbano. Ela é representada principalmente pela Escola de Chicago. A outra baseia-se no estudo dos conflitos sociais contemporâneos para compreender a organização social e espacial das cidades. Trata-se do pensamento da nova **sociologia urbana**, que compreende um conjunto de conhecimentos teóricos utilizados para refletir sobre a realidade dos grandes centros urbanos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A Escola de Chicago

Nas ciências sociais, a construção de um pensamento sobre a cidade desenvolveu-se por meio do trabalho de um grupo de pesquisadores da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, que se dedicaram ao estudo das **relações urbanas**, isto é, da relação dos grupos com o espaço construído da cidade e das diferenças entre essa forma de socialização e a desenvolvida no campo.

A inspiração dos estudiosos de Chicago veio da sociologia clássica, sobretudo do trabalho do sociólogo alemão Georg Simmel, que fez reflexões importantes sobre o comportamento das pessoas que viviam nas cidades na virada do século XIX para o XX. No ensaio *A metrópole e a vida mental*, publicado em 1902, Simmel analisa a vida nas cidades, cada vez maiores e com redes de interação cada vez mais complexas, caracterizando uma cultura urbana. Sua proposta era explicar as condições psicológicas criadas por essa situação, na qual se mesclava a busca da individualidade com a interdependência de indivíduos obrigados a se especializar cada vez mais em suas profissões, em consequência da fragmentação da produção capitalista. De acordo com Simmel, em busca da diferenciação, os indivíduos procuram se especializar em determinada função, mas, ao mesmo tempo, ficam cada vez mais dependentes de outras pessoas nos demais aspectos da vida.

Ainda segundo Simmel, diante das rápidas mudanças ocorridas nas cidades, seus habitantes precisam manter uma postura que os proteja do fluxo incessante de estímulos. De acordo com o sociólogo, essa postura, denominada *blasé*, caracteriza certa indiferença em relação às coisas, que deixam de ser significativas, interessantes ou importantes, em razão do excesso de sensações às quais estão submetidas as pessoas.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Relacione a fotografia à teoria do sociólogo Georg Simmel sobre a vida nas cidades entre o final do século XIX e o início do século XX.
2. Considerando suas experiências e informações obtidas na mídia, cite algumas situações do dia a dia nas cidades contemporâneas que podem exemplificar a impessoalidade teorizada por Simmel.

A ecologia urbana

Não era apenas a psicologia do morador da cidade que interessava às ciências sociais, mas também diversos outros fenômenos do meio urbano (ocupação por diferentes classes sociais, gangues, atividades ilegais etc.). Teve início, então, o estudo da **ecologia urbana** (ou **ecologia humana**), princípio teórico que norteou as explicações desses fenômenos nos Estados Unidos dos anos 1920, sobretudo em Chicago. Os adeptos dessa teoria utilizavam conceitos da biologia para explicar a distribuição espacial das populações urbanas. Assim, a interação social era considerada por eles uma "competição biótica" por vantagem territorial – isto é, uma competição natural, causada pela natureza humana.

KEN WELSH/DESIGN PICS/UNIVERSAL IMAGES GROUP VIA GETTY IMAGES

Fotografia retratando a movimentação urbana na Via Roma, hoje chamada Via Toledo, em Nápoles, Itália, por volta de 1895.

Desde que foi considerada um laboratório pela Escola de Chicago, a cidade se estabeleceu como um objeto capaz de determinar comportamentos e relações sociais. Essa visão consolidou o empenho de cientistas sociais no estabelecimento de uma "ciência da cidade", que, posteriormente, passou a se chamar **urbanismo**. Esse termo é, por vezes, utilizado como sinônimo de planejamento urbano. A palavra *urbanidade*, derivada dessa expressão, passou a significar também, no dia a dia, bom trato no relacionamento com outros indivíduos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A nova sociologia urbana

Nos anos 1970, um grupo de sociólogos passou a analisar por outra perspectiva a questão urbana, dando origem à chamada **nova sociologia urbana**. Para os pensadores dessa corrente, a cidade só pode ser compreendida como espaço produzido pelos conflitos inerentes às contradições básicas do capitalismo, e não por processos ecológicos análogos aos que ocorrem com populações em ecossistemas naturais.

De acordo com eles, a ocupação do espaço e a expansão das cidades industriais modernas são, portanto, determinadas pelas relações sociais (econômicas, políticas e culturais) próprias da sociedade capitalista, que se consolidou no fim do século XIX, com suas condições específicas de propriedade e de organização da produção. Portanto, sua lógica de organização diferencia-se daquelas que definem a organização das cidades feudais ou da Antiguidade.

O esforço de explicação dos fenômenos urbanos com base nas relações estabelecidas na sociedade capitalista foi marcado pela teoria do consumo coletivo, desenvolvida pelo sociólogo espanhol Manuel Castells. De acordo com ele, a organização das cidades modernas visa favorecer a reprodução da força de trabalho, caracterizada pelo consumo coletivo de equipamentos e serviços (escolas, hospitais e moradia, por exemplo), que são direta ou indiretamente administrados pelo Estado.

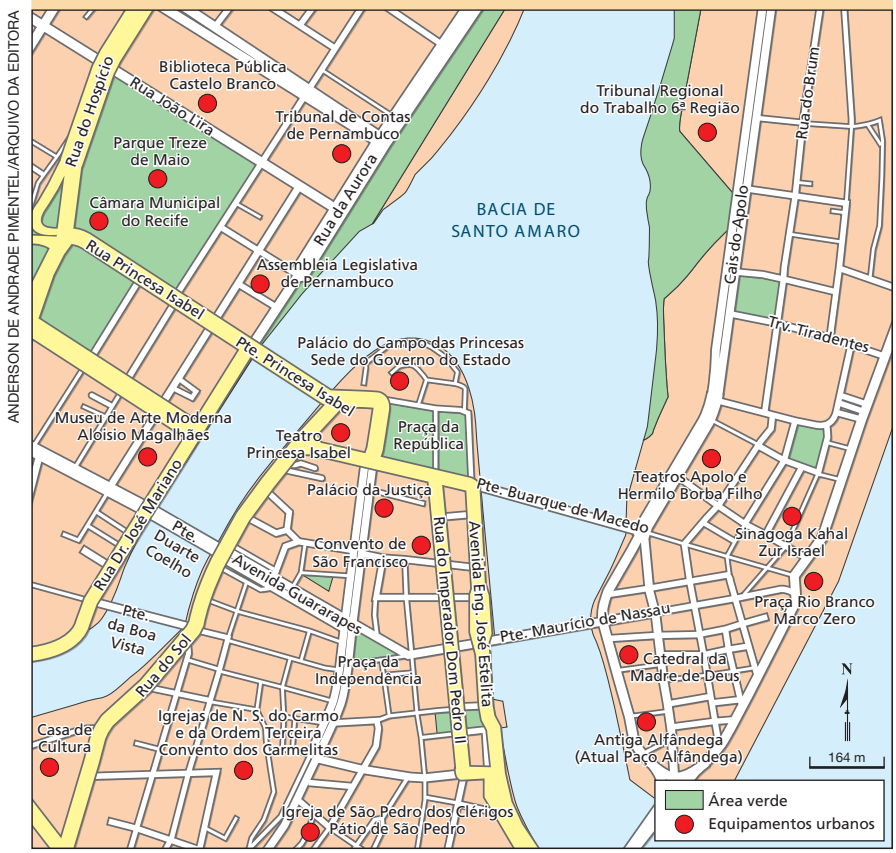
Assim, no século XX, o capitalismo passou a depender cada vez mais desses equipamentos e serviços fornecidos pelo Estado para garantir a oferta de mão de obra (os chamados "exércitos industriais de reserva"). Nesse sentido, os **equipamentos de consumo coletivo** estão indiretamente relacionados ao processo de reprodução do capital: eles contribuem para a redução do custo de mão de obra. Há também aqueles diretamente relacionados ao processo de produção, como bancos, estradas, portos e redes de telecomunicação.

A priorização de investimentos do Estado nesses equipamentos muitas vezes entra em conflito com os movimentos sociais. Esses movimentos, aliados àqueles dos trabalhadores organizados, passaram a contestar o funcionamento da sociedade capitalista e a lutar contra seus princípios econômicos, que produziam segregação e concentração de riqueza.

A lógica econômica utilizada pela teoria marxista para explicar as massas de trabalhadores empobrecidos, os baixos salários, o lucro crescente e os conflitos entre trabalhadores e capitalistas também seria usada para compreender a distribuição das moradias, o mercado imobiliário, as disputas pelos espaços livres e pelos equipamentos urbanos, assim como seria determinante para avaliar o papel do Estado nesses conflitos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Recife, Pernambuco: planta de parte da cidade – 2010



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: SERVIÇOS para o cidadão. **Prefeitura do Recife**. Disponível em: https://www2.recife.pe.gov.br/servico/bairro-do-recife. Acesso em: 13 jul. 2024.

Conflitos urbanos: violência e segregação racial na cidade

Segundo pesquisas, há uma sensação compartilhada pela maioria das pessoas de que a vida nas grandes cidades é cada vez mais violenta. Em setembro de 2023, o Instituto Datafolha realizou uma pesquisa nacional questionando uma amostra da população brasileira acerca do principal problema do país. De acordo com os resultados, a violência, a segurança pública e a atuação policial eram as preocupações predominantes de 17% dos entrevistados.

O dado sobre a pesquisa do Instituto Datafolha foi retirado de: CROQUER, Gabriel. Datafolha: saúde é principal problema do país; segurança e educação vêm em seguida. **G1**, 8 dez. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/12/08/deltafolha-saude-seguranca.ghtml. Acesso em: 25 ago. 2024.

As consequências sociais desse sentimento compartilhado são, na atualidade, um importante objeto de estudo da sociologia. O medo tornou-se justificativa recorrente para as mudanças na administração dos espaços públicos e privados e nas formas de mobilidade urbana. A veiculação de determinados eventos violentos pela mídia (em geral, com forte apelo dramático) alimenta e reforça a sensação de medo na população. Tal sensação é medida em pesquisas de opinião e evidente na diminuição da frequência a estabelecimentos noturnos, de restaurantes a escolas. Ao juntar esses fatores subjetivos aos objetivos (como o aumento de homicídios e assaltos, medido por pesquisas ou registros de ocorrências policiais e dados do Sistema Único de Saúde), tanto os indivíduos quanto o Estado e os grandes agentes econômicos orientados pelo mercado procuram construir novas maneiras de viver na cidade.

É em razão de percepções desse sentimento de medo que *shopping centers* se reproduzem como alternativa ao comércio de rua. Também por causa dessa busca de proteção, multiplicam-se os condomínios fechados, que oferecem opções de comércio e de lazer em um ambiente protegido por serviços de segurança privados, o que diminui a circulação de moradores na cidade. Seguindo a mesma lógica, diminui-se a oferta de serviços noturnos – como as alternativas de lazer ou o transporte público e as instituições escolares –, que passam a funcionar cada vez mais em estabelecimentos localizados em centros comerciais fechados. Além disso, a vida privada das pessoas é monitorada por sistemas eletrônicos de vigilância, com câmeras e rastreamento individual e de veículos por satélite. Acima de tudo, hoje se vive sob a suposta proteção de grades, muros e até barreiras de arame farpado e cercas elétricas.

Ao estudar esses fenômenos, a sociologia contribui para explicar a violência urbana, avaliar suas consequências e auxiliar a construção de alternativas que não reproduzam seus efeitos perversos, como a segregação socioespacial e o estabelecimento de uma **cultura do medo**. Essa cultura desagregadora é resultado de um sentimento de perigo que se reproduz na sociedade, diminuindo o grau de coesão entre os indivíduos e facilitando estratégias de dominação autoritárias, que se valem do processo de isolamento e alienação social.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ZIGGY, TOM WILSON © 1991 ZIGGY AND FRIENDS, INC./DIST. BY ANDREWS MCMEEL SYNDICATION

Charge da personagem Ziggy, de Tom Wilson, 1991.

Imagens em contexto

A difusão do medo está ligada não apenas ao crescimento real da criminalidade, mas também a fatores subjetivos, como a dramaticidade de eventos violentos relatados pela mídia.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Qual é a relação entre a charge e a cultura do medo?
2. Você identifica a cultura do medo no lugar onde vive? Caso identifique, de que forma ela se manifesta? Cite exemplos.
3. De que forma a generalização do medo pode prejudicar a sociabilidade urbana? Dê exemplos do dia a dia.

Violência urbana

A violência se manifesta tanto no campo quanto nas cidades grandes ou pequenas. Assim, é importante entender o destaque alcançado a partir do final dos anos 1970 pela expressão *violência urbana*. Esse termo não só qualifica pelo senso comum a violência nas cidades, mas também se relaciona com os conceitos sociológicos de criminalidade, segregação e exclusão.

Segundo a antropóloga brasileira Alba Zaluar, o crescimento da violência (medido sobretudo pela taxa de homicídios, isto é, pelo número de assassinatos por 100 mil habitantes) é um fenômeno internacional e foi constatado em países desenvolvidos, como França e Estados Unidos, a partir dos anos 1960. No Brasil, foi constatado apenas dez anos mais tarde.

Criminalidade urbana e racismo

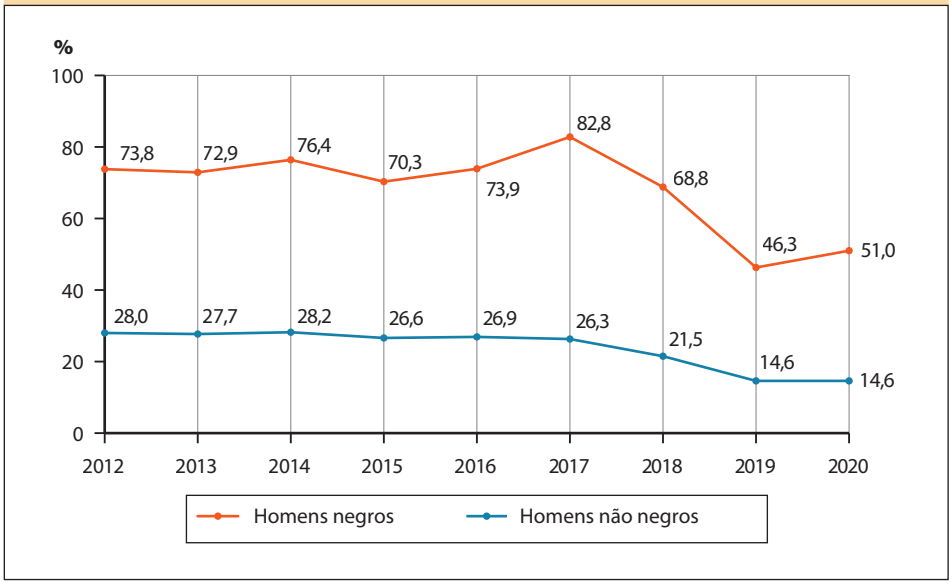
De acordo com dados sistematizados pela segunda edição do relatório *Violência armada e racismo*, – elaborado pelo Instituto Sou da Paz com base no Sistema de Informações sobre Letalidade, do Ministério da Saúde, e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2021, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) –, em 2020, a taxa de homicídios de homens negros por 100 mil habitantes no Brasil apresentou-se 3,5 vezes maior do que a de não negros. Em outros termos, para cada homicídio de pessoa não negra, houve cerca de 3,5 homicídios de negros. Tais números evidenciam a gravidade do racismo na sociedade brasileira.

ODS 16

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Descreva o comportamento da linha que representa a evolução da taxa de homicídios de homens negros no Brasil.
2. Descreva o comportamento da linha que representa a evolução da taxa de homicídios de homens não negros no país.
3. A que conclusão se chega comparando as duas taxas?

Brasil: taxa de homicídios por arma de fogo de homens em regiões metropolitanas e capitais, por raça/cor (por grupos de cem mil habitantes) – 2012-2020



Fonte: INSTITUTO SOU DA PAZ. **Violência armada e racismo**: o papel da arma de fogo na desigualdade racial. 2. ed. São Paulo: Instituto Sou da Paz, 2022. p. 8. Disponível em: https://soudapaz.org/wp-content/uploads/2022/11/Violencia_armada_e_racismo_edicao_2022.pdf. Acesso em: 13 jul. 2024.

Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2022, 50,3% das vítimas de mortes violentas intencionais eram adolescentes e jovens com idade entre 12 e 29 anos. Entre os mortos em intervenções policiais, esse grupo etário concentrava 75% das mortes. As consequências sociais desses dados ampliam ainda mais as desigualdades raciais no Brasil. A sensação de insegurança, aliada à veiculação de eventos violentos e sua associação aos jovens negros, contribui para o aumento no número de mortes nessa parcela da população.

Os dados referentes à violência foram retirados de: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. p. 24, 25, 32. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf. Acesso em: 13 jul. 2024.

ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA
Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Crimes violentos

Os **crimes violentos**, que no começo do século XX eram, em sua maioria, casos de vingança entre pessoas que se conheciam, passaram, na segunda metade do mesmo século, a ser predominantemente cometidos por desconhecidos que vitimavam principalmente homens jovens, em locais públicos. Essa tendência continua predominando no Brasil.

Os pesquisadores da Escola de Chicago foram os pioneiros na investigação de uma "delinquência juvenil", fornecendo os primeiros modelos de interpretação do campo de conhecimento mais tarde denominado **sociologia da juventude**. Buscando explicações para a proliferação de grupos de jovens com comportamento desviante em determinadas áreas de Chicago, nos anos 1920 e 1930, eles consideraram esses locais desestabilizadores da ordem constituída pelas normas de conduta coletiva. As *gangues*, como eram chamados esses grupos, compunham-se principalmente de migrantes em busca de trabalho que se estabeleciam nas áreas pobres da cidade.

A concepção das classes populares como ameaçadoras e perigosas é recorrente em diferentes épocas e lugares. Na contemporaneidade, ela está presente quando se abordam organizações juvenis, sejam as gangues de Chicago, as *galères* dos subúrbios parisienses ou as galeras dos bailes cariocas, todas associadas, de alguma forma, a eventos de violência amplamente divulgados pela imprensa.

Esse fenômeno criou na classe burguesa um medo crescente e, em consequência, uma preocupação com a segurança. Foi então que se difundiu a concepção das classes populares como **classes perigosas**. A percepção dos jovens pobres da periferia como "perigosos" tem guiado muitas políticas do Estado brasileiro, principalmente na área de segurança pública. Como resultado, os homicídios são a principal causa de morte de jovens, e parte deles decorre da ação do Estado.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

FRANÇOIS GUILLOT/AFP/GETTY IMAGES

Protesto contra a impunidade na morte de Adama Traoré, em Beaumont-sur-Oise, França. Fotografia de 2018. O jovem de 24 anos foi asfixiado por um policial em 2016.

Segregação socioespacial

Nos anos 1970 e 1980, os estudos sobre violência urbana se diversificaram e se renovaram, buscando demonstrar que ela parte também do Estado e da classe dominante contra a população mais pobre. A teoria da dominação, inspirada nas teorias de Karl Marx e Max Weber, foi recuperada para refletir sobre as formas de violência institucional.

Hoje, no debate sobre a "criminalização da pobreza", procura-se evidenciar o fato de que o processo de encarceramento e de estigmatização dos mais pobres não se baseia na busca por segurança, mas em "saneamento social" – que, por atingir principalmente os grupos não brancos, já foi comparado, no Brasil, a uma "limpeza étnica", fundada na segregação social dos pobres, que são, em sua maioria, pretos e pardos.

OBJETO DIGITAL
Infográfico clicável: O direito à moradia segundo a ONU

Loïc Wacquant e a violência nas cidades contemporâneas

Ao estudar os conflitos urbanos ocorridos na França, no Reino Unido e nos Estados Unidos, o sociólogo francês Loïc Wacquant distingue dois tipos de violência nas cidades contemporâneas: a "violência vinda de baixo" – explosões de revolta que envolvem, principalmente, jovens de áreas pobres da cidade – e a "violência vinda de cima" – traduzida no impacto das políticas econômicas e sociais, ou da ausência delas, nas condições de vida da população.

As diferenças nas formas de moradia, na população, no grau de conservação dos equipamentos públicos e no acesso aos meios de transporte entre os diversos bairros das cidades brasileiras são gritantes. É possível notar nessas diferenças um importante aspecto territorial do processo da formação social brasileira: **a segregação espacial urbana**.

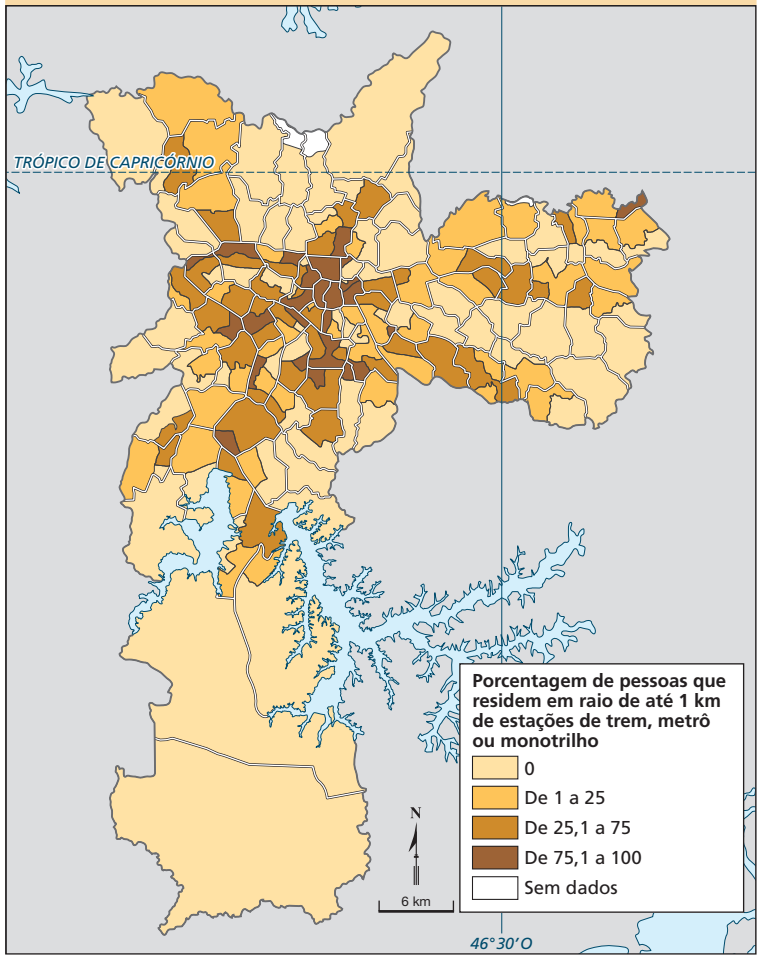
A segregação, nesse sentido, consiste na concentração de determinadas classes ou camadas sociais em certos bairros da cidade. No Brasil, como em outros países capitalistas, são segregados dessa forma principalmente os pobres (embora os ricos também possam segregar-se em condomínios fechados, por exemplo). Em mapas que representam a distribuição de equipamentos públicos nas cidades, verifica-se que as áreas mais afastadas, nas quais, em geral, vivem os trabalhadores de baixa renda, dispõem de menor número de equipamentos públicos. Isso significa que seus habitantes, além de morar longe dos locais de trabalho, têm menos acesso a serviços como saneamento básico, saúde, lazer e educação.

Explore **RESPONDA NO CADERNO.**

1. Escreva uma análise sucinta dos dados representados no mapa.
2. Relacione a falta de acesso ao transporte público nos bairros mais pobres da cidade com a violência classificada pelo sociólogo Löic Wacquant como "violência vinda de cima".

ODS 11

Município de São Paulo: acesso a transporte público de massa (em %) – 2017



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: REDE NOSSA SÃO PAULO. *Mapa da desigualdade 2021*. São Paulo: Instituto Cidades Sustentáveis, 2021. p. 21. Disponível em: https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Mapa-Da-Desigualdade-2021_Mapas.pdf. Acesso em: 13 jul. 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Consequências da segregação socioespacial

Nas grandes cidades, as distâncias contribuem para a reprodução das desigualdades na medida em que as oportunidades são menos acessíveis àqueles que mais necessitam delas. Além disso, quanto menos conexões há entre os segmentos da população, mais se enfraquecem as redes de sociabilidade e mais se priva cada grupo do contato com as diferenças. A socióloga urbana Sonia Roitman explica:

> Embora alguns estudiosos acreditem que a segregação pode ter efeitos positivos ao reforçar os laços sociais e de pertencimento a um grupo [...], as consequências negativas desse fenômeno são mais evidentes e mais perigosas no nível do tecido social. A segregação endurece as diferenças e divisões sociais. O isolamento social, geográfico e econômico reduz as oportunidades de emprego e aumenta a vulnerabilidade social. Não é apenas uma separação ou isolamento de outros membros e grupos da sociedade, mas também de recursos e serviços (empregos, serviços sociais, infraestruturas etc.) e, nesse sentido, a segregação espacial pode levar à exclusão social.

ROITMAN, Sonia. Barrios cerrados y segregación social urbana. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 7, n. 146, ago. 2003. Disponível em: https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/757. Acesso em: 25 ago. 2024. [Tradução dos autores].

Assim, crianças e jovens que nunca saem dos espaços nos quais são criados, sejam os bairros populares suburbanos, sejam os condomínios fechados da elite, acabam considerando naturais as distinções de classe socialmente constituídas. Isso pode impedir a formação de uma geração de cidadãos críticos das desigualdades e dispostos a se esforçar para combatê-las.

Além disso, as áreas residenciais mais privilegiadas da cidade produzem uma demanda constante de serviços para a população mais pobre em áreas como a de segurança e manutenção predial, a de construção civil e a de serviços domésticos. Nos grandes centros brasileiros, essa demanda motiva a população pobre a ocupar informalmente áreas nas proximidades de locais mais abastados. Outro fator que contribui para a ocupação informal da cidade é a dificuldade de locomoção para o trabalho, pois a rede de transporte público é ineficiente para garantir o deslocamento dos trabalhadores das áreas mais afastadas para o centro e vice-versa.

Há ainda outra forma de segregação relacionada às atividades urbanas isoladas em áreas específicas da cidade. Em cidades planejadas, como Brasília, no Distrito Federal, ou Nova Délhi, na Índia, existem áreas especialmente destinadas a atividades comerciais, industriais e de lazer, assim como zonas residenciais.

TALES AZZI/PULSAR IMAGENS

Vista da favela da Gamboa, com prédios residenciais de alto padrão ao fundo, no bairro Vitória, na Baía de Todos-os-Santos, em Salvador, Bahia. Fotografia de 2022.

Sugestão

Segregadas

Direção: Diego Dutra. Brasil, 2017. Duração: 78 minutos.

O documentário retrata a história de quatro mulheres – dona Lita, Ana Lúcia, Rosineide e Dalvina – que moram na periferia de Montes Claros, em Minas Gerais, e sobrevivem do lixo. Apesar de morarem em condições precárias, essas mulheres não querem deixar a comunidade de Palmital, onde vivem, e ir para a cidade. Por meio do relato delas, é possível entender os fatores envolvidos na pobreza urbana e a segregação socioespacial.

Classificação indicativa de *Segregadas*: 12 anos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A luta contra a desigualdade racial e a reorganização das cidades

A difusão do pensamento único que acompanhou o desenvolvimento da globalização no fim do século XX também influenciou o processo de **reestruturação urbana**. A prevalência de uma ideologia neoliberal no cenário internacional imprimiu nas cidades uma nova dinâmica de urbanização, apoiada em grande parte na privatização do espaço público. Tal processo pode ser compreendido, em linhas gerais, como a aplicação das técnicas de planejamento estratégico de empresas privadas no espaço público da cidade. Em uma analogia com o mercado privado, devem-se considerar dois princípios básicos:

- a cidade é uma mercadoria a ser vendida em um mercado constituído de todas as demais cidades;
- a cidade é uma empresa, uma unidade de gestão de negócios.

No que se refere à questão racial, durante esse processo, de um lado, ampliam-se as desigualdades raciais; de outro, os atingidos por essa mudança organizam-se para defender seus direitos por meio de polos de resistência e de proposição de novos arranjos para a vida na cidade. Assim, dois modelos de cidade são contrapostos: um baseado na lógica de mercado para a distribuição dos recursos urbanos (por exemplo: serviços públicos, como iluminação e esgoto, e equipamentos urbanos, como parques, hospitais e escolas) e outro que valoriza a política como meio de democratização da cidade e resolução dos conflitos sociais que acontecem nela (por exemplo, decisões tomadas em parceria com conselhos municipais, por meio de plebiscitos, e fiscalização eficiente dos vereadores).

A cidade como mercadoria e o aumento da desigualdade racial

Na perspectiva do planejamento estratégico, as cidades funcionam como polos de prestação de serviços e geração de renda, e, em uma visão mais econômica que política, gestores públicos procuram torná-las competitivas na busca por investimentos e na atração de mão de obra qualificada. Assim, em vez de serem consideradas partes de uma política regional ou nacional de desenvolvimento urbano, as cidades são concebidas como agentes que defendem seus interesses na ordem econômica competitiva. Essa forma de competição gera o *marketing* das cidades, que as formaliza como produtos que devem ser atraentes aos investidores dos setores imobiliário, de transportes, hoteleiro etc.

Quando se compara a cidade a uma empresa, trocam-se as deliberações éticas e políticas, baseadas na função social do solo urbano e na democracia, pelos princípios de produtividade, competitividade e subordinação dos fins sociais à lógica do lucro. No Brasil, a adoção dessa forma de ação pelo poder público afeta gravemente a população pobre das grandes cidades. A remoção de favelas e comunidades pobres e o deslocamento de seus moradores para áreas ainda mais distantes dos centros, em locais com precário acesso a equipamentos públicos, significam piora nas condições de vida dessa população. O acesso a educação, saúde e transporte público é ainda mais difícil, e a exposição à violência torna-se mais frequente.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO

Passageiros enfrentando problemas na estação Botafogo do metrô na capital do Rio de Janeiro. Fotografia de 2022. As dificuldades enfrentadas no transporte público são um dos exemplos de desigualdade nos espaços urbanos.

O papel da especulação imobiliária

A oposição entre centro e periferia é muitas vezes promovida pela especulação imobiliária, que torna mais caros os imóveis nas áreas centrais. Essa especulação ocorre quando um indivíduo ou uma empresa adquire uma grande quantidade de imóveis ou terrenos com o objetivo de lucrar com o aumento de seu valor. Esse aumento depende da quantidade de investimentos do Estado em equipamentos públicos na região onde se localizam os imóveis.

A especulação é consequência direta de políticas públicas de habitação que afastam os mais pobres do centro e das zonas residenciais mais valorizadas da cidade. Um conceito que explica essa estratégia é o de **gentrificação**. Por esse termo, entende-se o processo de revitalização e "limpeza" do espaço urbano que promove o aumento do custo de vida e torna a região inacessível aos mais pobres. Ocorre por meio de políticas públicas ou da ocupação de espaços da cidade por grupos econômicos interessados em lucrar com a especulação imobiliária. Por isso, a especulação imobiliária e a gentrificação são processos diretamente relacionados.

Reestruturação urbana e os povos indígenas

Os povos indígenas também são atingidos pela reestruturação urbana no Brasil. De acordo com dados do Censo 2022, divulgados pelo IBGE, cerca de 730 mil indígenas (que equivalem a 52% do total da população indígena do país) vivem em cidades. Grande parcela dessa população reside em áreas urbanas periféricas.

Além disso, com a expansão de diversos setores da economia, como o agronegócio, a extração de minérios e a criação de polos industriais e petroquímicos, aumentou a pressão sobre as terras ocupadas pelas nações indígenas. Forçados a se mudar para a cidade, os indígenas ocupam favelas e áreas periféricas, sofrendo com a pobreza, a violência e a inserção precária no mercado de trabalho.

Os dados referentes ao número de indígenas vivendo em cidades foram retirados de: IBGE. **Censo demográfico 2022**: indígenas: primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. p. 11.

ODS 1

Sugestão

Piripkura

Direção: Renata Terra, Bruno Jorge e Mariana Oliva. Brasil, 2017. Duração: 81 minutos.

Esse documentário relata a história de resistência dos dois únicos indígenas nômades do povo Piripkura, que sobrevivem cercados por fazendas e madeireiros em uma área ainda protegida no meio da Floresta Amazônica. Packyî e Tamandua vivem apenas com um facão, um machado e uma tocha. A cada dois anos, a Funai promove uma expedição ao local para se certificar de que os dois ainda estão vivos.

Classificação indicativa de *Piripkura:* 10 anos.

CADU DE CASTRO/PULSAR IMAGENS

Família de indígenas da etnia Guarani da Terra Indígena do Ribeirão Silveira vendendo artesanato e palmito na margem da Rodovia Rio-Santos, em Bertioga, São Paulo. Fotografia de 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Mobilize seus conhecimentos sobre a história do Brasil e explique por que o Pelourinho é um elemento da cultura material que pode fortalecer a consciência sobre o racismo na sociedade brasileira.
2. Que outros locais no Brasil contribuem para a reconstrução da memória histórica e cultural de negros e de indígenas? Para responder, mobilize seus conhecimentos de história. Se necessário, faça uma pesquisa.

Imagens em contexto

Assim como outras edificações do centro histórico de Alcântara, o Pelourinho é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan). A preservação de locais como esse ajuda a desmontar a versão de que o Brasil é uma democracia racial e contribui para promover a resistência das populações negras à dominação.

Participação popular e resgate histórico

A administração pública dispõe de instrumentos úteis para promover uma reforma urbana capaz de colocar o interesse popular em primeiro lugar, bem como combater a especulação imobiliária, reduzir a segregação espacial e recuperar a capacidade da população de participar das decisões sobre a administração da cidade. Entre esses instrumentos estão diferentes mecanismos da democracia representativa (conselhos, comitês de mobilização social e Câmara Municipal) e da democracia direta (plebiscitos, consultas e audiências públicas).

Além da reforma urbana, outras experiências de participação popular no planejamento, na organização e na administração da cidade podem contribuir para promover a justiça social. Entre essas experiências, destacam-se o orçamento participativo e a economia popular.

O **orçamento participativo** é um mecanismo para delegar aos cidadãos o poder de decidir sobre o local e o modo como devem ser feitos os investimentos públicos nas cidades. No final da década de 1970 e no início dos anos 1980, políticas de implantação de orçamento participativo foram experimentadas em alguns municípios, como Lages, em Santa Catarina, Pelotas, no Rio Grande do Sul, e Vila Velha, no Espírito Santo. Foi, porém, a experiência em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, realizada em 1989, que inspirou dezenas de outros municípios no Brasil a realizar alguma forma de orçamento participativo.

Como funciona esse projeto de participação popular? Diante da prestação de contas da prefeitura e da previsão do orçamento para o ano seguinte, a população se organiza em setores da cidade (o que dá poder de decisão a áreas tradicionalmente excluídas, como favelas e periferias) e elege conselheiros, que, assessorados por técnicos qualificados, deliberam sobre o orçamento com base nas solicitações reais da sociedade. Em seguida, as demandas são enviadas à Câmara Municipal para serem submetidas a uma votação e, depois de aprovadas, implementadas pelo poder público. Esse modelo pode contribuir para que as demandas das regiões periféricas das grandes cidades sejam levadas para o debate público.

A **economia popular urbana**, por sua vez, corresponde a um conjunto de atividades de caráter econômico realizadas para estabelecer novas formas de sociabilidade e, ao mesmo tempo, garantir a subsistência e o desenvolvimento de determinada comunidade pobre da cidade. Cooperativas e associações de trabalhadores são exemplos dessa forma de organização, pois são geridas pelos próprios integrantes, os quais, tendo ou não apoio estatal, detêm todo o processo produtivo de determinada atividade econômica.

A maior parte da população pobre, porém, não está inserida em experiências bem-sucedidas de economia popular. Isso ocorre tanto pelo desconhecimento das possibilidades desse modelo quanto pela descrença na real possibilidade de superação das desigualdades oferecida por essas práticas.

Outro aspecto relevante da reorganização das cidades reside na ressignificação dos espaços, bem como no resgate e na preservação de lugares históricos para parcelas da população. Assim, uma das lutas dos movimentos sociais de cunho étnico-racial tem sido a preservação ou a recuperação de locais ou áreas cuja existência contribui para a reconstrução da memória cultural e histórica de negros e indígenas.

ANDRE DIB/PULSAR IMAGENS

Pelourinho e casario colonial no centro histórico de Alcântara, Maranhão. Fotografia de 2019.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

TRABALHO COM FONTES

A redenção de Cam e a brancura como ideal de civilização

Em 1895, *A redenção de Cam*, quadro do pintor espanhol Modesto Brocos, ganhou a medalha de ouro no Salão Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. A obra não apenas suscitou admiração por sua qualidade artística, como também gerou críticas pelo que foi representado na tela.

Na época, iniciava-se o governo republicano no Brasil, após a recente abolição da escravidão, ocorrida em 1888, que aquecia os debates sobre a integração dos recém-libertos na sociedade. Discutiam-se, então, soluções para conter a excessiva população de ascendência negra. A ideologia difundida entre 1889 e 1914 com esse propósito foi a do branqueamento racial ou embranquecimento da população brasileira. Os defensores desse pensamento entendiam que a "raça" negra, por meio da miscigenação com os brancos, progrediria cultural e geneticamente, e tanto negros quanto mestiços desapareceriam ao longo de cem anos. O tema do branqueamento retratado no quadro de Brocos serviu para ilustrar essa tese.

O título da obra faz referência ao mito de Cam, narrado na Bíblia (Gênesis, capítulo 9, versículos 18 a 27). Noé teria se embriagado e ficado nu em sua tenda, e seu filho Cam teria exposto a nudez do pai a seus irmãos. Pelo fato de o filho tê-lo ridicularizado, Noé o amaldiçoou, condenando-o e toda a sua descendência à escravidão. Durante muito tempo, essa narrativa foi utilizada para justificar a escravidão com o argumento de que os negros africanos, supostos descendentes de Cam, teriam sido marcados pela cor de sua pele.

MODESTO BROCOS – MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES, RIO DE JANEIRO

A redenção de Cam, pintura de Modesto Brocos, 1895. No final do século XIX, as controversas teses do racismo científico foram utilizadas para defender o branqueamento da população brasileira.

ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO.

1. Identifique o tipo de documento, seu autor, o lugar e a época em que foi produzido.
2. Descreva o cenário, os personagens e as ações representados na imagem.
3. Qual é a ideia a respeito do branqueamento da população negra que o autor procurou transmitir na obra e que estava em voga no final do século XIX? Justifique sua resposta.
4. Em sua opinião, a arte contribui para a construção de representações sobre a realidade social de uma época? Justifique sua resposta.
5. Por que o racismo ainda persiste e como podemos combatê-lo?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Técnico em edificações, construção de edifícios e arquitetura e urbanismo

IBGE. **Pesquisa anual da indústria da construção 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. p. 1.

Nas regiões metropolitanas do Brasil, um dos desdobramentos da exclusão social é a expulsão da população mais pobre dos bairros centrais – mais valorizados e onde estão concentrados bancos, escritórios, empresas e moradias de elite – para as áreas periféricas. Distante dos locais de trabalho, essa população sofre com deslocamentos demorados e, muitas vezes, feitos em meios de transporte precários. Ademais, ela ocupa moradias em áreas carentes de infraestrutura e, por vezes, expostas a riscos, por exemplo, de enchentes e deslizamentos.

O planejamento das cidades para assegurar melhor distribuição dos equipamentos urbanos e a construção de moradias seguras e sustentáveis são desafios que cabem a diversos profissionais, entre os quais urbanistas, arquitetos e trabalhadores da construção civil. Eles podem atuar tanto em órgãos públicos – como secretarias de planejamento e de habitação – quanto em empresas privadas – construtoras, empreiteiras, escritórios de arquitetura, lojas de materiais de construção, entre outras.

Em 2022, havia no Brasil 174,7 mil empresas de construção civil, e elas empregavam 2,3 milhões de pessoas. Esse setor tem participação importante na economia brasileira. Conheça, a seguir, algumas opções de curso nessa área.

- **Curso técnico em edificações**. O profissional formado nesse curso pode desenvolver projetos de estrutura, instalações elétricas e hidrossanitárias de até 80 metros quadrados; elaborar orçamentos, planejar e executar obras e serviços de construção e manutenção predial; conduzir planos de qualidade da construção e coordenar a manutenção de equipamentos e instalações em edificações.
- **Curso superior de construção de edifícios**. A formação nesse curso habilita o profissional para planejar, gerenciar, executar e fiscalizar o desenvolvimento de obras; executar desenhos técnicos, elaborar orçamentos e desenvolver projeto estrutural em concreto armado; gerenciar resíduos de obra e aspectos relacionados à segurança ocupacional, à otimização de recursos, à responsabilidade ambiental e à manutenção de edificações; realizar vistorias, perícias, avaliações e emitir laudos e pareceres técnicos em relação a edificações.
- **Curso superior de arquitetura e urbanismo**. A formação possibilita analisar a cidade como um todo, compreendendo o modo como seus diversos elementos (transporte, espaços de cultura e lazer e moradias, entre outros) estão articulados, e para planejar, gerenciar e fiscalizar obras que equacionem problemas da estrutura urbana. O curso também habilita o profissional para projetar edificações diversas (moradias, escolas, prédios públicos ou comerciais etc.), garantindo, por exemplo, boa iluminação e ventilação nos cômodos, disposição funcional dos equipamentos e distribuição harmoniosa dos ambientes. Arquitetos e urbanistas também podem elaborar propostas para licitações, fazer orçamentos, planejar, acompanhar e fiscalizar construções, reformas e restauros de edificações, entre outras funções.

EDUARDO KNAPP/FOLHAPRESS

Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40192-em-2022-ocupacao-na-industria-da-construcao-cresce-4-4-e-servicos-especializados-ganham-participacao-no-valor-de-obras-do-setor#:~:text=Em%202022%2C%20a%20Pesquisa%20Anual,R%24186%2C1%20bilh%-C3%B5es) Acesso em: 13 jul. 2024.

Edifício do Lord Palace Hotel, inaugurado em 1958 no bairro de Santa Cecília, na capital de São Paulo. Fotografia de 2023. O hotel foi reformado pela Prefeitura de São Paulo para dar lugar a um conjunto de moradias populares depois de ter sido fechado e abrigado uma ocupação de trabalhadores sem-teto.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividades

RESPONDA NO CADERNO.

1. Neste capítulo, foram apresentadas diferentes teorias sobre a questão racial. Indique a ideia central de cada uma delas.

2. A teoria eugenista, elaborada pelo cientista britânico Francis Galton, teve ampla repercussão nos Estados Unidos, principalmente entre o final do século XIX e o início do século XX. Nas grandes cidades estadunidenses, destacavam-se entre os apoiadores dessa teoria pessoas de classe média, brancas e com boa educação formal. Apresente alguns fatores que contribuíram para que pessoas com esse perfil racial e social se tornassem partidárias da eugenia.

3. Nos estádios de futebol, nas escolas, em universidades e em ambientes de aprendizagem, ou em praças e ruas, do Brasil e de outros países, o sentimento e a prática racista constituem uma realidade.
   a. Considerando os estudos realizados neste capítulo, reflita sobre o assunto e responda: por que é tão difícil superar o racismo?
   b. As ações afirmativas são uma das principais estratégias para combater e superar as práticas racistas. Dê exemplo de uma dessas ações e discuta seu impacto na sociedade brasileira.

4. No Brasil, a prática da capoeira foi considerada crime entre 1890 e 1937, segundo o artigo 402 do Código Penal da época, com pena de até seis meses de prisão. Até a abolição da escravatura, em 1888, os praticantes de capoeira eram punidos com até trezentos açoites. Com base no que você estudou neste capítulo, explique o que motivou essa proibição. Em seguida, pesquise sobre a capoeira, a influência dela na cultura brasileira e como ela é vista hoje pela sociedade.

5. Algumas palavras e expressões da língua portuguesa, como você estudou, denotam preconceito e são termos discriminatórios. Muitas são utilizadas automaticamente pelas pessoas, sem associarem-nas à origem, o que acaba perpetuando o racismo. Por outro lado, a língua portuguesa, sobretudo a falada no Brasil, também contém muitas palavras de origem africana ou indígena, algumas bastante utilizadas no dia a dia, que enriquecem o idioma, mas cuja origem as pessoas desconhecem. Faça uma pesquisa e liste dez termos ou expressões discriminatórias que devem ser evitados, além das analisadas no cartaz da página 168. Pesquise também vinte palavras de origem africana ou indígena utilizadas atualmente em português e reflita sobre como seu vocabulário pode contribuir para combater a desigualdade étnica e racial.

6. De acordo com Djamila Ribeiro, mestre e pesquisadora na área de filosofia política: além de se entender como privilegiado, o branco deve ter atitudes antirracistas. Apenas dizer que não é racista não basta para combater o racismo, pois, segundo a filósofa, é impossível não ser racista tendo sido criado em uma sociedade racista. Reflita sobre essa afirmação e redija uma dissertação com o tema: "O que, de fato, podemos fazer pela luta antirracista".

7. O racismo e suas consequências são combatidos por meio de manifestações culturais que valorizam as práticas e os saberes das populações negras e indígenas. Reúna-se a alguns colegas e pesquisem informações sobre diferentes manifestações e expressões artísticas que valorizam as culturas negras e indígenas. Conversem com os demais colegas e com o professor sobre o papel dessas obras no combate ao racismo no Brasil.

8. As mídias tradicionais influenciam a opinião pública, moldam a cultura e refletem as relações de poder na sociedade. Em que medida elas contribuem para criar e reforçar a teoria das "classes perigosas" no Brasil? Para investigar esse tema, siga as etapas indicadas.
   - Junte-se a três colegas e escolham uma notícia atual veiculada por uma emissora de televisão ou por um jornal sobre uma situação de violência policial, remoção forçada de população ou política pública de segurança em uma grande cidade brasileira.
   - Analisem a notícia, considerando seus elementos discursivos. Em relação às imagens, por exemplo, vocês podem analisar o ângulo, a posição e a postura corporal das pessoas retratadas. Em relação à linguagem, é importante avaliar, por exemplo, os adjetivos e verbos utilizados para caracterizar as pessoas e as ações noticiadas.
   - Apresentem a análise da notícia aos demais colegas e ao professor, realizando um debate relacionando a teoria das "classes perigosas" com os materiais obtidos.

OBJETO DIGITAL Vídeo: Análise de mídias tradicionais

9. Mobilize seus conhecimentos de sociologia e geografia para explicar a situação retratada na fotografia com base no conceito da cidade como mercadoria.

ODS 1

MAURICIO SIMONETTI/PULSAR IMAGENS

Condomínio residencial e moradias na margem do córrego da Cruz Negra, poluído por lixo e descarga irregular de esgoto doméstico, na capital de São Paulo. Fotografia de 2019.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividades

10. Analise o texto a seguir.

> [...] o *shopping center* é uma organização privatizadora do lazer. Mas é preciso reconhecer que isso acontece e complexifica-se na medida em que não existem políticas públicas que confiram ao fenômeno do lazer o caráter de direito social, direito de todos. Entendo que o *shopping center* só vem aumentando sua participação na esfera do lazer urbano por causa da brecha que a inexistência ou ineficiência das políticas públicas de lazer, sobretudo no Brasil, vem abrindo. A ausência de políticas públicas [...] favorece não só a privatização do lazer pelo *shopping center* como também a segregação social, uma vez que o poder aquisitivo acaba sendo um dos determinantes principais para as tomadas de decisões diante das escolhas existentes.

PADILHA, Valquíria. Desafios da crítica imanente do lazer e do consumo a partir do *shopping center*. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 10, n. 17, p. 103-119, jul/dez. 2008. p. 109.

Identifique a alternativa que melhor sintetiza o argumento apresentado nesse texto por Valquíria Padilha.

a. O lazer como direito social pode ser assegurado tanto por políticas públicas como pela iniciativa privada.

b. A privatização dos espaços de lazer é uma característica das metrópoles contemporâneas que permite o acesso da população a lugares seguros.

c. A segregação social é consequência dos processos de privatização do lazer, que tomam por base a perspectiva dos direitos sociais.

d. O poder aquisitivo da classe trabalhadora não lhe permite usufruir dos equipamentos urbanos na esfera do lazer.

e. O *shopping center* simboliza a divisão dos espaços da cidade entre as classes sociais e a negação da igualdade de direitos associada à privatização do lazer.

11. Pesquise informações sobre propostas de intervenção urbana no município onde você mora e identifique nelas interesses coletivos ou de classes sociais específicas. Em seguida, faça um levantamento da disponibilidade e da diversidade de equipamentos públicos nas áreas consideradas mais ricas e nas mais pobres e compare-as. Depois, discuta com os colegas e com o professor a relação entre os dados que você obteve e a violência e o acesso a oportunidades.

12. Analise o trecho da Lei nº 11.124, de 2005, citado a seguir.

> [...]
>
> Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.
>
> [...]
>
> Art. 2º Fica instituído o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, com o objetivo de:
>
> I – viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável;
>
> II – implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda; e
>
> III – articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação.
>
> Art. 3º O SNHIS centralizará todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social, observada a legislação específica.
>
> [...]

BRASIL. **Lei nº 11.124, de 16 junho de 2005**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm. Acesso em: 17 jul. 2024.

a. Apesar de o direito à habitação estar instituído na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, as camadas mais pobres da população têm encontrado extrema dificuldade para obtê-lo. O fato de a habitação ser uma mercadoria amplia essa dificuldade? Por quê?

b. Com base no texto e nas informações que você obteve no capítulo, explique o que o Estado pode fazer para mudar a situação do déficit habitacional e de que maneira pode fazê-lo.

Enem e vestibulares

13. (Enem-MEC)

> A população negra teve de enfrentar sozinha o desafio da ascensão social, e frequentemente procurou fazê-lo por rotas originais, como o esporte, a música e a dança. Esporte, sobretudo o futebol, música, sobretudo o samba, e dança, sobretudo o carnaval, foram os principais canais de ascensão social dos negros até recentemente. A libertação dos escravos não trouxe consigo a igualdade efetiva. Essa igualdade era afirmada nas leis, mas negada na prática. Ainda hoje, apesar das leis, aos privilégios e arrogâncias de poucos correspondem o desfavorecimento e a humilhação de muitos.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 (adaptado).

Em relação ao argumento de que no Brasil existe uma democracia racial, o autor demonstra que

a. essa ideologia equipara a nação a outros países modernos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

b. esse modelo de democracia foi possibilitado pela miscigenação.

c. essa peculiaridade nacional garantiu mobilidade social aos negros.

d. esse mito camuflou formas de exclusão em relação aos afrodescendentes.

e. essa dinâmica política depende da participação ativa de todas as etnias

14. (UEL-PR)

MALTA, Marcio (Nico). **Charges para sala de aula**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016. p. 155.

De acordo com vários estudos recentes sobre a vivência do racismo, a descoberta da discriminação racial, baseada em alguns aspectos físicos (como a coloração da pele e o cabelo encaracolado, por exemplo), acontece ainda na infância para muitas crianças negras, que primeiro percebem a negritude como algo ruim, a ser escondida. No entanto, desde os anos 1960, vários movimentos sociais, entre eles o movimento negro e os movimentos contraculturais, vêm contestando duramente os padrões impostos socialmente como modelos únicos de beleza, cultura e religiosidade, por exemplo. Em um movimento crescente, que remete a uma luta histórica do povo negro em países de todo o continente americano, aos poucos a negritude tem começado a ser concebida como algo positivo, uma herança a ser cultivada e valorizada.

Entendendo que tanto as estruturas racistas das sociedades quanto os atuais movimentos em prol da valorização da cultura negra são fruto de processos sociais e disputas políticas, responda aos itens a seguir.

a. A despeito das diferenças culturais existentes entre os países do continente americano, o racismo é um elemento presente em todos esses lugares. Por que as sociedades americanas têm um histórico de racismo tão acentuado?

b. Qual é o papel dos movimentos negros e das ações afirmativas no combate ao racismo?

15. (Enem-MEC)

Superar a história da escravidão como principal marca da trajetória do negro no país tem sido uma tônica daqueles que se dedicam a pesquisar as heranças de origem afro à cultura brasileira. A esse esforço de reconstrução da própria história do país, alia-se agora a criação da plataforma digital Ancestralidades. "A história do negro no Brasil vai continuar sendo contada, e cada passo que a gente dá para trás é um passo que a gente avança", diz Márcio Black, idealizador da plataforma, sobre o estudo de figuras ainda encobertas pela perspectiva histórica imposta pelos colonizadores da América.

FIORATI, Gustavo. **Projeto joga luz sobre negros e revê perspectiva histórica**. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 10 nov. 2021 (adaptado).

Em relação ao conhecimento sobre a formação cultural brasileira, iniciativas como a descrita no texto favorecem o(a)

a. recuperação do tradicionalismo.

b. estímulo ao antropocentrismo.

c. reforço do etnocentrismo.

d. resgate do teocentrismo.

e. crítica ao eurocentrismo.

16. (Unesp-SP)

Hoje, a melhor ciência informa que as etnias são variações cosméticas do núcleo genético humano, incapazes sozinhas de determinar a superioridade de um indivíduo ou grupo sobre outros. Segundo o médico Sérgio Pena, não somos todos iguais, somos igualmente diferentes. É uma beleza, do ponto de vista da antropologia genética, esperar que, um dia, ela ajude a desvendar o enigma clássico da condição humana que é a eterna desconfiança do outro, do diferente, do estrangeiro. O DNA nada sabe desse sentimento. No seu coração genético, a espécie humana é tão mais forte e sadia quanto mais variações apresenta.

ALTMAN, Fábio. Unidos pelo futebol… e pelo DNA. **Veja**, 9 jun. 2010 (adaptado).

Esta reportagem aborda o tema das diferenças entre as etnias humanas sob um ponto de vista contrastante em relação a outras abordagens vigentes ao longo da história.

Em termos éticos, trata-se de uma abordagem promissora, pois

a. opõe-se às teorias antropológicas que criticaram o etnocentrismo ocidental em seu papel de justificação ideológica do colonialismo.

b. apresenta argumentos científicos que provam o caráter prejudicial da miscigenação para o progresso da humanidade.

c. fornece uma fundamentação científica para justificar estereótipos racistas presentes no pensamento cotidiano e no senso comum.

d. permite um questionamento radical dos ideais universalistas inspiradores de políticas de preservação dos direitos humanos.

e. estabelece uma ruptura com teorias eugenistas que defenderam a purificação racial como meio de aperfeiçoamento da humanidade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 8

Gênero, sexualidades e identidades

Todos os dias, pessoas são vítimas de preconceito e de violência de gênero no Brasil e em outros países. Para enfrentar essa situação, é necessário compreender os conceitos de sexo, gênero e sexualidade e analisar a influência nos padrões de comportamento dos mecanismos simbólicos e das estruturas de poder que consolidam formas de dominação econômica, cultural e política.

É importante também perceber a atuação dos movimentos sociais na identificação das desigualdades e da violência e na modificação das percepções sobre o tema. Em uma sociedade democrática, todas as pessoas devem ter seus direitos de cidadania respeitados, independentemente de sua classe, raça, gênero e sexualidade.

A importância do debate sobre gênero

O debate sobre as questões de gênero e sexualidade é cercado de tensões e polêmicas em qualquer lugar que aconteça. Observa-se, porém, o crescimento de movimentos que reivindicam direitos e promovem a ampliação do diálogo e da compreensão sobre as chamadas **questões de gênero**.

Esse tema foi muito influenciado pelo movimento feminista, iniciado no século XIX, que tem como preocupação central os direitos das mulheres. Atualmente, porém, os estudos de gênero incluem um debate mais amplo, mobilizando conceitos como identidade e diferença, transexualidade, movimentos sociais, cultura, desigualdade e violência. Além disso, pesquisadores desse tema têm buscado compreender por que os direitos de mulheres, bissexuais, homossexuais e transgêneros ainda não são respeitados. Em razão do desrespeito a seus direitos, essas pessoas são vítimas de preconceito e não podem expressar livremente sua identidade no dia a dia.

De acordo com dados obtidos pela Rede de Observatórios da Segurança, em 2023, a cada intervalo de 24 horas ao menos oito mulheres eram vítimas de violência doméstica no Brasil. Em relação às pessoas que se identificam como LGBTQIA+, os dados também são alarmantes. Segundo relatório apresentado pelo *site Observatório das mortes e violências contra LGBTI+*, corroborado pelo Ministério dos Direitos Humanos, em 2023 foram registradas 230 mortes violentas de pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais e travestis no Brasil. Com base nessas informações, conclui-se que o Brasil é um dos países em que mais pessoas LGBTQIA+ são mortas.

Os dados foram obtidos em: A CADA 24 horas ao menos oito mulheres foram vítimas de violência em 2023. **Rede de Observatórios da Segurança**, 7 mar. 2024. Disponível em: https://observatorioseguranca.com.br/a-cada-24-horas-ao-menos-oito-mulheres-foram-vitimas-de-violencia-em-2023/. Acesso em: 31 jul. 2024; DOSSIÊ denuncia 230 mortes e violências de pessoas LGBT em 2023. **Observatório de Mortes e Violências LBGTI+ no Brasil**, 13 maio 2024. Disponível em: https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2023/. Acesso em: 31 jul. 2024.

IAN CHEIBUB/REUTERS/FOTOARENA

Parada do Orgulho *Gay* na praia de Copacabana, na capital do estado do Rio de Janeiro. Fotografia de 2019. A luta pelos direitos da comunidade LGBTIQIA+ e pelo combate à violência de gênero tem sido pauta dos movimentos sociais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A violência contra as mulheres e pessoas LGBTQIA+

Em outros países, os índices de violência contra as mulheres e pessoas LGBTQIA+ também são altos e têm aumentado no mundo todo. Ao realizar estudos sobre gênero e sexualidade, procura-se compreender as construções simbólicas e sociais que contribuem para que isso ocorra. Com o debate, busca-se também identificar e analisar as formas menos visíveis de opressão que reforçam as situações de menosprezo às quais esses grupos são submetidos na família, em ambientes de trabalho, na mídia, nos espaços de expressão artística (incluindo TV, cinema e música) e nas instituições educacionais, científicas, econômicas e políticas, ou seja, em muitas instâncias da vida social.

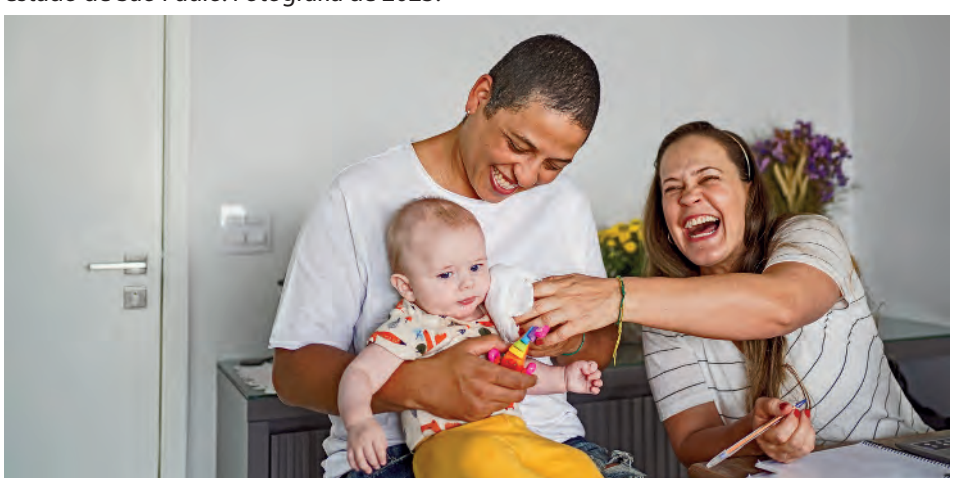
Diante desse cenário, é possível perguntar: será que nos encaixamos em todos os padrões da sociedade considerados corretos? Será que nos inserimos nos padrões de beleza, de consumo e de estética? Temos os empregos que são considerados melhores? Em algum momento, todos podemos ser considerados de fora ou diferentes por não atender a esses padrões e exigências socioculturais, sendo submetidos a agressões e sofrimento.

Então, por que tomar como referência apenas *um* modo de vida, *um* padrão de beleza, *um* modelo de família e *um* tipo de orientação sexual? Ao pensar sobre essa questão, é possível questionar o modo como são construídos os elementos considerados referências comportamentais e culturais de uma sociedade. Será que a diversidade da humanidade é levada em consideração nessa construção? Para refletir a respeito disso, é preciso entender que as relações de gênero, assim como as de classe e de raça, envolvem poder e, portanto, são construídas socialmente.

E+/GETTY IMAGES

Retrato de família brasileira, em que é possível ver avós, pais e filhos na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2023.

RENATA ANGERAMI/E+/GETTY IMAGES



Retrato de família brasileira, em que é possível ver mães e um bebê na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2022.

Sugestão

Observatório da Mulher contra a Violência

Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv. Acesso em: 31 jul. 2024.

O Observatório da Mulher contra a Violência foi fundado para levantar e analisar dados sobre violência contra as mulheres, fomentar ações de atendimento a vítimas e avaliar medidas de assistência social a mulheres em situação de fragilidade socioeconômica. No *site* do observatório, é possível acessar muitas informações sobre a necessidade de combater todas as formas de opressão contra as mulheres. As ferramentas de acessibilidade democratizam o conteúdo disponibilizado.

Imagens em contexto

As imposições de um padrão de beleza, de composição familiar, de hábitos cotidianos e de consumo podem conduzir à conclusão errônea de que pessoas que não se encaixam nesse modelo são estranhas e/ou inadequadas. O reconhecimento da diversidade e da pluralidade possibilita dinâmicas socioculturais mais inclusivas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sexo e gênero: entre a construção e a desconstrução

Por que se costuma diferenciar as noções de sexo e gênero e como começou essa distinção? No século XIX, o tema da sexualidade e dos comportamentos humanos em relação a desejos e afetos passou a ser o objeto central da psicanálise, criada pelo neurologista Sigmund Freud. Segundo ele, a relação entre a sexualidade e o sexo é afetada por diversos fatores, como a relação da criança com o pai e a mãe, e o reconhecimento de ter ou não um *falo* (pênis). De acordo com Freud, os comportamentos feminino e masculino se manifestam a partir do momento em que a criança reconhece que tem ou não um pênis, no chamado estágio fálico. O masculino, portanto, estaria associado ao falo, enquanto o feminino sempre se definiria pela falta e pela "inveja" do pênis. Essa explicação foi muito utilizada para diferenciar os comportamentos considerados femininos, causados por essa "castração", dos concebidos como masculinos, relacionados ao fato de ter um falo.

Ao longo do século XX, a psicanálise e a teoria de Freud foram revisitadas no contexto de crescimento das lutas feministas e do questionamento dos papéis subalternos reservados às mulheres nas sociedades contemporâneas. Embora a teoria freudiana e o desenvolvimento da psicanálise tenham sido importantes para a compreensão científica da sexualidade, algumas de suas interpretações foram consideradas limitadas pelas pensadoras feministas.

Nesse cenário, a filósofa feminista francesa Simone de Beauvoir afirmou que a anatomia de homens e mulheres não pode explicar todos os comportamentos associados a pessoas dos sexos feminino e masculino. De acordo com ela, o ambiente cultural e educacional é responsável pela construção e pela imposição de padrões a meninos e meninas. Com base nesse raciocínio, a filósofa e outras feministas começaram a distinguir sexo de gênero: o **sexo** corresponde aos aspectos hormonais, cromossômicos e anatômicos, enquanto o **gênero** está associado às construções e expectativas sociais sobre comportamentos femininos e masculinos.

Assim, a ideia de pertencimento social e de gênero é formada principalmente por elementos culturais, pela sociedade e pela experiência familiar. Desde a infância, durante o processo de socialização, os adultos influenciam crianças a adotar certos comportamentos e usos do corpo: cabelo curto para meninos e longo para meninas; passividade para meninas e agressividade para meninos; bonecas para meninas e carrinhos para meninos. Como esses elementos e comportamentos são construídos socialmente, não podem ser considerados naturais. A mudança nessa percepção social é um dos objetivos dos movimentos sociais feministas.

DISNEY/FLIXPIX/ALAMY/FOTOARENA

Cena do filme *Moana*, de 2016.

Imagens em contexto

No filme, Moana é o nome da filha única do chefe de uma aldeia indígena na Oceania. Quando os pescadores de sua ilha não conseguem pescar nenhum peixe e as colheitas falham, ela descobre que um semideus Maui provocou uma praga na ilha ao roubar o coração de uma deusa. A jovem, então, resolve partir em uma viagem para tentar persuadir Maui a devolver o coração da deusa. Em sua jornada pelo Oceano Pacífico, a jovem enfrenta criaturas marinhas.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Referências a personagens, histórias, jogos e brincadeiras contribuem para o processo de aprendizagem dos papéis de gênero na infância. Indique uma mudança no papel social das mulheres que você percebeu ao conhecer a história do filme Moana.
2. Converse com os colegas e identifiquem elementos e comportamentos relacionados às mulheres e aos homens na sociedade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Processo de construção de identidade e gênero

"Ninguém nasce mulher: torna-se mulher." Essa é uma conhecida declaração de Simone de Beauvoir que distingue as dimensões da *natureza* e da *cultura*. Assim, o processo de construção do gênero envolve a diferenciação ou a identificação com os órgãos genitais, mas tem com eles uma relação simbólica, ou seja, cultural. Desse ponto de vista, por exemplo, o comportamento menos carinhoso de um homem ou o comportamento maternal de uma mulher não podem ser corretamente explicados pela presença de certos hormônios ou de outro traço biológico: a explicação está na repressão de desejos e de comportamentos imposta pela sociedade.

Na sociologia, até os anos 1970, o conceito de **papéis sociais de sexo**, apresentado pela antropóloga cultural estadunidense Margaret Mead, era o mais utilizado. A partir dessa década, os teóricos sociais passaram a utilizar o conceito de *gênero*, influenciados pela chamada segunda onda do feminismo (ocorrida entre 1960 e 1980), na qual houve ampliação das reivindicações feitas pelas primeiras organizações feministas. Desse modo, ao empregar o conceito de gênero, passou-se a enfatizar os processos de construção dos comportamentos em relação ao corpo e aos afetos para superar a fixação rígida e estanque das categorias de homem e mulher fundadas em descrições biológicas. Com as teorias formuladas nesse período, procurou-se desnaturalizar os padrões de "normalidade" da **perspectiva androcêntrica**, que se baseia na naturalização da experiência masculina como princípio universal de humanidade. Exemplos de androcentrismo podem ser encontrados no uso de expressões que contribuem para legitimar uma relação de dominação masculina, como "direitos do homem", "evolução do homem" e "ciência do homem".

Outro exemplo é o uso de imagens masculinas e femininas para indicar uma suposta superioridade dos homens. Essas imagens reforçam estereótipos de dominação para os homens e de submissão para as mulheres. Isso significa, como afirma o sociólogo francês Pierre Bourdieu, que as estruturas e instituições sociais partem de uma construção simbólica na qual as características masculinas e femininas são biologizadas, naturalizadas e, portanto, dificilmente desconstruídas.

Imagens em contexto

Marco na primeira onda do movimento feminista, a Liga da Liberdade das Mulheres foi uma organização britânica do início do século XX que defendia a resistência passiva e a desobediência civil não violenta – com boicotes fiscais e campanhas de conscientização pública – como táticas de luta pelo direito das mulheres ao voto. Enquanto a primeira onda do movimento feminista teve como foco a luta pelo sufrágio feminino e pela igualdade legal, a segunda onda foi marcada pelo questionamento às expectativas sociais e normas de comportamento associadas às mulheres, abarcando pautas como os direitos sexuais e reprodutivos e a igualdade no mercado de trabalho.

TOPICAL PRESS AGENCY/GETTY IMAGES

Reunião da Liga da Liberdade das Mulheres, na Praça Trafalgar, em Londres, no Reino Unido. Fotografia de 1921.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Gênero e instituições sociais

Para a sociologia, nossa identidade se forma nas relações sociais de oposição ou de aproximação. Portanto, passa por aspectos relacionais anatômicos, psíquicos ou sociais. Mas é nas instituições sociais que ocorre o processo mais rigoroso e sistemático de normas em relação ao gênero e à sexualidade.

Durante muito tempo, a família e a escola foram instituições responsáveis por reproduzir marcadores de gênero, assim como estereótipos ligados a homens e mulheres. Na família, a definição da identidade do bebê era debatida antes mesmo de seu nascimento: todos se perguntavam se seria menino ou menina, prevendo sua possível personalidade, seus gostos e até mesmo sua profissão. Esse fato revela que nossa identidade central é construída de acordo com as expectativas em relação a nosso gênero/sexo.

Desde o início do século XXI, as transformações na sociedade têm modificado, ainda que com dificuldades, algumas dessas relações. Ainda há discussões familiares a respeito do sexo do bebê e as expectativas sobre sua vida em razão de ser menina ou menino, mas em muitas famílias esses papéis já não são definidos previamente, mas reconstruídos e ressignificados. Além disso, cada vez mais mulheres reivindicam um tratamento sem a desigualdade de gênero.

Na escola, essa relação também era marcada pela distinção entre os sexos. Os marcadores de gênero se apresentavam em todos os espaços, dentro e fora das salas de aula. Nesse sentido, a escola exercia o papel de consolidar as relações desiguais de gênero e trazer outras, como a suposta vocação de alunos e alunas para determinadas áreas do conhecimento. Essa também é uma relação que, com muitas tensões e desafios, vem sendo transformada pela ação dos movimentos sociais e das mulheres de maneira individual.

LUCIANA WHITAKER/PULSAR IMAGENS

Estudantes no laboratório de *hardware* e robótica do Ensino Médio Integrado ao Técnico em informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, em Fronteira do Oeste, no Mato Grosso. Fotografia de 2018.

Para vários sociólogos e antropólogos, as regras em relação aos gêneros podem ser mais ou menos rígidas, variando de acordo com cada sociedade. Nas **sociedades patriarcais**, em que o modelo de família é **monogâmico** e heterossexual, tendo o poder centrado no *pai* (patriarca), as mulheres são submetidas ao espaço doméstico e a posições inferiores na sociedade. Essa estrutura social foi apontada por feministas como a principal razão para explicar a perpetuação de homens em postos de comando e poder. Essa explicação, no entanto, sofreu modificações e críticas nos últimos anos, e as origens e as formas de continuidade das desigualdades de gênero passaram a ser repensadas.

Monogâmico: que pratica a monogamia, ou seja, possui um único cônjuge ou parceiro romântico de cada vez.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Comportamentos de gênero: um exemplo de diversidade

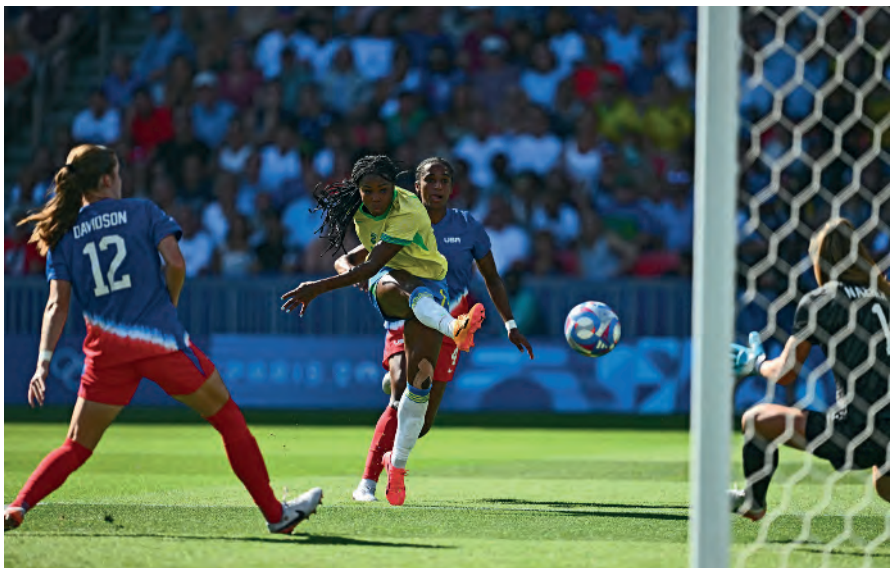
Até o início do século XX, era comum as pessoas associarem o sexo ao gênero por acreditarem na determinação do fator biológico sobre o comportamento humano. No livro *Sexo e temperamento*, de 1935, a antropóloga estadunidense Margaret Mead apresentou uma importante contribuição para demonstrar que os comportamentos, hábitos, modo de agir, falar e sentir não eram condicionados por fatores biológicos.

Ela realizou um trabalho de campo com três povos diferentes de Papua-Nova Guiné: o arapesh, o mundugumor e o tchambuli (atualmente chambri). Tomando como base as construções sociais do mundo ocidental, em que os homens são considerados desbravadores, hostis e agressores, e as mulheres, carinhosas e dedicadas a questões familiares e maternas, Mead relatou que, na cultura arapesh, tanto homens quanto mulheres exibiam comportamentos dóceis, afetivos e sutis, ou seja, um padrão de comportamento esperado de mulheres estadunidenses. Na cultura mundugumor, por sua vez, ela constatou que tanto os homens quanto as mulheres eram agressivos e dominadores, ou seja, apresentavam um padrão de comportamento esperado dos homens estadunidenses. Já na cultura tchambuli, a pesquisadora observou que os homens eram dóceis, e as mulheres, agressivas.

Margaret Mead também encontrou indivíduos considerados inadaptados, ou seja, que não se enquadravam nos papéis sociais definidos, e percebeu que eles, assim como na cultura ocidental, encontravam dificuldades de inserção no grupo. Dessa forma, sua pesquisa contribuiu para evidenciar que os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres são resultado de uma construção cultural, e não de determinantes inatos ou biológicos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

JONATHAN NACKSTRAND/AFP/GETTY IMAGES



A jogadora de futebol brasileira Ludmila da Silva, em partida pela medalha de ouro entre Brasil e Estados Unidos durante os Jogos Olímpicos de Paris 2024, na França. Fotografia de 2024.

Imagens em contexto

O futebol é um exemplo de construção cultural cujo papel, durante muito tempo, foi atribuído apenas aos homens. Embora as mulheres joguem futebol há mais de cem anos, sua inclusão em torneios oficiais é uma conquista recente.

Você pesquisador

Algumas escolas têm procurado adaptar suas normas e instalações a fim de promover a inclusão de pessoas que não se enquadram na classificação binária dos gêneros (em masculino e feminino). A reitoria do Colégio Pedro II, na capital do Rio de Janeiro, por exemplo, decidiu flexibilizar o uso do uniforme, abolindo a restrição relacionada a modelos masculino e feminino. Tais reformulações acompanham as ações, iniciadas nas primeiras décadas dos anos 2000 pelo governo federal, que possibilitaram o uso de nome social por pessoas transexuais e travestis e a adaptação dos banheiros escolares para beneficiar e incluir pessoas com identidades diversas.

Medidas como essas, porém, são alvos de muitas críticas de setores conservadores da sociedade. A Câmara de Vereadores do município de Sorocaba, no estado de São Paulo, por exemplo, aprovou, em 2015, uma lei que proibia o uso de banheiros com base na identidade de gênero nas escolas públicas e privadas de Ensino Fundamental. Segundo o vereador que apresentou o projeto de lei, essa medida foi tomada para evitar que crianças e adolescentes com genitais diferentes utilizassem o mesmo banheiro. Reúna-se a alguns colegas para saber mais informações sobre esse assunto. Para isso, sigam estas etapas:

- Façam uma pesquisa sobre políticas e ações relacionadas à diversidade de gênero nos ambientes escolares do estado ou do município onde vocês vivem. Procurem identificar a legislação vigente relativa a esse tema e os argumentos envolvidos na discussão sobre os direitos das pessoas de diferentes gêneros.
- Compartilhem com os demais colegas as informações obtidas e debatam possíveis soluções para os problemas ou dificuldades encontrados.

O patriarcado

O conceito de **patriarcado** é um dos principais pontos de partida do pensamento feminista do século XX. De acordo com as teorias feministas, o patriarcado é um sistema de poder análogo ao escravista por submeter as mulheres aos homens e legitimar o poder masculino nas esferas privada e pública, justificando, por exemplo, a predominância de homens em cargos de gestão e a permanência da violência doméstica e de outras modalidades de agressão contra as mulheres. A predominância da responsabilidade das mulheres pelas atividades domésticas e sua baixa participação na vida política são outros exemplos da persistência do sistema patriarcal nos dias de hoje.

A pesquisadora brasileira Neuma Aguiar analisou as diferentes perspectivas do pensamento social brasileiro acerca do patriarcado, considerando a importância do fenômeno para a compreensão da distribuição de poder na família. Segundo a avaliação dessa historiadora e socióloga, um dos teóricos que mais se concentraram no estudo do patriarcado no Brasil foi Gilberto Freyre, que entendeu o patriarcalismo como uma estratégia da colonização portuguesa. Nesse contexto, a casa-grande, o ambiente rural, o latifúndio, a escravidão e a exploração sexual das mulheres negras são elementos fundamentais para a compreensão do estabelecimento do poder masculino.

Outro pensador brasileiro analisado pela pesquisadora foi Joaquim Nabuco. Neuma observou que Nabuco, ao caracterizar situações em que mulheres negras escravizadas abortavam uma gravidez resultante de estupro, atribuía a prática à ausência de religiosidade e à falta de instrução dessas mulheres. No entanto, sua descrição revela a crueldade e o pânico moral aos quais essas mulheres eram submetidas diante da generalização do **concubinato**, da negação da paternidade e da cultura do estupro.

Concubinato: relação sexual contínua entre duas pessoas, sem vínculo legal de casamento, por impedimento de uma das partes.

Alguns grupos feministas atuais, porém, criticam essas primeiras abordagens do patriarcado. A historiadora estadunidense Joan Scott, por exemplo, afirma que as teorias feministas do patriarcado cristalizam a ideia de mulher e homem, pois se centram nas diferenças físicas para caracterizar dois principais grupos no sistema de opressão sexual/de gênero. De acordo com a pesquisadora, o poder masculino é fluido e se desenvolve principalmente nos comportamentos cotidianos.

ALEXANDRE SILVA/FOTOARENA

Manifestação contra a cultura do estupro e a violência contra a mulher, na capital do estado do Rio de Janeiro. Fotografia de 2020.

Imagens em contexto

A **cultura do estupro** é uma manifestação do patriarcado. Entre suas expressões estão a culpabilização da vítima e a interpretação do comportamento do agressor como reação normal a algum tipo de facilitação por parte da mulher. Na denúncia a essa cultura, ativistas destacam, como retratado na fotografia, que o tipo de roupa que as mulheres usam não legitima a violência sexual.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os efeitos do patriarcado

Trazendo a reflexão para os dias de hoje, nota-se que os sintomas da sociedade patriarcal permanecem, como o padrão ambíguo de moralidade que acolhe a poliginia (união de um homem com várias mulheres ao mesmo tempo) e condena a poliandria (união em que uma mulher é ligada a dois ou mais homens ao mesmo tempo), a atribuição dos trabalhos domésticos às mulheres, a prestação de serviços aos homens e a remuneração mais baixa para o trabalho feminino que para o masculino em funções equivalentes.

O **feminicídio** (homicídio cometido contra mulheres em situações de violência doméstica ou discriminação de gênero) é outro sintoma da sociedade patriarcal. Pesquisadores e instituições internacionais têm apontado a persistência e até o aumento desse tipo de crime. Em geral, atribuem-se ao assassinato de mulheres por homens motivações pessoais, e esse crime é até considerado passional. No entanto, como têm revelado estudos sobre esses crimes, os feminicídios são, em grande parte, premeditados, motivados por um sentimento de "posse" dos homens sobre as mulheres. Além disso, a violência fatal contra as mulheres, muitas vezes, ocorre no ambiente doméstico.

No Brasil, a Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, modificou o Código Penal para incluir o feminicídio entre os tipos de homicídio qualificado. A lei, elaborada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher, considerou a incidência de violência doméstica e o menosprezo ou discriminação à condição de mulher. A pena pelo feminicídio é aumentada de um terço até a metade se o crime for praticado contra mulheres grávidas ou até três meses depois do parto. A punição ao assassino também é aumentada se a vítima for menor de 14 anos, maior de 60 anos, tiver deficiência ou se o crime for praticado na presença de descendente ou ascendente da vítima.

Desde 2006, o Brasil já contava com a Lei Maria da Penha. No entanto, um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada revelou que a vigência dessa lei não reduziu as taxas anuais de mortalidade feminina: de 2020 a 2021, por exemplo, enquanto a taxa de homicídios da população em geral apresentou queda, a taxa de feminicídios cresceu 0,3%. Só no ano de 2021, 3.858 mulheres foram mortas de forma violenta no Brasil. Esse número representa mais de dez mortes por dia e demonstra que as mulheres formam um dos principais grupos de vítimas de violência cotidiana no país.

A necessidade de alteração do Código Penal, inserindo o feminicídio como violência de gênero, e os insuficientes efeitos da Lei Maria da Penha são provas expressivas da condição de desigualdade e violência à qual as mulheres estão submetidas no Brasil.

Brasil: número de feminicídios por unidade da federação – 2021

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra a mulher**. Brasília, DF: Rio de Janeiro: Ipea, 2023.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Identifique as unidades da federação com os maiores e os menores números de feminicídios em 2021.
2. O mapa confirma ou refuta a análise de que o feminicídio é um problema social nacional?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A masculinidade hegemônica

Os sintomas da sociedade patriarcal indicam que o patriarcado constitui um sistema que dá poder aos homens e fundamenta sua dominação sobre as mulheres. Entretanto, o conceito de **masculinidade hegemônica**, formulado pela socióloga transexual australiana Raewyn Connell, pode significar que existem chances de transformação. Para ela, não há um padrão de masculinidade universal: os padrões culturais atribuídos aos homens podem variar em sociedades multiculturais. Além disso, a masculinidade considerada ideal é dominante e, com base nela, são classificadas todas as outras expressões masculinas. Assim, ocorre o alinhamento entre o patriarcado e a masculinidade hegemônica, e os homens que se afastam desse perfil perdem *status* e poder.

Mas onde estariam as chances de transformação nas relações entre os gêneros? Ao destacar as variações da masculinidade perante o modelo hegemônico, a socióloga menciona a possibilidade de construção de hegemonias positivas, ou seja, de masculinidades que se mostram receptivas à igualdade com as mulheres.

No livro *Gênero: uma perspectiva global*, de 2015, Raewyn Connel e Rebecca Pearse reúnem pesquisas empíricas de diferentes países. O excerto a seguir é um trecho da obra:

> Em um estudo perceptivo chamado *Young masculinities* (em português, *jovens masculinidades*) (2002), Stephen Frosh, Ann Phoenix e Rob Pattman fazem um relato sobre um grupo de meninos com idade entre 11 e 14 anos, em doze escolas secundárias em Londres. [...] o estudo mostra que a diversidade na vida dos meninos existe em uma tensão com as narrativas canônicas da masculinidade, por exemplo, o padrão hegemônico (força física admirada, habilidades com esportes, heterossexualidade). Todos os meninos reconhecem a masculinidade hegemônica, mas a maioria deles não a incorpora totalmente. Em vez disso, sua adolescência é marcada por uma complexa negociação com definições de gênero, nas quais eles podem criticar algumas versões da masculinidade como muito severas, enquanto rejeitam outras como afeminadas.
>
> Muito do aprendizado de gênero dos jovens consiste em aprender o que podemos chamar de competência de gênero. Jovens aprendem como conduzir a ordem de gênero local e outros regimes de gênero das instituições com as quais precisam lidar. [...] Jovens também aprendem como se distanciar de certa identidade de gênero, como brincar com sua própria performance. A maioria dos meninos e meninas falha em atender a ideias de gênero quanto a beleza, habilidade, sucesso e reconhecimento. Mas a maioria deles lida com isso.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero**: uma perspectiva global. São Paulo: nVersos, 2015. p. 201-202.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Considerando os argumentos apresentados no texto, identifique o que caracteriza a tensão presente no processo de aprendizado de gênero referida pelas autoras.
2. Avalie de que forma os padrões hegemônicos de masculinidade têm sido reafirmados ou contestados nos ambientes de convívio social dos quais você faz parte.

FEODORA CHIOSEA/ISTOCK/GETTY IMAGES

Ilustração de Feodora Chiosea, 2020. A masculinidade hegemônica reforça traços como autoridade, força e competitividade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A divisão sexual do trabalho: a mulher entre o público e o privado

A **divisão do trabalho fundamentada nos sexos**, com base na propriedade privada e na família monogâmica, foi provavelmente a primeira forma de desigualdade social, segundo Friedrich Engels, teórico e cofundador, com Karl Marx, do socialismo científico. Com o estabelecimento do patriarcado e da família monogâmica, as funções associadas aos homens – os assuntos públicos e produtivos, que seriam "geradores" de riquezas – passaram a legitimar sua dominação; as funções associadas às mulheres – os assuntos domésticos e de reprodução – foram desvalorizadas.

A **divisão técnica e social do trabalho** desenvolveu-se rapidamente no capitalismo: as tarefas tornaram-se cada vez mais especializadas e fragmentadas. Isso reforçou a divisão sexual do trabalho, porque, progressivamente, contribuiu para que os espaços de fora da família fossem classificados como **produtivos**, e os relativos à família, como **reprodutivos**. Nas sociedades pré-industriais, a família era, ao mesmo tempo, uma unidade produtiva e reprodutiva. Isso se modificou profundamente com o capitalismo: as tarefas produtivas tornaram-se masculinas, e as reprodutivas, femininas.

Com o estabelecimento do capitalismo na Europa, sobretudo do capitalismo industrial, na segunda metade do século XVIII, as mulheres saíram do espaço doméstico, principalmente, para trabalhar nas fábricas. Na época, as mulheres e as crianças formavam uma mão de obra genérica e barata que podia ser empregada em funções não especializadas ou naquelas que elas já exerciam no espaço da casa: costura, confecção de tecidos e limpeza. Nessas ocupações industriais, as mulheres eram maioria.

No final do século XIX e início do século XX, várias leis de proteção à mulher passaram a proibir o trabalho feminino em ocupações consideradas muito pesadas ou perigosas, pois isso havia causado problemas de ordem moral em razão do fato de as mulheres terem mais mobilidade fora do espaço da casa. Na França, uma lei de 1892 proibiu as mulheres de exercer o trabalho noturno. No Brasil, a mesma proibição foi expressa em um decreto de 1932. Embora muitas dessas leis visassem a proteção das mulheres exploradas pela indústria – assim como ocorria com as crianças –, acabaram por confiná-las ao cuidado doméstico e a trabalhos realizados em casa, sub-remunerados.

Durante o século XX, as duas guerras mundiais voltaram a impulsionar a presença das mulheres nas indústrias, pois, nesses momentos, os esforços produtivos eram necessários, uma vez que grande parte da população masculina compunha as forças armadas. No entanto, com o fim dos períodos de guerra, novamente o retorno das mulheres à casa foi reivindicado. O modelo de família almejado pela sociedade industrial e fordista do pós-guerra centrou-se, então, no "homem provedor e na mulher cuidadora".

JOSÉ FERRAZ DE ALMEIDA JÚNIOR - PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO, SÃO PAULO

Cena de família de Adolfo Augusto Pinto, pintura de José Ferraz de Almeida Júnior, 1891.

Imagens em contexto

Na Europa do século XIX, de acordo com as normas de comportamento social, as mulheres, principalmente as de famílias ricas, deviam se restringir ao ambiente doméstico e privado, dedicando-se aos cuidados com a casa e os filhos. Em sociedades escravistas, como a do Brasil colonial e imperial, e da Primeira República, as mulheres mais ricas procuravam viver segundo os moldes da elite da Europa, como representado nessa pintura.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ODS 8

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

A mulher no mercado de trabalho a partir de 1960

As participantes dos movimentos de emancipação feminina na Europa, sobretudo nos anos 1960, questionaram a falta de liberdade e as normas rígidas impostas às mulheres. Várias conquistas já haviam sido alcançadas em boa parte do mundo ocidental, como o direito ao voto, à licença-maternidade e ao divórcio. Entretanto, o mercado de trabalho ainda era muito restrito. Foi somente a partir dos anos 1980, com o movimento intenso da globalização, que a participação feminina na população economicamente ativa e na população ocupada cresceu em boa parte do mundo.

O aumento da participação feminina no mercado de trabalho global, porém, trouxe contradições: embora as mulheres tenham adquirido poder financeiro e passado a ocupar empregos que eram destinados somente a homens, continuaram a ser responsáveis pelas tarefas domésticas, cumprindo uma dupla jornada (no emprego e em casa) ou, ainda, uma tripla jornada (no emprego, na escola ou na universidade e em casa). Além disso, ainda que tenha ocorrido um progressivo aumento do número de mulheres em postos de trabalho antes pouco ocupados por elas, em muitos deles as mulheres recebem salários menores que os dos homens. De acordo com dados de 2024 apresentados no *Relatório nacional de transparência e de critérios remuneratórios*, publicado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Ministério das Mulheres, as trabalhadoras recebiam cerca de 19,4% a menos do que os trabalhadores no Brasil. Além da questão salarial, as mulheres, geralmente, trabalham mais horas que os homens, pois também são responsáveis pelas tarefas domésticas e pelos cuidados com filhos, avós e outros parentes doentes.

O dado sobre remuneração de homens e mulheres no Brasil foi obtido em: BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. Mulheres recebem 19,4% a menos que os homens, aponta 1º Relatório de Transparência Salarial. **Portal Gov.br**, Brasília, DF, 25 mar. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/mulheres-recebem-19-4-a-menos-que-os-homens-aponta-1o-relatorio-de-transparencia-salarial. Acesso em: 2 ago. 2024.

Brasil: homens e mulheres com mais de 14 anos na realização de afazeres domésticos e/ou no cuidado de pessoas – 2022

Atividades	Mulheres	Homens
Porcentagem de indivíduos que dedicaram algum cuidado com moradores da casa ou parentes	34,9	23,3
Porcentagem de indivíduos que realizaram alguma atividade relacionada a cuidados domésticos	91,3	79,2
Total de horas semanais de trabalho em afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas	21,3	11,7

Fonte: MOURA, Bruno de Freitas. PNAD: mulheres gastam quase o dobro de tempo no serviço doméstico. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 11 ago. 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/pnad-mulheres-gastam-quase-o-dobro-de-tempo-no-servico-domestico. Acesso em: 11 mar. 2024.

Podemos encontrar diversos modelos e padrões de divisão sexual do trabalho de acordo com cada cultura. No entanto, com a combinação de colonização e capitalismo, o modelo ocidental foi exportado para grande parte do mundo. Muitas leis e costumes que atingem a liberdade das mulheres estão sendo modificados, mas, mesmo assim, em países como o Irã e o Gabão, até hoje, o marido tem o direito de se opor e proibir a esposa de trabalhar.

Imagens em contexto

No cartaz, produzido por um grupo feminista, questiona-se por que as mulheres entram nos museus apenas nas obras de arte e quase raramente como artistas: "As mulheres precisam estar nuas para entrar no Museu de Arte de São Paulo?". Em seguida, apresenta-se um dado: "Apenas 6% dos artistas do acervo em exposição são mulheres, mas 60% dos nus são femininos".

GUERRILLA GIRLS - MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND, SÃO PAULO

Cartaz produzido pelo coletivo feminista Guerrilla Girls, 2017.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. De que maneira o dado informado no cartaz é um sintoma do patriarcado?
2. Debata com os colegas: o problema exposto no cartaz está presente em outros espaços de arte e cultura? Caso esteja, que ações podem contribuir para superá-lo?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Interseccionalidades: raça, classe e gênero

Uma parte do movimento feminista, classificada como feminismo radical, chamou a atenção para o fato de que, diante do patriarcado e da dominação masculina, mulheres de culturas e classes sociais diversas estariam na mesma situação. Existiria, assim, uma identidade entre mulheres com base em sua posição nesse sistema de poder. Seria possível, portanto, falar em mulher e homem como categorias universais de referência.

Mas, afinal, existem padrões ou estruturas válidas para todas as culturas com base nos quais se possa definir uma identidade feminina ou uma opressão masculina universal? As mulheres passam pelas mesmas experiências de violência e são igualmente subjugadas apenas por serem do sexo feminino?

Diante desses questionamentos, passou-se a considerar que as análises e teorias feministas, embora criticassem o essencialismo biológico da definição de homem e mulher, tinham uma limitação por não considerarem a interdependência das relações de poder que perpassam as diferenças de raça, de orientação sexual e de classe. No final da década de 1970, as feministas negras destacaram a necessidade de que nas lutas sociais fossem consideradas as intersecções de raça, de gênero, de classe e de sexualidades. De acordo com elas, o feminismo até aquele momento era um movimento de mulheres brancas, de classe média e heteronormativo (baseado no padrão de comportamento heterossexual e, portanto, na discriminação das orientações sexuais diferentes da considerada normativa).

Ocorreram, em razão disso, rupturas importantes nas teorias feministas, dando origem a diversas vertentes: além do chamado feminismo radical, de origem europeia, nos Estados Unidos desenvolveu-se o feminismo socialista, o feminismo negro e, mais tardiamente, o transfeminismo; nos países periféricos, formou-se o feminismo pós-colonial. Essas diferentes vertentes indicavam que as experiências de opressão eram influenciadas por fatores como raça, classe e sexualidades. O enfoque dirigiu-se, então, à **interseccionalidade**.

Com enfoque na interseccionalidade, as diferenças de gênero, raça, classe e orientação sexual são percebidas de forma integrada, considerando suas interações na realidade social e tendo a preocupação de não hierarquizar as diversas formas de opressão. A análise das diferenças entre homens e mulheres, portanto, é insuficiente por não incluir as desigualdades entre homens brancos e negros e mulheres brancas e negras.

Enquanto o feminismo branco e ocidental – expressão usada pelas feministas negras e dos países periféricos para qualificar o movimento feminista na Europa – ressaltava o fato de que os espaços públicos tinham sido dominados pelos homens, sendo os espaços domésticos delegados às mulheres, desvalorizando-os, as feministas negras perguntavam: no espaço doméstico não há ainda a dominação da mulher branca, que paga à negra ou à imigrante para servi-la?

Imagens em contexto

Expressões públicas de movimentos sociais feministas são crescentes no país. Reivindica-se a constituição de políticas públicas que atendam às demandas de interseccionalidade.

TÂNIA RÊGO/AGÊNCIA BRASIL

Mulheres negras protestam contra o racismo na praia de Copacabana, na Décima Marcha das Mulheres Negras na capital do estado do Rio de Janeiro. Fotografia de 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sugestão

O feminismo é para todo mundo

bell hooks. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

Nesta obra, a intelectual feminista bell hooks – que assinava seu pseudônimo em minúscula propositalmente, com o intuito de dar mais visibilidade à sua produção textual do que às suas qualidades pessoais – incentiva os leitores a descobrir como o feminismo pode mudar, para melhor, a vida de todos. Ela apresenta uma visão original sobre políticas feministas, direitos reprodutivos, beleza, luta de classes feminista, feminismo global, trabalho, dentre outros temas relevantes.

A interseccionalidade e as ativistas bell hooks, Angela Davis e Lélia Gonzalez

A escritora feminista negra estadunidense Gloria Jean Watkins, mais conhecida pelo pseudônimo bell hooks, argumentava que as mulheres brancas e de classes mais altas confinaram-se no espaço doméstico como forma de recusa à execução de trabalhos normalmente realizados por mulheres negras e de classes populares. Ela destacava ainda que a emancipação de mulheres brancas ocidentais está atrelada à subordinação da massa de mulheres de países em desenvolvimento. O trabalho de mulheres negras como domésticas, por exemplo, contribui para que mulheres brancas e de classes privilegiadas tenham mais liberdade e trabalhem fora de casa.

As críticas de bell hooks devem muito a outra escritora negra estadunidense: Angela Davis. Feminista e socialista, Davis escreveu diversos textos sobre a condição das mulheres negras, geralmente renegadas em movimentos feministas, como o **sufragista**. A filósofa, no entanto, acredita que algumas situações aproximaram as mulheres negras das brancas, como a luta pelo acesso à educação.

Angela Davis e bell hooks vivenciaram na pele a segregação. Na infância e na adolescência, estudaram em escolas destinadas somente a pessoas negras, nos Estados Unidos. Na juventude e na vida adulta, continuaram sofrendo discriminação racial nos ambientes educacionais. Essas experiências foram determinantes para a construção de sua militância política, orientada pelo combate ao racismo e ao sexismo e pela crítica ao capitalismo.

A contribuição da socióloga brasileira Lélia Gonzalez também enriquece o debate sobre interseccionalidade, fundamentando-se nas experiências da mulher afro-americana, chamada por ela de amefricana. Seu trabalho e o de outras feministas negras brasileiras têm importância especial por debater situações concretas vividas pelas mulheres negras no país, como a exploração do trabalho, a hipersexualização e a violência cotidiana. Lélia Gonzalez apontou os limites do conceito de patriarcado. Embora seja importante para explicar a dominação masculina, tal conceito não inclui a questão racial como parte do sistema de opressões que afeta de maneira específica as mulheres negras. Lélia também contempla em suas análises as mulheres indígenas, que se encontram em situação parecida com a das mulheres negras no sistema colonial capitalista e patriarcal.

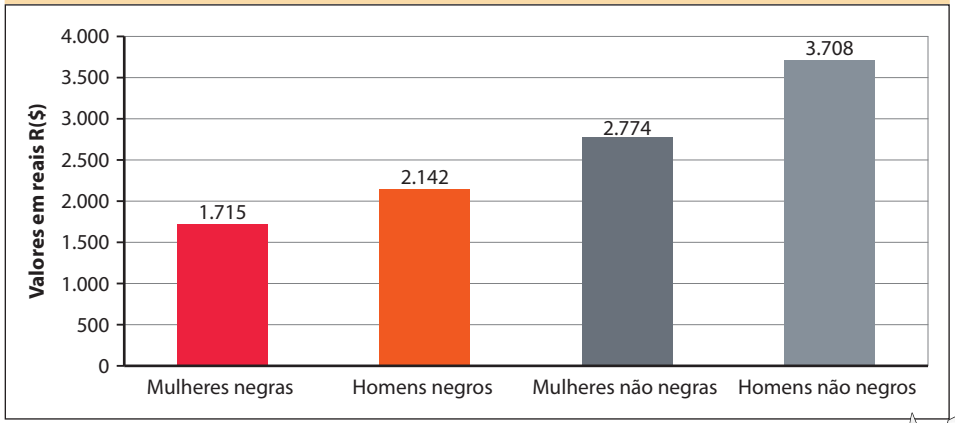
As reflexões sobre a interseccionalidade são, portanto, necessárias para interpretar as experiências dos grupos na base da pirâmide de desigualdade social. No que se refere às mulheres negras, os dados a seguir revelam a manutenção dos impactos da desigualdade racial em seu cotidiano. Elas realizam trabalhos sub-remunerados e os menos prestigiados. Além disso, em geral, têm apenas uma fonte de renda para manter a família; por isso, enfrentam o ciclo de pobreza com menos condições de mudança.

Sufragista: nome dado ao movimento feminista do final do século XIX pioneiro na luta pelo direito ao voto das mulheres.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Compare o rendimento médio mensal das mulheres negras com os dos demais grupos representados no gráfico. A que conclusão se pode chegar?
2. Analise os dados com base nos conceitos de interseccionalidade e desigualdade social.

Brasil: rendimento médio mensal por cor e sexo – 2022



Fonte: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Brasil**: a inserção da população negra no mercado de trabalho. São Paulo: Dieese, 2022. Disponível em: https://www.dieese.org.br/infografico/2022/populacaoNegra2022.pdf. Acesso em: 2 ago. 2024.

ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Identidade de gênero: sua instabilidade

A perspectiva pós-colonial (questionando a produção de conhecimento pautada em uma visão ocidental e eurocêntrica) e as teorias pós-estruturalistas (privilegiando a análise das formas simbólicas contra as pretensões totalizantes da ciência), realizados nas últimas décadas do século XX, começaram a modificar a perspectiva em relação à normatização dos comportamentos e à formação de identidades. Antes de ressaltar a imposição de comportamentos e regras pelas instituições, os autores desses estudos procuram demonstrar os fluxos de formação de identidade e sua associação com os micropoderes com os quais as pessoas têm de lidar no cotidiano, e que se manifestam de diferentes formas nas relações sociais.

BETTMANN/GETTY IMAGES

A atriz Marlene Dietrich é retratada saindo do estúdio de cinema depois de um dia de trabalho. Fotografia de 1933.

De acordo com as perspectivas pós-coloniais e pós-estruturalistas, as subjetividades podem ser mais fluidas e menos fixas, mais móveis e menos estruturadas. Em termos sociológicos, os autores dessas teorias procuram compreender as **estruturas** por meio das ações dos indivíduos, pela **linguagem** e pela **relação desta com os corpos**. Discursos, enunciados, falas, signos, símbolos e representações podem transformar estruturas em ações.

A filósofa estadunidense Judith Butler desenvolveu o conceito de **performatividade** para demonstrar que a cultura influencia o modo como percebemos as relações entre o sexo (biológico) e o gênero (cultural). Para ela, a repetição de ações, gestos e símbolos contribui para construir as ideias de masculino e feminino. Dessa maneira, a interpretação das características biológicas dos seres humanos é profundamente influenciada pela cultura. Butler questiona, desse modo, a ideia de que o gênero e a sexualidade derivam de um sexo determinado. O destino anatômico, para Butler, não determina os comportamentos humanos: na verdade, é pela repetição e pela performatividade que se naturaliza uma identidade de gênero. Ao ser estimulada a usar roupas como saias, vestidos e laços, a criança vai naturalizando uma identidade classificada como feminina, por exemplo.

As contribuições do intelectual Michel Foucault também influenciaram um campo de estudos denominado **teoria *queer***. Foucault defende a ideia de que a lógica binária (homem e mulher) e heterossexual regula os comportamentos vinculados ao sexo/gênero em sociedades ocidentais.

No entanto, é importante atentar para a instabilidade das relações sociais reguladas por esses padrões, que são, em geral, subvertidos pelas crianças, pois o comportamento delas ainda não está totalmente determinado pela lógica binária e heterossexual. Por isso, por exemplo, os tutores de uma criança insistem para que ela aprenda seu papel de gênero, reproduzindo atitudes e palavras para se referir a si mesmas como meninas ou meninos. Apesar de ser utilizada para tentar fixar identidades, a repetição nunca é feita da mesma maneira: o indivíduo sempre adiciona a ela algo de próprio, de subjetivo. Portanto, ocorre uma descontinuidade no processo de generificação do corpo, permitindo um espaço para o questionamento dessas normas.

Imagens em contexto

As calças compridas apenas começaram a ser um item do vestuário feminino durante o século XX. Uma das primeiras mulheres a usar calças compridas em público foi a atriz alemã Marlene Dietrich, na década de 1930. A atitude dela chocou a opinião pública por desafiar as normas de gênero da época. Esse é um exemplo da influência dos padrões culturais na percepção da identidade de gênero.

Sugestão

O que é transexualidade?

Berenice Bento. São Paulo: Brasiliense, 2012.

Nesse livro, a socióloga Berenice Bento apresenta uma reflexão sobre a transexualidade, tendo por base questionamentos de gênero, da construção social de "masculino" e "feminino", da "normalidade" e da "anormalidade".

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

TRABALHO COM FONTES

Desfazendo gênero

No trecho a seguir, da obra *Desfazendo gênero*, Judith Butler analisa, entre outros temas, a intolerância e a violência praticada contra pessoas que apresentam dissidências de gênero e sexualidade.

> A pessoa que ameaça com violência procede a partir da crença rígida e angustiante de que um sentido de mundo e um sentido do eu [*self*] estará radicalmente comprometido se tal ser não categorizável puder viver dentro do mundo social. A negação desse corpo, através da violência, é um esforço vão e violento para restaurar a ordem, para renovar o mundo social, com base em um gênero inteligível, e recusar o desafio de repensar esse mundo como algo diferente de um mundo natural e necessário. Em vários países isso não está longe da ameaça de morte ou do próprio assassinato de transexuais, de homens *gays* lidos como "femininos" ou de mulheres lésbicas lidas como "masculinas". Nem sempre esses crimes são imediatamente reconhecidos como atos criminosos. Às vezes são denunciados por governos e agências internacionais; às vezes não são incluídos como crimes legíveis ou reais contra a humanidade por essas mesmas instituições.
>
> Se nos opusermos a essa violência, então, nos opomos em nome de quê? Qual é a alternativa a essa violência e que transformação do mundo social eu invoco? Essa violência emerge de um profundo desejo de manter a ordem do gênero binário natural ou necessária, fazer dela uma estrutura, seja natural, seja cultural ou ambas, de modo a nenhum ser humano poder se opor a ela e ainda permanecer humano. [...] Isso significa que devemos aprender a viver e a abraçar a destruição e a desarticulação do humano em nome de um mundo mais amplo e, enfim, menos violento, sem saber de antemão qual forma precisa nossa humanidade tomará. Isso significa que devemos estar abertos às suas permutações em nome da não violência.

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. São Paulo: Editora Unesp, 2022. p. 63-64.

NILTON FUKUDA/ESTADÃO CONTEÚDO

A filósofa estadunidense Judith Butler durante palestra na Vila Mariana, na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2015.

ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO.

1. Analise a forma como a autora do texto relaciona violência, norma social e gênero.
2. Avalie a crítica, apresentada no texto, à noção de humanidade empregada em discursos e práticas relacionadas ao direito à justiça e à vida nas sociedades contemporâneas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sexualidade(s) em transformação

Uma parcela significativa dos debates contemporâneos sobre gênero e sexualidade fundamenta-se na crítica a um **sistema de classificação binário** vinculado a estruturas de comportamento que definem a identidade de grande parte da população mundial. Esse sistema de classificação binário foi empregado para diferenciar grupos sociais e legitimar a dominação de alguns sobre outros. Desse modo, a ciência ocidental construiu pares de oposição, por exemplo, entre Ocidente e Oriente, brancos e negros, "nós" e "os outros", metrópole e colônia, cristãos e pagãos, e "civilizados" e "selvagens". Com base nessa lógica, o ser humano biológico foi classificado em dois subgrupos: o de homens e o de mulheres. Seguindo esse padrão binário, o corpo físico (sexo biológico) foi tomado como base para constituir, também de modo binário e excludente, outros elementos da identidade humana, como as expressões de gênero, a orientação afetivo-sexual, a identidade de gênero e os papéis sociais atribuídos a cada indivíduo.

Em seus diferentes estudos, Michel Foucault buscou compreender como o corpo humano, ao longo do tempo, tornou-se o espaço em que diferentes modalidades de poder e de saber atuam. De acordo com a análise de Foucault, sobre o corpo incidem dinâmicas de dominação, vigilância, instituições disciplinares, confecção de laudos médicos, psicológicos e periciais, além de práticas confessionais (de cunho religioso e/ou científico). Ao analisar os discursos, assim como as modalidades de saber e de poder que normatizam o corpo, esse pensador identifica diferentes sistemas de controle: trata-se da microfísica do poder, capaz de legitimar valores, saberes, comportamentos e práticas sociais atuando diretamente no corpo de cada indivíduo.

Por essa perspectiva, Foucault nega a neutralidade científica. Ele afirma que produzir ciência é, necessariamente, fazer política, demonstrando as evidentes correlações entre saberes, poderes e ciência. A proposta de inclusão das teorias de gênero e do tema da sexualidade nos currículos escolares e a reação que ela tem provocado em alguns setores conservadores da sociedade podem ser tomadas como exemplo de ausência da neutralidade no campo do saber. Nesse caso, evidencia-se a ligação entre saber e poder e as tentativas de impor obstáculos à produção de conhecimento com base no pressuposto moral de que a sexualidade deve ser controlada e disciplinada, e não vivida de forma livre pelos indivíduos.

Sugestão

A vida dos sonhos de Georgie Stone

Direção: Maya Newell. Austrália, 2021. 27 minutos.

Este curta-metragem documental retrata a luta da jovem ativista Georgie Stone pelos direitos das pessoas trans desde sua infância, detalhando a situação jurídica e midiática a que uma pessoa transgênero está submetida na Austrália.

Classificação indicativa de *A vida dos sonhos de Georgie Stone*: 12 anos.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO PARANÁ

Cartaz da campanha para o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+, promovida pelo Conselho Regional de Psicologia do Paraná em 2022.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Estudos de gênero

Como você estudou, a ciência ocidental e as instituições religiosas modernas contribuíram para normatizar e disciplinar, segundo paradigmas binários, identidades e papéis sociais de gênero, assim como o sexo biológico e as orientações afetivo-sexuais. Com base nessa constatação, é possível compreender que tal categorização binária foi historicamente constituída e utilizada em favor de sistemas de dominação específicos, favorecendo, por exemplo, a dominação dos homens sobre as mulheres. Desse modo, ao questionar e analisar o modelo de sexualidade humana que faz parte desse sistema binário, é possível aprofundar o entendimento sobre a constituição da identidade de gênero e da sexualidade. Se a heteronormatividade caracterizou, por muito tempo, o padrão "correto" de orientação afetivo-sexual nas sociedades modernas, atualmente esse modelo vem perdendo legitimidade.

As ciências sociais, assim como alguns segmentos da medicina e da psicologia, superaram a concepção de que a sexualidade humana é definida por elementos fisiológicos, bioquímicos e hormonais, entendendo que componentes socioculturais também são relevantes na definição dos papéis sociais de gênero.

No fim do século XX, emergiu um campo científico denominado Estudos de gênero. Por meio de pesquisas e da contribuição de movimentos sociais de gênero, argumenta-se que o comportamento humano não é naturalmente definido pelo sexo biológico. Reconhece-se que há diferentes possibilidades de orientação afetivo-sexual e que, além disso, a cada cultura, em diferentes tempos históricos, correspondem expressões de gênero específicas; legitimam-se ou negam-se orientações afetivo-sexuais; atribuem-se identidades de gênero e papéis sociais específicos a seus integrantes.

Adotar o relativismo cultural para reconhecer as diferentes composições identitárias presentes nas sociedades ao longo do tempo é admitir que a variedade e a plasticidade são os principais elementos que constituem a humanidade. Assim sendo, a aceitação ou o questionamento de normatizações culturais ou, ainda, a atribuição de um novo significado a elas são possibilidades efetivas de comportamento humano que contribuem para que as culturas estejam em constante movimento.

FÁBIO GUINALZ/FOTOARENA

A cartunista Laerte durante evento de lançamento do livro *Baiacu*, na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2017.

Imagens em contexto

A cartunista Laerte assumiu publicamente sua identidade transgênero em 2010 e se definiu como bissexual no que diz respeito à sexualidade, tornando-se figura importante para a discussão sobre liberdade de gênero. A ideia binária de homem e mulher passou, aos poucos, a ser substituída pela presença de outras possibilidades, dando mais liberdade para as pessoas assumirem sua identidade de gênero.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MIKE KEMP/IN PICTURES/GETTY IMAGES

Bandeira do orgulho trans em Londres, Reino Unido. Fotografia de 2024.

Imagens em contexto

Criada pela mulher transgênero Monica Helms, a bandeira do orgulho trans foi utilizada pela primeira vez em 2000, na Parada do Orgulho *Gay* da cidade de Phoenix (Estados Unidos). As listras simbolizam a equivalência entre as diferentes identidades de gênero. A cor azul faz alusão ao gênero masculino, a cor rosa, ao feminino, e a cor branca, às pessoas que estão em transição ou não se sentem pertencentes a um gênero definido.

Categorias relacionadas ao gênero e à sexualidade

Novas categorias emergem para classificar elementos relacionados ao sexo, ao gênero e à sexualidade. Quanto ao **sexo** (aspectos anatômicos, genéticos e hormonais), empregam-se os termos **sexo feminino** (para pessoas com o corpo anatomicamente composto por útero, ovário e vagina, que geneticamente apresentam cromossomos XX e hormonalmente produzem estrogênio e altos níveis de progesterona), **sexo masculino** (para pessoas com o corpo anatomicamente composto por pênis, próstata e testículos, que geneticamente apresentam cromossomos XY e hormonalmente produzem altos níveis de testosterona) e **intersexo** (para pessoas com características anatômicas, genéticas e/ou hormonais que não correspondem às definições biológicas binárias de masculino ou feminino).

A **identidade de gênero** é uma categorização social associada a elementos de ordem sociocultural e psíquica. Essa categorização abarca o modo como cada indivíduo se identifica e exerce seu papel de gênero. A identidade de gênero pode ou não corresponder ao sexo atribuído ao nascimento. Dessa forma, denomina-se **cisgênero** as pessoas cuja identidade de gênero corresponde ao sexo atribuído no nascimento, e **transgênero**, **transexual** ou **travesti** às pessoas que não se identificam com o sexo atribuído no nascimento). Nesse caso, chama-se mulher transgênero ou transexual aquela pessoa que se identifica com o gênero feminino e reivindica o reconhecimento como mulher (mas à qual foi atribuído o sexo masculino), e homem transgênero ou transexual aquela pessoa que se identifica com o gênero masculino e reivindica o reconhecimento como homem (mas à qual foi atribuído o sexo feminino). Já o termo travesti pode variar amplamente e não segue um padrão único, mas geralmente diz respeito a pessoas designadas como do sexo masculino ao nascimento e que assumem uma identidade de gênero mulher ou não binária. Trata-se de um termo presente no Brasil e em outros países da América Latina com uso muitas vezes associado à marginalização social e à resistência a ela.

A **orientação afetivo-sexual** define termos para categorizar a atração. Denomina-se heterossexualidade a atração por pessoas de gênero distinto; homossexualidade, por pessoas do mesmo gênero; bissexualidade, por ambos os gêneros; pansexualidade, quando a atração independe do gênero; e assexualidade, quando as pessoas não sentem atração nem desejo sexual.

Sugestão

Glossário de (des) identidades sexuais

Moisés Lino e Silva e Guillermo Vega Sanabria (org.). Salvador: EDUFBA, 2023.

Até pouco tempo atrás, bastavam as palavras *heterossexual* ou *homossexual* para identificar a preferência sexual das pessoas. Hoje, entretanto, o acrônimo LGBTQIA+ vem ganhando mais letras e, mesmo assim, não é suficiente para abarcar todas as identidades sexuais não normativas que surgem. Este livro reúne 29 dessas identificações, as "(des)identidades", que vão além das identidades sexuais mais consolidadas e permitem reconhecer particularidades e acolher a diversidade.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Explique a diferença entre sexo e gênero.
2. Qual é a importância da placa retratada na fotografia?

Imagens em contexto

Em inglês, o adjetivo *whichever* é empregado em referência a qualquer pessoa de determinado grupo, não importa qual. Na placa retratada, esse adjetivo está no lugar de *female* (feminino) ou *male* (masculino), adjetivos comumente encontrados em identificação de sanitários. O conjunto (ícones e palavras), portanto, significa que, mais do que um banheiro *unissex*, ele é destinado a qualquer pessoa, não importa nem seu gênero nem sua condição.

JIM STEINFELDT/MICHAEL OCHS ARCHIVES/GETTY IMAGES

Placa de banheiro em Palm Springs, California, Estados Unidos. Fotografia de 2020.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Movimentos sociais: feminismo(s) e LGBTQIA+

Há pessoas que afirmam que feminismo é o contrário de machismo porque acreditam que os movimentos em defesa dos direitos das mulheres tentam impor aos homens o poder feminino por intermédio da força. Essa ideia é equivocada. Em primeiro lugar, o feminismo teve início como um movimento em busca de igualdade, não de superioridade. Em segundo lugar, o mais correto é usar a expressão *feminismos*, tendo em vista as diversas concepções e debates que marcam esse movimento e suas bases teóricas.

Alguns historiadores se referem à Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, redigida em 1791 pela escritora francesa Olympe de Gouges, para argumentar que o feminismo tem origem nesse período. No entanto, segundo a historiadora canadense Marlene LeGates, considerar a existência do feminismo antes do século XIX é cometer anacronismo (ou seja, o equívoco de atribuir ideias e valores de uma época a outra), pois, embora existissem mulheres e homens preocupados com a opressão masculina, o feminismo como movimento social e corrente de pensamento ainda não havia se organizado.

A primeira onda

ULLSTEIN BILD/GETTY IMAGES

Bertha Lutz em sua casa, em Nova York, Estados Unidos. Fotografia de 1927. Ela era uma feminista de orientação liberal.

Ao tratar das origens do feminismo, normalmente se faz referência à chamada **primeira onda**, constituída pelos movimentos organizados por mulheres no século XIX, em países ocidentais, para reivindicar vários direitos, principalmente o de votar. O movimento pelo sufrágio (voto) feminino no século XIX foi uma ação política e social de mulheres (e também de homens) em países ocidentais. As sufragistas, como eram conhecidas as participantes desse movimento, simbolizam o início da conquista da participação das mulheres em eleições.

No Brasil, a sufragista paulista Diva Nolf Nazário foi importante ativista na luta pela participação feminina nas eleições por meio da instituição chamada Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, fundada em 1922. A historiadora brasileira Céli Regina Pinto lembra que no Brasil as primeiras feministas, lideradas por Bertha Lutz e pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, conquistaram, em 1932, o direito ao voto.

BIBLIOTECA DO CONGRESSO, WASHINGTON, EUA

Clara Zetkin era uma feminista de orientação socialista. Fotografia do início de 1890.

O feminismo sempre se combinou com lutas democráticas em todos os lugares do mundo. Assim, nos movimentos operários socialistas e anarquistas do século XIX, as mulheres se organizaram em várias fábricas e no campo. No início do século XX, tanto no Brasil quanto na Europa, houve o crescimento de organizações operárias feministas de influência anarquista ou socialista e também de agrupamentos de mulheres de classe média, como associações e clubes.

Em 1910, na Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, a líder alemã Clara Zetkin propôs que o movimento sindical e socialista dedicasse um dia anual a manifestações pela igualdade de direitos da mulher. Sua proposta não especificava uma data, mas muitos atribuem a ela a origem do que viria a ser o 8 de março, oficializado em 1975 pela Organização das Nações Unidas como Dia Internacional da Mulher.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A segunda onda

Com as modificações nas sociedades ocidentais após as guerras mundiais do século XX, houve mudanças também no feminismo. Nos anos 1960, teve início a chamada **segunda onda** feminista. As reivindicações das mulheres passaram, então, a se dirigir ao mercado de trabalho, à divisão de tarefas familiares e aos direitos reprodutivos. Nesse mesmo período, porém, em razão de divergências, o movimento se dividiu em diferentes correntes: o feminismo liberal, o feminismo radical, o feminismo negro e o feminismo socialista, como você estudou neste capítulo.

Essas divergências não significaram um retrocesso do movimento, mas contribuíram para que a pluralidade de situações relacionadas às mulheres fosse contemplada e que as lutas sociais fossem ainda mais precisas e eficazes.

O **feminismo liberal** é aquele ligado às reivindicações de igualdade nos contextos institucionais. Sem dúvida, foi importante para assegurar leis e reconhecimento jurídico para as mulheres, assim como para cobrar do Estado a criminalização do estupro e de outros crimes contra elas.

O **feminismo socialista** e **marxista** desenvolve-se hoje no campo teórico. Suas defensoras criticam o caráter de classe do feminismo europeu e ressaltam a luta das operárias e camponesas para demonstrar que o movimento poderia ter caráter revolucionário, destacando a importância das mulheres na luta pelo fim do capitalismo, condição prévia da destruição do patriarcado.

As teóricas do **feminismo negro** e **pós-colonial** ressaltam a luta das mulheres tornadas invisíveis pelo feminismo branco: as lutas anticoloniais na Ásia, na América e na África, assim como as lutas operárias das quais as mulheres foram protagonistas. Esse feminismo muitas vezes se alinhou ao socialismo, ao marxismo e aos movimentos revolucionários, mas também encaminhou lutas para a conquista de direitos civis, principalmente. Como você estudou, as integrantes do movimento ressaltam que a situação das mulheres brancas, ricas e de classe média não pode ser igualada à das mulheres negras, indígenas ou de países colonizados, tendo em vista que, para estas, o problema não está na monotonia de ser "dona de casa", mas no trabalho pesado, na discriminação e na transformação de seu corpo em objeto, que as tornam vítimas comuns de crimes sexuais.

BETTMANN/GETTY IMAGES

Simone de Beauvoir rodeada por jornalistas em uma rua de Paris, na França. Jean-Paul Sartre, filósofo da época e companheiro de Beauvoir, está a seu lado, vestido de branco. Fotografia de 1970.

Imagens em contexto

A teoria de Simone de Beauvoir deu sustentação filosófica à segunda onda do movimento feminista. Beauvoir afirmava que não se nasce mulher, mas torna-se mulher, defendendo que o gênero é uma construção social (e não uma condição biológica ou inata). Dessa forma, a filósofa contribuiu para desnaturalizar as desigualdades de gênero.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A terceira onda

Embora criticado por todas as outras correntes do movimento feminista, o **feminismo radical** apresenta a sexualidade como tema central para a compreensão dos padrões e das discriminações relacionadas a gêneros. As feministas radicais argumentam que a diferença mais importante entre homens e mulheres está na reprodução, e, portanto, é a família, como núcleo reprodutor, que representa a base de opressão das mulheres. Nesse sentido, os direitos sobre o corpo, que incluem a defesa do aborto, a separação entre a sexualidade e a procriação e a abertura para as diferentes sexualidades, são as pautas principais do feminismo radical.

O feminismo radical influenciou as teorias pós-estruturalistas e *queer*, que compõem a **terceira onda** do feminismo, iniciada nos anos 1980, sendo também influenciado por elas. Esse é um dos momentos mais efervescentes do feminismo, pois os movimentos de homossexuais e transexuais transformaram as concepções clássicas sobre sexualidade e política, apresentando o tema da orientação sexual como base de novos movimentos políticos e sociais.

A ideia de uma orientação sexual oposta à da expectativa da sociedade era, até então, motivo de aversão, sendo tratada como distúrbio psíquico, fisiológico e moral: os homossexuais eram marginalizados na sociedade (e ainda são em muitos contextos), e seus espaços de sociabilidade e interação restringiam-se a bares, tabernas e clubes secretos, que constantemente eram alvo de investigação e repressão policial. Em 28 de junho de 1968, por exemplo, frequentadores do bar Stonewall Inn, em Nova York, enfrentaram uma ação policial no que se tornou um evento emblemático e um marco na luta pelos direitos e reconhecimento do "orgulho *gay*".

LITTLE VIGNETTES PHOTO/SHUTTERSTOCK

Histórico bar *gay* Stonewall Inn em Greenwich Village, Nova York, Estados Unidos. Fotografia de 2019. O bar representa um marco histórico e é um símbolo da resistência contra a opressão à população LGBTQIA+.

Transformações do movimento feminista

Primeira onda	Segunda onda	Terceira onda
• Luta pelo sufrágio feminino. • Reconhecimento da mulher como cidadã. • Denúncia do patriarcado.	• Reivindicação de igualdade de salários e oportunidades no mercado de trabalho. • Defesa do direito ao aborto. • Adoção do lema: "Meu corpo, minhas regras". • Luta pelo fim do patriarcado.	• Combate a todos os tipos de opressão. • Denúncia dos micropoderes. • Luta contra o modelo normativo binário. • Afirmação das diferenças.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A década de 1960, de maneira geral, representou um momento marcante de contestação dos costumes, tanto no âmbito político quanto no cultural. O período foi marcado pelos protestos contra a Guerra do Vietnã, pelo movimento de maio de 1968 na França e pelos movimentos *hippie* e feminista. Apesar das mudanças conquistadas pelos movimentos de contracultura, as décadas de 1970 e 1980 foram de estigmatização e discriminação em virtude da epidemia de aids, doença causada pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV). Nessa época, com base no discurso científico e também religioso, a orientação homossexual foi associada à aids.

Na época, o termo *homossexualidade* não existia. No século XIX e ao longo de parte do século XX, a categoria *homossexualismo* era utilizada para designar a orientação homossexual como uma doença. Somente em 1990 foi retirada da lista internacional de doenças da Organização Mundial de Saúde.

A partir da década de 1990, com o controle da epidemia de aids e a ampliação do envolvimento de organizações governamentais e não governamentais, houve uma rearticulação dos movimentos de direitos civis e de combate à discriminação e à homofobia. Essa reorganização trouxe reflexões importantes, como a descentralização da homossexualidade masculina e a visibilidade para lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

Hoje, várias passeatas e diferentes vertentes do movimento se organizam para resistir aos constantes problemas enfrentados, como a violência e a restrição de direitos, e também para divulgá-los. No Brasil, em 2011, algumas conquistas foram asseguradas pelo Supremo Tribunal Federal ao reconhecer a união estável em famílias homoafetivas. Com essa deliberação, vários direitos foram conquistados pelos casais homoafetivos e equiparados aos dos casais compostos de homem e mulher: a comunhão parcial de bens, as pensões alimentícias e do Instituto Nacional do Seguro Social, a inclusão de dependentes nos planos de saúde e no imposto de renda, entre outros. Em 2019, outra importante conquista se efetivou também no plano jurídico: a inclusão da homofobia e da transfobia na Lei do Racismo (Lei nº 7.716/89) tornou crime de racismo toda forma de preconceito e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Apesar das conquistas, ainda há muitos objetivos no horizonte do movimento LGBTQIA+, como o estabelecimento de políticas públicas que promovam a inclusão dessa população nos projetos de combate às desigualdades.

Entre as teorias mais debatidas no Brasil atualmente, estão a *queer* e o transfeminismo, movimento que tem sido marcado pela união do feminismo com os movimentos em defesa das mulheres transexuais. O **ecofeminismo** também vem ganhando espaço, sobretudo na Índia e nos Estados Unidos. Essa corrente, que se originou de causas ambientais e indígenas, teve certa repercussão no Brasil por meio de estudos científicos, mas pouca influência nos movimentos sociais. Em outros países da América Latina, como a Argentina, o Chile e a Bolívia, o feminismo de base comunitária tem se destacado em movimentos populares que associam a defesa do meio ambiente a um necessário processo de luta pela descolonização e pela despatriarcalização das estruturas sociais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

BARBARA ALPER/GETTY IMAGES

Marsha Johnson, no centro à esquerda, ativista da libertação *gay*, durante a Parada do Orgulho *Gay*, em Nova York, Estados Unidos. Fotografia de 1982.

ODS 5

Imagens em contexto

Marsha Johnson e Sylvia Rivera organizaram as primeiras marchas do orgulho *gay* nos Estados Unidos e foram pioneiras em relacionar o movimento feminista às demandas de lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

Feminismos populares do Sul global

A relação entre patriarcado e colonialismo tem sido intensamente discutida por intelectuais e ativistas ligados aos movimentos feministas contemporâneos. Em seu livro *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*, a socióloga argentina Maristella Svampa analisa o processo de exploração que caracteriza o padrão de acumulação colonial. Nesse contexto, ela destaca o papel das mulheres latino-americanas no enfrentamento dos problemas que atingem suas comunidades e seu ambiente como um elemento central para a análise das lutas sociais em nosso continente.

No trecho do livro a seguir, Svampa se refere aos feminismos populares no Sul global.

> Historicamente, o papel das mulheres nas lutas sociais no Sul global tem sido muito importante. Na América Latina, o protagonismo feminino aumentou nas últimas décadas: mulheres indígenas, camponesas, negras, mulheres pobres da zona rural e urbana, lésbicas e trans saem do silêncio, mobilizam-se, recriam relações de solidariedade e formas de autogestão coletiva. Para dar conta desse empoderamento, fala-se cada vez mais de *feminismos populares*, que, independentemente de suas diferenças, aparecem associados aos setores mais marginais e tendem a questionar a visão individualista e moderno-ocidental [...].
>
> Entre as formas que adquirem os feminismos populares na região, destacam-se os *feminismos comunitários*, que evidenciam a existência de outras formas de modernidade, diferentes da ocidental dominante, vinculando a descolonização à despatriarcalização. Dentro disso, há grupos feministas que relacionam o patriarcado à história colonial; outros que, ao contrário, longe de toda idealização da comunidade, destacam sua "refuncionalização" (Lorena Cabnal, feminista xinca guatemalteca) ou seu "tronco colonial" (Julieta Paredes, Assembleia Feminista, Bolívia), no âmbito das comunidades campesino-indígenas atuais.
>
> Em sintonia com esse empoderamento, no calor da expansão dos conflitos socioambientais, as mulheres latino-americanas foram adquirindo um protagonismo cada vez maior. Como exemplo, pode-se destacar o caso da Argentina, onde o movimento das Mães do Bairro Ituzaingó, da cidade de Córdoba, foi pioneiro em denunciar os impactos do **glifosato** na saúde, o que levou ao primeiro julgamento criminal sobre o assunto [...]. Cabe apontar a persistência das mulheres da Assembleia de Chilecito e Famatina (professoras, donas de casa, comerciantes), que resistiram ao embate das corporações mineradoras [...].
>
> [...] Trata-se de vozes pessoais e, ao mesmo tempo, coletivas, cuja escuta atenta nos situa de maneira progressiva em diferentes níveis de pensamento e ação, já que, por trás da denúncia e do testemunho, não só é possível ver a luta concreta e consensual das mulheres no território como há uma forte identificação com a terra e seus ciclos vitais de reprodução, ao mesmo tempo dessacralizando o mito do desenvolvimento e conduzindo à construção de uma relação diferente com a natureza.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019. p. 91-92.

Glifosato: substância ativa de agrotóxicos.

ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO.

1. Analise a relação estabelecida no texto entre patriarcado, dominação colonial e questão ambiental.
2. Relacione o contexto de emergência dos feminismos populares citados no texto ao processo de diversificação das vertentes do feminismo analisado neste capítulo.
3. Pesquise um dos casos de protagonismo feminino em lutas sociais mencionados no texto e desenvolva uma análise sobre o histórico do conflito em questão e sua relação com as pautas dos movimentos feministas na atualidade. Em seguida, a partir da sua análise, produza um texto em formato de reportagem.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividades

RESPONDA NO CADERNO.

1. Do ponto de vista sociológico, como sexo e gênero estão relacionados?

2. Explique o que significa patriarcado como sistema de poder e cite dois exemplos de práticas ou valores presentes na sociedade brasileira atual que possam ser identificados como expressões da permanência do modelo patriarcal.

3. Explique de que forma o advento da sociedade capitalista contribuiu para a legitimação da dominação masculina.

4. Explique por que, para algumas correntes do feminismo, as questões de gênero não podem ser desvinculadas das questões raciais e de classe. Cite ao menos duas teóricas que trataram desse tema.

5. Qual é o sentido da crítica à lógica de classificação binária associada aos estudos da teoria *queer*?

6. Defina e diferencie sexo biológico, identidade de gênero e orientação afetivo-sexual.

7. Identifique o contexto de formação e as principais propostas de cada uma das três ondas do feminismo.

8. No texto a seguir, do livro *Sejamos todos feministas*, a escritora feminista nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie revela a função da escola na naturalização dos papéis sociais de gênero. Analise-o e, depois, reflita sobre as questões propostas.

> Quando eu estava no primário, em Nsukka, uma cidade universitária no sudeste da Nigéria, no começo do ano letivo a professora anunciou que iria dar uma prova e quem tirasse a nota mais alta seria o monitor da classe. Ser monitor era muito importante. Ele podia anotar, diariamente, o nome dos colegas baderneiros, o que por si só já era ter um poder enorme; [...] Eu queria muito ser a monitora da minha classe. E tirei a nota mais alta.
>
> Mas, para minha surpresa, a professora disse que o monitor seria um menino. Ela havia se esquecido de esclarecer esse ponto, achou que fosse óbvio. Um garoto tirou a segunda nota mais alta. *Ele* seria o monitor. [...] Nunca me esqueci desse episódio. Se repetimos uma coisa várias vezes, ela se torna normal. Se vemos uma coisa com frequência, ela se torna normal. Se só os meninos são escolhidos como monitores da classe, então em algum momento nós todos vamos achar, mesmo que inconscientemente, que só um menino pode ser o monitor da classe. Se só os homens ocupam cargos de chefia nas empresas, começamos a achar "normal" que esses cargos de chefia só sejam ocupados por homens.
>
> ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 15-17.

a. Com base nos temas abordados nesse capítulo, explique o que se entende por papel de gênero.

b. Com base no texto, analise como a instituição escolar reproduz papeis de gênero.

c. Dê outros exemplos de situações escolares em que há reprodução de papeis de gênero.

9. O governo federal brasileiro estrutura uma rede que atua na prevenção e no enfrentamento à violência contra as mulheres por meio de uma variedade de serviços e instituições com o objetivo de desenvolver ações variadas a fim de contemplar a complexidade desse problema social. Conheça, a seguir, os espaços de atendimento e os serviços que compõem essa rede.

- Centros de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, Centros Integrados da Mulher)
- Casas Abrigo e Casas de Acolhimento Provisório (Casas de Passagem)
- Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Postos ou Seções da Polícia de Atendimento à Mulher)
- Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
- Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180 e Ouvidoria da Mulher)
- Serviços de saúde voltados para o atendimento aos casos de violência sexual e doméstica
- Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos (tráfico de pessoas)
- Núcleo de Atendimento à Mulher nos Serviços de Apoio ao Migrante

a. Com base nos estudos deste capítulo, analise as causas e as principais características da violência contra as mulheres na sociedade brasileira.

b. Identifique cada um dos serviços informados no quadro e analise a importância de cada um deles para o enfrentamento da violência contra a mulher.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividades

RESPONDA NO CADERNO.

10. O trecho da reportagem a seguir apresenta os resultados de uma pesquisa realizada em 2022, com apoio do Ministério da Mulher, sobre o acesso das pessoas trans ao mercado de trabalho.

"As perguntas voltadas ao mercado de trabalho mostram um pouco sobre as dificuldades das pessoas trans em suas experiências profissionais. Mais da metade (52,7%) dos entrevistados afirma que é o único trabalhador transexual da empresa, e 25,9% dizem que há entre duas e dez pessoas trans entre os funcionários.

Quase a metade das pessoas trans empregadas (48%) conseguiu o posto por meio da indicação de amigos ou conhecidos. [a coordenadora da pesquisa] acrescentou que muitos casos são de pessoas que foram indicadas por organizações não governamentais ou de reservas de vagas específicas para pessoas trans. Apesar desse quadro reforçar a importância dessas iniciativas, ele também mostra a dificuldade que essas pessoas têm de obter uma vaga de trabalho por conta própria.

"A gente ainda tem a problemática da pessoa trans não conseguir se candidatar a uma vaga sem precisar de uma vaga específica para ela", afirma. "A gente entende que precisa investir em sensibilização nas empresas, porque não adianta ela entrar e sofrer transfobia", explicou.

LISBOA, Vinícius. Pesquisa descreve barreiras para acesso de pessoas trans no emprego. **Agência Brasil**, 31 dez. 2022. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-12/pesquisa-descreve-barreiras-para-acesso-de-pessoas-trans-ao-emprego. Acesso em: 5 set. 2024.

a. O que os dados da pesquisa revelam sobre o acesso das pessoas trans ao emprego?

b. Que prática tomada por empresas relacionada ao emprego de pessoas trans é mencionada no texto?

c. De acordo com a coordenadora da pesquisa, que problema as pessoas trans empregadas enfrentam?

d. Com base nas informações e nos conteúdos apresentados no capítulo, debata com os colegas sobre medidas que poderiam ser tomadas para combater a transfobia.

11. Interprete os dados a seguir com base no conceito de interseccionalidade.

Brasil: perfil das pessoas vítimas de violência por identidade de gênero, orientação sexual e raça/cor – 2021

Negros homossexuais e bissexuais são os mais vitimizados, respectivamente com **55,3% e 52,2%**

Mulheres trans negras concentram **58%**, contra **35%** das brancas

Homens trans negros concentram **56%**, contra **40%** dos brancos

Do total, travestis negras totalizam **65%**, contra **31%** das brancas

ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra população LGBTQI+**. Brasília, DF: Rio de Janeiro: Ipea, 2023. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1643-dashboard-lgbtqi-06-12.pdf. Acesso em: 2 ago. 2024.

12. Faça uma pesquisa sobre antigas e novas produções audiovisuais, de jogos e de brinquedos infantis e procure identificar rupturas e continuidades no que diz respeito à representação dos papéis de gênero. Em seguida, reúna-se aos colegas da turma para discutir o efeito das mudanças observadas na socialização das crianças, respondendo à questão proposta a seguir.

- É possível afirmar que há uma tendência significativa de desconstrução dos padrões hegemônicos de comportamentos e afetos ou, de forma geral, ainda prevalece a tendência à perpetuação de modelos cristalizados? Justifique.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Enem e vestibulares

13. **(Fuvest-SP)**

As sociólogas, filósofas e ativistas feministas destacaram, com o conceito de "reprodução social", algo que a teoria econômica ocultava: para que haja produção de bens e de serviços é necessário que as pessoas que os produzem sejam, por sua vez, produzidas. O trabalho da reprodução social, portanto, cria e repõe a condição primordial e necessária – a existência de pessoas que trabalham – para que a produção econômica possa continuar ocorrendo. Em grande medida, esse trabalho é relegado ao ambiente familiar e às mulheres: cuidado com os filhos, cuidado com doentes e idosos, preparação de alimentos, limpeza e arrumação da casa e outros. O trabalho de reprodução se opõe, socialmente, ao trabalho de produção; este está inserido numa economia organizada com base em empresas – nas fábricas, na agricultura, nos escritórios –, voltado para o mercado e é percebido como merecedor de contrapartida financeira: o salário. Assim, mesmo quando um trabalho da esfera da reprodução se realiza por meio de uma relação de emprego, se for realizado por mulheres, ele costuma ser mal pago e desfrutar de menor prestígio.

ARRUZZA, Cinzia; BATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

A chamada "economia do cuidado" é o conjunto de atividades não remuneradas, geralmente exercidas por mulheres, como a limpeza da casa, preparação de alimentos e os cuidados com crianças, idosos e doentes da família. Um pacote que vale 11% do PIB atual [...]. Em valores, foram cerca de 634,3 bilhões de reais em 2015 [por exemplo]. [...] Contabilizar o valor dos afazeres domésticos no PIB do Brasil só se tornou possível a partir de 2001, quando o IBGE introduziu na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) a pergunta referente ao número de horas despendido pela população para executar essas atividades.

Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/.

Nos textos apresentados, encontram-se dois conceitos, o de "reprodução social" e o de "economia do cuidado". De acordo com as definições desses conceitos e com os dados indicados, qual das afirmações a seguir está correta?

a. Os conceitos de reprodução social e de economia do cuidado são contraditórios porque o primeiro se refere a todo trabalho doméstico e o segundo apenas ao trabalho doméstico pago e que é possível contabilizar.

b. Ambos os conceitos se referem a um tipo de trabalho cuja importância é socialmente reconhecida, fato que pode ser comprovado pela porcentagem expressiva que ele representava do PIB brasileiro no ano de 2015.

c. As definições de reprodução social e de economia do cuidado excluem, necessariamente, a possibilidade de que o Estado seja responsável por parte das tarefas envolvidas na reprodução das pessoas.

d. A contabilização no PIB dos valores dos afazeres domésticos no contexto da economia do cuidado abarca apenas uma parte da reprodução social, pois não inclui o trabalho doméstico remunerado e os trabalhos de reprodução executados fora do ambiente doméstico.

e. Os dados estimados sobre a participação das atividades domésticas não remuneradas no PIB do Brasil mostram que a reprodução social acontece apenas quando não há uma relação salarial entre quem executa e quem se beneficia desse tipo de trabalho.

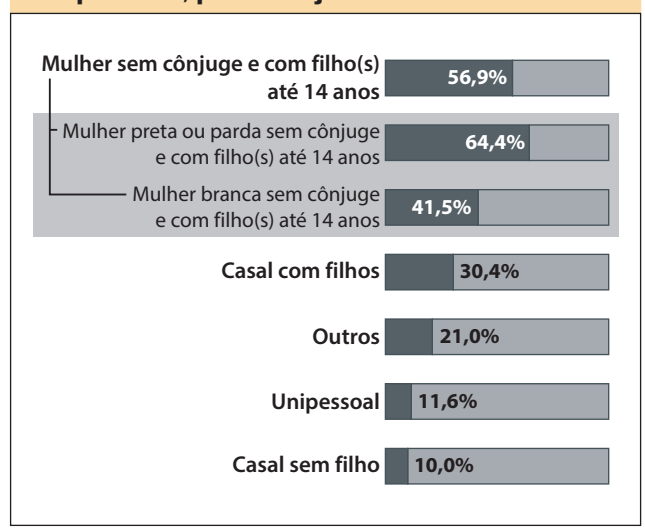
14. **(Enem-MEC – adaptada)**

Texto 1

Interseccionalidade: intercruzamento de desigualdades que gera padrões complexos de discriminação

Texto 2

Brasil: proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza, por arranjo domiciliar – 2017



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Disponível em: www.agenciadenoticias.ibge.gov.br. Acesso em: 2 dez. 2018.

Considerando o conceito apresentado no Texto 1 e os dados apresentados no Texto 2, no Brasil, são fatores que intensificam o fenômeno da discriminação:

a. Raça e gênero.

b. Etnia e habitação.

c. Idade e nupcialidade.

d. Profissão e sexualidade.

e. Escolaridade e fecundidade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE 5

Natureza em transformação

ANDRE DIB\PULSAR IMAGENS

Desmatamento ilegal de Floresta Amazônica dentro do Parque Nacional da Serra do Divisor, no município de Mâncio Lima, Acre. Fotografia de 2021. Ainda que exista uma legislação voltada para reduzir o desmatamento, a exploração predatória da natureza continua a ser praticada de forma persistente.

A comunidade científica tem divulgado alertas constantes sobre a necessidade de os países reduzirem suas emissões de gases do efeito estufa, entre eles o dióxido de carbono, a fim de evitar que limites críticos do sistema climático sejam atingidos. A queima de combustíveis fósseis e o desmatamento estão entre as principais atividades humanas responsáveis pelo lançamento de dióxido de carbono na atmosfera.

Os habitantes das cidades, onde vive a maior parte da população mundial, são particularmente vulneráveis aos eventos climáticos extremos, como enchentes, inundações e ondas de calor. Diante desse cenário, a reflexão a respeito das consequências da ação humana sobre a natureza mostra-se cada vez mais urgente, visto que as intervenções antrópicas têm se intensificado e seus impactos se tornam potencialmente irreversíveis.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A unidade "Natureza em transformação" está presente nos quatro volumes desta coleção de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Confira, no quadro a seguir, os capítulos de cada componente que contribuem para a abordagem da temática dessa unidade.

A unidade "Natureza em transformação" na coleção

Componente	Capítulos
História	1. A origem da humanidade e as transformações da natureza 2. O povoamento do continente americano e os recursos naturais
Geografia	1. Tempos da natureza e ação humana 2. Os desafios da sustentabilidade e a agenda ambiental
Sociologia	9. Sociedade e meio ambiente 10. Críticas à colonialidade
Filosofia	1. O estudo da natureza na Antiguidade e na Idade Média 2. O estudo da natureza a partir da Idade Moderna

Na prática

Os dados sobre a fome no Brasil foram obtidos em: TOKARNIA, Mariana. Mais de 14,7 milhões de brasileiros deixaram de passar fome em 2023. **Agência Brasil**, 24 jul. 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-07/mais-de-14-7-milhoes-de-brasileiros-deixaram-de-passar-fome-em-2023. Acesso em: 17 set. 2024.

A erradicação da fome global é um dos objetivos da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Especialistas apontam que o problema da fome mundial está profundamente relacionado aos mecanismos de exploração da natureza no modo de produção capitalista, que geram impactos ambientais sem promover a distribuição equitativa dos resultados. A lógica de mercado, caracterizada pela exploração predatória dos recursos naturais e pela desigualdade na produção e na distribuição de riquezas, tem sido a principal causa da persistência da fome no mundo.

De acordo com a Organização das Nações Unidas, em 2022, só no Brasil, 17,2 milhões de pessoas estavam em situação de insegurança alimentar severa. No entanto, em razão da recuperação econômica e da eficiência dos programas sociais implementados pelo Estado brasileiro em 2023, no final desse ano, aproximadamente 14,7 milhões de brasileiros tinham sido retirados da situação de fome.

LEANDRO FERREIRA/FOTOARENA

Campanha de doação de alimentos organizada pela prefeitura para prestar auxílio a pessoas no contexto da pandemia de covid-19 no município de Campinas, São Paulo. Fotografia de 2021. As campanhas de doação de alimentos são uma das ações desenvolvidas para reduzir a fome. O acesso a uma renda mínima é outra medida tomada pelos governos com esse objetivo.

1. **Reúna-se em grupo e discutam a importância dos programas sociais para erradicar a fome no Brasil e no mundo, analisando o papel dos governos nessa missão.**
2. **Analisem coletivamente como a exploração predatória da natureza decorrente da lógica capitalista de mercado pode contribuir para a fome e a insegurança alimentar no Brasil e no mundo. Proponham medidas que possam reduzir a gravidade desse cenário.**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 9

Sociedade e meio ambiente

A relação que estabelecemos com o meio ambiente e suas consequências constituem um dos grandes debates da atualidade. Neste capítulo, vamos discutir o tema por meio de dados, informações técnicas e especializadas, pesquisas e reflexões, considerando as construções e as vivências históricas de diferentes grupos sociais, sobretudo daqueles que mais sofrem com os problemas socioambientais e buscam soluções.

O que significa *meio ambiente*?

O termo *meio ambiente* é frequentemente relacionado à vida animal e vegetal e a elementos físicos da natureza, como montanhas, rios e mares. Mas, nessa concepção, o elemento humano está ausente. As múltiplas relações que cada agrupamento humano estabelece com a natureza caracterizam o conceito de **meio ambiente** para as ciências humanas. Nesse sentido, não se sustenta uma concepção de meio ambiente naturalista, na qual a natureza está dissociada do ser humano e da sociedade.

As transformações na natureza e as formas de uso dos recursos naturais estão diretamente relacionadas ao modo de vida dos grupos sociais em determinados contextos, de maneira a atender às diferentes necessidades dos indivíduos (biológicas e/ou socialmente construídas). A história das sociedades também é a história das múltiplas relações estabelecidas com o meio ambiente. Dessa forma, o meio ambiente deve ser compreendido tanto como parte do processo de construção das sociedades quanto como objeto de diversos conflitos ao longo da história.

ALAN CHAVES/AFP/GETTY IMAGES

Registro aéreo de cena de mineração ilegal, durante operação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, na Terra Indígena Yanomami, que ocupa os estados de Amazonas e Roraima. Fotografia de 2023.

Imagens em contexto

Pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e da Universidade do Sul do Alabama nos Estados Unidos constataram que, entre 1985 e 2020, a extração de minérios em terras indígenas da Amazônia cresceu mais de mil por cento. Os povos indígenas mais afetados são os Kayapó, os Yanomami e os Munduruku. A mineração ilegal contamina fontes de água potável, comprometendo a biodiversidade e a segurança alimentar da população.

Os dados sobre a mineração em terras indígenas foram obtidos em: ALISSON, Elton. Mineração em terras indígenas da Amazônia aumentou 1.2[illegible]7% nos últimos 35 anos. **Agência Fapesp**, 3 fev. 2023. Disponível em: https://agencia.fapesp.br/mineracao-em-terras-indigenas-da-amazonia-aume[illegible]-1217-nos-ultimos-35-anos/40613. Acesso em: 5 ago. 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A problemática socioambiental

As rápidas alterações econômicas e políticas que marcaram a modernidade na Europa no século XIX transformaram muitas sociedades, até então predominantemente agrícolas e rurais, em industriais e urbanas. A relação das sociedades contemporâneas com o meio ambiente enfrenta as consequências dessa transição, que gerou uma ideia de oposição entre a natureza e os produtos das atividades humanas.

Essa oposição está relacionada ao uso intenso e progressivo de recursos naturais para alimentar o desenvolvimento tecnológico e atender às mudanças nos padrões de consumo, principalmente nas sociedades industriais capitalistas. Vale atentar que a oposição entre natureza e atividades humanas é um traço da lógica e do cientificismo eurocêntricos – a **cosmovisão** dos povos originários, por exemplo, não adota essa cisão, ao contrário, identifica a existência humana como parte inerente da natureza.

No final dos anos 1960 e início da década de 1970, grupos de defesa do meio ambiente e cientistas começaram a alertar a população e as autoridades sobre a impossibilidade de manter o padrão de produção e consumo em curso sem afetar negativamente as perspectivas de futuro. Tais estudos ganharam (e ganham) muitos adeptos e inauguraram um novo campo para a investigação sociológica: as questões socioambientais.

A partir disso, as ações humanas passaram a ser anunciadas como causadoras da degradação socioambiental, como se todas as sociedades do planeta se relacionassem de modo muito danoso com a natureza. Entretanto, os gravíssimos problemas ambientais vividos hoje, globalmente, são resultado de uma forma de produzir e consumir vinculadas à lógica colonial e capitalista – não são resultado das práticas socioculturais dos povos tradicionais, que utilizam os recursos naturais respeitando os ciclos da natureza e sua capacidade de regeneração.

Ao longo dos séculos XIX e XX, a inventividade humana e o consequente desenvolvimento tecnológico resultaram em um aumento vertiginoso na produção de riquezas, na oferta de alimentos e na expectativa de vida por meio da submissão da natureza às demandas do modo de produção capitalista. Ao mesmo tempo, as fontes dos principais recursos que sustentam esse modelo passaram a apresentar sinais cada vez mais evidentes de esgotamento.

Sugestão

Uma verdade inconveniente

Direção: Davis Guggenheim. Estados Unidos, 2006. 106 minutos.

O documentário baseia-se nas palestras sobre mudanças climáticas proferidas por Al Gore, vice-presidente dos Estados Unidos nos dois mandatos do então presidente Bill Clinton (1993-2001) e premiado com o Nobel da Paz em 2007.

Classificação indicativa de *Uma verdade inconveniente*: livre.

Cosmovisão: conjunto de valores, crenças, conhecimentos e práticas em que uma sociedade percebe e interpreta o mundo, o universo e a vida.

Participantes do Fórum de Lideranças da Terra Indígena Yanomami em protesto contra o garimpo ilegal, em Barcelos, Amazonas. Fotografia de Victor Moriyama, de 2019.

VICTOR MORIYAMA/ISA

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sugestão

Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil

Disponível em: https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/. Acesso em: 31 jul. 2024.

Site voltado para a divulgação do projeto desenvolvido em conjunto pela Fundação Oswaldo Cruz e pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, com o apoio do Ministério da Saúde. Apresenta o mapeamento inicial da luta de inúmeras populações e grupos atingidos em seus territórios por projetos e políticas com base em uma perspectiva de desenvolvimento considerada insustentável e prejudicial à saúde.

OBJETO DIGITAL ***Podcast*: Consumo e moda**

As questões ambientais como tema das ciências sociais

Desde os anos 1970, o debate sobre a preservação do meio ambiente tem se ampliado e envolvido diversos setores da sociedade. Diferentes grupos sociais, como os povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, movimentos sociais, organizações de sociedade civil e moradores de regiões atingidas por desastres e crimes socioambientais afirmam que a destruição do meio ambiente não tem gerado crescimento econômico, tampouco redução de desigualdades.

A preocupação da sociologia com a temática ambiental coincidiu com o fortalecimento dos movimentos de protesto contra a degradação dos recursos naturais, no fim da década de 1970, e com a constatação de que a utilização de tecnologias ambientalmente predatórias está associada ao desenvolvimento econômico capitalista.

As consequências sociais da degradação ambiental tornaram-se cada vez mais contrárias aos ideais modernos de emancipação do ser humano. O consumo acelerado de recursos para manter o processo de industrialização criou problemas para diferentes sociedades. Eliminação de lixo industrial, estabelecimento de indústrias pesadas, produção de energia, instalação de infraestrutura para produção e outras necessidades de consumo das sociedades modernas foram reconhecidos como processos que beneficiam determinados grupos em detrimento de outros.

No Brasil, casos como o rompimento das barragens de Mariana e de Brumadinho, em Minas Gerais (em 2015 e 2019, respectivamente), os impactos associados à implantação de megaprojetos de infraestrutura (como a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará), o afundamento do solo no Bairro do Mutange, em Maceió, provocado pela extração de sal-gema, as queimadas e o desmatamento para a expansão do agronegócio e as enchentes de proporções catastróficas têm suscitado questionamentos sobre a real possibilidade de promoção do desenvolvimento sustentável. Esse modelo defende que é possível conciliar crescimento econômico capitalista, combate à pobreza e às injustiças sociais e preservação do meio ambiente.

Imagens em contexto

Em 2023, cerca de 5 mil famílias residentes em alguns bairros do município de Maceió tiveram de abandonar suas casas por causa de um rompimento parcial da mina de extração de sal-gema localizada sob a laguna de Mundaú. Na superfície, ocorreram tremores de terra, afundamento de solo e abertura de trincas nas construções. O sal-gema, utilizado na fabricação de soda cáustica e PVC, vinha sendo extraído em Maceió desde a década de 1970. O bairro Mutange é uma das áreas afetadas pelo afundamento do solo decorrente da mineração subterrânea de exploração de sal-gema.

ODS 11

ROBSON BARBOSA/AFP/GETTY IMAGES

Vista aérea de terreno no bairro Mutange, Maceió, Alagoas. Fotografia de 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

As desigualdades e os problemas ambientais

Muitas vezes, a conscientização em relação aos problemas ambientais, em vez de promover um movimento de reestruturação do modelo econômico resulta na ampliação de desigualdades. Em relação a esse aspecto, pode-se citar, por exemplo, a transferência da exploração predatória dos recursos naturais e de outras atividades nocivas ao ambiente para países em desenvolvimento: várias empresas transnacionais implantam fábricas em países onde a legislação ambiental é menos rígida e a mão de obra é mais barata, aumentando seus lucros por meio da exploração da situação socioeconômica dessas nações, ampliando desigualdades.

A mesma lógica pode ser identificada em países onde as relações tanto entre as classes quanto entre os grupos tradicionais de determinados territórios estão marcadas por assimetrias, para as quais não é possível encontrar equilíbrio nem conciliação sem uma linha de ação ativa de movimentos sociais, políticas públicas e propostas alternativas de organização econômica.

É significativa a participação da Organização das Nações Unidas no debate sobre as possibilidades e os meios de desenvolvimento das sociedades, uma vez que o tema era considerado, até a Segunda Guerra Mundial, uma prerrogativa de cada Estado nacional. A compreensão de que o modelo de desenvolvimento de um país afeta a comunidade internacional mediante os efeitos planetários do uso dos recursos naturais e da emissão de gases poluentes (assim como seus efeitos nos processos migratórios e no comércio internacional) levou a sociologia a investigar o significado e as consequências do desenvolvimento e a responsabilidade de cada país quanto aos meios de sobrevivência das gerações futuras.

Nesse contexto, os estudos de sociologia passaram a se dedicar à análise dos conflitos sociais decorrentes da desigualdade de acesso e de usufruto dos recursos naturais e dos bens advindos de sua exploração (reconhecidos como processos que beneficiam determinados grupos em detrimento de outros). Além disso, passaram a analisar a relação entre os problemas ambientais e os modelos de organização social e desenvolvimento econômico adotados por uma sociedade, trazendo para o debate as propostas de grupos afetados diretamente, como as comunidades indígenas e tradicionais da América Latina, que sofrem de maneira mais direta com os impactos das tragédias ambientais.

ROGÉRIO ASSIS/GREENPEACE

Manifestação de lideranças indígenas da etnia Munduruku, em trecho do Rio Tapajós na Terra Indígena Sawré Muybu, em Itaituba, Pará. Fotografia de 2016.

Sugestão

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

Disponível em: https://www.unep.org/pt-br. Acesso em: 5 jul. 2024.

Página da instituição mundial vinculada à Organização das Nações Unidas que se dedica a questões sobre o meio ambiente, como mudanças climáticas, biodiversidade, sustentabilidade, redução da poluição etc.

As informações sobre a bacia hidrográfica do Tapajós foram retiradas de: INSTITUTO CENTRO DE VIDA; COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA; FEDERAÇÃO DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DE MATO GROSSO; FEDERAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO PARÁ. **Mapeamento sociocultural, econômico e ambiental do Tapajós**. Brasil: ICV, 2023. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/t2d00112_0.pdf. Acesso em: 11 set. 2024.

Imagens em contexto

A mobilização de lideranças indígenas, realizada em 2016, teve como objetivo alertar a opinião pública sobre os possíveis impactos negativos da construção de barragens na Bacia Hidrográfica do Tapajós. A bacia atravessa os estados de Mato Grosso, Pará, Amazonas e Rondônia, ocupando quase 500.000 quilômetros quadrados, o que corresponde a cerca de 6% do território nacional. Ela é envolta por 30 Unidades de Conservação e 34 Terras Indígenas. Por causa da grande extensão, há 44 hidrelétricas planejadas para a região. A construção de hidrelétricas é controversa, e prevê grandes impactos socioambientais, como desmatamento, perda de biodiversidade, alteração de regimes hidrológicos, deslocamento populacional, entre outros. As tragédias e crimes ambientais afetam, em geral, as populações mais vulneráveis, exacerbando a desigualdade social.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Agricultura, concentração de terras e fome

Imagens em contexto

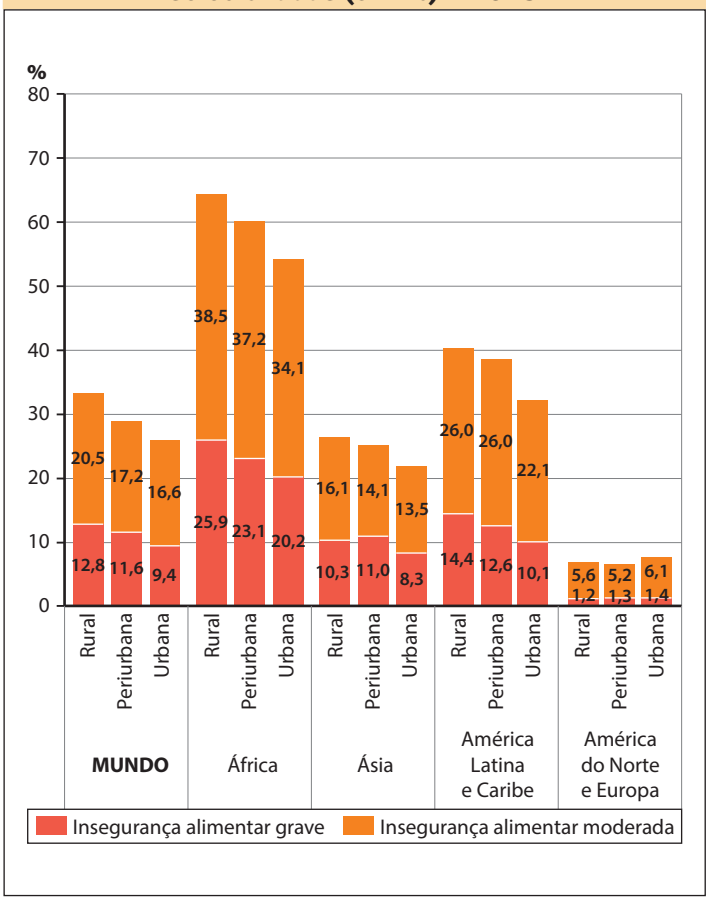
A insegurança alimentar se caracteriza pela falta de acesso regular e permanente a alimentos em quantidade e qualidade suficiente para a sobrevivência. A insegurança alimentar grave ocorre quando a pessoa pode passar fome durante o dia ou passar dias sem comer. A moderada ocorre quando a pessoa é obrigada, em determinadas épocas do ano, a reduzir a quantidade ou qualidade de alimentos que consome por falta de renda ou de acesso a recursos.

O debate sobre a superação da fome e da pobreza é uma discussão sociológica relevante que se relaciona com questões socioambientais. No século XIX, foi difundida a **teoria populacional malthusiana**, segundo a qual a fome e a pobreza seriam consequência da produção insuficiente de alimentos em relação ao crescimento populacional. Essa ideia foi criticada e superada ao longo do século XX, trazendo à tona também o debate sobre o modelo de desenvolvimento sociocultural associado ao capitalismo.

Estudos de sociologia, antropologia e geografia indicam a persistência de milhões de pessoas em situação de pobreza extrema e fome, mesmo com os meios técnicos disponíveis para a acelerada produção de alimentos. A persistência da fome é simultânea à existência de grandes propriedades de terra concentradas nas mãos de poucas pessoas e grupos, à produção voltada para o lucro e, contraditoriamente, aos grandes avanços técnicos que permitem maior produção em tempo cada vez menor. Essa simultaneidade demonstra que a fome e a pobreza não resultam da insuficiência técnica para a produção e a distribuição de alimentos ou da falta de solos férteis, sendo, na verdade, consequência de problemas políticos, sociais e econômicos.

Apesar do aumento da produção de riquezas e de alimentos na sociedade industrial capitalista, os mecanismos de mercado conhecidos não são capazes de distribuir esses recursos para eliminar a fome. A superação desse cenário envolve políticas de garantia de direitos sociais aos mais pobres e a discussão sobre a construção de outro modelo de desenvolvimento.

Mundo: insegurança alimentar por regiões selecionadas (em %) – 2023



Fonte: FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. **The state of food security and nutrition in the world 2024** – Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms. Rome: FAO, 2024. p. 18.

Josué de Castro, em seu estudo clássico *Geografia da fome*, analisou de maneira sistemática o fenômeno da fome no Brasil, afirmando que este não era um problema natural nem um produto da superpopulação, mas das opções políticas e econômicas realizadas pelos países. Ressaltou que nenhum fator era mais negativo para a situação de abastecimento alimentar do país do que uma estrutura agrária atrasada, sendo, dessa forma, a reforma agrária uma necessidade histórica.

ODS 11

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Compare a situação de insegurança alimentar nos espaços rural, urbano e periurbano.
2. Analise os dados do gráfico mobilizando seus conhecimentos de geografia e a discussão sobre desenvolvimento tecnológico para produção de alimentos, lógica do sistema capitalista e desigualdades sociais.

Periurbano: transição entre rural e urbano.

ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A fome no Brasil

No Brasil, a persistência da fome está associada ao modo como a terra é distribuída socialmente. As grandes propriedades de terra, concentradas por poucas pessoas e grupos, e a produção predominantemente voltada para o mercado externo e geração de lucro apresentam, contraditoriamente, avanços tecnológicos que contribuem para a produção em tempo cada vez menor e para a distribuição cada vez mais desigual das mercadorias.

De acordo com uma pesquisa publicada em 2021 pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola, apenas cinco produtos (soja, milho, cana-de-açúcar, feijão e arroz) são cultivados em 70% do espaço agrícola brasileiro. O estudo, que compreendeu o período entre 1985 e 2017, indicou que enquanto o espaço de cultivo da soja aumentou 221%, o do feijão e o do arroz ficaram estagnados.

Segundo dados de 2024, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 60,5% da soja em grão produzida no Brasil é voltada à exportação. O elevado percentual revela que grande parte da produção agrícola em ascensão no país é dirigida ao mercado externo, não ao consumo interno.

Apesar do aumento da produção de riquezas e de alimentos, o mercado dos produtos agrícolas não é organizado para distribuir esses recursos a fim de eliminar a fome e a insegurança alimentar. De acordo com o *Segundo inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil*, em 2022, 58,7% da população brasileira convivia com a insegurança alimentar em algum grau – leve, moderado ou grave.

Em razão disso, diversas entidades – como movimentos sociais, organizações de sociedade civil, grupos de pesquisa e organismos multilaterais – defendem a ideia de que o combate à fome e à insegurança alimentar depende da promoção de políticas públicas para garantir direitos sociais e construir outro modelo de organização da distribuição da terra e da produção agrícola.

Para esses grupos, é necessária a promoção de uma **reforma agrária**, isto é, de uma política de reorganização da estrutura fundiária, a fim de democratizar a propriedade da terra, tornando-a mais acessível aos que quiserem nela produzir. Como as terras estão concentradas nas mãos de poucos proprietários, para realizar essa reestruturação, seria necessário que o Estado desapropriasse áreas de grandes latifúndios a fim de atender aos princípios de justiça social e desenvolvimento rural sustentável, como previsto no Estatuto da Terra, marco legal que regulamenta o uso e a ocupação fundiária no Brasil.

As informações sobre os produtos que ocupam o espaço agrícola brasileiro foram retiradas de: PESQUISA inédita investiga como e onde se produzem os alimentos no Brasil. **Imaflora**, 31 jan. 2022. Disponível em: https://www.imaflora.org/noticia/pesquisa-inedita-investiga-como-e-onde-se-produzem-os-alimentos-no-brasil. Acesso em: 5 ago. 2024.
As informações sobre o cultivo da soja foram retiradas de: SOJA em números (safra 2023/24). **Embrapa**, maio 2024. Disponível em: https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos. Acesso em: 11 set. 2024.
As informações sobre a fome e a insegurança alimentar no Brasil foram retiradas de: REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (PENSSAN). **II Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf. Acesso em: 11 set. 2024.

RICARDO TELES/PULSAR IMAGENS

Plantação de soja em Nova Mutum, Mato Grosso. Fotografia de 2022.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

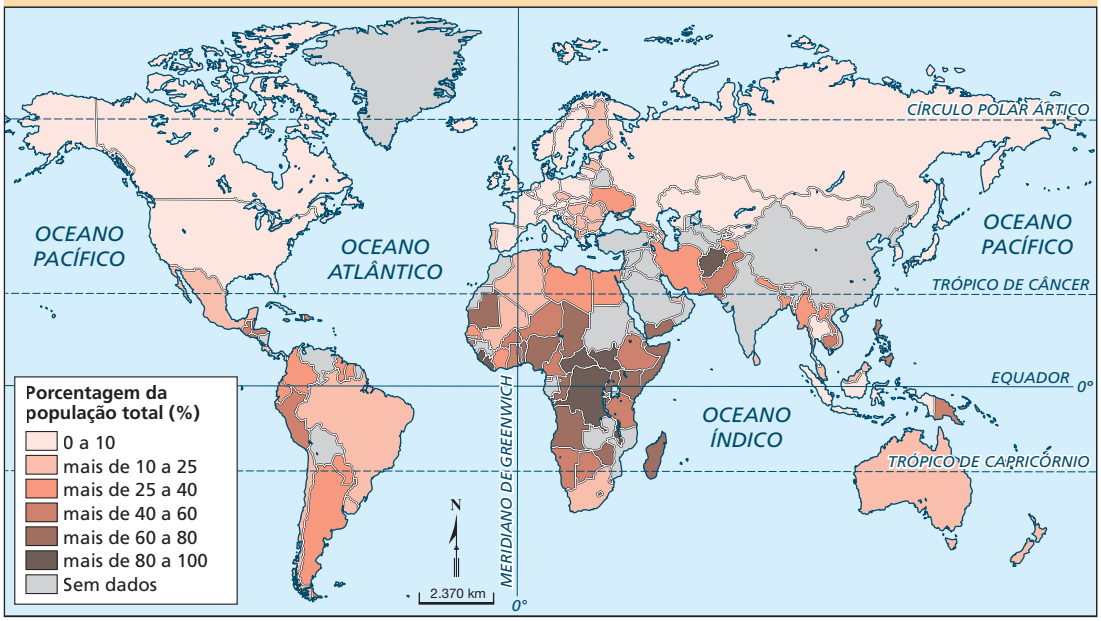
A fome no mundo

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os países precisaram enfrentar as dificuldades para reorganização da ordem social e manutenção da vida humana. A defesa de um **Estado de bem-estar social**, capaz de intervir na economia para garantir os direitos da população, pode ser interpretada como uma estratégia para estabelecer condições mínimas de sobrevivência e superar a desintegração do mercado de trabalho decorrente da pobreza. Nesse processo, o Estado foi reconhecido como o principal agente para a promoção da coesão social mediante a criação e a garantia de direitos civis, políticos e sociais.

No entanto, com a manutenção de modelos de desenvolvimento que priorizam os interesses dos grupos econômicos e políticos mais poderosos, a pobreza e a fome tornam-se endêmicas, ou seja, restritas a determinadas populações e/ou regiões geográficas. Isso é particularmente evidente nas numerosas populações tradicionais que vivem em áreas rurais da América Latina, da África e da Ásia, que ainda sofrem as consequências da colonização. Em geral, nesses locais, a distribuição da terra está marcada pela desigualdade e as populações lutam pelo reconhecimento de seus direitos diante da expansão dos interesses de conglomerados empresariais e grupos que buscam explorar recursos naturais, gerando ainda mais problemas sociais, como violência armada, desmatamento e esgotamento desses recursos. Para instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas, seriam necessárias políticas mundiais específicas para tais regiões.

É importante enfatizar que, no período da Guerra Fria, países capitalistas, como os Estados Unidos e o Reino Unido, consideravam as nações africanas e asiáticas mais vulneráveis à influência do bloco soviético. Dessa forma, julgavam necessária uma "blindagem" contra essa influência, que seria materializada pelas políticas de redução da pobreza, promovendo o combate à fome. Contudo, após o fim da Guerra Fria, com a hegemonia do modelo neoliberal, boa parte dessas políticas teve seus recursos reduzidos ou extintos, tornando a fome uma realidade diária para milhões de pessoas.

Mundo: insegurança alimentar (em %) por país – 2020-2022



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: 2020-2022: PREVALENCE of undernourishment. **Food and Agriculture Organization of the United Nations**, [2023]. Disponível em: https://www.fao.org/interactive/state-of-food-security-nutrition/2-1-1/en/. Acesso em: 5 ago. 2024.

ODS 11

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Indique o(s) continente(s) onde se localiza(m) o(s) país(es) com índice muito alto de insegurança alimentar.
2. Mobilize seus conhecimentos de geografia e explique a relação entre as cores e os valores da legenda.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Revolução Verde

Após a Segunda Guerra Mundial, como forma de intensificar a produção agrícola e sua lucratividade, foi desenvolvido um conjunto de inovações tecnológicas que passou a ser amplamente utilizado a partir dos anos 1960. Esse modelo, que ficou conhecido como Revolução Verde, promoveu profundas transformações na agricultura, envolvendo alterações genéticas de sementes e uso intensivo de insumos industriais (adubos químicos e agrotóxicos), com base na produção em grandes propriedades de monocultura para exportação, na mecanização e na redução do custo com mão de obra.

No entanto, essas técnicas, apontadas como solução para aumentar a produtividade agrícola, agravam problemas ambientais e sociais, como a concentração da renda e dos meios de produção. Os altos custos de implementação desse sistema e a alta produtividade inviabilizam a competitividade dos pequenos produtores, que se tornam trabalhadores assalariados no campo ou migram para os centros urbanos. Além disso, esse sistema provoca a contaminação do solo e dos alimentos pelo uso intensivo de agrotóxicos. Aos poucos, também elimina a diversidade de espécies de alimentos e substitui conhecimentos e práticas culturais locais por processos de homogeneização produtiva e cultural.

Para os defensores da manipulação genética de alimentos, esse modelo de produção representa um futuro promissor, com a modernização das lavouras, a expansão da fronteira agrícola e o emprego da biotecnologia para combater a fome. Já para ecologistas e movimentos sociais ligados a pequenos agricultores, a Revolução Verde amplia desigualdades sociais, causa danos ambientais irreparáveis e oferece riscos à saúde, tanto da população que trabalha na produção agrícola com uso de agrotóxicos quanto da que consome esses produtos.

Imagens em contexto

Na Revolução Verde, as principais tecnologias incorporadas na produção rural foram maquinários como tratores, pulverizadores e colheitadeiras, sementes híbridas e transgênicas, fertilizantes químicos, agrotóxicos, inseticidas e novas técnicas de irrigação. A colheitadeira é uma máquina agrícola capaz de colher plantas inteiras (forragem), partes de plantas (cana-de-açúcar), frutos (café) ou grãos (como milho e soja).

GERSON GERLOFF/PULSAR IMAGENS

Colheitadeiras colhendo soja em Júlio de Castilhos, Rio Grande do Sul. Fotografia de 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As informações sobre a agricultura familiar foram retiradas de: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do espaço rural brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101773. Acesso em: 8 out. 2024.

Agricultura familiar

Agricultura familiar é o termo utilizado para designar a forma de organização da produção agrícola por pequenos ou médios proprietários rurais quando há unidade entre a gestão e o trabalho. É desenvolvida por núcleos familiares, que são ao mesmo tempo os proprietários dos meios de produção e a mão de obra das atividades produtivas.

De acordo com Maria de Nazareth Baudel Wanderley, socióloga que estuda a história do campesinato brasileiro, a agricultura familiar está relacionada a uma forma específica de viver e trabalhar no campo. Definida como um modelo de agricultura não patronal e não latifundiária, representa uma alternativa de base comunitária e cooperativa à lógica dos grandes empreendimentos agrícolas.

Além do caráter de resistência ao domínio do agronegócio, a agricultura de base familiar cumpre importante papel na preservação ambiental, estabelecendo estilos de cultivo sustentável pelas características de maior ocupação de mão de obra e de diversificação de culturas, próprias dessa forma de organização da produção. No entanto, o cultivo sustentável enfrenta muitas dificuldades em virtude da organização da produção agrícola no Brasil.

De acordo com o *Atlas do espaço rural brasileiro*, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2020, a agricultura familiar ocupa apenas 23% da área dedicada a atividades agropecuárias no país, mas corresponde a 76,8% do número de estabelecimentos. Isso significa que, embora muito numerosas, as unidades de produção de base familiar ocupam um espaço muito menor que o abrangido pelos grandes produtores ligados ao agronegócio.

Na classificação do IBGE, são também citados os chamados **produtores sem área** – grupo que inclui produtores em terras arrendadas, ocupadas ou em parceria, além de extrativistas de matas ou florestas (babaçu, castanha-do-brasil, látex, lenha etc.), produtores de mel que não possuem terras, criadores de animais em beira de estrada, produtores na vazante de rios, em roças itinerantes e em beira de estrada, concentrados, em sua maioria, nas regiões Nordeste (76,8%) e Norte (14,5%) do país.

Imagens em contexto

Os assentamentos de reforma agrária regularizados pelo Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (Incra) são resultados da luta dos trabalhadores rurais pelo direito à terra e proporcionam moradia e apoio à produção familiar, garantindo a segurança alimentar de comunidades rurais que antes estavam em situação de vulnerabilidade social e risco alimentar.

RICARDO TELES/PULSAR IMAGENS

Agricultores familiares entre plantação orgânica de pimenta-do-reino e mamão no assentamento Otaviano Rodrigues de Carvalho, em Ponto Belo, Espírito Santo. Fotografia de 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

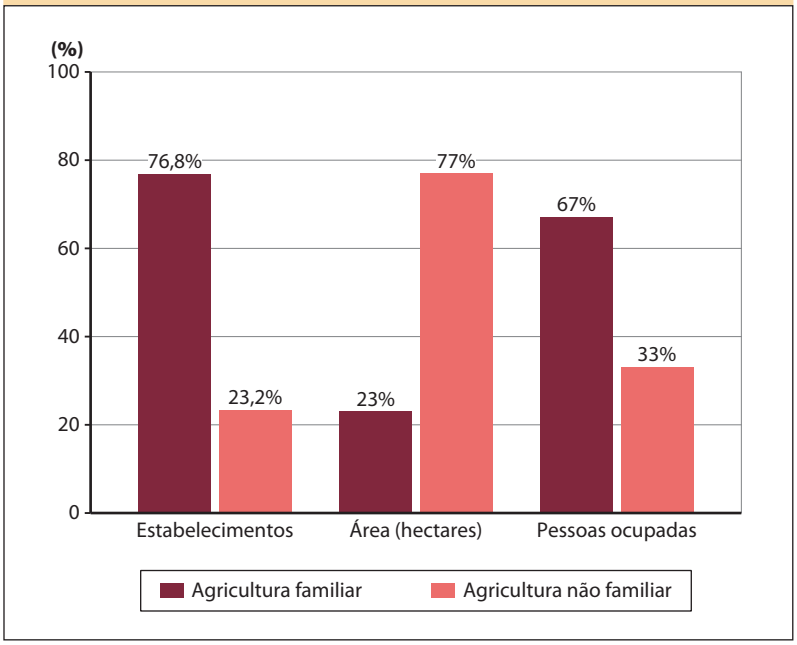
Contrastes entre a produção patronal e a agricultura familiar

Ricardo Abramovay, economista da Universidade de São Paulo, afirma que, diferentemente do que aconteceu na Europa, onde a agricultura se baseou sobretudo no modelo familiar, no Brasil prevaleceu o **modelo de produção patronal**, que se caracteriza pela separação entre a gestão e o trabalho e pela produção voltada principalmente para exportação e para a indústria de alimentos.

Quando se comparam os dois modelos, percebe-se que a agricultura foi mais próspera nas regiões que tiveram como base o modelo familiar. Nos países em que predominou o modelo patronal, configurou-se uma imensa desigualdade social. No Brasil, a concentração de terras marginalizou pequenos produtores e aumentou o desemprego e a pobreza.

A industrialização do campo por grandes transnacionais dificulta o desenvolvimento da agricultura familiar, que garante melhor qualidade de vida às **populações camponesas** e aos **povos tradicionais**. Esses segmentos sociais – que incluem pequenos produtores rurais, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco-babaçu, faxinais e pantaneiros, entre outros – são marcados pela resistência ao desenvolvimento predatório pautado na lógica do agronegócio diante da necessidade de manterem seus modos de vida e saberes por meio da afirmação de uma identidade, com ou sem atributos étnicos.

Brasil: agricultura – 2017



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fontes: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017. p. 97-100; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário 2017: resultados definitivos. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Brasil, tabelas: 6.897, 6.901. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos. Acesso em: 2 ago. 2024.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Analisando os dados sobre agricultura familiar, que relação é possível estabelecer entre o número de estabelecimentos e a área ocupada por essa prática?
2. Com base nos dados, o que é possível inferir sobre a relação entre agricultura familiar, sustentabilidade e produção de alimentos no Brasil?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Segurança e soberania alimentar

A ideia de **segurança alimentar** foi concebida durante a Primeira Guerra Mundial com estudos de estratégias para garantir o abastecimento em situações de crise, sendo retomada com mais intensidade após a Segunda Guerra Mundial, quando grande parte do continente europeu, devastado pelo conflito, não tinha condições de manter a produção agrícola e industrial.

Na década de 1990, consolidou-se a concepção de que todas as pessoas têm direito à alimentação sadia e nutritiva, sendo dever do Estado desenvolver políticas públicas para garantir esse direito. Essas políticas podem contemplar diversos mecanismos, como distribuição de alimentos e cestas básicas, construção de refeitórios populares e desenvolvimento de programas de renda mínima.

Em 1996, durante a Cúpula Mundial da Alimentação, realizada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, algumas organizações camponesas apresentaram o conceito de soberania alimentar, em contraponto ao de segurança alimentar.

O direito à alimentação saudável, que deveria ser garantido a todos os seres humanos, é violado por grandes empresas que controlam o mercado de alimentos e condicionam o acesso a eles à renda dos indivíduos. A população pobre, nesse caso, fica sem condições de obter alimentos de boa qualidade. Por isso, a superação do problema da fome e a garantia de soberania alimentar não estão restritas ao aumento da produção de alimentos. De acordo com o conceito de **soberania alimentar**, o alimento de qualidade é um direito humano, não apenas uma mercadoria comum.

Para garantir a soberania alimentar, é preciso adotar um conjunto de medidas a fim de proporcionar à população os recursos necessários para produzir os próprios alimentos e ter acesso a eles em qualquer época do ano, de modo adequado a seu ambiente e a seus hábitos.

Imagens em contexto

A Conferência Nacional de Segurança Alimentar é um evento importante no calendário de políticas públicas do Brasil, reunindo autoridades governamentais, especialistas e representantes da sociedade civil para debater e traçar estratégias de conquista da segurança alimentar e nutricional no país.

JOSE CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

Sexta Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada em Brasília, Distrito Federal. Fotografia de 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Poder público e garantia da soberania alimentar

Pode-se afirmar que a ideia de soberania alimentar apresenta, ao menos, três eixos básicos relacionados à intervenção do poder público na produção e na distribuição de alimentos: acesso, qualidade e educação.

Com a fome e a miséria atingindo índices alarmantes no Brasil, torna-se urgente a implementação de propostas alternativas de desenvolvimento e a defesa da reforma agrária, temas indissociáveis da discussão sobre a superação da fome e da miséria no país. Considerando o conceito de soberania alimentar, – assegurar o acesso aos alimentos para todos, em quantidade e qualidade suficientes para garantir uma vida saudável e ativa –, ficou ressaltada a importância de uma agricultura que produza alimentos básicos (e não apenas ***commodities***) com qualidade adequada para o consumo humano.

Com esse objetivo, fica evidente que cada vez mais é preciso colocar em prática as alternativas propostas por agricultores familiares, povos e comunidades indígenas e tradicionais de relação com a terra e com os recursos naturais: esses grupos desenvolvem há séculos estratégias que contribuem para sua autonomia econômica e, ao mesmo tempo, preservam o meio ambiente e suas tradições culturais.

De acordo com o Decreto nº 6.040 de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, estes são definidos como:

> [...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 22 fev. 2024.

Além dos povos indígenas, listam-se 27 povos e comunidades tradicionais no Brasil, a saber: andirobeiras; apanhadores de sempre-vivas; caatingueiros; catadores de mangaba; quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, caiçaras, ciganos, povos de terreiros, cipozeiros, castanheiras; faxinalenses; fundo e fecho de pasto; geraizeiros; ilhéus; isqueiros; morroquianos; pantaneiros; pescadores artesanais; piaçaveiros; pomeranos; quebradeiras de coco babaçu; retireiros; seringueiros; vazanteiros e veredeiros.

***Commodities*:** produtos agropecuários ou minerais não industrializados ou com baixo grau de industrialização, produzidos em larga escala e destinados ao comércio externo, como soja, trigo e milho.

RICARDO AZOURY/PULSAR IMAGENS

Quebradeiras de coco babaçu, em Viana, Maranhão. Fotografia de 2019.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

É possível diminuir os danos das mudanças climáticas nas lavouras e aumentar a produtividade?

Um estudo realizado pelo Centro de Pesquisa em Genômica Aplicada às Mudanças Climáticas – órgão mantido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – revelou que microrganismos encontrados na cana-de-açúcar podem elevar a produtividade das lavouras e reduzir os efeitos das mudanças climáticas, como secas severas, que atingem diversas culturas agrícolas. Leia o texto a seguir, que apresenta as principais conclusões da pesquisa.

Em um projeto conduzido no Centro de Pesquisa em Genômica Aplicada às Mudanças Climáticas (GCCRC), pesquisadores identificaram fungos e bactérias que favorecem o crescimento da cana e, posteriormente, inocularam esses microrganismos em culturas de milho. O experimento resultou em plantas com maior tolerância à escassez de água e em um aumento da biomassa de até três vezes. [...]

"O milho cultivado com microrganismos que habitam a cana demorou para começar a sofrer com a seca e se recuperou mais rapidamente após sofrer estresse hídrico", contou o geneticista Paulo Arruda, coordenador do centro [...].

De acordo com Arruda, os experimentos indicam que fungos e bactérias são de fato capazes de mudar a fisiologia das plantas. Podem, por exemplo, diminuir a temperatura das folhas em até 4 ºC, auxiliando o vegetal a controlar o consumo de água. Em um teste feito no interior da Bahia, em uma região conhecida por longos períodos sem chuva, os pesquisadores observaram que os microrganismos também atuaram contra a doença conhecida como enfezamento do milho, que reduz a produção de espigas. [...].

A equipe do GCCRC trabalha atualmente no sequenciamento do genoma desse grupo formado por cerca de 25 mil bactérias e 10 mil fungos a fim de entender como agem nas plantas. A enorme quantidade de dados é analisada com a ajuda de inteligência artificial. "Algoritmos fazem o trabalho de mapear padrões genéticos relacionados a funções metabólicas dos microrganismos", disse Arruda, destacando a importância dos bancos de microrganismos para a pesquisa genética e o desenvolvimento de inoculantes que sirvam como alternativa aos fertilizantes químicos.

PIERRO, Bruno de. Biotecnologia pode tornar a agricultura resiliente às mudanças no clima. **Agência Fapesp**, 8 jan. 2020. Disponível em: https://agencia.fapesp.br/biotecnologia-pode-tornar-agricultura-resiliente-as-mudancas-no-clima/32267. Acesso em: 5 ago. 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO.

Reúna-se a alguns colegas para realizar as atividades.

1. **De acordo com o experimento, como os microrganismos da cana-de-açúcar afetaram as culturas de milho?**
2. **Além do aumento da resiliência das plantas à escassez de água, listem outros impactos positivos que a inoculação desses microrganismos em outras culturas agrícolas pode ter na segurança alimentar em regiões afetadas por secas e mudanças climáticas.**
3. **Debatam e infiram:**
   - Quais poderiam ser os benefícios ambientais do uso de microrganismos no lugar de fertilizantes químicos?
   - Quais poderiam ser os desafios no uso de microrganismos em larga escala?
   - Que tipos de estudos complementares seriam importantes para avaliar a eficácia e a segurança desses métodos?

ODS 2

4. **Pesquisem em livros, jornais e revistas impressos ou na internet os impactos das mudanças climáticas na agricultura no município ou na unidade da federação onde vocês moram. Pesquisem também possíveis soluções para esses problemas. Após a pesquisa, produzam um cartaz ou postagem de redes sociais para apresentar aos demais grupos a solução que vocês consideraram a mais adequada para diminuir os impactos pesquisados.**

Crise alimentar no mundo globalizado

A crise alimentar intensificou-se na década de 2020, com efeitos desastrosos para as sociedades mais pobres dos continentes africano e asiático e da América Latina. Choques climáticos cada vez mais frequentes e graves, conflitos regionais e consequências dos mais de dois anos da pandemia de covid-19 prejudicaram a produção e a distribuição de produtos agrícolas, comprometendo a segurança alimentar e nutricional da população mundial.

Em 2022, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura alertou para o nível recorde dos preços mundiais dos alimentos. Entre os diversos fatores da alta de preço dos alimentos, destacam-se os seguintes.

- **Aumento da demanda**. Com a ampliação do poder aquisitivo em países mais ricos, desde os anos 1950, e em decorrência do crescimento econômico recente de países em desenvolvimento como China, Índia, África do Sul e Brasil, um contingente importante de famílias passou a consumir mais alimentos. Tornou-se necessária também uma quantidade maior de grãos para abastecer a pecuária.
- **Expansão do uso de biocombustíveis**. Em razão do encarecimento do petróleo, os Estados Unidos e os países da União Europeia passaram a promover o uso de biocombustíveis com subsídios. Assim, plantações que antes eram destinadas à produção de gêneros alimentícios passaram a ser utilizadas no cultivo de matérias-primas voltadas à produção de etanol.
- **Mudanças climáticas e perdas de safras**. De acordo com a tese do aquecimento global, os impactos da intensificação da industrialização aprofundaram o desequilíbrio climático do planeta, causando mudanças nos padrões de chuvas e estiagem, com aumento das enchentes e secas mais duradouras. Essas mudanças dificultam as previsões meteorológicas e o planejamento agrícola, além de levarem à perda de safras e ao aumento de preço dos alimentos por diminuição da oferta.

Grande parte desses fatores está diretamente associada ao modelo de desenvolvimento capitalista, que, sobretudo no que se refere ao campo, demonstrou evidentes provas de sua insustentabilidade no uso de recursos naturais. Esse cenário trouxe a oportunidade de discutir modelos alternativos para uma economia sustentável como caminho de superação da pobreza e da fome.

As informações sobre a alta nos preços dos alimentos foram retiradas de: PREÇOS de alimentos batem recordes com guerra na Ucrânia. **Nações Unidas Brasil**, 8 abr. 2022. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/177207-preços-de-alimentos-batem-recordes-com-guerra-na-ucrânia. Acesso em: 2 ago. 2024.
As informações sobre expansão dos biocombustíveis foram retiradas de: BRASIL, Milena. Demanda global por biocombustíveis deve aumentar 22% nos próximos anos, aponta o IEA. **EPBR**, 6 jan. 2023. Disponível em: https://epbr.com.br/demanda-global-por-biocombustiveis-deve-aumentar-22-nos-proximos-anos-aponta-iea/. Acesso em: 2 ago. 2024.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Explique de que maneira ataques a portos podem contribuir para o aumento do preço dos alimentos.
2. Infira que outras maneiras as guerras interferem na produção, na distribuição e no comércio de alimentos.

Imagens em contexto

No ano de 2022, a invasão da Ucrânia pela Rússia, com bombardeios, ocupações de território e bloqueios de portos no Mar Negro agravou a crise global. Os dois países são importantes exportadores de alimentos, especialmente de *commodities*, como, por exemplo, o trigo. Com os conflitos, houve uma interrupção das exportações, provocando um aumento do preço das mercadorias.

ODESSA CITY COUNCIL TELEGRAM CHANNEL/AFP

Bombeiros ucranianos apagando fogo decorrente de ataque russo no porto da cidade de Odessa, Ucrânia. Fotografia de 2022.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Mudanças climáticas e crise energética

OBJETO DIGITAL
Podcast: Juventudes e manifestações pelo clima

A industrialização intensificou a transformação da natureza em mercadorias, o que resultou em um aumento na extração de matérias-primas e geração de resíduos, causando impactos significativos no meio ambiente. A exploração intensiva de recursos minerais; as queimadas e o desmatamento; e a queima de combustíveis fósseis (como carvão e petróleo) para gerar energia são algumas atividades que contribuem intensamente para a desertificação do solo, a contaminação da água de rios e mares, a produção de gases de efeito estufa, a poluição do ar, a perda de hábitats naturais e a extinção de espécies vegetais e animais.

ODS 13

Como consequência, um fenômeno global tem chamado a atenção de cientistas, políticos e sociedade civil: as **mudanças climáticas**. Essas mudanças estão associadas ao chamado aquecimento global, caracterizado pelo aumento da temperatura média na Terra, que provoca alterações ambientais significativas, como o degelo das calotas polares, a elevação do nível dos oceanos, a extinção de espécies, o aumento da incidência e do volume de água produzido em tempestades e o surgimento de novas doenças infecciosas. Por causa da gravidade da situação, relatórios e convenções recentes, como a 27ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática, decretaram a situação de emergência climática no mundo.

O crescimento da população urbana e da produção industrial intensificam continuamente a demanda por energia, necessária para o funcionamento das indústrias e automóveis e para a geração de eletricidade, entre outros. No entanto, a maioria das fontes utilizadas para a produção energética no mundo são altamente poluentes e não renováveis, ou seja, se esgotam com o uso. O fato de países industrializados dependerem dessas fontes, que estão se tornando escassas, demonstra a insustentabilidade do estilo de vida e do modelo econômico capitalista adotados em grande parte do mundo. A escassez desses recursos deflagrou um problema ambiental e social grave, a chamada **crise energética**.

Essa crise tem contribuído para colocar a questão ambiental como pauta prioritária de grande parte das nações. Se o aquecimento global ainda dá espaço para o negacionismo de alguns governos, a crise energética afeta diretamente o que mantém o sistema capitalista e suas estruturas de poder: o funcionamento dos meios de produção, que permite a produção de mercadorias e a obtenção de lucro.

Diante disso, o estímulo à busca de fontes de energia alternativas se torna uma prioridade expressa nas políticas públicas e em estratégias corporativas. O investimento no desenvolvimento de tecnologias limpas e eficientes, que utilizem recursos renováveis e sustentáveis, como a energia solar e eólica, é interpretado por muitos estudiosos como um caminho para garantir a segurança energética e reduzir a emissão de gases poluentes.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Imagens em contexto

A enchente que impactou direta ou indiretamente os 497 municípios do Rio Grande do Sul em 2024 causou uma destruição sem precedentes, motivando reflexões sobre a emergência climática global. Desmatamento, ocupação urbana irregular nas margens de rios, lagoas e lagos, mudanças impactantes no uso da terra, expansão do agronegócio e extrativismo predatório contribuem para explicar esse acontecimento.

CARLOS FABAL/AFP/GETTY IMAGES

Vista aérea das enchentes em Eldorado do Sul, Rio Grande do Sul. Fotografia de 2024.

Modernização ecológica e ecologismo de resultados

Com a adoção do discurso ambientalista por agências multilaterais, empresas e governos, foi elaborado um discurso conciliador e pragmático que passou a ser chamado de **ecologismo de resultados**, utilizado para neutralizar as lutas ambientais e produzir a "ambientalização" do modelo capitalista de produção de riquezas, com base na teoria denominada **modernização ecológica**. Essa perspectiva teórica afirma a possibilidade de conciliar o crescimento econômico e a resolução de conflitos ambientais com ênfase no desenvolvimento de inovações tecnológicas menos ambientalmente degradantes, na economia de mercado e na crença na colaboração e no consenso.

Segundo Henri Acselrad, professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a questão ambiental apresenta confronto entre uma posição cultural e uma posição utilitarista. Pela **posição utilitarista**, o meio ambiente é como um repositório de recursos sem nenhum componente sociocultural. Em oposição, para a **posição cultural**, o meio ambiente é entendido como constituído de grande variedade de qualidades socioculturais. Segundo essa perspectiva, não existe meio ambiente sem sujeito; logo, existem tantos ambientes quanto povos e grupos sociais que lhes atribuam sentido.

Assim, segundo Acselrad, o conflito e a desigualdade ambiental são denunciados pelos sujeitos envolvidos e podem, dessa forma, ser definidos como uma exposição desproporcional dos grupos sociais subalternos aos riscos produzidos pelas redes técnico-produtivas da riqueza ou pela perda de seu ambiente por causa da concentração dos benefícios do desenvolvimento nas mãos de poucos. Os riscos ambientais, portanto, são diferenciados e distribuídos de forma desigual entre as diferentes sociedades e culturas: a desigualdade de exposição aos riscos é a essência dos conflitos ambientais. Nesse sentido, os mais ricos têm mais condições de escapar dos riscos, diferentemente dos mais pobres, propensos a ficar presos em um circuito de risco. A poluição, por exemplo, não atinge a todos da mesma maneira. Essa situação, portanto, demanda colaboração e consenso entre diferentes grupos sociais para ser superada.

CELLO OLIVER/THENEWS2/FOLHAPRESS

Integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens em protesto denunciando a situação alarmante da seca e mudanças climáticas severas no mundo, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Fotografia de 2024.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

Logomarca do Movimento dos Atingidos por Barragens.

Imagens em contexto

O Movimento dos Atingidos por Barragens é um sujeito político que denuncia o conflito e a desigualdade socioambiental. Ele foi criado na década de 1980, como organização local e regional, e se transformou em uma entidade nacional. Atualmente, além de lutar pelos direitos dos atingidos, reivindica que água e energia não sejam tratadas como mercadoria, mas como recursos acessíveis a todos, com soberania, distribuição de riquezas e controle popular.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Modernização e transformação social

A modernização das sociedades é um dos temas de interesse das ciências sociais. Desde o século XIX, a disciplina se dedica a entender como o mundo contemporâneo, em sua multiplicidade, modifica as formas de sociabilidade e reconfigura práticas culturais relacionadas ao meio ambiente. Esse processo de modernização envolve aspectos econômicos, políticos e sociais. Nas sociedades capitalistas ocidentalizadas, essa transformação se manifesta na noção atual de indivíduo, na ideia de racionalização em substituição às crenças religiosas e na burocratização das instituições em detrimento da organização afetiva tradicional. A adoção do capitalismo como sistema padrão é um fator central para compreender esse fenômeno e os aspectos socioculturais que o acompanharam.

Na crítica aos efeitos de desagregação social do capitalismo, também são considerados seus impactos sobre o meio ambiente. Uma pensadora contemporânea que se dedica a esse tema é a filósofa e física indiana Vandana Shiva. Valendo-se de sua rede de mobilização social, ela defende um sistema de agricultura sem a utilização de sementes geneticamente modificadas. Para ela, a escassez de água e de comida que persiste em diferentes partes do mundo é consequência do consumismo e do materialismo da cultura ocidental.

De acordo com Shiva, as grandes corporações, na busca incessante de lucros, aprofundam as crises ambientais. A fim de evitar a degradação ambiental, é necessário reverter os mecanismos de privatização do uso dos recursos naturais, como água, ar e solo. A filósofa crítica o uso privado dos recursos para a obtenção de lucro e propõe uma democracia baseada na sustentabilidade, na paz e na justiça.

Sugestão

Guerras por água: privatização, poluição e lucro

Vandana Shiva. São Paulo: Radical Livros, 2006.

Esse livro é um ensaio sobre os efeitos do capitalismo em sequência ecológica. O tema principal é a privatização da água motivada pela busca de lucro por grandes empresas. No processo, as populações são privadas de seus direitos e sofrem não somente pela escassez de água, mas também pelas catástrofes naturais e pelas guerras derivadas da ação predatória.

Mudanças nas formas de sociabilidade

São muitas as evidências de que os problemas ambientais afetam as sociedades material e culturalmente. O sociólogo Antonio Candido analisou, com base em uma etnografia das comunidades "caipiras" do interior de São Paulo (nos municípios de Piracicaba, Tietê, Porto Feliz, Conchas, Anhembi, Botucatu e Bofete), a **cultura rústica** formada a partir da interiorização e do isolamento desse grupo social no processo de colonização do país. Para ele, a **sociabilidade caipira**, desde sua origem, era autossuficiente e voltada para a subsistência. As relações humanas nesse ambiente eram solidárias, e não competitivas. Nas relações de trabalho, por exemplo, os vizinhos cumpriam papel fundamental para a manutenção da comunidade, ajudando-se mutuamente por meio do mutirão, considerado um ato de amizade, e não uma prestação de serviço. A relação com a natureza também podia ser interpretada como completo ajuste ecológico.

DELFIM MARTINS/PULSAR IMAGENS

Feira de troca de sementes na aldeia Moikarako, na Terra Indígena Kayapó, em São Félix do Xingu, Pará. Fotografia de 2016.

Imagens em contexto

As feiras de trocas de sementes são eventos periódicos que reúnem indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, entre outros grupos de agricultores, para circular sementes, mudas, conhecimentos e experiências. Nas feiras, são trocadas sementes crioulas: selecionadas ao longo de gerações por agricultores tradicionais, essas sementes apresentam grande diversidade genética, importante para a resistência agrícola, especialmente em contextos de mudanças climáticas. As feiras de trocas de sementes colaboram para a conservação da agrobiodiversidade. Além disso, representam uma forma de resistência ao modelo agrícola dominante no Brasil, com base na monocultura e no uso de sementes transgênicas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Justiça ambiental e racismo ambiental

Com o avanço da industrialização, aumenta a migração do campo para a cidade. A questão da moradia em grandes centros urbanos – onde há ocupação informal de áreas, como a maior parte das favelas – pode ser entendida como um problema ligado ao meio ambiente. Em razão das condições socioambientais, habitantes de moradias irregulares expõem-se a situações de risco e a problemas de saúde. Nos períodos chuvosos, as habitações erguidas em morros, por exemplo, estão sujeitas a deslizamentos; se estiverem em áreas de várzea, ficam sujeitas a inundações. As chuvas e enchentes também agravam os riscos à saúde relacionados à falta de saneamento e de infraestrutura de escoamento (esgoto, coleta de lixo e rede de águas pluviais). Muitas vezes, essas moradias são construídas perto de vias férreas, rodovias, fábricas poluentes e aterros sanitários, o que agrava a situação de risco.

Essas condições configuram o que o sociólogo estadunidense Robert Doyle Bullard denomina **zonas de sacrifício**: os territórios da discriminação que concentram situações de injustiça ambiental. Chuvas e enchentes podem destruir ou inviabilizar de forma irreversível as moradias em áreas de risco. A única perspectiva dos que vivem nesses locais é que os governos desenvolvam mecanismos de redução desses riscos.

Bullard é reconhecido como o fundador do movimento por **justiça ambiental**: um conjunto de princípios em que nenhum grupo de pessoas deve suportar uma parcela desproporcional de degradação ambiental. O conceito de justiça ambiental teve origem nos movimentos sociais dos Estados Unidos, sobretudo nas organizações de lutas pelos direitos civis da população afrodescendente, a partir dos anos 1960. A ideia de justiça ambiental fundamenta-se na crítica às consequências da posição ambiental utilitarista e compreende que a organização das condições materiais e espaciais de produção e reprodução da sociedade deve estar baseada em uma cultura de direitos.

Na contramão da justiça ambiental, entende-se por **injustiça ambiental** a condição de desigualdade, operada e sustentada por mecanismos sociopolíticos, em que a maior parte das consequências dos danos ambientais do desenvolvimento é destinada a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda e segmentos marginalizados e vulneráveis da sociedade.

Já o termo **racismo ambiental**, formulado pelo líder afro-estadunidense de direitos civis Benjamin Franklin Chavis, que lutou contra o preconceito racial nos Estados Unidos ao lado de Martin Luther King Jr., foi criado para descrever a forma desproporcional com que as populações mais pobres e etnicamente marginalizadas são afetadas pelos impactos ambientais negativos, como a poluição do ar, a contaminação da água, as enchentes, entre outros.

Seguindo a perspectiva do movimento por justiça ambiental, Robert Bullard se tornou um dos principais ativistas contra o racismo ambiental ou ecorracismo. No fim da década de 1970, o sociólogo apresentou uma pesquisa demonstrando que os aterros sanitários, os depósitos e os incineradores de lixo da cidade de Houston, nos Estados Unidos, públicos e privados, não eram instalados segundo critérios técnicos, mas estavam localizados em bairros cuja população era de maioria negra.

Imagens em contexto

Mudanças na Lei de Zoneamento e no Plano Diretor de São José dos Campos flexibilizaram restrições à impermeabilização do solo no entorno de condomínios. Em consequência, o córrego Cambuí passou a acumular maior volume de água, prejudicando moradores de áreas de risco.

LUCAS LACAZ RUIZ/FOTOARENA

Ponto de alagamento no bairro Sapê, em São José dos Campos, São Paulo. Fotografia de 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Ecologismo dos pobres

A injustiça social e ambiental afeta a população trabalhadora por meio de mecanismos articulados: risco ambiental desproporcionalmente maior que o do restante da sociedade e a necessidade de arcar com os custos e com a obrigação de construir suas moradias, além do ônus de ter de responder à acusação de ocupar áreas irregularmente. Além de suscetível a riscos, essa população é responsabilizada pelos problemas com os quais se defronta, sobretudo em situações de desastres e tragédias climáticas, bem como durante campanhas da imprensa voltadas a justificar a remoção de favelas sem debater a precariedade histórica das políticas de habitação para os trabalhadores de baixa renda.

O economista espanhol Joan Matinez-Alier introduz a perspectiva do **ecologismo dos pobres**, ressaltando o papel que as populações pobres, as minorias étnicas e os chamados povos tradicionais têm desempenhado ao associar a defesa de seus territórios, de sua vida e de sua cultura a uma luta pela preservação ambiental. Dessa forma, o economista propõe o estabelecimento de um diálogo de saberes em que possam ser valorizados os conhecimentos e os modos de vida de diferentes povos na busca de um melhor equilíbrio ecológico, considerando a diversidade cultural e a necessidade de superação de injustiças.

No Brasil, a relação estabelecida entre movimentos sociais e ambientais se caracteriza pela defesa dos ambientes culturalmente definidos (como as áreas indígenas, quilombolas e ribeirinhas situadas na fronteira da expansão das atividades capitalistas e de mercado), pela busca de proteção social igualitária contra os efeitos da segregação e da desigualdade ambiental produzidos pelo mercado e pela defesa dos direitos de acesso igualitário aos recursos ambientais (contra a concentração de terras férteis e das águas por poucas pessoas).

Trava-se, desse modo, uma luta em defesa de todos esses direitos, a fim de impedir a transferência dos custos ambientais para os mais pobres. Essa luta é também em defesa dos direitos das futuras gerações.

Imagens em contexto

Em 2021, a ativista ambiental Ângela Mendes, representando organizações indígenas, ambientalistas e de direitos humanos, defendeu, em uma reunião do conselho da Organização das Nações Unidas, o reconhecimento do direito ao meio ambiente saudável e a criação de um mandato especial sobre mudanças climáticas e direitos humanos no mundo. Angela Mendes é filha de Chico Mendes, seringueiro e ambientalista assassinado em 1988 por lutar pela preservação da Floresta Amazônica e do modo de vida dos povos que a habitam.

MARLENE BERGAMO/FOLHAPRESS

Ativista ambiental Ângela Mendes, em Xapuri, Acre. Fotografia de 2018.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Modelo de desenvolvimento *versus* ambientalismo

A implantação do modelo de desenvolvimento brasileiro, cuja principal inspiração foi o processo de industrialização dos países capitalistas centrais, gerou atritos com o movimento ambientalista. Defensores da industrialização e da rentabilização do capital entendiam que o desenvolvimentismo levaria à geração de emprego e renda e, portanto, contribuíram para criar meios de superação do atraso e da pobreza. Os princípios do protecionismo ambiental, importados de países como Estados Unidos e Canadá, por sua vez, evidenciaram dificuldades sociais significativas na luta de populações tradicionais do campo e das florestas para manterem suas atividades extrativistas. Grupos sociais tradicionais como seringueiros e pescadores denunciavam práticas predatórias de madeireiras e mineradoras.

Essa relação entre o meio ambiente e a justiça social serviu de base para a construção de uma agenda comum entre as entidades ambientalistas, o ativismo sindical, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Movimento dos Atingidos por Barragens, assim como entre os seringueiros, os extrativistas, o movimento indígena e os movimentos comunitários das periferias urbanas.

Esses grupos estavam identificados com um ecologismo crítico e combativo, e interessados em aumentar a visibilidade dos conflitos existentes. Assim, o Movimento dos Atingidos por Barragens denunciava o setor elétrico, que lucrava graças à expropriação do ambiente dos atingidos. Já o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra discutia a questão da produtividade ao mostrar que não podia ser considerada "produtiva" uma terra que produzia qualquer coisa a qualquer custo, ou seja, demonstrava que uma propriedade que destruía os recursos naturais de fertilidade e biodiversidade, com base em uma cultura intensiva químico-mecanizada, não cumpria sua função social.

Essa função social é definida pelo artigo 2º do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964):

> Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.
>
> § 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:
>
> a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
>
> b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
>
> c) assegura a conservação dos recursos naturais;
>
> d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 2 ago. 2024.

ISMAR INGBER/PULSAR IMAGENS

Trabalhadora em plantação de repolho de pequena propriedade rural, em Teresópolis, Rio de Janeiro. Fotografia de 2023.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Analise a relação entre conservação de recursos naturais, bem-estar das famílias que vivem e trabalham na propriedade e função social da terra.
2. Em que medida a existência de grandes propriedades rurais improdutivas fere o princípio de função social da terra?
3. Relacione o cumprimento da função social da terra à redução da insegurança alimentar no mundo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Movimentos sociais e conflitos ambientais no Brasil

Até os anos 1980, os temas relacionados à proteção do meio ambiente eram tratados com desconfiança pelos diferentes atores que participavam do cenário político nacional. As demandas dos movimentos ambientalistas eram consideradas menos importantes do que questões sociais, como a superação da pobreza e a luta contra as desigualdades sociais.

A "ambientalização" do discurso dos movimentos sociais, dos partidos políticos, dos governos e das empresas privadas é um fenômeno que só começou a ser notado de forma nítida no Brasil depois das lutas travadas durante a redação e promulgação da Constituição de 1988 e na Eco-92, quando se formou o Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

Embora a consolidação de um campo de estudos sobre meio ambiente nas ciências sociais esteja relacionada à atuação de organizações não governamentais e movimentos ambientalistas, sobretudo nos anos 1980, desde 1955, a luta dos camponeses por melhores condições de vida já apontava a necessidade de refletir sobre os impactos do latifúndio na cultura e no cotidiano dos pequenos agricultores. Foram as chamadas **Ligas Camponesas**, que iniciaram o movimento em favor da reforma agrária no Brasil.

Ligas camponesas

No município de Vitória de Santo Antão, situado entre a região agreste e a Zona da Mata pernambucana, formou-se, em 1955, uma associação de trabalhadores rurais, com o objetivo inicial de melhorar a produção e gerar recursos para finalidades assistencialistas. Por meio da organização coletiva e da luta contra o aumento da renda da terra, a Liga da Galileia, como ficou posteriormente conhecida, conquistou a desapropriação do Engenho da Galileia.

Com base nessa experiência, entre 1960 e 1961, formaram-se 25 núcleos das ligas camponesas em Pernambuco, além de serem criados núcleos regionais em outros estados da federação.

Nesse contexto, os trabalhadores rurais (incluindo foreiros, meeiros, arrendatários e pequenos proprietários), agrupados na categoria de camponeses, consolidaram a ideia de um conflito essencial para a compreensão dos problemas brasileiros no meio rural, tendo o "latifúndio improdutivo e decadente" como principal adversário.

As ligas camponesas foram extintas pela ditadura civil-militar instalada no Brasil em 1964, mas seu legado de luta foi incorporado mais tarde por diversos sindicatos rurais que se formaram no país, bem como pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e por movimentos ambientalistas que associam a defesa do meio ambiente à luta pelo direito de preservação dos modos de vida de populações rurais e tradicionais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

FUNDO CORREIO DA MANHÃ - ARQUIVO NACIONAL, RIO DE JANEIRO

Ligas Camponesas do Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco. Fotografia de 1960.

Chico Mendes: seringueiro e ativista ambiental

ODS 12

Francisco Alves Mendes Filho, mais conhecido por Chico Mendes, foi um líder ambientalista bastante atuante, que nasceu em 1944 e foi assassinado em 1988. Como líder seringueiro, conseguiu que a luta pela conservação do modo de vida de seus companheiros tivesse repercussão internacional, além de criticar o sistema de exploração dos povos tradicionais e dos recursos naturais da Amazônia.

Chico Mendes não reivindicava a posse de terra, mas a garantia da possibilidade de os grupos tradicionais extrativistas retirarem dela os recursos necessários para sua sobrevivência sem destruir a floresta. Suas ações e ideias promoveram profundas transformações no modo como o Estado concebia a reforma agrária e a ocupação de terras na região amazônica.

O modo de vida dos habitantes tradicionais da Floresta Amazônica (indígenas, seringueiros, ribeirinhos, coletores e outros) é fundamentado na extração de produtos naturais, como látex, castanha, óleos e essências vegetais. Praticam ainda caça e pesca não predatórias e agricultura de subsistência.

A luta de Chico Mendes em defesa desses povos colaborou para o surgimento da Aliança dos Povos da Floresta, que integra interesses de populações indígenas e de seringueiros por meio da criação de reservas extrativistas que resguardam as áreas indígenas e preservam a mata. A Aliança dos Povos da Floresta foi oficializada com base em uma proposta do Conselho Nacional de Seringueiros e da União das Nações Indígenas.

A força da entidade resultou na regulamentação das reservas extrativistas como uma modalidade específica de regularização fundiária e uso sustentável dos recursos naturais. Atualmente, existem diversas reservas extrativistas na Amazônia geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

TARCÍSIO SCHNAIDER/PULSAR IMAGENS

Reunião de representantes do Conselho Consultivo da Floresta Nacional do Tapajós conduzida pelo ICMBio na comunidade tradicional amazônica de Jamaraquá, em Belterra, Pará. Fotografia de 2024.

Biointegração

O líder quilombola e intelectual brasileiro Antônio Bispo dos Santos, falecido em 2023, ressaltava a necessidade de superar o modelo de desenvolvimento que expropria os recursos naturais e os direitos dos povos tradicionais. Nêgo Bispo (modo como foi popularmente conhecido) indicou que os processos de sintetização e de reciclagem diferenciam-se da orgânica reedição dos recursos naturais pela dinâmica da **biointegração**. Segundo ele, o desenvolvimentismo sustentável com base na tríade "reduzir, reutilizar e reciclar" como forma de diminuir problemas ambientais não contribui para o questionamento do uso indiscriminado de recursos naturais finitos e não renováveis em processos químicos de sintetização. Em substituição, propõe, com base na lógica da biointegração, a tríade "extrair, utilizar e reeditar", que envolve a utilização consciente de recursos da natureza, sem que passem pelos processos de industrialização e sintetização. Dessa forma, quando precisarem ser descartados, rapidamente entrarão em processo de decomposição, em um processo orgânico de "reedição da natureza".

Legislação ambiental

Nas relações entre a sociedade e o meio ambiente são enfatizadas as atribuições do poder público para proteger diferentes ambientes naturais de exploração predatória e garantir que as populações tradicionais possam manter suas práticas culturais e sociais em seus territórios.

Seguindo essa diretriz, em 1990 o governo brasileiro publicou o Decreto nº 98.897 para dispor sobre a criação de reservas extrativistas no país. Leia um trecho do decreto.

> Art. 1º As reservas extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista.
>
> Art. 2º O Poder Executivo criará reservas extrativistas em espaços considerados de interesse ecológico e social.
>
> Parágrafo único. São espaços territoriais considerados de interesse ecológico e social as áreas que possuam características naturais ou exemplares da biota que possibilitem a sua exploração auto-sustentável, sem prejuízo da conservação ambiental.
>
> Art. 3º Do ato de criação constarão os limites geográficos, a população destinatária e as medidas a serem tomadas pelo Poder Executivo para a sua implantação, ficando a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), as desapropriações que se fizerem necessárias.
>
> Art. 4º A exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais será regulada por contrato de concessão real de uso, na forma do art. 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967.
>
> § 1º O direito real de uso será concedido a título gratuito.
>
> § 2º O contrato de concessão incluirá o plano de utilização aprovado pelo Ibama e conterá cláusula de rescisão quando houver quaisquer danos ao meio ambiente ou a transferência da concessão inter vivos.
>
> Art. 5º Caberá ao Ibama supervisionar as áreas extrativistas e acompanhar o cumprimento das condições estipuladas no contrato de que trata o artigo anterior. [...]

BRASIL. **Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990**. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d98897.htm. Acesso em: 5 ago. 2024.

RUBENS CHAVES/PULSAR IMAGENS

Vista aérea do quilombo Pericumã, na Reserva Extrativista de Itapetininga, em Bequimão, Maranhão. Fotografia de 2024.

ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO.

1. **Faça um breve resumo explicando o que são as Reservas Extrativistas e reconstituindo como ocorreu o processo jurídico que as regulamentou.**

ODS 15

2. **Desde a regulamentação das Reservas Extrativistas, alguns setores da sociedade civil defendem a flexibilização dessa legislação, argumentando que essas áreas poderiam ser mais aproveitadas para a mineração ou expansão da agricultura. Outros setores afirmam, ao contrário, que uma flexibilização favoreceria a devastação ambiental e a destruição do modo de vida das comunidades que vivem nas reservas.**
   - Organizem-se em dois grupos para promover um debate. Um dos grupos deverá redigir um texto apresentando argumentos favoráveis à flexibilização da legislação, enquanto o outro construirá em seu relatório argumentos a favor da manutenção dessa legislação.
   - Ao final, os relatórios deverão ser apresentados à turma, que escolherá qual deles se mostrou mais convincente em relação à polêmica.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Agroecologia e engenharia agronômica

Os dados sobre a necessidade de aumento da produção de alimentos e água foram retirados de: FAO: se o atual ritmo de consumo continuar, em 2050 o mundo precisará de 60% mais alimentos e 40% mais água. **Nações Unidas Brasil**, jan. 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/68525-fao-se-o-atual-ritmo-de-consumo-continuar-em-2050-mundo-precisará-de-60-mais-alimentos-e-40. Acesso em: 12 set. 2024.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, um dos desafios da humanidade no futuro será o combate à fome. Se os países não adotarem um sistema de agricultura e gestão de terras sustentável, em pouco mais de 25 anos o mundo precisará aumentar a produção de alimentos em 60% e de água em 40%. Para o Brasil, alguns caminhos possíveis para o enfrentamento desse desafio são melhorar a distribuição das terras, investir em pesquisa e implementar programas de agroecologia.

Nessa perspectiva, o mercado de trabalho para os profissionais da agronomia e da agroecologia é extenso e variado. Eles podem atuar, por exemplo, em propriedades rurais, estabelecimentos agroindustriais, instituições públicas e privadas de assessoria técnica, parques e reservas naturais, cooperativas e associações rurais, empresas de certificação e institutos de pesquisa científica.

Conheça alguns dos cursos voltados para a agroecologia e a agronomia.

- **Curso técnico em agroecologia**. O técnico em agroecologia está qualificado, por exemplo, para planejar, organizar e monitorar atividades de exploração e manejo do solo, das matas e das florestas de acordo com suas características; prestar assistência técnica em áreas de produção agroecológica; supervisionar o armazenamento, a conservação, a comercialização e a industrialização de produtos agroecológicos; executar a gestão econômica e financeira da produção agroecológica; e atuar na certificação agroecológica.
- **Curso superior de tecnologia em agroecologia**. Esse curso habilita o profissional a planejar, executar, monitorar, analisar e certificar sistemas de produção agroecológicos; a planejar e executar atividades de manejo de sistemas de produção agroecológico; a implantar sistemas de produção animal e vegetal; a gerenciar o processamento e a comercialização da produção agroecológica; a elaborar e difundir programas e projetos de fomento ao desenvolvimento rural; a assessorar órgãos públicos e empresas privadas; a subsidiar a concepção e a execução de políticas públicas; e a avaliar e emitir parecer técnico em sua área de formação.
- **Curso superior de engenharia agronômica**. O profissional formado em engenharia agronômica está habilitado para buscar estratégias e soluções a fim de aumentar a eficiência e melhorar a qualidade da produção agropecuária. O engenheiro agrônomo recebe formação para atuar em campo, encontrando meios de recuperar o solo degradado, planejando e supervisionando a produção; assegurando o desenvolvimento da criação de animais, administrando propriedades rurais e gerenciando projetos agropecuários. Pode também planejar e implementar políticas públicas relacionadas a atividades rurais e atuar em centros de pesquisa. Embora a carreira vise toda a prática agrícola e não só à agroecológica, a preocupação com a sustentabilidade tem sido ampliada nos cursos superiores.

LUCIANA WHITAKER/PULSAR IMAGENS

Estande de tecnologias agroecológicas na 20ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia no Jardim Botânico, na capital do estado do Rio de Janeiro. Fotografia de 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividades

RESPONDA NO CADERNO.

1. Quais são os aspectos mais relevantes das teorias de Antonio Candido e Vandana Shiva para pensar a relação entre modernização e meio ambiente? Que conceitos esses autores utilizam para sua análise?
2. Partindo das principais diferenças entre a perspectiva da justiça ambiental e a da modernização ecológica, explique a importância dos chamados povos tradicionais para esse debate no contexto brasileiro.
3. Qual é a diferença entre o conceito de segurança alimentar e o de soberania alimentar estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e pelos movimentos sociais do campo, respectivamente?
4. Forme um grupo com alguns colegas e, considerando os estudos sobre a relação entre sociedade e meio ambiente, relatem um problema socioambiental que atinja a escola que vocês frequentam, a comunidade, o bairro ou o município em que vivem.
5. Analise a situação retratada na fotografia tomando como base o conceito de racismo ambiental.

EDUARDO ANIZELLI/FOLHAPRESS

Deslizamento de terra em razão de intensas chuvas em Petrópolis, Rio de Janeiro. Fotografia de 2022.

6. A partir da década de 1980, as questões ambientais começaram a fazer parte do debate político no Brasil. Explique como os movimentos camponeses dos anos 1950 influenciaram esse processo.
7. Analise a importância da intervenção do Estado no combate ao problema da fome em um contexto de economia de mercado.
8. Apresente duas demandas dos movimentos engajados na luta pela soberania alimentar e explique a importância dessa luta para a sobrevivência física e cultural dos povos tradicionais e camponeses.
9. Explique as causas do problema apresentado no texto a seguir.

> A edição de 2022 do relatório fornece novas evidências de que o mundo está se afastando, cada vez mais, de seu objetivo de acabar com a fome, a insegurança alimentar e a desnutrição até 2030.
>
> NAÇÕES UNIDAS. Fome cresce no mundo e atinge 9,8% da população global. **ONU News**, 6 jul. 2022. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2022/07/1794722. Acesso em: 2 ago. 2024.

> O relatório *Estado da segurança alimentar e nutrição no mundo 2022*, lançado pela ONU [...], aponta que o número de pessoas afetadas pela fome em todo o mundo subiu para 828 milhões em 2021, uma alta de cerca de 46 milhões desde 2020 [...].

10. Com base na ideia de injustiça ambiental, busque no noticiário exemplos recentes de populações que sofreram em razão de desastres ambientais, como enchentes e envenenamento em consequência da contaminação do solo e da água. Identifique as pessoas afetadas e aponte evidências de que elas pertencem a grupos que sofreram de forma desproporcional os riscos ambientais.
11. Analise a situação retratada na fotografia considerando o cenário brasileiro de expansão de áreas urbanas, insegurança alimentar e desigualdade social.

CHICO FERREIRA/PULSAR IMAGENS

Horta orgânica comunitária promovida por iniciativa integrada entre a Secretaria Municipal do Ambiente e do Clima e a população do Complexo de Manguinhos, na capital do estado do Rio de Janeiro. Fotografia de 2021.

12. O relatório *Nosso futuro comum*, elaborado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas, difundiu uma concepção de desenvolvimento sustentável como aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem prejudicar a capacidade de as gerações futuras virem a satisfazer suas necessidades. Trata-se, portanto, de promover o desenvolvimento econômico e social (com o objetivo de redução da desigualdade social e eliminação da pobreza) mediante o aproveitamento racional de recursos naturais para que tais recursos não se esgotem a longo prazo.

    Há cientistas sociais e ambientalistas, porém, que compreendem que essa proposta não conduz a uma mudança no atual modelo de desenvolvimento e não resolve os problemas ambientais, que continuarão prejudicando sobretudo as populações tradicionais e demais excluídos do processo de acumulação capitalista.

    Pesquise áreas brasileiras onde existam conflitos socioambientais e exponha aos demais colegas e ao professor os fundamentos dessa crítica.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Enem e vestibulares

13. (Fuvest-SP)

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), anualmente, 1,3 bilhão de toneladas de alimentos (30% da produção total no planeta) é perdido em dois processos: o desperdício que se relaciona ao descarte de alimentos em bom estado e a perda ao longo da cadeia produtiva. O desperdício representa 46% e é muito maior nas regiões mais ricas. As perdas relativas ao circuito de produção representam 54% do total e são maiores nos países em desenvolvimento.

Disponível em: https://nacoesunidas.org/fao-30-de-toda-a-comida-produzida-no-mundo-vai-parar-no-lixo. Adaptado.

Percentual de pessoas em estado de insegurança alimentar grave*

Local	2017
África	29,8%
América Latina	9,8%
Ásia	6,9%
América Setentrional e Europa	1,4%
Mundo	10,2%

FAO. *El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo*, 2018. Adaptado.

*Pessoa que está sem alimento e/ou que ficou um dia todo sem comer várias vezes ao ano.

Com base nas informações da FAO e em seus conhecimentos, indique a afirmação correta.

a. A produção de alimentos vem decaindo mundialmente devido aos problemas na logística de produção, o que tem provocado aumento da insegurança alimentar.

b. Nos continentes mais desenvolvidos, a perda de alimentos devido ao sistema de transporte e armazenamento é a principal causa da inexistência da insegurança alimentar.

c. O fato de parte significativa da população africana estar em estado de insegurança alimentar ocorre devido ao desperdício das monoculturas de cereais.

d. O controle rigoroso do desperdício explica o baixo percentual de pessoas em situação de insegurança alimentar na América Setentrional e na Europa.

e. Os dois diferentes processos que causam a enorme perda de alimentos no mundo refletem as desigualdades econômicas e sociais existentes entre os continentes.

14. (Enem-MEC)

Em 2003, teve início o Programa de Aquisição de Alimentos e, com ele, várias mudanças na perspectiva dos mercados institucionais. Trata-se do primeiro programa de compras públicas com uma orientação exclusiva para a agricultura familiar, articulando-a explicitamente com a segurança alimentar e nutricional. O Programa é destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), incluídas aqui as categorias: assentados da reforma agrária, trabalhadores rurais sem terra, acampados, quilombolas, agroextrativistas, famílias atingidas por barragens e comunidades indígenas.

GRISA, Catia; ISOPO, Silvio Porto. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. *In*: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

A ação governamental descrita constitui uma importante conquista para os pequenos produtores em virtude da:

a. inovação tecnológica.

b. reestruturação fundiária.

c. comercialização garantida.

d. eliminação no custo do frete.

e. negociação na bolsa de valores.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 10

Críticas à colonialidade

Nos últimos cinco séculos, os povos indígenas, quilombolas e de matriz africana têm resistido à colonização e a seus efeitos, enfrentando a marginalização, o silenciamento e a inferiorização de suas culturas pela dominação colonial, moderna, capitalista e eurocêntrica.

Neste capítulo, você conhecerá algumas maneiras teóricas e práticas de enfrentar a colonialidade, ou seja, a continuação da reprodução do pensamento colonial. Além disso, estudará a diversidade cultural de povos indígenas, quilombolas e tradicionais de matriz africana. Com seu modo de vida, esses povos promovem o equilíbrio com outros seres e com a natureza, com base na ancestralidade e no respeito à diversidade e ao ambiente natural.

Um convite às existências plurais

Em seu livro *Ideias para adiar o fim do mundo*, o líder indígena, ambientalista e escritor Ailton Krenak pergunta:

> Como os povos originários do Brasil lidam com a colonização, que queria acabar com o seu mundo? Quais estratégias [...] utilizaram para cruzar esse pesadelo e chegar ao século XXI ainda esperneando, reivindicando e desafiando o coro dos contentes?

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 14.

As mesmas questões propostas por Krenak sobre os indígenas aplicam-se aos quilombolas e aos povos tradicionais de matriz africana, também conhecidos como comunidades de terreiros. Apesar de apresentarem saberes, modos de vida, relações sociais e de parentesco e formas de organização social, política e econômica diferentes, todos esses grupos enfrentam os efeitos da colonialidade.

Os processos de exploração econômica e dominação política e ideológica do sistema colonial impuseram um padrão de poder, de saber e de ser do mundo ocidental capitalista, moderno/colonial e eurocêntrico, cuja lógica perdura mesmo depois do fim da colonização formal. Por correrem o risco de desaparecer, esses povos aprenderam a lutar contra o racismo e a dominação cultural, protagonizando a crítica ao colonialismo e à colonialidade. Com base em seus diferentes modos de existir e nas suas formações sociais múltiplas, é possível pensar em outras maneiras de viver no mundo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UESLEI MARCELINO/REUTERS/FOTOARENA

Cacique Raoni Matuktire, da etnia Caiapó, no Parque Igarapé, em Belém, no Pará. Fotografia de 2023. Nascido na aldeia Mebêngôkre, no Mato Grosso, é conhecido pela escrita de cartas coletivas contra o genocídio indígena e em favor da preservação ambiental.

Por outras perspectivas de viver no mundo

Em diferentes momentos históricos de maneira não sistematizada e, nas últimas décadas, de maneira institucionalizada, pesquisadores, movimentos sociais, coletivos artísticos e populações tradicionais, entre outros grupos, produziram pesquisas e divulgaram práticas e saberes de crítica e enfrentamento à colonialidade.

Teorias, estudos e perspectivas pós-coloniais, decoloniais e contracoloniais demonstram que o colonialismo e a colonialidade impuseram não apenas um sistema econômico e político, mas também uma forma de pensar, de sentir e de agir. Ao criticar hierarquias de poder e conhecimento e propor alternativas aos saberes e às práticas dominantes, tais teorias, estudos e perspectivas têm defendido a coexistência de múltiplas formas de pensamento, produção e circulação do conhecimento, tornando visíveis outras formas de viver no mundo.

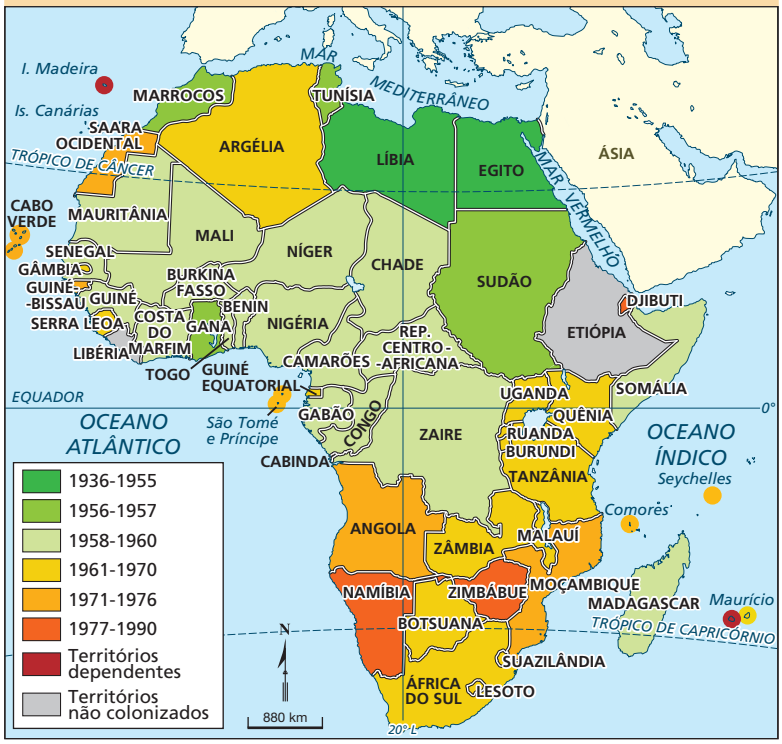
Estudos pós-coloniais

No século XX, após a Segunda Guerra Mundial, diferentes colônias da África e da Ásia – como Gana (1957), Nigéria (1960), Argélia (1962), Quênia (1963), Angola (1975), Moçambique (1975), Índia (1947), Vietnã (1954) e Camboja (1953) – obtiveram soberania jurídica e independência política de potências coloniais europeias – como Reino Unido, França e Portugal. Nesse contexto, a expressão **pós-colonial** passou a ser utilizada nas ciências humanas com sentido cronológico e, também, como perspectiva teórica.

Em sentido cronológico, a expressão faz referência ao momento posterior à emancipação jurídico-política das colônias da África e da Ásia, marcando os processos subsequentes à transição das colônias para Estados-nação independentes e soberanos. Já como perspectiva teórica, a expressão é usada para definir a produção de intelectuais de diferentes campos do conhecimento que buscaram analisar os impactos culturais, políticos e sociais do colonialismo, questionando as narrativas, representações e estruturas de poder, a fim de romper com a perspectiva ocidentocêntrica e valorizar saberes dos povos colocados em posição de inferioridade durante esse processo. O termo **ocidentocêntrico** refere-se a uma forma de interpretar a realidade social centrada no Ocidente, ou seja, que considera a perspectiva ocidental como a que deve impor normas e ser universal em comparação com a de outras culturas. Em contraposição, pela perspectiva pós-colonial, busca-se construir uma abordagem analítica, prática e teórica **descolonizada**, ou seja, que investiga temas como a formação e a transformação das identidades após o colonialismo e as relações de poder inerentes às representações culturais.

Esses estudos pós-coloniais, porém, não são todos iguais nem foram feitos ao mesmo tempo. Houve abordagens pós-coloniais antes mesmo da institucionalização formal do pós-colonialismo, como as realizadas por Aimé Césaire e Frantz Fanon, ambos nascidos na Martinica, e pelo palestino-estadunidense Edward Said.

África: independência das colônias europeias – 1936-1990



Fonte: DUBY, G. **Atlas historique mondial**. Paris: Larousse, 2003. p. 219.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. De que maneira o mapa evidencia a extensão e o impacto da dominação europeia sobre os povos do continente africano?
2. Mobilize seus conhecimentos de sociologia, história e geografia para relacionar as lutas por independência das regiões colonizadas na África e o contexto do fim da Segunda Guerra Mundial.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Discurso sobre colonialismo, de Aimé Césaire

Aimé Césaire foi um poeta, dramaturgo e político da Martinica, ilha do Caribe que, durante vários séculos, foi colonizada pela França. Na obra *Discurso sobre o colonialismo*, divulgada em 1950, poucos anos após a Segunda Guerra Mundial, Césaire afirma que o colonialismo foi inerentemente **coisificador**, pois desumanizou os colonizados e também os colonizadores, deixando-os em condição de inferioridade moral:

> [...] a colonização se esmera em descivilizar ao colonizador, em embrutecê-lo, na verdadeira acepção da palavra, em degradá-lo, para despertá-lo para os instintos ocultos, para a cobiça, para a violência, para o ódio racial, para o relativismo moral [...].

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1978. p. 17.

Césaire critica o fato de que os países europeus proclamavam valores humanitários e democráticos, enquanto praticavam nas colônias uma opressão brutal. Na análise de Césaire, as hierarquias sociais estabelecidas a partir do século XV – utilizadas para opor europeus a não europeus – autorizaram moralmente procedimentos racistas coloniais, ocultando simbolicamente a violência exercida contra as populações das colônias, percebidas como menos humanas. Nesse contexto, Césaire interpreta o nazismo, na Alemanha, como aplicação das técnicas coloniais de poder às populações residentes na Europa. Segundo a antropóloga colombiana Mara Viveros Vigoya, estudiosa da obra de Césaire, o teórico considera o nazismo uma espécie de efeito bumerangue do colonialismo.

> [...] Césaire conseguiu enxergar a continuidade entre os métodos utilizados pelo nazismo: genocídio, racismo, exploração coercitiva do trabalho, massacres, torturas, e as técnicas legitimadas e aplicadas aos indígenas da América, os [escravizados] africanos e os povos colonizados.

VIGOYA, Mara Viveros. Discurso sobre o colonialismo de Aimé Césaire: uma chave de leitura feminista latino-americana descolonial. **Equatorial**, v. 8, n. 14, p. 1-16, jan./jun. 2021. p. 5.

Sugestão

Arquitetura da destruição

Direção: Peter Cohen. Alemanha, 1989. 121 minutos.

Nesse documentário, são analisadas as relações entre o ideal de pureza racial e as propostas de estética nazista presentes na arte, na arquitetura, no cinema e na propaganda. Com base nessa análise, é possível refletir sobre o lugar da estética como instrumento de legitimação do poder.

Classificação indicativa de *Arquiterura da destruição*: a partir de 12 anos.

ERIC FEFERBERG/AFP

Aimé Césaire. Fotografia de 2007. Nascido em 1913 na Martinica, morou na França na década de 1930 e criou, em 1934, com colegas militantes, a revista *O Estudante Negro*, espaço de legitimação da identidade negra na Europa.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Explique a noção de efeito bumerangue.
2. Identifique as semelhanças listadas por Aimé Césaire entre os métodos utilizados pelos nazistas e as técnicas coloniais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A citação de Frantz Fanon foi retirada de: FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 40.

Pele Negra, máscaras brancas, de Frantz Fanon

Aluno de Aimé Césaire, Frantz Fanon foi um psiquiatra e filósofo martinicano que dedicou sua produção teórica à investigação das relações entre o colonialismo, o racismo e as consequências psicológicas da opressão colonial. Preocupado com as dimensões sociais do sofrimento psíquico, Fanon analisa na obra *Pele negra, máscaras brancas*, de 1952, as implicações traumáticas do colonialismo na subjetividade do colonizado e os impactos da internalização do racismo na **psique** da população negra.

No título da obra, ele destaca a interpretação de que o colonialismo impõe às pessoas negras a adoção de uma "máscara branca", isto é, a interiorização de valores e práticas culturais dos colonizadores, que marcam a relação delas com o mundo e consigo. A imposição dessa "máscara" causa a distorção da autoimagem dessas pessoas por meio de um processo de negação da própria negritude.

Tem destaque na análise de Fanon o conceito de **epidermização da inferioridade**: o processo de interiorização subjetiva de uma distinção racial hierárquica entre brancos e negros, que demarca oportunidades, barreiras, lugares e posições sociais. De acordo com Fanon, por causa dessa ideia distorcida, os indivíduos – colonizadores e colonizados – incorporam identidades fixas que moldam a percepção de si e do mundo, com base em uma hierarquização que coloca em polos opostos os brancos como superiores e os negros como inferiores. No processo de epidermização da inferioridade, os indivíduos negros deixam de ser reconhecidos em sua condição de humanidade. O sociólogo brasileiro Deivison Faustino declara, com base nas ideias de Fanon, que:

> O racismo não se resume a uma opressão política ou à difusão de estereótipos inferiorizadores – embora deles não prescinda – mas representa, sobretudo, a interdição da reciprocidade necessária ao reconhecimento do "outro" como humano.
>
> FAUSTINO, Deivison. O mal-estar colonial: racismo e sofrimento psíquico no Brasil. **Clínica & Cultura**, v. 8, n. 2, p. 82-94, jul./dez. 2019. p. 92.

Psique: para a psicologia, são sentimentos, pensamentos e percepções que ocorrem na mente humana.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Analise o que Deivison Faustino quis dizer com a expressão "interdição da reciprocidade".
2. Nas relações raciais contemporâneas, como a necessidade de adotar máscaras brancas pode se impor em ambientes institucionais, como a escola e o trabalho?

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

ODS 10

Faustino chama a atenção para o fato de que, em sua análise, Fanon associa aspectos objetivos (como estruturas macropolíticas e econômicas) a fatores subjetivos (como a dimensão psíquica e cultural), compreendendo que o sofrimento psíquico decorre das determinações históricas da modernidade capitalista e da necessidade de conversão do ser humano em objeto de acumulação.

Na obra *Condenados da terra*, de 1961, Fanon analisa, de uma perspectiva marxista, a sociedade colonial e o processo de descolonização, destacando a divisão entre **colonizadores** (opressores) e **colonizados** (oprimidos), que tem como fundamento a violência: "O colonialismo não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. É a violência em estado bruto e só pode inclinar-se diante de uma violência maior". Para Fanon, se a violência é constitutiva do colonialismo, também deve ser empregada para destruir as estruturas desse sistema.

ADELOYA MAGNONI/ARQUIVO DA FOTÓGRAFA

Cena da peça *Pele Negra, Máscaras Brancas*, montada pela Cia. de Teatro da Universidade Federal da Bahia. Fotografia de 2020.

Sugestão

O racismo explicado aos meus filhos

Nei Lopes. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

Composto de diálogos entre dois adolescentes e seus pais, o livro apresenta uma discussão sobre o racismo no Brasil e nos Estados Unidos, a escravidão, o *apartheid* e as políticas de cotas, entre outros temas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sugestão

Persépolis

Marjane Satrapi. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Nessa história em quadrinhos, Marjane Satrapi aborda episódios de sua vida da infância à fase adulta. Nascida no Irã, a personagem muda-se, durante a adolescência, para a Áustria. Por meio de sua experiência, Satrapi reflete sobre as representações culturais do Oriente pelo Ocidente.

Orientalismo, de Edward Said

Edward Said foi um pesquisador e teórico literário palestino-estadunidense que se dedicou a analisar as representações ocidentais do Oriente. Na obra *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, de 1978, Said destaca a presença, no imaginário social, de uma divisão do mundo em "Ocidente" e "Oriente", classificando as culturas da Ásia e parte da África como um conjunto chamado Oriente.

De acordo com ele, o conhecimento e as representações simbólicas produzidos pelo Ocidente sobre o Oriente – que projetam o Oriente como exótico, violento, atrasado e inferior – não são neutros, mas refletem relações de poder que servem para a manutenção e a legitimação da dominação colonial. Nesse contexto, a noção de **orientalismo** relaciona-se a um discurso de origem ocidental constituído por uma distinção ontológica (que diz respeito à constituição do ser e da existência) e epistemológica (que diz respeito à construção do conhecimento) entre o Oriente e o Ocidente com a finalidade de dominar e exercer autoridade sobre o Oriente.

Imagens em contexto

Em 19 de abril de 1995, um bombardeio na cidade de Oklahoma, nos Estados Unidos, causou a morte de 168 pessoas. No momento em que ocorreu, o fato foi atribuído pela imprensa estadunidense a muçulmanos e árabes. Após as investigações, concluiu-se que o responsável era um cidadão estadunidense. O exemplo ilustra os efeitos, no Ocidente, da difusão de uma ideia homogênea e simplista do Oriente como exótico, fanático e violento.

JOE RAEDLE/GETTY IMAGES

Museu do Memorial Nacional de Oklahoma City, que homenageia vítimas, sobreviventes e socorristas de bombardeio de cidade homônima nos Estados Unidos. Fotografia de 2001.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Perspectiva decolonial

A perspectiva **decolonial** teve origem institucional na passagem dos anos 1990 para os anos 2000. Nesse período, alguns teóricos latino-americanos de diferentes áreas do conhecimento constituíram o grupo de pesquisa Modernidade/Colonialidade, enfatizando a especificidade das experiências coloniais na chamada América Latina.

Em seus estudos, esses teóricos valorizam a coexistência de diferentes formas de produzir conhecimento, analisando criticamente a modernidade capitalista, colonial e eurocêntrica e construindo um projeto teórico engajado na análise crítica e transdisciplinar.

Destacam-se entre eles o sociólogo peruano Aníbal Quijano, o antropólogo colombiano Arturo Escobar, o filósofo argentino radicado no México Enrique Dussel, o filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres, o **semiólogo** argentino Walter Mignolo e a pedagoga e linguista estadunidense radicada no Equador Caterine Walsh.

Semiólogo: profissional que se dedica ao estudo dos signos, investigando como as pessoas interpretam os signos de acordo com sua cultura.

O colonialismo e a colonialidade

Um ponto importante para compreender a perspectiva do grupo Modernidade/Colonialidade é a diferença entre colonialismo e colonialidade. Segundo Aníbal Quijano, o **colonialismo** europeu – como sistema de exploração econômica e dominação política e ideológica das colônias por meio da ocupação territorial – produziu a **colonialidade** – um padrão mundial de poder moderno, capitalista e eurocêntrico que permeia o imaginário, as estruturas subjetivas e as formas de produção e difusão do conhecimento.

De acordo com Quijano, a colonialidade permaneceu mesmo depois da independência das últimas colônias do continente africano. Alicerçada na racialização, no eurocentrismo e na hegemonia do Estado-nação, a colonialidade implica a imposição dos valores e das formas de vida do colonizador aos povos colonizados. Na definição de Maldonado-Torres:

> O colonialismo denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo está no poder de outro povo ou nação [...]. Diferente desta ideia, a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, [...] se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Assim, apesar do colonialismo preceder a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. Ela se mantém viva em textos didáticos, nos critérios para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no sentido comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos de nossa experiência moderna. Neste sentido, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente.
>
> MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto *apud*: CANDAU, Vera Maria Ferão; OLIVEIRA, Luiz Fernandes. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 15-40, 2010. p. 18.

Para compreender a perspectiva do grupo, é importante conhecer a proposta de uma mudança no entendimento do conceito de modernidade. Na análise dos teóricos desse grupo, a colonialidade não é consequência da modernidade, mas uma característica constitutiva dela. Isso implica uma mudança no modo de se referir à modernidade: em vez de utilizar o termo **modernidade** simplesmente, empregam-se as palavras **modernidade/colonialidade**. Com base na análise de diferentes pesquisadores do grupo, é possível identificar três dimensões da colonialidade.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Caracterize e diferencie os conceitos de colonialismo e colonialidade.
2. Explique por que os teóricos estudados utilizam o termo composto modernidade/colonialidade.
3. Identifique e descreva situações, sentimentos, práticas, termos, ideias ou conceitos do cotidiano que evidenciam a permanência da colonialidade, apesar do fim do colonialismo. Explique a relação entre estes elementos e os valores sociais do colonialismo.

STEPHEN CHUNG/LNP/SHUTTERSTOCK

Dexterity, obra de El Anatsui exposta na Academia Real de Artes Inglesa em Londres, Reino Unido. Fotografia de 2021. *Dexterity* significa, em português, "destreza".

Imagens em contexto

El Anatsui é um artista contemporâneo que nasceu em Gana e trabalhou na Nigéria. O artista tem uma série de esculturas feitas de materiais descartados por indústrias e empresas internacionais que problematizam criticamente as consequências do colonialismo e a continuidade de relações de poder desiguais no continente africano.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sugestão

História preta das coisas: 50 invenções científico-tecnológicas de pessoas negras

Bárbara Carine. São Paulo: Livraria da Física, 2021.

Nessa obra, a química Bárbara Carine questiona e problematiza o que chama de "mito da primazia intelectual grega", isto é, a ideia da civilização grega como responsável pela formação do pensamento filosófico, científico e artístico da humanidade. Além disso, apresenta cinquenta invenções científico-tecnológicas de pessoas negras como forma de explicitar uma ancestralidade africana.

A colonialidade do poder, do saber e do ser

Aníbal Quijano dá o nome de **colonialidade do poder** à presença de certa continuidade do sistema colonial no atual sistema capitalista. De acordo com os integrantes do grupo Modernidade/Colonialidade, esse sistema baseia-se em uma hierarquia entre as nações, tendo a noção de raça como pilar. Nesse sentido, além de defender a ideia de que a colonialidade é indissociável da modernidade, Quijano compreende o capitalismo como um sistema racial, no qual as nações que dominam a economia e a política globais se autoclassificam como superiores, desenvolvidas e avançadas em oposição às demais, consideradas inferiores, subdesenvolvidas ou atrasadas.

Outros pensadores decoloniais vão ainda mais longe, mostrando que a colonialidade do poder (definida por eles como a inter-relação entre formas modernas de exploração econômica e dominação política) corresponde à **colonialidade do saber e do ser**.

A noção de **colonialidade do saber** engloba a ideia da difusão da ciência moderna como modelo único, universal e objetivo de produção do conhecimento, marginalizando e deslegitimando, com isso, outras formas de saber e pensar. Ela se manifesta no **eurocentrismo** presente nos trabalhos acadêmicos, livros, manuais e critérios de validação de saberes, entre outros.

Na análise dos teóricos decoloniais, o colonizador branco europeu construiu seu imaginário por meio da destruição do imaginário e da repressão às formas de produção de conhecimento dos outros povos, impondo-lhes seu modo de ser, agir e pensar. A perspectiva eurocêntrica de construção do conhecimento, com base na ciência moderna, é concebida como a única forma de saber e produção de conhecimento, que tem como fundamento a ciência moderna ocidental, provocando negação, silenciamento, invisibilidade, subalternização ou apagamento do legado intelectual e cultural dos demais povos.

Já a **colonialidade do ser** envolve os efeitos perversos (ideológicos e psicológicos) do racismo e de outras formas de violência promovidas pela colonialidade na subjetividade e na identidade dos sujeitos subalternizados, negando-lhes o estatuto de humanos e moldando a forma como eles se percebem e existem no mundo.

MERY GRANDOS HERRERA/AFP/GETTY IMAGES

Ato de protesto contra a estátua de Cristóvão Colombo na cidade de Barranquilla, na Colômbia. Fotografia de 2021.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Como a ação retratada na fotografia pode ser associada à perspectiva decolonial?
2. Protestos como o retratado na fotografia precisam ser analisados em sua complexidade: o ato de protestar é legítimo e faz parte de uma sociedade democrática, mas monumentos históricos constituem um patrimônio público e têm sua importância na memória coletiva da população. Considerando isso, há pessoas que propõem que os monumentos sejam deslocados para museus ou que recebam placas problematizando os personagens representados. Debata com os colegas sobre o que vocês pensam a esse respeito.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Metanarrativa linear de "descoberta" da América

O ano de 1992 marcou os 500 anos da chegada de Cristóvão Colombo e sua expedição espanhola à região das Antilhas, no território correspondente ao da atual América Central. Esse evento foi narrado, durante séculos, como a "descoberta da América". A apropriação das terras a partir do século XVI foi acompanhada de sua renomeação: "América", formada pelo conjunto hoje conhecido como América do Norte, América Central e América do Sul.

A versão da "descoberta" da América como o início de uma trajetória rumo à civilização e ao progresso – desconsiderando as culturas existentes – compõe uma **metanarrativa linear**: uma narrativa composta de uma sequência contínua de eventos em que a história é considerada uma trajetória única e unidirecional de progresso e desenvolvimento.

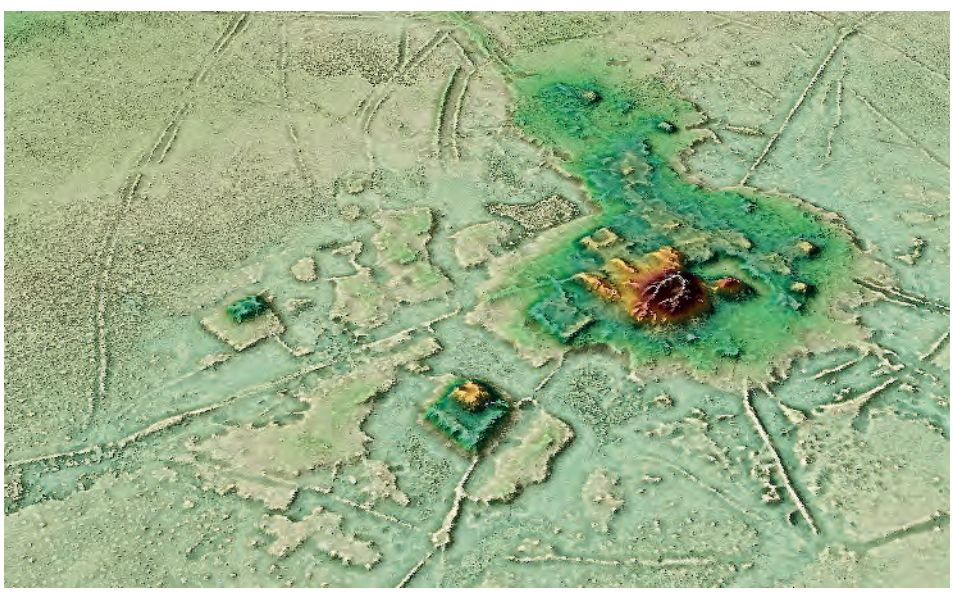
As metanarrativas são elaboradas para estabelecer uma versão dominante da realidade, que se pretende universal, impondo uma perspectiva particular como verdade e marginalizando outras narrativas. Quando uma metanarrativa está em curso, apenas uma perspectiva é legitimada, subalternizando a existência de outras formas culturais de vida humana.

As metanarrativas eurocêntricas vêm sendo crescentemente contestadas. Na região amazônica, por exemplo, a equipe coordenada pelo arqueólogo alemão Heiko Prümers identificou a existência de estruturas urbanas debaixo da floresta (ruas, praças, habitações, muralhas, estruturas de gerenciamento de água e de agricultura variada em dezenas de centros de convívio) feitas pelo povo casarabe, que habitou a região de *Llanos de Mojos*, no território correspondente ao da atual Bolívia, no sudoeste amazônico, entre os anos 500 e 1400. Esse exemplo evidencia os vestígios da cultura dos povos ancestrais da região, contrapondo-se ao imaginário social hegemônico ocidental, que por séculos desconsiderou e depreciou as formas de vida pré-hispânicas.

Pluriversidade

Como forma de romper com a metanarrativa unilinear, Walter Mignolo defende a instauração da pluriversalidade como caminho para o futuro. O conceito de **pluriversidade** foi elaborado pelo filósofo sul-africano Mogobe Ramose, que propõe uma compreensão múltipla e diversa da realidade, considerando a particularidade dos seres que constituem a humanidade. Dessa forma, a pluriversidade é a valorização de múltiplos saberes e epistemologias, reconhecendo que não há uma narrativa linear que abarque a complexidade da experiência humana.

H. PRÜMERS/DAI



Representação elaborada em 2022 das estruturas urbanas feitas pelo povo casarabe, entre os anos 500 e 1400, na região de *Llanos de Mojos*, no sudoeste amazônico correspondente à atual Bolívia.

Sugestão

O perigo de uma história única

TED Talk. Reino Unido, 2009. 19 minutos.

"Mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão" – afirma a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie nessa conferência. Com base em experiências que viveu, ela discute o fato de que histórias simplistas sobre um povo ou uma cultura podem criar estereótipos e distorções.

As informações sobre *Llanos de Mojos* foram retiradas de: PRÜMERS, Heiko, BETANCOURT, Carla Jaimes, IRIARTE, José *et al.* Lidar reveals pre-Hispanic low-density urbanism in the Bolivian Amazon. **Nature**, [s.l.], v. 606, p. 325-328, jun. 2022.

Imagens em contexto

O terreno onde estão as estruturas urbanas do povo casarabe é recoberto hoje em dia pela Floresta Amazônica. Para torná-las visíveis, utilizou-se um sistema de mapeamento a *laser* transportado por aviões. Com esse sistema, foram obtidas as coordenadas espaciais utilizadas na representação.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Abya Yala

Segundo o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, o termo ***Abya Yala*** faz parte do vocabulário do povo kuna, originário de Serra Nevada, localizada no norte da atual Colômbia, que habita a costa caribenha do Panamá. A expressão – que significa "terra em plena maturidade", "terra em florescimento" ou "terra viva" – tem sido utilizada por movimentos indígenas e teóricos decoloniais, como forma de afirmação de identidade e resistência cultural para nomear o território em que vivem ao invés dos termos *América* e *América Latina*. Com o uso da expressão, eles pretendem fortalecer a autodesignação e o pertencimento e construir um sentimento de unidade entre diferentes povos originários que passaram por processos semelhantes de marginalização em decorrência do colonialismo e da colonialidade. Na perspectiva desses povos, o que houve foi invasão e não descoberta.

A apropriação e a renomeação territorial operada no colonialismo foi também acompanhada por processos de **genocídio** (eliminação sistemática e proposital de grupos étnico-raciais específicos), **etnocídio** (destruição das práticas culturais e de elementos materiais e imateriais de um povo, como crenças e língua), **violência epistêmica** (imposição das formas de conhecimento europeias e, como consequência, a negação e o não reconhecimento das formas de expressão cultural dos povos originários) e **epistemicídio** (sobreposição de uma cultura sobre outra, massacrando os sistemas de conhecimento dos povos submetidos ao colonialismo).

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Mobilize seus conhecimentos de geografia: em que medida esta obra representa uma crítica à cartografia como uma técnica e um conhecimento neutros?
2. Se a obra fosse transformada em um mapa de acordo com as convenções cartográficas, que alterações seriam feitas?

Por que é necessário decolonizar o conhecimento?

Na concepção dos teóricos do grupo Modernidade/Colonialidade, como a lógica e o legado do colonialismo sobrevivem mesmo após o fim da colonização formal, a **decolonialidade** impõe-se como um embate contra a colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos. Segundo esse entendimento, não é suficiente **descolonizar**, isto é, buscar a transição, a superação e a emancipação diante do projeto de modernização capitalista imposto pelo colonizador. É preciso também **decolonizar**, ou seja, confrontar esse projeto. Para isso, é necessário compreender as dinâmicas que inferiorizam, subalternizam e desumanizam povos e seus conhecimentos; tornar visíveis outras lógicas de pensar não eurocêntricas; revisitar os conhecimentos não ensinados nas escolas e nos livros, como as tradições ancestrais; tornar visíveis as lutas desses povos por meio de suas experiências e práticas sociais, políticas e econômicas, visando abrir possibilidades para o aprendizado de outras formas de compreender o mundo, as histórias e as existências humanas.

JOAQUÍN TORRES GARCÍA - FUNDACIÓN TORRES GARCÍA, MONTEVIDÉU

América invertida, desenho em caneta e tinta do artista hispano-uruguaio Joaquín Torres García, 1943.

Imagens em contexto

Nessa obra, Joaquín Torres García (1874-1949) procurou problematizar as noções geográficas e simbólicas de norte e sul. A expressão "ter um norte" significa conhecer a direção em que se quer andar. Ao inverter a posição da América do Sul, representando o hemisfério sul na parte de cima da imagem (junto ao sol e à lua), o artista ressaltava que os povos latino-americanos deveriam se guiar pelo sul e não pelos países colonizadores do norte. A imagem acompanha a publicação textual das conferências em que apresentou a chamada "Escola do Sul" - propondo, para a América do Sul, referenciais estéticos, artísticos e culturais do Sul global.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Nêgo Bispo e a proposta contracolonial

No Brasil, na década de 2010, o mestre quilombola Antônio Bispo dos Santos formulou a perspectiva **contracolonial**. Ele aponta as perspectivas pós-colonial e decolonial como demasiadamente teóricas e academicistas, por isso, considera que com base nelas é difícil propor uma mudança prática nos modos de vida.

Conhecido como Nêgo Bispo, o mestre foi formado pelos ensinamentos de mestres de ofício do Quilombo Saco-Curtume, em São João do Piauí. Em razão disso, define suas publicações como **relatorias de saberes contracoloniais**, destacando o fato de que suas obras apresentam saberes aprendidos e transmitidos oralmente pela geração de sua avó e traduzidos por ele em uma linguagem escrita que busca ser ferramenta de transformação prática.

Em suas narrativas, Nêgo Bispo opõe duas noções de saber: a orgânica e a sintética. O **saber sintético** é típico das sociedades ocidentais. Operacionalizado pela escrita e canonizado pelas instituições acadêmicas, trata-se de um saber voltado à produção das coisas e desconectado da vida. De acordo com Nêgo Bispo, o saber sintético apresenta ênfase no ter, isto é, sua lógica de circulação é a da expropriação.

Em oposição ao saber sintético, Nêgo Bispo anuncia o **saber orgânico**. Movimentado pela oralidade, esse saber do ser baseia-se na lógica do compartilhamento. Na interpretação do mestre, ainda que os teóricos do pensamento decolonial anunciem a intenção de romper com a colonialidade, sua constituição é ainda muito vinculada a saberes sintéticos, por isso, relacionada a sistemas coloniais. Na cosmopercepção do mestre quilombola, o contracolonialismo é um modo de vida diferente que serve como antídoto contra o veneno do próprio colonialismo. Neste sentido, o modo de vida dos povos africanos, assim como o modo de vida dos povos indígenas, são contracoloniais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CESAR BORGES/FOTOARENA

Antônio Bispo dos Santos, na capital de São Paulo. Fotografia de 2023.

Sugestão

A terra dá, a terra quer

Antônio Bispo dos Santos. São Paulo: Ubu; Piseagrama, 2023.

Nesse livro, o pensador Nêgo Bispo, baseado nos conhecimentos tradicionais compartilhados pelos povos quilombolas, propõe uma alternativa à forma de habitar o mundo das sociedades urbanas, suas práticas, seus espaços e suas convicções.

TRABALHO COM FONTES

Adestrar e colonizar

No texto a seguir, trecho do livro *A terra dá, a terra quer*, de 2023, Nêgo Bispo expõe um dos aspectos de sua proposta contracolonial.

Quando completei dez anos, comecei a adestrar bois. Foi assim que aprendi que adestrar e colonizar são a mesma coisa. Tanto o adestrador quanto o colonizador começam por desterritorializar o ente atacado quebrando-lhe a identidade, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados, impondo-lhe novos modos de vida e colocando-lhe outro nome. O processo de denominação é uma tentativa de apagamento de uma memória para que outra possa ser composta.

[...]

Eu, por dominar a técnica de adestramento, logo percebi que, para enfrentar a sociedade colonialista, em alguns momentos "precisamos transformar as armas dos inimigos em defesa", como dizia um dos meus grandes mestres de defesa. Então, para transformar a arte de denominar em uma arte de defesa, resolvemos denominar também.

Em outros escritos em que traduzi os saberes ancestrais de nossa geração avó da oralidade para a escrita, trouxemos algumas denominações que as pessoas na academia chamam de conceitos. A partir daí, seguimos na prática das denominações dos modos e das falas, para contrariar o colonialismo. É o que chamamos de guerra das denominações: o jogo de contrariar as palavras coloniais como modo de enfraquecê-las.

Certa vez, fui questionado por um pesquisador de Cabo Verde: "Como podemos contracolonizar falando a língua do inimigo?". E respondi: "Vamos pegar as palavras do inimigo que estão potentes e vamos enfraquecê-las. E vamos pegar as nossas palavras que estão enfraquecidas e vamos potencializá-las." [...]

Para enfraquecer o desenvolvimento sustentável, nós trouxemos a biointeração; para a coincidência, trouxemos a confluência; para o saber sintético, o saber orgânico; para o transporte, a transfluência; para o dinheiro (ou a troca), o compartilhamento; para a colonização, a contracolonização... e assim por diante. [...]

Por exemplo, se o inimigo adora dizer desenvolvimento, nós vamos dizer que o desenvolvimento desconecta, que o desenvolvimento é uma variante da cosmofobia. Vamos dizer que a cosmofobia é um vírus pandêmico e botar para ferrar com a palavra desenvolvimento. Por que a palavra boa é envolvimento.

[...]

Ele entendeu esse jogo de palavras: "Você tem toda razão! Vamos botar mais palavras dentro da língua portuguesa. E vamos botar palavras que os próprios eurocolonizadores não têm coragem de falar!".

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu; Piseagrama, 2023. p. 2-14.

ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO.

1. Explique a comparação entre adestrar e colonizar. Na concepção de Nêgo Bispo, quais são os aspectos comuns às duas práticas?
2. O que Nêgo Bispo entende por "guerra das denominações"?
3. Infira possíveis consequências da adoção da proposta de "guerra das denominações" nos contextos acadêmico e cotidiano.
4. Reúna-se a alguns colegas para debater a seguinte questão: é possível "contracolonizar falando a língua do inimigo"?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A explicação sobre a cosmovisão Krenak foi retirada de: KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 40-45.

Aprendendo com as comunidades tradicionais: existências plurais

As comunidades tradicionais indígenas, quilombolas e de matriz africana são povos plurais. Sua diversidade cultural se manifesta na variação de línguas, costumes, crenças, conhecimentos, arte, religiosidade e relação com a natureza. Além de diferir umas das outras, diferem também da sociedade ocidental capitalista por apresentarem cosmologias e cosmovisões próprias.

Em antropologia, **cosmologia** é o conjunto de explicações formuladas por um grupo sobre a origem, a organização e o funcionamento do universo. Em geral, as cosmologias envolvem os **mitos**, que são elaborações coletivas, produtos e instrumentos de reflexão sobre o mundo (narrativas orais ou grafadas), vivos em cada cultura, que se expressam por meio de **ritos**, que orientam a vida, as relações sociais e as relações com a natureza (dimensão física e espiritual). As cosmologias são constituídas com base nas relações de uma comunidade com o ambiente natural e o ambiente mítico-religioso, nas condições de vida e nos tipos de organização social, política e econômica, bem como na produção material e nos hábitos cotidianos.

Com base nas cosmologias, cada grupo étnico elabora suas **cosmovisões**, traduzindo de maneira subjetiva uma explicação do mundo e interpretando o que está nele e com ele se relaciona. A cosmovisão funciona como uma lente pela qual as pessoas e os grupos interpretam o mundo onde estão inseridas.

Cosmovisões indígenas das terras baixas

Ainda que as cosmovisões sejam específicas de cada povo, existem alguns elementos comuns nas cosmovisões das culturas indígenas ameríndias das terras baixas, ou seja, dos grupos indígenas que habitam áreas de baixas altitudes. Entre esses elementos, é possível apontar, *grosso modo*, a presença de uma **compreensão holística da natureza**, ou seja, global, em que esta não seja subdividida em territórios nem separada da existência humana. Diferentemente da cosmovisão capitalista ocidental, em cosmovisões indígenas ameríndias de terras baixas, não existe separação entre o ser humano e o meio ambiente: os seres humanos são parte da natureza, não são separados nem dominantes. Outro aspecto presente nessas cosmovisões é a **espiritualidade**, em que os **xamãs** têm destaque como mediadores entre o mundo humano e o espiritual. É também marcante a presença da **oralidade** como forma fundamental de transmissão de saberes e valores.

Na cosmovisão da cultura Krenak, por exemplo, a Terra é um organismo vivo, a mãe que provê não apenas a subsistência, a manutenção da vida, mas também o sentido da existência. O Rio Doce é uma pessoa que se chama Watu, o avô, como afirma Ailton Krenak.

Xamãs: pessoas conhecedoras de práticas etnomédicas e ritualísticas terapêuticas que realizam mediações entre o mundo humano e espiritual.

MARCELO CARNAVAL/AGÊNCIA O GLOBO

Animal morto pela seca e pela água contaminada do Rio Doce no município de Resplendor, Minas Gerais. Fotografia de 2015.

OBJETO DIGITAL *Podcast*: Protagonismo indígena

ODS 15

Imagens em contexto

No dia 5 de novembro de 2015, a Barragem do Fundão, pertencente a uma empresa de mineração em Mariana, no estado de Minas Gerais, se rompeu, despejando cerca de 60 milhões de metros cúbicos de dejetos tóxicos. A lama de rejeitos destruiu o distrito de Bento Rodrigues e contaminou vários rios na região, incluindo o Rio Doce, fundamental para os krenak. Rio Doce é o nome colonialmente dado ao antigo rio Watu, fonte de vida e de nutrição para diferentes grupos indígenas da família Krenak que, junto com comunidades tradicionais, habitavam suas margens. Tais atividades foram interrompidas pelo desastre socioambiental.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O provérbio africano iorubá foi retirado de: BRASIL. Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Cartilha Povos Tradicionais de Matriz Africana.** Brasília, DF: SPCT/SEPPIR, 2016. p. 13

Aspectos das cosmovisões das comunidades tradicionais de matriz africana no Brasil

Nas cosmovisões das comunidades tradicionais de matriz africana no Brasil, a natureza e seus elementos (água, fogo, matas, entre outros) constituem forças vitais e são cultuados em espaços conhecidos como **terreiros** ou **roças**.

Ritualizadas e divinizadas a partir dos valores do modo de vida africano com base na ancestralidade, essas forças recebem nomes diferentes conforme a tradição: Orixás (ketu/nagô/iorubá), Nkises (banto) e Vodum (jêje/fon).

O proverbio "sem folha não existe Orixá" sintetiza a complexidade do lugar da terra na vida dos povos africanos, onde a "folha" representa a manifestação material da vida e a própria terra.

Nesse universo simbólico e cosmológico, a tradição é um aspecto vivo e vivido, fonte de todo conhecimento, se renova na ritualização da origem e do destino, por meio das vivências, das práticas e das construções simbólicas. Por meio dela, os preceitos culturais e éticos dos povos africanos são preservados como fundamentos e transmitidos oralmente dos mais velhos aos mais novos.

Cosmopercepção: valorizando as culturas e os modos de vida

Elaborado pela socióloga feminista nigeriana Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí, o conceito de **cosmopercepção** é uma contraproposta crítica ao termo *cosmovisão*. Na obra *Visualizando o corpo: teorias ocidentais e sujeitos africanos*, de 1997, Oyěwùmí apresenta a noção de cosmopercepção como uma maneira mais inclusiva e ampla de descrever a concepção de mundo por diferentes grupos culturais, podendo abarcar outros sentidos que não apenas o visual, contempla uma combinação de sentidos. Segundo a autora, a tradição, a ancestralidade e a oralidade são componentes que estruturam esse espaço territorial e simbólico, portanto, precisam ser considerados.

A **tradição** é um aspecto vivo da cultura vinculado ao passado de forma não fixa. Isso significa que ela é constantemente reinventada, sem, entretanto, perder os fundamentos e valores que a alicerçam, estabelecendo, dessa forma, uma perspectiva de movimento contínuo entre passado, presente e futuro. Fonte de todo conhecimento transmitido de forma oral, a tradição foi criada pelas gerações precedentes, chamadas de **ancestrais**.

JOA SOUZA/PANTHER MEDIA GMBH/ALAMY/FOTOARENA

Monumento do artista baiano Tatti Moreno em homenagem aos Orixás no Dique de Itororó, no município de Salvador, Bahia. Fotografia de 2018.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Povos originários e povos indígenas

Os povos originários que, antes do início da colonização, habitavam o território hoje denominado América se autorreconhecem e são reconhecidos como **povos indígenas**. A expressão **povos originários** abrange diversos grupos étnicos, e não se restringe ao contexto da América, pois remete a uma ancestralidade anterior ao processo colonial. Nesse sentido, a categoria geral de povos originários abarca grupos que recebem diferentes nomes, conforme sua especificidade histórico-cultural. São povos originários, por exemplo, os maoris, na Nova Zelândia, e os mapuches na Argentina e no Chile.

Para compreender a definição de identidade indígena e os aspectos que a definem, convém um olhar histórico. No âmbito internacional, um dos principais instrumentos de proteção dos direitos dos povos indígenas é a **Convenção 169**, da **Organização Internacional do Trabalho**. Adotada no ano de 1989, como resultado da Septuagésima Sexta Conferência Internacional do Trabalho, o documento é o primeiro instrumento internacional vinculante que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas. Em um instrumento vinculante, os Estados nacionais se comprometem a cumprir as normas estabelecidas.

Nesse documento, o critério adotado para a identificação dos povos indígenas é a **autodeterminação**, isto é, na concepção dessa convenção, a legitimidade para definir quem é ou não indígena é do próprio sujeito indígena. O critério de autodeterminação é uma forma de proteção, porque, ao atribuir ao sujeito a identificação de sua identidade, a convenção retira dos Estados o direito de negar a identidade indígena a um povo que se reconheça como tal.

Outro aspecto marcante do documento é o reconhecimento dos povos indígenas como segmentos nacionais com identidade e organização próprias, costumes e tradições específicas e relação com a terra que habitam. Ao formalizar esse reconhecimento, a convenção rompe com uma visão comum até o século XX de que os indígenas passavam por um estado transitório, uma etapa a ser vencida, e que, em algum momento, deixariam de ser indígenas.

Alguns anos antes da elaboração da convenção, José Martínez Cobo, relator especial da Subcomissão para a Prevenção da Discriminação e Proteção das Minorias da Organização das Nações Unidas, realizou uma extensa pesquisa para, entre outros objetivos, estabelecer, no plano internacional, uma definição jurídica da identidade indígena. Como resultado, em 1986, no *Estudo do problema da discriminação contra as populações indígenas*, as comunidades, os povos e as nações indígenas foram caracterizados do seguinte modo:

- apresentam continuidade histórica de sociedades anteriores à invasão e à colonização que foi desenvolvida em seus territórios;
- consideram-se distintos de outros setores da sociedade;
- estão decididos a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua existência continuada como povos, em conformidade com seus padrões culturais, suas instituições sociais e seus sistemas jurídicos.

CHRISTOPHER PILLITZ/IN PICTURES/GETTY IMAGES

Juana Calfunau, uma das principais defensoras da luta do povo Mapuche por sua preservação em frente à tradicional moradia de seu povo, no Chile. Fotografia de 2018. Os mapuches são povos originários dos atuais Chile e Argentina.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sugestão

Povos indígenas no Brasil

Disponível em: https://pib.socioambiental.org. Acesso em: 23 jul. 2024.

Mantido pelo Instituto Socioambiental, o *site* disponibiliza apresentação geográfica e demográfica atual e histórica, fotografias, além de descrição étnica e cultural pormenorizada dos povos indígenas no Brasil. As informações são apresentadas em diferentes interfaces, como tabelas, mapas, explicação sobre troncos linguísticos e iniciativas indígenas.

A autodeterminação como critério

No *Estudo do problema da discriminação contra as populações indígenas*, Martínez Cobo elenca aspectos importantes para a compreensão da identidade indígena, como a **continuidade histórica**, a **autodeterminação**, a **dimensão sociopolítica** e a **preservação cultural e territorial**. Ainda que abrangente, o uso de um descritivo de identidade indígena em normativas legais internacionais apresenta o risco de enquadrar uma grande diversidade de povos em apenas uma definição, abrindo espaço para a negação da identidade de alguns.

Diante do receio de normatizar definições que possam ser usadas para limitar os direitos dos povos indígenas, as normativas de caráter internacional têm pautado a autodeterminação como principal aspecto caracterizador da identidade indígena.

Na análise do antropólogo da etnia Baniwa Gersem dos Santos Luciano, entre os povos indígenas, como forma de autorreconhecimento, existem alguns critérios de autodefinição, como:

- a continuidade histórica de sociedades pré-coloniais;
- a estreita vinculação com o território;
- os sistemas sociais, econômicos e políticos bem definidos;
- a língua, a cultura e as crenças definidas;
- a identificação como diferente da sociedade nacional;
- a vinculação ou a articulação com a rede global dos povos indígenas.

Ainda que elenque os critérios como caracterizadores, o antropólogo reforça o fato de que não se deve tomá-los como características únicas nem excludentes.

Renomeação simbólica: indígenas sim, "índio" não!

Até 2022, em 19 de abril era celebrado no país o "Dia do Índio". A data foi instituída por meio do Decreto-lei nº 5.540, de 1943, pelo então presidente Getúlio Vargas, três anos depois de ser proposta aos países da América, no Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, realizado no México. Como resultado da mobilização de povos indígenas de diferentes etnias, em julho de 2022, o decreto foi substituído pela Lei Federal nº 14.402, que renomeou a celebração de "Dia do Índio" como "Dia dos Povos Indígenas". A renomeação simbólica refletiu o crescimento do reconhecimento da autodeterminação indígena no Brasil.

MATHILDE MISSIONEIRO/FOLHAPRESS

Daniel Munduruku na capital do estado de São Paulo. Fotografia de 2022.

Na análise da historiadora indígena da etnia Mura Márcia Nunes Maciel, o termo *índio*, criado pelo colonizador, reproduz um sentido "pejorativo que remete à ideia eurocêntrica de que somos atrasados, de que somos todos iguais, no sentido de que as diferenças linguísticas e culturais são desconsideradas". A historiadora chama atenção para o fato de o termo ser genérico e não considerar as especificidades linguísticas e culturais que existem entre os diferentes povos. Seguindo esse mesmo raciocínio, o antropólogo indígena Daniel Munduruku afirma que a palavra *índio* "esconde toda a diversidade dos povos indígenas" e explica: "[…] a palavra 'indígena' diz muito mais a nosso respeito do que a palavra 'índio'. Indígena quer dizer originário, aquele que está ali antes dos outros".

Imagens em contexto

A partir da produção literária, Daniel Munduruku sensibiliza jovens leitores a valorizar a pluralidade étnica e a criticar o colonialismo e a colonialidade. No Brasil, a literatura infantojuvenil assinada por escritores indígenas cresce expressivamente nas últimas duas décadas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Povos indígenas no Brasil: diversidade linguística e étnica

Segundo levantamento divulgado pelo Instituto Socioambiental em fevereiro de 2024, em junho de 2023 habitavam o Brasil 272 povos, que falavam mais de 160 línguas e dialetos. Esses dados confirmam a expressiva diversidade linguística e étnica dos povos indígenas no Brasil.

No primeiro episódio do documentário *Vozes da floresta: a aliança dos povos da floresta de Chico Mendes a nossos dias*, lançado em 2020, Ailton Krenak afirma que, na perspectiva dos povos indígenas brasileiros, "a história da colonização no Brasil é uma marcha sobre os territórios indígenas e a edificação sobre os cemitérios indígenas". Nesta perspectiva, o que ocorreu foi invasão dos colonizadores europeus e não descoberta.

Não há dados precisos sobre o tamanho da população indígena no século XVI. De acordo com a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, nessa época viviam nas terras baixas da América do Sul de 1 milhão a 8,5 milhões de pessoas. Durante a colonização, houve uma redução demográfica drástica, que resultou de fatores como epidemias, guerras de conquista e apresamento de indígenas, fugas para outras regiões e exploração do trabalho. Há poucos estudos, entretanto, que possibilitem saber com precisão o peso relativo de cada um desses fatores no genocídio das populações indígenas. Somente em 1991, com a inclusão da categoria *indígena* no quesito cor ou raça do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população indígena passou a constar nos dados censitários oficiais.

Ao comparar os resultados dos censos de 1991, 2000, 2010 e 2022, nota-se o crescimento do número de indígenas nessas três décadas: de 294.131, em 1991, para 1.693.535, em 2022. Para o antropólogo Gersem dos Santos Luciano, a tendência de crescimento pode ser explicada como resultado de fenômeno chamado **etnogênese** (ou reetinização). Segundo o antropólogo:

> [...] povos indígenas que, por pressões políticas, econômicas e religiosas ou por terem sido despojados de suas terras e estigmatizados em função dos seus costumes tradicionais, foram forçados a esconder e a negar suas identidades tribais como estratégia de sobrevivência – assim amenizando as agruras do preconceito e da discriminação – estão reassumindo e recriando as suas tradições indígenas.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, DF: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Laced: Museu Nacional, 2006. p. 28.

OBJETO DIGITAL Mapa clicável: Povos indígenas e famílias linguísticas

A declaração de Krenak foi retirada de: VOZES da floresta: a aliança dos povos da floresta de Chico Mendes a nossos dias. Direção: Thiago Brandimarte Mendonça. Brasil: Memória Viva; Le Monde Diplomatique Brasil, 2020.

A estimativa de indígenas no século XVI foi retirada de: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil**: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

O comparativo de dados do censo foi retirado de: QUEIROZ, Christina. Censo de 2022 faz levantamento de populações quilombolas e comunidades indígenas fora de áreas demarcadas. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, ed. 331, p. 73-76, set. 2023.

O quantitativo de povos indígenas no Brasil foi retirado de: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Quadro geral dos povos. **Povos Indígenas no Brasil**, 1 fev. 2024. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos. Acesso em: 23 jul. 2024.

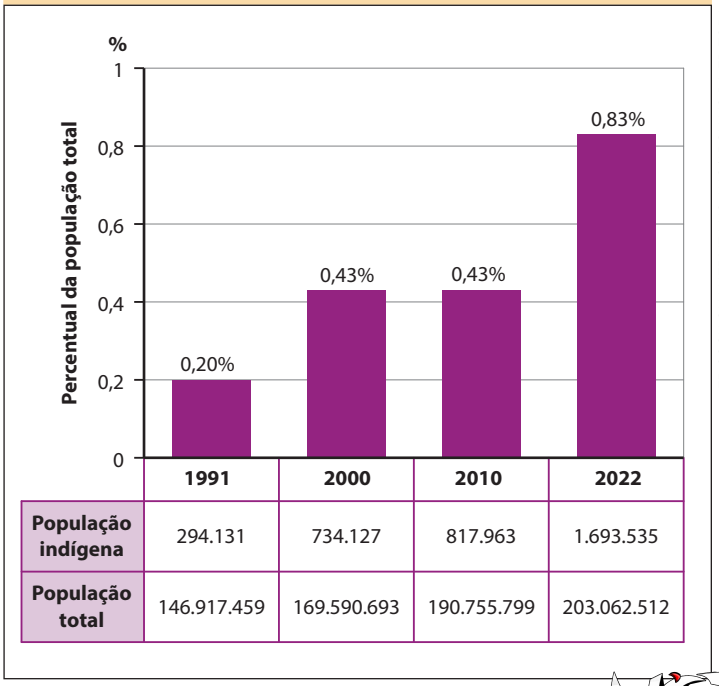
O quantitativo de línguas e dialetos indígenas foi retirado de: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Línguas. **Povos Indígenas no Brasil**, 21 jun. 2023. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Línguas. Acesso em: 23 jul. 2024.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Analise a importância histórica e sociológica da inclusão da categoria indígena no Censo Demográfico brasileiro.
2. Com base em seus conhecimentos de geografia e história, elabore hipóteses para explicar o aumento percentual da população indígena na população brasileira.

Brasil: população indígena – 1991, 2000, 2010, 2022



	1991	2000	2010	2022
População indígena	294.131	734.127	817.963	1.693.535
População total	146.917.459	169.590.693	190.755.799	203.062.512

Fonte: QUEIROZ, Christina. Censo traz dados inéditos de populações quilombolas e indígenas. **Pesquisa Fapesp**, set. 2023. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/censo-traz-dados-ineditos-de-populacoes-quilombolas-e-indigenas/. Acesso em: 29 jul. 2024.

ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Censo registra aumento vertiginoso de indígenas no Brasil

Divulgado pelo IBGE em 2023, o Censo de 2022 registrou um aumento de indígenas no território nacional. O texto a seguir apresenta os fatores que explicam essa variação demográfica.

Mudanças metodológicas e apoio tecnológico adotados no processo de coleta de dados, bem como o aumento de pessoas que se autodeclararam indígenas, fizeram com que os residentes no país que se identificam com alguma etnia fosse 88,82% mais alto no ano passado, em comparação com o Censo de 2010. Ao todo, eram 1.693.535 pessoas indígenas vivendo no país em 2022, o que representava 0,83% da população nacional. Em 2010 o número foi de 896.917, ou 0,43% do total de residentes.

Para [Edson] Kayapó, a ampliação evidencia que, mesmo diante de dificuldades relacionadas com a demarcação de territórios e a oferta de educação indígena diferenciada em comunidades, esses povos têm conseguido fortalecer tradições, línguas e cosmologias. Na perspectiva do historiador, a valorização de identidades indígenas ganhou força entre as décadas de 1970 e 1980 – a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um marco desse processo. Entre outras medidas, a Constituição estabeleceu que os indígenas têm direito de posse sobre terras tradicionalmente ocupadas. "O avanço na conquista de direitos motivou o fortalecimento de identidades nas últimas décadas", analisa o historiador. "Hoje, no Brasil, as pessoas se sentem mais encorajadas a afirmar que pertencem a determinado povo ou etnia, mesmo vivendo fora de terras indígenas."

Segundo o antropólogo João Paulo Lima Barreto, da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), atualmente não são apenas lideranças que lutam pelos direitos dos povos indígenas. As novas gerações também estão envolvidas, algo que ele considera surpreendente. "Vivemos um momento de virada de autoestima e de retomada do sentimento de pertencimento de ser indígena. É uma guinada ontológica e de tomada de consciência. O aumento da população indígena tende a se acentuar nos próximos anos por causa da ampliação da autoidentificação", projeta o pesquisador, que é conhecido entre seu povo, os Ye'pamahsã, como João Paulo Tukano.

A principal mudança metodológica que impactou na contagem da população indígena envolveu a pergunta "Você se considera indígena?". Em 2010, ela só era feita para pessoas que viviam em terras delimitadas pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Por esse motivo, o levantamento daquele ano pode ter deixado de fora indígenas residentes em cidades ou em regiões não demarcadas. No ano passado, por meio de parcerias com organizações e lideranças, além da coleta de imagens de satélite em tempo real, o IBGE realizou um mapeamento prévio de áreas onde poderia existir ocupação indígena fora de territórios delimitados. E aplicou a pergunta "Você se considera indígena?" para residentes desses locais.

[...]

[...] o Censo identificou uma ampliação no número de pessoas vivendo em terras indígenas em todas as regiões do país. Antunes explicou que em 2010 o país contava com 505 terras indígenas. Em 2022 esse número subiu para 573. Por causa de mudanças em processos de regularização, quatro delas foram suprimidas e 72 inseridas na base da Funai. "Isso significa que há 501 terras indígenas que podem ser comparadas entre os censos de 2010 e 2022", esclareceu a antropóloga. Ao longo desse período, a população indígena residente no universo dessas 501 terras subiu de 511,6 mil para 593,5 mil pessoas, um aumento de 16,01%. "Esses dados podem ser evidências de que a população indígena está em processo de recuperação populacional", estima o antropólogo Artur Nobre Mendes, servidor da Funai há quatro décadas. Em 2022, a

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Terra Yanomami, nos estados do Amazonas e Roraima, registrou o maior número de indígenas (27,1 mil), seguida pela Raposa Serra do Sol (RR), com 26,1 mil, e a Évare I (AM), com 20,1 mil.

Ainda segundo o levantamento, os três municípios com a maior quantidade de pessoas indígenas também estavam no Amazonas: Manaus (71,7 mil), São Gabriel da Cachoeira (48,3 mil) e Tabatinga (34,5 mil). Já as cidades com as maiores proporções de população indígena eram Uiramutã (RR), onde 96,60% dos 13,2 mil habitantes pertenciam a alguma etnia, Santa Isabel do Rio Negro (AM), com 96,17%, e São Gabriel da Cachoeira (AM), com 93,17%. Para Mendes, o Censo de 2022 traz impactos imediatos para formuladores de políticas públicas, especialmente em relação aos indígenas que moram em áreas urbanas. "Historicamente, as políticas indigenistas do Brasil se voltaram para pessoas vivendo em terras indígenas", conta o antropólogo da Funai. "Agora, os dados do Censo mostram a urgência de se criar, também, ações para aquelas que residem em outras áreas, para além das demarcadas."

QUEIROZ, Christina. Censo de 2022 faz levantamento de populações quilombolas e comunidades indígenas fora de áreas demarcadas. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, ed. 331, p. 73-76, set. 2023.

RENATO SOARES/PULSAR IMAGENS

Indígenas da etnia Yanomami em reunião no município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas. Fotografia de 2022. Esse município, de acordo com o Censo de 2022, estava entre os três com maior população de indígenas do Brasil.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO.

1. Identifique as mudanças metodológicas do Censo 2022 que impactaram a contagem da população indígena no Brasil.
2. Segundo os pesquisadores ouvidos pela reportagem, além da metodologia, que outros fatores explicam o aumento populacional?
3. O que os resultados do Censo 2022 revelam sobre a formulação de políticas públicas direcionadas a indígenas residentes em áreas urbanas?
4. Reúna-se com alguns colegas. Vocês deverão elaborar uma peça de campanha informativa sobre a importância da autoidentificação indígena, destacando o fato de que ela pode fortalecer o direito indígena à autodeterminação. A peça pode ser em formato de folheto, cartaz, vídeo ou *post* para ser publicado na internet. Considerem que alguns elementos importantes das campanhas são informações claras e objetivas, selecionadas para convencer o leitor sobre a importância do tema, imagens comunicativas e a presença de um *slogan*. Ao final, cada grupo irá apresentar sua peça de campanha, e a classe escolherá uma delas para ser divulgada para a comunidade escolar.

Quilombos e povos tradicionais de matriz africana

De acordo com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, órgão do governo federal:

> Povos e comunidades tradicionais de matriz africana são definidos como grupos que se organizam a partir dos valores civilizatórios e da cosmovisão trazidos para o país por africanos para cá transladados durante o sistema escravista, o que possibilitou um contínuo civilizatório africano no Brasil, constituindo territórios próprios caracterizados pela vivência comunitária, pelo acolhimento e pela prestação de serviços à comunidade.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Plano nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana**. Brasília, DF: SEPPIR, 2013. p. 12.

Os povos e as comunidades tradicionais de matriz africana foram, assim, forjados pela experiência da **Diáspora Africana**. Segundo o pesquisador das culturas africanas e afro-brasileiras Nei Lopes:

> Diáspora é uma palavra de origem grega que significa "dispersão". Designando de início, principalmente o movimento espontâneo dos judeus pelo mundo, hoje aplica-se também à desagregação que, compulsoriamente, por força do tráfico de [escravizados], espalhou negros africanos por todos os continentes. A Diáspora Africana compreende dois momentos principais. O primeiro, gerado pelo comércio de [escravizados], ocasionou a dispersão de povos africanos tanto através do Atlântico quanto através do oceano Índico e do mar Vermelho, caracterizando um verdadeiro genocídio, a partir do século XV – quando talvez mais de 10 milhões de indivíduos foram levados, por traficantes europeus, principalmente para as Américas. O segundo momento ocorre a partir do século XX, com a imigração, sobretudo para a Europa, em direção às antigas metrópoles coloniais.

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004. p. 236.

Foram deslocadas para o Brasil pessoas de diferentes grupos étnico-linguísticos do continente africano, entre os quais: ovinbundos, dembos, ambundos, imbangalas, lundas, congos, iorubás, hauçás e fons. Tais grupos trouxeram consigo tradições, crenças, valores, hábitos, modos de vida, línguas, artes, músicas, religiosidade, concepções do mundo, modos de simbolização do real, diferentes formas de organização social e tecnologias.

Após o processo de deslocamento e desterritorialização forçados, esses grupos tiveram de recriar os elementos que fundamentavam suas culturas originárias por meio da memória, a fim de preservar laços mínimos de identidade, cooperação e solidariedade mediante redes de interações múltiplas. Seus descendentes são, portanto, guardiões de heranças culturais que resistiram às várias formas de opressão e violência colonial.

JAIME LAURIANO - ACERVO DO ARTISTA

Brasil: invasão, etnocídio, democracia racial e apropriação cultural, de Jaime Lauriano, 2016.

Imagens em contexto

A obra em destaque é uma das produções da série *Invasão, etnocídio, democracia racial e apropriação cultural.* Nela, o artista brasileiro Jaime Lauriano faz releituras de mapas e cartas náuticas do período colonial representando o sistema de povoamento, a exploração madeireira e a mão de obra indígena. As obras são compostas de desenhos e inscrições feitos com pemba branca, um giz de calcário utilizado em rituais de umbanda, sobre algodão preto. Dessa forma, o artista provoca, a partir da técnica e da narrativa, uma inversão do olhar colonizador sobre a ocupação do território brasileiro.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Comunidades remanescentes de quilombos

Símbolos da luta por liberdade e contra a escravização, os **quilombos** foram as primeiras formas de organização negra no Brasil. Foram constituídos entre os séculos XVI e XIX, em terras de difícil acesso. Segundo o sociólogo Clóvis Moura, na obra *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*, publicado em 1988, alguns quilombos desenvolveram estratégias de defesa com o uso de técnicas militares para resistir às expedições punitivas.

Com o tempo, esses assentamentos espalharam-se por todas as regiões do país, sendo o maior e mais conhecido o Quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga, no território correspondente ao do atual município de União dos Palmares, no estado de Alagoas (antigo território da capitania de Pernambuco), que durou quase cem anos e teve como principal líder Zumbi dos Palmares, assassinado em 20 de novembro de 1695.

Os quilombos tornaram-se espaços de convivência para a reprodução de práticas sociais e culturais com base na ancestralidade africana e indígena, tornando-se espaços de reconstrução dos laços de identidade, cooperação e solidariedade.

Sugestão

História preta: Palmares

Produção: Thiago André. Brasil, 2024. Seis episódios de cerca de 37 minutos.

Roteirizado e apresentado pelo historiador Thiago André, o *podcast História preta* narra as histórias da população negra no Brasil, valorizando seu protagonismo e suas contribuições. Com base em uma rica seleção de fontes, a temporada *Palmares*, composta de seis episódios, é integralmente dedicada à reconstituição da história do Quilombo dos Palmares.

CESAR DINIZ/PULSAR IMAGENS

Vista do Parque Memorial Quilombo dos Palmares na Serra da Barriga, em União dos Palmares, em Alagoas. Fotografia de 2022.

Imagens em contexto

Em 2007, no alto da Serra da Barriga, o governo federal implantou o Parque Memorial Quilombo dos Palmares. O local, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1986, recria o ambiente do Quilombo dos Palmares, sendo aberto a visitantes. A serra ocupa uma área de aproximadamente 27,92 km^2 e o parque é aberto a visitação. Durante a visita, o acesso via aplicativo possibilita assistir vídeos de entrevistas com pesquisadores do tema, acessar uma exposição virtual de vestígios arqueológicos e tirar *selfies* com personalidades quilombolas como Zumbi, Aqualtune, Dandara, Acotirene e Ganga-Zumba.

OBJETO DIGITAL
Mapa clicável: Quilombos

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O quilombismo

O conceito histórico de quilombo foi ressignificado com base no pensamento de intelectuais negros ativistas, como a historiadora Beatriz Nascimento e o artista Abdias do Nascimento. Ambos repensaram o significado dos quilombos na perspectiva da Diáspora Africana, passando a entendê-los como instrumentos de resistência cultural para a autoafirmação étnica e nacional da identidade negra brasileira.

Na obra *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*, publicada em 1980, Abdias do Nascimento argumenta que os quilombos não eram apenas refúgios de pessoas escravizadas, mas constituíam sistemas de organização política, social e econômica alternativos. Com base nisso, ele apresenta o termo **quilombismo** como um conceito histórico-social e, ao mesmo tempo, uma proposição afro-brasileira para a articulação e a mobilização de um Estado nacional contemporâneo multiétnico e pluricultural.

No âmbito das políticas públicas, com a Constituição de 1988, a expressão *comunidade remanescente de quilombo* passou a ser uma categoria jurídica utilizada para designar grupos étnico-raciais com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida**,** segundo critérios de autoatribuição.

Em geral, os quilombolas organizados nacionalmente por meio da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), lutam por:

- reconhecimento e demarcação de seus territórios, conforme a tradição;
- regularização fundiária (segurança jurídica) sobre suas terras;
- acesso a políticas públicas de desenvolvimento (crédito agrícola e assistência técnica);
- acesso a serviços básicos (saúde, educação, saneamento básico e energia elétrica);
- preservação cultural e ambiental (tradições, línguas, práticas agrícolas e religiosas, proteção do ambiente natural e promoção de práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais);
- combate ao racismo e à discriminação.

ABDIAS NASCIMENTO. FOTO: MIGUEL PACHECO E CHAVES - ACERVO IPEAFRO

Sankofa nº 2: *Resgate*, de Abdias Nascimento, 1992.

Imagens em contexto

A tela de Abdias Nascimento representa o adinkra Sankofa. Os adinkras constituem um sistema de símbolos gráficos originário do povo Akan, grupo étnico da região atualmente correspondente a Gana e Costa do Marfim, na África Ocidental. Representado por um pássaro olhando para trás, o princípio afroreferenciado Sankofa ensina que nunca é tarde para voltar e apanhar o que ficou atrás, expressando a sabedoria de aprender com a ancestralidade e com o passado para construir o futuro.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Povos e comunidades de terreiros

Os povos e comunidades tradicionais de matriz africana são formações sociais estruturadas historicamente com base na concepção afrocentrada de organização e ocupação do território por meio da tradição familiar e de linhagem, fundamentadas nos valores africanos de acordo com as heranças e tradições dos vários grupos étnico-linguísticos chamados **nações** que lhes conferem identidades, conforme a região de origem do continente africano (Ketu, Efon, Ijexá, Nagô Egbá, Jêje, Fon, Éwé, Mina, Fanti, Ashani, Fulas, Mandingas, Haúças, Angola, Congo, Cabinda, entre outras).

A partir do sistema colonial escravista, esses grupos afro-diaspóricos tiveram que refazer, em terra brasileira, uma realidade fragmentada por meio da ritualização do espaço territorial, uma "auto fundação" do grupo reconstruído com base na ancestralidade, criando e recriando espaços de vínculos, formando redes de interação com múltiplas culturas africanas, preservando marcas visíveis e traços importantes para a reconstrução pessoal e coletiva.

As comunidades de terreiros são heterogêneas em suas constituições integrando aspectos econômicos, políticos e étnico-religiosos (culturais). Recebem nomes diferentes a partir das representações litúrgicas e ritualísticas próprias, de acordo com a região ou localidade (candomblé, umbanda, Xangô, pajelança, jurema, catimbó, tambor de mina, batuque, entre outras). No geral, são caracterizadas pela vivência comunitária, acolhimento e prestação de serviços à comunidade.

As comunidades de terreiros compreendem tanto o espaço particular quanto o corpo que extrapola a dimensão física, envolvendo a casa, o trabalho, a diversão e a devoção aos ancestrais das diferentes tradições africanas (orixás, nkises e vodum, entre outros). Elas transcendem a perspectiva linear e cartesiana de mundo, evocando a energia vital (natureza), corporeidade, circularidade, oralidade, musicalidade, memória, ancestralidade, territorialidade, ludicidade, cooperativismo comunitário, ética, integração entre pessoa e coisa, sujeito e objeto, valorização da diversidade, a multiplicidade e a ambivalência.

Portanto, as comunidades tradicionais de terreiros desempenham um papel importante na preservação da cultura africana e do ambiente natural no Brasil. Possibilitam um *continuum* civilizatório marcado pela confluência das cosmologias, cosmogonias, filosofias e culturas e valorização das raízes africanas. Simbolizam a resistência cultural contra a discriminação, o preconceito e o racismo.

CESAR DINIZ/PULSAR IMAGENS

Dança em um terreiro de candomblé no município de Itapira, em São Paulo. Fotografia de 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividades

RESPONDA NO CADERNO.

4. O provérbio africano foi retirado de: BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013. p. 89. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/. Acesso em: 11 jun. 2024.

1. Como as noções de coisificação e descivilização utilizadas por Césaire podem ser aplicadas para interpretar práticas contemporâneas de racismo?

2. Explique a noção de epidermização da inferioridade de Fanon e relacione-a à metáfora das "máscaras brancas".

3. Sobre as contribuições de Nêgo Bispo, responda às perguntas.

a. Em que a perspectiva contracolonial difere dos estudos pós-coloniais e da perspectiva decolonial?

b. Caracterize a oposição entre saber orgânico e saber sintético. Em que consiste cada um desses saberes?

4. Interprete o provérbio africano "Enquanto os leões não contarem suas histórias, os contos de caça glorificarão sempre os caçadores" com base nos conceitos abordados.

5. Nas cidades latino-americanas, vários elementos da estrutura urbana homenageiam personagens relacionados a uma narrativa histórica europeia. Objetiva-se, com isso, mantê-los como referenciais na memória da população. A partir dessa reflexão, organizem-se em grupos e realizem as atividades a seguir.

FÁBIO VIEIRA/FOTOARENA

Pichação no Monumento às Bandeiras, em São Paulo, São Paulo. Fotografia de 2013.

a. A respeito do Monumento às Bandeiras, pesquisem em jornais, revistas, livros ou na internet:

- O que é enaltecido no monumento?
- Que grupos sociais estão representados e como cada um deles é caracterizado?
- Qual é o papel desse marco simbólico na historiografia oficial do país?

b. A vandalização de um monumento constitui um crime contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural conforme a Lei nº 9.605/98. Tendo em vista essa informação e considerando que a intervenção retratada na fotografia visou explicitar um choque simbólico, debata com os colegas: que outras formas de intervenção política podem ser feitas com o mesmo objetivo de ressignificar simbolicamente personagens históricos?

c. O ato mostrado na imagem ocorreu em razão da tramitação no Congresso da Proposta de Emenda à Constituição PEC nº 215/2000. Pesquisem em fontes diversas para responder:

- O que é essa PEC?
- Quem são os grupos sociais em conflito?
- Quais são as demandas dos grupos sociais envolvidos?

6. O antropólogo mexicano Miguel León-Portilla (1926-2019) pesquisou o pensamento e o idioma *nahuátl*, língua asteca pré-colonial que, assim como outros idiomas, é atualmente classificada como extinta. Em um de seus artigos, o autor afirma:

> Cada língua é uma espécie de grande ordenador, com características próprias, do pensamento humano. Por isso, quando morre uma língua, a humanidade se empobrece. Mas, além disso, para o povo que tem como materna uma língua, ela é um elemento insubstituível na sua maneira de viver e de se desenvolver no mundo. É parte essencial do seu próprio legado. Assim sendo, a pluralidade de línguas em um determinado país deve ser reconhecida, assim como sua diversidade, como um de seus mais importantes tesouros.
>
> LEÓN-PORTILLA, Miguel. Las lenguas indígenas en el tercer milênio. **Estudios de Cultura Náhuatl**, v. 30, p. 13-16, dez. 1999. p. 14. (Tradução nossa).

a. Associe o excerto ao conceito de etnocídio.

b. O texto compara a preservação das línguas à da biodiversidade. A partir dele, argumente: por que a ameaça à pluralidade linguística e à biodiversidade empobrece a humanidade?

c. Elenque três medidas que um Estado pode implementar para preservar a pluralidade linguística de um país.

7. Leia o excerto a seguir, que aborda um aspecto da cosmovisão dos Yudjá, povo que habita a Terra Indígena Paquiçamba, no Pará, e o Parque Indígena do Xingu, no Mato Grosso.

> É a partir do contato destrutivo dos brancos que o céu costuma cair. O primeiro dos três céus que formam a terra, em um cosmos de quatro andares, teria desmoronado quando os europeus chegaram à região do baixo Xingu, no século 17. O segundo se acabou dois séculos depois, quando o baixo Xingu foi tomado pela corrida da exploração da borracha, levando uma onda de genocídio ao local e enraivecendo Senã'ã, o criador. Toda vez que Senã'ã sentia saudade dos povos que viviam à beira do rio Xingu, subia em seu mirante para espiá-los. Mas teve um

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

certo dia, num passado recente, em que o criador foi procurar os Yudjá e não avistou nenhum sequer. Os brancos haviam destruído tudo: sumiram os Yudjá e, com eles, foi-se o rio. Num reflexo de fúria, Senã'ã quis exterminar também os brancos, derrubando, então, o segundo dos três céus.

A história narrada permite uma inversão que foge à obviedade: não são apenas os Yudjá que necessitam do rio Xingu, mas o rio Xingu também necessita dos Yudjá. Inversão já proposta desde o primeiro dia da Canoada, pela agente de saúde Bel Juruna, e que ganhou materialidade depois de passarmos uma semana acompanhando a íntima relação entre os Yudjá e o rio. "O rio Xingu, sem os Juruna, não é o rio Xingu", Bel disse.

FRANCO, Victoria. O céu pode cair, mas os Yudjá resistem. **Instituto Socioambiental**, 26 set. 2018. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/index.php/acervo/noticias/o-ceu-pode-cair-mas-os-yudja-resistem. Acesso em: 4 set. 2024.

A partir do excerto, explique o que é uma cosmovisão holística da natureza.

8. Reúnam-se em duplas ou trios e realizem as seguintes atividades.

a. Cada grupo deve escolher um país diferente da América do Sul para estudar.

b. Pesquisem em livros ou na internet um quadro pintado entre os séculos XVI a XVIII que tenha relação com a história da colonização do país selecionado. Registrem as seguintes informações sobre a pintura: autoria; data; descrição da cena; quem são os personagens e em que posição foram representados.

c. Com base na interpretação inicial da pintura, respondam às seguintes perguntas: que tipo de narrativa a imagem valoriza? O colonialismo está presente na imagem? Onde o quadro se encontra atualmente? Organizem essas informações em um texto.

d. Providenciem uma reprodução da pintura e elaborem uma apresentação oral sobre os aspectos analisados.

e. Com o uso de uma linguagem artística da escolha de cada grupo (poema, *slam*, paródia, pintura, charge, esquete teatral etc.), criem uma outra narrativa para a cena representada, que contemple e revele uma perspectiva da história que foi silenciada.

Enem e Vestibulares

9. (Enem - MEC)

A maior parte das agressões e manifestações discriminatórias contra as religiões de matrizes africanas ocorrem em locais públicos (57%). É na rua, na via pública, que tiveram lugar mais de 2/3 das agressões, geralmente em locais próximos às casas de culto dessas religiões. O transporte público também é apontado como um local em que os adeptos das religiões de matrizes africanas são discriminados, geralmente quando se encontram paramentados por conta dos preceitos religiosos.

REGO, Luiz Felipe Guanaes; FONSECA, Denise Pini Rosalem da; GIACOMINI, Sonia Maria. **Cartografia social de terreiros no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014.

As práticas descritas no texto são incompatíveis com a dinâmica de uma sociedade laica e democrática porque:

a. asseguram as expressões multiculturais.

b. promovem a diversidade de etnias.

c. falseiam os dogmas teológicos.

d. estimulam os rituais sincréticos.

e. restringem a liberdade de credo.

10. (Enem -MEC)

Texto 1

Num apagamento histórico
Me perguntam como eu cheguei aqui
A verdade é que eu sempre estive
O lugar onde vivo me apaga e me incrimina
Me cala e me torna invisível

GUAJAJARA, Kaê. Território ancestral. *In*: **Hapohu**. [*S. l.*]: Sakkara, 2019 (fragmento).

Texto 2

A historiografia ocidental estudou a colonização da América apenas do ponto de vista dos europeus, que deixaram testemunhos escritos presentes na documentação da época, sobretudo nas crônicas de viagens. A visão baseada na oralidade, em línguas desconhecidas pelo europeu, não foi incorporada sistematicamente ao estudo dos povos indígenas, considerados "povos sem história".

SILVA, Ana Paula. Memória oral e patrimônio indígena no Brasil nas crônicas do século XVI. **Anpuh**: XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009 (adaptado).

O texto I aproxima-se do texto II ao elaborar uma crítica à produção historiográfica ocidental em sua abordagem pautada em

a. narrativas científicas.

b. valores etnocêntricos.

c. conceitos socialistas.

d. arquivos positivistas.

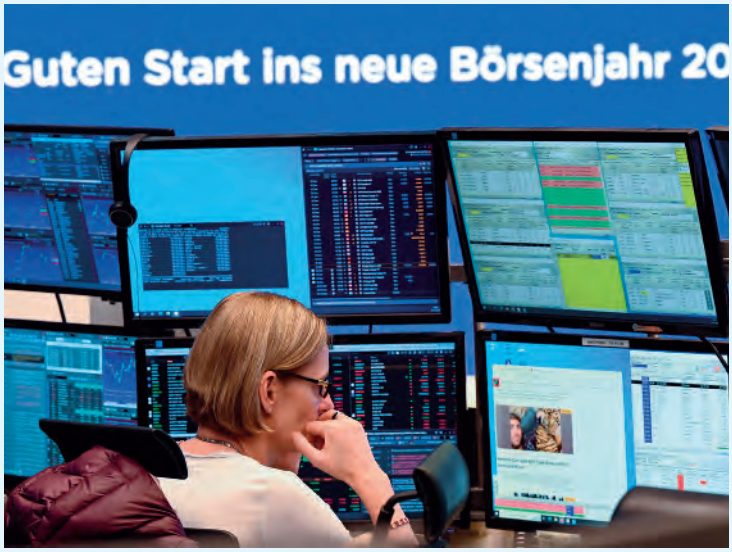
e. princípios cristocêntricos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

UNIDADE 6

Globalização, emancipação e cidadania

O termo *globalização* começou a ser utilizado nas décadas de 1970 e 1980 para descrever um fenômeno de internacionalização econômica que envolveu aspectos como o desenvolvimento de novas tecnologias de transporte e de comunicação e de informação que transformaram as décadas seguintes.



ARNE DEDERT/DPA/ALAMY/FOTOARENA

Funcionária da bolsa de valores de Frankfurt, Alemanha. Fotografia de 2022. A intensificação das trocas financeiras é um dos aspectos que caracterizam a globalização.

Ao analisar as consequências locais e mundiais da globalização, observa-se que o início do século XXI não só tem sido caracterizado por uma intensificação das trocas comerciais e culturais entre nações, mas também pela ampliação das desigualdades econômicas, tecnológicas e sociais, com concentração de riqueza e aumento da pobreza. O aprimoramento dos meios de transporte, por exemplo, facilitou a propagação de doenças, como a covid-19. Já no âmbito individual, tem sido registrado o crescimento de casos de depressão e ansiedade, por exemplo. Nesse contexto, movimentos voltados para a emancipação e a garantia do exercício da cidadania têm atuado com o objetivo de frear os impactos negativos desse processo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A unidade "Globalização, emancipação e cidadania" está presente nos quatro volumes desta coleção de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Confira, no quadro a seguir, os capítulos de cada componente que contribuem para a abordagem da temática dessa unidade.

A unidade "Globalização, emancipação e cidadania" na coleção

Componente	Capítulos
História	14. Populismos e ditaduras no Brasil e na América Latina 15. Mundo globalizado 16. Brasil contemporâneo
Geografia	3. Economia global e trocas desiguais 4. O mundo em rede
Sociologia	11. Globalização, cidadania e direitos humanos 12. Sociologia do desenvolvimento
Filosofia	9. Teorias sobre o sujeito 10. A filosofia no mundo globalizado e a pós-modernidade

Na prática

CHRISTENSEN, Martin-Brehm; HALLUM, Christian; MAITLAND, Alex; PARRINELLO, Quentin; PUTATURO, Chiara. **A "sobrevivência" do mais rico:** por que é preciso tributar os super-ricos agora para combater as desigualdades. Oxford: Oxfam International, 2023.

Nas últimas décadas, a concentração de renda alcançou níveis extremos, dificultando ainda mais a erradicação da pobreza global. Dados de um estudo realizado pela Oxfam em 2023 revelam que, em 2020, o 1% das pessoas mais ricas do mundo possuía seis vezes mais riqueza do que os 90% mais pobres da população global. Além disso, entre 2007 e 2024, o número de bilionários aumentou de 946 para 2.781. Para ilustrar a magnitude desse crescimento, a fortuna do segundo homem mais rico do mundo, apenas durante a pandemia de covid-19, poderia ter financiado vacinas suficientes para imunizar a população do mundo inteiro.

Por outro lado, mais de 70 milhões de pessoas estavam em situação de pobreza extrema em 2020, ou seja, viviam com o máximo de 2,15 dólares por dia. Em 2021, mais de 700 milhões de pessoas foram afetadas pela fome. O estudo da Oxfam destaca, ainda, que, pela primeira vez em 30 anos, durante o período da pandemia, houve um aumento simultâneo e significativo tanto da riqueza quanto da pobreza extrema no mundo.

SATYABRATA TRIPATHY/HINDUSTAN TIMES/GETTY IMAGES

Vista de área de favela em Mumbai, Índia. Fotografia de 2020. A pobreza extrema vem aumentando em diversas regiões do mundo, mostrando que as desigualdades econômicas e sociais são um problema que se perpetuam no contexto da globalização.

1. **Reflita com seus colegas sobre a concentração de riqueza no Brasil. De que forma esse problema social e econômico pode ser observado no município onde vocês vivem?**
2. **Com base em seus conhecimentos e avaliação crítica, respondam.**
   a. **Que medidas podem ajudar a reduzir a concentração de riqueza no Brasil? Elaborem propostas coletivas.**
   b. **Qual deve ser o papel desempenhado pelo Estado no combate à concentração de riqueza? Reflitam coletivamente sobre essa questão.**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 11

Globalização, cidadania e direitos humanos

A globalização afeta a vida de todas as pessoas, mas não da mesma maneira. Neste capítulo, você estudará os aspectos econômicos, culturais, políticos e sociais desse fenômeno, bem como seus efeitos na realidade global e seus impactos na ordem internacional. Além disso, conhecerá alguns debates relacionados à cidadania, aos direitos humanos e aos movimentos sociais na construção das sociedades democráticas contemporâneas, de modo a refletir e se posicionar de maneira crítica sobre esses temas.

Globalização: uma abordagem interdisciplinar

O termo *global*, geralmente, é utilizado para nomear a dinâmica econômica e política do mundo capitalista após os anos 1970-1980, em contraposição à palavra *nacional*. Esse debate sobre a globalização teve início principalmente após a implantação, nos Estados Unidos e no Reino Unido, das políticas neoliberais, como o controle de gastos do Estado (com redução de verbas para políticas sociais), a privatização de empresas públicas, a desarticulação das organizações sindicais e o incentivo à concentração bancária e financeira, o que conferiu muito poder às agências multilaterais e a outras instituições internacionais.

Por isso, muitos se referem à globalização como a perda de poder do Estado nacional e do mercado interno, que abriu espaço para trocas comerciais e financeiras entre as nações e cedeu poder para diferentes instituições internacionais, ou seja, empresas, bancos e agências multinacionais.

Embora não haja consenso entre os estudiosos, a globalização pode ser compreendida como um fenômeno multidimensional – econômico, social, político e cultural – orientado por uma racionalidade capitalista, cujos protagonistas são as corporações transnacionais, as organizações internacionais e os países mais desenvolvidos, como Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha e Japão. Nos últimos anos, a China também se inseriu nesse pequeno grupo de nações líderes da globalização.

O estudo da globalização vem sendo feito por meio da análise de relações de poder, da organização da produção e da apropriação de padrões culturais e ideológicos, entre outros aspectos, com base na articulação de conceitos utilizados para explicar a organização e as consequências do capitalismo.

MARIO TAMA/GETTY IMAGES

Manifestantes com cartazes, dentre os quais se lê: "Ajudem comunidades, não apenas bancos!", em Nova York, Estados Unidos. Fotografia de 2008.

Imagens em contexto

O protesto retratado ocorreu em um contexto de crise financeira em escala mundial desencadeada pelo colapso do mercado imobiliário dos Estados Unidos. Após anos de especulação imobiliária, um grande número de famílias que havia assumido hipotecas de alto risco deixou de pagá-las devido à falta de renda e ao aumento das taxas de juros. O colapso desse mercado levou várias instituições financeiras à falência, desencadeando uma crise financeira global. Para conter a crise, muitos bancos receberam pacotes de ajuda governamental. Já as medidas de apoio direto às populações afetadas foram limitadas. Essa disparidade gerou indignação social, como a retratada na fotografia.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Globalização: o debate entre globalistas e céticos

Há pelo menos duas grandes perspectivas sobre o processo de globalização. A primeira privilegia seus avanços e benefícios; a segunda problematiza suas contradições e questiona suas realizações. Essas concepções foram estudadas pelos cientistas sociais britânicos David Held e Anthony McGrew, que criaram duas categorias para defini-las: **globalista** e **cética**.

A perspectiva globalista

De acordo com a perspectiva globalista, a globalização é um fenômeno positivo, que, ao possibilitar a circulação de mercadorias em nível global, com poucas barreiras ao fluxo de comércio e capitais, promove o desenvolvimento econômico e o aumento da riqueza pela via do livre mercado, beneficiando todas as pessoas e países. Essa visão otimista traz embutido um pensamento único que fixa a globalização como um processo natural e benéfico para a humanidade. Ela é vinculada ao Consenso de Washington, um conjunto de orientações econômicas firmadas por instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, a serem seguidas pelos países em desenvolvimento.

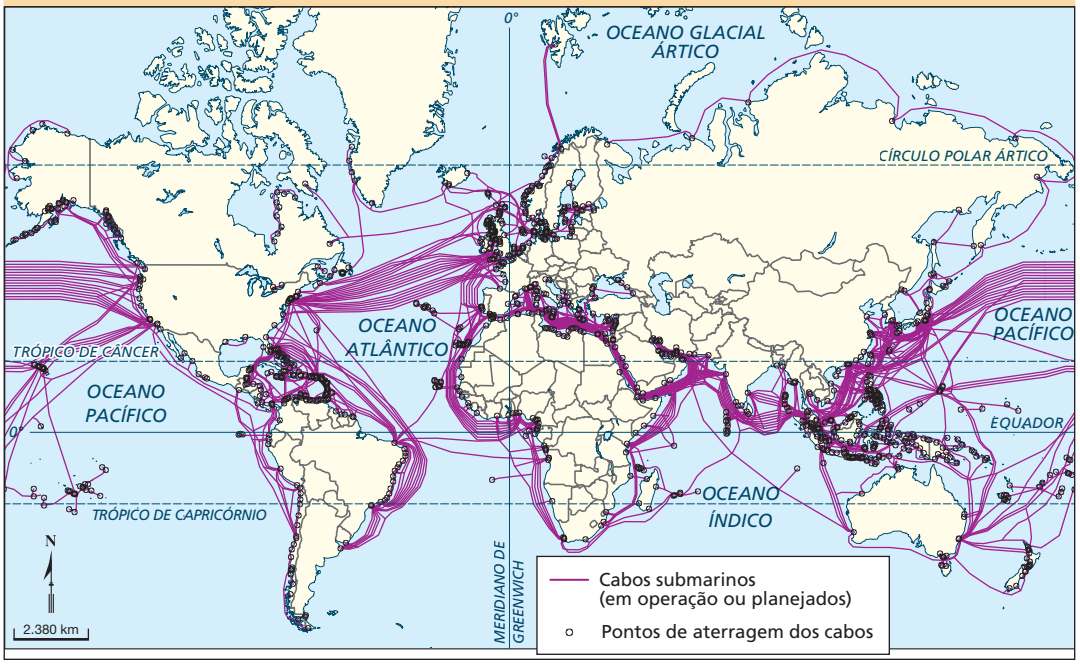
Assim, os globalistas dedicam-se a estudar elementos como os fluxos financeiros e comerciais, as redes tecnológicas e informacionais, o declínio do poder do Estado e sua relativa incapacidade de gerar bem-estar. Estudam também o multilateralismo, isto é, a colaboração entre diferentes países e instituições para a solução de problemas diversos, valorizando soluções negociadas com apoio de organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas. Além disso, atentam ao cosmopolitismo, perspectiva segundo a qual os seres humanos devem eliminar as fronteiras geográficas e a divisão sociopolítica dos Estados nacionais, favorecendo a circulação universal de pessoas, valores e ideias, assim como de bens, produtos e serviços.

Entre os principais defensores do globalismo estão o ideólogo japonês Kenichi Ohmae, que concebe o Estado como um "dinossauro esperando a morte", e o teórico canadense Marshall McLuhan, para quem as novas tecnologias e os contínuos avanços da ciência e da técnica aplicadas ao transporte e às comunicações recriaram o mundo à imagem de uma "aldeia global".

As citações de Kenichi Ohmae e Marshall McLuhan foram retiradas de OHMAE, Kenichi. **O fim do Estado nação**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996; MARSHALL MCLUHAN SPEAKS. Global Village. Trecho de **McLuhan on McLuhanism**. Direção: Lee Polk. Produção: Joan Ganz Cooney. Diretor associado: Ivan Cury. Produtor associado: Anne Bower. Nova York, NY: WNDT Educational Broadcasting Network, 1966. 1 fita de vídeo (89 min), VHS, SD, p&b, 1/2 in.

Para saber mais sobre o debate entre globalistas e céticos, consulte: HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Mundo: cabos submarinos de fibra óptica – 2024



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: TELEGEOGRAPHY. **Submarine Cable Map**. Dublin: Aquacomms, [2024]. Disponível em: https://www.submarinecablemap.com. Acesso em: 6 ago. 2024.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Qual é a relação entre a rede de cabos submarinos de fibra óptica e a globalização?
2. Você identifica aspectos benéficos da globalização no seu dia a dia? Se sim, quais?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sugestão

O preço a pagar

Direção: Ramon Térmens. Argentina, 2010. 103 minutos.

Nesse filme ficcional, a trama ocorre em meio a uma grave crise econômica, diretamente relacionada à posição da Argentina na ordem global. O protagonista, Jordi Puigmartí, trabalha como executivo em uma empresa multinacional catalã e enfrenta um momento difícil em sua vida pessoal e profissional. Sua possibilidade de estabilização passa pelo fechamento de um contrato multimilionário na Argentina.

Classificação indicativa de *O preço a pagar*: 14 anos.

A perspectiva cética

Entre os teóricos que defendem a perspectiva cética, estão o italiano Giovanni Arrighi e o brasileiro Teothônio dos Santos. Para os céticos, a globalização é, sobretudo, um discurso ideológico empregado para enfraquecer o Estado e favorecer os interesses das grandes corporações e dos países desenvolvidos, que dominam as principais instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas e a Organização Mundial do Comércio. Esses países e suas empresas seriam, portanto, os principais beneficiários da política de redução do Estado e da liberalização dos fluxos econômicos e comerciais.

Para os céticos, as mudanças econômicas, financeiras e mesmo científico-tecnológicas ocorridas entre as décadas de 1990 e 2020 não alteraram a estrutura das relações internacionais, que continua dividida entre países desenvolvidos e países periféricos e semiperiféricos, os quais transferem riquezas para os mercados centrais.

Além disso, nos países periféricos, as elites locais geralmente se associam ao grande capital, o que facilita a instalação das grandes corporações multinacionais, que exploram a força de trabalho e os recursos naturais pagando salários cada vez mais baixos e utilizando métodos predatórios. As consequências negativas também se revelam em situações extremas, como na exploração do trabalho infantil, no turismo sexual, que usa crianças e adolescentes, e na destruição do meio ambiente.

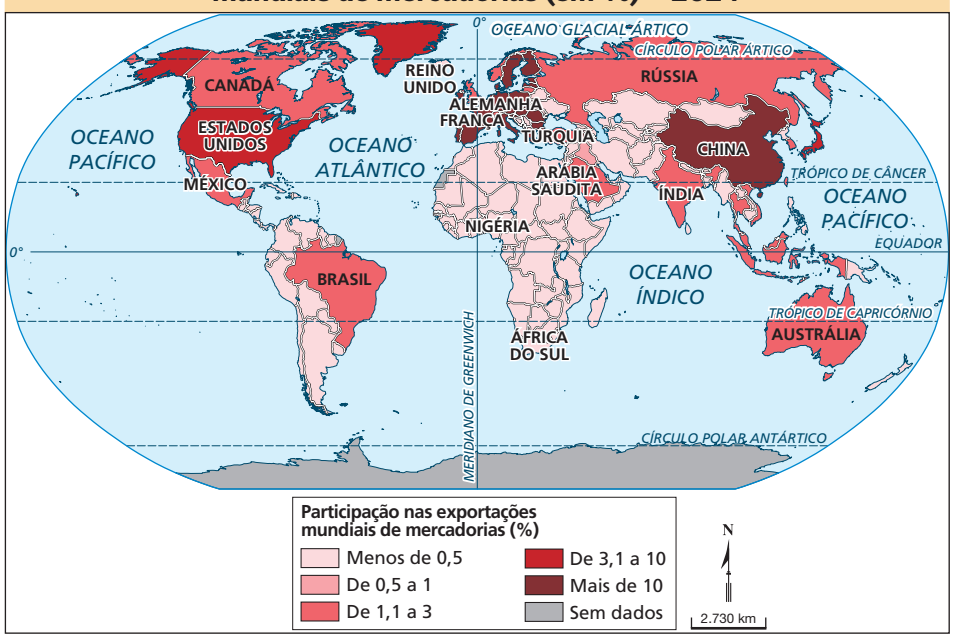
Para o sociólogo libanês Amin Maalouf, outro crítico do globalismo, a globalização foi conduzida principalmente pelos países da Europa e pelos Estados Unidos e está muito distante de atender aos ideais universalistas que ostenta como fundamento. Segundo ele, para integrar-se ao espaço defendido pelo discurso globalista, seria necessário organizar a coexistência, viabilizar o desenvolvimento sustentável e consolidar uma solidariedade global, evitando a dissolução dos grupos identitários locais e a imposição de políticas neoimperialistas, isto é, políticas contemporâneas de dominação sociopolítica, cultural, científico-tecnológica e econômica de uma nação sobre outras.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Identifique as regiões do mundo com maior participação dos países nas exportações mundiais.
2. Em que medida as informações representadas no mapa estão de acordo com a perspectiva cética sobre a globalização? Mobilize também seus conhecimentos de geografia para responder.

Mundo: participação dos países nas exportações mundiais de mercadorias (em %) – 2024



Fonte: WTO. **Trade maps**. Genebra: WTO, [2024]. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/statis_maps_e.htm. Acesso em: 6 ago. 2024.

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Globalização e identidades socioculturais

Nos anos 1990, o cientista político estadunidense Samuel Huntington desenvolveu a tese do **choque de civilizações**. Para o autor, as identidades culturais e religiosas constituem as principais fontes de conflito no mundo contemporâneo. Na contramão daqueles que pensam que o fim da Guerra Fria inauguraria uma época de paz, Huntington defende que os grandes conflitos do século XXI não têm lugar entre as classes sociais, mas entre os povos com diferentes identidades culturais e religiosas.

Nem todos consideram as identidades étnicas, nacionais ou religiosas elementos potencialmente conflitivos. Por isso, a perspectiva defendida por Huntington recebeu muitas críticas. Dois contrapontos a suas ideias foram construídos pelo antropólogo argentino Néstor García Canclini e pelo geógrafo brasileiro Milton Santos.

Globalização como objeto cultural não identificado

Para Néstor García Canclini, a globalização pode ser definida como um "objeto cultural não identificado", uma vez que não há consenso sobre quando esse fenômeno começou nem sobre seu conceito. O autor situa o início da globalização na segunda metade do século XX, compreendendo que ela resulta de dois processos anteriores: o de internacionalização e o de transnacionalização.

A definição de Canclini sobre globalização como "objeto cultural não identificado" foi retirada de: CANCLINI, Néstor García. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

Para ele, a expansão marítima europeia e a abertura comercial da Europa para o restante do mundo constituíram a internacionalização, a qual abriu caminho para a transnacionalização, resultante da criação de empresas independentes dos Estados de origem que atuavam no cenário internacional.

García Canclini afirma que os fluxos comunicacionais, possibilitados pelas tecnologias da informação, forjaram a construção de produtos simbólicos globais – cujos exemplos seriam as telenovelas mexicanas e brasileiras, muito populares em diferentes partes do mundo, além dos filmes de Hollywood – e de diferentes percepções da relação espaço-tempo que caracteriza o atual momento globalizado, marcado pela fragmentação e pela coexistência de múltiplas narrativas. Para ele, a globalização não apenas homogeneíza, mas também fragmenta, desagrega e cria desigualdades, reconfigurando as relações entre cultura, consumo e cidadania de modo nem sempre benéfico.

De acordo com o antropólogo, pode existir outro lado desse processo de globalização, não tão homogeneizador, mas que também se adapta e resiste. Para ele, o acesso a outras expressões civilizacionais pode tanto promover a incorporação de outras referências culturais quanto afirmar a identidade local contra aquilo que se apresenta como padrão global.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

SHAWN THEW/AFP/GETTY IMAGES

Grupos ativistas antiviolência protestam em Washington contra a Guerra ao Terror declarada pelos Estados Unidos após os ataques de 11 de setembro. Fotografia de 2001.

Imagens em contexto

Em 11 de setembro de 2001, a organização fundamentalista islâmica Al-Qaeda organizou uma série de atentados suicidas contra os Estados Unidos. Como contrapartida, os Estados Unidos desencadearam uma campanha militar contra o terrorismo denominada Guerra ao Terror. Para muitos, esse embate confirma a tese de Huntington de que os conflitos étnico-culturais adquirem centralidade no século XXI. Na fotografia, é possível ler cartazes com os dizeres: "Esforços por justiça social unem a nós todos", "Pare o ciclo de violência", "Promova a paz; participe".

Sugestão

Globalização: as consequências humanas

Zygmunt Bauman. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Nessa obra, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman discorre sobre a globalização contemplando todas as suas manifestações: seus reflexos sobre a economia, sobre as estruturas sociais e sobre as percepções contemporâneas de tempo e espaço.

OBJETO DIGITAL

***Podcast*: Reflexos de uma pandemia em um mundo globalizado**

Por uma outra globalização

Também reagindo à lógica belicista de Samuel Huntington, bem como ao sectarismo do pensamento globalista, Milton Santos partiu de evidências sociológicas sobre a distribuição da riqueza e do poder para explicar as desigualdades sociais nos planos internacional e local.

Para o geógrafo, a velocidade com que as notícias circulam globalmente nem sempre se traduz em informação efetiva para as populações. Ele afirma também que a ampliação dos meios técnicos para a realização de viagens pelo mundo é um benefício desfrutado sobretudo pelos que têm dinheiro. Logo, para Santos, o mercado global tem crescentemente promovido o consumismo e demarcado as diferenças regionais. Além disso, desinformação, pobreza, desemprego, incapacidade de exercer a cidadania, disputas étnicas e movimentos separatistas são fenômenos cada vez mais comuns no planeta e revelam a fragilidade da visão globalista.

A crítica ao globalismo proposta por Milton Santos foi acompanhada de uma reflexão acerca de "outra globalização", pois as bases técnicas e tecnológicas que favorecem os aspectos negativos do capitalismo internacional podem promover uma globalização mais humana. O autor reconhece que o desenvolvimento científico e tecnológico não conduz necessariamente a efeitos perversos, evidenciados por desigualdades e violações dos direitos humanos. Para ele, é possível identificar os potenciais democráticos e libertários que um uso alternativo da capacidade tecnológica e cultural da humanidade pode proporcionar. Isso ocorre, segundo ele, com:

- a inter-relação crescente de povos, culturas e costumes, a fim de promover outra combinação de filosofias e pensamentos, podendo afastar a exclusividade do racionalismo europeu na construção das "verdades" do mundo;
- a concentração de pessoas em cidades e metrópoles, que possibilita a convivência das diferenças e intensifica essas trocas e a produção de ideias e de ações novas segundo o que se denomina sociodiversidade;
- a emergência da cultura popular, que se apropria dos meios da cultura de massa e imprime valor estético e cultural a um espaço antes ocupado pela lógica do mercado, podendo abrir espaço para outra globalização.

Esses fenômenos poderiam promover a sobrevivência e o revigoramento das identidades culturais e das relações locais, abrindo a possibilidade do uso dos avanços tecnológicos em benefício da humanidade.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Descreva os elementos visuais e verbais presentes na charge.
2. Explique a crítica feita pelo autor da charge ao processo de globalização.
3. Relacione a charge à teoria de Milton Santos.

Festa da globalização, charge de Moisés Carvalho, 2013.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Pequeno balanço sobre a globalização: o que dizem os diferentes atores?

Como você estudou, a globalização recebe avaliações favoráveis e contrárias. No âmbito internacional, dois fóruns diferentes de debate reúnem periodicamente líderes e organizações para discutir o fenômeno da globalização: o Fórum Econômico Mundial, favorável ao processo, e o Fórum Social Mundial, crítico da globalização.

- **Fórum Econômico Mundial**. O Fórum Econômico Mundial foi fundado em 1971 e é hoje realizado anualmente em Davos, na Suíça. No evento, reúnem-se executivos de grandes instituições empresariais, líderes políticos de países desenvolvidos, acadêmicos, figuras públicas e imprensa para debater questões de abrangência global, como política, economia, imigração e meio ambiente.

  O fórum é financiado por cerca de mil empresas-membros, e a participação na reunião ocorre por meio de convite. Em 2022, entre os principais temas estavam o futuro da globalização, a questão da Amazônia e a guerra russo-ucraniana. Outros temas sensíveis, como desenvolvimento e integração energética, também estiveram em pauta. Oficialmente, os integrantes assumem um compromisso com a melhora da situação mundial.

- **Fórum Social Mundial**. Em contraposição ao Fórum Econômico Mundial, foi fundado o Fórum Social Mundial, que se reuniu pela primeira vez em 2001, na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Nele, representantes de organizações e movimentos sociais de diversos países defenderam outra globalização, ou seja, um modelo alternativo de organização econômica, política e social, devido à percepção do esgotamento do modelo neoliberal. Desde então, o evento tem ocorrido anualmente ou de dois em dois anos em diferentes locais.

  Em 2005, o Fórum Social Mundial lançou, como alternativa ao Consenso de Washington, o Consenso de Porto Alegre, um manifesto com propostas para uma globalização que ofereça autonomia às pessoas e aos povos, com justiça e democracia.

  O Fórum Social Mundial tem ampliado a discussão de temas como as desigualdades e a violência sofrida pelas mulheres e pela população negra, os conflitos envolvendo povos indígenas, o racismo, a intolerância, a homofobia e a injustiça ambiental.

A menção a "capitalismo criativo" foi retirada de: KINSLEY, Michael. (org.). **Capitalismo criativo: o que grandes líderes como Bill Gates, Martin Wolff e outros falam sobre os passos da nova economia global**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

DENIS BALIBOUSE/REUTERS/FOTOARENA

Quinquagésima quarta reunião anual do Fórum Econômico Mundial, em Davos, Suíça. Fotografia de 2024. Da esquerda para a direita: Francine Lacqua, editora-chefe da Bloomberg Television; Tharman Shanmugaratnam, presidente de Cingapura; Mohammed Al-Jadaan, Ministro da Economia da Arábia Saudita; Christine Lagarde, presidente do Banco Central Europeu; David Rubenstein, membro do Conselho de Administração do Fórum Econômico Mundial; Christian Lindner, Ministro da Economia da Alemanha; e Ngozi Okonjo-Iweala, diretora-geral da Organização Mundial do Comércio.

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL

Laudijane Domingos (no centro, à esquerda, de turbante vermelho), presidenta da União Brasileira de Mulheres de Pernambuco, participa do painel *Por um Brasil feminista e antirracista* do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Fotografia de 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A formação de blocos econômicos e a integração regional

Desde meados do século XX, a integração entre países em graus variados resultou na formação de **blocos econômicos**, e o diálogo econômico implicou também integração política. Um bloco econômico é um acordo entre governantes de países para diminuir impostos nas transações comerciais entre os membros e impulsionar a economia de todos. A formação desses blocos é uma importante modalidade de organização do sistema internacional.

Dos pontos de vista político e jurídico, a integração é um ato soberano do Estado. No entanto, a união de países com pesos econômicos diferentes, que passam a assumir posições e compromissos comuns, pode conduzir a certo grau de perda de soberania ou, pelo menos, de autonomia de alguns deles.

Para alguns analistas, as políticas de redução de barreiras comerciais entre países são etapas prévias para um mundo de fato globalizado. Outros afirmam que políticas de integração são reações dos países aos efeitos nocivos da globalização.

Os blocos econômicos podem ser classificados em zona de livre-comércio, união aduaneira, mercado comum e união econômica e monetária. Entre os principais blocos de países com objetivo de integração econômica e social, podem ser citados a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico, desde 1989; a União Europeia, desde 1993; e, desde 2020, o acordo Estados Unidos-México-Canadá, que segue a mesma composição da antiga Área de Livre-Comércio da América do Norte, mas com diferentes regras.

Destaca-se, nesse contexto, o **Mercado Comum do Sul (Mercosul)** como zona de livre-comércio e integração entre países da América do Sul. O bloco foi criado em 1991 e em 2024 integrava Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, com a Venezuela formalmente suspensa do bloco. Dos pactos integracionistas que contam com a presença do Brasil, esse é um dos eixos que marcam a política externa brasileira.

Uma atividade paralela que marcou a história do Mercosul desde 2006 foi a realização de encontros de movimentos sociais na chamada Cúpula Social do Mercosul. Com participação de representantes de movimentos de mulheres, negros, camponeses e indígenas, a Cúpula Social chama a atenção para a necessidade de inclusão de grupos minoritários nos debates do bloco.

Os processos de **integração regional** com base em blocos motivam a crença de que a relação econômica facilitada entre países possibilita o crescimento econômico e a melhora da qualidade de vida, mas nem sempre isso é possível. Muitas vezes, a integração regional contempla economias distintas, e países com menor grau de desenvolvimento tendem a perder espaço na concorrência comercial, o que prejudica as finanças de suas empresas e a vida dos cidadãos, particularmente dos mais vulneráveis.

Sextagésima Reunião Ordinária de Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, em Luque, no Paraguai. Fotografia de 2022.

CESAR OLMEDO/REUTERS/FOTOARENA

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Integração: redistribuição de poder

Com base no debate sobre integração, é possível compreender melhor a formação de blocos regionais e a dissolução de fronteiras no contexto da globalização. A integração e a globalização transformam as relações entre países. O processo de integração regional começou a ser realizado para agregar o poder dos agentes internacionais de determinada área geográfica em torno de interesses comuns e distribuir o poder entre os diferentes Estados soberanos.

Uma das consequências dessa redistribuição de poder foi a mudança na compreensão dos direitos. O Estado nacional, na modernidade, definia os direitos de seus cidadãos, que, em uma primeira abordagem, estavam reduzidos às fronteiras nacionais. Porém, com os processos de integração regional, os direitos passaram a ser definidos no âmbito do Estado e no âmbito internacional. No âmbito internacional, ficaram consolidados como direitos humanos.

Somada aos conflitos políticos, a competição econômica também exibe uma faceta negativa. O consumo, e não a cidadania, torna-se medida de inclusão social. A competição mediada pelo mercado e pela indústria cultural elimina ou reduz os mecanismos de proteção social, o que pode ter consequências como fome, pobreza, doenças e educação de baixa qualidade.

Nessa perspectiva, no processo de integração os Estados se reúnem, motivados por interesses, para se defender de uma ameaça comum. As decisões são tomadas de acordo com a soberania de cada país. Esse procedimento pode ser chamado de **intergovernamentalismo**: os Estados governam com base em princípios definidos em uma esfera supranacional que não desautoriza nem contraria os princípios nacionais de nenhum deles. Assim, o regionalismo pode ser interpretado como sinônimo de integração.

Um exemplo de medida nacional não desautorizada em nível regional foi a política de controle de fronteira adotada pelo presidente estadunidense Donald Trump, que causou polêmica em 2018 por ter levado ao encarceramento crianças imigrantes no estado do Texas. Situações como essa revelam que a realidade da globalização não corresponde ao mito da cidadania global e do mundo sem fronteiras.

Os limites à entrada de imigrantes e as concomitantes políticas restritivas não são as únicas medidas de segregação espacial existentes hoje. Mesmo em grandes centros urbanos ou no deslocamento campo-cidade, persistem antigas formas de segregação, enquanto outras são criadas. O alto custo do transporte, por exemplo, é um elemento que pode excluir muitas pessoas dos benefícios dos modernos meios de mobilidade.

BRYAN SMITH/ZUMA WIRE/SHUTTERSTOCK

Muro separando a cidade de Nogales, no Arizona, Estados Unidos, na fronteira com Nogales, no México. Fotografia de 2020.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Qual é a contradição de uma ordem global pautada em uma esfera supranacional que estabelece regras e define direitos mas não desautoriza nem contraria os princípios nacionais dos países?
2. Além do exemplo citado no texto, dê outros exemplos dessa contradição.

Imagens em contexto

O muro que separa a fronteira entre os Estados Unidos e o México começou a ser construído pelos Estados Unidos em 1994 para impedir a entrada de imigrantes ilegais em território estadunidense. Na atualidade, com quilômetros de extensão e um complexo sistema de vigilância, ele é tido como um símbolo da permanência da segregação espacial no mundo globalizado.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Deslocamento global e direitos humanos

Embora os processos de integração regional visem diminuir barreiras comerciais ou culturais em sua área de influência, as fronteiras ainda são muito rígidas quando se trata de imigrantes, sobretudo os oriundos de países da África, da Ásia ou da América Latina. No entanto, elas são livres para a circulação de mercadorias.

Para o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, a mobilidade é uma das novas formas de distinção social. Segundo ele, o mundo está se tornando cada vez mais polarizado e, ao mesmo tempo, economicamente integrado. De acordo com Bauman, a mobilidade tornou-se o fator de estratificação mais poderoso e cobiçado pelas pessoas que têm o capital necessário para o investimento. Não é difícil perceber que um grande empresário tem mais e melhores meios de mobilidade que seu empregado. Mas, para Bauman, essa possibilidade de deslocamento tornou-se um elemento fundamental para distinguir classes sociais, não só pelos meios com os quais elas se deslocam, mas também pelas restrições e segregações espaciais que isso acarreta.

Muitos estudos sobre globalização apresentam dados e análises sobre fluxos migratórios. Em geral, eles indicam um movimento "periferia-centro", evidenciando que há um "centro" no capitalismo global, para onde muitos vão em busca de melhores salários: países da Europa, Estados Unidos e Japão.

O debate sobre os refugiados também ganha enorme importância quando envolve questões referentes aos direitos humanos. Segundo o relatório *Tendências globais: deslocamento forçado em 2021*, produzido pelo Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, o número de pessoas deslocadas por guerras, perseguições e outras violações sistemáticas aos direitos humanos alcançou 89,3 milhões em 2021, 8% superior ao número aferido em 2020 e mais do que o dobro em relação ao verificado dez anos antes. De todas as pessoas refugiadas e deslocadas à força, cerca de 20% delas estão nas Américas.

Conforme a Agência Brasil, órgão de comunicação oficial do governo brasileiro, entre janeiro de 2017 e março de 2022 o país recebeu 325.763 venezuelanos, que aqui permaneceram, sendo que muitos cidadãos da Venezuela deslocam-se também para a Colômbia, o Peru e países vizinhos. Há também o drama dos haitianos, cujos deslocamentos são constantes para vários países da região, inclusive o Brasil.

Além desses deslocamentos, a América Latina registra diferentes fluxos migratórios por razões sociais e econômicas. Nesse caso, muitos latino-americanos, em particular os mais jovens, em plena capacidade produtiva, migram para a Europa e, principalmente, para os Estados Unidos.

REYNESSON DAMASCENO/PHOTO PRESS/FOLHAPRESS

Imigrantes e refugiados sendo recebidos pela Operação Acolhida, em Boa Vista, Roraima, que oferece interiorização, cursos de capacitação, aula de português e atendimento médico. Fotografia de 2023.

Os dados sobre deslocamentos forçados foram retirados de: BRASIL, Cristina Indio do. Acnur: deslocamento forçado atinge 89,3 milhões de pessoas em 2021. **Agência Brasil**, Brasília, 16 jun. 2022. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-06/acnur-deslocamento-forcado-atinge-893-milhoes-de-pessoas-em-2021. Acesso em: 6 ago. 2024.
Os dados sobre deslocamentos de venezuelanos na América Latina foram retirados de: DOURADO, Carolina; BITTENCOURT, Gracielly. Brasil é o quinto país mais buscado por imigrantes venezuelanos. **Agência Brasil**, Brasília, 30 abr. 2022. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/brasil-e-o-5o-pais-mais-buscado-por-imigrantes-venezuelanos. Acesso em: 6 ago. 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Cidadania e direitos humanos

Uma sociedade será mais democrática à medida que os direitos de cidadania se ampliarem para uma quantidade cada vez maior de indivíduos. Nesse sentido, qual é o critério utilizado para definir o grau de expansão da cidadania em uma sociedade?

Cidadania

Com base na trajetória histórica inglesa, o sociólogo Thomas Humphrey Marshall estabeleceu uma divisão dos direitos de cidadania em três estágios.

O primeiro estágio é o da conquista de **direitos civis**, expressos na garantia das liberdades individuais, como a possibilidade de pensar e de se expressar, a garantia de ir e vir e o acesso à propriedade privada. A conquista desses direitos, influenciada pelas ideias iluministas, resultou da luta contra o absolutismo monárquico. Esse processo teve como resultado o advento da isonomia, ou seja, da igualdade jurídica entre as pessoas.

O segundo estágio é o dos **direitos políticos**, ou seja, dos que tornam possível a participação civil nas diversas relações de poder presentes em uma sociedade, como escolher representantes ou candidatar-se. Em sua luta por melhores condições laborais, os trabalhadores utilizam mecanismos propiciados pela democracia – por exemplo, a organização de partidos e sindicatos.

Por fim, o terceiro estágio corresponde aos **direitos sociais**, essenciais para a construção de uma vida digna, tendo por base padrões de bem-estar socialmente estabelecidos. Para conquistar direitos sociais, como educação, saúde, lazer e moradia, os cidadãos lutam por melhorias no sistema educacional e de saúde pública, pela criação de áreas de lazer, pela seguridade social etc.

Por ter como referência a trajetória histórica inglesa, a tipologia cronológica construída por Marshall recebeu críticas ao ser aplicada como modelo universal, pois questionou-se a possibilidade de transpor o modelo inglês para a análise da realidade de outros países.

E o que define hoje um cidadão? De acordo com Thomas Humphrey Marshall, **cidadão** é aquele que exerce seus direitos civis, políticos e sociais de maneira efetiva. Percebe-se, porém, que o conceito de cidadania está em permanente construção, pois a humanidade mantém-se em luta por mais direitos, mais liberdade e garantias individuais e coletivas.

A ideia de direitos tem como contrapartida a de deveres, pois os direitos de um indivíduo são condicionados ao cumprimento de seus deveres. O Estado, por sua vez, tem o dever de garantir os direitos humanos, protegendo os cidadãos contra violações, até mesmo por parte do próprio Estado. Diversos grupos sociais, como o das mulheres, muitas vezes têm seus direitos ignorados ou minimizados pela sociedade e pelo Estado.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CESAR DINIZ/PULSAR IMAGENS

Manifestação da Frente de Luta por Moradia durante o Vigésimo Oitavo Grito dos Excluídos, em São Paulo, capital. Fotografia de 2023.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Que direito é reivindicado na manifestação retratada? Trata-se de qual tipo de direito?
2. Debata com os colegas: considerando a vivência de vocês no município onde vivem, como avaliam a garantia de direitos pela população? Apresentem argumentos com base em suas próprias experiências.

Direitos humanos

A ideia de direitos humanos como algo extensivo a todos os indivíduos consolidou-se após a Segunda Guerra Mundial, diante das barbaridades ocorridas durante esse conflito. Em 10 de dezembro de 1948, a Organização das Nações Unidas aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que teve como base os direitos essenciais à vida e à liberdade e o reconhecimento da pluralidade como meio de combater ações discriminatórias.

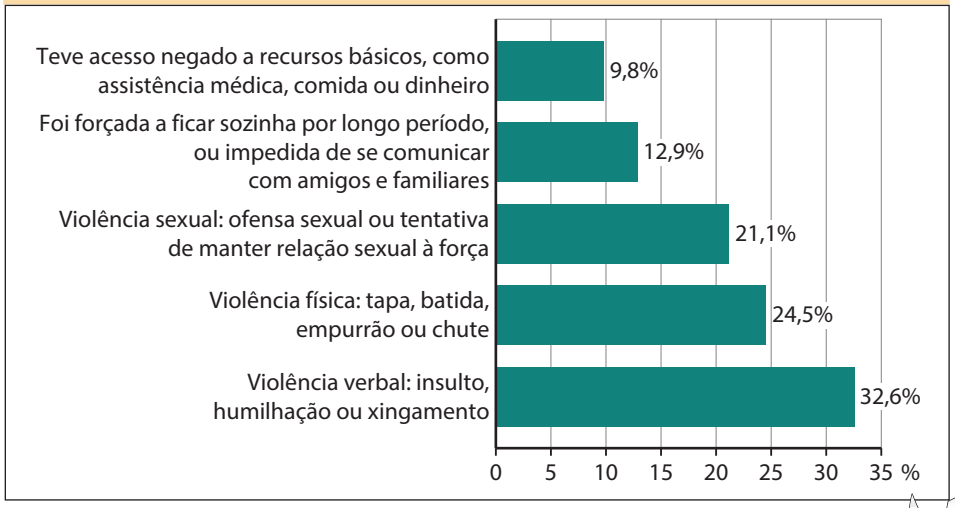
Uma série de tratados internacionais e de outros instrumentos adotados desde 1945 expandiu o alcance do direito internacional sobre os direitos humanos: a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (1948), a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979), a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), entre outras.

Os direitos humanos são valores que visam ao respeito mútuo em detrimento dos privilégios de determinados grupos. Uma das características básicas dos direitos humanos é o estabelecimento de que a injustiça e a desigualdade são intoleráveis.

É preciso perceber que, no processo histórico de afirmação dos direitos humanos, os indivíduos não são apenas beneficiários, mas também autores responsáveis pela construção e pela reivindicação da expansão e da garantia deles. As lutas por igualdade e liberdade ampliaram os direitos políticos e abriram espaços para a reivindicação dos direitos sociais, dos direitos das minorias e do direito à segurança planetária, simbolizado pelas lutas ecológicas e contra as armas nucleares. Já as lutas populares por participação política ampliaram os direitos civis: o de opor-se à tirania, à censura e à tortura; o de fiscalizar o Estado por meio de associações, sindicatos ou partidos políticos; e o de ter acesso à informação sobre as decisões governamentais.

A divisão entre direitos civis, políticos e sociais não deve, contudo, nos levar a considerar secundária uma característica intrínseca aos direitos humanos: sua indivisibilidade. Isso equivale a afirmar que os direitos não podem ser exercidos de maneira parcial: todas as pessoas devem ter todos esses direitos respeitados. De acordo com a Declaração e Programa de Ação de Viena, de 1993, os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados; portanto, devem ser tratados de modo global, justo e equitativo. Embora as características específicas de local, contexto e cultura precisem ser levadas em consideração, é dever do Estado promover e garantir os direitos humanos de maneira integral, independentemente do sistema político, econômico e cultural.

Brasil: violência contra a mulher, por tipo de violência provocada por namorado, marido, parceiro íntimo ou ex-parceiro ao longo da vida (%) – 2021



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: DATAFOLHA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e invisível**: a vitimização de mulheres no Brasil. 4. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. p. 16.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Qual é a relação entre os dados do gráfico e os direitos humanos?
2. Considerando a existência de diversos tratados internacionais que declaram que todas as pessoas devem ter seus direitos respeitados, como os dados do gráfico podem ser interpretados?
3. Debata com os colegas ações que podem ser tomadas para a superação dessa realidade.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Democracia, cidadania e direitos humanos no Brasil

O sistema político brasileiro preenche, formalmente, os requisitos mínimos de uma poliarquia, ou seja, de um sistema democrático em que a representatividade é conquistada em eleições, com ampla participação política e concorrência pelos cargos eletivos. Esse sistema implica disputa pelo poder, tolerância à diversidade de opiniões e oposição política.

No entanto, percebe-se que essa estrutura formal não garante a democratização dos recursos produzidos pela sociedade brasileira, como bens, direitos e serviços básicos proporcionados pelo Estado. Por isso, é essencial compreender que a questão democrática vai além do estabelecimento das regras formais que caracterizam esse tipo de regime.

A estruturação dos direitos de cidadania no Brasil esteve constantemente vinculada aos interesses das elites socioeconômica e política e poucas vezes foi resultado da participação popular. Com base nessa constatação, o historiador José Murilo de Carvalho desenvolveu a teoria de que vivemos uma "**estadania**". De acordo com ele, a construção da cidadania no Brasil inverteu a ordem cronológica apontada por Thomas Humphrey Marshall, uma vez que, primeiramente, foram estabelecidos os direitos sociais, sendo depois ampliados gradualmente os direitos políticos, e, por último, implementados os direitos civis. Essa inversão criou a percepção entre os brasileiros de que o Estado é mais importante que a sociedade.

Sem que o poder estivesse democratizado, o Estado, liderado pelo Poder Executivo, alavancou o processo de construção da cidadania nesse modelo feito de cima para baixo, estabelecendo um padrão de relação com a sociedade baseado em trocas clientelistas. Essa cultura estatista, segundo a análise de Carvalho, induz os cidadãos a perceber seus direitos como concessões ou benefícios oferecidos pelo Estado, desestimulando a participação e o fortalecimento da representação política por outras vias. Para o autor:

> Uma consequência importante é a excessiva valorização do Poder Executivo. Se os direitos sociais foram implantados em períodos ditatoriais, em que o Legislativo ou estava fechado ou era apenas decorativo, cria-se a imagem, para o grosso da população, da centralidade do Executivo. O governo aparece como o ramo mais importante do poder, aquele do qual vale a pena aproximar-se. [...] Essa orientação para o Executivo reforça longa tradição portuguesa, ou ibérica, patrimonialismo. O Estado é sempre visto como todo-poderoso, na pior hipótese como repressor e cobrador de impostos; na melhor, como um distribuidor paternalista de empregos e favores. A ação política nessa visão é sobretudo orientada para a negociação direta com o governo, sem passar pela mediação da representação. [...]. Essa cultura orientada mais para o Estado do que para a representação é o que chamamos de "estadania", em contraste com a cidadania.

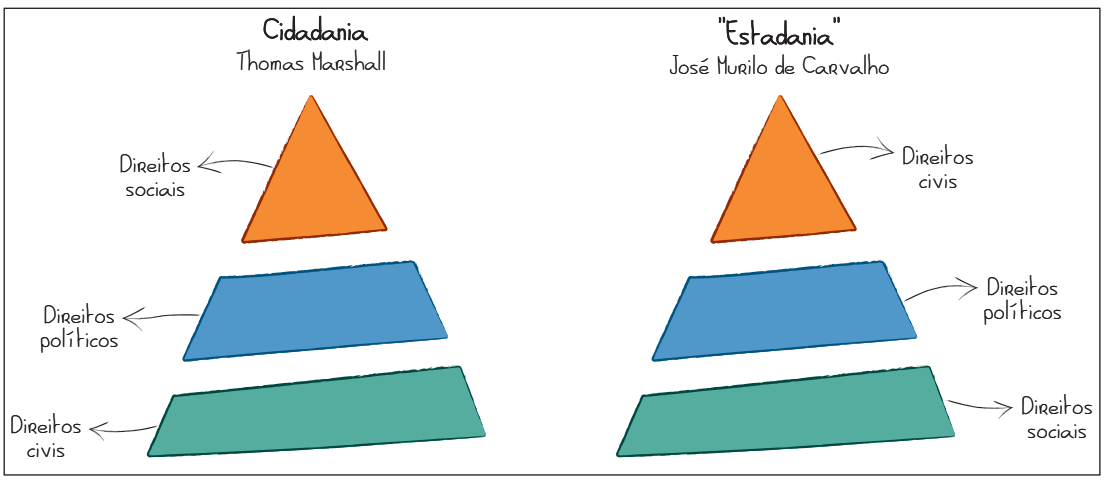
CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 221.

ODS 16

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA



Fonte: CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Cidadania regulada

O conceito de **cidadania regulada** é utilizado pelo cientista político Wanderley Guilherme dos Santos para identificar a concessão dos direitos por parte do Estado como uma maneira de mediar possíveis conflitos entre classes: segundo ele, o Estado controla os grupos sociais por meio de práticas regulatórias, as quais variam entre o aumento da participação (proporção de indivíduos que têm acesso aos direitos) e a redução da liberalização (capacidade das instituições sociais de garantir a consolidação dos direitos).

Participação social e conquista de direitos

Em contraste com essas análises, também é possível identificar, na história do país, alguns momentos em que as mobilizações políticas ganharam destaque, em geral tendo como referência a luta por direitos sociais e liberdade. Durante a ditadura civil-militar (1964-1985), período em que a censura e a tortura, bem como os assassinatos cometidos, significaram ações avessas aos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, movimentos populares e sindicais do campo e da cidade reivindicaram a distribuição justa dos bens produzidos pelos trabalhadores e mais participação social nas decisões sobre os rumos do país.

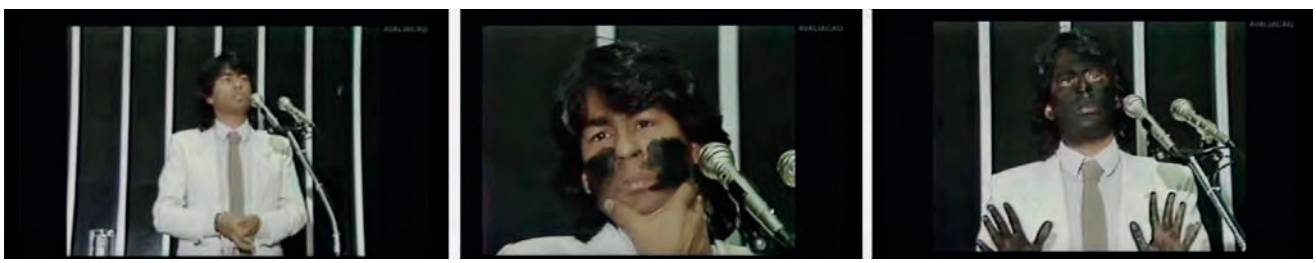
Em meio ao processo de redemocratização, em 1988 foi promulgada a Constituição Federal, que contou com destacada participação social em sua elaboração e incorporou diversas reivindicações populares, sobretudo no que se refere a liberdades civis e políticas.

OBJETO DIGITAL Carrossel de imagens: Manifestações por direitos no Brasil

A Constituição de 1988 incorporou também a previsão de um conjunto de direitos sociais, tais como saúde, educação, moradia, trabalho e previdência social. No que tange aos direitos dos povos indígenas, reconheceu sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, além de prever a posse permanente e imprescritível das terras tradicionalmente ocupadas por essa população, determinando a necessidade de demarcação. Estabeleceu também a necessidade de consulta prévia às comunidades antes da execução de obras ou projetos que possam afetar suas terras.

Quanto às populações quilombolas, a demarcação de terras também foi assegurada, por meio de Disposições Constitucionais Transitórias – um conjunto de normas provisórias para regular a transição para a nova ordem constitucional. Essas normativas asseguraram às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade definitiva sobre as terras que ocupavam, atribuindo ao Estado a responsabilidade de emitir a titulação. A Constituição previu ainda o direito dessas populações à preservação da sua cultura e tradições, reconhecendo como patrimônio cultural brasileiro seus modos de criar, fazer e viver.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



REPRODUÇÃO/TV CÂMARA

Líder político indígena Ailton Krenak na Assembleia Constituinte, em Brasília, Distrito Federal. Fotografia de uma cena do vídeo do discurso em 1987.

Imagens em contexto

Como gesto simbólico para chamar a atenção para o fato de que os direitos sociais dos povos indígenas não eram assegurados, Ailton Krenak, enquanto discursava, aplicou no rosto tinta preta, aludindo à de jenipapo, geralmente usada pelos Krenak em situações de luto.

Cidadania formal e cidadania real

Em ciência política, denomina-se **democracia semidireta** um regime representativo (característica de uma democracia indireta) em que há formas de participação direta do povo. A socióloga Maria Victoria Benevides caracteriza como democracia semidireta as formulações institucionais presentes na Constituição de 1988. A finalidade do modelo participativo de democracia proposto na Constituição não é "substituir" o sistema representativo, mas possibilitar a conscientização social, essencial à efetivação da cidadania, que só é possível com a participação política permanente, plena e ativa de todos os cidadãos. Contudo, a constituição apresenta muitas limitações, sobretudo no que se refere às dimensões social e econômica, nas quais residem os principais obstáculos à construção e à concretização dos direitos humanos e da cidadania na vida social do país.

Em razão disso, pode-se afirmar que no Brasil há uma grande diferença entre a **cidadania formal** e a **cidadania real**. A cidadania formal é a que está presente nas leis, sendo imprescindível para a garantia da liberdade e dos direitos individuais. Sem ela, a população permanece à mercê da vontade de qualquer grupo dominante. Ela garante, portanto, a igualdade de todos perante a lei.

A cidadania real, aquela do dia a dia, é marcada no Brasil, porém, pela situação de desigualdade, que prevalece em todas as dimensões da sociedade. Assim, apesar da luta de diferentes segmentos sociais, principalmente aqueles ligados às minorias, a maioria da população brasileira tem, em seu cotidiano, os direitos desrespeitados.

Portanto, pode-se dizer que o Brasil ainda não é uma nação democrática, mas uma democracia em construção. O rumo e o alcance que ela terá dependerão tanto da participação da população brasileira, em especial da juventude, quanto da luta contra o movimento autoritário que ameaça os avanços democráticos conquistados desde o final da década de 1980.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

© MÁRCIO MALTA

A *Constituição garante direito à moradia*, charge de Márcio Malta, 2014.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Descreva a cena da charge.
2. Relacione a charge aos conceitos de cidadania formal e cidadania real.

ODS 11

Sugestão

Cidadã de segunda classe

Buchi Emecheta. Porto Alegre: Dublinense, 2018.

O romance trata da história de Ada, que, na Nigéria dos anos 1960, luta contra todo tipo de opressão. Por causa disso, ela e os filhos acabam migrando para Londres, onde crê que terá uma vida melhor, com mais independência. Mas lá, além de racismo e xenofobia, que até então Ada não conhecia, precisa enfrentar a dominação do marido e a violência doméstica, o que a faz perceber que o que se espera de cidadãos de segunda classe é apenas submissão.

Para quem são os direitos no Brasil?

Desde o final da ditadura civil-militar no país, em 1985, vivemos um **Estado democrático de direito**. Portanto, o respeito às liberdades civis, aos direitos humanos e às garantias fundamentais deve ser constante no cotidiano da sociedade. Em seu livro *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, porém, o historiador José Murilo de Carvalho cita uma série de fatos registrados nas últimas décadas para demonstrar que entre a cidadania formal e a cidadania real há uma grande diferença.

> Em 1992, a polícia militar paulista invadiu a Casa de Detenção do Carandiru para interromper um conflito e matou 111 presos. Em [1993], policiais mascarados massacraram 21 pessoas em Vigário Geral, no Rio de Janeiro. Em [1993], em pleno centro do Rio de Janeiro, em frente à Igreja da Candelária, sete menores que dormiam na rua foram fuzilados por policiais militares. [Em 1996], em Eldorado do Carajás, policiais militares do Pará atiraram contra trabalhadores sem-terra, matando 19 deles. Exceto pelo massacre da Candelária, os culpados dos outros crimes não foram até hoje condenados. No caso de Eldorado dos Carajás, o primeiro julgamento absolveu os policiais.
>
> CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 214.

Em todos os episódios relatados, havia uma semelhança: os mortos eram cidadãos pobres, marginalizados e representantes de grupos sociais que constantemente têm seus direitos violados. Nessas ocorrências, os agentes da violação dos direitos representavam o Estado, que deveria garantir o respeito aos direitos dos cidadãos.

O sociólogo Ignacio Cano, coordenador do Laboratório de Análise de Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, afirma que o Brasil convive com altos níveis de impunidade, violência e desrespeito aos direitos humanos.

O historiador e o sociólogo constatam aquilo que os moradores de comunidades de periferias e das áreas rurais sabem há tempos: os direitos no Brasil são seletivos. Direitos humanos de acesso a educação, saúde, segurança pública, moradia e outros estão disponíveis apenas para uma parcela da população.

Carvalho afirma que no Brasil a cidadania é hierarquizada, havendo uma minoria que tem acesso a todos os direitos previstos na cidadania formal e, além disso, em determinadas situações, por causa de seu poder financeiro, coloca-se de forma que a lei não a atinge. Em contrapartida, há, segundo Carvalho, os "cidadãos de segunda classe", que só alcançam a cidadania por meio de muitas lutas. Como consequência, nessa sociedade, a cidadania plena é um sonho distante para a maioria das pessoas.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Na campanha divulgada no cartaz, quem são os cidadãos de primeira e os de segunda classe?
2. Que outras desigualdades podem ser identificadas no Brasil quanto ao acesso a direitos?

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

Cartaz da campanha Assistentes Sociais no Combate ao Racismo, promovida pelo Conselho Federal de Serviço Social e pelos Conselhos Regionais de Serviço Social, 2019.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Movimentos sociais e democracia

A construção de uma sociedade democrática passa pela correspondência entre a cidadania formal e a cidadania real e só pode ser estabelecida com medidas que garantam o respeito aos direitos por meio tanto de ações da sociedade civil quanto de políticas públicas.

A luta pelo respeito aos direitos humanos ocorre porque grupos e pessoas articulam-se, organizam-se e mobilizam-se para atingir objetivos e interesses comuns. Assim, o tema dos movimentos sociais está diretamente relacionado com a cidadania e a democracia.

O que é um **movimento social** e qual é sua relação com a cidadania? Em geral, as pessoas consideram os movimentos sociais apenas de um ponto de vista: o das reivindicações. Já os estudiosos do assunto levam em conta diversas dimensões dos movimentos: crenças, valores, objetivos, estratégias, história e diferenças internas, bem como suas ações e práticas sociopolíticas.

A história dos movimentos sociais envolve a trajetória de grupos, em geral desprivilegiados, que se organizam para criar, alterar ou ampliar direitos sociais, civis, políticos ou de nova geração.

Os movimentos sociais são organizados de diversas formas e em diversas escalas, atuando por meio de protestos e de ações públicas, a fim de modificar o entendimento da sociedade e do Estado sobre determinado tema ou assunto. Eles promovem ações coletivas com o objetivo de manter ou de mudar uma situação. Em geral, envolvem confronto político e têm relação de oposição ou de parceria com o Estado. São, portanto, uma poderosa força de mudança social, que pode ser exercida "de baixo", por meio de atividades construídas por pessoas comuns, ou mesmo por grupos sociais de destaque, como intelectuais, artistas e figuras públicas em graus diversos de associação. Os movimentos sociais são a forma como a sociedade civil organizada atua politicamente na sociedade.

Imagens em contexto

Essa mobilização foi realizada em mais de catorze estados brasileiros, em 24 de agosto de 2023, pelo fim da violência policial contra pessoas negras. O ato também pedia justiça por Bernadete Pacífico, assassinada devido à sua luta pelos direitos dos quilombolas, e ocorreu no dia 24 de agosto em homenagem ao abolicionista Luís Gama, falecido na mesma data no ano de 1882.

BRUNO SANTOS/FOLHAPRESS

Ato nacional pelo fim da violência policial, em São Paulo, capital. Fotografia de 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Movimentos sociais como objeto de estudo

Sugestão

História preta - Temporada Malcolm & Martin

Produção: B9. Brasil, 2022. 7 episódios, 30-40 minutos cada.

A partir da reconstituição da trajetória das lideranças Martin Luther King Jr. e Malcolm X, a temporada aborda a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos nas décadas de 1950 e 1960.

Imagens em contexto

Em 28 de agosto de 1963, mais de 250 mil pessoas participaram da Marcha sobre Washington em defesa dos direitos civis da população afro-americana pressionando o governo pelo fim da segregação racial. A manifestação culminou no discurso *Eu Tenho um Sonho* de Martin Luther King Jr., que verbalizou os anseios de liberdade, justiça e igualdade racial.

Ao longo da história, os movimentos sociais foram estudados de diferentes maneiras. Nos anos 1950 e em parte dos anos 1960, por exemplo, predominaram os estudos baseados na perspectiva funcionalista, na qual prevalecia a ideia de que mudanças repentinas ou situações de conflito indicavam um problema para a ordem social. Assim, os movimentos sociais eram considerados principalmente reflexo de situações indesejáveis e indicadores de uma crise dos laços que sustentavam e mantinham unidos os indivíduos na sociedade.

Outra corrente de análise dos movimentos sociais, predominante na Europa durante o século XX, fundamentava-se na perspectiva marxista. Desse ponto de vista, a trajetória dos movimentos era interpretada à luz dos conceitos de classe social e de luta de classes. Esses conceitos envolviam uma explicação histórica e estavam compreendidos na análise contemporânea sobre o desenvolvimento do capitalismo.

Uma terceira vertente de análise dos movimentos sociais foi desenvolvida pelo sociólogo francês Alain Touraine. Para ele, um movimento social passa a existir quando envolve um número de pessoas representativo da sociedade, tem duração temporal e um grau de compartilhamento identitário. Além disso, deve ter três elementos fundamentais – o princípio da identidade, o da oposição e o da totalidade –, gerando uma "consciência coletiva". A principal característica das "ações sociais coletivas" promovidas pelos movimentos sociais, segundo ele, é a busca pela transformação social.

Os estudiosos das diferentes estruturas dos movimentos sociais identificados em meados do século XX (sob o impacto recente da Segunda Guerra Mundial) preocupavam-se em entender as possibilidades de transformação de uma sociedade, o que ocorreria, de acordo com eles, por meio de reformas políticas e sociais ou de uma revolução.

Em meados dos anos 1960, as manifestações pelos direitos civis nos Estados Unidos e a eclosão de rebeliões estudantis em países da Europa e de outros continentes mudaram o cenário e ampliaram o campo de atuação dos movimentos sociais, bem como a maneira de estudá-los.

A história será sempre um elemento fundamental para a compreensão desses movimentos, mas a identificação de seus aspectos estruturais tornou-se indispensável para compará-los no tempo e no espaço. De acordo com o sociólogo espanhol Manuel Castells, é necessário, no cenário contemporâneo, compreender os movimentos sociais como reflexos das mudanças econômicas, políticas e culturais em curso. Dessa maneira, os movimentos sociais procuram, por meio de uma comunicação autônoma, questionar diferentes formas de injustiça, discriminação e autoritarismo e ganham contornos e objetivos distintos em cada sociedade.

FRANCIS MILLER/THE LIFE PICTURE COLLECTION/SHUTTERSTOCK

Manifestação contra a discriminação racial em Detroit, Estados Unidos. Fotografia de 1963.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Características dos movimentos sociais

Os movimentos sociais, em suas diferentes expressões, apresentam características comuns, como a mobilização coletiva e o conflito com as forças do Estado. Entretanto, têm também características distintivas em suas formas de organização e ação.

Levando em conta o caráter de suas ações, é possível perceber que os movimentos sociais podem estar voltados para a transformação da sociedade ou para a conservação de determinadas conquistas. No entanto, duas características comuns evidenciam-se:

- eles não apresentam coordenação única, pois comportam diversidade muito grande de ideias e valores, bem como de atuação e de organização;
- suas ações se desenvolvem não só para defender interesses e satisfazer necessidades, mas também para buscar reconhecimento, a fim de criar uma forma de interação e relacionamento.

A fim de atingir seus objetivos ou chamar a atenção da sociedade para suas causas ou bandeiras de luta, os movimentos sociais utilizam recursos variados. Greves, passeatas e panfletagens estão entre as práticas mais comuns aos repertórios de diferentes movimentos sociais.

Os movimentos sociais podem manter sua atuação de modo independente ou adotar outras modalidades de luta, como a transformação em partidos políticos ou a vinculação a eles. Podem também se tornar associações civis de cidadãos independentes em torno de questões de interesse público, como as Organizações Não Governamentais (ONGs) que constituem o Terceiro Setor (não fazem parte do Estado nem do mercado).

A relação com o Estado: parceria e confronto

O Estado é o principal interlocutor dos movimentos sociais, seja porque é tido como adversário na luta política, seja porque é percebido como o agente que pode intervir para solucionar conflitos com entes privados ou criar leis e políticas públicas que atendam às demandas de um grupo social.

A situação socioeconômica e política de uma sociedade oferece as condições para a formação dos movimentos sociais. Em contextos de regimes políticos autoritários, essas organizações tendem a lutar por objetivos emancipatórios, visando libertar um grupo social de algum tipo de dominação. Por isso, é comum que a maior parte dos movimentos sociais tenha relação de confronto com o Estado, como ocorreu durante o regime civil-militar no Brasil.

Já no contexto de regimes democráticos, os movimentos sociais tendem a desenvolver-se utilizando as garantias constitucionais de direitos de expressão, participação e associação, bem como o de acesso às políticas públicas e sociais. Caso esses direitos não sejam respeitados e garantidos, os grupos sociais tomam as ruas para expressar suas insatisfações.

AGÊNCIA O GLOBO

Líder estudantil Vladimir Palmeira discursando para a multidão durante a Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro. Fotografia de 1968.

Imagens em contexto

A passeata assinalou o ápice do movimento social que marcou a década de 1960 no Brasil e que reivindicou o restabelecimento das liberdades democráticas desde 1964, quando foi instaurada a ditadura civil-militar no país.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. A fotografia retrata um movimento social apoiado ou em confronto com o Estado?
2. Mobilize seus conhecimentos de história e de geografia e cite os objetivos de outros movimentos sociais organizados no Brasil.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Transformação ou conservação?

É possível estudar os movimentos sociais pelo viés sociológico por meio da análise das consequências que as demandas de tais organizações podem trazer para toda a sociedade, caso sejam atendidas.

Os movimentos se dedicam a reivindicações de interesse público. Seus objetivos, quando alcançados, transformam a vida de pessoas que não estão diretamente envolvidas nas ações políticas. Isso ocorre pela universalização das conquistas, que afeta todos os que compartilham um espaço social (como um país), e pela sua sedimentação em forma de lei, que estende essas conquistas a futuros cidadãos.

Diante dos objetivos traçados, os movimentos sociais podem ser classificados como revolucionários, reformistas ou conservadores. Os **movimentos revolucionários** buscam promover a reorganização radical da sociedade e transformar não apenas as leis internas que estruturam o Estado, mas também as bases que legitimam sua autoridade e permitem seu funcionamento.

Os **movimentos reformistas** aceitam a estrutura das instituições sociais e políticas, embora a considerem passível de melhorias e objetivem eliminar abusos de determinados setores sobre os demais.

Os **movimentos conservadores** procuram manter o *status quo*, isto é, as características sociais, políticas e/ou econômicas estabelecidas. Podem ainda combater movimentos sociais revolucionários ou reformistas ou contrapor-se a eles.

ISIS MEDEIROS/ARQUIVO DA FOTÓGRAFA

Passeata do Movimento dos Atingidos por Barragens, em Bento Rodrigues, Minas Gerais. Fotografia de 2016.

ESTADÃO CONTEÚDO

Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada na região central da capital de São Paulo. Fotografia de 1964.

Imagens em contexto

A primeira imagem mostra um exemplo de movimento reformista, o Movimento dos Atingidos por Barragens. Além de defender os direitos das pessoas atingidas pela construção de barragens, o movimento reivindica um projeto nacional de produção de energia alternativo.

A segunda imagem é um exemplo de movimento conservador. Trata-se da Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi o nome de um conjunto de manifestações ocorridas em 1964 em resposta a ações que militares e grupos conservadores consideraram uma ameaça comunista.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Movimentos sociais tradicionais e novos movimentos sociais

É possível fazer um recorte na história dos movimentos sociais e de sua interpretação em duas categorias gerais distintas, levando em conta sistemas de organização, relações com as instituições sociais e estruturas a serem transformadas, entre outros aspectos. A reflexão sobre tais elementos deve ser acompanhada de uma contextualização histórica e espacial de sua formação e desenvolvimento. Por essa perspectiva, dois modelos podem ser destacados: o dos movimentos sociais tradicionais e o dos novos movimentos sociais.

Os **movimentos sociais tradicionais** caracterizam-se por apresentar organização vertical e estrutura hierárquica rígida. Neles, os integrantes seguem as determinações do grupo dirigente. Tais movimentos travam embates políticos com o Estado porque buscam transformações nas estruturas econômica e social para superar as condições de opressão da classe trabalhadora. Formaram-se no século XIX em resposta às consequências da Revolução Industrial e da consolidação da sociedade capitalista.

Os movimentos tradicionais podem ser identificados também por suas demandas, como as dos trabalhadores por melhores salários, redução da jornada e estabilidade de emprego; as dos grupos que se organizaram por moradia, saneamento, transporte público ou educação; as dos trabalhadores rurais que lutam por reforma agrária. Esses movimentos deram origem aos sindicatos, às associações nacionais e internacionais de trabalhadores e aos partidos políticos trabalhistas ou dos trabalhadores. Eles foram responsáveis por muitas conquistas sociais relacionadas a direitos trabalhistas e garantias sociais.

A identidade dos indivíduos, porém, muitas vezes não decorre das relações de produção. Outras reivindicações, portanto, passaram a ser incorporadas pela sociedade civil, abarcando os mais variados segmentos sociais. Assim, a partir da segunda metade do século XX, no contexto de um mundo cada vez mais globalizado, os movimentos sociais tornaram-se mais plurais com base em causas específicas (como igualdade de gêneros, proteção ambiental, combate à discriminação étnica e racial), novos direitos (culturais, de consumo etc.), conquistas de espaços de participação na gestão pública (conselhos, fóruns etc.), constituindo **novos movimentos sociais**.

Nesses movimentos, os integrantes têm mais autonomia frente às suas direções e não exigem apenas ao Estado a responsabilidade de atender a suas reivindicações, buscando transformar comportamentos e valores de diversos segmentos sociais. Em geral, lutam por reconhecimento e direitos, sendo voltados a questões éticas. Caracterizam-se pela pluralidade em sua composição e pela diversidade nas formas de atuação coletiva.

Podem ser citados como exemplos os movimentos negro e feminista no Brasil, que, a partir dos anos 1970, tornaram-se referência de organização e luta não só por leis e políticas públicas que efetivassem os direitos das minorias, mas também pela valorização e pelo fortalecimento de sua identidade.

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL

Abertura da Décima Quinta Feira Nacional da Reforma Agrária, realizada no Largo da Carioca, Rio de Janeiro, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Fotografia de 2023. O evento reúne camponeses do movimento social de diversos estados do Brasil, que comercializam alimentos dos acampamentos e assentamentos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Movimentos sociais contemporâneos

De acordo com as reivindicações e bandeiras de lutas, os movimentos sociais se articulam em vários lugares do planeta em escala local, nacional ou global, pois as soluções dos muitos problemas decorrentes do capitalismo globalizado transcendem as esferas nacionais. Soma-se a isso o uso da internet, que potencializa a comunicação para a criação de estratégias de mobilização, discussão e informação sobre as manifestações públicas (pontos de encontro, horários e vestimenta, entre outros), atingindo grande número de pessoas e construindo uma cultura do movimento em rede.

O movimento dos trabalhadores ou sindical: luta pelos direitos sociais

A Idade Moderna foi marcada pela substituição do modo de produção feudal pelo capitalista, atrelado ao crescimento do comércio e das cidades. Nesse tipo de economia, caracterizado pela acumulação de capital e pela propriedade privada, os trabalhadores não são os proprietários dos meios de produção dos recursos essenciais à sobrevivência. Nessa época, eles começaram a receber salário em troca de sua força de trabalho, o que estabeleceu a sociedade de classes.

De acordo com Karl Marx, o sistema capitalista é marcado pelas relações antagônicas entre burgueses (donos dos meios de produção) e proletários (trabalhadores assalariados), em que os interesses de um grupo se opõem aos do outro. Na modernidade, a vida comum nas fábricas e nos bairros operários e as experiências cotidianas compartilhadas produziram solidariedade e consciência dos interesses comuns no conflito de classes.

Marx, Friedrich Engels e Lênin inauguraram o estudo sobre os trabalhadores no moderno mundo capitalista e inspiraram ou protagonizaram revoluções, influenciando as teorias contemporâneas sobre os movimentos sociais, sobretudo quando definiram a ação política essencialmente como processo de interação entre trabalhadores, capitalistas e Estado.

Diante das relações sociais que emergiram das condições concretas de vida e da forma como estava esquematizada a produção, os trabalhadores desenvolveram a **consciência de classe**, fator importante para a organização dos movimentos que buscavam transformar a estrutura social.

O movimento dos trabalhadores foi responsável pela conquista de muitos direitos e desempenha até hoje papel importante nas disputas políticas e nas ações do Estado.

JUCA MARTINS/OLHAR IMAGEM

Passeata de mulheres de metalúrgicos do ABC Paulista em apoio à greve. São Bernardo do Campo, São Paulo. Fotografia de 1980.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O movimento estudantil: juventude e construção da sociedade democrática

ODS 4

Diferentemente do movimento dos trabalhadores, o movimento estudantil é policlassista, ou seja, integrado por pessoas de diferentes classes sociais. Outra característica é a transitoriedade dos protagonistas, pois há constante renovação dos estudantes nas instituições de ensino.

Ações estudantis são citadas desde o século XVIII, mas o movimento ganhou destaque a partir da segunda metade do século XX, sobretudo na década de 1960, quando se envolveu efetivamente em manifestações de massa em diferentes partes do mundo, enfrentando governos e lutando por transformações no sistema educacional e na sociedade.

Movimento feminista: pela igualdade de gênero

No Ocidente, a luta pela igualdade de tratamento entre mulheres e homens remonta aos tempos da Revolução Francesa, mas foi somente no século XIX que ocorreu o primeiro movimento organizado em defesa dos direitos das mulheres – uma ação política liderada por elas com o objetivo de conquistar o direito de votar, que, como você estudou no capítulo 8, foi chamada primeira onda do movimento feminista.

Nos anos 1960, formou-se a segunda onda feminista, em que as reivindicações das mulheres passaram a se dirigir ao mercado de trabalho, à divisão de tarefas familiares e aos direitos reprodutivos.

ODS 5

Já na terceira onda, as mulheres passaram a reforçar seus direitos sobre o próprio corpo. Iniciada nos anos 1980, essa fase é marcada pela efervescência do feminismo influenciado pelas teorias pós-estruturalistas e *queer*, que transformaram as concepções clássicas sobre sexualidade e política ao propor questões sobre identidade de gênero e orientação sexual.

CADU ROLIM/FOTOARENA

Ato da mobilização nacional em defesa da educação realizado em 15 de março de 2019, após convocação da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, contra cortes no financiamento educacional, em Sorocaba, São Paulo. Fotografia de 2019.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Identifique a reivindicação do movimento retratado na fotografia.
2. Se você organizasse um movimento, quais reivindicações faria?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O Movimento LGBTQIA+

O movimento LGBTQIA+ luta pelo fim da violência e da discriminação e o aumento da representatividade de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, transexuais e travestis, queer, intersexo, assexuais e outras identidades de gênero e orientações sexuais, representadas pelo símbolo de +. No Brasil, nos últimos anos, algumas demandas dessa população foram asseguradas por decisão do Supremo Tribunal Federal. Em 2011, foi reconhecida a união estável homoafetiva. Em 2019, a homofobia e a transfobia foram criminalizadas. Em 2020, o impedimento de doação de sangue por homossexuais foi derrubado.

Apesar disso, ainda há muitas reivindicações do movimento LGBTQIA+, como o estabelecimento de políticas públicas de empregabilidade e moradia, sobretudo para a população trans e travesti, e de combate à violência e à desigualdade que afetam esses grupos, bem como a inclusão de descritivos dessa população em questionários de pesquisas populacionais, como o censo demográfico. Atualmente, a maior parte dos dados relativos à população LGBTQIA+ é proveniente de pesquisas promovidas por movimentos sociais e organizações de sociedade civil. A ausência de dados oficiais dificulta a mensuração da violência e a elaboração de políticas públicas protetivas.

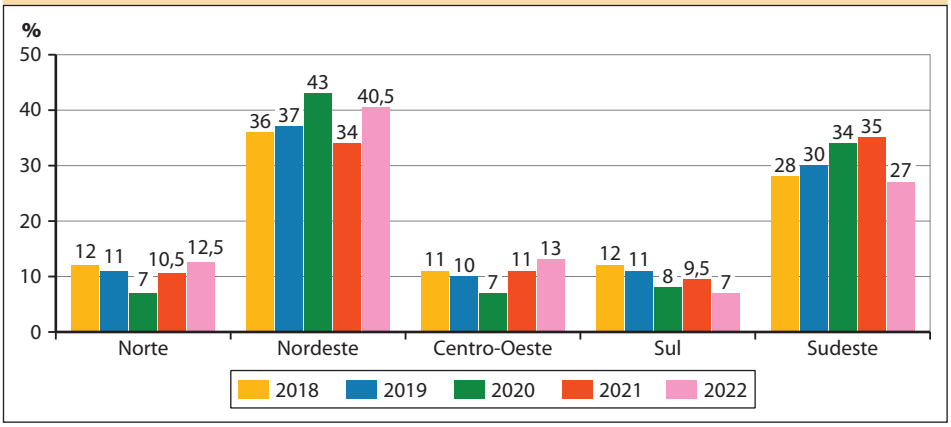
O gráfico a seguir, com dados recolhidos pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais, demonstra a urgência dessas lutas no Brasil. Nele, está representada a porcentagem de pessoas dessa população assassinadas em cada região do país.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Em que região foi registrada a maior concentração de assassinatos de pessoas trans e travesti?
2. Em alguma região houve queda? Se sim, em qual?

ODS 16

Brasil: assassinatos de pessoas trans e travesti por região (em %) – 2018-2022



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: BENEVIDES, Bruna. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. Brasília, DF: Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2022. p. 32.

Imagens em contexto

Realizada anualmente desde 1997, a Parada do Orgulho LGBTQIA+ une festa e reivindicação política. No ano de 2023, o evento teve como mote a reivindicação: "Queremos políticas sociais para LGBT+ por inteiro e não pela metade".

MIGUEL SCHINCARIOL/AFP/GETTY IMAGES

Vigésima sétima edição da Parada do Orgulho LGBTQIA+, em São Paulo, capital. Fotografia de 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Movimento negro: luta contra o racismo

Em sua maioria, os integrantes dos novos movimentos sociais estão preocupados em garantir a consolidação de direitos a grupos minoritários. Os procedimentos de atuação podem ou não envolver políticas de cooperação com agências estatais e sindicatos. Por vezes, os integrantes desses movimentos optam por realizar ações diretas, usando a mídia para ampliar seu público e, assim, mudar valores que reproduzem preconceitos e práticas discriminatórias e opressivas, manifestações de uma cultura que nega direitos básicos a grande parte da população.

O movimento negro, por exemplo, vem lutando pela ampliação dos direitos por meio de um debate institucional (defendendo as políticas de ação afirmativa), sem deixar de lado o desafio de fortalecer sua identidade e transformar as relações sociais no cotidiano (por meio do combate às práticas racistas).

A base de uma identidade política comum entre os vários grupos e organizações que formam o movimento negro é o combate ao racismo e à discriminação racial em suas diferentes dimensões e espaços sociais, mesmo que cada organização desenvolva as próprias estratégias de atuação e intervenção na comunidade negra e na sociedade em geral.

Nos Estados Unidos, as estratégias desses grupos estavam relacionadas ao movimento pelos direitos civis e ao protesto em massa contra a segregação racial e a discriminação proeminentes no país a partir da década de 1950. No Brasil, elas remontam ao movimento pela liberdade contra o sistema escravista e à formação dos quilombos.

Atualmente, as ações coletivas do movimento negro estão voltadas para a afirmação de direitos civis (como o fim do genocídio da população negra e o direito de culto e crença nas religiões de matriz africana), sociais (como a ampliação de políticas de acesso e permanência em instituições de ensino e a adequada abordagem da história e das culturas africanas e afro-brasileiras nas escolas) e culturais (como o direito à cultura como patrimônio, a valorização das manifestações afro-brasileiras e africanas e a sistematização e a disseminação da memória).

Integram também as agendas do movimento negro a defesa do reconhecimento territorial e a proteção de comunidades quilombolas. Além da luta pela efetivação de direitos de cidadania, o movimento reivindica o enfrentamento das desigualdades sociais brasileiras por meio do combate à pobreza, ao desemprego e ao subemprego, que afetam principalmente a população negra.

Sugestão

AmarElo: é tudo pra ontem

Direção: Fred Ouro Preto. Brasil, 2020. 89 minutos.

O documentário apresenta os bastidores do *show* de lançamento do álbum homônimo do *rapper* brasileiro Emicida, realizado em 2019 no Theatro Municipal de São Paulo, e retrata parte da história de resistência e do legado cultural da população negra no país.

Classificação indicativa de *AmarElo: é tudo pra ontem*: 12 anos.

JEF DELGADO/ARQUIVO DO FOTÓGRAFO

Cena do documentário *AmarElo: é tudo pra ontem*, de 2020.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O artigo que trata do reconhecimento dos povos indígenas foi retirado de: BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 fev. 2024.

Movimento indígena: luta e resistência

Os povos indígenas articulados, organizados e mobilizados reivindicam o direito ao reconhecimento e à preservação de suas culturas (modos de vida), bem como pela demarcação de suas terras. Trata-se de uma luta histórica que remonta ao processo de colonização da América pelos europeus, a partir do século XV. O movimento associa-se, de forma direta, às questões socioambientais e humanitárias, haja vista os graves problemas relacionados ao desmatamento da Floresta Amazônica e à ocupação irregular de suas terras.

No artigo 231, a Constituição Federal de 1988 reconhece aos povos indígenas "sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens". Porém, esses direitos estão longe de ser plenamente garantidos, havendo a necessidade de ações coletivas (locais e globais) para que a lei seja cumprida.

UESLEI MARCELINO/REUTERS/FOTOARENA

Indígenas participam do acampamento Terra Livre, em Brasília, um acampamento de protesto para exigir a demarcação de terras e defender direitos culturais. Fotografia de 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Você pesquisador

Atos e manifestações de diferentes movimentos sociais aparecem com certa frequência na imprensa. Quais são as perspectivas sobre os movimentos sociais brasileiros que predominam em jornais, revistas, rádio e televisão? Para investigar essa questão, você fará uma **análise de mídias tradicionais** sobre um movimento social. Para isso, reúna-se a dois colegas e desenvolvam os procedimentos a seguir.

- Pesquisem uma notícia ou reportagem que tenha sido publicada em jornais ou revistas impressos ou *online* ou veiculada na televisão sobre um ato ou manifestação que tenha ocorrido nas últimas semanas ou meses.
- Analisem o texto e as imagens presentes procurando responder a perguntas como: que informações concretas sobre o movimento foram divulgadas? Os motivos da manifestação foram explicados? O histórico da problemática em questão foi apresentado? As reivindicações do movimento foram explicadas e contextualizadas? Que imagens foram selecionadas para mostrar o ato ou a manifestação?
- Analisem o discurso e as imagens procurando identificar os pontos de vista sobre os fatos, as palavras e termos associados ao movimento social e possíveis lacunas de informação. Depois que todos tiveram dialogado sobre suas impressões, concluam a análise e escrevam um resumo.

Demarcação de Terras Indígenas

O antropólogo brasileiro Spensy Pimentel estuda a diversidade cultural dos povos indígenas brasileiros e como os demais grupos da sociedade se relacionam com essa diversidade. Ao ser entrevistado sobre os dados do Censo Demográfico de 2022 recém-publicados, Pimentel apresentou algumas considerações. Leia na reportagem.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, nesta segunda-feira (7), os primeiros dados do Censo 2022 referentes à população indígena. Uma das constatações do levantamento foi que 51,25% dessas pessoas vivem na Amazônia Legal (Região Norte, Mato Grosso e parte do Maranhão).

Por outro lado, 48,75% dos indígenas, ou quase metade da população, vive em outras áreas do Brasil. "Ampliou-se consideravelmente o número de municípios com presença indígena registrada. Isso reforça o que os movimentos indígenas já vinham alertando há anos – os povos indígenas não são uma presença restrita à Amazônia, eles estão em todo o Brasil", afirma o antropólogo Spensy Pimentel [...].

[...]

"É preciso, ainda, que entendamos que persistem desigualdades muito grandes no que tange ao acesso aos direitos por parte dessas populações. Enquanto na Amazônia estão disponíveis mais de 98% das terras indígenas do país, no restante do país, onde está quase metade da população indígena total, essas comunidades contam com somente 1,5% das terras e vivem, muitas vezes, em áreas urbanas ou reservas superlotadas. Há um déficit na demarcação das terras de povos como os Guarani, os Terena, ou os Pataxó que precisa ser resolvido urgentemente", explica o antropólogo.

Segundo ele, a morosidade na demarcação de Terras Indígenas no Centro-Sul e no Nordeste do país é um problema histórico que agrava a vulnerabilidade desses povos.

"Povos como os Guarani-Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, e os Avá Guarani, do Paraná, passam, há décadas, por uma verdadeira crise humanitária, com altos índices de violência, suicídios, desnutrição infantil, desagregação familiar. O problema vem se arrastando e até hoje não temos um indicativo de como o país poderá resolver a situação. No sul da Bahia, essa morosidade nas demarcações também tem gerado violência e racismo contra as comunidades", afirma.

Outro destaque, segundo o pesquisador, é a parcela da população indígena em relação ao total, em estados como o Amazonas (12,45%) e Roraima (15,29%). Segundo ele, no entanto, a participação desses povos na população não significa representação política.

[...]

ABDALA, Vitor. Censo mostra desigualdade na distribuição de terras indígenas. **Agência Brasil**, Brasília, 7 ago. 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/censo-mostra-desigualdade-na-distribuicao-de-terras-indigenas. Acesso em: 9 ago. 2024.

ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO.

Reúna-se a alguns colegas para realizar as atividades.

1. **Identifiquem os dados divulgados no texto sobre a população indígena obtidos no Censo de 2022.**
2. **Que considerações o antropólogo Stensy Pimentel faz em relação a esses dados com base em seus estudos como pesquisador da questão indígena?**
3. **Que relação Pimentel estabelece entre demarcação de terras indígenas e vulnerabilidade da população indígena?**
4. **Pesquisem dados sobre a população indígena no município ou estado onde vocês moram. Procurem descobrir o total da população indígena no estado, etnias, onde vivem, dificuldades enfrentadas e situação dos processos de demarcação de terras. Analisem as informações pesquisadas à luz dos conteúdos estudados neste livro de sociologia e nos livros das demais disciplinas escolares. Elaborem então uma postagem com o objetivo de comunicar as reflexões do grupo sobre a população indígena no local onde vocês moram. A postagem pode ser criada em forma de imagem, vídeo, texto, áudio ou todos eles juntos. Ao final, caso não seja possível publicar a postagem na internet, vocês podem imprimi-la e divulgá-la na escola.**

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividades

RESPONDA NO CADERNO.

1. A globalização costuma ser interpretada de forma otimista por alguns teóricos e cética por outros. Defina globalização e apresente argumentos que expliquem essas duas posições.

2. As bases técnicas que permitem que a globalização intensifique os aspectos negativos do capitalismo internacional podem também ser usadas para promover uma globalização mais humana. A internet, a telefonia celular e as comunidades regionais e internacionais são alternativas que ampliam as possibilidades de a humanidade resolver seus problemas de forma conjunta.

Com base na leitura do capítulo e em suas reflexões, relacione os meios pelos quais a globalização pode tanto reforçar seus aspectos perversos quanto contribuir para ideais de liberdade, igualdade e dignidade humana.

3. Leia o texto do historiador Eric Hobsbawm sobre a globalização.

> Tudo isso está ocorrendo na era de uma globalização dramaticamente acelerada, que gera crescentes disparidades regionais no nosso planeta. A globalização produz, pela sua própria natureza, crescimentos desequilibrados e assimétricos. Isso também põe em destaque a contradição entre os aspectos da vida contemporânea que estão sujeitos à globalização e às pressões da padronização global – a ciência, a tecnologia, a economia, várias infraestruturas técnicas e, em menor medida, as instituições culturais – e os que não estão sujeitos a ela, principalmente o Estado e a política. A globalização leva logicamente, por exemplo, a um fluxo crescente de trabalhadores migrantes das áreas pobres para as ricas, mas isso produz tensões políticas e sociais em diversos países afetados, sobretudo entre os países ricos da velha região do Atlântico Norte, ainda que, em termos globais, esse movimento seja modesto: mesmo hoje, apenas 3% da população mundial vive fora do país de nascimento. Ao contrário do que acontece com as movimentações do capital, das trocas comerciais e das comunicações, os Estados e a política têm logrado, até aqui, impor obstáculos eficazes às migrações dos trabalhadores.

HOBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 43.

Reúna-se com outros dois colegas e, em grupo, interpretem o excerto de Hobsbawn. Depois da análise, façam o que se pede.

a. Expliquem o sentido da afirmação "a globalização produz, pela sua própria natureza, crescimentos desequilibrados e assimétricos". Mobilizem conhecimentos do capítulo para a formulação da resposta.

b. Identifiquem o exemplo utilizado pelo autor para analisar as tensões sociais geradas pela globalização.

c. O texto sugere que há simetria na maneira como a globalização facilita os fluxos de mercadorias, capital, comunicação e pessoas? Justifiquem sua resposta com base no excerto.

4. Para alguns sociólogos, a Organização das Nações Unidas desempenha um papel central no atual contexto internacional. Para outros, atores diversos têm desempenhado papel mais significativo, como organizações não governamentais e empresas privadas. Outros, ainda, consideram que a Organização das Nações Unidas teria papel relevante apenas em pequenos conflitos que não envolvessem as nações poderosas. Mobilize seus conhecimentos de história e de geografia e debatam: qual é o papel da Organização das Nações Unidas na resolução dos conflitos internacionais? Essa Organização cumpre totalmente seu propósito?

5. A construção de um ambiente democrático nas sociedades contemporâneas é necessária para a existência e a consolidação de diferentes modelos de direitos. É possível confirmar a existência de democracia e de cidadania plena no Brasil? Justifique sua resposta com argumentos e exemplos concretos.

6. Na comunidade em que você vive, como os direitos humanos são efetivados? Ocorrem violações de direitos? De quais grupos? Para refletir sobre a efetivação dos direitos humanos no lugar onde você mora, realize as atividades.

a. Escolha dois direitos previstos na Constituição Federal.

b. Consultando jornais impressos ou a internet, faça um levantamento de possíveis violações desses direitos no município onde você mora.

c. Caso exista uma Secretaria municipal e/ou estadual de direitos humanos, uma comissão de direitos humanos na Câmara dos Vereadores ou na Assembleia Legislativa, ou movimentos sociais de defesa dos direitos humanos no município, pesquise se eles disponibilizam material informativo sobre as violações e as providências reivindicadas ou que estejam sendo tomadas para resolver essas violações.

d. Escreva um relatório das informações obtidas.

7. Os movimentos sociais configuram uma estrutura de organização e participação coletiva da sociedade civil em busca de mudanças. A atuação desses movimentos esteve sempre conectada aos fenômenos históricos de diferentes realidades, resultando em importantes conquistas sociais, principalmente no decorrer dos séculos XX e XXI.

a. Apresente exemplos da atuação de movimentos sociais nos séculos XX e XXI.

b. Relate o modo como os movimentos sociais se formam e atuam na construção da cidadania.

8. Analise o excerto reproduzido a seguir, identifique a alternativa correta e justifique sua escolha.

O que é feminismo

É difícil estabelecer uma definição precisa do que seja feminismo, pois esse termo traduz todo um

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

processo que tem raízes no passado, que se constrói no cotidiano e que não tem um ponto predeterminado de chegada. Como todo processo de transformação, contém contradições, avanços, recuos, medos e alegrias.

O feminismo ressurge num momento histórico em que outros movimentos de libertação denunciam a existência de formas de opressão que não se limitam ao econômico. Saindo de seu isolamento, movimentos negros, de minorias étnicas, ecologistas, homossexuais se organizam em torno de sua especificidade e se completam na busca da superação das desigualdades sociais. Essa complementação não implica uma fusão desses movimentos, que mantêm sua autonomia e suas próprias formas de organização. Entretanto, não são movimentos desvinculados entre si, pois as fontes da discriminação não são isoladas.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985. p. 7-8.

Nas últimas décadas, o fenômeno social de que trata o texto tem buscado:

a. recursos para a manutenção do *status quo*.

b. garantir os direitos das minorias sociais que atuam isoladamente.

c. defender minorias com organização e demandas próprias.

d. desvincular as minorias que têm demandas distintas.

e. ampliar os, direitos das mulheres.

9. Analise a charge, identifique a alternativa correta e justifique sua escolha.

© J.BOSCO

Entrando o ano novo com o pé direito, charge de J. Bosco, 2013.

a. Os movimentos sociais mantêm uma boa relação com os órgãos governamentais responsáveis pela garantia dos direitos reivindicados.

b. Por defenderem as ações das classes dominantes, os movimentos sociais são reprimidos constantemente.

c. Ao questionar a ordem, os movimentos sociais são considerados democráticos e não sofrem coerção.

d. Em razão da mobilização pela garantia de direitos, os movimentos sociais podem sofrer coerção do Estado.

e. Por se oporem aos direitos das minorias, os movimentos sociais são reprimidos com frequência pelo Estado.

10. Leia o texto a seguir.

> Uruguai aprovou [...] o casamento homossexual, tornando-se o segundo país latino-americano a tornar lei a união entre pessoas do mesmo gênero – depois da Argentina. A Câmara referendou o projeto 'matrimônio igualitário', aprovado há uma semana no Senado, por 71 votos de um total de 92 deputados presentes.

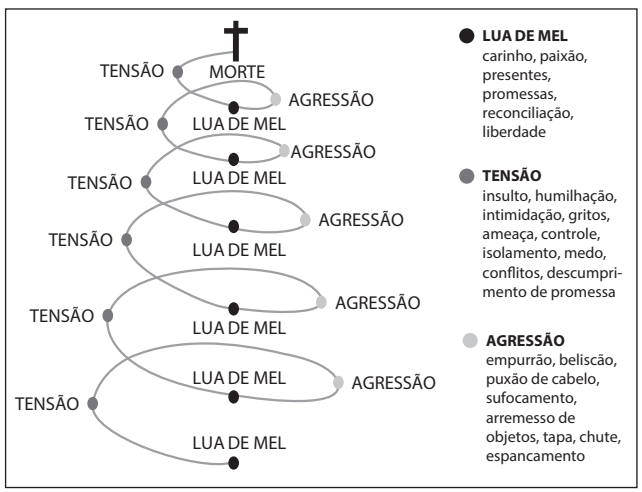
URUGUAI aprova casamento homossexual. **G1**, São Paulo, 10 abr. 2013. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/04/parlamento-uruguaio-aprova-casamento-homossexual.html. Acesso em: 9 ago. 2024.

Nesse fragmento da reportagem, fica explícito o papel que o Estado desempenha como interlocutor dos movimentos sociais. Explique por que, no que se refere a esses movimentos, o Estado apresenta protagonismo.

11. As redes sociais têm sido instrumentos importantes para a organização dos movimentos sociais. Tomando como base as discussões desenvolvidas no capítulo acerca desse tema, com a orientação do professor, reúna-se com os demais colegas e conversem sobre as formas de mobilização adotadas por diferentes movimentos sociais brasileiros utilizando as redes sociais. Caso seja possível, façam uma pesquisa em diferentes redes sociais para apresentar exemplos durante o debate. Lembrem-se de discutir sobre a importância das redes sociais na luta pelos direitos dos diversos grupos no Brasil.

Enem e vestibulares

12. (Enem-MEC)



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Disponível em: https://ndmais.com.br. Acesso em: 8 out. 2021.

O ápice da ilustração se traduz por uma conduta social caracterizada pela:

a. cultura do cancelamento.

b. prática do feminicídio.

c. postura negacionista.

d. ação involuntária.

e. defesa da honra.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO 12

Sociologia do desenvolvimento

As sociedades capitalistas contemporâneas são marcadas por contradições, com elevados índices de desigualdades, seja entre indivíduos, seja entre países. As políticas e estratégias adotadas por governos e organismos multilaterais para combater essas desigualdades, promover crescimento econômico e enfrentar crises, bem como os efeitos da integração econômica global e as relações de poder entre os Estados-nação, são alguns temas investigados pelos sociólogos.

Neste capítulo, você conhecerá os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento e sua aplicação no estudo do capitalismo como sistema mundial, associando as teorias sobre desenvolvimento com os diferentes momentos sociais e econômicos dos séculos XX e XXI. Além disso, analisará as relações econômicas estabelecidas entre os países, com base em diferentes posições de poder, para refletir sobre os limites e as possibilidades da aplicação das teorias e dos conceitos de desenvolvimento no mundo contemporâneo.

Transformações políticas e econômicas e o desenvolvimento

De acordo com o relatório *A "sobrevivência" do mais rico: por que é preciso tributar os super-ricos agora para combater as desigualdades*, produzido em 2023 pela organização da sociedade civil Oxfam, o 1% mais rico da população mundial ganhou quase dois terços da riqueza gerada desde 2020 – cerca de 42 trilhões de dólares. Esse valor corresponde a seis vezes mais dinheiro que 90% da população global obteve no mesmo período. Por que isso ocorre? Em que medida o modo como a riqueza é produzida e distribuída no mundo afeta a qualidade de vida das pessoas? O que o crescimento econômico e o desenvolvimento social têm a ver com as desigualdades?

O **desenvolvimento** pode ser entendido como um processo sustentável de melhoria da qualidade de vida de determinada sociedade. A forma de se atingir esse objetivo é definida pelos membros dessa comunidade.

Os rumos das disputas envolvendo diferentes projetos de desenvolvimento, marcadas pelo conflito entre capitalismo e socialismo, foram modificados no fim do século XX. A partir de 1990, com o fim da Guerra Fria, o capitalismo tornou-se o sistema de organização socioeconômica dominante. Com isso, o debate sobre o modo de produção e distribuição de riquezas voltou-se à busca de formas de organização e gerenciamento da economia de mercado, e fenômenos como o desmantelamento das instituições de proteção social e a destruição dos recursos humanos e naturais passaram a ser analisados e questionados. Nesse contexto, foram elaborados diferentes métodos para explicar as medidas de regulação dos aspectos destrutivos do capitalismo. Parte deles seguiu as orientações utilizadas pelos estudiosos da sociologia do desenvolvimento, que será abordada neste capítulo.

UNDP/ANADOLU AGENCY/GETTY IMAGES

Sahika Ercumen, recordista em mergulho livre, com bandeira do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em ação de conscientização sobre danos humanos a recursos hídricos, em Hatay, na Turquia. Fotografia de 2022. Esse programa foi criado para promover o desenvolvimento por meio da redução das desigualdades.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Capitalismo: um sistema entre crises e desenvolvimento

Em algum momento de sua vida, você deve ter presenciado alguém comentar que este ou aquele país "estava em crise". O que significa "estar em crise" e por que essa expressão é tão recorrente?

O **sistema capitalista** é uma forma de organização social e econômica relativamente nova na história, mas já passou por várias crises. O capitalismo se baseia na propriedade privada dos meios de produção e é movido pelo trabalho livre e assalariado. Ele é fundamentado na busca incessante de lucros, obtidos principalmente por meio da produção industrial e, cada vez mais, pelos setores de serviços e inovação.

Esse sistema resulta de um processo de transformação econômica associado à difusão da ideologia liberal, às mudanças políticas causadas pela Revolução Francesa e às forças produtivas estabelecidas pela Revolução Industrial. Durante esse processo, a produção e a distribuição da riqueza dos países deixaram de ser geridas pelos monarcas, como ocorria no Antigo Regime, e passaram a ser organizadas pela racionalidade técnica e científica, devendo obedecer às leis de mercado.

No contexto atual, a economia capitalista não deve ser confundida com a industrialização, que, desde sua origem, foi o principal meio de desenvolvê-la. A gestão capitalista da agricultura, por exemplo, é uma tendência expressa pela mecanização das monoculturas com o objetivo de aumentar a produtividade e propiciar a comercialização dos bens agrícolas. Esse tipo de agricultura tem substituído a agricultura familiar e outros métodos tradicionais de cultivo. A administração da produção rural pelos fundamentos da economia de mercado e da produção industrial é denominada **agronegócio**. A instalação de indústrias em áreas rurais destinadas ao beneficiamento ou à transformação dos bens agrícolas em produtos industriais, as agroindústrias, é uma das dimensões associadas ao agronegócio.

OBJETO DIGITAL
Infográfico clicável: Agroindústria

LUCIANA WHITAKER/PULSAR IMAGENS

Colheita de algodão mecanizada em Formosa do Rio Preto, na Bahia. Fotografia de 2022. O modo de produção capitalista privilegia o uso intensivo de tecnologia.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Reflita: como a busca constante por lucro pode afetar a sociedade e o meio ambiente?
2. Acionando seus conhecimentos geográficos, identifique os desafios e as oportunidades que o agronegócio pode apresentar para a economia de um país.
3. Uma das metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 é dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos (mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores), inclusive por meio de acesso a terra, insumos, recursos produtivos e mercados. Considerando isso, infira: como a gestão capitalista da agricultura pode afetar o cumprimento dessa meta?

ODS 2

Para melhor compreensão da relação entre conteúdo e ODS, sugira aos estudantes que consultem as páginas 4 e 5 deste livro.

A meta de implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2, mencionada no boxe "Explore", foi retirada de: NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Fome zero e agricultura sustentável**. Brasília, DF: Nações Unidas Brasil, 2024. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/2. Acesso em: 13 ago. 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As crises do capitalismo

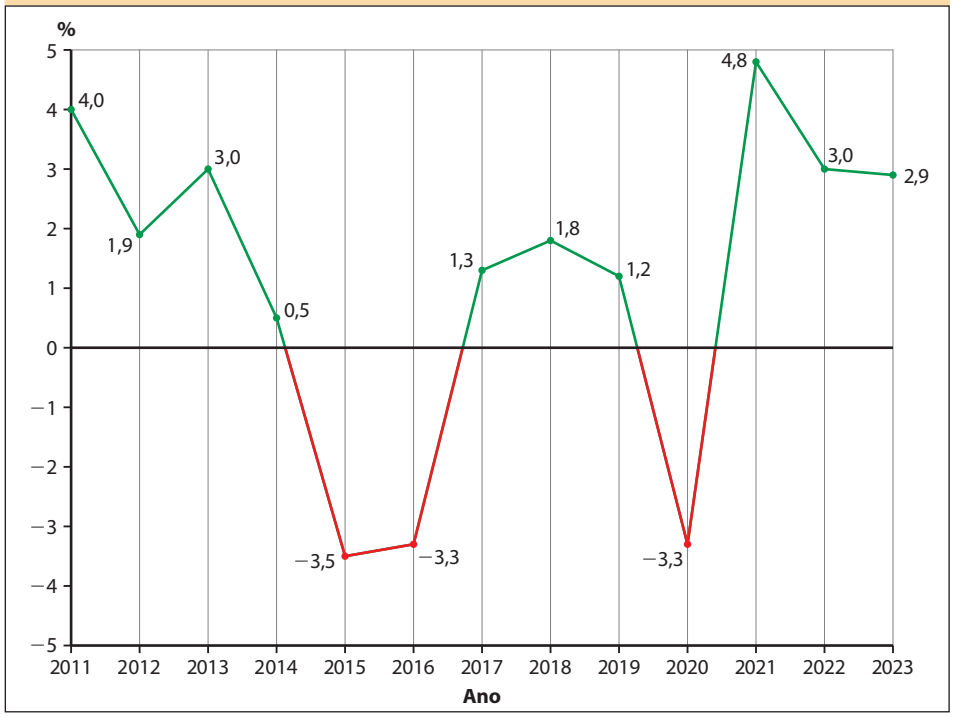
Na segunda metade do século XX, foi concebido um índice universal de medida de desempenho econômico: o **Produto Interno Bruto (PIB)**. O indicador se refere à soma de todos os bens e serviços finais produzidos em um ano por um país, estado ou cidade, e é utilizado por Estados nacionais, organismos multilaterais, pesquisadores e empresas para avaliar o desempenho global de uma economia, formular políticas públicas, planejar orçamentos e identificar tendências econômicas, entre outras ações.

Quando o PIB de um período é menor do que o do período anterior, o cenário econômico apresenta uma **redução da taxa de crescimento**. Isso significa que o volume de riqueza – bens e serviços – produzido pelo país é menor do que o produzido antes. A esse fenômeno dá-se o nome de **retração** ou **recessão**. A retração pode também ser acompanhada de aumento do desemprego, redução de investimento e diminuição da renda das famílias.

As economias de mercado enfrentam, periodicamente, momentos em que as taxas de lucro ou a acumulação de capital ficam muito baixas – iguais a zero ou negativas. Quando isso acontece, a economia capitalista está em crise. As **crises cíclicas do capitalismo** são uma característica inerente a esse sistema, isto é, resultam de sua dinâmica interna. As crises são fenômenos complexos, e os fatores que as ocasionam são interpretados de maneiras distintas por diferentes teóricos. De modo geral, é possível afirmar que, entre esses fatores, estão a superprodução de mercadorias acompanhada de subconsumo e as especulações financeiras.

A **superprodução de mercadorias acompanhada de subconsumo** ocorre quando a produção de bens e serviços excede a demanda de consumo: diante da falta de compradores suficientes para as mercadorias, há perdas constantes e prejuízos, como acúmulo de estoques, queda nos preços, baixa nos lucros, redução da produção e, consequentemente, desemprego.

Brasil: variação do Produto Interno Bruto – 2011-2023



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores IBGE**: contas nacionais trimestrais. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72121. Acesso em: 13 ago. 2024.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Em quais anos o PIB apresentou retração?
2. Qual foi o ano com a maior taxa de crescimento do PIB?
3. Em quais anos o PIB apresentou crescimento positivo após uma retração?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Especulação financeira é a prática de investir no mercado de ações, isto é, comprar ações na bolsa de valores esperando obter ganhos futuros. Ao comprar ações, os investidores alimentam a expectativa de que, no futuro, elas sejam valorizadas, de modo que possam ser vendidas por um valor maior do que foram compradas, gerando lucro.

Esse movimento de especulação financeira pode levar à formação de **bolhas econômicas**, ou **bolhas especulativas**. Elas ocorrem quando, diante da alta expectativa de ganhos futuros, os valores das mercadorias são superestimados. Inevitavelmente, essas bolhas acabam "explodindo", pois os salários não acompanham a alta nos preços, e as mercadorias ficam inacessíveis aos consumidores.

Um exemplo de explosão de bolha especulativa ocorreu no setor imobiliário nos Estados Unidos no final dos anos 2000, quando a expectativa de valorização dos preços dos imóveis impulsionou a especulação, que foi acompanhada do acesso fácil a crédito (isto é, a concessão de empréstimos até a pessoas que não podiam pagá-los). Em 2007, a bolha imobiliária começou a estourar, ou seja, os preços dos imóveis passaram a cair, o que desencadeou uma série de eventos – inadimplência, perda de valor, desconfiança e falência – que levaram, em 2008, ao início de uma crise econômica global.

Apesar de serem caracterizados como fenômenos distintos, a superprodução de mercadorias e a especulação financeira costumam estar articuladas nas crises do capitalismo. Foi o que ocorreu, por exemplo, na crise da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929.

Como você estudou, o capitalismo é um modo de produção caracterizado por crises cíclicas. Os momentos de grande lucratividade são contrastados por períodos igualmente longos de crise, com redução da demanda e dos lucros e aumento da pobreza. Nos momentos de crise, a queda dos investimentos acarreta a diminuição da contratação de mão de obra e da compra de matérias-primas e de máquinas. Com lucros reduzidos, as empresas diminuem ainda mais investimentos e demitem funcionários. Em meio à crise, os desempregados não encontram postos de trabalho e ficam sem fonte de renda. Os percentuais de pobreza aumentam. No cenário de incerteza, investidores costumam optar por guardar o dinheiro a investir na produção. Nas crises, portanto, é pouco provável que a economia recupere o dinamismo com base apenas na decisão espontânea dos capitalistas.

BETTMANN/GETTY IMAGES

Desempregados em fila diante de centro de alimentação gratuita em Chicago, nos Estados Unidos. Fotografia de 1930.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Explique o sentido da metáfora de explosão de uma bolha especulativa.
2. Caracterize o impacto de uma crise econômica sobre as condições de vida da população.

Imagens em contexto

Em outubro de 1929, a quebra da Bolsa de Valores de Nova York marcou o início de uma severa depressão econômica que se alastrou por diferentes países. Os preços das ações da bolsa caíram drasticamente em um curto período. Diante dessa situação, houve venda em massa de ações por investidores e perda de confiança no sistema financeiro. Sucederam a isso falências de bancos e empresas e aumento drástico do desemprego. Com a renda significativamente reduzida, muitas pessoas tiveram dificuldade para arcar com a satisfação de necessidades básicas, como a de alimentação. A longa fila de desempregados aguardando refeições mostra a severidade da crise e o impacto das flutuações econômicas na vida da população.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Abordagens e perspectivas do desenvolvimento

O debate de questões socioeconômicas envolve a reflexão sobre o papel do Estado diante das crises do capitalismo. Discute-se a respeito de sua possível atuação como regulador, fomentador ou simples coadjuvante na esfera econômica. Esse debate pode ser resumido no esforço de definir o papel e as responsabilidades do Estado no processo global de desenvolvimento de uma nação.

Se a crise econômica está associada à queda dos lucros e a suas consequências para capitalistas e trabalhadores, o desenvolvimento resulta da produção da riqueza e da forma como ela é distribuída para atingir os ideais da sociedade. Compreender a função do Estado e a do setor privado em contextos de desenvolvimento e de crise é o ponto de partida para entender os diferentes fatores que articulam esses agentes.

Autorregulação do mercado

De acordo com o pensamento econômico liberal clássico, a produção e a distribuição de mercadorias são idealmente reguladas pela lei da oferta e da procura, e sua eficiência é responsável pelo crescimento econômico. Segundo essa perspectiva, o conceito de **progresso** é avaliado pelo aumento da produção de riquezas viabilizado pelo mercado e medido pelo dinheiro.

Para os economistas liberais, o mercado funciona de forma independente das instituições responsáveis pela coesão social e pelo bem-estar dos indivíduos. Segundo esse raciocínio, basta que uma nação adote políticas corretas de mercado para alcançar, de modo linear, a mesma fase de desenvolvimento em que estão as grandes economias mundiais.

De acordo com essa perspectiva, quando existe **produção excedente**, compradores e vendedores negociam bens, produtos ou serviços em uma relação formal de troca, mediada pelo dinheiro. Quanto maior é o volume de compradores e vendedores, mais competitivo é o mercado.

Conforme o liberalismo clássico, em um **mercado competitivo**, o comportamento de cada ator econômico (um indivíduo, uma empresa etc.) – suas decisões de comprar e vender – pode ser desconsiderado na determinação dos preços. Isso significa que apenas um ator econômico não é capaz de alterar os preços nem a quantidade ofertada e demandada. Dá-se o nome de **livre mercado** a um sistema em que a competição é incentivada e os preços de bens e serviços são determinados pela oferta e pela demanda, sem intervenção significativa do governo.

Para a tradição liberal, em um mercado perfeitamente livre, o comportamento de compradores e vendedores tende ao equilíbrio. Quando a oferta é superior à demanda, os preços tendem a cair e, da mesma forma, quando a demanda é superior à oferta, tendem a subir. Quando oferta e demanda se encontram, estabelece-se o equilíbrio de mercado. O mercado, desse ponto de vista, tende à **autorregulação**, que é representada pela **lei da oferta e da procura**.

Imagens em contexto

Em períodos de superprodução de algum bem agrícola, é comum produtores descartarem mercadorias para equilibrar o preço no mercado e evitar prejuízo nas vendas. Isso ocorreu em fevereiro de 2020, quando toneladas de tomates foram descartadas por produtores rurais às margens de estradas em Ribeirão Branco, no estado de São Paulo.

As informações sobre o descarte de safra de tomate em Ribeirão Branco foram retiradas de: NOGUEIRA, Caio. Toneladas de tomates são descartadas às margens de estradas no interior de SP. **G1**, Sorocaba, 28 fev. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/itapetininga-regiao/noticia/2020/02/28/toneladas-de-tomates-sao-descartadas-as-margens-de-estradas-no-interior-de-sp.ghtml. Acesso em: 13 ago. 2024.

CAIO NOGUEIRA/TV TEM/G1

Tomates descartados às margens de estrada em Ribeirão Branco, São Paulo. Fotografia de 2020.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

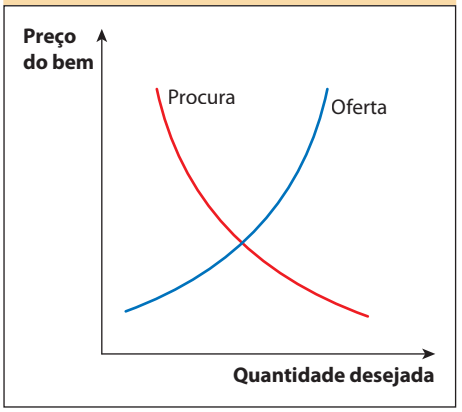
O diagrama da cruz marshalliana

A lei da oferta e da procura pode ser representada pelo diagrama da cruz marshalliana. Ele é composto de um **eixo vertical** – que representa o preço das mercadorias (bens ou serviços) – e um **eixo horizontal** – que representa a quantidade dos bens ou serviços. No diagrama, são representadas duas curvas: a de oferta e a de procura. A representação das curvas mostra que a quantidade de bens de consumo disponibilizados no mercado, bem como a demanda por eles, depende do preço.

Em geral, a **curva de procura** ou demanda tem uma inclinação negativa. De acordo com essa curva, à medida que o preço de uma mercadoria diminui, a demanda aumenta; quando o preço da mercadoria aumenta, a demanda cai. Já a **curva de oferta** tem uma inclinação positiva. Ela demonstra que, à medida que o preço de uma mercadoria aumenta, o volume – incentivado pela perspectiva de altos lucros – também aumenta. Já quando o preço diminui, o volume também decai.

A intersecção das curvas, isto é, o ponto do diagrama em que há cruzamento da curva de demanda com a curva de oferta, é chamado de **equilíbrio de mercado**. Nele, a oferta de uma mercadoria corresponde à demanda.

Diagrama da cruz marshalliana



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: MARSHALL, Alfred. **Princípios da economia**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

Segundo o diagrama idealizado pelo economista britânico Alfred Marshall, quando a quantidade ofertada de um bem se iguala a sua procura, é atingido o equilíbrio de mercado. Esse é o funcionamento da autorregulação.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Responda: em que consiste o livre mercado?
2. Explique: na concepção liberal clássica, como a lei da oferta e da procura garante o equilíbrio de mercado?
3. Argumente: a expectativa de autorregulação do mercado sempre se cumpre?

THEODOR PREISING - CPDOC/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, RIO DE JANEIRO

Queima de estoque excedente de café, em Santos, São Paulo. Fotografia de cerca de 1930.

Imagens em contexto

No Brasil, na década de 1930, a produção elevada de café para exportação foi acompanhada de uma queda global na demanda, decorrente da crise de 1929. Diante disso, aumentou demais a oferta, causando uma drástica queda no preço da mercadoria. Como forma de gerenciar a situação, o governo brasileiro implementou a política de valorização do café, que consistiu na queima do produto com a finalidade de aumentar o preço pela redução da oferta.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Reciprocidade e coesão social

Do ponto de vista da sociologia clássica, o mercado é apenas uma das instituições de que uma sociedade precisa para existir. As instituições responsáveis pela socialização asseguram que, quando algum cidadão não for capaz de garantir o necessário para sua existência ou a de seus dependentes, diferentes redes de sociabilidade atuarão para evitar sua destruição. Essas redes não funcionam conforme as leis de mercado, mas são reguladas por **princípios de reciprocidade**.

Nas ciências sociais, dá-se o nome de reciprocidade ao estabelecimento de relações de troca não fundamentadas na racionalidade econômica ocidental moderna, mas orientadas por valores afetivos e morais. Essas trocas baseiam-se na doação (**dom**), para a qual se espera, em contrapartida, outra doação (**contradom**). Nesse sentido, a reciprocidade pode ser compreendida como uma força de **coesão social** que regula as relações em uma sociedade. Isso significa que existem fatores morais e sociais que determinam as escolhas econômicas. Do ponto de vista da sociologia, portanto, a economia está imersa tanto em instituições econômicas (entre as quais o mercado) quanto nas não econômicas (como a família e a igreja).

As mercadorias fictícias

A importância das instituições não econômicas para o desenvolvimento socioeconômico foi um fenômeno estudado pelo advogado e professor de história econômica húngaro Karl Polanyi, na década de 1940. De acordo com ele, o processo econômico é instituído em diferentes arranjos institucionais, e não apenas no moderno mercado autorregulado.

Na obra *A grande transformação: as origens de nossa época*, Polanyi argumenta que o capitalismo mercantiliza aspectos fundamentais da vida humana, como a terra, o trabalho e o dinheiro, transformando-os em **mercadorias fictícias**, sujeitas às relações de mercado. Na concepção dele, essas mercadorias são fictícias porque, apesar de negociadas no mercado, não podem ser produzidas para a venda pelo trabalho assalariado.

Na análise de Polanyi, o trabalho está relacionado à vida humana, à terra e à natureza, enquanto o dinheiro está vinculado a instituições sociais, como os bancos e o Estado. É possível queimar uma safra de café para forçar a elevação dos preços, mas não se pode fazer o mesmo com o trabalho (vida), a terra (natureza) ou o Estado (instituição social) sem causar graves consequências para a existência da sociedade. Outros princípios de troca, portanto, como a reciprocidade, devem reger esses aspectos da sociedade.

EVANDRO LEAL/AGÊNCIA ENQUADRAR/FOLHAPRESS

Doação de alimentos durante a pandemia da covid-19, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Fotografia de 2021.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Explique: em que consiste o conceito de mercadoria fictícia de Karl Polanyi?
2. Infira: quais são as consequências da mercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro para a coesão social?

Imagens em contexto

No Brasil, nos anos de 2020 e 2021, durante a pandemia de covid-19, muitas pessoas enfrentaram graves dificuldades econômicas, como o desemprego e a queda na renda familiar. Diante dessa situação, associações comunitárias, movimentos sociais, entidades religiosas e outras instituições organizaram mutirões de doação de alimentos, buscando garantir a segurança alimentar da população. Esse é um exemplo de situação em que as redes de sociabilidade, baseadas em valores morais, atuam para regular a coesão social em uma situação de crise.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A intervenção do Estado na economia

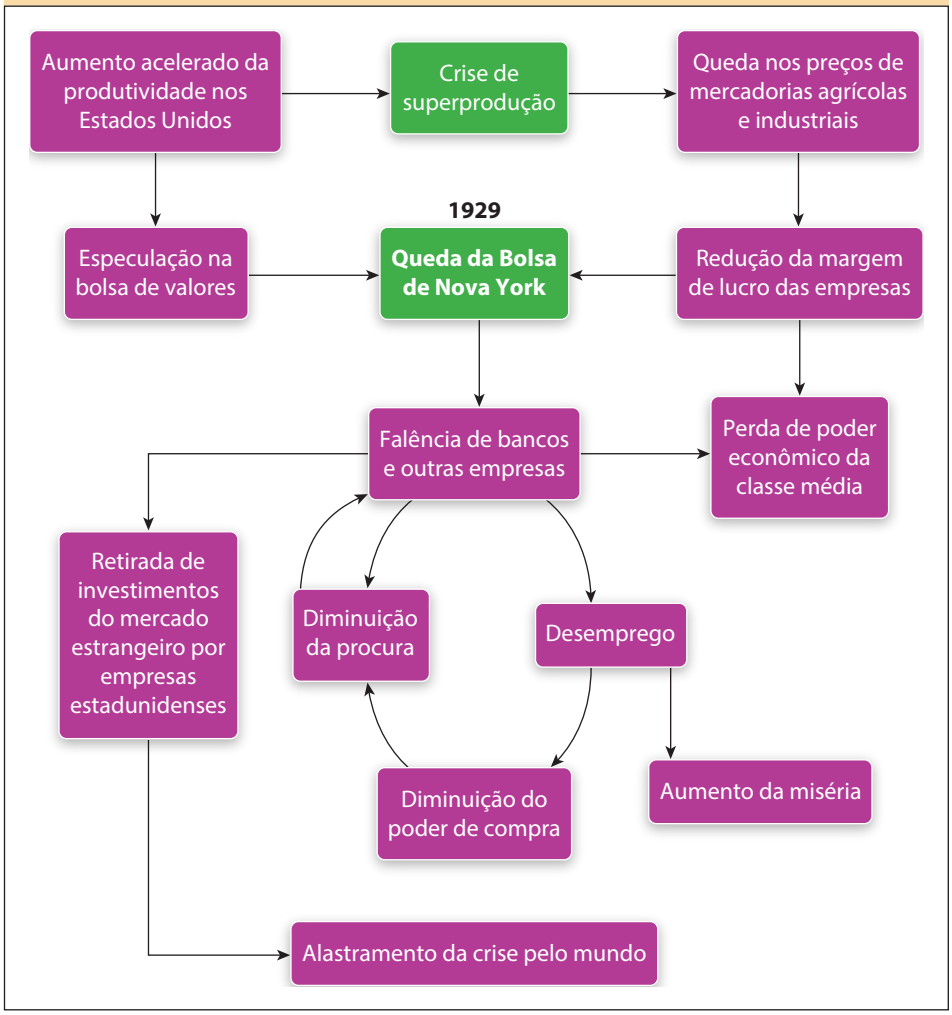
As leis de mercado postuladas pelo liberalismo econômico clássico não se mostraram suficientes para regular a vida social em momentos de crise: com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, nos Estados Unidos, muitos cidadãos empobreceram e ficaram desprotegidos. Diante dessa situação, o Estado foi obrigado a rever sua função na economia, impondo limites à autorregulação do mercado.

A política de intervenção pública na economia estadunidense foi batizada de ***New Deal*** ("Novo Acordo") e tornou-se um modelo de resposta capitalista à crise. A intervenção do Estado consistia na adoção de medidas como o aumento dos investimentos públicos, o controle dos preços e da produção e a redução da jornada de trabalho, a fim de abrir vagas para a massa de desempregados. Os defensores dessa política acreditavam que, com tais medidas, seria possível garantir a sobrevivência e o bem-estar da população e superar a crise.

Os fundamentos teóricos do *New Deal* eram inspirados no modelo proposto pelo economista britânico John Maynard Keynes. Favorável à intervenção do Estado na economia, mas sem abrir mão dos princípios do capitalismo (como propriedade privada e trabalho assalariado), o pensamento keynesiano predominou nos Estados Unidos, na Europa e em outras partes do mundo. Logo após a Segunda Guerra Mundial, serviu de parâmetro para muitos países iniciarem seus projetos de reestruturação econômica, administrativa e social.

No diagrama a seguir, estão representados os fatores que contribuíram para a quebra da Bolsa de Valores de Nova York e, consequentemente, para a necessidade de imposição de limites à autorregulação do mercado.

Mundialização da crise econômica dos Estados Unidos de 1929



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Esquema elaborado pelos autores.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O pensamento keynesiano

Conforme o pensamento keynesiano, o Estado deve agir na economia, coordenando a produção capitalista, estimulando a poupança, promovendo o desenvolvimento econômico e corrigindo possíveis distorções do mercado, bem como garantindo o pleno emprego e controlando setores estratégicos para o desenvolvimento nacional, como telecomunicações e petróleo.

Na área social, de acordo com Keynes, o Estado deve promover políticas públicas que garantam ao cidadão acesso universal a direitos sociais, como educação e saúde. Por fim, na área administrativa, deve manter o controle de seu funcionamento interno por meio de uma burocracia tecnicamente qualificada e com tarefas definidas.

Em consequência das ideias de Keynes, o desenvolvimento passou a ser compreendido como algo mais amplo do que o simples crescimento econômico, envolvendo também transformações sociais e políticas mediadas pelo Estado.

Guerra Fria: período entre o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção do bloco socialista (1991), durante o qual Estados Unidos e União Soviética disputaram a hegemonia política, ideológica, econômica e militar no mundo.

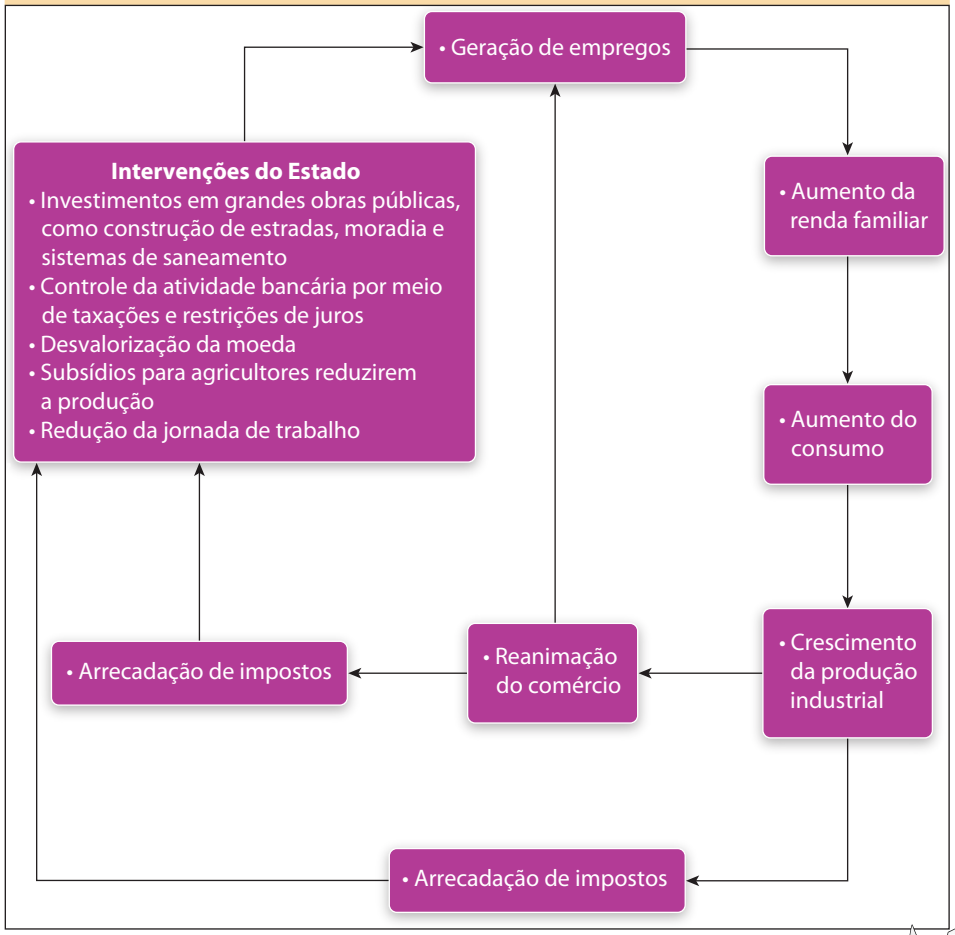
No plano ideológico da **Guerra Fria**, o projeto de fortalecimento das economias de mercado com base no Estado visava conter a expansão socialista. Por seu caráter planificado, a economia dos países socialistas não sofreu tanto com as crises econômicas que abalaram o mundo capitalista no período entreguerras. Assim, o aumento da capacidade de consumo e de expansão do comércio, bem como a estabilização das relações econômicas e a consolidação de infraestrutura – enfim, o desenvolvimento –, era um meio de fortalecer os países do bloco capitalista e impedir o avanço do bloco socialista.

O diagrama a seguir mostra as intervenções estatais que resgataram a economia capitalista e abriram caminho para o Estado de bem-estar social.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Explique: no que tange ao papel do Estado, em que divergem o liberalismo e o keynesianismo?
2. Compare a perspectiva de desenvolvimento do liberalismo com a do keynesianismo.

Solução keynesiana para a crise de 1929



Esquema elaborado pelos autores.

ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA
Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As instituições de Bretton Woods

Em julho de 1944, um ano antes do fim da Segunda Guerra Mundial, em razão das consequências da crise de 1929, associadas ao pensamento keynesiano e aos temores causados pelos regimes nazifascistas em vigor na Europa, representantes de 44 países reuniram-se na cidade de Bretton Woods, nos Estados Unidos, para estabelecer as regras comerciais e financeiras que vigorariam no mundo a partir do pós-guerra. Entre as motivações para a realização da **Conferência de Bretton Woods**, estava a intenção de estabelecer medidas para evitar outra grande crise e estabilizar a economia mundial.

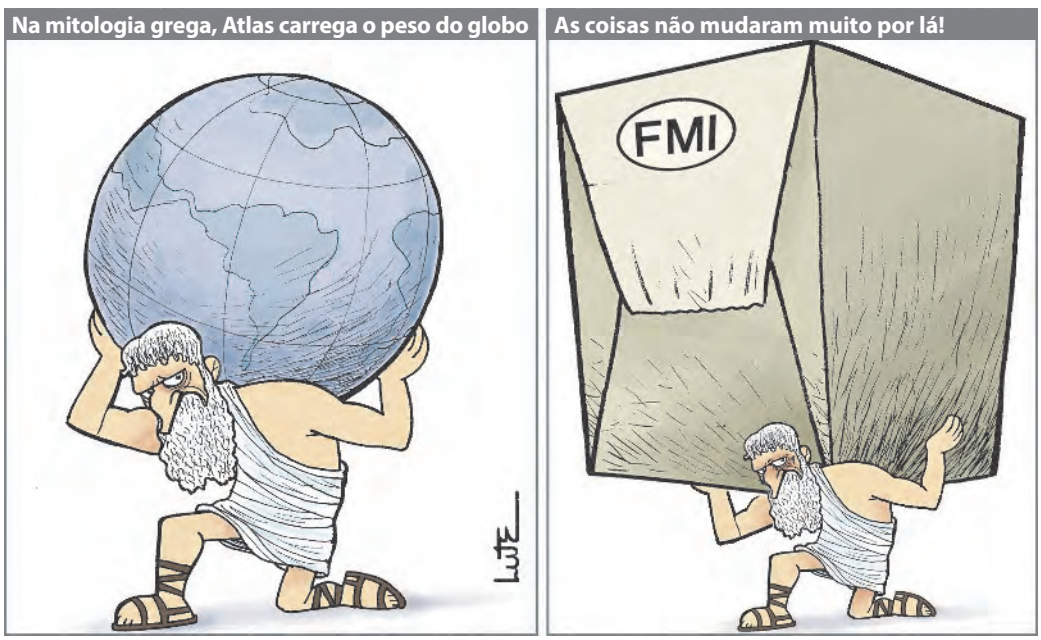
Na conferência, foram criadas grandes instituições financeiras internacionais, que até hoje balizam a economia global: o **Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird)** e o **Fundo Monetário Internacional (FMI)**, que posteriormente se tornaram partes do **Banco Mundial**.

Embora tenha participado da conferência, a União Soviética não aderiu formalmente ao sistema financeiro estabelecido pelas instituições de Bretton Woods após o fim da Segunda Guerra Mundial. O mesmo ocorreu com outros países socialistas da Europa Oriental alinhados a ela. A não adesão de alguns países partia da compreensão de que as instituições de Bretton Woods visavam atender aos interesses dos Estados Unidos e de seus principais aliados, e não promover o equilíbrio econômico e o desenvolvimento social de todas as nações.

No decorrer dos anos, países periféricos, como o Brasil, diante de problemas econômicos – como dívida externa, inflação e déficit fiscal –, recorreram às instituições de Bretton Woods em busca de socorro.

A assistência financeira promovida pelo FMI, em geral, é acompanhada da condição de que os países assistidos implementem políticas e reformas econômicas alinhadas com a concepção da instituição, o que pode implicar cortes nos gastos públicos e privatizações. Os empréstimos e a assistência técnica fornecidos pelo Banco Mundial também costumam estar condicionados à adesão ao projeto desenvolvimentista da instituição, podendo envolver implicações como a abertura ao comércio, a desregulamentação e o fortalecimento do setor privado. Nesse sentido, ao solicitar apoio às instituições de Bretton Woods, países como o Brasil tiveram sua política nacional de desenvolvimento interrompida, aderindo aos princípios dessas instituições.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



Charge de Lute, publicada no jornal *Hoje em Dia*, em 2011. A charge aborda a crise econômica na Grécia e a sua relação com o FMI.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Descreva a charge.
2. Explique a crítica feita na charge ao FMI.

A criação da Organização das Nações Unidas

Em 1945, ao final da Segunda Guerra Mundial, foi fundada a Organização das Nações Unidas (ONU). Essa instituição esteve voltada para a manutenção da ordem internacional estabelecida no pós-guerra, garantindo os direitos fundamentais em todos os países-membros e funcionando como palco para o debate sobre os objetivos e as políticas de desenvolvimento, que trariam à cena conflitos de interesse no plano internacional.

A **Assembleia Geral**, na qual todos os países-membros estão igualmente representados, é o principal espaço de debates da organização. Todas as deliberações, porém, estão subordinadas ao **Conselho de Segurança**, órgão executivo da instituição. Ele é formado por quinze membros, dos quais dez são rotativos e cinco são permanentes. Os membros permanentes – Estados Unidos, Reino Unido, França, China e Rússia – têm poder de veto sobre qualquer matéria, podendo isoladamente bloquear uma decisão ou iniciativa. Isso gera desequilíbrio e alimenta as crescentes demandas pela democratização da ONU e de seu Conselho de Segurança.

Charge de Zapiro, 2010.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Interprete a charge, descrevendo e analisando os elementos verbais e visuais nela presentes.
2. Na charge, quais são as possíveis consequências do desequilíbrio?

O modelo de Rostow

Após a Segunda Guerra Mundial, o êxito das políticas keynesianas inspirou diversas teorias de matriz liberal-capitalista sobre o desenvolvimento referenciadas na história euro-americana. Uma delas foi a teoria estrutural-funcionalista, elaborada entre os anos 1950 e 1960. Um dos principais representantes dessa teoria, que apresenta caráter linear e evolucionista, é o economista e político estadunidense Walt Whitman Rostow.

Em seu clássico *Etapas do crescimento econômico: um manifesto não comunista*, de 1959, Rostow discorre sobre uma teoria do desenvolvimento estruturada em cinco etapas, sendo a primeira a sociedade tradicional, marcada por uma economia de subsistência, e a última a do consumo de massas, em que o setor de serviços se torna dominante. Com ênfase na eficácia do livre mercado, o modelo evolucionista de Rostow converge para a perspectiva keynesiana, de acordo com a qual o governo exerce importante papel no desenvolvimento nacional.

As teorias do subdesenvolvimento

Os criadores das teorias capitalistas do desenvolvimento buscavam nas características internas dos países pobres as razões para sua condição de subordinação e subdesenvolvimento econômico. Na transição dos anos 1940 para os anos 1950, porém, foi formulada, pela **Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal)**, outra interpretação do desenvolvimento econômico e social latino-americano. Seus fundamentos foram elaborados pelo economista argentino Raúl Prebisch, ao tratar da divisão dos países em "centrais e periféricos". De acordo com Prebisch, o **centro** engloba as nações industrializadas, e a **periferia** é formada pelas nações em desenvolvimento. As desigualdades no **sistema centro-periferia** resultam, segundo o economista, do papel desempenhado pelos países nas relações internacionais: os países centrais têm comportamento ativo, ao passo que as nações periféricas têm uma conduta passiva, dependente do dinamismo interno e do crescimento das economias centrais.

A crítica à teoria das vantagens comparativas

A compreensão das desigualdades entre países periféricos e centrais derivou de uma crítica à **teoria das vantagens comparativas**. De acordo com essa teoria, fundada na economia clássica inglesa, o livre comércio e a especialização produtiva apresentam benefícios a todos os países. Para desenvolver esse argumento, parte-se do raciocínio de que, ao focar a produção eficiente de menos bens – e trocar os demais bens necessários no comércio internacional –, os países podem aumentar sua produção e seu consumo, melhorando a economia global. Para compreender essa teoria, dois conceitos são importantes: o custo de oportunidade e a vantagem comparativa.

A noção de **custo de oportunidade** vincula-se àquilo de que um produtor abre mão ao escolher produzir um bem em vez de outro. O custo de oportunidade é, portanto, o que se perde ao fazer uma escolha. O custo de oportunidade de um produtor que opta por dedicar uma hora à produção de arroz, e não de feijão, é a quantidade de feijão que ele poderia ter produzido nessa hora.

A **vantagem comparativa** é um cálculo baseado na comparação dos custos de oportunidade de diferentes produtores. Um produtor que precisa de menos horas de trabalho que outro para produzir um bem tem uma vantagem comparativa na fabricação desse bem. Se o produtor *x* tem um custo de oportunidade menor para produzir arroz do que feijão e o produtor *y* – em comparação ao primeiro – tem um custo de oportunidade menor para produzir feijão do que arroz, *x* tem vantagem comparativa na produção de arroz e *y* tem essa vantagem na produção de feijão.

Segundo esse raciocínio, é mais eficiente cada produtor se especializar na produção de um bem – o de maior vantagem comparativa – e comprar dos demais produtores os outros bens de que precisar.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CEPAL

Plenário da Cepal, em Santiago, no Chile. Fotografia de 2023.

Imagens em contexto

Instituída em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, a Cepal tem como finalidade promover o desenvolvimento da América Latina e do Caribe, contribuindo para o estreitamento das relações econômicas entre seus países-membros e os demais.

Sugestão

O longo amanhecer

Direção: José Mariani. Brasil, 2004. 73 minutos.

O documentário apresenta a vida, a obra e a trajetória política do paraibano Celso Furtado, resgatando o debate sobre o desenvolvimento econômico no Brasil, bem como sobre a criação de importantes instituições nacionais e internacionais, como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e a Cepal.

Classificação indicativa de *O longo amanhecer*: livre.

O pensamento cepalino

Com base no princípio das vantagens comparativas da economia clássica inglesa, não era possível explicar a situação da América Latina. O livre comércio beneficiava as economias centrais, que detinham muito poder sobre as economias periféricas. Essa situação resultava em uma distribuição desigual dos benefícios e das tecnologias, gerando um círculo vicioso batizado por Raúl Prebisch de **deterioração dos termos de troca**. Na análise de Prebisch, os países pobres permaneciam pobres, pois não tinham como processar as matérias-primas. Em vez de fabricar bens manufaturados de alto valor agregado, continuavam produzindo bens agrícolas primários, cujos preços diminuíam com o aumento da produção, enquanto o valor das mercadorias industrializadas importadas aumentava. Logo, os países não industrializados tinham de produzir cada vez mais matérias-primas para obter igual quantidade de bens industrializados, o que perpetuava sua condição periférica.

Por esse motivo, os pesquisadores vinculados à Cepal, que por isso eram denominados cepalinos, afirmavam que, para entender a subordinação dos países latino-americanos aos centrais, era necessário refletir sobre a América Latina tendo por base seu contexto histórico, compreendendo as especificidades locais e, consequentemente, rejeitando a aplicação de modelos importados.

Influenciados pelo pensamento keynesiano, os cepalinos afirmavam que, nos países periféricos, seria necessária uma forte atuação do Estado para incrementar a industrialização e superar a pobreza. A abertura desses países aos investimentos estrangeiros também era admitida e incentivada pelos cepalinos, para que eles pudessem acelerar seu ritmo de industrialização. Nos anos 1950, as medidas baseadas nessas ideias passaram a ser conhecidas como **substituições de importações**. Isso significava rejeitar a ideia de que seria mais eficiente manter a vocação agrário-exportadora dos países latino-americanos – como postulava o princípio das vantagens comparativas – e estabelecer um parque industrial capaz de suprir o mercado interno.

Imagens em contexto

Na análise de Prebisch, que ganhou notoriedade na década de 1950, como o preço dos produtos primários, nos quais a América Latina se especializava, baixava, enquanto o dos produtos manufaturados, que se compravam dos países industrializados, aumentava, seria necessário vender cada vez mais produtos primários para comprar os mesmos bens industrializados. Segundo esse raciocínio, para romper a subordinação, era necessário que a América Latina se industrializasse.

A teoria de Prebisch

Fonte: RAÚL Prebisch e os desafios do desenvolvimento no século XXI. **Biblioguías**, 6 abr. 2023. Disponível em: https://biblioguias.cepal.org/prebisch_pt. Acesso em: 9 out. 2024.

ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA
Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A caracterização do subdesenvolvimento por Celso Furtado

A vertente da teoria do subdesenvolvimento iniciada por Raúl Prebisch centrava suas críticas nos aspectos econômicos que sustentavam as desigualdades existentes entre países centrais e periféricos, mas não tratava com profundidade das estruturas de dominação política internacional que organizavam e mantinham as relações entre centro e periferia. Era preciso estender a análise econômica para os campos da política e da cultura, a fim de traçar um diagnóstico mais preciso da situação do subdesenvolvimento e implementar políticas mais eficazes para sua superação.

Em sua obra, o brasileiro Celso Furtado apresenta um esforço para caracterizar o **subdesenvolvimento** nessa perspectiva. Furtado argumenta que o subdesenvolvimento resulta de um processo histórico não necessariamente relacionado às etapas pelas quais passaram as economias centrais. Nesse sentido, o subdesenvolvimento não deve ser caracterizado como um estágio inferior da história econômica mundial, mas como uma condição que resulta do próprio desenvolvimento alcançado pelos países capitalistas centrais.

Furtado destaca o fato de que **crescimento** e **desenvolvimento** são categorias diferentes: a primeira diz respeito ao aumento da produção; a segunda, a suas consequências para a economia da sociedade. Como forma de superação do subdesenvolvimento, Furtado defende ampla participação do Estado no planejamento econômico, em parceria com o capital nacional. Além disso, propõe a ampliação do desenvolvimento tecnológico, o que deve ser impulsionado por uma indústria local diversificada e apoiada pela demanda interna.

A teoria de Celso Furtado sobre o subdesenvolvimento contribuiu com ideias originais para outros estudos e para a economia no Brasil e na América Latina, rompendo com o pensamento vigente em sua época, e abriu caminho para a produção de diagnósticos e políticas nacionais sobre os problemas da sociedade brasileira e dos demais países periféricos.

Sugestão

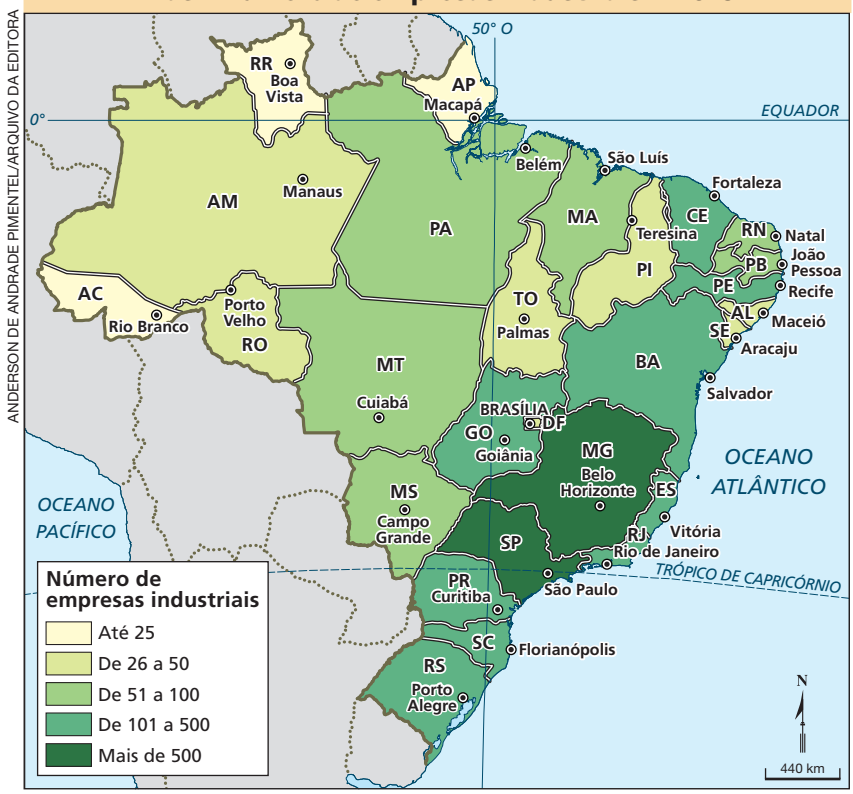
Um sonho intenso

Direção: José Mariani. Brasil, 2014. 101 minutos.

Nesse documentário, são abordadas questões como desenvolvimento e subdesenvolvimento do Brasil, com base em entrevistas com sociólogos, economistas e historiadores importantes. Além de apresentar a história do Brasil a partir dos anos 1930, nesse filme discute-se uma série de perspectivas sobre o nível de desenvolvimento do país e sobre seu futuro.

Classificação indicativa de *Um sonho intenso*: 10 anos.

Brasil: número de empresas industriais – 2019



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas geográfico escolar**. 9. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. p. 143.

Explore RESPONDA NO CADERNO.

1. Analise o mapa e responda: quais são as unidades da federação com maior número de indústrias?
2. Quais são as unidades da federação brasileiras que apresentam menos indústrias?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Teoria da dependência

Com base nas reflexões de Raúl Prebisch e Celso Furtado, foi elaborada uma segunda vertente teórica do subdesenvolvimento, depois denominada teoria da dependência. Inicialmente proposta por sociólogos como o brasileiro Fernando Henrique Cardoso e o chileno Enzo Faletto, que mantiveram a crítica econômica anterior, essa vertente avançou de maneira progressiva para uma perspectiva de viés marxista.

Em linhas gerais, os elaboradores da teoria da dependência apontavam a importância de analisar a relação entre o imperialismo – a dominação econômica e política que um país ou região exerce sobre outros povos – e as classes dominantes locais, para a compreensão do subdesenvolvimento. Essa relação pode ser formal, mediante acordos e tratados, ou informal, por força das relações comerciais, diplomáticas etc. Além disso, eles argumentavam que os mercados, a tecnologia e as finanças que tinham origem nos países centrais colocavam a periferia em situação de dependência.

A teoria da dependência, por um lado, não acrescenta inovação ao explicar a realidade latino-americana, pois o capitalismo internacional historicamente imprimiu um sistema político de exploração entre nações centrais e periféricas; por outro lado, porém, ela pode inspirar um projeto nacional para os países dependentes.

Na corrente da teoria da dependência, a interpretação sobre o desenvolvimento passa pela relação entre a economia e as esferas de poder. Para os teóricos dessa corrente, as escolhas econômicas nunca são neutras e estão sempre pautadas por um princípio político, isto é, privilegiam determinados interesses em detrimento de outros.

Inauguração de fábrica de automóveis e peças em São Bernardo do Campo, São Paulo. Fotografia de 1958.

ESTADÃO CONTEÚDO
Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Imagens em contexto

Sobretudo a partir da década de 1950, diferentes montadoras internacionais estabeleceram fábricas no país, atraídas por políticas de incentivo à industrialização e à substituição de importações. Impulsionada por capital estrangeiro, a instalação da indústria automobilística no Brasil – com empresas, que não só montavam veículos, mas também produziam peças – foi favorecida com o objetivo de promover a industrialização, reduzindo a dependência de importações. O fenômeno exemplifica a dinâmica descrita pela teoria da dependência: se, por um lado, o capital estrangeiro possibilitou a industrialização, fornecendo tecnologia e implementando sistemas produtivos, por outro gerou uma dependência tecnológica que reforça a posição subalterna do Brasil no sistema econômico global.

Dependência, poder e dominação

A questão do desenvolvimento envolve o poder, ou seja, a capacidade de definir o limite em que determinados grupos dominantes podem ter seus interesses contrariados sem que se estabeleça uma crise. Portanto, os caminhos propostos para o desenvolvimento passam pelas disputas políticas e pelos interesses dos grupos dominantes, e as pressões sociais decorrentes desse processo incidem diretamente sobre o Estado e seus projetos.

Os interesses das forças imperialistas externas, por sua vez, podem coincidir com os valores, os projetos e as perspectivas dos grupos dominantes (hegemônicos) nos países periféricos, o que configura um sistema fundado na relação entre duas dimensões de poder: uma doméstica e outra internacional. De acordo com essa perspectiva, a dependência não resulta apenas de uma força estrutural externa, mas também da construção da hegemonia de grupos e classes sociais internos. Em suma, a dependência deve ser considerada um mecanismo de dominação baseado tanto nos interesses dos grupos hegemônicos internos como nos daqueles de origem estrangeira.

A partir dessa ideia, os teóricos da dependência introduziram o conceito de dominação na análise econômica para explicar o fato de que a exploração e as desigualdades entre os países centrais e periféricos estão assentadas em outras bases. Em outras palavras, por meio do pesado investimento estrangeiro feito pelas multinacionais, da extração das riquezas naturais dos países dependentes, do apoio que deram (e ainda dão) às ditaduras nos países pobres e do crescente endividamento externo dos países periféricos, que aumenta sua dependência em relação aos credores, as nações ricas mantêm sua dominação sobre as pobres. Com base na teoria da dependência, compreende-se que, nos países da América Latina, as dificuldades estruturais, em princípio, são muito mais graves e socialmente danosas do que as vivenciadas pelos Estados Unidos e pelos demais países do centro do capitalismo mundial.

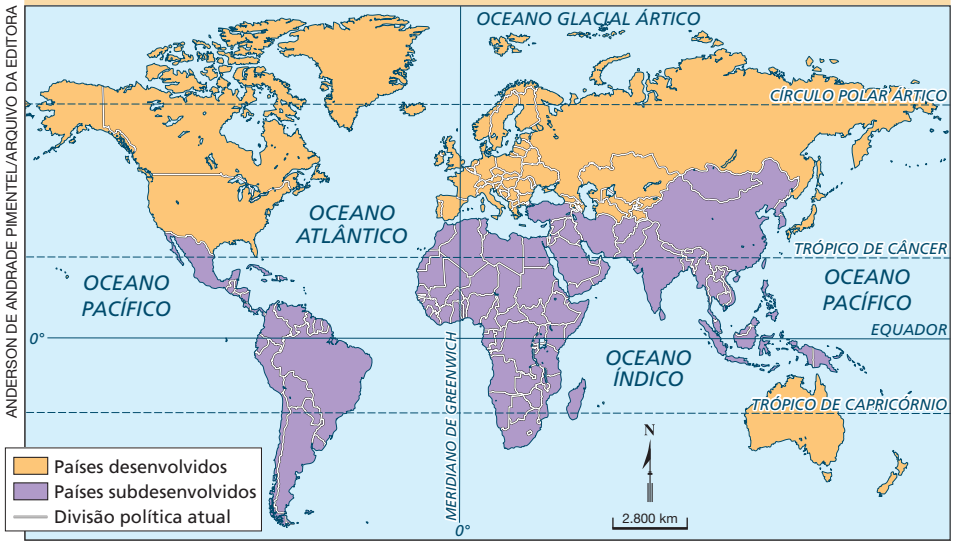
Sugestão

As veias abertas da América Latina

Eduardo Galeano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

O livro do escritor uruguaio, um clássico latino-americano, explica a conexão das riquezas dos países europeus e dos Estados Unidos com a pobreza das ex-colônias, relacionando a questão do desenvolvimento e das desigualdades à herança da colonização.

Mundo: países desenvolvidos e subdesenvolvidos



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fontes: KIDRON, Michael; SEGAL, Ronald. **Atlas del estado del mundo**. Barcelona: Serbal, 1982. p. 43; IBGE. **Atlas geográfico escolar**. 9. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. p. 41a.

Imagens em contexto

Os termos *desenvolvido* e *subdesenvolvido* expressam as diferenças de ordem econômica entre os países que se industrializaram nos séculos XVIII e XIX e no início do XX e os países que tiveram seu desenvolvimento ditado pelas metrópoles coloniais ou neocoloniais. A distribuição espacial dos países desses dois grupos explica a denominação de uma divisão regional bastante utilizada, principalmente em estudos geopolíticos: a regionalização norte-sul. Perceba que a linha que delimita essa divisão não coincide com a Linha do Equador, que divide o planeta em hemisférios norte e sul.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A abordagem neoliberal do desenvolvimento

Apesar de seus êxitos, a teoria da dependência perdeu o espaço no debate político e econômico dos anos 1990 e 2000, quando o **neoliberalismo** tornou-se hegemônico. Nesse período, a ação do Estado como agente de desenvolvimento foi rediscutida pelos países centrais e pelas instituições financeiras internacionais, por eles controladas – como o FMI e o Banco Mundial. Contribuiu para a redefinição do papel do Estado a crise econômica internacional dos anos 1970 e 1980 – derivada do aumento dos preços do petróleo e da crise financeira que se abateu sobre países como o México, a Argentina e o Brasil. Teve também papel importante nessa redefinição a crescente incapacidade de o Estado de bem estar-social financiar políticas públicas que atendessem às demandas dos diferentes segmentos da economia e da sociedade.

A busca pela superação da crise no sistema capitalista teve como eixo o resgate dos fundamentos do liberalismo clássico e resultou em uma drástica redução do papel do Estado na economia. Dessa maneira, privatizações foram estimuladas pelas reformas econômicas associadas às condições impostas pelas agências multilaterais. A maioria dos governos latino-americanos submeteu-se ao tripé **desregulação**, **privatização** e **abertura econômica** como receita para a recuperação de sua economia.

Contudo, tal como ocorreu no passado, os princípios liberais não foram suficientes para a promoção do desenvolvimento. Na dinâmica das relações internacionais, os países centrais continuaram a fornecer socorro econômico (financiamentos, empréstimos etc.) quando necessário, mas sob condições. Além disso, as nações em desenvolvimento em geral não produzem os bens e a infraestrutura de que necessitam. Então, estão sempre recorrendo aos capitais, às tecnologias, aos produtos e a outros elementos dos países desenvolvidos. Assim, os países em desenvolvimento mantêm-se endividados e obrigados a aceitar as condições impostas pelos países centrais e pelas agências multilaterais. Consequentemente, as causas da dependência permanecem.

Em síntese, infere-se que, sob o domínio do neoliberalismo, o subdesenvolvimento continua existindo, e as nações desenvolvidas tendem a manter seu padrão de desenvolvimento (apesar das crises que atravessam, como ocorre desde 2008). Logo, a desigualdade pode ser considerada uma condição inerente à modernidade. A divisão internacional do trabalho e a dinâmica das relações internacionais retroalimentam o ciclo vicioso que separa os países em centrais e periféricos, desenvolvidos e em desenvolvimento.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Imagens em contexto

A América Latina, como região periférica e dependente, é submetida às decisões políticas e econômicas dos Estados Unidos e dos demais países centrais. Muitas vezes, essa dominação é expressa pela submissão da região a agências multilaterais, como o Banco Mundial e o FMI.

Charge de Luigi Rocco, 2004.

O debate sobre o desenvolvimento a partir dos anos 1990

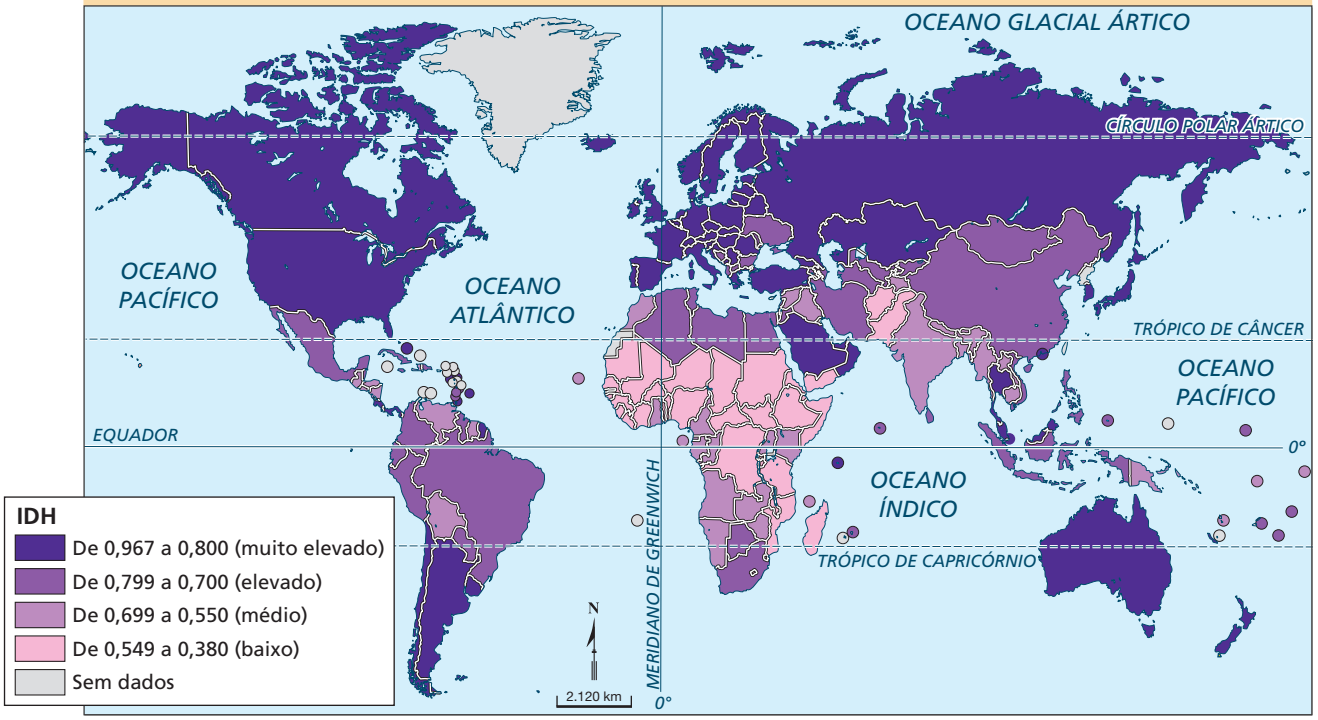
Com a implantação das políticas neoliberais, milhões de pessoas ficaram desempregadas e empobrecidas a partir dos anos 1990. Por isso, a questão do desenvolvimento e das soluções para os problemas ligados a ele voltou a ser debatida. Com a industrialização crescente de alguns países, como o Brasil, o crescimento econômico – cujos principais indicadores são o PIB e os números absolutos da balança comercial e do consumo (gasto das pessoas, empresas, Estado) – convivia com elevados índices de concentração de renda, analfabetismo, fome e mortalidade infantil. A forma de classificação dos países mudou: os subdesenvolvidos se tornaram países **em desenvolvimento** e, posteriormente, **emergentes**. Era preciso que as conquistas da economia se refletissem no aumento do bem-estar, que, por sua vez, deveria ser definido e medido adequadamente. Nesse contexto, o pensamento desenvolvimentista voltou a se fazer presente, apontando alternativas para os países e sociedades periféricos.

Em 1993, o indiano Amartya Sen e o paquistanês Mahbub ul Haq criaram um índice que incluía o ser humano e seu bem-estar na avaliação do desempenho econômico de uma nação: o **Índice de Desenvolvimento Humano** (**IDH**). No cálculo desse índice, consideram-se o PIB *per capita* (obtido por meio da divisão do PIB pelo número de habitantes do país), a longevidade (medida pela expectativa de vida) e os indicadores relacionados à educação (taxa de alfabetização e taxa de matrícula).

Assim, uma ideologia baseada no crescimento econômico (neoliberalismo) foi substituída por outra, fundamentada no desenvolvimento humano, com base na qual o crescimento econômico era relacionado à necessidade de a população fazer suas escolhas e, assim, exercer de fato a cidadania.

Anualmente, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento realiza uma análise global que classifica os países segundo o IDH em quatro categorias: muito elevado, elevado, médio ou baixo. No Relatório do Desenvolvimento Humano 2023-2024, que examina dados referentes ao ano de 2022, a Suíça ocupou a posição de país avaliado como melhor IDH do *ranking* (0,967), o Brasil ocupou a posição 89 (0,760), e a Somália ficou na última posição (0,380).

Mundo: Índice de Desenvolvimento Humano – 2022



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: PNUD. **Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2023-2024** – visão geral. Nova York: Pnud, 2023. p. 44-47.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O debate desenvolvimentista no século XXI

Os diferentes processos de transformação que ocorreram nos anos 1990 e envolveram tanto a revolução nas tecnologias de comunicação quanto o fim da Guerra Fria (com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e a dissolução da União Soviética, em 1991) contribuíram para a mudança na compreensão do desenvolvimento. Além do ser humano, o meio ambiente passou a ser considerado importante, em virtude do uso crescente de recursos não renováveis, da destruição de ecossistemas e da poluição da atmosfera provocada pelo crescimento industrial.

Ainda nos anos 1990, destacou-se o pensamento de Manuel Castells. De acordo com esse sociólogo, o modo de desenvolvimento preponderante no futuro próximo não será mais baseado na indústria, mas no conhecimento. Dessa forma, conforme Castells, em vez do industrialismo, a sociedade atual vive no **informacionalismo**. Nessa era da informação, as tecnologias mais importantes se relacionam à informática, pois possibilitam a expansão do conhecimento e o aumento do fluxo de informações. O desenvolvimento, na teoria de Castells, está ligado à capacidade de incentivar os avanços da tecnologia e de valorizar o conhecimento.

O debate desenvolvimentista continua no século XXI. Uma das proposições mais conhecidas na década de 2020 é a de Ha-Joon Chang, que escreve desde os anos 1990 sobre economia do desenvolvimento, capitalismo, propriedade intelectual e indústria. Ele é um dos mais reconhecidos economistas contrários aos princípios liberais de não intervenção do Estado na economia, mas ainda considera o capitalismo o melhor sistema de produção e de trocas criado pelos seres humanos, apesar de suas crises.

Sua crítica ao capitalismo contemporâneo decorre de sua avaliação histórica da evolução desse sistema socioeconômico. Segundo ele, para alcançar seu atual *status*, as potências desenvolvidas precisaram contrariar os princípios liberais radicais e operar uma efetiva intervenção estatal na economia. A política econômica que orientou seu desenvolvimento seguiu diferentes princípios de planejamento, como o fortalecimento de um Estado empenhado em garantir direitos – por exemplo, acesso a tratamento médico, educação e habitação –, e o protecionismo econômico.

O **protecionismo econômico** é um mecanismo usado para salvaguardar as indústrias nacionais da concorrência externa. Essa proteção é feita por meio de aumento da carga tributária sobre a importação de gêneros agrícolas e manufaturados, da criação de normas restritivas para a entrada de produtos estrangeiros e da utilização de subsídios (créditos, incentivos fiscais etc.) governamentais para baratear os produtos nacionais.

JEAN-CHRISTOPHE VERHAEGEN/AFP/GETTY IMAGES

Colheita de trigo em Lommerange, na França. Fotografia de 2024. Um dos principais produtos agrícolas exportados pela França é o trigo.

Imagens em contexto

No contexto internacional, a França é um exemplo de país que pratica o protecionismo econômico. O país liderou a construção histórica da Política Agrícola Comum da União Europeia, unificando regras para o setor do agronegócio e planificando subsídios às atividades agrícolas de seus países-membros. Em 2023, a França foi o principal beneficiário dos subsídios fornecidos pela União Europeia diretamente aos agricultores franceses e por meio de ajuda financeira para o desenvolvimento das atividades rurais no país. Os franceses justificam o protecionismo argumentando que se trata de uma política voltada a garantir a segurança alimentar da população e a sobrevivência da agricultura nacional.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Ha-Joon Chang demonstrou que as estratégias de desenvolvimento e modernização adotadas pelos países desenvolvidos não foram reproduzidas, desde o início, pelos países periféricos. Na obra *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*, de 2002, ele argumenta que os países desenvolvidos estão "chutando a escada" pela qual subiram ao topo ao impedir que países em desenvolvimento adotem as políticas e as práticas que eles próprios usaram.

Os Estados desenvolvidos impõem àqueles em desenvolvimento políticas liberais e de austeridade fiscal não adotadas por eles em seu processo de formação nacional. Um exemplo de política liberal imposta como regra para países em desenvolvimento que buscam superar a pobreza e a estagnação econômica é a prática do livre-comércio. O princípio de trocas comerciais livres de impostos e barreiras, apresentado como solução para nações emergentes ou em desenvolvimento, não foi adotado pelos países desenvolvidos. Para crescer com autonomia, eles se valeram das práticas que hoje condenam, como o protecionismo econômico.

Também são impostas aos países em desenvolvimento as **políticas de austeridade fiscal**, medidas econômicas adotadas para reduzir o déficit público e a dívida do governo por meio do corte de gastos do Estado, do aumento de impostos ou de ambos. No Brasil, a Emenda Constitucional 95, promulgada em 2016, é um exemplo de política de austeridade fiscal.

Essas medidas costumam ser adotadas em momentos de crise econômica para controlar o crescimento de despesas do Estado. Defensores das políticas de austeridade fiscal argumentam que elas são necessárias para estabilizar as finanças do governo. Os críticos a elas, por sua vez, apontam seus efeitos negativos sobre o crescimento econômico e a qualidade de vida da população.

Na contramão das políticas de austeridade, alguns economistas defendem a ideia de que, em momentos de crise, o Estado deve elevar os gastos públicos a fim de estimular o crescimento econômico e reduzir o desemprego.

Muitos sociólogos, economistas e outros intelectuais estão estudando a globalização e suas relações com o neoliberalismo e com o desenvolvimento. Como resultado desses estudos, muitos defendem o resgate do desenvolvimento como paradigma de atuação do Estado e das instituições financeiras internacionais.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

LUIZ SOUZA/FOTOARENA

Manifestação contra a austeridade fiscal durante a tramitação no Congresso Nacional da Proposta de Emenda Constitucional 241, de 2016, que impôs um teto aos gastos públicos no Brasil, no centro da capital do Rio de Janeiro. Fotografia de 2016.

Imagens em contexto

Em dezembro de 2016, a proposta de Emenda Constitucional 241 foi aprovada, tornando-se a Emenda Constitucional 95, que impôs uma restrição aos gastos públicos brasileiros por vinte anos. Com base nesse dispositivo, as despesas não poderiam ultrapassar o limite gasto no ano anterior à aprovação da emenda, corrigido pela inflação. Os cortes limitaram os serviços públicos de educação e saúde, afetando, sobretudo, a população mais pobre.

Os “excluídos” da globalização

Desde o início do século XXI, principalmente depois da crise econômica e política deflagrada em 2008, voltou à cena o debate sobre os “excluídos” da globalização, isto é, os grupos ou classes sociais mais prejudicados na atual conjuntura econômica, sobretudo os jovens.

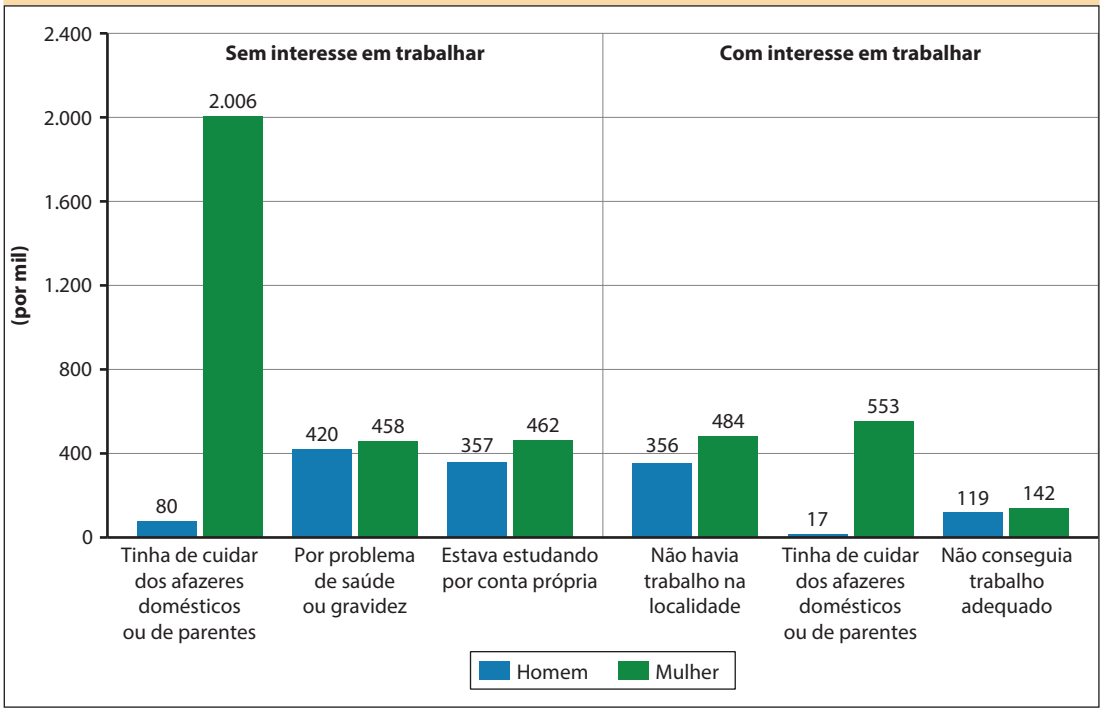
Os chamados *Neet* (sigla da expressão em inglês *Not in Education, Employment or Training*, que significa “fora da escola, do trabalho ou de uma capacitação”) constituem uma das principais preocupações nas políticas públicas, pois estão excluídos dos eventuais efeitos benéficos da globalização em virtude de uma “ausência estrutural” que apresenta consequências nocivas para o presente e o futuro.

Seguindo essa tendência, em 2022, de acordo com informações obtidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 22,3% dos jovens de 15 a 29 anos no país não estudavam nem trabalhavam. O índice corresponde a 10,9 milhões de pessoas. Nesse grupo, foi possível verificar, ainda, desigualdades de gênero e raça: 43,3% eram mulheres negras, 24,3% eram homens negros, 20,1% eram mulheres brancas e 11,4% eram homens brancos.

Assim, no debate contemporâneo sobre globalização, o desenvolvimento vem sendo resgatado como paradigma oposto ao neoliberalismo. Seu propósito seria restabelecer níveis de emprego e de “inclusão” desses grupos, deslocados do mercado de trabalho e da esfera de direitos pelas políticas restritivas implementadas com base no ideário neoliberal.

O desenvolvimento também é a base de algumas ações políticas inovadoras no cenário internacional, como a proposição do Banco do Brics, uma iniciativa conjunta de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul alternativa às instituições de Bretton Woods, para prestar socorro financeiro a países em desenvolvimento e auxiliá-los na superação dessa posição.

Brasil: jovens que não estudam nem trabalham – 2022



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: BRITTO, Vinícius. Um em cada cinco brasileiros com 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupado em 2022. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 6 dez. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38542-um-em-cada-cinco-brasileiros-com-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupado-em-2022. Acesso em: 15 ago. 2024.

Explore

RESPONDA NO CADERNO.

1. Analise o gráfico. O que ele revela?
2. Que medidas poderiam ser adotadas para enfrentar a situação?

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O capitalismo e as novas perspectivas sobre o desenvolvimento na globalização

A queda do Muro de Berlim em 1989 e a expansão global do capitalismo a partir dos anos 1990 trouxeram novas perspectivas para a discussão sobre desenvolvimento. Já se sabia que, no processo de acumulação do capitalismo, era necessária a expansão territorial. A diferença do desenvolvimento desse processo entre as nações era o foco das análises das teorias do século XX. Tentava-se compreender essas diferenças como intrínsecas ao sistema econômico dividindo os países em uma escala de desenvolvimento ou identificando as nações que poderiam ser consideradas de economia dependente, embora integradas ao sistema.

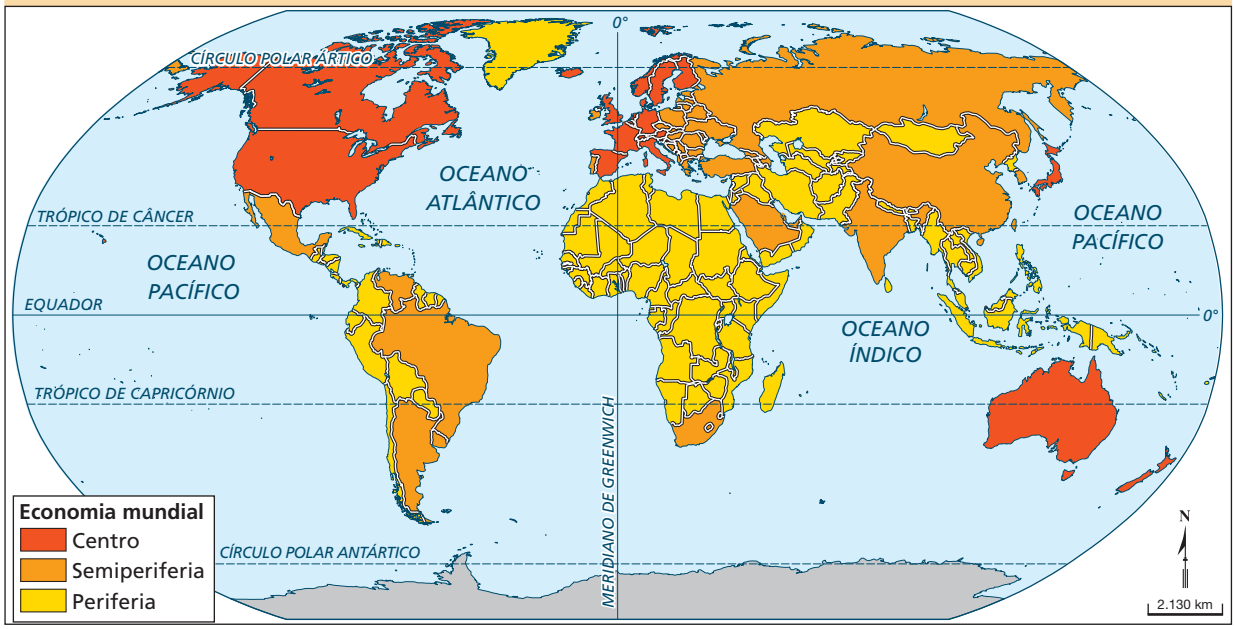
Nos anos 1990, formaram-se outras correntes teóricas sobre o desenvolvimento. Uma delas é a que abrange as **teorias das variedades de capitalismo**. A principal proposta dos elaboradores dessas teorias é analisar a relação das instituições políticas com o mercado, considerando o escopo nacional-institucional central para a modulação dos mercados. Peter Hall e David Soskice afirmam que as convergências para um modelo neoliberal não se concretizaram de fato, pois os Estados nacionais moldavam sua economia para a entrada na globalização em uma complementaridade institucional e em suas vantagens competitivas.

Antes dessas correntes, outra teoria era desenvolvida desde os anos 1970 pelo sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein: a **teoria do sistema-mundo**. Com base nela, considera-se o capitalismo um sistema global dividido em áreas de desenvolvimento desigual – **centro**, **periferia** e **semiperiferia** –, como representado no mapa desta página. Nessa perspectiva, não existem estágios de desenvolvimento do capitalismo, mas zoneamentos criados pelo sistema-mundo capitalista, com diferentes graus de desenvolvimento econômico e social gerados pelas contradições internas do sistema.

Immanuel Wallerstein utiliza as teorias da dependência e as pesquisas sobre a independência de ex-colônias africanas para avançar nos estudos sobre o capitalismo mundial. Atentando para a divisão técnica e tecnológica do capitalismo, que gera zonas de maior ou menor grau de lucro nas cadeias de valor, o sociólogo sublinha as trocas desiguais entre nações ou regiões que foram incorporadas na hierarquia do sistema-mundo. O teórico salienta o fato de que o capitalismo, desde sua implantação, incorpora, aos poucos, zonas do globo, formando-se os Estados-nação e a divisão internacional do trabalho, com o intuito de gerar excedentes com distribuições desiguais.

Diferentemente das teorias da dependência, a teoria do sistema-mundo parte da "totalidade" capitalista e da incorporação de regiões no globo, e não da formação das nações e de sua inserção em um sistema, que posteriormente se torna global. Entretanto, muitos teóricos da dependência, como o economista político e sociólogo brasileiro Theotonio dos Santos e o sociólogo alemão André Gunder Frank, passaram a contribuir para a teoria do sistema-mundo, combinando a análise dos ciclos econômicos e dos ciclos históricos de longo prazo.

Mundo: zoneamento do sistema-mundo capitalista – 1974



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: ELWELL, Frank Wallerstein. Wallerstein's World-Systems Theory. **Sociocultural Systems**: Principles of Structure and Change. Alberta (Canadá): Athabasca University Press, 2013.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O Brics e o desenvolvimento dos países periféricos

A sigla Bric foi criada em 2001 pelo economista inglês Jim O'Neill. Esse executivo do grupo financeiro Goldman Sachs queria se referir aos países que, em sua visão, em poucos anos estariam entre as grandes potências globais. Esses países seriam Brasil, Rússia, Índia e China. A proposição de O'Neill foi imediatamente acolhida pelos países destacados, que, desde então, formam um grupo de cooperação política. Desde a realização de sua primeira reunião de cúpula, na cidade de Ecaterimburgo, na Rússia, em julho de 2009, os países-membros do Bric procuram coordenar suas ações políticas e avançar na cooperação econômica e financeira. Em dezembro de 2010, o grupo acolheu a África do Sul, motivo pelo qual passou a ser conhecido como **Brics** (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, cujo nome, em inglês, é *South Africa*).

Do ponto de vista da geopolítica, ou seja, das relações entre espaço, poder e posição, o Brics apresenta-se como um bloco marcado pela força militar da Rússia, pelo crescimento econômico da China, pelo desenvolvimento tecnológico da Índia e pelo potencial produtivo do Brasil e da África do Sul. Além disso, reúne países com grande extensão territorial, vasto contingente populacional e situados em diferentes regiões do planeta. No campo político, esses países buscam ampliar sua participação em agências multilaterais, como o FMI, bem como democratizar a ONU e seu Conselho de Segurança, do qual já fazem parte a Rússia e a China. Nos campos econômico e financeiro, em que se destacam iniciativas como o financiamento a projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, a ação mais importante foi a criação do Novo Banco de Desenvolvimento, mais conhecido como Banco do Brics.

Nos dias 22 e 23 de agosto de 2023, aconteceu, na cidade de Johanesburgo, na África do Sul, a Décima Quinta Cúpula do Brics. Além de reafirmar compromissos e de se posicionar sobre diversos assuntos políticos, os líderes do Brics anunciaram a entrada de novos países. Em janeiro de 2024, passaram a integrar o grupo a Arábia Saudita, o Egito, a Etiópia, o Irã e os Emirados Árabes Unidos.

Analise, a seguir, alguns trechos da Declaração de Johanesburgo II, produzida com base na Décima Quinta Cúpula do Brics.

2. Reafirmamos o nosso compromisso com o espírito do Brics de respeito e compreensão mútuos, igualdade soberana, solidariedade, democracia, abertura, inclusão, colaboração reforçada e consenso. À medida que aproveitamos os 15 anos de Cúpulas do Brics, comprometemo-nos ainda mais a reforçar o quadro de cooperação mutuamente benéfica do Brics sobre os três pilares da cooperação política e de segurança, econômica e financeira, e cultural e interpessoal, e a melhorar a nossa parceria estratégica em benefício dos nossos povos por meio da promoção da paz, de uma ordem internacional mais representativa e mais justa, de um sistema multilateral revigorado e reformado, do desenvolvimento sustentável e do crescimento inclusivo.

[...]

Reconhecemos que os investimentos em infraestrutura amparam o desenvolvimento humano, social, ambiental e econômico. Notamos que a procura por infraestrutura está crescendo, com maior necessidade de escala, inovação e sustentabilidade. Destacamos que os países do Brics continuam a oferecer excelentes oportunidades de investimento em infraestrutura. A respeito disso, reconhecemos ainda que a alavancagem dos recursos limitados dos governos com vistas a catalisar o capital privado, a experiência e a eficiência será fundamental para eliminar a lacuna de investimento em infraestrutura nos países do Brics.

[...]

Aceitamos assumir os desafios impostos pelas alterações climáticas, assegurando ao mesmo tempo uma transição justa, acessível e sustentável para uma economia de baixo carbono e baixas emissões, [...] à luz das diferentes circunstâncias nacionais. Defendemos transições justas e sustentáveis, baseadas em prioridades de desenvolvimento definidas em nível nacional, e apelamos aos países desenvolvidos para que liderem pelo exemplo e apoiem os países em desenvolvimento no rumo de tais transições.

[...]

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

61. Ademais, instamos os países desenvolvidos a honrarem os seus compromissos, incluindo a mobilização de 100 bilhões de dólares por ano de 2020 até 2025 para apoiar a ação climática nos países em desenvolvimento. Além disso, a importância de duplicar a adaptação do financiamento até 2025 em relação à base de 2019 também é a chave para implementar ações de adaptação. Outrossim, esperamos estabelecer um ambicioso Novo Objetivo Coletivo Quantificado antes de 2025, conforme as necessidades e prioridades dos países em desenvolvimento. Isso exigirá maior apoio financeiro dos países desenvolvidos, que seja adicional, baseado em subvenções e/ou concessões, entregue a tempo e adequado para levar adiante as ações de adaptação e mitigação de forma equilibrada. Isso se estende ao apoio à implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs).

BRICS. **Johannesburg II Declaration**: BRICS and Africa: Oartnership for Mutually Accelerated Growth, Sustainable Development and Inclusive Multilateralism. Sandton, South Africa, 23 aug. 2023. (Tradução nossa). Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/08/em-declaracao-conjunta-lideres-do-brics-anunciam-a-entrada-de-seis-novos-paises/jhb-ii-declaration-24-august-2023.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

GIANLUIGI GUERCIA/AFP/GETTY IMAGES

Líderes da Décima Quinta Cúpula do Brics, em Johanesburgo, África do Sul. Fotografia de 2023. No evento, Brasil, China, África do Sul, Índia e Rússia discutiram os rumos do bloco e o posicionamento dos países emergentes em assuntos estratégicos nos âmbitos político e econômico.

ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO.

1. Explique a importância geopolítica e econômica do Brics para os países em desenvolvimento.
2. Com base nos trechos da Declaração de Johanesburgo II, avalie as cobranças que os países do Brics fazem aos países desenvolvidos.
3. Faça uma análise crítica do texto, refletindo sobre a possibilidade de o Brics conciliar os interesses das agências financeiras com o "desenvolvimento sustentável" e o "crescimento inclusivo" nos países periféricos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Atividades

RESPONDA NO CADERNO.

1. Apesar de muitas vezes confundidos, os conceitos de crescimento econômico e de desenvolvimento são distintos. Uma diferença entre esses conceitos está no fato de que o desenvolvimento está diretamente relacionado à dimensão:

a. política, pois enfatiza a participação política dos cidadãos na esfera formal de representação.

b. social, uma vez que se refere à melhoria das condições de vida das pessoas de forma autônoma.

c. cultural, uma vez que fomenta a tolerância e a austeridade com a diferença entre os povos.

d. econômica, pois visa aumentar a produtividade do trabalhador e a oferta de bens e serviços da economia.

e. civil, pois busca a retomada do sentimento de nacionalismo e de identificação com estratégias protecionistas.

2. Na teoria liberal desenvolvida pelo economista britânico David Ricardo, o princípio das vantagens comparativas é utilizado para explicar os benefícios do livre-comércio para os países em desenvolvimento. Os teóricos alinhados às teorias do subdesenvolvimento criticam essa posição, entre outros motivos, porque nos países em desenvolvimento persiste a:

a. ausência de recursos naturais.

b. preservação da corrupção sistêmica.

c. deterioração dos termos de troca.

d. inexistência das relações de poder.

e. carência de instituições estatais.

3. Com base no que você estudou neste capítulo e na ideia de decrescimento defendida pelo filósofo e economista francês Serge Latouche, exposta no texto citado a seguir, responda às questões.

Compreendamos bem. O decrescimento é uma necessidade: não é, de saída, um ideal, nem o único objetivo de uma sociedade de pós-desenvolvimento ou de um outro mundo possível. Mas façamos das tripas coração e admitamos, para as sociedades do hemisfério Norte, o decrescimento como um objetivo do qual se pode tirar proveito. A palavra de ordem de decrescimento tem sobretudo como finalidade marcar nitidamente o abandono do objetivo insensato do crescimento pelo crescimento. Em particular, o decrescimento não é o crescimento negativo, expressão contraditória e absurda que traduz bem a dominação do imaginário do crescimento. Isso quereria dizer ao pé da letra: "avançar recuando". A dificuldade em que nos encontramos para traduzir "decrescimento" em inglês é muito reveladora dessa dominação mental do economês e simétrica, de alguma forma, da impossibilidade de traduzir crescimento ou desenvolvimento (mas também, naturalmente, decrescimento...) nas línguas africanas.

[...]

Uma política de decrescimento poderia consistir inicialmente em reduzir, e até suprimir, o peso sobre o meio ambiente das cargas que não trazem benefício algum. O questionamento do volume considerável dos deslocamentos de homens e de mercadorias através do planeta com o impacto negativo correspondente (portanto, uma "relocalização" da economia), [...] do volume não menos considerável da publicidade exagerada e frequentemente nefasta e, enfim, [...] da obsolescência acelerada dos produtos e dos aparelhos descartáveis, sem outra justificativa a não ser fazer com que gire cada vez mais depressa a megamáquina infernal, são reservas representativas de decrescimento no consumo material. [...] Entendido dessa forma, o decrescimento não significa necessariamente uma regressão do bem-estar.

LATOUCHE, Serge. As vantagens do decrescimento. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 1 nov. 2003. Disponível em: https://diplomatique.org.br/as-vantagens-do-decrescimento/. Acesso em: 15 ago. 2024.

a. O crescimento da economia de um país, expresso na elevação constante de seu PIB, é condição essencial para o bem-estar de sua população? Explique.

b. Seria viável e desejável a implementação de uma política de decrescimento econômico?

ODS 12

4. Analise o texto a seguir.

O aumento da desocupação no 1º trimestre de 2023 foi puxada pelos mais jovens. A taxa de desemprego entre os que estão na faixa etária de 18 a 24 anos subiu para 18% no 1º trimestre de 2023, aumento de 1,6 ponto percentual em comparação com o 4º trimestre de 2022

[...]

A taxa de desocupação média no país foi de 8,8% no 1º trimestre deste ano. Aumentou 0,9 ponto percentual em relação ao 4º trimestre de 2022 (7,9%) e caiu 2,4 em comparação com o mesmo trimestre do ano passado (11,1%). O desemprego aumentou entre todas as faixas etárias de janeiro a março em relação a outubro a dezembro. A maior alta foi entre os jovens de 14 a 17 anos: a taxa passou de 29% para 33,1%.

FERRARI, Hamilton. Taxa de desemprego entre jovens sobe para 18% no 1º trimestre. **Poder 360**, Brasília, DF, 18 maio 2023. Disponível em: https://www.poder360.com.br/economia/taxa-de-desemprego-entre-jovens-sobe-para-18-no-1o-trimestre/. Acesso em: 15 ago. 2024.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A falta de oportunidade de emprego para os jovens é sinal de um quadro social de crescente tensão. Qual é a relação entre esse fenômeno e as discussões sobre desenvolvimento realizadas neste capítulo? Avalie as possíveis causas das diferenças nas taxas de desemprego entre jovens e adultos.

5. **Analise o texto a seguir.**

A década de 1980 foi marcada pelo surto da ideologia neoliberal. Ele se iniciou com a vitória de *Mme.* [Margaret] Thatcher como primeira-ministra da Inglaterra e a eleição de Ronald Reagan como presidente dos Estados Unidos. Nesse período, as políticas econômicas dos países mais poderosos estiveram dirigidas a uma desregulamentação de vários mercados, à privatização de certas empresas, ao aumento da competitividade internacional. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, sobretudo, tais medidas se complementaram com a diminuição de impostos sobre as camadas mais ricas da população e cortes importantes dos gastos sociais.

Essa política termina com a derrota de Bush, em 1993, mas renasce com a vitória republicana nas eleições parlamentares de 1995, logo substituída pela reeleição de Bill Clinton, em 1997. A queda de Thatcher, em 1991, e a derrota dos conservadores ingleses, em 1997, vêm encerrar o ciclo neoliberal. Trata-se de uma excelente oportunidade para analisar o alcance e os efeitos da doutrina e da prática política neoliberais.

SANTOS, Theotonio dos. O neoliberalismo como doutrina econômica. **Revista Econômica**, Niterói, v. 1, n. 1, p. 119-151, jun. 1999. p. 119.

No final do século passado, quando esse artigo foi escrito, Theotonio dos Santos afirmou que o neoliberalismo chegava ao fim. Poderíamos, hoje, dizer o mesmo? Considerando essa reflexão, reúna-se a, no máximo, três colegas e sigam as instruções.

- Respondam à seguinte pergunta: com base na centralidade que o mercado, os agentes econômicos privados, as agências multilaterais, os capitais especulativos e outros elementos têm na economia mundial, globalizada, é possível confirmar a perspectiva de que o neoliberalismo não é mais o modelo hegemônico de produção capitalista?
- Anotem as conclusões a que chegarem, levando em conta o texto do capítulo e outras referências bibliográficas.
- Reúnam-se aos demais colegas da turma para expor e debater suas conclusões.

6. **Tendo como base as teorias contemporâneas sobre o desenvolvimento, particularmente a teoria do professor e economista sul-coreano Ha-Joon Chang, forme um grupo com três colegas e realizem uma pesquisa sobre os seguintes temas:**

a. a relação entre o desenvolvimento e a globalização;

b. o papel do Estado no desenvolvimento;

c. as conclusões a que se pode chegar sobre a posição do Brasil no cenário internacional.

Enem e vestibulares

7. **(Enem-MEC)**

Procuramos demonstrar que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto, ou industrialização. O crescimento do PNB pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como os serviços de educação e saúde e os direitos civis.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

A concepção de desenvolvimento proposta no texto fundamenta-se no vínculo entre

a. incremento da indústria e atuação no mercado financeiro.

b. criação de programas assistencialistas e controle de preços.

c. elevação da renda média e arrecadação de impostos.

d. garantia da cidadania e ascensão econômica.

e. ajuste de políticas econômicas e incentivos fiscais.

8. **(Enem-MEC)**

Uma nova economia surgiu em escala global no último quartel do século XX. Chamo-a de informacional, global e em rede para identificar suas características fundamentais e diferenciadas e enfatizar sua interligação. É informacional porque depende basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. É global porque seus componentes estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. É rede porque é feita em uma rede global de interação entre redes empresariais.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** – A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (adaptado)

Qual mudança estrutural é resultado da forma de organização econômica descrita no texto?

a. Fabricação em série.

b. Ampliação de estoques.

c. Fragilização dos cartéis.

d. Padronização de mercadorias.

e. Desterritorialização da produção.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Liberdade de opinião e crimes na internet

Neste volume, comentamos o fato de a internet e, principalmente, as redes sociais desempenharem um papel significativo no processo de socialização, uma vez que grande parte dos valores que adotamos como nossos são obtidos, hoje, por meios digitais.

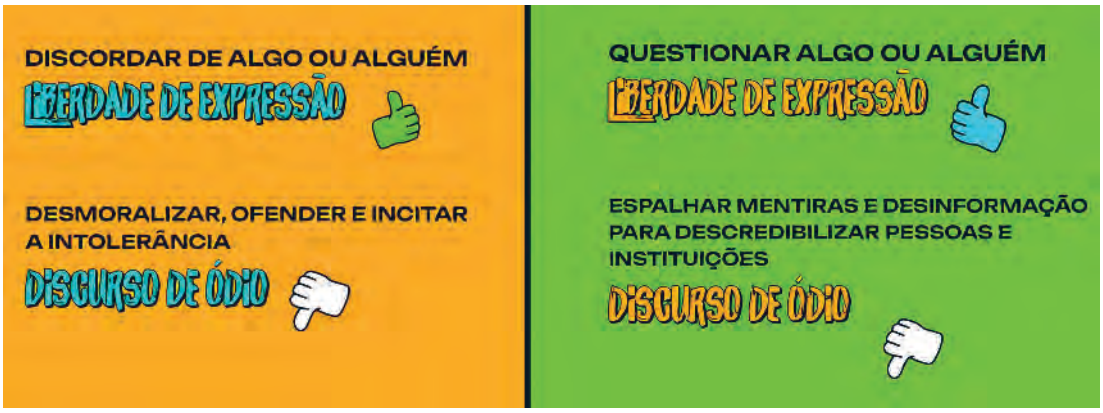
As novas formas de interação social facilitaram conexões entre povos e culturas. Nas diferentes plataformas digitais, as pessoas participam de debates, emitem opiniões e fazem parte de comunidades virtuais em que compartilham interesses similares. No entanto, nesse mesmo espaço de diversidade circulam manifestações de intolerância, cuja divulgação, muitas vezes, se tenta justificar com base na ideia de liberdade de expressão.

Como seria possível promover um ambiente *on-line* seguro e inclusivo, com opiniões apresentadas de forma construtiva e responsável, sem incitar a discriminação e a violência?

O que é

Nem tudo o que se publica na internet está ancorado na ideia de **liberdade de expressão**, um direito garantido aos brasileiros pela Constituição Federal que permite às pessoas manifestarem seu pensamento livremente. Esse não é um direito absoluto, podendo sofrer restrições que visem à garantia de outros direitos reconhecidos, como o direito à privacidade, à honra e à imagem. Exercer a liberdade de expressão não pode causar prejuízos a outras pessoas. Desse modo, dependendo do conteúdo que veiculam, as mensagens diretas, as postagens em *blogs* ou os comentários em redes sociais, por exemplo, podem ser categorizados como **crimes cibernéticos**.

Cabe lembrar que tudo o que é considerado crime fora da internet também é crime na internet. Assim, *bullying*, calúnia, difamação e **discurso de ódio** – comunicação que incita discriminação, hostilidade ou violência contra indivíduos ou grupos com base em atributos como raça, religião, gênero ou orientação sexual – são exemplos de ações também consideradas crimes quando praticadas nos meios digitais.



ACERVO DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL/GOVERNO FEDERAL

Postagens publicadas nas redes sociais do Tribunal Superior Eleitoral em junho de 2023, em comemoração ao Dia Internacional de Combate ao Discurso de Ódio (18 de junho). As postagens diferenciam o que é liberdade de expressão e o que é discurso de ódio.

Contextualizando

A ocorrência de crimes cibernéticos tem aumentado bastante, o que pode ser atribuído a vários fatores, como o aumento do acesso e do uso da internet, a crença de anonimato no meio digital, a evolução tecnológica de ferramentas sofisticadas para ataques cibernéticos e a ausência de boas práticas em relação à segurança digital.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os dados sobre crimes de discurso de ódio em 2022 foram retirados de: SAFERNET BRASIL. **Denúncias de crimes de discurso de ódio e de imagens de abuso sexual infantil na internet**. Disponível em: https://new.safernet.org.br/content/denuncias-de-crimes-de-discurso-de-odio-e-de-imagens-de-abuso-sexual-infantil-na-internet. Acesso em: 30 ago. 2024.

No Brasil, em 2022, a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos da SaferNet – organização que defende os direitos humanos no ambiente digital – recebeu mais de 74 mil denúncias de crimes de discurso de ódio na internet, o que representou um aumento de 67,7% em relação a 2021.

Entre os crimes mais relatados, estão os discursos de ódio com base em racismo, xenofobia, misoginia, LGBTQIA+fobia, intolerância religiosa e outros tipos de preconceito e de incitação à violência. Esses discursos podem ocorrer na forma de mensagens escritas, imagens ou vídeos e, na maioria dos casos, são disseminados por meio de plataformas digitais, como os fóruns *on-line*, os *blogs* e, principalmente, as redes sociais, que têm grande potencial de viralização.

A desinformação e o discurso de ódio estão interligados, pois informações falsas alimentam preconceitos e intensificam a polarização social. Grupos que promovem ódio utilizam a desinformação para desumanizar minorias e justificar ataques. O ambiente digital acelera essa propagação, tornando urgente a educação midiática e a verificação de informações para conter esses discursos.

A ideia de que é possível se manifestar anonimamente em redes sociais encoraja comportamentos agressivos e comentários discriminatórios. Porém, as autoridades e as plataformas possuem mecanismos para rastrear os endereços de IP, sigla da língua inglesa para "*Internet Protocol*", que, em português, significa protocolo de rede. O IP é uma sequência de números e/ou letras que identifica um dispositivo conectado à internet ou a uma rede local. Por meio do IP, é possível identificar os usuários. As consequências legais variam de acordo com a gravidade e o tipo de crime e podem resultar em multas ou prisão.

Ações *on-line* podem ter repercussões reais. Discursos de ódio e *cyberbullying*, por exemplo, desencadeiam um ciclo de violência que muitas vezes resultam em violência física e psicológica.

Essa realidade exige uma reflexão contínua sobre as consequências de nossas ações. Por exemplo, quando uma opinião se transforma em um discurso de ódio direcionado a uma pessoa ou a um grupo específico, tal ação ultrapassa os limites da liberdade de expressão e se torna um crime. Por isso, é preciso que existam políticas e mecanismos eficazes para identificar e combater o discurso de ódio, incluindo ações como denúncia de conteúdos ofensivos e a promoção de uma cultura de respeito *on-line*. Os usuários, por sua vez, podem seguir algumas indicações para um comportamento mais adequado na internet:

- exercitar a empatia e pensar bem antes de postar, considerando as possíveis consequências de suas palavras;
- compartilhar opiniões de forma respeitosa e estar aberto a diferentes pontos de vista.

Mão na massa

A circulação de conteúdos preconceituosos e inadequados na internet tem suscitado reflexões sobre como promover uma melhor socialização no ambiente *on-line*. Pensando nisso, divulgar um vídeo sobre responsabilidade na internet, sugerindo cuidados que se deve ter ao postar e indicando o que deve ser evitado, é uma forma de promover uma interação mais adequada e respeitosa nas plataformas *on-line*.

Para isso, reúna-se em grupo e sigam os passos indicados.

1. Façam uma pesquisa sobre o tema, coletando informações estatísticas e casos reais e conhecendo as leis e os direitos relacionados à internet no Brasil.
2. Elaborem um roteiro para o vídeo abordando os conceitos-chave: o respeito aos direitos humanos, a conformidade com a lei e a interação responsável.
3. Produzam o vídeo com os recursos disponíveis, como câmeras de celular, computadores com câmera integrada e ferramentas de edição de vídeo gratuitas. Concentrem-se em transmitir a mensagem de forma clara e objetiva, utilizando exemplos práticos para ilustrar boas práticas e comportamentos a serem evitados.
4. Editem e revisem o vídeo, verificando se a mensagem é compreensível e se os pontos mais importantes foram abordados. Adicionem elementos como legendas, trilha sonora ou imagens para tornar o vídeo mais atrativo e informativo.
5. Organizem sessões na escola para exibir os vídeos produzidos e, ao final de cada sessão, convidem a plateia a trocar opiniões e ideias sobre o assunto.

Sendo possível, compartilhem os vídeos com a comunidade escolar por meio de redes sociais, *sites* ou mesmo eventos promovidos na escola. Isso ajudará a disseminar a conscientização sobre a importância da responsabilidade na internet para um público mais amplo.

Caso não seja possível a produção efetiva do vídeo, criem cartazes com base na pesquisa realizada e organizem painéis sobre o assunto, apresentando-os à comunidade escolar.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O acesso à arte e à cultura

Cultura é um termo bastante amplo e que não tem uma definição única. Levando em consideração diferentes características, pode-se considerar cultura todas as interações do ser humano com a natureza, com outros indivíduos e com as instituições que compõem a sociedade. Assim, por exemplo, a linguagem que usamos para nos comunicar faz parte da cultura. Tudo aquilo produzido pelo ser humano, desde objetos até crenças, é cultura, bem como toda habilidade humana empregada socialmente. Dessa forma, as produções artísticas e de entretenimento também são classificadas como parte da cultura de uma sociedade.

O acesso a museus, a salas de espetáculo, a festividades folclóricas, a teatros e a cinemas é uma das maneiras pelas quais ampliamos nosso repertório de experiências, o que, por sua vez, nos ajuda a refletir sobre nossa vida e sobre os mais variados temas. Essa é uma das razões pelas quais o acesso a todas as expressões culturais, incluindo as produções artísticas, é garantido pela Constituição Federal brasileira, a qual estabelece, em seu artigo 215, a democratização da cultura como um dever do Estado e um direito do cidadão.

Apesar disso, em 2021, de acordo com o *Sistema de informações e indicadores culturais: 2011-2022*, cerca de 32% dos brasileiros residiam em municípios em que não havia museus; quase 31% moravam em municípios onde não havia nenhuma sala de teatro ou espetáculo; e cerca de 43% viviam em municípios em que não existiam salas de cinema. Vale ressaltar que esse tipo de aparato cultural está presente, sobretudo, nas capitais e nas grandes cidades brasileiras, e mesmo nelas, há enorme diferença, por exemplo, quanto à disponibilidade de salas de espetáculo nos bairros de uma mesma cidade.

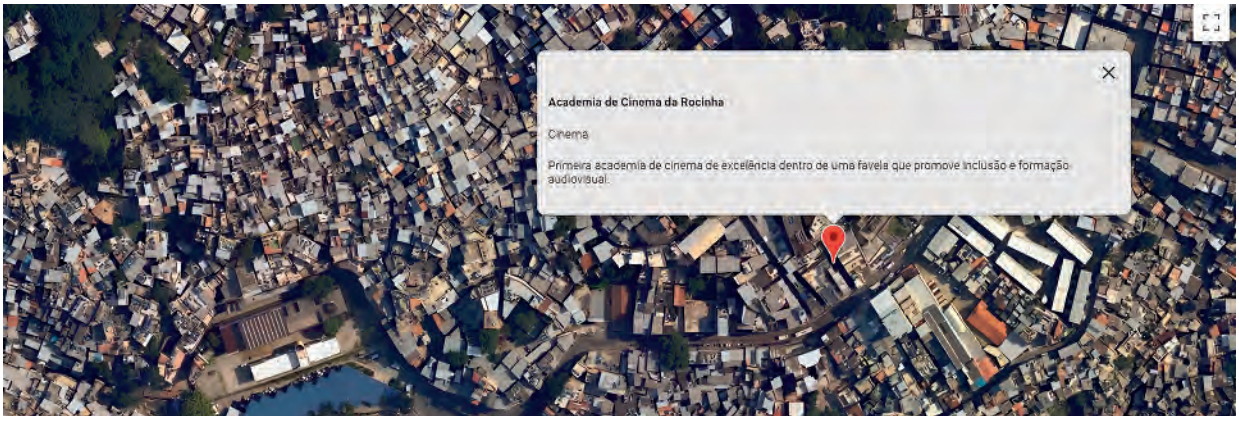
Essa desigualdade no acesso a locais de exibição artístico-cultural, no entanto, pode ser superada com iniciativas para além das estatais, ou seja, pela mobilização da sociedade civil organizada, que pode buscar identificar, valorizar e engajar a comunidade em suas práticas artísticas e culturais. É o caso de iniciativas como o Mapa Cultural da Rocinha, nome de uma favela localizada na cidade do Rio de Janeiro. Criado por um grupo de jovens participantes do Fala Roça, uma associação de comunicação na favela, o Mapa Cultural da Rocinha oferece a identificação e a localização de iniciativas relacionadas à cultura desenvolvidas na comunidade. O objetivo, além de facilitar o acesso das pessoas às atividades, é dar visibilidade às manifestações culturais periféricas.

Nesta atividade, vamos explorar e dar visibilidade às expressões artístico-culturais existentes no entorno da sua escola, colocando-as no mapa, literalmente. Para isso, vamos desenvolver um questionário por meio do qual serão pesquisadas as práticas artístico-culturais da região. Em seguida, elas serão inseridas em um mapa digital colaborativo, que pode servir de guia para que toda a comunidade tenha a oportunidade de ampliar seu acesso à arte e à cultura e exercer sua cidadania.

Bom trabalho!

Os dados apresentados foram extraídos de: IBGE. **Sistema de informações e indicadores culturais**: 2011-2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.



REPRODUÇÃO/FALA ROÇA

Página do *site* Mapa Cultural da Rocinha, em 2024. Com a participação dos moradores, foram identificadas e localizadas mais de 150 iniciativas culturais na favela, como cinemas, teatros, museus, entre outras, além de quadras esportivas e organizações sociais. O *site* é aberto aos moradores, para que possam cadastrar e inserir outras iniciativas no mapa, sendo um exemplo de como a sociedade civil pode se organizar para ampliar o acesso à cultura.

Objetivos

- Identificar práticas e atividades artísticas e culturais desenvolvidas no entorno da escola, por meio da elaboração e da aplicação de questionários abertos.
- Reconhecer o valor das manifestações artístico-culturais realizadas no entorno da escola, analisando-as com base na mobilização dos conhecimentos desenvolvidos ao longo das aulas.
- Produzir e compartilhar conhecimento sobre as práticas artístico-culturais locais, dando visibilidade à diversidade de manifestações e aos seus atores por meio da criação de um mapa digital.

Procedimentos

1. Antes de iniciar a criação do mapa, você e seus colegas vão precisar definir dois aspectos importantes: a abrangência da área de mapeamento e os tipos de atividades, eventos e espaços artístico-culturais que serão mapeados. Para isso:

- definam, em conjunto, que atividades artísticas e culturais serão mapeadas. São muitas as possibilidades: cinemas, teatros, bibliotecas, espaços de eventos etc. Em relação à abrangência, a proposta é mapear os pontos da região do entorno da escola, mas o recorte espacial pode ser ainda mais bem definido por vocês;
- observem que a maioria dos pontos de interesse artístico-cultural que estiverem dentro da área delimitada deve ser estudada e visitada; por isso, a definição de uma área muito grande pode dificultar a realização do trabalho;
- definam um critério de seleção para filtrar, entre os pontos que existem no entorno da escola, aqueles que têm relevância para o mapeamento. Pode-se optar, por exemplo, por incluir apenas atividades ligadas a expressões da cultura popular regional, à cultura jovem ou, ainda, eventos e atividades gratuitos. É importante que o critério esteja claro para que as inclusões e exclusões de pontos no mapa sejam justificadas de forma coerente.

2. Com o critério e a abrangência territorial definidos, formem equipes de trabalho para:

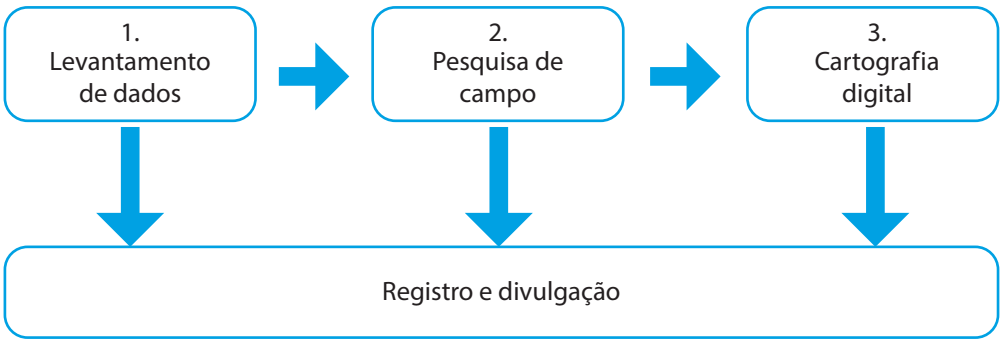
- **levantamento de dados**: os estudantes dessa equipe serão responsáveis por pesquisar os pontos e as atividades de interesse artístico-cultural que se enquadram nos critérios estabelecidos. Para isso, devem elaborar um questionário aberto, que será aplicado à população local;
- **pesquisa de campo**: esse grupo deve visitar os locais, conferir sua localização exata, descobrir as possibilidades de acesso e confirmar as informações pesquisadas pela equipe de levantamento de dados;
- **cartografia digital**: essa equipe será responsável por inserir as informações produzidas pelos grupos de levantamento de dados e de pesquisa de campo em um mapa digital;
- **registro e divulgação**: esse grupo realizará a cobertura de todas as etapas do trabalho, fotografando e filmando todo o processo. O material produzido pode ser divulgado em conjunto com o mapa na internet.

Mapa turístico do município de Águas da Prata, São Paulo. Esse tipo de mapa é utilizado por agências de turismo governamentais ou particulares como forma de atrair visitantes a determinada região e orientar os turistas.

DIGITAL MAPAS

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

3. As tarefas realizadas pelas equipes estão interligadas e algumas são dependentes de outras. Veja uma possibilidade de fluxo para o trabalho:



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/
ARQUIVO DA EDITORA

- a equipe de levantamento de dados inicia o trabalho, que passa pelas equipes de pesquisa de campo e de cartografia digital;
- a equipe de registro e divulgação permanece atuante do início ao fim. Ela deve manter postagens nas redes sociais mostrando todas as etapas do trabalho ou, na impossibilidade de acesso à internet, registrar as atividades da equipe de levantamento de dados para apresentar o processo de trabalho na etapa de compartilhamento;
- lembrem-se de que essa é apenas uma possibilidade de execução e de que vocês devem escolher aquela que melhor atenda à disponibilidade de todos.

4. Com os grupos organizados, é hora de iniciar o **levantamento de dados**:

- com base nos critérios estabelecidos, os estudantes dessa equipe devem elaborar um **questionário aberto** com o objetivo de descobrir os tipos de atividade cultural existentes na área a ser mapeada. Um questionário aberto é uma lista de questões sem respostas predefinidas: as perguntas são apresentadas por escrito com um espaço em branco para a inserção da resposta. Observem que não se trata de uma entrevista; o pesquisador não vai fazer a pergunta oralmente ao pesquisado, mas apenas fornecer o formulário e solicitar que ele seja respondido e devolvido;
- os questionários também podem ser impressos e deixados em locais de grande circulação ao lado de uma urna para que as pessoas depositem as respostas. Outra possibilidade é criar formulários *on-line* utilizando ferramentas facilmente encontradas na internet para isso;
- as questões devem ser curtas e claras, traduzindo com precisão o que se deseja saber.

Exemplo de pergunta 1	*Qual forma de arte você mais aprecia? Por quê?*
Exemplo de pergunta 2	*Você conhece algum local na região perto da escola em que essa expressão artística é realizada?*

- criem um número pequeno de questões para que as pessoas não se sintam desmotivadas a responder. Restrinjam-se ao que é essencial ao objetivo da pesquisa;
- no momento de organizar a sequência das questões, iniciem com as mais simples e ampliem a abrangência ao longo do questionário. A primeira questão vai definir o nível de motivação da pessoa que vai responder: se for uma questão longa e complicada, é possível que ela abandone o questionário sem ler as demais;
- usem vocabulário acessível ao público que desejam pesquisar e testem o questionário com os colegas da turma para verificar se as perguntas apresentam ambiguidades;
- após a aplicação do questionário, leiam e comparem as respostas, identificando as atividades, os eventos e os pontos de interesse artístico-cultural citados pelos pesquisados;
- organizem as informações e compartilhem com a turma, em especial com a equipe que vai fazer a pesquisa de campo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

5. Finalizada a etapa de levantamento de dados, inicia-se a **pesquisa de campo** para confirmar as informações identificadas anteriormente:

- o grupo deve criar uma lista das informações que vão ser registradas sobre todos os pontos a serem cartografados. Por exemplo:

> *Nome:*
> *Endereço:*
> *Horário de funcionamento/data do evento:*
> *Preço (se houver):*
> *Breve descrição do espaço e dos eventos:*
> *Acessibilidade (se é acessível a cadeirantes, por exemplo):*

- agendem visitas aos locais identificados e procurem conversar com frequentadores para compreender as características de cada ponto de interesse artístico-cultural;
- registrem o endereço com exatidão, o que é fundamental para a criação do mapa digital. Se possível, utilizem o sistema de coordenadas geográficas (há aplicativos para *smartphone* que, por meio do sistema GPS, identificam a coordenada do ponto a ser mapeado);
- busquem outras referências, além do endereço: grandes avenidas que sejam próximas, prédios conhecidos, praças etc. Essas informações vão ajudar a equipe de cartografia a inserir o ponto no local correto;
- organizem e transmitam as informações obtidas para a equipe de cartografia digital à medida que as visitas forem sendo realizadas, o que vai agilizar o trabalho.

6. Por fim, os estudantes que compõem a equipe de **cartografia digital** devem criar o mapa:

- com base nas informações obtidas pelas equipes de levantamento de dados e de pesquisa de campo, localizem os pontos a serem inseridos. Para isso, utilizem plataformas digitais que permitam a criação de mapas colaborativos, facilmente encontradas na internet. Na impossibilidade de acesso à internet, a equipe de cartografia deve conseguir um mapa impresso da área de abrangência selecionada para ser utilizado como mapa de base;
- a inserção dos pontos deve seguir o endereço de forma rigorosa;
- durante a elaboração do mapa, se possível, escolham símbolos intuitivos, que facilitem a compreensão do usuário;
- finalizem criando um título que resuma o tipo de informação representado no mapa. Evitem títulos muito genéricos, como "mapa cultural"; eles devem deixar claro o tipo de atrativo disponível;
- compartilhem o mapa digitalmente, o que pode ser feito incorporando o código fornecido pela plataforma a um *site*, como o *blog* da escola, ou compartilhando o *link* para acesso direto no mapa na plataforma escolhida (redes sociais e afins). Caso vocês tenham elaborado um mapa de forma analógica, selecionem um local da escola onde ele possa ser exposto.

Compartilhamento

Entre as opções disponíveis de plataformas gratuitas para a criação do mapa digital estão: *Meus mapas*, disponível em: https://www.google.com/intl/pt-BR/maps/about/mymaps/; e *OpenStreetMap*, disponível em: https://www.openstreetmap.org/. Acessos em: 15 ago. 2024.

- A equipe de **registro e divulgação**, além do registro do trabalho pelas outras equipes e das postagens em redes sociais e *sites* possivelmente realizadas ao longo do trabalho, deve agrupar todos esses registros ao final e fazer uma edição de imagens e textos para que sejam incluídos como informação adicional no local onde será publicado o mapa.
- Todos da turma devem contribuir, posteriormente, divulgando, por *e-mail*, em suas redes sociais ou avisando seus familiares e amigos sobre a publicação do mapa digital.
- Caso queiram, vocês também podem se reunir para produzir coletivamente cartazes e folhetos impressos para serem distribuídos no entorno da escola. Neles, devem constar informações como título do mapa, local onde está publicado e as razões pelas quais é proveitosa uma visita ao mapa produzido por vocês.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMENTADAS

ACSELRAD, Henri *et al*. **O que é justiça ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

A obra apresenta o conceito de justiça ambiental, analisando o impacto das questões ambientais sobre a desigualdade.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **A dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

A obra faz uma crítica ao iluminismo e apresenta o conceito de indústria cultural.

ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2012.

A obra analisa como as questões ambientais impactam de maneira desigual diferentes grupos sociais.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

A obra analisa como os aparelhos ideológicos do Estado – como escolas, meios de comunicação, entre outros – difundem a ideologia dominante.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Abril Cultural, Brasiliense, 1985.

A obra apresenta o histórico do movimento feminista, caracterizando suas principais correntes e pautas.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

A obra analisa as transformações do mundo do trabalho decorrentes da globalização e das novas tecnologias, atentando à precarização e à identidade dos indivíduos.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia. (coord). **A cidade como pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

A obra compila diversos ensaios sobre cidade, urbanismo e planejamento urbano, atentando à temática da exclusão.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

A obra apresenta e analisa teorias e conceitos de clássicos das ciências sociais, como Comte, Marx, Durkheim, Weber, entre outros.

BAUMAN, Zygmunt. **A modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

A obra apresenta os conceitos de modernidade sólida e líquida, analisando sua relação com a identidade, o trabalho e outros aspectos da experiência humana.

BENEVIDES, Maria Victoria. **A cidadania ativa**: referendo, plebiscito e iniciativa popular. São Paulo: Ática, 1991.

A obra caracteriza mecanismos participativos da democracia, examinando seu papel no fortalecimento da cidadania.

BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

A obra faz uma crítica contundente ao evolucionismo cultural, defendendo o estudo das culturas em seus próprios termos.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

A obra analisa as relações entre Estado, governo e sociedade civil.

BOBBIO, Norberto *et al*. **Dicionário de política**. Brasília, DF: Editora UnB, 1986. 2 v.

A obra dispõe um amplo compilado de verbetes sobre as principais teorias e conceitos de ciência política.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

A obra analisa a desigualdade de gênero nas práticas culturais e simbólicas.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2010.

A obra aborda a teoria da ação social, apresentando conceitos como *habitus*, capital e campo.

BULLARD, Robert Doyle. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. *In*: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume; Dumará, 2004.

A obra apresenta o conceito de racismo ambiental.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

A obra analisa como da oposição entre natureza e cultura derivam construções culturais binárias que articulam diferença sexual, sexo e gênero.

CANCLINI, Nestor Garcia. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007.

A obra apresenta a análise da globalização como objeto cultural não identificado.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Tendo como base a categorização lógica e cronológica dos direitos de cidadania propostos por Marshall, a obra analisa a construção da cidadania no Brasil.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

A obra analisa as mudanças nas redes de comunicação e tecnologia da informação.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: a fome no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

A obra analisa a questão da fome no Brasil.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

A obra analisa os impactos do colonialismo sobre as populações colonizadas.

CESARINO, Leticia. **O mundo do avesso**: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu, 2022.

A obra analisa a transformação da política e a percepção da verdade na era digital.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

A obra argumenta que países desenvolvidos utilizaram políticas protecionistas para alcançar seu *status*, e depois impuseram restrições a outros países.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

A obra refuta a ideia de que a evolução das sociedades deve ser medida pela presença ou ausência do Estado.

COMTE, Augusto. **Curso de filosofia positiva**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

A obra apresenta o positivismo, rejeitando especulações metafísicas e teológicas.

CONNEL, Raewyn. **Masculinidades**. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2013.

A obra analisa a construção social das masculinidades e suas relações com dinâmicas de poder.

DAHL, Robert. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 2005.

A obra analisa a democracia a partir das variáveis de participação e oposição política, além de apresentar o conceito de poliarquia.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** 12. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

A obra analisa a identidade nacional brasileira.

DURKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social**. 2. ed. Lisboa: Presença, 1984.

Por meio da caracterização e oposição entre solidariedade mecânica e solidariedade orgânica, a obra analisa o trabalho na sociedade moderna.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

A obra propõe bases metodológicas para a constituição da sociologia, apresentando o fato social.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. 2. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 1980.

A obra analisa os partidos políticos, atentando a aspectos como a origem, a estrutura, a articulação, a composição, a dirigência, entre outros.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

A obra analisa o conceito de civilização.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu, 2020.

A obra analisa os impactos psicológicos do colonialismo.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Edusp, 1975.

A obra analisa as raízes do patrimonialismo brasileiro e os limites entre público e privado no Estado brasileiro.

FAUSTINO, Deivison. O mal-estar colonial: racismo e sofrimento psíquico no Brasil. **Clínica & Cultura**, São Cristóvão, v. 8, n. 2, p. 92, jul./dez. 2019.

Tendo como base as obras de Frantz Fanon, Lélia Gonzales e György Lukács, o artigo faz uma aproximação entre sociologia e psicanálise, atentando às dimensões coloniais da sociabilidade contemporânea.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus, 1965.

A obra é um marco na derrubada acadêmica do mito da democracia racial, analisando a integração social e econômica do negro na sociedade brasileira.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

A obra analisa a articulação entre saber, poder e normalização e a regulação do discurso sobre sexualidade.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

A aula analisa o surgimento da noção de população, as medições estatísticas e a governamentalidade.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1996.

A obra faz uma genealogia do poder disciplinar e analisa o pan-óptico como dispositivo de poder.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

A obra caracteriza a formação econômica do Brasil, analisando aspectos históricos e estruturais no contexto dos debates sobre desenvolvimento.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

A obra apresenta a proposta de antropologia interpretativa, atentando à importância da dimensão simbólica na análise antropológica.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

A obra apresenta, de maneira sistematizada, conceitos e teorias sociológicas.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

A obra analisa a crise do marxismo e do operariado.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

A obra apresenta conceitos como hegemonia, sociedade civil e intelectual orgânico.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

A obra analisa o aspecto fragmentário e relacional da identidade na pós-modernidade.

HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

A obra analisa as teorias sobre globalização, organizando-as em dois grandes grupos, globalistas e céticos, e caracterizando-os.

HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

A coletânea reúne artigos de grandes nomes do pensamento feminista brasileiro, como Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, entre outras.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 4. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 1963.

Por meio de um arcabouço weberiano, a obra analisa a constituição da identidade nacional brasileira.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

A obra reúne artigos em que a autora narra experiências educacionais e apresenta reflexões sobre a construção de uma educação como prática da liberdade.

HUNTINGTON, Samuel Phillips. **O choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

A obra analisa a globalização, argumentando que as identidades culturais ocupam o centro do conflito no mundo pós-Guerra Fria.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

A obra apresenta uma análise econômica dos mercados, argumentando a necessidade de intervenção do Estado em contextos de recessão.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

A obra apresenta a cosmovisão Yanomami.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

A obra faz uma análise da crise da modernidade e do esgotamento do modelo de vida ocidental.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

A obra faz uma análise da crise ambiental e civilizacional contemporânea, criticando a noção de progresso e a cisão entre humano e natureza.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. Rio de Janeiro: Forense, 1949.

A obra analisa o coronelismo no Brasil.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.

A obra analisa as relações de parentesco em diferentes culturas, argumentando o tabu do incesto como regra que caracteriza a passagem da natureza à cultura.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e história**. Lisboa: Presença, 2000.

O ensaio é um marco na refutação das teorias de caráter evolucionista e na defesa da diversidade cultural.

LÉVY, Pierre; LEMOS, André. **O futuro da internet**: em direção a uma ciberdemocracia. São Paulo: Paulus, 2010.

A obra apresenta o conceito de ciberdemocracia, analisando a internet como espaço para a prática democrática participativa.

LIMA, Roberto Kant de; MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**. Estudo de Sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2006.

A obra analisa as dinâmicas urbanas, atentando à manifestação da violência nas cidades.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

A obra analisa normas e padrões que regem corpos e identidades.

LÖWY, Michael. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

A obra argumenta sobre a impossibilidade de resolução da crise ambiental no capitalismo, propondo uma perspectiva ecossocialista.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, DF: MEC, Secad; LACED/Museu Nacional, 2006.

A obra apresenta um panorama sobre povos indígenas no Brasil, subsidiando a abordagem escolar.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

A obra é uma etnografia da vida dos povos das Ilhas Trobriand e apresenta uma defesa da observação dos participantes.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e *status***. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

A obra apresenta uma análise da constituição da cidadania na Europa, examinando a articulação lógica e cronológica da conquista de direitos civis, políticos e sociais.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

A obra é um marco para o materialismo histórico dialético, fazendo uma crítica ao idealismo alemão, especialmente à filosofia hegeliana.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O 18 Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2003.

Ao analisar que as revoluções burguesas aperfeiçoaram a máquina estatal, a obra argumenta sobre a necessidade de dissolução do Estado.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Fronteira, 1985.

A obra compila análises econômicas de Marx, apresentando importantes conceitos, como mercadoria, mais-valia, fetiche da mercadoria, entre outros.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

A obra apresenta o conceito de necropolítica como o exercício da soberania pela determinação da exposição à morte.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

A obra faz uma análise comparativa das características temperamentais associadas às diferenças sexuais em três povos da Nova Guiné: Arapesh, Mundugumor e Tchambuli.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução: Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

A obra analisa como a colonialidade do poder inclui a produção do conhecimento.

MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

A obra apresenta o conceito de imaginação sociológica como a capacidade de articular experiências pessoais com processos sociais mais amplos.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade étnica e etnia. **Cadernos Pnesb**, Niterói, n. 5, p. 17-34, 2000.

A obra apresenta e caracteriza conceitos-chave para a análise das relações raciais.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

A obra critica a noção de democracia racial e analisa o racismo no Brasil.

NASCIMENTO, Beatriz; RATTS, Alex (org.). **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

A obra reúne textos da historiadora Beatriz Nascimento, abordando temas como os quilombos, as relações raciais e a luta do movimento negro.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferro. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 1-26, abr. 2010.

A obra apresenta os principais conceitos que fundamentam as reflexões do grupo Modernidade-Colonialidade, bem como a proposta de pedagogia decolonial e interculturalidade crítica.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónk é. Visualizing the Body: Western Theories and African Subjects. *In*: OYĚWÙMÍ, Oyèrónk ẹ. **The invention of women**: making an African sense of western gender discourses. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

A obra apresenta a noção de cosmopercepção como uma maneira de descrever a concepção de mundo por diferentes grupos culturais.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

A obra analisa a concentração de riqueza e a desigualdade do século XVIII ao século XXI.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

A obra apresenta o conceito de colonialidade do poder, sendo um marco teórico da perspectiva decolonial.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico** (um manifesto não comunista). Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

A obra discorre sobre uma teoria do desenvolvimento estruturada em cinco etapas.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

A obra apresenta o conceito de orientalismo para analisar a visão distorcida construída e disseminada pelo Ocidente sobre o Oriente.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu; Piseagrama, 2023.

A obra propõe uma perspectiva contracolonial e analisa as relações entre terra, cultura e vida de povos quilombolas.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

A obra critica o que chama de globalização como fábrica, propondo uma outra globalização, que valorize particularidades locais.

SANTOS, Theotonio dos. O neoliberalismo como doutrina econômica. **Revista Econômica**, Niterói, v. 1, n. 1, jun. 1999.

A obra analisa o neoliberalismo como doutrina que promove a desregulamentação dos mercados, a privatização de empresas e a redução do Estado na economia.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

A obra analisa o desenvolvimento das políticas sociais no Brasil no século XX.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

A obra analisa o desenvolvimento, argumentando que sua mensuração não deve ocorrer apenas por indicadores econômicos, mas também pela expansão das liberdades individuais e capacidades humanas.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2008.

A obra analisa as mudanças no mundo do trabalho, atentando ao impacto do capitalismo flexível sobre os indivíduos e a sociedade.

SHIVA, Vandana. **Guerras por água**: privatização, poluição e lucro. São Paulo: Radical Livros, 2006.

A obra analisa a crise global da água, atentando a elementos como a privatização e a poluição dos recursos hídricos.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

A obra reúne os principais textos de Simmel, abordando aspectos como a vida nas cidades e a interação social.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

A obra apresenta princípios da economia solidária.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

A obra é um marco na economia liberal clássica, apresentando conceitos como o de livre-mercado.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. São Paulo: Estação Brasil, 2018.

Com base na teoria dos campos e capitais de Bourdieu, a obra analisa a classe média brasileira.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. São Paulo: Autêntica, 2013.

A obra apresenta o conceito de precariado.

TOURAINE, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan./abr. 2006.

A obra analisa a natureza dos movimentos sociais e suas transformações.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade**: estudo da marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan; Fase, 2001.

A obra apresenta o conceito de marginalidade avançada.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967.

A obra analisa a ética do protestantismo ascético e o desenvolvimento do capitalismo moderno.

WEBER, Max. **Conceitos sociológicos fundamentais**. Lisboa: Edições 70, 2007.

A obra apresenta conceitos como relação social, política, Estado, entre outros.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. v. 1.

A obra apresenta conceitos como classe, estamento, partido, dominação, Estado racional, entre outros.

WEFFORT, Francisco Correia. **Os clássicos da política**. São Paulo: Ática, 2006. v. 1 e 2.

A obra apresenta textos e análises de teóricos clássicos da política, como Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, entre outros.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

SUPLEMENTO PARA O PROFESSOR

Durante o Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, espera-se que os estudantes consolidem o aprendizado dos anos anteriores, desenvolvam autonomia intelectual para refletir sobre a realidade complexa que os cerca e tenham condições de exercer a cidadania conscientemente e de traçar um projeto de vida.

Para os estudantes, esse desafio é potencializado por outros apresentados durante a adolescência, fase da vida de grandes transformações físicas, emocionais e psicológicas: as mudanças do corpo, as relações afetivas, dúvidas quanto ao futuro profissional e muitos outros motivos geradores de conflitos internos, às vezes incompreendidos por quem está ao redor.

Para os professores, a difícil missão de estabelecer uma estratégia de trabalho sustentável que garanta o diálogo com estudantes de perfis tão diferentes se torna mais árdua com a cobrança por resultados, com a dificuldade de se manter atualizado(a) devido aos inúmeros afazeres exigidos pelo ofício (dentro e fora das salas de aula, nem sempre em condições adequadas) e pela necessidade de acompanhar as políticas educacionais em constante transformação.

Para ser uma ferramenta de auxílio ao docente, esta coleção une o trabalho de autores e autoras experientes dos quatro componentes curriculares de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas com o objetivo de subsidiar uma experiência de ensino-aprendizagem que seja realmente significativa, colaborando com o trabalho do professor para o efetivo desenvolvimento das competências e habilidades esperadas para os estudantes do Ensino Médio e contribuindo para a formação de indivíduos críticos, participativos e comprometidos com a construção de um mundo mais justo, tolerante e sustentável.

Desejamos a todos uma excelente jornada.

Os autores

SUMÁRIO

Pressupostos teórico-metodológicos da coleção MP003

O entendimento da coleção sobre ensino-aprendizagem MP003
O estudante no centro do processo MP003
A aprendizagem precisa ser significativa MP003
Conhecimento integrado MP004
O enfrentamento de situações-problema MP004
O estímulo à interação e à cooperação MP004
Instrumentalizar o estudante MP005

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio MP005
As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas MP007
Entendendo como avaliar os diferentes graus de complexidade das competências da BNCC MP010
A BNCC na coleção MP012

A prática docente no século XXI MP013
Juventudes e as culturas juvenis MP013
As tecnologias digitais MP015
Práticas para o ensino MP016
Sugestões de práticas para o desenvolvimento de ambientes inclusivos MP024
O ensino interdisciplinar MP028

A coleção MP029
As unidades temáticas MP029
Sugestões de cronogramas para uso da coleção MP032
Elementos que compõem o livro do estudante MP036

Pressupostos teórico-metodológicos do livro de sociologia MP038

O ensino de sociologia MP038
Metodologias alternativas de ensino MP038
Aprendizagem por meio da pesquisa MP039

Sugestões para o uso deste livro MP040
Articulação dos temas MP041
O uso de conceitos no ensino de ciências sociais MP042
Como os conceitos aparecem nos capítulos e como trabalhar sua transposição didática MP043
O uso de mapeamentos e outros recursos para o trabalho conceitual MP043

Orientações específicas e respostas MP045

UNIDADE 1 **Sociedade, política e cultura** MP045
Capítulo 1 Produção de conhecimento MP045

ESTRATÉGIA DE ESTUDO **Resumo** MP049
Capítulo 2 Indivíduo, sociedade e cultura MP049

UNIDADE 2 **Trabalho, ciência e tecnologia** MP056
Capítulo 3 Trabalho e desigualdades MP056
Capítulo 4 Estratificação social MP060

UNIDADE 3 **Poder e política** MP066
Capítulo 5 Poder, política e Estado MP066
Capítulo 6 Governo e participação política MP070

UNIDADE 4 **Conflitos e desigualdades** MP075
Capítulo 7 Racismo na cidade contemporânea MP075
Capítulo 8 Gênero, sexualidades e identidades MP083

UNIDADE 5 **Natureza em transformação** MP090
Capítulo 9 Sociedade e meio ambiente MP090
Capítulo 10 Críticas à colonialidade MP094

UNIDADE 6 **Globalização, emancipação e cidadania** MP099
Capítulo 11 Globalização, cidadania e direitos humanos MP099
Capítulo 12 Sociologia do desenvolvimento MP103

EDUCAÇÃO MIDIÁTICA **Liberdade de opinião e crimes na internet** MP107

MOVIMENTAÇÃO **O acesso à arte e à cultura** MP107

Referências bibliográficas comentadas MP110

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA COLEÇÃO

O entendimento da coleção sobre ensino-aprendizagem

Todos que tiveram o magistério como escolha profissional foram movidos pelo desejo de fazer diferença na vida dos jovens e, de algum modo, colaborar para construir um mundo mais justo, democrático e igualitário. Entretanto, a realização desse anseio depende do desenvolvimento de um trabalho que faça sentido para os estudantes e desperte neles a vontade de serem os protagonistas de suas vidas e sujeitos transformadores da realidade. Como conseguir isso? Que conteúdos selecionar para ensinar aos estudantes? Qual método utilizar? Quais ferramentas e estratégias podem ser empregadas para incentivar os jovens para o estudo? Como saber se os objetivos estão sendo alcançados? Essas e outras questões vêm sendo debatidas intensamente pelos pensadores da educação desde que o ensino tradicional passou a ser questionado com o advento da Escola Nova no final do século XIX.

O chamado escolanovismo produziu uma grande variedade de ramificações e projetou os nomes de pensadores da educação como Célestin Freinet, John Dewey, Lev Vygotsky e Jean Piaget, cuja produção intelectual se orientou pela negação de um modelo educativo centrado na figura do professor, na memorização e na valorização exclusiva dos conteúdos informativos. Essas ideias influenciaram muitos teóricos da educação e tiveram grande repercussão nas práticas pedagógicas dos séculos XX e XXI – e embasaram teoricamente essa coleção, como será apresentado a seguir.

O estudante no centro do processo

A presente coleção foi concebida tomando como ponto de partida o pressuposto de que o aprendizado só se dá efetivamente quando ocorre o ativamento de processos mentais que provoquem a internalização do conhecimento. Essa ativação depende de o estudante ter um papel central no seu processo de aprendizagem, o que significa levar em conta suas experiências pessoais e conhecimentos adquiridos dentro e fora do espaço escolar. Como afirma Zabala,

> Aprender a elaborar uma representação pessoal do conteúdo objeto da aprendizagem, fazê-lo seu, interiorizá-lo, integrá-lo nos próprios esquemas de conhecimento. Essa representação não inicia do zero, mas parte dos conhecimentos que os alunos já têm e que lhes permitem fazer conexões com os novos conteúdos, atribuindo-lhes certo grau de significância. As relações necessárias a estabelecer não se produzem automaticamente – são o resultado de um processo extremamente ativo realizado pelo aluno, o que há de possibilitar a organização e o enriquecimento do próprio conhecimento. [...]
>
> ZABALA, Antonio. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 98-99.

Baseando-se nesse pressuposto, a coleção pretende estabelecer uma comunicação mais próxima com os estudantes, buscando referências de seu cotidiano e propondo atividades que os convidem a expor seu ponto de vista, investigar e refletir, compartilhando suas conclusões.

A aprendizagem precisa ser significativa

A ideia de que a aprendizagem só é sólida quando ocorre de maneira significativa foi elaborada pelo psicólogo estadunidense David Ausubel (1918-2008). Segundo sua teoria, que será apresentada com mais detalhes no tópico "Práticas para o ensino", as novas informações se integram à mente por meio de conceitos organizadores, que funcionam como uma espécie de armação, nas quais novas informações e conceitos se ajustarão em rede. Com o aprendizado, as tramas dessa rede vão se remodelando, multiplicando as conexões, de modo que toda a estrutura vai se tornando mais complexa e, portanto, capaz de acomodar mais e mais informações novas. Assim, a coleção tem a preocupação não só de investigar os **conhecimentos prévios** dos estudantes, como também de introduzir ou ampliar conceitos próprios da área de Ciências Humanas e Sociais, como *Estado*, *hierarquia*, *ética*, entre outros, demandando seu emprego nas reflexões e argumentações propostas nas atividades.

Conhecimento integrado

A concepção da estrutura cognitiva humana sustentada por Ausubel contraria a compartimentação tradicional do conhecimento em disciplinas isoladas, pois a ideia de articulação em rede pressupõe a intercomunicação dos saberes e o estabelecimento de relações entre os conceitos. Por conseguinte, **uma aprendizagem significativa** robusta deve ocorrer dentro de uma **perspectiva interdisciplinar**, como explica Juares da Silva Thiesen:

> Na sala de aula, ou em qualquer outro ambiente de aprendizagem, são inúmeras as relações que intervêm no processo de construção e organização do conhecimento. As múltiplas relações entre professores, alunos e objetos de estudo constroem o contexto de trabalho dentro do qual as relações de sentido são construídas. Nesse complexo trabalho, o enfoque interdisciplinar aproxima o sujeito de sua realidade mais ampla, auxilia os aprendizes na compreensão das complexas redes conceituais, possibilita maior significado e sentido aos conteúdos da aprendizagem, permitindo uma formação mais consistente e responsável.
>
> THIESEN, Juares da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 545-598, set./dez. 2008. p. 551. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/swDcnzst9SVpJvpx6tGYmFr/?lang=pt. Acesso em: 11 set. 2024.

Corroborando esse entendimento, a coleção busca favorecer a interdisciplinaridade, sugerindo atividades que exigem a mobilização de conceitos e informações relativos a diferentes componentes curriculares das várias áreas do conhecimento. Essas propostas interdisciplinares estão devidamente indicadas na parte do suplemento "Orientações específicas e respostas" para cada capítulo.

O enfrentamento de situações-problema

Ausubel sugeriu que uma estratégia eficiente para transformar as estruturas cognitivas é provocar discordâncias ou **conflitos cognitivos**, quer dizer, apresentar evidências ou situações que coloquem em xeque os conhecimentos prévios dos estudantes, despertando neles incertezas e compelindo-os, assim, a buscar o reequilíbrio, recorrendo à reflexão e à investigação, cujo efeito final é a reconstrução do conhecimento.

Efeito semelhante pode ser obtido por meio da proposição de **situações-problema** para as quais os estudantes não dispõem de solução imediata, sendo instigados a se apropriar de conhecimentos elaborados de base científica e a aplicar seus recursos cognitivos a fim de encontrar respostas originais para o desafio apresentado.

O enfrentamento de situações-problema pode colaborar ainda para sensibilizar os estudantes em relação a questões contemporâneas de interesse social, tirando-os de posições mais individualistas e promovendo situações para reflexão sobre seu papel como **sujeitos históricos**, capazes de agir e transformar a realidade.

Nas palavras de Paulo Freire,

> [...] a prática problematizadora [...] propõe aos homens sua situação como problema [...] como incidência de seu ato cognoscente, através do qual será possível a superação da percepção mágica ou ingênua que dela tenham. A percepção ingênua ou mágica da realidade da qual resultava a postura fatalista cede seu lugar a uma percepção que é capaz de perceber-se. E porque é capaz de perceber-se enquanto percebe a realidade que lhe parecia em si inexorável, é capaz de objetivá-la. Desta forma, aprofundando a tomada de consciência da situação, os homens se "apropriam" dela como realidade histórica, por isto mesmo, capaz de ser transformada por eles. O fatalismo cede, então, seu lugar ao ímpeto de transformação e de busca, de que os homens se sentem sujeitos.
>
> FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 82. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022. p. 103-104.

Ciente do papel da educação na consolidação da democracia e da formação de sujeitos conscientes de seu potencial transformador para construir um país mais justo e sustentável, esta coleção se empenha em apresentar aos estudantes diversos desafios e problemas concretos experimentados pela população brasileira ou por determinados segmentos dela e convocá-los a refletir sobre soluções possíveis. Por exemplo, a seção "Movimentação" oportuniza a investigação de problemas atuais relacionados ao cotidiano dos estudantes (como o descarte e a gestão do lixo, no livro de geografia, e o trabalho informal, proposta apresentada no volume de história), demandando produções que apresentem sugestões para tratar o problema. Da mesma forma, muitas das propostas apresentadas nos boxes "Você pesquisador", "Explore" e na seção "Atividades" convidam o estudante a pensar sua realidade a fim de transformá-la.

O estímulo à interação e à cooperação

Outro princípio que rege a coleção é o de que o processo de ensino-aprendizagem se desenrola em um **contexto de interação social e cultural**. Segundo Vygotsky,

> [...] toda função em desenvolvimento cultural da criança aparece em cena duas vezes, em dois planos; primeiro no plano social e depois no psicológico, a princípio entre os homens como categoria interpsíquica e logo no interior da criança como categoria intrapsíquica. Isso se refere igualmente à atenção voluntária, à memória lógica, à formação de conceitos e ao desenvolvimento da vontade.
>
> VIGOTSKI, Lev Semionovic. **Obras escogidas III**: problemas del desarrollo de la psique. Madri: Visor, 1995. p. 150. (Tradução nossa).

Sendo assim, o pleno desenvolvimento das capacidades cognitivas do adolescente depende de ele encontrar oportunidades diversas de interagir com seus pares e professores para debater ideias, confrontar hipóteses, trocar opiniões e argumentar. Por isso, a coleção considera a importância de incentivar a cooperação entre os estudantes e promover em sala de aula situações de diálogo e debate sobre temas associados a questões sensíveis do presente.

Instrumentalizar o estudante

Se por um lado se concebe o papel central dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem e a necessidade de o conhecimento ser assimilado de maneira significativa, por outro deve-se reconhecer o valor do conhecimento sistematizado e a **competência do professor** para planejar e coordenar o trabalho pedagógico que permitirá ao estudante estar devidamente instrumentalizado para conquistar autonomia e desenvolver ao máximo suas potencialidades. Isso significa procurar, simultaneamente, equilibrar a aquisição de conhecimentos acadêmicos relevantes e sólidos, sem os quais não há material para reflexão, e o amadurecimento de habilidades sem as quais não se pode desenvolver competências. Perrenoud enfatiza a necessidade de perseguir esse equilíbrio ao afirmar que,

> [...] para entender o mundo e agir sobre ele, não se deve, ao mesmo tempo, apropriar-se de conhecimentos profundos e construir competências suscetíveis de mobilizá-los corretamente? A figura do especialista o atesta: ele se define, simultaneamente, como um cientista, um erudito, alguém que "leu todos os livros" e acumulou tesouros de conhecimentos por meio da experiência; alguém que tem intuição, senso crítico, *savoir-faire* e o conjunto de capacidades que permitem antecipar, correr riscos, decidir, em suma, agir em situação de incerteza.
>
> PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 11.

Por essa razão, a presente coleção procura assegurar aos estudantes informações relevantes e consistentes sobre os temas selecionados e, ao mesmo tempo, oferecer grande variedade de situações e atividades voltadas para a aquisição de habilidades e domínio de procedimentos fundamentais para a construção de competências.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a Educação Básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, assegurada inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade própria, e determinou a progressiva universalização do Ensino Médio gratuito. Até então, conforme a Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, o Ensino Médio (antigo segundo grau) não era obrigatório.

Quase uma década após a promulgação da constituição, a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), segundo as quais a educação é entendida como um processo formativo abrangente que se desenvolve "na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais". Quatro anos depois, seguindo o movimento de promoção de reformas educacionais que permitissem ao país melhorar os índices de escolarização e nível de conhecimento de seus jovens para superar o quadro de extrema desvantagem em relação aos países desenvolvidos, foram publicados os *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio* (PCNEM), que reconheceram um novo contexto para os anos finais da Educação Básica e reiteraram a necessidade de um ensino contextualizado para a formação integral dos estudantes.

Contudo, no início da segunda década do século XXI, o modelo predominante para o Ensino Médio no Brasil ainda era essencialmente aquele que se estabeleceu durante a Primeira República (1889--1930): os estudantes são agrupados em turmas de acordo com a idade, e a progressão de um ano para outro depende da assimilação de conteúdos dos diversos componentes curriculares. Esses são ministrados por docentes especialistas em horários delimitados e preestabelecidos, havendo pouca ou nenhuma interação entre os componentes curriculares. O conhecimento assim ministrado, em geral, adquire contornos tecnicistas e é apresentado de maneira fragmentada, sem relação com a realidade vivida pelos jovens, parecendo-lhes frequentemente distante e destituído de sentido (Gerhard; Rocha, 2012).

Nesse contexto, em 16 de fevereiro de 2017 foi sancionada a Lei n. 13.415, que instituiu a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, estabelecendo os pressupostos do que foi chamado "o novo Ensino Médio", que tem como base o incentivo ao **ensino integral**, a **articulação com a formação técnica profissional**, a **flexibilização do currículo** e a **ampliação da carga horária**. Além disso, a lei que estabeleceu a reforma do Ensino Médio instituiu que os objetivos de aprendizagem essenciais para essa etapa da educação devem ser os definidos pela BNCC.

A BNCC foi homologada em 2017, e por meio desse documento foram definidas **dez competências gerais da Educação Básica**, que se relacionam e se desdobram no tratamento didático para todas as etapas da Educação Básica, ou seja, dos anos iniciais do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, com o objetivo de desenvolver atitudes e valores nos termos já previstos desde a LDB. A BNCC entende como competência a capacidade de mobilizar conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do mundo do trabalho e do exercício da cidadania.

COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2018. p. 9-10.

Em dezembro de 2018, foi aprovada a BNCC para o Ensino Médio, que, além da continuidade do desenvolvimento progressivo dessas competências gerais, determinou como objetivo do Ensino Médio a preparação básica dos estudantes para o trabalho e o exercício da cidadania, bem como a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos durante o Ensino Fundamental. Assim como rege a lei, o documento estabeleceu competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes ao longo da última etapa da Educação Básica em **quatro áreas do conhecimento**: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Desse modo, impôs-se uma reestruturação para o Ensino Médio, na qual a ênfase do processo de ensino-aprendizagem deslocou-se do conteúdo informativo para o desenvolvimento de competências e habilidades; e, no lugar da antiga segmentação das disciplinas, definiu-se o ensino por áreas.

Em julho de 2024 foi sancionada a Lei n. 14.945, que reestruturou a Política Nacional para o Ensino Médio. Após um processo de consulta pública, a lei alterou parcialmente a BNCC para essa etapa do ensino. Resumidamente, aumentou a carga horária da Formação Geral Básica, explicitou o ensino de todos os componentes curriculares em suas respectivas áreas do conhecimento e determinou a construção de diretrizes para a oferta dos Itinerários Formativos.

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Segundo a BNCC, a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas é integrada por filosofia, geografia, história e sociologia, com o propósito de ampliar e aprofundar as aprendizagens essenciais desenvolvidas durante o Ensino Fundamental, e sempre orientada por uma formação ética.

Considerando a maior maturidade cognitiva dos estudantes e sua capacidade de articular informações e conhecimentos, espera-se que durante o Ensino Médio eles possam ampliar seu repertório conceitual, desenvolver as capacidades para perceber de forma mais acurada a realidade e realizar raciocínios mais complexos, além de dominar a leitura de diferentes linguagens, fator essencial para os processos de simbolização e abstração.

Tendo em vista esses aspectos e as aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes nessa etapa da educação formal, a BNCC definiu as seguintes categorias fundamentais da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas a serem tematizadas e problematizadas.

- **Indivíduo, natureza, sociedade, cultura e ética**: categorias que permitem aos estudantes a análise crítica sobre a sociedade em que vivem e sobre eles mesmos como indivíduos, além da compreensão das diferentes formas de organização social baseadas em valores, tradições, práticas, hábitos e formas específicas de manejar a natureza. Portanto, essas categorias são próprias da constituição das Ciências Humanas e Sociais, quando possibilitam a compreensão da produção do indivíduo como ser social, da forma como as diferentes sociedades se organizam no espaço físico-territorial, das especificidades das relações que estabelecem com o meio e as suas consequências ambientais.
- **Política e trabalho**: categorias importantes por mediarem a vida em sociedade, em que se pressupõem iniciativas individuais e coletivas. A política deve ser compreendida como meio de inserção do indivíduo no coletivo, de prática da cidadania e como forma das lógicas de poder estabelecidas entre diferentes grupos, o que inclui os tipos de organização dos Estados e o estabelecimento de governo. A dimensão do trabalho pode ser compreendida por diversas perspectivas: filosófica, histórica e sociológica, entre outras, por se relacionar às formas de dominação e transformação da natureza, de produção de riqueza, de humanização ou de alienação.
- **Tempo e espaço**: categorias essenciais para o estudo das Ciências Humanas uma vez que permitem a identificação de contextos, a análise de acontecimentos e a compreensão de processos, bem como as suas rupturas e permanências. Durante o Ensino Médio os estudantes devem desenvolver a compreensão de dimensões simbólicas e abstratas do tempo, bem como das noções que diferentes sociedades têm dele, ultrapassando a percepção uniforme de linearidade. Em relação ao espaço, espera-se que se tornem capazes de entender as suas dimensões históricas e culturais, além de suas representações cartográficas, pois a trajetória de diferentes grupos humanos (migrações, ocupações, disputas, produção e distribuição de produtos, relações de trabalho etc.) realiza-se em um determinado espaço e em um tempo específico.
- **Território e fronteira**: categorias indispensáveis para a compreensão de processos identitários relacionados a territorialidades e de estabelecimento de fronteiras de diferentes significados (territoriais, culturais, econômicas, sociais, entre outras). Espera-se que os estudantes possam compreender que território, além de significar uma porção da superfície terrestre relacionada à sobrevivência, à identidade e à segurança de diferentes grupos humanos (nações, povos, Estados), como categoria engloba noções de lugar, região, limites políticos e administrativos, sendo, portanto, suporte de esquemas abstratos de organização espacial da realidade (cidades, estados, países). De forma associada, fronteira deve ser entendida como uma categoria historicamente construída que pode ser expressa nas dimensões territoriais, mas também culturais, econômicas, sociais e políticas – muitas delas, permeáveis e móveis.

Tendo como base essas categorias, e para assegurar aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, a BNCC definiu para o Ensino Médio **seis competências específicas da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, que devem ser articuladas às competências gerais da Educação Básica. Cada uma das competências específicas se desenvolve por meio de um conjunto de habilidades.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS E HABILIDADES DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS PARA O ENSINO MÉDIO

Compência específica 1	Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.
Habilidades	**(EM13CHS101)** Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais. **(EM13CHS102)** Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos. **(EM13CHS103)** Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros). **(EM13CHS104)** Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço. **(EM13CHS105)** Identificar, contextualizar e criticar tipologias evolutivas (populações nômades e sedentárias, entre outras) e oposições dicotômicas (cidade/campo, cultura/natureza, civilizados/bárbaros, razão/emoção, material/virtual etc.), explicitando suas ambiguidades. **(EM13CHS106)** Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
Competência específica 2	Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.
Habilidades	**(EM13CHS201)** Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles. **(EM13CHS202)** Analisar e avaliar os impactos das tecnologias na estruturação e nas dinâmicas de grupos, povos e sociedades contemporâneos (fluxos populacionais, financeiros, de mercadorias, de informações, de valores éticos e culturais etc.), bem como suas interferências nas decisões políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais. **(EM13CHS203)** Comparar os significados de território, fronteiras e vazio (espacial, temporal e cultural) em diferentes sociedades, contextualizando e relativizando visões dualistas (civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo, esclarecimento/obscurantismo, cidade/campo, entre outras). **(EM13CHS204)** Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas. **(EM13CHS205)** Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis. **(EM13CHS206)** Analisar a ocupação humana e a produção do espaço em diferentes tempos, aplicando os princípios de localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, arranjos, casualidade, entre outros que contribuem para o raciocínio geográfico.

Continua

Continuação

Competência específica 3	Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.
Habilidades	**(EM13CHS301)** Problematizar hábitos e práticas individuais e coletivos de produção, reaproveitamento e descarte de resíduos em metrópoles, áreas urbanas e rurais, e comunidades com diferentes características socioeconômicas, e elaborar e/ou selecionar propostas de ação que promovam a sustentabilidade socioambiental, o combate à poluição sistêmica e o consumo responsável. **(EM13CHS302)** Analisar e avaliar criticamente os impactos econômicos e socioambientais de cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuárias em diferentes ambientes e escalas de análise, considerando o modo de vida das populações locais – entre elas as indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais –, suas práticas agroextrativistas e o compromisso com a sustentabilidade. **(EM13CHS303)** Debater e avaliar o papel da indústria cultural e das culturas de massa no estímulo ao consumismo, seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à percepção crítica das necessidades criadas pelo consumo e à adoção de hábitos sustentáveis. **(EM13CHS304)** Analisar os impactos socioambientais decorrentes de práticas de instituições governamentais, de empresas e de indivíduos, discutindo as origens dessas práticas, selecionando, incorporando e promovendo aquelas que favoreçam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável. **(EM13CHS305**) Analisar e discutir o papel e as competências legais dos organismos nacionais e internacionais de regulação, controle e fiscalização ambiental e dos acordos internacionais para a promoção e a garantia de práticas ambientais sustentáveis. **(EM13CHS306)** Contextualizar, comparar e avaliar os impactos de diferentes modelos socioeconômicos no uso dos recursos naturais e na promoção da sustentabilidade econômica e socioambiental do planeta (como a adoção dos sistemas da agrobiodiversidade e agroflorestal por diferentes comunidades, entre outros).
Competência específica 4	Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.
Habilidades	**(EM13CHS401)** Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos. **(EM13CHS402)** Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconômica. **(EM13CHS403)** Caracterizar e analisar os impactos das transformações tecnológicas nas relações sociais e de trabalho próprias da contemporaneidade, promovendo ações voltadas à superação das desigualdades sociais, da opressão e da violação dos Direitos Humanos. **(EM13CHS404)** Identificar e discutir os múltiplos aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos históricos e/ou geográficos e seus efeitos sobre as gerações, em especial, os jovens, levando em consideração, na atualidade, as transformações técnicas, tecnológicas e informacionais.
Competência específica 5	Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.
Habilidades	**(EM13CHS501)** Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade. **(EM13CHS502)** Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais. **(EM13CHS503)** Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos. **(EM13CHS504)** Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

Continua

Continuação

Competência específica 6	Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
Habilidades	**(EM13CHS601)** Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país. **(EM13CHS602)** Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual. **(EM13CHS603)** Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.). **(EM13CHS604)** Discutir o papel dos organismos internacionais no contexto mundial, com vistas à elaboração de uma visão crítica sobre seus limites e suas formas de atuação nos países, considerando os aspectos positivos e negativos dessa atuação para as populações locais. **(EM13CHS605)** Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, identificar os progressos e entraves à concretização desses direitos nas diversas sociedades contemporâneas e promover ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência, respeitando a identidade de cada grupo e de cada indivíduo. **(EM13CHS606)** Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira – com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes – e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia.

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2018. p. 571-579.

Entendendo como avaliar os diferentes graus de complexidade das competências da BNCC

A capacidade humana para decidir e agir depende de uma série de processos mentais que configuram nossas competências, sejam elas de natureza prática ou teórica. Contudo, essas competências não são inatas. Elas devem ser aprendidas e desenvolvidas, e a escola desempenha papel importante nesse processo.

O conceito de competência

Ao nascer, todos os indivíduos contam com esquemas hereditários que servem de ponto de partida para a construção de outros esquemas mais complexos que constituirão aquilo que Pierre Bordieu chamou de *habitus*, quer dizer, "um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações" (Bourdieu, 1983). O *habitus* se constitui assim como um lote de esquemas mais ou menos formatados para lidar com situações determinadas que, por meio de transferência analógica e mediante algumas adaptações, pode ser mobilizado no enfrentamento de situações novas. Todavia, à medida que estas se singularizam e os esquemas disponíveis já não podem ser simplesmente adaptados para enfrentá-las,

> [...] há uma tomada de consciência, ao mesmo tempo do *obstáculo* e dos *limites* dos conhecimentos e dos esquemas disponíveis, ou seja, a passagem para um funcionamento reflexivo. Nasce, então, um *processo de procura* que culmina, na melhor das hipóteses, em uma ação original por sucessivas aproximações, recorrendo-se até à teoria e ao cálculo formal.
>
> Esse trabalho de reflexão, que está no centro das competências mais valorizadas, também depende do *habitus*, na medida em que o controle reflexivo da ação, a conscientização e o pensamento formal passam pela implementação de esquemas de pensamento, avaliação e julgamento. Trata-se, portanto, dos esquemas mais gerais do sujeito, que permitem a abstração, o relacionamento, a comparação, o raciocínio, a conceituação; em outras palavras, os esquemas que constituem a *lógica natural* ou a inteligência do sujeito.
>
> PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 26.

A capacidade de orquestrar com autonomia e destreza um conjunto de esquemas organizados é, portanto, o que constitui uma competência. Em nível elevado, a articulação de um conjunto de competências permite que o sujeito, diante de um desafio singular, seja capaz de elaborar uma resposta original e até inédita.

Desenvolvendo competências na escola

Não raro, os estudantes questionam por que razão precisam saber algum conteúdo escolar. A questão é pertinente, pois o conhecimento não se integra automaticamente a sistemas mais elaborados de pensamento que auxiliem o jovem a entender o mundo e seu papel nele, nem se constitui mecanicamente em recurso a ser mobilizado para solucionar problemas ou enfrentar situações cotidianas.

Para que ocorra a aquisição de uma competência, os estudantes devem fazer mais do que exercícios de fixação e de aplicação do conhecimento escolar. Eles precisam associar seus aprendizados de maneira sistemática e contínua a práticas sociais, o que significa expô-los a questionamentos e situações que, para serem enfrentados, exigem a ativação sinérgica de recursos variados (informações, modelos, métodos, procedimentos, teorias, tecnologias, habilidades psicossociais, cognitivas etc.). Como afirma Perrenoud,

> [...] a escolaridade geral pode e deve [...] contribuir para construir verdadeiras competências. Não é uma simples questão de motivação ou de sentido, mas sim uma questão didática central: aprender a explicar um texto "para aprender" não é aprender, exceto para fins escolares, pois existem tantas maneiras de explicar ou de interpretar um texto quantas perspectivas gramaticais. Se esse aprendizado não for associado a uma ou mais práticas sociais, suscetível de ter um sentido para os alunos, será rapidamente esquecido, considerado como um dos obstáculos a serem vencidos para conseguir um diploma, e não como uma competência a ser assimilada para dominar situações da vida.
>
> PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: 1999. p. 45.

A construção de competências de alto nível pode ocorrer por meio de um componente curricular em particular, ou pode se dar transversalmente, promovendo-se a transferência de conhecimentos de diversas naturezas, ou mobilizando-os por meio dos estudos de conteúdos disciplinares para enfrentar situações complexas da realidade.

Trabalhando as competências da BNCC

A BNCC estabelece **competências gerais** para serem trabalhadas no decorrer de todo o Ensino Básico e **competências específicas** para serem trabalhadas por área do conhecimento a cada etapa da Educação Básica.

As competências gerais, mais abrangentes, serão desenvolvidas progressivamente desde a entrada da criança no universo escolar, para que, ao término do Ensino Médio, lhe seja assegurada educação integral e formação adequada, de modo a tornar-se um adulto preparado para atuar com responsabilidade e consciência, tanto na vida profissional e pessoal, quanto na vida pública, como cidadão.

As **competências específicas** são o pilar das **competências gerais**, e sua aquisição depende do aprendizado de informações, conceitos, métodos, habilidades, procedimentos e atitudes que estão vinculados às diferentes áreas do conhecimento. Por exemplo, nas Ciências Humanas, espera-se que, ao concluir o Ensino Médio, os estudantes tenham adquirido os recursos básicos para "identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos" (**competência específica 5 das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, BNCC). Essa é uma das condições básicas para que ele se torne um cidadão capaz de "exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza" (**competência geral da Educação Básica número 9**, BNCC).

Ora, quais são os recursos necessários para os estudantes desenvolverem a competência específica mencionada anteriormente? A resposta para essa questão será elaborada pelos professores ao definirem os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais dos diferentes componentes curriculares que poderão favorecer o desenvolvimento de habilidades, como a de "analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade" (habilidade **EM13CHS501** da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, BNCC) ou a de "analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais" (habilidade **EM13CHS502** da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, BNCC).

E aqui está uma das vantagens de fazer um planejamento por habilidades e competências: não é necessário se prender a um único currículo ou mesmo repetir as sequências canônicas de conteúdos. É possível até introduzir conteúdos novos, considerando os interesses, conhecimentos prévios e perfil de seus estudantes e as oportunidades de realizar propostas interdisciplinares em conjunto com seus pares. Assim, um professor de história pode decidir desenvolver a habilidade **EM13CHS501** tanto analisando com seus estudantes o depoimento de Adolf Eichmann no Tribunal de Nuremberg, quanto debatendo a decisão dos Estados Unidos de utilizar bombas atômicas contra o Japão na Segunda Guerra Mundial, enquanto o professor de sociologia trabalha com notícias de jornais que discutem a relações entre ética e administração pública. As possibilidades são quase infinitas e favorecem a construção de cursos muito mais motivadores e significativos para os estudantes sem abrir mão de conteúdos informativos importantes, além de promover a mobilização de recursos variados para a resolução de problemas reais.

A BNCC na coleção

Os quatro volumes desta coleção foram organizados por unidades temáticas norteadas pelas categorias da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas consideradas fundamentais pela BNCC. Uma vez que tempo e espaço são categorias inerentes na tratativa de qualquer tema da área, a coleção tem como temas: **natureza em transformação**, **globalização**, **emancipação e cidadania**, **trabalho**, **ciência e tecnologia**, **poder e política**, **sociedade, política e cultura**, e **conflitos e desigualdades**. A relação estabelecida entre as categorias e o modo como são trabalhadas em cada componente curricular estão explicados no tópico que apresenta a estrutura da coleção.

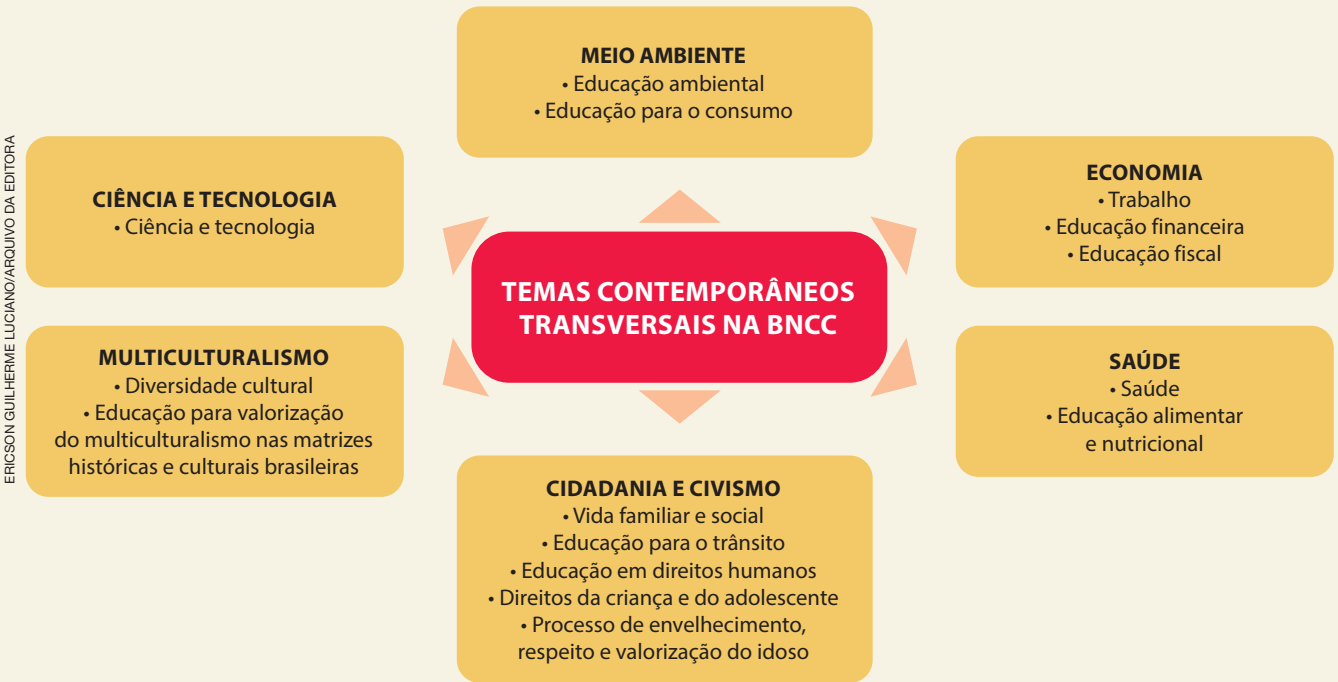
Os volumes são independentes, apresentando os objetos de conhecimento de um único componente curricular em cada um deles, mas sempre considerando uma perspectiva de abordagem interdisciplinar tanto entre os quatro componentes das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas como com outras áreas do conhecimento.

Cada um dos volumes que compõem a coleção considera a progressão das abordagens dos conteúdos e sua articulação com as competências e habilidades, possibilitando arranjos flexíveis, para que escola e professores organizem seus cursos com autonomia, de acordo com sua realidade. Em cada um deles é objetivado o aprofundamento dos conhecimentos do Ensino Fundamental de forma relacionada à atualidade, além de apresentar abordagens novas referentes aos componentes de filosofia e sociologia, introduzidos nessa etapa dos estudos. Para que se efetive um processo significativo da aprendizagem, a coleção oferece numerosas oportunidades de pesquisa, análise e produção não só de textos, mas de outros objetos.

No conjunto dos volumes, são trabalhadas todas as competências gerais da Educação Básica, bem como as competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e suas respectivas habilidades. Nas orientações específicas de cada um deles, são explicitados os elementos dos capítulos e sua articulação com as referidas competências e habilidades.

Além das categorias, competências e habilidades estabelecidas para cada área do conhecimento na etapa final da Educação Básica, a BNCC reforçou a obrigatoriedade do trabalho com os **Temas Contemporâneos Transversais**, preconizados na legislação educacional do país desde a década de 1990 pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Em 2019, com o objetivo de orientar as redes em relação ao trabalho com esses assuntos, o Ministério da Educação publicou um documento intitulado *Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: contexto histórico e pressupostos pedagógicos*. Nessa publicação, os quinze temas contemporâneos transversais foram agrupados em seis macroáreas temáticas, conforme o esquema no final da página. O documento ressalta que os referidos temas não devem ser trabalhados de forma rígida, em estruturas fechadas, mas integrados às diferentes áreas do conhecimento, cabendo às redes de ensino verificar a melhor forma de incorporar o desenvolvimento obrigatório desses temas aos seus currículos.

Para auxiliar o trabalho dos educadores nesse aspecto, além de propostas de atividades nos boxes "Explore" e na seção "Atividades", esta coleção apresenta a seção "Em pauta", desenvolvida com o objetivo de promover leituras, principalmente de notícias, reportagens, artigos jornalísticos e demais publicações institucionais não acadêmicas, que propiciam discussões proveitosas, muitas vezes relacionadas aos temas contemporâneos transversais. As oportunidades para a abordagem de temas contemporâneos transversais estão indicadas na parte "Orientações específicas e respostas" deste suplemento.



ERICSON GUILHERME LUCIANO/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC**: contexto histórico e pressupostos pedagógicos 2019. Brasília, DF: MEC/SEB, 2019. p. 13.

A prática docente no século XXI

Hoje está estabelecida a concepção de que a sala de aula deve ser um espaço de trocas e diálogo e que a assimilação do conhecimento é mais efetiva quando os estudantes são envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, o papel do docente como condutor do aprendizado se transfigurou, derivando para a concepção do **professor como administrador do processo de ensino-aprendizagem**. Se a princípio parece não haver muita diferença entre as duas concepções, deu-se, de fato, um alargamento das atribuições dos profissionais da educação e uma ampliação das competências necessárias ao exercício do magistério.

Com a constatação de que os estudantes são diferentes uns dos outros e não aprendem em ritmos idênticos nem por meio das mesmas estratégias, o professor passou a ter a responsabilidade de planejar e administrar o percurso a ser feito por seus estudantes, individualmente e em grupo, organizando e dirigindo as situações de aprendizagem. Assim, cabe a ele mapear os diferentes processos de aprendizagem nas turmas pelas quais é responsável, identificar casos singulares, criar estratégias diversificadas que considerem as características dos estudantes para envolvê-los e mantê-los ativos, avaliá-los por meio de diferentes instrumentos, corrigir os rumos do curso com base nos resultados obtidos e assegurar condições para que todos progridam.

Muitos professores temem que essa multiplicação de demandas resulte em uma redução do seu papel em sala de aula. Perrenoud afasta esse risco lembrando que o abandono do modelo tradicional de aula

> [...] não invalida o recurso a um ensino magistral, que é, às vezes, a situação de aprendizagem mais pertinente, considerando-se os conteúdos, objetivos visados e as imposições. A aula deveria, entretanto, tornar-se um dispositivo didático entre outros, utilizado conscientemente, mais do que o emblema da ação pedagógica, qualquer outra modalidade sendo exceção.
>
> PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. p. 19.

A complexidade das tarefas que se acumulam exige ainda que os professores busquem trabalhar em equipe com muito mais intensidade e estabeleçam uma relação maior de diálogo e troca com as famílias dos estudantes, com o objetivo de mantê-las informadas e envolvidas no processo de ensino-aprendizagem dos jovens.

Outro ponto a se destacar é a necessidade de os docentes se manterem atualizados – porque dos assuntos da atualidade é que emergirão as situações-problema a serem propostas em sala de aula – e perseguirem uma formação contínua para acompanhar o ritmo das transformações tecnológicas e dos novos conhecimentos produzidos em diversas áreas de pesquisa associadas à educação. Mais uma vez, sabendo-se da impossibilidade de todos estarem sempre atualizados sobre tudo, é do trabalho coletivo dinâmico, da troca vigorosa de conhecimentos e experiências entre os educadores, que uma nova escola poderá surgir e desempenhar papel relevante na formação das futuras gerações.

Juventudes e as culturas juvenis

Com o objetivo de tornar a aprendizagem significativa para os estudantes, as novas propostas educacionais para o Ensino Médio orientam escolas e professores a perseguirem a contextualização dos conhecimentos trabalhados em sala de aula, especialmente valorizando o universo no qual os estudantes estão inseridos e que lhes é familiar. Em outras palavras, a aprendizagem será potencializada se os programas escolares considerarem os interesses, as preocupações, as aspirações e as atividades cotidianas que conformam as culturas juvenis.

Certamente, quando se mencionam as culturas juvenis, logo vêm à mente aquelas manifestações culturais que já integraram o estereótipo do jovem contemporâneo: o *skate* e o futebol, o *funk*, o *hip hop*, o uso contínuo dos *smartphones* e das redes sociais e os jogos digitais, por exemplo. Elaborar projetos que considerem essas manifestações é, sem dúvida, fundamental, mas não suficiente. É necessário ter consciência de que esse conjunto de manifestações culturais representa um recorte do universo dos jovens, não dando conta dele em sua integridade e em sua complexidade. Deve-se ter em mente que há outros aspectos importantes da experiência juvenil bastante distintas dessas. Por exemplo, deve-se considerar que os jovens brasileiros frequentam espaços religiosos, festas em casas de amigos e reuniões em praças e outros locais públicos. Ao mesmo tempo, muitos deles podem nunca ter ido a uma biblioteca, ao teatro ou ao cinema. É importante levar em conta as múltiplas realidades brasileiras nas quais os jovens estão inseridos, pois, se essa diversidade for desprezada pela escola, parte significativa dos jovens não será atraída pelas atividades propostas pelos professores.

A juventude em suas muitas faces

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) definiu a adolescência como a fase que se estende dos 12 aos 18 anos. Embora a adolescência possa estar contida na ideia de juventude, não deve ser confundida com ela. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o fator etário pode ser flexibilizado de acordo com as condições de vida do indivíduo. Reconhece-se, portanto, que a experiência de ser jovem varia muito em função de renda, gênero, raça e até endereço, principalmente em um país ainda marcado por enormes desigualdades como o Brasil. Por essa razão, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) evidenciaram a importância de não se adotar uma caracterização específica e homogênea com referência ao público dessa etapa do ensino. Ao contrário, elas destacam que esses jovens devem ser percebidos como sujeitos que têm valores, comportamentos, visões de mundo, interesses e necessidades específicas.

A heterogeneidade das experiências juvenis no nosso país implica, portanto, um desafio de dimensões consideráveis para os professores, porque requer que eles tenham capacidade de escuta e de observação para identificar as características específicas do grupo de jovens com o qual estão trabalhando, além de flexibilidade para adaptar os programas, garantindo que o conhecimento transmitido seja significativo para os estudantes e dialogue com a realidade deles. Desse modo, o educador que trabalha na zona rural precisará planejar seu curso de maneira diferente de um colega que dá aulas em um grande centro urbano; aquele que está alocado em uma escola da periferia terá eventualmente de propor situações-problema diversas das que cabem a uma escola em um bairro de classe média; e todos deverão se lembrar de que, dentro de uma mesma sala de aula, estudantes brancos e negros, do sexo masculino e feminino enfrentarão desafios e dúvidas distintos, o que se refletirá em diferentes interesses e pontos de vista sobre uma mesma questão.

Contudo, se é fato que a juventude é multifacetada, não se pode negar a existência de certas condições que são compartilhadas pela maior parte dos jovens do presente e estão associadas ao período histórico que atravessamos. A juventude de hoje não está sujeita, como as gerações passadas, a determinadas regras sociais que a obrigam a se adaptar a formas prescritivas de entrada na vida adulta. Segundo o cientista social José Machado Pais, os jovens ingressam nela por caminhos erráticos, marcados por idas e vindas, avanços e recuos, que estão relacionados com a transitoriedade das relações profissionais e afetivas do presente. Para ele, a tendência de os jovens relativizarem tudo é a resposta a uma realidade pouco palpável, marcada pela impermanência e a consequente incerteza sobre o futuro. Diante da dificuldade de planejar o dia de amanhã, o jovem tende então a viver o aqui e agora, tomando caminhos incertos e cheios de desvios e mudanças de sentido (PAIS, 2006).

Outro fenômeno que marca a experiência dos jovens no presente é a tendência ao prolongamento do tempo de permanência no lar paterno em comparação com os jovens de algumas décadas atrás. Colaboram para isso diversos fatores: a extensão dos ciclos escolares decorrente do ingresso de um número maior de jovens no Ensino Superior, a insegurança do mundo do trabalho, a dificuldade de acesso à moradia e as transformações nas relações familiares, por exemplo (Botelho; Araújo; Codes, 2016).

Além do exposto, deve-se considerar que a transição entre a infância e a vida adulta é marcada pelas mudanças biológicas, que ocasionam alterações físicas. Essas transformações provocam uma nova percepção do jovem em relação a si e, consequentemente, uma modificação na forma como ele se relaciona com o mundo ao seu redor. Em um contexto que supervaloriza o corpo e pressiona os indivíduos a buscarem por todos os meios moldá-lo conforme padrões idealizados, as transformações corporais típicas da adolescência são fatores de ansiedade e insegurança que afetam os jovens.

Essa característica da experiência juvenil potencializa o impacto das redes sociais na vida dos jovens. Para eles, sua identidade passou a ser definida pela aparência, e sua existência confunde-se com a visibilidade que conseguem nas mídias, especialmente as digitais. Assim, quando não conseguem estar em evidência, os jovens experimentam uma sensação de invisibilidade e morte. Pela mesma lógica, quando sua aparência é reprovada, muitas vezes entendem que são destituídos de qualquer talento ou valor.

Soma-se a essa busca de uma identidade, o desenvolvimento de formas mais abstratas de raciocínio e a capacidade de se descentrar, o que significa rever preconceitos e conhecimentos que têm diante de situações novas. Como consequência, o jovem questiona mais, confronta a autoridade dos pais e professores, argumenta. Não é de espantar, portanto, que na última década os jovens estiveram mais organizados e mobilizados para exigir mais protagonismo e participação na vida pública. Todas essas variadas questões devem estar presentes no debate provocado pelo material didático.

Juventudes, culturas juvenis e a escola

Quando os jovens são perguntados em pesquisas sobre a confiança que têm nas instituições sociais, apontam a escola como a instituição na qual depositam mais confiança (Novaes, 2006). Porém, por outro lado, afirmam não ter a ilusão de que os estudos lhes garantirão um emprego no futuro. Se a aquisição dos conhecimentos escolares não é mais entendida como caminho para a segurança financeira e a estabilidade, o que a escola pode oferecer aos jovens? Que caminho ela precisa tomar para voltar a ter sentido para os estudantes?

Para acessar o jovem e conquistá-lo para o trabalho escolar é necessário transformar não só a dinâmica das escolas, como a própria abordagem pedagógica. Muitos professores se queixam, não sem razão, da indisciplina. Parte do problema, certamente, está relacionada a causas sociais que escapam das responsabilidades das instituições escolares. Uma parcela dessas dificuldades, porém, pode ser minimizada, e até eliminada, se os estudantes encontrarem na escola um espaço de acolhimento e de escuta e onde suas experiências e seus conhecimentos sejam levados em consideração. Nesse aspecto, a presente coleção busca ser um instrumento para contribuir com a ação docente que dialogue com os jovens, suas realidades e experiências.

Para trabalhar culturas juvenis, as aulas precisam ser construídas levando-se em consideração o que os estudantes já sabem e têm a dizer, suas aflições, suas dúvidas e sua necessidade de se mover e criar. A título de exemplo, o professor pode apresentar aos estudantes fotos de pichações pela cidade e perguntar se eles consideram aquilo bonito. Alguns manifestarão no debate uma série de informações fundamentais para o educador identificar conhecimentos prévios: sua concepção de belo, sua percepção das territorialidades no espaço urbano, seu entendimento sobre o que é espaço público, entre outras. A seguir, o professor pode exibir exemplos de manifestações artísticas que ressignificam a pichação e repetir a questão, obtendo mais informações. Nessa segunda etapa, uma nova provocação pode ser feita: "pichação é arte?". A partir daí, uma série de dúvidas e polêmicas abrirão portas para os professores trabalharem temas distribuídos entre as várias áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas de maneira desafiadora, delegando para os estudantes tarefas com o objetivo de eles recolherem dados, informações e argumentos para sustentar seus pontos de vista: as pichações nas paredes dos edifícios romanos na Antiguidade e sua relação com a política, o conceito filosófico de estética, a noção de belo entre os gregos antigos, o conceito geográfico de território, entre outras inúmeras possibilidades que contemplam as habilidades e competências definidas na BNCC para o Ensino Médio. Ao longo do processo, o docente determinará quais são as informações fundamentais que ele oferecerá em aula para subsidiar as investigações dos estudantes e quais serão obtidas pelos jovens como resultado de pesquisa, leitura de textos, análise de imagens etc., e compartilhadas com os colegas por meio de seminários, painéis, apresentações multimídia ou outras consideradas adequadas para atingir os objetivos desejados.

É importante observar que, em uma proposta como a utilizada no exemplo, a provocação inicial não se esgotou nela mesma. Ela serviu como disparadora de uma série de dúvidas e polêmicas que incentivaram a participação dos estudantes, mantendo-os engajados e dando-lhes a oportunidade de contribuírem com seus conhecimentos e sua visão de mundo, além de promoverem a aquisição de conhecimentos que poderão subsidiar reflexões sobre suas inquietações íntimas: "quem define, afinal, o que é feio ou bonito?", "que espaço eu ocupo na cidade?", "como eu manifesto minha insatisfação?". Em suma, para que os objetivos de uma educação integral se concretizem, é necessário que a escola seja um espaço de acolhimento, de promoção do respeito aos indivíduos e aos seus direitos e de reconhecimento dos estudantes como interlocutores legítimos, dando-lhes, assim, oportunidade para que sejam protagonistas de seu processo de escolarização.

Sugestões

Livro

Culturas juvenis: múltiplos olhares

Afrânio Mendes Catani; Renato de Sousa Porto Gilioli. Campinas: Editora Unesp, 2008.

Apresenta análises de expressões de diferentes grupos juvenis do espaço urbano em busca de compreender as diferentes juventudes, reconhecendo as culturas jovens como legítimas e relacionando-as a aspectos diversos como educação, entrada no mercado de trabalho, formações familiares e violência.

Site

Observatório da juventude UFMG

Disponível em: https://observatoriodajuventude.ufmg.br/. Acesso em: 24 ago. 2024.

O programa de ensino e extensão da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais realiza, desde 2002, pesquisas e projetos relacionados ao tema juventude e educação. Por meio de seu portal, o programa disponibiliza publicações, vídeos e materiais didáticos do seu acervo.

As tecnologias digitais

As tecnologias digitais e a computação são indissociáveis da vida contemporânea. O constante aprimoramento dessas tecnologias e a transformação ocasionada por elas abrangem as dimensões individuais, sociais e do mundo do trabalho. Um modelo de educação que pretenda uma formação ampla e integral de seus educandos não pode ignorar esse aspecto da atualidade.

Especialista no assunto, o professor José Armando Valente (2019) assinala que a ampliação do acesso aos dispositivos e, consequentemente, o aumento do uso das tecnologias digitais, inclusive na área educacional, não foram suficientes para o desenvolvimento do pensamento lógico dos estudantes e não têm contribuído para a compreensão das especificidades do funcionamento dessas tecnologias.

A constatação de Valente nos faz refletir sobre a dificuldade de adequação do campo educacional em relação ao novo. Muito antes dele, Edgard Morin (2001) destacou saberes necessários para a educação do futuro que não estavam previstos nos currículos escolares. Além de tratar sobre a importância de uma abordagem integrada das diferentes áreas do saber para a construção de um conhecimento pertinente à vida, Morin destacou a importância da formação para que os jovens consigam enfrentar o desconhecido. A mesma preocupação é expressa na BNCC:

> Essa constante transformação ocasionada pelas tecnologias, bem como sua repercussão na forma como as pessoas se comunicam, impacta diretamente o funcionamento da sociedade e, portanto, o mundo do trabalho. [...]. É preciso garantir aos jovens aprendizagens para atuar em uma sociedade em constante mudança, prepará-los para profissões que ainda não existem, para usar tecnologias que ainda não foram inventadas e para resolver problemas que ainda não conhecemos.
>
> BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2018. p. 473.

Ao tratar dos aspectos que caracterizam a computação e as tecnologias digitais, a BNCC considera conhecimentos, habilidades, atitudes e valores organizados em três eixos de aprendizagem, os mesmos dos referenciais da Sociedade Brasileira de Computação (SBC, 2017):

- **Cultura digital**: relacionada ao uso fluente das tecnologias digitais da comunicação e informação de forma ética e responsável, compreendendo seus impactos sociais.
- **Mundo digital**: corresponde à compreensão em relação ao processamento da transmissão e da distribuição de informações de maneira segura por meio de diferentes dispositivos físicos (computadores, celulares etc.) e virtuais (internet, redes e nuvens de dados, entre outros), bem como do seu uso de forma competente e eficaz.
- **Pensamento computacional**: abrange o desenvolvimento das habilidades necessárias para resolver problemas de forma metódica e sistemática por meio do desenvolvimento de algoritmos: um conjunto de procedimentos lógicos para a solução de um problema em etapas.

A dimensão da cultura digital torna-se inerente às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas uma vez que objetivos de aprendizagem da área estão voltados para a formação ética e cidadã dos jovens, o que compreende estudos e práticas norteados pela ideia de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, compreensão e reconhecimento das diferenças e combate a preconceitos de qualquer natureza (BNCC).

Nesse sentido, um aspecto da cultura digital que não pode ser negligenciado pelas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas é o comportamento ético no uso de tecnologia digital. Deve-se enfatizar a questão fundamental do respeito à autoria e do combate à prática do plágio, inclusive abordando os problemas de ordem legal. De acordo com Danielle dos Santos Veloso da Costa e Tiago de Oliveira (2019), a educação acerca do plágio no Ensino Superior se mostrou mais eficiente do que as estratégias de detecção e penalização, o que sugere que iniciar esse trabalho ainda na Educação Básica pode favorecer a construção de uma consciência ética sobre o uso dos recursos digitais de pesquisa e produção textual. Também merece destaque o uso responsável das redes sociais, ensinando os estudantes a selecionarem informações confiáveis e a identificarem estratégias de desinformação – as chamadas *fake news* –, que nos últimos anos vêm representando um risco considerável à estabilidade social e política das democracias pelo mundo, pois

> Os propósitos políticos, ideológicos e até comerciais dos fabricantes de desinformação encontram-se com a polarização social em torno de determinadas ideias e convicções e dessa interseção surgem as partilhas de desinformação que proliferam nas redes sociais. O funcionamento destas redes propicia o afunilamento das discussões que desembocam numa polarização dos utilizadores em grupos que são ilhas no imenso oceano da informação. E estas ilhas não comunicam entre si, vivem em isolamento, voltadas para si mesmas, sem se questionarem e atraindo mais e mais habitantes que se identificam com elas.
>
> [...]

> Deste modo, o mundo em volta parece confirmar as suas próprias concepções, reforçando a convicção nas mesmas, favorecendo visões monolíticas do mundo, o pensamento único e a cristalização de ideias e crenças. Sendo escasso o confronto com ideias diversas, fica de parte a reflexão e potencia-se o fechamento do debate público que tende a resumir-se a barricadas defendidas por lados opostos de argumentação, que não dialogam e apenas se confrontam de forma beligerante.
>
> Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC). **A desinformação – contexto europeu e nacional**. Lisboa, 4 abr. 2019. p. 36. Disponível em: https://www.parlamento.pt/Documents/2019/abril/desinformacao_contextoeuroeunacional-ERC-abril2019.pdf. Acesso em: 24 ago. 2024.

A **educação digital** de cidadãos precisa se tornar parte integrante da educação escolar, cabendo às instituições de ensino a incumbência de adaptar seus currículos e desenvolver estratégias para ensinar os estudantes a reconhecer as responsabilidades e funções dos meios de comunicação, analisar criticamente o conteúdo de postagens em redes sociais, pesquisar a veracidade das informações difundidas pelos meios digitais nos *sites* de checagem de fatos e investigar dados e informações em fontes fidedignas. Neste sentido, a coleção tem uma seção específica para esse trabalho – "Educação midiática", além de atividades que demandam produção e compartilhamento de conteúdos digitais, de forma crítica, significativa e ética.

Sugestões

Publicação

Jornalismo, *fake news* & desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo

Cherilyn Ireton e Julie Posetti (ed.). Paris: Unesco Publishing, 2019. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647. Acesso em: 24 ago. 2024.

A publicação aborda questões relevantes da comunicação digital relacionadas às estratégias do falseamento da informação e oferece dinâmicas diversificadas para ensinar estudantes de jornalismo – que podem ser adaptadas ao ciclo básico – a desenvolver o pensamento crítico, compreender a lógica dos meios digitais e reconhecer e combater o falseamento da informação.

As compreensões relativas ao mundo digital, por se relacionarem a aspectos mais técnicos, estão contidas nas competências e habilidades de outras áreas do conhecimento. Mas as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas podem contribuir, apresentando práticas de produção e compartilhamento seguro de informação por meio de propostas de produções digitais.

Já o pensamento computacional, por ser uma forma ordenada de análise e resolução de problemas – não se reduzindo necessariamente a soluções automatizadas aplicadas por computadores –, pode ser desenvolvido de maneira estruturada por todas as áreas de conhecimento. Assim, esta coleção possibilita o exercício do pensamento computacional no contexto escolar, por meio de: atividades que levam os estudantes à decomposição de um problema para que apreendam o tema e, então, elaborem uma resposta; e atividades de pesquisa, por meio das quais os estudantes tenham que realizar uma abstração, ou seja, filtrar e separar dados eliminando os que não são relevantes, concentrando-se, assim, nos elementos realmente importantes para a solução do problema (o desenvolvimento da proposta de atividade).

Práticas para o ensino

Sabemos que são muitos os desafios para a implementação do ensino voltado para o desenvolvimento de competências e habilidades para a formação cidadã. O ensino no país passa por dificuldades relacionadas à falta de estrutura física e de recursos didáticos nas escolas, e há necessidade de formação continuada e de valorização dos profissionais da área. Somam-se aos fatores estruturais mencionados, dificuldades e problemas locais, seja da comunidade, seja da instituição de ensino, seja da própria turma de estudantes.

Com o objetivo de subsidiar o trabalho diário dos professores, apresentaremos sugestões para **facilitar a prática docente**, como formas de **mapear os conhecimentos prévios dos estudantes** e usar essa informação para o **planejamento de aula**, a **proposição de formas de organização da turma além do modelo enfileirado**, as **práticas de pesquisa** e o **desenvolvimento da análise**, **inferência** e **argumentação**, e os **métodos de avaliação**.

Levantamento dos conhecimentos prévios e estruturação da aprendizagem

Na década de 1960, o pesquisador David Paul Ausubel ganhou notoriedade ao propor o conceito de **aprendizagem significativa**, que questionava o modelo mecânico baseado exclusivamente na memorização e repetição de informações. Ele defendeu que nenhum conhecimento novo é aprendido de maneira permanente e sólida se não estiver articulado à rede de conceitos e informações preexistentes dos estudantes, como foi exposto anteriormente. De acordo com o pesquisador, o armazenamento de informações assemelha-se a uma teia, na qual cada novo fio só tem firmeza se estiver bem atado a outros e desde que todos estejam igualmente entrelaçados entre si. No centro dessa teia estarão os conceitos estruturantes, os *subsunçores*, que permitem a sustentação dos demais conceitos a eles interligados. À medida que novos fios vão se amarrando à trama já existente, toda a teia se alarga e sua estrutura se torna mais complexa e resistente. Assim, "Ausubel vê o armazenamento de informações na mente humana como sendo altamente organizado, formando uma hierarquia conceitual na qual elementos mais específicos de conhecimento são relacionados (e assimilados) a conceitos e proposições mais gerais, mais inclusivos" (Moreira, 2001, p. 7-8).

Todavia, os estudantes também precisam aprender conteúdos para os quais não têm nenhuma base que lhes sirva de ancoragem. Nesse caso, é preciso construir essa base de algum modo, seja por meio do estímulo à descoberta por meio da experimentação, seja pela aprendizagem por repetição, que se dá de maneira mecânica. Nesse último caso, os *subsunçores* serão, em um primeiro momento, frágeis e dispersos, mas servirão de suporte para novas informações que, tendo a que se amarrar, ou seja, sendo significativas, poderão começar a se organizar em rede. Com o tempo, aqueles primeiros *subsunçores* terão se desenvolvido com o aporte de novos conhecimentos, ganhando robustez e servindo para ancorar de maneira crescente novas informações.

Com o objetivo de favorecer o primeiro contato do estudante com o conhecimento que lhe será apresentado, Ausubel propõe o uso de *organizadores prévios*, que, *grosso modo*, são materiais introdutórios selecionados pelas experiências ou informações familiares ao estudante. Esses organizadores servem de ponte, aproximando os novos conteúdos à rede de conceitos e informações que o estudante já possui. Se o novo conteúdo apresentado for totalmente estranho ao estudante e este não o atrelar a nenhum *subsunçor*, ancorando-o à sua estrutura de conhecimento, provavelmente ele ficará "solto", esvaziado de sentido, e o estudante será no máximo capaz de reproduzi-lo, sem conseguir mobilizá-lo em qualquer operação mental. Desse modo, o estudante que não aprendeu de maneira significativa, por exemplo, a composição da sociedade feudal, poderá ser capaz de citar as três ordens do feudalismo em uma questão, mas não será capaz de reconhecer referências que as identifiquem em uma fonte primária. Em outras palavras, o estudante terá informações memorizadas, mas pode não estabelecer significado entre elas e não as compreenderá de fato.

Ausubel entende que cada vez que uma nova informação é aprendida ou que um conceito é revisado em um contexto significativo, toda a estrutura cognitiva do estudante se reorganiza de uma forma que a compreensão daquilo que está sendo estudado se aprofunda e alarga. Para o pensador,

> O desenvolvimento de conceitos é facilitado quando os elementos mais gerais, mais inclusivos de um conceito são introduzidos em primeiro lugar e, posteriormente, este é progressivamente diferenciado, em termos de detalhes e especificidade. Segundo Ausubel, o princípio *diferenciação progressiva* deve ser considerado ao se programar o conteúdo, quer dizer, as ideias mais gerais e mais inclusivas da disciplina devem ser apresentadas no início para, somente então, serem progressivamente diferenciadas, em termos de detalhes e especificidade.
>
> MOREIRA, Marco A.; MASINI, Elcie F. Salzano. **Aprendizagem significativa**: a teoria de David Ausubel. São Paulo: Centauro, 2001. p. 29.

Além disso, para que a aprendizagem seja efetiva, deve-se também planejar a programação dos conteúdos a serem ensinados explorando-se o emprego de conceitos em diferentes contextos e as relações entre ideias e informações, ou seja, mobilizando-se os conteúdos para que fomentem o pensamento, a reflexão, naquilo que Ausubel chama *reintegração integrativa*. Esse princípio é especialmente importante em situações de aprendizagem nas quais os conceitos introduzidos em aula contrariam ideias já estabelecidas na estrutura cognitiva dos estudantes, fazendo-os remodelar toda a cadeia de ideias associada àquele conceito e ajustar sua compreensão. Para simplificar, podemos dizer que a aprendizagem é um processo que se dá de maneira progressiva: à medida que os estudantes vão acomodando os novos conceitos à sua estrutura cognitiva, ela também se reorganiza e se transforma.

Desse modo, em primeiro lugar, é necessário **averiguar os conhecimentos prévios** dos estudantes, a fim de **identificar quais conceitos e informações já integram suas estruturas cognitivas**. Embora pareça um caminho seguro perguntar diretamente aos estudantes o que eles sabem sobre determinado assunto ao introduzi-lo, essa não é a melhor estratégia, pois nem sempre os jovens têm consciência do que sabem ou deixam de saber sobre diversos temas. Muitos conhecimentos não estão isolados na mente dos estudantes, mas articulados a outros, de modo que não podem ser facilmente identificáveis, emergindo somente quando mobilizados pelo pensamento. Assim, é preciso criar estratégias que ativem esses conhecimentos prévios para que eles se manifestem. Isso pode ser conseguido com o apoio de textos ou de materiais audiovisuais, acompanhados por provocações que instiguem os estudantes a verbalizar suas ideias.

Na coleção, a "Abertura de Unidade" cria um momento valioso para esse trabalho ao apresentar uma situação-problema relacionada aos temas que serão estudados, a fim de que os estudantes compartilhem experiências e opiniões sobre as questões levantadas. Os professores devem ficar atentos aos conhecimentos difundidos pelo senso comum que podem ser questionados nesse momento de sensibilização e anotar o que poderá ser mais bem esclarecido ao longo dos estudos. Para que o trabalho em relação ao levantamento de conhecimentos prévios seja efetivo para toda a turma, é importante provocar a participação dos estudantes menos comunicativos, pedindo que apresentem seus pontos de vista.

Apresentar uma **situação-problema** ou provocar uma dúvida por meio da oferta de informações que contrariem o senso comum levará os estudantes a expressar seus conhecimentos de modo mais espontâneo. Nessa situação, o professor terá a oportunidade de examinar esses conhecimentos em um contexto dialógico, o que lhe permitirá colher uma quantidade maior de elementos para preparar as próximas aulas.

Uma vez identificados os conhecimentos prévios dos estudantes, deve-se avaliar como eles podem ancorar os conceitos que serão trabalhados nas aulas seguintes. Recomenda-se **priorizar**, quando possível, **os conceitos mais gerais e inclusivos**, tomando-se o cuidado de evitar detalhamentos desnecessários que sobrecarregam o estudante e dificultam a construção de uma estrutura cognitiva organizada. Por exemplo, se o programa de história prevê desenvolver o conceito de absolutismo, deve-se partir daquilo que os estudantes já entendem sobre o conceito mais geral de Estado; se o tema de estudo da área de sociologia for as ações afirmativas e as políticas públicas de inclusão social, as reflexões podem ser propostas a partir dos conceitos de igualdade/desigualdade.

A seguir, o professor identificará os conceitos subordinados àqueles mais gerais, traçará sua ordenação hierárquica e estabelecerá as relações existentes entre eles. Os conceitos serão então apresentados aos estudantes de modo progressivamente diferenciado, ou seja, a cada desdobramento dos conteúdos mais gerais e inclusivos, o estudante entrará em contato com informações mais detalhadas e específicas, sempre resgatando as relações que ligam os conceitos dos vários níveis dessa organização. Nos exemplos anteriores, depois de trabalhar o conceito de Estado com base nas informações preliminares coletadas das falas dos estudantes, pode-se trabalhar conceitos como justiça, lei e poder antes de definir absolutismo; partindo de uma discussão sobre igualdade/desigualdade, é possível tratar de discriminação, direitos e exclusão antes de chegar ao foco das políticas afirmativas.

É importante destacar que a participação dos estudantes nesse processo deve ser ativa, posto que a aprendizagem se dá por uma progressiva assimilação e acomodação das novas informações à estrutura cognitiva do indivíduo, o que só é possível mediante o ato de pensar. Por isso, a aula será mais eficiente se for deslocada do centro do curso para ser usada estrategicamente, com o objetivo de ajudar os estudantes a estabelecerem conexões depois de terem, por exemplo, lido textos variados, examinado gráficos e estatísticas, analisado mapas, explorado fotografias e extraído informações importantes de cada uma dessas atividades. Tomemos o caso do tema do absolutismo proposto anteriormente: digamos que, depois de discutirem uma notícia atual sobre uma situação de tensão entre o Executivo e o Judiciário, os estudantes sinalizaram ter alguns conhecimentos prévios sobre os poderes do Estado e suas respectivas funções. Em vez de explicar já de início o que é absolutismo e listar suas características, pode-se solicitar aos estudantes que leiam um trecho de uma lei estabelecendo o monopólio régio sobre algum produto das colônias francesas e interpretem a famosa frase de Luís XIV – "O Estado sou eu" – para, depois, compararem a organização do Estado e o funcionamento do governo francês dos séculos XVII e XVIII com os atuais e apontarem diferenças entre os dois. Só então, ao final dessa dinâmica, a aula expositiva será empregada com a função de amarrar e organizar as reflexões e conclusões parciais dos estudantes para, com a participação deles, chegar ao que se entende por Estado absolutista.

A proposta de atividades que induzem os estudantes a se manifestarem, organizarem e elaborarem reflexões também dará ao professor subsídios para observar que atitudes eles têm em relação ao estudo e às relações interpessoais, que procedimentos dominam e quais habilidades cognitivas têm desenvolvidas. Com as informações coletadas dessa observação, o professor terá condições para planejar a melhor forma de organizar os estudantes, identificar os procedimentos que precisam ser ensinados ou exercitados e as habilidades que devem ser estimuladas.

Proposição de formas de organização da turma além do modelo enfileirado

Provavelmente, a maior parte do professorado guarda na memória a disposição das carteiras enfileiradas nas salas de aula da sua infância. Esse modelo se tornou dominante no século XIX, quando a lógica da produção em série, derivada da Revolução Industrial, foi reproduzida na educação. O modelo enfileirado pode favorecer algumas situações, mas definitivamente não colabora para o desenvolvimento de uma aula dinâmica, em que os estudantes debatam temas ou desempenhem atividades coletivas. O emprego de metodologias ativas, como a **sala de aula invertida**, na qual o professor delega para casa o trabalho individual (que pode ser a leitura de um texto, a realização de uma pesquisa, assistir a uma explanação gravada em videoaula etc.) e usa o tempo de aula na escola para atividades participativas, exige a adaptação do espaço para que possam se desenvolver. As salas de aula podem então ser organizadas de acordo com formatos variados, dos quais destacamos algumas possibilidades, lembrando que a escolha por um formato ou outro deve ter relação com o objetivo da atividade proposta pelo professor.

- **Sala de aula em ferradura**: produz a organização de um anfiteatro (é possível variar fazendo duas fileiras em U), e é especialmente interessante para aulas dialógicas em que o professor deseja contar com a participação dos estudantes, mas sem perder a função de gerenciador da dinâmica, como nas propostas de abertura de unidade dessa coleção. Essa forma de organização também favorece atividades em que os estudantes devem apresentar seminários e dramatizações, pois libera o espaço do centro da sala para que o grupo em evidência se movimente e tenha a atenção e participação dos colegas.
- **Sala de aula organizada em círculo**: é a ideal para debates e rodas de conversa porque garante que todos os estudantes vejam uns aos outros e possam interagir. A dinâmica será mais interessante se o professor ficar fora do círculo, sempre atrás do estudante que está com a palavra, pois esse posicionamento impede que os estudantes dirijam suas falas ao professor e os induz a falar olhando para os colegas, reforçando seu protagonismo. Além disso, a permanência do professor fora do círculo facilita a observação da dinâmica da turma e o registro dos conhecimentos mobilizados pelos estudantes durante o debate.
- **Sala de aula organizada em dois círculos concêntricos**: empregada para atividades em que o grupo do círculo central é designado para debater um problema, enquanto o grupo de fora observa e avalia a dinâmica do debate. Dependendo do objetivo do professor, a posição dos grupos pode ser invertida em um segundo momento para que todos os estudantes experimentem ambas as situações.
- **Sala de aula organizada em duplas**: bastante utilizada no cotidiano escolar, principalmente para atividades compartilhadas, é um modelo que favorece a integração dos estudantes e, ao mesmo tempo, a concentração na tarefa realizada. Ela é muito útil para atividades que têm como objetivo reduzir a defasagem de aprendizagem de parte dos estudantes porque os próprios colegas podem realizar com eles um trabalho dirigido de monitoria.
- **Sala de aula organizada em trios ou quartetos**: recomendada para trabalhos de análise de mapas, imagens, textos e outros materiais em que se almeja a troca de ideias entre os estudantes, mas de maneira mais contida, sem correr o risco de dispersão de parte deles. Essa organização também facilita o atendimento mais personalizado pelo professor, que pode circular entre os trios ou quartetos para sanar dúvidas ou observar como os estudantes trabalham o material que têm em mãos: se levantam hipóteses e como o fazem, se estabelecem relações com as informações que já aprenderam, se comparam dados oferecidos por diferentes fontes etc.
- **Sala de aula em grupos de quatro ou seis**: é excelente para a prática de jogos pedagógicos em equipes e para trabalhos de pesquisa porque permite aos estudantes trabalhar em cooperação, mas dividindo tarefas entre si. Esse tipo de formação facilita a organização do espaço para os estudantes utilizarem simultaneamente vários recursos, como *tablets*, livros e até *smartphones*, se o professor julgar conveniente e adequado.
- **Sala de aula dinâmica**: indicada para atividades que envolvam o conjunto dos estudantes em diferentes funções, como a organização de mostras e feiras, e exigem uma mobilidade maior em sala de aula. Para isso, pode-se organizar estações de trabalho pelas quais os estudantes circularão. Assim, enquanto um grupo monta um painel, outro grupo pode selecionar e emoldurar fotos, enquanto um terceiro se dedica a elaborar uma linha do tempo, por exemplo.

Práticas de pesquisa

A pesquisa, utilizada no ambiente escolar muito antes do advento das chamadas metodologias ativas, é um processo autônomo e objetivo para a busca de informações, conhecimentos e soluções. Contudo, os resultados são frequentemente questionáveis, porque na maioria das vezes se resumem à reprodução acrítica de informações localizadas sem grandes dificuldades, quando o principal objetivo para o levantamento de informações é sua apuração, organização, análise e interpretação. Certamente, um dos principais motivos para a falta de êxito das atividades escolares de pesquisa é a falta de clareza quanto aos seus objetivos e métodos. Existem dois tipos de pesquisa: a quantitativa e a qualitativa. A pesquisa quantitativa consiste em quantificar/medir informações para determinado objetivo, ou seja, prioriza dados numéricos que podem ser utilizados para o estudo de opiniões, tendências, comportamentos etc. Para tanto, realiza-se a coleta de dados de forma estruturada por meio de elaboração de questionários objetivos, com perguntas fechadas (cabe ao pesquisado escolher uma das alternativas oferecidas no questionário). Já a pesquisa qualitativa se dedica à coleta e à investigação de aspectos mais subjetivos do comportamento humano e/ou dos fenômenos sociais, isto é, aborda questões que não podem ser conhecidas somente pela contabilização numérica dos dados. As pesquisas qualitativas podem ser realizadas de diferentes formas, como o estudo de caso, no qual se busca analisar uma situação específica de forma aprofundada.

Para que os estudantes possam se apropriar de diferentes métodos de pesquisa e compreender suas diferenças de aplicação, são apresentadas ao longo da coleção, por meio do boxe "Você pesquisador" e da seção "MovimentAção", diferentes propostas com as respectivas orientações metodológicas no suplemento para o professor, na parte dedicada às orientações específicas do volume. Além disso, na seção "Atividades" apresentamos solicitações de pesquisas com objetivos claros estabelecidos para que as oportunidades práticas sejam frequentes, oferecendo aos estudantes a oportunidade de exercitar a curiosidade intelectual, de analisar informações investigadas, e refletir sobre elas, de formular hipóteses e propor soluções criativas, em suma, de construir seu conhecimento. Desse modo, as práticas de pesquisa, exercícios fundamentais para o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes, são recorrentes na coleção.

Sugestões

Livro

Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada

Maria do Rosário Knechtel. Curitiba: InterSaberes, 2014.

Além de tratar dos aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa, a autora aborda a relação entre a prática de pesquisa e o ensino, além de compartilhar suas experiências como professora e pesquisadora.

Desenvolvimento da inferência e da argumentação

Para que o estudante seja capaz de analisar dados e informações pesquisadas e de construir argumentos com base em fatos, dados e informações confiáveis, como preconiza a BNCC, ele precisa, em primeiro lugar, ser um **leitor competente**, capaz de interagir com os diferentes tipos de texto para responder adequadamente às demandas escolares e sociais.

Leitura inferencial

Espera-se que os jovens do Ensino Médio sejam leitores proficientes, capazes de identificar diferentes tipos textuais e produzir sentido em suas leituras. Mas é sabido que, país afora, a realidade das salas de aula é composta de jovens de diferentes perfis e experiências, o que pode interferir diretamente na capacidade de leitura, que depende tanto da decodificação de informações explícitas como das implícitas. Do mesmo modo, a capacidade de inferência dos estudantes depende de suas experiências, memórias, impressões e conhecimento, pois trata-se de um processo cognitivo que consiste em chegar a uma conclusão, tendo como referência a verificação de evidências, ou seja, corresponde a depreender alguma ideia a partir de uma base de informação incompleta ou limitada. Portanto, há inferência quando associamos informações explícitas no texto a conhecimentos prévios e, por meio dessa operação, criamos sentido para o que está sendo informado pelo texto. Assim, a inferência está na leitura, e não no texto em si.

Dessa forma, o professor deve buscar identificar se as dificuldades de leitura eventualmente apresentadas pelos estudantes se originam no texto (por sua estrutura, linguagem ou outras características) ou são próprias do jovem (Rangel, 2005).

Na maioria das vezes, os professores que não têm formação na área de Linguagens e suas Tecnologias encontram dificuldades em auxiliar os estudantes a atingir os níveis inferenciais desejados, insistindo no fornecimento de informações relacionadas ao assunto do texto lido inadequadamente ou tentando fazê-los buscar na memória conhecimentos prévios sobre o assunto lido. Contudo, lembrar de referências relacionadas ao assunto não é suficiente para fazer inferências. O estudante precisa ser capaz de estabelecer conexões entre as ideias para dar sentido ao que leu.

Para um **primeiro diagnóstico**, pode-se tentar identificar diferenças de perfis leitores por meio da aplicação de questionários no início do curso, perguntando sobre hábitos de leitura: "Você gosta de ler?", "Por quê?", "Em sua casa há material de leitura?", "Quais?", "O que você costuma ler?", "Onde costuma ler?", entre outras. Também pode-se entregar um texto com questões de interpretação e análise para aprimorar o diagnóstico. As respostas permitirão identificar os que merecerão mais atenção na sequência das aulas.

É importante orientar os estudantes a **estabelecer estratégias para leitura**, como a construção de fichamentos, esquemas ou resumos, para estimular a identificação do tema e das ideias centrais dos textos lidos. Algumas dessas estratégias estão na seção "Estratégia de estudo", presente nos quatro volumes da coleção.

Para aqueles com mais dificuldades, recomenda-se uma conversa individual sobre o diagnóstico, explicando que o objetivo é o aprimoramento dele e que, para que você tenha condições de auxiliá-lo a superar as dificuldades e a alcançar metas estabelecidas em parceria, ele deverá dedicar-se a algumas tarefas e entregá-las para acompanhamento. Nesses casos, pode-se começar com resumos e progredir para fichamentos.

Outra possibilidade para trabalhar com turmas compostas de diferentes perfis de leitores é a **análise coletiva de diferentes tipos de texto**. O professor deve solicitar uma primeira leitura individual e, na sequência, incentivar os estudantes com menos fluência (sem que saibam, claro, que esse é o critério da escolha) a fazerem perguntas sobre o texto para que sejam respondidas em conjunto pela turma. Assim as compreensões e interpretações são compartilhadas. Nesse momento, a figura docente é importantíssima para esclarecer o sentido de termos desconhecidos, retomar as informações explícitas no texto, garantir que a atividade não se limite a um grupo reduzido de indivíduos e corrigir interpretações equivocadas. Nesse caso, em vez de fornecer respostas, o recomendável é fazer perguntas que ajudem os estudantes a alcançar o objetivo desejado. Para os leitores mais fluentes, é recomendável direcionar perguntas mais desafiadoras, de modo que não se sintam desestimulados.

Para que a dinâmica produza os efeitos esperados, é necessário que o professor faça com a turma a leitura prévia do material a ser analisado, avaliando o nível de dificuldade, que estabeleça objetivos a serem alcançados e que elabore previamente perguntas com diferentes níveis de dificuldades para usar durante a atividade, direcionando-as aos estudantes de acordo com a proficiência de cada um. A avaliação dos resultados da dinâmica é fundamental para o aprimoramento da prática e para que os diagnósticos sejam atualizados frequentemente. Além de contribuir com o desenvolvimento da proficiência leitora, as atividades coletivas de análise favorecem o desenvolvimento da capacidade da crítica e da empatia.

A coleção oferece momentos diversificados de propostas de atividades que desenvolvem a leitura inferencial para seleção do professor: desde atividades – na bateria de atividades ao final dos capítulos – que exigem a análise de diferentes tipos textuais até – em seções como "Trabalho com fontes" e "Em pauta" – propostas de atividades divididas em duas partes, sendo a primeira direcionada a procedimentos próprios da análise por meio de questões organizadas em níveis de dificuldade que permitem as operações de identificação, contextualização, interpretação e análise.

Argumentação

Assim como a capacidade para decifrar informações, a aptidão para utilizá-las é essencial à vida em sociedade e, por isso, também deve ser desenvolvida ao longo da trajetória estudantil. A argumentação é a forma pela qual as pessoas defendem pontos de vista, cobram demandas e justificam ações.

> Mais recentemente, o estudo da argumentação se apresenta sob duas formas: uma relacionada à retórica e outra ligada à ciência. Quanto à retórica, a argumentação é entendida como sua parte fundamental. De acordo com esse ponto de vista, o discurso é definido como um conjunto de atos de linguagem planejados e dirigidos a um público em determinado contexto. Diferentes etapas do processo conduzem ao discurso argumentado: a etapa propriamente argumentativa (a procura de argumentos), a textual (a organização dos argumentos), a linguística (a colocação da argumentação em palavras e frases), a memorização (o trabalho do orador para o público). A análise do discurso produzido é a estrutura final do discurso, que compreende a introdução, a narração dos fatos e a conclusão, tudo orientado para o esclarecimento da posição do argumentador.
>
> [...] Se a argumentação se sustenta, fala-se de demonstração, se não se sustenta trata-se de sofisma ou paralogismo. O sistema de normas científicas é a teoria do silogismo válido, obra de Aristóteles. O silogismo se apresenta sob a forma de três proposições/enunciados em que a conclusão é inferida das outras proposições, que são as premissas. Com suas condições de validade, o silogismo é a essência dos estudos científicos.
>
> BARBISAN, Leci Borges. Uma proposta para o ensino da argumentação. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 111-138, jun. 2007. p. 112.

Atualmente as diversas linhas de estudo dedicadas à argumentação (fundamentadas na retórica, na lógica, na pragmática, na conversação e na filosofia) concordam quanto ao objetivo dela: agir sobre o receptor dos argumentos, procurando modificar de alguma forma seu pensamento ou comportamento, e considerar a linguagem o instrumento para alcançar o propósito (Barbisan, 2007). A seguir, alguns tipos de recurso argumentativo.

- **Causa e consequência**: fundamenta-se na apresentação de motivos, razões e seus respectivos efeitos.
- **Analogia**: utilizada para estabelecer relações de semelhança entre ideias, fatos ou situações diferentes para concluir algo.
- **Enumeração**: consiste em enunciar dados, eventos, informações que podem comprovar/justificar as suas afirmações.
- **Comparação**: baseia-se na apresentação das semelhanças e diferenças das variadas informações utilizadas na argumentação.
- **Comprovação**: dá-se pela apresentação de pesquisas, estudos, dados, que são utilizados para a confirmação do que está sendo afirmado.
- **Citação**: fundamenta-se na menção de pessoas com reconhecido saber/experiência em relação ao assunto abordado, por isso também é um recurso chamado "argumento por autoridade".
- **Exemplificação**: consiste em apresentar relatos de situações/experimentos/dados que representem o que está sendo defendido pela argumentação, normalmente utilizado em defesas de teses que precisam de esclarecimentos por meio de exemplos concretos.

É importante apresentar aos estudantes os principais tipos de argumentação antes de atividades práticas, orais ou escritas. A primeira pode ser realizada por meio das atividades de debate ou pelo desenvolvimento oral das atividades, em que o professor deve ficar atento às exposições de ideias e auxiliar os estudantes a desenvolver ou ampliar sua capacidade argumentativa, estimulando a construção de argumentos por meio de "operadores argumentativos", expressões que ligam as ideias. Isso pode ser feito com perguntas, por exemplo, "Por quê?", "Como?", "Qual é o efeito disso?", "Isso acontece quando?", solicitando exemplos e sugerindo relações: "Semelhante a...", "Diferente de...", "Da mesma forma que...", entre outros.

A estratégia de direcionar perguntas aos estudantes também os ajuda a identificar fragilidades argumentativas sem que o professor precise apontá-las diretamente. Por exemplo, se um estudante atribui a um grupo social específico algum comportamento, pergunte-lhe se ele pode afirmar que todos os indivíduos daquele grupo apresentam o mesmo comportamento ou peça a ele que fundamente a afirmação com dados concretos, como porcentagens.

Já a prática escrita pode ser realizada recorrendo à formulação de respostas, dissertações e formalizações dos resultados de pesquisas. Nesse caso, é importante que os estudantes tenham *feedback* do material produzido, usando o mesmo critério de estímulo das atividades orais, por meio de apontamentos que os façam refletir sobre os pontos a serem aprimorados. Desse modo, indique claramente as fragilidades argumentativas, tais como digressões, incoerências internas, uso de informações não confiáveis, entre outras – por exemplo: "Faltou explicar como", "Poderia ter fornecido exemplos", "Deveria ter apresentado dados que comprovem tal afirmação" etc.

Desse modo, os estudantes de diferentes perfis receberão o retorno e o incentivo adequados ao seu nível de proficiência. Diferentemente de uma avaliação que somente atribui uma nota ou indica o que está certo ou errado, o trabalho para o aprimoramento da argumentação deve ser complementado com orientações para que os jovens busquem informações confiáveis para a construção de seus argumentos.

Métodos de avaliação

Como já mencionado, até meados do século XX, a concepção de educação dominante considerava os professores detentores absolutos do conhecimento, cabendo aos estudantes o papel de receptores passivos. Dentro dessa lógica educativa, a avaliação pretendia medir o quanto dos conteúdos transmitidos havia sido absorvido pelos estudantes e a destreza com que eles eram capazes de reproduzir as informações recebidas de seus mestres. Desse modo, as avaliações consistiam, basicamente, em exames orais e escritos e tinham como objetivo classificar os estudantes e selecionar aqueles considerados aptos para prosseguir os estudos.

A necessidade de mensurar o conhecimento para obter referências que permitissem desenvolver políticas públicas de educação ganhou corpo nos Estados Unidos quando o impacto causado pela Revolução Industrial se converteu em pressão para ampliar a oferta de mão de obra técnica. A lógica que então passou a guiar a educação foi a mesma aplicada ao gerenciamento industrial e pautou-se por três critérios fundamentais: a sistematização, a padronização e a eficiência. Como consequência, buscou-se criar instrumentos que tornassem possível medir a eficiência dos professores e das escolas. Assim, desde o começo do século XX, testes objetivos e padronizados passaram a ser aplicados com a finalidade de avaliar quantitativamente a aprendizagem dos estudantes.

Todavia, na década de 1960, o baixo desempenho dos estudantes das escolas da periferia das cidades estadunidenses conduziu estudiosos a questionar a adequação dos instrumentos e estratégias de avaliação empregados para avaliar o sistema escolar, sobretudo dos testes padronizados (Vianna, 2015). Desde então, a preocupação com a avaliação da aprendizagem ganhou relevância e passou a ser tema de estudo especializado.

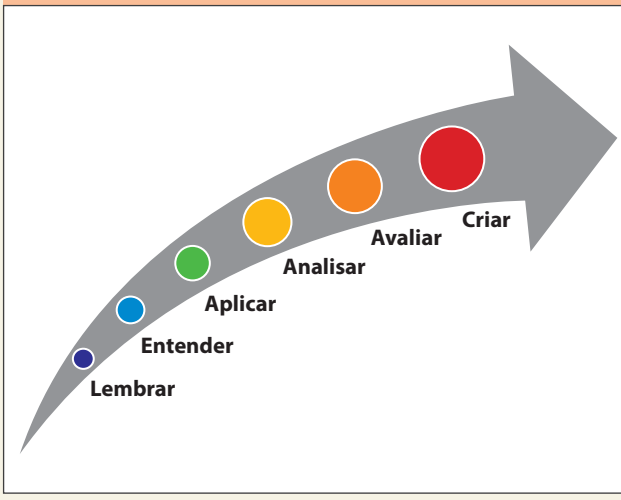
Desde o fim dos anos 1940, o educador estadunidense Ralph Tyler defendia a diversificação dos instrumentos de avaliação, argumentando que a educação envolvia, além da aprendizagem de conteúdos informativos, vários outros aspectos do desenvolvimento do estudante, como as habilidades psicomotoras. Defendia também que a avaliação não deveria ser realizada apenas ao ser concluído o processo de ensino, mas no decorrer dele.

A compreensão do ensino como processo também esteve na base das ideias dos pesquisadores estadunidenses Lee Joseph Cronbach e Benjamin Samuel Bloom. Na década de 1950, Cronbach propôs que a avaliação servisse para nortear ajustes nos cursos e melhorar sua eficiência. Além disso, ressaltou a importância de avaliar não meramente o que o estudante sabe, mas como mobiliza e aplica o conhecimento, inclusive a novas situações (Vianna, 1989).

Contemporâneo de Cronbach, Bloom liderou uma equipe multidisciplinar e propôs uma classificação da aprendizagem em três domínios: o cognitivo, o psicomotor e o afetivo. Cada um desses campos se subdividiria em níveis de complexidade crescente, e os três domínios se desenvolveriam, ao longo do processo educativo, de maneira interativa e simultânea (Bloom, 1974). Sua preocupação era favorecer o planejamento das práticas educativas para que elas se dessem de maneira consciente e segundo uma escala de exigências compatíveis com aquilo que os estudantes pudessem fazer em cada uma das fases do seu desenvolvimento.

Assim, de acordo com os estudos de Bloom, as capacidades cognitivas dos estudantes passariam por um amadurecimento progressivo, partindo das mais simples às mais complexas, que caracterizariam a maturidade cognitiva. O resultado desses estudos originou a taxonomia dos objetivos educacionais. Assim, na ilustração a seguir, é possível verificar o caminho pelo qual o estudante passa, iniciando com um processo de menor complexidade cognitiva para gradativamente exercitar as de maior complexidade.

Taxonomia de Bloom Revisada – domínio cognitivo



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL/ARQUIVO DA EDITORA

Fonte: RIGHI, Flávia Pereira; DICETTI, Tanara da Silva; BULEGON, Ana Marli. Mapeamento de produções científicas acerca de atividades e ferramentas digitais na educação na perspectiva da taxonomia de Bloom. **ReTER**, Santa Maria, v. 2, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reter/article/view/65642/html. Acesso em: 27 ago. 2024.

Bloom estabeleceu três funções para a avaliação: a diagnóstica, a formativa e a somativa, que serão explicadas na sequência. É importante pontuar, no entanto, que, embora a definição de objetivos claros para a prática pedagógica e a revisão contínua do curso sejam importantes para a obtenção de maior eficiência do ensino, não se deve ter a ilusão de que os resultados computados pelos docentes são inquestionáveis e absolutos. É preciso ter em mente que no processo avaliativo há sempre certa dose de subjetividade, que entre aquilo que o estudante produz e o que o professor aceita ou rejeita há um espaço razoável de modulação – que pode favorecer o trabalho pedagógico se usado para adaptar os critérios avaliativos às necessidades dos estudantes. Assim, o docente pode avaliar com mais rigor um estudante que atingiu sem dificuldades os objetivos definidos do curso, ao passo que pode adequar sua exigência para outro que precisou empenhar mais esforço para progredir, a fim de não o desestimular. Porém, para uma avaliação verdadeiramente formativa, é importante que o professor abandone práticas muito centralizadoras e estabeleça com os estudantes uma relação mais horizontal, mais cooperativa, para que desenvolvam maior capacidade de autoavaliação (Perrenoud, 1999).

É importante destacar também que, sejam quais forem as ferramentas de avaliação utilizadas, espera-se que o professor produza um histórico dos conteúdos conceituais aprendidos e dos que ainda não foram dominados pelos estudantes, das dificuldades procedimentais percebidas (por exemplo, ler uma imagem ou elaborar um gráfico embasado em um conjunto de dados) e do nível de desenvolvimento das habilidades cognitivas de cada estudante (habilidade de estabelecer relações, de fazer comparações, de interpretar, classificar etc.). Registros sobre o envolvimento do estudante com as aulas e atividades, a frequência e dedicação das tarefas, entre outras atitudes de trabalho, também são importantes para buscar meios de corrigir a conduta dos estudantes diante de seu processo de aprendizagem.

O trabalho de avaliação pode ser ampliado com o compartilhamento de registro entre os professores – se não for possível com todos, pelo menos com os da mesma área de conhecimento. Antes de partir para uma nova etapa dos estudos, o docente deve analisar atentamente os registros do resultado das avaliações dos estudantes, considerando seu histórico de resultados individuais, nos quais identifique dificuldades persistentes e avanços. Deve também analisar os resultados de cada estudante no contexto da turma, observando se há dificuldades que se repetem no grupo, uma vez que isso pode indicar uma ineficiência das estratégias de ensino empregadas e sinalizar a necessidade de revisá-las. Também é recomendado que o professor convoque os estudantes (alguns ou todos, dependendo da disponibilidade de tempo) para discutir com eles seus resultados, mostrando-lhes os registros e incentivando-os a pensarem sobre o próprio processo de aprendizagem. Essa etapa será mais proveitosa se os estudantes realizarem autoavaliação e levarem suas impressões para a conversa.

As avaliações formativas foram tratadas com destaque considerando o objetivo de formação integral dos estudantes. Contudo, o trabalho docente para verificar a melhor maneira de apoiar o desenvolvimento dos estudantes pode ser feito por outros tipos de avaliação, com funções distintas.

Avaliação diagnóstica

A avaliação diagnóstica deve ser feita principalmente no início do período letivo ou no começo de um novo assunto, a fim de identificar os conhecimentos prévios dos estudantes e definir conceitos e habilidades que deverão ser trabalhados com base na realidade observada, bem como definir as estratégias mais adequadas para cada grupo específico de estudantes. Sugere-se que a avaliação diagnóstica sirva como baliza para planejar as aulas. Embora a aplicação de pequenos testes e questionários – a forma mais comum de averiguação de conhecimentos – tenha sua utilidade, é recomendável lançar mão de instrumentos variados de avaliação, escolhendo os que sejam mais coerentes com os objetivos estabelecidos e tenham mais afinidade com as etapas anteriores da sequência didática determinada.

Avaliação formativa

A avaliação formativa deve ocorrer ao longo do processo de ensino-aprendizagem, com o objetivo de verificar se os objetivos anteriormente estabelecidos estão sendo cumpridos e fazer possíveis ajustes de rotas, inclusive oferecendo subsídios para que o professor possa orientar melhor seus estudantes e ajudá-los a tomar consciência do próprio percurso, corrigindo-o. Uma ferramenta para a realização das avaliações formativas é o uso de rubricas. Resumidamente, são indicadores para verificação de critérios específicos em diferentes níveis, como as sugeridas para a seção "MovimentAção", nas orientações específicas do volume de geografia.

Exemplo de rubricas

Nível / Critérios	Plenamente satisfatório	Satisfatório, com poucas ressalvas	Pouco satisfatório, com muitas ressalvas	Insatisfatório
Abrangência da pesquisa	Ampliou significativamente o conhecimento sobre a produção, a coleta e a destinação do lixo de acordo com a abrangência estipulada.	Apresentou conhecimento sobre a produção, a coleta e a destinação do lixo, porém de forma pouco profunda.	Apresentou pouco conhecimento sobre a produção, a coleta e a destinação do lixo.	Não realizou ou não apresentou pesquisa de acordo com os itens solicitados.
Fontes selecionadas	Indicou fontes confiáveis para todas as informações citadas.	Indicou fontes confiáveis para a maioria das informações citadas.	Indicou fontes confiáveis para a minoria das informações citadas.	Não indicou fontes de pesquisa confiáveis.

Fonte: Material da própria coleção.

Avaliação somativa

A avaliação somativa é realizada ao final do período letivo ou no fechamento de um assunto, buscando fazer um balanço geral do desenvolvimento do estudante, tendo como referência os objetivos propostos. É importante sublinhar que, nessa concepção de avaliação, o estudante não é objeto dela, mas sujeito ativo, estando permanentemente em contato com o educador, interagindo com ele e participando do próprio processo de aprendizagem.

Avaliação comparativa e ipsativa

É ainda possível trabalhar com outras formas de avaliação não teorizadas por Bloom, claro. Existem, por exemplo, a avaliação comparativa e a ipsativa, explicadas na sequência.

A **avaliação comparativa** deve ser realizada de maneira rotineira e ágil na forma de testes, questionário curto, perguntas orais, lições para casa, registro escrito das principais informações aprendidas no dia, entre outros métodos que ofereçam ao professor e aos estudantes um indicativo do aproveitamento da aula. Trata-se de uma avaliação de aspectos pontuais que permita oferecer pistas da eficiência das estratégias de ensino-aprendizagem empregadas e sinalizar a necessidade de reforçar alguma informação ou retomar algum conceito, por exemplo. No entanto, deve-se ter sempre em mente que os estudantes não respondem todos de maneira idêntica às mesmas intervenções pedagógicas e que toda aprendizagem se dá como processo, não se encerrando em uma única aula ou ao final de uma única atividade.

A **avaliação ipsativa** tem como alvo o processo de aprendizagem individual dos estudantes. Assim como a avaliação formativa permite ao professor avaliar os próprios métodos e corrigir as rotas que planejou para seu curso, a avaliação ipsativa fornece elementos para o professor verificar se os estudantes estão fazendo conquistas em relação a si mesmos, ou seja, se estão compreendendo melhor os conceitos e empregando-os com mais propriedade do que haviam feito em momentos anteriores, se estão desenvolvendo alguma habilidade operatória que lhes faltava ou se estão aprimorando sua capacidade de expressão oral e escrita, por exemplo. Para poder realizar a avaliação ipsativa, é importante que o professor tenha critérios de avaliação claros e utilize métodos de registro do progresso individual de seus estudantes ao longo do ano letivo.

Sugestões

Livro

Desenvolvimento da criatividade e do pensamento crítico dos estudantes: o que significa na escola

Vários autores. São Paulo: Fundação Santillana, 2020.

A publicação é resultado do projeto homônimo realizado pelo Centro de Pesquisa e Inovação em Educação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No segundo capítulo, "Criatividade e pensamento crítico: dos conceitos às rubricas de fácil compreensão e uso pelo professor", são apresentados os resultados de cinco anos de pesquisas em onze escolas do mundo que resultaram na criação de um banco de rubricas testadas.

Avaliações em larga escala

Não podemos esquecer que os estudantes serão submetidos a avaliações em larga escala e devem estar preparados para isso. No contexto da renovação das políticas educacionais e dos debates sobre como avaliar o desenvolvimento dos estudantes e de que forma os resultados apurados seriam utilizados, foram implementadas as avaliações em larga escala no país. O Saeb foi o primeiro, em 1990, seguido pela Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), denominada Prova Brasil, e pela Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), em 2005, que, por sua vez, se articulam com o Ideb, instituído em 2007, iniciativas justificadas pela necessidade de monitorar o funcionamento de redes de ensino e fornecer subsídios à formulação de políticas educacionais com dados sobre as aprendizagens dos estudantes. A partir de 2019, as avaliações em larga escala identificadas pelas siglas ANA (Avaliação Nacional de Alfabetização), Anresc e Aneb foram unificadas pelo Saeb.

Nesse mesmo movimento, em 1998, aconteceu a primeira edição do **Exame Nacional do Ensino Médio** (**Enem**). Em 2004, o recém-criado Programa Universidade para Todos (ProUni) passou a utilizar a nota do Enem para concessão de bolsa de estudos integrais e parciais. Em 2013, o exame foi adotado como critério de seleção pelas instituições federais de educação superior.

A avaliação educacional em larga escala para o estabelecimento de políticas públicas adequadas para a última etapa da Educação Básica converteu-se, dessa forma, no maior exame admissional do Ensino Superior do país. Além disso, em 2014 foi criado o Enem Portugal, um programa de acordos que permite que a nota individual do exame seja utilizada no processo seletivo de instituições de educação portuguesas.

O exame do Enem é dividido em quatro provas objetivas (Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias), somadas a uma redação dissertativo-argumentativa, que é corrigida individualmente com pontuação máxima de 1.000 pontos.

As notas máximas e mínimas das provas objetivas variam a cada ano e são calculadas por meio da Teoria de Resposta ao Item (TRI), que designa um nível de dificuldade para cada questão. De acordo com o *site* do Ministério da Educação, esse método busca priorizar a coerência no desempenho dos estudantes. Se alguém acerta as questões mais difíceis, mas erra aquelas consideradas fáceis, provavelmente escolheu aleatoriamente as respostas das que acertou, ou seja, não foi uma resposta fruto de seu conhecimento efetivo. Por isso, terá uma nota inferior à de um estudante que acertou o mesmo número de questões consideradas mais fáceis, mas errou as mais complexas. Assim, duas pessoas que fizeram a mesma edição do Enem e tiveram número igual de acertos podem ter notas diferentes.

Considerando essa nova realidade dos estudantes de Ensino Médio, que atualmente está bastante relacionada ao Enem, a coleção aborda os conteúdos da área do conhecimento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas de forma integrada, reproduz questões do Enem e apresenta outras elaboradas no mesmo formato do exame, a fim de que os estudantes sejam familiarizados com sua configuração, além de terem os conhecimentos, competências e habilidades exigidos para a sua realização. Caso o professor queira reforçar esse trabalho, pode adotar em avaliações periódicas o formato de questões de múltipla escolha com análise de excertos e imagens e propostas de dissertações que abordem questões da atualidade relacionadas à área do conhecimento.

Sugestões de práticas para o desenvolvimento de ambientes inclusivos

A passagem da infância para a adolescência é marcada por um conjunto de transformações físicas, cognitivas, sociais e psicológicas bastante impactante para o indivíduo. Nessa fase, o jovem pode sentir-se inseguro em relação ao seu corpo, deslocado e ter dificuldades para se socializar. Pode também ter necessidade de se autoafirmar e de conquistar aprovação de seus pares. Ao mesmo tempo, com o amadurecimento cognitivo, torna-se capaz de refletir sobre si e elaborar explicações para o mundo a sua volta, o que amplia sua habilidade de argumentação e negociação por um lado, mas, por outro, torna-o mais resistente às hierarquias e regras consolidadas socialmente.

A depender da relação que estabelece no processo de interação social na família, na escola e nas relações de amizade, as situações de tensão aumentam e, em determinadas circunstâncias, podem se converter em episódios violentos. Essas situações todas são estressantes para o jovem e, quando experimentadas de maneira contínua e cumulativa, podem desencadear psicopatologias como ansiedade, depressão, transtornos alimentares e de conduta. Não raramente, inclusive, é na adolescência que os jovens se expõem a situações de risco, como abuso de álcool e drogas, prática de sexo inseguro e envolvimento com comportamentos delinquentes. Um estudo desenvolvido pelo Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs/Fiocruz Bahia), em colaboração com pesquisadores de Harvard e publicado pela *The Lancet Regional Health – Americas*, no início de 2024, apontou que, entre 2011 e 2022, um total de 147.698 jovens brasileiros entre 10 e 24 anos tiraram a própria vida, o que representou uma elevação anual de 6% nas taxas de suicídio nessa faixa de idade em relação ao período anterior. No mesmo intervalo de tempo, as notificações por autolesão cresceram 29% ao ano, indicando um caminho inverso ao observado em países fora do continente americano, onde as taxas tenderam a reduzir em média 36%.

Uma pesquisa sobre o estresse emocional entre adolescentes conduzida em 2015 pelas psicólogas Ana Paula Justo e Sônia Regina Fiorim Enumo, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, com um grupo de 83 estudantes entre 12 e 15 anos, apontou que cerca de metade do grupo avaliado apresentava algum tipo de sofrimento psíquico, cujas causas mais recorrentes foram dificuldades para se relacionar com seus pares e/ou familiares e preocupações emocionais, especialmente as relacionadas à autoimagem. O fracasso escolar também foi apontado pelos adolescentes como fator de desgaste emocional. Para as autoras do estudo, esse tipo de estresse prediz o desenvolvimento de problemas emocionais em adolescentes, funcionando como fatores de risco. Dessa forma, medidas que evitem o efeito acumulativo do risco podem contribuir para a diminuição do número de eventos estressores. Podem também colaborar na elaboração de intervenções eficazes para a promoção de estratégias de enfrentamento adaptativas para os adolescentes (Justo; Enumo, 2015). Resultados como os da pesquisa mencionada indicam que a saúde mental dos jovens não deve ser negligenciada pela escola. É no espaço escolar que muitos dos fatores de estresse se desenrolam, mas é igualmente nele que muitos jovens podem receber orientação e apoio adequados para aprender a lidar com seus sentimentos e dúvidas.

O enfrentamento ao *bullying* e ao *cyberbullying*

Entre as principais causas de desconforto e, em situações mais graves, de ansiedade e depressão em jovens, está o *bullying*. O termo, emprestado da língua inglesa, designa "um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor, angústia e sofrimento" (Fante, 2010, p. 28).

O *bullying* envolve sempre uma relação assimétrica em que a vítima se encontra em uma situação de fragilidade diante do seu opressor, sendo incapaz de reagir. Ele se manifesta das mais diferentes formas, como insultos, intimidações, ridicularização, exclusão das atividades coletivas, ameaças, emprego de violência física, entre outras.

Dentro da escola, é importante que o *bullying* não seja confundido com simples desentendimento entre estudantes. Enquanto estes são pontuais e geralmente apresentam uma causa, o *bullying* é caracterizado pela repetição seguida e sistemática de agressões gratuitas contra um indivíduo ou grupo em particular, sem que a(s) vítima(s) encontre(m) meios de se defender.

A prática do *bullying* pode acontecer abertamente dentro da sala de aula e no pátio, aos olhos de todos, e muitas escolas apostam na vigilância ostensiva para combatê-la. Todavia, justamente para evitar punições, é mais comum que os agressores ajam dissimuladamente ou busquem espaços mais reservados para coagir a vítima, como corredores, banheiros, ruas no entorno da escola, onde podem agir com mais liberdade e potencializar o medo e a sensação de impotência provocados pelos abusos.

Nas modernas sociedades, a prática do *bullying* foi notavelmente potencializada pelas redes sociais, o chamado *cyberbullying*, ao ampliar a exposição da vítima e invadir até mesmo sua vida privada, não lhe permitindo sentir-se protegida em nenhum lugar. O sofrimento é tão intenso que pode culminar com o suicídio.

Segundo Cláudia Prioste, os adolescentes envolvidos em caso de *cyberbullying* entrevistados em sua pesquisa acadêmica mostraram

> [...] dificuldade no manejo de conflitos intersubjetivos. Vivendo em uma sociedade que estimula a impulsividade e a inveja, as redes sociais tornam-se instrumentos para expressão de pulsões destrutivas e invejosas. Na maioria das vezes, aqueles que praticam *cyberbullying* não têm dimensão da projeção quase infinita dos conteúdos disseminados na internet, não sabem que uma postagem pode ser retransmitida de maneira descontrolada. Além disso, são insensíveis ao sofrimento que podem causar ao outro. [...] Muitos jovens também pensam que a prática de *cyberbullying* não terá qualquer consequência em suas vidas, pois devido à idade, eles são inimputáveis perante a lei. [...]
>
> PRIOSTE, Cláudia. **O adolescente e a internet**: laços e embaraços no mundo virtual. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2016. p. 160-161.

O combate ao *bullying* exige a observação cuidadosa da dinâmica de sala de aula pelo professor. Deve-se estar atento a qualquer estudante que sinalize nervosismo excessivo sem razão aparente, inibição, isolamento, reclamações frequentes de dor de barriga, enjoos ou dor de cabeça, choros, falta de motivação, irritação contínua, sinais de automutilação, entre outros comportamentos que sinalizam desconforto ou sofrimento.

Atividades em equipe são ocasiões propícias para identificar a prática do *bullying*, pois a vítima não se encaixa automaticamente em nenhum grupo, pede para fazer a atividade sozinha ou é rejeitada pelos colegas ou recebida friamente nos grupos, quando estes são determinados pelo professor. Não se deve esperar que as vítimas de *bullying* venham espontaneamente se queixar de seus algozes aos adultos, pois muito frequentemente sentem medo ou vergonha de externar sua dor. Por essa razão, é muito importante também que os educadores sejam muito cautelosos ao lidar com os estudantes, evitando tanto a exposição dos envolvidos quanto a omissão. Em grupos nos quais as relações não sejam harmônicas, deve-se evitar gracejos com estudantes, mesmo em tom bem-humorado, porque os adolescentes podem interpretar isso como uma licença para a ridicularização e a provocação de colegas. O combate ao *bullying* deve começar pela prevenção.

> [...] o ideal é que todas as escolas tomem a iniciativa de prevenir a violência antes que ela se instale em seu meio e inviabilize o processo educativo, chegando ao ponto de não conseguir resolver, de um modo geral, as questões ligadas principalmente aos conflitos interpessoais, gerando violência. Para tanto, a escola deveria ser um espaço democrático no qual o ensino se estendesse para além da instrução, a convivência fosse tratada de maneira democrática e os valores humanísticos fossem transmitidos pela educação dos sentimentos e das emoções.
>
> FANTE, Cleo. **Fenômeno *bullying***: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas, São Paulo: Verus Editora, 2010. p. 96.

Isso significa que o papel dos educadores (professores, coordenadores e gestores) se estende para além do ensino de conteúdos informativos e do desenvolvimento das habilidades cognitivas, sendo fundamental investir também no ensino das habilidades socioemocionais, igualmente preconizadas pela BNCC, por exemplo, por meio das **competências gerais da Educação Básica 8** e **9**.

É importante destacar que o ensino de habilidades socioemocionais não se confunde com a correção da conduta do estudante, quer dizer, não tem relação com a lógica ainda imperante no sistema de ensino brasileiro pela qual se busca corrigir o comportamento dos jovens lançando mão da punição e da recompensa. O objetivo não é apenas coibir os maus comportamentos, mas estimular o adolescente a valorizar a solidariedade, a cooperação, a aceitação das diferenças (sejam elas quais forem), as saídas dialógicas e pacíficas para situações em que haja conflito de interesses e a busca do consenso na tomada de decisões que afetam a coletividade.

A educação socioemocional constrói-se sobre bases humanistas, de modo que a solidariedade, a empatia e a aceitação das diferenças sejam promovidas pelo trabalho pedagógico. Para isso, a cultura da paz não deve ser ensinada como se fosse um conteúdo informativo; precisa necessariamente ser vivenciada no cotidiano da escola. Para tanto, é necessário garantir aos estudantes um ambiente de acolhimento e escuta, em que a competição seja substituída pela cooperação e as falhas sejam encaradas como parte natural do desenvolvimento do sujeito. Nos casos de condutas inadequadas, o professor deve provocar a reflexão sobre o porquê das atitudes do estudante e convidá-lo a tentar compreender como elas afetaram outras pessoas ou lhes causaram algum tipo de dano. Para isso, é importante que o professor se lembre de dirigir perguntas aos estudantes, em vez de lhes dar lição de moral, e evite julgamento precipitado. É prudente ter sempre em mente que

> [...] se a violência é um comportamento que se aprende nas interações sociais, também existem maneiras de ensinar comportamentos não violentos para que se possa lidar com as frustrações e com a raiva, e ensinar habilidades para que os conflitos interpessoais possam ser solucionados por meios pacíficos.
>
> FANTE, Cleo. **Fenômeno *bullying***: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas, São Paulo: Verus Editora, 2010. p. 93.

Seguem algumas sugestões para trabalhar as habilidades socioemocionais dos estudantes e prevenir o *bullying*.

Rodas de conversa

A roda de conversa é uma dinâmica que deve ser feita regularmente em sala para fomentar o hábito do diálogo e da negociação como caminho para a resolução de problemas, o que pode reduzir situações de tensão entre estudantes ou contribuir para sua resolução. Deve-se solicitar a eles que se sentem em círculo, de maneira que possam olhar uns para os outros, e providenciar um objeto que possa ser arremessado sem o risco de causar ferimentos, como uma bola de tênis ou de queimada. Só poderá falar o estudante que estiver com o objeto, e, se alguém quiser pedir a palavra, deverá levantar a mão. A pessoa que está com o objeto – portanto com o direito de fala – escolherá o próximo a falar. Contudo, o objeto só poderá passar três vezes pela mão da mesma pessoa. A conversa deve ser iniciada por meio de uma situação-problema a ser avaliada pelos estudantes: "Por que aconteceu?", "Poderia ter sido evitada?", "Como pode ser corrigida?", "Que compromissos cada um pode assumir para restaurar a paz?". A conversa não deve ter foco nos indivíduos em particular; a atenção de todos deve estar voltada à experiência coletiva. Durante a dinâmica, é importante o docente identificar os sentimentos e emoções dos estudantes que pedem a palavra, mas também dos que não o fazem. Deve-se ter especial atenção aos jovens que se encolhem, aos que debocham, aos agressivos. Caso o professor perceba alguém especialmente afetado pela discussão, deve chamá-lo para uma entrevista individual assim que possível. O tempo deve ser administrado de forma que os estudantes possam chegar a alguma conclusão.

Representação de sentimentos

Para trabalhar situações de *bullying* ou de episódios de hostilidade entre os estudantes, pode-se recorrer a uma dinâmica de representação de sentimentos, que consiste em desenhar o contorno de um corpo humano em tamanho natural em folha de papel pardo, recortá-la e colocá-la no centro da sala, da quadra ou do pátio com os estudantes sentados em volta.

Cada estudante deve receber um cartão correspondendo a um quarto de cartolina branca e um pincel atômico, para que registrem uma frase ou palavra que já o magoou. A seguir, um estudante por vez deve levar seu cartão até o centro e colocá-lo junto ao boneco. Ao fazê-lo, tem que amassar um pouco uma parte do boneco de papel. Depois de todos terem deixado suas palavras ou frases, falarão sobre o que sentiram e sobre a interpretação que fazem do boneco todo amassado.

Trocas de cartas: respostas aos sentimentos

Nessa dinâmica, os estudantes devem escrever uma carta relatando um dia na escola para uma pessoa com quem elas se sintam bem. Na carta, devem relatar o que sentem em cada momento da rotina escolar. Todavia, não devem colocar no texto nenhum nome, nem o próprio. Todos os nomes devem ser trocados por XXXX e a carta deve ser digitada e entregue impressa. Em uma aula posterior, o professor distribuirá as cartas aleatoriamente entre os estudantes para que eles leiam e respondam, seguindo as mesmas orientações da primeira escrita. O docente deve redistribuir as respostas entre os estudantes, sem se preocupar com que as respostas cheguem às mãos de quem escreveu a primeira carta. Ao final, numa roda de conversa, os estudantes compararão as experiências lidas.

Entrevista individual

Caso ocorra uma situação de agressão ou conflito violento em sala de aula, recomenda-se evitar ao máximo o confronto com os estudantes e a exposição dos envolvidos na situação. Em primeiro lugar, deve-se interceder de maneira que os ânimos sejam acalmados, solicitando ao estudante agressor, ou àquele que se mostrar mais descontrolado, que tente recuperar o equilíbrio fora da sala. É preciso deixar claro que ele não está sendo punido; a solicitação é apenas para que consiga se reorganizar internamente. Ao neutralizar o foco de tensão, o professor precisará mostrar firmeza e serenidade para a turma, pois os estudantes precisam se sentir seguros em situações de desarmonia.

Quando possível, o docente deve chamar os estudantes envolvidos na situação de conflito para conversas privadas, mostrando interesse em escutar seus argumentos, sem elaborar qualquer julgamento. É preciso esperar os estudantes terem tempo para refletir sobre o episódio antes de escutá-los pela segunda vez, ajudando-os a avaliar racionalmente a situação vivenciada.

Por uma educação antirracista

Durante muitos anos, a tese da democracia racial, forjada no começo do século XX, predominou no Brasil. Contudo, desde pelo menos a década de 1960, ganharam força estudos que denunciaram a existência de uma profunda desigualdade de caráter estrutural e sistêmico no país, defendendo que a democracia racial não passa de um mito. Dados estatísticos sustentam essa crítica.

Segundo o IBGE, em 2019, o número de desempregados negros ou pardos (13,6%) era superior ao de brancos (9,35%). Entre a população empregada, os brancos ganhavam em média 73,4% a mais do que os trabalhadores negros ou pardos, dos quais 47,4% se encontravam em situação de informalidade contra 34,5% de brancos. Em relação à educação, apenas 75,6% dos estudantes negros e pardos matriculados no Ensino Médio estavam no ano correspondente ao da sua idade, enquanto, entre aqueles que apresentavam algum atraso, a porcentagem de negros e pardos era 10% maior do que a de brancos. Na saúde, a situação não é diferente: um relatório do Ipea de 2023 demonstrou que a população mais pobre e negra tem menos acesso a serviços de saúde do que a branca, tanto pela falta de disponibilidade de profissionais e equipamentos públicos quanto pela dificuldade de se locomover até os estabelecimentos de saúde de alta complexidade, que geralmente estão localizados nas regiões centrais, ocupadas pela população branca de maior renda.

Dados como esses se tornam mais impressionantes se levarmos em conta que 55,5% dos brasileiros se autodeclararam negros e pardos no levantamento do censo do IBGE publicado em 2022, o que mostra a urgência de se adotarem medidas de combate à discriminação racial.

A escola desempenha papel relevante na formação de cidadãos conscientes das desigualdades que integram a estrutura da nossa sociedade. Cabe a ela desenvolver estratégias, tanto para valorizar a história e a cultura africanas e de afrodescendentes, quanto para assegurar que crianças e adolescentes negros e pardos se sintam representados no espaço escolar e nos conteúdos estudados.

Desde 2003, a legislação determina que as escolas incluam em seus currículos o ensino da história e da cultura africanas (Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003). Todavia, levantamento dos institutos Geledés e Alana divulgados em 2023 constataram que apenas 29% das prefeituras desenvolvem um projeto sólido de educação antirracista, 18% nem incluem a história e a cultura dos negros em seus currículos e as demais tratam do tema apenas de maneira esporádica.

Para oferecer uma educação antirracista, em primeiro lugar, a comunidade escolar deve reconhecer a necessidade e a importância desse conteúdo e reavaliar os currículos escolares para assegurar que ela seja sistematicamente incorporada nele, o que significa não tratar temáticas e personagens negros como um parêntese nos conteúdos tradicionalmente ensinados, mas garantir que ela atravesse a experiência escolar.

No Ensino Médio, várias estratégias podem ser adotadas com o objetivo de oferecer uma educação antirracista. Em primeiro lugar, deve-se assegurar espaço para a expressão da voz e o exercício de protagonismo para estudantes negros e pardos pois,

> [...] preconceitos, violência, marginalização, ensino de má qualidade, dificuldade em aceitar traços fenotípicos, limitação do vocabulário, necessidade de conciliar trabalho e estudos, são alguns dos desafios que os/as jovens negros/as precisam superar em sua vida escolar. Os efeitos psicológicos que essas condições provocam, moldam a conduta e a maneira como esses indivíduos pensam, produzem e sentem. Por não acreditarem em si, apresentam dificuldades de realizar determinadas atividades ou se recusam a assumir posições de liderança ou protagonismo. [...].
>
> OLIVEIRA, Marinês Barbosa de; FERREIRA, Leandro Tiago Gomes. "Com ciência negra": saberes, práticas e filosofias africanas e afrodescendentes: reflexões sobre a autoestima de adolescentes negros e negras no âmbito do Projeto Afrocientistas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, Curitiba, v. 15, edição especial, p. 195-212, 2023. p. 203. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1497. Acesso em: 11 set. 2024.

Por conseguinte, facilitar a ocupação de um lugar de liderança e demonstrar interesse pelas experiências pessoais, pelos saberes familiares e pelas opiniões dos jovens negros pode encorajá-los a se engajar nas atividades escolares e mudarem a percepção que têm de si mesmos.

Em segundo lugar, a abordagem de vários assuntos pode tomar como ponto de partida manifestações culturais de matriz africana, teorias das mais diversas áreas do saber e conhecimentos técnicos e científicos africanos ou desenvolvidos por personalidades negras. Isso significa explorar um universo de informações que vai além das manifestações culturais de raiz africana já familiares aos estudantes, como a capoeira, o samba e o candomblé, e avançar para campos da produção humana cujo estudo, em geral, é marcado por forte eurocentrismo, como a filosofia e as ciências em geral. Assim, nesta coleção, por exemplo, trabalha-se também com os conhecimentos produzidos por filósofos africanos como Achille Mbembe e afrobrasileiros como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro.

É importante destacar que não é necessário, em todas as abordagens envolvendo a população negra, explorar a questão do racismo. Basta que os estudantes tenham referências para deduzir que os povos africanos e seus descendentes também são detentores de saberes complexos, têm produção intelectual e conseguem projeção em diversas áreas do conhecimento e da produção humanas.

Além das sugestões apresentadas, cabe avaliar a importância que o currículo tem dado aos temas relacionados à história e à cultura africanas porque, muitas vezes, o apego ao hábito leva os professores a enfatizarem os assuntos valorizados pela tradição eurocêntrica e a reduzirem o tempo e a atenção que dedicam ao estudo de questões associadas aos países e povos da África e América Latina. Como apontado por Joelson Alves Onofre,

> O silenciamento cultural no currículo, efetivado na prática escolar, parte do pressuposto descabido de que a cultura hegemônica e dominante deva prevalecer sobre as demais culturas consideradas minoritárias. Essa realidade, presente em muitas instituições escolares, reforça a defesa de uma estrutura curricular rígida que desconsidera todo tipo de manifestação e de experiência cultural advinda do meio popular.
>
> ONOFRE, Joelson Alves. Repensando a questão curricular: caminho para uma educação antirracista. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 4, p. 103-122, jan./jun. 2008. p. 114. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/563/457. Acesso em: 11 set. 2024.

Em razão das considerações apresentadas, são enfatizados, em capítulos distintos da coleção, os saberes e as contribuições das culturas consideradas minoritárias. Além disso, os estudantes de Ensino Médio precisam também analisar dados da realidade brasileira que favoreçam a formação de uma consciência sobre o problema da desigualdade racial. Por isso, trabalhos com dados estatísticos, gráficos e tabelas que apresentem um retrato do problema são fundamentais e devem ser acompanhados de incentivo a fim de que os estudantes pesquisem e proponham soluções para os problemas detectados, o que é realizado nesta coleção nos diferentes componentes curriculares.

A inclusão dos estudantes com deficiência

Antes da década de 1970, as crianças e adolescentes com deficiência, quando não eram apartados do universo escolar, eram geralmente encaminhados para instituições filantrópicas ou para escolas especializadas, onde eram privados da convivência com crianças e jovens sem deficiência.

A proposta de educação inclusiva nasceu nos Estados Unidos em 1975, defendendo a inserção de crianças e jovens com deficiência nas escolas regulares. Contudo, a inserção não se traduzia em inclusão social, uma vez que o sistema educacional não realizava qualquer alteração para receber esses estudantes.

A defesa da inclusão social ganhou novos contornos na década de 1990, quando as deficiências passaram a ser entendidas como manifestação normal da diversidade humana e definiu-se que eram as escolas que deveriam desenvolver estratégias para adaptar os sistemas de ensino-aprendizagem aos estudantes com deficiência, e não os estudantes com deficiência se conformarem ao sistema existente. Assim, a inclusão

> [...] envolve um processo de reforma sistêmica, incorporando aprimoramentos e modificações em conteúdo, métodos de ensino, abordagens, estruturas e estratégias de educação para superar barreiras, com a visão de oferecer a todos os estudantes uma experiência e um ambiente de aprendizado igualitário e participativo, que corresponde às suas demandas e preferências. [...]
>
> INSTITUTO ALANA. **Benefícios da educação inclusiva para estudantes com e sem deficiências**. Disponível em: https://alana.org.br/wp-content/uploads/2019/10/os-beneficios-da-educacao-inclusiva.pdf. Acesso em: 25 ago. 2024.

Apesar de a legislação assegurar às crianças e adolescentes com deficiência o direito à educação e determinar que as escolas regulares devem proporcionar todas as condições necessárias à sua inclusão no ambiente escolar, a educação inclusiva ainda enfrenta vários obstáculos no país, como o despreparo das instituições de ensino, de diferentes profissionais, incluindo professores, para receberem estudantes com deficiência, o preconceito por parte de pais e estudantes sem deficiência – traduzido em rejeição e hostilidade às crianças e jovens com deficiência – e a dificuldade dos familiares dos estudantes com deficiência de administrarem as relações com outros pais, com a escola e com os próprios filhos.

Para os professores, os desafios são muitos e não existe uma fórmula capaz de dar conta de todos eles. Dependendo da deficiência dos estudantes presentes em suas turmas, eles terão de assumir posturas diferentes, desenvolver em salas metodologias e dinâmicas de ensino variadas e definir para os estudantes com deficiência objetivos diversos daqueles estabelecidos para os demais. A título de exemplo, se o docente tiver em sala um estudante surdo, quando for dar uma orientação ou explicação para a turma precisará se lembrar de ficar em uma posição que facilite a leitura labial pelo estudante com deficiência; se tiver outro com limitações de mobilidade, haverá de levar isso em consideração quando quiser mudar a disposição das carteiras em sala para uma atividade específica; no caso de trabalhar com um estudante com Transtorno do Espectro Autista, talvez seja preciso lhe oferecer orientações por escrito, curtas e objetivas.

Todavia, para além das adaptações específicas, o professor precisará entender a sala de aula como um espaço orgânico, em que a aprendizagem ocorre por meio das interações e trocas entre todos os sujeitos e que aos estudantes com deficiência devem ser asseguradas oportunidades de contribuir para o crescimento coletivo.

Segundo Pilar Arnaiz Sánchez,

> Um dos principais problemas enfrentados atualmente por muitas escolas é a visão delas sobre a atenção à diversidade, ainda estreitamente relacionada ao modelo clássico, denominado médico-psicológico, que caracterizou a educação especial. Essa perspectiva legitima as NEE [Necessidades Educativas Especiais] descontextualizadas do resto da classe e impregna a percepção social que se tem delas. Por isso, as práticas associadas ao movimento da integração escolar tornam-se, em muitos contextos, reduzidas às práticas realizadas a partir de uma perspectiva individualista, caracterizada por perceber o aluno com deficiências como o centro de toda a atenção. É muito comum que durante as aulas o trabalho realizado por um aluno com NEE esteja descontextualizado dos trabalhos feitos por seu grupo, ou que estes alunos recebam geralmente os apoios fora da sala de aula, com outros alunos da escola que também têm dificuldades. Este tipo de planejamento da atenção à diversidade é entendido a partir de uma perspectiva individualista, centrada no aluno, que tolera processos de instrução diferentes, especiais, segregados e sempre dirigidos aos alunos com deficiências.
>
> SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. Educação inclusiva na Espanha. *In*: FÁVERO, Osmar; FERREIRA, Windyz; IRELAND, Timothy; BARREIROS, Débora. **Tornar a educação inclusiva**. Brasília, DF: Unesco, 2009. p. 94.

Para romper com essa perspectiva criticada pela especialista em educação inclusiva, o foco do trabalho pedagógico com os estudantes com deficiência deve ser transferido das suas dificuldades para as suas habilidades e capacidades, de maneira que eles possam ter um papel ativo na dinâmica do grupo. Isso significa que um estudante com importante comprometimento intelectual pode não conseguir contribuir com os colegas em uma análise de dados estatísticos, mas pode compilar e organizar a bibliografia pesquisada em ordem alfabética, ou que um estudante autista com habilidade artística talvez não mostre nenhum interesse por produzir um relatório, mas pode ter um desempenho extraordinário criando um infográfico.

Contudo, se o sistema de ensino se mantiver engessado em um modelo baseado na exposição de conteúdos pelo professor e na assistência passiva dos estudantes, preocupado exclusivamente com os resultados quantitativos dos estudantes e buscando obter de todos eles resultados semelhantes, os jovens com deficiência dificilmente serão efetivamente incluídos. A inclusão pressupõe a existência de um sistema de ensino no qual os estudantes sejam protagonistas do processo de ensino-aprendizagem e estejam envolvidos em aulas dinâmicas, que lancem mão de metodologias ativas e criem oportunidades para eles contribuírem com suas experiências pessoais, talentos e interesses de maneira colaborativa e interativa. Ao professor caberá menos o papel de palestrante e mais o de investigador, dedicando-se a administrar as situações de aprendizagem, observar, analisar e avaliar os estudantes e redirecionar o planejamento das aulas conforme considerar necessário para favorecer a aprendizagem dos seus estudantes.

Outro ponto a ser enfatizado é que o estudante com deficiência deve ser entendido não como objeto sobre o qual o professor exercerá uma ação, mas como sujeito participante de sua própria aprendizagem, capaz de expressar suas necessidades, indicar seus interesses e manter com o professor uma relação de diálogo e negociação, auxiliando-o a encontrar as melhores soluções para o enfrentamento dos desafios que tem pela frente.

Sugestões

Site

Biblioteca do Cetens – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Disponível em: https://ufrb.edu.br/bibliotecacetens/noticias/64-11-livros-gratuitos-sobre-educacao-inclusiva. Acesso em: 25 ago. 2024.

A Biblioteca Universitária do Centro de Energia e Sustentabilidade compõe o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (SIB/UFRB). A instituição tem como finalidade fornecer serviços para estudantes, professores e pesquisadores de dentro e fora da universidade. Em seu acervo, encontram-se livros gratuitos sobre educação inclusiva para *download*.

O ensino interdisciplinar

A ciência contemporânea tem sido marcada de maneira crescente pela interdisciplinaridade, que torna as fronteiras entre as diversas áreas do conhecimento permeáveis, permitindo que conhecimentos de uma disciplina joguem luz sobre outra, transformando-a e enriquecendo-a. As pesquisas no campo da arqueologia, por exemplo, multiplicaram-se notavelmente graças ao emprego de uma gama de conhecimentos químicos, físicos e biológicos na datação de artefatos arqueológicos e no mapeamento genético de populações nativas de várias regiões do planeta.

A busca por abordagens interdisciplinares também tem sido valorizada no campo da educação, pois leva para dentro da escola a efetiva experiência da realidade vivida pelos indivíduos, visto que não há divisão disciplinar da vida. Todos os conhecimentos se articulam para permitir aos sujeitos compreenderem o seu mundo e agirem na vida social.

A atual proposta do Ensino Médio de estabelecer como objetivo da educação o desenvolvimento de competências e de abordar os objetos de conhecimento considerando-os dentro das áreas do conhecimento favorece a interdisciplinaridade, pois dá ao professor maior liberdade para definir as questões e os problemas que irão nortear o trabalho pedagógico, e, por conseguinte, abre uma infinidade de possibilidades de exploração dos conteúdos a serem estudados.

Se a escola pretende oferecer aos estudantes condições de entender o mundo em sua complexidade e tomar decisões por uma visão mais holística, ela precisa assegurar, em primeiro lugar, que as barreiras que separam o conhecimento acadêmico das experiências de vida dos estudantes sejam rompidas e os conteúdos escolares sejam usados como chave de interpretação de problemas reais, que afligem os jovens. Isso não significa renunciar ao rigor conceitual tampouco desprezar o conhecimento produzido na academia. Trata-se de tornar esse conhecimento aplicável, de maneira que os estudantes o valorizem e vejam sentido nele.

O processo de globalização, o alto grau de desenvolvimento tecnológico, os graves desequilíbrios ambientais e a complexidade das relações sociais, políticas e econômicas dentro de cada país e entre todos eles exigem respostas originais e criativas, que sejam capazes de considerar todos esses aspectos simultaneamente.

Sugestões para o trabalho interdisciplinar considerando o planejamento individual e o coletivo

Há vários caminhos que possibilitam a interdisciplinaridade. Os professores podem desenvolver de maneira colaborativa com seus pares e com a participação dos estudantes projetos estruturados em torno da definição de um conceito, pautados por algum questionamento ou interesse dos jovens, orientados para a resolução de um problema específico ou tendo como objetivo a produção de algum produto em particular. Segundo Hernández, a função de um projeto é

> [...] favorecer a criação de estratégias de organização dos conhecimentos escolares em relação a 1) o tratamento da informação, e 2) a relação entre os diferentes conteúdos em torno de problemas ou hipóteses que facilitem aos alunos a construção de seus conhecimentos, a transformação da informação procedente dos diferentes saberes disciplinares em conhecimento próprio.
>
> HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho**: o conhecimento é um caleidoscópio. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. p. 61.

Para o desenvolvimento de um projeto, os professores podem dar muita autonomia para os estudantes, atuando como gerenciadores e orientadores do processo de aprendizagem, ou podem dosar a liberdade de trabalho deles, utilizando metodologias como as da aula invertida com atividades dirigidas para serem realizadas no âmbito de cada componente curricular, a fim de conduzir o trabalho pedagógico na direção do objetivo a ser alcançado. A decisão de como encaminhar o projeto dependerá de uma série de fatores a serem considerados caso a caso, de acordo com o perfil dos estudantes, o funcionamento do estabelecimento de ensino, a disponibilidade de recursos didáticos, entre outros.

Uma preocupação que eventualmente aflige os professores é que o desprendimento do currículo tradicional possa resultar em uma educação deficitária para os seus estudantes. Ora, a construção do planejamento baseada no desenvolvimento de competências e norteada por problemas do presente não significa o descarte dos conteúdos clássicos dos diferentes componentes curriculares. Pelo contrário, o objetivo da flexibilização é a possibilidade de rearranjar aqueles conhecimentos para que eles sejam colocados a serviço da reflexão e da busca por soluções para problemas reais do presente, tornando-se significativos aos estudantes e, assim, favorecendo uma aprendizagem mais sólida e efetiva. Por conseguinte, para Japiassu,

> [...] do ponto de vista integrador, a interdisciplinaridade requer equilíbrio entre amplitude, profundidade e síntese. A amplitude assegura uma larga base de conhecimento e informação. A profundidade assegura o requisito disciplinar e/ou conhecimento e informação interdisciplinar para a tarefa a ser executada. A síntese assegura o processo integrador.
>
> JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 65-66.

Nesta coleção, em todos os capítulos dos volumes há indicações de momentos em que os conteúdos de determinado componente curricular se relacionam com os demais componentes. Além disso, as propostas de atividades levam muitas vezes os estudantes a mobilizarem conhecimentos oriundos de diferentes áreas do saber para a sua realização, uma vez que muitas das propostas partem, por exemplo, da atualidade e demandam que os estudantes a analisem e compreendam. Além disso, as sensibilizações propostas nas Aberturas de Unidade envolvem os quatro componentes curriculares de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e as seções finais dos volumes, "Educação Midiática" e "MovimentAção" apresentam propostas interdisciplinares, em que a última traz a proposta de desenvolvimento de projetos.

A coleção

Como já mencionado, a coleção é composta de quatro volumes, organizados em seis unidades temáticas, que têm como base as categorias fundamentais da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas preconizadas pela BNCC. Cada volume é dedicado a um componente curricular da área.

As unidades temáticas

A seguir, apresentamos as seis unidades temáticas e seus objetivos. Eles guiaram a seleção de conteúdos dos diferentes componentes curriculares da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – filosofia, geografia, história e sociologia – em cada uma dessas unidades. Assim, o arranjo das unidades temáticas apresenta ao docente formas de articulação do seu respectivo componente curricular com outros da área, facilitando seu planejamento individual e o coletivo.

Conflitos e desigualdades

A promoção de sociedades justas, pacíficas e inclusivas é objetivo reiterado por tratados internacionais, como plano de ação global da Organização das Nações Unidas (ONU) para o desenvolvimento sustentável que ficou conhecida como *Agenda 2030*. No entanto, as notícias frequentemente destacam desigualdades, conflitos, guerras e violências cotidianas. Esse paradoxo ilustra a complexidade das sociedades humanas, uma vez que esses ideais, apesar de universais, não são inatos, e buscar alcançá-los requer um esforço contínuo. A construção de uma sociedade mais justa e equânime é uma questão central nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, especialmente em contextos de disparidades sociais significativas, como os encontrados no Brasil.

Nesse sentido, a unidade foi organizada com o objetivo de explorar diversos conflitos históricos que transformaram a organização social e os valores das sociedades contemporâneas, examinando criticamente diferentes formas de violência, tensões e desigualdades no mundo atual e como impactam as relações de poder e afetam diversos grupos sociais, tanto em várias partes do mundo quanto no Brasil. O objetivo é auxiliar os estudantes a desenvolver uma análise sobre essas questões, de modo que compreendam e se posicionem em relação a elas, com respeito aos direitos humanos e em prol da construção da cultura de paz.

Nos capítulos do componente curricular história, são analisadas as origens dos principais conflitos do século XX, destacando a relação entre eles e os desdobramentos do imperialismo nos continentes africano, americano e asiático no século XIX. Também é abordado o surgimento de regimes totalitários na Europa, bem como a configuração da ordem mundial bipolar resultante da disputa de poder entre os Estados Unidos e a União Soviética. Além disso, é analisado o processo de formação da República Brasileira, com foco nas revoltas e exclusões sociais durante a Primeira República, assim como nos avanços e retrocessos da Era Vargas.

Nos capítulos de geografia, o foco reside na criação e no papel da Organização das Nações Unidas (ONU), explorando suas formas de atuação e os desafios que enfrenta atualmente, promovendo a análise e a discussão sobre conflitos em diversas regiões do mundo e o impacto deles no aumento da violência global.

Na perspectiva da sociologia, o tema é abordado por meio do estudo sobre desigualdade racial e de gênero na sociedade brasileira, problematizando o racismo e o preconceito no cotidiano. São exploradas as noções de etnia, multiculturalismo, interculturalidade, gênero e sexualidade, entre outras, e discute-se a importância dos movimentos sociais na identificação das desigualdades e na transformação das estruturas de poder e dominação econômica, cultural e política.

No volume do componente curricular filosofia, os capítulos dedicados ao tema analisam as diversas dimensões da violência e as estratégias para combatê-las, além de investigar teorias sobre os direitos humanos, suas características e formas de violação.

Globalização, emancipação e cidadania

O termo *globalização* designa um fenômeno de conexão entre diferentes localidades do mundo viabilizado pelas inovações tecnológicas, especialmente nos setores de comunicação, informação e transporte. Essa integração global possibilita a difusão de conhecimentos diversos, favorecendo o compartilhamento de informações relevantes, como as de pesquisas científicas e as denúncias de corrupção e de violação de direitos; propicia a organização da sociedade civil pelas mais diversas causas, assim como as trocas comerciais e a ampliação de diferentes negócios; e, em meio aos mais diversos tipos de troca, possibilita os intercâmbios culturais. Contudo, essa integração também resultou na concentração de riqueza por pequenos grupos economicamente favorecidos e na submissão daqueles que deles são financeiramente dependentes e, consequentemente, mais vulneráveis. Outro aspecto a ser considerado no mundo globalizado é a rápida disseminação de doenças provocando pandemias.

Apesar de um fenômeno tão complexo como a globalização poder ser descrito por inúmeros outros fatores, não há dúvidas sobre a abrangência de seus impactos nas diferentes dimensões da vida humana, como a cultural, a econômica e a social, entre outras. Por isso, esse é um dos grandes temas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, abordado nesta unidade na perspectiva de seus diferentes componentes curriculares. Por se referir a interações econômicas e políticas em uma lógica internacional, que têm diferentes impactos nas esferas locais, o tema globalização é abordado de forma crítica e analítica, considerando suas relações com os conceitos de emancipação e cidadania.

Nos capítulos de história, são estudados os processos políticos do Brasil e de outros países da América Latina, como a Argentina e o Chile, ao longo do século XX, além das consequências sociais e econômicas desses processos, que perduram nesses países. Também são abordados o fenômeno da globalização e as desigualdades resultantes da economia globalmente interconectada. Por fim, são analisados os desafios sociais, políticos e econômicos enfrentados pelo país no contexto do mundo globalizado.

A abordagem do tema pela geografia se dá por meio da análise dos processos que permitiram a ampliação de um sistema de integração econômica do espaço mundial e as transformações provocadas pelos avanços tecnológicos nas redes de transporte e de comunicação globais.

Nos capítulos de sociologia são abordadas diferentes perspectivas teóricas sobre a globalização, considerando seus aspectos econômicos, sociais e culturais, inclusive sob a ótica do respeito aos direitos humanos. Além disso, são apresentados conceitos necessários para a compreensão dos arranjos do sistema capitalista mundial e as relações econômicas estabelecidas entre os países.

Na perspectiva da filosofia, o tema é desenvolvido por meio dos estudos de importantes pensadores dos séculos XIX, XX e XXI que se dedicaram à reflexão sobre a noção de sujeito e de subjetividade, e de questões que permeiam as sociedades globalizadas e os fenômenos da pós-modernidade.

Natureza em transformação

Refletir sobre a transformação da natureza pela ação humana e sobre o processo pelo qual os indivíduos se constroem como seres sociais marca o desenvolvimento das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, desde a dedicação dos primeiros filósofos ao pensar sobre a natureza e a essência do ser humano, até os tempos atuais, em que lidar com os impactos dessa transformação ao longo do tempo se tornou uma questão premente.

Por meio do componente curricular história, esse tema é desenvolvido no estudo do surgimento da espécie humana, da formação das sociedades e das relações que elas estabeleciam com a natureza; bem como das teorias que explicam o povoamento da América e os modos de vida das sociedades e civilizações indígenas do continente antes da colonização europeia.

Nos capítulos de geografia, são exploradas as dinâmicas dos componentes físico-naturais, destacando-se as estruturas geológicas, as formas de relevo, os sistemas climáticos e as características dos biomas existentes no Brasil e no mundo, e discutem-se os impactos das intervenções humanas na natureza e a urgente necessidade de promover o uso dos recursos naturais de forma sustentável para garantir o futuro das próximas gerações. Por fim, é apresentado o panorama da produção e do consumo de energia, as consequências das mudanças climáticas e as discussões atuais que permeiam a agenda ambiental na escala global.

No volume de sociologia, nos capítulos dedicados ao tema, aborda-se a lógica capitalista de mercado e sua dinâmica em relação à natureza, considerando as desigualdades sociais que contribuem para a situação de fome e insegurança alimentar no mundo. Discutem-se, também, de maneira crítica, os efeitos da reprodução do pensamento colonial, que impôs não apenas um sistema econômico e político aos povos colonizados, mas também uma forma de pensar e de sentir pautada na exploração predatória da natureza. Nessa perspectiva são abordadas diferentes formas de ver e viver no mundo, como as das comunidades tradicionais.

Nos capítulos de filosofia desta unidade temática, são apresentadas concepções sobre a natureza com base em estudos e reflexões dos filósofos desde a Antiguidade até a contemporaneidade. Discute-se também a relação dos povos tradicionais com a natureza, para que os estudantes tenham condições de analisar a relação das sociedades ocidentais com o meio ambiente.

Poder e política

A popularização da internet nas últimas décadas promoveu transformações significativas nas diversas dimensões da vida social. Nesse contexto, as relações de poder e as formas de participação política também foram afetadas de diferentes modos: a organização dos movimentos sociais e a criação de ações de massa utilizando-se das redes sociais, o uso das ferramentas digitais como instrumento de dominação política e a fiscalização das ações do Estado por parte da sociedade civil são algumas das consequências dessa expansão.

Nesse cenário, algumas perguntas emergem: o que significa fazer política na atualidade? Como as transformações mencionadas afetam as sociedades e os jovens que dela fazem parte? Tais perguntas nortearam a elaboração dos capítulos deste livro, visando dar aos jovens condições para o exercício pleno da cidadania.

Os capítulos de história abordam a formação dos movimentos revolucionários na Europa nos séculos XVII, XVIII e XIX, os processos de formação de nações politicamente independentes na América e a consolidação e declínio do poder imperial brasileiro no século XIX.

Na perspectiva da geografia, o tema é desenvolvido por meio da análise da relação entre Estado, poder e território, discutindo os processos que levaram à configuração atual das fronteiras nacionais e a emergência da ordem mundial multipolar. Além disso, são analisados conflitos atuais relacionados às disputas territoriais e os novos significados para o conceito de território a partir das vivências e modos de vida das comunidades tradicionais.

Nos capítulos de sociologia, os conceitos de política, poder e Estado e as principais formas históricas do Estado Moderno são estudados, bem como as características das diferentes formas e sistemas de governo e sistemas políticos. Por fim, são analisados alguns aspectos da democracia no Brasil.

Em filosofia, são abordados conceitos e teorias políticas desenvolvidas na Antiguidade, na Idade Moderna e na contemporaneidade necessários para a compreensão das relações sociais e de poder ao longo do tempo e nos dias atuais.

Sociedade, política e cultura

Os capítulos propostos nesta unidade trabalham as dimensões sociedade, política e cultura, importantes categorias dos estudos desenvolvidos no campo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A ideia de cultura engloba múltiplos significados e interpretações. De maneira geral, pode ser entendida como a "ação de cultivar saberes, práticas e costumes em um determinado grupo" (BNCC, 2018, p. 566). Discutir a noção de cultura envolve, necessariamente, refletir sobre a sociedade, pois as duas se desenvolvem mutuamente. Da mesma forma, é essencial considerar a dimensão política, pois ela está constantemente articulada às relações sociais e às manifestações culturais. Essas três dimensões são inerentes às organizações humanas e devem ser estudadas e compreendidas em conjunto.

Nos capítulos de história, são analisados os impactos das trocas comerciais e culturais nos processos de aproximação e de conflito entre diferentes povos e na formação de sociedades na Ásia, África e Europa durante a Antiguidade e a Idade Média. Também são discutidas as profundas transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que marcaram a transição para a Idade Moderna na Europa. Por fim, é realizado um estudo das relações de dominação e comércio durante o processo de expansão marítima europeia, que resultou na ampliação da circulação de pessoas, ideias e culturas entre os povos dos continentes europeu, africano, asiático e americano.

Na perspectiva da geografia, o tema é tratado por meio do estudo de deslocamentos populacionais e os desafios enfrentados por imigrantes e refugiados na atualidade. Também são apresentadas as transições demográficas ocorridas nos séculos XX e XXI e seus impactos sociais, políticos, econômicos e culturais. Além disso, discute-se o processo de urbanização, destacando-se os principais problemas enfrentados pelas cidades em diversas partes do mundo. Há, ainda, uma análise do processo de formação da população brasileira, enfatizando a diversidade étnico-cultural como resultado do encontro das populações indígenas, africanas, europeias e asiáticas, incluindo os fluxos migratórios passados e contemporâneos.

Nos capítulos de sociologia, a produção do conhecimento e os diversos métodos de análise da realidade são discutidos sob a perspectiva do componente curricular. Também são abordados os movimentos políticos e sociais que questionam a hierarquização de diferentes tipos de saberes, dentro de contextos sociais, políticos, econômicos e culturais dominantes. Além disso, propõe-se um debate sobre o papel da sociedade e da cultura na formação dos indivíduos, com ênfase nos processos de socialização e controle social. Por fim, são analisados os diversos significados e formas culturais, assim como suas relações com o poder e a ideologia.

Em filosofia, o tema é desenvolvido por meio da noção de cultura baseada em aspectos como linguagem, comportamento, arte, tradição e ruptura. Também são tratados aspectos da condição humana, apresentando diferentes perspectivas filosóficas sobre a crença, a morte e o amor.

Trabalho, ciência e tecnologia

Além de ser um conceito de grande importância na área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, o trabalho é assunto de total relevância para os estudantes do Ensino Médio, visto que parte deles já está atuando no mercado e outros entrarão nele em breve. Analisar as mudanças históricas e discutir os novos arranjos nas relações de trabalho é importante para que reconheçam situações de exploração e de falta de condições adequadas a que muitos trabalhadores estão sujeitos no desempenho de suas funções. Além disso, a análise da relação entre trabalho, ciência e tecnologia é necessária para as escolhas profissionais e para a construção de seu projeto de vida. Ademais, em uma era marcada pelo rápido desenvolvimento científico e tecnológico, é importante que os jovens reflitam sobre os impactos desses avanços em suas vidas e sobre as implicações éticas no uso da ciência e da tecnologia.

Nos capítulos de história, é analisado o conceito de escravidão e suas práticas ao longo do tempo, além de outras formas de trabalho compulsório, como as utilizadas na América durante o processo de colonização europeia. Também, as transformações ocorridas no mundo do trabalho durante as revoluções industriais nas relações de trabalho são estudadas.

De forma complementar, nos capítulos de geografia discute-se a dinâmica atual da atividade industrial no Brasil e no mundo e analisam-se as perspectivas para o mercado de trabalho na contemporaneidade.

Nos capítulos de sociologia, são analisadas as transformações do trabalho no mundo contemporâneo, bem como são examinados os diferentes sistemas de estratificação social, atentando às desigualdades sociais presentes nas sociedades modernas e contemporâneas, com destaque para o contexto socioeconômico brasileiro.

Na perspectiva da filosofia, o tema é desenvolvido por meio do estudo do trabalho como condição humana de existência, suas transformações ao longo do tempo e sua relação com a noção de lazer, e a análise de valores éticos e políticos em relação ao desenvolvimento científico.

Sugestões de cronogramas para uso da coleção

De acordo com as DCNEM, as instituições e redes de ensino ficam livres para definir seus arranjos curriculares, bem como a distribuição da carga horária, desde que atendidas as determinações da BNCC. Desse modo, as possibilidades de arranjos são inúmeras. Considerando a quantidade média de aula dos quatro componentes curriculares de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, apresentamos sugestões de cronogramas de trabalho para a parte de formação básica da BNCC em cursos semestrais, trimestrais ou bimestrais. Vale lembrar que são sugestões, sendo o docente aquele que consegue determinar o melhor uso do material didático que tem em mãos.

Curso semestral em três anos

Componente curricular	Semestre 1	Semestre 2
História	**Capítulo 1** A origem da humanidade e as transformações da natureza **Capítulo 2** O povoamento do continente americano e os recursos naturais	**Capítulo 3** Fluxos e conexões: comércio e cultura na Ásia, na África e na Europa antigas e medievais **Capítulo 4** Formação do Estado Moderno, Renascimento e Reforma Protestante **Capítulo 5** A expansão marítima europeia e a colonização da América
Sociologia	**Capítulo 1** Produção de conhecimento **Capítulo 2** Indivíduo, sociedade e cultura	**Capítulo 3** Trabalho e desigualdades **Capítulo 4** Estratificação social
Filosofia	**Capítulo 1** O estudo da natureza na Antiguidade e na Idade Média **Capítulo 2** O estudo da natureza a partir da Idade Moderna	**Capítulo 3** Trabalho e lazer **Capítulo 4** Ciências
Geografia	**Capítulo 1** Tempos da natureza e ação humana **Capítulo 2** Os desafios da sustentabilidade e a agenda ambiental	**Capítulo 3** Economia global e trocas desiguais **Capítulo 4** O mundo em rede

Componente curricular	Semestre 3	Semestre 4
História	**Capítulo 6** Formas de trabalho na América **Capítulo 7** Revolução Industrial e transformações no mundo do trabalho	**Capítulo 8** Revoluções, nacionalismo e teorias sociais **Capítulo 9** Poder e reorganização política na América: as lutas por independência **Capítulo 10** A consolidação do Estado brasileiro
Sociologia	**Capítulo 5** Poder, política e Estado **Capítulo 6** Governo e participação política	**Capítulo 7** Racismo na cidade contemporânea **Capítulo 8** Gênero, sexualidades e identidades
Filosofia	**Capítulo 5** Cultura, linguagem e arte **Capítulo 6** Teorias sobre a crença, a morte e o amor	**Capítulo 7** Teorias políticas: Antiguidade **Capítulo 8** Teorias políticas: Idade Moderna e contemporaneidade
Geografia	**Capítulo 5** Indústria, tecnologia e trabalho **Capítulo 6** Inovação tecnológica e transformações espaciais no Brasil nos séculos XX e XXI	**Capítulo 7** Territórios e fronteiras dos Estados nacionais **Capítulo 8** Fronteiras estratégicas e disputas territoriais

Componente curricular	Semestre 5	Semestre 6
História	**Capítulo 11** Do imperialismo ao fim da Primeira Guerra Mundial **Capítulo 12** Da Primeira República ao fim da Era Vargas **Capítulo 13** Da Segunda Guerra Mundial à Guerra Fria	**Capítulo 14** Populismos e ditaduras no Brasil e na América Latina **Capítulo 15** Mundo globalizado **Capítulo 16** Brasil contemporâneo
Sociologia	**Capítulo 9** Sociedade e meio ambiente **Capítulo 10** Críticas à colonialidade	**Capítulo 11** Globalização, cidadania e direitos humanos **Capítulo 12** Sociologia do desenvolvimento
Filosofia	**Capítulo 9** Teorias sobre o sujeito **Capítulo 10** A filosofia no mundo globalizado e a pós-modernidade	**Capítulo 11** Teorias sobre a violência **Capítulo 12** Direitos humanos
Geografia	**Capítulo 9** Migrações, sociedades multiculturais e dinâmicas populacionais **Capítulo 10** Brasil: diversidade cultural	**Capítulo 11** A Organização das Nações Unidas e os indicadores sociais **Capítulo 12** Conflitos regionais na ordem global

Curso trimestral em três anos

Componente curricular	Trimestre 1	Trimestre 2	Trimestre 3
História	**Capítulo 1** A origem da humanidade e as transformações da natureza **Capítulo 2** O povoamento do continente americano e os recursos naturais	**Capítulo 3** Fluxos e conexões: comércio e cultura na Ásia, na África e na Europa antigas e medievais **Capítulo 4** Formação do Estado Moderno, Renascimento e Reforma Protestante	**Capítulo 5** A expansão marítima europeia e a colonização da América
Sociologia	**Capítulo 1** Produção de conhecimento **Capítulo 2** Indivíduo, sociedade e cultura	**Capítulo 3** Trabalho e desigualdades	**Capítulo 4** Estratificação social
Filosofia	**Capítulo 1** O estudo da natureza na Antiguidade e na Idade Média **Capítulo 2** O estudo da natureza a partir da Idade Moderna	**Capítulo 3** Trabalho e lazer	**Capítulo 4** Ciências
Geografia	**Capítulo 1** Tempos da natureza e ação humana **Capítulo 2** Os desafios da sustentabilidade e a agenda ambiental	**Capítulo 3** Economia global e trocas desiguais	**Capítulo 4** O mundo em rede

Componente curricular	Trimestre 4	Trimestre 5	Trimestre 6
História	**Capítulo 6** Formas de trabalho na América **Capítulo 7** Revolução Industrial e transformações no mundo do trabalho	**Capítulo 8** Revoluções, nacionalismo e teorias sociais **Capítulo 9** Poder e reorganização política na América: as lutas por independência	**Capítulo 10** A consolidação do Estado brasileiro

Continuação

Sociologia	**Capítulo 5** Poder, política e Estado **Capítulo 6** Governo e participação política	**Capítulo 7** Racismo na cidade contemporânea	**Capítulo 8** Gênero, sexualidades e identidades
Filosofia	**Capítulo 5** Cultura, linguagem e arte **Capítulo 6** Teorias sobre a crença, a morte e o amor	**Capítulo 7** Teorias políticas: Antiguidade	**Capítulo 8** Teorias políticas: Idade Moderna e contemporaneidade
Geografia	**Capítulo 5** Indústria, tecnologia e trabalho **Capítulo 6** Inovação tecnológica e transformações espaciais no Brasil nos séculos XX e XXI	**Capítulo 7** Territórios e fronteiras dos Estados nacionais	**Capítulo 8** Fronteiras estratégicas e disputas territoriais

Componente curricular	Trimestre 7	Trimestre 8	Trimestre 9
História	**Capítulo 11** Do imperialismo ao fim da Primeira Guerra Mundial **Capítulo 12** Da Primeira República ao fim da Era Vargas	**Capítulo 13** Da Segunda Guerra Mundial à Guerra Fria **Capítulo 14** Populismos e ditaduras no Brasil e na América Latina	**Capítulo 15** Mundo globalizado **Capítulo 16** Brasil contemporâneo
Sociologia	**Capítulo 9** Sociedade e meio ambiente	**Capítulo 10** Críticas à colonialidade	**Capítulo 11** Globalização, cidadania e direitos humanos **Capítulo 12** Sociologia do desenvolvimento
Filosofia	**Capítulo 9** Teorias sobre o sujeito	**Capítulo 10** A filosofia no mundo globalizado e a pós-modernidade	**Capítulo 11** Teorias sobre a violência **Capítulo 12** Direitos humanos
Geografia	**Capítulo 9** Migrações, sociedades multiculturais e dinâmicas populacionais	**Capítulo 10** Brasil: diversidade cultural	**Capítulo 11** A Organização das Nações Unidas e os indicadores sociais **Capítulo 12** Conflitos regionais na ordem global

Curso bimestral em três anos

Componente curricular	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4
História	**Capítulo 1** A origem da humanidade e as transformações da natureza	**Capítulo 2** O povoamento do continente americano e os recursos naturais	**Capítulo 3** Fluxos e conexões: comércio e cultura na Ásia, na África e na Europa antigas e medievais **Capítulo 4** Formação do Estado Moderno, Renascimento e Reforma Protestante (início)	**Capítulo 4** Formação do Estado Moderno, Renascimento e Reforma Protestante (continuação) **Capítulo 5** A expansão marítima europeia e a colonização da América
Sociologia	**Capítulo 1** Produção de conhecimento	**Capítulo 2** Indivíduo, sociedade e cultura	**Capítulo 3** Trabalho e desigualdades	**Capítulo 4** Estratificação social
Filosofia	**Capítulo 1** O estudo da natureza na Antiguidade e na Idade Média	**Capítulo 2** O estudo da natureza a partir da Idade Moderna	**Capítulo 3** Trabalho e lazer	**Capítulo 4** Ciências
Geografia	**Capítulo 1** Tempos da natureza e ação humana	**Capítulo 2** Os desafios da sustentabilidade e a agenda ambiental	**Capítulo 3** Economia global e trocas desiguais	**Capítulo 4** O mundo em rede

Componente curricular	Bimestre 5	Bimestre 6	Bimestre 7	Bimestre 8
História	**Capítulo 6** Formas de trabalho na América	**Capítulo 7** Revolução Industrial e transformações no mundo do trabalho	**Capítulo 8** Revoluções, nacionalismo e teorias socialistas **Capítulo 9** Poder e reorganização política na América: lutas por independência (início)	**Capítulo 9** Poder e reorganização política na América: lutas por independência (continuação) **Capítulo 10** A consolidação do Estado brasileiro
Sociologia	**Capítulo 5** Poder, política e Estado	**Capítulo 6** Governo e participação política	**Capítulo 7** Racismo na cidade contemporânea	**Capítulo 8** Gênero, sexualidades e identidades
Filosofia	**Capítulo 5** Cultura, linguagem e arte	**Capítulo 6** Teorias sobre a crença, a morte e o amor	**Capítulo 7** Teorias políticas: Antiguidade	**Capítulo 8** Teorias políticas: Idade Moderna e contemporaneidade
Geografia	**Capítulo 5** Indústria, tecnologia e trabalho	**Capítulo 6** Inovação tecnológica e transformações espaciais no Brasil nos séculos XX e XXI	**Capítulo 7** Territórios e fronteiras dos Estados nacionais	**Capítulo 8** Fronteiras estratégicas e disputas territoriais

Componente curricular	Bimestre 9	Bimestre 10	Bimestre 11	Bimestre 12
História	**Capítulo 11** Do imperialismo ao fim da Primeira Guerra Mundial **Capítulo 12** Da Primeira República ao fim da Era Vargas (início)	**Capítulo 12** Da Primeira República ao fim da Era Vargas (continuação) **Capítulo 13** Da Segunda Guerra Mundial à Guerra Fria	**Capítulo 14** Populismos e ditaduras no Brasil e na América Latina **Capítulo 15** Mundo globalizado (início)	**Capítulo 15** Mundo globalizado (continuação) **Capítulo 16** Brasil contemporâneo
Sociologia	**Capítulo 9** Sociedade e meio ambiente	**Capítulo 10** Críticas à colonialidade	**Capítulo 11** Globalização, cidadania e direitos humanos	**Capítulo 12** Sociologia do desenvolvimento
Filosofia	**Capítulo 9** Teorias sobre o sujeito	**Capítulo 10** A filosofia no mundo globalizado e a pós-modernidade	**Capítulo 11** Teorias sobre a violência	**Capítulo 12** Direitos humanos
Geografia	**Capítulo 9** Migrações, sociedades multiculturais e dinâmicas populacionais	**Capítulo 10** Brasil: diversidade cultural	**Capítulo 11** A Organização das Nações Unidas e os indicadores sociais	**Capítulo 12** Conflitos regionais na ordem global

Reforçando, os cronogramas apresentados são apenas propostas. Outra possibilidade de organização de curso, por exemplo, poderia ser a organização do trabalho em torno das unidades dos livros, sendo uma mesma unidade trabalhada ao mesmo tempo pelos diferentes professores. Para cronogramas, cada docente é aquele que melhor sabe que organização de curso funciona para sua realidade em sala de aula.

Elementos que compõem o livro do estudante

Cada volume da coleção destina-se a um dos quatro componentes curriculares da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Cada um dos volumes desenvolve as mesmas seis unidades temáticas, divididas em capítulos. O trabalho pedagógico é organizado por seções e boxes com propósitos específicos, apresentados a seguir.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A coleção tem o compromisso de evidenciar a importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) elaborados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e a relação do conteúdo abordado com tais metas de desenvolvimento sustentável, que devem ser efetivadas até 2030. No início de cada livro da coleção, por meio de ícones e textos explicativos, um infográfico apresenta aos estudantes os ODS e seus objetivos. Ao longo dos livros, os ícones são associados aos textos e às atividades, indicando como eles estão relacionados a determinado ODS. Neste suplemento, as "Orientações específicas e respostas" apresentam textos explicativos sobre essas possibilidades de trabalho em cada capítulo dos volumes.

Abertura de Unidade

As unidades temáticas são apresentadas nas Aberturas de Unidade com base na perspectiva do componente curricular de cada livro. Isso é feito por meio de textos, imagens e questionamentos que demandam uma reflexão inicial dos estudantes a partir de uma situação-problema, articulando o tema da unidade a questões da atualidade. Um quadro indica quais capítulos dos demais volumes compõem a unidade temática. Desse modo, a Abertura de Unidade possibilita desenvolver a interdisciplinaridade entre os componentes da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, pois, compartilhados por todos os componentes curriculares dessa área, tais temas articulam toda a coleção, favorecendo também o desenvolvimento dos Temas Contemporâneos Transversais.

Abertura de Capítulo

Na lateral da primeira página de cada capítulo, um texto apresenta os assuntos que serão abordados, estabelecendo conexões com a unidade temática comum a todos os volumes e com os assuntos estudados em capítulos anteriores. Dessa forma, o estudante pode estabelecer relações entre o capítulo que vai estudar em um componente e outros do mesmo volume ou coleção, ampliando sua compreensão sobre as relações intrínsecas entre os objetos de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Sugestão

Ao longo dos capítulos, a coleção apresenta sugestões de *sites*, livros, filmes, *podcasts* e jogos que aprofundam e ampliam o estudo dos assuntos abordados. As indicações também contribuem para ampliar o repertório cultural dos estudantes e, muitas delas, dialogam com as culturas juvenis, contribuindo para engajar os jovens em seus estudos de forma mais prazerosa.

Imagens em contexto

Ao longo dos capítulos são apresentados comentários sobre as relações entre a(s) imagem(ns) presente(s) na página e os assuntos abordados no texto, informações adicionais sobre as imagens e informações complementares sobre o assunto representado na imagem. O objetivo é incentivar os estudantes a compreender como os elementos visuais que compõem a coleção – fotografias, charges, obras de arte, mapas, gráficos e outros – podem ser analisados e explorados como fontes de informação, tratando-se, portanto, de elementos que contribuem para o saber tanto quanto o texto.

Explore

Propostas de atividades relacionadas a citações, ilustrações, gráficos, mapas e demais elementos que compõem os livros da coleção são apresentadas ao longo dos capítulos no boxe Explore. Essas atividades promovem a análise de tais recursos e as conexões entre o assunto abordado e as questões da atualidade. As atividades sugeridas proporcionam ao professor possibilidades de orientar o trabalho pedagógico desenvolvido durante o estudo do capítulo e de identificar dificuldades e progressos dos estudantes, incentivando o acompanhamento do percurso deles antes das atividades finais dos capítulos.

Você pesquisador

Propõe práticas de pesquisa de maneira articulada com algum dos assuntos abordados no capítulo. Tais práticas, colocam o estudante como protagonista da construção de sua aprendizagem, incentivando o desenvolvimento da autonomia e valorizando a investigação científica, ao mesmo tempo que propicia a apropriação dos procedimentos epistemológicos e técnicos da área pelos estudantes. Esse boxe se apresenta como um momento oportuno de exercício da **Competência Geral da Educação Básica 7**.

Em pauta

A seção promove leituras e discussões a respeito de temas contemporâneos relacionados aos assuntos do capítulo por meio de diferentes tipos de texto (notícias, reportagens, artigos jornalísticos, publicações institucionais e outros). Dessa forma, a seção propicia a interdisciplinaridade e o trabalho com os Temas Contemporâneos Transversais.

Trabalho com fontes

A seção propõe a análise de diferentes fontes direcionada por questões que permitem as operações de identificação, contextualização, interpretação e análise. Por meio da seção e do trabalho com fontes diversas, os estudantes podem compreender que muitos materiais que talvez eles não considerassem como documentos podem ser fontes de estudo na área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, favorecendo a compreensão deles sobre os objetos de conhecimento dessa área.

Trabalho e juventudes

A seção apresenta campos profissionais relacionados ao assunto estudado no capítulo. São explorados aspectos como o histórico de tal campo, as possibilidades de atuação e os caminhos para formação profissional, a fim de que os jovens possam conhecer e ampliar suas possibilidades de escolha para o futuro. O objetivo é apresentar diferentes campos de atuação profissional como modo de reforçar as relações entre a formação educacional e o mundo do trabalho, temática especialmente importante nesse segmento de ensino. O trabalho com essa seção contribui, portanto, para o desenvolvimento da **Competência Geral da Educação Básica 6**, ao incentivar o estudante a se analisar e a compreender suas próprias aptidões e interesses relacionados ao mundo do trabalho, e do Tema Contemporâneo Transversal **Trabalho**.

Atividades

Com propostas de diferentes formatos (questões de associação, análise, interpretação, debates, dissertações, entre outros), as atividades apresentam estratégias para mobilização dos assuntos abordados no capítulo, promovendo situações nas quais os estudantes possam exercitar a autonomia na aprendizagem e desenvolver diferentes habilidades. Também são apresentadas questões do Enem e de vestibulares, importantes para o trabalho com esse segmento de ensino. As atividades proporcionam o exercício das competências gerais e específicas e das habilidades das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, além da interdisciplinaridade e de reflexões sobre os Temas Contemporâneos Transversais.

Estratégia de estudo

Entre os capítulos 1 e 2 de todos os volumes da coleção, essa seção apresenta diferentes métodos para sistematização, organização e estabelecimento de conexões entre os assuntos estudados, indicando as situações de uso de diferentes estratégias e propondo práticas para que os estudantes se apropriem delas e as incorporem na sua rotina de estudos. Essa seção foi desenvolvida tendo o objetivo de promover a autonomia e o protagonismo do estudante, aspectos que, como mencionado neste suplemento, embasam esta coleção.

Educação midiática

No final dos quatros volumes, a seção Educação midiática propõe percursos de trabalho que contribuem para adquirir as habilidades necessárias ao desenvolvimento de competências para utilização das tecnologias digitais voltadas a comunicação, pesquisa e criação de conteúdo de forma crítica, significativa, reflexiva e ética. São propostas pedagógicas que mobilizam a interdisciplinaridade, principalmente com a área de **Linguagens e suas Tecnologias**. Além disso, essa seção possibilita o desenvolvimento da **Competência Geral da Educação Básica 5**, ao incentivar os estudantes a analisar criticamente as ferramentas digitais presentes em seu cotidiano e, por meio das atividades propostas, produzir conhecimentos relacionados às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.

MovimentAção

No final dos volumes, a seção MovimentAção apresenta propostas estruturadas de trabalho colaborativo visando criar oportunidades de intervenção cidadã dos estudantes no meio em que vivem, ao mesmo tempo que competências e habilidades são mobilizadas promovendo a expressão dos estudantes por meio das diferentes elaborações e criações. Dessa forma, a seção propicia a valorização do protagonismo dos estudantes e da interdisciplinaridade. As propostas de trabalho em grupo e com etapas favorecem, sobretudo, o desenvolvimento das **Competências Gerais da Educação básica 9** e **10**.

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO LIVRO DE SOCIOLOGIA

O ensino de sociologia

O ensino de sociologia pode contribuir para uma educação que se caracteriza por ser um instrumento de emancipação, utilizada como ferramenta para o pensamento autônomo, capaz de ressignificar as relações com as pessoas, os grupos e o próprio meio natural. Este livro visa contribuir significativamente para os avanços do fazer pedagógico, sem tolher a autonomia e a criatividade do docente, contribuindo para a reflexividade e o desenvolvimento contínuo dos professores em suas práticas pedagógicas, de modo que os diferentes conteúdos possam ser tratados em sala de aula de forma autônoma, conforme o planejamento pedagógico e a realidade escolar de cada profissional.

Neste livro, professores e estudantes encontrarão uma obra que perpassa as três áreas das ciências sociais, a saber, a antropologia, a ciência política e a sociologia, bem como diferentes perspectivas teórico-metodológicas clássicas (como funcionalismo, marxismo e individualismo metodológico) e contemporâneas (como dependentismo, neoliberalismo e crítica à colonialidade). Além disso, apresenta atividades compatíveis com os desafios enfrentados pelos jovens no mundo contemporâneo, ajudando-os, dessa forma, a formular os questionamentos necessários ao nosso tempo.

O saber sociológico é mobilizado no livro por recortes da realidade em conexão, por exemplo, com a história, a filosofia e o direito, dentre outros. Para alcançar esses objetivos, a construção do conhecimento está, como sugerem as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM), as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) e a atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pautada pela integração de conceitos, temas e teorias, promovendo o estreitamento dos laços dinâmicos entre o docente, os estudantes e a comunidade escolar. Trata-se, pois, de uma obra que trabalha conceitos como indivíduo, sociedade, cultura, trabalho e classe social, sempre relacionados a diferentes perspectivas teóricas e metodológicas e tendo como base argumentativa diversas temáticas, como gênero, sexualidade, racismo e globalização. Portanto, a obra opera com temas por meio de conceitos inscritos em teorias sociológicas diversas, apresentando, como um de seus eixos, a composição de reflexões críticas e comprometidas com a emancipação intelectual dos estudantes.

Esse movimento demanda necessariamente a participação ativa dos atores da educação escolar, gerando repercussões na confecção dos livros. É, pois, possível conceber a escola como espaço de aprimoramento das ações pedagógicas dos profissionais de educação e como núcleo de formação, socialização e construção da autonomia dos estudantes. Igualmente, é preciso considerar no projeto pedagógico a diversidade de sujeitos que compõem essa escola; priorizar a interlocução com as culturas juvenis; e reconhecer a constituição de habilidades e competências para formar cidadãos plenos, autônomos e capazes de atuarem de forma produtiva, crítica e criativa.

Utilizar esta obra tendo por base um enquadramento teórico e pedagógico fechado seria contradizer sua dimensão crítico-reflexiva, uma vez que ela aborda realidades sociais, culturais, ambientais, econômicas, políticas e jurídicas em constante transformação. Investe-se, portanto, em um livro em que há confluências entre diferentes perspectivas teóricas, trabalhos de pesquisa, visões de mundo, referenciais filosóficos e práticas educacionais e metodológicas.

Desse modo, o ensino de sociologia assume papel formativo nesse ciclo final da Educação Básica, tornando-se tarefa pedagogicamente motivadora e instigante. Estudar sociologia é admitir que estamos diante de um campo de saber cujas melhores e mais desafiadoras características são a inexistência de paradigmas únicos e a possibilidade de construção ininterrupta de saberes, símbolos, significados e interpretações. É, em outras palavras, admitir que somos parte de uma realidade dinâmica, da qual devemos participar viva e ativamente.

Importante para a formação discente e útil para o trabalho docente, este livro objetiva contribuir para a formação continuada do professor, inclusive daqueles que vivem e trabalham longe dos grandes centros e dos que não são graduados em ciências sociais, por exemplo. O livro atualiza os professores sobre novos temas, conceitos e teorias, concorrendo para ampliar seus horizontes político-pedagógicos tanto pelo texto-base e pelas orientações que traz quanto em relação à proposta de livros, filmes e outros recursos didáticos-pedagógicos.

A variedade de conceitos, temas e teorias abordados nas ciências sociais é desafiadora para o professor dominar a fundo e produzir recursos pedagógicos específicos à sua realidade, em especial nos casos em que o docente não teve formação específica na área ou que não pôde continuar seus estudos em nível de pós-graduação. Nesse sentido, o livro serve de apoio para o professor conduzir seus planejamentos, porém sempre com alto grau de reflexividade.

Metodologias alternativas de ensino

O ensino da sociologia é parte fundamental da formação de cidadãos críticos e conscientes do mundo em que vivem. Para tornar o aprendizado mais significativo e atraente aos estudantes, é possível adotar metodologias de ensino que estimulem sua participação ativa, a reflexão crítica e a conexão com a realidade social. As **metodologias ativas** são uma alternativa promissora para alcançar esses objetivos, pois

colocam o estudante no centro do processo de aprendizagem, incentivando a autonomia, a colaboração e o desenvolvimento de habilidades essenciais para o século XXI, como já abordado neste suplemento anteriormente.

A bibliografia recente sobre metodologias alternativas de ensino destaca uma grande variedade de métodos que podem aperfeiçoar a dinâmica de sala de aula para o ensino de sociologia, dentre as quais se evidenciam práticas como *Gamificação*, *Design thinking*, *Cultura maker*, *Aprendizado por proposição de problemas*, *Estudo de casos*, *Aprendizado por projetos*, *Sala de aula invertida*, *Seminários e discussões*. Essas metodologias têm como objetivo criar um ambiente de aprendizagem dinâmico, participativo e significativo, no qual o estudante é incentivado a explorar, experimentar, criar e colaborar, desenvolvendo habilidades e competências essenciais para a vida contemporânea.

- **Gamificação.** Consiste no uso de elementos de jogos (pontos, níveis, desafios, recompensas) para tornar o ensino da sociologia mais divertido e motivador, por meio de simulações de situações sociais complexas. Alguns exemplos são debates sobre políticas públicas ou organização de movimentos sociais; criação de jogos de tabuleiro ou digitais que abordam conceitos sociológicos; implementação de sistemas de pontos e recompensas para incentivar a participação em atividades; e utilização de narrativas para apresentar conceitos de forma envolvente, explorando os temas sociológicos, como migração, preconceito e família.
- ***Design thinking*.** Abordagem centrada no estudante e voltada para a resolução de problemas que busca entender necessidades e desejos das pessoas para desenvolver soluções mais efetivas para desafios propostos. No ensino da sociologia, essa metodologia encoraja os estudantes a identificar problemas sociais em sua comunidade. A partir daí, os jovens são incentivados a pesquisar e analisar as causas desses problemas, buscando dados e informações relevantes. Com base nessa compreensão, o *Design thinking* propõe a criação de soluções criativas e inovadoras, utilizando técnicas que estimulem a criatividade, como "chuva de ideias" (ou *brainstorming*), técnica de geração de ideias em que um grupo de pessoas se reúne para propor soluções criativas para uma questão específica. Por fim, os estudantes são orientados a criar protótipos de suas soluções – como campanhas de conscientização ou aplicativos – e testá-los com o público-alvo, avaliando o resultado para aprimorá-las.
- **Cultura *maker*.** Valorização da aprendizagem prática, da experimentação e da criação de projetos. Exemplos concretos de produtos desenvolvidos a partir dessa abordagem incluem documentários ou curtas-metragens sobre temas sociológicos; aplicativos ou jogos que simulem situações sociais ou explorem conceitos da disciplina; e maquetes ou instalações que representem diferentes realidades sociais, auxiliando na visualização e compreensão das dinâmicas sociais aprendidas em sala de aula.
- **Aprendizado por proposição de problemas.** Metodologia que utiliza problemas reais ou simulados para favorecer o aprendizado, incentivando os estudantes a trabalhar em grupo, de forma colaborativa, para encontrar soluções. Exemplos de temas desenvolvidos com essa metodologia incluem violência urbana (ao investigar as relações causais do fenômeno para desenvolver projetos de prevenção) e meio ambiente (ao analisar os impactos sociais e ambientais de diferentes modelos de desenvolvimento para propor soluções que promovam a sustentabilidade).
- **Estudo de casos.** Também chamada de método de caso, essa metodologia, originalmente desenvolvida para a formação profissional, consiste em apresentar aos estudantes casos reais relacionados aos conteúdos estudados. Atualmente, contudo, esse método tem sido utilizado de forma muito pertinente em diferentes níveis de ensino. O uso didático de casos deve envolver situações da realidade, em que se apresentam os fatos, as opiniões e os preconceitos existentes sobre o tema, incentivando a análise, discussão e tomada de decisões diante da situação apresentada.
- **Aprendizado por projetos ou *Project Based Learning* (PBL).** Na obra *Aprendizagem Baseada em Projetos: Educação Diferenciada para o Século XXI*, de 2014, Willian Bender define esse modelo de ensino como uma metodologia que propõe a resolução de problemas de modo cooperativo, a partir da realização de tarefas e construção de artefatos (quando couber) fundamentadas pelos conhecimentos adquiridos pelos estudantes, no âmbito de projetos de caráter realista. Nesse modelo de ensino, há incentivo ao uso de tecnologias digitais que podem auxiliar na execução do projeto. Os produtos elaborados nesse tipo de proposta podem ser apresentações multimídia, demonstrações práticas, *podcasts*, vídeos, entre outros.
- **Sala de aula invertida.** Essa metodologia, já explicada anteriormente neste suplemento, permite que as aulas se tornem espaços de discussão e realização de atividades com a mediação do professor. Especialistas consideram que esse modelo funciona como uma porta de entrada para o ensino híbrido.
- **Seminários e discussões.** Metodologia eficaz no engajamento e protagonismo dos estudantes. O professor escolhe as temáticas a serem discutidas em sala e, em vez das aulas expositivas, transfere para os estudantes a responsabilidade de apresentá-las. O docente pode definir textos que serão lidos por toda a turma (não apenas pelos apresentadores) ou incumbir o grupo da pesquisa bibliográfica e de outros recursos que possam enriquecer a apresentação (vídeos, músicas, imagens, matérias jornalísticas etc.). É importante orientar os estudantes para que eles não fiquem na mera exposição do texto, mas desenvolvam e preparem materiais para uma apresentação mais elaborada.

Aprendizagem por meio da pesquisa

No ensino da sociologia, o uso da pesquisa como ferramenta didática no ambiente escolar propicia o amadurecimento e a construção de autonomia para a realização de tarefas que vão além dos muros da escola, reforçando a importância do trabalho coletivo e permitindo a potencialização das abordagens teóricas, conceituais e temáticas abordadas.

Ao docente, cabe estimular os estudantes a realizarem atividades de pesquisa com inventividade e criatividade, conforme oportunidades e circunstância do ambiente escolar e externo. Além disso, cabe também realizar adequações e flexibilidades necessárias durante a execução dessas atividades, partindo, sempre que possível, dos temas discutidos e atividades propostas no livro, entre as quais as relacionadas ao item "Você pesquisador", existente em alguns capítulos.

As atividades de pesquisa permitem aos jovens intensificarem questionamentos sobre si e sobre o mundo em que vivem, possibilitando-lhes não apenas compreender as temáticas e conceitos utilizados como também problematizar categorias, objetos e processos sociais inerentes às relações humanas. Desse modo, o professor, partindo da realidade na qual os estudantes estão inseridos, poderá contribuir para o desenvolvimento das capacidades de observação, memória e abstração, o que permite aos estudantes percepções mais acuradas da realidade e raciocínios mais complexos, maior domínio sobre diferentes linguagens e metodologias, favorecendo os processos de simbolização, abstração, comparação, capacidade de análise e síntese.

Ao longo dos capítulos deste livro, o professor encontrará diversas sugestões de como realizar o ensino da sociologia no sentido de promover a aprendizagem por meio da pesquisa, contribuindo para a construção da autonomia dos estudantes no processo de aquisição de conhecimento significativo e contextualizado.

Logo no capítulo 1 – "Produção de conhecimento" –, a sociologia é apresentada como saber científico sobre a realidade social, as relações e a vida dos seres humanos em sociedade, a partir das diferentes formas. Nesse primeiro capítulo, é disponibilizado, para estudantes e docentes, um pequeno **glossário sobre alguns métodos de pesquisa científica** que pode ser utilizado em atividades. No glossário, além de texto sobre pesquisa quantitativa e qualitativa, constam explicações sintéticas sobre como realizar **revisão bibliográfica**, **análise documental**, **construção e uso de amostragens**, **construção e uso de questionários**, **estudo de caso**, **estudo de recepção**, **observação**, **tomada de nota e construção de relatórios**, **entrevistas**, **grupo focal**, **análise de mídias tradicionais**, **análise de mídias sociais** e **pesquisa-ação** (páginas 32 e 33). O glossário poderá ser consultado pelos estudantes em diferentes momentos da leitura do livro, sempre que uma atividade de pesquisa for apresentada. O capítulo também destaca a importância de não se estabelecer uma hierarquização entre as diferentes formas de produção de conhecimento, considerando que a ciência não deve estar apartada do saber popular e tradicional.

Nesse sentido, muitas das propostas de reflexão presentes nas aberturas de cada capítulo, em alguns dos boxes "Explore" e em atividades que compõem as seções "Em pauta", "Trabalho com fontes" e "Atividades" levam em conta a experiência de vida do estudante, valorizando seu repertório e reconhecendo o interesse despertado pelos debates públicos presentes no seu cotidiano, bem como pelas discussões realizadas na própria sala de aula a partir dos temas explorados nos capítulos do livro. As propostas do boxe "Você pesquisador" em alguns capítulos visam valorizar o exercício da pesquisa como estratégia didática para o ensino de sociologia, como incentivo na preparação dos estudantes para adoção de uma postura indagadora e problematizadora acerca da realidade na qual estão inseridos, estimulando sua participação ativa na definição de problemas e na busca de soluções.

O seminário em sala de aula é outra estratégia didaticamente interessante para o desenvolvimento do sentimento do trabalho em parceria e em colaboração. A realização de uma "feira do conhecimento" para a exposição dos trabalhos produzidos pelos estudantes ou para a apresentação de um júri-simulado também pode ser uma forma de envolver e demonstrar para a comunidade escolar a importância da atividade proposta pela pesquisa, ao revelar a aplicação do conhecimento científico na resolução dos problemas sociais e políticos.

Em um artigo intitulado *Por um ensino de sociologia descolonizado*, Amurabi Oliveira e Lígia Wilhelms Eras discutem o desafio de "explicar o mundo" que marca o trabalho do professor de sociologia. Devemos apresentar aos estudantes explicações qualitativamente diferenciadas sobre fenômenos já conhecidos por eles, buscando ir além de sua superfície mais aparente. Tal busca, ao mesmo tempo que deve ser metodologicamente rigorosa, deve também estar atenta ao risco de reproduzir a lógica de dominação a partir de um olhar colonizado e eurocêntrico. Nesse sentido, especial atenção deverá ser dada ao capítulo 10, em razão de ele explicitar as múltiplas críticas ao colonialismo e à colonialidade do conhecimento, ao abordar a perspectiva decolonial, os estudos pós-coloniais e o pensamento contracolonial, apresentando a pluriversalidade como reconhecimento de existências plurais (outras formas de viver em sociedade) e de produzir conhecimentos. Nesse contexto, valoriza-se o esforço de promover uma aproximação entre o saber científico e o saber escolar, ou seja, entre a sociologia e os saberes produzidos no cotidiano dos estudantes.

Sugestões

Artigo

Por um ensino de sociologia descolonizado

OLIVEIRA, Amurabi; ERAS, Lígia Wilhelms. **REALIS - Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PósColoniais**, v. 1, n. 1, p. 123-133, jan./jun. 2011.

O artigo problematiza a construção epistemológica no espaço escolar e o modo como o ensino de sociologia pode potencializar o conhecimento acadêmico a partir das experiências sociais e saberes vividos dos sujeitos ressignificados nesse espaço.

Livro

Métodos e técnicas de pesquisa social

GIL, Antonio Carlos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

Nesse livro, o autor traz uma série de informações atualizadas sobre os métodos de pesquisa qualitativa que podem contribuir para a organização de pesquisas sobre os temas abordados no livro.

Sugestões para o uso deste livro

Partindo-se da ideia de interdependência entre os recortes metodológicos, ou seja, da necessidade de se utilizarem essas formas de maneira integrada nas aulas de sociologia, destacam-se as especificidades desse recorte e algumas considerações para o trabalho docente. A abordagem integrada tem por objetivo produzir uma prática didática que permita ao estudante pensar, de forma crítica, as relações sociais em diferentes contextos. Para que esse objetivo seja alcançado, é necessário implementar uma estrutura pedagógica que integre os recortes conceituais e temáticos de forma coesa e significativa para o aprendizado do estudante.

Quando se pensam as teorias sociológicas clássicas na Educação Básica, trata-se dos três métodos formulados no

final do século XIX e no início do XX: o materialismo histórico-dialético de Karl Marx, o funcionalismo ou método comparativo de Émile Durkheim e a sociologia compreensiva de Max Weber. Para os docentes que escolhem privilegiar a abordagem teórica nas aulas de sociologia, recomenda-se contextualizar não somente o autor como também a obra em que aquele autor propõe sua análise. É importante destacar que, apesar de suas contribuições imprescindíveis para a sociologia e a para a compreensão dos fenômenos sociais contemporâneos, esses três clássicos têm como referência o contexto europeu, em especial a Alemanha de Marx e Weber e a França de Durkheim. Nesse sentido, tais contribuições não incorporam, de modo direto, as preocupações específicas do restante do mundo, como o contexto latino-americano, onde se situa o Brasil. Por outro lado, é fundamental destacar que, ao longo da obra, são abordadas contribuições teóricas e metodológicas que servem de base para os estudantes refletirem, de forma crítica, sobre diferentes fenômenos culturais e políticos do nosso contexto.

Além de enfatizar esse contexto, é importante também que o professor mostre as influências intelectuais desses autores para formularem suas próprias teorias. Marx, por exemplo, influenciado por autores da economia inglesa, como David Ricardo e Adam Smith, e pela filosofia de Hegel, cria o materialismo histórico e dialético, desenvolvendo uma análise que privilegia categorias como o conflito e a contradição. Uma abordagem marxista nesses termos busca analisar como as contradições fundantes da sociedade capitalista ocorrem em determinado momento histórico.

Na obra *Saberes docentes e formação profissional*, de 2002, Maurice Tardif pontua que os saberes mobilizados por docentes são provenientes de diferentes fontes e são adquiridos em diferentes temporalidades. Isso significa que o uso dos três recortes deve ser pensado dentro da lógica da diversidade de saberes e da temporalidade, já que os saberes são adquiridos em um contexto de história de vida e de desenvolvimento profissional na carreira docente. Feita essa ressalva, a abordagem que privilegia a teoria nas aulas de sociologia deve ser iniciada por uma apresentação geral dela, mas de forma que a linguagem utilizada esteja adequada ao público, sem perder seu rigor científico. Nesse momento, é imprescindível que se estabeleça uma relação com alguns temas e conceitos de forma a facilitar a compreensão do porquê de aquela teoria ter sido criada, para além das características do contexto histórico.

Atenção à necessidade de recorte na teoria. Não é possível, dados os objetivos didático-pedagógicos do componente e, até mesmo, as características estruturais do processo de institucionalização da sociologia no Brasil, percorrer todos os pressupostos da teoria, muito menos todos os conceitos a ela relacionados. Portanto, indica-se uma seleção criteriosa que atenda aos fins específicos tanto do currículo adotado quanto do nível de ensino. A sociologia expressa, na escola brasileira, a tradução de um campo científico específico: as ciências sociais (sociologia, ciência política e antropologia). Esta obra parte de temas centrais dessas três áreas das ciências sociais e os discute com o suporte de conceitos e teorias, procurando sempre articular as dimensões explicativa, discursiva e empírica.

Ao longo do texto, estudantes e docentes encontram os conceitos destacados e contextualizados. Também são descritas as teorias mais relevantes em cada temática discutida, a fim de evitar a adoção de apenas uma vertente explicativa dos fenômenos sociais. Desse modo, o livro proporciona ao docente diferentes ferramentas para desenvolver suas estratégias pedagógicas em sala de aula e permite que ele construa um roteiro adequado à sua realidade escolar.

O surgimento das ciências sociais está relacionado às transformações ocorridas a partir do século XVI, que modificaram as relações sociais de tal modo que, no século XIX, tornou-se fundamental a construção de uma explicação científica para problemas e questões sociais. Decorridos 200 anos, temas como o lugar do indivíduo na sociedade moderna, as desigualdades sociais, as relações de trabalho, as diversas formas de dominação política e social, o racismo, o sexismo e a cultura têm instigado e desafiado cientistas e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Esses temas também são um desafio para a prática docente em sala de aula. Por conta disso, a obra procura instrumentalizar professores por meio de informações atualizadas, dados de pesquisas, apresentação de teorias de diferentes matizes e uma abordagem que considera os desafios atuais da sociedade brasileira.

A sociologia é uma ciência privilegiada na produção de diagnósticos dos problemas sociais e, portanto, pode contribuir para que eles sejam superados. Neste livro, são discutidos temas clássicos da história e das ciências sociais, como a relação indivíduo-sociedade, Estado, movimentos sociais, trabalho, estratificação e desigualdades sociais. Porém, ao mesmo tempo, são apresentados aos estudantes e docentes temas contemporâneos, como globalização, cidadania e direitos humanos, gênero e sexualidade, meio ambiente e os conflitos em torno dos direitos dos povos indígenas no Brasil. Os diálogos entre os autores clássicos e contemporâneos mostram a vitalidade da pesquisa sociológica e despertam nos estudantes a curiosidade sobre os meios efetivos para se conhecer a sociedade e produzir ações que possam de fato transformá-la.

Articulação dos temas

A organização do conteúdo da obra tem como foco os estudantes do Ensino Médio. Por isso, a articulação e estruturação dos temas levam em consideração a relação sócio-histórica dos estudantes com o componente curricular e o papel do docente no desenvolvimento do curso. Nesse sentido, parte-se das seguintes premissas:

- **O conhecimento é uma construção**. **Ou seja, ele não é inato.** O conhecimento depende de uma busca pelo saber, de uma investigação que dê sentido aos fenômenos e aos fatos. Assim, o livro não se limita a estimular a investigação e o aprofundamento das discussões propostas ou a apresentar os debates mais importantes, mas incentiva a pesquisa e a produção de conhecimento autônomo sobre a realidade social por parte dos estudantes.
- **Os estudantes do Ensino Médio são capazes de produzir conhecimento.** Isso significa que o livro deve deixar espaço para que eles, ao interagirem com o material didático, não o interpretem como um conjunto de explicações definitivas da realidade, mas uma ferramenta com a qual possam descobrir quais são as questões sociais relevantes

e construir o próprio entendimento dos diferentes elementos que compõem e estruturam seu cotidiano.

- **O docente tem um papel fundamental no processo de construção do conhecimento por parte dos estudantes do Ensino Médio.** O professor é quem organiza, orienta e indica os caminhos por meio dos quais os estudantes podem explorar todas as nuances que o conteúdo da obra permite e, assim, tornar-se capazes de desenvolver a autonomia intelectual e o protagonismo nas situações de sua vida social.

O docente, mais do que isso, pode dar novos sentidos aos conteúdos, aproximando-os da realidade de cada escola/turma/estudante, fazendo deste material algo que efetivamente dialogue com sua realidade cotidiana. Com esses pressupostos, o livro se organiza em seis unidades. Já foi explicada a concepção e estruturação de cada uma delas neste suplemento. Vale reforçar que as temáticas dessas unidades são centrais para as ciências sociais.

A primeira unidade – "Sociedade, política e cultura" – permite introduzir os estudantes no pensamento sociológico e antropológico, apresentando-lhes as condições sócio-históricas que levaram ao desenvolvimento dessas ciências e os temas centrais que, naquele contexto, orientaram as reflexões dos autores clássicos. Possibilita ainda a atualização dessa reflexão ao operar com fenômenos e autores contemporâneos.

Já a segunda unidade – "Trabalho, ciência e tecnologia" – discute trabalho, categoria sobre a qual se desenvolveram as reflexões sociológicas dos autores clássicos. Esse tema é colocado em debate quando se enfocam a nova situação vivenciada no mundo do trabalho nas últimas décadas e suas consequências para os indivíduos e as coletividades. A temática da estratificação social, por sua vez, tem importância similar no contexto da produção da sociologia. Nas sociedades modernas, ela foi percebida de início como consequência direta das relações de trabalho, mas a essa visão foram acrescentados progressivamente outros aspectos, que fazem com que seja um tema presente nas mais diversas reflexões.

A terceira unidade – "Poder e política" – prolonga os debates anteriores ao pôr em discussão o tema das relações de poder. Ainda que o impacto dessas relações em nosso dia a dia nem sempre seja percebido, o fato é que todas as relações sociais são, em última instância, relações de poder. Nesse sentido, a unidade propõe uma reflexão crítica sobre os ideais e valores que estão no cerne da sociedade contemporânea.

A quarta unidade – "Conflitos e desigualdades" –, por sua vez, discute temas centrais para a compreensão das relações sociais na modernidade: o racismo, desenvolvido a partir de uma contextualização histórica do tema, acompanhado de reflexões teóricas de intelectuais brasileiros e estrangeiros, com ênfase na percepção de que hierarquização racial é uma das bases de construção da sociedade contemporânea.

Na quinta unidade – "Natureza em transformação" – a questão ambiental é abordada em correlação com outros temas (direitos dos povos originários, lutas pela posse de terras e modelos de desenvolvimento) que geram impactos sobre as populações humanas, suas desigualdades, conflitos e interações. A temática ambiental envolve não só a relação do ser humano com a natureza, mas as relações de exploração entre classes sociais e entre países, a relação entre Estado e mercado e a diversidade das culturas.

Por fim, a sexta unidade – "Globalização, emancipação e cidadania" – propõe uma reflexão sobre as abordagens sociológicas das relações entre Estados e seu impacto na vida social das coletividades e dos indivíduos no contexto da globalização. Para o docente, a unidade possibilita uma reflexão interessante sobre o processo de mudança social ao abordar em sequência o processo de conquista de direitos de cidadania e as teorias do desenvolvimento.

Embora a organização das unidades e dos capítulos do livro tenha sido pensada seguindo uma lógica em que os temas se encadeiam, partindo das noções teóricas e metodológicas fundamentais das ciências sociais e chegando até os temas mais contemporâneos, como o protagonismo de povos originários e comunidades tradicionais nas lutas sociais e o fenômeno da globalização, o docente poderá adequar o programa de uso do livro em função de sua realidade particular. O fato de se tratar de um volume único para os três anos do Ensino Médio garante ao professor a possibilidade de organizar sua atividade docente a partir do contexto da escola, do diálogo que estabelece com docentes de outras disciplinas e com a comunidade escolar.

O uso de conceitos no ensino de ciências sociais

Ao longo da obra, docentes e estudantes encontrarão um conjunto de conceitos destacados e contextualizados a partir de diferentes teorias sobre temas centrais das ciências sociais (antropologia, ciência política e sociologia), sempre articulados com as dimensões explicativa, discursiva e empírica, de forma a evitar a adoção de apenas uma vertente explicativa dos fenômenos sociais. Desse modo, o livro proporciona o uso de ferramentas para que o professor desenvolva suas estratégias pedagógicas em sala de aula e construa um roteiro adequado à sua realidade escolar.

A compreensão teórica de problemas sociais relevantes é importante para a formação de uma perspectiva científica crítica, sendo o desenvolvimento da capacidade de definição de conceitos e categorias uma etapa importante nesse processo. Sendo assim, o livro busca familiarizar o estudante com os instrumentos teóricos e o repertório conceitual com o intuito de tornar o debate sociológico atual e significativo ("com sentido") para a juventude brasileira. Embora esteja organizado em temas, para fins didáticos, cada capítulo da obra apresenta referências a autores, teorias e conceitos diversos, visando despertar a "imaginação sociológica" do estudante, assim como a abertura à pluralidade e à complexidade do pensamento social. Dessa forma, seguindo o espírito dos cânones da sociologia e das leis brasileiras e de orientações sobre o ensino das ciências sociais na Educação Básica, a obra tem como objetivo valorizar conhecimentos produzidos igualmente fora dos limites acadêmicos, apresentando os conceitos sempre articulados às suas teorias, autores e perguntas de cada época. Sendo assim, o professor é convidado a adotar uma perspectiva

mais ampla e mais contemporânea da relação entre saberes e conhecimentos científicos e não científicos. Portanto, os conceitos e categorias sociológicos são partes imprescindíveis dos processos de desnaturalização, desconstrução, estranhamento e reflexividade sobre a realidade social, podendo ser utilizados para desconstruir preconceitos, compondo importante repertório pedagógico contra racismo, machismo, LGTBQIA+fobia e outras formas de violências que ocorrem no cotidiano escolar.

Como os conceitos aparecem nos capítulos e como trabalhar sua transposição didática

A obra engloba tanto teorias clássicas quanto abordagens mais atuais do campo das ciências sociais. As teorias clássicas estão sempre abertas ou implicitamente mobilizadas em muitos debates contemporâneos e, portanto, são parte essencial do pensar sociológico. No entanto, as teorias contemporâneas se nutrem de outros campos científicos, como a comunicação, a linguística, a psicanálise, as teorias cognitivas, o pensamento decolonial, o feminismo, as teorias afrocentradas e, até mesmo, a biologia, além de filosofias de povos tradicionais e indígenas, produzindo novos conceitos. Esses "novos" conceitos são igualmente importantes de serem apresentados, pois estão no debate público atual ao qual os estudantes podem ter acesso.

Para fins didáticos, os conceitos devem vir apresentados com sua definição. Cabe ao professor apresentar a definição do conceito durante a fase inicial da abordagem (sensibilização) ou ao final, após a contextualização e problematização de um assunto.

O uso de mapeamentos e outros recursos para o trabalho conceitual

O planejamento das aulas e das sequências didáticas pode ser inspirado por alguns conceitos centrais da obra. Assim, o professor pode sugerir diversas combinações transversais e promover diálogos entre temas, conceitos e categorias apresentados em capítulos diferentes. Sabe-se o quanto os contextos em que se desenvolve a atividade docente podem variar, exigindo redução, ampliação ou adaptação do referencial teórico e da linguagem utilizados. Nesse cenário, os mapas conceituais constituem importantes recursos didáticos para se trabalhar com teorias, conceitos e categorias. Os mapeamentos podem ser produzidos com o auxílio do quadro de conceitos; no entanto, deve-se evitar um quadro exaustivo, de modo que possa ser complementado ou alterado com os vários recursos sugeridos ou outros que o professor julgar mais adequados à sua realidade. O docente pode elaborar seus próprios mapeamentos dos capítulos, como também pode pedir aos estudantes para estabelecerem relações entre capítulos diferentes. Esse exercício, além de auxiliar a construir o pensamento conceitual deles, pode também ser útil na produção de sínteses e na criação de conexões, ajudando-os a se familiarizarem com a complexidade do mundo.

O uso de jogos é outra excelente ferramenta para a incorporação de conceitos. Jogos de tabuleiros, jogos de teatralização e enquetes com uso de celulares podem ajudar a colocar os conceitos em prática. O professor pode propor o uso de algum jogo e, em seguida, incentivar os estudantes a criarem e desenvolverem seus próprios jogos. Porém, deve ficar atento aos termos de uso das plataformas digitais, caso sejam jogos *on-line*, e ao respeito às diversas legislações sobre o uso de dados de estudantes, assim como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

A partir dos conceitos e categorias sociológicas apresentados neste livro, o professor poderá incentivar os estudantes a pensarem realidades específicas (seu bairro, sua escola, sua família), utilizando as diversas metodologias ativas de aprendizagens que julgar interessantes. Nesse sentido, segue um conjunto de referências bibliográficas (livros e artigos, manuais e dicionários e sínteses teóricas) que podem auxiliar o trabalho docente no mapeamento e na articulação entre temas, teorias e conceitos.

Quadro de referências bibliográficas

Sugestões	Comentário
BENDER, William N. **Aprendizagem baseada em projetos:** educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre: Penso, 2014.	A obra apresenta diretrizes práticas para a implementação da aprendizagem baseada em projetos no Ensino Fundamental, Médio e Superior.
BODART, Cristiano das Neves (org.). **Conceitos e categorias fundamentais do ensino de antropologia**. Maceió: Café com Sociologia, 2021. 2 v.	A obra apresenta dezoito conceitos ou categorias que integram um conjunto de teorias da área da antropologia.

Continuação

Sugestões	Comentário
BODART, Cristiano das Neves (org.). **Conceitos e categorias fundamentais do ensino de antropologia**. Maceió: Café com Sociologia, 2022. v. 2.	A obra apresenta onze conceitos ou categorias que integram um conjunto de teorias da área da antropologia.
BRUNETTA, Antonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro (org.). **Dicionário do ensino de sociologia**. Maceió: Café com Sociologia, 2020.	A coletânea sistematiza os principais temas, conceitos e categorias associados ao campo do ensino de ciências sociais.
GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip. **Conceitos essenciais da sociologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.	A obra apresenta sessenta e sete conceitos essenciais da sociologia, explicando termos e ideias fundamentais, bem como suas origens e suas aplicações contemporâneas.
SILVA, Ileizi Fiorelli; GONÇALVES, Danyelle Nilin (org.). **Sociologia na Educação Básica**. São Paulo: Annablume, 2017.	A obra analisa a história da sociologia na Educação Básica, as propostas curriculares, a formação de docentes, entre outros aspectos.
SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica**: Marx, Durkheim e Weber. Petrópolis: Vozes, 2015.	A obra possibilita uma análise comparativa das teorias de Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber para a compreensão da sociologia enquanto ciência.
TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.	A obra discute os saberes que sustentam o trabalho dos professores em sala de aula.

Além das leituras complementares, o professor pode fazer uso de filmes, revistas, recursos digitais e cursos disponíveis *on-line*. É importante lembrar que a existência de recursos abundantes de inteligência artificial generativa deve ser considerada com cuidado, devido aos vieses e erros ainda muito marcantes dessas ferramentas. Além disso, o uso desses recursos deve ser feito em acordo com as políticas institucionais, que ainda não estão clarificadas no momento de produção deste suplemento.

Recursos adicionais de formação continuada

Tipo de recurso	Acesso	Como ele pode auxiliar?
Blogs, *sites*	Café com Sociologia. Disponível em: https://cafecomsociologia.com/. Acesso em: 5 set. 2024.	O *site Café com Sociologia* apresenta uma série de artigos e propostas de atividades que podem ser utilizadas pelos professores e como fonte segura de pesquisa para os estudantes.
Revista	Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de ciências sociais (Cabecs). Disponível em: https://cabecs.com.br/index.php/cabecs. Acesso em: 5 set. 2024.	Artigos ou trechos de artigos acadêmicos que apresentem pesquisas cujo escopo seja o ensino de ciências sociais (sociologia, antropologia e ciência política) podem ser utilizados em diferentes atividades orientadas pelo professor para que os estudantes possam compreender a utilização prática das diferentes metodologias, conceitos e categorias das ciências sociais.
Plataforma de recursos digitais	Plataforma Integrada Educação Conectada MEC RED. Disponível em: https://plataformaintegrada.mec.gov.br/. Acesso em: 5 set. 2024.	A plataforma reúne uma comunidade de professores que produzem e utilizam materiais digitais abertos. É gratuita e desenvolvida por pesquisadores e professores brasileiros. É possível acessar e postar recursos digitais, além de criar coleções, ajudando a organizar seu conteúdo.
Plataforma de cursos do Ministério da Educação	Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação (Avamec). Disponível em: https://avamec.mec.gov.br/. Acesso em: 5 set. 2024.	A plataforma Avamec disponibiliza cursos a distância, complemento a cursos presenciais, projetos de pesquisa, projetos colaborativos e diversas outras formas de apoio educacional a distância que podem ser utilizados pelo professor no dia a dia, de modo a disponibilizar novas metodologias de ensino para os estudantes.
	Plataforma Aprenda +. Disponível em: https://aprendamais.mec.gov.br. Acesso em: 5 set. 2024.	A plataforma permite que os estudantes tenham acesso à educação profissional e tecnológica (EPT) de curta duração e pode ser utilizada pelos professores na materialização de atividades que utilizem as metodologias ativas de aprendizagem, por exemplo.

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS E RESPOSTAS

UNIDADE 1 SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA

Competências e habilidades trabalhadas na abertura

Na abertura da unidade (páginas 12 e 13), os textos e as fotografias trazem elementos relacionados à diversidade cultural que caracteriza a sociedade brasileira. Com base nas informações apresentadas e nas perguntas propostas, os estudantes deverão exercitar a curiosidade intelectual e recorrer às abordagens próprias das ciências, mobilizando procedimentos de investigação, reflexão, análise crítica e imaginação. Dessa forma, a proposta contribui para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 2**.

Respostas e comentários

1. A atividade tem como objetivo exercitar a curiosidade dos estudantes para a compreensão da vida social e estimular a formulação de hipóteses. É provável que os estudantes comentem o aumento das possibilidades de sobrevivência, a proteção mútua, a divisão do trabalho, a construção de laços, entre outros aspectos.

2. Os estudantes podem dizer que é difícil para as pessoas viverem isoladamente, sem convivência com as demais, apontando uma tendência humana a constituir família e a viver em comunidade. Espera-se, assim, que a turma entre em consenso ao identificar o ser humano como um ser social.

3. Incentive os estudantes a expressarem suas opiniões de forma assertiva e respeitosa, e demonstrar escuta ativa aos colegas. Oriente que busquem identificar pontos de consenso e dissenso entre os membros. Na argumentação, os estudantes podem utilizar exemplos históricos ou situações cotidianas de conflitos sociais. Entre as motivações de conflito, podem ser elencados aspectos como: disputa por recursos ou poder, divergências de valores, interesses econômicos, políticos ou sociais, entre outros. Para o convívio harmonioso, é possível que sejam elencados valores como respeito às diferenças, justiça social, diálogo e negociação. É possível ainda que o conflito seja identificado como parte intrínseca da dinâmica social, que impulsiona mudanças.

Capítulo 1 Produção de conhecimento

Competências e habilidades trabalhadas

O capítulo apresenta a constituição da sociologia como ciência, contextualizando-a nas Revoluções Industrial e Francesa (página 22), eventos que provocaram profundas transformações sociais, políticas e econômicas, demandando novas formas de compreensão da realidade. O capítulo também apresenta os métodos de análise sociológica da realidade social, expondo os principais aspectos do funcionalismo, do método compreensivo, do materialismo histórico e dialético e do estruturalismo, do pós-estruturalismo (páginas 24, 25, 26 e 27); e problematiza a visão eurocêntrica da produção do conhecimento ao apresentar o pensamento decolonial (página 28).

Os boxes "Explore" (página 16), que convida os estudantes a investigarem diferentes formas de conhecimento, e "Imagens em contexto" (páginas 17 e 20), que promovem a reflexão sobre manifestações culturais e artísticas, contribuem para a valorização dos conhecimentos, historicamente produzidos e para a construção de uma compreensão mais crítica e plural da realidade social. Nesse sentido, o capítulo permite aos estudantes entenderem a realidade com fundamento na valorização e instrumentalização dos conhecimentos historicamente produzidos, como prevê a **competência geral da Educação Básica 1**.

O capítulo também estimula a curiosidade intelectual e o pensamento crítico dos estudantes, alinhando-se à **competência geral da Educação Básica 2**. Ao explorar as diferentes formas de conhecimento com base na realidade brasileira no boxe "Explore" (página 16), os estudantes são convidados a questionar e refletir sobre o senso comum, o conhecimento científico, o religioso e o filosófico, exercitando a capacidade de investigar causas e elaborar hipóteses. O tópico "Ciência e senso comum: opostos ou complementares?" (páginas 19 e 20) incita o questionamento da hierarquia entre esses saberes, fomentando o pensamento crítico. A investigação das causas e origens do conhecimento científico desenvolvida no tópico "Conhecimento científico e práticas sociais" (página 14) também contribui para estimular o pensamento crítico e a postura investigativa. A apresentação de distintos autores e teorias, como o pensamento decolonial de Aníbal Quijano (página 28), incentiva o pensamento crítico e reflexivo ao questionar narrativas hegemônicas. Para concluir, no tópico "Metodologias de pesquisa em Ciências Humanas"

(página 32), apresentam-se técnicas que os profissionais das Ciências Humanas utilizam para realizar seu trabalho de investigação da realidade social, permitindo que os estudantes se apropriem da abordagem própria das ciências.

Ao tratar e valorizar as variadas formas de produção de conhecimento, de saberes e de vivências culturais, o capítulo contribui para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 3**. As perguntas do boxe "Explore" (página 16) e a discussão sobre o pensamento decolonial (página 28) evidenciam a importância do reconhecimento e da valorização de práticas de grupos historicamente marginalizados, promovendo o respeito à diversidade cultural e a compreensão das diferentes perspectivas na construção do conhecimento. Essa abordagem contribui para que os estudantes ampliem seu repertório cultural e desenvolvam um senso estético mais crítico e sensível às múltiplas expressões da cultura humana.

No capítulo, imagens, gráficos e texto comunicam o conteúdo, contribuindo para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 4**. Além disso, boxes como os "Imagens em contexto" (página 16 e página 20) incentivam a compreensão de diferentes linguagens para comunicação e expressão. O boxe "Explore" (página 16) estimula a reflexão e convida os estudantes a apreciar e interpretar diferentes manifestações culturais e artísticas. Podem ainda ser citadas as atividades que envolvem pesquisa e debate propostas ao longo do capítulo, como a proposta de pesquisa sobre dados de violência na seção "Em pauta" (página 34). Além disso, a proposta de construção de painel na questão 6 da seção "Atividades" (página 36) promove a participação ativa dos estudantes na produção cultural e artística.

Da mesma forma, também colabora para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 7** ao solicitar a construção de argumentos baseados em fatos, como indicado na seção "Em pauta" (página 34) e no trabalho com os gráficos (páginas 29 e 31) para apoiar o estudo do papel da internet e das tecnologias de informação na transformação das relações sociais e da raça como variável de análise para o entendimento da violência urbana no Brasil.

A **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1** é mobilizada no capítulo pelas habilidades desenvolvidas ao longo do texto e das atividades propostas, que incluem a apresentação de diferentes formas de conhecimento e suas origens históricas **(EM13CHS101)**; o convite à análise crítica das narrativas hegemônicas e ao reconhecimento da diversidade de perspectivas e conhecimentos produzidos por distintos grupos sociais ao longo da história no tópico "O pensamento decolonial" (página 28); a apresentação de métodos de análise sociológica no tópico "Os métodos de análise sociológica da realidade social", (páginas 24 a 28); e o uso de recursos como imagens, gráficos e citações, que incentiva os estudantes a interpretar e comparar fontes e narrativas.

No tópico "O positivismo" (página 20), apresenta-se essa corrente de pensamento e sua defesa da ciência como único conhecimento válido, convidando os estudantes a avaliarem suas implicações na compreensão da sociedade, colaborando, assim, para o trabalho com a habilidade **(EM13CHS103)**. A habilidade é também trabalhada ao introduzir o pensamento decolonial como uma crítica à colonialidade do poder, que impõe uma hierarquia de saberes (página 28).

O tópico "As diferentes formas de conhecimento" (páginas 16 a 19) proporciona o trabalho com a habilidade **(EM13CHS103)** ao promover o debate sobre a relação entre ciência e senso comum, convidando os estudantes a elaborarem hipóteses e argumentos sobre o tema. No decorrer do capítulo, os boxes "Explore" incentivam a elaboração de hipóteses e a reflexão crítica pelos estudantes, como sobre as técnicas de construção do povo Waujá (página 16), o que trata do consumo consciente (página 25) e o que aborda a marginalização do *funk* (página 28).

O capítulo contribui ainda para o desenvolvimento da habilidade **(EM13CHS105)** ao questionar oposições dicotômicas e tipologias evolutivas, incentivando uma análise crítica da realidade. Isso é evidenciado no tópico "As diferentes formas de conhecimento" (páginas 16 a 19), que problematiza a relação entre ciência e senso comum, muitas vezes vista de forma hierárquica; no tópico "A Revolução Científica e as ciências sociais" (página 15), que apresenta o conceito de desnaturalização, revelando que muitos fenômenos sociais são, na verdade, construções humanas; e no tópico "A contribuição de Paulo Freire" (página 21), que estimula os estudantes a questionarem a hierarquização do conhecimento e a valorizarem a diversidade de saberes.

A habilidade **(EM13CHS502)** é desenvolvida no capítulo por meio da reflexão crítica sobre a realidade social e a busca por soluções para problemas contemporâneos, com base nos princípios dos direitos humanos e da solidariedade. Por meio da análise de temas como a sociabilidade violenta e a segregação socioespacial, desenvolvida nos tópicos "O Brasil na sociologia do século XXI" (página 30) e "A produção do conhecimento sociológico" (página 31), os estudantes são convidados a identificar e problematizar formas de desigualdade, preconceito e discriminação. A abordagem do pensamento decolonial (página 28) e a valorização das múltiplas formas de conhecimento discutida no tópico "As diferentes formas de conhecimento" (página 16) promovem a desnaturalização de hierarquias e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Os tópicos "A Revolução Industrial e a Revolução Francesa" e "Os ideais da Revolução Francesa e a Independência do Haiti" (páginas 22 e 23) tratam dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade; e convidam os estudantes a refletirem sobre as contradições entre esses ideais e a realidade social da época, marcada pela desigualdade, o que possibilita uma discussão sobre os desafios da concretização dos direitos humanos, desenvolvendo a habilidade **(EM13CHS605)**. A seção "Em pauta" (página 34), que aprofunda o tema da violência urbana no Brasil, também permite problematizar violações de direitos humanos e discutir ações concretas para promover a igualdade e o respeito às diferenças.

O capítulo oferece ainda material para o desenvolvimento da habilidade **(EM13CHS606)** ao apresentar dados e reflexões sobre as características socioeconômicas do Brasil: o quadro da distribuição da população por religião no país (página 17) possibilita uma discussão sobre a relação entre religião e aspectos socioeconômicos; o gráfico sobre a percepção da veracidade de notícias recebidas (página 29) leva à análise do acesso à informação e seus impactos na participação cidadã; e os dados referentes à violência no Brasil (página 31) permitem uma análise da relação entre violência e discriminação.

Temas contemporâneos transversais

A discussão sobre a importância da ciência e seu impacto na sociedade desde a Revolução Científica até as tecnologias da informação, desenvolvida nos tópicos "Conhecimento científico e práticas sociais" (páginas 14 e 15), "As diferentes formas de conhecimento" (página 16), "Os métodos de análise sociológica da realidade social" (páginas 24 a 28) e "A sociologia e a interpretação da sociedade do século XXI" (páginas 29 a 31), constitui uma base importante para o trabalho com o tema contemporâneo transversal **Ciência e tecnologia**.

A reflexão a respeito das variadas formas de conhecimento e culturas, com destaque para o pensamento decolonial de Aníbal Quijano (página 28) contribui, por sua vez, para o trabalho com o tema contemporâneo transversal **Diversidade cultural**.

A análise desenvolvida nos tópicos "A Revolução Industrial e a Revolução Francesa" (página 22) e "O Brasil na sociologia do século XXI" (página 30), que tratam respectivamente dos ideais revolucionários de liberdade, igualdade e fraternidade e do conceito de sociabilidade violenta, de Luiz Antônio Machado da Silva, fornece subsídios para o trabalho com o tema contemporâneo transversal **Educação em direitos humanos**.

Trabalho interdisciplinar

Os tópicos "Conhecimento científico e práticas sociais" (páginas 14 e 15) e "As diferentes formas de conhecimento" (páginas 16 a 19) analisam a pandemia de covid-19 e a relação entre ciência e senso comum, oferecendo possibilidades para o trabalho interdisciplinar com a área de **Ciências da Natureza e suas Tecnologias**: pode-se estimular os estudantes a formular questões e hipóteses sobre a eficácia de medidas sanitárias, o desenvolvimento de vacinas e o impacto da comunicação científica na sociedade **(EM13CNT301)**.

O capítulo oferece também oportunidades para o trabalho interdisciplinar com outros componentes curriculares da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. O estudo da gênese da sociologia, no contexto das Revoluções Industrial e Francesa (página 22), permite estabelecer conexões com a história. Ao compreender as transformações sociais, políticas e econômicas que impulsionaram o surgimento da sociologia, os estudantes aprofundam sua visão sobre os processos históricos e suas implicações na formação da sociedade.

A discussão relacionada às distintas formas de conhecimento, desde o senso comum ao científico, e a ênfase no papel da razão na construção do conhecimento abrem um diálogo fecundo com a filosofia. Essa conexão interdisciplinar estimula a reflexão sobre a natureza do conhecimento, os diferentes métodos de investigação da realidade e as implicações éticas e epistemológicas da produção do saber. A análise da sociedade em rede e de seus impactos (página 29), bem como o estudo sobre a violência urbana e as desigualdades sociais, evidencia a intrínseca relação entre sociedade e espaço geográfico, possibilitando a interdisciplinaridade com geografia.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O tópico "A contribuição de Paulo Freire" (página 21) apresenta a importância desse educador para o entendimento de que a conexão entre o sujeito que produz conhecimento e sua realidade social é importante no processo pedagógico, contribuindo para o trabalho com o **ODS 4 Educação de qualidade**.

Ao problematizar a desigualdade econômica e social que marcava o contexto da Revolução Francesa, o tópico "Os ideais da Revolução Francesa e a independência do Haiti" (página 23) permite abordar o **ODS 10 Redução das desigualdades**. No tópico "O pensamento decolonial" (página 28), o boxe "Explore" proporciona a análise da marginalização de expressões culturais juvenis periféricas e a identificação do silenciamento de grupos, o que contribui para um trabalho com o **ODS 10 Redução das desigualdades**.

Respostas e comentários

Explore (p. 16)

1. A estrutura da moradia retratada na fotografia é feita com troncos de madeira dispostos enfileirados e formando uma construção côncava; entre os troncos, galhos de árvore são amarrados e criam uma espécie de malha quadriculada. Pela fotografia, observa-se que o povo Waujá desenvolveu essa técnica de construção.
2. Muitos exemplos cotidianos podem ser citados pelos estudantes: o significado das placas de sinalização de trânsito, como comer no prato e com o uso de talheres, formas de preparo de alguns alimentos, como tomar água em bebedouro, como andar de escada rolante etc.

Explore (p. 18)

1. Florentina tem o chamado conhecimento do senso comum, obtido por meio das experiências de vida.
2. O conhecimento de Florentina foi aprendido por meio de sua experiência cotidiana com as plantas. Médicos possuem conhecimentos aprendidos em instituições de ensino, que transmitem o conhecimento científico obtido por meio de critérios sistemáticos de investigação e verificação.

Explore (p. 23)

1. A Revolução Francesa teve um caráter universal por estabelecer e propagar ideais que se pretenderam valores universais, e cuja disseminação influenciou mudanças políticas para além das fronteiras da França.
2. Como o texto do historiador Osvaldo Coggiola explica, a Revolução Francesa construiu-se com base no iluminismo, movimento filosófico e intelectual que entendia a razão, ou seja, a racionalidade, como princípio para orientar a política e a organização da sociedade. A Revolução Francesa opunha-se, então, a crenças, tradições e superstições.

Explore (p. 25)

1. Consumo consciente é a prática de consumo que considera a sustentabilidade dos produtos (impactos de sua produção, comercialização e descarte). O consumo consciente leva em conta impactos ambientais e na saúde humana e animal do ciclo de produção, comercialização e descarte dos produtos e relações trabalhistas justas.

2. O consumo consciente está inserido em um contexto marcado pela difusão de valores ligados a uma ética socioambiental, preocupada com os efeitos prejudiciais da ação humana predatória sobre a natureza e da desigualdade social relacionada ao modo de produção capitalista.

Explore (p. 28)

1. O *funk* brasileiro é uma manifestação cultural relacionada à experiência da juventude que habita a periferia das metrópoles brasileiras. Na análise de Quijano, mesmo após o fim do colonialismo formal, há permanência de um padrão de dominação (colonialidade) que estrutura hierarquias de raça, saber e cultura. A marginalização do *funk* – assim como a de outras manifestações culturais da juventude periférica – é um reflexo dessa colonialidade, que marginaliza, estigmatiza e criminaliza expressões culturais que não se enquadram nos padrões eurocêntricos.
2. Desde o início da colonização, as populações indígenas e afrodescendentes são exemplos de grupos silenciados.

Explore (p. 29)

1. É possível que os estudantes respondam que recebem notícias que lhes parecem falsas. Alguns elementos que colaboram para essa percepção podem ser os *links* pouco confiáveis; o estilo do texto, que muitas vezes parece sensacionalista e apresenta erros gramaticais; o uso de dados e gráficos com informações exorbitantes, entre outros aspectos.
2. De acordo com os dados do gráfico, ainda que as porcentagens variem entre os tipos de fonte, os valores referentes à percepção de que as informações políticas são falsas são elevados: nos *sites* de busca, por exemplo, 46,7% das notícias políticas publicadas parecem ser falsas para os leitores. Nas redes sociais e em *blogs* da internet, 45,7% e 45% respectivamente das notícias políticas também parecem ser falsas. Os dados revelam, assim, que parte considerável das notícias políticas que circulam nos meios de comunicação é entendida como falsa.

   As notícias falsas contribuem para que a sociedade tenha um entendimento equivocado sobre a própria realidade. Diante de um entendimento equivocado, as escolhas e decisões tomadas pela coletividade poderão ser extremamente prejudiciais a ela própria.

Explore (p. 31)

1. A diferença era de 20,2%, um valor bem alto.
2. A porcentagem de negros vítimas de homicídios entre 2011 e 2021 tem se mantido muito mais elevada que a de não negros, revelando a presença do racismo na sociedade brasileira.

Em pauta (p. 34)

1. A palavra "violência" origina-se do latim *violentia*, que inicialmente significava a "força que se usa contra o direito e a lei", e o termo "violento" designava alguém que agia com força impetuosa e excessiva. Com o tempo, o uso retórico do termo expandiu seus significados para incluir a violência dos ventos e das paixões, até que passou a significar qualquer ruptura da ordem ou uso de meios para impor uma ordem. A ambiguidade presente na palavra alemã *gewalt*, que significa tanto "poder" quanto "violência," reflete-se também nas línguas latinas. Essa ampliação de significado é crucial para a compreensão contemporânea da violência urbana, pois permite que a violência seja vista não apenas como ato físico, mas também como abuso de poder e dominação sem legitimidade.
2. Sugere-se informar os estudantes sobre fontes de pesquisa confiáveis: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a publicação anual *Atlas da Violência* e o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Os elementos de violência mensurados são homicídios, latrocínios, furtos, roubos, feminicídios, violência doméstica, crimes contra o patrimônio e crimes cibernéticos. Espera-se que os estudantes analisem os dados e identifiquem algumas características da violência por região.

   Para coletar os dados relativos ao município, os estudantes podem pesquisar junto às secretarias municipais de segurança e às delegacias de polícia. Depois, deverão comparar esses dados com a média nacional utilizando fontes como o *Atlas da Violência* ou o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Na análise dos dados, espera-se que eles identifiquem tendências e peculiaridades locais e semelhanças e diferenças significativas entre as taxas municipais e as nacionais. Oriente-os a refletir sobre possíveis causas para essas diferenças e similaridades, tais como fatores socioeconômicos e políticas de segurança pública locais.
3. Para a pesquisa sobre o teor e a eficácia das leis aprovadas e das políticas públicas de diferentes esferas, os estudantes podem consultar os diários oficiais da União, *sites* de órgãos legislativos (Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais) e *sites* de secretarias de segurança pública. Alguns exemplos de políticas públicas e leis a serem estudadas são a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), de combate à violência doméstica no âmbito federal; programas de policiamento comunitário desenvolvidos na esfera estadual; e iniciativas de iluminação pública e câmeras de vigilância na esfera municipal. Para a análise da eficácia, pode-se avaliar indicadores de redução de crimes antes e depois da implementação das medidas e considerar opiniões de especialistas e estudos acadêmicos sobre a eficácia das políticas.
4. Espera-se que em grupo os estudantes possam identificar problemas de violência no contexto social em que se encontram e discutir causas e possíveis soluções, considerando a viabilidade e os recursos disponíveis. Para a elaboração da proposta, os grupos deverão definir um objetivo (ex.: reduzir furtos em escolas), planejar ações (ex.: campanhas de conscientização, parcerias com a polícia, melhoria da infraestrutura) e pensar em indicadores para medir o sucesso da intervenção (ex.: número de furtos registrados antes e depois).

Atividades (p. 36)

1. Não existe uma perspectiva única em relação à questão. Há visões que reconhecem na ciência um papel mais relevante e crítico ao adotar métodos e reflexões para analisar aspectos da realidade. Por outro lado, há entendimentos de que as questões do senso comum podem servir de base para a realização de análises científicas, construindo assim uma noção de complementaridade entre essas duas formas de compreensão da realidade social.
2. A concepção iluminista defendia, dentre outros pontos, o fortalecimento da razão ante o controle do conhecimento exercido pela Igreja. Desse modo, o pensamento científico passou a ser o principal referencial para compreensão da vida social, favorecendo o surgimento e a consolidação da sociologia para tal propósito.
3. Segundo o método funcionalista desenvolvido por Émile Durkheim, as instituições sociais teriam como função primordial a transmissão de regras, padrões e valores já consolidados pela sociedade. Assim, a coesão social seria atingida de forma mais satisfatória, dificultando a reprodução de comportamentos inadequados a tais ordenamentos sociais.
4. O processo de consolidação de "sociedades em rede" ou "informacionais" é entendido por Manuel Castells como as transformações promovidas pelo avanço das tecnologias de informação e seus impactos na vida social. Tal cenário não consagrou necessariamente a promoção da igualdade social, uma vez que, em muitos contextos, antigas desigualdades sociais, como a de classes, por exemplo, acabaram por promover desigualdade no consumo de bens e serviços informacionais, como aparelhos eletrônicos ou mesmo acesso à internet.
5. A fotografia retrata um edifício de concreto contemporâneo com a forma de uma moradia indígena do povo Yawalapiti. Os conhecimentos empregados na construção tiveram como base a ciência (estudos formais de arquitetura e engenharia) e os saberes tradicionais desenvolvidos pelos Yawalapiti em suas práticas sociais.
6. Na atividade, cada grupo irá se aprofundar em pesquisar informações sobre determinado tema com base na perspectiva dos diferentes tipos de conhecimento. Esteja atento a manifestações de preconceito, ressaltando que todos os conhecimentos precisam ser respeitados.
7. Alternativa **a**.
8. Alternativa **a**.
9. Alternativa **a**.

Sugestões

Livro

Teorias sociológicas modernas e pós-modernas: uma introdução a temas, conceitos e abordagens

Corina Alessandra Bezerra Carril Ribeiro. Curitiba: Intersaberes, 2016.

A obra pode ser um rico material de apoio ao professor de sociologia ao apresentar sugestões de práticas em sala de aula.

ESTRATÉGIA DE ESTUDO

RESUMO

A seção tem por objetivo permitir que os estudantes reconheçam a confecção de resumos como estratégia de estudo útil para a identificação e sistematização de conteúdos. Trata-se de proporcionar um momento de reflexão sobre as características dessa ferramenta e de fornecer orientações para sua realização e uso, contribuindo para o desenvolvimento dessa prática pelos estudantes. A elaboração de resumos é relevante para todos os componentes das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e constitui uma atividade interdisciplinar com **língua portuguesa**, contribuindo para o desenvolvimento da habilidade **(EM13LP28)**.

Para atingir o objetivo proposto, a seção explica o que é essa estratégia de estudo e apresenta um texto e seu respectivo resumo. Espera-se, com isso, que os estudantes comparem o texto-base ao seu resumo. Na sequência, pontuam-se aspectos relativos a esse processo. Finalmente, os estudantes são solicitados a praticar a elaboração de um resumo.

Em relação à técnica de elaboração de resumos, encoraje os estudantes a reverem antigos hábitos. Considere que muitos já elaboram resumos para estudar, mas o fazem copiando trechos do texto original. Nesse sentido, ressalte que a cópia de trechos prescinde da compreensão e que o objetivo do resumo é justamente permitir que os estudantes se apropriem do conteúdo ao precisarem explicá-lo com as próprias palavras. Comente que esse exercício pode de fato ser difícil e que as dificuldades não significam impossibilidade ou incapacidade da parte deles: a elaboração de resumos, ainda que seja uma prática bastante comum, não é simples e pode ser muito desafiadora. O esforço, porém, será importante para os estudantes sistematizarem o que aprenderam e identificarem as próprias dificuldades e dúvidas.

Capítulo 2 Indivíduo, sociedade e cultura

Competências e habilidades trabalhadas

Ao apresentar diferentes perspectivas de análise sociológica sobre as interações sociais e o papel da cultura nos processos de construção do comportamento humano, o estudo do capítulo demonstra valorizar e utilizar conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo social, cultural e digital, como propõe a **competência geral da Educação Básica 1**. Evidencia, assim, os múltiplos referenciais que compõem a cultura brasileira ao longo do tempo e indica alguns meios para sua preservação, como os marcos institucionais, na seção "Trabalho com fontes" (página 58), e a educação escolar, valorizando as Leis nº. 10.639, de 2003, e 11.645, de 2008, abordadas no tópico "Pedagogia decolonial" (página 53).

A seleção iconográfica do capítulo permite o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 3**, pois apresenta aos estudantes um repertório diverso de

manifestações culturais, a fim de contribuir para o respeito às diferenças. No tópico "Diferentes significados de *cultura*" (páginas 55 a 57), os estudantes poderão aprofundar a reflexão sobre as hierarquias culturais e o preconceito de que sofre a cultura popular. Nesse trecho, destaca-se a transformação da cultura em produto e a incorporação das manifestações culturais periféricas pela cultura dominante quando é de seu interesse. Com isso, os estudantes poderão valorizar a diversidade cultural.

Por meio da proposta do boxe "Você pesquisador" (página 67), os estudantes deverão realizar um estudo de recepção de obras de arte e de produtos da indústria cultural. Para isso, deverão escolher dois produtos culturais – um regional e outro da cultura de massa, de mesmo gênero; elaborar um questionário sobre os produtos; criar um evento para exibição das obras e aplicação do questionário; avaliar os resultados do questionário, verificando qual obra teve mais sucesso; comparar os resultados da apreciação das obras; formular hipóteses explicativas sobre o sucesso e insucesso de cada obra; e avaliar as consequências desse resultado para a produção cultural regional. Essa proposta, com base na investigação e análise crítica da produção artístico-cultural, possibilita mobilizar as **competências gerais da Educação Básica 2 e 3**.

Na seção "Trabalho com fontes" (página 58), os estudantes deverão ler um texto sobre a história da preservação do patrimônio cultural no Brasil, compreendendo os critérios para a salvaguarda dos bens culturais imateriais. Ao valorizar manifestações artístico-culturais, o conteúdo possibilita o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 3**.

Considerando ainda o desenvolvimento da referida competência, na questão 8 da seção "Atividades" (página 71), os estudantes deverão participar de um *slam*. Para isso, deverão se organizar em grupos: escolher um tema, criar um poema para declamar no dia da competição e valer-se das expressões oral e corporal para executar a *performance*.

Os benefícios, riscos e problemas advindos das tecnologias digitais de informação e comunicação podem ser problematizados por meio dos conteúdos presentes nos tópicos "Indústria cultural e meios de comunicação de massa" (página 66) e "Cultura, ideologia e identidade cultural no século XXI" (página 68). Ao refletirem sobre o uso das tecnologias digitais para a formação de comportamentos e hábitos de consumo, os estudantes poderão mobilizar a **competência geral da Educação Básica 5**.

O conteúdo textual, a iconografia e os gráficos presentes ao longo do capítulo fundamentam-se na valorização dos direitos humanos e em legislações que inspiram o respeito à diversidade; desse modo, é possível contribuir para o desenvolvimento do pensamento autônomo, reflexivo, propositivo e ético do estudante diante de violências, conflitos e preconceitos – elementos que podem ser especialmente aprofundados no estudo do tópico "Cultura como juízo de valor e como produção social" (página 55), favorecendo o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 7** e **9**. Algumas questões da seção "Atividades" (página 70) solicitam a análise de argumentos, como a questão 7, em que os estudantes se deterão na análise do argumento de Bernard Lahire à luz do conceito de socialização. Já a **competência 9** também é desenvolvida segundo a preocupação com o respeito à diversidade cultural, a não hierarquização das culturas e à valorização do patrimônio cultural, expressa no capítulo, o que contribuirá para o desenvolvimento de um olhar empático.

O capítulo conta com uma pluralidade de linguagens e procedimentos epistemológicos para expor o conteúdo. Além do texto-base, são apresentadas charges (páginas 41 e 64), tirinha (página 50), cartaz institucional (página 45), mapa (página 59), esquema (página 63) e variada iconografia. Também são sugeridas produções audiovisuais e bibliográficas para que o estudante possa aprofundar temas abordados em sala de aula, contribuindo para a ampliação do repertório cultural.

O capítulo possibilita o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1** pelos aspectos explicitados. Além deles, é importante mencionar:

- O estudo do tópico "A relação entre indivíduo e sociedade: perspectivas sociológicas" (página 42) possibilita o exercício do pensamento sociológico ao apresentar diferentes interpretações envolvidas em sua construção, ou seja, as várias formas de compreender a sociedade humana, sua organização, estrutura e funcionamento, permitindo aos estudantes reconhecer a sociologia como uma forma de leitura crítica da realidade social derivada de diferentes fontes, ideias, processos e eventos históricos, políticos, sociais, econômicos, ambientais e culturais **(EM13CHS101)**.
- A apresentação das origens de matrizes hegemônicas **(EM13CHS102)** que estabeleceram os regimes de dominação colonial e os sistemas de classificação humana a eles vinculados evidencia a trajetória da antropologia na superação de tais sistemas, marcados por preconceito, violência e toda forma de opressão, que ainda se perpetuam e precisam ser combatidos, como discute o tópico "Natureza e cultura na antropologia" (página 60). Nele, os estudantes serão apresentados a interpretações ultrapassadas da diversidade cultural: o determinismo biológico, o determinismo geográfico e o darwinismo social. Assim, eles poderão identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas de nascimento da antropologia e de explicações hierarquizantes, tendo instrumentos para questioná-las e desconstruí-las. Na sequência, poderão discutir as circunstâncias históricas que condicionaram o desenvolvimento do etnocentrismo, aprenderão a identificar práticas e olhares etnocêntricos e analisar as consequências desse tipo de perspectiva na história por meio do estudo dos tópicos "Etnocentrismo" e "Antropologia evolucionista" (página 61). Para superar esse tipo de pensamento, no tópico "Diversidade e relativismo cultural" apresenta-se o relativismo cultural. Difusionismo, culturalismo, funcionalismo, estruturalismo e interpretativismo (página 62) possibilitam que os estudantes tenham contato com diferentes leituras e entendimentos sobre as culturas humanas.
- O tópico "Diferentes formas de cultura" (página 57) caracteriza a diferença entre cultura material e imaterial, valorizando linguagens presentes em expressões culturais e folclóricas, desconstruindo preconceitos e

hierarquizações em torno das manifestações populares **(EM13CHS104)**. A seção "Trabalho com fontes" (página 58) aprofunda esse tema.

- O tópico "Ação individual e estrutura social" (página 40) permite ao estudante identificar a complexidade da sociedade em que vive, e a apresentação de perspectivas sociológicas contemporâneas (página 47) fornece subsídios teóricos de pensadores como Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Charles Wright Mills e Heleieth Saffioti para que o estudante supere leituras dicotômicas, simplistas e hegemônicas da realidade em que se encontra **(EM13CHS105)**.

O estudo do capítulo contribui para o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 3** no que diz respeito à cultura, com destaque para a tensão entre a diversidade de manifestações culturais e a homogeneização provocada pela indústria cultural. O consumo de produtos culturais será abordado no tópico "Indústria cultural e meios de comunicação de massa" (página 66) na proposta de "Você pesquisador" (página 67), quando os estudantes deverão avaliar a recepção de obras das culturas popular e de massa, refletindo sobre o consumo e o impacto da homogeneização dos hábitos e da padronização dos gostos promovidos pela indústria cultural. Ao mesmo tempo que o estudante é apresentado aos impactos nocivos do fenômeno da indústria cultural no conjunto da sociedade, ele também passa a conhecer as possibilidades de uso das tecnologias de comunicação em favor da democratização da informação e da ampliação de espaço dos atores sociais que têm atuação contra-hegemônica **(EM13CHS303)**. Já no tópico "Cultura erudita e cultura popular" (página 57), os estudantes poderão construir uma visão crítica a respeito da padronização do consumo e da homogeneização dos comportamentos coletivos efetuados pela cultura de massa.

O capítulo, em sua parte final, explora o conceito de cultura visando ao respeito e à valorização da diversidade cultural. Com isso, os estudantes poderão reconhecer e combater discriminações, preconceitos e violências que afetam indivíduos e grupos com culturas marginalizadas, que não integram os valores culturais hegemônicos ou mesmo os de massa. O estudo do capítulo possibilita, portanto, o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5** em relação a alguns aspectos:

- No tópico "Pedagogia decolonial" (página 53), o texto apresenta esse conjunto de ações pedagógicas voltado a romper com as formas eurocêntricas hegemônicas de saber e que se constitui como um dos caminhos possíveis de construção de uma sociedade inclusiva, democrática e que respeite os direitos humanos e as diferenças **(EM13CHS502)**.
- A seção "Trabalho e juventudes" (página 69), ao refletir sobre fatores que colaboram para a formação de valores, condutas e saberes de estudantes nas instituições escolares estimula o desenvolvimento da habilidade (**EM13CHS502**).
- Ao estudar o conteúdo do tópico "Mecanismos e agentes de socialização" (página 49), que trata do impacto das tecnologias de informação e comunicação no processo de socialização primária e nas relações sociais como um todo **(EM13CHS504)**.

Por fim, o capítulo promove o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6** quando:

- Apresenta perspectivas sociológicas sobre a relação entre sujeito e estrutura. Uma delas, as análises feministas, traz uma contribuição de Heleieth Saffioti, com menção a Lélia Gonzalez, sobre a importância do lugar das mulheres negras trabalhadoras na sociedade brasileira (página 48). Para Saffioti, somente entenderemos as desigualdades sociais e a violência de gênero se considerarmos as identidades básicas: de gênero, raça e classe. A inclusão tardia da perspectiva das mulheres, sobretudo das mulheres negras, no pensamento sociológico brasileiro evidencia uma história de exclusão e inclusão precária dos afro-brasileiros na ordem social, bem como registra a conquista e a demanda pela reflexão em primeira pessoa de intelectuais negros. Além disso, na seção "Trabalho com fontes" (página 58), os estudantes poderão notar uma mudança substancial na política de preservação, reconhecimento obtido da luta de grupos sociais historicamente marginalizados por uma representatividade mais expressiva na memória nacional. Assim, o capítulo identifica as demandas peculiares de indígenas e afrodescendentes para que suas dinâmicas culturais permaneçam vivas, dando espaço a suas próprias modalidades de interação social sem que sejam submetidos à hierarquização cultural **(EM13CHS601)**.
- Valoriza a relevância de ações em favor do respeito à diversidade humana, evitando toda forma de violência e preconceitos, recorrendo a noções de justiça, igualdade e fraternidade e identificando os progressos e entraves à concretização desses direitos nas diversas sociedades contemporâneas **(EM13CHS605)**.

Temas contemporâneos transversais

O tópico "Pedagogia decolonial" (página 53), em especial no que diz respeito à afirmação de que as práticas, os valores e os hábitos culturais de diferentes grupos sociais não devem ser hierarquizados, mas igualmente respeitados e valorizados, promove o trabalho com os temas contemporâneos transversais **Diversidade cultural** e **Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras**.

O tópico "Diferentes formas de cultura" (página 57) também contribui para o trabalho com o tema contemporâneo transversal **Diversidade cultural** ao ressaltar que não deve haver uma atribuição de superioridade a qualquer expressão cultural sobre outra. O tópico "Etnocentrismo" (página 61) contribui para essa discussão ao problematizar como a visão etnocêntrica sobre o mundo desqualifica a diversidade e promove preconceito e discriminação.

No tópico "Diversidade e relativismo cultural" (página 62), os estudantes compreendem o conceito de relativismo cultural, baseado no entendimento de que cada manifestação cultural é legítima, também trabalhando o tema contemporâneo transversal **Diversidade cultural**.

Trabalho interdisciplinar

O trabalho proposto na questão 8 da seção "Atividades" (página 71) contribui para o desenvolvimento da habilidade

(EM13LGG301), da área de **Linguagens e suas Tecnologias**, ao levar os estudantes a participar, de forma colaborativa, da produção criativa de poesias, utilizando recursos de variadas linguagens, como a artística, a verbal e a corporal, e considerando suas formas e seus funcionamentos para alcançar efeitos de sentido.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A contextualização da situação vivida por famílias sudanesas em campos de refugiados (página 43), ao permitir que os estudantes formulem hipóteses sobre a importância da paz e de instituições eficazes, favorece o trabalho com o **ODS 16 Paz, justiça e instituições eficazes**.

O estudo do tópico "Heleieth Saffioti e a mulher na sociedade de classes" (página 48) e a escuta do episódio 6 do *podcast Lugar de homem* (sugerido na página 54), ao ressaltar a importância das mulheres negras na estrutura social brasileira e dar voz aos depoimentos de duas mulheres que exercem profissões historicamente associadas aos homens, proporciona um trabalho com o **ODS 5 Igualdade de gênero**.

A análise da charge de Toni D'Agostinho (página 64), ao propor que os estudantes reflitam sobre a meritocracia e as condições em que ocorre, e a leitura do tópico "Charles Wright Mills e a imaginação sociológica" (página 48), que demonstra que as relações sociais são desiguais, contribuem para o trabalho com o **ODS 10 Redução das desigualdades**.

Respostas e comentários

Explore (p. 41)

1. É possível que os estudantes infiram que as imagens representam momentos históricos distintos. No primeiro, a espectadora identifica-se esteticamente com a mulher representada no quadro. No segundo, a representação mostra uma propaganda de bebida dietética e uma mulher muito magra, que difere da espectadora. Os estudantes poderão sugerir que a mulher não se vê representada na publicidade ou que ela se sente em desacordo com os padrões estéticos valorizados por essa sociedade.
2. Espera-se que os estudantes reconheçam que a publicidade do refrigerante dietético reproduz os padrões estéticos contemporâneos relacionados ao corpo feminino. O corpo magro como ideal de beleza, porém, é marcante em nossa época; em outros momentos históricos, não foi assim. Os padrões de beleza são um tipo de padrão social e exercem coerção sobre as pessoas.

Explore (p. 44)

1. Sim, constitui uma ação social, pois a atriz usa o guarda-chuva para não ser fotografada, e não para se proteger da chuva. Ou seja, ela age para se prevenir da ação de outras pessoas.
2. Os estudantes podem citar ações muito diversificadas. Sugere-se que as respostas sejam compartilhadas com a turma para que os exemplos possam ser utilizados para os estudantes praticarem e compreenderem melhor o que são ações sociais segundo a perspectiva de Weber.

Explore (p. 45)

1. O cartaz informa que a violência contra a mulher é crime e que em Jacareí os estudantes usam camisetas de uniforme com o número de telefone para denúncia de violência impresso na etiqueta. A campanha da prefeitura disponibiliza um número de telefone (180) para receber as denúncias.
2. A campanha busca sensibilizar o público-alvo, chamando a atenção para uma ação racional com relação a fins, destacando que se trata de uma infração legal (crime) e incentivando a denúncia como um meio de proteger os direitos das mulheres.

Explore (p. 50)

1. A tirinha aborda o fato de as três personagens pedirem uma porção do mesmo alimento, mas utilizarem palavras diferentes para denominá-lo (mandioca, aipim e macaxeira).
2. O elemento comum é a língua portuguesa, e o elemento específico é a palavra usada em cada contexto regional para designar determinado alimento.

Explore (p. 56)

1. A obra representa, em primeiro plano, um violeiro, com aparência de homem simples, interiorano, sentado em uma janela, vestindo camisa xadrez, calça clara e um chapéu escuro na cabeça, dedilhando uma viola; e uma cantora, também de aparência simples, interiorana, em pé, do lado exterior da casa, vestindo blusa vermelha, com lenço colorido no pescoço e saia. Em segundo plano, observa-se a janela, com batente de madeira sem pintura e com algumas rachaduras, em uma parede de taipa rústica. Evidencia-se a luminosidade no lado externo, em contraposição à escuridão observada dentro da casa através da janela. Todo o ambiente reconstitui uma vida humilde no sertão.
2. Espera-se que os estudantes percebam que o artista representa uma cena do cotidiano de moradores do campo. O artista utiliza a linguagem realista, procurando mostrar o modo de vida dessas pessoas, buscando valorizar a cultura sertaneja.

Trabalho com fontes (p. 58)

A seção apresenta aspectos das políticas públicas de promoção da cultura no Brasil. Recomendam-se ler o texto com os estudantes e ressaltar o paradoxo da antiguidade das relações entre as manifestações culturais e o Estado e o caráter recente de suas ações em prol da salvaguarda e do fomento à permanência da cultura material e imaterial no país. Pode-se, assim, pedir aos estudantes que pesquisem, na unidade da federação ou na região onde moram, outras práticas e manifestações submetidas a registro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como as feiras de Caruaru, no estado de Pernambuco, de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, da festa do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, no Pará, e da produção artesanal de queijo, em Minas Gerais.

Peça aos estudantes que comentem a importância de tais registros para a valorização dos saberes populares.

incentivando-os a pensar de que forma essa cobertura jurídica pode trazer benefícios para a população de modo geral e, em particular, para os sujeitos envolvidos nas referidas práticas culturais.

Espera-se que os estudantes compreendam a importância e a necessidade da criação de leis de proteção ao patrimônio cultural imaterial a fim de valorizar a cultura como um direito fundamental do cidadão, além de contemplar a dimensão cultural e a representatividade dos diferentes grupos sociais que constituem a sociedade brasileira.

1. A certificação no *Livro de Registro das Formas de Expressão* caracteriza o bem, descrevendo a região de predominância da prática, o período da sua provável origem histórica, os sujeitos que o praticam e as ações que compõem sua manifestação.
2. A manifestação agrega aspectos herdados dos descendentes de africanos escravizados (como o culto aos orixás, a comida de azeite e o jogo da capoeira) e elementos da colonização portuguesa (como alguns dos instrumentos musicais utilizados e o idioma da poética musical).
3. A salvaguarda do saber tradicional dos praticantes mais idosos garante a transmissão intergeracional do conhecimento sobre as práticas do samba de roda, conectando as gerações mais antigas com as mais novas, que garantirão a continuidade desse bem. A revitalização das práticas artesanais relacionadas à confecção das violas garante não apenas a existência dos instrumentos necessários para que o samba aconteça, como também a preservação das técnicas que constituem esse saber-fazer. Já a contribuição para o processo de autoorganização dos sambadores do Recôncavo possibilita aos sujeitos responsáveis por essa manifestação atuar na gestão e na promoção de sua herança cultural.

Explore (p. 64)

1. A charge apresenta uma crítica ao discurso meritocrático, evidenciando que o mérito somente pode ser medido ou considerado em um contexto de igualdade de oportunidades.
2. Espera-se que os estudantes concluam que, sem uma igualdade ideal de oportunidades entre os indivíduos, isto é, sem que eles tenham as mesmas condições sociais e econômicas, a meritocracia perpetua as desigualdades sociais e raciais existentes em nossa sociedade.

Você pesquisador (p. 67)

O gosto estético, isto é, a tendência a gostarmos ou não de determinada obra de arte, tem um caráter individual ligado à nossa experiência de fruição da obra, mas também é largamente influenciado pelo contexto em que vivemos.

Na atividade, a proposta de estudo de recepção de obras de arte e de produtos da indústria cultural tem como objetivo verificar o grau de abertura da comunidade para diferentes manifestações culturais, contrapondo a recepção dos produtos da indústria cultural à dos produtos da cultura popular.

Para isso, os estudantes precisarão definir, dentro de uma modalidade de expressão cultural (música, cinema, artes plásticas, artes visuais, dança etc.), um exemplo da cultura popular local e outro da cultura de massa. Por exemplo, na música, os estudantes podem comparar a recepção de um compositor popular regional à de um cantor/compositor que seja amplamente divulgado pela grande mídia. No cinema, pode-se comparar a recepção de um filme hollywoodiano a um filme brasileiro que trate da realidade local (nesse caso, fique atento a filmes que, embora nacionais, reproduzam o padrão estético dos filmes estadunidenses). Acompanhe e oriente os estudantes com relação à classificação indicativa das obras audiovisuais.

Garanta que a turma tenha acesso às obras. Se possível, realize um debate, verificando quais são as percepções dos estudantes sobre elas. Esse momento irá facilitar a análise dos dados do estudo de recepção, pois ajudará os estudantes a se aproximar do tema, confrontando suas opiniões com as dos colegas.

Em seguida, auxilie os estudantes a formular o questionário, que deve ser objetivo e curto. Na atividade, sugerimos questões abertas, já que pode haver grande diversidade de opiniões que dificilmente seriam contempladas em um questionário fechado. Ajude os estudantes a adicionar questões sobre o perfil dos respondentes de forma pertinente, ou seja, questões que possam ser relacionadas com a opinião da pessoa sobre a obra.

Organize a exibição das obras com os estudantes e garanta os recursos necessários para que todos tenham uma experiência agradável. É importante que os convidados compreendam os objetivos da atividade e tenham conhecimento sobre o levantamento de opiniões.

No momento da análise dos questionários, auxilie os estudantes a identificar as obras mais aceitas pelo público e a problematizar, com base nos conteúdos discutidos no capítulo, os motivos que levam ao sucesso ou ao insucesso de uma obra ou de um produto da indústria cultural. Convide-os a pensar sobre as consequências que os fatos observados podem trazer para a cultura local, para o modo como nos vemos e nos manifestamos. Nesse momento, vale debater a importância da cultura como forma de expressão da identidade, dos valores, dos saberes e das visões de mundo de um grupo.

Se preferir, oriente os estudantes a elaborar um relatório apresentando o resultado da pesquisa. Ele pode ser estruturado da seguinte forma:

- **apresentação**: explicação sobre as obras escolhidas e o objetivo do estudo de recepção;
- **metodologia**: descrição do processo de escolha das obras, criação do questionário, seleção do público e exibição das obras;
- **resultados**: apresentação dos resultados obtidos (essa parte pode conter trechos das respostas dos pesquisados para subsidiar as análises realizadas);
- **considerações finais**: reflexão sobre os resultados do estudo com base nos conteúdos discutidos no capítulo.

Trabalho e juventudes (p. 69)

Quando o papel da educação na formação dos indivíduos for abordado em sala de aula, proponha aos estudantes uma reflexão sobre as características do espaço escolar e a dinâmica que se desenvolve nele. Provoque-os para que identifiquem as redes de cooperação e interação profissional constituídas no âmbito da escola a fim de que as aulas

possam ocorrer. Desse modo, eles poderão reconhecer as diferentes profissões atreladas à educação além da atividade de professor.

Para seguir carreira nas áreas ligadas à educação, o indivíduo precisa demonstrar, principalmente, flexibilidade, tolerância, espírito cooperativo, facilidade para trabalhar em equipe e gerir conflitos, capacidade de comunicação e organização. É ainda esperado que o profissional da área tenha disposição para manter-se constantemente atualizado e familiarizado com o uso de tecnologia.

Atividades que exijam integração e cooperação entre os estudantes são excelentes oportunidades de observar os jovens que têm aptidão para as áreas da educação: atividades esportivas e ocasiões de montagem de festas, feiras e mostras, por exemplo, permitem que o professor identifique estudantes pacientes, tolerantes, organizados e que demonstram disposição para auxiliar os colegas e interagir com eles. Seminários e atividades em grupo de preparação para testes e exames são situações escolares nas quais também é possível observar a facilidade de comunicação e cooperação entre eles.

Atividades (p. 70)

1. Segundo Durkheim, os fatos sociais são o conjunto de elementos externos aos indivíduos, coercitivos e comuns a todos os integrantes de uma sociedade. Em sua perspectiva, esses elementos externos, capazes de moldar maneiras de pensar, de sentir e de agir dos indivíduos, devem ser o foco da análise sociológica, representando sua escolha metodológica, segundo a qual há a primazia da sociedade sobre o indivíduo. Em sentido oposto, a teoria de Max Weber sobre a ação social aponta para a importância de adotar um individualismo metodológico, ou seja, ele defende a estratégia de focar, em primeiro plano, o indivíduo e suas motivações, para que se possa compreender o sentido de suas ações sociais.
2. O processo de socialização ocorre por meio da atuação de agentes como família, espaços educacionais, culturais, esportivos e profissionais, instituições religiosas, grupos de amigos. Na convivência com as pessoas, com as regras e com os valores estabelecidos nesses espaços, o indivíduo forma sua personalidade, que será sempre única, dado que representa a combinação de influências, o que acontece de forma diferente para cada um. A atuação desses agentes baseia-se em mecanismos como aprendizado, imitação e identificação. Conforme aprendemos, imitamos (ainda que inconscientemente) o que vemos ao nosso redor e nos identificamos com isso, incorporamos certos conjuntos de valores e atitudes que passam a fazer parte de nós, constituindo-nos, em um processo longo e contínuo, como seres sociais.
3. **a.** Os primeiros estudos antropológicos basearam-se em uma perspectiva evolucionista. Com base na análise de relatos de viajantes e de administradores coloniais, os primeiros antropólogos (europeus) escreveram teses a respeito da cultura de povos com os quais entraram em contato, cujos costumes eram vistos como atrasados e inapropriados pelo ponto de vista da civilização ocidental. Nesse estágio inicial, os estudos antropológicos serviram de embasamento teórico aos argumentos em favor da dominação colonial sobre povos "menos evoluídos" ou "não civilizados".
   b. Com o tempo, a ciência antropológica desenvolveu diferentes métodos de pesquisa com o objetivo de buscar uma aproximação maior com os povos estudados. A proposta de considerar o ponto de vista do "outro" e tentar colocar-se no seu lugar por meio da pesquisa de campo e da etnografia levou a grandes avanços nesse campo de conhecimento, com os objetivos de superar preconceitos e valorizar a diversidade cultural.
4. **a.** O trecho lido apresenta uma crítica ao preconceito dos que moram em casas de alvenaria em relação aos moradores da favela, na época apenas constituída de casas de madeira. Por meio dessa crítica, a autora expõe que, tanto para as "pessoas de alvenaria" quanto para a própria Carolina Maria de Jesus, pessoas de cultura são aquelas com formação escolar sólida e/ou acadêmica, no trecho representadas pela figura do frei, o qual vai à favela para promover uma sessão de cinema, que é uma forma de cultura. Note, portanto, que, apesar de pontuar a diferença social entre moradores de casas de alvenaria e de favelas, Carolina Maria de Jesus não considera "cultas" as "pessoas de alvenaria", mas, sim, o religioso que visita a favela. A hierarquização dos grupos, assim, ocorre em dois níveis: no social (alvenaria e favela) e no cultural (pessoas "com cultura" e pessoas "sem cultura"), como se cultura fosse um privilégio apenas dos bem-educados. Problematize com os estudantes essa visão do senso comum utilizando a metalinguagem: a cultura de Carolina Maria de Jesus foi publicada em livro e traduzida para muitos idiomas.
   b. Ao mesmo tempo que os erros ortográficos e gramaticais de Carolina Maria de Jesus revelam sua pouca instrução formal, sua forma de expressão original, aliada ao gênero textual diário de *Quarto de despejo*, constitui um dos aspectos da cultura popular. Carolina ultrapassa o pensamento preconcebido de que livros precisam ter rigor gramatical e ortográfico, próprio da cultura erudita,

rompendo com o padrão estético dominante a ser seguido; e, ao representar diversos grupos (moradores de favela, mães-solo, mulher negra etc.), demonstra, também por meio de sua escrita peculiar, uma ideologia até então invisibilizada pela dominante.

5. O trecho faz menção ao etnocentrismo, uma vez que, ainda que inconscientemente, Chimamanda Ngozi Adichie reproduzia, nas histórias que escrevia, padrões e comportamentos de um grupo étnico diferente do dela (branco, europeu ou estadunidense). O título "O perigo de uma única história" traduz essa prevalência de uma única cultura sobre as demais, levando o observador – no caso, a autora nigeriana – a julgar essas práticas e valores culturais mais importantes que os dela, a ponto de negligenciar a própria cultura em sua produção escrita inicial. A falta de representatividade que a autora experimentou em sua infância foi reparada pela literatura africana, com a qual ela se identificou. A narrativa africana, portanto, era mais uma história *além* daquela única que até então ela conhecia. Além da falta de representatividade, a visão etnocêntrica pode causar baixa autoestima, desvalorização da própria cultura, xenofobia, preconceito e atitudes discriminatórias.

6. Para Bourdieu, a escola reforça as desigualdades ao considerar todos os estudantes iguais, não reconhecendo as diferenças de capital cultural que eles trazem de suas vivências fora do ambiente escolar. Com isso, as desigualdades se perpetuam.

7. Para Lahire, a ideia de que é possível separar o que representa nossa subjetividade e o que seria resultado da influência da sociedade é uma inverdade, pois o mundo social está, ao mesmo tempo, dentro e fora de nós. Seu argumento está baseado nos estudos sociológicos sobre o processo de socialização por meio do qual todos os indivíduos, vivendo em sociedade, formam suas noções básicas de certo e errado, justo ou injusto, feio ou bonito; enfim, as maneiras de pensar e de sentir que compõem nosso modo de ser e de estar no mundo.

8. **a.** Além de evento cultural, o *slam* pode ser um instrumento político ao se constituir como autorrepresentação das minorias. Ao abordar criticamente temas como racismo, violência, feminismo, população LGBTQIA+, entre outros, o *slam* desperta a plateia para o debate e a reflexão, para a tomada de consciência e a atitude política em relação a esses temas. Nesse sentido, é possível associar tal movimento à noção de contra-hegemonia, pois, ao contrário do que se nota nas expressões da chamada cultura de massa (padronizada e voltada para o consumo), o *slam* coloca em discussão temas sensíveis que atacam valores hegemônicos, construindo novas narrativas sobre a periferia e seus habitantes, por exemplo.

b. Antes de realizar a atividade, peça aos estudantes que façam uma pesquisa para saber como esse tipo de poesia chegou ao Brasil e como ela se popularizou, além de conhecer os principais grupos que atuam no país divulgando o *slam*. Para que entrem em contato com esse gênero literário, se possível, promova uma sessão com vídeos de *performances* de *slammers*. Alguns eventos e grupos que podem servir de inspiração são o *Slam* da Guilhermina (evento que reúne mensalmente *slammers* na cidade de São Paulo) e o *Slam* das Minas (batalha poética da qual participam apenas mulheres).

Como no *slam* prevalecem a oralidade, a coloquialidade e a informalidade, recomenda-se não impor regras gramaticais e de sintaxe aos estudantes. Como prêmio aos "vencedores" da batalha poética, é possível distribuir livros de poesia ou de outros gêneros literários.

9. Alternativa **c**.

10. Alternativa **a**.

Sugestões

Livro

Sociologia e ensino em debate

Lejeune Mato Grosso de Carvalho. Ijuí: Unijuí, 2004.

A obra reúne artigos produzidos por sociólogos com experiência no trabalho com o ensino de sociologia no Ensino Médio, discutindo conteúdos e métodos didático-pedagógicos.

UNIDADE 2 TRABALHO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Competências e habilidades trabalhadas na abertura

Na abertura (páginas 72 e 73), os estudantes deverão apropriar-se das informações apresentadas no texto para elaborar hipóteses de explicação da realidade do mundo do trabalho no Brasil, sobretudo no que diz respeito às taxas de desemprego entre os jovens e às disparidades de gênero e raça no mercado de trabalho. Dessa forma, a proposta contribui para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 6**.

Respostas e comentários

1. As hipóteses podem atribuir as taxas de desemprego a fatores sociais, econômicos e estruturais. Espera-se que os estudantes identifiquem a discriminação por gênero, raça e idade como fatores que contribuem para taxas de desemprego. Os estereótipos e papéis sociais dos grupos sociais minoritários influenciam diretamente nas decisões de contratação e promoção, resultando em oportunidades desiguais. A responsabilidade por cuidados familiares pode também operar como um entrave. No que tange aos jovens, podem ser elencados fatores como a dificuldade de inserção inicial no mercado, a falta de redes de contato e recursos, a armadilha da inexperiência, as altas demandas de qualificação dos processos seletivos, entre outros.
2. A pergunta permite que os estudantes comentem suas possíveis preocupações em relação ao desemprego, podendo trocar experiências e pontos de vista sobre o tema. As altas taxas de desemprego na população contribuem para desestimular e muitas vezes direcionar perspectivas de projeto de vida.
3. Os estudantes devem ser orientados a se reunir em grupos e a propor medidas que possam reduzir o desemprego entre os jovens, especialmente entre os negros e as mulheres. Entre as medidas que podem ser citadas, destacam-se: o desenvolvimento de programas educacionais que melhorem a qualidade da educação dos jovens, a implementação de políticas de contratação inclusivas, a criação de uma rede de apoio ao empreendedorismo jovem e de fomento à conexão entre essa parcela da população e as empresas contratantes, a ampliação de campanhas de conscientização em escolas e empresas sobre a necessidade de valorização da diversidade e de inclusão no mercado de trabalho. O desenvolvimento de uma reflexão pela turma sobre o tema proposto contribui para que os estudantes aprofundem o pensamento crítico e desenvolvam uma postura mais ativa na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

Capítulo 3 Trabalho e desigualdades

Competências e habilidades trabalhadas

O estudo do capítulo favorece o desenvolvimento das **competências gerais da Educação Básica 1** e **2**, visto que valoriza e utiliza os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo social, cultural e digital para oferecer aos estudantes subsídios à compreensão do mundo do trabalho na atualidade e para desenvolver o exercício da curiosidade intelectual, da investigação de causas e efeitos e da análise crítica para a construção de um entendimento sobre o trabalho na contemporaneidade. No tópico "O trabalho em Marx, Weber e Durkheim" (páginas 76 a 78), as perspectivas dos três autores clássicos da sociologia são apresentadas aos estudantes **(EM13CHS101)**. A referida habilidade também é favorecida por meio do conteúdo dos tópicos "Taylorismo e fordismo" (página 79) e "Toyotismo" (página 80), que apresentam diferentes experiências de racionalização do trabalho. O tópico "Trabalho: cenário atual, avanços e retrocessos" (páginas 81 a 83) mostra como as transformações tecnológicas da industrialização e da informatização dos processos fabris influenciaram a organização da economia e das relações entre trabalhadores, patrões e Estado, analisando o papel dos sindicatos em diferentes momentos históricos, contribuindo para o desenvolvimento da **(EM13CHS202)**.

No capítulo, os gráficos (páginas 82 e 87), o infográfico (página 86), a obra de arte (página 74), a charge (página 76) e a tirinha (página 77) são apresentados para que os estudantes possam elaborar hipóteses, selecionar evidências e construir argumentos relativos a processos sociais, políticos e econômicos com base na sistematização de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa, favorecendo o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 4**.

Ao tratar do pensamento clássico da sociologia sobre o trabalho (páginas 76 a 78), somando-se a ele o debate nacional e internacional contemporâneo acerca dos problemas que os trabalhadores enfrentam na atualidade no tópico "Trabalho: cenário atual, avanços e retrocessos" (páginas 81 a 83), o capítulo contribui para promover o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 6**, pois permite aos estudantes compreender as relações próprias do mundo do trabalho.

No que diz respeito às habilidades relacionadas à **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 4**, o capítulo colabora para o desenvolvimento de três habilidades, conforme detalhado a seguir.

- Ao estudar a organização do trabalho no contexto do capitalismo e ao longo da história, os estudantes podem identificar e analisar as relações entre grupos e sociedades em diferentes contextos e realidades técnicas e tecnológicas **(EM13CHS401)**, como no tópico "Trabalho e capitalismo" (páginas 74 e 75). Essa habilidade também é mobilizada quando os estudantes consideram o impacto das transformações tecnológicas no ambiente produtivo e as consequentes mudanças nos padrões de trabalho no Brasil e em outros países, como no tópico "Trabalho: cenário atual, avanços e retrocessos" (páginas 81 a 83).
- Ao analisar as desigualdades salariais relacionadas a gênero e raça e os indicadores de trabalho, emprego e renda (páginas 86 e 97), os estudantes desenvolvem maior

compreensão sobre a desigualdade socioeconômica no Brasil contemporâneo (**EM13CHS402**).

- Ao estudar os tópicos "Trabalho e capitalismo" (páginas 74 e 75), "O trabalho em Marx, Weber e Durkheim" (páginas 76 a 78) e "As experiências de racionalização do trabalho" (página 79), os estudantes podem desenvolver uma discussão sobre aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos históricos, o que pode contribuir para inseri-los no debate a respeito do impacto das transformações técnicas e informacionais sobre o jovem de hoje **(EM13CHS404)**.

O estudo do capítulo ainda favorece o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5** ao problematizar as desigualdades de gênero e raciais — o que é feito na seção "Trabalho com fontes" (páginas 84 e 85) e nos tópicos "A desigualdade salarial entre homens e mulheres" (página 86) e "Desigualdades no mercado de trabalho para a população negra" (página 87). Esses tópicos podem despertar um olhar ético e solidário na identificação de diversas formas de injustiça, preconceito e violência e na análise de dados estatísticos que retratam situações da vida cotidiana ao promover reflexões sobre como naturalizamos as desigualdades **(EM13CHS502)**.

Temas contemporâneos transversais

O tema contemporâneo transversal **Trabalho** permeia todo o capítulo. A noção de trabalho, como se sabe, é basilar na constituição do sujeito, pois confere identidade e pertencimento ao indivíduo. No capítulo, os estudantes se apropriam do significado do trabalho de acordo com diferentes pensadores das ciências sociais, conhecem diferentes sistemas de racionalização do trabalho (taylorismo, fordismo e toyotismo) e refletem sobre diferentes aspectos do trabalho na atual configuração do sistema capitalista, compreendendo as noções de desemprego estrutural e conjuntural, precarização das relações trabalhistas, o papel dos sindicatos e alternativas como a economia solidária. Ao final do capítulo, aprofunda-se a discussão sobre as desigualdades no mercado de trabalho quanto à situação das mulheres e da população negra. Na seção "Em pauta" (página 88), propõe-se uma discussão sobre o paradoxo do mundo do trabalho atual, no qual, apesar de existir uma parcela da classe trabalhadora empregada no mercado formal, gozando de direitos trabalhistas, outra parte exerce as atividades laborais em condições de total degradação, sendo explorada em situações análogas à escravidão.

Trabalho interdisciplinar

O capítulo favorece a interdisciplinaridade com a **área de Matemática e suas Tecnologias** ao propor, na seção "Você pesquisador" (página 83), que os estudantes participem de uma pesquisa por amostragem, contribuindo para o desenvolvimento da habilidade **(EM13MAT202)**.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A seção "Trabalho com fontes" (página 84) e o tópico "A desigualdade salarial entre homens e mulheres no Brasil" (página 86) refletem sobre a divisão sexual do trabalho e apresentam e analisam dados que demonstram a desigualdade de gênero no mundo atual, permitindo que os estudantes compreendam a importância do **ODS 5 Igualdade de gênero**. A seção "Trabalho com fontes" (página 85) também colabora para uma reflexão sobre o **ODS 10 Redução das desigualdades**, já que a desigualdade sexual do trabalho é um fenômeno social que deve ser superado.

O boxe "Explore" (página 75) solicita que os estudantes interpretem e reflitam sobre um ato de protesto realizado por entregadores de aplicativo, permitindo uma discussão sobre o **ODS 8 Trabalho decente e crescimento econômico**. Na proposta 5 da seção "Atividades" (página 90), os estudantes são solicitados a produzir um texto sobre a precarização das condições de trabalho. O desenvolvimento de uma perspectiva consciente e crítica em relação ao tema também está relacionado ao **ODS 8 Trabalho decente e crescimento econômico**.

Respostas e comentários

Explore (p. 75)

1. O lema chama a atenção para a necessidade de sobrevivência e para as condições precárias de trabalho dos entregadores de aplicativo: considerando que grande parte das entregas é de alimentos, trata-se de pessoas que arriscam a vida para alimentarem a si mesmas e às pessoas para as quais prestam serviços.
2. O lema evidencia as condições de risco a que os trabalhadores precarizados se expõem e ao contexto de falta de acesso a direitos trabalhistas.

Explore (p. 77)

1. Miguelito reflete sobre a contradição de as pessoas trabalharem para poder usufruir de bens e de momentos de ócio e lazer e, por passarem boa parte do tempo trabalhando, terem poucos momentos de ócio e de lazer.
2. Não, pois a ética protestante difunde uma compreensão do trabalho como instrumento de dignificação do ser humano. Miguelito, ao contrário, está expressando uma visão utilitarista do trabalho.

Explore (p. 82)

1. Em todos os ramos de atividade, observou-se uma redução na taxa de sindicalização. O setor que sofreu maior redução foi o de transporte, armazenagem e correio (de 21% a cerca de 8%).
2. Os sindicatos são um instrumento de reivindicação e negociação para os trabalhadores. A sindicalização possibilita que os trabalhadores pleiteiem reconhecimento de direitos e melhoria de condições de trabalho e de remuneração de forma organizada e coletiva.

Você pesquisador (p. 83)

O processo de construção e uso de amostragens baseia-se em métodos estatísticos e probabilísticos, que garantem os resultados da amostra como parâmetro para analisar um aspecto em determinada população. Nesse sentido, para que os resultados sejam generalizáveis, é importante que a construção da amostra siga os critérios estabelecidos pela teoria

da amostragem, segundo a qual amostras grandes garantem maior precisão nos resultados — ainda que sejam de difícil execução, uma vez que exigem o processamento de um extenso volume de dados. Uma amostra pequena, no entanto, não é generalizável, porque produz uma informação que se limita ao entendimento dos elementos pesquisados.

Ao realizar a atividade com a turma, permita que os estudantes retomem os conceitos de precarização e degradação das condições do trabalho. Ajude-os a estabelecer perguntas que sirvam como problemas de pesquisa. Nessa etapa, já se delineia o princípio de construção da amostra, uma vez que a formulação do problema de pesquisa ajuda a identificar o universo a ser analisado. Incentive os estudantes a criarem problemas de pesquisa que detalhem o tema da atividade, de modo que cada grupo se volte a um segmento da população. Assim, no conjunto, as pesquisas apresentarão diferentes perspectivas sobre o problema da precarização do trabalho. É possível, por exemplo, buscar informações somente sobre mulheres, sobre pessoas com formação superior, pessoas sem Ensino Fundamental completo, afrodescendentes, indígenas, residentes em áreas rurais, entre outras características.

A melhor estratégia para coletar os dados a serem analisados é a construção de um questionário, que é um instrumento com perguntas fechadas, isto é, com alternativas preestabelecidas. Essa é uma técnica útil em pesquisas quantitativas, já que possibilita a contagem e a conversão dos dados em números relativos.

Com a definição do questionário, ajude os estudantes a definirem o universo da pesquisa e, em seguida, apresente as fórmulas disponíveis para o cálculo amostral. Considere que, para isso, será necessário conhecer o tamanho do universo; por isso, defina a abrangência territorial observando se há dados disponíveis sobre o tema no nível territorial escolhido. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), abrange todo o território nacional. Alguns de seus dados estão disponíveis até o nível municipal. Levantamentos mais robustos, como o Censo, podem apresentar dados até o nível do distrito ou bairro. Após determinar o tamanho do universo, verifique se ele se classifica como finito (número igual ou inferior a 100 mil) ou infinito (número superior a 100 mil).

Caso a amostra pertença a um universo infinito, realiza-se o seguinte cálculo:

$$n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q}{e^2}$$

Em que:

n = amostra, isto é, o que se quer descobrir;

σ^2 = número de confiança a ser escolhido — vamos escolher o 2, que significa que a pesquisa terá nível de confiança de 95%, o padrão estabelecido para a maior parte das pesquisas;

p = porcentagem esperada de indivíduos com as características da amostra dentro do universo (frequência). Por exemplo, em um estudo sobre os trabalhadores informais em uma cidade brasileira, espera-se que a frequência desse tipo de trabalhador na cidade seja semelhante à frequência no Brasil, ou seja, 40%. Nesse caso, os estudantes terão de pesquisar a frequência do fenômeno estudado em um recorte territorial maior, para inferir que a mesma frequência será observada no recorte territorial definido para a pesquisa;

q = porcentagem de indivíduos que não têm a característica estudada — considerando o exemplo anterior, que não são trabalhadores informais, portanto, 60% (100 – 40);

e^2 = erro máximo permitido — no caso apresentado, vamos usar o valor 3, o que significa que, no processo de amostragem, a margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos.

A fórmula ficaria assim:

$$n = \frac{2^2 \cdot 40 \cdot 60}{3^2}$$

$$n = 1.067$$

O processo de amostragem comprova que, para esse universo, uma amostra probabilística seria de 1.067 indivíduos a serem pesquisados. Dessa forma, garante-se, por critérios probabilísticos, que a amostra representa a população total.

Caso o universo seja finito, isto é, igual ou inferior a 100 mil, emprega-se a seguinte fórmula:

$$n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 (N - 1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q}$$

Em que:

n = tamanho da amostra, a ser determinada;

σ^2 = nível de confiança, nesse caso, 2;

p = frequência do fenômeno (40% no exemplo anterior);

q = frequência de não ocorrência do fenômeno (60% no exemplo anterior);

N = tamanho da população. Nesse caso, o tamanho do universo é conhecido e é inferior a 100 mil. Lembre-se de que a identificação do tamanho do universo deve ser realizada por meio de pesquisa. Portanto, auxilie os estudantes indicando as bases de dados em que as informações estarão disponíveis. É possível verificá-las em órgãos do governo local ou em pesquisas realizadas pelo IBGE, por exemplo:

e^2 = erro máximo permitido, nesse caso, 3.

Deve-se proceder com o cálculo como no exemplo anterior. Também é possível definir a amostra com o auxílio de calculadoras disponíveis na internet.

Após a formulação da amostra, converse com os estudantes sobre a importância do método de seleção dos elementos da amostra, a fim de evitar que, apesar de apresentar um número estatisticamente relevante, ela seja tendenciosa quanto ao perfil das pessoas pesquisadas.

Trabalho com fontes (p. 85)

1. A divisão sexual do trabalho faz alusão à estrutura de organização social que cinde as esferas pública e privada e as atividades produtivas e reprodutivas entre homens e mulheres.
2. As autoras afirmam que essa divisão se sustenta a partir de dois princípios: o da separação (distinção de trabalhos considerados apropriados para cada sexo, ou seja, "trabalhos de homens" e "trabalhos de mulheres") e o da hierarquia (valorização do trabalho realizado por homens, e desvalorização do empenhado por mulheres).

3. Não. Nesse caso, entra em jogo o privilégio de classe, que possibilita a mulheres com renda mais alta pagarem para outras mulheres desempenharem o trabalho menos valorizado.
4. Espera-se que as experiências dos estudantes possam ser analisadas de uma perspectiva crítica, fornecendo elementos para um debate sobre a divisão sexual do trabalho no contexto da realidade deles.

Explore (p. 86)

1. De acordo com o infográfico, 47,9 milhões de mulheres estavam em condições de trabalhar enquanto 41,8 milhões não estavam.
2. Em 2023, a porcentagem de mulheres que trabalhavam e tinham carteira assinada era de 48,8%. Porém, 43,3% das mulheres que trabalhavam não tinham acesso a direitos trabalhistas, pois não eram registradas e não possuíam CNPJ. Entre as mulheres que trabalhavam, apenas 65% tinham proteção social (ao contribuírem com a Previdência Social).
3. Chama a atenção o fato de que 91% dos trabalhos relacionados a serviços domésticos eram realizados por mulheres e elas ainda ganhavam menos. As mulheres eram maioria em trabalhos relacionados às áreas de educação, saúde e serviços sociais. Importante ressaltar que essas áreas abarcam mais mulheres por serem relacionadas a papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres — o cuidado. Ainda assim, em média, em todas as funções, as mulheres ganhavam 21% a menos que os homens exercendo a mesma função.

Em pauta (p. 89)

1. A estratégia inclui ações de capacitação de gestores e educadores, que se tornam multiplicadores, expandindo a conscientização e a prevenção para além de entidades governamentais.
2. O trabalho análogo à escravidão acentua a mais-valia, uma vez que há o aumento do excedente de valor obtido pela exploração do trabalho.
3. Sugere-se que as diferentes notícias selecionadas pelos grupos sejam apresentadas e debatidas em sala de aula; assim, os estudantes terão a dimensão de que o trabalho análogo à escravidão não é um fato isolado, mas sim recorrente na realidade social brasileira. É fundamental ressaltar que o trabalho análogo à escravidão apresenta-se como um contrassenso à consolidação do regime democrático, porque viola os direitos de cidadania e os direitos humanos. A prática vai na contramão da perspectiva democrática por não respeitar as leis trabalhistas e de seguridade social, tirando a dimensão coletiva e social do trabalho. Recomenda-se compartilhar os resultados da pesquisa com a comunidade escolar.

Atividades (p. 90)

1. Marx criou os conceitos de força de trabalho (potencial humano de trabalho), objeto de trabalho (o que é modificado pela ação humana) e meio de trabalho (instrumentos ou local onde o trabalho é realizado). Durkheim entendeu o trabalho como fator que permite a coesão social e a solidariedade social (grau de integração entre as pessoas em um corpo social). Nas relações de trabalho capitalistas, com alto grau de divisão do trabalho, a solidariedade criada pelos indivíduos é denominada por Durkheim de solidariedade orgânica. Para Weber, no capitalismo protestante, o trabalho é entendido como dever e torna-se uma vocação em si.
2. **a.** fordismo; **b.** toyotismo; **c.** fordismo; **d.** toyotismo; **e.** fordismo.
3. Espera-se que os estudantes associem o desenvolvimento do capitalismo à divisão sexual do trabalho, identificando que os homens são predominantemente associados ao trabalho produtivo e gerador de riqueza e as mulheres destinadas ao trabalho reprodutivo e doméstico, que eram desvalorizados.
4. Henry Ford foi um empresário estadunidense responsável pela introdução da linha de montagem para a produção do automóvel Ford modelo T. A mudança industrial não apenas acelerou a produção como também padronizou o trabalho. Na obra *Admirável mundo novo*, ao adotar o marco temporal "*After* Ford", a obra evidencia o papel de Ford como marco de constituição ideológica desse novo mundo. A escolha de Henry Ford é simbólica, porque, na realidade distópica criada pelo autor, os princípios fordistas de produção padronizada e massiva são aplicados também aos seres humanos, que são objeto de manipulação genética para a criação de gêmeos idênticos que manipularão máquinas idênticas, como revela o trecho "o princípio da produção em série aplicado enfim à biologia". Na narrativa, o sistema fordista está presente na organização do trabalho e da sociedade como um todo, priorizando a produtividade, a redução do tempo de produção, a baixa qualificação dos colaboradores, a padronização dos produtos —, estendida também às pessoas —, o barateamento dos custos de produção e a produção em série, aplicada inclusive na "fabricação" do ser humano por meio de múltiplos gêmeos idênticos.
5. Os estudantes devem produzir um texto a partir do contexto delineado na notícia. Alguns aspectos podem ser tematizados nesse texto: argumenta-se que o trabalho mediado por aplicativos é uma alternativa para o desemprego e tem a vantagem de, em tese, ser controlado pelo próprio trabalhador. Há pessoas que trabalham nesse setor também para complementar a renda. A notícia, no entanto, questiona o fato de o pagamento ser feito apenas por produtividade. Como a remuneração pelo serviço é baixa e não há recebimento de hora extra, a demanda por produtividade acaba fazendo com que os trabalhadores arrisquem a própria vida. Sem uma legislação que regulamente a atividade e o ganho por produtividade, o trabalho por aplicativo acaba sendo precarizado.
6. **a.** Segundo o argumento do excerto, as novas relações de trabalho são marcadas por flexibilidade, fragilidade e precarização. Os empregos são muito instáveis e há grande rotatividade de mão de obra, o que não permite desenvolver um sentimento de

pertencimento e identidade com a empresa e com o grupo de trabalhadores, o que pode diminuir a estabilidade e a previsibilidade dos vínculos profissionais, prejudicando, também, os laços sociais.

b. Resposta pessoal. Pode-se orientar o debate para relacionar as novas formas de organização do mundo do trabalho com a realidade cotidiana dos jovens, em especial as expectativas que eles têm de sua atual ou futura inserção no mercado de trabalho. É recomendado discutir com os alunos os impactos que essa perspectiva traz para sua experiência na escola.

7. Alternativa **c**.

8. Alternativa **d**.

Sugestões

Livros

O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital

Ricardo Antunes. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

Nessa obra, o sociólogo e professor apresenta o cenário de transformações no mundo do trabalho na atualidade e os efeitos das terceirizações, desregulamentações e precarizações, em especial no Brasil recente. A ênfase está no novo proletariado de serviços, que se desenvolve com o trabalho digital e *on-line*.

A ética protestante e o "espírito" do capitalismo

Max Weber. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

O livro analisa a gênese da cultura capitalista moderna e sua relação com a religiosidade puritana adotada por igrejas e seitas protestantes dos séculos XVI e XVII.

Filme

GIG: a uberização do trabalho

Carlos Juliano Barros, Caue Angeli e Maurício Monteiro Filho. Brasil, 2019. 60 min.

O documentário trata criticamente do avanço da *Gig Economy*, fenômeno conhecido no Brasil por uberização ou precarização do trabalho.

Site

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Disponível em: https://www.dieese.org.br/. Acesso em: 28 ago. 2024.

Trata-se do *site* do Dieese, entidade do movimento sindical brasileiro que desenvolve assessoria a negociações, pesquisas, estudos e estatísticas, e educação e formação sindical para os trabalhadores brasileiros.

Capítulo 4 Estratificação social

Competências e habilidades trabalhadas

Utilizando conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo social e cultural, o capítulo busca construir o entendimento, pelos estudantes, dos impactos diversos da estratificação social, os quais se manifestam pelas múltiplas formas de desigualdade social. Pretende, com isso, assegurar, como resultado do seu processo de aprendizagem, uma formação humana integral que vise à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Ao dedicar-se a compreender e avaliar, de modo interpretativo e crítico, as diversas formas de desigualdade — social (ou de classe), racial ou étnica, de gênero etc., os estudantes obtêm ferramentas para entender e explicar essa realidade bem como para continuar aprendendo e, assim, colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Desse modo, o capítulo contribui para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 1**.

O capítulo permite igualmente desenvolver a **competência geral da Educação Básica 2**, uma vez que o estudo e o posterior entendimento crítico da estratificação social viabilizam o exercício da curiosidade intelectual no recurso à abordagem própria das ciências sociais. Isto é, o desejo investigativo dos estudantes, associado à reflexão, à análise crítica, à imaginação e à criatividade, os habilita a examinar causas, as quais permitem elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e, como consequência, criar soluções com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

Ao compreenderem a perspectiva de grupos historicamente desfavorecidos pela desigualdade, sobretudo nos tópicos "Classes e desigualdades sociais" (páginas 96 e 97) e "Brasil: a interpretação da pobreza e o cenário socioeconômico" (páginas 98 a 105), os estudantes podem valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais, desenvolvendo a **competência geral da Educação Básica 6**. Apropriar-se de tais conhecimentos e experiências pode possibilitar a eles entender as relações próprias do mundo (incluindo a esfera do trabalho) e alinhar suas escolhas à liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade quanto ao exercício da cidadania e ao próprio projeto de vida.

O capítulo provê fundamentos para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 7** no que se refere à capacidade de argumentar, com base em fatos, dados e informações confiáveis, a negociação e a defesa de ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si, dos outros e do planeta. Alguns exemplos desse trabalho no decorrer do capítulo são as reflexões apresentadas nos tópicos "As desigualdades de gênero no Brasil" (página 99), "A desigualdade racial no Brasil" (página 100), "A desigualdade na distribuição de riqueza" (página 101) e "Igualdade de oportunidades × desigualdade de condições" (página 105), assim como nos boxes "Explore" (páginas 93 e 102) e na seção "Em pauta" (páginas 108 e 109).

A sensibilização produzida pelos dados, discussões, conceitos e teorias apresentados nos tópicos "As desigualdades sociais" (páginas 92 e 93), "Formas de estratificação" (páginas 94 a 97) e "Brasil: a interpretação da pobreza e o cenário socioeconômico" (páginas 98 a 105), instiga também o exercício da empatia, do diálogo, da resolução de conflitos e da cooperação, uma vez que a estratificação social expõe, sobretudo, as mazelas da sociedade. Esse processo de aprendizagem contribui, dessa forma, para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 9**. Com isso, os estudantes podem constatar que devem se fazer respeitar e promover o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento

e valorização da diversidade de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Com relação ao desenvolvimento das competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, primeiramente, o capítulo possibilita o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1** ao discutir os principais conceitos e teorias relacionados a um dos temas primordiais da sociologia: as desigualdades sociais que compõem diversos tipos de desigualdade (econômica, de gênero, racial, digital etc.). Nele, abordam-se os conceitos de estrutura, estratificação e mobilidade social, imprescindíveis à compreensão do tema. A representação da pirâmide social da população brasileira conforme a renda (página 93), por exemplo, permite que os estudantes possam reconhecer e refletir cientificamente sobre as desigualdades presentes no Brasil. Sobre as formas de estratificação social, apresenta-se o conceito de classe social do ponto de vista de duas perspectivas sociológicas, a marxista e a weberiana, e o uso de imagens e gráficos contribuem para que os estudantes construam argumentos com base na sistematização de dados de natureza quantitativa e qualitativa, posicionando-se também criticamente em relação às desigualdades.

O capítulo possibilita também entender que as desigualdades sociais são moldadas por processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos interconectados, tema relacionado à habilidade **(EM13CHS103)**. A sessão "Em pauta" (página 108) traz elementos que contribuem com o debate. Politicamente, a concentração de poder nas elites e a falta de representação para grupos marginalizados perpetuam a distribuição desigual de recursos e oportunidades. Economicamente, o capitalismo e a globalização exacerbam as disparidades de renda e riqueza. Socialmente, a discriminação de raça, gênero e classe cria barreiras à mobilidade social. Ambientalmente, as comunidades pobres são desproporcionalmente afetadas por mudanças climáticas e degradação do meio ambiente. Culturalmente, normas e valores sociais justificam as hierarquias existentes, enquanto, epistemologicamente, o conhecimento dominante marginaliza outras perspectivas, reforçando as estruturas de poder que sustentam as desigualdades. Para romper esse ciclo, é necessária uma abordagem integrada que transforme essas estruturas subjacentes.

No tópico "Brasil: a interpretação da pobreza e o cenário socioeconômico" (páginas 98 a 105), a atividade de análise do meme é uma oportunidade de trabalho com a interpretação crítica e reflexiva dessa linguagem. O uso de representações gráficas (páginas 93, 94 e 100), gráficos (páginas 96, 97, 101 e 102), charge (página 104) e fotografias como recurso didático para o trabalho com o conteúdo permite desenvolver a habilidade **(EM13CHS106)**.

A seção "Em pauta" (página 108) problematiza o racismo ambiental, apresentando uma reflexão sobre as vantagens de que dispõem as classes dominantes e as desvantagens de mulheres e negros na estrutura social racista e patriarcal, auxiliando no trabalho com a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 3**. As atividades propostas nessa seção objetivam uma reflexão dos estudantes sobre os impactos do racismo ambiental em suas comunidades, desenvolvendo a habilidade **(EM13CHS302)**: comunidades mais abastadas tendem a ter melhores infraestruturas de gestão de resíduos, enquanto áreas de baixa renda frequentemente enfrentam problemas como coleta irregular, acúmulo de lixo e falta de programas eficazes de reciclagem. Esses problemas não só afetam a qualidade de vida dos moradores como também contribuem para a poluição ambiental, com consequências para a saúde pública e o meio ambiente. A seção "Em pauta" (página 108) também contribui para o desenvolvimento da habilidade **(EM13CHS306)** ao permitir a compreensão de como modelos de desenvolvimento que priorizam o crescimento econômico a qualquer custo tendem a concentrar riquezas em poucas mãos, enquanto as populações marginalizadas, as comunidades rurais e as populações tradicionais sofrem com a degradação ambiental, a perda de biodiversidade e a expropriação de suas terras.

O capítulo apresenta argumentos de sociólogos sobre a existência ou não de uma "nova classe média" em virtude de uma mudança do perfil da classe trabalhadora brasileira na primeira década do século XXI (página 103) e introduz o debate no campo da sociologia do trabalho sobre o precariado no tópico "Precariado: nova classe ou velho proletariado?" (página 104), evidenciando a degradação das condições de trabalho no mundo, contemplando parcialmente a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 4**. Nos tópicos "Formas de estratificação" (páginas 94 a 96), a discussão sobre estratificação social e os conceitos de classe segundo Marx e Weber contribuem para o desenvolvimento da habilidade **(EM13CHS401)** ao abordar a interação entre diferentes classes sociais e como essas interações são moldadas pelas estruturas sociais. A seção "Trabalho com fontes" (página 106), também se relaciona a essa habilidade ao destacar a transformação da noção de trabalho na contemporaneidade. Os tópicos "A desigualdade na distribuição da riqueza" (página 101) e "Distribuição de renda" (páginas 102 a 104), ao analisarem dados de trabalho e renda na sociedade brasileira, estão diretamente relacionados ao desenvolvimento da habilidade **(EM13CHS402)**.

O tópico "Brasil: a interpretação da pobreza e o cenário socioeconômico" (páginas 98 a 105), que analisa as desigualdades de renda, de gênero e de raça, permitindo a compreensão de como elas se refletem, na realidade, em violação dos direitos humanos, relaciona-se à habilidade **(EM13CHS403)**. A seção "Em pauta" (página 108) é outra oportunidade para o desenvolvimento dessa habilidade.

O capítulo na íntegra contribui para o desenvolvimento da habilidade **(EM13CHS404)** ao discutir características da sociedade e do trabalho em diferentes contextos e locais (na Europa Ocidental da Idade Média, na Índia do passado e do presente, na Europa do século XIX e no Brasil dos séculos XX e XXI). O capítulo traça um percurso geográfico e histórico para mostrar como a desigualdade produzida pela estrutura social está diretamente relacionada ao grau de oportunidades que qualquer indivíduo terá, em especial os jovens.

O estudo do capítulo ainda favorece o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5** ao desnaturalizar as explicações sobre a pobreza com base nas teorias da desigualdade decorrente de fatores econômicos, históricos e sociais e ao problematizar as desigualdades de gênero e raciais — o que é feito

no tópico "Brasil: a interpretação da pobreza e o cenário socioeconômico" (páginas 98 a 105). O conteúdo desse tópico também é importante para despertar um olhar ético e solidário na identificação de diversas formas de injustiça, preconceito e violência e na análise de dados estatísticos que retratam situações da vida cotidiana ao promover reflexões sobre como naturalizamos as desigualdades **(EM13CHS502)**. Ao explorar os fatores que explicam a desigualdade social e sua relação com a discriminação e a violência, o tópico "Brasil: a interpretação da pobreza e o cenário socioeconômico" (páginas 98 a 105) também desenvolve a habilidade **(EM13CHS502)**. O tópico "Conceito de classe para Weber" (página 97), que aborda o estilo de vida como um elemento fundamental para o entendimento do funcionamento de certas formas de preconceito e discriminação, e a discussão sobre consumo e *status* na estruturação da classe média no Brasil apresentada no tópico "Novos segmentos na classe trabalhadora ou nova classe média?" (página 103) também estão relacionados à referida habilidade.

A análise aprofundada do conceito de desigualdades sociais para a sociologia e das características das desigualdades sociais no Brasil contemporâneo é de grande importância para que os estudantes participem do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania com consciência crítica e responsabilidade. Por essa razão, o capítulo permite um trabalho com a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6**. Dentro dessa perspectiva, o tópico "A desigualdade racial no Brasil" (página 100) apresenta dados estatísticos e analisa o racismo na estrutura social brasileira, contribuindo para o entendimento do processo de exclusão e inclusão precária dos negros na sociedade, contribuindo para o desenvolvimento da habilidade **(EM13CHS601)**. Por fim, o capítulo também possibilita o desenvolvimento da habilidade **(EM13CHS606)** ao ter como tema central as características socioeconômicas da sociedade brasileira. Diferentes tipos de documentos são explorados com essa finalidade, tais como a fotografia que retrata o contraste socioespacial predominante na paisagem das grandes cidades brasileiras (página 92), a representação da pirâmide social conforme a renda da população brasileira (página 93), o gráfico de rendimento médio mensal segundo as unidades da federação (página 96), a tabela da posição dos países de acordo com o Índice de Igualdade de Gênero em 2024 (página 99), o infográfico com dados de desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil (página 100), a seção "Em pauta" (página 108) e as propostas 4, 5, 6, 7 e 8 da seção "Atividades" (página 110).

Temas contemporâneos transversais

Ao explicar a pobreza no Brasil por meio da análise histórica e sociológica, considerando questões como classe, cor, etnia e gênero, abordando o artigo 3º da Constituição da República Federativa do Brasil, o tópico "Brasil: a interpretação da pobreza e o cenário socioeconômico" (páginas 98 a 105) contempla o tema contemporâneo transversal **Educação em Direitos Humanos**.

O debate sobre as novas realidades sociais e laborais brasileiras desenvolvido no tópico "Distribuição de renda" (páginas 102 a 104) está relacionado ao tema contemporâneo transversal **Trabalho**, contribuindo para uma visão mais reflexiva sobre as relações de trabalho no mundo e no Brasil.

Trabalho interdisciplinar

A proposta de leitura e interpretação do mural de Diego Rivera na seção "Trabalho com fontes" (páginas 106 e 107) inclui uma análise reflexiva sobre as dinâmicas das relações de produção no contexto da primeira metade do século XX. A expressão artística do pintor mexicano contribui para a compreensão do papel da arte na construção do pensamento crítico em relação aos processos sociais de determinado contexto histórico. Por essa razão, a proposta dialoga com a habilidade **(EM13LP50)** da área de **língua portuguesa**.

Ao criticar o uso de teorias pseudocientíficas no final do século XIX para a explicação de características da sociedade, o tópico "Brasil: a interpretação da pobreza e o cenário socioeconômico" (páginas 98 a 105) está relacionado à habilidade **(EM13CNT305)** da área de **Ciências da Natureza e suas Tecnologias**.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O tema da estratificação social e, em especial, o tópico "As desigualdades sociais" (página 92) dialogam diretamente com o **ODS 10 Redução das desigualdades**. O trabalho com esse Objetivo de Desenvolvimento Sustentável é especialmente mobilizado pelo boxe "Explore" (página 96) e pela proposta 5 da seção "Atividades" (página 110).

O tópico "Distribuição de renda" (página 102), por sua vez, e a atividade de interpretação do gráfico proposta no boxe "Explore" da mesma página permitem o trabalho com o **ODS 1 Erradicação da pobreza**.

Na seção "Em pauta" (página 108), a reflexão sobre o racismo ambiental e as consequências das alterações climáticas na Terra colabora para o trabalho com o **ODS 13 Ação contra a mudança global do clima**.

Na seção "Trabalho com fontes" (página 106), a análise da centralidade do trabalho na sociedade colabora para a abordagem do **ODS 8 Trabalho decente e crescimento econômico**.

Respostas e comentários

Explore (p. 93)

1. No Brasil, pouco mais de 75% da população pertence às classes C, D e E; desse percentual, 27,9% correspondem às classes D e E. A classe A (topo da estratificação social) é composta de apenas 2,9% da população brasileira. Essa distribuição revela uma sociedade muito desigual, na qual 27,9% têm grandes restrições de acesso a recursos financeiros, informacionais, políticos etc., e 47,4% têm restrições intermediárias.
2. Nas pirâmides, a base sustenta o sólido geométrico. Essa forma geométrica pode ser escolhida para representar estratificações sociais nas quais as camadas inferiores (classes mais baixas) são responsáveis por porcentagens mais elevadas que as camadas superiores (classes mais altas).

Explore (p. 96)

1. Maior rendimento mensal domiciliar *per capita* em 2022: Distrito Federal (R$ 2.913,00). Menor rendimento mensal domiciliar *per capita* em 2022: Maranhão (R$ 814,00).
2. De acordo com o gráfico, há uma grande desigualdade de rendimento médio mensal domiciliar per capita entre as unidades da federação brasileiras (o maior valor chega a ser mais do triplo do menor valor).

Explore (p. 97)

1. Os principais interesses dos 50% mais pobres são emprego e saúde. Os principais interesses dos 10% mais ricos são corrupção e segurança.
2. Espera-se que os estudantes concluam que o maior interesse das pessoas mais pobres por saúde e emprego está relacionado à dificuldade de acesso dessa parcela social a esses fatores, pois, em geral, essas pessoas dependem dos serviços de saúde públicos que, muitas vezes, são deficitários; elas têm menor acesso à escolaridade e, consequentemente, a empregos mais bem remunerados, sendo as mais afetadas pelo desemprego. Já os mais ricos estão interessados em segurança e corrupção, pois fazem parte da parcela social que possui mais bens e privilégios, tendo mais medo de perder esses bens em função da violência social gerada pela desigualdade; já o interesse por questões relativas à corrupção pode estar relacionado ao maior acesso à escolaridade e formação política, além do cenário político nacional do período, que enfatizava essa questão nos noticiários.

Explore (p. 98)

1. O meme reflete sobre a relação entre globalização e desigualdade social.
2. Nesse meme, a imagem "dialoga" com a frase para mostrar que se trata de uma afirmação equivocada. Além disso, visa provocar humor.

Explore (p. 100)

1. Indicadores de renda, acesso a mercado de trabalho e representatividade política, interseccionados pela variável raça ou cor.
2. Eles possibilitam analisar as desigualdades sociais associadas a trabalho, renda e representação política, com atenção à raça como fator de estratificação social.
3. Os dados revelam que o racismo estrutura desigualdades econômicas e políticas no país.

Explore (p. 102)

1. A resposta depende da região onde os estudantes moram.
2. No Brasil, em 2021, a região Nordeste destacava-se pela elevada porcentagem de população vivendo abaixo da linha de pobreza (53,2%). A segunda região com maior porcentagem de população vivendo abaixo da linha de pobreza era a Sudeste (29,5%). A região com menor porcentagem era a Centro-Oeste (3,3%). Em relação à média nacional, as regiões com porcentagem maior eram a Nordeste, Sudeste e Norte.

Explore (p. 104)

1. O autor da charge critica a situação de insegurança do entregador por aplicativo, que, por receber uma remuneração muito baixa e por produtividade, precisa trabalhar muitas horas para ter um salário que seja suficiente para se manter.
2. A situação do entregador de aplicativo exemplifica a precarização do trabalho no país porque ele representa uma categoria de trabalhadores marcada por ausência de vínculo empregatício, insegurança e instabilidade, ausência de proteção social, sobrecarga e longas jornadas e competição estimulada. Eles trabalham sem contrato formal, são considerados autônomos, mas dependem de plataformas digitais para conseguir trabalho, o que limita sua autonomia. A ausência de benefícios como férias remuneradas, descanso semanal, plano de saúde e aposentadoria indica uma falta de segurança e estabilidade no emprego, características típicas da precarização do trabalho. Isso reflete uma tendência mais ampla no mercado de trabalho brasileiro, em que muitas pessoas estão em condições semelhantes de vulnerabilidade e desproteção.

Trabalho com fontes (p. 106)

1. **a.** Trabalhadores em diferentes etapas da produção.
   b. As máquinas e ferramentas utilizadas, a esteira de montagem, a representação da linha de produção em massa e a presença de elementos como engrenagens e motores, que simbolizam a tecnologia da época.
2. Espera-se que a resposta relacione a representação da força e organização dos trabalhadores no mural com a visão de Antunes sobre a centralidade do trabalho na sociedade e a sua importância na luta de classes. Ao mesmo tempo, a presença da tecnologia e da produção em massa pode ser relacionada com a visão de Gorz sobre a transformação do trabalho e a possibilidade de uma sociedade do tempo liberado.
3. As transformações no mundo do trabalho, como a automação e a precarização, alteraram significativamente a relação entre capital e trabalho representada no mural. A automação reduziu a necessidade de mão de obra humana em algumas etapas da produção, enquanto a precarização tem sido acompanhada de condições de trabalho mais instáveis se comparadas à situação dos antigos operários, empregados formalmente.
4. Espera-se que os estudantes argumentem de forma crítica e fundamentada, utilizando exemplos e evidências para sustentar a posição defendida. Eles podem concordar com Gorz em relação ao aumento do desemprego e à crescente importância do tempo livre em algumas sociedades. Podem também discordar desse autor argumentando que o trabalho continua sendo central na vida das pessoas mesmo com as transformações ocorridas (como afirma Ricardo Antunes).

Em pauta (p. 108)

1. As classes populares, bem como a população negra e indígena, lidam com condições precárias de moradia, infraestrutura, saneamento básico; muitas vezes não recebem serviço de água tratada, coleta e tratamento de esgoto e fornecimento de energia elétrica, o que não só as expõe a doenças, como as torna mais vulneráveis a fenômenos relacionados à degradação ambiental (poluição da água e do solo, por exemplo) e mudanças climáticas (que provocam enchentes, por exemplo). Podem ser utilizados diferentes trechos que correlacionem desigualdades e impacto ambiental.
2. A ausência de políticas públicas de habitação, saneamento básico e investimentos que melhorem a infraestrutura nas áreas mais carentes (periferias e favelas, por exemplo) perpetua a precariedade das moradias e das condições de vida em geral nessas áreas. Investimentos e atenção governamental, conforme o próprio texto da matéria sugere, teriam grande impacto na promoção de melhoria das condições de vida e até mesmo do Índice de Desenvolvimento Humano dessas áreas, tornando a população menos vulnerável aos eventos climáticos, como enchentes e ondas de calor.
3. A atividade propõe a criação de um cartaz ou infográfico sobre o racismo ambiental na localidade onde vivem os estudantes. Avalie a relevância e a profundidade do conteúdo, a clareza e a criatividade das imagens e do texto, a precisão dos dados, a utilização de fontes confiáveis e a qualidade da apresentação. Incentive a troca de opiniões entre os estudantes sobre os resultados e utilize o trabalho como ponto de partida para discussões sobre o tema.

Atividades (p. 110)

1. Para Marx, no sistema capitalista, existem duas classes sociais: a classe dos proprietários dos meios de produção (burguesia) e a classe dos que não são proprietários dos meios de produção (o proletariado) e que vendem sua força de trabalho em troca de salário.
2. Para Weber, a classe social de um indivíduo é decorrente de um conjunto de posições de cada pessoa em relação a três fatores: propriedade de bens, *status* e destino pessoal. O *status* seria uma condição do indivíduo relacionada ao prestígio dessa pessoa em sociedade e estilo de vida.
3. Existem basicamente dois tipos de mobilidade social: a mobilidade vertical (muda-se de classe social – de uma classe para outra mais alta ou para outra mais baixa) e a mobilidade horizontal (dentro de uma camada social, uma pessoa pode mudar de posição ao mudar de geração ou de profissão, por exemplo).
4. O trabalho dos escravizados, o patrimonialismo e o patriarcalismo exerceram influências profundas e duradouras na formação da sociedade brasileira. Por um lado, a exploração da mão de obra escravizada durante o período colonial e imperial provocou um cenário de desigualdade racial e social que persiste, já que, mesmo após a abolição da escravidão, os descendentes de escravizados continuaram a enfrentar exclusão e marginalização. O patrimonialismo consiste em um tipo de dominação no qual os governantes agem em benefício próprio, prática que perdura até os dias de hoje, afetando a eficiência das instituições públicas no país. O patriarcalismo, por sua vez, consolidou a estrutura de dominação masculina, provocando e reforçando a desigualdade de gênero na atualidade. Esses três fatores contribuem para que a sociedade brasileira seja marcada, na atualidade, por desigualdades e injustiças.
5. Alternativa **d**.
6. A mobilidade social no Brasil tem sido baixa em razão da prolongada crise econômica, com altas taxas de desemprego e precarização do trabalho, ou seja, a oferta de emprego com carteira assinada ou no setor público é menor do que a demanda e há muitos trabalhadores atuando na informalidade, sem acesso a direitos trabalhistas e previdenciários. Pode-se fazer um levantamento das taxas de desemprego e de informalidade no Brasil desde 2015, quando a recessão teve início, e realizar um debate com os estudantes sobre a realidade laboral de seus familiares. Deve-se considerar também o impacto da pandemia de covid-19, que provocou recessão econômica e dificultou a mobilidade social de pessoas pertencentes a classes menos favorecidas economicamente (diminuição de salário, desemprego, menos oportunidades de estudo e trabalho e retrocesso nas condições de vida).
7. Pode-se apresentar aos estudantes a Lei nº 13.104/2015 (Lei do Feminicídio), que introduziu um qualificador na categorização de crimes contra a vida, classificando-o como crime hediondo. A solução para a violência motivada por gênero passa pelo fomento de políticas públicas que sustentem uma rede de atenção e proteção para vítimas de violência, baseada na articulação de serviços de saúde, justiça, segurança e assistência social. Além disso, é necessária a implantação de políticas públicas

voltadas para a prevenção da violência. Na organização do manifesto, os estudantes podem produzir textos sobre a violência contra as mulheres no Brasil e anexar matérias acerca do tema retiradas de fontes confiáveis. Incentive o debate com base nesse material externo, ressaltando a forma de abordagem dada pelas notícias.

8. **a.** Os estudantes devem mobilizar conceitos e ideias abordados no capítulo para refletirem sobre a relação entre pobreza e desigualdade e educação e trabalho. A desigualdade social que marca a sociedade brasileira contemporânea deve ser relacionada à má distribuição de renda, ao racismo e ao patriarcalismo construídos historicamente e que se manifestam em maiores dificuldades de acesso da população negra e feminina ao mercado de trabalho e a sistemas educacionais.
   b. Os dados evidenciam que a raça e o gênero de cada indivíduo interferem na posição que ele ocupa no sistema de classe: negros e mulheres são proporcionalmente os mais prejudicados na hierarquia social: 70% das pessoas pobres e extremamente pobres no Brasil são negras (pretas ou pardas) e, entre as mulheres pretas ou pardas, quase 50% eram pobres e extremamente pobres.
   c. No Brasil, há sérias disparidades regionais entre o rendimento médio domiciliar das populações. Para atenuar essas desigualdades, os estudantes devem considerar a implementação de políticas públicas nesse sentido. Pode-se sugerir que eles pesquisem sobre o tema em jornais impressos ou disponibilizados na internet.

9. Adea Cortina cunhou o termo *aporofobia* — do grego *áporo* (pobre) + fobia (medo) — para dar visibilidade à aversão ao pobre, manifestada em situações muitas vezes denominadas de xenofobia ou de racismo. Decorre, portanto, da estratificação social, uma vez que as pessoas são "classificadas" de acordo com seu poder aquisitivo, comportamento social, vestimentas, instrução formal etc. No Brasil, a aporofobia ocorre, por exemplo, na arquitetura urbana, por meio da instalação de grades, lanças e pedras pontiagudas para impedir a permanência de moradores em situação de rua em calçadas, debaixo de pontes e viadutos, em bancos de praças, próximo a estabelecimentos comerciais etc., na existência de elevador social e "de serviço" em prédios, no preconceito de achar que todo pobre é criminoso etc. Outro exemplo é a prática de transferir compulsoriamente para outros municípios essa população em situação de rua, uma vez que a ação não visa resolver o problema de miséria a que essas pessoas estão expostas, mas, antes, transferi-lo para outro local. Aproveite a oportunidade para relacionar aporofobia e invisibilidade social, bem como aporofobia e ascensão econômica, chamando a atenção dos estudantes para o modo como a elite identifica e repudia os símbolos relacionados à pobreza, o que a leva a apresentar atitudes aporofóbicas.

10. Alternativa **a**.

Sugestões

Livros

A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho

Pablo Gentili e Gaudêncio Frigotto 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

A obra apresenta estudos que analisam as condições de exclusão social produzidas no campo da educação e do trabalho no capitalismo contemporâneo.

Afirmando que tais condições negam ou interferem na realização de direitos inalienáveis para o exercício de uma cidadania democrática, a obra alerta sobre os efeitos excludentes das políticas governamentais conservadoras hoje em curso.

A persistência da raça

Peter Fry. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Tendo viajado por muitos países, o autor elaborou essa obra que combina relato pessoal e análise sociológica de diversos aspectos do racismo no Brasil e na África.

Site

Oxfam Brasil

Disponível em: https://www.oxfam.org.br/. Acesso em: 30 ago. 2024.

Organização da sociedade civil que faz parte de uma rede global com vinte membros atuando em noventa países por meio de campanhas, programas e ajuda humanitária. O *site* apresenta diversas informações sobre a desigualdade social, de classe, de raça e gênero no Brasil, com vídeos, animações, infográficos e publicações.

UNIDADE 3 PODER E POLÍTICA

Competências e habilidades trabalhadas na abertura

A abertura da unidade (páginas 112 e 113) apresenta dados que evidenciam o aumento da participação dos jovens no processo eleitoral, indicando um crescente interesse dessa parcela da população pela política. O objetivo é promover uma reflexão sobre a importância da ampliação da representatividade para a democracia brasileira e para a melhoria das condições sociais, econômicas e culturais dos cidadãos. Tal reflexão auxiliará os estudantes a aprofundarem a consciência política; agirem pessoal e coletivamente com autonomia e responsabilidade; e tomarem decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários. O trabalho contribui, portanto, para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 10**.

Respostas e comentários

1. Algumas hipóteses para explicar o aumento do interesse dos jovens podem ser apresentadas, tais como uma maior difusão de informações em decorrência da internet (especialmente as que circulam nas redes sociais), que promoveu maior acesso a notícias e debates políticos; e o crescimento do ativismo como consequência dos protestos que ocorreram em 2013 e que trouxeram maior visibilidade para questões políticas, da mobilização estudantil em 2016 e da Greve Global pelo Clima em 2018. Alguns temas que podem ser destacados como preocupações para os jovens nas próximas décadas são emprego, educação, saúde e meio ambiente.

   Nesse momento, incentive os estudantes a expor seu ponto de vista sobre os problemas da sociedade e suas preocupações como fator de encorajamento à própria participação política. Nesse sentido, destaque a importância do interesse pela busca de informações em fontes confiáveis, a consulta a diferentes propostas e pontos de vista sobre as questões em pauta e o desenvolvimento de uma postura consciente, participativa e alinhada às próprias convicções.

2. Os estudantes devem ser incentivados a refletir sobre o próprio comportamento em relação ao sistema político e eleitoral com base nos pontos discutidos ao longo da abertura da unidade. Espera-se que eles analisem seu interesse em participar das próximas eleições (caso pertençam à faixa etária em que o voto não é obrigatório), seu envolvimento em causas políticas e suas preocupações e expectativas em relação aos rumos políticos do país.

3. Na discussão coletiva sobre formas de engajamento ativo na política, espera-se que os estudantes identifiquem ações como a participação em movimentos estudantis e o ativismo em diversos campos de interesse, a candidatura a cargos políticos e o envolvimento em decisões locais e comunitárias.

Capítulo 5 Poder, política e Estado

Competências e habilidades trabalhadas

O conteúdo do capítulo possibilita o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 1** ao utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo social e cultural para entender e explicar a realidade – o que ocorre, por exemplo, quando se analisa a formação do Estado moderno e suas diferentes configurações (páginas 123 a 131); ao discutir os conceitos de poder e política em distintas perspectivas, apresentando sua importância para as ações do Estado, bem como sua relação com a sociedade civil, como ocorre ao longo de todo o capítulo e é explicitado, por exemplo, nas propostas do boxe "Explore" (página 116), quando os estudantes deverão analisar a relação de poder configurada em cartazes e adesivos de sinalização pública, do boxe "Explore" (página 122), quando os estudantes deverão aplicar o conceito de necropolítica a duas situações contemporâneas e do boxe "Explore" (página 123), quando os estudantes deverão analisar a separação entre religião e Estado no Brasil contemporâneo.

Em relação à **competência geral da Educação Básica 7**, ao apresentar o gráfico que aborda candidatos religiosos nas eleições de 2020 e sugerir análises a partir desse recurso, o boxe "Explore" (página 123) possibilita que os estudantes argumentem, com base em dados e informações confiáveis, a favor de pontos de vista e decisões que respeitem e promovam os direitos humanos.

O capítulo também trabalha a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 2** no tópico "Política" (página 120), ao apresentar as acepções da noção de política em variados tempos e espaços; no tópico "O Estado" (página 123), ao tratar da formação dos Estados nacionais, e dos modelos absolutista, liberal, socialista, nazista e fascista, de bem-estar social e neoliberal, bem como ao abordar, com base na teoria de Pierre Clastres, as sociedades contra o Estado (página 131).

Entre as habilidades trabalhadas no capítulo está a **(EM13CHS203)**, que consiste em comparar os significados de território, fronteiras e vazio (espacial, temporal e cultural), contextualizando e relativizando visões dualistas. Ela é trabalhada no conteúdo do tópico "Sociedades contra o Estado" (página 131). Ao analisar as sociedades não pela falta (sem Estado), mas pela presença de mecanismos culturais que impedem ativamente a formação do Estado (contra o Estado), o conteúdo da página possibilita que os estudantes relativizem dicotomias de caráter evolucionista, compreendendo a diversidade de formas de organização política em diferentes culturas.

Além disso, em diversos momentos do capítulo, são trabalhadas a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6** e, em particular, a habilidade **(EM13CHS603)**, quando são abordados os conceitos de Estado (páginas 123 a 131), poder (páginas 114 a 119) e soberania (página 124).

Temas contemporâneos transversais

O capítulo contribui para o trabalho com os temas contemporâneos transversais **Educação em direitos humanos** e **Diversidade cultural** nos tópicos "Biopolítica" (página 121), "Necropolítica" (página 122) e "Sociedades contra o Estado" (página 131) ao discutir as características coercitivas do Estado e a importância da diversidade de sujeitos para a composição do tecido político-social.

Trabalho interdisciplinar

O capítulo favorece a interdisciplinaridade com a área de **Linguagens e suas Tecnologias** no boxe "Explore" (página 125), que promove a análise do frontispício de *Leviatã*, de Thomas Hobbes. Por meio dessa análise, o estudante poderá relacionar a prática artística à dimensão política da vida social de modo a desenvolver a habilidade **(EM13LGG604)**. Além disso, a proposta 6 da seção "Atividades" (página 134) sugere a produção de uma reportagem, possibilitando o desenvolvimento da habilidade **(EM13LP45)** de **língua portuguesa**.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O conteúdo do tópico "Política" (página 120) discute as formas de exercício da política, com destaque para o contexto da Grécia antiga. O boxe "Explore" (página 122) possibilita discutir a necropolítica, e o boxe "Explore" (página 123) traz propostas de atividades que visam incentivar a reflexão sobre a relação entre religião e Estado no Brasil contemporâneo. Essas abordagens favorecem o trabalho com o **ODS 16 Paz, justiça e instituições eficazes**.

Respostas e comentários

Abertura (p. 114)

Sugerimos utilizar a imagem de abertura para problematizar a visão de que a política deve ser limitada aos chamados "políticos profissionais", ou seja, aqueles que disputam mandatos eletivos e militam em partidos políticos; e de que ao cidadão basta exercer seu direito ao voto. Nessa problematização, cabe destacar que a política é uma construção cotidiana e que, quanto maior a participação cívica e cidadã, melhores serão os resultados da atividade política.

Explore (p. 116)

1. O adesivo informa que determinados assentos devem ser ocupados preferencialmente por obesos, gestantes, pessoas com bebês ou crianças de colo, idosos, pessoas com deficiência e no espectro do autismo. O cartaz orienta o uso de máscara de proteção. As ações são o resultado de políticas públicas criadas pelo Estado com o objetivo de gerar inclusão e igualdade entre os cidadãos, no caso do adesivo, e de promover a saúde coletiva por meio da erradicação de doenças, no caso do cartaz.
2. Trata-se do estabelecimento de normas e regulamentações, o que configura uma relação de poder entre Estado e cidadãos.

Explore (p. 118)

1. Na dominação de tipo tradicional, a legitimidade do poder reside em tradições, herança ou costume. Nesse tipo de dominação, cumpre-se uma regra ou ordem "porque sempre foi assim".
2. Trata-se do patriarcalismo. Na cena, um empregado do governo aparece à frente de uma fila de pessoas, composta, no início, por mulheres brancas e, ao final, por mulheres e homens negros. A disposição em fila e os trajes usados simbolizam a hierarquia social posta e o lugar de autoridade do homem branco empregado do governo, refletindo tradições e costumes coloniais, em que a autoridade deriva de uma ordem social herdada.

Explore (p. 122)

1. O conceito de necropolítica faz referência ao controle da vida da população mediante o poder soberano de decidir quem vive e quem morre. A fotografia retrata uma manifestação contra a violência policial e o genocídio da população negra. Nesse sentido, é possível aplicar o conceito à fotografia, interpretando as práticas sistemáticas de violência contra a população negra como uma forma de necropolítica.
2. A noção de necropolítica aplica-se não apenas à violência direta – denunciada na imagem –, mas também à morte como negligência. É o caso das políticas neoliberais de austeridade. Ao priorizar políticas que beneficiam aspectos econômicos e reduzir o investimento na garantia de direitos sociais, contribui-se para o acirramento da vulnerabilidade das camadas mais pobres da população. A situação ocasiona um aumento da mortalidade e uma queda na expectativa de vida, convertendo-se, portanto, em uma política de extermínio velado.

Explore (p. 123)

1. O gráfico evidencia uma expressiva presença de títulos religiosos nos nomes de urna de candidatos das eleições de 2020 no Brasil. Com base nisso, é possível depreender que, apesar do princípio constitucional de laicidade, há influência religiosa na política brasileira e, consequentemente, no Estado. O uso de titulações religiosas no nome de urna pode indicar que candidatos utilizam sua autoridade religiosa como forma de autolegitimação política e/ou que a identidade religiosa é um valor importante na escolha de candidatos pelos eleitores.
2. A atividade tem como objetivos estimular a reflexão e exercitar a argumentação dos estudantes. Ela pode ser realizada em pequenos grupos ou, então, envolvendo todos os estudantes em um debate único. Durante o debate, auxilie na organização das falas, buscando assegurar espaço para que todos participem. Incentive os estudantes a sustentar os argumentos em princípios constitucionais, conceitos e teorias políticas, processos históricos e exemplos contemporâneos. Reforce com os estudantes a importância de preservar a diversidade religiosa e a liberdade de consciência e de crença. Cuide para que, no debate, os estudantes atentem para esses princípios. Após o debate, como fechamento, promova uma reflexão sobre a experiência, perguntando-lhes: Vocês já tinham pensado sobre esse tema? Como foi debatê-lo? Houve algum argumento que fez com que vocês mudassem de opinião? Quais são os desafios de garantir na prática a laicidade?

Explore (p. 125)

1. Diversos elementos podem ser mencionados. Na parte superior da gravura, há uma figura humana em tamanho grande. Ela está representada da cintura para cima, e seu corpo é composto por uma multidão de pequenas figuras humanas. Na cabeça, porta uma coroa. Na mão direita, segura uma espada e, na esquerda, um cetro.

   É possível interpretar essa figura como o soberano, composto pela soma dos indivíduos que renunciam à liberdade em favor de um contrato social. Esse contrato autoriza ao soberano o poder de governar a sociedade, garantindo a ordem e a proteção aos indivíduos.

2. Sim. O pacto hobbesiano é um pacto de submissão, porque implica que os indivíduos renunciem à liberdade, subordinando-se ao soberano em troca de segurança e ordem. Essa renúncia está representada na imagem pela composição do corpo soberano pela multiplicidade de indivíduos. Cabe ressaltar, ainda, o gigantismo do soberano, que se projeta das montanhas para a cidade; o fato de que seu corpo, o corpo político e social, é formado pela reunião de todos indivíduos; e a presença da espada e do cetro religioso em suas mãos, indicando que não há divisão de poder. Todos esses elementos, bem como as imagens de coroas, castelos, canhões e outros símbolos, reforçam que o soberano tem poderes absolutos, sendo capaz de submeter tudo e todos à sua vontade.

Explore (p. 132)

1. No que tange ao quesito econômico, o Estado absolutista adota o mercantilismo, baseado na acumulação de riqueza por meio de uma balança comercial favorável e na regulamentação econômica pelo Estado. Já o Estado liberal parte do pressuposto de que há uma autorregulação do mercado, existindo, assim, uma mínima intervenção do Estado na economia.

   Em relação ao quesito político, o Estado absolutista é marcado pela centralização do poder, ausência de separação rígida entre esfera pública e privada e presença de uma estrutura governamental unificada de Forças Armadas, Judiciário e tributação. Já o Estado liberal prevê a separação entre as esferas pública e privada, a limitação da intervenção estatal e um Estado mínimo para garantir os direitos individuais de segurança, propriedade e liberdade.

2. No que se refere ao quesito econômico, o Estado nazifascista caracteriza-se pela presença de uma economia de mercado fortemente regulada pelo Estado de forma autoritária, sem que haja, entretanto, eliminação da propriedade privada. Quanto ao quesito político, o Estado nazifascista adota centralização e marcada ideologia de direita como exaltação da tradição e do nacionalismo. No aspecto social, há significativa redução de direitos civis e políticos.

   Já no Estado socialista, há propriedade coletiva dos meios de produção, e a economia é planificada, regulada pelo Estado. No âmbito político, há previsão de participação da classe trabalhadora, com ideologia de esquerda. No aspecto social, há tentativa de redução de desigualdades.

3. O Estado de bem-estar social prevê intervenções para controlar crises e conflitos no capitalismo, buscando garantir um padrão de vida mínimo e ampliar o acesso da população ao mercado de consumo. Há, portanto, expansão de direitos sociais, entre os quais os trabalhistas, e aumento na capacidade de consumo de bens. Já o Estado neoliberal prevê a presença de uma economia de mercado com mínima intervenção do Estado e a promoção da livre concorrência. É marcado pela redução de gastos públicos, pela desregulamentação de direitos trabalhistas e pela predominância do poder de corporações.

Trabalho com fontes (p. 133)

1. A dominação racional-legal é aquela cuja legitimidade tem como fundamento o conjunto de legislações, normas e regulamentações racionalmente estabelecidas (adequação entre meios e fins) em uma sociedade ou instituição. Trata-se de um tipo de dominação em que o poder é exercido por meio de estruturas organizacionais, normas impessoais e objetivas, onde tanto quem manda quanto quem obedece está submetidos às leis.

   Já a dominação tradicional tem como fundamento da legitimidade a santidade das tradições vigentes (isto é, o conjunto de valores e costumes de determinada sociedade) desde sempre (baseadas na transmissão intergeracional, continuidade histórica ou "porque sempre foi assim"). Trata-se de um tipo de dominação em que se obedece em respeito aos costumes e tradições e às pessoas que, em decorrência deles, representam autoridade.

   Por último, a dominação carismática tem como fundamento da legitimidade a veneração do poder heroico, da santidade ou do caráter exemplar de um líder (isto é, decorre da crença de que um indivíduo tem algo excepcional ou extraordinário), bem como nas ordens e revelações criadas por essa pessoa. Trata-se de um tipo de dominação em que se obedece por um caráter de apelo pessoal.

2. Exemplo de dominação racional-legal: o ordenamento jurídico-legal do Estado moderno, em que a legislação determina a autoridade, e a obediência da população está respaldada na validade legal dessas regras.

   Exemplo de dominação tradicional: o sistema de castas indiano, em que os papéis associados a cada casta e as consequentes relações de obediência e subordinação estão instituídos em tradições e valores antigos.

   Exemplo de dominação carismática: líderes que exercem influência por inspirar politicamente multidões, como Nelson Mandela ou Mahatma Gandhi.

3. A atividade visa estimular que os estudantes utilizem os conceitos das ciências sociais para analisar o contexto em que estão inseridos, com fundamento na identificação e caracterização de figuras contemporâneas que exercem dominação carismática. Na correção, verifique se os estudantes justificaram os nomes indicados segundo os elementos que constituem esse tipo-ideal. Nesse sentido, é necessário que identifiquem figuras cuja legitimação da autoridade ocorre por meio da personalidade. Os estudantes devem ser capazes de identificar quais qualidades pessoais, visões ou habilidades inspiram e mobilizam seguidores, destacando como essas características legitimam a autoridade da figura indicada.

Atividades (p. 134)

1. Alternativa **d**.
2. Max Weber apresenta três tipos puros de dominação: a tradicional, baseada em relações de poder tradicionais; a carismática, que se baseia na crença em qualidades excepcionais de um líder; e a racional-legal, baseada na imparcialidade e nas leis. A Constituição representa a dominação racional-legal, pois se trata da lei maior do país e, portanto, deve ser seguida por todos os cidadãos, independentemente de suas relações e experiências pessoais.
3. Economia: no Estado de bem-estar social, a economia de mercado é regulada pelo Estado. No Estado neoliberal, há progressiva exclusão da participação do Estado na economia de mercado. Política: o Estado de bem-estar investe na distribuição de renda e em serviços para garantir os direitos e o bem-estar da população. No Estado neoliberal, há a desregulamentação dos direitos trabalhistas, e a política é submetida ao poder das grandes corporações. Sociedade: o Estado de bem-estar social atua na ampliação dos direitos sociais e do consumo de bens. O Estado neoliberal tende a reduzir os direitos trabalhistas e os investimentos nas áreas sociais.
4. Apoiado no excerto de Thomas Piketty, é possível inferir que, para equilibrar a distribuição de poder econômico, um sistema político pode atuar como mediador, regulando a atuação das entidades privadas, de forma a proteger bens e recursos compreendidos como de interesse coletivo.
5. O texto de John Locke defende que, nessa forma de governo, a aplicação da justiça deixará de ser subjetiva e passará a ser imparcial e baseada na lei. Essa é uma das características presentes na dominação racional-legal, discutida pelo sociólogo Max Weber.
6. A política do filho único foi adotada pelo governo da China entre 1979 e 2015, permitindo apenas um filho por casal. Nas áreas rurais, caso o primeiro filho fosse do sexo feminino, era permitido ter o segundo. Embora a medida tivesse por objetivo frear o crescimento populacional, teve consequências impactantes na sociedade, culturalmente marcada pela preferência por filhos homens, o que levou muitas meninas, ainda bebês, a serem abandonadas, além de incentivar o aborto seletivo, para o cumprimento da política. Isso gerou desequilíbrio da proporção populacional, que passou a ter mais homens do que mulheres. Atualmente, em razão do alto custo de vida, da preocupação com a carreira e da necessidade de cuidar dos pais idosos, muitos chineses não querem ter filhos, o que pode levar ao fim do legado familiar, à falta de mão de obra no futuro e, consequentemente, à baixa contribuição no pagamento de impostos, onerando o Estado para manter a grande quantidade de idosos. Todos esses fatores caracterizam a biopolítica na medida em que interferem na gestão da natalidade, na saúde pública e nos padrões comportamentais, além de imprimirem valores e moldarem a identidade desses filhos únicos, hoje adultos.
7. O debate com *flashcards* é uma metodologia ativa que corresponde a uma apresentação argumentativa cujo tema tenha sido trabalhado em sala de aula ou cujo conteúdo tenha sido apresentado aos estudantes por meio de estudos prévios, como, por exemplo, a leitura do livro didático. A ideia é trabalhar a cooperação entre os estudantes (que poderão ser divididos em subgrupos por afinidade entre eles ou pela ação interventiva do professor) e as habilidades de escrita e argumentação dentro de um prazo relativamente curto. Passo a passo:
   - Considerando o total de trinta estudantes e uma aula com 45 minutos, divida a turma em dois grupos. O primeiro grupo de quinze membros será dividido em três subgrupos de cinco membros, cada qual devendo ter um estudante-líder, que, em princípio, deve ser escolhido pelo grupo. O segundo grupo de quinze estudantes irá formar a plenária (tempo: cinco minutos).
   - Cada um dos subgrupos com cinco estudantes irá responder (por escrito) à questão-problema. Findo o prazo, cada estudante-líder terá três minutos para apresentar a resposta elaborada pelo seu próprio subgrupo (tempo: quinze minutos).
   - Após a primeira rodada de apresentação, cada estudante-líder terá mais um minuto para contestar (ou consentir) o que foi apresentado pelos outros dois subgrupos (tempo: três minutos).
   - Findo o debate, cada membro da plenária terá que escolher a melhor apresentação por meio de *flashcards,* que foram previamente elaborados durante o debate (tempo: dois minutos).
   - Após a escolha, os membros da plenária se dividirão em até três subgrupos, e cada qual deverá redigir, coletivamente, um pequeno parágrafo justificando seu voto. Assim, haverá um subgrupo da plenária com X estudantes que votaram na argumentação n. 1 (a primeira a ser apresentada, e assim sucessivamente), Y estudantes que votaram na argumentação n. 2, e Z estudantes que votaram na argumentação n. 3 (tempo: quinze minutos).
   - Ao final da etapa anterior, todos deverão entregar seus escritos ao professor em folhas apartadas, constando o nome e o número de cada integrante. Após a entrega, deve haver uma rodada de avaliação dialogada entre estudantes e professor, com impressões sobre a atividade (tempo: cinco minutos).
   - O professor poderá atribuir (ou não) uma nota ou conceito para a atividade, devolvendo os escritos devidamente apontados na aula subsequente. A pontuação é facultativa. Por fim, a atividade pode ser replicada em diferentes oportunidades, de modo que aqueles que formaram a plateia em um primeiro momento, venham a compor o grupo de apresentação em outro.
8. Alternativa **a**.
9. A forma de poder celular descrita pelas autoras evidencia que o poder não é exercido apenas pelo Estado ou pelas grandes instituições, forma tradicional, mas se encontra também nas relações sociais cotidianas (homem-mulher, estudante-professor, pai-filho) e entre instituições.
10. Alternativa **e**.

Atividade complementar

Na página 124, na apresentação das características do Estado moderno, a Bolívia e o Equador foram mencionados como exemplos de Estados plurinacionais. Desse ponto de partida, sugere-se realizar uma atividade de estudo de caso sobre os dois Estados, possibilitando que os estudantes utilizem conceitos das ciências sociais como ferramentas de análise de uma situação real contemporânea. Nessa pesquisa, os estudantes devem buscar compreender as características dessa forma de organização estatal; analisar como ela responde às demandas colocadas pela diversidade étnica e cultural dos países; e refletir sobre os desafios enfrentados na implementação desse modelo.

Para realização da atividade, considere as seguintes orientações.

- Divida a turma em grupos. Metade dos grupos deve ficar responsável por pesquisar o Estado plurinacional da Bolívia, e a outra metade, o Estado plurinacional do Equador.
- Oriente que os estudantes selecionem fontes de pesquisa confiáveis, como livros, artigos científicos, portais de conteúdo jornalístico reconhecido por apuração sólida e trechos constitucionais traduzidos para o português.
- Reserve uma aula para leitura e interpretação das fontes selecionadas. Para subsidiar a organização e síntese do conteúdo pelos estudantes, podem ser fornecidas algumas perguntas orientadoras. Por exemplo:
  - Qual foi o contexto de conversão do Estado em plurinacional? De onde partiu a demanda? Qual foi o processo político em que ela foi encaminhada?
  - Como a Constituição define esse Estado como plurinacional?
  - Qual é a estrutura do Estado? Como os diferentes povos são representados? Quais são os mecanismos participativos existentes?
  - Que direitos são previstos? Eles abrangem todos os grupos?
  - Quais são os desafios e as controvérsias em torno desse modelo de Estado? Quais tensões políticas e sociais repercutem?
- Disponha um tempo para que os grupos que pesquisaram um mesmo Estado plurinacional compartilhem entre si as informações, comparando-as e aprimorando suas respostas.
- Como encerramento, conduza um debate geral da turma por meio do qual os grupos possam apresentar os achados de pesquisa, comparando os dois casos.

Sugestões

Livros

Dicionário de política

Norberto Bobbio; Nicola Matteucci; Gianfranco Pasquino (org.). Brasília, DF: UnB, 2010. 2 v.

Organizada em dois volumes de ordenação alfabética, a obra reúne verbetes sobre os principais conceitos de política, explicando sua evolução histórica, acepções, usos contemporâneos e obras e autores a eles relacionados.

Os clássicos da política

Francisco Weffort (org.). São Paulo: Ática, 2006. 2 v.

A coletânea reúne e analisa trechos de textos de autores clássicos da política, como Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, Burke, Tocqueville, Mill, Marx, entre outros.

Necropolítica

Achille Mbembe. São Paulo: n-1 edições, 2018.

No ensaio, o autor argumenta que a noção foucaultiana de biopoder é insuficiente para analisar as formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte e apresenta os conceitos de necropolítica e necropoder.

Capítulo 6 Governo e participação política

Competências e habilidades trabalhadas

O conteúdo do capítulo busca desenvolver a **competência geral da Educação Básica 1** nos tópicos "Sistemas de governo" (página 137), "Unicameralismo e bicameralismo" (página 138), "Formas de participação política: os partidos" (página 138) e "Os sistemas eleitorais" (página 139), ao possibilitar que os estudantes conheçam os principais mecanismos de funcionamento dos sistemas políticos contemporâneos, instrumentalizando-os para que se engajem em debates políticos e incentivando sua participação ativa e constituição do processo democrático, bem como a reflexão crítica sobre o impacto das estruturas políticas nos processos de tomada de decisão. O desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 1** ocorre também no tópico "Democracia" (páginas 140 a 142), na medida em que os estudantes são instigados a conhecer e refletir sobre as transformações da noção de democracia da Antiguidade à contemporaneidade, atentando às características e aos entraves dos modelos de democracia direta, representativa e participativa.

O capítulo também permite desenvolver a **competência geral da Educação Básica 2**, visto que a seção "Em pauta" (página 143), ao abordar a crise de representatividade da política brasileira, propõe que os estudantes realizem uma análise crítica comparativa de gráficos demográficos e de distribuição de cadeiras no Congresso Nacional; e que, em seguida, busquem traçar ações em prol da promoção da representatividade política. A seção colabora também para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 4**, ao possibilitar que os estudantes utilizem diferentes linguagens para partilhar informações na elaboração de postagem de sensibilização pública em redes sociais.

O capítulo colabora ainda para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 7**, ao, na proposta 9 da seção "Atividades" (página 159), possibilitar que os

estudantes pesquisem sobre a reforma política e utilizem fatos, dados e informações confiáveis para discutir os limites e as possibilidades dos projetos em pauta.

O capítulo favorece o trabalho com a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1** e o desenvolvimento das habilidades **(EM13CHS103)** e **(EM13CHS106)** na seção "Em pauta" (página 143), ao exercitar a sistematização de dados, a elaboração de argumentos e o uso da linguagem gráfica e iconográfica e de tecnologias digitais de informação e comunicação para resolver problemas e exercer protagonismo na vida coletiva.

O estudo do capítulo também promove o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5**, na seção "Em pauta" (página 143), ao incentivar que os estudantes observem a sub-representação de certos grupos na composição do Congresso Nacional, reflitam criticamente sobre como as estruturas políticas refletem e perpetuam desigualdades sociais, e elenquem estratégias para combater essas desigualdades. A competência é também desenvolvida na seção "Trabalho com fontes" (página 156), que aborda particularmente a habilidade **(EM13CHS504)**, ao possibilitar que os estudantes atentem aos desafios enfrentados pela democracia no Brasil e à importância da adoção de princípios éticos e inclusivos ao refletir sobre como o alargamento das desigualdades contribui para a desconfiança nas instituições democráticas, afetando a legitimação do sistema.

O capítulo colabora ainda para o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6** e da habilidade **(EM13CHS603)**, nos tópicos "As formas de organização do Estado moderno" (página 136), "Sistemas de governo" (página 137), "Unicameralismo e bicameralismo" (página 138), "Formas de participação política: os partidos" (página 138) e "Os sistemas eleitorais" (página 139), ao abordar as formas e sistemas de governo; e da habilidade **(EM13CHS602)**, nos tópicos "O coronelismo" (página 151) e "Patrimonialismo, nepotismo e clientelismo" (página 152), ao refletir sobre a concentração de poder, a não separação entre público e privado e a prática de troca de favores entre políticos e eleitores, mediante a oferta de benefícios pessoais, como empregos e contratação de serviços, em diferentes momentos históricos.

O capítulo também colabora para o desenvolvimento das habilidades **(EM13CHS501)** e **(EM13CHS605)** na "seção Trabalho e Juventudes" (página 157), ao instigar a reflexão sobre a natureza e a importância do serviço público para a consolidação do Estado democrático de direito no Brasil, bem como sobre a participação ética dos funcionários públicos na construção de uma sociedade justa e igualitária.

Temas contemporâneos transversais

O capítulo contribui para abordar o tema contemporâneo transversal **Vida familiar e social** na medida em que subsidia os estudantes a compreender o fundamento das instituições políticas contemporâneas, estimula a participação e o engajamento cívico, bem como o posicionamento ético diante de desvios na máquina pública.

Trabalho interdisciplinar

O capítulo também favorece a interdisciplinaridade com a área de **Matemática e suas Tecnologias**, por utilizar estratégias, conceitos e procedimentos matemáticos, como a comparação de dados percentuais demográficos e de representação, contribuindo para o desenvolvimento da **competência específica de Matemática e suas Tecnologias 1** e da **competência específica de Matemática e suas Tecnologias 2** na seção "Em pauta" (página 143). A seção também favorece a interdisciplinaridade com **língua portuguesa**, em especial a habilidade **(EM13LP43)**, ao propor a produção fundamentada e ética de uma peça para redes sociais para sensibilização sobre o tema da representatividade.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O boxe "Explore" (página 139) traz propostas de atividades que visam incentivar a reflexão sobre os impactos da adoção de diferentes sistemas eleitorais sobre o comportamento do eleitor, favorecendo dessa forma o trabalho com o **ODS 16 Paz, justiça e instituições eficazes**.

Já a seção "Trabalho com fontes" (página 156), ao analisar o impacto do alargamento das desigualdades na legitimação da democracia na contemporaneidade, colabora para o trabalho com o **ODS 10 Redução das desigualdades**.

Respostas e comentários

Explore (p. 139)

1. O voto nominal implica maior personalização da política. Como a escolha é direcionada a candidatos específicos, esse tipo de voto favorece que o eleitorado considere aspectos individuais na escolha (carisma, trajetória pessoal, aparição midiática etc). Isso pode acarretar maior destaque para a personalidade dos candidatos, em detrimento do alinhamento partidário. Já no voto em legenda, como a elegibilidade de um candidato é impactada pelo desempenho do partido na totalidade, há uma tendência de fortalecimento do partido. Nesse sentido, esse tipo de voto favorece que os partidos se organizem de maneira mais coesa, com programas políticos estruturados e disciplina partidária.
2. Espera-se que os estudantes percebam que a distribuição proporcional aumenta a importância dos partidos políticos, uma vez que determina que a distribuição das vagas no Legislativo deve refletir a proporção de votos recebidos por cada partido, e não apenas o volume de votos individuais de cada candidato.

Explore (p. 140)

1. A charge comunica a ideia de que os cidadãos devem se manifestar em caso de risco à democracia: a democracia pode ser preservada por avisos e mobilizações sociais, assim como os incêndios podem ser combatidos pelo soar do alarme e o uso de extintores.
2. Na charge, a Constituição Federal de 1988 foi associada à proteção da democracia, pois esse documento foi elaborado para garantir a defesa dos direitos dos cidadãos. A defesa de direitos iguais a todas as pessoas sustenta a ideia de democracia.

Em pauta (p. 143)

1. Espera-se que os estudantes, ao analisar a composição do Poder Legislativo federal considerando os marcadores sociais de raça e gênero, identifiquem a existência de sub-representação política de estratos sociais que constituem maiorias demográficas. As mulheres totalizam 51,1% da população brasileira, mas constituem apenas 18% de deputados eleitos e 14,8% de senadores eleitos em 2022. A população negra compõe 55,9% do total, mas integra apenas 26% dos eleitos deputados e 22,2% dos senadores. O quadro é ainda mais alarmante quando analisadas as intersecções entre os marcadores: mulheres negras, o maior grupo demográfico, constituem 28,2% da população, mas ocupam apenas 5,6% das cadeiras para deputados, e não há mulheres negras senadoras.
2. Espera-se que os estudantes elenquem iniciativas do Estado e/ou da sociedade civil, como a adoção de regras de distribuição de financiamento de campanha com priorização de grupos sub-representados, de cotas em listas partidárias e de reserva de cadeiras no Legislativo; a promoção de ações de sensibilização sobre o tema; e o mapeamento e a difusão de candidaturas de grupos sub-representados.
3. Para a realização da atividade, oriente, primeiramente, os estudantes a definir o tipo de rede social para o qual a publicação será destinada. Como cada rede tem um formato de conteúdo, a determinação impactará o modelo do produto final. Para a confecção do material, os estudantes podem utilizar os dados analisados na seção, bem como pesquisar informações adicionais na internet, em livros, revistas e periódicos disponíveis na escola.

Explore (p. 151)

1. A charge satiriza o alistamento de pessoas já falecidas como eleitoras.
2. O coronelismo foi um fenômeno marcado por fraudes eleitorais, como o "voto de cabresto", o "bico de pena", o abuso da autoridade pelos coronéis e o uso da máquina pública em favor das elites locais.

Explore (p. 154)

1. A charge representa o Congresso Nacional (Poder Legislativo) à esquerda, o Palácio do Planalto (Poder Executivo) à direita e uma ponte ligando os dois edifícios intitulada "coalizão". A ponte entre os edifícios opera como metáfora, simbolizando que o estabelecimento de coalizões implica uma conexão entre os dois poderes.
2. A fala "10% na minha mão" alude à prática de corrupção, sugerindo que, na construção de coalizões, é comum que haja tentativas de suborno ou troca de vantagens pessoais. A charge, portanto, faz uma crítica ao estabelecimento de coalizões típico do presidencialismo brasileiro, sugerindo que, em vez de acordos de caráter político, o estabelecimento de coalizões ocorre da troca de favores, cargos e benefícios financeiros.
3. Se, por um lado, a governabilidade no sistema político brasileiro altamente fragmentado depende da capacidade de o presidente construir alianças políticas entre os partidos representados no Congresso, por outro, o estabelecimento de coalizões pode abrir espaço para práticas antiéticas, como a distribuição de favores, cargos e recursos públicos em troca de apoio político.

Trabalho com fontes (p. 156)

1. Na análise do entrevistado, a crise da democracia decorre de os regimes democráticos não responderem "às demandas da população".
2. Para Luis Felipe Miguel, a noção de igualdade é um pilar da democracia. Ele afirma que, se, em um primeiro momento, a democracia "amenizava a dominação social", com o aumento das desigualdades sociais, a incapacidade dos sistemas democráticos de responder a essas desigualdades garantindo igualdade tem enfraquecido a legitimidade desse sistema de governo. Para exemplificar, ele menciona, no caso brasileiro, o teto de gastos, uma emenda constitucional que restringiu os gastos públicos em áreas sociais por 20 anos. Na interpretação do autor, esse é um exemplo de política que inibe a capacidade do Estado de combater desigualdades e promover justiça social, minando, assim, a legitimidade da democracia.
3. Do excerto, é possível depreender que a expressão "pânico moral" faz alusão a um estado de medo e ansiedade coletiva, engatilhado por discursos que interpretam certas mudanças sociais de valores como afrontas à ordem social.

Trabalho e Juventudes (p. 157)

Discuta o papel do servidor público para que os estudantes reflitam sobre como deve funcionar um Estado organizado segundo os princípios republicanos. Para seguir carreira pública, o profissional deve ter profundo senso ético, ser empático, tolerante e ter habilidade para a negociação e o diálogo. Ele precisa ser capaz de elaborar análises complexas, considerando aspectos variados da realidade. Por isso, é desejável uma formação generalista, com conhecimentos de história, sociologia, matemática etc. Também se espera que esse profissional seja capaz de respeitar regras, seguir cronogramas, ter senso de justiça, ser organizado e responsável e ter capacidade de autocontrole e autorregulação. Aponte a importância de o profissional do setor público atuar em conformidade com regras e padrões rigorosos e guiado pela impessoalidade, colocando o interesse público à frente de interesses privados.

Atividades (p. 158)

1. A democracia direta caracteriza-se pela defesa de ideias e propostas políticas do cidadão sem a presença de intermediários ou representantes. Na democracia representativa, o conjunto de cidadãos elege um representante, que colocará em prática as ideias da coletividade. Por fim, a democracia participativa busca conciliar as bases dos dois modelos anteriores: a representatividade continua existindo, porém com a abertura de canais para a participação direta da sociedade, a fim de aproximar os cidadãos das esferas de poder.
2. Thomas Hobbes entendia que, para ter a garantia de integridade física, que não existia no estado de natureza,

marcado pela guerra, os integrantes da sociedade cederiam suas liberdades ao monarca, que, com poder absoluto, exerceria a soberania. Já John Locke defendia o poder soberano nas mãos dos cidadãos, uma vez que esses possuem melhor capacidade de defender seus próprios anseios e direitos naturais (especialmente a propriedade privada) na vida em sociedade.

3. Na análise de Jean-Jacques Rousseau, a legitimidade da ordem política reside no estabelecimento de um contrato social em que os indivíduos livremente consentem em estabelecer um governo que reflita a vontade geral, promovendo, assim, a liberdade e a igualdade de todos os cidadãos, e não a sujeição à opressão.

4. O discurso nacionalista, quando radicalizado, tende a negar a pluralidade de ideias ao considerar que somente uma única visão de mundo deve representar a todos, o que tende a criar problemas para o exercício pleno da democracia em uma sociedade. Comente com os estudantes que a história já comprovou que o acirramento do discurso nacionalista pode ser muito prejudicial ao equilíbrio político internacional. As duas grandes guerras mundiais tiveram, entre outros fatores, forte componente nacionalista. A criação dos Estados fascista e nazista também teve como contribuição o discurso nacionalista. Outras guerras, em diversos contextos históricos, aconteceram com excitação nacionalista. A Organização das Nações Unidas, instituição supranacional, foi criada justamente para buscar esse equilíbrio político internacional e evitar os conflitos.

5. Espera-se que os estudantes reconheçam a importância da representatividade política, identificando a desigualdade de representação como um entrave à boa qualidade da democracia brasileira. Para fomentar a reflexão, incentive os estudantes a elencar possíveis efeitos nocivos da sub-representação. Eles podem citar o fato de que o déficit de representatividade gera insatisfação e desinteresse político, além de poder acarretar um desalinhamento entre a formulação de políticas públicas e as demandas de certos estratos populacionais. Em contrapartida, uma composição diversa das instâncias representativas pode elevar as possibilidades de que as políticas públicas atendam adequadamente às demandas populacionais e colaborar para o combate às desigualdades, além de construir referências de espelhamento e pertencimento ao debate político.

6. Espera-se que os estudantes apontem que, no Brasil, o sistema presidencialista é caracterizado pela tripartição dos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e que o presidente exerce a função de chefe de Estado e de governo. É possível que os estudantes apontem também que as eleições para cargos do poder Executivo e para o Senado ocorrem por voto popular direto. Já as eleições para os demais cargos do Legislativo ocorrem de maneira proporcional. É possível que os estudantes identifiquem que uma das vantagens do presidencialismo é a existência de certa estabilidade do governo. Ao mesmo tempo, uma desvantagem é a possibilidade de conflitos entre os poderes. Diante disso, o presidencialismo de coalizão pode ser apontando como uma característica do sistema político brasileiro.

7. O coronelismo foi um fenômeno político presente na Primeira República no Brasil (1889-1930). Nele, grandes proprietários de terra e lideranças locais, chamados de coronéis, exerciam controle político por meio de fraudes eleitorais, trocas de favores, entre outros. Como consequências, é possível apontar a concentração de poder, a limitação da participação política, a fragilização institucional e o personalismo.

8. O estudante deve argumentar que a disseminação de *fake news* fomenta a polarização ao minar a confiança que as pessoas têm em instituições científicas, democráticas e nos veículos jornalísticos, levando-as a pautar-se apenas nas informações que recebem via aplicativos de troca de mensagens ou redes sociais, cujos algoritmos, por meio das preferências pessoais dos usuários, criam "bolhas", apresentando a eles apenas o que lhes interessa para que permaneçam mais tempo *on-line*, consumam mais – uma vez que são alvos constantes de publicidade – e gerem mais engajamento e mais lucro para essas empresas de tecnologia. As "bolhas" digitais impedem as pessoas de desenvolver o senso crítico e de observar o que é diferente para refletir sobre opiniões contrárias às próprias e levá-las em consideração, dando a impressão de que a verdade é absoluta apenas de um lado e, consequentemente, tachando o lado "oposto" de errado. Isso leva à intolerância, ao discurso de ódio, à estigmatização e a ataques aos sistemas judiciário e eleitoral, à imprensa e a outras instituições democráticas, impedindo as pessoas de exercerem plenamente seus direitos políticos, bem como dificultando a promoção de eleições livres e justas.

9. Fomente o debate com o objetivo de levar os estudantes a refletir sobre a importância das instituições políticas. O debate deve estar norteado pela pergunta central da atividade, mas tendo em mente os avanços e os limites de uma reforma política. Nesse sentido, eles devem pensar também em aspectos como a cultura política e as estruturas de classe. Retomando as ideias centrais do texto, a atividade busca propiciar aos estudantes uma reflexão mais sistemática sobre os temas apresentados. Dessa forma, o objetivo específico é fazer com que demonstrem capacidade de estabelecer relações e identificar semelhanças e diferenças entre as teorias, o que permite ao professor verificar se eles alcançaram as habilidades e competências esperadas. As formas de trabalhar essas questões em sala de aula – ou seja, as formas de mediação pedagógica – podem variar, e, dado o seu caráter voltado para o estabelecimento de relações e identificação de situações, as respostas também podem diferir bastante, principalmente nos exemplos. Portanto, sugerem-se algumas formas de trabalho para o compartilhamento das informações:

- Divisão em grupo e socialização das respostas para cada questão.
- Seminários em que os estudantes apresentem suas pesquisas sobre algum item da proposta de reforma política. Os grupos podem expor pontos contidos na proposta ou algum mecanismo existente em outro país. É possível sugerir também que o mecanismo utilizado seja de algum sistema eleitoral da América Latina.

10. Alternativa **a**.

11. Alternativa **b**.

Atividade complementar

Ao longo do capítulo, foram estudados diferentes sistemas políticos, bem como teorias de análise do funcionamento de cada um deles. Com base nos conceitos aprendidos, sugere-se realizar uma atividade de aprendizado por proposição de problemas sobre governo e participação política, estimulando a curiosidade e a criatividade dos estudantes, que deverão conceber, em grupos, o sistema político de uma sociedade fictícia, justificando suas escolhas com critérios de representatividade e governabilidade.

Para realização da atividade, considere as orientações a seguir.

- Reserve duas aulas para a atividade.
- Na primeira aula, divida a turma em grupos de aproximadamente cinco estudantes. Explique a proposta da atividade, orientando que os estudantes devem conceber o sistema político de uma sociedade fictícia, especificando sua estrutura e seus mecanismos de funcionamento e, em seguida, analisando-o, tendo em vista critérios de representatividade e governabilidade.
- Distribua para os grupos, projete ou escreva na lousa um conjunto de perguntas orientadoras, que subsidiem os estudantes na estruturação do sistema. Podem ser elencadas perguntas como:
  - Há Estado? Se não, como são mediadas as desavenças coletivas? Se sim, quem governa? É uma pessoa ou um conjunto de pessoas?
  - Como ocorre a seleção de quem governa? Há eleições? Se sim, como funcionam? Quem é elegível? Quem pode votar?
  - Por quanto tempo um governante pode ficar no poder?
  - Um governante pode ser tirado do poder? Se sim, por meio de quais mecanismos e em que condições?
  - As pessoas que não ocupam cadeiras no governo podem participar de decisões políticas? Se sim, como?
  - Haverá partidos políticos? Se sim, como são organizados?
  - Quem legisla? Quem executa? Quem julga o cumprimento da legislação?
  - O que acontece quando há descumprimento?
- Disponha o tempo da primeira aula para que os estudantes discutam as perguntas norteadoras. Enquanto debatem, oriente que busquem sistematizar as ideias, de forma a estruturar o sistema político fictício. Ao final da aula, cada grupo deve ter uma proposta estruturada.
- Reserve a primeira metade da segunda aula para que os grupos apresentem à turma seus sistemas, explicando as características de funcionamento e justificando suas escolhas.
- Na segunda metade da aula, conduza um debate geral da turma em que os grupos possam refletir sobre os sistemas apresentados, atentando à governabilidade e à representatividade dos sistemas concebidos. Para fomentar a reflexão, proponha algumas perguntas disparadoras: Qual dos sistemas assegura maior representação da diversidade da composição populacional? Como? Qual sistema garante mais eficácia na tomada de decisões e implementação de ações? Por quê?
- Como encerramento, peça que os estudantes redijam, individualmente, uma reflexão sobre os três maiores desafios encontrados na formulação do sistema político.

Sugestões

Livros

Sistema político brasileiro: uma introdução

Lúcia Avelar; Antônio Octávio Cintra (org.). Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Ed. Unesp, 2015.

A obra reúne artigos de diferentes teóricos sobre aspectos do sistema político brasileiro, como o Poder Judiciário (Rogério Arantes), os sistemas eleitorais (Jairo Nicolau), a administração pública (Antônio Augusto Prates), entre outros.

Como as democracias morrem

Steven Levitsky; Daniel Ziblatt. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

Em uma análise que parte das eleições estadunidenses em que Donald Trump foi eleito presidente, os autores defendem que no passado as democracias morriam por rupturas violentas e com a presença de militares. No entanto, atualmente as democracias morrem de forma diferente, uma vez que não há o envolvimento direto dos militares, mas dentro de uma ordem civil, ou seja, por meio de representantes eleitos. Esses líderes eleitos utilizam as próprias instituições para implementar, de forma lenta, uma empreitada autoritária. Em muitos casos, as mudanças passam pelo enfraquecimento do Poder Judiciário e da imprensa livre, instituições basilares das democracias modernas.

Democracia inacabada: um retrato das desigualdades brasileiras

Jefferson Nascimento. São Paulo: Oxfam Brasil, 2021.

O relatório analisa a relação entre desigualdades e democracia no Brasil, com atenção às variáveis de participação e representação com aspectos fundamentais para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Podcast

Politiquês

Nexo Jornal. Brasil, 2017-2019. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/podcast/politiques. Acesso em: 28 ago. 2024.

Por meio de entrevistas com pesquisadores e professores universitários, cada episódio da primeira temporada da série elucida os significados de um termo frequente no debate político. São abordados termos como soberania, república, federalismo, coligações, coronelismo, populismo, clientelismo, plebiscitos e referendos, entre outros.

UNIDADE 4 CONFLITOS E DESIGUALDADES

Competências e habilidades trabalhadas na abertura

A abertura da unidade (páginas 160 e 161) possibilita que os estudantes se apropriem das informações sobre o histórico de proibição e a recente permissão da prática do futebol feminino, de modo a refletir sobre a importância do combate à opressão feminina e às desigualdades de gênero. Dessa forma, a proposta favorece a valorização da diversidade dos indivíduos e de suas identidades, bem como do combate ao preconceito, mobilizando a **competência geral da Educação Básica 9**.

As atividades propostas na abertura também possibilitam por sua vez que os estudantes expandam seu conhecimento sobre as desigualdades no Brasil e aprofundem seu pensamento crítico e engajamento na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária, como prevê a **competência geral da Educação Básica 1**.

Respostas e comentários

O objetivo das atividades é proporcionar aos estudantes uma compreensão de como as disparidades de gênero se manifestam em diferentes esferas da sociedade brasileira e de que forma afetam as mulheres tanto individual quanto coletivamente.

1. A prática esportiva é reconhecida por promover saúde física e mental, e sua restrição prejudica o desenvolvimento individual. Além disso, trata-se de uma ação de discriminação de gênero pautada em estereótipos ligados à ideia de que as mulheres possuem menor aptidão para as atividades físicas.
2. Espera-se que os estudantes reconheçam o papel fundamental do poder público na promoção e garantia do esporte feminino, por meio da implementação de políticas que estimulem a participação das mulheres em todas as esferas esportivas, desde a prática amadora até o esporte de alto rendimento. Os estudantes podem sugerir, por exemplo, políticas de apoio à formação técnica e ao treinamento, investimentos em infraestrutura e equipamentos e o desenvolvimento de programas comunitários e educacionais voltados para o esporte feminino.
3. A luta das mulheres deve ser identificada pelos estudantes como um elemento essencial no combate à opressão feminina e às desigualdades de gênero. A partir da perspectiva das mulheres, a sociedade pode obter uma compreensão mais aprofundada dos desafios que elas enfrentam e das necessidades em jogo, com o objetivo de promover avanços na igualdade de direitos, oportunidades e recursos.

Capítulo 7 Racismo na cidade contemporânea

Competências e habilidades trabalhadas

Ao utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo social, cultural e político para explicar as desigualdades raciais e o racismo, nos tópicos "Colonização e racismo" (página 163), "Ideologia racial e racismo no Brasil" (página 165), "A teoria da democracia racial" (página 166), "O mito da democracia racial" (página 167) e na seção "Trabalho com fontes" (página 187) – em que os estudantes vão analisar a obra *A redenção de Cam* (1895), de Modesto Brocos, relacionando-a à ideologia do embranquecimento racial, em voga naquele período e ainda com efeitos na atualidade –, o capítulo favorece o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 1**. Mobilizando conhecimentos construídos ao longo do estudo do capítulo, os estudantes serão incentivados a explicar a persistência do racismo na sociedade brasileira e elencar ações para combatê-lo, relacionando, assim, presente e passado, acionando reflexões a respeito das desigualdades raciais e reconhecendo a importância de medidas de superação do racismo e do preconceito.

Ao propor que os estudantes pratiquem metodologias de pesquisa científica por meio da realização de uma revisão bibliográfica, proposta no boxe "Você pesquisador" (página 164), e de uma análise de mídias tradicionais, na proposta 8 da seção "Atividades" (página 189), o capítulo favorece o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 2**.

Ao sugerir um trabalho de análise de obra de arte na seção "Trabalho com fontes" (página 187), para que se compreenda como ideologias estão presentes nas produções artísticas, o capítulo contribui para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 3**.

Ao longo do capítulo, são apresentados variados registros da diversidade étnico-cultural do Brasil e do mundo. No tópico "Etnia: o reconhecimento das diferenças" (página 172), os estudantes poderão compreender a importância da valorização da diversidade e do respeito às múltiplas etnias para combater o preconceito e o racismo. No tópico "Interculturalidade" (página 174), eles estudarão tal conceito e compreenderão a importância de reconhecer o conflito que estrutura as relações entre os povos; de denunciar as raízes do racismo e da discriminação racial; e de reconhecer as produções artísticas, intelectuais e científicas das chamadas minorias. O boxe "Explore" (página 174) oportuniza que os estudantes reflitam sobre a presença ou a ausência de produções artísticas afro-brasileiras e indígenas nos livros didáticos utilizados ao longo de sua trajetória escolar; e, se for o caso, pensem em ações para incentivar o uso dessas produções em sala de aula. Os estudantes poderão compreender a articulação entre a luta por direitos sociais e a luta pelo direito à cidade no tópico "A luta contra a desigualdade racial e a reorganização das cidades" (página 184), conhecendo algumas estratégias da população negra e dos povos indígenas de disputa pela construção do espaço urbano: iniciativas de orçamento participativo, de economia popular e de resgate e preservação de elementos que compõem a memória e a história desses grupos sociais. Esse último ponto se relaciona diretamente ao desenvolvimento daquela competência, pois possibilita que os estudantes identifiquem que ações de valorização das

manifestações culturais populares, de luta pela liberdade de culto de religiões de matriz africana e de preservação de espaços sagrados de povos indígenas fortalecem as identidades e valorizam a diversidade cultural.

Com base nos dados e nas informações apresentados no capítulo, que valorizam os olhares das populações negras e dos povos indígenas sobre as relações raciais no Brasil e seu impacto na organização e nos problemas sociais vividos nas grandes áreas urbanas brasileiras, os estudantes são incentivados a construir argumentos para defender ideias e pontos de vista que respeitem os direitos humanos, como na proposta de debate do boxe "Explore" (página 174), sobre a valorização da produção artística negra e indígena no Brasil, e nas propostas 6 e 7 da seção "Atividades" (página 189), que favorecem reflexões sobre a luta antirracista no mundo contemporâneo. Ao propor que os estudantes pensem ações de combate à intolerância religiosa no boxe "Explore" (página 165); debatam como a linguagem pode contribuir para reforçar ou modificar preconceitos, como solicitado no boxe "Explore" (página 168); reflitam sobre por que é difícil superar o racismo no Brasil, como na proposta 3 da seção "Atividades" (página 189); e argumentem sobre o que o Estado pode fazer para mudar a situação de déficit habitacional, como na proposta 12 da seção "Atividades" (página 190), o capítulo favorece o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 7**.

Ao discutir e demonstrar a importância da superação do preconceito, da discriminação e da segregação nas relações sociais, proporcionando aos estudantes a oportunidade de valorização da diversidade e do respeito aos direitos humanos, o estudo do capítulo contribui para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 9**.

O capítulo favorece o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1** ao mobilizar uma pluralidade de linguagens e procedimentos epistemológicos para a análise de processos políticos e sociais. Além do texto-base, são apresentados campanhas (páginas 168 e 173), charge (página 179), mapas (páginas 178 e182) e gráficos (páginas 170 e 180). O capítulo apresenta, ainda, fontes iconográficas variadas e sugere produções audiovisuais e bibliográficas para os estudantes ampliarem o próprio repertório cultural.

O conteúdo do capítulo favorece ainda o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 2** ao analisar, no tópico "Conflitos urbanos: violência e segregação racial na cidade" (página 179), o processo de urbanização e organização das cidades nas últimas décadas e suas relações com a questão racial. A partir do tópico "As questões raciais e a organização do espaço urbano" (página 176), os estudantes compreenderão a conformação da cidade como objeto de estudo e o desenvolvimento de diferentes perspectivas teóricas da sociologia urbana, sobretudo em "A Escola de Chicago" (página 177) e "A nova sociologia urbana" (página 178). A influência da lógica de mercado na conformação do espaço urbano e a consequente segregação socioespacial serão estudadas nos tópicos "A cidade como mercadoria e o aumento da desigualdade racial e "O papel da especulação imobiliária" (páginas 184 e 185).

O capítulo também permite o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5** por meio do estudo do tópico "Raça e racismo: aspectos socioantropológicos" (página 162), que aborda as questões raciais tendo, como pano de fundo, a vida nas cidades contemporâneas. No capítulo, os estudantes poderão identificar o racismo e a discriminação racial, suas origens e suas formas de reprodução. Com isso, são incentivados a desenvolver um olhar crítico para evitar a propagação de atos racistas no cotidiano, bem como conhecer políticas públicas e pensar em estratégias de promoção da valorização e do respeito à diversidade cultural.

O estudo do capítulo como um todo contribui também para o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6** na medida em que subsidia os estudantes para atuar de forma ativa e responsável no debate público, objetivando a construção de uma sociedade em que não haja lugar para o racismo.

O capítulo possibilita o desenvolvimento da habilidade **(EM13CHS101)** ao apresentar e comparar, por meio de diferentes fontes e narrativas, as concepções sobre multiculturalismo no tópico "Multiculturalismo" (página 173); e analisar a relação entre os processos históricos de organização da cidade contemporânea e as questões raciais em "As questões raciais e a organização do espaço urbano" (página 176).

Colabora também para o desenvolvimento da habilidade **(EM13CHS102)**, por exemplo, ao utilizar dados históricos para discutir uma matriz conceitual – o racismo – no tópico "Raça e racismo: aspectos socioantropológicos" (página 162), no estudo do tópico "Colonização e racismo" (página 163), em que são estudadas as origens do racismo e sua estruturação na sociedade colonial com atenção às teorias pseudocientíficas raciais e eugenistas; na seção "Trabalho com fontes" (página 187), em que é examinada a influência da ideia de branqueamento racial na história e o papel da arte na disseminação de ideologias; no tópico "Etnia: o reconhecimento das diferenças" (página 172), em que os estudantes serão apresentados aos conceitos de etnia e de etnicidade e terão a oportunidade de reconhecer a importância da adoção de uma perspectiva multicultural para o respeito às diferenças e o combate ao racismo; e no tópico "As questões raciais e a organização do espaço urbano" (página 176), em que eles poderão avaliar impactos do racismo no cotidiano das populações negra e indígena. Já o tópico "A luta contra a desigualdade racial e a reorganização das cidades" (página 184) demonstra os vínculos entre a organização urbana e o modo como a desigualdade racial se apresenta no cotidiano. Portanto, os estudantes terão subsídios consistentes para o desenvolvimento dessa habilidade no que compete à análise do racismo e à compreensão dos conceitos de etnia e de interculturalidade como estratégias de promoção do respeito e valorização da diversidade.

O capítulo também possibilita o trabalho com a habilidade **(EM13CHS205)** nos tópicos "As questões raciais e a organização do espaço urbano" (página 176), em que os estudantes vão analisar a produção de diferentes territorialidades na cidade, a configuração de bairros de classes abastadas e de periferias, com destaque para as suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, realçando o papel ocupado pela juventude; e "A luta contra a desigualdade

racial e a reorganização das cidades" (página 184), em que a cidade será apresentada como espaço de disputa entre a lógica do mercado e a valorização da política como meio de democratização do espaço urbano e de superação de conflitos sociais. Nesse ponto, a preservação e a valorização de territorialidades negras e indígenas atuam como elementos de reconhecimento da diversidade territorial e de construção de cidades que reconheçam sua multiculturalidade.

A seção "Trabalho e juventudes" (página 188), ao apresentar aos estudantes a importância do papel dos profissionais responsáveis pelo planejamento das cidades e pela execução de obras de melhorias para os centros urbanos e periferias, favorece o desenvolvimento da habilidade **(EM13CHS403)**.

O capítulo também mobiliza a habilidade **(EM13CHS502)**, ao refletir sobre elementos da vida cotidiana e desnaturalizar visões preconceituosas sobre grupos raciais, auxiliando na promoção do respeito à diferença. Pelo estudo do tópico "Preconceito" (página 169), os estudantes terão condições de desnaturalizar a discriminação racial. Além disso, eles reconhecerão a escola como espaço importante de desconstrução de estereótipos. Na sequência, no tópico "Discriminação" (página 170), será abordada a manifestação de preconceitos em ações cotidianas. Depois, os estudantes compreenderão a "Segregação racial" (página 171), discriminação consciente e institucional, analisando a política do *apartheid* da África do Sul. No tópico "Ações afirmativas" (página 175), os estudantes ainda terão conhecimento de ações de promoção do respeito às diferenças, como a adoção de legislação de valorização das culturas e histórias afro-brasileira e indígena na Educação Básica brasileira (leis nº 10.639/2003 e nº11.645/2008). Somado a isso, estudarão o conceito de interculturalidade e compreenderão a importância de reconhecer o conflito que estrutura as relações entre povos; de denunciar as raízes do racismo e da discriminação racial; e de reconhecer as produções artísticas, intelectuais e científicas das chamadas minorias. Por fim, na seção "Trabalho com fontes" (página 187), os estudantes aplicarão os conhecimentos construídos ao longo do capítulo para explicar a persistência do racismo na sociedade brasileira e elencar ações para combatê-lo.

O capítulo também colabora para o desenvolvimento da habilidade **(EM13CHS503)** ao relacionar as expressões da violência com as diversas formas de manifestação do racismo, contribuindo para desenvolver formas de combatê-las, como nos tópicos "Raça e racismo: aspectos socioantropológicos" (página 162), "Conflitos urbanos: violência e segregação racial na cidade" (página 179) e "A luta contra a desigualdade racial e a reorganização das cidades" (página 184). A violência urbana será explorada em "Violência urbana" (página 180) e "Segregação socioespacial" (página 181). Nesses últimos tópicos, os estudantes perceberão a identificação entre populações discriminadas racialmente com a violência urbana, relacionando-a à segregação espacial. Além disso, eles terão condições de reconhecer a violência do Estado e das classes dominantes contra os mais pobres como parte dos conflitos que acontecem na cidade, especialmente em "Loïc Wacquant e a violência nas cidades contemporâneas" (página 182).

O capítulo colabora, ainda, para o trabalho com a habilidade **(EM13CHS601)**, ao apresentar aos estudantes estratégias de reprodução dos processos de exclusão social e econômica de determinados grupos sociais brasileiros, permitindo que eles identifiquem e analisem suas lutas e demandas históricas, como explicitado nos tópicos "O racismo no cotidiano: preconceito, discriminação e segregação" (página 168) e "Multiculturalismo" (página 173) e na proposta da questão 7 da seção "Atividades" (página 189). Há também marcos da luta que expressam demandas que ainda não foram contempladas, como o fim da violência policial contra a população negra e a igualdade racial. No tópico "O mito da democracia racial" (página 167), os estudantes poderão acompanhar a desconstrução da teoria da democracia racial por Florestan Fernandes, e perceber que a luta contra esse mito foi uma das bandeiras do movimento negro brasileiro nas décadas de 1960 e 1970 e que, em certa medida, permanece até os dias de hoje. Em "O racismo no cotidiano: preconceito, discriminação e segregação" (página 168), os estudantes poderão entender os fundamentos e o contexto de reprodução de práticas racistas, a fim de promoverem ações conscientes e comprometidas com os fundamentos do Estado democrático. Em "Interculturalidade" (página 174) e "Ações afirmativas" (página 175), será a vez de os estudantes perceberem que os povos indígenas e a população negra também lutam pelo reconhecimento e pela valorização de suas expressões culturais, por exemplo, pela adoção de políticas educacionais que contemplem as histórias e as culturas desses grupos no currículo escolar e pela implementação de políticas afirmativas que contribuam para a superação de desigualdades raciais. As demandas desses grupos também são apresentadas no âmbito urbano, no tópico "A luta contra a desigualdade racial e a reorganização das cidades" (página 184).

Além disso, o capítulo colabora para o desenvolvimento da habilidade **(EM13CHS603)** ao analisar e ressaltar as diferentes formas de manifestação do preconceito, da discriminação e da segregação, desde suas origens até os dias atuais, em especial no espaço urbano, relacionando essas questões com a formação de diferentes grupos e suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos, como Estado, poder etc., como nos tópicos "Raça e racismo: aspectos socioantropológicos" (página 162) e "O racismo no cotidiano: preconceito, discriminação e segregação" (página 168). Em "Ideologia racial e racismo no Brasil" (página 165) e na seção "Trabalho com fontes" (página 187), os estudantes poderão analisar a influência de teorias racistas, que engendraram políticas de "branqueamento", na constituição do país, incluindo a produção artística brasileira. Em "A teoria da democracia racial" (página 166), eles notarão a importância dessa ideia para o não enfrentamento do racismo no país. Na sequência, em "O mito da democracia racial" (página 167), poderão acompanhar as ideias de Florestan Fernandes direcionadas ao combate a esse mito, bem como a luta do movimento negro pela denúncia do racismo, e ainda dados que evidenciam a desigualdade racial no país.

A habilidade **(EM13CHS606)** também poderá ser desenvolvida por meio da análise das características socioeconômicas da sociedade brasileira, no intuito de que os estudantes consigam identificar os problemas apontados e construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Temas contemporâneos transversais

O capítulo contribui para a abordagem do tema contemporâneo transversal **Educação em direitos humanos** ao desenvolver atividades em que os estudantes são mobilizados a pensar caminhos, propostas e soluções de garantia dos direitos humanos, como, por exemplo, no boxe "Explore" (página 165) e na proposta 12 da seção "Atividades" (página 190).

O capítulo colabora também para o trabalho com os temas contemporâneos transversais **Diversidade cultural** e **Educação para a valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras** ao apresentar e discutir os conceitos de etnia, multiculturalismo e interculturalidade.

Trabalho interdisciplinar

O capítulo assegura o trabalho interdisciplinar com a área de **Ciências da Natureza e suas Tecnologias**, em especial da habilidade (**EM13CNT305**), no tópico "Colonização e racismo" (página 163), por permitir uma discussão sobre como conhecimentos científicos podem ser utilizados indevidamente para promover desigualdades sociais e formas de preconceito.

Assegura também o trabalho interdisciplinar com a área de **Linguagens e suas Tecnologias**, em especial o desenvolvimento da habilidade (**EM13LGG202**) na seção "Trabalho com fontes" (página 187), ao possibilitar que os estudantes analisem interesses e relações de poder nos discursos das diversas práticas de linguagem, como a artística, e como circulam e se (re)produzem esses discursos.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

No capítulo, o tópico "Ideologia racial e racismo no Brasil" (página 165) aborda como a elaboração de políticas que visavam ao apagamento das culturas afro-brasileiras e indígenas aprofundaram sua subalternização na sociedade brasileira, dialogando com o **ODS 10 Redução das desigualdades**. O tópico "Ações afirmativas" (página 175), por sua vez, também dialoga com este ODS ao destacar o papel desempenhado pelas ações afirmativas no sentido de promover a redução das desigualdades.

Na página 187, a seção "Trabalho com fontes" propõe uma reflexão sobre formas de combate ao racismo no mundo contemporâneo, possibilitando que o **ODS 16 Paz, justiça e instituições eficazes** seja abordado.

Por fim, o tópico "O papel da especulação imobiliária" (página 185) e a proposta 9 da seção "Atividades" (página 189) tratam de um conteúdo relacionado ao **ODS 1 Erradicação da pobreza**, qual seja, o papel da especulação imobiliária na segregação socioespacial.

Respostas e comentários

Você pesquisador (página 164)

A atividade tem como objetivo valorizar a prática científica a partir do trabalho com a metodologia de revisão bibliográfica, possibilitando que os estudantes exercitem o domínio da linguagem especializada das ciências sociais, examinando as inquietações intelectuais que deram origem aos conceitos da área. Ao analisar as produções teóricas de refutação do racismo científico, os estudantes poderão compreender, de maneira mais aprofundada, o contexto de consolidação de categorias como raça, etnia, racismo e mito da democracia racial.

Para realizar a atividade, divida os estudantes em trios e explique em que consiste a metodologia de revisão bibliográfica, orientando a turma sobre como identificar palavras-chave relevantes para o tema pesquisado, bem como sobre como pesquisar artigos, teses e dissertações em bibliotecas acadêmicas, bases de dados e periódicos especializados. Instrua os estudantes também sobre a importância de definir critérios de seleção de fontes, considerando aspectos como idioma, data de publicação, relevância e qualidade metodológica.

Durante a leitura dos textos, subsidie os estudantes na identificação dos pontos importantes, como conceitos, argumentos, metodologia e evidências utilizados. Proponha que, após a identificação, cada estudante realize uma síntese autoral do texto lido que possibilite o compartilhamento dos principais pontos do texto com os colegas. A partir das sínteses autorais, considerando a infraestrutura e os materiais disponíveis na escola, oriente que os estudantes realizem um suporte de apresentação (cartaz, pôster, apresentação de *slides*, entre outros) para compartilhar as descobertas com a turma. Durante as apresentações, fomente a reflexão, em sala de aula, sobre como o conhecimento científico pode ser utilizado para combater o racismo e a desigualdade racial.

Explore (página 165)

1. A fotografia apresenta uma situação de resistência ao racismo religioso em que representantes de diferentes religiões participam de uma manifestação. Ao longo da história do Brasil, as religiões de matriz africana, como a umbanda e o candomblé, foram silenciadas, marginalizadas e criminalizadas. Essa repressão, por muito tempo enquadrada como intolerância religiosa, tem, nas últimas décadas, recebido a classificação específica de racismo religioso, evidenciando o componente racial dessa discriminação. A manifestação retratada na fotografia demonstra o combate ao racismo religioso e a resistência e a busca pelo respeito e valorização dessas tradições.
2. O racismo religioso configura uma forma de intolerância religiosa direcionada ao legado sociocultural herdado da diáspora africana. Espera-se que os estudantes identifiquem situações marcadas pela presença de comentários preconceituosos, piadas depreciativas, julgamentos de vestimenta, entre outras práticas de intolerância envolvendo religiões de matriz africana.
3. Diversas ações de combate à intolerância religiosa podem ser debatidas: denúncia e realização de campanhas em redes sociais e na imprensa, relatórios formulados por representantes da sociedade civil e do Ministério Público, campanhas de conscientização sobre a importância da liberdade religiosa enquanto um direito humano, entre outras.

Explore (página 168)

1. As expressões "mercado negro," "magia negra," e "lista negra" presentes no cartaz têm caráter racista por usar o

termo *negro* como adjetivo de conotação pejorativa, caracterizando algo negativo, ilegal ou perigoso. Essa associação perpetua o racismo por disseminar a ideia de algo negro como algo ruim, indesejável, ilegal ou imoral.

2.
   - "Mercado negro": a expressão faz referência a transações comerciais ilegais ou clandestinas. No lugar, é possível dizer *mercado ilícito*, *mercado ilegal* ou *mercado clandestino*.
   - "Magia negra": a expressão associa práticas religiosas e espirituais de matriz africana a rituais maldosos, reforçando o racismo religioso. Nesse caso, mais do que uma substituição da expressão, convém refletir sobre a importância da liberdade religiosa.
   - "Lista negra": a expressão utiliza o termo *negra* para caracterizar pessoas, coisas ou entidades indesejáveis ou proibidas, associando-o a algo indesejável. No lugar, é possível dizer *lista de restrição*, *lista de observação*, *lista de bloqueio*, entre outras.
3. Por estruturar o pensamento e possibilitar a comunicação, a linguagem não é neutra, pois carrega valores culturais que moldam a percepção de mundo dos sujeitos. Nesse sentido, ela pode tanto difundir preconceitos (por meio da normalização e difusão de estereótipos pelo uso de expressões pejorativas; da desumanização e invisibilização do interlocutor por meio de microagressões e da criação e expressão de categorias classificatórias hierárquicas que demarcam superioridade/inferioridade) como ser usada no combate deles (por meio da adoção de linguagem inclusiva, redefinição de termos preconceituosos, valorização da diversidade linguística e cultural, entre outros).

Explore (página 170)

1. Os dados mostram que a taxa de desocupação da população negra (pretos e pardos) foi maior do que a das pessoas brancas em todos os níveis de escolaridade, evidenciando o racismo no mercado de trabalho brasileiro.
2. Não. Embora a população branca seja mais escolarizada que a população preta ou parda, esse aspecto não pode ser considerado explicação para as desigualdades apontadas no gráfico, pois, quando comparadas as pessoas pretas ou pardas com as pessoas brancas, tendo o mesmo nível de instrução, a taxa de desocupação é sempre maior para os pretos ou pardos, como comprova o gráfico. Isso evidencia que há um componente racial que constitui as taxas de desocupação. Vale notar, entretanto, que se observa uma diferença substancial e entre os grupos raciais quando se analisa a desocupação da população com Ensino Superior completo (4,2% para brancos e 5,3% para pretos ou pardos). A partir do dado, é possível inferir que, em conjunto com outras variáveis, o acesso ao Ensino Superior contribui para a redução de desigualdades.

Explore (página 174)

1. É possível que alguns estudantes digam que o reconhecimento da produção artística afro-brasileira e indígena no Brasil é insuficiente, argumentando, por exemplo, que ainda há uma presença limitada dessas produções no currículo escolar, nos museus, na mídia, entre outros; e que há baixa visibilidade de artistas indígenas e negros, que recebem menos financiamento e apoio institucional do que outros artistas canônicos. No entanto, os estudantes podem argumentar que há reconhecimento, mencionando exemplos de iniciativas como projetos culturais, eventos, grupos de teatro, música e dança que promovem a arte indígena e afro-brasileira, citando as leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 e o aumento da presença dessas obras nos currículos e materiais escolares, entre outras.
2. Os objetivos são que os estudantes percebam como os currículos e os conteúdos ainda são bastante eurocentrados e que avaliem formas de melhorar esse cenário. Podem ser mencionadas iniciativas como a revisão do currículo escolar e dos materiais didáticos, a capacitação de profissionais da educação, a parceria com coletivos culturais, a promoção de eventos e projetos temáticos, entre outras.

Explore (página 177)

1. O autor argumenta que a vida nas grandes cidades é caracterizada pela aglomeração de pessoas, ruídos etc.; e, consequentemente, pelo fluxo constante de estímulos sensoriais. Diante desses estímulos, os indivíduos têm uma reação psicológica de sobrecarga, desenvolvendo uma postura de indiferença ou apatia, que o autor chama de "atitude *blasé*". A fotografia retrata uma cena urbana do século XIX, em que é possível notar algumas carroças e um fluxo de pessoas focadas em suas atividades cotidianas. Há poucas interações, como pessoas reunidas conversando, por exemplo. A partir disso, é possível depreender que a cena é marcada pela atitude *blasé*.
2. Podem ser mencionadas como exemplos pessoas que moram em um mesmo prédio ou estudam na mesma escola e não se conhecem; a burocracia no atendimento dos serviços, que faz com que os indivíduos sejam tratados como números, entre outras situações.

Explore (página 179)

1. A charge apresenta uma pessoa se escondendo atrás do sofá em reação ao anúncio pela televisão de que notícias serão apresentadas. O formato do balão de fala, utilizado em histórias em quadrinhos para indicar grito, briga ou conflito e letras em tamanho maiúsculo comunicam o caráter alarmante do anúncio de notícias. A cena sugere que, ao veicular notícias que destacam criminalidade, tragédias e violência, os meios de comunicação podem amplificar sentimentos de medo, ansiedade e insegurança, influenciando, dessa forma, a construção de uma percepção pública de existência de um perigo iminente. Essa percepção pode afetar a visão de mundo da audiência e seu comportamento.
2. A resposta deve variar em função da realidade local, mas espera-se que em muitas localidades do país os estudantes identifiquem uma sensação de medo constante entre as pessoas com quem convivem. Essa sensação pode se manifestar em comentários sobre uma permanente

sensação de insegurança e de desconfiança em relação a outras pessoas.

3. A generalização do medo pode impulsionar o isolamento social e reforçar o individualismo e o consumo característicos do capitalismo. Observa-se, nesse sentido, o aumento do número de moradores em condomínios fechados, o crescimento das vendas de carros blindados e de sistemas de vigilância, entre outras medidas.

Explore (página 180)

1. O índice médio de homicídios corresponde a mais que o dobro das taxas dos homens não negros. Observam-se um aumento pontual da taxa nos anos de 2014, 2017 e 2020 e uma tendência geral de queda a partir de 2017.
2. O índice de homicídios de homens não negros corresponde a menos da metade das taxas dos homens negros. Observa-se uma tendência de queda.
3. As taxas evidenciam a existência de desigualdade racial por violência armada, que vitimiza proporcionalmente mais homens negros que não negros. Além disso, vale atentar ao fato de que, enquanto a taxa de homicídios de homens não negros apresentou queda constante entre 2012 e 2020, a de homens negros apresentou crescimento entre 2019 e 2020, ano cuja taxa de homicídios por 100 mil habitantes é 3,5 vezes maior para os homens negros do que para os não negros. Há, nesse ano, portanto, um aumento da discrepância entre as taxas.

Explore (página 182)

1. Com base na análise do mapa, espera-se que os estudantes notem que o acesso ao transporte público de massa é maior em regiões centrais do município de São Paulo, do que em áreas periféricas da cidade, demonstrando uma distribuição desigual do acesso aos transportes.
2. A "violência vinda de cima" é o tipo de violência sofrida pelas classes mais pobres, como resultado de políticas sociais e econômicas que afetam negativamente seu modo e sua qualidade de vida. A ausência de investimentos públicos em áreas periféricas, em oposição ao investimento feito em bairros centrais, é um exemplo dessa violência.

Explore (página 186)

1. O Pelourinho é um elemento de cultura material que pode fortalecer a consciência sobre o racismo por constituir uma memória material das violências do sistema escravocrata, possibilitando a reflexão sobre o racismo estrutural como continuidade de uma estrutura de desigualdade iniciada na diáspora africana.
2. Os estudantes podem mencionar como exemplos de reconstrução da memória negra, entre outros, o Parque Memorial Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, em União dos Palmares, Alagoas; Cais do Valongo e Cemitério dos Pretos Novos, no Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro; Casa das Minas, em São Luís, Maranhão. Podem ser mencionadas como exemplos de reconstrução da memória indígena, entre outras, as reservas as Terras Indígenas, distribuídas nos diversos estados do país. Além dos locais de reconhecimento nacional, vale estimular que os estudantes reflitam sobre o município em que habitam e sobre os pontos de memória e preservação do legado indígena e afro-brasileiro nele – como espaços de coletivos políticos, artísticos e culturais, entre outros.

Trabalho com fontes (página 187)

1. Trata-se de uma pintura do espanhol Modesto Brocos, realizada no Brasil em 1895.
2. A pintura configura o retrato de três gerações: à esquerda, vê-se uma senhora negra de pele retinta diante de uma palmeira, suas mãos erguidas em gesto de agradecimento, os pés descalços no chão de terra batida. No centro do quadro, uma mulher jovem e miscigenada, provavelmente filha da senhora negra, segura no colo um bebê de pele branca. O bebê, por sua vez, olha com interesse para a avó e aponta para ela com a mão direita, enquanto, com a mão esquerda, segura uma laranja. À direita do quadro, um homem branco, provavelmente um imigrante, está sentado na soleira da porta, com os pés sobre o pavimento de pedras, olhando para o menino e sorrindo.
3. Espera-se que os estudantes relacionem o termo "redenção", no título da obra, com a forma com que a mulher negra foi representada: com as mãos e os olhos voltados para o céu em sinal de agradecimento. Considerando que, no ideário cristão, o termo *redenção* está relacionado à reparação dos pecados, a cena pode ser interpretada como se a miscigenação fosse uma forma de redimir a humanidade do pecado de *Cam*. Portanto, o autor parece compactuar com a tese de branqueamento em voga no final do século XIX. Contudo, vale destacar que essa interpretação, apesar de bastante divulgada, não é consensual. Alguns estudiosos consideram simplista a associação de Brocos às teses racistas. Para aprofundar a questão, existem análises detalhadas da pintura em diferentes obras. O título a seguir apresenta uma dessas análises e a indicação de especialistas que estudaram o tema: A REDENÇÃO de Cam. **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**, São Paulo, 22 maio 2024. Disponível em: https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam. Acesso em: 6 set. 2024.
4. Devem-se considerar as diferentes opiniões apresentadas pelos estudantes. No entanto, vale observar o contexto da obra em análise e as conexões entre seu conteúdo artístico e os debates científicos e do senso comum da época. Pode-se destacar também a importância da literatura nesse processo, buscando identificar os conhecimentos da turma a respeito das correntes romântica e modernista em seus esforços para tematizar o brasileiro e a identidade nacional.
5. Os conteúdos do capítulo devem ser utilizados para promover uma reflexão problematizadora entre os estudantes sobre as origens, as bases e as formas de difusão do racismo. Devem ainda ser relacionados com os diversos exemplos de situações de preconceito racial, direto e

indireto, vividas ou praticadas pelos estudantes. As discussões devem apontar para a necessidade de construção de uma sociedade que possa superar o racismo.

Trabalho e juventudes (página 188)

A discussão sobre desigualdade racial no Brasil passa pela questão habitacional. De acordo com uma pesquisa conduzida pelo Instituto Locomotiva, em 2019 os negros representavam 67% da população das regiões metropolitanas vivendo em favelas, o que evidencia a dificuldade acentuada de a população negra ter acesso a moradia digna. Para resolver o problema, é necessário formar jovens técnicos e acadêmicos da área de urbanismo e habitação com consciência e sensibilidade social.

O estudante com aptidão para as carreiras nas áreas relacionadas com habitação pode demonstrar interesse por componentes curriculares da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, especialmente geografia, história e sociologia, e habilidade para o desenho técnico e o uso de ferramentas digitais para a confecção de projetos. Outras características a serem observadas são o senso estético do estudante e sua percepção de simetria, proporção e noção de espaço. Visão sistêmica e habilidade de comunicação, negociação e mediação de conflitos são igualmente desejáveis.

Em sala de aula, construções de maquetes, exercícios de desenho geométrico e atividades de leitura e elaboração de mapas e plantas são situações excelentes para observar a aptidão dos estudantes para as áreas ligadas à edificação e à arquitetura. Qualquer evento em que os estudantes precisem planejar o uso de espaço e negociar a ocupação dele com colegas, como mostras culturais e festas juninas, também permite que as habilidades mencionadas sejam identificadas.

Observação: os dados referentes à porcentagem da população negra vivendo em favelas foram retirados de: INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (Ibase). Favelas: uma condição urbana de caráter nacional. **Ibase**, 20 jun. 2022. Disponível em: https://ibase.br/favelas-uma-condicao-urbana-de-carater-nacional/. Acesso em: 6 set. 2024.

Atividades (página 189)

1. A questão racial na sociedade moderna e contemporânea tem sido objeto de intensos debates. O texto aborda algumas perspectivas teóricas que discutem o tema: a eugenia, que parte da noção de que haveria uma classificação da humanidade com base em sua origem consanguínea, de acordo com a qual a raça branca (ariana) seria superior às outras, e que afirma que a miscigenação é um processo de degeneração da raça branca; a da democracia racial, segundo a qual, no caso brasileiro, as relações raciais são harmônicas e sem preconceito; a da crítica à democracia racial, que indica que as teses defendidas por aquela teoria são mitos, pois não acontecem na realidade; a do multiculturalismo e da interculturalidade, que defende uma nova perspectiva para essa discussão ao adotar a noção de etnia, e também procura formas efetivas de superação do racismo.
2. Entre o final do século XIX e o início do século XX, houve uma confluência de fatores que levaram a classe média e a elite estadunidense a apoiar as teorias eugenistas. As crescentes favelas industriais, associadas à migração de negros, ex-escravizados e camponeses para as cidades em busca de trabalho nas fábricas, e a chegada de ondas migratórias vindas, especialmente, do sul e do leste da Europa foram relacionadas com problemas sociais urbanos, tais como crime, prostituição, alcoolismo e pobreza.
3. **a.** Apesar da condenação generalizada do racismo, sua superação ainda é difícil, pois ele se encontra enraizado em diferentes espaços da vida social, muitas vezes de modo tão sutil que não é percebido.

   b. As ações afirmativas, surgidas nos Estados Unidos no processo de luta pelos direitos civis, foram implementadas no Brasil a partir da década de 1990. No caso específico da questão racial, as cotas nas universidades públicas para negros e indígenas têm gerado diferentes posicionamentos. O aumento na participação desses segmentos no Ensino Superior e a discussão sobre o racismo no Brasil são efeitos positivos da adoção da medida.
4. A proibição da prática da capoeira e sua tipificação como crime fizeram parte da estratégia de apagamento da história e da cultura das populações afro-brasileiras, levada a cabo por meio de rejeição dos padrões africanos e pelo silenciamento de suas manifestações culturais, sendo a capoeira uma delas. Também conhecida como capoeiragem, a capoeira é uma expressão cultural e um esporte afro-brasileiro, criado no Brasil por descendentes de escravizados africanos, composto de elementos musicais e por movimentos corporais de dança e artes marciais que simulam uma luta. O berimbau é o instrumento característico dessa prática. Atualmente, a capoeira é um dos símbolos nacionais, sobretudo associado ao Brasil por estrangeiros. Em 2008, a roda de capoeira foi registrada como bem cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e, em 2014, foi reconhecida como patrimônio cultural imaterial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
5. Alguns termos e expressões discriminatórios que os estudantes podem citar são: "criado-mudo", "da cor do pecado", "feito nas coxas", "inveja branca", "cabelo ruim", "ter o pé na cozinha", "programa de índio", entre outras. Essa pode ser uma boa oportunidade para estimular os estudantes a montar um glossário antirracista. Em contrapartida, conhecer a origem das palavras que utilizamos e associá-la à contribuição cultural linguística de um país é uma das formas de reconhecer a importância de diferentes culturas, no caso as africanas e indígenas, na formação da sociedade brasileira. Exemplos de palavras de origem africana: "bagunça", "caçula", "sunga", "batuque", "minhoca", "cafuné", "fubá", "samba", "moleque", "muvuca", "cochilo", "gangorra", "quindim", "dengoso", "quiabo", "camundongo", "marimbondo", "vatapá". Exemplos de palavras de origem indígena: "pipoca", "jacaré", "guri", "peteca", "perereca", "paçoca", "abacaxi", "caju", "tucano", "arara", "caju", "amendoim", "samambaia".
6. Em sua obra *Pequeno manual antirracista* (São Paulo: Companhia das Letras, 2019), a autora Djamila Ribeiro

relaciona algumas ações efetivas para combater o racismo. Em suas dissertações, os estudantes podem citar: informar-se sobre o racismo; identificar e nomear atitudes racistas; reconhecer privilégios da branquitude; perceber o racismo internalizado em si próprios; apoiar políticas afirmativas; ler obras de autores negros; apresentar para crianças, desde cedo, obras de literatura infantil com protagonismo negro; não naturalizar privilégios; não tratar pessoas negras com condescendência; eliminar do vocabulário expressões e termos discriminatórios; questionar a cultura que é consumida; dar voz a grupos historicamente silenciados; posicionar-se diante de piadas racistas e preconceituosas etc.

7. A arte tem sido uma das formas mais significativas de valorização e promoção das identidades negra e indígena e no combate ao racismo. O professor pode orientar os estudantes a pesquisar em diferentes fontes: músicas, pinturas, produções audiovisuais, livros etc.

8. A atividade tem como objetivo valorizar a prática científica a partir do trabalho com a metodologia de análise de mídias tradicionais. Para conduzir a atividade, divida os estudantes em grupos e oriente-os na escolha da notícia. Disponha um tempo da aula para que os grupos realizem a análise. Subsidie os estudantes na identificação e no exame dos elementos discursivos e visuais de destaque da notícia. Oriente que, em notícias televisivas, os estudantes atentem a aspectos visuais, como os personagens (pessoas retratadas e entrevistadas), o enquadramento utilizado pela câmera, as posturas, a iluminação, e verbais, como os trechos de fala utilizados, a narração feita pelo jornalista, os textos inseridos na tela, entre outros; e que em notícias escritas em meio impresso ou digital, os estudantes atentem às palavras utilizadas, às informações selecionadas para os pontos de destaque (manchete, parágrafo inicial), a fotografia usada, se houver, entre outros. Instigue a reflexão sobre como esses elementos impactam a percepção do público sobre a situação veiculada. Após a análise das notícias, oriente os estudantes na associação entre os pontos examinados e a noção de "classes perigosas" para o debate.

9. Com base na análise da fotografia e dos conhecimentos mobilizados, espera-se que os estudantes notem que a cidade, ao se tornar uma mercadoria, dificulta o acesso das camadas mais pobres da população à moradia de qualidade, uma vez que esse acesso fica limitado ao poder de compra. Essa questão pode ser notada na fotografia, que retrata a presença de moradias da população mais pobre próximo a um córrego poluído. Os estudantes podem apontar o contraste entre essas moradias (à direita) e os prédios (à esquerda).

10. Alternativa **e**.

11. O objetivo do trabalho de pesquisa é possibilitar aos estudantes uma investigação de fenômenos sociais que ocorrem no município onde vivem e que os ajude a compreender a relação entre a segregação social, a violência e a desigualdade. Uma chave de leitura para o entendimento da violência urbana é a violência menos explícita (como a falta ou a precariedade de equipamentos públicos), mas que ocorre cotidianamente contra as classes sociais mais pobres.

12. a. Espera-se que os estudantes associem a mercantilização da habitação à dificuldade de acesso à moradia pelas camadas mais pobres da população, argumentando que, quando a habitação é tomada como mercadoria, o seu acesso, ainda que previsto como direito constitucional, fica refém da capacidade de compra dos indivíduos, prejudicando, dessa forma, as camadas populacionais de menor poder aquisitivo.

b. Podem ser elencadas propostas como a implementação de programas de habitação popular e/ou subsídio habitacional voltados à população de baixa renda, o investimento em políticas públicas de infraestrutura e saneamento de áreas vulneráveis, o estabelecimento de serviços de atendimento jurídico para encaminhamento de demandas de usucapião, entre outras.

13. Alternativa **d**.

14. a. Embora as diferenças físicas tenham sido utilizadas ao longo da história para classificar grupos humanos, foi a partir dos séculos XV e XVI, com a expansão europeia, que essas diferenças passaram a ser usadas como forma de justificar a dominação sobre diferentes grupos e a ocupação de novos territórios. Nesse contexto, a colonização do continente americano ou "Novo Mundo" se deu por meio da subordinação dos povos não europeus. Os povos africanos foram trazidos para a América na condição de escravizados, que tinham, até mesmo, a sua humanidade questionada. Esse passado em comum ganhou contornos distintos ao longo do continente e dos anos: enquanto, nos Estados Unidos, houve segregação institucionalizada em alguns estados, no Brasil buscou-se construir a ilusão de uma democracia racial. De toda forma, até os dias de hoje, evidencia-se essa herança escravocrata, que faz com que a população negra ainda precise lutar pela garantia de seus direitos.

b. A estrutura de pensamento da sociedade brasileira é racista. Diante da permanente opressão a que negros estão submetidos, vivenciando situações discriminatórias no ambiente de trabalho, na educação e no exercício de sua cidadania, os ativistas do movimento negro buscam lutar por uma real democracia racial, combatendo o racismo e a desigualdade social. O surgimento das ações afirmativas no Brasil é resultado das reivindicações dos negros por igualdade de direitos. As estratégias do movimento negro incluem a ressignificação da raça como instrumento de politização e emancipação. Podemos dizer que a implantação de ações afirmativas pelo Estado brasileiro é uma resposta às demandas do movimento negro, que, desde a década de 1970, vem ampliando sua atuação, dando visibilidade ao racismo e confrontando a ideia de democracia racial brasileira. Por ocasião do centenário da abolição da escravidão (1988), o movimento negro indicou o dia 20 de novembro como

Dia Nacional da Consciência Negra, em homenagem a Zumbi dos Palmares, símbolo da resistência negra. Em 20 de novembro de 1995, o movimento organizou a "Marcha do Tricentenário da Morte de Zumbi", em Brasília, e entregou ao governo um documento com reivindicações antirracistas e por ações afirmativas. Em 2001, o Brasil participou da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, em Durban, na África do Sul, e, desde então, o governo brasileiro implementa políticas públicas no sentido de promover a igualdade racial. Um exemplo é o das cotas nas universidades para negros, pobres, indígenas e egressos de escolas públicas.

15. Alternativa **e**.

16. Alternativa **e**.

Atividade complementar

Na página 186, os estudantes são incentivados a refletir sobre a memória histórica e cultural negra e indígena no Brasil. A partir da reflexão despertada pelo boxe "Explore", sugere-se promover uma atividade em parceria com o docente de geografia, utilizando a metodologia ativa de aprendizagem por projetos, mobilizando os estudantes a realizar uma cartografia social da presença negra e indígena no município onde vivem, mapeando coletivos políticos, artísticos e culturais e patrimônios históricos ligados à comunidade negra e indígena.

Para realização da atividade, siga as orientações.

- Apresente a proposta do projeto, explicando o que é cartografia social e qual é a sua importância para a representação simbólica e espacial com protagonismo dos sujeitos envolvidos.
- Divida a turma em grupos de três e atribua para cada terço da turma o mapeamento de um aspecto da presença negra: coletivos políticos (associações comunitárias, grupos políticos etc.), coletivos artísticos e culturais (grupos de teatro, música, dança, literatura etc.) e patrimônios históricos (ruas, praças, monumentos, artefatos etc.).
- Oriente os estudantes quanto ao levantamento de informações disponíveis em jornais e/ou na *internet*, em conversas com moradores do município e em visitas aos locais.
- Peça para que os estudantes sistematizem as informações encontradas.
- Subsidie os estudantes na produção cartográfica, levando para a sala de aula um mapa-base em versão digital ou impressa. Sobre o mapa-base do município, oriente que os estudantes adicionem marcadores com descrições, fotos e dados coletados sobre a presença negra e indígena no município.
- Como etapa final, promova uma conversa sobre a experiência e sobre como a cartografia pode contribuir para a valorização e visibilidade da população, produção e demandas da população negra e indígena.

Sugestões

Livros

Indicadores da qualidade na educação: relações raciais na escola – antirracismo em movimento

Ação Educativa (org.). São Paulo: Ação Educativa, 2023.

A obra apresenta uma metodologia de autoavaliação participativa escolar composta por um conjunto de perguntas que instigam que a comunidade escolar realize um diagnóstico dos desafios para a superação do racismo na escola.

A questão do negro na sala de aula

Joel Rufino dos Santos. 2. ed. São Paulo: Global, 2016.

O historiador e professor escreve uma obra voltada para professores da Educação Básica, oferecendo ferramentas para o trabalho em sala de aula com conceitos como raça, racismo e negritude.

Vídeo

A caminho da Copa

Direção: Carolina Caffé e Florence Rodrigues. Brasil, 2012. 26 minutos.

O documentário mostra a política de remoção da população nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo para a realização de megaeventos esportivos. As desapropriações do poder público e as possíveis consequências para as cidades que sediam eventos de escala global são abordadas por diferentes vozes nesse documentário.

Capítulo 8 Gênero, sexualidades e identidades

Competências e habilidades trabalhadas

O capítulo 8, ao abordar as questões de gênero, sexualidades e identidades a partir da contribuição de autores como Sigmund Freud, Simone de Beauvoir, Michel Foucault, Judith Butler, Angela Davis, Lélia Gonzales, bell hooks, entre outros, permite o trabalho com a **competência geral da Educação Básica 1**. Compreendendo a construção do pensamento social como resultado de um processo de elaboração de teorias que dialogam entre si e com a realidade dos diferentes contextos sociais e históricos, os estudantes poderão valorizar e utilizar, como referência para sua própria leitura de mundo, essas teorias, tendo em vista o objetivo de colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, com a superação de preconceitos e padrões de desigualdade.

O capítulo, ao estimular a curiosidade intelectual, a reflexão e a análise crítica e criativa da realidade, também contribui para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 2**. O boxe "Explore" (página 202), que convida os estudantes a questionarem as desigualdades de gênero nos espaços de arte e cultura, e o boxe "Explore" (página 204), que propõe a análise de um gráfico sobre o rendimento médio mensal por cor e sexo a partir dos conceitos de interseccionalidade e desigualdade social, são dois exemplos desse trabalho desenvolvido no capítulo.

Os tópicos "A violência contra as mulheres e pessoas LGBTQIA+" (página 193) e "Gênero e instituições sociais" (página 196), ao refletirem sobre a família em suas diferentes e possíveis composições e sobre a escola como instituição envolvida no processo de afirmação e desconstrução de padrões discriminatórios, permitem o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 9**, que demanda a valorização e o reconhecimento da diversidade e da pluralidade dos comportamentos, o exercício da empatia, do respeito ao outro e aos direitos humanos.

Para além das questões relacionadas às identidades de gênero e às sexualidades, o capítulo também explora as interseccionalidades que se apresentam na forma de sobreposição de marcadores de diferenças sociais como gênero, raça e classe social. Considerando as realidades vividas por mulheres de diferentes classes sociais, negras e brancas, hétero e homossexuais, *cis* e transgêneros, sobretudo ao apresentar o processo de desenvolvimento das diferentes ondas do movimento feminista, as teorias e os conceitos apresentados ao longo do capítulo apontam caminhos para a superação de várias formas de preconceitos.

Com relação à **competência geral da Educação Básica 8**, voltada às questões de saúde física e emocional dos estudantes, visando desenvolver a capacidade de compreensão das próprias emoções e as das demais pessoas dentro e fora do ambiente escolar, a abordagem dos padrões de masculinidade permite possibilidades interessantes: é possível estimular um debate sobre as pressões sofridas pelos meninos para corresponderem a uma certa masculinidade hegemônica, tal como teorizado pela socióloga Raewyn Connell e apresentado no tópico "A masculinidade hegemônica" (página 200). No debate, pode-se discutir com a turma como o reconhecimento da diversidade de expressões masculinas pode trazer consequências positivas para a sociedade no sentido de torná-la mais tolerante e inclusiva, permitindo aos indivíduos expressarem sua identidade de gênero de forma mais flexível e diminuindo o sofrimento psíquico causado pelos preconceitos.

Quanto às competências específicas da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e às habilidades correspondentes, destacam-se no capítulo diversas possibilidades. No âmbito da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**, no boxe "Você pesquisador" (página 197), a atividade de argumentação a partir da seleção de evidências e elaboração de hipóteses com base na análise das políticas locais relacionadas à diversidade de gênero contribui para o desenvolvimento da habilidade **(EM13CHS103)**. O uso de diferentes linguagens (cartográfica, gráfica e iconográfica) e gêneros textuais como suporte para as reflexões e atividades propostas pode ser constatado, por exemplo, no trabalho desenvolvido no boxe "Explore" (página 199), que solicita a interpretação de um mapa sobre o feminicídio e permite aos estudantes compreendê-lo como problema social de abrangência nacional **(EM13CHS106)**. Essa habilidade também será desenvolvida por meio das fotografias de eventos relacionados ao movimento feminista e LGBTQIA+ (páginas 195, 203 e 213). A seção "Trabalho com fontes" (página 206), que apresenta um texto de Judith Butler, é outro exemplo de trabalho com diferentes linguagens.

Os temas propostos no capítulo são fundamentais para que os estudantes compreendam as transformações socioculturais das últimas décadas e a luta de diferentes grupos sociais para que seus direitos sejam reconhecidos e respeitados. Nesse sentido, o capítulo, que propõe uma reflexão sobre a importância do debate de gênero e apresenta dados que demonstram a violência sofrida pela comunidade LGBTQIA+ no Brasil, possibilita aos estudantes identificar as diversas formas de injustiça, preconceito e violência sofridos por esses grupos sociais, desenvolvendo a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5**. Ao demonstrar, por exemplo, que, nas últimas décadas, um novo olhar sobre os papéis sociais de homens e mulheres vem sendo discutido em diferentes instâncias, inclusive em produções artísticas (como feito no boxe "Explore" da página 194), o texto reforça o trabalho com a desnaturalização de interpretações das situações da vida cotidiana, em especial o lugar ocupado por homens e mulheres na sociedade. As perguntas apresentadas nesse boxe contribuem para que os estudantes reflitam sobre como diferentes produções cinematográficas reforçam ou ressignificam os papéis sociais de mulheres e homens, possibilitando assim a aquisição da habilidade de perceber como as concepções de liberdade e de convivência com a diferença vão se modificando e permitindo novos olhares sobre o mundo **(EM13CHS501)**.

No tópico "A violência contra as mulheres e pessoas LGBTQIA+" (página 193), o texto destaca que estes grupos sofrem violência cotidiana em todo o mundo e relaciona essa situação com uma visão restrita que define modelos de ser e de viver e discrimina as pessoas que não se enquadram nos padrões hegemônicos. Ao discutir essa questão, os estudantes desenvolvem a habilidade de analisar eventos e fenômenos da vida cotidiana relacionados ao preconceito, à intolerância e à discriminação; e desnaturalizar modelos e comportamentos que não respeitam as diferenças **(EM13CHS502)**. Tal habilidade constitui-se em um dos principais objetivos do capítulo: oferecer ferramentas metodológicas e embasamento teórico para que os estudantes consigam avaliar a influência dos padrões culturais na percepção da identidade de gênero; e problematizar as coerções e violências que, por meio da reiteração de tais padrões, afrontam as liberdades individuais e os direitos humanos. O boxe "Imagens em contexto" (página 205), que apresenta o contexto da fotografia da alemã Marlene Dietrich utilizando calças compridas na década de 1930, é um exemplo de oportunidade para o estímulo ao desenvolvimento dessa habilidade. Em vez de reforçar os estereótipos relacionados a homens e mulheres, a atitude da atriz representa um convite à reflexão sobre a necessária desconstrução do androcentrismo, que historicamente vem limitando a liberdade das mulheres em favor da dominação masculina.

O capítulo também é de grande relevância para o desenvolvimento da habilidade **(EM13CHS503)** na medida em que fornece informações e desenvolve uma reflexão crítica sobre diferentes formas de violência contra as mulheres, os homossexuais e pessoas transgênero. Os tópicos "O patriarcado" e "Os efeitos do patriarcado" (páginas 198 e 199), que tratam da cultura do estupro e analisam índices de feminicídio no país, são dois exemplos de como a questão da violência, em seus diferentes aspectos, e seu necessário enfrentamento pelo Estado e pela sociedade são abordados.

O tópico "Sexo e gênero: entre a construção e a desconstrução" (página 194) demonstra como o debate foi desenvolvido por diferentes intelectuais a partir do século XIX. Em um primeiro momento, apresenta a reflexão construída a partir da psicanálise de Sigmund Freud, que defendia a existência de uma relação direta entre a anatomia e a construção das identidades masculina e feminina. O texto mostra como essa concepção foi questionada ao longo do século XX pelas lutas feministas e por intelectuais como Simone de Beauvoir, que argumentam que a anatomia não explica todos os comportamentos de mulheres e homens na sociedade, mas sim o ambiente cultural e educacional no qual as pessoas vivem e interagem. Esse debate permite que estudantes construam a habilidade de analisar e compreender os impasses e desdobramentos que derivam das transformações culturais, sociais e históricas em curso na sociedade **(EMCHS504)**.

O tópico "Processo de construção de identidade e gênero" (página 195) problematiza como os papéis de gênero são construídos na sociedade, e o tópico "Movimentos sociais: feminismo(s) e LGBTQIA+" (página 210) discute como a mudança no modo que se percebe o gênero se relaciona com o avanço das lutas feministas. As reflexões propostas permitem que os estudantes desenvolvam a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6**, pois fornecem instrumentos para que eles participem criticamente do debate público e percebam como a ação política é uma ferramenta essencial para a explicitação e o debate de ideias.

No âmbito da referida competência, vale destacar a habilidade **(EM13CHS606)**, mobilizada em diferentes propostas didáticas do capítulo, entre as quais a do boxe "Explore" (página 199), que solicita a análise de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública representados em mapa; o quadro da página 202, que apresenta dados da distribuição desigual do tempo dedicado aos afazeres domésticos entre homens e mulheres no Brasil; e questões do boxe "Explore" (página 204), sobre dados que comprovam as desigualdades de sexo e cor em uma perspectiva interseccional. Tais propostas contribuem para que os estudantes analisem as características socioeconômicas da sociedade brasileira, identifiquem desigualdades, e desenvolvam uma perspectiva consciente, crítica e voltada para a construção de uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva.

Temas contemporâneos transversais

O capítulo apresenta dados e reforça a importância do respeito às diferenças e às individualidades, rompendo com uma visão de mundo androcêntrica e promovendo a desnaturalização das hierarquias que perpassam as relações de gênero, desenvolvendo, assim, o tema contemporâneo transversal **Diversidade cultural**.

Ao reconhecer o direito de mulheres e pessoas LGBTQIA+ e valorizar a história dos movimentos sociais relacionados às questões de gênero, o tópico "Movimentos sociais: feminismo(s) e LGBTQIA+" (página 210) também desenvolve o tema contemporâneo transversal **Educação em direitos humanos**.

Os tópicos "A divisão sexual do trabalho: a mulher entre o público e o privado" (página 201) e "Interseccionalidades: raça, classe e gênero" (página 203) debatem como a simbiose entre patriarcado e capitalismo reitera a divisão sexual do trabalho; e apresenta dados sobre a inserção da população negra no mercado de trabalho, desenvolvendo reflexões importantes para o tema contemporâneo transversal **Trabalho**.

O tópico "A violência contra as mulheres e pessoas LGBTQIA+" (página 193) problematiza modelos de família e de comportamentos considerados "padrão", desenvolvendo uma discussão importante para o tema contemporâneo transversal **Vida familiar e social**.

Trabalho interdisciplinar

No tópico "Sexo e gênero: entre a construção e a desconstrução" (página 194), é possível estabelecer um diálogo com a área de **Ciências da Natureza e suas Tecnologias**. A abordagem refuta o determinismo biológico a partir das contribuições de Simone de Beauvoir (página 194) e Margaret Mead (página 195), demonstrando que o gênero está relacionado a uma construção cultural, não sendo determinado pelo sexo biológico. A proposta é analisar como um discurso indevido, apropriando-se, de forma equivocada, das pesquisas na área das ciências da natureza, pode gerar desigualdades, preconceitos, discriminação e segregação **(EM13CNT305)**.

No mesmo tópico, pode-se estabelecer uma interface com a área de **Linguagens e suas Tecnologias**, especialmente com a educação física, na desconstrução do senso comum, que afirma que a superioridade masculina seria explicada pela aptidão física. A análise é pautada nas relações de poder presentes em discursos que legitimam hierarquias e desigualdades. O trabalho interdisciplinar poderá trazer pesquisas com mulheres atletas, de alto rendimento ou não, indo de encontro ao mito do "sexo frágil" **(EM13LGG202)**.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Na página 202, o tópico "A mulher no mercado de trabalho a partir de 1960" apresenta dados de como as mulheres, embora tenham passado a ocupar empregos que eram destinados somente aos homens, ainda recebem salários menores e absorvem a maior parte do trabalho doméstico. Essa constatação e a problematização desse contexto representam um tema importante no trabalho com o **ODS 8 Trabalho decente e crescimento econômico**.

O **ODS 5 Igualdade de gênero** está relacionado à proposta do capítulo 8 de maneira integral, pois são apresentados dados e reflexões de diferentes teóricos que contribuem para o entendimento das noções de sexo, gênero e sexualidade; de como os padrões de comportamento são influenciados por estruturas de poder; e das pautas e conquistas dos movimentos sociais organizados no decorrer da história com o objetivo de contestar as desigualdades de gênero. Ao final desse percurso de ensino-aprendizagem, na página 213, o texto apresenta as conquistas mais recentes da sociedade brasileira no sentido de alcançar a igualdade de gênero, permitindo que os estudantes avaliem, de maneira embasada, as desigualdades a serem superadas.

Respostas e comentários

Explore (p. 194)

1. A personagem Moana assume uma postura independente e guerreira ao partir em uma viagem arriscada e lutar contra criaturas marinhas. Essa postura é inovadora na medida em que o papel social da mulher é associado ao cuidado doméstico e de pessoas; já o papel social do homem tem sido historicamente associado à habilidade de luta e defesa da comunidade.
2. Diversos elementos e comportamentos podem ser citados pelos estudantes. Relacionados às mulheres: uso de saias, vestidos e maquiagem; predominância no uso de cabelo comprido; maior capacidade de organização; facilidade na realização de tarefas domésticas; maior sensibilidade para lidar com sentimentos e emoções. Relacionados aos homens: maior habilidade no exercício de funções de comando e poder; maior habilidade na realização de tarefas que exigem força física; predominância do uso de cabelo curto.

Você pesquisador (p. 197)

Discuta com os estudantes a importância das escolas como agentes de socialização envolvidos nos processos relacionados às questões de gênero, procurando identificar os entraves relacionados a essa discussão e seus principais efeitos no cotidiano escolar. Oriente os estudantes a buscar informações em matérias de jornais, revistas e/ou na internet a respeito da discussão sobre a Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBTs, e sobre como esse debate aparece na atualidade. Em seguida, peça aos estudantes que tragam as informações para discutir, em sala de aula, se houve ou não avanços nas ações contra o preconceito e a discriminação das pessoas que se identificam com o grupo LGBTQIA+, fazendo, por exemplo, um contraponto com a publicação do Ministério da Educação, conforme a Portaria nº 33/18, que autoriza estudantes travestis e transexuais a usar o nome social nos registros escolares.

Os efeitos do patriarcado (p. 199)

Nos casos de violência doméstica contra as mulheres, comente com os estudantes que muitas delas não reportam os episódios de violência, mesmo quando vão a hospitais machucadas, por vergonha e por medo de sofrer ainda mais agressões. É importante ressaltar que as mulheres agredidas precisam se sentir apoiadas e ter uma rede de pessoas próximas que possam protegê-las (e proteger seus filhos).

Explore (p. 199)

1. Unidades da federação com os maiores números de feminicídios: Bahia (463), São Paulo (342) e Ceará (336). Unidades da federação com os menores números: Amapá (19) e Roraima (20).
2. O mapa confirma que o feminicídio é um grave problema nacional, pois esse tipo de crime é cometido em todas as unidades da federação e com números elevados.

Explore (p. 200)

1. Segundo as autoras, a tensão no aprendizado de gênero está ligada às expectativas sobre o que é considerado o padrão de masculinidade ou feminilidade em confronto com as próprias identidades dos jovens, que podem adotar ou rejeitar certas características dos padrões hegemônicos.
2. Incentive que os estudantes compartilhem suas vivências sobre o tema e, caso se sintam à vontade, comentem se, de alguma forma, se sentem pressionados a corresponder a certos padrões hegemônicos, de que modo isso ocorre e como lidam com essas expectativas.

Explore (p. 202)

1. O dado (o de que apenas 6% dos artistas com obras expostas eram mulheres, mas 60% das representações de pessoas nuas eram de mulheres) demonstra como o papel social da mulher estava (e ainda está) associado à reprodução, participando em porcentagem muito mais reduzida do mercado de trabalho. Esse papel social da mulher é um legado do patriarcado.
2. Espera-se que os estudantes concluam que sim, já que, em produções cinematográficas, no teatro, na música e em outros espaços de cultura e arte, ainda predomina a visão das mulheres como objetos sexuais. Ainda que essa realidade esteja em transformação, a associação da mulher ao papel social da reprodução e do cuidado da casa e de pessoas ainda predomina. Campanhas de conscientização e políticas públicas de fomento à divisão igualitária dos cuidados domésticos (como a ampliação da licença-paternidade) são algumas ações que podem ser mencionadas pelos estudantes.

Explore (p. 204)

1. O gráfico revela que as mulheres negras são as que possuem menor rendimento médio mensal se comparadas às mulheres não negras, homens negros e homens não negros.
2. A interseccionalidade considera as interações entre os fatores que diferenciam as pessoas. O gráfico representa dados partindo da premissa da interseccionalidade ao combinar as variáveis "cor" e "sexo" na análise social do Brasil em 2022. O cruzamento dessas variáveis revelou que as mulheres recebiam remuneração inferior à dos homens. As pessoas que, além de serem mulheres, eram negras (pretas ou pardas) recebiam um rendimento médio mensal ainda menor. Essas diferenças de remuneração aprofundam as desigualdades sociais.

Trabalho com fontes (p. 206)

1. No trecho citado, Butler estabelece uma relação evidente entre violência e norma social ao argumentar que, para manter uma ordem entendida como natural e necessária, são criadas regras, como a da heterossexualidade ou a do binarismo de gênero, que acabam por justificar a exclusão ou a negação do direito à vida de determinadas pessoas (homossexuais e transgêneros, por exemplo). Examinar criticamente o processo de construção das normas sociais é um passo importante para a superação dessa violência, que atinge grupos minorizados e desumanizados em face do que se estabelece como "normal" ou "natural".
2. A noção de humanidade foi construída em um mundo bastante desigual e excludente, no qual negros, indígenas, mulheres, homossexuais e transexuais, há séculos, travam intensas batalhas para serem considerados dignos dos direitos que a princípio foram pensados somente por e para homens brancos cisgêneros e heterossexuais. Diante disso, Butler sugere a desconstrução do conceito de humano, para que se possam compreender melhor os processos violentos que estão por trás dos discursos em defesa da humanidade, seus limites e desafios contemporâneos.

Explore (p. 209)

1. O sexo refere-se aos aspectos anatômicos, genéticos e hormonais de uma pessoa, e a identidade de gênero está associada à forma como cada indivíduo se identifica e exerce seu papel de gênero na sociedade, sendo construída no âmbito sociocultural e psíquico.
2. A placa informa a existência de um banheiro que pode ser utilizado por todas as pessoas, independentemente de suas características físicas e identitárias. Sua importância está em permitir que pessoas cuja identidade de gênero não corresponde ao sexo biológico (pessoas transgêneros, transexuais ou travestis) possam utilizar o local, reduzindo a discriminação.

Em pauta (p. 214)

1. Na perspectiva dos feminismos populares do Sul, é possível perceber uma relação clara entre patriarcado, dominação colonial e degradação ambiental, na medida em que os três fenômenos envolvem processos de dominação, expropriação e violência. As mulheres, subjugadas pela estrutura patriarcal, estão em uma condição semelhante à dos seus próprios territórios, explorados e dominados pela força dos colonizadores. De maneira análoga, a própria natureza é vista como algo a ser tomado e dominado, tal como os corpos das mulheres.
2. Conforme exposto no capítulo, os movimentos feministas passaram por grandes transformações ao longo da história e, com o tempo, ampliaram a própria percepção do que é ser mulher, entendendo que existem diferenças importantes entre as condições de vida de mulheres ricas e pobres, heterossexuais ou homossexuais, mulheres cis ou trans, brancas, negras ou indígenas, habitantes de países centrais ou periféricos, de países colonizadores ou colonizados. No texto, essa ampliação da percepção sobre as diferentes realidades vividas pelas mulheres é evidenciada pela ênfase dada à atuação de setores marginais e sua postura questionadora dos valores modernos ocidentais.
3. Espera-se que os estudantes pesquisem informações sobre movimentos populares protagonizados por mulheres (algum dos que foram citados no texto ou qualquer outro com características semelhantes) e analisem a importância desse protagonismo e sua relação com as pautas do movimento feminista na atualidade.

Atividades (p. 215)

1. Os estudantes devem diferenciar os conceitos de sexo e gênero segundo as teorias mais fundamentais citadas na segunda parte do capítulo. A construção social dos comportamentos de gênero também deve

ser identificada, tendo em vista particularmente instituições, padrões e linguagens que se estabeleceram em sociedades heteronormativas e patriarcais.

2. O patriarcado define o arbítrio de poder do homem sobre a mulher, estabelecendo um sistema de poder que extrapola o espaço doméstico. Atualmente, é possível perceber a permanência de sintomas da sociedade patriarcal, por exemplo, na continuidade do acúmulo das funções domésticas pelas mulheres, que exercem dupla ou tripla jornada de trabalho, e na manutenção de salários mais baixos para as mulheres, mesmo quando desempenham as mesmas funções que os homens.

3. Ainda que a mão de obra feminina tenha sido intensamente explorada desde o surgimento das sociedades industriais, problemas de ordem moral relacionados ao afastamento da mulher do espaço doméstico resultaram na criação de leis visando à sua "proteção" e levando as mulheres de volta às funções reprodutivas. Dessa forma, aprofundou-se a visão segundo a qual os homens deveriam ser responsáveis pelas funções geradoras de riqueza e pelos assuntos públicos, enquanto às mulheres foram relegados os trabalhos relacionados aos cuidados domésticos e à reprodução familiar.

4. O feminismo negro foi a corrente do feminismo que mais trouxe contribuições para pensar as opressões de forma articulada. Para essas feministas, o capitalismo é um sistema que conjuga as formas de dominação e exploração modernas, como as de classe, com as mais tradicionais, como o patriarcado, compondo um sistema de opressões complexo. São essas opressões, vistas como "isoladas", que permitem a reprodução do sistema, pois um oprimido em relação à raça pode tentar sobrepor-se a outro com base na classe ou no gênero. Assim, a libertação e a emancipação dessas opressões estão intrinsecamente ligadas. No mundo, feministas que se debruçaram sobre a importância da interseccionalidade são Angela Davis e bell hooks. No Brasil, a socióloga brasileira Lélia Gonzalez destacou-se ao debater situações concretas vividas pelas mulheres negras no país, como a exploração do trabalho, a hipersexualização e a violência cotidiana.

5. Para os pensadores da teoria *queer*, as lógicas de classificação binária (homem/mulher) e heterossexual teriam a função de regular os comportamentos em relação ao sexo e ao gênero nas sociedades ocidentais. Dessa forma, opera-se uma naturalização das identidades de gênero com base na repetição de padrões e na performatividade estimulada por esses mesmos padrões.

6. O sexo refere-se aos aspectos anatômicos, genéticos e hormonais de uma pessoa; a identidade de gênero está associada à forma como cada indivíduo se identifica e exerce seu papel de gênero na sociedade, sendo construída no âmbito sociocultural e psíquico; a orientação afetivo-sexual diz respeito às características das pessoas por quem os indivíduos sentem atração.

7. A primeira onda tem início ainda no século XIX, com a luta por direitos de cidadania, como o direito ao voto. A segunda onda, que se inicia na década de 1960, amplia as reivindicações relacionadas ao mercado de trabalho, à divisão das tarefas domésticas e aos direitos reprodutivos. A terceira onda, iniciada nos anos 1980, combate a discriminação e a homofobia, abordando a orientação sexual e questionando a normatividade relacionada aos esquemas de classificação binários.

8. **a.** Papel de gênero pode ser entendido como o conjunto de comportamentos, responsabilidades e expectativas que a sociedade atribui a cada indivíduo com base em seu gênero.

   b. Como instituição socializadora, a escola atua na difusão e internalização de papéis de gênero ao exprimir expectativas que associam o gênero a certos tipos de comportamentos, aptidões e responsabilidades e exercer coerção para o cumprimento dessas expectativas. No exemplo dado no texto, ao determinar gênero como um critério eliminatório para a escolha do monitor da classe, a escola exprime uma expectativa de que posições de liderança sejam ocupadas por meninos. A regra tem o efeito de difundir e promover a internalização da ideia de que, mesmo demonstrando resultados de eficiência equivalentes ou superiores aos dos homens, as mulheres são consideradas menos adequadas ou aptas a assumir certas responsabilidades ou ocupar certos cargos de comando.

   c. Podem ser mencionadas situações relacionadas à distribuição de tarefas e responsabilidades, à expressão e cobrança de expectativas de comportamento, a conteúdos curriculares e de materiais didáticos, aos conselhos sobre carreira, à gestão diferenciada de conflitos, entre outras. Alguns exemplos: escolher meninos para realizar tarefas relacionadas ao uso da força (monitorar a sala, carregar cadeiras etc.) e meninas para tarefas estéticas (decorar cartazes de apresentação escolar, fazer bandeiras de festa junina etc.); opinar que meninas são naturalmente mais obedientes e que meninos são mais agitados; uso de materiais didáticos com imagens que representem apenas homens em posição de poder (políticos, cientistas, intelectuais etc.) e mulheres em posição de cuidado (enfermeiras, professoras, donas de casa etc.); minimizar o impacto de comentários sexistas e assédios e punir mais severamente meninas bagunceiras do que meninos etc.

9. a. No Brasil, o patriarcado tem como consequência diversos tipos de violência contra a mulher ao se constituir em um sistema que dá poder aos homens e fundamenta sua dominação sobre as mulheres. Alguns exemplos de violência sofridos pelas mulheres em decorrência disso são os crimes de feminicídio, a violência doméstica, o menosprezo à condição feminina, a exploração do seu trabalho, sua hipersexualização e a cultura do estupro.

b. Os serviços informados visam oferecer diferentes tipos de apoio a mulheres que sofreram agressão física e/ou sexual e a mulheres traficadas ou migradas. Incluem-se serviços de fornecimento de moradia e alimentação a mulheres que sofreram violência doméstica e precisaram abandonar suas casas; delegacias especializadas em atender e encaminhar processos de mulheres que sofreram agressão (incluindo profissionais especializados em defender crimes com essas características); serviços de saúde capacitados para cuidar da saúde de mulheres violentadas; e posto de atendimento em aeroportos para receber e cuidar de mulheres que foram traficadas. A existência de uma rede de serviços é fundamental para atender às necessidades específicas das mulheres que sofrem violência.

10. a. De acordo com a pesquisa, quase a metade das pessoas trans empregadas só conseguiram uma vaga de emprego por terem sido indicadas por organizações não governamentais ou por terem conseguido uma vaga de emprego reservada a esse grupo. Esse dado revela a dificuldade que essas pessoas enfrentam para conseguirem emprego, dificuldade essa relacionada ao preconceito de gênero.

b. O texto menciona a existência de empresas que reservam uma quantidade de vagas no quadro de funcionários para as pessoas trans.

c. O texto relata a existência da transfobia, situação de preconceito e discriminação, no ambiente de trabalho.

d. Os estudantes podem propor medidas baseadas nas experiências dos movimentos feministas e do movimento LGBTQIA+ tratadas no capítulo, como a organização de manifestações, a luta por leis que garantam maior reconhecimento ou proteção às pessoas trans, criação de campanhas de conscientização e políticas públicas de combate às desigualdades de gênero.

11. Os dados representados foram obtidos a partir do conceito de interseccionalidade, ou seja, da análise social que considera a intersecção de diferentes fatores que caracterizam os indivíduos e que podem ser, por exemplo, raça, identidade de gênero, orientação sexual e classe social. Na representação, foram considerados os fatores raça, identidade de gênero e orientação sexual. A intersecção permite que se compreenda que a soma desses fatores interfere na probabilidade que um indivíduo tem de sofrer violência: homens negros homossexuais e bissexuais são os que mais sofrem violência. O comparativo entre mulheres e homens que possuem uma identidade de gênero que não corresponde ao sexo biológico revela que, se eles forem negros, terão maior probabilidade de sofrerem violência do que se forem brancos.

12. Espera-se que os estudantes identifiquem que, em antigas produções audiovisuais, os papéis de gênero eram notadamente reafirmados tanto dentro quanto fora do ambiente familiar, com base no tipo de vestimenta (menino usa azul, menina, cor-de-rosa) ou de atividades lúdicas (menino brinca com carrinhos, e menina, com bonecas; menino joga bola, e menina brinca de casinha, entre outras atividades marcantes na infância). Com esse exercício, a expectativa é a de que eles compreendam que, na atualidade, já é perceptível a desconstrução da ideia de gênero. Hoje, brincar de jogar bola também é atividade feminina na infância, e muitos dos brinquedos já não são distinguidos por sexo, como o próprio futebol, os *videogames* e outras atividades lúdicas antes reservadas a um gênero ou outro. Dependendo da data da pesquisa, os estudantes também compreenderão que, em meados do século XX, era comum haver salas de aula exclusivas para meninos e para meninas.

13. Alternativa **d**.

14. Alternativa **a**.

Sugestões

Livro

Teoria feminista: da margem ao centro

bell hooks. São Paulo: Perspectiva, 2019.

Nessa obra, a autora apresenta sua crítica a problemas do feminismo contemporâneo: ser feito por mulheres brancas, de classe média e heteronormativas.

UNIDADE 5 NATUREZA EM TRANSFORMAÇÃO

Competências e habilidades trabalhadas na abertura

A abertura da unidade (páginas 218 e 219) visa sensibilizar os estudantes para a intensidade das alterações humanas na natureza, marcadas pela exploração predatória dos recursos naturais, e suas consequências para o meio ambiente e a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento da consciência socioambiental e de um posicionamento ético em relação ao cuidado do planeta, como previsto na **competência geral da Educação Básica 7**. A abertura possibilita também que os estudantes realizem uma análise crítica das relações da sociedade ocidental contemporânea com a natureza, colaborando para o trabalho com a competência específica de **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 3**.

Respostas e comentários

1. Espera-se que os grupos reconheçam a relevância de políticas governamentais que garantam uma renda mínima para as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade econômica e social ao viabilizar a compra de alimentos, assegurando, assim, o direito humano à alimentação e o direito constitucional brasileiro à segurança alimentar e nutricional. Ao garantir uma renda mínima, os programas sociais também têm o potencial de fomentar as economias locais, estimulando a geração de empregos e a melhoria das condições de vida das populações. O papel do governo é crucial nesse cenário, uma vez que é responsável pelo mapeamento das famílias vulneráveis e pela implementação de programas que promovam o desenvolvimento econômico e social do país.
2. Espera-se que os estudantes identifiquem, por exemplo, que a exploração excessiva dos recursos naturais resulta em diversos impactos ambientais, como a perda de solo fértil e a contaminação de cursos de água, comprometendo a capacidade de produzir alimentos e afetando os modos de vida e alimentação das populações ribeirinhas, indígenas e quilombolas. Além disso, o modo de produção capitalista gera concentração de renda e riqueza, dificultando o acesso aos recursos necessários para satisfazer as necessidades básicas de uma parcela significativa da população, tanto no Brasil quanto em diferentes regiões do mundo.

Capítulo 9 Sociedade e meio ambiente

Competências e habilidades trabalhadas

Ao valorizar conhecimentos historicamente construídos para o entendimento das consequências socioambientais da intensa exploração predatória dos recursos naturais, o tópico "A problemática socioambiental" (página 221) favorece o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 1**.

O conteúdo do capítulo contribui também para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 7** ao valorizar a diversidade de vivências culturais para a realização de escolhas responsáveis, viabilizando a construção de argumentos que promovam a consciência socioambiental e o consumo responsável, como ocorre, por exemplo, no tópico "Modernização e transformação social" (página 236).

O estudo do capítulo, sobretudo dos tópicos "A problemática socioambiental" (página 221) e "Modernização e transformação social" (página 236), também colabora para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 10** na medida em que apresenta informações e teorias que incentivam os estudantes a agir de forma autônoma e responsável, tanto individual quanto coletivamente, tomando decisões com base em princípios éticos, sustentáveis e solidários.

O capítulo também colabora para o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1** e da habilidade **(EM13CHS103)** ao possibilitar que os estudantes utilizem dados quantitativos para a elaboração de hipóteses sobre processos socioeconômicos e ambientais, como ocorre, por exemplo, na proposta de leitura e interpretação do gráfico "Mundo: insegurança alimentar por regiões selecionadas (em %) – 2023" (página 224) e do mapa "Mundo: insegurança alimentar (em %) por país – 2020-2022" (página 226) e do gráfico "Brasil: agricultura – 2017" (página 229) de caracterização dos estabelecimentos de agricultura familiar e não familiar.

Ao interpretar dados representados em linguagem cartográfica, gráfica e iconográfica para a compreensão de fenômenos e a busca de soluções para os problemas que eles revelam, contribui-se para o desenvolvimento da habilidade **(EM13CHS106)**. Isso ocorre, por exemplo, na atividade de análise do mapa "Mundo: insegurança alimentar (em %) por país – 2020-2022" (página 226). Ainda, o tópico "O que significa *meio ambiente*?" (página 220) colabora para o trabalho com a habilidade **(EM13CHS105)** ao criticar a oposição dicotômica cultura/natureza, explicitando suas ambiguidades.

O capítulo, ao promover a contextualização e a análise crítica das relações das sociedades com a natureza e seus impactos socioambientais, com o objetivo de levar os estudantes a refletirem sobre soluções para os problemas identificados, contribui para o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 3** e da habilidade **(EM13CHS301).** O tópico "Contrastes entre a produção patronal e a agricultura familiar" (página 229), por exemplo, estimula os estudantes a problematizarem formas coletivas de produção de alimentos. Os tópicos "Agricultura, concentração de terras e fome" (página 224) e "Contrastes entre a produção patronal e a agricultura familiar" (página 229) colaboram para o desenvolvimento das habilidades

(EM13CH302) e **(EM13CH306)**, possibilitando que os estudantes analisem, comparem e avaliem criticamente os impactos econômicos e socioambientais das atividades agropecuárias do sistema de produção patronal e da agricultura familiar. No tópico "Segurança e soberania alimentar" (página 230), faz-se uma comparação entre os interesses das grandes empresas, o papel do Estado e a postura dos povos tradicionais em relação ao direito à alimentação saudável, tema relacionado à habilidade **(EM13CHS304)**.

Temas contemporâneos transversais

O capítulo aprofunda a reflexão sobre a relação da sociedade com os recursos naturais, desenvolvendo, no decorrer do processo de ensino-aprendizagem, o tema contemporâneo transversal **Educação ambiental**.

Os tópicos "Agricultura, concentração de terras e fome" (página 224), "A fome no mundo" (página 226), "Revolução Verde" (página 227), "Agricultura familiar" (página 228) e "Segurança e soberania alimentar" (página 230) apresentam o tema da insegurança alimentar no mundo e discutem o conceito de soberania alimentar, relevantes para o tema contemporâneo transversal **Educação alimentar e nutricional**.

Trabalho interdisciplinar

Ao propor a análise de diferentes pontos de vista em relação ao uso de produtos químicos e de microrganismos na agricultura, considerando a importância da conservação da biodiversidade e da produtividade, o tópico "Revolução Verde" (página 227) e a seção "Em pauta" (página 232) colaboram para o desenvolvimento da habilidade **(EM13CNT206)** da área de **Ciências da Natureza e suas Tecnologias**.

O boxe "Explore" (página 224) solicita que os estudantes interpretem os dados de insegurança alimentar por regiões do mundo mobilizando conhecimentos de geografia, na medida em eles deverão reconhecer que as regiões com maiores porcentagens de insegurança alimentar são as de países do Sul Global, mais prejudicados pelas desigualdades sociais que caracterizam o sistema capitalista. Para complementar, pode-se comentar a relação dessas desigualdades com a colonização, relacionando o conteúdo com o componente curricular história. O boxe "Explore" (página 226), que solicita a interpretação do mapa de insegurança alimentar por país do mundo, também constitui-se em uma atividade interdisciplinar com geografia. As perguntas do boxe "Explore" (página 233) mobilizam conhecimentos de geografia ao solicitar que os estudantes relacionem as situações de guerra à espacialização da produção e comercialização de produtos alimentícios no mundo.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O **ODS 11 Cidades e comunidades sustentáveis** pode ser trabalhado em alguns momentos do capítulo, como no boxe "Imagens em contexto" (página 222), que apresenta a necessidade de abandono por famílias de suas casas em bairros da cidade de Maceió devido ao afundamento provocado pela mineração subterrânea. Este fato pode fomentar uma reflexão sobre a importância do desenvolvimento de políticas urbanas voltadas à sustentabilidade.

A seção "Em pauta" (página 232) trabalha o **ODS 2 Fome zero e agricultura sustentável** ao solicitar que os estudantes reflitam sobre o aumento da produtividade de alimentos nas lavouras.

No tópico "Mudanças climáticas e crise energética" (página 234), algumas atividades exploratórias que contribuem para as mudanças climáticas são problematizadas e fontes de energia renováveis e limpas são citadas como forma de combater essas mudanças, auxiliando no desenvolvimento do **ODS 13 Ação contra a mudança global do clima**.

O tópico "Chico Mendes: seringueiro e ativista ambiental" (página 241) trabalha a questão dos grupos tradicionais extrativistas retirarem da floresta apenas os recursos necessários para a sua sobrevivência, sem destruí-la, auxiliando na reflexão do **ODS 12 Consumo e produção responsáveis**.

Na seção "Trabalho com fontes" (página 242) é apresentada parte da legislação ambiental que abarca as reservas extrativistas e solicitado que os estudantes reflitam sobre a proteção dessas áreas, permitindo que se desenvolva o **ODS 15 Vida terrestre**.

Respostas e comentários

As questões ambientais como tema das ciências sociais (p. 222)

É possível pesquisar diferentes conflitos socioambientais em todas as regiões brasileiras no *site* produzido pela Fiocruz, *Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil*, disponível na indicação do boxe "Sugestão". Nesse *site*, os estudantes podem encontrar dados de pesquisa que revelam que populações como as de quilombolas, ribeirinhos e indígenas sofrem em maior proporção com a degradação ambiental. Da mesma forma, ao conhecer as principais atividades (agronegócio, mineração e siderurgia, construção de barragens e de hidrelétricas, madeireiras, indústrias químicas e petroquímicas, pesca e carcinicultura, pecuária e construção de rodovias, hidrovias e gasodutos) que promovem danos ambientais, causando risco à saúde das populações, será possível estabelecer a relação entre os conflitos ambientais e o modelo de desenvolvimento da atual economia capitalista globalizada. Com base nos dados empíricos consultados, os estudantes poderão compreender melhor a crítica endereçada ao discurso do "desenvolvimento sustentável", que não questiona o modelo de desenvolvimento que promove as atividades econômicas responsáveis pelos danos ao meio ambiente e afeta principalmente populações específicas, contrariando a ideia de ser a questão ambiental um problema que atinge todos igualmente.

Explore (p. 224)

1. Os dados do gráfico revelam que, em todas as regiões do mundo selecionadas (África, Ásia, América Latina e Caribe e América do Norte e Europa), a porcentagem de insegurança alimentar é mais elevada no espaço rural; em seguida, no espaço periurbano; e, por último, no espaço urbano.
2. Os dados do gráfico permitem o reconhecimento das maiores porcentagens de insegurança alimentar nas regiões: África, primeiramente, e América Latina e Caribe depois.

Explore (p. 226)

1. O mapa representa a porcentagem da população com insegurança alimentar em cada país do mundo entre 2020 e 2022. Os continentes com mais países com altas porcentagens de insegurança alimentar são África (República Democrática do Congo, República Centro-Africana, Sudão do Sul, Angola, Madagascar e Chade, entre outros) e Ásia (Afeganistão e Iêmen são os países com as mais elevadas porcentagens).
2. A ordem crescente das porcentagens é representada por tons que vão do branco ao marrom: quanto maior a porcentagem de insegurança alimentar, mais próximo do marrom (cor mais escura).

Explore (p. 229)

1. De acordo com o gráfico, em 76,8% das terras utilizadas para a agricultura no Brasil predominava o sistema familiar. No entanto, essas áreas ocupavam apenas 23% dos hectares de terras utilizados para a agricultura.
2. O uso da terra pela produção familiar permite que mais pessoas trabalhem no campo e mais pessoas sejam beneficiadas pela produção agrícola. O sistema familiar é, assim, mais sustentável do ponto de vista da segurança alimentar da população.

Em pauta (p. 232)

A seção fomenta a discussão sobre como a biotecnologia pode contribuir na prevenção de dificuldades relacionadas à produção de diversas culturas agrícolas usadas tanto para a alimentação quanto para a obtenção de bioenergia. Ainda pode suscitar outras questões, por exemplo: "É lícito o ser humano intervir na natureza para criar novas espécies (cruzamento de indivíduos de espécies diferentes mas relacionadas para originar um indivíduo híbrido; seleção artificial de indivíduos de uma espécie com características genéticas desejadas para promover o cruzamento entre eles; manipulação genética de um organismo, introduzindo características desejáveis de um em um genoma de outro para que se reproduzam neste as mesmas características)?"; "Apesar de ser responsável pela destruição de espécies, o ser humano também pode intervir na natureza para proteger as espécies da extinção ou do desaparecimento súbito devido a uma catástrofe natural ou a um conflito nuclear? Como ele faria isso?" (é possível citar, por exemplo, o Banco Mundial de Sementes, em Svalbard, na Noruega, responsável por armazenar sementes e plantas de todo o mundo em um cofre construído em uma mina de carvão abandonada, a 150 metros de profundidade).

1. Espera-se que os estudantes identifiquem que o experimento mostrou que os microrganismos da cana-de-açúcar (como os fungos e as bactérias**)** são capazes de mudar a fisiologia das plantas, resultando em plantas com maior tolerância à escassez de água e em aumento da biomassa de até três vezes, ou seja, houve elevação da produtividade mesmo em face de uma situação de estresse hídrico.
2. Os estudantes podem listar impactos como: aumento da produtividade agrícola, redução do uso de fertilizantes, menor dependência de recursos hídricos, acesso a alimentos de qualidade e redução da expansão de terras agrícolas em áreas de ecossistemas naturais, ajudando a preservar o meio ambiente.
3. Dentre os benefícios da substituição, podem ser mencionados: redução do impacto ambiental (diminuindo a poluição do solo e água resultante da liberação de nitrato e fosfato pelo uso intensivo de fertilizantes sintéticos), menor emissão de gases do efeito estufa (o uso de fertilizantes químicos está associado á emissão de óxido nitroso, um dos gases causadores do efeito estufa), preservação da biodiversidade do solo.

   Dentre os desafios, podem ser mencionados: a complexidade de implementação, a adaptação produtiva e dos profissionais envolvidos, a variabilidade da eficácia (que pode mudar em outros tipos de solo e clima).

   Dentre os estudos complementares, podem ser mencionados: testes em diferentes condições ambientais (de solo, clima e cultura agrícola) e o impacto a médio e longo prazo do uso nos ecossistemas.
4. Os impactos das mudanças climáticas na agricultura variam entre municípios e unidades da federação, podendo ter consequências como alterações nos padrões de precipitação (chuva), aumento das temperaturas e surgimento de novas pragas. As soluções propostas pelos estudantes podem estar relacionadas à promoção de práticas para combater as causas das alterações climáticas (como o aumento de cobertura vegetal ou redução da liberação de gases de efeito estufa no município ou na unidade da federação, por exemplo). Os estudantes também podem propor ações relacionadas à mudança dos sistemas de produção agrícola na localidade, como o sistema de agrofloresta, a agricultura orgânica e a utilização de técnicas de cultivo que reduzam o desperdício de água e a degradação do solo. A atividade permite a escuta e o debate de opiniões entre os estudantes, além de possibilitar-lhes uma compreensão mais aprofundada da prática agrícola no município ou unidade da federação onde moram.

Explore (p. 233)

1. Parte importante dos alimentos comercializados entre países é transportada em navios intercontinentais. Os portos são portanto locais onde grandes cargas são armazenadas. Nos ataques aos portos, os alimentos estocados são destruídos, reduzindo a quantidade dos bens e tornando-os mais escassos. Diante dessa realidade, as empresas responsáveis pela venda dos alimentos, aumentam o preço.
2. Durante as guerras, parte da população rural abandona a produção para participar do conflito, reduzindo a produtividade, e vias de transporte podem ser destruídas, afetando a circulação de alimentos e o abastecimento das populações.

Explore (p. 239)

1. O conceito de função social da terra pressupõe que a terra deve cumprir uma função na sociedade e que essa função está relacionada ao bem-estar dos proprietários e das pessoas que trabalham nela e à conservação dos recursos naturais nela disponíveis.

2. As grandes propriedades rurais improdutivas não cumprem sua função social: a terra fica sem função para a sociedade, pois não fornece produtos nem renda.
3. A existência de um grande número de propriedades rurais que não cumprem sua função social é uma das principais causas da insegurança alimentar, já que essas propriedades não são utilizadas para gerar bem-estar (alimentos ou renda para a obtenção de alimentos) às pessoas que moram e trabalham no campo.

Trabalho com fontes (p. 242)

1. De acordo com o texto do decreto, as reservas extrativistas são territórios destinados à exploração sustentável e à conservação dos recursos naturais renováveis por uma população extrativista. Trata-se, portanto, de áreas a serem protegidas da exploração por outras populações devido à importância ecológica e social delas para a sociedade com um todo e a população extrativista local. Ao criar uma reserva extrativista, o governo estabelece seus limites geográficos e a população que vai habitá-la; e define as ações que devem ser realizadas para efetivar a existência da reserva, tais como as desapropriações necessárias para que o direito ao uso de toda a área da reserva seja concedido à população extrativista. O direito de uso é concedido de forma gratuita. Há um contrato que regula de que forma a população extrativista pode fazer uso da terra. O Ibama, órgão do governo federal, torna-se responsável por supervisionar as áreas extrativistas e acompanhar o cumprimento das condições.
2. Deve-se incentivar a formulação consciente e com responsabilidade dos argumentos pelos estudantes. Para isso, oriente-os a se pautarem em conteúdos estudados no capítulo e nas aulas e materiais de geografia; e a fazerem pesquisas em fontes de informação confiáveis. Será interessante também propor a eles que pesquisem, em reportagens e artigos publicados mais recentemente na imprensa, os argumentos e pontos de vista dos defensores de cada setor da sociedade civil.

   A elaboração dos textos e o debate poderão colocar em pauta diferentes concepções de meio ambiente. Entre elas, a ideia de que os defensores do meio ambiente estariam "travando" o desenvolvimento do país, tal como o tema é apresentado por algumas empresas e, até mesmo, por alguns governantes. Sugere-se, assim, que se preste atenção nos interesses econômicos e políticos envolvidos no tema. Ao final, é importante fazer um balanço da questão, com destaque para sua complexidade

Atividades (p. 244)

1. Antonio Candido se concentra na realidade do Brasil, em especial a do interior paulista, e mostra as relações entre o processo de modernização e a sociabilidade caipira. Candido identificou que as comunidades caipiras eram formadas a partir do isolamento desse grupo social no processo de colonização, desenvolvendo a sociabilidade caipira, marcada por relações humanas solidárias e não competitivas. Os caipiras se amparam no meio ecológico imediato para sua sobrevivência, constituindo o que o autor chamou de ajuste ecológico total, que tem sido substituído por uma forma de interação entre o meio ambiente e os espaços urbanos mediada, principalmente, pelo consumo. Para Vandana Shiva, filósofa e física indiana, há uma tendência mundial de ampliação da escassez devido ao consumismo e ao uso privado de recursos naturais coletivos. Ela é propositiva ao defender os princípios da justiça ambiental e o não uso de organismos geneticamente modificados.
2. A perspectiva da justiça ambiental parte do princípio de que existe uma desigualdade ambiental, isto é, os riscos ambientais não afetam todos da mesma forma. Desse ponto de vista, é possível identificar os que lucram com os danos ambientais e os que pagam por eles. Assim, para deter a ação destrutiva sobre o meio ambiente, é fundamental proteger os mais vulneráveis. De acordo com a perspectiva da modernização ecológica, a conciliação de interesses e de divisão de responsabilidades sobre os riscos ambientais é possível, como se todos os setores da sociedade afetassem o meio ambiente na mesma proporção com suas diferentes atividades. Dessa forma, defende a adequação da lógica de produção e consumo capitalistas à demanda de economia de recursos. Os povos tradicionais desenvolvem práticas não predatórias de uso dos recursos naturais, sendo uma referência de estabelecimento de uma nova dinâmica social para o enfrentamento dos problemas socioambientais.
3. O conceito de segurança alimentar foi criado no contexto do pós-guerra com o objetivo de garantir a distribuição de alimentos em países devastados pela guerra; e consolidou-se como um direito fundamental do cidadão e, portanto, uma obrigação do Estado. O conceito de soberania alimentar, por sua vez, surge da afirmação de que a alimentação saudável é um direito humano; e, portanto, não pode ser tratada como uma mercadoria, já que, pela concentração da produção e pela predominância das monoculturas voltadas para o ganho financeiro no mercado internacional, torna-se mais difícil a diversificação de alimentos e sua distribuição a quem não pode pagar.
4. Os estudantes poderão relatar diferentes situações: questão do lixo em ruas e demais espaços públicos pela ineficiência ou ausência de rede de coleta, despejo de dejetos em rios e lagoas pela ineficiência ou ausência de sistema de saneamento básico, presença de lixões inadequados ou existência de conflitos ambientais envolvendo comunidades indígenas, quilombolas, garimpeiros e outros segmentos.
5. A fotografia retrata o deslizamento de terra em um morro ocupado por moradias de população de baixa renda. Trata-se de uma situação frequente no Brasil, que corrobora o conceito de racismo ambiental: áreas de morros costumam ser ocupadas irregularmente por pessoas de baixa renda, a maioria negra, e os desabamentos em função das chuvas e da falta de uma política de habitação vitimizam sobretudo essas pessoas. As populações que sofrem discriminação racial costumam ser mais prejudicadas pelos problemas ambientais.

6. Os estudantes devem relacionar as pautas dos movimentos camponeses, em especial das ligas camponesas, às demandas dos movimentos ambientalistas e aos sindicatos de trabalhadores rurais a partir dos anos 1980, que servem de parâmetro para as propostas de preservação dos modos de organização das comunidades tradicionais e indígenas em oposição aos modelos desenvolvimentistas importados, integralmente ou em parte, dos países centrais do capitalismo.

7. A persistência do problema da fome coloca em evidência a incapacidade de o mercado solucionar os efeitos da desigualdade social gerados pela busca do lucro em detrimento da garantia de direitos aos cidadãos, como o direito à alimentação. Assim, torna-se fundamental a implementação de políticas públicas que possam oferecer soluções a esses problemas, buscando uma conciliação entre o funcionamento da economia de mercado e a segurança social.

8. Podem ser mencionadas como demandas dos movimentos pela soberania alimentar: a reforma agrária (que intervém no problema da concentração de terras) e a valorização da produção de alimentos voltados para o consumo interno (no lugar da priorização da produção de matérias-primas para exportação). Essas demandas são importantes para a sobrevivência física e cultural dos povos tradicionais e camponeses, pois asseguram o acesso à terra e aos recursos naturais para manutenção dos modos de vida, das práticas agrícolas e dos hábitos alimentares.

9. A principal causa da crise alimentar no mundo está relacionada ao aumento do custo dos alimentos. O modelo de distribuição de alimentos nas economias de mercado depende de variáveis relacionadas à oferta/demanda, ao uso de biocombustíveis, à influência do mercado financeiro, além das questões climáticas sazonais. Como consequência, ocorre o aumento da vulnerabilidade da população pobre, com o aumento da fome, da subnutrição e da mortalidade infantil.

10. Notícias de enchentes, de rompimento de barragens e de intoxicação podem ser encontradas nos principais veículos de notícias. As populações que sofrem com os desastres ambientais são moradores de periferias, moradores pobres de áreas rurais, indígenas, quilombolas e ribeirinhos.

11. A iniciativa de construção de uma horta orgânica pela prefeitura é um bom exemplo de política pública voltada para contribuir para a redução da insegurança alimentar junto a famílias carentes, prejudicadas no contexto da desigualdade social.

12. A atividade de pesquisa deve contribuir para que os estudantes compreendam impasses relacionados à proposta do desenvolvimento sustentável. Os conflitos socioambientais no Brasil contemporâneo envolvem, de maneira geral, empresas que promovem impactos socioambientais, desrespeitando a legislação e atuando sem a preocupação com a sustentabilidade. Pode-se, dessa forma, compreender a crítica e avançar no debate, questionando à turma: é possível tornar o modo de produção capitalista sustentável? O crescimento econômico, nos moldes capitalistas, é compatível com a questão ecológica e a conservação ambiental?

13. Alternativa **e**.

14. Alternativa **c**.

Sugestões

Filme

Mulheres das águas

Direção: Beto Novaes. Brasil, 2016. 32 minutos.

O documentário retrata o modo de vida, a luta e as dificuldades das pescadoras de um manguezal na Bahia diante da poluição promovida pelas grandes indústrias instaladas no entorno da área de pesca, que coloca em risco o ecossistema do mangue e a saúde da população que lá habita e trabalha. Além disso, destaca a organização das mulheres na resistência às pressões promovidas pelos empreendimentos.

Livro

Outras naturezas, outras culturas

Philippe Descola. São Paulo: Editora 34, 2016.

O livro resulta de uma conferência pronunciada por Philippe Descola no Teatro de Montreuil, na França, em 2007, como parte de um projeto intitulado "Pequenas conferências", que teve como objetivo promover palestras dirigidas aos jovens e àqueles que os acompanham. Na palestra, Descola discute as noções de "natureza" e de "cultura", mostrando que a distinção entre elas é construída culturalmente. Para tal discussão, mobiliza conhecimentos de alguns grupos indígenas que nos levam a contemplar outras formas de perceber a natureza e a condição humana.

Capítulo 10 Críticas à colonialidade

Competências e habilidades trabalhadas

O capítulo apresenta o debate sobre como o processo de colonização fez com que os povos originários tivessem suas culturas subalternizadas pela dominação dos europeus e sobre o protagonismo das comunidades tradicionais brasileiras. Ao analisar criticamente os processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais em que estiveram e estão inseridos os povos originários e as comunidades tradicionais, o capítulo contribui para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 1**.

Ao incentivar a compreensão e análise dos modos de vida, da ocupação territorial, da organização social e das visões de mundo produzidas pelos povos e comunidades tradicionais, com base nos conhecimentos de diferentes áreas e componentes curriculares, o capítulo também permite que os estudantes desenvolvam a investigação científica e a elaboração de hipóteses, relacionadas à **competência geral da Educação Básica 2**.

A **competência geral da Educação Básica 9** também é promovida pelo capítulo na medida em que os estudantes são estimulados a exercitar a empatia e o diálogo em relação aos povos e comunidades tradicionais; a promoção do respeito às diferenças e, por consequência, dos direitos humanos; e o

reconhecimento e a valorização das práticas sociais, culturais, dos saberes, das identidades e das potencialidades desses grupos, sem preconceitos de qualquer natureza.

Em relação ao desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**, o estudo do capítulo proporciona aos estudantes o aprofundamento dos processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos quais os povos originários e as comunidades tradicionais estão envolvidos. O tópico "Por outras perspectivas de viver no mundo" (página 247) apresenta as perspectivas pós-colonial e decolonial, desenvolvendo a habilidade **(EM13CHS101)**. No tópico "Perspectiva decolonial" (página 250), a discussão sobre a noção de colonialidade do poder, do saber e do ser e a análise da modernidade capitalista, colonial e eurocêntrica permitem um trabalho importante com a habilidade **(EM13CHS102)**. O tópico "Metanarrativa linear de 'descoberta' da América" (página 253) apresenta a crítica à metanarrativa linear como uma versão de interpretação da realidade que se pretende hegemônica, e o tópico "Pluriversidade" (página 253) discorre sobre o conceito de pluriversidade de Mongobe Ramose. Os debates estão relacionados às habilidades **(EM13CHS103)** e **(EM13CHS105)**.

Com relação à identificação e análise de objetos da cultura material e imaterial como suporte de conhecimentos, valores e práticas dos povos **(EM13CHS104)**, o boxe "Explore" (página 252) é de especial importância.

Com relação ao desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 2**, o capítulo, em seu conjunto, é de especial contribuição ao analisar a formação de territórios em diferentes tempos e a compreensão dos processos sociais, econômicos e culturais geradores de conflito e negociação, desigualdade e igualdade, exclusão e inclusão, no que se refere aos povos originários e às comunidades tradicionais de matriz indígena e africana. Com relação à habilidade **(EM13CHS201)**, destaca-se o trabalho com as transformações sociais e culturais vivenciadas pelos povos de matrizes indígena e africana em decorrência da colonização. A habilidade **(EM13CHS203)** é especialmente trabalhada nos tópicos "*Abya Yala*" (página 254) e "Povos e comunidades de terreiros" (página 267), que abordam os significados de território para os povos e comunidades tradicionais de matriz africana e os povos indígenas.

Ao abordar as cosmovisões indígenas e a compreensão holística da natureza, o conteúdo do tópico "Aprendendo com as comunidades tradicionais: existências plurais" (página 257) possibilita a reflexão sobre outras formas de relação com a natureza e a promoção da consciência e da ética socioambiental, colaborando para o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 3**.

O capítulo, em seu conjunto, também colabora para o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5**, uma vez que possibilita aos estudantes reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários e respeitando os direitos humanos dos povos originários e das comunidades tradicionais de matriz africana. Os tópicos "Por outras perspectivas de viver no mundo" (página 247) e "Povos e comunidades de terreiros" (página 267) aprofundam especialmente a reflexão sobre como o colonialismo e a colonialidade se constituíram em um sistema econômico, político e cultural que foi imposto aos povos originários e aos de matriz africana, que devem ser problematizados como forma de desigualdade e gerador de preconceitos nos dias atuais, desenvolvendo a habilidade **(EM13CHS502)**. A discussão sobre a desigualdade e o preconceito conduz à identificação de formas de violência, mobilizando a habilidade **(EM13CHS503)**.

Por fim, o capítulo também possibilita o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6** e, especialmente, da habilidade **(EM13CHS601)**: as demandas políticas, sociais e culturais dos povos indígenas e afrodescendentes no Brasil contemporâneo e as suas relações com os processos históricos de colonização (que levaram à exclusão social e à inclusão precária desses grupos na ordem social do país) são aprofundadas nos tópicos "Estudos pós-coloniais" (página 247), "A colonialidade do poder, do saber e do ser" (página 252), "Metanarrativa linear de 'descoberta' da América" (página 253), "A autodeterminação como critério" (página 260) e "Renomeação simbólica: indígenas sim, 'índio', não!" (página 260) e na seção "Trabalho com fontes" (página 256).

Temas contemporâneos transversais

O capítulo apresenta os estudos pós-coloniais e a perspectiva decolonial, promovendo a análise de como o sistema econômico, político, social e cultural marginalizou e silenciou as culturas dos povos indígenas e quilombolas, abordando integralmente o tema contemporâneo transversal **Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras**.

O capítulo também demonstra como a diversidade cultural dos povos originários e dos povos de matriz africana se negou a ser silenciada e subjugada, abordando o tema contemporâneo transversal **Diversidade cultural**.

No processo de ensino-aprendizagem com os tópicos do capítulo, explora-se a cosmovisão indígena ameríndia, promovendo um trabalho com o tema contemporâneo transversal **Educação ambiental**.

Trabalho interdisciplinar

No decorrer do capítulo, o processo histórico colonial e neocolonial na América Latina e na África é enfocado, em uma interdisciplinaridade permanente com história. Em alguns momentos, essa interdisciplinaridade torna-se mais evidente, como nas propostas do boxe "Explore" (página 247), que solicita que os estudantes mobilizem a interdisciplinaridade entre sociologia e história para interpretarem o mapa de independência das colônias europeias, e do boxe "Explore" (página 252), que questiona os estudantes sobre a transformação dos monumentos históricos ao longo do tempo.

A interdisciplinaridade com geografia também se faz presente por meio do boxe "Explore" (página 247), com atividades de interpretação do mapa de independência das colônias europeias, e do boxe "Explore" (página 254), que relaciona a teoria decolonial com a representação *América invertida*.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

No tópico "*Pele Negra, máscaras brancas*, de Frantz Fanon" (página 249), o conceito elaborado de epidermização da inferioridade, ou seja, de um processo de interiorização

subjetiva de uma distinção racial hierárquica entre brancos e negros, é uma oportunidade para o trabalho com o **ODS 10 Redução das desigualdades**.

Na página 257, a fotografia e as informações apresentadas no boxe "Imagens em contexto" sobre os danos socioambientais causados pelo rompimento da Barragem do Fundão em Mariana, Minas Gerais, propiciam uma reflexão sobre medidas importantes para a manutenção da vida na Terra, estando relacionados ao **ODS 15 Vida terrestre**.

Respostas e comentários

Explore (p. 247)

1. O mapa evidencia o impacto da colonização no continente africano: apenas dois países do continente não foram colonizados por uma nação europeia (Libéria e Etiópia). A extensão territorial da colonização no continente é um fator que evidencia a violência e a força do processo colonizatório.
2. A independência da maioria dos países africanos ocorreu no período pós-Segunda Guerra Mundial. Naquele contexto, os países europeus enfrentavam uma relativa perda de poder e uma situação de fragilidade econômica, fenômeno que abriu certo espaço para a eclosão de movimentos sociais e nacionalistas africanos em prol da independência. A criação da Organização das Nações Unidas, por sua vez, promoveu ações para acelerar o processo de descolonização, como a que resultou na *Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais*, de 14 de dezembro de 1960.

Explore (p. 248)

1. O bumerangue é um objeto feito com uma lâmina de madeira encurvada, utilizada por diversos povos. A particularidade do bumerangue é a de que o objeto volta à pessoa que o lançou quando ela erra o alvo. A comparação do nazismo ao efeito bumerangue é a de que a violência e o extermínio nazistas seriam uma aplicação das técnicas coloniais de poder à Europa.
2. As semelhanças entre as ideologias nazista e colonialista seriam o genocídio, o racismo, a exploração do trabalho por coerção e práticas de massacre e tortura.

Explore (p. 249)

1. O termo reciprocidade faz referência à lógica de troca em que a ação de pessoa ou grupo gera uma resposta equivalente da outra parte. No contexto analisado, a "interdição da reciprocidade" seria o não reconhecimento de outra pessoa como ser humano.
2. Adotar máscaras brancas significa distorcer a própria imagem, negando a identidade negra e sendo impelido a apresentar conformidade com valores, comportamentos e estéticas dominantes, associados à branquitude. Na escola ou no trabalho, indivíduos negros podem ser pressionados a adotar padrões sociais e culturais dominantes para serem considerados "bons estudantes" e "bons profissionais". Exemplo disso é a associação de cabelos crespos à inadequação, informalidade e desarrumação, e a decorrente pressão para que sejam alisados a fim de serem considerados adequados ao ambiente.

Explore (p. 251)

1. O colonialismo é um sistema de exploração econômica e de dominação política e ideológica das colônias por meio da ocupação territorial. A colonialidade é uma consequência do colonialismo, pois se refere a um padrão de poder vivido na contemporaneidade, que permeia o imaginário, a cultura dos povos, não sendo mais exercido de maneira "formal".
2. O termo *modernidade/colonialidade* é composto porque os teóricos entendem que a colonialidade é constitutiva da modernidade.
3. Dentre os exemplos, podem ser mencionados o racismo estrutural (que denota a permanência da lógica de hierarquia racial colonial materializada na discriminação e desigualdade racial no mercado de trabalho, na escolarização, na segurança pública, entre outros), o eurocentrismo nos currículos, práticas científicas e saberes considerados legítimos (que denota a hierarquização do conhecimento europeu como mais avançado, em detrimento de saberes tradicionais indígenas, africanos e asiáticos), os padrões de beleza (que reforçam a exaltação do corpo branco como ideal, privilegiando fenótipos de pele clara, cabelo liso e traços finos), entre outros.

Explore (p. 252)

1. A intervenção ou a destruição de um monumento histórico que homenageia símbolos do sistema colonial é uma forma adotada por alguns grupos de contestação do colonialismo, estando associada à perspectiva decolonial.
2. Espera-se que os estudantes reflitam sobre os protestos contra monumentos históricos que exaltam figuras coloniais, ponderando tanto a legitimidade democrática do protesto quanto a importância da preservação do patrimônio e da memória coletiva.

Explore (p. 254)

1. A obra *América invertida* questiona a convenção cartográfica que estabelece que o hemisfério norte deve ser representado acima, e o hemisfério sul, abaixo. Tal convenção cartográfica, assim como outras, está relacionada à construção de um conhecimento eurocêntrico.
2. Em um mapa convencional, a América do Sul estaria em posição invertida, estando o Polo Sul na parte de baixo da representação. Não haveria desenhos; o oceano estaria na cor azul; a representação teria escala, rosa dos ventos e título. Os limites do continente deveriam ser representados com exatidão matemática.

Trabalho com fontes (p. 256)

1. Para Nêgo Bispo, no adestramento e na colonização, o animal e o ser humano são tirados do território onde vivem para que a identidade de cada um seja enfraquecida. Esse enfraquecimento ocorre porque o adestrador e o colonizador impõem a eles um novo modo de vida e dão-lhes outro nome.
2. Para Nêgo Bispo, a "guerra das denominações" é uma forma de combate ao colonialismo que consiste em não adotar as

categorias classificatórias de matriz eurocêntrica, propondo outros termos de apreensão da realidade.

3. Ainda que a chamada "guerra das denominações" possa desagradar algumas pessoas no contexto acadêmico e cotidiano, a apresentação de conceitos e perspectivas diferentes dos hegemônicos pode contribuir para a diversificação do debate e de pontos de vista sobre o mundo. Ao mesmo tempo, os procesoss de legitimação social em espaços acadêmicos e de trabalho, por exemplo, muitas vezes passa pela incorporação de categorias e modos de apreensão da realidade de caráter eurocêntrico. Tendo isso em vista, produções que visem romper com tal lógica podem enfrentar entraves de legitimação social.
4. A proposta visa permitir que os estudantes debatam as ideias da contracolonização e argumentem a favor ou contra a proposta de contracolonizar "falando a língua do inimigo". O debate possibilita a troca de entendimentos e de opiniões sobre a perspectiva de Nêgo Bispo, favorecendo uma melhor compreensão sobre o tema.

Explore (p. 261)

1. A inclusão da categoria indígena no Censo Demográfico brasileiro proporciona visibilidade aos grupos, historicamente marginalizados e invisibilizados em estatísticas; subsidia o desenho de políticas públicas mais assertivas e direcionadas; fortalece a representação política dos grupos; aprimora as pesquisas demográficas; colabora para evidenciar a diversidade cultural; entre outros.
2. O aumento do número de indígenas na população brasileira pode estar relacionado a um conjunto de fatores: aumento percentual real da população indígena em decorrência das políticas de demarcação de suas terras pelo governo brasileiro; aumento do número de pessoas que se reconhecem e autodeclaram indígenas devido a uma maior conscientização e valorização da identidade indígena; e possível melhora no serviço de cuidado à saúde indígena por políticas públicas.

Em pauta (p. 263)

1. A principal mudança metodológica que impactou a contagem da população indígena brasileira no Censo de 2022 foi a realização da pergunta "Você se considera indígena?" para pessoas que viviam em áreas onde poderia existir ocupação indígena. Antes, essa pergunta era feita somente dentro de Terras Indígenas delimitadas pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas.
2. Para os pesquisadores (historiador e antropólogo), o número aumentou em decorrência de uma possível recuperação populacional e de uma maior valorização da identidade indígena na sociedade brasileira, processo que teve como marco a promulgação da Constituição de 1988 e que estabeleceu que os indígenas tinham direito de posse sobre as terras tradicionalmente ocupadas. O reconhecimento de direitos contribuiu para a autoidentificação indígena.
3. O Censo de 2022, ao revelar municípios com grupos de habitantes indígenas, mostrou a importância e deu instrumentos para que políticas públicas de proteção aos indígenas possam ser desenvolvidas em áreas urbanas.
4. Espera-se que os estudantes possam, a partir das informações apresentadas na reportagem, elaborar uma campanha informativa que valorize a identidade e imagem dos indígenas e demonstre a importância do censo para o planejamento de políticas públicas voltadas para esse grupo.

Atividades (p. 268)

1. O conceito de coisificação se refere à desumanização dos colonizados, ou seja, ao processo pelo qual indivíduos ou grupos sociais são tratados como desprovidos de dignidade, sendo inferiores. Na contemporaneidade, essa ideia pode ser aplicada para interpretar práticas de racismo, como na realização de discursos e ações que desvalorizam pessoas negras, indígenas ou de outras etnias; na reprodução de estereótipos raciais e preconceitos; ou na manutenção de desigualdades que afetam, em maior proporção, as pessoas negras.
2. Para Fanon, a epidermização da inferioridade é o processo de interiorização subjetiva de uma distinção racial hierarquizante entre brancos e que impõe aos negros a desumanização, isto é, não são considerados como iguais. A metáfora da máscara branca diz respeito ao processo no qual as pessoas negras acabam por contestar suas características étnicas e raciais, com isso, adotando os padrões sociais e culturais dominantes.
3. **a.** A proposta contracolonial formulada por Nêgo Bispo é menos teórica e acadêmica que as teorias decoloniais e pós-coloniais, sendo fundamentada na vida cotidiana, na ancestralidade e na transmissão de saberes por meio da oralidade.
   b. Na concepção de Nêgo Bispo, o saber sintético é o elaborado pelas sociedades ocidentais, transmitido pela escrita, canonizado pelas universidades e escolas e desconectado da vida cotidiana e prática. O saber orgânico seria o saber transmitido pela oralidade e pautado em experiências de vida prática.
4. O provérbio africano pode ser entendido como uma metáfora da proposta decolonial: os leões seriam os povos indígenas e africanos, e os caçadores seriam os colonizadores europeus. Os relatos de caça sempre são narrados pelos caçadores: ouvir os leões seria o mesmo que ouvir os povos subjugados.
5. **a.** O Monumento às Bandeiras homenageia os bandeirantes dos séculos XVII e XVIII. Nele, é representado um grupo de homens dispostos em fila e, atrás deles, uma canoa. Os personagens da escultura representam portugueses (os bandeirantes) e outros povos, em especial indígenas. A canoa faz referência às monções, expedições fluviais que ligavam a vila de São Paulo de Piratininga e seus arredores a outras localidades. O conjunto representa a marcha colonizadora na conquista da terra e a possível ação desbravadora dos bandeirantes.
   b. Espera-se que os estudantes reflitam sobre a complexidade da situação e desenvolvam um pensamento crítico em relação a como a memória histórica é dinâmica e relacionada a processos de lembrança e esquecimento. A atividade trata de um monumento

que glorifica a ação dos bandeirantes como desbravadora e responsável por fundar a grandeza territorial do Brasil. Essa memória deixa de lado a violência contra a população indígena, escravizada e dizimada no processo de interiorização da América portuguesa. Assim, a intervenção realizada sobre esse monumento visou provocar o rompimento com narrativas de dominação e supremacia branca. No entanto, os monumentos são um patrimônio público e registram a construção da memória coletiva pelos grupos que o criaram durante um período específico. Assim, em vez de vandalizar ou destruir o monumento, outras ações de conscientização e de questionamento sobre seu simbolismo podem ser a criação de mecanismos de reflexão sobre esse registro histórico, como, por exemplo, por meio da instalação de placas que contextualizem o significado das figuras representadas. Outra possibilidade seria, com base em uma decisão democrática, transferir o monumento para um museu e expô-lo como representativo de uma determinada visão da história.

c. A PEC no 215/2000 é uma proposta de emenda à Constituição que transfere da União para o Congresso Nacional a competência de demarcar Terras Indígenas. Com sua aprovação, a demarcação passaria a ser de responsabilidade do Poder Legislativo. Na prática, a transferência significa que a definição sobre as terras estaria sujeita às maiorias políticas de ocasião, ameaçando a permanência e constância dos povos indígenas em suas terras, necessárias para a preservação de seus modos de vida e culturas. Outro aspecto da PEC 215 é a de que ela incluía a possibilidade de arrendamento dessas terras, o que representaria uma grave ameaça à integridade do território e dos povos que as habitam. Em 31 de janeiro de 2023, a proposta foi arquivada.

Os grupos sociais envolvidos na proposição da PEC 215 eram representantes de grandes proprietários de terra, empresas de mineração e empreiteiras. Os grupos sociais diretamente afetados pela aprovação da emenda eram os indígenas.

6. a. Etnocídio é o nome dado ao processo de destruição das práticas culturais e de elementos materiais e imateriais de um povo. Ao explicar a extinção da língua asteca *nahuátl*, o autor narra um processo que compõe o etnocídio desse povo.

b. Cada língua é um fator de permanência de tradições, conhecimentos e cultura que fazem parte da humanidade. Além disso, as línguas são veículos de conhecimentos e estruturas de pensamento que enriquecem a experiência humana na Terra. A biodiversidade, por sua vez, contribui para o equilíbrio do ecossistema terrestre e garante maior disponibilidade e diversidade de recursos naturais. Esses argumentos corroboram a importância da pluralidade linguística e da biodiversidade para a humanidade.

c. Espera-se que os estudantes mobilizem conteúdos abordados nessa obra e infiram medidas como promoção de políticas educacionais que incluam diferentes línguas, como a existência de escolas indígenas e escolas bilíngues; incentivo à produção de mídia e publicações em línguas consideradas minoritárias em um país; implementação de políticas de reconhecimento e proteção de línguas minoritárias, como a declaração de certas línguas como patrimônio cultural e a garantia de direitos linguísticos a seus falantes (como o direito de usar sua língua em serviços públicos).

7. Uma cosmovisão holística da natureza é uma visão de mundo que considera a interconexão e a dependência de todos os seus elementos. No texto, os céus são destruídos com a ocupação do rio Xingu em diferentes momentos por brancos, que destruíram também o povo indígena Yudjá. Com o extermínio desse povo, o rio também desapareceu: céu, terra, seres humanos e rio existem em interconexão e dependência.

8. A atividade proposta visa a análise crítica de uma obra de arte histórica no contexto da colonização sul-americana, incentivando os estudantes a refletirem sobre as narrativas coloniais e a darem voz a perspectivas históricas silenciadas. Os estudantes devem organizar as informações pesquisadas sobre a pintura em um texto coeso, refletindo sobre as implicações da representação artística. Para a apresentação oral, oriente-os a providenciarem uma cópia da pintura (impressa ou digital) e prepararem a apresentação, destacando os aspectos analisados e suas interpretações. Para a avaliação da atividade, podem-se considerar a qualidade da pesquisa, a profundidade e coerência da análise à luz dos conteúdos estudados no capítulo e a criatividade na recriação.

9. Alternativa **e**.

10. Alternativa **b**.

Sugestões

Livros

Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar

Walter Mignolo. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

A obra enfoca a subalternização de saberes pelos processos de colonização na América Latina.

A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas

Edgardo Lander (org.). Buenos Aires: Clacso, 2005.

O livro apresenta artigos de diferentes pesquisadores sobre o conceito de colonialidade do saber. Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Arturo Escobar e Edgardo Lander são alguns deles.

Vídeo

Vozes da floresta: a aliança dos povos da floresta de Chico Mendes a nossos dias

Direção: Thiago Brandimarte Mendonça. Brasil: Memória Viva; Le Monde Diplomatique Brasil, 2020. 59 minutos.

Vídeo que integra uma série de reportagens e apresenta um depoimento de Ailton Krenak. Em sua entrevista, o autor reflete sobre o que é ser indígena hoje em dia no Brasil; e aborda a ideia de identidade, a importância da memória, o modo de gestão territorial indígena e a relação dos movimentos sociais com a política institucional brasileira.

UNIDADE 6 GLOBALIZAÇÃO, EMANCIPAÇÃO E CIDADANIA

Competências e habilidades trabalhadas na abertura

A discussão proposta na abertura da unidade (páginas 270 e 271) representa uma oportunidade para os estudantes refletirem criticamente sobre a concentração de renda no mundo e sobre formas de construção de uma sociedade menos desigual, contribuindo para o trabalho com a **competência geral da Educação Básica 1**. Além disso, promove uma reflexão coletiva na qual os estudantes devem argumentar com base em princípios inclusivos e solidários, desenvolvendo a **competência geral da Educação Básica 10**.

Respostas e comentários

1. Os estudantes poderão identificar, por exemplo, a presença de bairros predominantemente habitados por populações de alta ou baixa renda, bem como a existência de serviços direcionados exclusivamente às classes mais abastadas ou áreas periféricas.

2. **a.** Os estudantes deverão propor medidas para mitigar a concentração de riqueza no Brasil, tais como a implementação de programas de transferência de renda que garantam a subsistência de famílias em situação de vulnerabilidade financeira. Além disso, investimentos públicos em setores essenciais, como saúde, educação e habitação, são fundamentais para minimizar os impactos das desigualdades sociais. Pode-se destacar que muitos pesquisadores defendem que pessoas com grandes fortunas paguem impostos mais altos sobre a renda que possuem como uma estratégia para combater a concentração de riqueza.

   b. No que se refere ao papel do Estado, espera-se que os estudantes reconheçam que é um agente crucial na formulação e implementação de políticas sociais e econômicas destinadas a reduzir a desigualdade de renda e promover o desenvolvimento do país. O Estado pode, por exemplo, aumentar a taxação sobre grandes fortunas e alocar esses recursos em programas de transferência de renda e em investimentos nos setores básicos, especialmente para as populações mais vulneráveis. Trata-se de um dos mecanismos possíveis para a redistribuição da riqueza e a promoção de uma situação de maior igualdade socioeconômica.

Capítulo 11 Globalização, cidadania e direitos humanos

Competências e habilidades trabalhadas

O capítulo analisa aspectos econômicos, culturais, políticos e sociais da globalização e apresenta diferentes perspectivas teóricas sobre tal fenômeno com o objetivo de promover uma reflexão sobre a realidade, favorecendo o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 1**. O estudo da globalização acontece, sobretudo, nos tópicos "Globalização: o debate entre globalistas e céticos" (páginas 273 e 274) e "Globalização e identidades socioculturais" (páginas 275 a 277). Esses tópicos também estimulam os estudantes a exercitarem a curiosidade intelectual e desenvolverem procedimentos de investigação, reflexão e análise crítica para o entendimento de questões da atualidade, colaborando para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 2**.

Outra importante contribuição do capítulo para o desenvolvimento de competências pelos estudantes está no tópico "Globalização e identidades socioculturais" (páginas 275 a 277), que problematiza a tese do choque de civilizações de Samuel Huntington e permite um trabalho com a valorização, o acolhimento e o respeito a diferentes culturas, relacionado às **competências gerais da Educação Básica 6** e **9**.

O exercício de aprendizado e comparação de diferentes visões sobre a globalização – "A perspectiva globalista" (página 273), "A perspectiva cética" (página 274), "Globalização como objeto cultural não identificado" (página 275) "Por uma outra globalização" (página 276) – bem como o estudo dos direitos imprescindíveis ao exercício da cidadania e dos direitos humanos desenvolvido no tópico "Cidadania e direitos humanos" (páginas 281 a 286), permitem que os estudantes argumentem com base em informações confiáveis e defendam pontos de vistas que promovam os direitos humanos. Esse estudo contribui para que os estudantes ajam eticamente em relação ao cuidado deles mesmos e da coletividade, desenvolvendo a **competência geral da Educação Básica 7**.

O debate sobre globalização contribui para o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**. Os conteúdos desenvolvidos, por exemplo, nos tópicos "Globalização: o debate entre globalistas e céticos" (páginas 273 e 274) e "Pequeno balanço sobre a globalização: o que dizem os diferentes atores?" (página 277) permitem aos estudantes identificar e confrontar diferentes discursos e narrativas sobre esse processo **(EM13CHS101)**.

A habilidade **(EM13CHS103)** também é trabalhada no capítulo em diferentes proposições de perguntas que solicitam que eles elaborem hipóteses e componham argumentos relativos a diferentes aspectos da globalização e da consolidação da cidadania, como nos boxes "Explore" (páginas 279, 281, 282, 285, 286 e 293) e nas propostas 1, 3, 4 e 5 da seção "Atividades" (página 298).

O boxe "Você pesquisador" (página 296) propõe que os estudantes pesquisem e analisem o discurso de uma notícia ou reportagem contemporânea sobre um movimento social com o objetivo de favorecer o desenvolvimento de uma perspectiva crítica e reflexiva diante das mídias tradicionais **(EM13CHS106)**. A seção "Em pauta" (página 297), que solicita que os estudantes elaborem uma postagem para comunicar o resultado de um trabalho em grupo, também contribui para um uso significativo e crítico de tecnologias

de informação para a divulgação de conhecimento, desenvolvendo a referida habilidade.

O estudo do capítulo também contribui para o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 2**, por meio, por exemplo, do debate sobre a formação de blocos econômicos regionais no mundo globalizado e das relações desse processo com os territórios nacionais e os fluxos de capitais e de pessoas, tema trabalhado nos tópicos "Integração: redistribuição de poder" (página 279) e "Deslocamento global e direitos humanos" (página 280). Esses tópicos estão relacionados ao trabalho com as habilidades **(EM13CHS201)** e **(EM13CHS204)**.

O capítulo também mobiliza a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5** ao apresentar uma discussão sobre cidadania e direitos humanos. O tópico "Direitos humanos" (página 282) aborda os tratados que envolvem o alcance do direito internacional sobre os direitos humanos e afirma a relação fundamental entre direitos humanos, justiça e igualdade social. O boxe "Explore" (página 282) colabora para o desenvolvimento da habilidade **(EM13CHS503)** ao propor que os estudantes identifiquem diferentes formas de violência contra a mulher e reflitam sobre ações para a superação dessa realidade no Brasil. No capítulo, o tópico "Democracia, cidadania e direitos humanos no Brasil" (páginas 283 a 286), sobretudo ao tratar dos conceitos de cidadania formal e cidadania real (página 285) e debater "Para quem são os direitos no Brasil?" (página 286), permite que os estudantes analisem situações da vida cotidiana e identifiquem desigualdades e preconceitos, sendo de grande importância para o desenvolvimento da habilidade **(EM13CHS502)**. Para esta habilidade, contribui também a proposta 5 da seção "Atividades" (página 298).

Por fim, o capítulo contribui para o trabalho com a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6** por apresentar dados e propor reflexões sobre o exercício da cidadania no Brasil, sobre fundamentos dos direitos humanos, situações de violação dos direitos humanos e importância dos movimentos sociais para a conquista de direitos. Trata-se de temas essenciais para a participação dos estudantes no debate público de forma consciente, qualificada e responsável, a fim de garantir que respeitem diferentes posições e que realizem escolhas alinhadas ao exercício da cidadania.

Os tópicos "Movimento negro: luta contra o racismo" (página 295) e "Movimento indígena: luta e resistência" (página 296) e a seção "Em pauta" (página 297) discutem as principais reivindicações desses grupos sociais, estando relacionados à habilidade **(EM13CHS601)**. Os tópicos "Cidadania" (página 281), "Direitos humanos" (página 282) e "Democracia, cidadania e direitos humanos no Brasil" (página 283) analisam direitos de cidadania e abordam desigualdade entre grupos sociais no Brasil contemporâneo, apresentando fundamentos para a crítica a essas desigualdades e para a proposição de ações diante das violações de direitos **(EM13CHS605)**.

Temas contemporâneos transversais

O capítulo em seu conjunto permite o desenvolvimento do tema contemporâneo transversal **Educação em direitos humanos**, particularmente nos tópicos "Deslocamento global e direitos humanos" (página 280), "Direitos humanos" (página 282), "Democracia, cidadania e direitos humanos no Brasil" (página 283), nos boxes "Explore" (páginas 281, 282, 285 e 286) e nas propostas 5 e 6 da seção "Atividades" (página 298).

A discussão sobre as reivindicações e as características dos movimentos negro e indígena, apresentada nos tópicos "Movimento negro: luta contra o racismo" (página 295) e "Movimento indígena: luta e resistência (página 296), colabora para o trabalho com o tema contemporâneo transversal **Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras**.

Trabalho interdisciplinar

No capítulo, o boxe "Você pesquisador" (página 296) constitui-se em uma proposta de análise de mídias tradicionais pelos estudantes, que deverão identificar a visão de mundo comunicada pelo discurso de uma reportagem. A atividade visa ampliar as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade estando relacionada à habilidade **(EM13LGG102)** da área de **Linguagens e suas Tecnologias**.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O tópico "Democracia, cidadania e direitos humanos no Brasil" (página 283) discute o sistema político brasileiro, tema relevante para o **ODS 16 Paz, justiça e instituições eficazes**. No tópico "O movimento LGBTQIA+", no boxe "Explore" (página 294), as atividades de leitura do gráfico de número de assassinatos de pessoas trans e travestis no Brasil evidenciam a gravidade da violência sofrida por esses grupos, chamando a atenção para a importância de instituições eficazes na promoção de paz e justiça, tal como preconiza esse mesmo ODS.

No tópico "Cidadania formal e cidadania real", o boxe "Explore" (página 285) propõe que os estudantes descrevam a charge relacionada ao direito à moradia, problema especialmente grave nas grandes cidades brasileiras, propiciando o trabalho com o **ODS 11 Cidades e comunidades sustentáveis**.

O tópico "Movimento feminista: pela igualdade de gênero" (página 293) apresenta o papel dos movimentos sociais feministas na luta pela igualdade de gênero, estando relacionado ao **ODS 5 Igualdade de gênero**.

Respostas e comentários

Explore (p. 273)

1. Os cabos submarinos de fibra óptica permitem a transmissão de som e imagem em alta velocidade, agilizando a comunicação. A existência de uma extensa rede de cabos submarinos de fibra óptica interligando todos os continentes constitui-se em um fenômeno que potencializa e ao mesmo tempo é um reflexo da globalização.
2. Espera-se que os estudantes problematizem os benefícios das novas tecnologias da informação, como as facilidades e a rapidez da comunicação, mas também identifiquem as disparidades no acesso, gerando uma desigualdade digital.

Explore (p. 274)

1. O país com maior participação nas exportações mundiais é a China e alguns países europeus, como França e Reino Unido. O Brasil ocupa uma posição intermediária em termo de participação nas exportações mundiais. Chama a atenção que a maior parte dos países que mais participam do comércio internacional é de economias desenvolvidas, revelando que países em desenvolvimento permanecem na periferia do sistema.
2. O mapa representa dados que revelam disparidades entre a participação dos países no comércio exterior e evidenciam que a estrutura das relações internacionais, pautada na divisão entre países desenvolvidos e periféricos, permanece desigual.

Explore (p. 276)

1. Na charge, um casal e seus dois filhos pequenos estão na porta de entrada de uma festa nomeada como "Festa da globalização". Na placa, anuncia-se que a entrada para a festa é gratuita, mas o casal é barrado pelo porteiro, que os indica a porta de serviço.
2. O autor faz a crítica da globalização como um fenômeno benéfico para a população e que irá significar a melhora nas condições de vida de todas as pessoas. Pessoas pobres, de acordo com a charge, só participam da globalização como membros periféricos que servem aos demais.
3. Milton Santos reconhece o fator excludente e desigual da globalização, mas defende que as bases técnicas e os princípios de circulação de informação e pessoas podem ser efetivados de uma maneira mais benéfica para a humanidade.

Explore (p. 279)

1. A contradição é a que a esfera supranacional acaba por não ter relevância prática ou concreta. Trata-se de uma esfera figurativa, sem poder real.
2. Espera-se que os estudantes reflitam sobre situações informadas na imprensa. Invasões territoriais e conflitos armados que ocorrem no mundo contemporâneo, como o da Rússia na Ucrânia, e alguns conflitos étnicos em países africanos, envolveram o desrespeito aos direitos humanos sem maiores consequências para as nações envolvidas.

Explore (p. 281)

1. A manifestação retratada reivindica a garantia do direito à moradia, que é um direito social.
2. Espera-se que os estudantes reflitam sobre as próprias experiências e comentem situações vividas ou observadas de garantia ou restrição a um direito no município onde vivem. Pode-se problematizar o papel do Estado nessa conjuntura.

Explore (p. 282)

1. A violência contra a mulher é um exemplo de violação de direitos e de negação da cidadania.
2. Embora os tratados internacionais tenham representado uma importante conquista social, pactuando que a injustiça e a desigualdade são intoleráveis, não são suficientes para que todas as pessoas tenham seus direitos garantidos. No caso das mulheres brasileiras, o contexto de uma cultura do patriarcado e de desigualdade social, associado a políticas de Estado muitas vezes ineficientes em relação a esse problema, fazem com que o respeito ao direito das mulheres não seja plenamente garantido.
3. Espera-se que os estudantes reflitam sobre ações que a sociedade civil e o Estado podem tomar, como a realização de manifestações, eleições de representantes políticos comprometidos com essa pauta, desenvolvimento de políticas de conscientização, prevenção e assistência governamentais.

Explore (p. 285)

1. A charge justapõe uma pichação da frase "A constituição garante o direito à moradia" à representação de uma pessoa dormindo no chão e coberta pelo livro da constituição brasileira.
2. A charge chama a atenção para a diferença entre a cidadania formal, prevista e descrita na constituição, e a real, marcada pela existência de parcela da população sem direitos assegurados.

Explore (p. 286)

1. Os cidadãos de primeira classe seriam brancos e ricos, e os de segunda classe seriam pretos e pobres.
2. Os estudantes podem mencionar a desigualdade entre homens e mulheres, entre homens, mulheres e pessoas LGBTQIA+, entre homens brancos e homens indígenas, entre mulheres brancas e mulheres indígenas etc.

Explore (p. 289)

1. Tratava-se de um movimento social em confronto com o Estado, dado o regime político em vigor na época.
2. Os estudantes podem mencionar movimentos sociais pela igualdade de gênero, contra o racismo, contra o governo, contra a violência policial, por melhorias no sistema de saúde ou educação etc.

Explore (p. 293)

1. A fotografia retrata pessoas reivindicando mudanças na educação. Lê-se na faixa que são contrários à reforma da previdência e aos cortes de verba na educação e pleiteiam maior liberdade no ensino.
2. A pergunta visa incentivar os estudantes a compartilhar uma possível participação em um movimento estudantil e a desenvolver uma postura mais propositiva no âmbito da própria experiência. Recomenda-se incentivá-los a pensar em reivindicações no âmbito social, cultural, político e econômico considerando a própria realidade. Pode-se problematizar a existência ou não de um grêmio estudantil na escola.

Explore (p. 294)

1. Na região Nordeste.
2. Entre 2018 e 2022, houve queda apenas nas regiões Sul e Sudeste.

Em pauta (p. 297)

1. De acordo com o Censo, em 2022, 51,25% da população indígena do Brasil vivia na Amazônia Legal. Os 48,75% restantes viviam nas demais áreas do território nacional – a maior parte em áreas urbanas ou em reservas indígenas superlotadas.
2. O antropólogo explica que fora da Amazônia Legal a demarcação e a regulamentação de terras indígenas são processos mais lentos e explica que essa situação agrava a vulnerabilidade da preservação dos povos, principalmente no Centro-Sul e no Nordeste do Brasil. Outra consideração feita pelo antropólogo é a de que os indígenas não estão proporcionalmente representados no âmbito político.
3. Para Pimentel, a morosidade na demarcação de terras, ou a falta dela, agrava a vulnerabilidade dos povos indígenas, especialmente nas regiões Centro-Sul e Nordeste do Brasil, em razão da insuficiência de terras para essas populações, da superlotação de reservas e da migração para áreas urbanas, expondo essas comunidades a crises humanitárias, como desnutrição infantil, suicídios, desagregação familiar e violência. A demora na resolução dessa questão histórica aumenta a exclusão e o sofrimento dessas populações, gerando mais violência e racismo.
4. Para a realização da atividade, os estudantes podem consultar dados do censo demográfico de 2022 disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Caso seja possível o acesso à internet, pode-se sugerir que eles acessem o *site* https://censo2022.ibge.gov.br/. O Instituto Socioambiental e a Fundação Nacional do Índio também disponibilizam informações sobre etnias, dificuldades encontradas e situação das terras indígenas em processo de demarcação. A pesquisa também pode envolver a consulta a reportagens e notícias divulgadas nos veículos de imprensa do município.

Atividades (p. 298)

1. A globalização compreende um fenômeno multifacetado, com reflexos nas áreas econômica, social, política e cultural. Autores otimistas veem nesse momento aspectos que integram e unem países e nações. Também observam maior desenvolvimento econômico e aproximação cultural harmoniosa. Já os céticos analisam as desigualdades entre países e no interior dos países e identificam o aumento da pobreza e a ocorrência de conflitos e tensões entre povos e indivíduos de diferentes culturas.
2. A globalização pode contribuir com a difusão de ideais de liberdade, igualdade e dignidade humana e reforçar os aspectos perversos relacionados a essas mesmas dimensões. A construção da ideia de liberdade, de igualdade e de dignidade humana deve ocorrer na perspectiva de valores universais, assim como o papel dos governos e dos organismos internacionais nessa difusão. Com relação aos aspectos perversos desse fenômeno, é necessário atentar para as desigualdades decorrentes da globalização, como a assimetria centro-periferia, as restrições ao deslocamento humano (fenômenos migratórios) e os conflitos étnicos e culturais.
3. **a.** Espera-se que os estudantes interpretem que a expressão "crescimentos desequilibrados e assimétricos" faz alusão ao fato de que crescimento econômico e social atrelado à globalização não ocorre de maneira uniforme, mas, na verdade, beneficia desproporcionalmente certas regiões, países ou classes sociais. Ao priorizar fluxos econômicos (capital e mercadorias) e tecnológicos, a globalização pode aumentar a desigualdade entre países, bem como entre regiões.
   b. Espere-se que os estudantes identifiquem o crescimento do fluxo de trabalhadores migrantes como o exemplo dado pelo autor para analisar as tensões políticas e sociais associadas à globalização.
   c. Espera-se que os estudantes identifiquem que o texto sugere assimetria na facilitação dos fluxos: enquanto a circulação de mercadorias, capital e comunicação é facilitada, a de pessoas – no exemplo do texto especificamente trabalhadores migrantes de áreas pobres para ricas – enfrenta a imposição de obstáculos estatais. A globalização, portanto, facilita mais a movimentação de bens e capital do que a de pessoas. O trecho "Ao contrário do que acontece com as movimentações do capital, das trocas comerciais e das comunicações, os Estados e a política têm logrado, até aqui, impor obstáculos eficazes às migrações dos trabalhadores" do texto evidencia essa questão.
4. Mobilizando os conteúdos estudados no capítulo e em geografia, os estudantes devem considerar que a Organização das Nações Unidas foi criada com o objetivo de promover a segurança internacional, fomentar relações amistosas entre as nações e contribuir para a garantia dos direitos humanos. Para entender seu papel na resolução dos conflitos internacionais, é necessário considerar que os países têm pesos econômicos e políticos diferentes no cenário internacional e, diante de países fortes economicamente, a Organização das Nações Unidas não detêm poder para o enfrentamento. Além disso, a ONU tem papel limitado em conflitos envolvendo grandes potências devido ao poder de veto dos membros permanentes do Conselho de Segurança (Estados Unidos, Rússia, China, Reino Unido e França), que podem paralisar ações efetivas em situações de conflito.
5. Espera-se que os estudantes reflitam sobre a existência de cidadania e democracia plena, levando em conta a existência de violações no país. Nesse sentido, é possível que apontem que diversos grupos sociais não têm todos os direitos sociais, civis e políticos garantidos. Há parcelas da população sem acesso a moradia, educação, serviços de saúde e saneamento e condições iguais de trabalho e lazer. O país também vivencia desigualdade e preconceito de gênero, raça e etnia. Os altos índices de impunidade, violência e desrespeito aos direitos humanos fazem do Brasil uma democracia em construção.
6. No Brasil, ao longo dos anos, foi se consolidando o Programa Nacional de Direitos Humanos. De início, foram estabelecidos direitos civis e políticos, mais adiante direitos econômicos, culturais e ambientais e, finalmente, em uma terceira versão, tratou-se dos direitos universais.

Contudo, pesquisas e levantamentos indicam que a realidade está distante do que formalmente se estabelece. A atividade proposta deve levar os estudantes a pesquisar e compreender as contradições entre o universo formal e o mundo real, atentando para as consequências da não garantia desses direitos. Os estudantes também poderão identificar diferentes sujeitos e formas de mobilização na luta pelos direitos humanos, além de distinguir as diversas esferas políticas nas quais essas lutas se estabelecem (muitas vezes de forma complementar).

7. **a.** Durante todo o século XX, diversos foram os movimentos que promoveram lutas por transformações e conquistas sociais: movimentos pacifistas, que buscavam protestar contra conflitos bélicos entre diferentes nações; movimentos estudantis, que configuraram suas lutas com base nas demandas educacionais locais, assim como em temas comuns a diferentes realidades (como a liberdade de expressão); movimentos contra regimes autoritários, em especial na América Latina, após as sucessivas formações de regimes civis-militares; movimento negro, em busca da consolidação da cidadania da população negra, entre outros.
   b. Quando os movimentos sociais passam a representar formas de atuação e organização da sociedade civil, percebe-se que se tornam atores imprescindíveis de lutas por democracia. Qualquer grupo minoritário pode se articular em movimentos e lutar por suas próprias pautas, assim como se articular com outros grupos que estejam reivindicando direitos. Além disso, a participação em organizações coletivas reforça a necessidade de atuação organizada dos integrantes da sociedade nas esferas políticas, para deixarem de ser meros atores passivos e se converterem em protagonistas de sua própria realidade.
8. Alternativa **c**.
9. Alternativa **d**.
10. O Estado desempenha papel fundamental no reconhecimento dos direitos de cidadania, como no caso do projeto do "matrimônio igualitário", na garantia do direito civil. Espera-se que o estudante reconheça a importância do diálogo entre Estado e movimentos sociais.
11. Espera-se que os estudantes reconheçam as novas tecnologias da informação como ferramentas de mobilização e organização política dos movimentos sociais. Entender que o espaço virtual está para além do entretenimento e lazer e que se constitui um lugar de promoção e divulgação de pautas, reuniões e publicização de demandas das mais variadas organizações políticas.
12. Alternativa **b**.

Sugestões

Site

Armazém memória

Disponível em: https://armazemmemoria.com.br/. Acesso em: 13 set. 2024.

O movimento Armazém da Memória se dedica à construção de um acervo de materiais digitais que resgatam a memória histórica do Brasil, com enfoque em direitos humanos. É uma importante fonte de pesquisa para estudantes e professores.

Capítulo 12 Sociologia do desenvolvimento

Competências e habilidades trabalhadas

O capítulo tem como objetivo a compreensão das contradições que envolvem o processo de consolidação do capitalismo enquanto sistema hegemônico mundial. Para abordar este tema, apresenta diferentes teorias elaboradas por estudiosos das ciências humanas: as mercadorias fictícias de Karl Polanyi (página 306), o pensamento teórico de John Maynard Keynes (página 308), o modelo do economista Walt Whitman Rostow (página 310), o conceito de deterioração dos termos de troca de Raúl Prebisch (página 312), as teorias de Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto sobre o subdesenvolvimento (páginas 313 e 314), as contribuições de Manuel Castells e de Ha-Joon Chang (página 318) e a teoria do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein (página 321). Tais conhecimentos historicamente construídos sobre a realidade fornecem instrumentos para que os estudantes compreendam o mundo contemporâneo, desenvolvendo a **competência geral da Educação Básica 1**.

No decorrer do capítulos, questões que estimulam os estudantes a exercitarem a curiosidade intelectual por meio de processos de reflexão e análise crítica para explicarem aspectos da realidade são propostas, desenvolvendo a **competência geral da Educação Básica 2**. Como exemplos desse trabalho, podem-se destacar: o boxe "Explore" (página 301), que propõe uma reflexão sobre a relação entre economia, agronegócio, agricultura familiar e redução da fome; o boxe "Explore" (página 303), que solicita a explicação da relação entre crise econômica e condições de vida da população; o boxe "Explore" (página 305), ao solicitar que os estudantes expliquem o sistema de livre mercado; e o boxe "Explore" (página 306), ao solicitar uma inferência sobre as consequências da mercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro para a coesão social.

No capítulo, os tópicos "Transformações políticas e econômicas e o desenvolvimento" (página 300) e "Os 'excluídos' da globalização" (página 320) e a proposta 3 da seção "Atividades" (página 324) promovem uma reflexão sobre as contradições entre crescimento econômico, geração de riqueza, desigualdades sociais e sustentabilidade no sistema capitalista. Este debate é fundamental para que os estudantes possam argumentar e defender pontos de vista com posicionamento ético em relação ao planeta, contribuindo para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 7**.

A apresentação de teorias explicativas e analíticas sobre a noção de desenvolvimento no sistema capitalista, que ocorre nos textos dos tópicos "Capitalismo: um sistema entre crises e desenvolvimento" (páginas 301 a 303), "Abordagens e perspectivas do desenvolvimento" (páginas 304 a 320) e "O capitalismo e as novas perspectivas sobre o desenvolvimento na globalização" (página 321), constitui-se em uma contribuição importante para o trabalho com a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**, pois permite que os estudantes avancem na análise de processos econômicos, políticos, sociais e ambientais

da contemporaneidade. Esses tópicos e as propostas 1, 2, 3, 4, 5 e 6 da seção "Atividades" (página 324) estão diretamente relacionados à habilidade **(EM13CHS103)** no que diz respeito à capacidade de elaboração de hipóteses e construção de argumentos relacionados a processos econômicos, sociais e ambientais. Com relação à sistematização de dados de natureza qualitativa e quantitativa relacionada à essa habilidade, destacam-se os boxes "Explore" (página 302), que analisa gráfico de variação do Produto Interno Bruto brasileiro entre 2011 e 2023, o de análise do gráfico de empresas industriais no Brasil (página 313) e do número de jovens que não trabalham nem estudam (página 320), assim como as sistematizações visuais (páginas 307 e 308) e a ilustração esquemática (página 312).

Os tópicos "Transformações políticas e econômicas e o desenvolvimento" (página 300) e "Capitalismo: um sistema entre crises e desenvolvimento" (páginas 301 a 303) introduzem o conceito de desenvolvimento e problematizam aspectos destrutivos do capitalismo, em específico, da gestão capitalista da agricultura, contribuindo para uma perspectiva crítica da relação da sociedade com a natureza e seus impactos socioambientais, estando relacionados à **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 3**. O boxe "Explore" (página 301) problematiza a gestão capitalista da atividade agrícola, contribuindo para as habilidades **(EM13CHS302)** e **(EM13CHS306)**.

No capítulo, a discussão sobre as crises do capitalismo envolve o tema do desemprego e do aumento das desigualdades sociais relacionadas às crises, tema importante para o trabalho com a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 4**. Esse tema é explorado nos tópicos "As crises do capitalismo (páginas 302 e 303), "A intervenção do Estado na economia" (página 307), "O pensamento keynesiano" (página 308), "Os 'excluídos' da globalização" (página 320) e nos boxes "Explore" (páginas 303 e 320), que tratam das bolhas especulativas e do impacto de uma crise econômica para as condições de vida da população e de dados de desemprego entre os jovens no Brasil **(EM13CHS402)** e **(EM13CHS404)**.

No que se refere ao trabalho com a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6**, cabe ressaltar a discussão sobre a relação desigual dos países no sistema capitalista, tema extensamente tratado nos tópicos "As teorias do subdesenvolvimento" (páginas 311 a 315) e o debate sobre o surgimento dos organismos internacionais e as negociações para o estabelecimento de blocos econômicos e tratados internacionais desenvolvido nos tópicos "As instituições de Bretton Woods" (página 309), "A criação da Organização das Nações Unidas" (página 310) e a seção "Trabalho com fontes" (página 322) **(EM13CHS604)**.

Temas contemporâneos transversais

No decorrer do capítulos, diversos conceitos importantes para o entendimento do funcionamento da economia de um país são explicados. Nos tópicos "As crises do capitalismo" (páginas 302 e 303), "Autorregulação do mercado" (páginas 304 e 305), "A abordagem neoliberal do desenvolvimento" (página 316) e "O debate desenvolvimentista no século XXI" (páginas 318 e 319) apresentam-se as noções de taxa de crescimento, superprodução de mercadorias, subconsumo, especulação financeira, livre mercado, desregulação da economia, privatização, abertura econômica, protecionismo e políticas de autoridade fiscal. Tal conteúdo constitui-se em um aspecto do tema contemporâneo transversal **Educação financeira**.

Nos tópicos "O pensamento keynesiano" (página 308) e "A criação da Organização das Nações Unidas" (página 310), a discussão sobre as crises cíclicas do capitalismo e sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento conduz à análise das desigualdades sociais e ao reconhecimento da importância de instituições voltadas à garantia de direitos no mundo, sendo importante para o tema contemporâneo transversal **Educação em direitos humanos**.

Trabalho interdisciplinar

O capítulo estabelece constante diálogo com o componente curricular geografia. O estudo da dinâmica do sistema capitalista no tópico "Capitalismo: um sistema entre crises e desenvolvimento" (páginas 301 a 303), que inclui a análise de um gráfico da variação do Produto Interno Bruto brasileiro, do papel de organismos internacionais como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (páginas 309 e 310) e a classificação dos países em desenvolvidos e subdesenvolvidos e em áreas de desenvolvimento explorada nos tópicos "Dependência, poder e dominação" (página 315) e "O capitalismo e as novas perspectivas sobre o desenvolvimento na globalização" (página 321) são exemplos dessa interdisciplinaridade.

Já o estudo do índice de medida de desempenho econômico, o Produto Interno Bruto, mobilizado em uma atividade de interpretação de gráfico no tópico "As crises do capitalismo" (página 302), do diagrama da cruz marshalliana (página 305) e do Índice de Desenvolvimento Humano explorado no tópico "O debate sobre o desenvolvimento a partir dos anos 1990" (página 317) constitui-se em um trabalho interdisciplinar com **Matemática e suas Tecnologias**, especificamente no que diz respeito às habilidades **(EM13MAT101)** e **(EM13MAT104)**.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O boxe "Explore" (página 301) contempla perguntas que visam a reflexão dos estudantes sobre como combinar a busca de lucro que caracteriza o sistema capitalista com o aumento da renda e a melhora das condições de vida dos pequenos agricultores. Esta discussão é bastante central para que o **ODS 2 Fome zero e agricultura sustentável** possa ser alcançado.

A atividade 3 (página 324) propõe a interpretação de um excerto de Serge Latouche sobre as vantagens do decrescimento. Com isso, a atividade instiga a reflexão sobre como alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais, possibilitando o trabalho com o **ODS 12 Consumo e produção responsáveis**.

Explore (p. 301)

1. De maneira geral, a busca constante por lucro tem como consequência o aumento das desigualdades sociais e da degradação ambiental, pois o aumento do lucro pode ser obtido, muitas vezes, pela maior exploração da mão-de-obra e maior exploração dos recursos naturais para a obtenção de matérias-primas para a produção.

2. O agronegócio pode contribuir com o aumento das exportações dos países e, consequentemente, ser fonte de receita para a economia. No entanto, o sistema de produção agrícola em larga escala e com emprego de tecnologia pode fragilizar pequenos e médios proprietários rurais, causar desemprego no campo e aumentar as desigualdades sociais.
3. A gestão capitalista da agricultura dificulta o acesso à terra e à competitividade dos bens da produção agrícola familiar na medida em que favorece a concentração fundiária da terra e desconsidera modos tradicionais de produção, sendo muitas vezes contrária à manutenção das comunidades tradicionais em suas terras.

Explore (p. 302)

1. De acordo com o gráfico, entre 2011 e 2023, o Produto Interno Bruto brasileiro apresentou retração nos anos de 2012, 2014, 2015, 2019, 2020, 2022 e 2023.
2. O ano com maior taxa de crescimento no período foi 2021: 8,1%.
3. O Produto Interno Bruto cresceu positivamente após uma retração nos anos de 2013, 2016 e 2021.

Explore (p. 303)

1. A metáfora da bolha que explode remete à imagem de um acontecimento que destrói algo que parecia sólido; como uma bolha de sabão que se desfaz e desaparece. No caso, trata-se de uma situação de expectativa de grandes lucros e crescimento que, depois de um tempo, mostra-se ilusória.
2. Em situações de crise econômica, a redução dos lucros leva as empresas a contratarem menos mão de obra, aumentando o desemprego e diminuindo o número de pessoas com renda nas famílias. Com menos dinheiro, há piora nas condições de vida da população.

Explore (p. 305)

1. Livre mercado é o nome dado a um sistema econômico no qual a competição é incentivada e os preços dos bens e dos serviços são determinados pela oferta e pela demanda, sem intervenção significativa do governo.
2. Na concepção liberal clássica, quando a oferta é superior à demanda, os preços tendem a cair, e quando a demanda é superior à oferta, os preços tendem a subir. Nessa relação econômica, demanda e oferta (compradores e vendedores) tendem a chegar em um equilíbrio no preço a ser pago e recebido.
3. A autorregulação do mercado nem sempre se cumpre. A formação de monopólios e oligopólios, por exemplo, pode proporcionar uma competição injusta, influenciando nos preços e desregulando o suposto equilíbrio entre oferta e procura.

Explore (p. 306)

1. Karl Polanyi designa "mercadoria fictícia" as mercadorias que são comercializadas mas que não podem ser produzidas pelo trabalho humano, como a terra, o próprio trabalho e o dinheiro.
2. A mercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro pode afetar a coesão social, pois, à medida que elementos fundamentais da vida humana são tratados como mercadorias, os laços de reciprocidade e de coesão se enfraquecem.

Explore (p. 308)

1. De acordo com o pensamento liberal clássico, o mercado funciona de maneira independente das instituições sociais, e o Estado não deve interferir na dinâmica econômica, regulada pela lei da oferta e da procura. Para Keynes, no entanto, o Estado deve agir na economia fomentando o desenvolvimento econômico e promovendo políticas públicas que garantam aos cidadãos acesso aos direitos sociais (como educação e saúde).
2. Para o pensamento liberal, desenvolvimento é o mesmo que crescimento econômico e, se um país adota a lei da oferta e da procura, naturalmente vai alcançar o desenvolvimento. Para a corrente keynesiana, desenvolvimento envolve crescimento econômico e uma ordem política e social mediada pelo Estado, na qual os cidadãos possuam direitos sociais garantidos.

Explore (p. 309)

1. A charge é composta de 2 cenas: na primeira, Atlas (titã da mitologia grega) carrega o mundo (globo terrestre) nas costas; na segunda, Atlas carrega um enorme bloco intitulado FMI.
2. A charge critica as exigências e demandas do Fundo Monetário Internacional à nações que solicitavam empréstimo e assistência técnica ao Banco Mundial.

Explore (p. 310)

1. Na charge, a arca de Noé foi representada dividida em duas partes: à esquerda, há muitos animais pequenos e médios aglomerados, e, à direita, animais maiores (como elefante, girafa, rinoceronte, urso e hipopótamo). A arca está bem mais pesada do lado direito. Ao centro da arca, uma pessoa avisa que tinha dito que a arca não estava equilibrada. Os animais à esquerda representam os países rotativos e periféricos na ordem capitalista mundial e os animais à direita representam os países-membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, que são os países ricos e centrais, e que têm maior poder de decisão nessa organização (tendo, assim, peso maior na economia e na política internacional).
2. A charge critica que o desequilíbrio político, econômico e de poder traz consequências negativas para todas as nações.

Explore (p. 313)

1. Em 2019, apenas São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais concentravam mais de 500 empresas industriais; Acre, Roraima e Amapá, por sua vez, tinham até 25 indústrias.
2. No Brasil, a atividade industrial ocorre de maneira concentrada no território: três estados da região Sudeste

(São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) apresentam um número bem mais elevado de indústrias. Na Região Sul e em certos estados da região Nordeste há concentrações médias de indústrias (de 101 a 500 empresas). Nos estados da Região Norte, por sua vez, a atividade industrial é pequena ou incipiente.

Explore (p. 320)

1. Uma das informações que se destaca no gráfico é o elevado número de mulheres brasileiras que, em 2022, não trabalhavam nem estudavam porque precisavam se dedicar ao trabalho doméstico ou a cuidar de parentes. De maneira geral, o gráfico revela que entre os jovens que não trabalhavam nem estudavam no Brasil, o número de mulheres sempre era superior ao dos homens.
2. Considerando que a análise do gráfico revela que, entre os motivos de os jovens não trabalharem, o principal era a necessidade de cuidar das tarefas domésticas ou de parentes e que as mulheres eram as mais prejudicadas nesse sentido, deve-se salientar a necessidade de maior igualdade de gênero e de políticas públicas voltadas a apoiar famílias com a necessidade de cuidado de bebês, crianças e idosos. Pode-se propor a ampliação de políticas públicas de redução da gravidez na adolescência, de aumento do número de creches e de locais de assistência a idosos e de incentivo a empregos com jornada de trabalho reduzida. Considerando os outros fatores identificados no gráfico (como a falta de trabalho na localidade ou a dificuldade em conseguir trabalho) deve-se mencionar a melhora dos índices de emprego.

Trabalho com fontes (p. 322)

1. Com base no texto, é possível reconhecer e inferir alguns aspectos relativos á importância do Brics para os países em desenvolvimento, quais sejam: ao reunir países com grande extensão territorial, situados em diferentes regiões do planeta, o bloco contribui para que esses países tenham uma presença estratégica no mundo. Militarmente, merece destaque o poder da Rússia; economicamente, o crescimento chinês e Índia com desenvolvimento tecnológico. A constituição do Banco dos Brics contribui para maior facilidade de financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento, importantes para o crescimento econômico.
2. O bloco representa uma força política a mais no sentido de reivindicar o compromisso dos países desenvolvidos com a redução de emissão de carbono e uma ajuda financeira aos países em desenvolvimento para os apoiarem na implementação do desenvolvimento sustentável.
3. O tema permite algumas considerações: os bancos têm como objetivo o retorno sobre investimentos, o que pode entrar em conflito com políticas de desenvolvimento sustentável, que tendem a demorar apresentar algum retorno. A discussão sobre os Brics também não envolveu a preocupação com a desigualdade social, e o crescimento econômico pode acentuá-las. Os países-membros do Brics também podem apresentar alguns interesses conflitantes. Pode-se pensar, assim, que o Brics enfrenta o grande desafio de conciliar interesses de agências financeiras, com o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades sociais.

Atividades (p. 324)

1. Alternativa **b**.
2. Alternativa **c**.
3. **a.** Considerando que o PIB não mensura aspectos como distribuição de renda, acesso a saúde e educação, degradação ambiental, entre outros fatores que afetam o bem-estar, espera-se que os estudantes apontem que, ainda que um crescimento no PIB possa indicar um aumento na produção e consumo de mercadorias, isso nem sempre se converte em melhora no bem-estar da população.
   b. Espera-se que os estudantes ponderem que, do ponto de vista ambiental e social, o decrescimento pode ser desejável, dado que promove a redução do impacto ambiental, mas que, ao mesmo tempo, pode ser bastante desafiador em termos de viabilidade, demandando a existência de interesse e colaboração entre governo, setor privado e sociedade civil para repensar consumo e produção.
4. Deve-se conduzir os estudantes a refletirem sobre a relação entre desenvolvimento econômico e desigualdade social, e também sobre como o desenvolvimento econômico, por si só, não é suficiente para reduzir a desigualdade social. Nesse sentido, a situação dos jovens no mercado de trabalho é uma dimensão dessa realidade. Podem ser elencados como causas: falta experiência, diferentes graus de escolarização e qualificação, retenção de trabalhadores mais antigos, entre outros fatores.
5. Oriente os estudantes a pesquisar outras referências teóricas das ciências sociais, assim como artigos de opinião que abordem o tema tratado. Ressalte a importância de eles apresentarem indicadores sociais que podem ajudar a construir o argumento de cada grupo sobre a permanência da política neoliberal, e auxilie-os a identificar eventuais fragilidades argumentativas. É provável que eles apontem que as políticas de livre mercado, desregulamentação e privatização ainda ocupam uma posição central na economia de grande parte dos países e que as grandes corporações ainda têm um poder significativo na definição das políticas econômicas globais. A concentração da riqueza e a desigualdade social ainda são uma característica do mundo contemporâneo.
6. Ha-Joon Chang, economista coreano, demonstra com seus estudos que as maiores potências econômicas mundiais não seguiram à risca suas próprias receitas neoliberais. As economias estadunidense, francesa, japonesa e alemã, entre outras, utilizaram a proteção à indústria nacional e a presença do Estado em várias áreas, desde o incentivo à indústria até o planejamento econômico e social. Sua teoria contribui para a percepção, já defendida por outros, de que o neoliberalismo era uma receita que os países dominantes impunham aos países dominados para manter a relação de dependência e subordinação entre eles.
7. Alternativa **d**.
8. Alternativa **e**.

Sugestões

Livro

Desenvolvimento como liberdade

Amartya Sen. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

O autor, Nobel de Economia, defende que a promoção do bem-estar social está relacionada à expansão da liberdade real das pessoas durante a vida. Esta liberdade está relacionada, segundo o autor, à possibilidade de elas viverem bem alimentadas, participar de uma comunidade, ter a oportunidade para desenvolver suas potencialidades etc.

EDUCAÇÃO MIDIÁTICA

LIBERDADE DE OPINIÃO E CRIMES NA INTERNET

O texto e a atividade propostos nessa seção visam desenvolver habilidades que promovam uma participação crítica e cidadã dos estudantes no ambiente digital, por meio de uma reflexão da emergência de discursos de ódio na internet.

Para desenvolver a proposta, sugere-se incentivar os estudantes a refletir sobre como as mensagens são construídas e como elas podem influenciar as percepções e atitudes das pessoas. Educar sobre a importância de uma comunicação respeitosa e crítica é um aspecto crucial para o desenvolvimento de uma cultura digital saudável e cidadã, pois capacita os estudantes a se engajarem de forma construtiva e a evitarem a propagação de comportamentos violentos *online*.

Competências e habilidades trabalhadas na seção

Nesta seção, ao refletir sobre discursos e crimes de ódio e produzirem um vídeo a respeito da comunicação responsável na internet, favorecendo o entendimento mútuo, os estudantes desenvolvem um trabalho com a **competência geral da Educação Básica 4** e com as habilidades **(EM13CHS106)**, e **(EM13CHS401)**.

Tema contemporâneo transversal

O desenvolvimento de um pensamento crítico sobre a circulação de discursos de intolerância e de uma atitude respeitosa na mídia digital é uma importante dimensão da criação de relações sociais saudáveis, trabalhando o tema contemporâneo transversal **Vida familiar e social**.

MOVIMENTAÇÃO

O ACESSO À ARTE E À CULTURA

O acesso às mais diversas manifestações artístico-culturais presentes em nossa sociedade é um direito garantido a todo cidadão brasileiro e é particularmente importante para os jovens, uma vez que possibilita a eles uma fruição sadia do tempo livre, amplia suas chances de inserção na comunidade e seu sentimento de pertencimento ao grupo e aprofunda suas capacidades de aprendizagem. Por isso, a atividade proposta nessa seção tem como objetivo levar os estudantes a conhecer melhor as ofertas artístico-culturais de sua região. Além disso, desenvolve habilidades de pesquisa, produção, seleção e divulgação de conhecimentos com relevância social e coloca o jovem como protagonista das mudanças exercidas em sua comunidade, refinando sua percepção sobre a realidade e aumentando seu sentimento de competência e sua autoestima. No desenvolvimento da atividade, colabore para que os estudantes elejam uma área de abrangência que torne o trabalho exequível, sem reduzir sua relevância para a comunidade. No momento da definição do critério do que será mapeado, é necessário também estabelecer com clareza quais são os principais objetivos do mapeamento. Após a definição dos critérios, inicie a montagem das equipes. Uma possibilidade é definir os integrantes de cada grupo fazendo um levantamento prévio das habilidades de cada estudante por meio de uma sondagem. Outra é permitir que eles se agrupem por afinidade.

No boxe "Sugestões" deste manual do professor há indicações sobre a produção de mapas digitais que podem servir como base para maiores orientações aos estudantes sobre a realização dessa tarefa específica.

É importante que o cronograma do trabalho seja combinado de forma coletiva e que o professor tenha momentos para acompanhar individualmente cada equipe. Para isso, sugere-se o cronograma de aulas a seguir. Faça as adaptações necessárias em função das particularidades de escola.

Aulas 1 e 2	Definição dos critérios de abrangência territorial e dos tipos de pontos de interesse artístico-cultural a serem mapeados. Formação das equipes.
Aula 3	Criação do questionário.
Aulas 4 e 5	Planejamento das visitas de campo. Exploração das ferramentas de cartografia digital e escolha da ferramenta adequada.
Atividade extraclasse	Aplicação do questionário, análise das informações pesquisadas e sistematização (resumo) das informações recolhidas.
Aula 6	Apresentação das conclusões da pesquisa para a turma e definição dos locais a serem visitados para mapeamento.
Atividade extraclasse	Visitação dos pontos de interesse artístico-cultural que vão fazer parte do mapa.
Aula 7	Inserção dos pontos de acordo com a realização das visitas de campo no mapa.
Atividade extraclasse	Revisão da primeira versão do mapa, com ajustes realizados para publicação. Se pertinente, divulgação prévia por meios digitais de data de publicação do mapa.
Aula 8	Apresentação do mapa pronto à turma e, se possível, publicação *on-line*.
Atividade extraclasse	Divulgação *on-line* e/ou por meios analógicos da publicação do mapa.

Competências e habilidades trabalhadas

Os estudantes se organizarão em equipes para: levantamento de dados, pesquisa de campo, cartografia digital, registro e divulgação. A equipe de levantamento de dados será responsável por elaborar, aplicar e avaliar os resultados dos questionários abertos. Os responsáveis pela pesquisa de campo deverão confirmar as informações obtidas com a aplicação dos questionários e, para isso, elaborarão fichas para padronizar os dados de cada espaço/evento/atividade artístico-cultural que será mapeado. A equipe do mapeamento digital, por fim, deverá registrar em uma plataforma virtual os pontos culturais da região, acrescentando os resultados da pesquisa da turma a fim de colaborar para o conhecimento e a valorização da produção cultural local. Durante todo esse processo, a equipe de registro e divulgação fixará em fotografias e vídeos o desenvolvimento da atividade, como também fomentará *blogs* ou páginas nas redes sociais para criar expectativa na comunidade e, depois, se encarregará de divulgar o mapa colaborativo. Além de valorizar e produzir conhecimento sobre práticas culturais e artísticas, o mapa facilitará o acesso, a fruição e a participação em atividades dessa natureza, contribuindo para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 3**.

O trabalho proposto nessa seção também favorece o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 5** ao permitir que os estudantes utilizem tecnologias digitais de informação e comunicação para criar o mapa cultural, utilizando as ferramentas digitais de forma crítica e significativa nas práticas escolares para se comunicar e disseminar informações, exercendo protagonismo na vida pessoal e na coletiva. Com isso, eles utilizarão os recursos digitais para difundir a pesquisa sobre as manifestações culturais e artísticas da comunidade, objetivando facilitar o acesso e dar visibilidade a elas, bem como valorizá-las.

Ao demandar que os estudantes trabalhem coletivamente e que resolvam de forma negociada os conflitos que possam surgir durante a execução das tarefas, e ao incentivar que eles atuem de forma responsável, pessoal e coletivamente, no cumprimento das tarefas, porém de maneira flexível, para que consigam lidar com os imprevistos intrínsecos à execução de uma tarefa de alta complexidade, o trabalho com a seção também possibilita o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 9**. Durante a atividade, por exemplo, eles irão se organizar em equipes com funções determinadas: levantamento de dados, pesquisa de campo, cartografia digital e registro e divulgação. Cada equipe receberá uma atribuição e o trabalho será construído colaborativamente. Vale dizer que esse procedimento instrui o estudante no trabalho coletivo, sendo de grande valia para a execução de atividades futuras na escola e no mundo do trabalho.

Por fim, o trabalho com a seção favorece o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 10** ao promover o protagonismo do estudante no ensino-aprendizagem por meio de uma atividade colaborativa de investigação e produção voltada ao exercício da cidadania. Para realizar a atividade, os estudantes conduzirão uma pesquisa para levantar informações e dados para a confecção do mapa cultural. Assim, será um processo de investigação, reflexão e tomada de consciência sobre a temática, cuja produção final por eles visa estimular a atitude cidadã.

A **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1** também é desenvolvida pela seção, uma vez que esta convida os estudantes a analisar processos sociais e culturais, nos âmbitos local e regional, usando a técnica da construção de questionários para identificar e conhecer a produção artístico-cultural da comunidade da região do entorno da escola – especificamente quando eles analisam a disponibilidade de locais na região da escola de oferta artístico-cultural e relacionam essa oferta aos seus contextos, identificando valores, crenças e práticas pertinentes à diversidade local **(EM13CHS104)**, e também quando utilizam a linguagem cartográfica e tecnologias digitais de informação e comunicação para produzir conhecimentos e exercer o protagonismo em relação ao seu contexto de vida **(EM13CHS106)**.

Tema contemporâneo transversal

A seção, ao propor que os estudantes explorem as expressões artístico-culturais na localidade onde vivem e valorizar a multiplicidade e importância da cultura na comunidade, explora o tema contemporâneo transversal **Diversidade cultural**.

Interdisciplinaridade

O trabalho com a seção permite o desenvolvimento da habilidade **(EM13LGG602)**, da área de **Linguagens e suas Tecnologias**, ao proporcionar aos estudantes o desenvolvimento da capacidade de apreciação estética de diferentes formas de produção artística e também estimulando-os a respeitar a diversidade artístico-cultural.

Avaliação

A avaliação de uma atividade complexa pode ser realizada em três níveis:

- geral, que se refere à turma e ao êxito do trabalho como um todo;
- intermediário, que se dedica a pensar no trabalho de cada equipe e na forma como cada uma delas entregou as tarefas que lhe estavam designadas;

- individual, que lança o olhar para cada estudante, pensando em como ele se apropriou da proposta e se empenhou em sua execução.

Para que o processo seja transparente, comunique aos estudantes esses três níveis, identificando o que se espera que alcancem em cada um deles. É importante que esses pontos, ou critérios de avaliação, sejam claros e que os estudantes tenham a oportunidade de participar de sua construção. Ao final do trabalho, retome essa lista de critérios e verifique quais foram ou não atingidos. Dialogue com eles para que percebam os pontos a serem aperfeiçoados e ressalte todas as qualidades do trabalho desenvolvido em cada um dos três níveis de avaliação. Cuide para que essa avaliação os motive a se aperfeiçoar; para isso, ofereça algumas possibilidades para solucionarem os problemas e as deficiências encontradas.

Também há a possibilidade de realizar a avaliação por meio do sistema de rubricas. Nesse modelo, as linhas representam os critérios a serem avaliados e as colunas, os níveis de desempenho dos estudantes em cada critério. Como se trata de um trabalho em equipe, é importante que haja rubricas para avaliar o trabalho individual e o coletivo.

Verifique um exemplo:

Equipe de levantamento de dados

	Muito satisfatório	Satisfatório, com poucas ressalvas	Pouco satisfatório, com muitas ressalvas	Insuficiente
Elaboração do questionário aberto	O questionário aborda, de maneira clara e objetiva, os principais tópicos que devem ser levantados pela pesquisa.	O questionário aborda os principais tópicos que devem ser levantados pela pesquisa, porém de forma pouco clara e objetiva.	O questionário não aborda os principais tópicos que devem ser levantados pela pesquisa.	O questionário não foi criado e/ou aplicado.
Organização das informações levantadas pelo questionário	As informações levantadas pelo questionário são claras, coerentes e úteis ao desenvolvimento da atividade.	As informações levantadas pelo questionário são pouco claras e se distanciam de parte dos objetivos do levantamento.	As informações levantadas pelo questionário não contribuíram de forma efetiva para o desenvolvimento das outras etapas do trabalho.	As informações levantadas pelo questionário não foram organizadas e apresentadas.

Esse modelo pode ser aplicado às outras equipes, com adaptações pertinentes às tarefas designadas a cada uma delas. Para identificar os critérios de forma clara e justa, pense em conjunto com os estudantes sobre qual seria o objetivo (a meta) de cada equipe e defina quatro níveis de desempenho, sendo que o pior deve ser aplicado apenas aos que não realizaram o que foi solicitado.

Sugestões

Site

Plataformas virtuais fomentam criação de mapeamentos colaborativos

Disponível em: https://educacaointegral.org.br/reportagens/plataformas-virtuais-fomentam-criacao-de-mapeamentos-colaborativos/. Acesso em: 7 set. 2024.

No texto são apresentadas algumas iniciativas que permitem o mapeamento colaborativo de fenômenos variados por meio de plataformas gratuitas e com linguagem acessível ao grande público.

Informativo

Síntese de Informações e Indicadores Culturais – 2011-2022

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102053_informativo.pdf. Acesso em: 17 set. 2024.

O documento reúne e analisa vários indicadores para criar um panorama do setor cultural no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMENTADAS

ALVES, Flávia Jôse Oliveira; FIALHO, Erika; ARAÚJO, Jacyra Azevedo Paiva de; NASLUND, John A.; BARRETO, Maurício L; PATEL, Vikram *et al*. The rising trends of self-harm in Brazil: an ecological analysis of notifications, hospitalisations, and mortality between 2011 and 2022**. The Lancet Regional Health Americas**, v. 31, mar. 2024. Disponível em: https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS-2667-193X(24)00018-8/fulltext. Acesso em: 27 ago. 2024.

Analisa as taxas de notificações, internações relacionadas a lesões autoprovocadas e suicídio no Brasil entre 2011 e 2022, bem como investiga diferenças sociodemográficas dos registros.

BARBISAN, Leci Borges. Uma proposta para o ensino da argumentação. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, jun. 2007.

Trata da argumentação tendo em perspectiva sua relação com a Linguística e o ensino. Para tanto, realiza uma revisão das suas principais teorias e procura entender os fundamentos que as amparam.

BLOOM, Benjamin Samuel *et al*. **Taxonomia de objetivos educacionais**. Domínio cognitivo. Porto Alegre: Globo, 1974.

Obra que categoriza os objetivos educacionais em diferentes níveis de complexidade, orientando a avaliação da aprendizagem.

BOTELHO, Rosana Ulhôa; ARAÚJO, Helton Ellery; CODES, Ana Luiza Machado de. Sair ou não sair da casa dos pais: explorando a questão à luz de bases informacionais censitárias – Brasil 1991, 2000 e 2010. *In*: SILVA, Enid Rocha Andrade de; BOTELHO, Rosana Ulhôa (org.). **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília, DF: Ipea, 2016.

Apresenta a continuidade de pesquisas realizadas pelo Ipea para subsidiar a análise voltada à formulação e avaliação das políticas públicas para a juventude brasileira.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 27 ago. 2024.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 27 ago. 2024.

Aprova o Plano Nacional de Educação com vigência por dez anos.

BRASIL. **Lei nº 14.945**, 31 de julho de 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14945.htm. Acesso em: 27 ago. 2024.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de de reestruturar a Política Nacional para o Ensino Médio.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, 2013.

Documento que norteia a Educação Básica do país e estabelece as diretrizes para a Base Nacional Comum Curricular.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, DF: MEC, 2000.

Diretrizes para subsidiar o trabalho de educadores.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2018.

Documento normativo que define as aprendizagens essenciais para as crianças e adolescentes durante na Educação Básica.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas contemporâneos transversais na BNCC**: contexto histórico e pressupostos pedagógicos. Brasília, DF: MEC/SEB, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 27 ago. 2024.

Contextualiza a criação dos temas contemporâneos transversais detalhando o porquê e como devem ser inseridos na Educação Básica nacional.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. *In*: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

Obra de sociologia voltada para a educação que aborda as formas de conhecimento e suas relações com o mundo social.

COSTA, Danielle dos Santos Veloso da.; OLIVEIRA, Tiago de. Plágio no meio educacional e as medidas que vêm sendo adotadas para combatê-lo no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 435-445, jul. 2019.

Aborda o tema do plágio no meio educacional e analisa formas de combatê-lo.

DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. Inferência na leitura. *In*: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; COSTA VAL, Maria da Graça; BREGUNCI, Maria das Graças de Castro (org.). **Glossário Ceale**: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2014.

Apresenta para educadores termos e conceitos de alfabetização, leitura e escrita.

ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL. **A desinformação** - contexto europeu e nacional. Portugal, 4 de abril de 2019. Disponível em: https://www.parlamento.pt/Documents/2019/abril/desinformacao_contextoeuroeunacional-ERC-abril2019.pdf. Acesso em: 27 de ago. de 2024.

Apresenta reflexões acerca da abrangência do problema da desinformação nos meios digitais e a função de uma Entidade Reguladora.

BELMIRO, Célio; PINHEIRO, Diego; REIS, Breno Salomon. **Evolução do acesso ao Ensino Superior no Brasil**: análises para o aprimoramento do Prouni. Brasília: Enap, 2022. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/7757 Acesso em: 11 set. 2024.

Apresenta uma análise dos fatores que provocaram o aumento da Taxa Líquida de Escolarização no Ensino Superior.

FANFANI, Emílio Tenti. Culturas jovens e cultura escolar. *In*: **Seminário Escola Jovem**: um novo olhar sobre o Ensino Médio. 7 a 9 jun. 2000, Brasília, DF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/EmilioTentiF.pdf. Acesso em: 11 set. 2024.

Trata sobre a relação entre a oferta educacional escolar para os jovens do ensino médio e as suas expectativas e necessidades.

FANTE, Cleo. **Fenômeno *Bullying***: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas, SP: Verus Editora, 2010.

Apresenta um panorama internacional situando o Brasil em relação ao *bullying* e uma proposta de programa para aplicação no ambiente escolar.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Obra que marcou formulações teóricas sobre as práticas educacionais, discute a necessidade do estabelecimento da relação entre professores e estudantes em parâmetros diferentes dos relacionados à autoridade.

GERHARD, Ana Cristina; ROCHA FILHO, João Bernardes. A fragmentação dos saberes na educação científica escolar na percepção de professores de uma escola de Ensino Médio. **Investigações em ensino de Ciências**, Porto Alegre, v.17, n. 1, p. 125-145, 2012. Disponível em: https://www.if.ufrgs.br/cref/ojs/index.php/ienci/article/view/210/144. Acesso em: 30 set. 2024.

O artigo busca ampliar a compreensão da relação entre a atuação docente e a fragmentação dos saberes na educação científica escolar.

GOMES, Caio Belandi; GOMES, Irene. Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. **Agência IBGE de notícias**. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda. Acesso em: 11 set. 2024.

Publicação de informações apuradas com base nos dados recolhidos no censo demográfico.

HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho**: o conhecimento é um caleidoscópio. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Apresenta reflexões sobre práticas do autor como educador com o objetivo de discutir princípios para organização de currículos a partir de projetos.

INSTITUTO ALANA. **Os benefícios da Educação Inclusiva para Estudantes com e sem Deficiências**. Ago. 2016. Disponível em: https://alana.org.br/wp-content/uploads/2019/10/os-beneficios-da-educacao-inclusiva.pdf. Acesso em: 11 set. 2024.

Identifica pesquisas que evidenciam os benefícios da educação inclusiva também para estudantes sem deficiência.

INSTITUTO UNIBANCO. **Roteiro de análise de indicadores educacionais**: desigualdade racial. Disponível em: https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/api/assets/observatorio/72569b3c-6af4-428a-853f-b2ce8ae8e7e7/. Acesso em: 11 set. 2024.

Analisa as diferenças entre jovens negros e brancos no que se refere ao ingresso, continuidade e conclusão do Ensino Médio.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

Defende uma abordagem interdisciplinar, argumentando que a fragmentação do ensino em componentes curriculares desconectados leva a uma compreensão limitada da realidade por parte dos jovens.

JUSTO, Ana Paula; ENUMO, Sônia Regina Fiorim. Problemas emocionais e de comportamento na adolescência: o papel do estresse. **Boletim da Academia Paulista de Psicologia**, v. 35, n. 89, jul. 2015.

Esse estudo investiga o estresse como um fator preditivo no surgimento de problemas emocionais e comportamentais entre adolescentes.

MOREIRA, Marco Antonio; MASINI, Elcie. F. Salzano. **Aprendizagem significativa**: a teoria de David Ausubel. São Paulo: Centauro, 2001.

Aborda a teoria Ausubel, segundo a qual uma aprendizagem só será significativa se puder ser conectada a algum saber prévio do indivíduo ou aspecto relevante para ele.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2001.

A obra propõe uma reflexão sobre os desafios da educação no século XXI, abordando diretrizes considerados essenciais para todos que atuam na educação.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. *In*: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (org.). **Culturas jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

Trata das diferentes conformações das culturas juvenis no mundo contemporâneo.

OLIVEIRA, Marinês Barbosa de; FERREIRA, Leandro Tiago Gomes. Projeto "Com ciência negra": saberes, práticas e filosofias africanas e afrodescendentes: reflexões sobre a autoestima de adolescentes negros e negras. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, *[s. l.]*, v. 15, edição especial. p. 195–212, abr. 2023. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1497/1391. Acesso em: 11 set. 2024.

Comunica as experiências do Projeto "Com Ciência Negra – saberes, práticas e filosofias africanas e afrodescendentes", desenvolvido pelos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) e outras instituições, durante o ano de 2022.

ONOFRE, Joelson Alves. Repensando a questão curricular: caminho para uma educação antirracista. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 4, p. 114, 2020. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/563/457. Acesso em: 11 set. 2024.

O artigo traz uma reflexão teórica sobre a promoção de uma educação antirracista com base no currículo escolar.

PAIS, José Machado. Busca de si: expressividades e identidades juvenis. *In*: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (org.). **Culturas jovens**: novos mapas do afeto, Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

O artigo discute elementos que caracterizam a juventude, suas aspirações e possibilidades.

PERRENOUD, Phillipe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Aborda as perspectivas e dificuldades para a instituição de uma educação voltada para o desenvolvimento de competências.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

Trata sobre práticas inovadoras de ensino que priorizam o desenvolvimento de competências indispensáveis para superação do fracasso escolar e o desenvolvimento da cidadania.

PORTAL GELEDÉS. **Pesquisa inédita mostra engajamento das secretarias de Educação com aplicação da Lei nº 10.639**. Disponível em: https://www.geledes.org.br/pesquisa-inedita-mostra-engajamento-das-secretarias-de-educacao-com-aplicacao-da-lei-10-639/. Acesso em: 27 ago. 2024.

Apresenta o resultado da pesquisa sobre o engajamento e preparo das secretarias municipais de ensino para a atender à Lei nº 10.639, de 2003, que obrigada o ensino da história e cultura africana e afrodescendentes no país.

PRIOSTE, Cláudia. **O adolescente e a internet**: laços e embaraços no mundo virtual. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2016.

Aborda interesse e dos hábitos dos jovens ao usar a internet por meio de informações recolhidas por pesquisa etnográfica.

RANGEL, Jurema Nogueira Mendes. **Leitura na escola**: espaço para gostar de ler. Porto Alegre: Medição, 2005.

A obra discute a importância da leitura no ambiente escolar e aborda estratégias para fomentar o interesse pela leitura.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. Educação inclusiva na Espanha. *In*: FÁVERO, Osmar; FERREIRA, Windyz; IRELAND, Timothy; BARREIROS, Débora. **Tornar a educação inclusiva**. Brasília, DF: UNESCO, 2009.

Apresentação elaborada para Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais de 2008, trata do tema no sistema educacional espanhol analisando o significado de diversidade.

SARAIVA, Adriana. Trabalho, renda e moradia: desigualdades entre brancos e pretos ou pardos persistem no país. **Agência IBGE de notícias**. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29433-trabalho-renda-e-moradia-desigualdades-entre-brancos-e-pretos-ou-pardos-persistem-no-pais. Acesso em: 27 ago. 2024.

Informe da editoria de estáticas sociais da Agência IBGE que apresenta dados que revelam a persistência da desigualdade racial do país na educação.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE COMPUTAÇÃO. **Referenciais de formação em computação**: Educação Básica – Versão julho/2017. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2017. Disponível em: https://www.sbc.org.br/images/ComputacaoEducacaoBasica-versaofinal-julho2017.pdf. Acesso em: 30 set. 2024.

O documento apresenta os principais eixos da área de Computação e sugere formas de abordá-los ao longo da Educação Básica.

THIESEN, Juares da Silva A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39. p. 545-554 dez. 2008.

Aborda a interdisciplinaridade como importante movimento de rompimento com as tradicionais práticas educacionais, apresentando o conceito, um histórico de seu desenvolvimento e suas implicações nos processos de ensino-aprendizagem.

TOMASIELLO, Diego Bogado; BAZZO, João; PARGA, João *et al.* Desigualdades raciais e de renda no acesso à saúde nas cidades brasileiras. **Texto para discussão**. Ipea, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11454/4/TD_2832_Web.pdf. Acesso em: 11 set. 2024.

Apresenta análise detalhada de dados que revelam a desigualdade do acesso à saúde e à rede transporte, em grandes centros urbanos do país, tendo como referência renda e raça.

VALENTE. José Armando. Pensamento computacional, letramento computacional ou competência digital: novos desafios da educação. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 16, n. 43, p. 147-168, 2019.

No artigo, o autor reflete sobre as concepções de pensamento computacional, letramento computacional e competência digital e sua importância no desenvolvimento de competências essenciais aos jovens do mundo contemporâneo.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Introdução à avaliação educacional**. São Paulo: IBRASA, 1989.

O livro aborda, de modo prático, questões relativas à avaliação educacional.

VIANNA, Heraldo Marelim. Avaliação educacional: uma perspectiva histórica. *In*: BROOKE, Niguel; ALVES, Maria Teresa Gonzaga; OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita (org.). **Avaliação da Educação Básica**: a experiência brasileira. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

O autor apresenta uma síntese histórica da evolução da avaliação educacional.

VIGOTSKI, Lev Semionovic. **Obras escogidas III**: problemas del desarrollo de la psique. Madri: Visor, 1995.

Apresenta as ideias de Vigotski sobre o desenvolvimento das funções psíquicas e intelectual das crianças e sua relação com as interações sociais e condição de vida.

ZABALA, Antonio. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Apresenta proposições para aprimorar a ação educativa docente, considerando suas condicionantes.

ISBN 978-85-16-14016-8